



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIV SUP. B AO Nº 186, TERÇA-FEIRA, 3 DE DEZEMBRO DE 2019

ATAS DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (S/Partido-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4ª - Senadora Leila Barros (PSB-DF)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochaël
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Coordenadora de Elaboração de Diários

Mardem José de Oliveira Júnior
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodase



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL

Ata da 2ª Reunião, realizada em 23 de outubro de 2019 4

1.2 – COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DE BRUMADINHO

Ata da 1ª Reunião, realizada em 13 de março de 2019 (Republicação) 14

Ata da 2ª Reunião, realizada em 19 de março de 2019 (Republicação) 37

Ata da 3ª Reunião, realizada em 28 de março de 2019 (Republicação) 66

Ata da 4ª Reunião, realizada em 3 de abril de 2019 (Republicação) 151

Ata da 5ª Reunião, realizada em 9 de abril de 2019 (Republicação) 248

Ata da 6ª Reunião, realizada em 11 de abril de 2019 (Republicação) 315

Ata da 7ª Reunião, realizada em 23 de abril de 2019 (Republicação) 367

Ata da 8ª Reunião, realizada em 14 de maio de 2019 (Republicação) 453

Ata da 9ª Reunião, realizada em 16 de maio de 2019 (Republicação) 531

Ata da 10ª Reunião, realizada em 21 de maio de 2019 (Republicação) 572

Ata da 11ª Reunião, realizada em 23 de maio de 2019 (Republicação) 617

Ata da 12ª Reunião, realizada em 30 de maio de 2019 (Republicação) 671

Ata da 13ª Reunião, realizada em 4 de junho de 2019 (Republicação) 711

Ata da 14ª Reunião, realizada em 18 de junho de 2019 (Republicação) 766

Ata da 15ª Reunião, realizada em 2 de julho de 2019 (Republicação) 808

1.3 – COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR ENFRENTAMENTO ÀS MANCHAS DE ÓLEO NO LITORAL BRASILEIRO

Ata da 1ª Reunião, realizada em 5 de novembro de 2019 848





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019 DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e trinta e nove minutos do dia vinte e três de outubro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Angelo Coronel, reúne-se a Comissão Temporária para Reforma do Código Comercial (Art. 374-RISF) - 2019 com a presença dos Senadores Soraya Thronicke, Vanderlan Cardoso, Antonio Anastasia, Acir Gurgacz, Wellington Fagundes, Izalci Lucas, Eduardo Braga, Major Olimpio, Nelsinho Trad, Rose de Freitas, Chico Rodrigues, Marcos do Val, Fernando Bezerra Coelho e Flávio Bolsonaro. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Telmário Mota e Oriovisto Guimarães. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento Nº 1 , de 2019** que : "Requer a realização de audiência pública com os seguintes convidados: 1. Fábio Ulhoa Coelho - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) 2. Renato Scardoa - Instituto Brasileiro de Direito Empresarial (IBRADEMP); 3. Francisco Satiro - Universidade de São Paulo (USP) 4. Marcos Lisboa - INSPER 5. Júlio César Moreira Barbosa - Confederação Nacional da Indústria (CNI)" **Autoria:** Sen. Angelo Coronel. **Resultado:** Aprovado, com a alteração do nome de Fabíola Pasini por Júlio César Moreira Barbosa, da Confederação Nacional da Indústria (CNI). **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento Nº 2, de 2019** que: "Requer inclusão do convidado Otávio Luiz Rodrigues Jr. na audiência pública." **Autoria:** Sen. Antonio Anastasia. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento Nº 3, de 2019** que : "Requer a inclusão, como convidados para a audiência pública, de representante do Conselho Superior da Fecomércio; da Sra. Samantha Mendes Longo, representante da OAB Federal; e do Sr. Ives Gandra Martins." **Autoria:** Sen. Vanderlan Cardoso. **Resultado:** Aprovado, com a inclusão do nome do Sr. Ives Gandra Martins. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Angelo Coronel

Presidente da Comissão Temporária para Reforma do Código Comercial (Art. 374-RISF) - 2019





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/10/23>

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião da Comissão especial com a finalidade de reanalisar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013 (Código Comercial), criado pelo ato do Presidente do Senado nº 21, de 2019, para adequá-lo às necessidades das transações comerciais atuais.

Antes de iniciar os trabalhos, coloco em votação a Ata da 1ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura. (*Pausa.*)

Como não há quórum para deliberação, fica prejudicado esse item, até o fechamento do nosso quórum.

Esclareço que o prazo para apresentação de emendas descrito no art. 374 do Regimento Interno encerra-se hoje.

A presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos de audiência pública.

ITEM 1

001/2019 – CTRCC

Requer a realização de audiência pública com os seguintes convidados:

1. *Fábio Ulhoa Coelho - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)*
2. *Renato Scardoa - Instituto Brasileiro de Direito Empresarial (IBRADEMP);*
3. *Francisco Satiro - Universidade de São Paulo (USP)*
4. *Marcos Lisboa - INSPER*



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

5. Júlio César Moreira Barbosa - Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Autoria: Senador Angelo Coronel

Este último foi incluído no requerimento em substituição à Sra. Fabíola Pasini, a pedido da CNI.

Há sobre a Mesa ainda dois requerimentos de autoria dos Senadores Antonio Anastasia e Vanderlan Cardoso, respectivamente, os quais incluem extrapauta, nos termos do art. 121 do Regimento Interno.

EXTRAPAUTA**ITEM 2****002/2019 – CTRCC**

Requer inclusão do convidado Otávio Luiz Rodrigues Jr. na audiência pública.

Autoria: Senador Antonio Anastasia.

EXTRAPAUTA**ITEM 3****003/2019 – CTRCC**

Requer a inclusão, como convidados para a audiência pública, de representante do Conselho Superior da Fecomércio; da Sra. Samantha Mendes Longo, representante da OAB Federal; e do Sr. Ives Gandra Martins.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso.

Consulto o Plenário se algum Parlamentar deseja encaminhar a votação no momento adequado, mas concedo a palavra, a pedido, ao Senador Vanderlan, para abrimos aqui as nossas falas do dia de hoje.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, primeiro quero parabenizar o senhor pela condução.

Nós fizemos esse requerimento, Sr. Presidente, convidando um representante do Conselho Superior da Fecomércio, de São Paulo, e a Sra. Samantha Mendes Longo, que é



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

representante da OAB Federal. Isso é para dar uma segurança nos debates, já que as nossas audiências públicas aqui têm sido muito proveitosas, primeiro, para melhorar o nosso conhecimento. O senhor é membro também da CCT e o senhor tem participado das nossas audiências públicas ali, e os debates que têm sido feitos na CCT e em outras Comissões de que nós participamos vêm enriquecer não somente o nosso conhecimento, mas vêm mostrar à sociedade que aqui no Senado Federal, além de haver muito trabalho, há os debates e também os embates, não é? E a justificação é com a finalidade mesmo de garantir a segurança jurídica. É um momento oportuno de a gente estar discutindo aqui.

O senhor já fez a leitura – eu ia fazer a leitura, então não é preciso.

No mais, é para parabenizar V. Exa. pela condução.

Acho que já, já vai dar o quórum para que a gente possa votar os requerimentos ou o que for colocado em pauta.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra ao nobre Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Para discutir.) – Quero cumprimentá-lo, Sr. Presidente, pela condução dos trabalhos e salientar a importância desta Comissão especial.

Modificar o Código do Comércio é uma expectativa já de muito tempo. Só vale lembrar que esse código que está em vigência é de 1850 – 1850!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Bem jovem.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Bem jovem. Imaginemos nós quanta coisa mudou daquela data até hoje. É evidente que mudanças foram feitas ao longo do tempo, mas a base é de 1850.

Então, é pertinente essa discussão, esse debate é oportuno, e o que é importante, Presidente – e fica aqui um pedido da nossa parte –, é que possamos ouvir os comerciantes, ouvir os empresários, ouvir também a sociedade, que são os consumidores do comércio.

Então, todos nós temos que estar atentos para saber o que pensa o consumidor, o que pensa o comerciante. Por exemplo, o comerciante do meu Estado é diferente do comerciante do seu Estado da Bahia, que não é igual ao do Rio de Janeiro, que é diferente do comerciante do Paraná e também do de São Paulo, que tem as suas peculiaridades. Ou seja, nós temos que analisar o código como um código brasileiro que venha proteger, dar segurança jurídica aos comerciantes e ao consumidor também.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu entendo que esse trabalho é muito importante. V. Exa. junto com o Presidente Davi foram muito felizes em constituir esta Comissão para debater esse código que, só pelas datas, já mostra a sua importância. É evidente que nós temos que atualizá-lo, modernizá-lo.

Hoje, não o Brasil, mas o mundo está muito moderno. A tecnologia está à disposição de toda a população, do mais simples, das pessoas mais humildes, às pessoas que têm um conhecimento muito maior. Portanto, nós precisamos utilizar toda essa tecnologia e trazer para o comércio. O comércio espera essas mudanças há muito tempo.

Em meio a tantas reformas que acontecem no nosso País, sejam reformas iniciadas no Senado, sejam reformas iniciadas na Câmara ou no próprio Executivo – nós estamos vendo muitas reformas acontecerem – esta é uma delas e é muito importante para o futuro do nosso País. Portanto, nós estamos aqui para debater, para discutir.

A Senadora Soraya Thronicke, que é a nossa Relatora, tenho certeza de que fará um belo de um relatório. E vamos abrir esse debate. O debate é importante, e o Parlamento é exatamente para isto: para a gente falar, mas também ouvir, e ouvir para ter o conhecimento, conhecimento que muitas vezes nós temos da nossa região, do nosso mundo, mas nós não temos o conhecimento amplo. Por isso a importância de nós ouvirmos vários setores, de várias regiões, e também os consumidores. Só depois de ouvirmos a todos eles, nós poderemos opinar com mais segurança, numa reforma que é da maior importância para o nosso País.

Então, cumprimento V. Exa, Senador Angelo Coronel, e os nossos pares colegas Senadores.

E vamos abrir o debate. Eu entendo que são importantes esses requerimentos todos para audiências públicas, para que ouçamos as pessoas que têm, de fato, um conhecimento amplo do que acontece no comércio brasileiro.

Meus cumprimentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Corroboro com a sua fala, nobre Senador Acir, como também com a fala do Senador Vanderlan.

São de grande valia esses debates. Como V. Exa. falou, o que acontece no seu Estado não acontece em São Paulo; então, nós precisamos, na verdade, fazer uma integração no Brasil para que tenhamos realmente um código que venha a atender a expectativa do empresário brasileiro no que diz respeito ao comércio e à indústria.

Todos nós sabemos que o Código Civil de 2002 praticamente absorveu o Código Comercial – só está em vigor hoje, praticamente, o Direito Marítimo. Então, nós precisamos nos desvincular do Código Civil e revitalizar o nosso Código Comercial.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Ele, em 2013, ficou pronto, de autoria do Senador Renan Calheiros, houve a relatoria do Senador Pedro Chaves, e não conseguiu ir a Plenário. Criamos esta Comissão, sob a anuência da Presidência do Senado. A nossa Relatora Soraya deverá também apresentar alguma minuta, que eu soube que ela está alinhavando, mas não chegou, pelo que eu soube, a nenhum Senador, ainda, desta Comissão. Espero que a nobre Senadora faça essa distribuição, até para que cada Senador possa também opinar, porque eu acho que, quando se cria uma Comissão, é para haver decisões colegiadas. Então, decisões monocráticas não cabem quando existe uma Comissão criada.

Mas eu tenho certeza de que nós vamos conduzir com total maestria, com total isenção, sem partidarizar, porque não podemos ter um Código Comercial partidarizado. O Brasil é plural, então não podemos ter um Código Comercial que atenda somente ao poder que está de plantão. Temos que ter um Código Comercial que atenda a todo o povo brasileiro, independentemente de seu matiz partidário e de seu matiz ideológico. Esta será a condução dos trabalhos, com isenção.

E fico feliz e tranquilo porque eu vejo que os titulares desta Comissão são todos de algum setor comercial, empresarial, e têm as suas experiências a expor nesta Comissão. E, também, vamos com isso nos unir aos especialistas, tanto de universidades, como da OAB, como das confederações, ouvindo também todas as representações de sindicatos patronais do Brasil, para que possamos, com isso, ao longo do período que está estimado para encerrar os trabalhos, ter aqui um relatório substanciado, um relatório que realmente atenda e que seja palatável para ser aprovado, porque não adianta termos um relatório que chegue ao Plenário do Senado e não passe. Então, nós temos que ter um relatório consciencioso, um relatório, como eu disse, que atenda todos os matizes empresariais brasileiros e também os matizes políticos, porque, se partidarizarmos, o nosso Código Comercial fica de novo no nascedouro.

Com a palavra o Senador Vanderlan.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO. Para discutir.) – Presidente, no meu requerimento foi colocado o representante da Fecomércio, mas queria até sugerir aqui, inclusive... Nós vamos trabalhar para que venha o jurista Ives Gandra Martins, que é um tributarista muito respeitado. Conheço o seu trabalho, já que é uma área de que a gente entende um pouco, a questão tributária no nosso País, até mesmo porque – o senhor sabe –, para ser empresário neste País, gerar emprego e renda, pagar imposto e sobreviver...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não é fácil.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Esses 27 Estados da Federação – cada Estado com a sua questão tributária – têm a sua norma tributária. Então, a gente tem que entender um pouco a questão tributária. E eu respeito muito o jurista Ives Gandra Martins.

Então, vamos trabalhar para que, no dia... A gente colocou o representante, porque a agenda dele é um pouco tumultuada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos tentar ajustar para que ele possa vir.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Vamos fazer um esforço para ajustar para que ele esteja aqui no dia.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É importante.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - GO) – Eu o conheço e vou conversar com ele pessoalmente.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra ao Senador Wellington Fagundes, porque eu tenho certeza – eu o conheço há muito tempo – de que ele não pode ver um microfone que ele quer externar o seu sentimento e a sua experiência, principalmente nesse segmento, ele que também é um Senador empresário.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discutir.) – Primeiramente, eu quero aqui trazer a minha grande satisfação de poder ser presidido pelo meu amigo Senador Coronel, companheiro da Bahia com quem a gente tem amizade há muitos anos. Sei da sua competência: foi Presidente da Assembleia Legislativa e vai conduzir os trabalhos aqui com toda a maestria.

E, principalmente, Presidente, pode ter certeza – como V. Exa. colocou – de que todos nós aqui temos a experiência do dia a dia do que é tocar uma empresa e, principalmente, de começar com a pequena empresa. Eu sempre tenho dito que as cidades normalmente começam com um pequeno negócio. É um pequeno posto de gasolina, a partir do qual começa ali a surgir a cidade; é alguém que vai ali no entroncamento e monta o seu primeiro negócio. E as cidades assim surgem também.

Então, estar aqui para fazer um código comercial que venha trazer a modernidade, principalmente e também ao comércio eletrônico e a toda situação que hoje exige que a gente faça uma legislação moderna, eu acho que é o grande desafio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho certeza de que todos nós aqui vamos nos debruçar sobre esse assunto, porque isso será extremamente importante para o Brasil, na geração de emprego, nesse momento em que precisamos trazer estabilidade para as nossas empresas, porque no Brasil a morte das empresas é muito grande. E abrir uma empresa hoje é muito difícil; fechar uma empresa é tão difícil quanto. Para aquele que tem o seu negócio, para mantê-lo há burocracia, tem que atender... Como dizia uma vez Delfim Netto, no Brasil só paga imposto quem não tem um contador ou um advogado competente. E não é isso.

Nós queremos é que todos paguem, e paguem menos. E que paguem, eu diria, até com solidariedade, no sentido de que esse recurso pago no imposto seja devolvido para o cidadão da melhor forma possível. E o comércio, sem dúvida nenhuma, é o maior gerador de emprego de qualquer país.

Então, eu acho que é um desafio de todos nós. E, sob a sua Presidência, eu tenho certeza de que vamos entregar para o Brasil algo moderno.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Obrigado, nobre Senador Wellington Fagundes. Tenho o prazer de ser seu amigo de muitos anos, principalmente do seu pai, que é um baiano! Ele saiu da Bahia para o Estado de Mato Grosso, segundo informações de Wellington, montado no lombo de um burro, mas conseguiu chegar a Rondonópolis, e lá constituiu a sua família, mas não deixa de ter as suas raízes fincadas e ainda adubadas na Bahia.

Passamos, agora, à votação dos Requerimentos 1, 2 e 3, que foram lidos anteriormente.

Aqueles que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Eu quero propor a prorrogação do prazo de apresentação de emendas por mais 30 dias, já que, pelo nosso Regimento, encerraria no dia de hoje, mas propriamente hoje esta Comissão começa a dar seu *start*. Então, gostaria de consultar o Plenário se aprova a prorrogação do prazo de apresentação de emenda por mais 30 dias.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Passo também à votação da Ata da 1ª Reunião, solicitando a dispensa da sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovada.

Repassarei todas as informações para a nossa Relatora, para que ela possa expedir os convites aos nobres palestrantes do futuro, o Fábio Ulhoa Coelho, Renato Scardoa, Francisco Satiro, Marcos Lisboa, Júlio César Moreira Barbosa, que foi substituído pela Sra. Fabíola Pasini, da CNI; e também os requerimentos do Senador Antonio Anastasia e do Senador Vanderlan Cardoso, nos quais também convidam o Prof. Otávio Luiz Rodrigues para a audiência pública e a Sra. Samantha Mendes, da Fecomércio – requerimento do Senador Vanderlan.

Quanto à questão do Ives Gandra Martins, vamos tentar agendá-lo para que ele venha somar a esta Comissão. Por ele ser um jurista especializado, tenho certeza de que será de grande valia a sua participação aqui neste Plenário.

Agradeço a presença de todos...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Pela ordem.) – Só para esclarecer: existe uma data já prevista para essas audiências públicas ou ainda dependeremos de conversar com os convidados? Há mais ou menos uma data para essa audiência pública, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Olhe, agora com o término da votação da previdência hoje, acho que vão ficar mais aliviadas aqui as atividades do Senado. Eu vou sentar com a Senadora Soraya, que é a nossa Relatora, para que a gente faça um cronograma dessas palestras, para que a gente possa, com isso, dar uma celeridade para ver se, até o recesso Parlamentar, já está pelo menos com a minuta desse relatório pronto para levar a Plenário.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito bem. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Agradeço a presença de todos; a presença também aqui do Dr. Diego Montenegro, advogado, baiano, especialista no segmento; a presença da imprensa, dos senhores assessores, dos convidados e da Consultoria aqui também presente nesta manhã de hoje.

Declaro encerrada a presente reunião.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fiquem com Deus!

(Iniciada às 9 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 57 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA CPI DE BRUMADINHO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e dez minutos do dia treze de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Rose de Freitas, reúne-se a CPI de Brumadinho com a presença dos Senadores Antonio Anastasia, Selma Arruda, Dário Berger, Randolfe Rodrigues, Jorge Kajuru, Telmário Mota, Wellington Fagundes, Carlos Viana, Otto Alencar, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Marcos do Val, Jayme Campos, Angelo Coronel, Rodrigo Pacheco e Izalci Lucas. Deixa de comparecer o Senador Marcio Bittar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Instalação e eleição.. Finalidade:** Instalação e eleição Presidente e Vice-presidente. **Resultado:** Eleita Presidente a Senadora Rose de Freitas e, Vice-Presidente, o Senador Randolfe Rodrigues. Designado Relator o Senador Carlos Viana. Aprovado extra-pauta o Requerimento nº 1/2019. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 1 de 2019** que: "Requer que sejam convocados o Ex-presidente da Vale, Sr. Fábio Schvartsman e o Presidente em exercício, o Sr. Eduardo Salles Bartolomeo, para tratar da tragédia ocorrida em Brumadinho." **Autoria:** Senador Otto Alencar e outros. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Rose de Freitas

Presidente Eventual da CPI de Brumadinho

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/03/13>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião destinada à eleição dos cargos de Presidente, Vice-Presidente e designação de Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 21, de 2019, para apurar as causas do rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, da empresa de mineração Vale, em Brumadinho, tendo como objetivo identificar os responsáveis, quais foram as falhas dos órgãos competentes, os autores dos laudos técnicos e a adoção das providências cabíveis para evitar novos acidentes.

Instalada a Comissão, eu vou consultar as Lideranças que aqui se encontram sobre as indicações para preenchimento dos cargos de Presidente e Vice-Presidente.

A palavra está aberta.

Eu gostaria, antes de passar a palavra, de dizer da importância que tem esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Por quê? No Brasil, evidentemente que a gestão pública tem tido verdadeiras lacunas que fizeram com que nós, mesmo no Parlamento, deixássemos de observar como é que funcionava, Senador Otto, a fiscalização, como é que os projetos eram aprovados, quem aprovava, quais eram as técnicas exigidas para que um projeto dessa monta, da Vale do Rio Doce, que é quase um país, tivesse capacidade técnica, por quantos anos ele se fez necessário e se era necessário mais que uma fiscalização anual, temporária. Tudo isso não era de conhecimento desta Casa, embora por aqui tivessem passado vários relatórios que abordassem essa questão necessária de estudo das barragens e algumas observações pertinentes de técnicos de outras áreas e de voluntários. Portanto, eu acho importante esse trabalho.

Na minha visão, Senador Otto – quero dizer isto para V. Exa. –, é um trabalho para ter princípio, meio e fim. Não é uma CPMI para fazer protagonismo político, mas um trabalho que sirva, historicamente, estruturalmente, administrativamente, fiscalizadamente, para contribuir para que erros e acidentes como esse, que levaram vidas, que destruíram famílias, cidades, que alteraram a visão que a gente tinha inclusive do patrimônio que nós considerávamos que era patrimônio público, a conquista de uma empresa dessa envergadura.

Então, eu gostaria de propor, mais adiante, quando tivéssemos aqui o Presidente, o Relator e o Vice-Presidente, um procedimento que nos desse a capacidade de nos dedicarmos a esse trabalho e de concluí-lo, a bem do Brasil, o mais rapidamente possível.

A palavra está franqueada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não, eu vou declinar, Presidente. Logo após a eleição da presidência, relatoria e vice-presidência, eu uso da palavra. Pode ser?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Já foram eleitos?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Se é tão rápido assim...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Não, eu declino e falo logo após a definição da composição da CPI.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Presidente Rose, coloco aqui também, com a permissão de V. Exa., em acordo com o nosso Líder, Senador Otto Alencar, que a senhora, durante o desastre de Mariana, tentou, nesta Casa, a instalação também de uma CPI. Foi uma guerreira, batalhou, mas, infelizmente, não houve uma sequência. Então, aqui, permita-me propor que a senhora seja a Presidente desta CPI, pelo esforço que tem feito desde Mariana, porque, se nós tivéssemos feito a lição de casa corretamente durante aquele acidente – aquele acidente, não, aquela tragédia, porque a palavra correta é esta –, nós hoje poderíamos ter essas 300 pessoas que pereceram lá vivas. Se a legislação tivesse se adequadado, se nós tivéssemos feito uma investigação como o povo brasileiro exige, como o povo de Minas Gerais quer, nós poderíamos ter salvado aquelas vidas. Infelizmente, de lá para cá, desde Mariana, nós, praticamente, não vimos mudanças importantes na legislação, na estrutura da fiscalização e no desejo de fato de que tragédias como essa não voltem a acontecer.

Então, proponho aqui que V. Exa. seja colocada como a Presidente desta CPI, em homenagem a todo o seu trabalho de Mariana, porque a senhora se mostrou ser uma visionária. Se nós tivéssemos feito, de fato, repito, todo o trabalho que a população espera de nós, representantes do Legislativo, as famílias não estariam chorando hoje as mortes daquelas pessoas lá em Brumadinho.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu até me emocionei.

Senador Otto, com a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Senadora Rose de Freitas, eu sugiro também que V. Exa. venha a ser a Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Primeiro, eu acompanhei o trabalho de V. Exa. naquela catástrofe, naquela tragédia de Mariana. Acompanhei o seu trabalho, o trabalho do Senador Ricardo Ferraço, a luta que foi travada aqui no





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senado para, de alguma forma, fazer uma comissão parlamentar de inquérito, modificar-se a legislação, que, na época, não foi modificada.

Eu creio que duas coisas atingiram muito o meio ambiente neste País nos últimos anos: primeiro foi a questão de Mariana com a contaminação por completo do Rio Doce; as dificuldades econômicas por que atravessou o Estado do Espírito Santo, que as atravessa até hoje.

Depois disso, repetindo o mesmo acidente, essa tragédia de Brumadinho com a ruptura da Barragem do Córrego do Feijão, que levou à morte um dos principais rios da margem direita do Rio São Francisco. Como conhece bem aqui o Senador Carlos Viana, ele é um rio, hoje, completamente morto, sem condição para nenhum tipo de vida, para nenhum peixe, nenhuma planta, absolutamente nada. Não tem praticamente... Acho que tem índice zero de oxigênio dissolvido. E, sem oxigênio dissolvido na água, não há condição nem de planta, nem de peixe sobreviverem. Portanto, essa morte do Rio Paraopeba deve, também, chegar lá na frente, se ultrapassar a barragem – antes da Barragem de Três Marias há uma barragem dentro do Rio Paraopeba –, se a ultrapassagem chegar a Três Marias, chegará à calha principal do Rio São Francisco. É a Barragem de Retiro Pequeno, lá em Minas Gerais. Então, chegando ao Rio São Francisco, a tragédia vai ser muito grande do ponto de vista ambiental e de água para abastecimento humano. Mas essa é uma tragédia ambiental que é menos dolorosa do que a tragédia que ceifou tantas vidas. Foram mais de 300 e tantas vidas que desapareceram nessa situação.

Vejo isso como a coisa mais irresponsável que uma empresa da estatura da Vale tenha feito do ponto de vista da instalação de uma barragem e da engenharia. Só se faz uma barragem onde há uma bacia. Se você tem uma bacia, de um lado e de outro, você tem as partes altas dos morros para barrar e fazer a barragem. Você não faz uma barragem no plano porque não vai acumular absolutamente nada. Daí eu pergunto: por que é que a Vale fez a instalação do refeitório da administração da empresa à frente da barragem, e não no alto, ao lado, onde havia os dois lados para fazer essa instalação? Sabe por que não fez? Porque foi mais barato fazer à frente da barragem do que fazer uma terraplenagem e colocar a administração lá em cima. Então, veja que é o capital selvagem, o lucro, com um cifrão enorme, em detrimento da segurança, da vida das pessoas. Então, não pode isso ficar impune. Nossa luta aqui é para que a CPI venha a funcionar e, como V. Exa. falou, com começo, meio e fim.

Portanto, conclamo – e não sei se estou sendo ouvido pelos outros componentes – o Senador Randolfe Rodrigues, a Senadora Leila Barros, o Senador Marcio Bittar, Jean Paul Prates e todos os outros Senadores, o Senador Roberto Rocha, para que todos possamos trabalhar aqui intensamente. Estou como suplente, até porque vejo que, neste momento, dois Senadores foram os que mais sofreram com essa situação: V. Exa., lá em Mariana, e o Senador Carlos Viana agora em Brumadinho, porque é mineiro; V. Exa. é capixaba, e ele é mineiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, todos nós sofremos, mas eu sei que corta o coração muito mais das pessoas que estão ali, próximas, vendo o drama daqueles que tiveram perdas enormes de familiares, de suas propriedades, do meio ambiente.

Foi eu falar no Randolfe, chegou aqui o Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Estava falando bem ou mal?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Bem! Eu estou inclusive, Carlos...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... chamando-o de piloto. O apelido dele aqui, agora, é piloto. É porque ele pilota aqui o Senado em todas as questões mais importantes, mais polêmicas. Pela coragem dele, é o piloto que conduz aqui o nosso Senado Federal.

Portanto, eu acho, com propriedade, que V. Exa. deveria aceitar ser a Presidente. Se o for, terá o nosso apoio aqui, inconteste. De alguma forma, assumindo, vamos começar os trabalhos. Eu me coloco à inteira disposição de V. Exa. para tudo o que for possível.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Quando o Senador Carlos Viana cita o exemplo do que aconteceu com a CPI de Mariana, é um dos procedimentos que esta Casa tem que refutar, inclusive com base no Regimento. E eu luto para alterar o Regimento em muitas coisas.

A CPI teve o apoio e o quórum necessários para a sua instalação, e os partidos, alguns deles, não indicaram. Isso é capitular um momento de dor da população brasileira, de assombro diante de um quadro de negligência, ganância, usura e irresponsabilidade – como o relato do Senador Otto, que está aqui –, da total indiferença que foi adotada por esta Casa num momento em que deveríamos ter instalado aquela CPI.

Portanto, eu acho que nós vamos tratar aqui é de rever todo o procedimento dentro do Legislativo, alcançando, evidentemente, a responsabilidade que teremos para reconstruir os instrumentos que permitam que este País não passe mais por um absurdo desse. É imensurável a tragédia que consumiu, diante dos nossos olhos... Levando-se em conta que em Mariana, Senador Carlos...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... que no Espírito Santo as bacias não se recuperam mais. E aqueles que foram alijados desse processo por esse crime, por essa irresponsabilidade... Ficaram as vítimas espalhadas como mortos, em sepulcros, ao longo daquela estrada, ao longo daquele acidente, e o prejuízo causado a este País.

Então, o nosso trabalho aqui, de todos nós, será exatamente, Senadora, lutar para que não seja mais um cenário de protagonistas, mas seja um trabalho sediado no melhor sentimento que um Congresso Nacional pode ter, que é o de não só apurar, mas de construir, daqui para a frente, instrumentos, leis e quadros técnicos dentro de uma administração em parceria com os nossos projetos de investidores em nível nacional – como no caso da Vale –, mas que seja para construir, e não para virarmos apenas demolidores públicos dessa tragédia, mais ainda pelo que essa catástrofe significa.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Permite-me, pedindo aqui licença, a palavra novamente. Hoje, pela manhã, Otto, Senadora Eliziane, Randolfe, na Comissão de Desenvolvimento Regional, o Senador Elmano Férrer, do Piauí, entregou um relatório muito bem-feito sobre segurança das barragens do nosso País. Um trabalho feito nos últimos dois anos, em que foram detalhados... Foram 35 mil quilômetros de visitas às barragens.

Naquele momento, Senador, nós conversávamos e, quando nós falamos em segurança de barragens, o primeiro pensamento e o que tem sido muito divulgado é apenas o da engenharia: o de que a obra, que deveria ser um benefício, não se torne um problema. Mas segurança de barragem é muito mais do que apenas isso. Quando falamos em barragem de água no Semiárido, por exemplo, nós temos de falar na segurança da barragem, na proteção das nascentes, no combate ao desmatamento e ao assoreamento. Isso também é segurança de barragem, para que ela tenha água para as pessoas beberem. Quando nós falamos em segurança de barragem, nós não falamos só da engenharia porque também temos que falar do lado econômico.

Uma cidade como Brumadinho, por exemplo, em que houve esse desastre, vive um sentimento dúbio. A Vale vai lá, adianta 20 milhões de contribuição financeira de exploração mineral, a Prefeitura se recolhe. O sindicato dos trabalhadores deveria ser o primeiro, inclusive, a estar ali o tempo todo cobrando, mas a empresa promete manter todos os empregos durante o período de recuperação e ele também se cala, fica parado. E quem fica no sofrimento são as famílias.

E é bom a gente deixar claro que no Brasil hoje a questão não é acabar com a mineração; a questão é nós, legisladores, determinarmos como essa mineração vai ser feita. É isso que a população espera de nós. O Estado não pode abrir mão da fiscalização e não pode permitir, em hipótese alguma, que o setor se autorregule. Isso não é possível. Daí a satisfação em estar participando como membro



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

desta CPI para que a gente possa resgatar o papel do Estado de fiscalizador e de regulador de uma área tão importante para o País.

Esse é outro problema também, a questão do impacto. Rompe-se uma barragem dessa, a mineração é suspensão, o Município fica sem receber, o Estado fica sem receber. Quem vai pagar os bombeiros? Quem vai pagar os policiais? Quem vai pagar todo o esforço do Estado? As multas que são recolhidas do meio ambiente não são aplicadas no local em que a tragédia aconteceu. Então, são pontos da legislação que nós precisamos começar a rever.

E esta é a Casa. O Senado tem essa obrigação, porque atingiu Minas Gerais, atingiu o Espírito Santo. Hoje a mineração caminha para o Norte, caminha para o Maranhão, para o Pará, e, se nós hoje não agirmos com muita firmeza, nós teremos em outros Estados brasileiros a mesma dor que nós sentimos hoje em Minas Gerais.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Concedo a palavra à Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Senadora Rose, eu queria me juntar aos colegas acerca da indicação de V. Exa. para presidir esta Comissão, muito embora eu não seja membro dela. E não foi por falta de desejo, mas, do ponto de vista da proporcionalidade, nós estamos muito bem representados nesta Comissão pelos colegas Randolfe, Kajuru e Leila, que eu não tenho nenhuma dúvida de que farão um grande trabalho nesta Comissão.

Mas estaremos aqui. O PPS participará dos debates...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Há ainda uma vaga de suplente e já iremos reivindicar no bloco a presença de V. Exa. Esse problema já está resolvido.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Senador, muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Nós estávamos nos oferecendo aqui para fazer a mesma coisa. E há o bloco do MDB também. Não há uma vaga?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Na verdade, ali há duas vagas.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Do MDB, PRB e PP.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Seja tratada como membro, minha querida colega Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Senador Randolfe, muito obrigada. Meu respeito e admiração pelo senhor, que faz um trabalho extraordinário nesta Casa.

Senador, eu o cumprimento por várias razões, naturalmente: pelo seu engajamento, pela sua luta, pelo seu protagonismo. A gente que chega aqui e acompanha o trabalho de todos vocês pela televisão sabe que V. Exa. fez um grande trabalho nesta Casa.

Com uma mulher na condução de uma Comissão Parlamentar de Inquérito – aliás, um espaço que eminentemente acaba sendo conduzido por homens – acho que a presença da mulher dá um protagonismo diferenciado, sobretudo agora neste mês de março.

E esta CPI chega em boa hora, naturalmente se sucedendo a uma tragédia, o que é algo realmente terrível. O nosso País se sensibiliza muito com as tragédias. A gente vê isso de forma muito clara, a exemplo do que hoje nós estamos vivenciando. Cada brasileiro consternado, profundamente abalado, seja mãe ou pai, ou quem não é mãe ou pai, que não tenha filho na escola está vendo hoje o pânico e o pavor dessa tragédia que nós estamos acompanhando em São Paulo com proporções terríveis inclusive e que nos traz uma reflexão, sobre o que falaremos no momento adequado.

No meu entendimento, uma verdadeira... Hoje, houve vários depoimentos, várias defesas de um lado e de outro. Para mim, inclusive acho essa defesa terrível. Para mim é uma sanha armamentista, assassina a que temos de fazer o enfrentamento no momento certo.

Mas, falando da questão da CPI, a gente viveu uma tragédia recente gravíssima, com 165 mortos mais 155 desaparecidos, um escárnio, na minha opinião, para a nossa sociedade diante da leniência de um Estado que, no meu entendimento, é frouxo e que não agiu como deveria agir na punição, na sua função de controle e na sua função de fiscalização. Não adiante a gente acompanhar Mariana, esperar Brumadinho, esperar mais outras tragédias para a gente ter uma ação enérgica.

Esta Comissão, Senadora, tem um papel preponderante neste momento. É uma comissão de inquérito, vai fazer a investigação e, ao final, nós teremos um relatório – parece que o Senador Carlos Viana será o Relator – que não tenho dúvida de que será um grande relatório.

Agora, e depois do relatório? Qual a função que nós teremos e que ação que nós teremos do Ministério Público Federal, da magistratura e dos órgãos que fazem esse papel da fiscalização e controle para que a gente possa evitar novas tragédias?

Nós tivemos recentemente a aprovação de um relatório importante na CCJ, se não me foge a memória, do Senador Anastasia, que fez a apresentação de um novo arcabouço legal. Nós inclusive apresentamos uma emenda criando um plano de ação emergencial para todas as barragens, inclusive





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com o envolvimento da sociedade, Senadora, dos moradores, da comunidade, para participar, porque eles estão no entorno desses grandes empreendimentos. Eu digo isso, Senador Carlos Viana, porque o meu Estado, como V. Exa. colocou muito bem, tem barragens. E a gente pode não saber o que está acontecendo porque as famílias e os moradores do entorno trazem o reclame, mas nem sempre há uma ação, sobretudo dessas grandes empresas que estão nesses empreendimentos.

O que nós temos, na verdade, em relação a essas empresas é que são grandes empresas que vêm para o Brasil, exploram, ganham muito dinheiro, fazem um impacto ambiental violento, matam e depois saem. E pagam, às vezes, valores que são muito irrisórios diante do lucro exorbitante que têm. Então, para elas, parece que é compensador. E o crime não pode ser compensador.

Acho que, por exemplo, essa ampliação das multas é algo realmente importante. Agora, mais do que tratar como uma tragédia situações como essas, precisamos tratá-las como ação criminosa. E, por ser ação criminosa, precisa, na verdade, haver aplicação penal como hoje nós temos as previsões legais já estabelecidas.

Então, eu quero finalizar dizendo que situações como essas não podem ir para debaixo do tapete.

Esta CPI, não tenho nenhuma dúvida, fará o seu papel, com a sua presença na condução, com a presença do Senador Carlos Viana e desse gigante que foi o Senador Otto Alencar, que fez todo um encaminhamento para que a gente pudesse chegar até aqui. A sua busca, o seu envolvimento, a sua procura, o envolvimento de todos os Senadores puxados – e eu queria trazer esse reconhecimento, Senador – pelo senhor aqui nesta Casa.

Não sei como é que está aí, mas acredito que o senhor tem que estar também como Vice-Presidente nesta Comissão.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Eu sou suplente. Vou sugerir o Randolfe.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Randolfe.

Para que possa...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Randolfe para Vice-Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – O Randolfe também fará um grande trabalho aqui nesta Comissão, mas a sua presença nesta Comissão tem um valor muito importante para que a gente não possa ter outras tragédias em nosso País.

Aliás, nós temos vivido tantas tragédias em nosso País, uma substituindo a outra. Realmente é algo grave e nós precisamos estar atentos com relação a isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a minha torcida é que a gente possa ter um grande resultado. Como o meu colega Senador Randolfe já está conseguindo essa nossa vaga, estaremos aqui acompanhando cada momento, cada passo e dando a contribuição do PPS nesta Comissão.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Senadora Rose.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu queria sugerir que o Senador Randolfe pudesse ser o Vice-Presidente da Comissão. Seria uma coisa muito importante.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu estava pedindo...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu acredito que esta tríade: Rose, Randolfe e o Relator... Se V. Exa. pudesse indicar, eu sugiro até ao Senador Carlos Viana, seria uma tríade importante para tocar isso: o nosso piloto, a nossa Rose guerreira e o Carlos lá de Minas.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Só um minutinho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, pela ordem, se V. Exa. assim me permite.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Senador Randolfe, claro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Se V. Exa. assim me permite, primeiramente, antes de solicitar a V. Exa. um encaminhamento pela ordem, permita-me só fazer três registros que nos honram muito: a presença de uma expressiva representação política do meu Partido, da Rede Sustentabilidade. Nós temos aqui presentes dois conterrâneos seus, Senador Carlos Viana: o Vice-Prefeito de Belo Horizonte, Paulo Lamac, e a Deputada estadual Ana Paula, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. A presença dos dois tem significado de diagnóstico, Senador Viana, porque é a presença do seu Estado, ambiente do último e gravíssimo – acho que a maior tragédia ambiental, sem dúvida alguma, da história nacional. E também a presença, a nosso convite, do Deputado distrital, do nosso querido Deputado do Distrito Federal, Deputado Leandro Grass.

Então, eu queria só que fosse feito o registro da presença de S. Exas. aqui nesta sessão: do Vice-Prefeito de BH, da Deputada Ana Paula e do Deputado distrital Leandro Grass.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Só como encaminhamento, eu vou fazer uso da palavra em seguida, mas parece-me que o Senador Otto já fez um encaminhamento de chapa. Longe de mim o posto que a mim ele dirige; o comandante mesmo deste Senado, nós todos o reverenciamos, é o Senador Otto e ele já deu a indicação da chapa. Como ele indicou a chapa, a chapa indicada por ele não pode presidir a sua autoeleição. Então, eu queria sugerir que o Senador Carlos Viana assumisse a Presidência, para aí, por aclamação, obviamente, ver se está aprovada a chapa indicada. É uma questão de ordem que eu faço.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Vamos apenas esclarecer, para que não fique nenhum mal-entendido: nós...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não, ele já deu a ordem unida, né?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Total!

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ordem unida, total... *(Risos.)*

Pergunto: há direito a contestação? "Não". Então, não há. Dizer assim: o Otto seria naturalmente apoiado, até, se assim pretendesse...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Senadora Rose, precisa dar a presença a ele.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu não dei ainda, não?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Não deu, não.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Hoje o dia está terrível, gente. Queria só dizer o seguinte: o Senador Otto naturalmente estaria nessa composição, mas ele é suplente, infelizmente esse Regimento é arcaico... Porque ele é o mais idoso, eu só quero esclarecer.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – É claro que sou.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Deu para entender?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Sou o mais idoso...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Jovem há mais tempo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Olha, eu sou o mais idoso, com muito prazer. No Sertão da Bahia se diz o seguinte: "Quem a velho não chega, de novo não passa".

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Gostei desse pedaço, hein?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Gostou?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Gostei muito.

Então, eu queria só dizer que, quando nós chegamos aqui, houve o impedimento de ele presidir esta sessão, e aí tive que ser eu a sentar aqui; o Carlos Viana, naquela posição; a Eliziane, que não era membro da Comissão e agora já se tornou; e chega o Randolfe. Acho que será consenso entre nós que ele venha a ser o Vice-Presidente: é da luta, é do ramo do trabalho, e tenho certeza de que trará um trabalho profícuo. Então, ninguém se arvora aqui a ser nada, viu, Senador? E nós só temos é que arregañar as mangas e trabalhar muito, porque a sociedade vai cobrar essa resposta e nós temos que ter competência para tê-la.

Então eu vou passar a Presidência...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Vamos ver a presença, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu estou tentando, meu filho, mas não está funcionando daqui...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Ali, dali...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu sento no seu lugar e faço... Não está funcionando.

Senador Carlos Viana, para presidir aqui a eleição, o processo e a posse.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Senadora Rose, daqui V. Exa. faz bem.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Vou fazer ali. Gente, vocês viram como ele manda? Vou... Onde é? Onde é? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Mais uma vez, meu boa-tarde a todos, a todas – eu gosto de fazer a separação sempre. Com muita responsabilidade, com muita alegria, assumo aqui





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temporariamente a Presidência da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigação da tragédia de Brumadinho e coloco aqui em votação aos Srs. Senadores...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Não estou conseguindo registrar a presença aqui, não.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Bote os oito números.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Já coloquei.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Então, havendo o quórum regimental, temos aqui os primeiros nomes e a chapa para assumir o cargo de Presidente e Vice-Presidente da CPI criada pelo Presidente Davi Alcolumbre, com a leitura correta do requerimento ontem à tarde, durante a nossa sessão plenária. Como candidata, a Senadora Rose de Freitas, pelo Espírito Santo, e também, como Vice-Presidente, o Senador Randolfe Rodrigues, do Amapá.

Os Senadores que concordam com a eleição de Rose de Freitas e de Randolfe Rodrigues permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Estão eleitos. Senadora Rose de Freitas, a senhora já pode reassumir aqui o trabalho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Reassumir e sair.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Só se o Otto permitir.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Senador Otto, com permissão.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Tem a minha permissão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Viana. PSD - MG) – Com a concordância do Plenário, declaro eleitos para os cargos de Presidente e Vice-Presidente a Senadora Rose de Freitas, pelo Espírito Santo, e também Randolfe Rodrigues, do Amapá.

Passo a Presidência dos trabalhos, então, à Sra. Senadora.

Parabéns!

Quando conversamos sobre isso, fiquei muito feliz, porque é um reconhecimento pelo trabalho da senhora e pelo de um erro que nós cometemos aqui no passado – eu digo nós, porque agora a Casa é de todos nós, a responsabilidade do futuro – que precisa ser corrigido daqui para frente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Agradecendo a confiança de todos e com muita esperança de que Deus nos acompanhe nessa jornada,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

que acho que é um enorme desafio, quero parabenizar a todos pelo sentimento maravilhoso de conduzir Randolfe à Vice-Presidência, porque se mostra que neste momento não há um jogo de vaidades, não há um jogo de egoísmo, de protagonismo; a gente quer que seja, sim, um trabalho.

Então, eu queria passar a palavra a ele e agradecer, mas, antes disso, eu queria, se me permitirem...

Dois para mandar é demais, gente. Eu não estou aguentando. *(Risos.)*

Eu queria, se me permitirem, fazer a indicação aqui, se for acordo de todos, de Carlos Viana, Senador do Estado de Minas Gerais, que tem se revelado uma pessoa extremamente comprometida com o trabalho desta Casa. Não há um momento em que a gente não conte – como "sim" ali a Eliziane faz – com sua presença, com a sua arguição de ideias, o que é muito importante.

Então, se todos estiverem de acordo, gostaria de indicar como Relator o Senador Carlos Viana.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – De acordo.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – De acordo?

Ao nosso Relator peço uma salva de palmas. *(Palmas.)*

Venha para cá.

O Vice-Presidente já tendo sido eleito por aclamação, com a concordância do Plenário, declaramos eleitos Relator e Vice-Presidente.

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sra. Presidente, Sr. Relator, Senadora Eliziane, que já trato como membro desta Comissão Parlamentar de Inquérito, e Sr. Senador Otto, nosso, de fato, piloto e comandante, autor, primeiro signatário desta Comissão Parlamentar de Inquérito, embora nosso tratamento aqui seja de Comissão Parlamentar de Inquérito para identificar as causas e as razões da tragédia, da maior tragédia ambiental e humana da história nacional, que foi a tragédia de Brumadinho, esta Comissão também terá um tarefa, que eu diria, Senador Otto, maior.

Vejam, segundo dados do Ibama, só no Estado de Minas Gerais, do Senador Carlos Viana, do nosso Vice-Prefeito, da nossa Deputada Estadual, nós temos pelo menos 300 barragens em situação similar à de Brumadinho. No Brasil, são 763; uma delas inclusive no meu Estado do Amapá, que está entre as cinco que estão prestes a eclodir uma catástrofe de igual teor à de Brumadinho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, urge a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, além de investigar as causas de Brumadinho, exigir e acompanhar a punição dos culpados pelo que lá ocorreu, tentar, além disso, mobilizar-se para que essas outras tragédias não ocorram, para inibir que essas outras tragédias ocorram.

Esta Casa, o Senado Federal, deu uma enorme contribuição, Senadora Rose, há duas semanas, quando votou o projeto de lei que originalmente foi constituído a partir da Comissão Especial de Barragens, constituída logo após o desastre de Mariana, que contou com a eminente colaboração do colega Senador Ricardo Ferraço. Dessa comissão especial para estudo da situação das barragens, surgiu um projeto de lei que lamentavelmente não foi votado até a ocorrência da tragédia de Brumadinho. Após Brumadinho, foi apresentado um outro projeto de lei, de autoria da Senadora Leila Barros – ao que foi apensado o projeto do Senador Ricardo Ferraço –, o qual eu tive a honra de relatar na Comissão de Meio Ambiente, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, e que teve o primeiro relatório do Senador Antonio Anastasia. Esse projeto, aprovado já aqui no Senado, já segue para a Câmara, e a palavra está com a Câmara. No meu entender, é uma revolução no sentido da constituição de um marco regulatório que impeça que novas tragédias ocorram.

Vejam, esse projeto, entre outras coisas, proíbe a construção de novas barragens de alteamento a montante. Depois, estabelece a punição, o tratamento como crime hediondo para aquele que der causa a crime ambiental com resultado morte, como é o caso de Brumadinho. Terceiro, estabelece o afastamento liminar cautelar imediato de dirigentes de empresas que tenham responsabilidades em crimes similares aos que aconteceram em Brumadinho e Mariana. E, além disso, o que é mais importante: estabelece uma multa de R\$10 bilhões – é este o número: R\$10 bilhões – para empresas que cometam crimes, inclusive crimes de omissão de dados para a Agência Nacional de Mineração. Para se ter ideia, a maior multa aplicada hoje no Brasil para crimes dessa natureza é de R\$50 milhões.

A Agência Nacional de Mineração chegou anteriormente, Senador Otto, a nos informar que a Vale, uma semana antes – uma semana antes! – do ocorrido em Brumadinho, omitiu informações centrais, informação da situação real da barragem de rejeito de minérios localizada naquele Município.

Hoje, pela legislação, a pena a ser aplicada à Vale é uma multa de R\$3,5 mil. Pelo novo marco legal que nós aprovamos, a multa nesse caso seria de R\$10 bilhões. Portanto, urge que o projeto que nós aprovamos aqui – e eu acho que esta Comissão terá também esse papel – seja votado o quanto antes pela Câmara dos Deputados e sancionado pelo Senhor Presidente da República.

Além disso, além de aprofundar – eu diria mais do que aprofundar –, exigir que os responsáveis pelas tragédias ocorridas recentemente sejam severamente punidos nos termos da legislação. É necessário a esta Comissão fazer um acompanhamento da situação das outras barragens existentes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que nós temos muito trabalho, Senadora Rose, Senador Carlos Viana, Senadora Eliziane, Senador Otto, a ser executado. E existe uma expectativa enorme, eu diria, por parte da sociedade. A presença aqui do Vice-Prefeito de BH, da Deputada Estadual Ana Paula e de representantes da sociedade civil é uma demonstração clara de que existe uma expectativa sobre o nosso trabalho.

Eu tenho certeza de que sob sua liderança e condução, Senadora Rose, nós não faltaremos com o trabalho desta Comissão, que será um trabalho para o Brasil e, em especial, para as gerações futuras.

As tragédias deixam um ensinamento para a história humana. As tragédias deixam, lamentavelmente, ensinamentos para a história humana. A maior homenagem que nós podemos fazer aos mais de trezentos mortos de Brumadinho, aos outros mortos de Mariana não é somente destinar as nossas orações para eles. É também isso. Não é somente lançar flores a eles. Não é somente exigir que os seus familiares tenham encontrado os corpos para poderem fazer o digno sepultamento. Isso tudo é importante, mas a maior homenagem que nós poderemos fazer é criar mecanismos para que, em definitivo, tragédias como essa não voltem a acontecer no Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Antes de passar a palavra para o nosso Relator, ouvindo inclusive o que V. Exa. disse, seria muito bom que nós pudéssemos pedir o assessoramento da Mesa da Comissão para que pudesse fazer um levantamento de todos os projetos de lei que tramitam nesta Casa com o objetivo de edificar novas medidas a serem adotadas, paralelamente ao trabalho de investigação que nós iremos fazer aqui nesta Comissão.

Concedo a palavra ao Relator Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito obrigado, Exa. Muito obrigado a todos pela confiança.

Primeiro, eu quero me permitir aqui pedir licença a vocês para me dirigir a todos aqueles que são de Minas Gerais, o Estado que me elegeu Senador, primeiro mandato. No que depender desta CPI, a investigação será feita, os culpados serão identificados. Tudo que aconteceu antes daquela tragédia e o que precisa ser feito para que outras não aconteçam será colocado em prestação de contas ao povo brasileiro.

Minas Gerais não pode mais assistir ao que tivemos em Mariana. E, durante todo o meu trabalho como jornalista, em que cobri vários desses eventos, venho falando que novas tragédias podem acontecer. E hoje, se nós não tomarmos as providências devidas, outras tragédias virão, dessa vez muito maiores. Tanto que ontem os nossos promotores, a nossa força tarefa, que comanda com muita competência os trabalhos de investigação, já determinaram a retirada de quase 2.500 pessoas de outra barragem, a de Congonhas, também muito perigosa e que pode afetar... Essas áreas chamadas de autossalvamento precisam ser esvaziadas imediatamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é como coloquei aqui aos senhores: nós precisamos recuperar o espaço do Governo de regular o setor e dizer que a atividade econômica é bem-vinda, mas que ela não pode colocar a vida das pessoas em risco. Senador Randolfe, além da nossa obrigação de dizer às pessoas quem são os culpados pelo que aconteceu, nós também, Senadora Rose, podemos caminhar já para um assunto que a Senadora Eliziane colocou com muita tranquilidade, que é a questão da divisão melhor dessa riqueza. Porque o minério, toda a extração é um bem coletivo que nós regulamos para exportação e entregamos a alguém para explorar, mas essa riqueza não é corretamente distribuída.

Nós temos que começar também a trabalhar e a pensar com relação ao ressarcimento aos Estados e Municípios das áreas atingidas, dentro daquilo, Senador Randolfe, que os governadores reclamam há muito tempo da chamada Lei Kandir, que é terem parte nessas exportações como forma de melhorar o caixa dos governos. Podemos caminhar em uma fase da CPI para pedir aos Senadores e encaminharmos como resolução já uma definição, juntamente com o Tribunal de Contas da União, de toda uma nova legislação para o ressarcimento dos Estados dentro da chamada Lei Kandir. É uma proposta que pode trazer tranquilidade, mais alívio aos Prefeitos e também aos Estados.

E quero aqui já fazer um encaminhamento para a próxima audiência que tivermos, nossa própria reunião. Nós vamos apresentar todos os requerimentos que já estão prontos em bloco, para que a gente possa ter agilidade nas oitivas, convidando todos aqueles que nós entendemos como importantes.

Aos meus colegas da imprensa que estão aqui, nós vamos publicizar todas as informações que forem coletadas para serem levadas à população. Isto é um compromisso que esta CPI tem: levar a todos vocês as informações, com a maior transparência possível, nos vários setores.

A equipe que vai trabalhar, quero saudar aqui todos que estão conosco já designados para a Mesa, para a CPI. A minha equipe que está conosco aqui, desde Ronaldo Martins ao Flavio Lima, que foi o grande cérebro da CPI do Futebol, que levou inclusive o Presidente do Barcelona para a cadeia. Esse jovem que está ali é uma das referências no Brasil hoje na interlocução com o Tribunal de Contas, com o Ministério Público Federal, com a Procuradoria da República, está à disposição e vai ser o grande cérebro da organização desse nosso trabalho de investigação.

Com muita responsabilidade, com muito apreço, aceito e tenho certeza de que nós vamos lutar muito para que novas tragédias não aconteçam.

Então, Presidente, Senadora Rose, faço um apelo também aos outros Senadores que são membros e estão nos acompanhando dos gabinetes para que, na próxima reunião que V. Exa. marcar, já tenhamos todos os requerimentos prontos para aprovação e início dos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Senador Otto.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu agradeço à Senadora Rose de Freitas, Presidente. Sei que comandará bem esses trabalhos, o Vice-Presidente é o Senador Randolfe e o Relator é o Senador Carlos Viana.

Eu vou tomar a iniciativa, não sei se o Carlos concorda, mas, de acordo com o que estabelece, prevê e me dá condição o Regimento Interno do Senado, no art. 148, vou propor o primeiro requerimento, que seria o ponto de partida para iniciarmos logo as oitivas. Então, eu gostaria de propor aos Srs. Senadores um requerimento já convocando o ex-Presidente da Vale, que foi recentemente demitido ou pediu para sair, Sr. Fabio Schvartsman. Esse é o requerimento que proponho. Se a Senadora Rose e o Relator acharem por bem, que se coloque em votação para que ele possa vir aqui para a primeira reunião depois da eleição, a não ser que exista algum impedimento dessa ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Se V. Exa. me permite, Presidente e Relator...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não sei se aditando o seu requerimento ou em outro, nos mesmos termos do 184 do Regimento Interno, que o convite seja para o ex-Presidente da Vale e para o atual Presidente em exercício da Vale. Inclusive, eu diria, em oitivas distintas. O primeiro na apuração da investigação do ocorrido; o segundo porque ainda temos barragens de rejeitos da Vale, algumas sob denúncia de situação similar, parecida. Então, se V. Exa. me permite, aditando o requerimento de V. Exa...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sem problema, concordo plenamente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Só a título...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Além do ex-Presidente da Vale, convidar também o atual Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Só a título de redação, Senador, acho que seria interessante: V. Exa. está se referindo a convidar ou a convocar? Eu acho que a convocação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Convocar, perdão, convocação.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O requerimento é de convocação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ambos de convocação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu gostaria apenas, se houver concordância dos demais membros, como se trata do primeiro requerimento e é extrapauta, porque a pauta hoje especificamente era a questão da eleição, se todos estiverem de acordo, nós podemos colocar o requerimento do Senador Otto para aprovação.

Requerimento nº 1, de 2019, que requer que seja convocado o ex-Presidente da Vale, Fabio Schvartsman, para tratar sobre o rompimento da barragem de Brumadinho. O autor é o Senador Otto. Eu vou consultar o Plenário se algum Senador quer encaminhar a votação. Senão, nós podemos votar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, se V. Exa. me permite, o aditamento convocando também o atual Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Com o aditamento do Senador Randolfe convocando o atual Presidente.

O Fabio Schvartsman está afastado provisoriamente, mas há um em exercício?

EXTRAPAUTA

ITEM 1

Requerimento Nº 1/2019

Requer que sejam convocados o ex-Presidente da Vale, Sr. Fábio Schvartsman e o Presidente em exercício, o Sr. Eduardo Salles Bartolomeo, para tratar da tragédia ocorrida em Brumadinho.

Autoria: Senador Otto Alencar

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Então, o requerimento trata da convocação do ex-Presidente e do Presidente em exercício atualmente.

Todos de acordo? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira encaminhar a votação, nós consideramos aprovado o requerimento de V. Exa. e eu vou conceder a palavra ao Relator, que quer fazer uma consideração.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Dentro dessa mesma linha de raciocínio, também vamos, logo depois dos presidentes, ouvir todos aqueles envolvidos que prestaram depoimento à força-tarefa, uma vez que o inquérito já está bem adiantado e temos acompanhado as informações. A nossa preocupação é não atrapalhar em nenhum momento também as investigações do Ministério Público e da Polícia Federal, da Polícia Civil de Minas Gerais. Nós vamos trabalhar em paralelo, dando sempre um passo



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

juntamente com a força-tarefa e à frente nas questões que forem de função e ofício do Senado na investigação da CPI.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Como tudo na vida e que acontece nesta Casa, e quem está aqui há 32 anos não pode dizer que não sabe, e eu sei e me incomoda, eu quero dizer que há muita formalidade, inclusive eu sou respeitadora do Regimento, sou Constituinte, respeito a Constituição, mas, se eu puder eliminar os caminhos excessivamente protocolares que impedem que Parlamentares que estejam em outras Comissões apresentem requerimento aqui, que não tenham que fazer isso presencialmente, que façam através da relatoria, ou que seja nomeado alguém aqui no Plenário, indicado para fazer a apresentação dos requerimentos, eu quero dizer que vou quebrar essa questão protocolar. O que mais interessa ao Brasil é eficiência e não os protocolos excessivamente conduzidos nessas Comissões.

Eu acho que, uma vez membro da Comissão, suplente da Comissão ou quem tiver interesse no trabalho da Comissão, como demonstrado pela Senadora aqui presente, os requerimentos serão todos bem-vindos se apresentados à Comissão, porque se trata de um trabalho superveniente importante para este Brasil. Como disse o Senador Randolfe, historicamente, ele pode marcar o procedimento desta Casa em relação a questões de gestão, trabalho, eficiência, compromisso, verdade. Não há inocentes nessa história e nesse episódio, não existem inocentes, mas esta Comissão não poderá se julgar amanhã culpada por não ter tido a eficiência de conduzir os trabalhos para chegar mais adiante com as responsabilidades assumidas e com o trabalho que efetivamente pode mudar essa realidade e evitar que, como ele bem disse, haja qualquer outro acidente próximo a isso, parecido com isso, ou suspeição de quem possa existir, até a suspeita de que amanhã poderá – como ele levantou, em Minas Gerais, acho, 392 barragens que estão aí colocadas como barragens de risco...

Não é isso, doutor?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Então, se a gente amanhã, depois de todo este trabalho, depois de tudo... Porque o trabalho sobre o aproveitamento dos resíduos dessas barragens, Randolfe... Existem milhares que nunca foram considerados, nunca foram levados tecnicamente a sério pelas empresas, que queriam mais ver os lucros do negócio do que tudo aquilo...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Senadora...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Até o que o Senador Otto citou aqui, nesta pergunta, e eu tenho uma formação técnica – por que o refeitório foi construído ali? –, não há lógica. Se você pegasse um topógrafo – e ele não precisava entender de geologia, de movimento nem de terraplanagem, nem ser um arquiteto ou um engenheiro, ele poderia



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

dizer: "Olha só: a barragem está ali e o restaurante está aqui. Se acontecer alguma coisa, inevitavelmente será atingida a estrutura desse restaurante, que é onde as pessoas normalmente se alimentam". Inclusive, nós sabemos contar o número de vítimas, de pessoas que ali estavam.

Então, eu quero dizer que nós precisamos diminuir a burocracia, viu, Senador? Eu quero contar com o seu papel importante aqui para que nós possamos ser ágeis, ser capazes de conduzir este trabalho a bom termo e apresentar resultados ao País.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Senadora Rose, só complementando o que V. Exa. tem dito – e o Senador Otto também conhece muito, porque é um profundo estudioso nessa questão das barragens –, nós estamos trabalhando, num primeiro momento, apenas com a questão das barragens de minério, mas, se nós observamos em profundidade nos estudos que nós temos todos em relação a Minas Gerais, Senadora Eliziane, nós temos barragens com rejeitos de urânio – barragens radioativas –, nós temos barragens com arsênio, com mercúrio – que são as de mineração de ouro –, que, na hipótese de qualquer vazamento ou qualquer falha, podem comprometer o abastecimento de milhões de pessoas do norte de Minas e dos Estados do Nordeste. Essa é a preocupação hoje.

Falamos muito sobre a questão de minério de ferro, mas nós temos que trabalhar a questão dos rejeitos em todas as outras situações, porque nós somos um país de uma cultura em que nós lamentamos muito a morte e valorizamos pouco a vida. Infelizmente se tornam muito mais notícia e muito mais envolvimento as tragédias do que propriamente o trabalho de prevenção.

Eu proponho a V. Exa. que seja um dos pontos guia desta CPI a questão da prevenção de novas tragédias, para o futuro do nosso País.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sra. Presidente, se V. Exa. me permite, eu acho que, na nossa próxima reunião, além de ouvir os primeiros já agora convocados para depor – o ex-Presidente e o atual Presidente em exercício –, S. Exa. o Relator Carlos Viana, pelo menos é de praxe nas Comissões Parlamentares de Inquérito, deverá apresentar o seu cronograma de trabalho.

Permita-me, Sr. Relator, sugerir para o cronograma de trabalho o que eu considero que é fundamental. Além das oitivas de praxe necessárias, salvo melhor juízo, estudos da Agência Nacional de Mineração apontam cinco barragens no País em estado crítico. Eu acredito que esta Comissão Parlamentar de Inquérito poderia fazer uma visita a cinco. Se eu não me engano, duas ou três dessas cinco estão no Estado de Minas Gerais.

Então, a sugestão é que esta Comissão organize diligência. Obviamente será impossível esta Comissão Parlamentar de Inquérito visitar as 765 barragens pelo País – nem todas as do Estado de Minas Gerais, que, parece-me, são 88, teria condições. Mas, pelo menos, quanto às cinco ou dez que estão em situação mais crítica, eu acredito que seria de bom tom desta Comissão fazer uma diligência





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para checar a situação dessas barragens, porque, inclusive, teria o papel de evitar, de alertar, de tomar as providências para impedir que novas tragédias iguais venham a ocorrer.

É uma sugestão ao nobre Relator para constar do cronograma que V. Exa. virá a apresentar na próxima reunião.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Agradeço e será apresentado. Na próxima reunião, já teremos todo o plano de trabalho.

Muito obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A primeira é de Congonhas, em Minas.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Duas mil e quinhentas pessoas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. Pode ser, inclusive, a primeira.

Eu encaminharia assim: até para contribuir com o Relator, já fica aqui a sugestão de Congonhas, da barragem de rejeitos do Município de Congonhas. Eu vou determinar para a minha assessoria também levantar as que estão em situação mais crítica e encaminhando para o seu gabinete para constar do seu cronograma.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O plano de trabalho que será submetido a esta Comissão...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Perfeitamente, será apresentado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Acho que V. Exa. terá tempo hábil.

Pois não...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Senadora, eu queria colocar só para avaliação – não estou colocando como uma ação terminativa, mas para o senhor fazer uma avaliação: esta CPI tem um papel muito importante, que é sair daqui com um resultado também preventivo, que, na verdade, é o nosso objetivo maior.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – E a quantidade de barragens no Brasil é exorbitante, Senador. Nós temos, nos números, mais de 24 mil barragens nas mais variadas áreas, como o senhor, inclusive, acabou de colocar.

Eu queria que o senhor fizesse uma avaliação da possibilidade de, dentro do plano de trabalho, criar, por exemplo, algumas pequenas sub-relatorias, para tratar especificamente dessas outras barragens. O Senador Randolfe citou cinco, mas nós temos, em vários Estados brasileiros, inclusive até numa organização mais regional, de região, do Brasil, situações também graves. Por exemplo, nós temos aqui alguns casos em relação à situação de barragens em que nós temos 421 barragens no Brasil com maior porte, portanto com uma maior necessidade de monitoramento, de acompanhamento. Veja só: é um número realmente muito grande.

Na nossa Comissão, a gente vê ali a quantidade que, até pela própria representatividade, não é tanta, mas, se a gente conseguir fazer algumas subdivisões, eu acho que a gente vai acabar tendo um resultado muito importante, tendo um envolvimento muito maior em relação a essas regiões do Brasil.

Então, eu queria que o senhor fizesse uma avaliação e, se for possível, eu acho que a gente pode ter um bom resultado.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Perfeitamente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Podemos, então... Só orientando aqui, porque o requerimento chegou à minha mão – eu já escrevi nele todo –, para serem apresentados os requerimentos, que deverão ser protocolados por meio do Sedol.

Então, eu estou permitindo que sejam feitos por todos os Parlamentares interessados nesta Casa e aqui no Plenário, conduzidos pelos representantes desta Comissão. Não vamos cercear, nem limitar, de natureza nenhuma, uma contribuição efetiva que possa construir um ótimo trabalho – infelizmente ótimo nem se encaixa –, um trabalho profícuo nesta Comissão.

Nada mais havendo a tratar...

Antes, eu quero dizer que, na terça-feira, às 9h – Eliziane? Otto? –, estaremos reunidos nesta Comissão para o início dos trabalhos.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, dando encerrada a presente reunião, parabenizando o Senador Otto e lhe agradecendo todo o trabalho, toda a solidariedade e companheirismo.

(Iniciada às 14 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 08 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA CPI DE BRUMADINHO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e quarenta e quatro minutos do dia dezenove de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Rose de Freitas e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI de Brumadinho com a presença dos Senadores Antonio Anastasia, Juíza Selma, Dário Berger, Marcio Bittar, Jorge Kajuru, Jaques Wagner, Wellington Fagundes, Carlos Viana, Otto Alencar, Telmário Mota, Alessandro Vieira, Flávio Arns, Paulo Paim, Eliziane Gama, Marcos do Val e Angelo Coronel. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - Plano de Trabalho** que : "Plano de Trabalho apresentado pelo Relator" **Autoria:** Sen. Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado com as alterações sugeridas na Reunião.. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 2 de 2019** que : "Requer o compartilhamento de informações entre a CPIBRUM e o Ministério Público Federal." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 3 de 2019** que : "Requer o compartilhamento de informações com o Ministério Público de Minas Gerais." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 4 de 2019** que : "Requer compartilhamento de provas entre a CPIBRUM e o Departamento de Polícia Federal." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 5 de 2019** que : "Requer os relatórios de auditoria da empresa TUV SUD produzidos para a empresa Vale S.A." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 6 de 2019** que : "Requer imagens das câmeras de monitoramento da barragem B1 da mina Córrego do Feijão." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 7 de 2019** que : "Requer a íntegra do Plano de Segurança de Barragem relativo à barragem B1 da mina Córrego do Feijão." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 8 de 2019** que : "Solicita ao TCU a indicação de dois Auditores Fiscais de Controle Externo para auxiliar a CPIBRUM." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 9 de 2019** que : "Solicita à Polícia Federal a indicação de um Delegado para auxiliar os trabalhos da CPIBRUM." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 10 de 2019** que : "Solicita à ANM a indicação de um especialista em recursos minerais para auxiliar a CPIBRUM." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 11 de 2019** que : "Requer a convocação do Sr. MAKOTO NAMBA, auditor da empresa TUV SUD, para prestar depoimento." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 12 de 2019** que : "Requer a convocação do Sr. ARSENIO NEGRO JUNIOR, auditor da empresa TUV SUD, para prestar depoimento." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 13 de 2019** que : "Requer a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convocação do Sr. ANDRÉ JUM YASSUDA, auditor da empresa TUV SUD, para prestar depoimento." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 14 de 2019** que : "Requer a convocação da Sra. MARILENE ARAUJO, funcionária da Vale S.A., para prestar depoimento." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 15 de 2019** que : "Requer a convocação do Sr. FELIPE ROCHA, funcionário da Vale S.A., para prestar depoimento." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 16 de 2019** que : "Requer a convocação do Sr. CÉSAR GRANDCHAMP, funcionário da Vale S.A., para prestar depoimento." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 17 de 2019** que : "Requer a convocação do Sr. RODRIGO MELO, funcionário da Vale S.A., para prestar depoimento." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 18 de 2019** que : "Requer a convocação do Sr. ALEXANDRE CAMPANHA, funcionário da Vale S.A., para prestar depoimento." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 19 de 2019** que : "Requer a convocação da Sra. CRISTINA MALHEIROS, funcionária da Vale S.A., para prestar depoimento." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 20 de 2019** que : "Requer a convocação do Sr. ARTUR RIBEIRO, funcionário da Vale S.A., para prestar depoimento." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 21 de 2019** que : "Requer a convocação do Sr. HÉLIO CERQUEIRA, funcionário da Vale S.A., para prestar depoimento." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 22 de 2019** que : "Requer a convocação do Sr. RENZO CARVALHO, funcionário da Vale S.A., para prestar depoimento." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 23 de 2019** que : "Requer a convocação do Sr. JOAQUIM TOLEDO, funcionário da Vale S.A., para prestar depoimento." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 24 de 2019** que : "Requer a convocação do Sr. GERD POPPINGA, diretor afastado da Vale S.A., para prestar depoimento." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 25 de 2019** que : "Requer a convocação do Sr. LUCIANO PIRES, diretor da Vale S.A., para prestar depoimento." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 26 de 2019** que : "Requer a convocação do Sr. LÚCIO CAVALLI, diretor afastado da Vale S.A., para prestar depoimento." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 27 de 2019** que : "Requer a convocação do Sr. SILMAR SILVA, diretor afastado da Vale S.A., para prestar depoimento." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM EXTRAPAUTA 28 - REQUERIMENTO Nº 28 de 2019** que : "Requer a realização de diligências necessárias in loco, com comissão formada por com membros desta CPI, nas seguintes barragens brasileiras: - Barragem Mina Engenho 1, localizada no município de Rio Acima (MG) - Barragem Mina Engenho 2, localizada no município de Rio Acima (MG) - Barragem Casa da Pedra, localizada no município de Congonhas (MG) - Barragem Mario Cruz, localizada no município de Pedra Branca do Amapari (AP)" **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM EXTRAPAUTA 29 -**





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 29 de 2019 que : "Requer sejam convocados o CEO da empresa Anglo American do Brasil, Sr. Wilfred Buijn, e o Diretor da Zamin Amapá Mineração S/A, Sr. Mohit Bhatia, para esclarecer informações de situação da barragem de Mário Cruz, localizada no município de Pedra Branca do Amapari." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM EXTRAPAUTA 30 - REQUERIMENTO Nº 30 de 2019** que : "Requer convocação dos senhores: GUEITIRO MATSUO GENSO - Presidente do Conselho de Administração da Vale, FERNANDO JORGE BUSO GOMES - Vice-presidente, e dos membros do Conselho de Administração DAN ANTONIO MARINHO CONRADO, EDUARDO REFINETTI GUARDIA, NEY ROBERTO OTTONI DE BRITO, DENISE PAULI PAVARINA, ISABELLA SABOYA, SANDRA GUERRA, OSCAR AUGUSTO DE CAMARGO FILHO, LUCIO AZEVEDO, TOSHIYA ASAHI e MARCEL JUVINIANO BARROS." **Autoria:** Senadora Juíza Selma. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM EXTRAPAUTA 31 - REQUERIMENTO Nº 31 de 2019** que : "Requer a convocação dos responsáveis pela empresa TRACTEBEL ENGINEERING, para tratar da tragédia ocorrida em Brumadinho" **Autoria:** Senadora Juíza Selma. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM EXTRAPAUTA 32 - REQUERIMENTO Nº 32 de 2019** que : "Requer informações ao Ministro de Minas e Energia, referente à agenda de fiscalização de barragens em todo o Brasil." **Autoria:** Senador Jaques Wagner. **Resultado:** Aprovado.. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Rose de Freitas

Presidente da CPI de Brumadinho

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/03/19>

**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

(Texto com revisão.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Bom dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 21, de 2019, para apurar as causas do rompimento da barragem na Mina Córrego do Feijão, da empresa de mineração Vale, em Brumadinho.

Antes de iniciar os trabalhos, eu gostaria de dizer que o Sr. Relator, Senador Carlos Viana, apresentou uma proposta, que eu queria submeter de imediato no início dos trabalhos, para que esta Comissão fosse mais ampla e se transformasse na Comissão da Barragem de Brumadinho e outras barragens.

Tem a palavra V. Exa.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Nosso bom-dia a todos e a todas. Desejo uma semana de muito trabalho.

Em reunião agora há pouco, conversamos muito sobre a nossa preocupação, principalmente com relação aos relatórios que têm sido gerados pelos órgãos fiscalizadores e que acompanham a questão das barragens em nosso País, incluindo o Ministério do Desenvolvimento Regional, o Ministério Público Federal e estadual, que estão trabalhando na força-tarefa lá em Brumadinho, e também por parte da Agência Nacional de Mineração. Todos eles são contundentes em dizer da gravidade do momento que nós estamos vivendo com relação às barragens de rejeito, especialmente na área da mineração, que colocam em risco milhares e milhares de vidas em todo o País.

Começam a surgir, de fato, as informações agora mais realistas da nossa responsabilidade e do desafio que nós temos de enfrentar para que novas tragédias ou novos crimes – porque a cada dia que passa as informações são de que nós tivemos crimes ambientais gravíssimos – não possam ser reproduzidos em nosso País, dessa vez com um número maior de vítimas. Tanto que o nosso plano de trabalho apresentado aos Senadores já contempla as fases, como nós vamos ler aqui, da investigação, e o tempo em que nós esperamos apresentar os relatórios ao País para que de fato a legislação possa se tornar mais eficiente e novos desastres, novos crimes não possam acontecer.

Passo, então, aqui à leitura, com a permissão da Senadora Rose de Freitas, do Senador Randolfe Rodrigues, do Plano de Trabalho para a investigação da CPI de Brumadinho e barragens.

Em 25 de janeiro de 2019, o rompimento da barragem B1 da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho-MG, provocou uma enorme tragédia, cujas terríveis consequências ainda não foram completamente contabilizadas. Até esta data – prestem bem as senhoras e os senhores atenção – foram confirmadas 203 mortes, além de 105 desaparecidos, que são a lista conhecida e oficial do Corpo de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bombeiros. Podemos ter aqui, além desse total de 308 pessoas atingidas, também outras ainda não conhecidas que, ao longo do trabalho do Corpo de Bombeiros, poderão ser conhecidas.

O choque que abalou todo o País se torna ainda maior quando se constata que pouco mais de mil dias separam Brumadinho da tragédia de Mariana, ocorrida em 5 de novembro de 2015, que vitimou 19 pessoas e provocou danos ambientais incalculáveis. Duas cidades de Minas Gerais, separadas por pouco mais de 100km. Duas barragens, construídas pelo mesmo método. Em Brumadinho, uma mina operada pela Vale. Em Mariana, operada pela Samarco, que tem a Vale como sócia.

A segunda maior mineradora do mundo não foi capaz de garantir a segurança de suas barragens, mesmo repetindo em suas apresentações o mantra "Mariana nunca mais". A impressão é de que as lições não foram aprendidas, e essa triste constatação também se aplica à capacidade da União, dos Estados e dos Municípios de fiscalizar as operações e garantir a segurança de seus cidadãos. A lama, antes de devastar tantas vidas, cobriu os olhos de quem deveria ter enxergado os riscos e entendido o valor de uma vida humana que estivesse em risco – agora, são mais de 300 as atingidas.

Neste triste cenário, há ainda muitas perguntas não respondidas. Movido por essa indignação, o Senado Federal constituiu a Comissão Parlamentar de Inquérito CPI de Brumadinho e outras barragens, tendo como objeto expresso no Requerimento 21/2019 o seguinte: "apurar as causas do rompimento da barragem na Mina Córrego do Feijão, da empresa de mineração Vale, em Brumadinho, tendo como objetivo identificar os responsáveis, quais foram as falhas dos órgãos competentes e os autores dos laudos técnicos e adotar as providências cabíveis para evitar novos acidentes".

Passo à parte nº 2. Objetivos.

Depreendem-se, a partir do requerimento de criação da CPI, os seguintes objetivos – e não são os únicos objetivos:

Investigar as causas da tragédia, ouvindo os envolvidos e analisando documentos, com encaminhamento das conclusões ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público Estadual de Minas Gerais e aos demais órgãos responsáveis pela continuação das investigações;

Identificar lacunas e falhas na atuação dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais incumbidos de licenciar e fiscalizar as barragens, visando ao aperfeiçoamento do modelo e da sua execução;

Recomendar uma nova estrutura de fiscalização, incluindo orçamento, pessoal e recursos adequados para que cada órgão possa cumprir o seu papel institucional, em especial a Agência Nacional de Mineração (ANM). Fazer recomendações para o equilíbrio econômico da atividade de mineração, envolvendo a alocação da Cfem, as compensações da Lei Kandir e outras questões afins reclamadas pelos Estados e pelos Municípios;





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Propor mudanças na legislação que estabeleçam critérios técnicos de segurança adequados para a segurança de barragens, além de punições duras em caso de não cumprimento. Propor, também, legislação para assegurar a reparação de todos os danos causados aos cidadãos, ao meio ambiente, à infraestrutura e à economia dos Municípios atingidos.

Quero abrir um parêntese aqui, lembrando aos senhores que a nossa legislação, hoje, no que tange às multas ambientais, não prevê, por exemplo, os gastos com atendimento médico e com saúde pelos Municípios, prevê que os gastos com policiais militares, corpo de bombeiros e todos os equipamentos aéreos sejam reembolsados ao Poder Público. As multas ambientais têm uma destinação específica à questão do meio ambiente, mas nós precisamos trabalhar para que o Estado exija a reparação por parte daquele que causou uma tragédia.

Sigo: propor mudanças na legislação que assegurem a correta alocação de orçamento, pessoal e recursos para os órgãos de fiscalização. Propor mudanças para garantir que Municípios e Estados onde ocorre a atividade da mineração efetivamente recebam a contrapartida econômica devida.

De início, identificamos as seguintes pessoas, empresas, órgãos e entidades que podem ser ouvidas nesta CPI em cada eixo.

Investigar as causas da tragédia: os requerimentos já preveem a convocação de funcionários e terceirizados da empresa Vale envolvidos nas atividades de planejamento, operação, manutenção, monitoramento e gestão de riscos da barragem da Mina Córrego do Feijão; gerentes e diretores das áreas de planejamento, operação e gestão de riscos, além do atual Presidente e do ex-Presidente da empresa Vale; funcionários e gestores das empresas de auditoria responsáveis pelos laudos de estabilidade das barragens da Mina Córrego do Feijão nos últimos anos; funcionários e empresas que trabalharam na instalação e manutenção de sensores (piezômetros) e demais instrumentos de telemetria; especialistas em segurança de barragens, oriundos de universidades, consultorias, órgãos do governo e empresas privadas.

Cabe destacar o papel central do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, reunidos em uma força-tarefa que inclui também a Polícia Federal e a Polícia Civil de Minas Gerais, tendo avançado consideravelmente nas investigações, incluindo a prisão de diversos envolvidos. Assim sendo, esta CPI apresentará requerimentos de compartilhamentos de provas e informações com a força-tarefa e os órgãos que a compõem, de forma que os esforços sejam somados, trazendo agilidade e eficácia aos trabalhos.

Igualmente o Tribunal de Justiça do meu Estado de Minas Gerais, em cuja alçada se encontram os processos judiciais relativos à tragédia, tem papel fundamental na interlocução com esta CPI, resguardadas as prerrogativas legais de cada entidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Identificar lacunas e falhas na atuação dos órgãos públicos: Agência Nacional de Mineração; Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais; Secretaria de Geologia do Ministério de Minas e Energia; Tribunal de Contas da União, que inclusive já tem um trabalho bem amplo em relação às falhas e recomendações que não foram ainda compartilhadas e tratadas da maneira devida com relação à segurança de barragens e acompanhamento de fiscalização por parte do Governo; Agência Nacional de Águas; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Fundação Estadual do Meio Ambiente de Minas Gerais; Advocacia-Geral da União; Defensoria Pública da União; Defensoria Pública de Minas Gerais; especialistas em segurança de barragens, oriundos de universidades, consultorias, órgãos do Governo e empresas privadas; conselhos, comitês e associações que tenham acompanhado e atuado nos desastres de Mariana e Brumadinho.

Recomendar uma nova estrutura de fiscalização: Tribunal de Contas da União; Agência Nacional de Mineração; Ministério de Minas e Energia; Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais; Agência Nacional de Águas; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Todos podem colaborar, sim, para a criação de uma nova legislação, quem sabe um novo marco que possa evitar que novos crimes sejam cometidos e novas vidas perdidas.

Propor mudanças na legislação. Serão chamados a participar: Tribunal de Contas da União; Agência Nacional de Mineração; Agência Nacional de Águas; Ministério de Minas e Energia; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Advocacia-Geral da União; Defensoria Pública da União; Defensoria Pública de Minas Gerais; conselhos que participaram em Mariana e Brumadinho.

Cabe lembrar que a lista não é exaustiva e que o andamento das investigações e debates, além da contribuição dos componentes da CPI, levará a novos acréscimos. Em muitos casos, o mesmo órgão ou entidade tem contribuições em mais de um eixo de atuação. Nesses casos, as audiências serão arranjadas de forma a agrupar assuntos afins.

Acatando sugestão do Senador Randolfe Rodrigues, Vice-Presidente desta CPI, propõe-se que sejam realizadas uma ou várias reuniões externas da CPI, durante o seu período de existência, com o objetivo de realizar vistorias *in loco* de barragens que tenham sido classificadas como de alto risco, sem prejuízo do calendário de audiências previstas.

O prazo estabelecido para a conclusão dos trabalhos da CPI é de 180 dias, findando-se com a data previstas em 9 de setembro de 2019. Considerando uma reunião semanal, em média, e a possibilidade de recesso parlamentar de duas semanas em julho (porque nós aqui, já com a Senadora Rose, estamos trabalhando para que não aconteça, para que nós tenhamos o quórum e que aqui, continuando os parênteses, tenhamos também em julho a continuação da CPI para o cumprimento dos prazos), teremos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aproximadamente 23 reuniões, as quais – a primeira, de instalação, a segunda, de votação de requerimentos, e a última, de votação do relatório – não terão audiências, levando ao seguinte calendário aproximado, aqui estão as datas: primeira etapa, investigar as causas da tragédia, aproximadamente dez audiências, entre 19 de março e maio de 2019; segunda etapa, atuação, fiscalização, legislação, aproximadamente dez audiências, entre junho e agosto de 2019.

Este, Srs. Senadores, é o relatório que temos de trabalho a apresentar, que, neste primeiro momento, nos dará um norte, um encaminhamento para que possamos entender a responsabilidade que temos e, claro, o tamanho do desafio que nós temos pela frente em dar respostas ao povo brasileiro.

Termino aqui, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu gostaria até de... *(Falha na gravação.)*

... nos trabalhos aqui, porque o nosso Relator pegou uma estrada e está indo numa velocidade que é muito importante para o nosso trabalho.

Primeiro digo que nós temos uma ata da reunião anterior para ser aprovada. Eu quero submetê-la, colocá-la em votação.

Se todos estiverem de acordo... *(Pausa.)*

Eu a considero aprovada.

A segunda questão é que o relatório que nós propusemos, que essa... Aliás, foi consenso de vários membros que apresentaram esse requerimento que esta CPI fosse a CPI de Brumadinho e Barragens, haja vista a urgência com que os assuntos precisam ser tratados e por envolverem outras situações diante das quais não podemos nos omitir. Então, a proposta é de que a CPI tenha alteração e já foi encaminhado para Mesa da Casa, do Senado, com essa alteração CPI de Brumadinho e Barragens.

Aqueles que estão de acordo... *(Pausa.)*

Com a palavra o Senador Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Só para...

Terá que ser aprovado em Plenário. Nós aprovamos aqui, porque a ampliação...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Aí a Mesa autoriza.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Só a Mesa?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Só a Mesa.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O.k.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – E mais uma terceira questão. Essa é uma proposta que faço por escrito e farei à Mesa da Casa se os senhores e as senhoras me autorizarem.

Nós estamos numa situação em que nós não podemos... Vamos citar o exemplo do ex-Presidente Fabio Schvartsman. Está certo? Eu tiro os óculos e depois não leio. Ele não compareceu, apresentou atestado médico que finda hoje, no dia de hoje, é até o dia 21. E ele está, a partir de hoje, disponível, e nós estamos marcando a data do seu depoimento para o dia 28, quinta-feira, às 9h. Todos podem tomar ciência da importância que há, que ele possa comparecer a essa convocação já aprovada neste Plenário.

E uma proposta que eu gostaria de fazer, desculpe, no adendo não coloquei. Essa situação – estou há 35 anos no Parlamento – eu considero uma das mais graves, Vice-Presidente, que nós estamos vivendo.

Aqui não há tempo para pensar, porque as pessoas estão sendo deslocadas, com ameaça de vida, do local das barragens. E nós estamos começando um trabalho no qual não poderá haver descanso e que tem urgência. Eu nem quero imaginar se, durante o nosso trabalho, durante uma visita em uma barragem, outra barragem possa romper-se e causar um acidente parecido com o que nós vivemos.

Então, o nosso trabalho aqui terá que ser... Conversando com a Dra. Selma, com o Otto, com o Senador Wagner e com o Senador Kajuru, eu queria propor a redução do tempo de trabalho. Em vez de termos uma CPI com 180 dias, Senador Otto, eu proporia – já disse isso a V. Exa. –, não naqueles moldes em que pensei, mas o tempo de 120 dias para que possamos trabalhar, colher depoimento, elaborar projetos e oferecer propostas seguras – seguras! E que o foco desta Comissão não se perca diante de discursos e presenças de oportunidades, e sim que a gente trabalhe e conclua esse trabalho com o olhar direto para os problemas que estão aí ameaçando vidas e vidas de pessoas.

Vamos pela ordem.

Já aprovaram ampliar a barragem... a Comissão – desculpem, virar a noite trabalhando dá nisso! E houve aprovação da vinda do ex-Presidente Fábio no dia 28. Quanto à proposta de que a gente possa reduzir o tempo, o senhor está de acordo, Sr. Relator?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Estou de acordo. *(Fora do microfone.)* Perfeitamente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu gostaria, se todos estiverem de acordo, de encaminhar...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Até porque a bomba vai ficar na mão do Relator diminuindo para 120 dias. Que Deus lhe dê muita saúde!

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não, mas todos nós somos parceiros aqui. Olhe o Vice-Presidente; você, Kajuru; todos!

Se todos estão de acordo, eu vou redigir o ofício requerendo a mudança desse prazo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – E agora, em discussão...

Pois não, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Então, pode ser reduzido para 120 dias...

(Interrupção do som.)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – ... com a possibilidade...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – De ampliação.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... de ampliação se for necessário.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Se for necessário.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Porque a gente sabe como é que começa esse negócio; não sabe como é que termina. Pode ser que se tenha que discutir mais, chamar outras pessoas, entendeu? E aí, inclusive, o aperto vai ser para o Relator, para 120 dias. Vamos trabalhar para 120, com a possibilidade, se for o caso... Colocar aqui uma possibilidade de prorrogação por 30 ou 15, o que for, para não ser tão inflexível assim a mudança de data.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – É uma proposta apenas, porque nós tivemos contato com o setor de informação e comunicação de várias áreas. Eles nos procuraram e estão muito apreensivos com o decorrer dessas ameaças que estão surgindo a todo momento de que uma barragem dessas pode se romper e trazer danos. E nesse trabalho não quer dizer que a gente vá conseguir impedir que isso aconteça, mas pelo menos algumas atitudes imediatas esta Comissão poderá tomar.

Eu vou passar a Presidência para o Senador Randolfe, porque eu tenho que ir a outra Comissão, mas antes quero colocar em votação o plano de trabalho do Senador Carlos Viana.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Eu só queria, primeiro, parabenizar o Relator, que neste curto espaço de tempo já apresentou um plano de trabalho bem organizado.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Obrigado, Senador.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Só queria fazer duas sugestões...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Se V. Exa. puder acolher...

Nos objetivos, V. Exa. citou vários objetivos. Eu entendo que para nós seria importante colocar como objetivo a questão do atendimento emergencial e imediato das vítimas, porque, é claro, nós queremos saber as causas, nós queremos mudar a legislação, mas, por exemplo, os vitimados de Mariana até hoje não pescam, até hoje não têm casa e nem todos foram reparados.

Então, como o pequeno sempre tem menos voz, eu creio que nessa hora, além de cobrarmos as melhorias para que a gente consiga ter prevenção e não chorarmos vítimas, seria fundamental que isso acontecesse. No caso do último desastre, parece que já estabeleceram uma indenização que eu pessoalmente não consegui entender: aquela modulação de adulto, jovem e criança. Mas de qualquer forma, eu conheci, em outros acidentes, até lá na nossa terra...

Em Lajedinho as casas já foram feitas?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Mas se a gente não tiver essa preocupação primeira de atender os vitimados... Porque para isso aqui nós vamos levar tempo.

A segunda sugestão seria na proposição de mudanças de legislação. Se V. Exa. entende, já que existem órgãos federais envolvidos, não seria interessante também a convocação do Ministério Público Federal? Porque de uma certa forma eles têm obrigação de fiscalizar os órgãos federais. Então, talvez fosse interessante colocá-los. É essa a sugestão.

Essas são as duas únicas colocações que eu queria expor. E parabenizar V. Exa. pelo trabalho.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito obrigado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Nós nos debruçamos, neste final de semana e desde a semana passada, sobre as questões, até pelo tamanho desse desafio e pela rapidez com a qual precisamos agir. E hoje até digo, Senador Jaques Wagner, que o grande problema do atendimento às vítimas de Mariana é exatamente um vácuo na legislação que defina as responsabilidades da empresa, porque hoje um juiz discriciona, por exemplo, o valor, a lei diz que é o juiz quem tem esse poder discricionário. O juiz discriciona lá, a empresa recorre às instâncias superiores. E vai recorrendo, recorrendo.

Então, inclusive a nossa intenção, na mudança da legislação, é já deixar muito claro a possibilidade de que o juiz determine os valores exatos, e o causador de um desastre ou de um crime ambiental como esse não tenha mais tantas possibilidades de recurso, fazendo com que as indenizações atrasem, como aconteceu em Mariana.

Mas agradeço as sugestões. Serão colocadas aqui.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Até porque em outros países a empresa arca com a multa, com a indenização e com o passivo ambiental.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Exatamente.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Então, se não doer no bolso, ninguém vai gastar dinheiro para fazer prevenção.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E a nossa legislação não prevê isso. As multas ambientais são confundidas como indenização ao Estado.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – E baixíssimas.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E baixas. Concorro plenamente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Com a palavra a Senadora Selma.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Pela ordem.) – Sr. Relator, apenas fazendo uma observação. Esses recursos que as partes usam para protelar o pagamento nós poderíamos inserir desde já um efeito não suspensivo a esses recursos. Ou seja, é por conta do efeito suspensivo que o pagamento não é feito. Nós poderíamos inserir lá na legislação própria para retirar esse efeito suspensivo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não. Com a palavra o Vice-Presidente, Senador Randolfe.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, colegas membros desta CPI, o Relator Carlos Viana apresentou uma proposta de plano de trabalho. Consta nessa proposta a sugestão apresentada anteriormente de diligências. Eu creio, até pelo tempo agora mais exíguo que teremos, que precisaremos delimitar obviamente as diligências a serem feitas, no meu sentir dando prioridade às barragens que estão no Estado de Minas Gerais, que parece-me que flagrantemente são as que estão em situação mais crônica, em situação mais grave. Mas para definir quais as diligências a serem feitas, acredito que deveremos escolher cinco, seis barragens priorizando o Estado de Minas Gerais, mas garantido uma certa representação no Brasil relativamente às diligências sobre barragens. E poderíamos – é uma sugestão para otimizar a proposta do Senador Wagner – fazer a primeira diligência já em Brumadinho. Aliás, primeira diligência em Minas Gerais, onde for necessário visitar barragens, mas a primeira em Brumadinho, e conversando com as partes, inclusive com a empresa, sobre a proposta que o Senador Wagner aqui apresenta, sobre o procedimento, o encaminhamento da indenização às vítimas, não só às vítimas que foram diretamente atingidas, mas às populações ao longo do Rio Paraobeba, que também foram atingidas.

Eu creio que esse encaminhamento – é uma sugestão que dou – poderia ser já o tema da primeira diligência que nós aqui marcaríamos em Minas, já conversando com as autoridades que estão conduzindo o pedido de indenizações e com a própria empresa.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Dra. Selma, a senhora fez uso da palavra?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Poderíamos, então...

O senhor tem requerimento nessa direção para que nós possamos colocar em Plenário? Ou gostaria que fosse incluído no plano de trabalho?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu acho que nós poderíamos acrescentar no plano de trabalho do ilustre Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu acho que nós estamos diante de uma situação – desculpem se eu fiz a proposta de redução do tempo – semelhante à da morte de Marielle: quem são os responsáveis? Não há inocentes nesse processo? Existem culpados? Nós precisamos encontrá-los. Paralelamente a isso, todos os outros procedimentos que foram levantados pelo Senador Wagner, pelo Senador Otto e pela Dra. Selma.

Então, se todos estiverem de acordo, e o Relator também, podemos incluir as propostas feitas pelo Senador.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Perfeitamente, Senadora. Já incluímos aqui e, se os Senadores todos concordarem, já podemos trabalhar...

A questão das diligências: gostaria de propor aqui também nós já começarmos a definir o calendário de visitas, pelo menos às três barragens em Minas Gerais. O Senador Randolfe está colocando que, no Amapá, duas também estão com problemas. Essas seriam as primeiras que nós poderíamos já visitar. Senadora Rose, já colocaríamos aqui em votação a definição de visitarmos três das principais, em Minas Gerais, apontadas como estando em risco e duas no Amapá...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Não, uma.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Aliás, uma no Amapá, que V. Exa. colocou também que começa a oferecer risco às pessoas, não é isso?

Podemos encaminhar e definir aqui, pedindo à Mesa já a marcação das visitas, Senadora...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu só queria...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... e das diligências.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Exatamente.

Estou de acordo com o que ele está propondo, mas queria dizer: há um quadro mais emergencial levantado por V. Exa. Trata-se exatamente das famílias que estão sendo removidas de cidades. Deus sabe para onde elas estão indo e como estão vivendo, e há a situação também da precariedade econômica dessas pessoas. Então, queria colocar uma ordem para que possamos cumprir o nosso objetivo.

Também quero dizer aqui que nós temos requerimentos. Por isso, vou passar a Presidência para o Senador Randolfe enquanto voto um projeto dele em outra Comissão.

Pois não, com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Obrigado, Sra. Presidente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sra. Presidente, antes de V. Exa...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Considero que esta CPI tem uma importância muito grande. Eu gostaria que, dentro das possibilidades, V. Exa. pudesse fazer um contato com os Líderes dos partidos para que os componentes pudessem, de alguma forma, comparecer, para não se ter assim... Preocupa-me...

Já participei aqui de outras CPIs, inclusive a do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, em que nós trabalhamos muito, fizemos um relatório muito duro, e terminou com a frouxidão da legislação. Ninguém foi punido. Inclusive, eram empresas de grande porte que mais sonegavam.

Então, eu acho que diante de um fato desse que envolve perda de vidas e crime ambiental... E ninguém pode sequer hoje avaliar o que vai acontecer – o Carlos, que é de Minas – com o Rio Paraopeba. Ninguém pode avaliar a consequência para o rio nem as possibilidades de levar essa lama para o Rio São Francisco, em Três Marias. Então, eu achava que nós deveríamos, ou V. Exa., que é a Presidente, movimentar os líderes dos outros partidos para que todos possamos participar, porque eu sou suplente, mas quero participar intensamente disso, porque eu tenho a noção da gravidade do fato.

O Senador Jaques Wagner me lembrou aqui de um acidente que houve na Bahia, numa cidade inclusive onde eu praticamente me criei, no interior da Bahia, com uma tromba d'água que destruiu praticamente uma cidade. Nós trabalhamos intensamente. Foram 17 vidas perdidas. Ele me perguntou se nós tínhamos resolvido. Isso foi em dezembro de 2013. Nós terminamos de fazer a última escola agora. Fizemos uma nova cidade, mas foi uma luta muito grande para fazer isso, dificuldades com a burocracia para a liberação de recursos aqui em Brasília e o trabalho todo que foi feito lá. Eu me preocupo muito com isso porque nós temos que dar uma resposta.

Já foi aprovado aqui no Senado, não me lembro a data em que votamos aqui, a mudança na legislação, que foi aquele projeto do Ricardo Ferraço, depois aprimorado e votado aqui no Senado. Está na Câmara, já está na Câmara dos Deputados.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Está na Câmara.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Já está na Câmara. Seria até o caso de depois falar com o Presidente Davi, ou mesmo nós conversarmos com o Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, para que isso pudesse tramitar lá em regime de urgência, porque é uma coisa tão importante quanto outras matérias que estão sendo consideradas mais importantes para votação aqui e sanção pelo Presidente da República. Então, dentro do possível e com a liderança que V. Exa. tem, com o conceito de uma mulher de luta, de trabalho que V. Exa. tem, vamos conversar para ver se podemos, de alguma forma, movimentar isso.

Eu me coloco inteiramente à disposição, inclusive para visitar Brumadinho, ir ao Amapá. Esse fato que aconteceu em Mariana agora considero, para o Brasil, da maior gravidade, muito grave porque mexe com água, e não é por eu ter nascido no Sertão da Bahia – e ele conhece muito bem –, por eu ser





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobrevivente da seca. Onde eu nasci, por exemplo, há oito anos não chove. Os meninos, se agora acontecerem as trovoadas de São José e houver relâmpago, quem tem oito anos vai pensar que o mundo está acabando porque nunca viu um relâmpago ou uma trovada, um trovão. Então não é por eu ter esse problema, é que eu acho que a questão da água daqui a dez anos vai ser tão grave como a falta de qualquer outro elemento que possa garantir a sobrevivência humana.

Eu vejo que, a cada dia que passa, essa questão da água me preocupa mais, porque está diminuindo a produção e aumentando o consumo. Podem observar! Até aqui em Brasília já faltou água, como também em São Paulo. Já começa a haver esse problema.

Então, essa questão é muito grave, não só pela perda das vidas. Muito mais ainda, é também tão grave a morte dos rios, que sustentam as famílias.

O Wagner falou aqui que, no Rio Doce, há muito tempo, não se pesca nada; dele não se tira um peixe. No Rio Paraopeba, esqueça, porque, em 20 anos ou 30 anos, não vai acontecer isso. Os dados que a gente tem são os de que não há qualquer índice de oxigênio dissolvido no Rio Paraopeba, o índice é de praticamente zero. Sem índice de oxigênio dissolvido, nenhuma planta ou peixe, nada pode sobreviver no rio. Essa é a situação em que estamos vivendo.

Então, eu proponho que, de forma diplomática, é claro, possamos fazer essa interlocução, para nós termos uma atividade intensa aqui mesmo. Se for preciso marcar na quinta-feira, eu estarei à disposição, ou mesmo na sexta-feira. Posso viajar no fim de semana. Não tenho problema quanto a isso. Eu me coloco inteiramente à disposição para trabalhar, para se dar uma resposta realmente àqueles que foram lesionados por essa situação na barragem de Mariana, primeiro, que atingiu o Espírito Santo, e agora na de Brumadinho.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Isso foi muito bem colocado por V. Exa.

Eu até dizia ao Senador Randolfe para comparecer à reunião do Colégio de Líderes hoje, para conversar com os Líderes, às 14h30.

Eu sei que os que trabalham dedicadamente o fazem com certo planejamento. Não havendo planejamento, como as Comissões funcionam paralelamente, nós temos muita dificuldade. Neste momento, está em funcionamento a CAE. Neste momento, há um projeto do Senador Randolfe importantíssimo para as mulheres, e temos de comparecer.

Eu gostaria de propor aos Líderes que indicassem pessoas para esta CPI, para que ela possa funcionar nos 120 dias, com um trabalho árduo e profícuo, como nós pretendemos, tendo princípio, meio e fim. Que indiquem as pessoas que tiverem mais disponibilidade para estarem presentes e aqui





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalharemos! Isso não quer dizer que alguém não tenha responsabilidade ou competência. Digo isso no sentido de fazer a Comissão funcionar. Agradeço.

V. Exa., com o apoio de todos os membros, provavelmente será titular desta Comissão, e não suplente.

Hoje, temos duas vagas, uma vaga compartilhada e outra dedicada a determinado bloco. Que indiquem hoje ainda, para que possamos ter um número mais significativo, Dra. Selma, para que a Comissão funcione, para que haja quórum, no momento em que eu, ele, o Otto e todos estivermos trabalhando.

Passo-lhe a Presidência. Cumprirei as tarefas que V. Exa. me destina.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Juíza Selma.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – O senhor vai colocar em votação os requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sim. Em primeiro lugar, colocarei em votação o Plano de Trabalho, apresentado por S. Exa. o Relator, Senador Carlos Viana, e, em seguida, os requerimentos.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Antes de colocá-los em votação, eu gostaria de fazer alguns, para que todos sejam colocados em votação. Pode ser assim?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente!

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Se V. Exa. me permitir, eu colocarei em apreciação o Plano de Trabalho e, em seguida, os demais requerimentos.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Muito obrigada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E receberemos as sugestões de V. Exa.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Em apreciação o Plano de Trabalho, apresentado pelo Senador Carlos Viana, com as alterações aqui propostas, com as alterações aqui apresentadas.

Os Senadores e as Senadoras que concordarem permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Seguimos, então, para a apreciação dos demais requerimentos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Então, o Senador Carlos Viana, o Relator, votado o plano de trabalho, tem mais algumas sugestões. Em seguida, passo a palavra à Senadora Selma.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Obrigado, Senador Randolfe.

Vou ler aos Srs. Senadores agora o roteiro para encaminhar os requerimentos da CPI, inclusive com os nomes das pessoas que estão aqui arroladas para isso, colocando aos Srs. Senadores que o embasamento para os requerimentos que já estão prontos – são 26 no total; na reunião passada, concordamos na votação em bloco – levaram como base os seguintes documentos:

– Recomendação nº 11, de 2019, da força-tarefa que acompanha o desastre de Brumadinho, do Ministério Público Federal, do Ministério Público de Minas Gerais e da Polícia Federal. Aqui nós temos o inquérito civil público que está acompanhando o procedimento investigatório, criminal também. Com relação aos promotores, nós lemos aqui atentamente tudo que foi colocado pela força-tarefa até o momento.

– Ação Civil Pública que está na 1ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte. Temos aqui todos os depoimentos que foram dados pelos auditores e funcionários da Vale já ouvidos no decorrer das primeiras investigações.

– Decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais feita com base no pedido do Ministério Público da decretação da prisão temporária dos investigados e da busca e apreensão de todos os documentos e equipamentos que possam ajudar. Isso também foi levado em consideração.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– Declaração do Departamento Nacional de Produção Mineral, com os laudos atestando a estabilidade e a segurança da Barragem B1. Nós temos aqui as cópias de documentos mostrando que não existiriam riscos em relação a esses documentos oficiais que foram arquivados pelo DNPM, também repassados posteriormente à Agência Nacional de Mineração.

Com base em toda documentação oficial que já foi apresentada na investigação, nós encaminhamos os seguintes requerimentos, que são de quatro tipos: recursos para a CPI, compartilhamento de provas, requisição de informações e convocações.

Para a montagem do time da CPI, estamos solicitando a colaboração de um delegado da Polícia Federal, cujo objetivo é dotar a CPI de capacidade investigativa e fazer a interface com as investigações conduzidas pelos órgãos de polícia.

Solicitamos também a colaboração de dois auditores do Tribunal de Contas da União. O TCU já realizou alguns estudos sobre as deficiências do modelo de fiscalização, incluindo recomendações de melhorias. O objetivo agora é atualizar esses estudos e transformá-los em legislação. Para isso, precisamos dessa interface importante com o TCU.

Qualquer um que já tentou entender a fundo as questões técnicas da segurança de barragens sabe que é um assunto complicado e que exige muito conhecimento. Por isso, estamos requisitando ajuda da Agência Nacional de Mineração para nos disponibilizar um especialista na área. Como sabemos que a agência tem um número reduzido de especialistas, essa ajuda será eventual, de forma que o técnico possa continuar com suas atividades na agência.

Conforme dissemos no plano de trabalho, o objetivo da CPI em relação às investigações é atuar de maneira complementar aos avanços já obtidos pelo Ministério Público e pela Polícia Federal. Por isso, estamos apresentando requerimento de compartilhamento de provas e informações para formalizar essa colaboração, sendo eles: imagens das câmeras de monitoramento nos 90 dias que antecederam a tragédia; auditorias realizadas para a Vale, nos últimos cinco anos, da empresa Tüv Süd; plano de segurança de barragens B1, incluindo plano de ação de emergência da barragem entregue oficialmente aos órgãos fiscalizadores.

Nesse trabalho inicial, já identificamos algumas informações que podem ajudar a esclarecer pontos em aberto. Estamos solicitando as imagens das câmeras de monitoramento da barragem B1, no dia da tragédia e nos 89 dias que o antecederam; são mais de duas mil horas de gravação em que vamos tentar encontrar movimentações atípicas para contar a história do que aconteceu antes da tragédia. Estamos solicitando também a íntegra de todas as auditorias realizadas pela Tüv Süd para a Vale, especialmente da barragem B1, com o objetivo de montar esse quebra-cabeça.

Outro elemento importante é o plano de ação de emergência da barragem. Queremos lê-lo integralmente, comparar o que está escrito com o que foi realizado. Estamos pedindo as evidências dos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

treinamentos realizados com funcionários, das simulações realizadas com a população das fazendas e da cidade.

E aqui nós temos os nomes das pessoas que estão sendo convocadas. Vou nominá-las aqui, os requerimentos de ação de conhecimento, e todos fazem parte inclusive do inquérito que está aberto lá e da ação civil pública: Sr. Makoto Namba, Sr. André Yassuda, Sr. Arsenio Negro Junior, são auditores da Tüv Süd; Sr. César Grandchamp, Sra. Cristina Malheiros, Sr. Helio Cerqueira, Sr. Artur Ribeiro, Sr. Felipe Rocha, Sra. Marilene Araújo, Sr. Renzo Carvalho, Sr. Alexandre Campanha são engenheiros da Vale que estavam diretamente ligados aos processos de segurança da barragem; Sr. Joaquim Toledo, Sr. Rodrigo Melo, Sr. Lúcio Cavalli, são gerentes da Vale responsáveis também pelo acompanhamento de todo o setor; e temos os diretores, Sr. Gerd Poppinga, Sr. Luciano Pires, Sr. Silmar Silva. São as convocações.

Estamos apresentando convocações para 17 pessoas no total, cujo depoimento vai nos ajudar a montar um panorama do que aconteceu, do que foi feito, do que deixou de ser feito e da cadeia de responsabilidades na Vale e na auditoria por ela contratada. Seguindo aqui o exemplo do Senador Otto Alencar, que fez os primeiros dois requerimentos de convocação do Presidente e ex-Presidente da Vale, estamos convocando todas essas pessoas em complemento. A convocação nos dá mais garantia do comparecimento dessas pessoas.

A maioria dos convocados teve a sua prisão temporária decretada, que foi suspensa liminarmente em duas ocasiões. Então, elas ainda podem voltar para a cadeia nesse período. Mesmo que isso aconteça, a CPI vai insistir na realização desses depoimentos devido à importância que eles têm, até mesmo para que essas pessoas tenham a oportunidade de dar a sua versão dos fatos de público para toda a sociedade.

E aqui, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é muito importante que esta CPI publicize, que esta CPI leve ao conhecimento da população brasileira o que essas pessoas disseram, até para que, Senadora Selma, Senador Kajuru, outras testemunhas, outras pessoas que ainda não foram ouvidas possam buscar aqui no Senado a CPI para dar a sua colaboração, que será muito bem-vinda no âmbito de uma investigação que nós queremos, com toda a transparência.

Então, estão sendo convocados três auditores da Tüv Süd, oito engenheiros e geólogos da Vale, três gerentes das áreas mais importantes, quatro diretores que têm responsabilidade direta sobre a gestão de riscos e as operações da empresa, um deles, inclusive, envolvido em todo o caso lá de Mariana, e ele já está citado no primeiro desastre e também nos acompanhamentos das autoridades. O ex-Presidente da Vale, Fabio Schvartsman, virá depor à CPI, na próxima... na quinta-feira, já se apresentou, mas, de acordo com os resultados do depoimento, ele poderá ser novamente chamado para confirmar as declarações e esclarecer os pontos que ainda restarem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para que tenhamos depoimentos mais produtivos, estamos sugerindo que sejam convocadas no máximo quatro pessoas por vez. Tomando isso como base, poderemos colher todos esses depoimentos em cinco ou seis audiências.

O restante das audiências previstas para a fase de investigação será definido posteriormente, inclusive para acomodar novos requerimentos dos membros desta CPI, que estarão acompanhando os trabalhos *pari passu*.

Da empresa TÜV SÜD estão sendo convocados os dois auditores que assinaram o laudo de estabilidade da barragem que desmoronou, além de um funcionário que mencionou, em suas mensagens constantes do processo de Brumadinho, que a TÜV SÜD poderia ser pressionada a assinar o laudo.

Entre os engenheiros, estão sendo convocados aqueles que eram responsáveis pela operação, gerenciamento de riscos e monitoramento da barragem, além daqueles que faziam a interface com a empresa TÜV SÜD.

Entre os gerentes, estão sendo convocados: Alexandre Campanha, citado em seu depoimento por ter supostamente pressionado a TÜV SÜD a assinar os laudos; além de Joaquim Toledo, Gerente-Executivo de Geotecnia e responsável direto pela gestão dos riscos na mina; além de Rodrigo Melo, Gerente operacional no Complexo Paraopeba, ao qual pertence a mina de Córrego do Feijão.

Todas essas informações estão constantes da ação civil pública e são dados tomados em depoimento oficial.

Entre os diretores da Vale, estamos convocando Silmar Silva e Lúcio Cavalli, que respondem, respectivamente, pela operação do Corredor Sudeste e pela Diretoria de Planejamento de Ferrosos da Vale.

Em depoimentos do processo, afirma-se que ambos estiveram no painel de especialistas que discutiu os problemas das barragens, um painel em que foi apresentado que a barragem poderia – está aqui – romper a qualquer momento. Nós queremos saber quais providências foram tomadas.

Além desses, Gerd Poppinga, Diretor-Executivo de Ferrosos, que responde a processo criminal na tragédia de Mariana; e Luciano Pires, Diretor-Executivo de Finanças e Relação com Investidores.

Esse, portanto, Srs. Senadores, é o encaminhamento que damos, junto com a sugestão de que façamos uma votação em bloco de todos os 26 requerimentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Sr. Relator.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar para a Senadora Juíza Selma, só quero esclarecer o encaminhamento que a Mesa dará.

Os Requerimentos nºs 2 a 27 são os apresentados pelo Relator Carlos Viana. Todos esses requerimentos... Todos os temas aqui apresentados pelo Relator estão nesses requerimentos. E nós temos três requerimentos extrapauta: dois de minha autoria e um de autoria da Senadora Juíza Selma. Então, após o encaminhamento... Após a discussão, nós daremos encaminhamento para a votação em bloco dos Requerimentos nºs 2 a 27 e, depois, para os três requerimentos que estão apresentados extrapauta.

Juíza Selma, por gentileza.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Era nesse sentido (*Fora do microfone.*) Sr. Presidente. Eu ia expor os requerimentos. Se o senhor quiser colocar posteriormente, eu uso a palavra *a posteriori*.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, em apreciação os Requerimentos nºs 2 a 27.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados, então, os Requerimentos nºs 2 a 27...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... apresentados por S. Exa. o Relator desta Comissão.

Temos, então, três requerimentos aqui apresentados, que são os Requerimentos nºs 28, 29 e o Requerimento nº 30, sendo o 28 e o 29 de autoria deste Senador e o nº 30 da Senadora Selma Arruda.

O SR. JAKES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Senador.

O SR. JAKES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Só para saber se há para distribuição os requerimentos extrapauta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Extrapauta... Perfeitamente, eu determino à Secretaria da Mesa entregar...

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Apenas para fazer o registro, Sr. Presidente, está vindo mais um requerimento meu. Está chegando.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Será muito bem-vindo, Juíza Selma.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Senador Jaques está informando que já está incluindo no sistema, para conhecimento dos Srs. Senadores.

Mas vou adiantando logo a leitura, que é o tempo em que chega o 31º requerimento também, de autoria da Senadora Selma Arruda.

Então, o Requerimento nº 28, de autoria deste Senador.

EXTRAPAUTA

ITEM 28

Requerimento Nº 28/2019

Requer a realização de diligências necessárias in loco, com comissão formada por membros desta CPI, nas seguintes barragens brasileiras:

- Barragem Mina Engenho 1, localizada no Município de Rio Acima (MG)
- Barragem Mina Engenho 2, localizada no Município de Rio Acima (MG)
- Barragem Casa da Pedra, localizada no Município de Congonhas (MG)
- Barragem Mario Cruz, localizada no Município de Pedra Branca do Amapari (AP)

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Só antecipo que as primeiras barragens já são do plano apresentado pelo Relator, ou seja, são as primeiras diligências apontadas para serem feitas em Minas Gerais. Na verdade, a diligência a mais que estamos sugerindo aqui é a da Barragem Mário Cruz, localizada no Município de Pedra Branca do Amapari, no Estado do Amapá, que é uma barragem de rejeito de minérios da Empresa Anglo American, maior multinacional de exploração mineral do Planeta, e da Empresa Zamin.

Então, nós estamos somente acrescentando esta barragem Mário Cruz, localizada no Município de Pedra Branca do Amapari.

EXTRAPAUTA**ITEM 29****Requerimento Nº 29/2019**

Requer sejam convocados o CEO da empresa Anglo American do Brasil, Sr. Wilfred Buijn, e o Diretor da Zamin Amapá Mineração S/A, Sr. Mohit Bhatia, para esclarecer informações de situação da barragem de Mário Cruz, localizada no Município de Pedra Branca do Amapari.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

EXTRAPAUTA**ITEM 30****Requerimento Nº 30/2019**

Requer convocação dos senhores: GUEITIRO MATSUO GENSO - Presidente do Conselho de Administração da Vale, FERNANDO JORGE BUSO GOMES - Vice-presidente, e dos membros do Conselho de Administração DAN ANTONIO MARINHO CONRADO, EDUARDO REFINETTI GUARDIA, NEY ROBERTO OTTONI DE BRITO, DENISE PAULI PAVARINA, ISABELLA SABOYA, SANDRA GUERRA, OSCAR AUGUSTO DE CAMARGO FILHO, LUCIO AZEVEDO, TOSHIYA ASAH e MARCEL JUVINIANO BARROS.

Autoria: Senadora Selma Arruda.

Para tratar da tragédia ocorrida em Brumadinho.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para justificação do Requerimento nº 30, passo a palavra para S. Exa. Senadora Selma Arruda.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Para encaminhar.) – Bom dia, Srs. Senadores, Sr. Presidente, Sr. Relator.

Eu gostaria, sim, como já fizeram os colegas que me antecederam, de agradecer e elogiar o seu trabalho. A minha experiência na magistratura consegue fazer com que eu avalie tecnicamente essa forma como o senhor montou o plano de trabalho, que está muito inteligente e objetiva. Então, tenho certeza de que esta CPI terá um resultado prático eficiente.

Nós não estamos aqui para trabalhar para jogar para a plateia, não é, Senador Kajuru? Nós estamos aqui porque há pessoas mortas e famílias dessas pessoas que precisam, que merecem uma reposta do Estado. Nós temos essa prerrogativa de investigar, de propor soluções via CPI. Esse é o nosso dever e portanto, se Deus quiser, vamos cumpri-lo a contento.

Eu gostaria aqui, rapidamente, de justificar esses requerimentos no sentido de que o que se sabe até agora, o que se tem de concreto até agora, na verdade é o que tem saído na imprensa, não é? Esses nomes estão arrolados na imprensa como sendo de pessoas que compunham o alto escalão da Vale naquela localidade ao tempo da tragédia. Eu, Sr. Presidente, me reservo a opção de desistir de algumas dessas oitivas caso as outras diligências nos mostrem que elas sejam desnecessárias, e aí peço vênha aos colegas para assim proceder.

Eu vejo que nós temos realmente de ser bastante objetivos. Uma das diligências excepcionais que o nosso Relator providenciou foi exatamente a vinda das provas emprestadas. Isso nos poupa muito trabalho e nos traz um quadro muito mais real do que será e do que não será necessário efetivamente fazer aqui, daquilo que realmente dá para aproveitar para prosseguir num passo adiante. Então, caso essas provas emprestadas tragam a elucidação necessária, eu desisto da oitiva dessas testemunhas, o.k.?

Eu gostaria também de fazer outra observação. Quando formos ouvir o dirigente anterior e o atual dirigente da Vale, que nós já exijamos que eles tragam prova documental – prova documental – de todas as indenizações que eles dizem que já estão pagando – esses cem mil reais para cada família, esses gastos todos que estariam fazendo. Que essas provas venham documentalmente, porque, quando se está na frente de um microfone, fica fácil falar que está pagando, que está indenizando, que está pagando bombeiro, que está fazendo e acontecendo, não é? Então, eu acredito que é necessário que eles tragam essa prova documental.

Com relação também a essa questão da indenização ao meio ambiente, que o próprio Ministério Público, ao vir... Salvo engano, o representante do Ministério Público está arrolado também como testemunha. É isso, Sr. Relator?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Como colaborador.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Como colaborador, não é?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então que, por gentileza, ele já tenha condições de nos informar se já está sendo paga alguma multa, se alguma coisa já está sendo recolhida como indenização ao meio ambiente, para que nós tenhamos essa visão.

Eu acredito que...

Ah, desculpem! O outro requerimento, Sr. Presidente, que está vindo aí é para a oitiva do responsável pela consultoria da engenharia Tractebel, que teria se recusado – é o que a imprensa publica – a atestar a segurança da barragem.

O.k.?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O.k.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Muito obrigada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/PPS - MA) – Presidente, eu queria só saber do Relator se já está disponível – eu não acompanhei a apresentação do plano de trabalho, infelizmente – de forma impressa o plano de trabalho para que a gente acompanhar.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Já está tudo disponível para todos os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Além de impresso, também já está disponível no sistema. É o item 1 do sistema, já apresentado, e os Requerimentos de nºs 2 a 27 são requerimentos já votados, fazem parte já do início do plano de trabalho apresentado pelo Relator Carlos Viana.

Bom, então, mesmo antes de chegar o Requerimento nº 31, eu o acrescento.

Nos termos do art. 121 do Regimento Interno, incluo, para deliberação extrapauta, e submeto à apreciação os Requerimentos nºs 28 e 29, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, e os Requerimentos nºs 30 e 31, de autoria da Senadora Selma Arruda.

EXTRAPAUTA**ITEM 31****Requerimento Nº 31/2019**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer a convocação dos responsáveis pela empresa TRACTEBEL ENGINEERING, para tratar da tragédia ocorrida em Brumadinho

Autoria: Senadora Selma Arruda.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam...

Para discutir, Senador?

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados, então, os Requerimentos nºs 28 e 29, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, 30 e 31, de autoria da Senadora Selma Arruda.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Jaques Wagner

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Apenas um comentário: como nós estamos nos propondo a reduzir o tempo, e a lista dos convocados é grande, é preciso que a gente consiga... É que eu sempre fico com medo de a gente ampliar muito, perder o foco e não conseguir chegar. Temos as diligências... Aí eu queria, inclusive, comunicar, apesar de que eu estou apresentando esse requerimento na Comissão de Infraestrutura, que o Ministro de Minas e Energia anunciou um plano de trabalho e um cronograma de fiscalização das barragens de rejeitos no Brasil.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – De água.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Hein?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A maioria são barragens de água.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – De água?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É. Eu estive lá, acompanhei com o Ministro. São as barragens que estão sob a tutela da União para abastecimento.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ah, bom. Mas, de qualquer forma, que ele pudesse mandar o plano de trabalho. Se V. Exa. já esteve com o Ministro...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Perfeitamente, acho importante.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Para que a gente possa também aproveitar aquilo que for olhado por outros órgãos de Governo e somar isso tudo, para que a gente possa facilitar nossas conclusões.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – V. Exa. não quer reduzir a termo, a requerimento isso, para já ser aprovado pela...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu estou com um requerimento que eu tinha direcionado à Comissão de Infraestrutura porque é a Comissão, vamos dizer, diretamente ligada, mas posso apresentá-lo aqui também. Se ele vai fazer o relatório para lá, pode fazer para cá também.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, se houver aquiescência das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores, eu submeto, nos termos do art. 121 do Regimento Interno, extrapauta também, a esta Comissão, o requerimento proposto por S. Exa. o Senador Jaques Wagner. De acordo?

EXTRAPAUTA**ITEM 32****Requerimento Nº 32/2019**

Requer informações ao Ministro de Minas e Energia, referente à agenda de fiscalização de barragens em todo o Brasil.

Autoria: Senador Jaques Wagner.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Então, aprovado, como extrapauta também, o 32º requerimento desta reunião, proposto pelo Senador Jaques Wagner, nos termos do art. 121.

Determino à Secretaria que ponha a termo, como resolução da reunião de hoje.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, no próximo dia 28 de março, às 9h.

Declaro...

Senador Kajuru.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Só para confirmar, porque a agenda da gente aqui... Na quinta-feira, a reunião interna... Na quinta-feira agora, haverá a nossa reunião interna ou não?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Quinta-feira agora?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Na quinta-feira. Dia 28 de março, às 9h.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Obrigado, Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não.

A SRA. SELMA ARRUDA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perdão, esta quinta-feira é reunião interna da CPI, pela manhã. A próxima reunião da CPI é para ouvir o depoimento do ex-Presidente da Vale, Sr. Fabio Schvartsman, no próximo dia 28 de março, às 9h.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Aqui mesmo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 44 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA CPI DE BRUMADINHO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às nove horas e trinta e seis minutos do dia vinte e oito de março de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Rose de Freitas e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI de Brumadinho com a presença dos Senadores Antonio Anastasia, Juíza Selma, Jorge Kajuru, Jaques Wagner, Jean Paul Prates, Wellington Fagundes, Carlos Viana, Otto Alencar, Izalci Lucas, Eliziane Gama, Marcos do Val, Chico Rodrigues, Acir Gurgacz e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Oitiva. Finalidade:** Oitiva do Sr. Fábio Schvartsman, ex-Presidente da Vale, conforme Requerimento nº 1/2019 - CPIBRUM. Oitiva do Fábio Schvartsman, em atendimento ao requerimento 1/2019. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 33 de 2019** que : "Requer a convocação do sr. VICTOR HUGO FRONER BICCA, diretor-geral da Agência Nacional de Mineração." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 34 de 2019** que : "Requer a convocação do sr. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA, secretário do Meio Ambiente do estado de Minas Gerais." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 35 de 2019** que : "Convida a Sra. MARIA TERESA VIANA DE FREITAS CORUJO, conselheira do Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM), para ser ouvida por esta CPI." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 36 de 2019** que : "Convida a Exma Sra. ANDRESSA DE OLIVEIRA LANCHOTTI, promotora de justiça do Ministério Público de Minas Gerais, para ser ouvida por esta CPI." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 37 de 2019** que : "Convida o Exmo. Sr. JOSÉ ADÉRCIO LEITE SAMPAIO, procurador da república, a ser ouvido por esta CPI." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 38 de 2019** que : "Convida o Exmo. Sr. ANTÔNIO SÉRGIO TONET, procurador-geral de justiça de Minas Gerais, para ser ouvido por esta CPI." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 39 de 2019** que : "Convida o Exmo. Sr. GABRIEL FARIA OLIVEIRA, defensor-público geral federal, para ser ouvido por esta CPI." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 40 de 2019** que : "Convida o Exmo. Sr. GUILHERME DE SÁ MENEZHIN, promotor de justiça do Ministério Público de Minas Gerais, para ser ouvido por esta CPI." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 41 de 2019** que : "Convida o Exmo. Sr. ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA, advogado-geral da União, para ser ouvido por esta CPI." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 42 de 2019** que : "Convida o Sr. URIEL DE ALMEIDA PAPA,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

secretário de Mineração do TCU, para ser ouvido por esta CPI." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 43 de 2019** que : "Convida o Sr. OSCAR CORDEIRO NETTO, diretor de Regulação da ANA, para ser ouvido por esta CPI." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 44 de 2019** que : "Convida o Sr. ALEXANDRE VIDIGAL DE OLIVEIRA, secretário de Geologia do Ministério de Minas e Energia, para ser ouvido por esta CPI." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 45 de 2019** que : "Convida a Sra. FERNANDA INOJOSA, coordenadora-geral de Emergências do IBAMA, para ser ouvida por esta CPI." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 46 de 2019** que : "Convida o dr. CARLOS BARREIRA MARTINEZ, professor titular da UNIFEI, para ser ouvido por esta CPI." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 47 de 2019** que : "Convida o sr. CARLOS MEDEIROS, presidente do Comitê Brasileiro de Barragens, para ser ouvido por esta CPI." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 48 de 2019** que : "Convida o sr. WALTER BATISTA ALVARENGA, presidente do Instituto Brasileiro de Mineração, para ser ouvido por esta CPI." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 49 de 2019** que : "Convida a sra. CAROLINA DE MOURA CAMPOS, acionista da Vale e moradora de Brumadinho, para ser ouvida por esta CPI." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 50 de 2019** que : "Convida o sr. FERNANDO GABRIEL SILVA ARAÚJO, diretor do Departamento de Pesquisa em Engenharia e Educação Continuada da Fundação Gorceix, para ser ouvido por esta CPI." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO Nº 51 de 2019** que : "Requer a realização de diligências necessárias in loco, com comissão formada por membros desta CPI, na (1) barragem sul superior na Mina de Gongo Soco, em Barão de Cocais (MG); (2) B3/B4, em Macacos (MG); (3) Forquilha 1, em Ouro Preto (MG); e (4) Forquilha 3, também em Ouro Preto (MG)." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 20 - REQUERIMENTO Nº 52 de 2019** que : "Requer que os convocados pelos Requerimentos nºs 11 a 27, 33 e 34 prestem depoimento à CPI na condição de testemunhas." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado, com os seus efeitos estendidos por deliberação do Plenário aos Requerimentos nºs 29, 30 e 31.. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Rose de Freitas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da CPI de Brumadinho

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/03/28>

(Texto com revisão.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 21, de 2019, para apurar as causas do rompimento da barragem na Mina Córrego do Feijão, da empresa de mineração Vale do Rio Doce, lembrando a todos que esta CPI não será restrita a Brumadinho – já foi aprovado dentro da Casa –, com objetivo de apurar todas as ocorrências e todas as denúncias e todos os requerimentos que vierem a constatar irregularidades em outras barragens. Então, esta CPI se chama CPI de Brumadinho e demais barragens. Declaro-a aberta.

Vamos passar imediatamente, até porque hoje a Casa funciona pela manhã no Plenário... Eu queria dizer que essa convocação, esta reunião, esta convocação de hoje ao ex-Presidente da Vale, Sr. Fabio Schvartsman, será dividida em duas partes. A primeira parte é apreciação dos requerimentos, e nós não temos quórum ainda para deliberar. A segunda parte é coleta do depoimento do ex-Presidente da Vale.

Nós vamos chamar, então, para que faça parte da Mesa, o Sr. Fabio Schvartsman. No decorrer do depoimento eu quero dizer que será obedecida a seguinte norma: a palavra será concedida aos Senadores que aqui estão na ordem de inscrição, com preferência para o Relator, conforme nós combinamos, o Sr. Presidente e os autores do requerimento. Eles não se acostumam que pode ser Sra. Presidente, não é? Então, Sra. Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao tempo de fala, cada Senador disporá de até dez minutos para fazer os questionamentos, e o depoente disporá de até dez minutos para sua resposta.

Solicito à Secretaria que conduza à mesa o Sr. Fabio Schvartsman, e vamos conceder de imediato a palavra ao depoente. (*Pausa.*)

Eu concedo inicialmente a palavra ao depoente pelo prazo de dez minutos, e, conforme a ordem inscrita, nós daremos a palavra ao Relator e, em seguida, àqueles que fizerem a inscrição.

O senhor tem a palavra. Pode se pronunciar, Sr. Fabio. Com a palavra.

O SR. FABIO SCHVARTSMAN (Para depor.) – Bom dia, senhores e senhoras. Antes de qualquer outra consideração, eu gostaria de repetir pronunciamento que fiz no dia seguinte do terrível acontecimento do rompimento da barragem.

Naquela oportunidade, pedi, em nome da Vale, desculpas pelo ocorrido, mesmo sem saber as causas ou os responsáveis. É evidente que houve uma falha inaceitável. Pessoas morreram, perderam suas casas e seus familiares. Sei que não há frase, expressão ou valor capaz de reparar tais danos. Sei que um pedido de desculpas está longe de ser o suficiente, mas é necessário repeti-lo, e o faço neste momento, como em todas as vezes em que tenho oportunidade de vir a público.

Eu gostaria de pedir permissão à Presidente desta Comissão, Senadora Rose de Freitas, para fazer a leitura de uma breve introdução para esclarecer questões importantes que penso serão tratadas nesta Comissão.

Eu cheguei à Vale em 15 de maio de 2017, após décadas de atuação como executivo em algumas das maiores empresas do Brasil. O processo do qual participei foi liderado por uma empresa internacional de seleção de executivos em um momento da transformação da governança e da gestão da Vale. Foi justamente esse o desafio que mais me atraiu naquele momento: a Vale buscava ser uma empresa moderna com alto nível de governança e buscava desenvolver políticas importantes de sustentabilidade. E já no final do meu primeiro ano a Vale havia atingido um novo patamar nesses setores.

Desde o primeiro momento na companhia, anunciei os quatro pilares que pautariam a minha gestão: *performance*, estratégia, governança e sustentabilidade. Importante ressaltar que eu vinha de uma empresa que era referência global na área de sustentabilidade, razão pela qual fiz questão de incluir o tema como elemento central das minhas diretrizes. Já era claro para mim que uma empresa que está em minérios precisava ter compromisso com o meio ambiente e com o entorno. Foi nesse contexto que, como afirmei, tanto interna como externamente, "Mariana nunca mais". A frase foi uma diretriz minha para todos os funcionários da Vale e compreendia uma proposta de aprimoramento intenso dos sistemas de governança de barragens da companhia e de riscos da Vale. E isso foi feito. Logo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na minha chegada, convidei para a diretoria da companhia um executivo com grande conhecimento técnico no assunto.

Em junho de 17, portanto um mês após a minha posse, recebi um relatório informando que o trabalho de governança e controle de barragens era qualificado e organizado. Não contentes, contratamos a Deloitte, uma das maiores empresas de auditoria do mundo, para reorganizar o setor de análise de riscos. Transformei o comitê de riscos em órgão permanente e recebi inúmeros relatórios que indicavam estabilidade e qualidade das barragens da empresa.

Segundo foi reportado a mim, à diretoria executiva e ao conselho, além dos controles habituais, a fiscalização das barragens incluía inspeções internas cruzadas a cada seis meses, quando o técnico de uma área visitava a outra, e auditorias externas anuais com empresas que utilizavam técnicas estrangeiras de ponta.

A Vale, a título de ilustração e como os senhores e as senhoras sabem, é uma empresa com estrutura de porte gigante, presente em cerca de 30 países e nos cinco continentes e emprega 78 mil funcionários no Brasil e 103 mil em todo o mundo. Pagou R\$42 bilhões de tributos nos últimos quatro anos, dos quais R\$10 bilhões no ano passado. Respondeu por um terço do saldo da balança comercial brasileira no ano passado. Gerenciar uma companhia desse porte exige uma estrutura de compartilhamento de responsabilidade baseado em nível hierárquico, sendo que cada departamento contava com estrutura, profissionais extremamente qualificados e autonomia financeira. Com isso, cada área tinha condições de gerenciar riscos e tomar as decisões necessárias à sua operação com segurança.

Um gerente de mina na Vale, por exemplo, tem autonomia para decidir investimentos de até R\$40 milhões por projeto. Isso garante agilidade nas decisões. Não há a burocracia para implantação de mecanismos de segurança.

Com o objetivo de garantir a mais alta governança, a Vale mantém diversos canais para que qualquer funcionário, independentemente do nível hierárquico ou região, possa reportar comportamentos que infrinjam as normas internas da Vale. É o modo de assegurar o controle e a vigilância sobre as atividades delegadas. Não há barreiras que impeçam o aviso da diretoria ou do conselho sobre irregularidades ou atos contrários às normas de segurança.

Para que os senhores entendam, a Vale conta com comitê de risco, auditorias internas e externas regulares, além de uma ouvidoria amplamente difundida. Basta uma denúncia anônima para que o problema apontado seja apurado e, sempre que necessário, punam-se os responsáveis. Há inúmeros exemplos de como esses canais funcionam.

Importa destacar que, por diversas vezes, denúncias feitas na ouvidoria foram discutidas em reuniões da cúpula da empresa. Um caso ocorreu no ano passado. Uma denúncia anônima apontou que empregados de uma mina da Vale no Pará haviam enterrado um maquinário pesado, ao invés de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

removê-lo adequadamente do local. Comprovada a denúncia, a Vale demitiu imediatamente todos os responsáveis: o gerente da mina, o gerente executivo da região e o diretor da área.

No caso de Brumadinho, posso afirmar, categoricamente, que jamais chegou ao meu conhecimento nenhuma denúncia pelos canais oficiais da empresa ou por quaisquer outros, nem mesmo os anônimos, relatando risco de rompimento iminente de barragens. Ao contrário, todos os relatórios enviados à Diretoria e ao Conselho de Administração indicavam estabilidade das barragens. Nunca chegaram à Diretoria quaisquer informações sobre risco de rompimento, apesar de existirem canais para isso.

Importa destacar que tais relatórios eram atestados por empresas mundialmente reconhecidas. E uma empresa do porte da Vale, com cerca de 500 estruturas entre barragens, diques e outras similares, precisa ter um sistema baseado em auditorias externas, em uma equipe de geotécnicos próprios da mais alta qualidade para garantir a segurança das operações.

Cito como exemplo a alemã Tüv Süd, uma das maiores empresas do mundo especializadas em auditoria de barragem. Jamais imaginamos que uma companhia desse porte e reconhecimento poderia emitir um laudo em uma situação em que não houvesse real estabilidade. Não é por outro motivo que, após o rompimento da barragem, uma das providências foi determinar a suspensão dos contratos da Vale com a referida empresa e processá-la tanto no Brasil como na Alemanha. Ademais, foi determinada a revisão de todas as suas avaliações e certificações.

(Soa a campainha.)

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Na minha gestão, os investimentos em segurança de barragem cresceram significativamente. Foram de 180 milhões, em 2017, para 241 milhões em 2018. Para 2019, o valor previsto é de 256 milhões, de acordo com um comunicado ao mercado divulgado nesta semana pela própria empresa.

A Vale cumpre integralmente a legislação brasileira para mineração e barragens. O assunto foi amplamente discutido pela alta direção, desde a ruptura da barragem de Fundão, em Mariana, houve 46 reuniões entre diretorias, comitês, Conselho de Administração e Conselho Fiscal sobre essas estruturas. Dessas, 41 ocorreram após a minha chegada à companhia.

Mais uma vez quero destacar que, em todas essas reuniões, senhoras e senhores, sempre nos foi informado que todas as barragens da Vale se encontram em plenas condições de estabilidade. Por isso, a nossa surpresa quando, em 25 de janeiro, a barragem de Brumadinho se rompeu.

Sob o meu comando, a Vale criou três comitês extraordinários por conta do rompimento da barragem e, conseqüentemente, não poupou recursos nem esforços para investigar as causas do rompimento, evitar que novas tragédias aconteçam e para reparar os danos humanos e ambientais.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Apoiamos integralmente com recursos, equipamentos e todo tipo de suporte possível o trabalho dos Bombeiros, da Defesa Civil e demais autoridades envolvidas.

Gostaria de mencionar as principais ações executadas pela Vale ou com apoio da Vale, desde o rompimento: termo de acordo preliminar para pagar a todos os habitantes da região, um número aproximado de 100 mil pessoas, um auxílio mensal por todo um ano, que representará algo em torno de entre R\$800 milhões e R\$1 bilhão; doação de R\$100 mil para familiares de todas as vítimas; R\$50 mil para todas as pessoas que perderam suas casas; e R\$15 mil para todas as pessoas que tiveram seus negócios impactados; R\$80 milhões para compensar a perda de tributos em Brumadinho; R\$270 milhões para aquisição de medicamentos, água, equipamentos e outros custos; atendimento médico e psicológico; custeio da mobilização de dez hospitais e unidades de saúde da região; monitoramento da água em 65 pontos da região; plano para Bacia do Rio Paraopeba, em discussão com órgãos ambientais; 44 milhões de litros de água entregues para consumo humano, animal e irrigação agrícola em 19 Municípios; 190 profissionais envolvidos no resgate e atendimento aos animais – resgate de 468 animais vivos.

Por minha recomendação e do Conselho de Administração da Vale, foram criados três comitês independentes e extraordinários para: 1) apoio e reparação; 2) apuração das causas; 3) segurança das barragens.

A ex-Ministra do Supremo, Dra. Ellen Gracie, lidera os trabalhos do Comitê de Apuração Independente.

A Vale vem colaborando ativamente com as autoridades desde o primeiro instante, fornecendo voluntariamente documentos e *e-mails*, entre outras informações.

Todos os empregados da Vale, incluindo a alta direção, sempre estiveram à disposição para prestar depoimentos.

Feito esse breve relato aos senhores e senhoras, eu me coloco à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas e colaborar com os trabalhos desta Comissão.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu gostaria de, saudando os Senadores que aqui chegaram, antes de dar a palavra ao Relator para, subsequentemente, fazermos todas as colocações, dizer que se encontram inscritos o Senador Jorge Kajuru, o Senador Anastasia, o Senador Otto Alencar e o Senador Wellington Fagundes. As inscrições continuam abertas.

Aproveitar que temos o quórum, Anastasia, para não deixarmos passar, porque os procedimentos têm que continuar e as outras convocações têm que acontecer.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos um, dois, três, quatro...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – São 18 requerimentos.

Querem que eu leia todos? Porque todos já foram previamente apresentados aos membros desta Comissão.

Podemos votar em bloco? *(Pausa.)*

Requerimentos 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44 – estou falando para constar na ata –, 45, 46, 47, 48, 49, e 50, que acabou sendo incluído.

Eu pergunto ao Plenário se alguém quer fazer alguma consideração; senão, vamos votar em bloco. *(Pausa.)*

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

Quem os aprova permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovados.

Pois não, agora passaremos à...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

Com a palavra, pela ordem, Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Pela ordem.) – Presidente Rose de Freitas, V. Exa. me permita... Eu jamais ousaria fazer perguntas antes do preparadíssimo Relator, o mineiro Senador Carlos Viana.

Mas apenas quero, a todos os demais integrantes desta CPI de Brumadinho e à opinião pública brasileira, trazer uma informação factual, de que, bem-informado como é o nosso Relator, seguramente ele já tem conhecimento. É de ontem à noite.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lucro da Vale salta 391% no quarto trimestre, a US\$3,79 bilhões, e supera expectativas. Resultado superou as expectativas dos analistas consultados pela Bloomberg, que esperavam lucro de US\$2,63 bilhões.

A Vale encerrou o quarto trimestre de 2018 com um lucro líquido de US\$3,786 bilhões, uma alta de 391% ante os US\$771 milhões registrados um ano antes. O número ficou acima de US\$2,63 bilhões [informados] esperados [...].

Posto isso, Presidente, permita-me. Não é uma pergunta, mas só um pedido humilde e respeitoso ao ex-Presidente da Vale, Sr. Fabio. Tenha tranquilidade, porque eu assisti a toda a sua audiência na Câmara dos Deputados, do começo ao fim. E aqui, com certeza, a maioria assistiu.

Vou até me excluir, porque sou um juvenil aqui perante os demais, mas aqui o senhor está vendo o alto nível de quem vai questioná-lo, iniciando pelo Relator.

Aqui ninguém vai chamá-lo de bandido, de moleque, como ocorreu lá na Câmara, correto? Chegou a acontecer isso lá. Ninguém vai tratá-lo dessa forma. Nós vamos fazer perguntas contundentes e embasadas que a Nação brasileira espera.

Mas eu queria só fazer um pedido a V. Sa.: que o senhor não tenha o comportamento que, a meu ver, teve lá na Câmara; que o senhor não tenha aqui um comportamento zaino. O senhor pode nos prometer isso? Comportamento zaino. Aliás, o senhor sabe...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Inicialmente, eu gostaria...

Kajuru, vamos começar dentro do foco do que nós queremos? As suas considerações...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Porque lá, Presidente, ele foi zaino. Como ele não saiba talvez o que significa zaino, e o Senador Jaques Wagner está perguntado isso para mim...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Nós todos entendemos, nós entendemos.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O que significa zaino?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Divagante, ausente.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ele não foi assim lá? Ele foi dissimulado...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Mas eu não gostaria de emitir...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu não gostaria de que ele fosse assim aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... nenhum juízo de valor. Nós vamos começar. O senhor está inscrito para falar logo após o Relator. Eu conheço a sua veemência com suas convicções, e ela é fundamental para esta Comissão. Mas, agora, discutir se ele vai ser titubeante ou não... Vamos fugir do foco da nossa reunião.

Concedo a palavra ao Relator para que ele possa fazer as suas colocações e as suas perguntas.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Senadora Rose.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu pedi ao Senador Carlos Viana para que ele me desse a oportunidade para acrescentar...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Perfeitamente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ele vai fazer as perguntas ao ex-Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não, Senador, o senhor tem a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu tenho uma viagem, e ele me concedeu fazer só uma pergunta. Nas outras, cujo teor eu já conheço mais ou menos, não sei se esta está incluída.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – V. Exa. tem a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar depoente.) – Eu creio que o ex-Presidente. Dr. Fábio, está respondendo por essa questão que é gravíssima. Nós temos trezentas e tantas pessoas que perderam a vida. Eu considero isso como a coisa mais grave de todas. Mas as consequências da ruptura da Barragem do Córrego do Feijão, que atingiu o Rio Paraopeba – que não é Parauapebas, porque Parauapebas é no Pará; o de Minas é Paraopeba, sem o "s". Estão confundindo as coisas. O rio está praticamente ferido de morte, sem nenhuma condição de vida, nem dos peixes e nem das plantas. A fotossíntese biótica para a vida das plantas foi atingida de morte, porque o oxigênio dissolvido é zero praticamente no Rio Paraopeba.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu pergunto ao Dr. Fábio é o seguinte: nós temos outras barragens que podem também se romper no Estado de Minas Gerais. Uma delas, se não me engano, é a Barragem de Forquilha 1, Forquilha 3, em Ouro Preto. Em Outro Preto, nasce o Rio das Velhas, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A nascente dele é em Ouro Preto.

Primeiro, eu queria perguntar ao Dr. Fabio se existe a possibilidade de ruptura dessa barragem e se, ela rompendo, isso vai comprometer o Rio das Velhas. A primeira pergunta é essa.

A segunda pergunta que quero fazer é a seguinte. Dr. Fabio, quando se faz uma barragem, normalmente ela é feita numa bacia. É isso mesmo? Para se fazer uma barragem, tem de haver uma bacia. É isso, Dr. Fabio? Tem de haver uma bacia, não é isso? Se se faz uma barragem, há uma bacia, e, de um lado e do outro, há os altos dessa bacia. Por que se fez, em Brumadinho, a estrutura organizacional do refeitório e da administração a jusante da barragem, e não nos altos da barragem? Essa é a minha pergunta. Eu não entendo por que uma empresa da estrutura da Vale não tenha tido a capacidade de entender isso e de fazer a administração nos altos, e não na frente da barragem. Essa é uma coisa criminosa no meu ponto de vista! Certamente, isso ocorreu por causa do custo operacional. Havia o custo operacional de se fazer a terraplanagem para subir e colocar a estrutura no alto, e não na frente da barragem. Aquelas pessoas que morreram ali, que estavam no restaurante e na administração, foram criminosamente assassinadas pela Vale, do meu ponto de vista. Se essa estrutura estivesse nos altos, não seriam atingidas essas pessoas de maneira alguma!

Então, essa é a pergunta que eu quero acrescentar. Eu queria que o nobre Relator, o Senador Carlos Viana, acrescentasse essa pergunta, para que fosse respondida.

Pode ser que, por causa da minha viagem que está previamente marcada para a Bahia, eu tenha de ver depois as gravações e as notas taquigráficas para entender por que não se fez isso. Na barragem, a Vale tem a condição de fazer a estrutura em cima, mas a colocou na frente. Essa é uma coisa criminosa. Na minha opinião, a Vale tem que ser responsabilizada pelo assassinato das pessoas que estavam na frente da barragem. É coisa de assassinato, de homicídio, de crime! Eu não me conformo com isso.

Como eu falei, atingiu o Rio Paraopeba. Se vai atingir o Rio das Velhas, o resultado disso vai ser uma coisa de uma extensão que ninguém pode avaliar, porque, chegando ao Rio São Francisco, à Barragem de Três Marias, todas essas populações ribeirinhas ficarão comprometidas no abastecimento de água. Com isso, compromete-se o abastecimento humano, animal, industrial, compromete-se tudo no Rio São Francisco. O crime maior é o que tira as vidas, mas o crime ambiental é de uma proporção inimaginável, se for comprometido o Rio São Francisco. Então, isso me preocupa muito, porque o Rio



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

São Francisco é o responsável pela transposição das águas para os Estados receptores das águas. As populações ribeirinhas próximas dele vão ter dificuldade.

Portanto, eu queria, Senador Carlos Viana, que V. Exa. acrescentasse essa pergunta.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Perfeitamente!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Vou esperar para ver a resposta de V. Sa., Sr. Fabio. Vou aguardar isso.

Mas eu queria perguntar por quê. O lucro ficou acima da necessidade ou da segurança das pessoas? Esse foi o motivo para não terem colocado a estrutura no alto, mas sim na frente da barragem? Eu considero isso um crime.

Assim, eu queria V. Exa., se não há essa pergunta, acrescentasse isso.

Depois, se eu não estiver aqui até o momento da resposta do senhor, eu vou ler as notas taquigráficas para entender por que uma empresa que teve esse lucro no quadrimestre de quase US\$4 bilhões não pôde fazer uma coisa para a segurança dos trabalhadores. Isso é que me corta o coração! Sinceramente, estou falando isso ao senhor com todo o respeito, mas eu não posso entender uma coisa dessa natureza. Comove-me profundamente isso. Isso me comove demais! E o negócio do Rio São Francisco me mata, Dr. Fabio! Eu não entendo por que uma empresa com essas condições chega a esse nível a que chegou agora.

Não quero, de maneira alguma, dizer nenhuma palavra ácida ou dura contra o senhor. Talvez, o senhor seja uma pessoa que, contratada, terminou sendo até uma vítima. O senhor não perdeu a vida, mas vai perder sua história como executivo, como engenheiro – não sei se o senhor o é –, porque o senhor maculou a sua história por não ter a capacidade de prevenir a morte dessas pessoas. Isso é muito doloroso para qualquer pessoa que está envolvida nisso. Todos nós estamos envolvidos nisso e ficamos muito sentidos com essa situação.

Então, essa era a pergunta que eu queria que o Senador Carlos Viana acrescentasse.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Perfeitamente!

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Nós agradecemos as palavras do Senador Otto, autor desse requerimento.

Passamos a palavra ao Relator, o Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para interpelar depoente.) – Obrigado, Senadora Rose de Freitas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom dia a todas as Senadoras e Senadores presentes, a todos aqueles que nos acompanham, aos jornalistas que aqui vieram!

Meu bom dia também ao Sr. Fabio Schvartsman e a toda a equipe que o acompanha, agradecendo-lhes pela presença.

Digo aqui, confirmando o que os meus colegas de Senado já disseram, que o senhor terá total liberdade para responder da melhor maneira possível e será respeitado nos seus posicionamentos aqui como depoente.

Por alguns pontos eu vou começar. Serão nove perguntas, que estão baseadas nas investigações da Força-Tarefa e também em documentos a que nós tivemos acesso, da própria Vale, durante o processo inicial de investigação.

Muitos pontos o senhor já elencou na sua fala inicial, mas, por uma questão processual, eu vou repeti-los, para que o senhor faça o detalhamento correto, por gentileza.

Faço a primeira pergunta, Sr. Fabio.

Eu gostaria de fazer um preâmbulo aqui. O senhor está ciente de que vai enfrentar um processo criminal que terá impactos muitos sérios na sua vida. Isso, de uma maneira ou de outra, como disse o Senador Otto, irá marcar a sua história como dirigente da Vale e como pessoa. Então, fica aqui um posicionamento para que o senhor pense, primeiramente, na sua história, na sua pessoa, e não na fidelidade total à sua empresa ou no treinamento que o senhor tenha recebido na tentativa de divagar ou de não dar as respostas corretas que nós esperamos do senhor. Aqui está a presença de Fabio Schvartsman. Os seus investimentos ou os investimentos da Vale terão uma sequência, mas o importante agora é a sua história e o processo a que o senhor irá responder.

Então, há uma primeira questão que eu gostaria que o senhor reafirmasse.

De uma matéria do jornal *Valor* do dia 10 de abril de 2018, ou seja, há menos de um ano, assinada por Renato Rostás, vou ler aqui dois parágrafos:

As barragens de rejeitos da Vale estão em estado "impressionante" de qualidade, garante o presidente da mineradora, Fabio Schvartsman. O executivo conta que, logo que assumiu o cargo, no ano passado, pediu uma revisão das condições dos depósitos e que o resultado foi bastante positivo.

"Logo que comecei na presidência, pensei como era o estado das barragens. Se houvesse outro acidente como o de Mariana [...], minha gestão seria curta", afirmou, em evento do Itaú em São Paulo. "Não sei se esse trabalho foi feito depois de Mariana ou se já era assim, mas hoje as barragens [da Vale] são impecáveis."

[...]





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o que está aqui, na introdução da matéria.

Pergunto ao senhor: com base em quais avaliações o senhor afirmou, nove meses antes da tragédia, que as barragens estavam impecáveis e em estado impressionante de qualidade? Quais foram os critérios que o senhor usou?

O senhor – eu lhe pergunto – se sente enganado? Se se sente enganado, quem o enganou e toda essa história? *(Pausa.)*

O senhor pode responder, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu queria propor que o Relator fizesse um conjunto de três perguntas, para, em bloco, ele responder.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu gostaria, Senadora, que ele, por gentileza, detalhasse cada uma das perguntas, para que, inclusive, os Senadores presentes pudessem anotar e, posteriormente, fazer questionamentos complementares, se me permite a senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não. Perfeitamente. Atendo ao Relator prontamente.

Só quero perguntar se os Senadores terão o tempo necessário, para que nós possamos... Pelos trinta e tantos anos em que eu estou nesta Casa, se nós não formos diligentes no nosso trabalho, com certeza outros Senadores não perguntarão. E acho que não há prejuízo nenhum da primeira pergunta, importantíssima, da pergunta e as colocações do Senador Otto, se nós colocarmos três perguntas e ele responder a três a cada vez, porque eu tenho muita preocupação com o Relator aqui presente, para que ele possa concluir o rol, o roteiro de trabalho dele, e V. Exa. possa fazer o mesmo.

Pois não, Senador.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Duas.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A que eu fiz, mais duas do caso...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – V. Exa. fez uma, ele fez outra.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ele fez duas, não foi?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim. Fez uma, com duas sequências de respostas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ah, tá. Posso considerar três perguntas? Pois não.

Com a palavra o Sr. Fabio, para as respostas. *(Pausa.)*

Por favor, permita-me: vou limitar dez minutos para a sua resposta e vou dar dez minutos para as três perguntas subsequentes.

E eu vou ser um pouco rigorosa no tempo. Sei que o senhor fala pausadamente. Vou pedir só um pouco de agilidade, porque nós não poderemos ficar 12 horas aqui.

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Está perfeito.

Na realidade, Srs. Senadores e Senadoras, as perguntas tratam do mesmo tema: por que houve o rompimento da barragem, como é que as pessoas estavam embaixo, como é que, em abril de 2018, eu achava que as barragens estavam em ótima situação, e isso não se comprovou pelos fatos subsequentes. Eu vou tentar respondê-las dessa maneira, quer dizer, tentando cobrir tudo ao mesmo tempo.

Vamos começar por essa entrevista de abril de 2018, que eu acho que ajuda a compreender...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Eu vou cobrir...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Senador, eu pretendo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Eu vou lhe responder. Não se preocupe. Eu só estou querendo colocar isso dentro de uma ordem mais lógica de pensamento.

Quando eu entrei na Vale, como disse naquela entrevista, eu tinha muita preocupação com o estado das barragens. E, consequentemente, não é por outro motivo que, durante meu curto período de gestão na Vale, foram feitas dezenas de reuniões dos diversos órgãos da companhia sobre o tema. E barragens – eu sei e os senhores, agora, sabem também – é um assunto de alta complexidade e é um assunto altamente técnico.

As apresentações todas que foram feitas foram feitas pelo pessoal técnico da Vale, e todas elas reforçavam a boa qualidade de todas as estruturas, a existência de laudo de estabilidade para todas elas, a tal ponto que jamais foi feita uma apresentação que individualizasse qualquer barragem. Nunca houve uma apresentação, por exemplo, a respeito da barragem do Feijão, em Brumadinho. As



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

apresentações que eram feitas eram feitas coletivamente, sobre todas as barragens da Vale, e todas elas atestavam como elas estavam, coletivamente, em boa situação.

Como eu disse na minha apresentação inicial, eu também trouxe uma pessoa de fora da Vale, com conhecimento técnico, para fazer uma verificação dessas questões, e essa mesma pessoa também atestou, até o limite do seu conhecimento, a excelente qualidade em que se encontravam as barragens da Vale, motivo pelo qual eu me tornei o porta-voz dessa situação. Todos diziam, dentro da companhia, que as barragens estavam em excelente estado.

E, como os senhores podem imaginar, depois que aconteceu o Fundão, foi feita uma revisão muito grande de todas as barragens da companhia, com uma preocupação enorme de verificação de problemas, e nenhum problema foi identificado, nenhum problema foi relatado – pelo menos a área técnica jamais nos trouxe qualquer posicionamento de risco. Muito pelo contrário, havia, consistentemente, ao longo de todas as apresentações, o reforço dessa questão.

Com relação às estruturas, eu peço aos senhores que entendam o seguinte: a Vale tem 500 estruturas, em que Brumadinho é uma das 500. Consequentemente, eu sequer sabia que existia escritório administrativo em Brumadinho abaixo da barragem. É algo que é impossível de saber. São 500! E, na verdade, quando a Vale adquiriu essa barragem, ela já adquiriu com essas estruturas construídas.

E como é que esse processo pode funcionar? O laudo de estabilidade, que é...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor sabe que, na Câmara, o senhor foi convidado por uma comissão. Não foi CPI. Numa CPI, se o senhor mentir, o senhor pode ser preso. O senhor sai daqui preso. Se mentir, e constatar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sai, seu advogado. Sai sim. O senhor não balance a cabeça, que sai preso. Se mentir, sai preso. Não fique balançando a cabeça não. Respeite os Senadores. Respeite os Senadores. Está certo? Não fique balançando a cabeça não.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Fale qualquer coisa.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu vou pedir ao senhor que se encontra à Mesa, cuja identidade é Márcio Costeira, advogado: o senhor está meramente aqui como acompanhante. Eu peço ao senhor nenhuma atitude.

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu peço ao senhor, reiteradamente: não dialogue com o Senador, porque não é permitido.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E, quanto a essa questão também, Sr. Fábio, seria muito...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – No caso, balançando a cabecinha... Não faça não.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E seria muito interessante, Senador, que o senhor também, Sr. Fábio, já declinasse nomes, porque o senhor vem falando sobre relatórios, mas o senhor não aponta quem são os responsáveis. A esse ponto nós vamos retornar, com mais ênfase, daqui para frente.

O senhor pode continuar.

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Bom, como eu estava esclarecendo aos senhores, com a existência de tantas barragens como as que tem a companhia, tem que haver um sistema que seja com independência e com autonomia, para verificação da situação das barragens e para ação imediata, quando ela se torna necessária. Dessa forma, a existência de escritórios e se eles estão em risco ou não é uma questão que jamais chegou à discussão em nível de diretoria da companhia. É algo que a área técnica tem plena e completa independência para avaliar e, se achar que existe algum risco, mudar de local.

Eles têm uma autonomia financeira, como eu frisei na minha explicação inicial, de R\$40 milhões por projeto, o que significa que eles têm plena condição de atender a qualquer problema de segurança que eles enxerguem.

Do ponto de vista nosso, na diretoria da companhia, a única maneira para que nós tivéssemos a nossa atenção chamada para a questão seria se houvesse alguma manifestação a respeito de risco. Jamais houve qualquer manifestação de risco a respeito dessa barragem. Consequentemente, até que acontecesse o acidente, a única coisa que nós sabíamos é que havia um laudo de estabilidade e que a barragem estava em excelentes condições. Eu não tinha nenhuma outra informação diferente dessa. Essa é a razão da localização do...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu vou descontar o tempo – porque o senhor tem dez minutos – do que aconteceu, mas eu queria novamente que o senhor, em observação ao que o Senador Kajuru disse, mas pertinente à pergunta que o Senador Otto fez: o senhor disse que não tinha conhecimento de Brumadinho – desculpe-me aqui o Relator, por favor –, mas o senhor é responsável pela empresa.

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Não, sem dúvida. Não há a menor dúvida.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Portanto, não é possível passar uma tinta, cair. A pergunta do Senador Otto é franca, direta, objetiva: quem? Qual departamento autorizou a construção, no eito daquela barragem, daquele restaurante, daquela parte administrativa? É preciso responder.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, se ele está dizendo que lá em Brumadinho havia uma estrutura em que se poderia fazer investimentos, havia um responsável por isso. Se era a unidade gestora da Vale, então o senhor tem que nominar quem era o responsável. Porque, se o senhor não é o responsável, há alguém responsável. Então, o senhor tem que nominar. Não pode sair sem nominar quem é o responsável.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não, Senadora Selma.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Pela ordem.) – Pelo que eu ouvi da explicação que ele deu, ele disse que, quando a Vale adquiriu, já estava aquela construção naquele local. Então, apenas para complementar a pergunta do Senador Otto, por que é que a mantiveram naquele local?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A senhora quer se inscrever?

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – É só essa intervenção.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois é, porque a gente precisa construir uma orientação.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Só para colaborar. Desculpe-me.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não. É importante.

Pois não. O senhor tem a palavra.

Eu reponho...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Presidente, na sequência das perguntas dos Senadores, seria bom também que o Sr. Fábio colocasse que, já que ele deu uma entrevista meses antes e estava tudo bem, ele teve acesso aos dados. E está dizendo, depois, que não havia nenhuma informação. Quem forneceu... Então o senhor sabia ou não sabia do estado da situação das barragens lá?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Como eu disse, eu recebi uma informação sobre o estado de todas as barragens. Não havia nenhuma informação individualizada sobre qualquer barragem. E as informações davam conta de que todas elas estavam em plena condição de estabilidade e possuíam laudo de estabilidade.

Isso não foi feito uma vez. Isso foi feito dezenas de vezes à administração da companhia.

Com relação ao escritório, é verdade que a Vale adquiriu a empresa Ferteco, por volta de 2001, 2002. A Ferteco havia construído essa barragem em 1976, e o escritório lá estava, quando a Vale a adquiriu, em 2001, 2002. Os senhores notem que eu entrei na companhia em 2017, 15 anos depois que a Vale adquiriu a barragem. E o escritório continuava exatamente no mesmo local que estava quando a companhia adquiriu.

Então, o senhor veja que não havia, nem da minha parte, nem da de meus antecessores, qualquer tipo de informação sobre risco com relação ao posicionamento daquele escritório. Por que não havia? Porque existiam laudos de estabilidade que diziam que a barragem não tinha nenhum risco ou que o risco era perfeitamente aceitável, dentro das condições normais.

É claro, Sr. Senador, que, se eu tivesse qualquer informação, de qualquer tipo, de que houvesse risco, eu daria graças a Deus de poder ter tirado aquilo de lá para evitar essa tragédia, esse rompimento com todas essas consequências.

Eu faço minha sua indignação, porque, se eu soubesse de alguma coisa, claro que eu teria agido na direção de impedir que isso acontecesse. E, se não o fiz, foi por absoluta falta de informação a respeito e por confiança numa área técnica hiperqualificada que existe dentro da companhia, com independência financeira e autonomia para tomar as decisões necessárias.

Quando essa mesma área técnica vem e diz: "Está tudo em ordem com as nossas barragens" e elas estão testadas por grandes empresas, como, por exemplo, a Tüv Süd ou a Tractebel, que são grandes auditoras de barragens no mundo, por que motivo haveria que desconfiar disso? Por que motivo? Era dizer: "Ah, não gostei da sua auditoria, vou lá verificar se está em ordem ou não". Não é possível, são 500 barragens.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Desculpe-me, uma colocação. Por favor, os que estão ouvindo, peço que deixem o Plenário mais tranquilo para este momento.

Eu queria pedir, Senador Randolfe, o seguinte: o Senador Otto fez uma pergunta, ele respondeu à pergunta; Kajuru fez uma observação no início desta reunião... Eu queria fazer uma observação, Sr. ex-Presidente: o senhor pensa, neste momento – ele perguntou, nosso Relator – sobre o seu nome em jogo nesse processo como um todo? Todos os fatos ocorridos... O senhor pensa em processar quem lhe



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

mentiu? Porque é o seu nome. O senhor pensa processar... Usou uma expressão que eu já coloquei aqui umas três vezes, eminentemente técnicos que mentiram, cujas consequências estão... O senhor está à frente, o senhor está diante de uma CPI. O senhor comparece aqui – e quero lhe lembrar –, comparece acompanhado de seu advogado, como é perfeito... Mas quero lhe dizer que não podemos admitir – desculpe, Sr. Relator, por favor, depois vou pedir ao Randolfe que me substitua um pouco, para que eu possa assinar uns documentos aqui atrás – se o senhor diz a esta Comissão que o senhor declarou ao *Valor Econômico*, deu uma entrevista em abril de...

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – De 2018.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... de 2018, em seguida, nós temos toda essa tragédia, que deve o senhor sentir por ela e, seu nome está em jogo, sentir mais ainda. Quem lhe mentiu? O senhor pretende processá-los? Pelo menos que a gente possa entender que com essa suavidade com que o senhor diz: "Olha, eu tomei conhecimento assim... Eu não conhecia o escritório de Brumadinho". Quem fez? Quem assinou? Quem construiu? Por que foi lá? As Prefeituras que autorizaram? O Governo que não inspecionou? Os técnicos que atestaram a viabilidade daquela construção? Tudo bem, tudo isso deságua na sua pessoa hoje. O senhor pretende, por favor, processar quem lhe mentiu? Porque a todo momento você diz: "Disseram-me isso, eu aceitei como verdade...". Até plausível entender que alguém que presida uma empresa desse tamanho... Mas nas escalas de decisões e de responsabilidade não se pode negligenciar com as respostas. Por favor.

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Senadora, encerrada a investigação e apresentados os culpados, eu vou avaliar qual é o curso de ação que eu devo tomar. Não tenha a menor dúvida de que vou tomar as atitudes necessárias, para dar resposta adequada à sociedade, a quantas pessoas me enganaram, se isso for caracterizado.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Fábio, dando sequência aqui a uma das suas falas de que não houve nenhum tipo de alerta sobre os riscos que a barragem poderia correr, é correto?

Senhor advogado, Senadora, eu gostaria de lembrar o senhor que se interferir mais uma vez, nós vamos pedir a retirada do senhor daqui, por gentileza. O.k.? O senhor está aqui acompanhando o seu cliente, com todo respeito, mas se o senhor interferir mais uma vez, nós vamos pedir a retirada do senhor do plenário. Por gentileza.

Então, dando sequência aqui, Sr. Fábio, a informação que o senhor nos traz de que não foi feito nenhum tipo de alerta... Nós vamos disponibilizar aos presentes, principalmente à imprensa, alguns eslaides que constam da ação pública que está em curso em Brumadinho, está em inglês, mas com todos os relatórios que foram apresentados da seguinte maneira: são eslaides apresentados por um funcionário seu, chamado Felipe Rocha, em um encontro de especialistas para avaliar os riscos das barragens operadas pela Vale.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na apresentação, o Sr. Felipe Rocha analisa os resultados do Piesem (Painel Independente de Especialistas em Segurança e Gestão de Riscos de Estruturas Geotécnicas), que aconteceu em novembro de 2017 e outra vez em outubro de 2018. Nós tivemos acesso a esses eslaides, que estão anexados à ação, foram compartilhados conosco pelos investigadores em Minas, pela força-tarefa.

Os PowerPoints que os senhores têm sobre esse assunto são muito bem feitos, são muito, inclusive, informativos. E lá, nesses PowerPoints, eles especificavam claramente até mesmo a quantidade de pessoas que iriam morrer se a barragem se rompesse.

Pois bem, o senhor deve ter sido apresentado, porque em outubro de 2018 o senhor já era o Presidente da empresa, o senhor deverá saber, porque eu vou citar inclusive os diretores que o senhor manteve desde Mariana e que estavam nesse painel.

Nos eslaides que estão nas pp. 86 e 87 da ação civil pública, a Vale apresenta dez barragens que estão na chamada Alarp Zone, são aquelas que apresentam maior risco pelas avaliações da própria empresa. Entre essas, estão as Barragens B1 e a Barragem 4A da mina do Córrego do Feijão. Em outubro de 2018, esse Piesem apontou para a administração da Vale o perigo da mina do Córrego do Feijão.

O eslaide mostra que havia um risco de a barragem desmoronar por liquefação estática e erosão interna. O risco de a B1 cair era de 2×10^{-4} . Para quem não entende – eu também não sou engenheiro – isso equivale a um risco de 0.2, é um risco altíssimo dentro dos critérios técnicos.

Vamos ao ponto. Lá no final da apresentação, p. 247, o Sr. Felipe Rocha escreve em inglês algo muito emblemático. Ele diz assim: "Todos os riscos com probabilidades maiores que 10^{-4} por ano são agora incluídos na matriz de riscos do negócio da Vale e apresentados ao grupo de diretores, ao Presidente e ao conselho de administração". Isso está aqui, no estudo que foi apresentado no Piesem da sua empresa, entre os seus diretores, inclusive, dois deles braço direito do senhor.

O risco da barragem em B1 era duas vezes maior que esse limite. Então, Sr. Fábio, de acordo com as regras da própria empresa que o senhor representa aqui, o senhor tinha que saber dos riscos da barragem, o senhor era o Presidente. Está aqui, o senhor tinha que ser informado. Os diretores abaixo e os conselheiros estão todos na sua hierarquia – todos –, e dois deles, inclusive ligados ao desastre de Mariana, estavam lá em Brumadinho e eram responsáveis.

Pois bem, o senhor foi informado, como manda a regra do negócio, dos riscos da Barragem B1? Se o senhor não foi informado, quem falhou em não informar ao senhor?

Para facilitar, eu vou lembrar as áreas responsáveis do seu organograma. A Gerência de Riscos Geotécnicos responde à Gerência Executiva de Riscos, que responde ao Diretor de Planejamento e Desenvolvimento de Ferrosos e Carvão, Lúcio Cavalli. A Gerência de Geotecnia responde à Gerência Executiva de Planejamento, que responde ao Diretor de Operações do Corredor Sudeste, Silmar Silva.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Acima dos dois, está Gerd Poppinga, Diretor-Executivo de Ferrosos e Carvão, que responde a uma ação penal pelo desastre Mariana e foi mantido pelo senhor como Diretor da Vale. Então, quem falhou na responsabilidade de avisar à Presidência sobre a tragédia de Brumadinho?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Senador, respondendo à sua pergunta, jamais chegou ao meu conhecimento, ou ao conhecimento da Diretoria, ou conhecimento do Conselho esse relatório que o senhor menciona.

Na verdade, eu tenho aqui comigo e eu posso, se o senhor quiser, depois passar uma cópia para os senhores do único material sobre esse tema que foi alguma vez informado à Diretoria da companhia, que basicamente descreve o que significa a gestão de riscos geotécnicos, o que significa a zona de atenção... Diz aqui: Ele é definido para o intervalo de probabilidade de ruptura de barragem entre 1E-03 e 1E-04 equivalente a eventos com probabilidade de ocorrência de uma vez a cada mil anos ou uma vez a cada 10 mil anos.

Barragens que eventualmente estejam na zona de atenção – continua o documento: deve-se garantir que todos os controles de prevenção e mitigação estão sendo aplicados e que uma redução da probabilidade não é viável no curto prazo. E, do ponto de vista dessa matriz de riscos, ela foi informada desta maneira, neste documento que eu estou mostrando ao senhor, à diretoria da companhia, que, basicamente faz uma apresentação conceitual com os pontos das barragens, sem nenhuma descrição de nomes, e diz, do lado direito deste documento: 100% das barragens da Vale ferrosas foram auditadas em agosto de 2018 e tiveram declaração de estabilidade emitida pelo auditor externo e com condições de segurança testadas. Todas as barragens são seguras, estão estáveis e operam dentro da normalidade.

Essa é a única informação que chegou em nível de diretoria sobre esse tema. Inclusive, se o senhor achar correto, eu posso lhe passar às mãos o documento, que representa a totalidade do conhecimento sobre esse assunto que chegou aos altos escalões da companhia.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito bem, eu vou ser mais claro aqui. Foi Juarez Saliba o técnico que o senhor contratou, o especialista que lhe garantiu que estava tudo certo, tudo bem?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – O Juarez Saliba foi o camarada que eu trouxe para a Vale com o objetivo de avaliar, entre outras coisas, a governança de barragens da companhia. E, sim, foi ele que emitiu um relatório dizendo que...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor, então, nunca ouviu o teve acesso a esses resultados do Piesem, desse painel independente de especialistas que a sua empresa fez em outubro de 2018?

O SR. FÁBIO SCHVARTSMAN – Na verdade, eu tive depois do desastre; antes do desastre, nunca tive acesso.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas não seria obrigação, como diz aqui, que o Presidente soubesse, Sr. Fábio?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Escute, a obrigação quem define é o dono da informação. Se a informação está na mão da área técnica e a área técnica resolve, por qualquer motivo, que esse assunto não é de alçada da diretoria da companhia, eu não tenho como fazer diferente.

Na verdade, como, aliás, eu fiz questão de chamar atenção na minha apresentação inicial, existe uma ampla possibilidade de as pessoas da estrutura, por mais baixo na estrutura que eles estejam, como, por exemplo, esse Sr. Felipe, mencionado...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Felipe Rocha. O senhor não o conhece?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Não o conheço. Nunca o vi. Se ele quisesse, ele poderia ter feito uma denúncia, tanto anônima como uma denúncia propriamente dita, se ele preferisse, e seria imediatamente tratada, como, aliás, eu procurei exemplificar com um caso recente, que foi tomado na minha gestão, que levou à demissão sumária de todas as pessoas que estiveram envolvidas em um processo que foi de... E um processo, aliás...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

O SR. FÁBIO SCHVARTSMAN – ... muito menos grave do que esse em questão.

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Pois não. Deixe-me dar sequência aqui, então, às perguntas.

Do mesmo relatório do Sr. Felipe Rocha.

Também vai estar disponibilizado para todos que nos acompanham – está em inglês, mas é muito claro aqui –, pedindo permissão ao nosso Presidente, Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Senador.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Em uma apresentação do Sr. Felipe Rocha, de novembro de 2017 – novembro de 2017 –, que também consta da ação do Ministério Público contra a Vale, especialmente com o senhor como um dos principais responsáveis, um eslaide – eu particularmente fiquei muito assustado quando tive acesso – calcula a quantidade de mortos caso o desastre acontecesse. Está aqui. Quando a gente olha o gráfico, está lá assim: com sirene e sem sirene, o número de pessoas que morreriam no desastre: entre 200 e 300 pessoas se houvesse o rompimento da B1. Isso em novembro de 2017. A Vale tinha essa informação. Está aqui na ação civil pública o número de pessoas que morreriam lá em Brumadinho.

Então, vamos lá.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com outra apresentação, em outubro de 2018, três meses antes da tragédia, o risco da queda da Barragem B1, calculado pela própria Vale, apresentado lá pelo Sr. Felipe Rocha, era de 0,2 – está lá na página da ação. Logo abaixo, no mesmo eslaide, em vermelho, está a conclusão sobre o que deveria ser feito. Para a Barragem B1, a decisão foi fazer o descomissionamento.

Para quem está nos assistindo, descomissionamento é, basicamente, desmontar a barragem, retirar água e os rejeitos, recuperar a área em relação a isso.

Então, segundo a ação do Ministério Público, eu gostaria de reforçar – e gostaria que o senhor fosse muito claro sobre essa questão –, em outubro, ou melhor, em novembro de 2017, os relatórios todos indicavam que, com sirene, 200 pessoas morreriam; sem sirene, 300. A Vale acertou. Nós temos 310 pessoas hoje entre mortos e desaparecidos.

Muito bem, se a Vale sabia dos riscos há tanto tempo e se a própria Vale decidiu pelo descomissionamento da Barragem B1, porque a Vale não retirou todas as pessoas da zona de autossalvamento? Por que a Vale manteve o refeitório e a área administrativa debaixo de uma barragem com risco de desabar? Porque havia toda uma informação técnica, não era somente de olhar a barragem.

E aqui, Sr. Fábio, eu gostaria que o senhor falasse também sobre um projeto de reaproveitamento do rejeito da barragem, que acabou... Se atrasaram ou não essas providências em relação à barragem; se a Vale queria manter ou arriscou-se para poder ganhar dinheiro em cima dos rejeitos da barragem e acabou levando à morte todas essas pessoas. Ao contrário de descomissionar, a Vale estaria vendendo os rejeitos para uma empresa terceirizada como forma de aumentar o lucro lá de Córrego do Feijão. Isso aconteceu, Sr. Fábio?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Devo responder agora, Sr. Senador?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Por favor, o senhor pode responder.

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Eu me permito só... Ficou faltando uma informação de uma pergunta anterior, perguntando se as pessoas que haviam me enganado seriam processadas. É importante registrar que essa empresa de auditoria alemã, a Tüv Süd, está sendo já processada pela Vale por conta do seu relatório, que dava a estabilidade da barragem, e a barragem se rompeu. Consequentemente, eles estão sendo processados tanto aqui no Brasil quanto na Alemanha.

Com relação à sua pergunta sobre o número de pessoas que seriam atingidas e se a Vale tinha conhecimento disso, eu queria informar ao senhor que isso aqui é uma obrigação legal, exigida pela Agência Nacional de Mineração para todas as barragens da empresa. É necessário fazer um estudo de verificação do que aconteceria em caso de rompimento da barragem. Isso é obrigação legal. E isso existe não só para a Barragem de Brumadinho, mas para todas as outras barragens que a Vale possui no Brasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é... Na verdade, essa informação e esse conhecimento não é por um exercício ruim que a companhia faz, mas sim para atendimento de uma obrigação legal. E o que esse relatório que o senhor mencionou – e que eu não conheço – faz menção é provavelmente a esse fato, a essa informação, que é legal.

Com relação ao descomissionamento da Barragem B1, é importante, aproveitando a sua explicação de o que significa o descomissionamento... Para descomissionar uma barragem é necessário retirar os rejeitos de dentro. Esta é a forma de descomissionar: você precisa tirar tudo que tem dentro da barragem para que ela pare de ser barragem. Se fosse uma simples transposição dos rejeitos da barragem para outro local, é intuitivo entender que seria necessária uma nova barragem, porque o que se vai fazer com todos os rejeitos que estão dentro da barragem? Teriam que ser passados para outra barragem. E barragens, hoje em dia, não são mais aceitáveis, não são mais licenciáveis, não é mais possível ter barragem. Consequentemente, a maneira que existe para descomissionar uma barragem é você utilizar minas antigas, que formam cavas, e usar essas cavas para depositar os rejeitos que estavam na barragem. O problema é que essas cavas são muito menores do que as barragens. Consequentemente, não é possível pegar todos os rejeitos de dentro da barragem e colocar dentro da cava. Não cabe. Para isso, a única opção possível é separar o que tem de restos de minério de ferro, dentro da barragem, do rejeito, que é lama, propriamente dita, secar essa lama, colocar, depositar essa lama seca dentro da cava e dar algum tipo de aproveitamento ao minério de ferro. Isso, em absoluto, não é feito por uma questão econômica. Muito pelo contrário, é uma operação extremamente gravosa, extremamente cara, de recuperação desse minério de ferro, e que só tem como propósito permitir o descomissionamento da barragem.

Esse era o procedimento que estava em andamento, e infelizmente levou muito tempo para que houvesse a autorização legal pela Secretaria do Meio Ambiente de Minas para iniciar o descomissionamento. Essa autorização só nos foi concedida em dezembro de 2018. Consequentemente, não houve tempo hábil, entre dezembro de 2018 e o início de 2019, para se proceder a esse descomissionamento, que, de qualquer forma, levaria um certo período de tempo.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Vou seguir aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator, só me permita. Eu acho que há uma decorrência da pergunta de V. Exa. É rápido.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor está dizendo que o descomissionamento não ocorreu devido à falta de autorização da Secretaria de Meio Ambiente de Minas Gerais, é isso?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso que... Porque, veja, o senhor assumiu a Vale, após o acidente de Mariana, inclusive com a consigna "Mariana nunca mais", e inclusive dizendo que, no prazo de três anos, todas as barragens da Vale iriam ser descomissionadas. O senhor está nos dizendo aqui que a Secretaria de Meio Ambiente de Minas Gerais não autorizou esse descomissionamento antes da tragédia de Brumadinho. É isso?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Sr. Senador, permita-me, antes, esclarecer algumas questões.

Em primeiro lugar, quando eu disse "Mariana nunca mais", como aliás eu citei na minha apresentação inicial, isso era basicamente uma diretriz para todos os funcionários da empresa, cujo objetivo era demonstrar para todos eles a preocupação da alta direção da companhia, especificamente minha, de que todas as providências fossem tomadas para evitar que um acidente como o de Mariana pudesse se repetir. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto, com relação ao descomissionamento e ao prazo de três anos para fazê-lo, na verdade, isso aqui foi algo que foi proposto após o acidente de Brumadinho. Portanto, é muito recente, é do mês passado. Essa última afirmação não tem relação com isso.

O terceiro e último ponto, com relação à Secretaria de Meio Ambiente, eu não tenho a menor condição de responsabilizar ou não a Secretaria. Eu só estou apresentando fatos. Nós recebemos a licença de descomissionamento apenas em dezembro de 2018. Portanto, seria ilegal a Vale, antes disso, começar a descomissionar. Foi só o que eu disse. Eu não disse que há qualquer responsabilidade da Secretaria ou não. Eu desconheço. É algo que precisa ser averiguado.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Fábio, o senhor disse que não sabia, não tinha as informações. Os laudos já mostravam que pelo menos 300 pessoas poderiam morrer sem o alarme com as sirenes. A informação estava dentro da sua empresa. Quem foi o responsável – e aqui eu retomo a pergunta do Senador Otto – por não retirar especialmente os seus colaboradores, os seus funcionários da frente da barragem?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – A responsabilidade, se houver, é certamente da área técnica da companhia.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Se houver, não, Sr. Fábio. Nós temos 300 pessoas que morreram, Sr. Fábio!

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Não há dúvida de que houve algo tremendamente errado, e eu tenho certeza de que as investigações vão apontar os responsáveis.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Quem deveria ter tirado o refeitório, a área administrativa da frente da barragem para colocar em segurança os funcionários? Quem era o responsável?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – As pessoas da região tinham autonomia e independência financeira para essa tomada de decisão. Era impossível que houvesse... Se eles tivessem que perguntar para alguém "Escuta, a barragem está com risco de romper; o que eu devo fazer?", a barragem iria cair, e não haveria nada a ser feito. Então, existe essa delegação de responsabilidade para que haja a possibilidade de uma ação em tempo para prevenir o acidente. Então, se algo não foi feito, não foi feito por decisão local; nunca foi objeto de qualquer tipo de discussão em níveis mais altos da organização.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Posso seguir, Sr. Presidente, aqui?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Sr. Relator.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Vamos falar um pouquinho mais sobre os laudos de estabilidade.

Em todas as entrevistas o senhor vem dizendo que foi surpreendido com a queda da barragem porque acreditou no laudo da consultoria que foi contratada para testar a segurança da B1 – e aqui, me permita colocar –, numa franca tentativa, numa estratégia de transferir a culpa, uma vez que o senhor não nomina, inclusive, quem seriam os responsáveis diretos pela tomada de decisões.

Na audiência pública em que o senhor esteve na Comissão Externa de Desastres de Brumadinho, na Câmara dos Deputados, no dia 14 de fevereiro, o senhor disse o seguinte:

Meus senhores e minhas senhoras, é essencial compreender que a questão de barragens se sustenta numa pedra fundamental: [que é] o chamado laudo de estabilidade. O laudo de estabilidade é concebido por especialistas nacionais e internacionais com grande especialização no assunto, com grande qualificação. E esses laudos representam a pedra fundamental de todo sistema de mineração... – fecho aqui a sua citação.

Pois bem, no que nós da equipe aqui da CPI, toda a Comissão e eu, particularmente, lemos nos documentos internos da Vale, já estava muito claro que a queda de mais uma barragem teria um impacto grande demais na empresa em termos financeiros e de credibilidade. Tanto assim que a Vale coloca na matriz de risco corporativo qualquer barragem que tenha um risco maior de cair porque isso pode destruir uma empresa.

Se o senhor, como Presidente, era cercado de pessoas que não entenderam claramente isso, seria muito bom que o senhor dissesse quem são aqueles que assessoravam o senhor e que não entenderam a gravidade do que estava acontecendo mais uma vez em Minas Gerais para que o senhor começasse a mudar a questão da história em relação ao seu nome... Porque vejo a sua vontade de colaborar, mas, volto a dizer, comece a declinar nomes e responsabilidades para que o senhor não assuma essa carga, até o momento, sozinho, como Presidente, nessa história toda.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor vai ter que explicar isto para os acionistas. Agora, como é que se coloca 300 pessoas, se recebe uma informação de que 300 pessoas podem morrer num laudo, na verdade, um pedaço de papel assinado por dois técnicos de uma empresa contratada...

E eu gostaria também que o senhor nos colocasse sobre as denúncias que já foram feitas pela Polícia Federal, pelo Ministério Público, de que diretores e gerentes da Vale teriam pressionado a empresa a assinar o laudo: o senhor concorda com isso? O senhor sabia disso? Era a orientação que essas empresas não tivessem a liberdade de fazer os trabalhos de auditoria?

Porque até o momento, Sr. Fábio, o laudo da Tüv Süd que foi apresentado para Brumadinho é uma fraude. Está lá. Isso é uma fraude. Está lá, provado nas investigações até agora por A mais B, com todos os auditores, que eles foram obrigados a assinar. Eu gostaria que o senhor comentasse isso. E aqui não é somente a Vale, não. A Tüv Süd também vai responder por falsidade ideológica e uso de documento falso.

Então, por favor, a Vale continua confiando cegamente nos laudos de estabilidade? Como é que uma das maiores empresas do Brasil, segunda maior mineradora do mundo, coloca o futuro dela em pedaços de papel, em relatórios assinados por técnicos de uma empresa contratada? O senhor vai explicar isso como para os acionistas da sua empresa? Aqui o senhor vai responder conjuntamente.

O senhor já esteve agora com o Conselho de Administração. O que eles pensam sobre o seu gerenciamento de riscos na empresa? E essa responsabilidade, esse laudo todo com relação a Tüv Süd? Gostaria de que o senhor detalhasse mais esse processo de empresa contra empresa. A Vale não tem responsabilidade nenhuma sobre isso?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Eu vou responder agora?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sim.

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Sr. Senador, com relação ao laudo de estabilidade, com relação à Tüv Süd, acho que é necessário esclarecer que a Tüv Süd é uma das maiores auditoras de barragem do mundo. Ela audita barragens de empresas de mineração como a Vale e de todos os seus concorrentes no mundo, como Rio Tinto, BHP. Ela não audita só da Vale. Jamais poderia passar pela nossa cabeça que uma empresa dessa categoria e que, na verdade, do que ela vive é de fazer esses laudos para todas as empresas de mineração do mundo, corresse o risco de dar um laudo para algo que não tem estabilidade dizendo que tem estabilidade, colocando em risco o seu modelo de negócio.

Porque o problema não é o que a Vale acha a respeito da Tüv Süd; o problema é o que o mundo agora acha a respeito da Tüv Süd e qual é a possibilidade de eles continuarem mantendo o seu negócio, uma vez que o negócio deles era basicamente atestar que os procedimentos tomados pelas áreas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

internas da companhia eram adequados. E bastava tão simplesmente que eles se recusassem a dar um laudo, uma vez que eles não acreditassem que esse laudo estava certo...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Quem, Sr. Fábio? Quem?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – A Tüv Süd.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Lá da sua equipe, quem deveria ter dito o seguinte: "Esse laudo aqui é um laudo que não está de acordo"?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O pessoal da área da... O pessoal geotécnico. As pessoas geotécnicas são as pessoas que o senhor está citando, toda a cadeia geotécnica. Alguém da cadeia deveria ter, se é fato que o laudo não é correto...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Parece, Sr. Fábio, que o Sr. Relator está querendo assim... Aliás, não é somente o Sr. Relator; nós da CPI queremos nomes, queremos a responsabilidade. Se o senhor não tem responsabilidade, porque, me parece, há uma opinião formada na CPI de que tem, quem tem? Quais são essas responsabilidades?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – O fato de eu ser Presidente da companhia não me faz onisciente, não me faz conhecedor de todos os detalhes que acontecem em todos os locais da companhia.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas te faz responsável.

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – A responsabilidade do meu cargo é minha, e eu não tenho nenhum problema em aceitá-la. A questão objetiva é que eu não sei quem e por que alguém mentiria sobre esse assunto, consequentemente, como é que eu posso, em sã consciência, dizer foi fulano, ou foi cicrano, ou foi beltrano sem saber? Eu certamente não posso fazer uma injustiça de apontar uma pessoa que eu não sei quem é só com o objetivo de tirar a carga. Eu não pretendo criar uma situação falsa para ninguém.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas, Sr. Fábio, até o momento a Vale não se preocupou em entender internamente onde foi a falha?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Mas existe uma... Como, aliás, eu relatei...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Os senhores tiveram tempo suficiente. Porque é o seguinte: o lucro, que foi citado pelo Senador Kajuru, mostra claramente que, com a situação financeira, o senhor é muito ativo. O senhor é muito ativo com o lucro da empresa. Agora, toda vez que nós falamos em barragens e laudo, o senhor sempre se coloca como passivo: eu não sabia de nada. Não é possível que,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

com a competência que o senhor demonstrou em lucrar essa quantidade, o senhor já não tenha, internamente, feito um levantamento dizendo o seguinte: "A falha foi aqui, nesse ponto nós tivemos um problema". Quem falhou em relação a isso? Eu, aqui me permita colocar, acho, penso que a empresa já deve ter isso. O senhor não quer revelar para nós? O senhor não quer trazer aqui para a exposição o resultado de um relatório interno dos senhores? É uma estratégia jurídica, inclusive, para postergar as condenações ou as indenizações, como vem sendo feito com Mariana?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Senador, me daria um grande alívio e uma grande satisfação se eu pudesse contar para os senhores o que foi que aconteceu, o que é que as investigações internas estão apontando. As investigações estão em andamento e elas estão sendo, inclusive, verificadas por esse comitê independente formado pela Dra. Ellen Gracie, que é uma pessoa de uma completa independência. Tenho absoluta convicção de que ela formará uma opinião e produzirá um relatório sobre as responsabilidades que eu faço questão de ser o primeiro a entregar aos senhores quando isso existir. Eu não tiro... E a independência dela, e a independência dos que estão trabalhando tem sido tal que ela não tem conversado sobre o conteúdo das investigações dela com ninguém que eu saiba. Ela está mantendo isso fechado exatamente para poder completar a sua investigação sem nenhum tipo de interferência.

Então, eu acho que o senhor tem razão. Claro que existe uma falha. Essa falha vai ser perfeitamente identificada, caracterizada, e os responsáveis podem e devem, se apontados, ser punidos. Não tenho absolutamente nada... Pelo contrário. É como deve ser feito.

Com relação ao seu comentário de pressão sobre auditores feita por gerentes da Vale, eu quero dizer ao senhor que se isso tivesse chegado ao meu conhecimento teria havido demissão sumária instantânea da pessoa que fez isso. É um comportamento absurdo, que não tem o menor cabimento e que, do meu ponto de vista, é completamente inaceitável. Tal não só nunca foi feito que nunca chegou ao meu conhecimento ou de quem quer que estivesse próximo a mim que houvesse uma atitude dessas. O senhor pode ter absoluta certeza de que essas pessoas teriam sido demitidas imediatamente e processadas.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Fábio, dois dos seus...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sr. Relator...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Senador.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Obrigado, Presidente Randolfe.

Sr. Relator, em função do seu rigor e do primor dos seus questionamentos, fico eu, como jornalista que sou, e V. Exa. também, a gente vai demorar depois para fazer aqui uma colocação em cima da resposta dele... Por isso que é interessante, em depoimentos assim, ter o direito da réplica.

Aqui, por exemplo, rapidinho, em cima disso: o senhor não sabe o nome do técnico. Então, qual é o nome do diretor responsável? O senhor sabe?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Diretor responsável pelo que, Senador?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Porque o senhor falou que não sabe o nome do técnico, da geotécnica.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Quem respondia por Brumadinho ao lado do senhor?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Quem respondia por Brumadinho ao lado do senhor, o diretor responsável?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quem era a cadeia hierárquica?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Exatamente.

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – A cadeia hierárquica? O Diretor-Executivo que chefia a área de Ferrosos, o Peter Poppinga. Abaixo do Peter Poppinga tinha dois diretores que estão envolvidos nessa situação. Tem diversos outros. Mas dois diretores: um é o Lúcio Cavalli, o outro é o Silmar. E abaixo do Lúcio Cavalli e do Silmar estão os gerentes-executivos responsáveis por essa operação, tanto pela operação geotécnica quanto pela auditoria de operações geotécnicas.

Os senhores não de compreender que existem 150 gerentes-executivos como esses dentro da companhia. São pessoas que trabalham dentro das suas responsabilidades, cada uma com responsabilidades muito importantes, como, por exemplo, essa questão de barragens, que é importantíssima. Então, gerentes que têm essa responsabilidade, nós estamos falando de gente de primeira qualidade, com formação e especialização. São pessoas que são preparadas para essa finalidade e trabalham com afinco nessa direção ou supostamente.

O meu papel como gestor da companhia é o papel de confiar na estrutura. Para que a Vale possa funcionar, é necessário haver confiança no funcionamento da estrutura. Porque se eu trabalhar, como os senhores estão apontando, desconfiando de tudo que me é dito, na realidade, eu paraliso a companhia. A companhia não fará mais nada a não ser tentar explicar tudo que possa ser questionado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Boa sequência aqui, Kajuru.

O senhor manteve o Sr. Poppinga como diretor e um dos seus braços lá na empresa. O senhor Poppinga já está envolvido em Mariana. O senhor, como um bom gestor... Nesse ponto aqui, não teria sido melhor afastar? "Olha, já temos uma pessoa respondendo lá por Mariana." Essa pessoa foi mantida em praticamente o mesmo cargo de responsabilidade de uma outra tragédia que matou 19 e, nessa omissão aqui, matou 300.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Aliás, me permita, Sr. Relator, onde fica o "Mariana nunca mais", que o senhor proclamou, quando assumiu a Vale, diante desse fato de um diretor que estava em Mariana ter sido mantido em Brumadinho?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Muito bem, é bom iniciar comentando com os senhores que o acidente de Mariana aconteceu em novembro de 2015, e eu entrei na Vale em maio de 2017. Em maio de 2017, o Diretor de Ferrosos era o Sr. Peter Poppinga.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Permita-me, Sr. Fábio, lembrar o seu pronunciamento quando o senhor assumiu a Vale: "Mariana nunca mais! Que tenha sido a última vez em que essa empresa esteja envolvida direta e indiretamente num desastre ecológico e social da dimensão do que foi Mariana. Quero ter junto com vocês o compromisso de ser referência mundial de sustentabilidade". E o senhor mantém um dos diretores que estava presente em Mariana, tendo dito isso na sua posse.

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Perfeitamente.

Como eu disse, o "Mariana nunca mais" era uma diretriz para toda a empresa para que houvesse clareza da nossa intenção...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Era uma palavra de ordem, então; era uma consigna; era uma palavra de efeito?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Era uma diretriz.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Era um instrumento de propaganda?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Era uma diretriz, não era um instrumento de propaganda; era uma diretriz para toda a companhia. A Vale funciona muito em cima da orientação geral que é dada por seus principais executivos, inclusive e especialmente o Presidente. Então, o fato de eu dar tanta importância para essa questão ajudava com que empresa trabalhasse com todo o afinco na direção de evitar com que isso acontecesse.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação ao Sr. Peter Poppinga, quando eu entrei na Vale, como eu disse, ele já era membro da diretoria da companhia responsável pela área de ferrosos. O acidente já havia acontecido há mais de ano e meio atrás...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, permita-me aqui só... O senhor teria como afastá-lo? O senhor poderia, naquele momento, assumindo o quadro de Presidente, dizer assim: "Olha, esse diretor aqui eu não quero presente na minha equipe".

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Eu poderia recomendar o afastamento. Não obstante, o afastamento não pode ser feito por mim; quem decide se um diretor permanece diretor da companhia ou sai é o Conselho.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – O senhor não recomendou?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Eu não recomendei, eu não recomendei. Ele estava presente fazia um ano e meio. Ele já era denunciado já há bastante tempo a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mesmo estando ele denunciado, o senhor não recomendou?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Ele já era denunciado, e eu entendi que a avaliação que o Conselho fazia da presença dele era de que ele era importante pelo seu conhecimento técnico, pela qualidade do trabalho que ele executava.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Meu Deus, ele foi responsável, ele estava na linha sucessória sua no acidente de Mariana; de imediato, ele deveria ter sido afastado!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pelo menos, as informações que ele levasse ao senhor deveriam ter sido questionadas, não?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Meus senhores, eu entendo a pergunta dos senhores, eu não tenho o que dizer a respeito...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não é uma pergunta; é lamentável o senhor não ter o que dizer a respeito.

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – ... a não ser o fato que...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É lamentável o senhor não ter... Me permita, aliás, não é nem me perdoe, porque não cabe aqui. É lamentável o senhor não ter o que dizer a respeito de um fato que o senhor mesmo está admitindo



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

nesta CPI: um dirigente da empresa que estava no maior desastre ambiental da história do Brasil foi mantido pelo senhor.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Denunciado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Denunciado! O senhor admite que ele era denunciado e tratou isso como normal.

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Sr. Senador, eu queria lembrar o senhor que ele estava na companhia depois de um ano e meio do acidente. Portanto, eu interpretei que o conselho tinha plena confiança no trabalho dele. Eu não conhecia o Peter Poppinga, eu nunca tinha visto o Peter Poppinga antes em toda a minha vida. Então, antes de eu tomar uma decisão se eu deveria ou não afastá-lo, eu resolvi que era necessário trabalhar um tempo com ele para verificar a qualidade do trabalho que ele fazia. E eu posso dizer aos senhores que, do ponto de vista técnico, o trabalho que ele fazia era de muito boa qualidade, não apresentando nenhuma razão que levasse a que eu recomendasse o afastamento.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Visto Mariana, por sinal, não é?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Eu queria também lembrar que denunciado não é condenado.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Presidente, pelo jeito, o padrão de qualidade não é o mesmo padrão aceitável pelos seres humanos normais. É lucro, não é? Só.

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Denunciado... Denunciado é diferente de culpado; a pessoa denunciada, só no final do processo, é que se vai estabelecer se ele tem alguma responsabilidade ou não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Me desculpe, Sr. Fábio, o seu nível...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Mas eticamente pelo menos o senhor afasta.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O nível do que o senhor fala aqui...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É questão ética.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... é de um absurdo atroz...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É um absurdo atroz. O cidadão foi denunciado pela morte de 19 pessoas. Já tinha sido o maior desastre ambiental da história do País, com consequências para vários ecossistemas, em Minas Gerais, em dois Estados federados. E o senhor aqui tem a...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Presidente, o Advogado está cochichando aí...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Advogado, por gentileza.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por gentileza.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Não, cochichou agora, que eu vi.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Me respeite, o senhor não me chame de mentirosa!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Aqui vale a pena...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Ele foi advertido já que será retirado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Duas vezes, não é?

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Duas vezes.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Advogado, a gente tem aqui, neste Senado e nesta Comissão, nós teremos todo o respeito necessário às prerrogativas dos advogados, mas nós não titubearemos por uma nova interferência sua eu determinar sua retirada.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Só rapidamente me permita.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Relator Carlos Viana, eu comentava com o Senador Anastasia, aqui vale a pena lembrar ao Brasil o Presidente mineiro Itamar Franco. Quando foi denunciado o seu principal assessor e amigo, ele o afastou imediatamente até que terminassem a investigação. Aí o ex-Presidente da Vale simplesmente não recomendou o afastamento dele, só porque ele foi denunciado, porque ainda não tinha terminado. Vocês me desculpem, mas eu estou diante aqui de uma sessão espírita.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu tenho aqui uma última pergunta sobre as auditorias, Sr. Schvartsman, que eu gostaria que o senhor esclarecesse. A Recomendação nº 11, da força-tarefa do Ministério Público, que pediu o seu afastamento, bem como o de outros diretores e funcionários, cita que, em setembro de 2018 – setembro de 2018; portanto, o senhor já estava no cargo –, a empresa Tractebel se recusou a assinar o laudo de estabilidade da Barragem B1 e que, por isso, a Vale afastou a Tractebel e contratou a empresa Tüv Süd, que assinou o laudo, com base nos mesmos dados que a Tractebel utilizou.

Por isso, pergunto ao senhor: o senhor foi informado dessa troca da empresa de auditoria na Barragem B1? Se, como o senhor diz, o laudo de auditoria é um elemento central de gestão de recursos em barragens, uma troca de empresa de auditoria não deveria ter acendido algum alerta, pelo menos levado a conhecimento e concordância dos níveis mais altos da empresa com relação a isso?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Isso jamais chegou ao conhecimento meu ou da diretoria da companhia. É um trabalho que é executado com plena independência pelas áreas técnicas da companhia. A troca ou não troca, e as razões por que elas foram feitas, devem ser buscadas junto à área técnica.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Na frente das câmeras, a Vale criou "Mariana nunca mais". O senhor deu uma série de entrevistas, mas o que está ficando claro aqui é que as medidas internas, inclusive, com relação a membros envolvidos na situação, não foram tomadas a tempo ou, pelo menos, não foram colocadas num questionamento que, de fato, firmasse tudo isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui há um outro ponto que eu gostaria de comentar com o senhor, que nós também vamos disponibilizar para todos os presentes: quanto é que vale uma vida? O senhor está dizendo para nós aqui, já disse várias vezes, que a vida não tem preço.

Então, muito bem. A p. 167 da ação civil pública começa com um documento produzido pela Sra. Marilene Lopes, que também virá depor nesta Comissão. O documento fala dos cálculos de indenização.

Na p. 22 do documento, p. 188 da ação, está um item chamado Indenização por Perda de Vidas Humanas. O documento que, ao que parece, foi produzido antes da tragédia de Mariana, em 2015, mostra quanto foi pago em outros casos semelhantes, como o desastre da mineradora Rio Verde, em São Sebastião das Águas Claras, em Minas Gerais, em 2001. Segundo o relatório que estudou as indenizações, de acordo com a legislação brasileira, a indenização de uma vida foi paga em US\$4.070,79 – US\$4.070,79! –, US\$4 mil por uma vida, foi a média de indenizações que a empresa, as empresas têm pago nesses casos. Fala também da Barragem de Algodões, Piauí; da Barragem de Camará, na Paraíba; e, em seguida, diz assim: "Observa-se que, considerando a política e os valores da Vale nos quais a vida humana está em primeiro lugar, cabe destacar que os valores que vem sendo arbitrados são bastante reduzidos". Está lá na ação civil pública, um documento da Vale.

Com base no que foi exposto, essa Sra. Marilene Lopes manda considerar o valor de indenização por perdas de vida igual a US\$2,6 milhões. Vou repetir, um documento da própria Vale fala que as indenizações por vida deveriam ser de US\$2,6 milhões, o que equivaleria, no câmbio de ontem, a R\$10,348 milhões.

Muito bem. Há uma matéria do *site* Consultor Jurídico, do dia 8 de fevereiro, que diz que a primeira proposta de indenização da Vale para as vítimas de Brumadinho seria pagar ao cônjuge e ao companheiro para cada vítima um valor de R\$300 mil. Os senhores têm um documento interno em que as vidas são avaliadas em R\$10,348 milhões, mas os senhores estão propondo um pagamento R\$300 mil para as vítimas. Esse cálculo interno é uma prática, mas, na mesa de negociações, é outra.

Por isso, eu vou perguntar ao senhor o seguinte: a Vale vai colocar, mais uma vez, todos os seus advogados em campo para manter essa indenização em R\$300 mil, já que os senhores têm um parâmetro de 10 milhões? A Vale vai usar de recursos protelatórios constantes, como fez em Mariana, para poder não pagar as vítimas na rapidez com que elas necessitam para, pelo menos, recomeçar a recuperar vida, Sr. Fabio?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Senador Carlos Viana, não custa a gente lembrar, relembrar que eu me afastei da Vale e, conseqüentemente, eu não tenho mais condições de dizer o que a Vale vai fazer ou vai deixar de fazer. Porém, o que eu posso afirmar, sem sombra de dúvida, é que, enquanto eu lá estava, a minha orientação era para que a Vale fizesse o tratamento o mais generoso e o mais abrangente e o mais rápido possível no tratamento de todas as suas vítimas, de todos os atingidos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu até cito como exemplo esse termo de acordo preliminar que foi assinado ainda na minha presença na Vale, termo de acordo preliminar que prevê um pagamento para aproximadamente cem mil pessoas da região. É um pagamento bilionário que tem como objetivo, na verdade, demonstrar essa atitude de procurar colaborar com a região, de procurar fazer com que a economia da região consiga se recuperar do impacto causado pelo desastre. Isso é um exemplo apenas da maneira como eu vinha orientando a companhia a trabalhar. Eu posso lhe garantir que se eu lá estivesse, continuaria sendo a minha orientação. Eu imagino que o meu sucessor e o conselho vão manter o mesmo entendimento na sequência.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Fabio, o senhor diz que a empresa prezava pela segurança das barragens, mas não sabia dos relatórios da auditoria, das trocas. O senhor disse que, como Presidente, pedia o pagamento rápido das indenizações, a solução, mas as questões não saem. Quem é que manda na Vale, Sr. Fabio? Quem é que manda nessa empresa? São só os acionistas? Só o conselho? É só o lucro que determina as decisões nessa empresa?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É muito boa a pergunta do Relator, porque o senhor me desculpe, o senhor parece que é um Presidente decorativo da Vale. O senhor não sabe nada, não sabe nada.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É como a Rainha da Inglaterra.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É. O senhor é uma rainha da Inglaterra.

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Senhores, eu quero repetir novamente que a minha orientação enquanto eu estava na Vale era para que o tratamento fosse o mais generoso possível, o mais célere possível. E, da minha parte, nunca houve qualquer obstáculo ao pagamento de qualquer tipo de indenização. E eu insisto: esse termo de acordo preliminar bilionário que atinge cem mil pessoas é uma clara demonstração de uma atitude de colaboração, de uma atitude de auxílio. Isso sem contar as doações espontâneas e que não têm nenhuma relação com as indenizações que foram feitas às famílias das vítimas, que foram feitas àquelas pessoas que perderam casas, para pessoas que perderam negócio, com o único objetivo de permitir que a vida delas pudesse continuar, apesar do tamanho da perda que tiveram.

Eu não tenho mais a dizer do que é essa a orientação. E a Vale é uma empresa disciplinada. A orientação que é passada pelo Presidente é seguida pela companhia.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Fabio, a empresa contratou – o senhor mesmo citou aqui e declinou o nome – a ex-Ministra e Presidente do Supremo, Ellen Gracie. Ela foi contratada para dar uma resposta em relatório aos acionistas da empresa no exterior? Para aqui ajudar na defesa e manter como



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

foi em Mariana esses anos todos, sem pagar? Ou para reduzir os prejuízos da empresa no tocante à vida das pessoas?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E qual a independência que vai ter alguém contratada pela Vale?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – A Ministra Ellen Gracie é uma pessoa que fala por si mesma, ou seja, com certeza ela não aceitaria nenhum papel em que ela não tivesse plena independência. Quem a conhece sabe que ela trabalha desse jeito. Então, eu tenho plena confiança de que, apesar de ela evidentemente ser contratada pela Vale, que ela dá mais importância à sua independência do que a qualquer outra coisa, e assim ela vai se portar.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas para quem será o relatório dela?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – O relatório dela? O comitê extraordinário trabalha para o conselho da Vale. O relatório será entregue ao conselho da Vale.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Posso seguir, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pode. Mas só para entender. Ela foi contratada pela Vale para fazer um relatório para o conselho da Vale?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – É isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E o senhor acredita que esse relatório vai ter independência?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Eu acredito por causa do nome da Dra. Ellen Gracie.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Óbvio. Então, obviamente, esse relatório poderá responsabilizar a Vale. O senhor acredita piamente nisso?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Obviamente.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Fabio, uma matéria do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 5 de fevereiro, na Coluna do Broadcast, diz o seguinte:

O contrato de seguro de responsabilidade civil da Vale está sob cláusula de confidencialidade (NDA, na sigla em inglês), desde 25 de janeiro, quando a barragem em Brumadinho se rompeu. O pedido de silêncio foi feito pela própria mineradora. Com isso, as partes





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

envolvidas na apólice [de seguro] ficam proibidas de divulgar informações do contrato sob o risco de serem punidas.

Em seguida, a matéria explica que a seguradora é a alemã Allianz, com participação da japonesa Tokio Marine.

Outra matéria, dessa vez no jornal *Valor*, de 31 de janeiro, assinada pela jornalista Flávia Furlan, diz o seguinte: "Após se debruçarem nos últimos dias sobre o contrato de danos materiais e lucros cessantes firmado com a mineradora Vale, seguradoras e resseguradoras concluíram que as barragens inativas não estão contempladas na apólice, segundo apurou o *Valor*".

Isso significa que nenhuma delas vistoriou a barragem que se rompeu, em Brumadinho, e que a Vale não teria direito à indenização. É a matéria do jornal *Valor*.

Eu pergunto o seguinte: é verdade que a Vale pediu para a seguradora Allianz manter sigilo sobre o contrato de seguro das barragens? Se foi, quem pediu? O senhor pediu? Se for, por que a Vale quer esconder do público os termos de seus contratos de seguro de barragens? É por isso? Seria para negociar valores menores na indenização das famílias? É verdade que os seguros não incluem as barragens inativas? E nesse caso, que a Barragem B1 não tinha seguro e a empresa terá que tirar do caixa dela as indenizações?

As demais barragens da Vale sob risco, como Sul Superior, da mina de Gongo Soco, e as outras três que entraram ontem também em nível três, têm seguro, Sr. Fabio?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – A Vale tem uma política de fazer seguro de todas as suas estruturas, de todas as suas operações. Portanto, é de se esperar que todas as estruturas tenham seguro.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Tem mais uma só

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – O senhor quer que eu aguarde...?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não, por gentileza. Pode continuar.

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Então, eu estava dizendo que tem uma prática normal de contratação de seguros. Eu desconheço qualquer pedido de sigilo ou de qualquer mudança feita, relatada nas colunas que o senhor está mencionando. Eu imagino que... Se o senhor permitir, eu posso até questionar a companhia para saber se tal fato procede ou não. Eu não tenho nenhuma informação a esse respeito.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sobre essa questão... Acho que Kajuru quer falar alguma coisa.

(Intervenção fora do microfone.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu tenho mais uma pergunta somente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Sr. Relator.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, vamos à minha última pergunta.

Sr. Fabio, nas pp. 4.351 a 4.353 da ação civil pública, consta uma comunicação assinada, entre outros, pela coordenadora da força-tarefa do Ministério Público de Minas Gerais, a Promotora Andressa Lanchotti. Lá a força-tarefa diz que perguntou à Vale se além das dez barragens de risco incluídas na Alarp Zone, que nós citamos aqui, haveria alguma outra barragem operada pela Vale com risco de desabar. A resposta da Vale foi que não, não haveria nenhuma outra. Isso foi no dia 8 de fevereiro de 2019. Está registrado no processo, está lá.

A Vale acionou o nível dois de emergência e iniciou a evacuação da população a jusante da Barragem Sul Superior na mina de Gongo Soco, em Barão de Cocais. O alerta teria sido dado por causa de uma reunião que houve com a auditoria externa da barragem, a empresa Walm Engenharia, mas que só veio a público depois.

Então, Sr. Fabio, de acordo com o que está lá, o Ministério afirma: A Vale mentiu para o Ministério Público. Por isso, o pedido da Procuradora foi o seguinte:

"Condenação da requerida por litigância de má-fé, por ter expressamente declarado a este juízo, em 8 de fevereiro de 2019, que não haveria outras estruturas em situação de risco, sendo que era do seu conhecimento a precariedade da estrutura da Barragem Sul Superior, vez que no próprio dia 8/2 foi acionado o Nível 2 de emergência e a imediata evacuação da população a jusante, inserida na Zona de Autossalvamento".

Fecha aspas, na consideração do Ministério Público de Minas Gerais.

Como agora sabemos que a situação piorou, a Barragem Sul Superior já passou de dois para três, está sendo monitorada, temos também as outras barragens todas que também entraram agora, em Ouro Preto, em Nova Lima, nós temos a questão de novos impactos ambientais que podem ser graves, inclusive para o abastecimento de água em Belo Horizonte.

Para que as pessoas que estão nos assistindo tenham uma ideia, o Rio Paraopeba abastece boa parte da capital, o lago hoje tem água para 20 meses, nós estamos terminando o período de chuva. Seria muito bom que o Ministério Público exigisse inclusive da Vale que construísse outra adutora e a coleta acima da parte, para que a capital pudesse ser garantida.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Se nós tivermos o rompimento de qualquer outra barragem na região do Rio das Velhas, nós vamos comprometer quase a totalidade do abastecimento de água na capital, em Belo Horizonte. Então, a Vale está fazendo os treinamentos agora que a situação ficou mais grave.

Sr. Fabio, o senhor continua dizendo que foi acidente? O senhor continua dizendo para nós que a Vale faz uma gestão responsável das barragens? Porque toda vez que isso é falado, os fatos vêm ao contrário do que vem alardeado pela empresa.

E eu vou repetir aqui a pergunta do Ministério Público, para que fique registrado: além das barragens hoje, que estão lá na Alarp Zone, as que já estão aqui, as outras barragens da Vale são seguras? O senhor tem confiança em afirmar isso a esta Comissão Parlamentar de Inquérito? O senhor continua insistindo que foi um acidente, Sr. Fabio?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Bom, primeiro ponto, com relação a se existem outras estruturas que estão em risco ou não, infelizmente, como eu estou afastado da Vale nesse momento, eu não tenho informações atualizadas. Eu não sei o que aconteceu a semana passada, na anterior e assim por diante. Consequentemente, eu tenho dificuldade de dizer alguma coisa sobre o estado... A gestão atual da companhia terá mais condições de fazer uma observação do que eu.

Enquanto eu estava na companhia, todas essas barragens tinham laudo de estabilidade e consequentemente acreditava-se que todas estavam em boas condições. E a questão de risco é uma avaliação feita pela área de geotecnia. A área de geotecnia é que informava que não havia risco para a Vale.

Com relação ao fato de se é um acidente ou não, senhores, existe uma investigação de grande porte...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor continua, como pessoa, o Sr. Fabio Schvartsman, que tem toda uma história agora sendo colocada sob os holofotes... Foi um acidente, Sr. Fabio?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Sr. Senador, eu vou procurar responder da maneira mais objetiva possível. Só existem duas possibilidades com relação ao que aconteceu: ou aconteceu um fato que não estava previsto, aconteceu algo que é diferente de tudo que se monitora, de tudo que se olhe, e que derrubou aquela barragem, ou houve informação, pelos sistemas, aconteceram leituras que mostravam problemas, e essas leituras, por qualquer motivo, não foram levadas a sério e não foram transmitidas para os demais escalões da companhia, para tomarem atitude. Mas só tem esses dois caminhos. E um desses dois vai se comprovar como verdadeiro ao final das investigações.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Em Mariana, Sr. Presidente, foi a mesma coisa. Depois do desastre, queria-se uma explicação, as mesmas duas: ou algo diferente aconteceu, ou um fato extra, uma informação. Depois das investigações, ficou, inclusive – está nos autos confirmado –, que a



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

barragem de rejeitos de Fundão recebia muito mais rejeitos do que informado pela empresa Samarco. A gestão não tomava conta... Inclusive, pessoas ligadas ao senhor, que estavam lá em Brumadinho... Depositavam muito mais rejeitos na barragem de Fundão do que o informado. Os cálculos estavam todos subdimensionados nessa história toda.

Vou colocar à disposição do Presidente agora, mas eu teria uma última consideração...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Antes de considerar, nesse mesmo contexto: o senhor tem alguma informação sísmológica, de alguma natureza? Porque não é possível que o senhor não tenha tido. O senhor foi afastado, o senhor saiu da Presidência da Vale dias depois. Ocorreu a tragédia. O senhor não teve nenhuma informação sobre algum evento que tenha interferido no curso da barragem para essa primeira hipótese sua ser confirmada?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Até a data da minha saída, não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então prevalece a segunda hipótese.

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – De novo: eu acho que as investigações vão confirmar isso que o senhor está dizendo, ou não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas, assim, um raciocínio lógico: se não houve nenhum evento sísmológico, se não há nenhum dado, nenhuma informação, se nada, nenhum alerta, nenhum evento natural... Só há duas possibilidades: negligência ou evento natural.

Evento natural, parece-me, seria de fácil conhecimento tê-lo: furacão, terremoto, abalo sísmico, enfim, qualquer um desses seria de fácil conhecimento. Se não houve isso...

A gente quer do senhor aqui – é o que o Relator e os membros desta CPI estão procurando – é objetividade. Nós temos visto divagações entre uma possibilidade e outra para o senhor não assumir a sua responsabilidade ou terceirizar ou também não terceirizar a responsabilidade para ninguém.

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Senador, que fique claro o seguinte. Eu sou...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora.

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Ah, desculpe.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Eu gostaria só de contribuir aqui, inclusive para o seu próprio bem.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, no Direito Penal, essa sua atitude omissiva não o absolve e, muito menos, faz com que o senhor eventualmente seja condenado por um crime culposo. A sua atitude omissiva se encaixa perfeitamente na teoria do domínio do fato, o senhor tinha obrigação de saber as coisas que o senhor está dizendo que não sabe – "É da equipe tal, é da equipe tal", é não sei o quê... Nada! Nada o senhor sabe! E isso é típico, típico, e vai lhe levar por um caminho muito perigoso.

Então, só para contribuir, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não, Juíza.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Que ele faça as suas declarações ciente de que está cavando a própria cova.

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Que fique claro que a minha intenção, como a dos senhores, é que a gente descubra o que aconteceu e que, se existem responsáveis, se as informações existiram dentro da companhia, se elas não foram levadas a sério, que se descubra exatamente o que aconteceu e que essas pessoas sejam adequadamente punidas, sejam elas quem forem. Esse é o meu objetivo. Eu apenas não tenho, neste momento, elementos que me permitam dizer quem foi, ou se foi. Eu não tenho essa capacidade, eu não tenho a capacidade de saber, de fato, o que aconteceu, mas a boa notícia é que temos uma investigação em curso, de grande qualidade, tanto a feita pelos órgãos públicos como a feita internamente, que vai claramente definir as responsabilidades. Consequentemente, nós logo saberemos quem fez o que, quais foram as responsabilidades. É impossível, Senadora... Se um determinado indivíduo, por exemplo, tinha alguma informação a respeito de algum problema na barragem e, por qualquer motivo, resolveu omitir essa informação, resolveu esconder essa informação, é impossível que se saiba se não houver nenhuma denúncia anônima. Se houver uma denúncia anônima, como é protegido dentro da companhia, como é incentivado dentro da companhia...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Eu me referi não a fatos isolados, como o senhor está tentando fazer parecer, mas ao conjunto probatório. O senhor admite uma pessoa que já estava denunciada por um acidente anterior, o senhor fecha os olhos quando vê um restaurante ou um escritório num local completamente inapropriado e vem aqui nos dizer "Mas eu entrei depois que estava assim!". E por que manteve? Por que não tomou providências? O senhor não tem conhecimento técnico para isso? A culpa é do técnico? A culpa é de quem ia lá trabalhar? Esse conjunto probatório de suas omissões reiteradas é que estou lhe dizendo... Agora, se o técnico, se tinha que ter denúncia anônima... Não tinha, não. O senhor tinha obrigação, obrigação... Quando você é um diretor, quando você é a pessoa responsável por aquilo que está administrando, o senhor tem obrigação de saber até se o banheiro está funcionando. É sua obrigação!

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Eu respeito a sua opinião, Senadora.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E me diga, Sr. Fabio... O senhor fala em boa notícia. Nós estamos falando aqui de mais de 300 mortos.

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – O senhor tem toda razão, a palavra foi horrível. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor fala em boa notícia, e nós estamos falando em mais de 300 mortos, famílias foram destruídas.

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – O senhor tem toda razão, me desculpe.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sr. Presidente, se eu estivesse com essa culpa nas costas, eu não estaria aqui. Eu iria estar internada num hospício...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Num hospital, com depressão.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – ... com depressão profunda.

Esse cinismo desse senhor, essa frieza, é patológica!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Schvartsman, vou fazer uma pergunta técnica aqui.

Até o momento, uma das únicas formas, ou talvez o único caminho, para que nós não tenhamos mais crimes ou desastres, como preferem uns, ou acidentes, como o senhor está preferindo chamar, como Mariana, como Brumadinho, é nós não termos mais barragens de rejeitos. A Vale avaliou, em algum momento, acabar com a mineração dessa maneira, passar a trabalhar com uma tecnologia a seco? Essa tecnologia é mais cara ou é mais em conta? Qual é o futuro do negócio da mineração? Porque em alguns momentos me parece, principalmente no meu Estado de Minas Gerais, que, quando a Vale diz – na mineração – que gera duzentos e tantos mil empregos, que a Vale gera tantos milhares de empregos, que estamos diante de uma chantagem: "Olha aqui, ou a Vale tem apoio aqui ou então nós vamos mandar embora todas essas pessoas". O senhor me perdoe, mas é a minha colocação aqui como Senador. Essa chantagem de dizer que gera empregos, que gera renda... É bom lembrar que é uma concessão, que aquela riqueza ali é uma riqueza coletiva.

Qual é o futuro disso? Nós podemos considerar que em breve nós não teremos mais barragens de rejeitos, que o Amapá do Senador Randolfe, e que o Pará, que é a nova fronteira da mineração, não virão a se enlamear como Minas Gerais se enlameou, Sr. Fabio?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Senador, o futuro da mineração está na mineração a seco. A Vale tem perfeita compreensão disso. O problema que existe é o problema do legado, a existência de centenas de barragens que terão de ser trabalhadas ao longo do período. No entanto, eu gostaria de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mentonar para o senhor que a Vale tem dado passos importantes na direção de aumentar a quantidade do trabalho a seco.

Por exemplo, na época do acidente de Mariana, nós só tínhamos 40% das operações da Vale a seco, 60% eram a úmido. Essa proporção agora se inverteu e, nos próximos anos, ainda vai aumentar para 70-30. Adicionalmente, nós adquirimos recentemente, a Vale adquiriu recentemente, em dezembro de 2018 exatamente, uma empresa de tecnologia chamada New Steel, pagou um valor bastante elevado por essa empresa, US\$500 milhões, que é uma empresa cuja grande descoberta é de um processo de concentração de minério a seco que permitirá que, ao longo do tempo, a mineração de Minas Gerais seja toda preservada e seja toda transformada em mineração a seco, ou seja, existe, sim, a esperança de que, num horizonte previsível, todas essas barragens irão acabar.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A questão do uso da água na mineração... O senhor está dizendo que o futuro é esse, mas em quanto tempo a Vale pretende, por exemplo, em Minas Gerais, eliminar por completo as barragens e a mineração utilizando o sistema atual?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Eu não tenho essa informação, Senador. Quanto tempo levará, eu não sei, mas imagino que seja algo em torno de dez anos.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Há outra consideração – aproveito aqui o nosso tempo. Nós estamos discutindo, Sr. Fabio, a questão da antecipação dos contratos das ferrovias brasileiras – aqui eu entro em outro ponto. A Vale quer que o Governo antecipe, pelas controladas dela, um sistema de concessão de ferrovias públicas que foi concedido ainda na era de Fernando Henrique Cardoso e que hoje garante boa parte do abastecimento e garante que outras empresas concorrentes não entrem no setor. A Vale conseguiu fechar todo o mercado da mineração apenas no entorno dela usando uma concessão que foi construída com dinheiro público, mas impedindo o desenvolvimento de outras áreas e até a geração de outros setores. Nessa há uma previsão de investimentos de 4 a 6 bilhões, construção de uma ferrovia nos Estados de Tocantins, Pará, Mato Grosso. E Minas Gerais, que é o Estado que detém a maior malha, inclusive é de onde a Vale retira ainda a maior parte, está ficando sem os investimentos necessários. Foi o senhor quem propôs isso ao Governo? O senhor está acompanhando essa informação?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Sem dúvida eu acompanhava bem de perto essa informação enquanto eu estava na companhia, e não, de maneira alguma, isso aqui não foi uma recomendação minha, uma sugestão minha. Isso foi, na verdade, uma determinação do próprio Governo. O Governo Federal, através da ANTT, escolheu quais eram as ferrovias que poderiam receber investimento como contrapartida para renovação. A Vale não teve... É óbvio que, se dependesse da Vale, seria muito melhor fazer investimentos nos Estados em que a Vale opera do que em Estados em que a Vale não opera. Então, a decisão foi feita, na verdade, creio, pelo interesse nacional, pela ANTT, que procurou



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

identificar quais ferrovias eram prioritárias para o País e onde era mais importante colocar o dinheiro, olhando o País como um todo.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Agora, Sr. Fabio, o senhor me respondeu as duas últimas perguntas com uma clareza e uma ciência impressionantes. O senhor, demonstrando ser uma pessoa que conhece muito bem a empresa, o futuro dela, vai continuar dizendo para nós que não sabe quem foi o responsável pelo que aconteceu em Brumadinho? O senhor vai continuar dizendo para nós que não detinha essas informações diante da exposição que o senhor fez aqui, tão clara, sobre a empresa que o senhor comanda?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Muito obrigado por achar que foram claras as minhas exposições. E, Senador, eu lamento repetir, mas eu não tenho nenhuma informação adicional à que eu lhe passei. Jamais foi informado a esta diretoria da companhia qualquer problema com a barragem de Brumadinho. Na verdade, todas as informações que nós recebíamos vezes sem conta é de que todas as barragens se encontravam em perfeito estado e com laudo de estabilidade concedido. Consequentemente, era, do nosso ponto de vista, uma razão de tranquilidade, e não de intranquilidade.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu gostaria de intercalar com as perguntas dos nossos Senadores.

O primeiro inscrito é o Senador Jorge Kajuru. Em seguida, passo a palavra também ao Senador Randolfe para que ele possa fazer suas perguntas.

Com a palavra.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para interpelar depoente.) – Presidente, antes de mais nada, eu faço questão de registrar em ata que V. Exa. foi muito sensata, e também o Relator Carlos Viana, pois permitiram que a Senadora, a seríssima Juíza Selma Arruda, eu, que fui o primeiro a chegar aqui, às 8h30 da manhã – o segundo a chegar foi o Senador Carlos Viana –, e o Senador Randolfe pudéssemos estabelecer um pingue-pongue, e não ficar só o Relator perguntando.

Isso foi importante porque foi muito difícil, eu quero dizer ao Brasil inteiro – não sei se essa é a sensação da Senadora Selma e do Senador Randolfe, como seres humanos que são –, foi muito difícil...

E aí eu só faço uma discordância aqui, quando o senhor agradeceu até por ter falado de forma clara. O senhor me desculpe, o senhor falou aqui, para mim, o tempo inteiro, de forma escura; aqui eu não vi nada claro. Até me permita aqui uma brincadeira que não cabe nessa hora tão séria, mas eu acho que o Ministro Sergio Moro, se estiver nos vendo, ele vai concluir que o único motivo que ele não tem mais para incriminar o ex-Presidente Lula é quando este sempre respondia que não sabia de nada. Porque eu estou diante, com todo o respeito ao senhor, Sr. Fabio, eu estou diante de um brasileiro aqui





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que conseguiu superar o Lula. O senhor não sabe nada: "eu não sabia de nada, eu não sei de nada, eu não sei de nada". É impressionante.

E a sua empresa – e aí não posso falar só do senhor, mas do senhor também junto –, mas a sua empresa, a Vale, e o senhor parecem ter nascido no Polo Norte, de tão glaciais que são por natureza. E isso nos traz uma enorme indignação, no que a juíza tem toda a razão: o senhor está se autoconfessando aqui. Se o senhor não culpa ninguém, ninguém é culpado, então, para nós aqui, se fôssemos julgar, o único culpado seria o senhor. Se eu pudesse, se eu fosse da justiça, inclusive, eu lhe prenderia, até para amanhã ter a possibilidade de uma delação premiada de V. Exa. e, nessa delação, a gente saber realmente quais foram os culpados por este crime, porque isso não é tragédia, não é acidente, como o Relator perguntou ao senhor se o senhor considera acidente. Não tem nada de acidente, não tem nada de tragédia! Isso foi um crime ambiental, crime! E a Senadora juíza e eu chegamos à mesma conclusão aqui, e ela se antecipou e disse ao senhor: eu, no seu lugar, eu estaria realmente hospitalizado, em alto grau de depressão.

Até acrescento: o senhor tem conseguido dormir? Ou o senhor precisa de remédio, de Rivotril, de Dormonid? O senhor consegue dormir diante de tantos fantasmas de vidas humanas perdidas ao seu redor, em cima de sua cabeça? Não é possível que o senhor tenha conseguido dormir.

Sobre a empresa Vale, eu quero que todos e todas aqui tenham conhecimento: essa empresa é tão fria e, desculpem a expressão de um Senador da República, além de fria, é uma empresa assassina, assassina, a meu ver! Eu enviei a Brumadinho o meu assessor Cláudio Magalhães, pois ele é mineiro, mora em Lagoa da Prata. Lá ele foi passar um fim de semana e eu falei: "Vá e faça para mim uma investigação lá". Ele trouxe uma informação triste: a Vale estava tão preocupada com os moradores que, até no cardápio de hotel, na hora de pedir comida, a Vale estava regulando o que aquelas famílias podiam pedir e o que elas não podiam pedir. Constatado lá pelo meu assessor e gravado. Eu exibi nas minhas redes sociais as declarações dessas famílias.

Então, esse é um ponto que eu quero registrar aqui para que o Brasil saiba quem é essa Vale, que só pensa realmente em lucro, lucro, lucro e lucro.

Eu fui ver aqui, e daí ter feito a observação no início – e a Presidente Rose de Freitas até me pediu um pouco de paciência, mas creio que ela depois concordou comigo quando eu usei o adjetivo zaino, porque foi assim o seu comportamento lá na Câmara Federal, ou seja, dissimulado diante dos questionamentos... Quando o senhor colocou aqui "não ficou sabendo do risco de rompimento", ora, a Vale, com tantos funcionários, tantos técnicos... Agora vem V. Sa. e joga a responsabilidade para a empresa de consultoria responsável pelo laudo.

Pergunto ao senhor: uma empresa do porte da Vale não tem capacidade de fazer o próprio controle de qualidade de suas barragens, meu Deus do céu? O senhor reconhece, pelo menos, que



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

houve falha inquestionável, insofismável, falha de gestão e de área técnica? O senhor é capaz de fazer esse reconhecimento, pelo menos, já que o senhor não reconhece rigorosamente nada aqui?

Eu só tenho 3% de visão e, graças a Deus, eu não estou reconhecendo nem o senhor, só vejo um vulto na minha frente, de tão entristecido que eu estou com seu comportamento, como disse a Senadora Selma, e atitude tão omissa.

Eu me lembro aqui da sua presença lá na Câmara Federal e registro o tempo: aos 11min45 da sua fala, laudo da estabilidade, o senhor não conseguiu responder nem lá, nem aqui. Quem? Qual diretoria está vinculada? Ponto de interrogação. Responda por fineza. Quem contratou especialista? Ponto de interrogação. Responda pelo amor de Deus. A qual diretoria está subordinado quem contratou os "gestores locais", entre aspas, da barragem? É outra pergunta. Responda-me, por fineza, em nome de seus filhos, que eu sei que o senhor tem.

Concluindo aqui, aos 19min de sua fala lá na Câmara, foi pergunta bem apropriada do Relator, Carlos Viana, o senhor deixou claro que não havia o menor sinal da possibilidade do acidente. Que acidente? Do crime! Não tem nada de acidente. Do crime! O senhor disse lá na Câmara: "Não havia o menor sinal da possibilidade do acidente". Aí é muito difícil. Às vezes, as pessoas perguntam para mim: "Kajuru, você já foi torturado alguma vez na sua vida?". Eu sou todo dia. Moro em Goiás. Eu ouço a Wanessa Camargo, o Zezé di Camargo. Isso é uma tortura para os meus tímpanos, que preferem Chet Baker, Nina Simone, B.B. King. Agora, o senhor hoje veio me torturar aqui, estou sendo torturado pelo senhor, em função de suas respostas. Desculpe a franqueza.

Aos 19min lá, eu chego aos 20min20. O senhor diz expressamente que a Vale não pode ser condenada, Relator Carlos Viana. Então, quem é que pode ser condenado, Senadora Selma? Quem, Senador Randolfe? Quem pode ser condenado?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – As vítimas. Já tem...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – As vítimas, por isso que eu falei que a nossa CPI...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Trezentos e dez condenados...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – ... hoje deveria ter sido feita...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... e seus familiares.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – ... numa sessão espírita, porque lá, entre os mortos, muitos iriam dizer quais são os culpados, porque os vivos aqui, especialmente os vivos em cifrões, os vivos da Vale, não falam quem são os culpados, quem deve ser condenado. Quem, por ação ou omissão, é culpado? Se o senhor puder me responder. Ou o desastre foi uma simples fatalidade, Nossa Senhora da Aparecida, sem que ninguém seja culpado, ninguém seja culpado pelo ocorrido?

Por fim, quais foram – responda-me, por fineza, Sr. Fabio – as providências adotadas pela Vale em face do mencionado procedimento investigatório instaurado pela Promotoria do Meio Ambiente? Por que – responda-me, por fineza – não foi determinada a evacuação da área antes do crime? Antes do crime, porque eu não vou falar tragédia, jamais vou falar a palavra acidente.

Então, são essas as minhas colocações e só concluo, Presidente, deixando claro aqui o que, no início, falei: lucro da Vale, notícia de ontem à noite, saltou 391% no quarto trimestre, a US\$3,79 bilhões, e supera expectativas. A Vale encerrou o quarto trimestre de 2018 com um lucro líquido de US\$3,786 bilhões, uma alta de 391%, ante os US\$771 milhões registrados um ano antes, ou seja, o número ficou acima de 2,63 bilhões esperados.

Termino essas perguntas. Se V. Sa. puder responder pelo menos alguma, eu já ficaria satisfeito. E lembrando de novo, lá o senhor era o Presidente: a Vale estava tão preocupada com os moradores que até no cardápio de hotel, na hora de pedir comida, a Vale estava regulando o que aquelas famílias poderiam pedir e o que elas não poderiam pedir. Não tem outro adjetivo para usar sobre a empresa Vale: assassina!

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu queria propor um procedimento. A Juíza Selma, em seguida, Wellington e Randolfe, que era o último inscrito. A Selma tinha pedido antes. Foi erro meu. Depois, vou propor cinco minutos para que o depoente possa fazer uso dos seus medicamentos, e voltamos em seguida.

Estão de acordo? (*Pausa.*)

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sra. Presidente, eu gostaria que ele respondesse às perguntas do Kajuru.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu queria juntar com as da senhora e depois fazer um bloco com os dois, para que a gente possa...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – O.k., só que já foram feitas perguntas para ele, e ele não responde. Se por acaso ele não responder com clareza as que eu vou fazer, eu quero ter o direito da réplica, e ele vai ter que responder.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A senhora terá o direito à réplica.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, permita-me sugerir: vamos liberar, fazer os cinco minutos...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Fazer os cinco minutos agora?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Fazer os cinco minutos para os procedimentos médicos...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não. Vamos suspender...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... do depoente e, em seguida, a gente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Vamos suspender por cinco minutos.

Está suspensa.

(Suspensa às 11 horas e 45 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 51 minutos.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Nós temos, sobre a mesa, reiniciando os trabalhos, um requerimento assinado pelo Senador Carlos Viana, em que ele faz a seguinte ponderação.

Eu queria a atenção do Senador Kajuru.

Todos os requerimentos que foram aprovados hoje de manhã foram em bloco, amplamente discutidos com a Comissão, e nós trazíamos aqui depoimentos, convocando esse quadro todo, técnico, da Vale, em relação a tudo o que aconteceu, a essa tragédia que abalou o País.

Pela preocupação manifestada pelo Kajuru e por outras pessoas, inclusive o Vice-Presidente Randolfe, há necessidade de que, daqui para a frente... Na verdade, foi uma questão de entendimento amplo, pois se achava que não havia prejuízo em relação ao trabalho executado, que está sendo executado. Há necessidade de transformarmos todas as pessoas que serão convocadas para a sessão em testemunhas, porque nessa condição elas não poderão deixar de dizer a verdade.

Portanto, aqui o requerimento em que nós fazemos a mesma proposta que fizemos, só que com o requerimento devidamente adequado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Requeremos, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, e com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal [...], que nos requerimentos [...] 11 a 27 e os requerimentos de [...] 33 e 34, todos de minha autoria, conste que os convocados compareçam na condição de testemunha, quando em depoimento a esta CPI.

ITEM 20**Requerimento Nº 52/2019**

Requer que os convocados pelos Requerimentos nºs 11 a 27, 33 e 34 prestem depoimento à CPI na condição de testemunhas - por deliberação do Plenário, este requerimento teve os seus efeitos estendidos aos Requerimentos nºs 29, 30 e 31.

Autoria: Senador Carlos Viana.

Não estamos aqui prejulgando o comportamento de quem quer que seja, mas nós precisamos, realmente, que esta CPI conclua o trabalho a que se propôs. Então, todas as pessoas envolvidas nessa situação, não só na de Brumadinho mas nas de outras barragens, deverão comparecer, daqui para a frente, como testemunhas. Depois, nós vamos dirimir as dúvidas, quaisquer que sejam.

Vou colocar em votação. Pergunto se todos concordam, porque a votação foi realizada em bloco, logo cedo.

Estão todos em discussão. *(Pausa.)*

Se todos concordam, posso passar à votação.

Em votação. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passo à equipe técnica para as devidas providências.

Senador Randolfe, V. Exa. também apresentou, com base do art. 121 do Regimento Interno, um requerimento extrapauta, o Requerimento nº 51, de 2019.

ITEM 19



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento Nº 51/2019

Requer a realização de diligências necessárias in loco, com comissão formada por membros desta CPI, na (1) barragem sul superior na Mina de Gongo Soco, em Barão de Cocais (MG); (2) B3/B4, em Macacos (MG); (3) Forquilha 1, em Ouro Preto (MG); e (4) Forquilha 3, também em Ouro Preto (MG).

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Aqueles que aprovam o requerimento do Senador Randolfe, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Aqui está o expediente da Juíza Selma em complementação ao Requerimento nº 31, de 2019, que indica o nome da Sra. Ana Lucia Moreira Yoda, engenheira civil da empresa Tractebel Engineering Ltda. para ser ouvida perante esta Comissão.

Os Senadores que aprovam a complementação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado para a equipe técnica tomar as devidas providências.

Agora ouviremos...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É só uma rápida questão de ordem.

Infelizmente... V. Exa. foi preciosa em solicitar à TV Senado que, mais tarde, em sua programação transmita, mas a TV Senado não transmitiu esta reunião ao vivo. Correto, Relator Carlos Viana? Preferiu transmitir...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Só pela rede digital, mas ao vivo não. Isso está sendo corrigido.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Mas a audiência dela é nacional, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Transmitiu a CDH. V. Exa. esteve lá e não tinha ninguém, exceto o Senador Romário. Então, é lamentável, um caso tão grave como esse, e a TV Senado não transmitiu.

Queria fazer aqui um registro porque, nessa hora, a gente tem que ser justo e eu sou jornalista. Aqui, neste momento, acompanhando desde o início esta sessão da CPI de Brumadinho, estão apenas – da imprensa escrita – dois dos maiores jornais do País: a *Folha de S.Paulo* e o *Globo*. Não tem mais ninguém aqui!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O *Estado* chegou? Esteve?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Esteve.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Esteve, mas foi embora. Aí é difícil, o jogo de futebol tem 90 minutos, ficou só 45.

E TV, pasmem, além da TV Senado, que é obrigação – é obrigação, a TV Senado é obrigação –, a única TV aqui presente é a Record.

Por que faço essa observação? Porque a Vale está gastando uma fortuna de publicidade na imprensa brasileira. O Relator Carlos Viana é do meu ramo, sabe como é a imprensa, há empresas que não compram espaços, elas compram opiniões, linhas editoriais, igual o Governo.

O Governo está gastando uma fortuna com a reforma da previdência. Para quê? Para a imprensa ficar do lado da reforma da previdência, para a imprensa elogiar a reforma da previdência.

Esse é o retrato triste aqui, em que toda a imprensa deveria estar presente, e eu citei aqui os que estão presentes. Parabéns a esses veículos de comunicação!

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Quero registrar também que a Casa – como um todo, gabinete a gabinete – está sendo cobrada pelos internautas, que estão invadindo e perguntando por que não está no ar, por que não foi divulgada esta CPI. Da próxima vez estará.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o depoente, Sr. Fabio, por favor, para responder às perguntas do Senador Kajuru.

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Senador, eu tomei nota das perguntas, se eu tiver omitido alguma, o senhor, por favor, me auxilie.

Uma das perguntas é se nós achamos que houve falha. Eu quero confirmar que não há qualquer dúvida de que houve alguma falha e que essa falha está sendo buscada. É do meu interesse e objetivo que ela seja identificada com o principal propósito de impedir que atos como esse, desastres, tragédias, rompimentos de barragem como esses possam continuar ocorrendo como ocorreram dessa vez.

Com relação a quem é a estrutura de responsabilidade aonde está a barragem, a estrutura está dentro de Ferrosos. Ferrosos é chefiado por um Diretor-Executivo chamado Peter Poppinga. Abaixo dele existem vários diretores, mas dois estão diretamente relacionados à questão de barragens: um é o Diretor Lucio Cavalli e o outro Diretor é o Silmar; o Silmar é o Diretor de Operações do Corredor Sudeste e o Lucio Cavalli é o Diretor de Planejamento da área de Ferrosos. Abaixo desses senhores estão as áreas tanto de geotecnia operacional quanto de geotecnia corporativa, que fazem as duas linhas de defesa do ponto de vista de administração das barragens.

Então, essa é a estrutura e embaixo dessas pessoas estão os diversos gerentes e técnicos que têm sido sucessivamente mencionados aqui nesta CPI.

Com relação à minha frase de que a Vale não poderia ser condenada, eu queria deixar claro que foi uma escolha absolutamente infeliz de palavras da minha parte, que eu não só acho que a Vale deve e pode ser condenada, mas como deve ser condenada quando for caracterizada a sua culpa. Não acho, em absoluto, que se deva evitar que isso seja feito.

Por que não foi determinada a evacuação da área?

Eu, de novo, quero insistir que, se tivesse chegado ao meu conhecimento qualquer tipo de informação que vislumbresse a possibilidade de perigo iminente naquela barragem, eu teria sido o primeiro a trabalhar para salvar aquelas vidas, coisa que eu não fiz por não ter essa informação. E, se porventura alguém escondeu essas informações, fez uma coisa terrível que acabou causando esse desastre. Mas isso o tempo vai dizer e, certamente, havia nas responsabilidades locais, tanto a autoridade, como a independência, inclusive financeira, para tomar a atitude necessária.

Para os senhores compreenderem, é o seguinte: um rompimento de barragem é um ato que exige uma verificação física *in loco*. Então, é lá mesmo que isso aqui tem que ser previamente resolvido, tem-se que agir com presteza e tem-se que fazer ali, no local. Não se deve fazer uma pergunta para outros escalões da companhia, "o que eu devo fazer?". Nesse meio-tempo, a barragem já pode ter ruído e as pessoas já podem estar mortas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Na realidade, o que tem que ser feito é uma ação rápida e imediata do local. E eu confesso que eu não sei por que isso não aconteceu. E isso está na origem do problema que está sendo investigado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor percebeu que eu mudei de óculos. Pela primeira vez, eu quis enxergá-lo, porque, finalmente, o senhor respondeu alguma coisa – alguma coisa.

Esqueceu de uma. O senhor não fica triste como ser humano ao saber do que relatei aqui, da alimentação que a sua empresa Vale, e o senhor era o Presidente dela, regulava no hotel para os familiares?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Senador, eu, desde o dia em que aconteceu esse acidente, eu tenho tido uma tristeza enorme, eu tenho estado sem palavras, sem condições de lidar com essa situação, porque é uma situação muito triste.

Eu tenho um enorme respeito a todos que foram afetados por esse acidente, em especial àqueles que perderam entes queridos. É um acidente impensável, algo que jamais na minha vida pensei que teria que enfrentar. Isso está acontecendo e eu estou aqui de peito aberto, mas com o coração arrasado por ter estado na Vale quando esse acidente aconteceu, desculpe, quando essa tragédia aconteceu, quando esse terrível desastre aconteceu, quando a barragem se rompeu.

Eu esperava ter completado a minha carreira não deixando algo como isso maculá-la, mas infelizmente isso aconteceu, e o que menos importa, nesse caso, é a minha carreira. O que mais importa, na verdade, são todos os que foram prejudicados de maneira terrível pelo acontecido.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Só, rapidinho, o senhor não respondeu. Se o senhor fosse da Justiça hoje e tivesse esse caso nas mãos para decidir, o senhor puniria a Vale?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Depende das informações. Eu acho que quando as investigações estiverem terminadas, eu acho que os juízes tomarão a decisão que deverão tomar. E, se eu fosse da Justiça e recebesse as informações, eu avaliaria quando recebesse as informações.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Concedo a palavra à Senadora Juíza Selma, para que ela proceder às suas perguntas.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Para interpelar depoente.) – Obrigada, Sra. Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Minha primeira pergunta para o depoente – pode até ter sido feita por algum colega aqui, e por alguns instantes eu posso ter me ocupado de outra coisa e não ouvi – é saber exatamente qual é a formação técnica do depoente. A segunda pergunta: por que, em Brumadinho, não soou o alarme? Terceira pergunta: por que, em Brumadinho, as pessoas não foram treinadas, não foram preparadas para desastres dessa natureza com antecedência?

A terceira, e acho que pela terceira ou quarta vez essa pergunta é feita. Por que, mesmo o senhor tendo ingressado na empresa em 2017, vendo o escritório naquele local inadequado, ainda assim permitiu que ele se mantivesse nesse local inadequado?

Outra pergunta: qual é o critério que a Vale está usando para calcular essas indenizações que o senhor aí, com tanto orgulho, propagou na sua fala inicial? R\$100 mil para cada morto, R\$50 para cada casa. R\$50 mil não compra um barraco de lona. Eu quero saber qual é o critério que a Vale está utilizando para esse tipo de indenização.

Terceiro. Eu quero saber o seguinte: esses R\$100 mil que a Vale está pagando são só para os mortos ou também para os desaparecidos? Por último: qual é a diferença na postura da empresa em relação a Mariana e Brumadinho e agora? Nós vimos hoje de manhã, não sei se os demais Senadores assistiram... Por falar em tortura, Senador Kajuru, tortura é você estar de madrugada na sua casa e tocar uma sirene por engano. Olha a cretinice, a que ponto chega a falta de respeito com o ser humano.

Essas pessoas não devem estar dormindo direito. Essas pessoas, além de terem que amargar o luto pelos colegas de outro local que morreram, elas têm que amargar a possibilidade concreta, digamos, a possibilidade concreta de serem os próximos. É como se alguém colocasse uma arma na sua cabeça e você não soubesse a que hora ela vai disparar. É isso que as pessoas estão vivendo.

Mas, ainda assim, eu quero que o senhor me diga qual é a diferença, quem fez essa diferença, porque, depois de Mariana, não teve nenhum treinamento, não teve nenhuma sirene tocando, não teve nada. Brumadinho aconteceu. Agora, resolveram ir em todos os locais onde tem barragem e fazer treinamento, de noite, de dia, pegar o pessoal. Quem tomou essa atitude de, agora, resolver tomar essas ações preventivas?

São essas as minhas perguntas, Sra. Presidente.

Obrigada.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sra. Presidente, se a Senadora Selma permitir, eu poderia só acrescentar, Senadora, se ela permitir... Entre as excelentes colocações feitas pela Senadora, eu fiquei aqui imaginando uma agora: se o Sr. Fabio se considera que foi sabotado ou que foi conivente. Pode ser? Permita?

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Com certeza.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – E aqui uma notícia triste das últimas horas. Atenção, Brasil. Preste atenção, Sr. Fabio. Sua empresa, está no G1: "Níveis para o risco de rompimento de barragens em Macacos e Ouro Preto mudaram de 2 para 3 na noite desta quarta. Vale afirma que não haverá novas retiradas de moradores e que não houve rompimento". Está agora no G1, Presidente Rose de Freitas.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Depois que romper, o pessoal morrer, aí...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor tem a palavra, Sr. Fabio, para responder à Juíza Selma e as considerações do Senador Kajuru.

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Pois não. Senadora, eu procurei tomar nota. Se eu perdi alguma, a senhora, por favor, me fale.

Com relação à minha formação técnica, minha formação original, eu sou engenheiro de produção e eu tenho especialização em Administração de Empresas.

Com a relação a se soou o alarme ou por que não soou o alarme lá em Brumadinho, a informação que me foi dada é que o sistema, o PAEBM, funciona da seguinte forma: existe uma pessoa que manualmente procura pelo coordenador do PAEBM e instaura o procedimento. Essa pessoa estava no refeitório. Consequentemente ele não faleceu. Ele foi uma das pessoas que conseguiu sair em tempo de lá, mas ele esteve impossibilitado naquele momento de fazer qualquer ato, o que impediu que o processo se estabelecesse e houvesse o comunicado.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Posso fazer uma pergunta só para que consiga nos esclarecer melhor essa questão?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Senadora. Por favor,

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – O alarme por natureza é preventivo. O alarme deve soar antes. Não vamos subestimar nossa inteligência.

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Perfeito. A senhora tem toda a razão. O alarme é para ser acionado quando existem sinais de antecedência. A questão é que não houve nenhum sinal antecedente, pelo menos percebido pelas pessoas que estavam envolvidas. E daí eles não terem antecipadamente iniciado o processo. E depois que o processo se iniciou, ele aconteceu com muita rapidez, impedindo que qualquer coisa fosse feita.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação ao treinamento para desastres, eu queria mencionar que existiam trabalhando naquele local aproximadamente 600 pessoas, a maioria no escritório administrativo ou no restaurante. Vieram a óbito, como os senhores mencionaram, ou estão desaparecidas aproximadamente 300. Significa que 300 pessoas seguiram os procedimentos que haviam sido treinadas para tal e, mesmo com a enorme rapidez com que aconteceu o desastre, eles conseguiram escapar com vida por conta do treinamento que haviam recebido. Do restaurante especificamente escaparam 200 pessoas.

Por que o escritório estava naquele local? Por dois motivos. O primeiro motivo: porque existia um laudo de estabilidade, o que garantia que não havia risco para a estrutura; o segundo motivo: porque a área técnica não tomou qualquer atitude de mudança desse escritório. Eu quero chamar a sua atenção para o fato de que, no que dependesse de mim, se eu tivesse qualquer informação, inclusive de problemas com essa barragem, eu teria corrido para tirar as pessoas do escritório, enfim, tirar tudo de lá, se eu pudesse ter tido essa notícia com antecedência. Eu não a tive, eu sequer sabia da existência desse escritório.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – O senhor tinha Mariana.

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Na verdade, não, senhora. Eu não tinha Mariana, porque eu entrei...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – A Vale tinha Mariana, e o senhor era um preposto da Vale.

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – A Vale tinha Mariana, é verdade.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Esse negócio de "entrei em 2017" eu já entendi.

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – A senhora pergunta também quais são os critérios para indenizações.

Eu entendi que, em primeiro lugar, não são indenizações, são doações. A companhia resolveu, independentemente do que quer que seja pago por indenização, antecipar de imediato valores significativos para as pessoas, especialmente para aquelas que perderam entes queridos, entes queridos esses que provavelmente eram o esteio da família e que, portanto, sustentavam a família. Daí a ideia de dar R\$100 mil a cada família de vítimas como forma de dar a elas uma forma de sobreviverem até que se chegasse ao ponto de poder haver o pagamento de uma indenização, que é um processo que em qualquer caso leva algum tempo. E não havia da parte da companhia outra maneira que não fosse uma doação, e doação significa o seguinte: sem nenhuma obrigação da parte deles. O dinheiro foi doado, é deles. Isso não implicou eles abrirem mão de coisíssima nenhuma, o que, na prática, significa que eles manterão integralmente as suas indenizações quando elas forem recebidas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Qual foi o critério? A pergunta é essa.

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – O valor de R\$100 mil pareceu ser um valor significativo, tendo em vista a renda média das pessoas que foram atingidas.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Qual era essa renda média?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Eu não sei. Isso é algo que eu posso verificar e informar depois à senhora.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – E R\$50 mil para cada residência também pareceu ser...

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Os R\$50 mil por residência: pelo que fui informado, esse era o valor médio das residências em Brumadinho, daí a ideia de R\$50 mil como indenização. Nesse caso eu sei o critério de maneira objetiva.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Eram mendigos os funcionários lá?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – É uma região rural onde, eu acho, as residências não são residências de alto padrão.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Ah, sim. O senhor diz que mais de R\$50 mil é alto padrão?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Eu não disse nada. Só estou dizendo que elas não eram de alto padrão.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Impressionante!

Vamos lá. E a última?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só me permita, Senadora.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quanto o senhor recebia como CEO da Vale?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Como Presidente da Vale, eu recebia uma remuneração de acordo com as responsabilidades do meu cargo e, obviamente, essa informação está à disposição dos senhores.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E o senhor não pode declinar aqui para a CPI?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Em público, eu prefiro não tratar desse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Bom, mas, segundo as informações que temos, o senhor chegou a ganhar R\$58 milhões por ano, o suficiente, nesse cálculo, para pagar pela vida inteira do dobro dos trabalhadores da indenização de R\$100 mil que o senhor aqui propõe. É só para ilustrar.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – E que ilustração!

O senhor não respondeu à minha pergunta porque – desculpe-me – a Senadora permitiu que eu acrescentasse.

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Eu não terminei ainda.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – É que tem mais uma minha.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Desculpe-me.

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Estou seguindo uma sequência.

A Senadora pergunta também qual é a diferença entre Mariana e Brumadinho.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Não. Não, senhor.

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Desculpe-me. Então, entendi errado.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Eu perguntei qual é a diferença da postura da empresa em relação a Mariana – não se fez nada, tanto que aconteceu Brumadinho – e agora, em que todo dia se vê treinamento aqui, treinamento lá, sirene está tocando até por engano.

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – A questão da sirene...

Bom, em primeiro lugar, na época de Mariana, que eu me recorde, não existiam sirenes. Não havia sequer esse sistema de proteção, não existia, não era legal e não era demandado. Todo ele foi estabelecido após Mariana, daí o fato de agora existirem sirenes e, na época de Mariana...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor, como CEO da Vale, deve conhecer as mineradoras que há no restante do mundo. No restante do mundo, era o mesmo padrão, não existiam sirenes, para em Mariana não existir?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós não estamos falando de algo ocorrido no começo do século XX, não estamos falando de algo do século XIX, estamos falando de uma tragédia, um assassinato, um crime, o maior desastre ambiental do País, que aconteceu em 2016, e, três anos depois, acontece Brumadinho.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Presidente, permita-me aqui complementar a colocação, a pergunta: mesmo em Brumadinho, quando foram, Juíza Selma, colocadas as sirenes, Srs. Senadores, o centro de monitoramento para o disparo do alarme estava em Itabira, a cento e poucos quilômetros de distância de Brumadinho. Segundo a ação do Ministério Público – essa é uma pergunta que nós já vamos trazer posteriormente para os responsáveis diretos –, no momento em que a barragem se rompeu, não havia ninguém no centro de monitoramento, o centro de monitoramento estava vazio, as pessoas estavam no horário de almoço; as sirenes não foram disparadas porque não havia ninguém acompanhando as imagens das barragens. O senhor sabia disso, Sr. Fábio?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Não sabia.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – É neste sentido mesmo que eu argumento: a sirene deveria ter disparado antes.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E o absurdo, Sr. Fábio, é o senhor relatar, como se fosse normal, que em Mariana não havia sirene, só passou a haver depois. Como assim? Então a Vale tinha empreendimentos, tinha atividade de mineração com risco iminente para as pessoas, e não tinha sistema de monitoramento? Não tinha previsão para as tragédias que ocorreram? Nós estamos falando de 2015, 2016, da tragédia de Mariana, não estamos falando de algo ocorrido no século XIX ou ocorrido no começo do século XX.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Senador, só para ilustrar: a lei das barragens é de 2010 e obriga a haver plano de ação de emergência. Então, já faço mais uma pergunta: qual era o plano de ação, se nem sirene tinha?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Porque o senhor acabou de dizer isto: que não havia sirene em Mariana.

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – É possível que essa informação que eu dei esteja errada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, me permita, mas o senhor não vai brincar com esta CPI. O senhor não vai brincar com esta Comissão Parlamentar de Inquérito. O senhor acabou de fazer uma declaração dizendo, aqui nesta CPI – tomávamos o seu depoimento –, que não havia sirene e sistema de monitoramento em Mariana. O senhor vai desdizer o que acabou de dizer?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Senador Randolfe, se o senhor me permite, na realidade, eu entrei na Vale em maio de 2017. O que aconteceu em Mariana é algo que eu ouvi dizer...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor quer que eu determine que volte a sua declaração de ainda há pouco? O senhor está me dizendo que ouviu dizer de Mariana. Não é de uma enorme irresponsabilidade esse ouviu dizer?

O senhor declara que a sua empresa, a empresa em que o senhor foi CEO durante três anos, não tinha um sistema de monitoramento em Mariana. O senhor declara, o senhor fez essa afirmação aqui. Em seguida, o senhor diz aos membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito que pode ter se enganado no que disse. O senhor não acha que está aprofundando o grau de desrespeito?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – O senhor me desculpe se o senhor entendeu dessa maneira. Não foi essa a minha intenção.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não fui eu que entendi dessa maneira; são os membros da CPI que estão entendendo. Todos que estão assistindo estão entendendo isso.

O SR. FÁBIO SCHVARTSMAN – Na realidade, eu estava há um ano e meio na companhia, não há três anos, e a informação sobre o passado, qualquer uma que eu dê, tem um grau de precisão muito menor do que depois do período que eu entrei.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois é, então, nós queremos essa informação. O senhor acabou de prestar uma informação dizendo que, em Mariana, não havia sistema de monitoramento, não havia sirene em Mariana. Queremos saber disso. Como é que o senhor, mesmo tendo assumido depois, não sabia como era o sistema de monitoramento de Mariana? Queremos claro aqui, queremos ouvir isso sem tergiversar, queremos essa informação. Essa informação é necessária para esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Eu não tenho certeza se existia ou não um sistema de monitoramento em Mariana.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O que nós devemos considerar como verdade: o senhor ter dito ainda há pouco que não tinha sistema ou o "não tenho certeza" de agora?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Eu estou lhe dando a melhor explicação que eu posso.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Resta bastante claro que a falta de informação dele sobre Mariana, embora tenha entrado na empresa em 2017, demonstra o descaso absoluto com o que aconteceu em Mariana e muito mais: descaso absoluto com o que poderia vir a acontecer em qualquer um dos outros pontos vulneráveis, não é? Descaso absoluto. É bom que ele se cientifique disso, porque ele está novamente produzindo prova contra si mesmo.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E aqui, Juíza – permita-me, Sr. Presidente –, há também, Sr. Fabio, outra consideração: está ficando claro que a avaliação sobre danos que a Vale aplica não diferencia vidas humanas de danos materiais de qualquer outro tipo. A empresa tratava do assunto da mesma maneira em relação à possibilidade de um desastre, de um crime como o que aconteceu: o lucro colocado como resultado final, independentemente se, diante disso, 300 pessoas estavam em risco ou não estavam, porque já era de conhecimento prévio, fora a questão ambiental que nós hoje amargamos no País, no meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quem era o CEO da Vale na ocasião do acidente de Mariana?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Era o Sr. Murilo Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator, Srs. membros da CPI, em irei propor a esta CPI a acareação entre o Sr. Fabio e o CEO da Vale na época do ocorrido em Mariana.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Claro!

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Nós concordamos.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Concordamos plenamente.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – De qualquer forma, ele tem que acabar de responder as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por favor.

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – A razão pela qual, nos últimos dias, tem ocorrido uma série de sirenes tocando...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – O senhor não terminou de me responder a diferença entre a atitude da empresa em relação a Mariana, a Brumadinho e agora.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Quem fez essa diferença? Quem adotou a postura agora de fazer o que devia ter sido feito desde antes de 2015?

O SR. FÁBIO SCHVARTSMAN – Qual postura? A que a senhora se refere, Senadora?

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – O senhor está sendo cínico ou há algum problema?

O SR. FÁBIO SCHVARTSMAN – Não, não, eu de fato não entendi qual é a sua pergunta, por isso estou perguntando.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Eu fui muito clara na minha pergunta. Mariana nem sirene tinha segundo o senhor. Brumadinho, o povo estava almoçando: pode morrer, estão almoçando, não tem ninguém para ficar cuidando desse trem não, né? Agora todo dia tem um treinamento, todo dia toca sirene, agora as pessoas estão sendo, aparentemente, tratadas com um pouquinho mais de respeito.

Eu quero saber quem adotou essa postura de agora dar um pouco mais de respeito às pessoas? Quem, na empresa?

O SR. FÁBIO SCHVARTSMAN – Senadora, enquanto eu estava na empresa – lembrando que há 30 dias eu não mais lá estou –, eu havia tomado a decisão, logo que a Agência Nacional de Mineração mudou o fator de avaliação de barragens não drenadas criando um fator de 1.3, de verificar se existia alguma estrutura da Vale que, numa subsequente auditoria, iria passar por alguma dificuldade de obter laudo de estabilidade. Naquele momento, foi identificado um conjunto, que, se não me falha a memória, era de sete estruturas que, provavelmente, na simulação que a Vale fez, não atingiriam o fator de 1.3 definido pela Agência Nacional de Mineração. Naquele mesmo instante, quando essa informação me chegou, eu determinei que se procedesse ao aumento do nível de segurança dessas barragens, independentemente do fato de nós ainda continuarmos com laudos de estabilidade em todas elas. Então, foi naquele momento que soaram as sirenes e que houve a desocupação de diversas estruturas, com dezenas de pessoas que acabaram sendo tiradas da potencial zona de risco.

Então, foi essa a mudança ocorrida.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Esses índices 2 e 3 que estão sendo noticiados aqui, não havia antes? Antes era 1 ou um e pouco?

O SR. FÁBIO SCHVARTSMAN – Anteriormente o critério era definido por cada auditoria. Não existia uma legislação que dissesse que, para um tipo de barragem tal, o índice seria tal. Não havia tal coisa. Consequentemente, cabia ao auditor definir para cada estrutura qual era o nível necessário de segurança e, consequentemente, era feito assim por cada auditor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando foi criado o fator de referência de 1.3, era diferente do que existia antes, o que fez com que algumas estruturas não passassem nessa... Potencialmente não passariam nesse exame.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sr. Presidente, apenas para reiterar uma última pergunta que eu fiz durante as respostas desse senhor.

Eu gostaria de perguntar qual era o plano de ação de emergência exigido pela lei desde 2010. Qual era o plano de ação de emergência da empresa para Mariana – o senhor já vai dizer que não sabe – e para Brumadinho?

O SR. FÁBIO SCHVARTSMAN – Como eu disse à senhora, eu entrei na companhia em 2017. Os planos de ação, todos já existiam e estavam feitos quando eu entrei na companhia. Consequentemente, os planos lá estavam, e os planos continuaram sendo os mesmos.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Presidente...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. *Fora do microfone.*) – O senhor não tem nenhuma ideia de quais eram?

O SR. FÁBIO SCHVARTSMAN – Eu sei que havia uma exigência para estruturas de alto potencial de dano: que houvesse um PABM, um plano de emergência construído. E todas as que tinham alto potencial tinham esse plano.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Presidente, perdoe-me, pois me ocorreu a última.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por favor.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Fique à vontade.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – O senhor já teve os seus bens bloqueados, sequestrados ou arrestados?

O SR. FÁBIO SCHVARTSMAN – Não, senhora.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Agora, em razão disso?

O SR. FÁBIO SCHVARTSMAN – Não, senhora.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu pergunto, Sr. Presidente,...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Relator, desculpe-me...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – ... querido Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ele não respondeu só a minha última pergunta.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É que não há dúvida, a meu ver, que uma das duas o senhor foi ou o senhor é. Eu perguntei: o senhor foi sabotado ou conivente nesse crime?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – Sr. Senador, eu, com certeza, conivente não fui com coisa nenhuma.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Foi sabotado?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – É o senhor que está dizendo que só existem essas duas opções.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Só há essas duas, é evidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Existe mais alguma?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Existe mais uma? Há a terceira? Ou sabotado ou conivente?

O SR. FABIO SCHVARTSMAN – O que eu posso lhe afirmar com certeza é que eu não fui conivente com coisa nenhuma.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Vou só terminar – desculpe-me, Presidente – porque estou com hipoglicemia. O Senador Carlos Viana sabe, eu tenho que



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

me alimentar a cada três horas. Até ofereci aqui um chocolate para a Senadora Juíza, porque é difícil, não é? Então, eu vou me ausentar, mas vou ficar acompanhando do meu Gabinete 16 a íntegra desta importantíssima sessão.

Desculpem a sinceridade minha. Eu sou assim. Aliás, o meu apelido, dado pelo Datena, é Supersincero. Eu acho que, se eu fosse parente seu, eu lhe aconselharia – já que o senhor falou que está sem palavras, está passando mal, não está bem, e eu acredito nisso evidentemente, vejo o seu lado de ser humano –, se eu fosse parente do senhor, eu daria um conselho para o senhor. Van Gogh não cortou a orelha antes de morrer? Corte a sua língua, porque, quanto mais o senhor fala, mais o senhor se incrimina.

Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Na sequência, o Senador Wellington, que é o próximo a perguntar.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. Para interpelar depoente.) – Sr. Presidente, aqui eu tinha algumas perguntas que já tinham sido elaboradas, mas a maioria delas foram feitas, não é? Restam aqui duas.

Eu vou ser bem objetivo nas perguntas e depois eu quero fazer as considerações aqui para que V. Sa. possa falar então.

A Vale forneceu algum documento à força-tarefa que investiga o rompimento? O senhor pode dar exemplos desses documentos? Refiro-me ao que foi fornecido.

A avaliação de risco da Vale teria subestimado as consequências de um eventual rompimento da barragem? Indiretamente eu acho que o senhor já falou alguma coisa a respeito, até porque disse que não tinha nenhuma informação, mas...

Qual é o grau de envolvimento do conselho de administração, do presidente, da diretoria e demais setores da empresa na elaboração e aprovação do plano de gestão de risco da empresa na parte relativa à segurança das barragens?

Bom, aqui o Senador Kajuru falou do ser humano. A CPI, tradicionalmente, tem o objetivo de investigar e um foco também de buscar e de apontar os culpados. Eu já participei de algumas delas, mas eu sempre me lembro aqui da CPI do Banco do Brasil que nós fizemos. Àquela época, houve uma preocupação extrema dos funcionários do Banco do Brasil, queriam saber se o objetivo era acabar com a instituição. Inclusive, à época, vieram várias caravanas falar conosco, da CPI. E o objetivo nosso, sim, era conhecer alguns problemas que estavam sendo apontados no Banco do Brasil, mas, principalmente, encontrar uma forma de fortalecimento daquela instituição pública.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já disse em outros pronunciamentos aqui que a Vale foi constituída com recurso público, portanto a Vale foi uma estratégia de País naquele momento. E eu sempre cito a questão da construção da Ferrovia de Carajás – eu tive a oportunidade de ir lá. Naquela época, com a visão e a preocupação de empresa pública, ela tinha o objetivo de construir a ferrovia, mas também de promover o desenvolvimento da região. Tanto é que várias cidades – não sei quantas, não posso precisar aqui, Presidente –, me parece que sete, surgiram durante a construção da Ferrovia de Carajás. E um detalhe que me chamou muito a atenção naquela época também foi que o compromisso da Vale estatal era, além de promover o desenvolvimento, também um compromisso social com aquela população, diuturno.

Um desses compromissos sociais era fazer o transporte de passageiros entre aquelas comunidades e localidades que estavam surgindo, transporte de passageiros que era feito na ferrovia, ou seja, ao mesmo tempo em que se transportava a carga, que é minério, também se transportavam os passageiros. Depois eu tive oportunidade de voltar, com algum tempo depois já de funcionamento, e, como havia uma certa dificuldade na logística do transporte de passageiros com o transporte de cargas, já a empresa privada resolveu, então, continuar bancando o transporte de passageiro, mas fazendo-o através de ônibus, porque a logística se modernizou, enfim, montou-se o centro de operação, enfim... Mas, até aquele momento, ela continuava fazendo o transporte.

Eu gostaria de fazer esta pergunta porque para mim ela é emblemática: se, como esse exemplo, ainda hoje a Vale faz o transporte de passageiros dentro daquele compromisso original ou aquilo já não... Não sei se havia prazo, quando foi constituída a Vale pública, depois para a transferência da Vale privada.

Eu estou falando isso porque hoje nós estamos tendo lá, agora, o leilão da Ferrovia Norte-Sul. Ela é extremamente importante para o País, sua operação, e lá são só duas empresas que estão concorrendo: a VLI e a Vale. E, claro, o mercado diz que quem é mais interessado naquela ferrovia é a Vale. Havia uma outra empresa que estava querendo participar, parece que desistiu. Bom, mas o interessante é que isso vai acontecer e, portanto, a Vale vai crescer mais ainda dentro de um setor importante para o País, que é a logística.

Estou dizendo isso, porque, por exemplo, nós de Mato Grosso temos interesse na construção da Fico, que é a Ferrovia de Integração do Centro-Oeste, que será um ramal exatamente da Norte-Sul. E a expectativa – isso já está em tramitação no Tribunal de Contas, na ANTT – é que a Vale, numa prorrogação de outra ferrovia, construiria então a Fico, que para nós de Mato Grosso é extremamente importante.

E estou dizendo aqui não para justificar, mas para esclarecer que, aqui, como membro da CPI, eu quero e vou, junto com a Presidente, com o Relator, com todos os membros, buscar fazer com que o exemplo de Mariana não se repita, como em Brumadinho. O que é o exemplo? O acidente já ocorreu. As





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

peessoas já morreram. Mas que haja exatamente a reparação dos danos, a culpabilidade individual de alguém, até da empresa, porque ela tem que gastar, tem que pagar. Mas sempre repito que a Vale é uma empresa do Brasil, que pertence aos brasileiros, independente de quem seja o detentor do comando da empresa ou da maioria das ações, enfim... O Brasil não pode abrir mão disso.

Então, a minha colocação, Presidente, é que haja toda a investigação – inclusive a Presidente conduziu agora um requerimento que foi aprovado para que as pessoas venham aqui na condição de testemunha, exatamente para não mentirem –, para que a gente possa apurar toda a responsabilidade de cada um. Então, assim como foi a do Banco do Brasil: após a CPI, nós conseguimos fortalecer a instituição. Então, o meu objetivo aqui é, junto com todos – e tenho certeza de que o Relator fará isto com brilhantismo –, buscar até no impossível aqueles que são responsáveis; e a gente, inclusive, buscar depois o encaminhamento ao Ministério Público, à Justiça, para que faça a responsabilização. Mas, no tocante à empresa, Presidente, eu quero aqui também que a gente possa discutir, no papel da CPI também, de que forma essa empresa vai contribuir com o desenvolvimento do País, porque ela continuará a existir. Hoje é o exemplo essa questão do leilão.

Então, Presidente, V. Sa. vem aqui, na condição de um Presidente que entrou agora há pouco, mas, claro, a responsabilidade em termos de condução é da empresa, independente de quem seja o Presidente. Então, eu estou falando aqui é para chamar a atenção de todos aqueles que estão envolvidos na Vale do Rio Doce, seja de um funcionário que esteja num grau menor, mas que às vezes não se sente responsável... Mas nós vivemos no País uma democracia. Ele é responsável até para fazer a denúncia de algo que não esteja correto, desde que tenha, claro, solidez, responsabilidade, enfim...

Então, eu quero aqui, Presidente, até porque já estive também hoje, enquanto está ocorrendo esta reunião, no departamento médico, já presidi uma PEC, já estivemos em mais duas... Então, infelizmente, a gente não tem oportunidade de ficar aqui 100% do tempo. Eu poderia, inclusive, estar fazendo uma análise aqui de todo o conjunto da nossa audiência, mas o Relator é que tem essa responsabilidade maior. E nós queremos aqui, Senador Carlos Viana, principalmente V. Exa., que é de Minas Gerais, portanto pesa no seus ombros uma relatoria para dar atenção à população de Minas Gerais... A responsabilidade é muito grande. E, claro, esse exemplo de Minas Gerais com certeza vai ser para o Brasil todo, não só do que já existe...

Agora nós acabamos de criar uma Agência de Mineração. O DNPM era tido como uma organização, uma autarquia com todo o seu tempo vencido. Então, agora, nós queremos uma agência exatamente que tenha condições de atuar. E nessa questão da mineração, todos os Estados brasileiros têm um potencial muito grande. Agora, como eu sou da Amazônia, a nossa situação é muito maior ainda. Nós temos uma riqueza lá que podemos, com responsabilidade social, com responsabilidade ambiental, fazer com que essa riqueza possa vir principalmente para as nossas futuras gerações. Exemplos, como foi o garimpo no passado, quer dizer, que ficou só o rastro da doença, os problema



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

sociais às vezes dos Municípios... O meu Estado é um bom exemplo disso, porque o garimpo de diamante, o garimpo de ouro... Foram lá as pessoas que garimpavam, e as cidades garimpeiras são as mais pobres. As cidades ricas são as cidades hoje da agricultura, da pecuária, principalmente do agronegócio, da complexidade, principalmente da produção para exportação. Então, nós temos que exportar. Quando a gente exporta as *commodities*, principalmente as minerais, é importante, porque o Brasil precisa disso, mas nós queremos gerar emprego aqui também. Por isso, a minha análise aqui e a preocupação.

Eu penso que a CPI tem que ter essa vocação também de chamar uma empresa com essa responsabilidade, que está vivendo o problema agora, para que a gente possa contribuir num Brasil novo, num Brasil em que as pessoas, as futuras gerações tenham, nesse mau exemplo – porque são dois acidentes ocorridos no mesmo Estado, com a gestão da mesma empresa, com pessoas que morreram –, um legado que a gente precisa aproveitar.

Meu pai sempre me dizia: "Meu filho, na hora da crise, quando você tiver um problema, você pega esse exemplo e constrói para que não aconteça novamente". Então, não pode, porque a gente teve um problema, a gente só reclamar ou amaldiçoar.

Eu gostaria aqui, Presidente, até que V.Sa. me respondesse e respondesse a todo o Brasil qual é o seu sentimento como ser humano de estar dirigindo uma empresa tão grande como é a Vale. O que o senhor diria aqui já ao encerrar desta audiência? O que o senhor, como brasileiro – deve ser pai de família, deve ser chefe de família –, como ser humano, imagina que a Vale tem para fazer daqui para frente, principalmente com esses dois exemplos que aconteceram?

A Juíza Selma já fez aqui as perguntas, principalmente com a capacidade dela de juíza de fazer até as investigações, principalmente as audiências. Eu quero levar mais para esse lado do nosso futuro, principalmente o que a gente pode pegar desse exemplo para as nossas futuras gerações.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Obrigada, Senador.

Concedo a palavra ao Senador Randolfe para fazer as suas perguntas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar depoente.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, senhores membros desta CPI, senhor depoente, eu acho que ficou patente que esta audiência não foi confortável para nenhum de nós. Há um desconforto quase que humano e existencial nosso aqui diante do seu depoimento, Sr. Fabio.

Então, faço as perguntas básicas que acho que já foram feitas aqui anteriormente, inclusive pela Senadora Selma, mas que quero reafirmar aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como é que o senhor dorme à noite sabendo que, no caso de mais de 300 pessoas, tem a responsabilidade de suas mortes sobre as suas costas, tem a responsabilidade como Presidente da Vale? Como o senhor dorme à noite sabendo que centenas de famílias foram destruídas, devastadas?

O senhor acabou de afirmar aqui que a Vale ofereceu R\$100 mil de indenização – R\$100 mil! – para mais de 300 vítimas.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. *Fora do microfone.*) – Doação, porque são generosos. Foi doação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Uma doação, um ato de generosidade.

Eu quero repetir aqui: um CEO da Vale, como o senhor, só para exemplificar, chegou a ganhar 58 milhões por ano. Esse cálculo é o suficiente para pagar a vida inteira de um dos trabalhadores, resultado da ganância da empresa, um cálculo que equipara uma vida de mais de 300 mortos a míseros seis meses de trabalho.

O que o senhor tem... Eu faço a pergunta direta ao senhor. O que o senhor tem a dizer desse valor de indenização, que, como já foi dito aqui, o senhor tratou como doação, como um ato de generosidade? O que o senhor acha disso? O senhor deve morar em uma mansão confortabilíssima, resultado do que o senhor recebe como CEO da Vale. Eu pergunto ao senhor se a sua consciência não se incomoda com isso. Aliás, a pergunta complementar é se há consciência do que ocorreu.

Nós acabamos de falar de Mariana, e o senhor confessou, nesta audiência, que nem sirene havia em Mariana. Eu lembro aqui o soldador Erídio Dias, Dra. Selma, de 31 anos, que era um dos sobreviventes de Mariana. Ele não sobreviveu a dois atos de descaso da Vale. Sobreviveu à Mariana, mas, logo em seguida, foi trabalhar em Brumadinho e foi vítima de Brumadinho. Ou seja, a Vale, no intervalo de três anos, repetiu uma tragédia, não possibilitou a alguém como o senhor Erídio Dias a possibilidade de seguir na vida. Eu estou falando de um senhor de 31 anos, com família constituída, com família e com filhos.

Eu peço para o que há de humanidade no senhor dizer como está sua consciência e quero saber por que o senhor vem a esta CPI sem claramente contribuir com esta CPI. O senhor poderia sair daqui, inclusive, com um ato, permita-me, de honradez dizendo: "Olha, de fato, em Mariana, a Vale não tinha sirene. Após Mariana é que começamos a tomar providências". Mas nem isso o senhor conseguiu sustentar. O senhor sai daqui com uma condição ainda menor do que a que o senhor já tinha, porque, no intervalo de uma hora... Que uma hora! No intervalo de dez, quinze minutos, o senhor conseguiu fazer duas afirmações sobre o mesmo fato, sobre a existência ou não de sistema de monitoramento em Mariana.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E isso nos leva a perguntar: como levar a sério quando o senhor diz... O senhor, quando assumiu a Vale, após o crime de Mariana – repito aqui suas palavras –, disse: "Mariana nunca mais. Que tenha sido a última vez que essa empresa esteja envolvida direta ou indiretamente num desastre ecológico e social da dimensão que foi Mariana. Quero ter junto com vocês o compromisso de ser referência mundial de sustentabilidade".

Em menos de três anos, ocorre Brumadinho. Como vamos levar o senhor a sério? Em menos de alguns dias, menos de um mês de Brumadinho, sirenes por toda Minas Gerais não deixam famílias dormirem à noite, como foi muito bem colocado pela Juíza Selma aqui. Isso é um ato de tortura contra cidadão, é mais um ato contínuo de desumanidade. Repito: o senhor, depois, aqui dizendo que não havia sirene em Mariana.

Há uma legislação que, em 2010, já estabelecia sistemas de monitoramento, como muito bem foi lembrado aqui. Mas a Vale não se preocupou com isso. A Vale só se preocupava em tirar o lucro em demasia, com suas cotações na bolsa de valores, mas nada, em nenhum momento, com a vida humana, mesmo tendo havido o desastre, mesmo já tendo havido, sob a responsabilidade da Vale, e a responsabilidade é impessoal... Havia uma CEO anterior ao senhor, depois o senhor assumiu, agora já arranjaram outro. Vejam, a cada tragédia humana – em Mariana houve 19 mortes –, a cada tragédia humana, a cada coletânea de cadáveres, a Vale vai substituindo o CEO, e o CEO anterior tem o cuidado de vir a uma Comissão Parlamentar de Inquérito não comprometer a empresa, não comprometer ninguém da empresa e, num gesto de descuido, num gesto de descuido no depoimento, após ser acossado pelos Srs. Senadores e Senadoras aqui, diz: "Não tinha monitoramento em Mariana". Nós, pelo menos, vamos tirar isso desse depoimento aqui. Vamos tirar isso desse depoimento, essa sua afirmação.

Sr. Fabio, espero que o senhor tenha consciência de que, em qualquer outro país, como nos Estados Unidos, se o senhor lá estivesse, o senhor já estaria preso, em qualquer outro país com legislação mais rígida, o que, lamentavelmente, não é o nosso caso. Eu espero que a Câmara dos Deputados, o quanto antes, aprove o projeto de lei que nós aprovamos aqui no Senado, logo após o desastre de Brumadinho. Eu espero que a Câmara não retarde com isso. Porque, se esse projeto de lei já fosse lei, o senhor estaria depondo nesta CPI, mas estaria sendo trazido como presidiário, estaria sendo conduzido como um presidiário para depor aqui.

Eu quero, Sra. Presidente, sem mais perguntas, porque muitas já foram feitas aqui, só informar aos membros desta CPI, inclusive por lembrança sua, Dra. Selma, que vamos propor, para a próxima reunião deliberativa, além da acareação do Sr. Fabio com o antecessor dele, como CEO da Vale, também o bloqueio de bens, o bloqueio de valores e de bens. É óbvio que não dependerá da CPI, depende de uma decisão judicial, mas cabe à CPI fazer o requerimento para ter uma decisão judicial nesse sentido, tanto do Sr. Fabio quanto do CEO anterior e dos demais dirigentes da Vale. É necessário, mas não é o bastante pedir o bloqueio de bens da Vale. A Vale é uma pessoa jurídica e fica, assim, num grau de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

abstração. Daqui a pouco, não pode, não é aceitável que prevaleça a tese de acidente, calamidade, "foi um acaso". Não é aceitável que essa tese possa proceder.

Então, já antecipo a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que iremos encaminhar os dois requerimentos para imediata liberação na próxima sessão deliberativa.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Agradeço a V. Exa.

Encaminhando para o encerramento – V. Exa. terá o tempo para responder, terá a réplica, se necessário –, queria fazer aqui algumas considerações.

Ao longo de muitos anos de vida pública, no oitavo mandato, nós já nos deparamos com muitas coisas que nos chocaram e nos comoveram. Mas eu ouvi uma coisa, Sr. Senador Randolfe, aqui, ouvi uma resposta, a única que talvez tenha lincado com o que vou falar aqui. Foi perguntado sobre se deveriam ser incriminadas as pessoas responsáveis, ao que o senhor respondeu: "Não só pode como deve".

O que acontece na vida pública, e eu faço parte dela, já fui presa política, já tive que sofrer com ditaduras, que hoje parece que não são mais ditaduras; com torturas, que hoje parece que não são mais torturas... É torturante para quem tem compromisso público vivenciar... Eu tentei fazer a CPI de Mariana, colhi as assinaturas, mas não consegui que os partidos indicassem seus membros, Juíza Selma. Sempre, na vida pública, que se encontra com os interesses da vida privada, muitas vezes importantes...

Como o Senador Wellington disse: quem quer que a Vale acabe? Nós não queremos que a Vale acabe, queremos que mude tudo o que foi feito até agora e que culminou nessa tragédia que está aí, a maior tragédia que já vivemos aqui no País, e com ameaça de outras subsequentes. Quem leu as manchetes, quem está vendo as notícias sabe: alerta aqui, tira famílias dali... Isso tem consequências para todos. Mas, no procedimento que sustenta essa política de ganhos incomensuráveis, de lucros, e na escala de tudo o que acontece, vamos encontrar também o apoio cego dos políticos – "Vamos ajudar, porque é uma empresa." Aquele que libera a licença na prefeitura, lá do setor do meio ambiente: " Isso é bom para o nosso Município. O Município vai arrecadar mais. Olha, vamos fazendo conta aqui. Quanto mais rápido sair a licença, mais podemos ajudar o Município". E ajudamos. Aí, a Câmara vota, o licenciador se omite, não tem curiosidade de saber, não tem pertinência técnica para perguntar, e nós estamos aqui hoje.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O Estado abre mão da fiscalização...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O Estado abre mão, e hoje se procuram os responsáveis.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz uma lista de perguntas... Eu não quero fazê-las, porque me senti contemplada com todas. Mas volto à pergunta que eu fiz ao Sr. Fabio, que, hoje, está colocado neste cenário como responsável, pela quadra que lhe coube, pelo que herdou de responsabilidades para continuar administrando a Vale. Quem é que pode ser condenado nesse processo? Ele e mais quem?

Eu fiz uma pergunta aqui... Se ele não pode nos dizer o nome, nós teremos que virar detetives, Senador Randolfe. Quem contratou esse especialista? Quem aceitou o laudo? O laudo teve efeito sobre as ações imediatas que a empresa adotou? Nenhuma delas pode ser com venda nos olhos. Tudo o que o meu assessor entrega dentro da minha sala eu leio. Quando peço à assessoria para produzir relatórios, nenhum eu assino sem ler, e o que eu não sei, vou de volta à Constituição, que eu ajudei a escrever, e procuro lá a sustentação para o que eu estou propondo.

Eu não sei que mais posso falar, não sei dizer. Não é – vou discordar um pouco do Senador Randolfe – um cenário inútil o que nós estamos fazendo. Não faremos um cenário. Não faremos apenas a construção de um debate, de um depoimento, tanto que transformamos daqui para a frente: todos os convocados serão testemunhas. Podem ficar calados, há um ponto de convergência nisso, e a história colocará a funcionar: é que quem falar e não falar a verdade... Nós estamos trabalhando junto com a Justiça também, a Justiça está aqui representada.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

E quem vier aqui como testemunha terá que falar a verdade. Pode não falar, pode não querer produzir provas contra si mesmo; não vai falar, mas, se falar, terá que falar a verdade.

E, na construção histórica do que acontece hoje, Senador Carlos, nós temos que dar a nossa contribuição efetiva para que não se repitam comportamentos omissos, inconsequentes, irresponsáveis, e que todo mundo, no silêncio da sua proteção, possa ocultar esses nomes. Quem contratou os especialistas? Esses laudos foram sob a responsabilidade de quem? Quem, na palavra final, disse que aquele laudo estava correto? O que levou o senhor, inclusive, a fazer um pronunciamento dizendo: "Até que isso foi um exemplo..." O exemplo foi a tragédia. Alguém mentiu na cadeia de propósito, agiu criminosamente e o levou a essa situação, como também levaram as vidas das pessoas.

O que eu posso dizer? Eu não posso dizer mais nada. Eu tenho que dizer que esse desastre não foi fatalidade, e terão que existir os culpados. Somente quando apontados os culpados, somente quando houver punições, o comportamento pode mudar. Não vai ser no recôndito da prefeitura, não vai ser no Plenário omissos da Câmara, não vai ser no parecer técnico irresponsável; vai ser da responsabilidade de todos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, nós estamos elaborando um rol de propostas, Senadora Selma, Wellington Fagundes, Randolfe, de leis disciplinadoras que agora apontem como é que funciona essa sucessão de responsabilidades, responsabilidades assinadas, e que terão também a capacidade de serem criminalizadas se omissas ou fatalmente irresponsáveis.

Então, eu só acrescentaria uma pergunta.

O senhor não disse nomes, mas nós conhecemos o organograma funcional da Vale. Vamos até lá. Várias estão sendo convocadas, inclusive a senhora acrescentou um nome, mas, o procedimento investigatório, esta CPI terá, e vamos proceder a isso de forma imediata.

Então, quem contratou? Sob a ingerência de quem estão os atos que levaram a sua afirmação e aos procedimentos de libertação do funcionamento das barragens? Tudo isso: quem contratou esses especialistas e quem avaliou o laudo dos especialistas que originou a autorização de funcionamento e construção dessas barragens?

Com a pergunta do Otto, eu fiquei emocionada. Ele perguntou: "Quem mandou? Quem autorizou construir?" Ninguém sabe. Por que ninguém sabe? Estava lá a barragem, ali na frente dos olhos. Será que alguém pensou que seria mais barato fazer ali aquela construção do refeitório e da administração? Não pensou que poderia acontecer um acidente, que aquela barragem podia não ser dimensionada em um montante e poderia ser muito maior, e que poderia minar a água debaixo da barragem? Como é que se faz... Eu esqueço até o nome. São aquelas tubulações flutuando em cima de tambores para fazer a medição de infiltração de água. Não tinha um técnico para medir? Até eu, se fosse lá, com meu conhecimento embrionário, saberia dizer se estaria desestabilizando ou não a barragem, com o acontecimento de as águas que ali se alojavam no terreno e que, na verdade, a barragem já estava quase flutuando. Então, bastava um sopro e ela viria abaixo.

Nós estamos vivendo agora três prováveis – pelos alertas já emitidos – acontecimentos em relação a essas tragédias, subsequentes a essas tragédias. Então, eu queria dizer que não vai ser em vão. Eu não sei dizer outra palavra... É meu compromisso de vida. Não estou aqui dedicando tempo para nenhum holofote desta Casa, que, aliás, não procuro, mas vou dedicar todo o tempo que tivermos aqui, Senador Wellington, com o Relator que nós temos, para que a gente passa pensar na continuidade da Vale forte, restabelecida, mas com paradigmas extremamente honestos, comprometidos e responsáveis, para que nós não sustentemos o progresso a qualquer preço.

A repactuação da Vale agora vale bilhões de reais. Adoro o projeto de construção de ferrovias. Estamos atrasados 50 anos nesse processo. Mas, de qualquer jeito, este País não pode continuar. De qualquer jeito, não pode! Nós estamos falando, e o senhor citou bem, quanto a Vale vai ter de lucro com todos esses procedimentos, com todos esses investimentos. Muito bem. O Minha Casa, Minha Vida está parado, os hospitais não funcionam, a insegurança está no País. Há dois países: um em que a gente



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

sonha ter investimentos e outro que acontece socialmente, onde uma empresa desse tamanho, dessa envergadura, com tantas perspectivas de crescimento, não consegue responder quem matou aquelas pessoas, pelos pareceres indignos, irresponsáveis, pela omissão.

Se não têm nome... Acredito que eles terão; até o final da CPI, terão todos esses nomes, em trabalho conjunto com a Justiça, para que a gente possa mostrá-los publicamente.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Foi a fidelidade canina que não deixou declinar nomes. Essa fidelidade tem um custo. Provavelmente esse custo está sendo bancado a peso de ouro pela própria Vale. Mas, Senadora, essa investigação, assim como tantas outras, se assemelha a um quebra-cabeças. Nós vamos juntando as pecinhas e vamos chegar lá. Podem ter certeza, vamos trabalhar muito duro para isso.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Muito duro!

Eu gostaria de conceder a palavra a V. Sa. para responder todas as intervenções.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Relator, ele pede para se ausentar para um remédio. Enquanto isso, continuamos. O senhor pode sair com certeza.

Pois não, Relator.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Deixa ele voltar que eu faço um complemento.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Alguma observação sobre o calendário?

Enquanto isso, eu quero submeter algo aqui. Vou consultar o Plenário se podemos estender a decisão que tomamos há pouco, de transformar em testemunhas a convocação das pessoas que estão nos requerimentos, constante do Requerimento 29 do Senador Randolfe, 30 e 31, da Senadora Juíza Selma.

Se todos estiverem de acordo, estende-se a proposta dela para que também seja colocada no rol de testemunha,

Todos de acordo? (*Pausa.*)

Aprovado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Como nós estamos aqui praticamente num intervalo, mas está sendo gravado, eu gostaria que o Relator já pudesse também ir fazendo uma análise para o Brasil da condução... Como o Relator já está analisando até agora? Porque as pessoas que estão nos assistindo estão dizendo: "E aí? O que vai acontecer? Qual é o papel da CPI?" O que o Relator pode conduzir... É claro que ele não vai antecipar nada. Eu estou dizendo é em termos políticos, sociais, lá para as pessoas que estão nos assistindo. Eu acho que o Relator, por sua competência e por ser de Minas Gerais, pode, talvez para a gente aproveitar o tempo, deixar uma mensagem para todos os brasileiros aqui, de fé, de expectativa, de que esta CPI será uma CPI que não vai ser, como dizem, uma CPI da pizza, será uma CPI principalmente da justiça.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não, Senador Wellington.

Enquanto nós aguardamos o retorno do Sr. Fabio Schvartsman, que está fazendo o procedimento de saúde dele, é bom que a gente mais uma vez esclareça todas as pessoas que nos assistem quanto aos passos que a CPI dará.

O primeiro deles, ouvido agora o Presidente, constatando exatamente que a empresa tem um grande, mas um grande planejamento para que todas as informações, inclusive internas, não sejam publicizadas. Está muito claro que há toda uma estrutura voltada para que a questão seja apenas processual e que, na Justiça, se consigam fazer as postergações que nós tivemos já desde Mariana, o que inclui todas as condenações, a imputação de culpados e a questão das indenizações.

Nós estamos trabalhando muito proximamente com a força-tarefa em Minas Gerais, que já está num estado bem adiantado. O inquérito já está em fase final inclusive, num trabalho que preciso aqui elogiar do Ministério Público Federal, do Ministério Público estadual de Minas Gerais, da Polícia Federal, da Polícia Civil, que estão demonstrando uma competência muito grande, já, inclusive, com a Promotora Lanchotti, que está desde Mariana nesse trabalho de investigação.

Outro ponto importante é que nós, aqui no Senado, temos o objetivo claro de não deixar que isso aconteça novamente, que crimes como o que nós tivemos em Mariana e agora em Brumadinho – na minha visão tudo aponta para isso – se repitam em nosso País e se repitam fora do meu Estado de Minas Gerais. Que o Pará e o Amapá não tenham mais que conviver com os riscos em relação à mineração.

Nós vamos juntando, ao longo do trabalho da CPI, todos os processos que estão nesta Casa para serem analisados com relação à segurança de barragens, com relação ao futuro da mineração, para que possamos contribuir com aquilo que entendemos como falha. A empresa agiu, segundo ela mesma, de acordo com a legislação que era pertinente; ou seja, a legislação está sendo usada como um escudo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós precisamos entender onde a legislação falhou, onde estão as falhas na fiscalização e no acompanhamento de um setor que é importante para todos nós e que gera naturalmente empregos, gera renda, mas que não pode mais continuar ameaçando as vidas dos próprios funcionários, muito menos tirando o sono de milhares de pessoas, como tem acontecido em nosso País. Então, é urgente que nós, Senadores, discutamos o futuro desse arcabouço legal – e isso está sendo feito – para que novas regulações sejam colocadas.

Posso dizer claramente – já expus aqui ao Sr. Fabio Schvartsman – que os estudos que nós temos até agora já indicam que nós devemos retomar o controle, a capacidade do Estado de fiscalizar e de regular, principalmente no quesito de não permitir mais barragens de rejeitos, em qualquer hipótese.

As barragens de rejeitos em nosso País já tiveram um período de utilização quando as comunidades não moravam no entorno das barragens, quando nós não tínhamos o adensamento urbano no entorno delas. No entanto, hoje as barragens colocam em risco a vida de milhares de pessoas. Então, nós não podemos permitir que isso continue. As barragens têm de ser descomissionadas no menor prazo possível, o que também é outra operação de risco.

Para o futuro da mineração, nós temos de deixar muito claro que não aceitaremos mais a utilização de água ou, no mínimo, a reciclagem completa da água e o trabalho a seco. Esse, sim, será o futuro de uma mineração que, nós esperamos, será sem riscos para o nosso País.

Outro ponto importante que nós pretendemos com a CPI é fazermos uma proposição, claramente, sobre os recursos dessa riqueza, que é uma riqueza coletiva, mas que, até o momento, se restringe a uma CFEM que, a meu ver, tem uma alíquota muito pequena e uma riqueza muito mal distribuída. As empresas, as mineradoras, ficam com o lucro, mas o dano ambiental, o prejuízo, esse, em boa parte, está em relação ao Estado.

Tomo como exemplo a questão dos Municípios. Minas Gerais tem perto de 250 Municípios que têm alguma ligação ou dependência direta com a mineração. Quando uma situação como essa, um desastre, acontece, esses Municípios ficam à mercê. Mariana é um bom exemplo, Senador Wellington: as multas que o Estado de Minas Gerais recolheu de Mariana não foram usadas em Mariana. A cidade viveu um problema gravíssimo – e vive até hoje – de não reinvestimento daquilo que foi arrecadado.

Então, nós já temos um projeto, que foi aprovado na Comissão de Infraestrutura, está na Câmara – o Senador Randolfe lembrou bem –, em que nós obrigamos as mineradoras a continuarem com a contribuição dos impostos, ainda que em situação de não funcionamento da mina. Isso porque a responsabilidade sobre desastres é da empresa, ela assumiu o risco do negócio. Então, o Município e o Estado não podem ficar reféns de um desastre como esse, por uma irresponsabilidade completa na gestão de risco, e verem depois deixarem o Município. Isso está lá para ser aprovado. São pontos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importantes, nós entendemos, para o futuro da mineração, bem como as multas que estão sendo ampliadas em seus valores.

Vejam bem, nós criamos – e aqui digo "nós" porque hoje faço parte do Parlamento, em meu primeiro mandato, não era político até o final do ano passado – uma Agência Nacional de Mineração para substituir o DNPM, mas criamos uma agência sem capacidade de fiscalização. A agência não pode contratar empresas terceirizadas que tenham ou detenham uma tecnologia que permita mais segurança. A agência teve as mãos amarradas, ela só pode produzir laudos com os próprios funcionários – são dois, em Minas Gerais, especialistas em barragens. A agência só pode multar até mil e poucos reais, é a multa da agência quando percebe algum erro. Ou seja, nós tivemos aqui um erro grave, que precisa ser corrigido, com relação à Agência Nacional de Mineração, que, tenho certeza, vai desenvolver um grande papel, mas hoje não tem a menor estrutura de funcionamento.

Esta CPI tem – a Senador Rose sabe disso – a obrigação de encaminhar ao Executivo, inclusive, a reestruturação da Agência Nacional de Mineração, que precisa cumprir o papel dela para garantir a tranquilidade das pessoas e do próprio setor, que é importante para o País, ninguém deixa de reconhecer isso. O Diretor-Geral da ANM está também convidado a participar, já confirmou a participação conosco.

A ANM está colocando um dos técnicos à disposição da CPI para que a gente possa elaborar todos os relatórios técnicos. Que o relatório aponte quem são os responsáveis, dê respostas às pessoas sobre o que aconteceu e, principalmente, que não se permita que, no futuro, volte a acontecer. Isso é o principal. Nós não aprendemos com Mariana, nós não aprendemos com 19 pessoas mortas. O resultado é que, agora, temos 310 mortos. E se nós não nos cuidarmos, daqui a pouco, vamos ter 2 mil, 3 mil mortes em relação à mineração, que precisa ser retomada.

Quero aqui, Sra. Presidente, com a volta do Sr. Schvartsman, só lembrar, Sr. Schvartsman, em primeiro lugar, o respeito que temos pelo senhor, mas dizer do desapontamento em relação ao seu posicionamento com as informações. Aqui vou dar um último dado que mostra claramente que há, infelizmente, entre o que o senhor disse a esta Comissão, as informações que o senhor trouxe, e a prática uma diferença muito grande.

O senhor, em 2017, juntou a Vale, colocou a Vale num dos comitês internacionais mais importantes para a segurança da mineração no mundo: International Council on Mining and Metals. O senhor está lembrado disso? O senhor juntou! Está lá o senhor como representante da Vale num comitê internacional que é um dos mais respeitados. E lá, como prática para fazer parte desse conselho, está que todas as boas práticas de segurança com relação à segurança de rejeitos devem ser feitas sem filtro e diretamente ligadas ao senhor e aos diretores da empresa. Esse grupo que responde aos seus acionistas internacionais, que são os que são consultados para os investimentos ou não da Vale, e o senhor era o responsável, coloca claramente aqui que a sua participação está diretamente ligada a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecer as boas práticas da empresa nos relatórios sem filtro. Então, o senhor aqui, nesse conselho internacional, assumiu o compromisso de que conhecia tudo o que estava acontecendo.

O que nós esperávamos aqui, disseram bem todos, é que o senhor, nesta CPI, com a liberdade que nós lhe demos, com o respeito com que foi tratado, nos trouxesse um posicionamento que corrigisse a sua história, que dissesse claramente: "Olha, eu não tinha os dados corretos. A empresa não apresentou. Houve uma falha nesse ponto, na gestão disso, e eu não fui responsável." Mas o senhor assumiu toda a responsabilidade dizendo: "Não sabia, na empresa não havia sinais". Não é possível isso. Tanto não é possível, e aqui não estou fazendo... Estou apenas relatando, atendo-me às informações que o senhor mesmo tem na sua empresa.

A Vale recebeu uma ISO 14001. A ISO é uma das certificações mais importantes e mais confiáveis do mundo, na gestão de empresas, para os investidores. Porque o investidor que está lá nos Estados Unidos, na Alemanha, os fundos de pensão acreditam nos documentos, nos certificados. A ISO 14001, que inclusive o Córrego do Feijão tinha, diz que auditorias externas – auditorias externas, está aqui numa das regras do certificado – devem ser executadas pelo Comitê de Auditores ligado diretamente ao Conselho de Administração.

Então, não há como – não há como! – nós, durante um período como esse, entre Mariana e Brumadinho, em que investidores... Ou os investidores internacionais foram sustentados com informações incorretas, ou nós tivemos aqui, de fato, uma informação... O senhor está dizendo que não sabia, que não havia nenhum apontamento. Os próprios investidores da Vale foram enganados, assim como nós também, brasileiros, temos sido enganados com os relatórios de segurança das barragens.

Então, minha consideração aqui é de que eu gostaria muito de que o senhor tivesse colaborado mais para que a gente pudesse, no âmbito desta CPI, criar políticas públicas legais, um novo arcabouço legal, volto a dizer, para que no futuro novas pessoas não percam a vida num setor como a mineração, do qual nós dependemos tanto para a geração de riqueza ainda em Minas Gerais.

Queira Deus que no futuro a gente possa virar isso, que a gente possa reduzir essa dependência para que a gente não possa mais... Porque hoje, senhores, a empresa vai à Prefeitura lá de Brumadinho, adianta 20 milhões da contribuição financeira, e a Prefeitura se cala. O sindicato das pessoas que morreram, que deveria ser o primeiro, inclusive, a estar aqui conosco, gritando pela morte de 300 pessoas, de 300 ligados ao sindicato, os sindicatos estão calados. Há alguém aqui do sindicato dos mineradores? Alguém do sindicato da mineração veio aqui reclamar as 300 vidas que nós perdemos lá em Brumadinho? Sabem porquê? São dadas as garantias de emprego aos que estão lá... Omissão, silêncio. O próprio Governo do Estado, na crise financeira em que nós estamos, se rende a essa chantagem de que se a Vale não receber apoio a situação vai ficar mais grave. Por quê? O próprio Governo do Estado já fala em acidente. Não foi acidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O que nós temos que definir aqui é de quem é a responsabilidade. E nós temos um compromisso firme, mas muito, muito firme desta CPI em dar uma resposta à sociedade brasileira sobre o que aconteceu, e não deixar acontecer de novo. Porque se nós não aprendermos com Brumadinho – ouçam bem o que estou falando, e, queira a Deus, eu peço a Deus que isso nunca aconteça –, se nós não aprendermos com Brumadinho, como nós não aprendemos com Mariana, se nós, como Parlamentares, não fizermos o nosso trabalho, que é o de regular o setor e fiscalizar, nós vamos matar duas mil e muito mais.

Por isso a importância do nosso trabalho aqui.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Passo a palavra ao Sr. Fábio Schvartsman para que possa responder a todas essas perguntas em bloco.

O SR. FÁBIO SCHVARTSMAN – Pois não. Inicialmente, a respeito de documentos que foram entregues à força-tarefa. A Vale, espontaneamente, entregou todos os e-mails da companhia à força-tarefa, de todos aqueles que a força-tarefa indicou necessários, independentemente de qualquer solicitação judicial. A Vale entregou todos os documentos: atas de reunião, atas de reunião de conselho, de diretoria, tudo aquilo que pudesse ser útil para a investigação em curso, bem com todos os documentos internos que foram solicitados sem absolutamente nenhuma censura.

Com relação ao efeito do rompimento da barragem. Não se trata de subestimar ou não o efeito. Na verdade, não existiam – eu disse na minha exposição – informações que tenham chegado aos altos escalões da companhia sobre qualquer risco ou qualquer problema dessas barragens. Todas elas possuíam laudo de estabilidade, todas as declarações eram de que as barragens estavam estáveis.

Com relação ao plano de segurança de barragem, a parte de barragens propriamente dita é trabalhada diretamente pela área técnica da companhia. Existe, sim, uma análise de risco que é feita a nível de comitê de risco, que procura observar todos os riscos da companhia, inclusive o de barragens. Os senhores imaginem que a Vale, sendo uma empresa muito grande, ela, além de barragens, tem trens, tem trens de passageiros, tem navios, tem portos, tem minas. Então, ela tem problemas de risco em diversos locais, tem operações industriais inclusive.

Com relação ao compromisso social, a Vale manteve integralmente o seu compromisso social e, na realidade, esse transporte de passageiros por trem, tanto na ferrovia Carajás/São Luís, quanto na ferrovia Vitória/Minas, é reputado como um serviço de altíssima qualidade, serviço de interesse público que é prestado pela Vale, e isso faz parte daqueles compromissos assumidos no passado e que continuam.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Continuam os de ônibus, não é?

O SR. FÁBIO SCHVARTSMAN – Não, não; continuam. Continuam com os trens. Os trens de passageiro continuam existindo regularmente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Então... Mas houve essa paralisação uma época?

O SR. FÁBIO SCHVARTSMAN – Não, continuam funcionando regularmente.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Isso não é relevante, se é de trem ou de ônibus, não. Eu só citei...

O SR. FÁBIO SCHVARTSMAN – Não, é trem mesmo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – ... apenas para saber o compromisso social. E aproveitando isso, o senhor poderia dar os dados aí? Quantos por cento do faturamento da Vale ela aplica na compensação social?

O SR. FÁBIO SCHVARTSMAN – Deixa eu ver se eu tenho a informação numérica aqui comigo. Um instante só. (*Pausa.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sra. Presidente, enquanto ele procura, é porque em todas as afirmativas que se fazem em relação ao transporte de cargas ferroviário afirma-se a incompatibilidade com o transporte de passageiros. Esse é apenas um dado que não é muito da CPI, mas que é relevante. Só porque quando se vai discutir logística – eu já no passado discuti muito isso...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim, está bem...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – ... por que não aproveitar?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Enquanto ele está procurando ali... Já encontrou?

O SR. FÁBIO SCHVARTSMAN – Encontrei...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Por que se nós anteciparmos os contratos, como o Governo Federal está propondo, nós vamos matar o transporte de passageiros por trem no Brasil por mais trinta anos.

O SR. FÁBIO SCHVARTSMAN – Bem, com relação à responsabilidade social e ambiental, as informações que eu tenho aqui comigo são de que a Vale tem um total de 8,5 mil quilômetros





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quadrados de florestas nativas que a Vale ajuda a proteger no Brasil. Ela dispendeu, melhor dizendo, investiu, entre 2012 e 2017, R\$9,5 bilhões destinados a projetos socioambientais e culturais. Tem 52 projetos sociais e culturais em 65 Municípios brasileiros e eles são apoiados por meio da Fundação Vale.

Essa resposta é suficiente, Senador? (*Pausa.*)

Com relação à concorrência pela Norte-Sul, eu só queria fazer um pequeno ajuste. Na verdade, as duas empresas que estão concorrendo nesse leilão são a VLI e a Rumo. Ou seja... E a Vale é uma acionista da VLI, a Vale possui aproximadamente 40% do capital da VLI e outros sócios têm a diferença, principalmente a Mitsui, que acho que...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Olha, eu não queria polemizar isso, mas é claro que, nessa ferrovia, o maior interessado é a Vale, em função de outras ferrovias que ela já tem, da interligação. Mas não quero polemizar nisso, não, porque eu acho que é bom para o Brasil...

O SR. FÁBIO SCHVARTSMAN – Eu não estou...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – ... desde que, como o Relator, a gente tenha também o cuidado com o aspecto social. Então, essa discussão, não vamos aqui...

O SR. FÁBIO SCHVARTSMAN – O senhor tem razão. É de interesse da Vale.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Eu gostaria que os russos tivessem participado também dessa licitação, gostaria que ela fosse mais aberta, mas aí já é outra discussão, em um outro momento. Mas eu entendo que é melhor que se faça a operação, que se faça a licitação, do que ficarem essas ferrovias aí subutilizadas. No Brasil foi investido muito dinheiro, principalmente na Norte-Sul, aproximadamente R\$9 bilhões, e ela ficar subutilizada quem perde é o Brasil.

Agora, é claro que o ideal seria que toda licitação tivesse todo o cuidado, toda a competência de uma melhor exploração possível. Mas não é o foco, não quero aqui tirar o foco, não.

O SR. FÁBIO SCHVARTSMAN – Foi-me perguntado também como é que eu durmo à noite, como é a minha questão de consciência. Eu queria dizer aos senhores que é impossível, como ser humano, não estar completamente abalado pelo o que aconteceu, e passando por graves dificuldades pessoais, sofrendo muito com as consequências do acidente. Consequentemente, meu sono à noite obviamente é bastante prejudicado, isso apesar do fato de eu ter a consciência tranquila de ter feito o meu trabalho da melhor maneira possível. Quer dizer, eu procurei usar as minhas habilidades da mesma forma possível para fazer o melhor trabalho possível.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à frase "Mariana nunca mais", eu gostaria de insistir mais uma vez que isso aqui foi uma diretriz, uma diretriz dada para toda a companhia e que ensejou, da minha parte, ações práticas como, por exemplo, trazer um executivo para a companhia que teve como sua primeira tarefa verificar o estado da governança de barragens da companhia e adicionalmente despende recursos de investimentos em barragens – os investimentos em barragens cresceram substancialmente ao longo do meu período –, em segurança de barragens. Adicionalmente, foi feita toda uma reformulação do sistema de controle de riscos, inclusive com a contratação da Deloitte, que fez um trabalho amplo de remontagem de toda uma área de riscos, criando comitês permanentes de risco dentro da companhia. Então, não só houve uma diretriz, como houve um conjunto de ações práticas nessa direção.

Com relação a ICMM, com relação a ISO 14000, a auditorias externas, senhores, no que eu venho batendo o tempo todo é que, assim como esses órgãos acreditam em documentos, nós acreditamos em documentos também, documentos que nos são enviados e que vêm atestando que tudo vinha sendo feito de acordo com a melhor prática. Nós não podemos, na realidade, fazer um juízo de que naqueles documentos que nos foram enviados sucessivamente poderiam cometer erros básicos como, por exemplo, atestar a estabilidade de uma barragem que, no fim, não estava estável.

Então, acho que isso completa o conjunto das minhas respostas.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Considero encerrada a parte de perguntas, indagações e considerações.

Agradecemos a presença do Sr. Fábio.

Gostaríamos de convocar...

Na próxima sessão estão convocados Makoto Namba, Alexandre Campanha, André Yassuda e, pela Tractebel, a Sra. Ana Lúcia Yoda. Vai ser um depoimento e uma acareação. E será quarta-feira, neste mesmo plenário, às 10h.

Está encerrada a presente reunião da CPI.

(Iniciada às 9 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 28 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO DA CPI DE BRUMADINHO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às dez horas e trinta e oito minutos do dia três de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Rose de Freitas e Jorge Kajuru, reúne-se a CPI de Brumadinho com a presença dos Senadores Antonio Anastasia, Juíza Selma, Dário Berger, Randolfe Rodrigues, Leila Barros, Jaques Wagner, Wellington Fagundes, Carlos Viana, Otto Alencar, Paulo Paim, Eliziane Gama, Marcos do Val, Jayme Campos, Izalci Lucas e Telmário Mota. Deixa de comparecer o Senador Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva. Finalidade:** Oitiva. Oitiva do MAKOTO NAMBA, Auditor da TÜV SÜD Brasil, em atendimento ao requerimento 11/2019; do ALEXANDRE CAMPANHA, Gerente Geotecnia Corporativa da Vale, em atendimento ao requerimento 18/2019; do ANDRÉ JUM YASSUDA, Auditor da TÜV SÜD Brasil, em atendimento ao requerimento 13/2019; do ANA LÚCIA MOREIRA YODA, Engenheira Civil da Tractebel Engineering Ltda, em atendimento ao requerimento 31/2019. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Rose de Freitas

Presidente da CPI de Brumadinho

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/03>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

(Texto com revisão.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Bom dia a todos.

Eu declaro aberta, pedindo a compreensão dos nossos assessores, a nossa terceira reunião da nossa CPI das barragens e de Brumadinho e declaro que, havendo número regimental, a 4ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito está aberta, criada pelo Requerimento do Senado nº 21, de 2019, para apurar as causas do rompimento da barragem na Mina Córrego do Feijão, da empresa de mineração Vale em Brumadinho e demais barragens.

Antes de iniciarmos, eu quero registrar que nós temos duas Atas, da 2ª e 3ª Reuniões.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Para cumprir a exigência de praxe.

E, conforme convocação, Sr. Relator, a presente reunião destina-se à coleta de depoimentos dos Srs. Makoto Mamba, auditor da TÜV SÜD no Brasil; Alexandre Campanha, Gerente de Geotecnia Corporativa da Vale; a Sra. Ana Lúcia Moreira Yoda, engenheira civil da empresa Tractebel; André Jum Yassuda, auditor da TÜV SÜD no Brasil.

No transcorrer do depoimento, eu quero declarar que serão obedecidas as seguintes normas: a palavra será concedida aos Senadores inscritos na ordem de inscrição, com preferência para o Relator, o Presidente e os autores do requerimento.

Quanto ao tempo da fala, cada Senador disporá de até cinco minutos para fazer os questionamentos, e o depoente, agora testemunha, terá cinco minutos para a sua resposta.

Antes de iniciarmos as oitivas, eu queria comunicar ao Plenário que já é possível realizar o cadastro para acesso aos documentos sigilosos da CPI. Cada Senador poderá indicar um assessor para acessar os documentos mediante memorando dirigido à Secretaria. Eu solicito à Secretaria da CPI que proceda ao cadastro dos Senadores, dos assessores por eles indicados.

Eu quero, então, Secretaria, que conduza à Mesa o Sr. Makoto Mamba, auditor da TÜV SÜD. Antes de iniciarmos o depoimento do Sr. Makoto, eu informo ao depoente, agora na condição de testemunha, e ao Plenário que recebemos a decisão proferida nos autos do Habeas Corpus 169.595 em seu favor, a favor do depoente, que assegura o seu direito de permanecer em silêncio, de ser assistido





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por advogado, de não ser submetido ao compromisso de falar a verdade ou subscrever termo com esse conteúdo e de não sofrer constrangimento decorrente do exercício desses direitos.

Então, convido a Secretaria para que faça a introdução à Mesa do Sr. Makoto Mamba. *(Pausa.)*

Eu queria, antes de passar a palavra, pela ordem regimental, ao depoente que aqui se encontra, eu queria, sem tecer comentário sobre a decisão do STF, dizer que este trabalho nós entendemos, e o nosso Relator Senador Carlos Viana também, que é uma árdua tarefa; é como extrair leite de pedra. Todos querem prevalecer nos seus direitos, o que é lógico, e procuram recorrer dos expedientes necessários para isso, mas o que nós vivemos foi uma tragédia nacional. E o propósito desta Comissão é aprofundar o mais que puder, ir aonde puder chegar para que essa tragédia seja apurada com todas as suas responsabilidades, e que ela seja colocada como um desejo da população brasileira.

Inicialmente, eu tenho que conceder a palavra, Sr. Relator, ao depoente, que aqui se encontra, pelo prazo de cinco minutos. Antes de proceder à ordem das perguntas, terá a palavra o Relator.

Eu concedo, então, a palavra ao Sr. Makoto Namba, auditor da TÜV SÜD, por cinco minutos.

O SR. MAKOTO NAMBA – Excelência, por orientação do meu advogado, eu vou permanecer em silêncio.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – V. Sa. tem todo o direito de o fazer e está resguardado pelo expediente do *habeas corpus* concedido pelo STF. Só quero dizer ao Plenário, e o nosso Relator também sabe disso, que existem outras formas. É muito importante o seu depoimento, a sua fala, o seu esclarecimento, mas nós teremos outras maneiras, evidentemente no processo investigatório, de, através de *e-mail*, registros telefônicos, de todo o entorno que norteia o trabalho técnico exercido por V. Sa., de obter as informações. Mas respeitamos e acatamos a decisão que o advogado de V. Sa. acunhou no STF.

Concedo a palavra, então, ao Senador Carlos Viana, como Relator, para que ele possa não deixar jamais de exercitar o seu direito, como Relator, de proferir as perguntas que o povo brasileiro, esta Casa e esta Comissão desejam que sejam feitas.

Com a palavra o nobre Relator, Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para interpelar depoente.) – Meu bom-dia a todos e a todas presentes. Obrigado pela gentileza, Senadora Rose.

Quero saudar a todos aqui neste nosso segundo encontro aberto da CPI que investiga a tragédia de Brumadinho e também se propõe a discutir em profundidade, com uma solução pelo menos definitiva, as barragens de rejeitos de minérios em nosso País, para que novas mortes, novas tragédias e novos crimes não aconteçam. Essa é a principal proposta desta CPI: dar transparência a tudo que tem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sido feito pela força-tarefa – hoje constituída pelo Ministério Público Federal, pelo Ministério Público Estadual, Polícia Federal e Polícia Civil –, que tem feito um grande trabalho na investigação em Minas Gerais, desde Mariana, inclusive. E agora nós queremos, como legisladores, como Parlamento, propor ao País soluções para que as questões das barragens sejam tratadas na seriedade devida, o que não aconteceu desde Mariana.

Eu saúdo a presença do Sr. Makoto Namba, por ter comparecido. Sobre a questão do *habeas corpus*, Sr. Makoto, a CPI sempre respeitou todos os preceitos, todos os direitos daqueles que vêm colaborar com o País. O que nós queremos aqui é dar uma resposta aos brasileiros sobre o que aconteceu no desastre, e agora já muito evidenciado, no crime de Brumadinho.

O senhor é um engenheiro cuja profissão, de 28 anos, é reconhecida pela seriedade, o senhor é um profissional muito respeitado na sua categoria e aqui o senhor não está numa delegacia de polícia, o senhor está diante do Parlamento, que representa o nosso povo. Seria muito bom que o senhor colaborasse para que o Brasil, os interesses da nossa Nação estivessem acima dos compromissos com qualquer empresa ou qualquer contrato de trabalho.

Eu faço essa colocação no sentido de que o senhor terá naturalmente respeitado o seu direito de ficar calado, mas as perguntas que eu farei para o senhor aqui estão todas embasadas na ação civil pública a que o senhor responde, juntamente com o seu colega André Yassuda, que levou, inclusive, o senhor à prisão já por duas vezes e que poderá levar a outras. Nós gostaríamos muito de que esta oportunidade fosse o momento em que o senhor, como engenheiro de 28 anos de carreira, pudesse esclarecer o que aconteceu, dentro da sua visão pessoal, dentro da sua visão profissional, e respondermos aos brasileiros o que aconteceu em Brumadinho, o que nós precisamos fazer para que não aconteça novamente.

Faço este apelo à consciência como um brasileiro: que o senhor não leve os contratos em primeiro lugar; que o senhor leve o sentimento nosso de querer fazer o País melhor aqui com o seu depoimento, com o trabalho desta CPI.

Eu vou começar, Sr. Makoto, com algumas questões técnicas que eu gostaria que o senhor confirmasse e que são fruto aqui do seu depoimento à Polícia Federal e também ao Ministério Público, como eu já lhe citei, na ação civil pública que corre lá em Minas Gerais.

Essas questões técnicas, para esclarecer, são sobre os fatores de segurança, sobre as medidas recomendadas pela TÜV SÜD para a Barragem B1, entre outras coisas. Todas serão endereçadas nesse depoimento.

Mas, antes, eu preciso mencionar uma questão que a imprensa divulgou como parte do seu depoimento à Polícia Federal e que, inclusive, provocou novas prisões preventivas depois da do senhor. A questão é se a empresa TÜV SÜD foi ou não pressionada a assinar um laudo de estabilidade, que é





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chamado tecnicamente de DCE (Declaração de Condição de Estabilidade) para a Barragem B1 da Mina de Córrego do Feijão.

Em depoimento – está lá nos autos –, o senhor disse que se sentiu pressionado por afirmações do Sr. Alexandre Campanha, Gerente Executivo da Vale, que estará conosco aqui também, está presente. O senhor mencionou também que Felipe Rocha, outro funcionário da Vale que também virá depor, teria tentado convencê-lo a assinar o laudo.

Então, Sr. Makoto Namba, eu gostaria que, dentro daquilo que nós já compactuamos aqui, ou pactuamos – perdoe-me –, o senhor respondesse à seguinte pergunta: o senhor confirma que se sentiu pressionado pela Vale a assinar o laudo?

O SR. MAKOTO NAMBA – Excelência, eu vou me manter em silêncio.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Quem foram as pessoas, e em quais circunstâncias, que pressionaram o senhor?

O SR. MAKOTO NAMBA – Eu vou me manter em silêncio.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Relator, permita-me?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não! Perfeitamente!

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Prazeroso companheiro e respeitoso Senador Carlos Viana, Relator desta CPI de Brumadinho, que tem a competente Senadora Rose de Freitas.

Desculpem-me o atraso, eu cheguei correndo, estava lá na CCJ. Aliás, aqui há um problema sério, eles marcam reuniões no mesmo horário: uma PEC importante para ser votada lá, e aqui, que é onde eu mais quero ficar, a CPI de Brumadinho, porque aqui se trata de um crime ambiental, aqui se trata de assassinato, na minha opinião, de vidas mortas, de vidas humanas, e elas estão sobrevoando muitos que virão aqui depor.

Eu só queria fazer uma observação rápida para não interromper a sequência de questionamentos do Relator Carlos Viana, senhoras e senhores brasileiros, meus únicos patrões. Sr. Makoto, permita-me, com toda a educação, diante do seu advogado: tenha certeza de algo, contribua com o nosso trabalho como brasileiro, ou então como ser humano, que eu tenho certeza de que o senhor é, e saiba de algo em que eu não sei se o Relator concorda comigo, o Relator Carlos Viana, não sei se a Presidente Rose de Freitas concorda comigo. Nós queremos aqui nesta CPI pegar tubarão, não é lambari. O senhor é lambari! Pode falar, pode responder. O senhor é um lambari. O nosso foco não é o senhor, o nosso foco é tubarão, e o senhor é lambari. Mas como lambari e como ser humano o senhor poderia ajudar muito respondendo às perguntas do Relator e desta CPI.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Saiba disso: o senhor é lambari! A gente não quer pegar o senhor, a gente quer pegar os tubarões desse crime ambiental, os verdadeiros assassinos.

Obrigado, Relator, desculpe-me pela interrupção.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sempre bem-vindo, Senador Kajuru.

E Sr. Namba, é bom colocar também que, semana passada, o Presidente da Vale esteve aqui, conversou conosco por quase quatro horas, e ele foi muito claro em colocar a responsabilidade toda e tão somente nos quadros de diretores e gerentes da Vale local e nas costas dos auditores. O Presidente da Vale foi muito claro em dizer que os laudos assinados pelos senhores é que levaram a toda uma série de tomada de decisões. Ou seja, ele imputa à sua pessoa, à sua empresa as decisões que levaram a toda essa tragédia, ou, pelo menos, as prevenções que não foram tomadas para que 310 pessoas – hoje o número que temos – não morressem nesse crime lá em Brumadinho.

Daqui, mais uma vez, coloco o senhor, como disse o Kajuru, como brasileiro, Sr. Namba. O senhor pode colaborar muito para que a gente entenda o que aconteceu, para que o senhor deixe muito clara a sua participação, a sua história como pessoa, como engenheiro, e que nós possamos tomar as decisões corretas para que nós não tenhamos mais uma tragédia como essa. A sua fala para nós é muito importante, a sua experiência para nós é muito importante para que a tomada de decisões aqui não seja como a tomada de decisões em Brumadinho, que leve a mais mortes.

O que nós queremos aqui é acertar. E nós sabemos que em toda essa história, o senhor, que estava lá como representante da TÜV SÜD, é, de fato, um dos pontos menores. O que nós queremos aqui é entender as responsabilidades de quem fatura bilhões e que, infelizmente, colocou o lucro acima da vida das pessoas dentro da empresa Vale, uma empresa que tomou conta do nosso País na questão da mineração, hoje é uma gigante, e que, infelizmente, não recebeu, por parte até mesmo do Legislativo e das autoridades, o controle e a regulação necessários para que as pessoas não morressem.

Esse é o ponto importante aqui: o senhor nos ajudar a criar uma legislação nova em que as empresas sejam muito bem-vindas, o lucro possa ser levado com tranquilidade para os negócios, mas que a vida das pessoas não seja colocada em risco, como foi. E o senhor é parte importante na elucidação dessa história, nessa questão de Brumadinho; o senhor é parte importante para que a gente possa caminhar daqui para a frente com mais firmeza.

E, como disse a Senadora Rose, ainda que o senhor se mantenha em silêncio, nós, na CPI, temos todas as suas declarações. Todas as vezes em que o senhor foi preso, tudo aquilo que o senhor falou para a polícia, tudo aquilo que o senhor contou aos promotores já está lá num processo criminal e cível contra a sua pessoa. O que nós estamos aqui é para que o senhor reescreva, ou pelo menos nos ajude a colocar essa história no lugar certo e entender qual foi a sua responsabilidade. Esse é o nosso apelo. O senhor está me ouvindo, Sr. Namba?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAKOTO NAMBA – Eu vou me manter em silêncio.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então vamos lá. Permita-me aqui, Senadora, vamos dar sequência.

Sr. Makoto Namba, a empresa TÜV SÜD foi responsável por fazer a revisão periódica da Barragem B1 em junho de 2018. A revisão periódica, explicando para quem está aqui ou nos assistindo, é uma análise mais detalhada que as inspeções regulares e, por isso, representa melhor a situação de segurança de uma barragem. Ou seja, é um estudo mais aprofundado.

Nessa revisão periódica, a TÜV SÜD teria detectado que o fator de segurança da Barragem B1 estava baixo e por isso teria recomendado algumas medidas de segurança, incluindo a instalação de drenos chamados de DHP (Drenos Horizontais Profundos.). A informação que temos é de que, durante a instalação dos drenos, houve um evento de fraturamento hidráulico, que colocou a barragem em risco. Resumindo: vazou água para dentro da barragem e, por isso, a instalação teria sido interrompida. O que era para melhorar, piorou a segurança.

Depois disso, a TÜV SÜD teria recomendado outra abordagem, baseada em poços de rebaixamento. Isso foi ainda em junho de 2018. Em setembro, quando a TÜV SÜD assinou a declaração de estabilidade, nada havia sido feito, ou seja, apesar de todas as recomendações que o senhor, como engenheiro experiente – proprietário de uma outra empresa que foi comprada, inclusive –, tudo o que o senhor falou não foi feito. Mas, ainda assim, o senhor assinou o laudo que acabou não permitindo a correção, e o rompimento da barragem está lá nos autos da ação pública.

Então eu pergunto: o senhor acha que a Vale foi negligente ao não implementar imediatamente as medidas que poderiam ter aumentado a segurança da Barragem B1?

O SR. MAKOTO NAMBA – Excelência, eu vou me manter em silêncio.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Por que a TÜV SÜD concordou em assinar o laudo de setembro de 2018, mesmo sabendo que todas as medidas sugeridas pelo senhor não foram implementadas?

O SR. MAKOTO NAMBA – Excelência, eu vou me manter em silêncio.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então vamos repetindo aqui.

Quando houve o episódio de fraturamento hidráulico, em junho de 2018, houve algum alerta vindo dos piezômetros, ou foram detectadas deformações na barragem por meio do radar?

O SR. MAKOTO NAMBA – Eu me mantenho em silêncio.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Por fim, a TÜV SÜD ou a Vale comunicaram o evento ao DNPM, que hoje é a Agência Nacional de Mineração?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAKOTO NAMBA – Vou me manter em silêncio.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito bem.

Sr. Makoto Namba, o senhor assinou a declaração de condição de estabilidade da Barragem B1 em setembro de 2018. Antes disso, a empresa Tractebel era a responsável por fazer a auditoria da barragem e assinar o laudo de estabilidade. A Tractebel fez isso em março de 2018 e, antes disso, em dezembro de 2017. Considerando que o laudo de estabilidade, nas palavras do próprio ex-Presidente da Vale, é pedra fundamental da segurança de barragens, vamos perguntar ao senhor o seguinte: o senhor conhece os motivos pelos quais a empresa Tractebel teria sido afastada e a TÜV SÜD contratada para auditar a Barragem B1 e assinar o laudo de estabilidade?

O SR. MAKOTO NAMBA – Excelência, vou me manter em silêncio.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Relator, rapidamente.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não, claro.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Que a sociedade brasileira esteja consciente agora do nosso trabalho aqui, Senador Wellington Fagundes, Presidente Rose de Freitas, todos presentes e ausentes nos vendo pelas mídias sociais e pela TV Senado.

Na verdade, Relator Carlos Viana, ele está em silêncio, porque ele não quer produzir provas contra si mesmo. Daqui a pouco, eu sei que V. Exa. vai fazer perguntas, pertinentes como estão sendo, mas chegando à questão das duas prisões dele.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Exatamente.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu quero saber. Se ele não responder – aí é uma questão de honra –, esta CPI, Presidente Rose de Freitas, tem o direito, e tem a obrigação, tendo poderes para tal, de incriminar este cidadão que está aqui na nossa frente, comportando-se dessa forma, não querendo produzir provas contra si próprio. Isso significa dizer que ele não é mais lambari, não. Eu retiro a minha palavra lambari. Nós estamos diante aqui de um tubarão, de um tubarão zaino, se é que ele sabe o que é o zaino.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Continuando aqui, Sr. Namba: o senhor chegou a discutir o fator de segurança da barragem B1 com alguém da Tractebel?

O SR. MAKOTO NAMBA – Excelência, eu vou me manter em silêncio.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor sabe quem da Vale mandou trocar a Tractebel pela TÜV SÜD?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAKOTO NAMBA – Eu vou me manter em silêncio.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Considerando que o senhor esteve num encontro de especialistas chamado PIESEM, que recomendou o fator de segurança mínimo de 1,3, porque o senhor não utilizou essa referência em suas análises? Ninguém da Vale o procurou para orientar sobre essa questão?

O SR. MAKOTO NAMBA – Excelência, eu vou me manter em silêncio.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Makoto, por tudo que já foi levantado pela força-tarefa, o senhor concordou em todos os aspectos ou, no mínimo, foi omissos com relação à responsabilidade de fazer um alerta em relação à barragem de Brumadinho. Isso aqui, de acordo com o que está nos autos, nos leva a crer que o senhor, recebendo uma condenação da Justiça, também é cúmplice na morte de 310 pessoas. Uma vez que o senhor detinha o conhecimento da sua profissão, uma vez que o senhor detinha todas as informações, uma vez que o senhor era capaz, inclusive, de barrar o laudo e impedir que a Vale desse continuidade nos negócios e, até o momento, se recusa a dizer por que não o fez, o senhor é responsável também por essas 310 mortes. O senhor, por favor, coloque isso na sua consciência, enquanto eu faço as perguntas, e pense nas 310 famílias que perderam pessoas ali por conta da omissão e da irresponsabilidade de uma empresa como a Vale, que está se baseando em laudos como os assinados pelo senhor e jogando nas suas costas e nas de seu companheiro as culpas todas. O senhor pense nisso. Nós temos 310 famílias que querem uma resposta, filhos que perderam pais, mães, mães que perderam filhos e filhas em Brumadinho. Eles querem saber o que aconteceu ali e querem de nós aqui no Senado, Senadora Rose, Senador Wellington, Senador Kajuru, aquilo que não foi feito lá em Mariana em 2015, aquilo que lá atrás esta Casa deveria ter feito juntamente com a Câmara dos Deputados, que era dar um basta nessa questão das barragens de rejeitos e nessa irresponsabilidade comprada com laudos pagos por milhões. Essa é que é a questão. Nós estamos falando aqui de milhões.

Agora, eu gostaria de saber, Sr. Namba, quanto de dinheiro vale para o senhor estragar 28 anos da sua história de engenheiro. Quanto vale isso? Quanto vale para o senhor, frente à sua família e às pessoas que nos assistem agora, estar em silêncio diante das acusações que estão sendo feitas pela própria Vale, que dá todos os detalhes? Quanto vale isso, Sr. Namba?

O SR. MAKOTO NAMBA – Excelência, eu vou me manter em silêncio.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito bem.

Sr. Makoto, outra questão...

(Intervenção fora do microfone.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não, vamos fazer as perguntas todas. Vamos fazer todas as perguntas. São perguntas que os brasileiros querem saber.

Outra questão que não ficou clara em relação às vistorias feitas pela TÜV SÜD na Barragem B1 é a questão de uma nascente de água a montante do reservatório – a montante, ou seja, na parte alta. Há uma nascente de água que acabava desaguando na barragem da Vale. Nós sabemos que água em barragem é um dos princípios básicos da instabilidade.

Essa nascente de água poderia estar contribuindo para o acúmulo lá dos rejeitos. Uma reportagem de Ricardo Soares, exibida no Jornal Nacional, mostra imagens de satélite que apontavam a formação de um lago no meio da barragem. Segundo especialistas, isso seria um sinal de saturação da barragem.

O Relatório de Inspeções Cruzadas, de novembro de 2018, incluído na Ação Civil Pública, mostra, em sua p. 10, as ações em andamento para a redução do risco da Barragem B1. Lá está escrito: "Desvio de água da área de contribuição do reservatório." Outra reportagem do mesmo Jornal Nacional, do dia 5 de fevereiro, mostra que havia uma tubulação de água, de captação de água, rompida, lançando água em direção ao reservatório que rompeu.

Por isso, Sr. Makoto Namba, eu pergunto: a TÜV SÜD identificou alguma nascente nas vistorias que estivesse jorrando água na barragem?

O SR. MAKOTO NAMBA – Excelência, vou me manter em silêncio.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Foi sugerida alguma medida para impedir que a água da nascente fosse parar na barragem, Sr. Makoto?

O SR. MAKOTO NAMBA – Vou me manter em silêncio.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Em sua opinião, a água da nascente pode ter contribuído para o rompimento da barragem?

O SR. MAKOTO NAMBA – Vou me manter em silêncio.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito bem.

Dentre os fatores que podem ter causado a tragédia, está um que foi citado na inspeção da barragem realizada pelo senhor, pela empresa do senhor, TÜV SÜD, em 21 de dezembro de 2018. Mostra claramente, como eu disse, que o senhor detém conhecimento, experiência e, todas as vezes que o senhor se manifestou, se manifestou em pontos fundamentais para a segurança da barragem. Ainda assim, o senhor assinou o laudo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há suspeita de que a Barragem B1 tinha uma coisa chamada lençóis empoleirados. O jornal *El País*, do dia 6 de fevereiro, diz que o relatório da inspeção da TÜV SÜD – e aqui eu abro aspas – "recomendava que a mineradora instalasse novos piezômetros em locais estratégicos, com o intuito de confirmar a hipótese de existência de lençóis empoleirados no rejeito da barragem".

Só explicando, para quem está nos assistindo e para os Srs. Senadores, que lençóis empoleirados, de uma maneira ampla, são camadas alternadas de sedimentos permeáveis e impermeáveis, que são gerados nos diversos alteamentos que foram adicionados à barragem. Ou seja, como o material não é o mesmo, muitas vezes, na medida em que eles vão construindo, existem materiais permeáveis, onde a água pode colocar em risco o alteamento, a parede de terra que foi colocada lá. Essa água acumulada poderia gerar o fenômeno de liquefação, que hoje é considerada a causa mais provável do rompimento.

Então, eu pergunto ao senhor: a Vale fez a instalação de piezômetros multinível, como o senhor, a TÜV SÜD, recomendou na revisão periódica de julho de 2018?

O SR. MAKOTO NAMBA – Excelência, vou me manter em silêncio.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Em sua opinião, esses piezômetros teriam confirmado a existência dos lençóis empoleirados?

O SR. MAKOTO NAMBA – Vou me manter em silêncio.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Esse fenômeno pode ter causado o rompimento da Barragem B1, Sr. Makoto?

O SR. MAKOTO NAMBA – Excelência, vou me manter em silêncio.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Makoto, toda a tragédia não tem uma causa só. Toda tragédia é uma sequência de omissões e, muitas vezes, de irresponsabilidades. É o que nós estamos percebendo em Brumadinho.

Eu tenho aqui um documento, que faz parte da investigação, mostrando que no dia 25, que foi o dia do crime de Brumadinho, do desastre, a Vale havia programado a detonação de uma grande área, por meio de dinamite, às 14h, entre os horários de 14h e 15h: chama-se Mina da Jangada.

A Mina da Jangada, Srs. Senadores, está há 3km, em linha reta, da Barragem B1, de Córrego do Feijão. Ou seja, a Vale vinha fazendo detonações constantes, por meio de dinamite, no entorno da Barragem B1. Aqui, o senhor entenda... Nós temos uma barragem que começou com 13 e rompeu com 84m. Nós temos os medidores, os piezômetros, que davam dados totalmente inconsistentes. Ninguém foi lá verificar por que os dados estavam inconsistentes – pelo menos o senhor não quer nos colocar aqui. Os equipamentos, uma parte estava desligada, Senadora Rose, e os outros todos davam que havia





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um problema na barragem. E a empresa Vale ainda continuava, segundo essa documentação que está lá com o Ministério Público e a ANM, fazendo detonações de dinamite no entorno da barragem.

Como o próprio Presidente da Vale, que esteve aqui semana passada, disse, ou nós estamos diante de um quadro absurdo de omissão e irresponsabilidade daqueles responsáveis pela barragem ou nós tivemos um evento maior, ou podemos estar diante dos dois. Dos dois, porque a empresa continuou com os procedimentos, contratou a alemã TÜV SÜD, e a alemã TÜV SÜD, por sua vez, contratou dois engenheiros altamente capacitados para poder dar os laudos e nos dizer claramente o que estava acontecendo. Mas isso não foi feito.

A questão do contrato e do dinheiro: está lá a declaração do senhor. O senhor disse, lá no depoimento, que o senhor se sentiu pressionado a assinar o laudo, caso contrário a Vale romperia o contrato com a TÜV SÜD, ou seja, o valor do contrato, o pagamento de milhões, foi muito superior à sua responsabilidade como profissional naquele momento, segundo o que está lá no seu depoimento. Não estou fazendo nenhum... Estou dizendo exatamente o que o senhor disse para a Polícia Federal. O senhor assinou o laudo, mesmo se sentindo pressionado, mesmo tendo feito todas as recomendações necessárias para que o processo de rompimento da barragem pudesse ser impedido – e as 310 pessoas estariam vivas hoje.

Pergunto aqui: o senhor sabia das detonações no entorno da Mina de Córrego do Feijão, Sr. Makoto Namba?

O SR. MAKOTO NAMBA – Excelência, vou me manter em silêncio.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Se o senhor soubesse, o senhor teria colocado nos laudos que esse procedimento é um procedimento que levava risco também à barragem de Córrego do Feijão?

O SR. MAKOTO NAMBA – Vou me manter em silêncio.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito bem.

Senadora Rose, da minha parte está resolvido.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Nós temos inscrições de Senadores para fazerem suas perguntas.

Gostaria de acrescentar, se Kajuru me permite e o Senador Wellington, ao roteiro das perguntas do Relator, as que tenho aqui em mãos.

Eu tão somente faria as perguntas, considerando que é importante que sejam registradas, mesmo sabendo da ausência de resposta.

Eu perguntaria o seguinte.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quem da empresa Vale celebrou e quem gerenciava o contrato de fiscalização e auditoria da Barragem nº 1 da Mina de Córrego do Feijão em Brumadinho, atividades realizadas pela empresa já citada, TÜV SÜD? A quem – e essa é a pergunta que permanece – estavam subordinadas essas pessoas, Sr. Relator? Quem é o Sr. Felipe Figueiredo Rocha? V. Sa. conversou algum dia com ele, pessoalmente, por carta, por telefone, *e-mail*? A quem ele está subordinado na empresa Vale? Quais eram os diretores ou diretoras executivos da Vale que sabiam dos problemas envolvendo a Barragem nº 1 da Mina de Córrego do Feijão?

Caso V. Sa. não possa apontar ou desconheça os nomes dos diretores, declinar, por favor, os nomes dos gerentes, bem como da atual diretoria a que estavam vinculados.

O SR. MAKOTO NAMBA – Excelência, vou me manter em silêncio.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Com a palavra o Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para interpelar depoente.) – Sra. Presidente Rose de Freitas, Sr. Senador e Relator qualificadoríssimo, mineiro, Senador Carlos Viana, meu estimado companheiro Senador Wellington Fagundes, é muito triste a gente saber que, de repente, a nossa CPI vai ter que mudar de nome. Ela não vai ser CPI de Brumadinho, ela vai ser a CPI da Mega-Sena, porque o ex-presidente da Vale veio aqui, se comportou semelhantemente a esse cidadão que está aqui, o Sr. Makoto, com uma diferença: ele pelo menos respondia, não da forma como a gente queria, não da forma como a gente o questionava, mas respondia. Deu até nomes de alguns responsáveis pela empresa, que serão evidentemente ouvidos por nós aqui nesta CPI.

Depois que ele saiu daqui, o que aconteceu? Ele entrou com uma indenização contra a empresa assassina Vale pedindo 48 milhões. E vai conseguir, a Vale vai pagar. Então, de repente, esse senhor aqui, nesse silêncio de sepultamento – estamos diante de uma figura tumular –, simplesmente não vai falar nada, depois entra também com uma indenização contra a Vale e pede milhões de reais.

Com todo respeito, Sr. Makoto, quando alguém mexe com a sua honra, o senhor responde ou fica em silêncio?

O SR. MAKOTO NAMBA – Vou permanecer em silêncio.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Em silêncio quando mexem com a sua honra? Porque honra é uma coisa importante. O senhor tem filhos, não tem?

O SR. MAKOTO NAMBA – Vou permanecer em silêncio.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então, o seu filho se chama silêncio. Perfeito, gostaria de conhecê-lo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque é o seguinte, o senhor foi preso – preso – em duas ocasiões após o desastre de Brumadinho. Para mexer com a sua honra, pergunto, não estou aqui afirmando, há ponto de interrogação na minha pergunta: antes ou depois dessas duas prisões, a empresa Vale ou alguém direta ou indiretamente ligado à Vale prometeu-lhe ou lhe concedeu qualquer tipo de auxílio, dinheiro, benefício ou qualquer vantagem para o senhor ou para alguém do seu círculo social? O senhor pode responder? Isso é uma pergunta que é uma questão de honra. Estou desconfiado – daí o ponto de interrogação – que o senhor, de repente, levou algo, recebeu algo. Estou perguntando: o senhor recebeu?

O SR. MAKOTO NAMBA – Excelência, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente Rose de Freitas, é impossível. Se um cidadão perguntar para mim se recebi dinheiro, eu tenho duas soluções: ou vou para cima dele, mesmo quase cego, ou eu tomo uma providência. Não é possível! Não há nada que ele vá responder para nós! Vamos continuar aqui...

As perguntas do Relator foram absolutamente pertinentes, importantes, e vão ficar registradas; as perguntas da Presidente, também. Não sei se o Senador Wellington Fagundes vai querer perguntar... Agora, é muito difícil você ficar diante de uma pessoa dessa, que a gente tentou, pediu para ser um ser humano, e ele também não quer, porque certamente não o é, o Sr. Makoto Namba... E nem quando se mexe com a honra dele, porque ele foi preso duas vezes...

Exemplo: esta CPI, Presidente, tem ou não o direito de solicitar o sigilo bancário e telefônico desse cidadão zaino que está aqui na nossa frente? É uma pergunta que eu faço a V. Exa. como Presidente da CPI.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Senador Kajuru, no início desta reunião eu esclareci que, independentemente da decisão do *habeas corpus* preferida pelo STF, evidentemente que ele fará aquilo que o senhor disse – não produzirá provas contra si mesmo. E ele se encontra hoje na situação de investigado. Isso causou o *habeas corpus* no Supremo. No entanto, aqui não se esgotam os instrumentos, conforme nós esclarecemos na sala, ao lado inclusive da Senadora Selma, não se esgotam os instrumentos que teremos para proceder à investigação. Não se encerra aqui, no capítulo do silêncio dele, calçado pela Justiça, que nós não poderemos investigar os telefonemas, os cartões de crédito, os *e-mails* e todo o entorno, o que obedece a um trabalho sistematizado tecnicamente...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não poderemos quebrar esses sigilos?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não, nós poderemos investigar, sim. Inclusive porque todo o procedimento técnico adotado no âmbito da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

profissão e dos atos administrativos do Sr. Makoto Namba, todos eles, da construção, da fiscalização, da manutenção, tudo isso não pode se esgotar com o silêncio dele, senão não haveria razão... Ninguém aqui é ingênuo de achar que o STF não daria esse parecer, como deu ontem, na condição em que ele está, de investigado. Portanto, também a CPI não declara a sua falência por conta disso.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Claro.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Nós iremos, no âmbito das investigações, porque sabe o Relator que esta CPI tem o direito de fazê-lo, esta Casa, este Congresso...

Portanto, vamos passar para a segunda etapa, que, depois, em reunião específica, vou esclarecer a V. Exa.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Obrigado, Presidente.

O SR. AUGUSTO BOTELHO NETO – Sra. Senadora, se me permite, até para auxiliar o trabalho da Comissão...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sim, o senhor...

O SR. AUGUSTO BOTELHO NETO (*Fora do microfone.*) – Não, eu vou só informar...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não, o senhor não tem direito, infelizmente.

O SR. AUGUSTO BOTELHO NETO – Eu estou só...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sim, mas eu não fiz pergunta ao senhor.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Mas está à disposição o sigilo telefônico?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Senador, eu peço, por favor, que V. Exa. não se dirija ao advogado...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ele está dizendo que tem...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ele também não tem direito de se dirigir a V. Exa.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. AUGUSTO BOTELHO NETO (*Fora do microfone.*) – Estou auxiliando a Comissão...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – No dia...

Eu agradeço e tenho certeza de que o senhor está fazendo isso, mas, no momento em que o senhor passar a testemunhar dentro desta Comissão, perde-se o sentido. No momento que for oportuno, se precisar de esclarecimento, o senhor o faça através da nossa testemunha, do depoente, que, com certeza, terá que permanecer em silêncio.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E, se ele quisesse colaborar mesmo, ele não teria pedido o *habeas corpus* e orientando a pessoa a ficar em silêncio.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Claro.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Se o senhor quisesse colaborar de verdade, o senhor falaria com o seu cliente: "Coloque o seu posicionamento. Coloque-o com clareza." O senhor não acredita na inocência dele? Se o senhor acredita na inocência dele, era o momento de ele chegar aqui e falar... Vamos colocar às claras a participação dele.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu vou tornar a solicitar aos meus colegas que aqui estão: não podem dialogar com advogado, que, regimentalmente...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Foi ele quem falou.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sim. Já esclareci para ele. Há todo um procedimento...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Mas foi bom ele falar. Desculpe-me, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Há todo um procedimento no Ministério Público de abertura de contas. Tudo isso está em poder da Comissão.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Com todo respeito a V. Exa., entendo.

Mas, pelo menos, eu ouvi algo, porque, senão, a gente iria sair daqui sem ouvir nada. Já que esse cidadão não falou nada, não respondeu nada ao Relator Carlos Viana, pelo menos o advogado dele sussurrou e disse "não, já há o sigilo bancário, o sigilo telefônico". E eu vou entrar com requerimento. Eu vou querer ter acesso a esse sigilo telefônico e bancário dele, porque é a única forma de a gente saber alguma coisa dele, já que, aqui, ele não fala nada. Na etapa certa, na hora em que V. Exa. achar que eu posso fazer isso, eu agirei assim.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não, são alguns procedimentos adotados, inclusive em nome da Justiça, que estão à disposição da Comissão.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Perfeito.

Só para concluir então...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor vai concluir as perguntas?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Vou. Eu vou concluir dizendo, reafirmando, que, na hora certa, na devida hora, vou querer essa quebra de sigilo telefônico e bancário dele.

Na minha última pergunta, que eu sei que ele não vai responder, eu queria responder – estou falando em responder porque eu queria responder por ele –, queria perguntar o seguinte: Sr. Makoto, admitamos, não desejo isso a V. Exa. – aliás, retiro o V. Exa. –, não desejo isso a V. Sa. como ser humano, mas admitamos o seguinte – todos nós estamos prontos para isso, amanhã é outro dia, e não sabemos como vamos acordar. Se o senhor morrer amanhã e encontrar – exemplo –, em outra vida, um dos 300 mortos nesse crime ambiental de Brumadinho, e esse lá, morto, em outra vida, chegar para o senhor cara a cara e fizer uma só pergunta ao senhor: "Quem foi o culpado por esse crime ambiental?" Lá na outra vida, o senhor responderia? Ou o senhor diria para ele "Exa., vou ficar em silêncio"?

O SR. MAKOTO NAMBA – Excelência, mantenho-me em silêncio.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Vai ficar em silêncio? Perfeito. O senhor deve achar que é imortal, não é? Não é não, viu? O senhor vai morrer e, na hora em que chegar lá, aqueles pelos quais os senhores são responsáveis, aqueles que estão lá em outra vida, eles vão encontrar com o senhor, e lá o senhor não vai ficar em silêncio, não.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Concedo a palavra ao Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. Para interpelar convidado.) – Sra. Presidente, está muito claro que o depoente, Dr. Makoto, vai permanecer em silêncio, mas temos aqui de fazer só duas perguntas. Eu vou fazer, pois também já foram preparadas pela nossa consultoria. Eram três perguntas, mas a Presidente já fez a primeira pergunta sobre o conhecimento do Sr. Makoto em relação ao Sr. Felipe Figueiredo Rocha.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A pergunta que eu faço é se V. Sa. conhece ou já ouviu falar nos Srs. Silmar Silva e Lúcio Carvalli. Saberá dizer se eles estavam cientes do risco da Barragem nº 1 da Mina de Córrego do Feijão, em Brumadinho?

O SR. MAKOTO NAMBA – Exa., me mantenho em silêncio.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – V. Sa. foi coagido, constrangido ou por qualquer meio incentivado a assinar qualquer documento atestando a segurança da Barragem nº 1 da Mina de Córrego do Feijão em Brumadinho? Caso positivo, apontar o nome da pessoa que praticou tal ato, bem como quem seria o superior hierárquico dessa pessoa.

O SR. MAKOTO NAMBA – Excelência, eu me mantenho em silêncio.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Srª Presidente e todos os que estão a nos assistir aqui, quando eu vi, na televisão, a prisão desses técnicos, eu fiquei bastante preocupado pensando se aquele seria o melhor caminho, Sr. Relator, porque, nos relatórios técnicos que a gente viu aí na imprensa, dizia-se que a barragem oferecia as condições mínimas de segurança. Então, eu imaginava que, se os técnicos colocaram condições mínimas de segurança, não representam condições máximas de segurança. Então, é totalmente ao contrário. Portanto, quando o técnico assinou, ou os técnicos assinaram esse laudo, não era um laudo que poderia trazer segurança para a população. Todos nós sabemos que as pessoas que foram alocadas abaixo da barragem corriam risco. Então, já na concepção da construção dessas barragens, claro, houve um erro crasso, porque, se dentro daquela margem de inundação num rompimento existem famílias, existem comunidades, claro, há risco, independentemente se o laudo fosse por condições máximas de segurança, ainda correriam risco, porque qualquer intempérie – sei lá, no nosso caso nós não temos terremotos –, tremores...

Eu quero registrar porque eu já falei...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não havia tremores, mas havia explosões de dinamite.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – É, exatamente.

Eu já falei, e volto aqui a insistir, que a Vale do Rio Doce foi uma empresa constituída com recursos públicos, ou seja, do trabalhador brasileiro, do imposto que nós recolhemos. Portanto, originalmente, a Vale era uma empresa pública. Depois ela foi privatizada. Mas eu entendo que o controle de capital de qualquer empresa nacional é do Brasil, ou seja, o Governo tem toda a capacidade de amanhã, assim como privatizou, porque uma privatização... E eu não sei, inclusive gostaria de indagar se o Relator tem esse conhecimento, se ela é *ad aeternum*, se ela foi totalmente privatizada. Mas, de qualquer forma, o Governo tem capacidade de intervir em qualquer empresa. Eu estou falando isso porque, claro, o Brasil não pode abrir mão de ter uma empresa como a Vale, que tem uma representação muito forte na nossa economia.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Senador...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Pois não.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – No caso da Vale, só respondendo ao questionamento de V. Exa., o Governo não tem como retomar o controle da empresa, a não ser que se pague aos sócios, pois é uma sociedade anônima de mercado aberto. Mas o Governo tem algo semelhante ao chamado *golden share*. O que é isso? A concessão é nossa, é pública. Demonstrada a incapacidade, a omissão ou a irresponsabilidade da Vale no manuseio e no descumprimento dos contratos, o Estado brasileiro pode tomar da empresa todas as minas concessionadas e fazer com que outras empresas assumam o posicionamento ao fim de um processo em que a empresa seja condenada por omissão, ou, como disse, por irresponsabilidade contratual.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – E essa nossa conversa aqui, essas perguntas, eu estou fazendo exatamente com o objetivo de esclarecer a população brasileira que está a nos assistir, está nos acompanhando. Inclusive, essa afirmativa, V. Exa. fez aqui em uma outra reunião, em outra audiência. Mas é bom insistir, porque, como nós estamos tendo aqui a negativa do depoente de responder qualquer pergunta, é importante que a gente esclareça a população, até para não ficar aqui uma imagem de que nós estamos aqui passando por bobos.

Isso aqui tudo tem um objetivo, repetir a pergunta, e aqui a colocação do Senador Kajuru... Inclusive há essas indenizações que podem ser provocadas por diretores, indenizações milionárias, e isso pode inclusive impactar depois também no custo social, e o Brasil pode amanhã ter o controle, de uma forma ou de outra. Porque, claro, como V. Exa. respondeu, se tira a concessão, a outorga, com certeza, a empresa não terá condições de sobrevivência. E pode-se criar uma nova empresa, enfim. Consequências essas que nós... Na verdade não é o propósito.

Eu já disse aqui em outro momento: nós já fizemos várias CPI, eu já participei de algumas delas, sempre é incômodo da minha parte participar de uma CPI, mas principalmente quando a gente tem aqui o objetivo, como eu tenho certeza de que esta CPI, dirigida com muita competência também pela Senadora Rose, é de a gente procurar ajudar o Brasil, principalmente neste momento de crise que nós vivemos.

Estamos agora acabando de chegar do Banco Central, lá de uma reunião, onde eu dizia: toda a situação econômica, o aperto, o controle da inflação, enfim, tudo isso nós temos que fazer com que o brasileiro sofra da menor forma possível. Então, tudo aquilo que pode gerar emprego é fundamental num momento de crise. Então, por isso, a nossa responsabilidade também, que já foi colocada aqui por vários Senadores, nesta preocupação da manutenção de uma empresa do porte da Vale.

Então eu quero concluir aqui, até porque a Senadora Selma vai falar em seguida, e ela que, na condição de ex-juíza, tem muito mais a capacidade de inquirir as pessoas, não inquisição, inquirir a



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

todos aqui, eu acredito que ela poderá ter maior capacidade de convencer o Dr. Makoto a mostrar alguns aspectos, principalmente essa questão de como...

E ainda quero perguntar – viu, Dr. Makoto? –, porque isto aí talvez seja muito simples V.Sa. responder: essa característica do laudo que vocês assinaram, até que ponto, no seu entendimento, isso tem uma responsabilidade criminal da empresa, de todos os técnicos que assinaram, ao ponto de que, eu perguntaria se V.Sa. se sentiu, assim, até atacado por ser preso dentro de um trabalho técnico que V.Sa. estava fazendo.

Então fica aqui a minha conclusão e uma pergunta ao Dr. Makoto, exatamente para que ele possa mostrar aqui para o Brasil que ele tem direito ao seu silêncio, para não se incriminar, mas também, às vezes, o silêncio totalmente exagerado... Pode amanhã a própria sociedade brasileira vir numa posição totalmente contrária àqueles que aqui estão. E aí eu tenho certeza de que isto aqui também vai ser julgado pela Justiça, porque todo o trabalho nosso será encaminhado ao Ministério Público, porque isso é a conclusão de qualquer CPI. E às vezes, quando V.Sa. não fala nada, pode parecer que não quer dar satisfação para a população. Então, eu penso que talvez uma fala, digamos, que não tenha nada de comprometimento, mas que, na sua consciência, como brasileiro, possa, pelo menos, dizer à Nação: "Olha, eu sou um injustiçado, eu estava cumprindo o meu papel e entendo que a forma como nós estamos aqui hoje, não só prestando este depoimento, tem o objetivo também de ajudar o Brasil".

Então, é essa a minha colocação e a pergunta que faço.

O SR. MAKOTO NAMBA – Por orientação do meu advogado...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sra. Presidente, pela ordem.

O SR. MAKOTO NAMBA – ... eu vou permanecer em silêncio.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não, pela ordem, a Senadora Selma.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Pela ordem.) – Sra. Presidente, eu não havia me inscrito, mas, analisando aqui rapidamente alguns documentos, resolvi fazer uma única pergunta. Eu sei que estou arriscando repetir perguntas aqui dos colegas, mas eu estava lá na CCJ neste momento e, então, não consegui assistir às outras perguntas.

Eu gostaria apenas de perguntar ao Sr. Makoto Namba se ele reconhece como dele a assinatura na Declaração de Condição de Estabilidade, que deve estar nos autos da CPI e, não estando, está aqui no verso de uma notícia veiculada no jornal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está nos autos da CPI, Sr. Relator? *(Pausa.)*

Então, a pergunta é se ele reconhece essa assinatura como sendo dele.

O SR. MAKOTO NAMBA – Excelência, eu vou me manter em silêncio.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Mas aí não é silêncio, não; é só o senhor falar se essa assinatura é do senhor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Agora ele está olhando para o advogado – olha lá! Ele está se orientando com o advogado.

O SR. MAKOTO NAMBA – Eu vou permanecer em silêncio.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – O.k. Obrigada.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Isso é brincadeira!

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu gostaria de dizer que, claramente, nós chegamos a um ponto...

Eu pergunto ao Senador Jaques se ele gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone.*) – Eu respeito o direito da... Porque eu já fui indiciado. Não pode fazer prova contra si...; então, eu respeito e não vejo por que protelar.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

Senador Jaques, V. Exa., como experiente, maduro e um excelente companheiro, entende que a CPI não pode simplesmente obedecer... Nós entendemos e respeitamos a decisão do STF, mas a expectativa de que os caminhos que esta CPI deva percorrer estão alicerçados no desejo que nós temos – sem dúvida, o Brasil inteiro e fora dele – de que esse dramático acontecimento, em que se fala de desaparecidos mortos... E é um eufemismo dizer isso, visto que já se esgotaram as expectativas de encontrar qualquer pessoa viva. Mas o fato não se esgota com uma decisão dessa natureza.

Essa inestimável perda humana, incontáveis mortos, tudo isso está presente neste trabalho, e V. Exa. é muito importante nessa questão, tem toda a maneira de colocar, e eu agradeço, inclusive, por estar presente aqui conosco.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, Presidente, é porque caberia recorrer da decisão. Se houve uma decisão, o que nós podemos fazer? Ele



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

tem o direito de ficar calado. E eu também não vou perguntar para... Eu gosto de produzir. Mas eu entendo o que V. Exa. disse. Eu acho que o espírito desta CPI, inclusive pelo próprio plano apresentado pelo Relator, que não é um plano policial, um libelo acusatório. Na verdade, o próprio plano apresentado pelo nosso querido Relator tem as três etapas, e está claro que o que nos interessa é tomar medidas preventivas.

Eu já disse, inclusive, em outra sessão, que, para mim, o melhor dos mundos seria que nós obrigássemos todas as mineradoras a fazerem seguro das barragens, porque aí a fiscalização é de outro nível. A fiscalização é o embate de capital com capital, do proprietário da barragem com quem faz o seguro. Aí, o seguro vai fiscalizar. É porque, às vezes, a gente não tem a mesma capacidade, se consulta uma auditoria, há controvérsias sobre relatório... E eu insisto: se se fizer seguro, que vai onerar, mas é obrigação... Eu acho que, aí, quem faz um seguro dessa monta terá um processo de fiscalização e de exigência que talvez a gente possa exigir.

Mas foi só em relação à conjuntura de hoje, da questão dos três depoimentos.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pela ordem aqui, Excelência.

Na sequência de raciocínio aqui, a Juíza Selma e outros Senadores...

Senador Wellington, a questão que eu citei, por exemplo, sobre as concessões, se ficar claro durante todo o processo que a Vale descumpriu o nosso Código de Mineração, a lei que regula o setor, o Estado pode retirar da empresa as concessões. Pode não, deve. É uma questão de obrigação legal que o Estado requeira e faça uma nova distribuição. Claro que isso depois de toda a investigação sendo feita. Se o código mineral, se a lei da mineração foi descumprida por omissão, irresponsabilidade, a empresa pode perder, e aí não é tamanho de empresa ou deixar de ser tamanho de empresa não. É uma questão de interesse nacional para que outras pessoas não morram.

E outra coisa em que V. Exa. tocou, que é um ponto interessante aqui: nós estamos diante de uma relação que precisa ser repensada. Os órgãos, as empresas auditoras, são pagas pelas próprias empresas interessadas. Essa relação de a mineradora pagar uma empresa de auditoria tem que ser revista. Nós temos que rever isso legalmente. O ideal é que nós tenhamos, por exemplo – e aqui já coloco como uma das possibilidades –, que a Agência Nacional de Mineração detenha o poder no futuro de indicar uma empresa de auditoria independente para que não aconteça o que está aqui.

O Sr. Namba tem 28 anos de profissão, sabia de tudo – está nos autos que eles sabiam de tudo –, fez todas as recomendações necessárias, mas ainda assim assinou o próprio laudo dele. Por que isso? Está nas palavras dele: se sentiu pressionado pela Vale para que não perdessem o contrato.

Então, essa relação das empresas de auditoria com as mineradoras, que são as principais interessadas, como fator fundamental na regulação do setor de mineração, eu entendo como um ponto





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre o qual nós devamos, no futuro, propor mudanças, para que a gente possa ter, pelo menos, confiança nos laudos e não aconteça o que está acontecendo aqui.

Nós temos aqui, olhem: "Após Brumadinho, seis empresas se recusam a auditar as barragens da Vale." Só depois que morreram 310 pessoas, mais as 19 de Mariana, é que as empresas de auditoria começaram a perceber que ia acontecer o que está acontecendo aqui. Elas vão assinar, sob pressão, segundo o Sr. Namba declarou ao Ministério Público e à Polícia Federal, e depois a responsabilidade vem sobre ele. Aí, vem o Presidente da Vale e diz que não sabia, que as decisões foram tomadas porque o laudo estava assinado, e o Sr. Makoto vem cá e fala: "Não, não sei de nada. Eu vou ficar calado nessa história".

Vamos para o próximo?

Por mim, já deu por encerrado aqui, Excelência.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Agradecendo, inclusive, ao Senador Jaques, eu queria, mais uma vez, reiterar que essa Comissão não vai se exaurir apenas nos depoimentos e nas testemunhas que aqui estão, em silêncio ou não. Nosso papel vai além disso, inclusive na construção de leis que se adequem a esse sentimento de ineficiência e de oportunismo que apresenta uma manchete como esta.

veja bem: após Brumadinho, seis empresas se recusam a auditar barragens da Vale. É possível isso?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Vejam bem: "Após Brumadinho, seis empresas se recusam a auditar barragens da Vale." É possível isso?

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Não é medo de vítima não. Isso é medo de prejuízo.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois é! É possível isso? Houve autorização para construir, houve projeto para construir. Ele ficou acessível a toda a parte técnica da empresa, com todas as assinaturas responsáveis. E, agora, neste momento, quando vão se apurar os possíveis danos que acontecerão e as ameaças estão expostas, ninguém assume,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ninguém fala nada? E nós aqui temos que nos curvar diante do silêncio? Não nos curvaremos. Vamos continuar esse trabalho.

Queria comunicar aqui que, na segunda-feira, estará se dirigindo a essas regiões, a Brumadinho e outras regiões que estão afetadas diretamente por essa evacuação, essa suspeição de rompimento... Nós teremos um encontro. Sairá daqui uma comitiva de Parlamentares que vai estar na Barragem Casa de Pedra, em Brumadinho, na Barragem do Doutor, Nova Lima, Barragem Forquilha. A partir de segunda-feira terá um trabalho intenso, terá encontro com todas as autoridades e técnicos e trará aquilo que tiver oportunidade de vistoriar.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Portanto, aqueles que quiserem fazer parte da próxima delegação, por favor, se manifestem. Esta já está formada. Para a próxima eu peço, por favor, que se coloquem à disposição, porque é muito importante.

Pois não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Pela ordem.) – Permita-me V. Exa., Presidente Rose.

Eu só quero registrar aqui, em ata, com muita alegria, que a notável Juíza e Senadora Selma Arruda, ao meu lado agora, disse concordar comigo que, se continuar assim, se toda testemunha não quiser falar aqui, nós teremos que pedir que sejam quebrados o sigilo bancário e o sigilo financeiro, porque somente assim esta CPI poderá produzir trabalhos que a sociedade brasileira espera. Então, eu fico feliz de uma juíza pensar como um idiota como eu, juridicamente sou imbecil, não sei absolutamente nada e também não tenho a capacidade do Senador Jaques Wagner, do Senador Wellington e do Relator Carlos Viana. Mas acho que, mesmo juvenil, eu dei aqui uma sugestão boa: que a gente peça para quebrar sigilos telefônico e bancário. Fico feliz de ter o apoio da Juíza Selma Arruda. Só para registrar.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Senador Kajuru – com a sua anuência, Presidente –, era exatamente nesse sentido que eu ia me manifestar. A gente sente que, obviamente, esse silêncio provoca uma necessidade de que as investigações avancem por outros meios.

Então, eu questiono à Sra. Presidente e ao Sr. Relator se é possível fazer o requerimento de quebra de sigilo agora ou se preferem que se ouçam todos os silentes e se faça ao final.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu gostaria de dizer que nós temos...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenções fora do microfone.)

Eu queria só dizer que nós vamos encerrar esta parte... Nem todos vão permanecer em silêncio. A engenheira Ana Lúcia Moreira Yoda....

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sim, é a única que vai falar, pelo que se sabe.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... com mestrado em Geotecnia, não entrou com nenhum mandado, com *habeas corpus* na Justiça, e está à disposição desta Comissão como testemunha.

Nós vamos agradecer aqui a presença do Sr. Makoto Namba e do seu advogado, Dr. Augusto Botelho Neto, e vamos passar à próxima depoente.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sra. Presidente, nesse intervalo, então, eu gostaria de formular o pedido de quebra de sigilo bancário e telefônico dessa pessoa, o Sr. Makoto Namba, qualificado nos autos. E aqui apenas quero ilustrar o pedido que já foi feito pelos colegas com...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Foi feito por mim. V. Exa. não fez porque não estava aqui...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Pelo senhor...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – ... estava na CCJ, em votação importante.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Muito bem. Apenas ilustrar, porque, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, Senador Kajuru, é necessário que nós demonstremos minuciosamente os motivos pelos quais é necessária essa quebra.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sim.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – As pessoas ainda são protegidas, mesmo cometendo crimes, ainda são protegidas pelo direito ao seu sigilo.

Então, Sra. Presidente, eu requeiro...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – O.k.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu requeiro, Sra. Presidente, fulcrada no que dispõe a legislação pertinente, que é legislação ordinária, mas principalmente aqui nesta afirmação, que diz ter feito à imprensa e ao Ministério Público, de que teria sofrido pressão da cúpula da Vale, em Minas, para assinar um atestado de segurança etc. e tal.

Bom, esse atestado de segurança está nos autos, a afirmação dele também está nos autos, ainda que de forma indireta, uma vez que ele não respondeu às perguntas na data de hoje, manteve-se em silêncio, mas ela está nos autos... Espero que sim, Sr. Relator, nessas reportagens a respeito...

Muito bem, eu vejo que é necessária, então, essa quebra de sigilo telefônico para que se possa fazer um *link*, se é que houve, e saber se essa ameaça, se essa, enfim, pressão aconteceu por telefone ou não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Exatamente.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Na verdade, eu vejo também como necessária a quebra de sigilo bancário por conta de que ele se recusa a dizer... Segundo o Senador Kajuru, que já fez essa pergunta, ele se recusou a responder quanto recebeu para emitir este documento que acabou sendo responsável pelas mortes lá em Brumadinho. Nós precisamos saber quanto valem essas vidas, não é, Senador Kajuru?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Claro!

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Nós precisamos saber por quanto essa empresa, embora tenha dito que foi pressionada, por quanto essa empresa se vendeu.

Nós temos... Eu estou falando, assim, preliminarmente, até porque a CPI também é preliminar. Nós estamos aqui investigando, não há como se afirmar as coisas categoricamente, mas tudo indica que não houve uma ameaça propriamente dita. Houve um aviso: "Eu vou contratar outra empresa". Isso não é ameaça, não é nada que obrigue a empresa a cumprir essa pressão. De qualquer forma, isso foi feito mediante paga, e nós precisamos saber quanto, a título de quanto foi feita essa paga.

Eu só trago à colação aqui, rapidamente, uma jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que nos auxilia neste momento e que diz o seguinte: "Quebra de sigilo pela CPMI..."

Desculpa. Eu quero também fazer um requerimento alternativo, Sra. Presidente, no sentido de que, se essas quebras já tiverem sido decretadas por algum juízo competente, que nós façamos, então, apenas uso como prova emprestada, para não ser necessário oficial telefônica, oficial banco...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O advogado dele disse, Excelência, que já foi feito.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Já foi feito? Então que nós peçamos ao juízo competente apenas o empréstimo dessa prova, mantido o sigilo aqui na CPI com relação a esses dados, conforme a Constituição determina. *(Pausa.)*

Muito bem. É um acórdão no mandado de segurança, de relatoria do Ministro Marco Aurélio, que diz o seguinte:

A quebra do sigilo das correspondências, da comunicação telegráfica, de dados e das comunicações telefônicas afigura-se como exceção que, voltada para o êxito de investigação criminal ou instrução processual penal, há de ser implementada a partir de ordem judicial, sendo certo que as comissões parlamentares de inquérito detêm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais – artigo 5º, inciso XII, e 58, § 3º, do Diploma Maior. Nesse contexto, conclui-se que os dados aludidos possuem destinação única e, por isso mesmo, devem ser mantidos sob reserva, não cabendo divulgá-los. A Lei Complementar nº 105/2001 surge no campo simplesmente pedagógico, no campo pertinente à explicitação do que já decorre da Lei Fundamental. O sigilo é afastável, sim, em situações excepcionais, casos em que os dados assim obtidos ficam restritos ao processo investigatório em curso. [Mandado de Segurança 25.686. Relator: Ministro Marco Aurélio. Decisão monocrática. O julgamento aconteceu em 28/11/2005 e foi publicado no Diário da Justiça de 2/12/2005.]

Isto aqui é apenas um exemplo.

Então, aqui volto a evocar a existência de suficientes indícios de autoria, a materialidade está plenamente comprovada nos autos.

É o que requeiro. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Dando prosseguimento aos nossos trabalhos, eu gostaria de chamar aqui nossa outra convocada, Sra. Ana Lúcia Yoda, da Tractebel, que estará aqui no plenário e virá para prestar seu depoimento como testemunha.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A presença dela se deve ao fato de ela ter essa experiência grande na área de segurança de barragem, inclusive com Mestrado em Geotecnia, e ter trabalhado na Tractebel, feito inspeções regulares de segurança e assinado a Declaração de Condição de Estabilidade de várias barragens operadas pela Vale.

Peço que conduzam a Sra. Ana Lúcia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É tão difícil que a gente possa conduzir um trabalho em que, ao mesmo tempo em que temos um *habeas corpus* nessa questão, diante desse grave acidente para alguns, crime para muitos, as consequências são imensuráveis. Imagine que situação!

Eu peço à senhora que dirija à Mesa o requerimento por escrito. Nós precisamos dele para que, ainda hoje, logo que chegarem o Senador Otto e o Senador Randolfe...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu vou acompanhar o requerimento, até porque eu fui o primeiro a fazê-lo. Perfeito, Senadora?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não! Para assinar em conjunto.

E vamos submeter para que possamos votar ainda hoje, Senadora Selma.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não, a assessoria daqui pode, sem sombra de dúvida, auxiliar. Existe uma assessoria.

Eu peço à Secretaria que conduza a Sra. Ana Lúcia Yoda à Mesa para que possa proferir... *(Pausa.)*

Darei a palavra à Sra. Ana Lúcia Yoda. Nós estamos em um procedimento de trabalho.

Darei a palavra à senhora por cinco minutos para iniciarmos os nossos trabalhos. Em seguida, perguntas pertinentes serão feitas pelos demais Senadores.

A senhora está cansada? Subiu a escada?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Eu subi a escada correndo.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Quer água?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não, quero não, obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Tem certeza?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não, está o.k.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

Com a palavra a Sra. Ana Lúcia Yoda.

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Bom dia a todos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O meu nome é Ana Lúcia, sou engenheira civil geotécnica da Tractebel.

Estou à disposição para o que eu puder ajudar.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Parabéns pela sua atitude.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

Então, não querendo se alongar em suas palavras iniciais, passo a palavra ao Sr. Relator para que ele possa proferir as suas perguntas iniciais.

Depois eu quero dizer à senhora que o tempo das perguntas será de cinco minutos e o de resposta também será de cinco minutos. Nós temos vários Senadores inscritos.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sra. Ana Lúcia, em primeiro lugar, seja muito bem-vinda. O nosso agradecimento também aos advogados que a acompanham aqui.

Seguindo a linha do Senador Kajuru, o sobrenome de família da senhora nos traz uma esperança muito grande, Mestre Yoda, de nos trazer aqui informações que possam nos ajudar ao que esta CPI se propõe.

Nós não estamos aqui para acusar ninguém. Nós estamos aqui para que o Brasil não assista mais ao que aconteceu em Brumadinho. A experiência da senhora para nós é fundamental.

A senhora tem uma grande experiência nessa área de segurança de barragens, inclusive com mestrado e, trabalhando na Tractebel, teria feito inspeções regulares de segurança e assinado a declaração em algumas barragens da Vale.

Eu tenho aqui as três últimas declarações de estabilidade da Barragem B1, da mina do Córrego do Feijão, estão disponíveis, inclusive, para os Senadores nos autos.

Em setembro de 2017... Nós vamos começar com a senhora nos fazendo uma avaliação dos trabalhos ao longo do tempo em que a Tractebel teve o contrato com a Vale.

Em 2017, a senhora assinou a declaração junto com Cesar Grandchamp, representando a Vale. Novamente, em março de 2018, a senhora assinou também, junto com o mesmo Sr. Grandchamp. Porém, em setembro de 2018, a Tractebel foi trocada pela TÜV SÜD e a declaração passou a ser assinada pelo Sr. Makoto Namba, que esteve aqui presente e permaneceu em silêncio.

Então, eu pergunto à senhora: a senhora sabe os motivos pelos os quais a Tractebel foi trocada pela TÜV SÜD? Seria porque a senhora e a Tractebel teriam se recusado a assinar o laudo de estabilidade por conta do fator de segurança baixo?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Olha, a decisão da troca foi por divergência de critérios, né? Esse critério de fator de segurança não é um critério que a Tractebel praticava. Não existe um critério de norma. Existe um critério praticado normalmente. Um fator de segurança de 1,09 não significa a instabilidade, significa que é um fator mais baixo do que a gente praticava, de 1,2 e 1,3. Eu teria que conhecer mais elementos de aceitabilidade desse critério. E aí, por essa divergência e por entender que a TÜV poderia ter mais informações sobre isso e mais conhecimento, optou-se por essa troca, ou seja, a Tractebel não auditaria mais, e a TÜV, que teria mais conhecimento, auditaria.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Com quem a senhora discutiu os resultados da avaliação da segurança da Tractebel para a Barragem B1 em agosto e setembro de 2018?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – A gente sempre discutia isso com o gestor do contrato, que intermediava pela Vale essas conversas técnicas, que era o Washington Pirete.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Washington Pirete? É ele quem conversava com a senhora sobre esse assunto?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Isso.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Até aquele momento, a senhora, pela Tractebel, nos diria que a barragem era segura?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Olha, até aquele momento, estudando e avaliando as instrumentações com as inspeções de campo, não havia nenhum indício de instabilidade. As inspeções são muito importantes, e na inspeção a gente não via um elemento que pudesse indicar um perigo iminente ou um risco iminente.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Nada?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Nada.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A questão dos piezômetros, a senhora teve notícia?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Os piezômetros, até onde a gente acompanhou, eles se mantinham nas leituras históricas, né? A gente faz uma avaliação até do máximo que ele atingiu e da leitura naquele momento. Então, assim, eles estavam todos dentro das leituras históricas.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Uma pergunta, Sra. Yoda: quando os piezômetros começam a apresentar resultados inconsistentes, qual é a primeira medida que se deve tomar quando se tem acesso a essas informações?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Primeiro, tem que se avaliar em conjunto, porque um ou dois piezômetros podem não indicar com assertividade uma mudança de comportamento da estrutura,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

né? Então, na verdade, a gente avalia o conjunto dos piezômetros. Se esse conjunto naquela seção tem uma indicação de mudança de nível, aí você já tem que começar a se preocupar se está tendo surgência na face, elementos assim, técnicos.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O que é surgência na face?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Surgência é água saindo pela face do talude de uma maneira descontrolada, porque, se sai pelos drenos, está saindo controlada.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas a senhora concorda que, diante dos resultados, uma nova inspeção teria que ser feita?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Se o técnico avalia que aquele conjunto de leituras pode trazer um risco no global, acho que sim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sra. Ana Lúcia, na ação civil pública que investiga a tragédia de Brumadinho, foram incluídos diversos documentos, entre eles um contrato da Tractebel com a Vale (pág. 2.653). Em anexo ao contrato, está uma lista de barragens pelas quais a Tractebel seria responsável por fazer auditoria em um pacote de 40 até 50 barragens, entre elas várias barragens que entraram na chamada Alarp Zone, zona de atenção e segurança – Menezes II, Capitão do Mato, Taquaras, Forquilha I, II, III, além, é claro, da barragem B1 da mina de Córrego do Feijão, que se rompeu, provocando toda essa tragédia.

Então, eu gostaria que a senhora esclarecesse o seguinte: dentre as barragens auditadas pela Tractebel para a Vale, existe alguma com fator de segurança em condição não drenada abaixo de 1,3?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Existe uma. A Forquilha III está entre 1,2 e 1,3, depende do método. Dois métodos de cálculo levam de 1,2 a 1,3.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Isso significa que ela pode se romper?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não. Não porque o fator de segurança é um indicativo, né? Ele não é o "assertativo" da ruptura.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Se houver... Qual é a posição da Tractebel em relação à assinatura de laudos com relação a esse índice de segurança?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Na verdade, a Tractebel não está mais fazendo declarações de estabilidade.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Essas barragens que estão na Alarp Zone, nós podemos considerá-las seguras, dentro do que a senhora está colocando para a gente?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Do que a gente auditou... Primeiro, eu não conheço essas barragens da Alarp Zone pelas informações da empreendedora, né?, da Vale. Eu vi isso pela imprensa, essas estruturas. De tudo que a gente auditou até o período que nós analisamos, sim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A Tractebel mudou o posicionamento com relação às condições para assinar uma declaração de estabilidade após a tragédia de Brumadinho?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Olha, eu não saberia dizer isso para o senhor porque eu sou técnica, né?, então o que foi repassado é que a Tractebel tomou a decisão de não assinar declarações.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Nós temos aqui também uma ata de uma reunião pública que foi realizada no dia 18 de fevereiro de 2019, em Belo Horizonte, com o objetivo de discutir as condições de estabilidade e o alerta nível 2, que foi acionado para a barragem B3/B4 da empresa Vale na cidade de Nova Lima.

Participaram da reunião a Defesa Civil, o Corpo de Bombeiros, a própria Vale, a Agência Nacional de Mineração, a Tractebel, a Geoestável e outras empresas, três representantes da Tractebel, incluindo a senhora. Eu vou ler aqui um trecho:

"O chefe da Divisão de Barragens da Agência Nacional de Mineração em Minas Gerais inquiriu representante da empresa Geoestável Consultoria e Projetos a respeito da existência de seções da barragem B3/B4 onde o fator de segurança estaria abaixo do estabelecido em norma ABNT. A empresa alegou que na seção próxima à ombreira esquerda o fator de segurança para a condição não drenada encontrava-se abaixo da norma. O chefe da divisão inquiriu a empresa que declarou a estabilidade da estrutura, já que ela estava concordando com a condição de não estabilidade, se a mesma cancelaria a respectiva declaração. A representante que assinou a declaração alegou que não sabia qual era o trâmite a ser seguido" – isso está lá na ata.

Como foi a Tractebel que assinou a declaração de estabilidade, eu suponho que o trecho esteja se referindo à senhora. Não é isso?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Isso, isso.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, qual foi o fator de segurança que estaria abaixo da norma na barragem de B3/B4?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Existe uma seção específica junto à ombreira esquerda, ou seja, do lado esquerdo, olhando do reservatório para a jusante, ao lado dessa margem esquerda, uma seção específica que estava dando fator de segurança próximo a 1. E isso foi, ou seja, isso veio à tona com as investigações complementares que foram feitas. Essas investigações complementares foram feitas pós a emissão da declaração de estabilidade, para esses trabalhos que estão sendo desenvolvidos, de descomissionamento, ou seja, entender bem como está a estrutura para poder propor o



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

descomissionamento. Então, essas investigações mudaram um pouco a geometria do que a gente conhecia do material lá dentro. E esse material lá dentro tem outra condição de resistência. Então, isso baixou o fator de segurança que a gente havia conhecido nos cálculos.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Se eu entendi bem, a senhora assinou um laudo de segurança abaixo do recomendado pelo Piesem de 1,3; depois, não quis revogá-lo, foi isso?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não, não. Esse laudo que já estava lá já era antigo, era o laudo – vamos dizer – assinado em setembro de 2018.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas a senhora não quis revogá-lo ainda?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Na verdade, eu falo com sinceridade, assim, não existe um procedimento na agência para revogar o laudo. Eu entendo assim: quando a ADF nos apresentou esses novos estudos e a gente conversou com a Vale, não havia mais condição de declaração. Então, a gente comunicou isso à Vale, e a Vale tomou as medidas de deflagrar junto com a Defesa os alertas. Então, assim, como não existia – ou, pelo menos, não era claro – um procedimento para fazê-lo, o procedimento é que já estava sem declaração, uma vez que foram deflagrados os níveis.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Só um instantinho, porque eu vou anotar. Quer dizer que não há uma regra para isso?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Eu desconheço.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas, na sua experiência, seria interessante que a legislação colocasse isso como regra obrigatória...

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Eu acho.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... para revogação do laudo?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Até para esclarecimento, a declaração de estabilidade, que é protocolada em março e setembro, é protocolada assim: a partir do dia 1º de março – vamos dizer assim – é aberto o *site* em que se protocola a declaração e fecha dia 31 de março; a mesma coisa acontece em setembro. Então, é só nesse período que a gente insere ou tira declarações.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu vou continuar aqui com algumas perguntas que estão dentro da ação civil pública e dos laudos da AMN, inclusive das atas a que a gente teve acesso e fez a leitura, para a gente poder terminar a parte técnica. Em seguida, Presidente, nós vamos usar da experiência dela até para a gente entender um pouco mais sobre os processos em relação a controle de barragens, pelo menos com informações mais seguras.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Sra. Ana Lúcia, um dos pontos que têm sido apontados como uma fragilidade do modelo de segurança de barragem e rejeitos é o fato de que a empresa auditada é quem contrata ou demite a empresa auditora. Foi alvo de um comentário meu, agora há pouco, essa relação entre as empresas de auditoria e as empresas contratantes. Com a sua experiência de muitos anos fazendo esse trabalho, eu pergunto: a senhora já se sentiu pressionada a assinar uma declaração de estabilidade?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Na sua relação com a Vale, a senhora diria que a empresa agiu de maneira ética e correta?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Até onde a gente trabalhou com eles, sim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Na sua experiência, o modo de atuação da Vale é semelhante ao de outras empresas do setor ou há diferenças.

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Eu não conheço outras empresas. Nesse trabalho de auditoria, eu trabalhei com a Vale.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E a senhora acredita que o modelo vigente hoje garante a independência das auditorias?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Olha, até onde eu trabalhei, eu acredito.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A senhora acredita que o fato de ter sido trocada a Tractebel pela TÜV SÜD estava ligado a algum questionamento de vocês em relação à segurança de barragem?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Olha, eu nunca encarei assim. A Tractebel nunca encarou assim, encarou como um maior conhecimento maior da estrutura da outra empresa. É uma estrutura complexa.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sra. Yoda, nós estamos tentando entender aqui como é que nós temos laudos que garantem a estabilidade, que são feitos duas vezes por ano, nós estamos tentando entender como é que se usam radares, se usam piezômetros medidores, como é que se usa toda uma tecnologia que afirma ser segura e que garante as declarações, e uma barragem rompe e mata 310 pessoas?

A senhora nos diga o seguinte: o que pode ter acontecido ali, qual é a opinião da senhora sobre esse desastre?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Olha, é muito difícil falar isso assim. A coisa que está mais perturbando a comunidade técnica é essa pergunta. Eu não saberia dizer. Com os elementos que eu





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenho, a gente tem tentado estudar, mas eu não saberia dizer. Tenho medo de ser leviana ao dizer. Não saberia.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A senhora continua afirmando... Quantos anos a senhora tem de experiência?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Vinte – não é? –, vamos dizer.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A senhora continua dizendo que ter barragem de rejeitos é seguro?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Ter barragem de rejeitos?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É.

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Sim, se elas forem bem construídas e bem monitoradas, sim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Agora, Sra. Ana Lúcia, descomissionar uma barragem, hoje que é o assunto inclusive que Vale está propondo, que quer descomissionar as barragens, pelo que estou entendendo, se eu estiver errado, Srs. Senadores, é muito mais arriscado do que construir uma barragem.

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Sem fazer corretamente, nos prazos corretos, sim, senhor.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Porque nós não sabemos o que tem lá dentro.

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Sim, senhor.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não é isso?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Isso.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Uma barragem, ela pode estar com todos os laudos, e estar todo mundo dizendo que ela está segura, e lá dentro a gente não sabe o que tem?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Mas é por isso eu entendo que os descomissionamentos estão seguindo esses estudos preliminares. O que eu percebo é que há essa preocupação. Inclusive, esses níveis foram deflagrados preocupados com isto, ou seja, de não ter pessoas nessa região de estruturas complexas.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A senhora, em algum momento, teve notícias de que a Vale fazia detonação com o uso de dinamite no entorno da barragem?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A senhora nunca ouviu isso?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não estava lá? Nunca percebeu?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não. Assim, eu imagino que na mina haja detonações, mas a gente não sabia qual era a proximidade, e nem eu tinha essa informação de proximidade ou de vibração.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Isso poderia ajudar num rompimento de uma barragem?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Depende muito da vibração.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas poderia?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Se a vibração for alta...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É recomendado que se faça isto, a agência recomenda, mantém isto – a senhora que faz laudos –, que a empresa continue fazendo detonações no entorno de 3km da barragem?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – A agência não trata desse assunto, nem as normativas, não é? As normativas dizem...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Também não há normativa sobre esse assunto.

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Presidente, da minha parte aqui, por enquanto, está o.k.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Aqui não tem a lista de inscrições...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para interpelar depoente.) – Presidente, é só para complementar a pergunta do nosso querido Relator para a Dra. Ana Lúcia. Era só para entender o seguinte: é óbvio que nós estamos na dúvida entre fatalidade e irresponsabilidade. No fundo, será sempre esse o questionamento. Eu, como detesto prejudicar, apesar da fatalidade e do drama todo, então, eu prefiro ficar na interrogação realmente, e não é com a senhora que eu estou falando, eu estou falando é com quem deveria – se é que deveria – fazer ou não.

Mas, por exemplo, quando o Relator lhe pergunta sobre a dúvida técnica dessa Barragem de Brumadinho, essa dúvida técnica, vamos dizer, permanece também em relação a Mariana? Ou não? Do ponto de vista das causas. Porque eu entendi que o Relator quer... Porque todo mundo fica se perguntando: "Não é possível, uma empresa lá, a empresa sabe que joga o seu nome no chão" – não a



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

sua, em princípio, mas estou falando da Vale. Qualquer lugar lá fora... Eu fui da área petroquímica: a explosão de Bhopal acabou com a empresa, porque morreu muita gente por contaminação. Então, a empresa petroquímica de lá terminou. A pergunta que eu faço é esta mesma pergunta: em relação a Mariana, continua também essa dúvida? Ou lá já está mais claro o motivo pelo qual...

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – O senhor vai me desculpar: é que eu não tenho muitos dados de Mariana, não é? Eu nunca cheguei a trabalhar lá.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ah, tá!

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Eu não conheço assim. O que eu penso...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Mas imagine que, vamos dizer, no ambiente de intranet...

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Talvez da imprensa...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... entre técnicos deve haver muita discussão.

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Sim, sendo muito sincera – e, assim, muito sincera mesmo –, a grande diferença entre as duas barragens é que a de Mariana estava em operação e a B1 não recebia mais rejeitos. Então, isso já demonstraria uma diferença de comportamento, porque uma, a de Mariana, a gente sabe que estava em operação, recebendo rejeitos, então, sendo carregada. E a B1, pelo que eu me lembro – desculpe se eu estiver faltando com a verdade da data, porque estou com muita coisa na cabeça –, eu acho que, desde 2015, ela não recebia mais rejeitos.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Um corpo parado?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Um corpo parado.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Só mais um ponto aqui, Sr. Presidente.

Sra. Yoda, uma pergunta difícil, mas que eu preciso fazer. O Sr. Makoto Namba, que esteve aqui anteriormente, se recusou a falar. Nós entendemos que, naturalmente, há toda uma questão judicial, mas que a judicialização dessas questões pode ser mais interessante até para evitar pontos que fujam ao controle das empresas. Foi a estratégia clara do Presidente da Vale quando esteve aqui. A empresa está tentando, de todas as maneiras, manter apenas no âmbito judicial uma questão fundamental para nós e que, desde Mariana, se arrasta na Justiça sem indenizações corretas, sem uma definição clara do que aconteceu e, naturalmente, sem uma decisão deste Parlamento sobre não deixar acontecer de novo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu pergunto para a senhora o seguinte: o seu posicionamento hoje é um posicionamento técnico da senhora como pessoa ou é um posicionamento de uma técnica de uma empresa que quer se juntar à Vale na expectativa de não divulgar as coisas?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não, o meu posicionamento é técnico como pessoa.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Porque aqui, Sr. Presidente, as empresas, todas muito bem orientadas – e com respeito aos advogados todos que estão aqui –, as empresas podem estar fazendo, em conjunto, todo um esforço para que a questão seja somente judicializada. E, dentro da Justiça, nós sabemos da morosidade, da ausência, inclusive, de leis regulatórias que definam claramente a responsabilidade de cada um, e nós vamos empurrando, na história brasileira, um desastre atrás do outro, como aconteceu em Mariana. Daí o nosso desejo da sua colaboração ser a mais sincera possível, para que a gente possa entender o que está acontecendo.

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – E vim até com o posicionamento da empresa disto: de dizer tudo em que a gente atuou. Agora, talvez fazer juízo de valor de um assunto que é complexo para a área acadêmica, para a área técnica, é difícil.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Agora, nesses anos todos que a senhora acompanhou a barragem, até quando a Tractebel a deixou, nada mudou nos índices de segurança da empresa? Nada foi percebido? Havia uma mina, por exemplo, na parte alta, a jusante, uma mina de água, que foi descoberta agora. Isso não foi percebido?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não, não. Essa nascente sempre existiu lá. Ela era controlada. Porque o primeiro índice de controle de uma barragem deste estilo, alteada por montante, é o que a gente chama de praia, que é uma faixa de material seco que está contígua àquele paramento de montante, onde fica o reservatório, e ela tem que se estender e deixar a água afastada disso. Então, nessa barragem, a praia sempre foi muito bem mantida, a mais de 150m, que era, vamos dizer assim, o recomendável dos manuais de operação. E a presença dessa mina no fundo existia. Ela, vamos dizer, era captada para uma pequena bacia, e nessa bacia tinha uma bomba permanente de bombeamento, para evitar que essa água, vamos dizer assim, pudesse, em algum momento de período chuvoso, alcançar a praia. Assim, em todas essas inspeções que a gente fez, isso nunca tinha acontecido.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Todas as recomendações que a senhora fez nos laudos a Vale cumpriu?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Cumpriu.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não houve... Em nenhuma delas, a senhora...

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E a pessoa com quem a senhora lidava quem era?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Era o Sr. Washington Pirete, que era o gestor do contrato. Ele era o que concentrava essa troca de informações.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E, posteriormente, esse Sr. Washington permaneceu ou saiu da Vale, ele foi substituído por outra pessoa?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Posteriormente quando?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Logo que a TÜV SÜD assumiu.

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Eu não estava mais na B1. A Tractebel não estava mais lá, mas a gente continuava lidando com ele.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E esse senhor fica onde na Vale? Na barragem de Brumadinho?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não, ele fica na MAC, na Mina de Águas Claras, em Belo Horizonte, Nova Lima.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito bem.

Fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Eu vou... Como eu estava inscrito, eu não sei se...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Tenha dó de mim, Presidente. Eu sou diabético, eu preciso me alimentar.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Daqui a pouco, se a Senadora não vier, eu também vou ter que pedir uma substituição...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu tenho que comer a cada três horas.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – ... porque eu também tenho que fazer...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Hipoglicemia.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Vamos passar para o Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para interpelar depoente.) – Eu lhe agradeço, Presidente.

Eu vou ser rápido, até porque o Senador e Relator brilhante, Carlos Viana, já fez aqui perguntas que eu não quero repetir. Mas algumas que V. Exa. fez eu mudaria só a forma de questionamento, até porque somos nós dois do mesmo ramo de comunicação e cada um tem um perfil. Então, por exemplo...

Agradecidíssimo, Sra. Ana Lúcia, pela sua atitude de brasileira, de cidadã de estar aqui e de não procurar os gilmares mendes da vida para lhe dar *habeas corpus*. Quero que se registre em ata aquele que a gente dispensou, mas que a Senadora Selma e eu estamos fazendo um requerimento pedindo a quebra de sigilos bancário e telefônico, o Makoto e o outro que também havia conquistado ontem o *habeas corpus*, que se registre que quem deu o *habeas corpus* para ele foi o Ministro Gilmar Mendes. Mas isso é só para a sociedade brasileira saber.

Quem da empresa Vale, Sra. Ana Lúcia, contratou a empresa Tractebel, para que fique bem entendido? E a quem essa pessoa – é aí que eu preciso da sua colaboração – estava subordinada?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – O senhor faz uma pergunta difícil, porque eu sou técnica. Então, eu entro....

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Mas eu estou aqui para fazer pergunta difícil mesmo, não é?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Eu entro na fase técnica. Eu me lembro de que, quando a gente iniciava esses processos, a gente sempre conversava com o Sr. Washington.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Com o Sr. Washington?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Isso.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O Senador Carlos Viana já anotou o nome dele, não é, Senador? Está aí anotado?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Agora, eu não sei se havia uma pessoa de outra área que fazia contato para pedir essa proposta, para fazer esse trabalho.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – A respeito da vistoria realizada por V. Sa. na Barragem nº 1 da Mina Córrego do Feijão, no início de 2018, pergunto: quem da



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

empresa Vale recebeu o laudo elaborado por V. Sa. e a quem essa pessoa estava subordinada? Eu insisto na palavra subordinada.

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Bom, os laudos eram enviados para o Washington Pirete e ele distribuía para as pessoas, principalmente para as pessoas de operação da barragem, o pessoal da instrumentação, porque eles que tinham que saber quais eram as condições, quais eram as recomendações.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sim.

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Essa é a hierarquia que eu conheço.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pergunto ao Relator Carlos Viana: esse Washington já está convocado por nós ou podemos requerer?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Nos laudos de Brumadinho, nós temos outros nomes: o Sr. Grandchamp e o Sr. Alexandre Campanha, que está presente aqui, que eram os que estavam diretamente ligados à questão do acompanhamento da segurança de Brumadinho.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Esse nome do Washington para nós, então, é uma novidade?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Por enquanto, não. Ele está no nosso radar, mas, por enquanto, ele não tem nenhuma ligação direta com o que aconteceu. A Vale tem dois outros prepostos que assinaram os laudos.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Perfeito. Adorei o radar, viu...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Está no radar!

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sra. Ana Lúcia, posteriormente à vistoria que deu origem à Declaração de Condição de Estabilidade (DCE), assinada em março de 2018, a empresa Tractebel realizou outra vistoria à Barragem nº 1 da Mina Córrego do Feijão. Caso positivo, peço a sua atenção nessa colocação, por fineza, qual foi o resultado dessa vistoria? E, caso negativo, V. Sa. saberia dizer por que não foi realizada?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não, depois da declaração emitida em março, nós fizemos uma inspeção em junho porque, até aquele momento, seríamos nós os responsáveis pela próxima declaração de setembro.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – E qual foi o resultado?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – O resultado é que a barragem estava nas mesmas condições de segurança, ou seja – eu vou falar assim –, bem roçada, sem presença de trincas visíveis, sem presença de surgência, a não ser pelo início de implantação de drenos horizontais no maciço da barragem.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Minha última pergunta não é só a V. Sa., profissional, engenheira, é também a V. Sa., ser humano, como pessoa. Permita-me! Já houve aqui a colocação, vou fazê-la de forma diferente.

A Tractebel tinha dúvidas quanto à estabilidade da barragem que acabou vitimando mais de 300 pessoas em Brumadinho. Se tinha, Sra. Ana Lúcia, por que não tornou isso público? A responsabilidade social – a senhora concorde ou não com o que vou falar –, a responsabilidade social não deveria estar acima de quaisquer cláusulas comerciais?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não tenho dúvida que sim. Até onde a gente avaliava, a gente não tinha dúvida. O fato de o parâmetro não ser o mesmo que a gente praticava, de início, não gerava um indicativo de ruptura iminente. Mas eu não tenho dúvida de que, se houvesse essa preocupação, era responsabilidade social. Mas, analisando e tendo um fator de segurança... Até porque a gente foi inspecionar, e a barragem não tinha mudanças de condição. Não havia uma dúvida sobre a estabilidade até aquele momento. Eu acho que essa inspeção, não sei se o senhor tem a data aí, acho que foi dia vinte... Foi de junho, não é?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Junho.

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Alguma coisa de junho.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Perfeito.

Bem, Presidente, Wellington Fagundes, Senador, por respeito a V. Exa., eu tinha outras perguntas, mas vou parar por aqui, e por respeito também ao meu estômago – hipoglicêmico.

Então, eu fico satisfeito e vou aguardar apenas o requerimento que foi feito aqui, a mão, pela competente Senadora Selma. Eu não daria conta de fazer...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Está certo.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ela fez o requerimento, aqui, agora – eu vou aguardar para assinar junto com ela –, que é para quebrar os sigilos bancário e telefônico. Foi uma proposta inicial feita por mim. Assim que ela chegou a esta reunião, ela também fez a mesma colocação minha. O Relator Carlos Viana entendeu. A Presidente Rose de Freitas, no momento, não entendeu, mas posteriormente entendeu. A gente não vai abrir mão deste requerimento para que a CPI tenha realmente conhecimento do que, nos segredos telefônico e bancário... Que o advogado do primeiro convocado que estava aqui, Makoto, disse que já está à





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disposição. Se já está à disposição, como disse a Senadora Selma, nós queremos ter acesso a esses dois sigilos.

Obrigado, Presidente.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu gostaria de dar sequência aqui ao que a Sra. Yoda colocou.

Sra. Yoda, em junho de 2018, nessa revisão periódica, já pela TÜV SÜD, a empresa indicou a instalação dos chamados drenos horizontais profundos e disse que durante a instalação poderia existir um evento chamado fraturamento hidráulico. Vocês não perceberam a necessidade disso?

Eu gostaria que a senhora nos explicasse como funcionam esses drenos orientais e o que de fato é um fraturamento hidráulico.

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Horizontais.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Horizontais, me perdoe, drenos horizontais profundos.

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Esse dreno é, vamos dizer assim, um instrumento, dizendo o próprio nome, de drenagem. Ou seja, eu faço uma perfuração no maciço, tentando tirar a água que está lá dentro. É um procedimento normal de se fazer, mas que exige muito cuidado.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E o que é esse fraturamento hidráulico?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Fraturamento hidráulico é porque, ao perfurar um maciço compactado, pode ser que você insira muita, você tenha que inserir pressão ou água para poder avançar com a perfuração. Ao fazer isso, pode ser que a água tome um outro caminho, em vez de voltar pelo próprio furo que eu estou perfurando, ela percorra um outro caminho. Então aí é possível quebrar a ligação dos materiais do solo pela água, né?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E como é que se toma essa decisão para indicar a colocação de drenos horizontais?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Ah, tem que fazer um estudo. Um estudo rigoroso.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Como? O que se coloca nisso?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Bom, primeiro, assim, você tem que fazer um estudo do que você precisa rebaixar, de como você quer rebaixar essa freática e, em segundo lugar, uma especificação muito rigorosa para avançar com essa perfuração. Tem que ser muito cuidadoso.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E até o momento em que a senhora e a Tractebel cuidaram, não foi percebida a necessidade desses drenos?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não porque, assim, a gente estava em um outro estudo de estabilidade. Como a auditoria avalia a documentação, até então a documentação que a gente tinha praticava outros parâmetros de resistência que indicavam outros fatores de segurança.

Então até aquele momento, a posição de que a freática estava dentro do maciço, a posição da água dentro do maciço, para ser mais clara, não comprometia a estabilidade.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Esses drenos sendo colocados desnecessariamente também podem gerar algum problema na barragem?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Se eles forem bem feitos, não.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Agora, eu estou, assim, acho que quem está em casa nos assistindo também gostaria de saber, gostaria de insistir com a senhora sobre essa tomada de decisão. Se vai colocar um dreno lá é porque se sabe que tem muita água na barragem. A pessoa, quem fez a análise... Como é que se chega a essa conclusão? Por que que a Tractebel não chegou a essa conclusão e a TÜV SÜD chegou a essa conclusão?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – É porque a auditoria, ela não tem a prerrogativa de fazer um projeto. Vamos supor, a auditoria poderia indicar, assim: é necessário rebaixar o nível freático. Mas o estudo, a avaliação, tem que vir de uma análise matemática. E essa análise matemática é mais rigorosa e mais bem feita na revisão periódica. Não mais bem feita, ela é feita na revisão. A auditoria é uma avaliação. Então, assim, a documentação disponível, a instrumentação disponível, as condições de operação de água, as condições visuais da estrutura, isso que te indica na auditoria. Assim, se houvesse uma necessidade de que aquela água pudesse gerar um problema no fator de segurança, a auditoria teria por obrigação indicar um estudo, não pedir para fazer, porque pedir para fazer pode gerar um procedimento...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Uma responsabilidade.

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não, não é nem mais responsabilidade, mas sem a orientação correta. Você tem que fazer um projeto mesmo.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Os radares que foram colocados lá, essa tecnologia permite saber a questão se é preciso ou não esses drenos?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não, porque o radar mede deformação, não é?, deslocamento. Então, essa presença de água, a única maneira de medir é com os piezômetros.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Colocados lá.

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – É, na barragem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Juíza Selma. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. Para interpelar depoente.) – Percebe-se, Dra. Ana, que, ao chegar aqui, a senhora estava extremamente nervosa. Parece que melhorou um pouquinho.

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Continuo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – É. Continua muito nervosa. O que leva a senhora a esse nervosismo tão grande?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – É um ambiente em que eu nunca vim, né? Nunca estive aqui.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – E as consequências do seu depoimento também a levam a ficar nervosa, por se comprometer?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Não?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Como técnica... A senhora na verdade era uma funcionária da empresa, não é?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Isso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Continua até hoje, não é?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Sou. Sou.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – E como funcionária, a senhora pode falar o salário que a senhora recebe, não?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Posso falar, assim, o salário?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – É. É uma pergunta.

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Ah, eu não gostaria.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Não?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Vocês recebem, além do salário, algum dividendo...

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – ... em final de ano, pelo resultado da empresa...

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Não.

A senhora acha que ganha bem ou mal? Ou normal?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Eu acho que eu ganho normal.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – O normal. O normal para a área.

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – É.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Eu estou fazendo essas perguntas porque, claro, foi colocado aqui, não só o Presidente... Aí se está falando... O Senador falou de uma indenização de 40 milhões e de salários muito altos dos diretores.

Esses contratos com as empresas, com a empresa que a senhora trabalha, são vultosos? A senhora tem ideia?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não sei dizer.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Eles são pagos anual, mensal... Como é?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Desculpa, eu não sei dizer. É porque eu sou da área técnica.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Totalmente técnica.

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – É.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Não tem conhecimento nessa área?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não. Não. Das...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – A senhora já respondeu que em momento algum se sentiu pressionada, aqui, por assinar qualquer laudo...

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Como a senhora viu e qual a sua impressão, qual o seu sentimento na hora em que a senhora se deparou com prisões de técnicos que fizeram os laudos?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Ué, é ruim, não é? É triste ver isso, porque você estuda e pensa que está fazendo o melhor, não é? Então, achei triste.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – É injusto?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não sei avaliar isso. Isso quem tem que saber, quem tem que julgar é a Justiça, não é? Eu não sei avaliar.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – O custeio dessa sua defesa, de estar aqui com advogados, isso está sendo bancado pela empresa?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Acredito que sim.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Mas aí a senhora pode, tem que responder. É a senhora que está pagando?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Não.

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Tem que ser a empresa.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – A empresa na qual a senhora é vinculada.

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Em que eu atuo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – A que a senhora é vinculada.

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Em que eu atuo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Essa questão que, como leigo também a gente vê, colocada muito pela imprensa como um absurdo, de serem mantidas comunidades abaixo da represa, a senhora, como técnica, que via isso, como ser humano, como a senhora se manifestava? Ou nunca se manifestou? Via aquilo e fazia vista grossa? Como funcionava?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não é questão de fazer vista grossa. A auditoria, ela é contratada ou percebida para avaliar as condições de segurança da estrutura. Se eu avalio as condições de segurança da estrutura e indico ao empreendedor, ele tem a prerrogativa de tomar as decisões do que há a jusante. Não é a prerrogativa da auditoria dizer: "Você não pode ter gente abaixo, você não pode fazer isso". A prerrogativa é avaliar a condição de estrutura da estrutura, condição de segurança da estrutura em si.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Mas a senhora, como técnica... A senhora falou que a comunidade técnica, que vocês estão estudando razões, vocês estão discutindo. E, quando aconteceu com Mariana, isso também não foi discutido pela comunidade técnica? Como foi o comportamento de vocês, técnicos? A senhora está dizendo que trabalha há 20 anos na área específica; é uma técnica específica. Como cidadã, como ser humano... Aconteceu Mariana, o que a comunidade técnica fez, apresentou, estudou, discutiu depois de Mariana?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Acho que o que a gente tentou estudar e discutir é como avaliar melhor as condições de segurança. Nós tivemos o avanço, que era a inspeção ou auditoria semestral, que antigamente era feita anual e passou a ser semestral. Então, todo o empenho da comunidade é na avaliação da estrutura, porque é nisso que a comunidade técnica pode ajudar. Essa percepção do que há a jusante é feita no estudo de mancha e passada para o empreendedor.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sr. Relator, eu penso que... Eu não quero aqui acusar a Sra. Ana Lúcia, mas, na verdade, a área técnica não advertir a empresa daquele risco após Mariana eu penso que é uma certa omissão realmente de quem está trabalhando especificamente nessa área.

Mas eu ainda indago à senhora: esses laudos técnicos que são feitos por vocês às empresas vocês assinam. A empresa tem responsabilidade, e as pessoas físicas que estão assinando também têm responsabilidade. Explique para nós, de forma mais didática e, talvez, de forma mais simples e não extremamente técnica, o grau de índice de risco de acidentes quando vocês fazem os laudos.

Eu observei na imprensa que vocês assinam que aquela represa tem o mínimo de risco. Não sei se tem laudo em que é o máximo. O mínimo de segurança, o máximo de segurança e o médio de segurança existe como classificação?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não. Na auditoria, não. Auditoria é uma avaliação, vamos dizer, determinística. São as condições da estrutura que estão lá no momento.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Pois é, aí os laudos são feitos com mínima condição de segurança, média condição de segurança, alta condição de segurança?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não. Isso é a classificação da legislação.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Isso.

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não de condição de segurança, mas de categoria de risco.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Isso! Como é? Explique isso.

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Isso é uma metodologia que está no DNPM, na Portaria 7389, talvez – estou esquecendo o número –, que categoriza a categoria de risco das estruturas. Essa categoria é, vamos dizer, uma soma de notas definidas pela legislação quanto às características técnicas, o estado de conservação e o plano de segurança. Então, por exemplo, características técnicas: se a barragem possui instrumentação, se a barragem tem projetos – são essas coisas –, o estado de conservação, se ela é uma barragem bem mantida, se o sistema extravasou e não apresenta danos estruturais. E, quanto ao plano de segurança, é isso, é saber se o empreendedor segue esses planos de segurança quanto ao monitoramento, inspeção quinzenal, se ele tem equipe disso... Então, isso é definido pela legislação.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Mas tem mínima, média e máxima...

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – De categoria de risco?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – De categoria...

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Tem, só que a pontuação é que te indica isso.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Dos laudos que V. Sa. assinou, o último, vamos dizer, que nível que era?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – De qual estrutura? De qualquer estrutura? De B1 específica?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – É, específico.

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – De B1 era categoria de risco baixa.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Categoria de risco baixa.

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Mas isso não é classificado pelo auditor, é classificado pela legislação.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Não, mas no laudo que vocês assinam deve estar muito claro isso, ou não?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Está.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Nesse caso específico que nós estamos tratado, de Brumadinho, que nível era?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – De categoria de risco baixa.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – De categoria de risco baixa?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – É.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – E, após o que aconteceu, no entendimento da senhora, como técnica, ao assinar esse laudo de categoria baixa, isso traz uma responsabilização – ao seu entendimento – criminal?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Não?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não, porque não sou eu que classifico, há uma normativa para classificá-la e eu tenho que seguir essa normativa. Então, teríamos que mudar a normativa para fazer uma outra classificação.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Então, de forma mais clara aqui, porque, além de conhecimento nosso, o Brasil também está assistindo... Como nós tivemos aqui antes um depoimento em que ele se negou, sob proteção da Justiça, a falar, e a senhora vem aqui, de forma, ao contrário, apesar de estar nervosa, a gente sente que está fazendo todo o possível para ser não só honesta, como sincera, enfim, está procurando colaborar, nessa linha, ao assinar esse documento, qual nível de responsabilização a senhora entende que a empresa tem e o técnico que assinou?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Da veracidade daquelas informações. Desculpa, acho que talvez eu não esteja entendendo bem a pergunta.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Porque eu quero chegar exatamente na isenção ou na culpabilidade de quem assina – o técnico – o laudo. Em qualquer profissão, sou médico veterinário, se você faz uma cirurgia e você – como o médico ou qualquer um – esquece uma pinça lá, você vai ser responsabilizado por aquilo. Se você dá um laudo, qualquer laudo, você tem a responsabilização individual.

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Claro.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Eu quero saber exatamente qual é a responsabilização individual do técnico que assina. Por isso que a pergunta foi feita, se vocês receberam pressão da empresa. Qual é a responsabilização específica do técnico?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Eu acho que ela é dada pela legislação, né? Tanto é que essas pessoas estão sendo investigadas, eu estou aqui prestando esclarecimentos. É responsabilidade de quem faz uma avaliação.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Não, nós queremos chegar à culpabilidade também. Nós queremos encontrar legislação para que possamos ter mais segurança no futuro, mas precisamos saber a responsabilização, esse nível de responsabilização. Onde os técnicos têm essa responsabilização? E o acidente que ocorreu foi um acidente... A senhora diria... Qual é a causa principal desse acidente?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Eu não sei dizer.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Não sabe dizer?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não, a causa principal do acidente, não. Não sei. Eu entendo que isso vai ter de ser analisado por todas as evidências que há. Eu saí de lá em junho de 2018 e acompanhei essa estrutura até junho de 2018. E até 2018, eu tinha um retrato de como ela estava. Após esse período, eu não sei...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sr. Relator, eu sei que nós chegarmos a essas definições será o complicador, buscar exatamente a responsabilização.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Se eles que fazem cálculo não conseguem dizer nada... Mas nós aqui já temos muito material para...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Eu vi uma matéria que dizia que, nos Estados Unidos, há cinco mil represas com possibilidade de risco alto de rompimento. Como é isso no Brasil e no mundo?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Eu sei da legislação do Brasil porque eu atuo aqui. A de lá eu desconheço.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Mas a senhora poderia avaliar? Porque nós, em função do que aconteceu em Mariana e Brumadinho, já aprovamos aqui um projeto de lei em relação à questão das barragens, porque, inicialmente, a preocupação era a barragem de rejeito mineral e acabou sendo com barragens hídricas de modo geral. Daí a minha preocupação, inclusive, porque, quando se faz uma lei na pressão, normalmente ela não é uma lei boa de se cumprir.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É claro que você fazer uma barragem hídrica, de água só, sem rejeitos... Às vezes, você necessita fazer isso acima das comunidades exatamente para abastecê-las de água. A minha preocupação é que aquilo que votamos aqui e que vai ser votado na Câmara dos Deputados não inviabilize amanhã até o abastecimento de água das cidades. E aí eu cito o caso da nossa capital Cuiabá, em que houve uma grande enchente na década de 70, e me foi apresentado um projeto, depois, por um engenheiro, que era a construção de uma barragem, a Barragem de Manso, que é um lago de 40 mil hectares, cujo objetivo era não só a geração de energia, que não era tão relevante, mas o controle de enchentes do Rio Cuiabá, a perenização do Rio Cuiabá, a reservação de água para o abastecimento da população – porque, hoje, realmente, muitas cidades do Brasil não têm água reservada –, além do turismo e tudo mais. Mas um rompimento de uma barragem como essa, claro, vai destruir muito mais as cidades, porque agora são 40 mil hectares. Então, nem tanto ao céu, nem tanto ao mar.

Como a senhora pode contribuir? Não sei se a senhora acompanhou esse projeto que aqui aprovamos... De que forma a senhora entende... A senhora pode dar alguma sugestão para todos nós da CPI em termos de legislação ou até de como chegar aos verdadeiros responsáveis pelo que aconteceu em Brumadinho?

Com isso, eu encerro, Sra. Presidente.

Eu quero até parabenizá-la, Dra. Ana, porque eu sei que V. Sa. chegou aqui nervosa, mas a senhora é um ser humano. Deve ser chefe de família, mãe...

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Sou.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Claro, quantas pessoas, quantas famílias estão lá nessa condição?

Então, aqui, é claro, todos nós somos seres humanos e queremos, sim, buscar os responsáveis, mas nós queremos também buscar fazer com que o que aconteceu com Mariana e Brumadinho não aconteça mais, porque, senão, nesta CPI também, amanhã, se isso tudo continuar acontecendo, nós vamos também nos sentir até às vezes culpados pela falta, digamos, de chegar ao objetivo final, que é exatamente evitar os acidentes.

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Eu acho que o senhor partiu de um ponto muito importante: fazer uma barragem inicia-se com um projeto bem feito. Então, o projeto inicial é o mais importante – é o método, são as pesquisas –, é o início, porque, depois, é isto, é avaliar como ela se comporta. Mas o nascedouro é importante. Então, o projeto inicial é muito importante. Agora, como controlar essas agora, para frente, eu acho que cabe uma discussão mesmo dos técnicos e dos legisladores para que a gente consiga chegar a um melhor padrão mesmo, de mudar categorias de risco, de avaliar essas coisas, porque hoje a legislação está em um padrão que a gente tem que realmente reavaliar.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sra. Presidente, Sr. Relator, a minha...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Só me permita, dentro do seu raciocínio, saber se a sua empresa ainda mantém contrato com a Vale.

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Isso eu não sei dizer.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não sabe dizer.

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Eu estava nesse trabalho de auditoria e sei que esse foi paralisado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A senhora teve esse trabalho até quando, o de auditoria?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Parou na auditoria em setembro, não é?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não, Senador.

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Nós não emitimos mais declaração.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – No Brasil, nós sabemos que, principalmente na questão da infraestrutura, a manutenção deixa muito a desejar. Eu já exemplifiquei, é uma área em que eu trabalho muito, a questão da infraestrutura, e aí há as estradas e ferrovias, enfim. Nas nossas estradas, de modo geral, o índice de conservação é muito aquém do necessário. Um exemplo que eu coloco aqui são as pontes nas nossas estradas federais, Senadora Selma. Nos contratos de manutenção das estradas, normalmente não está incluída a manutenção das pontes. Todas essas pontes são feitas de concreto nas estradas federais. Entre o pilar e a base da ponte, existe um material que funciona como um amortecedor, exatamente para não bater concreto com concreto. E aquilo tem uma vida útil, aquele material tem uma vida útil. E, na maioria das pontes brasileiras, esse nível de manutenção não é feito. Então, a durabilidade dessas pontes... Diminui muito a sua vida útil, assim como aconteceu em Belo Horizonte, inclusive, com o rompimento lá, queda de viaduto. Imagine a que nível nós chegamos!

Então, a minha preocupação aqui é exatamente que a CPI também possa trabalhar no sentido não só das barragens de rejeito mineral. O nome é CPI de Brumadinho, mas, na realidade, nós queremos ir muito além do que é a responsabilização nossa, no sentido de antever ou de fazer com que no Brasil se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

volte a fazer, principalmente, a manutenção de barragens, não só de rejeito mineral, mas também de hidrelétricas, porque uma barragem de uma hidrelétrica, conforme a situação, pode dizimar muito mais até do que o que aconteceu com Brumadinho.

Então, é essa a situação que eu quero aqui colocar para a Presidente e para o Relator. Com a minha presença nesta CPI, expresso a minha preocupação.

Se a senhora tiver algum comentário a fazer, eu gostaria... Da minha parte, então, eu dou por encerrado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – V. Sa. tem a palavra.

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – É isso que eu falei. Acho que a gente tem que fazer uma discussão mesmo, como legisladores, na comunidade técnica, para que isso se estenda. Mas tudo isso nasce com um projeto, não é? Um projeto com critérios, bem desenvolvido, bem aplicado, bem executado minimiza muito esses riscos.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu passo a palavra à Senadora Selma, para que ela possa fazer suas perguntas.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Para interpelar depoente.) – Sra. Presidente, eu gostaria de pontuar, antes de iniciar as perguntas, que, durante essa semana que se passou, eu procurei um pouco de auxílio técnico e consegui um material aqui com o Sr. Márcio Correia de Amorim, que é chefe do Serviço de Segurança de Barragens no meu Estado. Ele se põe à disposição inclusive para, em uma reunião informal, explicitar algumas dúvidas que são naturais. Eu percebi o Senador Wellington Fagundes com algumas dúvidas até no sentido de saber fazer a colocação da pergunta. Eu tenho muitas também, mas eu só quero colocar isso à disposição da CPI – e assim ele se colocou e me pediu que lhes desse o recado –, no sentido de nos dar esse conhecimento técnico que nos deixe mais desenvoltos para fazermos as perguntas.

A minha primeira pergunta, Sra. Ana, é no seguinte sentido: essa barragem pode ser classificada como barragem tipo "bonde"?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Tipo *pond*?

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – É.

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Não?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Como ela era?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não, porque *pond* é uma estrutura pequena, diminuta, não é? Ela era uma barragem de grande porte.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – De grande porte?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – É.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Todos os lados aproveitavam alguma coisa da geografia, da topografia local?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – As laterais têm que aproveitar, porque a barragem fecha nas laterais, não é? É isso.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – E nos outros dois...

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Na frente, não.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Não. Está bem. Muito bem.

A senhora disse que o dano potencial avaliado era de risco baixo.

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – É para responder?

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sim, senhora.

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não. É que são diferentes. O dano potencial é diferente da categoria de risco. O dano é exatamente o dano que ela pode causar ao se romper. Então, o dano potencial dela era alto. A categoria de risco, que tem a ver com as condições em que ela é mantida e com a documentação que ela possui, é que era baixo.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Então...

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – O dano potencial dela era alto.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Ótimo. Então, se o dano potencial dela era alto, embora o risco não fosse alto, era necessário que essa empresa cumprisse algumas obrigações legais, inclusive essa de se fazer a inspeção a cada seis meses.

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – É. Na verdade, todas as barragens têm que ser inspecionadas a cada seis meses, não só as de dano alto, mas as de dano médio e as de dano baixo também.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Com potencial alto.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não. As de dano potencial baixo e as de dano potencial médio também têm que ser inspecionadas a cada seis meses.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Nós precisamos...

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Toda barragem que se enquadra na lei de segurança tem que ser inspecionada, tem que passar por auditoria.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sim! E quando ela se enquadra na lei de segurança?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Depende da altura e do volume.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Um volume de mais de três milhões de...

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Isso.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – ... litros? É isso?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – É. De metros cúbicos.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Altura de 15m?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Isso.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Isso?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Isso.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – E o dano potencial médio alto?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Até baixo também. Se ela assim... Há barragens auditadas que têm dano baixo, ou seja, eu não tenho o impacto a jusante nem de pessoas nem de meio ambiente. Então, elas são consideradas de dano baixo, mas são auditadas semestralmente.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Eu falei litros. São três milhões de metros cúbicos. Desculpa! Muito bem.

A senhora estava respondendo a algumas perguntas aqui do Senador Wellington Fagundes, e ele a questionou sobre a questão da localização daquele restaurante. E a senhora disse que não era o foco.

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Do alcance da auditoria.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Não era o foco da auditoria.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A empresa não tinha a obrigação de elaborar um mapa? Acho até que a senhora utilizou esta expressão: mancha ou mapa de inundação.

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não a empresa de... Não a auditoria, não é? A empreendedora Vale, sim, tinha esse mapa.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Certo. Mas, para vocês darem um relatório ao final, vocês inspecionavam se esse mapa estava correto. Ou não?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Sim, sim.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – E esse mapa falava da possibilidade de inundação do restaurante?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Sim.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Falava?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Sim.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – E, ainda assim, a senhora deu uma declaração dizendo que não havia dano?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não. Eu não dei a declaração de que não havia dano.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Desculpa! Disse que o dano era baixo?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não, não, não. Eu não dei a declaração de que o dano era baixo, nem categoria de risco. Eu dei a declaração da condição de segurança da estrutura, da estabilidade da estrutura.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Mesmo analisando o mapa de inundação?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – É que isso não tem a ver com a condição de segurança da estrutura, tem a ver com o que ele atinge.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Correto.

Sra. Presidente... Eu gostaria só de pedir a atenção dos senhores, apenas por conta disso, porque eu acho um pouco intrigante. Se um dos fatores que deveriam ser analisados para a concessão dessa declaração... E essa declaração tem que estar acompanhada de um relatório de inspeção de segurança. Não é isso?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Isso.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Então, se essa declaração, acompanhada do relatório de inspeção, tinha que, obrigatoriamente, analisar o mapa de inundação, ou seja, o que eles falam "mancha", ou seja, a área que poderia ser atingida, por que é que antes a empresa para a qual a senhora trabalhava, a Tracto...

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Tractebel.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Por que a Tractebel concedeu essa declaração de condição de estabilidade?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Porque a condição da estrutura era estável, tanto é que ela não sofreu nenhum dano nesse período. O haver população a jusante é uma coisa, como o Senador acabou de falar aqui... Quando você faz uma barragem de abastecimento, há pessoas a jusante, comunidades a jusante. Essa é a prerrogativa. Você até fez essa barragem para abastecer essa comunidade a jusante. O fato de ter pessoas a jusante não tira a condição de estabilidade.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – O fato de haver uma grande concentração de pessoas exatamente no local que seria o primeiro atingido em caso de acidente não tira a condição de estabilidade da barragem?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – A estabilidade física, não. Aí cabe ao empreendedor entender que ele ou pode ou não pode ter...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – A senhora quer me dizer que a área analisada tem que ser apenas o local estrito da barragem, não é todo o local onde as pessoas estão trabalhando, não são todas as condições topográficas, não é esse mapa de inundação? Não?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não. Eu estou entendendo o seu questionamento, mas eu digo assim: a condição de segurança da estrutura... Vamos supor: se eu tivesse uma barragem, se não houvesse ninguém a jusante e se ela não tivesse condição de estabilidade, ela não a teria só porque não há ninguém a jusante. Assim, talvez seja esse também um critério a verificar na legislação.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Entendi.

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – O que a gente avalia é a condição física, a condição física, a de estrutura. Havendo uma pessoa, zero ou mil, a condição física da estrutura é que é avaliada.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Correto. O que eu não consigo entender é por que a senhora precisa, para fornecer essa declaração, verificar esse mapa de inundação, se ele não faz diferença nenhuma.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não, ele faz diferença porque isso faz parte do plano de segurança da barragem. Sabendo que o empreendedor tem uma barragem de dano alto com pessoas ou impacto ambiental a jusante, ele tem que apresentar esse plano, ele tem que ter um plano de contingência, de sirene.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – E qual era esse plano de contingência? Qual era o plano, é óbvio, a senhora não vai saber me dizer. Mas era coerente o plano de segurança com essas condições, com esse conjunto de condições, inclusive com esse mapa de inundação, doutora?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Do praticado, que eu me lembre, sim.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Como assim, do praticado?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Todas as barragens têm esse plano, não é? Então, ele demonstra onde a mancha atinge, as pessoas que são atingidas, o que a mancha atinge e o nível de comunicação de um evento ou de um possível evento.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Correto. Então, a senhora olhou o mapa de inundação, olhou o plano de segurança da barragem na época, e nada disso lhe fez achar que havia algum tipo de perigo para aquelas pessoas?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Como a condição de segurança até então era recomendável, era satisfatória, não havia uma indicação disso.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Muito bem! Eu quero lhe perguntar o seguinte: a senhora disse que a empresa para a qual a senhora trabalhava, a Tractebel – é isso? –, foi substituída pela TÜV SÜD porque houve uma mudança nos parâmetros ou nos critérios de análise. A senhora pode ser mais específica?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Havia uma divergência de critério, porque, nas novas análises realizadas pela empresa, o fator de segurança para uma seção específica, uma seção junto à ombreira esquerda, dava fator de segurança de 1,09, e não era um fator de segurança que a gente estava acostumado a praticar.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Qual era o que os senhores estavam acostumados a praticar?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – De 1,2 a 1,3.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Para considerar seguro?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Para considerar aceitável, seguro.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Para considerar aceitável?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Isso.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Então, a Tractebel, se continuasse prestando esse serviço, teria dito que aquele local não estava seguro?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Aí eu teria que ter mais elementos. Só pelo fator de segurança, como é uma seção específica, podia não ser suficiente, eu ia ter que ter mais elementos, estudar melhor esse caso.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Eu não consigo entender o que a senhora está tentando me explicar, eu devo ter algum problema de deficiência de intelecto.

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – A senhora me disse que é obrigada a analisar o mapa de inundação, mas ele não faz a mínima diferença. Depois a senhora me disse que é obrigada a analisar o plano de segurança, mas esse também não é levado em consideração. Agora a senhora está tentando me dizer que, pelo parâmetro utilizado pela empresa que foi contratada, a conclusão seria a de que o nível de segurança seria de 1,09, enquanto a Tractebel aceitaria como nível de segurança mínimo 1,2 a uma vírgula...

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – A 1,3.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – E a senhora não sabe me responder se 1,08 é menor que 1,2.

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não, eu sei responder isso. Só que, até onde a gente estava analisando, existia um fator de segurança; depois, era outro, e já era outra empresa. Então, eu não tenho todos os elementos.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Qual é o fator de segurança? Qual era um, e qual era outro?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Um era 1,3, só que com determinado jogo de parâmetros de resistência. Esse jogo de parâmetros de resistência do material do solo foi revisto, e o fator de segurança passou para 1,09. Então, até onde a gente...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Vocês chegaram a iniciar esse trabalho?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Chegamos a fazer a inspeção, não é?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Chegaram a fazer a inspeção. E, na sua conclusão, o fator a que vocês chegaram era de 1,09?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não, não. Aí, na documentação disponibilizada para a análise, o fator de segurança era de 1,09. Foi aí que a gente divergiu do critério. Provavelmente, ele não seria aceito.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – O.k.! Então, bem claramente falando, bem claramente falando, a empresa Tractebel chegou a fazer a inspeção e chegou à conclusão, segundo os critérios da empresa Tractebel, de que aquela barragem não estava em condições de segurança. É isso?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não. Chegou à conclusão de que aquele fator de segurança não era adequado.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Dá na mesma, não é, doutora? Se o fator de segurança adequado é de 1,2 a 1,3 e se o constatado é de 1,08, estou lhe dizendo que a senhora, ou a empresa em que a senhora trabalhava, concluiu que não havia segurança. E, concluindo essa inspeção, foi entregue algum laudo para a Vale?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Não?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – O que aconteceu? Por que a Vale mudou de empresa e trocou de critério se não havia nenhum laudo que dissesse que ela não estava...

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Porque ela entendia que a outra empresa teria mais elementos para avaliar.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Como é que a Vale ficou sabendo desse resultado a que vocês chegaram?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Da avaliação?

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – É.

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Nós os notificamos.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Ah, então, vocês fizeram um documento notificando a Vale?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não. Primeiro, foi um contato telefônico.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Ah é?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – É.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Com quem a senhora conversou?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Com o Sr. Washington Pirete.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Washington Piete?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Pirete.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Então, a senhora ligou e falou: olha, o fator de segurança está em 1,08.

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Isso.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Foi isso? E o que ele respondeu para a senhora?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Ele falou assim: "Bom, por essa divergência de critério, então, entendo que, talvez, a TÜV devesse continuar com as análises."

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – O.k.! Estou satisfeita, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu ouvi os seus depoimentos lá de dentro, onde eu fazia uma reunião administrativa.

É evidente que nós temos que ressaltar aqui o comportamento de V. Sa. ao comparecer a esta Comissão, ao se dispor a fazê-lo. Eu tenho perfeita noção de que a senhora, como brasileira, deve sentir as consequências de tudo que foi feito, mas há algumas coisas inimagináveis: depoimentos que são verbalizados, conversas telefônicas. E nós estamos falando agora de vidas, de consequências, de uma empresa que, diante da usura nos seus negócios, levava em conta o lucro, e não a condição da vida humana.

Eu não quero fazer com a senhora nada diferente do que são as atribuições do nosso trabalho, ressaltando que a senhora tem um comportamento diferenciado hoje nesta Comissão. Mas entenda que nós vamos...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria ressaltar o nome, Juíza, que há pouco ela falou, o do Pirete. Na cadeia da logística de trabalho, ele exerce qual cargo?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Ele era o gestor desse contrato de auditoria.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ele era o gestor de contrato.

Se alguém na Comissão não assinar, eu gostaria de oferecer como sugestão ao Relator que ele também seja convocado.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Com certeza, Sra. Presidente.

E eu gostaria apenas de fazer mais uma pergunta de que eu me esqueci.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois, não.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Inclusive na fundamentação do pedido de quebra de sigilo telefônico e bancário que está sendo feito em desfavor de Makoto Namba, nós tínhamos a notícia até então de que a Tractebel é que se negou a fazer, com um resultado favorável à Vale. Agora, a senhora está dizendo que telefonou para essa pessoa e que ela disse: "Não, então, nós vamos atrás da TÜV SÜD". É isso? Ele é que não quis continuar o contrato de vocês, enfim, para a elaboração desse atestado.

O que eu quero lhe perguntar é o seguinte: vocês receberam honorários por isso? E quanto foi?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Desculpe, eu não tenho essa informação, porque eu sou da área técnica. Não sei os valores do contrato, não sei quanto custa infelizmente.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – O.k.!

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu gostaria...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Então, eu acho que é uma verdade já estabelecida aqui ou pelo menos uma versão diferente já estabelecida aqui, senhores, é exatamente de que não houve negativa da Tractebel; houve a recusa por parte desse indivíduo especialmente em aceitar o laudo que a Tractebel iria fornecer cujo conteúdo iria desvendar o baixíssimo nível de segurança da época.

Obrigada.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Presidente, eu gostaria que a Sra. Yoda esclarecesse para nós sobre essa mudança no nível de segurança. O que foi colocado em questão, foi a resistência dos materiais? O que levou a essa mudança na avaliação até de certa forma repentina? A senhora nos diz que todos os outros estavam regulares, mas que, de um para o outro, mudou de 1,3 para 1,09. Por quê?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – É a consideração dos parâmetros de resistência dos materiais. Havia uma avaliação diferente do que estava sendo feito anteriormente, e isso baixava o parâmetro de resistência do material. Então, era como se fosse menos resistente.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Essa mudança se deveu a quê, essa mudança de parâmetro?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – A uma reavaliação da geotecnia desses novos avaliadores. Eu não saberia dizer... Como eu depois parei com o trabalho, eu não saberia dizer se houve ensaios. Mas houve uma reavaliação dos parâmetros.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu gostaria, então, que a senhora detalhasse para nós aqui como é que foi a conversa com o Sr. Washington Pirete, como é que foram os detalhes que a senhora passou, por favor.

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – A gente conversou sobre isso, sobre essa divergência de critério uma vez que o parâmetro de segurança não era o... O fator de segurança não era mais o mesmo que a gente costumava praticar. Foi isso que a gente relatou para eles, falando assim: "Esses novos estudos trazem fatores de segurança diferentes dos que a gente pratica".

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E ele anunciou ali que trocaria a sua empresa por outra?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Ele se posicionou, dizendo que eu deveria consultar a bibliografia, porque estava embasado esse novo fator de segurança para outras análises e que, ao consultar essa bibliografia, eu poderia ter dúvida e gastar mais tempo por conta do tempo de auditoria, que é da emissão da declaração. E aí ele comunicou que ele entendia, se a gente concordaria que continuassem os estudos com a TÜV, não é?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E a senhora não se manifestou em mais nada depois disso com ele?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Com ele?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não foi questionado mais nada sobre esse assunto?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Sobre a...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sobre essa mudança nos índices de segurança.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Sobre a mudança nos índices de segurança, não.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Isso não foi comunicado à empresa por escrito? Vocês não fizeram um relatório para a empresa sobre isso?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não. Como a quantidade de barragens era flutuante, não. A única comunicação que a gente fez foi um pedido de esclarecimento sobre os drenos que estavam sendo executados.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Vocês têm um contrato com a Vale, ou devem ter outros ainda. A senhora não sabe dizer, não quis responder, mas outros...

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Não, não sei.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Para que houvesse uma troca de uma empresa para outra, não seria necessário que a Tractebel formalizasse esse relatório e recebesse da Vale a notificação de que seria substituída?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Eu não saberia responder isso ao senhor.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A senhora passou isso para os seus superiores?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Passei.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Isso ficou claro para a empresa sobre esse assunto?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Ficou.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O.k., Excelência! Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu gostaria de ainda... Não sei... Ouvi todo o relato que me foi possível ouvir na reunião administrativa. Eu fiz algumas perguntas que a senhora deve ter respondido. E eu ainda queria fazer uma última pergunta, ainda a respeito da vistoria realizada em janeiro de 2018, sobre a existência de instalações residenciais a jusante da barragem: era razoável, pouco perigoso ou muito perigoso?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Se a barragem é segura, é razoável. Mas acho que hoje a gente vai rever isso, porque várias barragens têm ocupações a jusante, várias!

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – E posteriormente à vistoria que deu origem à declaração de condição de estabilidade, assinada em março de 2018, a empresa Tractebel realizou outra vistoria na Barragem nº 1 da Mina Córrego do Feijão?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Sim, em junho.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Em junho?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Em junho.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Isso gerou um relatório?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Geraria o relatório para setembro, que não foi finalizado pela mudança das empresas.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Então, fica uma série de indagações. Por exemplo, de seis em seis meses tem que fazer uma vistoria, não é isso?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Você chamaria de vistoria ou de auditoria?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Na verdade, é auditoria que conta com uma inspeção, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Mas, obrigatoriamente, é feita de seis em seis meses?

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – De seis em seis meses.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Se em junho houve outro relatório, passando para setembro... Em julho, agosto, setembro, nós estávamos no interregno de uma próxima auditoria, que, consequentemente, não foi realizada por causa óbvia. Mas eu queria perguntar por que não foi alertado se, nesse decorrer, logo em seguida, haveria outra auditoria. Por que não se sentou num estado de observação, dizendo que o interregno poderia estar a caminho de um comprometimento desconhecido pelos senhores? É a chamada medida acautelatória, que faz com que a gente tenha certa preocupação com aquilo que pode causar danos efetivos ao meio ambiente, a pessoas e tudo mais.

A SRA. ANA LÚCIA MOREIRA YODA – Até aquele momento de inspeção, o que tinha mudado, no nosso conhecimento, era esse fator de segurança. Então, isso foi notificado ao empreendedor, e, dali para frente, eu não saberia dizer à senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu vou dizer à senhora que, no oitavo mandato da minha vida pública, eu nunca me senti como estou me





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sentindo, tão impotente diante dessas circunstâncias, devidamente amparada... Acabei de receber solicitações de todos os outros Senadores desta Comissão.

Eu vou agradecer a sua presença.

Li que se baseou aqui na questão dos *habeas corpus* conferidos a outras testemunhas.

Li com atenção. Disse, no relatório que depois vou distribuir para a imprensa, que resguardava o direito de liberdade das testemunhas, como se aqui fôssemos prender alguém, caso necessário, se se chegasse a esse extremo. Evidentemente, essas testemunhas iriam contribuir muito para a CPI. Eu não sei se quem nos ouve ou quem nos assiste sente o que estou sentindo agora, uma total impotência, que nós vamos superar com outras atitudes, tendo em vista os acontecimentos.

Eu agradeço à senhora por ter vindo e quero que a senhora saiba que nós podemos necessitar da senhora novamente. Queremos contar com essa colaboração, como foi realizada até aqui.

Portanto, a senhora está dispensada desta audiência.

Quero fazer um comunicado, pedindo que esse comunicado possa ser feito na presença do Relator e dos demais...

Sintam-se à vontade! Estão dispensados.

Eu quero, tendo em vista... Eu queria contar com a presença do Relator, para que eu pudesse fazer um comunicado.

Tendo em vista os acontecimentos que nos descalçaram nesta produção de todos os depoimentos importantes de testemunhas que iriam contribuir muito para que essa CPI caminhasse no sentido de ter obrigações de apurar os devidos fatos, de responder à sociedade e de punir, ajudar na punição dos responsáveis, eu gostaria de contar com a presença aqui do Sr. André Jum Yassuda e do Sr. Alexandre Campanha. Eles estão aqui, no recinto? *(Pausa.)*

Isso é demorado ou não?

Então, eu vou fazer o comunicado, Sr. Relator, conforme entendimento com os outros membros da Comissão.

Tendo em vista que eles estão amparados pela decisão liminar do STF, que assegura o seu direito de ficar em silêncio e resguarda inclusive todas as ações que poderiam ser pertinentes à atitude que aqui tomassem na condição de testemunhas... *(Pausa.)*

Sr. Alexandre Campanha, eu pediria que o senhor só aguardasse o comunicado que vou fazer, por favor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sabemos do nosso cerceamento pela decisão do STF e da obstinação de todos os membros, reafirmada agora na reunião administrativa que estão votando na CCJ em relação ao que é imprescindível para o trabalho de V. Exa. e para o trabalho desta CPI.

Quem está faltando?

Quero explicar para vocês que, não sei por quê, as testemunhas não puderam ficar no mesmo local. Eu tenho certeza de que nós teríamos bastante empenho em apartar qualquer desentendimento. Eu acho que não era o caso.

Sr. André Jum Yassuda e Sr. Alexandre Campanha, boa tarde!

Eu queria cumprimentar os que estão aqui na condição de testemunhas da CPI, amparados por essa liminar do STF, com o direito de ficarem em silêncio.

Sabem os senhores – o senhor advogado, sobretudo – que isso prejudica por demais o trabalho desta CPI, mas...

O senhor não tem direito à palavra. Desculpa!

O SR. LEONARDO BANDEIRA (*Fora do microfone.*) – É só uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor não pode proferir questão de ordem.

O SR. LEONARDO BANDEIRA (*Fora do microfone.*) – Ele vai responder às perguntas da Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Todas?

O SR. LEONARDO BANDEIRA (*Fora do microfone.*) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Todas as perguntas?

O SR. LEONARDO BANDEIRA (*Fora do microfone.*) – Todas as perguntas.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor nos surpreende. Isso nos surpreende.

Ao depoente em questão, eu gostaria de perguntar ao senhor: o senhor vai permanecer em silêncio?

O SR. ANDRÉ JUM YASSUDA – Excelência, por orientação do meu advogado, vou permanecer em silêncio, sim.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não. Muito obrigada.

Tendo a decisão de V. Sas. reafirmada amparada por decisão do STF, eu quero dizer, em relação ao primeiro depoente que aqui esteve, em relação ao senhor que aqui está, esta Comissão vai recorrer das decisões perante o STF. Nós chegamos à conclusão de que o julgamento desse recurso carece, inclusive, de uma nova exposição de motivos, para que nós possamos ter essa contribuição. Sendo ela negada ou não, cabe-nos realmente fazer o recurso para que seja revista – não é, Sr. Relator? – a decisão liminar do STF.

Portanto, vou liberar o senhor para que não precise responder. Disse insistentemente que permanecerá em silêncio. Já conhecemos a sua intenção, a sua posição.

Em contrapartida, temos outro depoimento importante. Ele, agora, aqui nos surpreende ao dizer que responderá às perguntas. É isso?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Sim, Senadora. Boa tarde!

Da mesma forma que fiz quando fui solicitado a prestar depoimento à força-tarefa em Minas Gerais, estou aqui para prestar o depoimento e os esclarecimentos que se fizerem necessários e para contribuir com o trabalho desta CPI.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor tem cinco minutos na abertura.

Eu gostaria de dispensar o outro depoente.

O senhor é o advogado? É o mesmo do primeiro?

Então, estou comunicando formalmente a decisão desta Comissão de recorrer da decisão liminar do STF, para que a gente possa efetivamente tentar reverter essa decisão, para que o senhor possa contribuir muito para os trabalhos desta CPI.

Agradeço, de qualquer maneira, a presença.

Concedo a V. Sa. cinco minutos para fazer a preliminar do seu depoimento.

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Eu gostaria de dar boa tarde à Sra. Rose de Freitas, Presidente desta Comissão; ao Sr. Senador Carlos Viana, Relator desta CPI; aos demais Senadores membros desta CPI e às demais pessoas presentes, só reforçando que estou aqui para prestar os esclarecimentos que estiverem ao meu alcance, para responder às perguntas e para contribuir com os trabalhos desta Comissão.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Passo a palavra ao Relator para que ele possa fazer as perguntas a V. Sa.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Alexandre Campanha...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Só esclarecendo, ele tem cinco minutos para perguntar, e o senhor, a cada pergunta, tem cinco minutos para responder.

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Sim, Senadora.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Alegro-nos muito o seu posicionamento, uma vez que nós aqui queremos dar respostas a todos os brasileiros, às pessoas que nos acompanham em relação a essa tragédia de Brumadinho.

Nós temos ouvido aqui, inclusive, o posicionamento do Presidente da sua empresa, um posicionamento de colocar nas instâncias inferiores a culpa, a responsabilidade, e também dos auditores, que, como o senhor percebeu aqui, não estão dispostos a colaborar.

Entendo que o senhor, ao falar, ao se posicionar sobre as perguntas que eu fizer, estará dando uma contribuição à sua história, porque os brasileiros querem uma resposta. Nós estamos aqui para que aquilo não volte a acontecer, para que profissionais como o senhor, no futuro, não enfrentem situações como as que nós estamos hoje vivendo no País.

Fico muito satisfeito e tenho certeza de que os meus colegas todos me acompanham nesse sentimento.

Sr. Alexandre Campanha, o senhor ocupa a função de Gerente Executivo de Geotecnia Corporativa da Vale. O senhor também é ou já foi membro do Comitê Corporativo de Riscos, que é presidido pelo Diretor da Vale Luciano Siani. O senhor está a meio caminho entre a direção da empresa, acima, e as áreas operacionais de risco, abaixo. Então, o senhor pode colaborar muito para o esclarecimento dos papéis, das responsabilidades, do que foi feito e do que deixou de ser executado.

Com certeza, o senhor vai querer contestar aqui as afirmações do Sr. Makoto Namba que estão na ação civil pública, dadas à força-tarefa, sobre o senhor ter ou não pressionado a TÜV SÜD a assinar um laudo. O senhor tem o direito de contestar naturalmente, mas eu gostaria também de entrar em outras questões.

Um dos pontos importantes para esta CPI e que nós precisamos esclarecer é a questão do fator de segurança das barragens. Esclarecendo para os presentes e para quem está nos assistindo, o fator de segurança é um número que é obtido por meio de um cálculo de diversos elementos de segurança. Esse número tem que alcançar um valor mínimo para que a barragem seja considerada segura. Uma das



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

discussões é qual seria o fator de segurança mínimo para que uma barragem seja considerada segura ou não. Muitos organismos internacionais dizem que, na condição não drenada, o fator mínimo seria de 1,3, tanto que a própria ANM, em resolução publicada já depois do desastre, estabeleceu esse índice.

Depois do desastre de Mariana, a Vale criou um encontro anual com especialistas nacionais e internacionais para debater a segurança de barragens. Esse encontro é o Piesem.

A informação que nós temos, Sr. Alexandre Campanha, é de que o senhor participava regularmente tanto do Piesem nacional quanto do Piesem internacional.

Eu vou ler aqui um trecho das conclusões do Piesem nacional que aconteceu de 18 a 20 de junho de 2018. Na ata, está escrito:

Com relação ao critério de projeto em termos de fator de segurança, o painel é de opinião que FS maior do que 1,3 é adequado para este tipo de análise, condição não drenada, em comparação com o FS de 1,5, sugerido em outros casos, já que o modo de falha requer a atuação de gatilho, cuja probabilidade de ocorrência tende a ser baixa. Além do mais, as caracterizações de resistência não drenadas dos rejeitos conduzidos pela Vale já formam um acervo considerado, que permite a adoção do fator de segurança igual a 3.

Antes desse encontro nacional, houve um encontro internacional em dezembro de 2017, que também discutiu o fator de segurança.

Com isso, eu pergunto ao senhor: o senhor esteve no Piesem internacional de dezembro de 2017 e no Piesem nacional de junho de 2018?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Sim, Senador, eu estive nos dois encontros.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor se recorda de esse assunto ter sido abordado nos dois encontros?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Sim, esses dois assuntos foram abordados nos dois encontros.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor conversou com algum funcionário da Vale sobre as conclusões do painel de especialistas? Indicou à Vale que adotasse a posição recomendada?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, os painéis, tanto internacionais quanto nacionais, tinham a participação de várias áreas da empresa: área de geotecnia corporativa, área de geotecnia operacional, área de engenharia. Então, todas as pessoas tiveram acesso a essa informação.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A representante da Tractebel, que saiu daqui há pouco, disse-nos que, em junho, o índice com as mudanças dos critérios chegou a 1,8, 1,9, e que a empresa Vale





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

decidiu, então, trocar a Tractebel pela TÜV SÜD, em busca de outro índice que garantisse mais segurança.

O senhor participou disso, dessa decisão?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, chegou ao meu conhecimento que, no mês de junho de 2019, houve uma reunião entre profissionais da Vale e da Tractebel para discutir a continuidade dos trabalhos de auditoria na Barragem de Brumadinho que estavam sendo feitos pela Tractebel. Nessa reunião, a Tractebel colocou a necessidade de realizar novos ensaios e novas análises, e os profissionais da Vale disseram que a TÜV SÜD tinha acabado de realizar esse trabalho de ensaios e análises, devido ao trabalho realizado na revisão periódica de segurança de barragens.

Então, foi discutida com a Tractebel a possibilidade de a Tractebel deixar de fazer a auditoria na Barragem de Brumadinho relativa a setembro de 2018, e houve uma concordância, tanto dos profissionais da Vale que estavam lá quanto dos profissionais da Tractebel, de que não haveria problema em a TÜV SÜD assumir esse trabalho, pelo conhecimento que a TÜV SÜD já tinha da Barragem de Brumadinho e em função de tudo que ela tinha feito no primeiro semestre de 2018.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor pressionou a TÜV SÜD a assinar esse laudo de estabilidade da barragem, como o Sr. Makoto Namba declarou em depoimento à Polícia Federal?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, nunca pressionei o Sr. Makoto. Nunca fiz nenhuma pressão a nenhum funcionário da TÜV SÜD. Nunca participei de nenhuma reunião isolada com nenhum funcionário da TÜV SÜD.

O Sr. André Yassuda, em seu depoimento dado à força-tarefa no dia 30 de janeiro, não cita nenhum tipo de pressão e fala, em seu depoimento do dia 25 de fevereiro, que a declaração assinada por ele em junho de 2018 se baseou em critérios técnicos e se baseou no trabalho de consultores da TÜV SÜD que atestaram a segurança da estrutura.

O Sr. Makoto diz em seu depoimento, em 30 de janeiro... Não cita nenhuma pressão feita por nenhum funcionário da Vale e cita que atestou a segurança da barragem com base em critérios técnicos.

No dia 1º de fevereiro, também em depoimento à força-tarefa de Minas Gerais, o Sr. Makoto cita que, após uma pergunta que eu fiz a ele, ele sentiu uma pressão feita por mim relativa à minha pergunta.

Eu gostaria de avançar um pouco mais, Excelência. No dia 25 de fevereiro, o Sr. Makoto dá um novo depoimento à força-tarefa, em que ele diz que, após uma pergunta feita por mim, ele entendeu a minha pergunta como sendo uma pressão, mas que atestou a segurança da barragem com base em critérios técnicos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Excelência, no dia 26 de fevereiro, o Sr. Makoto também dá um depoimento à força-tarefa de Minas Gerais, dizendo novamente que atestou a segurança da estrutura com base em critérios técnicos e que atestaria novamente, porque a condição técnica era normal e a barragem estava em condições de melhoria, e que entendeu a minha pergunta como sendo uma pressão.

A pergunta que fiz a ele foi a seguinte: "Sr. Makoto, a TÜV SÜD já tem um posicionamento sobre a declaração da condição de estabilidade?". Qual o porquê da minha pergunta? A Portaria 70.389, de 2017, do DNPM, estabelece que, até junho de 2018, as empresas deveriam entregar o trabalho de revisão periódica de segurança de barragens e que, nesse trabalho, que é um relatório técnico, deveria constar uma declaração da condição de estabilidade, declaração essa que, no Anexo 3 da portaria, estabelece um padrão, um formulário, de modo que todas as empresas possam fazer de uma forma única. E, nesse documento, especifica que o auditor e o responsável técnico da empresa têm que atestar ou não atestar a estabilidade da barragem.

Eu queria complementar também que, em depoimento prestado por pessoas que estiveram nessa referida reunião, já disseram que não houve nenhum tipo de coação de minha parte ao Sr. Makoto.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – As recomendações que foram feitas pela TÜV SÜD foram cumpridas pela Vale, no quesito de segurança da barragem?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, eu gostaria de citar o seguinte: existem duas áreas técnicas e de geotecnia na empresa. Há uma área técnica de geotecnia corporativa, ligada à Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento de Ferrosos, cujo papel e atribuições são: dar suporte técnico à área operacional, quando solicitado; consolidar informações vindas das áreas operacionais com relação às barragens; gerar critérios, especificações para os suprimentos contratarem as empresas que vão prestar serviço de auditoria e revisão periódica. Também cabe à área de geotecnia corporativa fiscalizar esses contratos, para avaliar se os contratos estão sendo... Avalia se as empresas estão executando o contrato conforme o escopo contratado. E também tem o escopo de fazer projetos de geotecnia para futuras expansões da Vale.

Existe uma área técnica operacional, ligada à Diretoria de Operação, cuja responsabilidade é fazer gestão de segurança da estrutura e monitorar, inspecionar, controlar a barragem. As inspeções feitas pela área técnica operacional precisam ser cadastradas no banco de dados interno da empresa e também registradas no banco do antigo DNPM, hoje ANM. Essa área também tem por atribuição validar o relatório técnico das auditorias, validar as recomendações feitas pelas empresas auditoras, colocando os prazos e os responsáveis pela realização das recomendações. Essa área também tem por atribuição assinar... Um responsável técnico dessa área tem por atribuição assinar a declaração de condição de estabilidade junto com o auditor. Essa área também tem por atribuição controlar o risco.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu não tenho condição de afirmar para o senhor sobre o cumprimento das recomendações, porque cabe à área técnica operacional fazer isso. As informações que chegavam até mim, vindas da área operacional, eram que as leituras e os instrumentos não apontavam nenhum tipo de anomalia.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Alexandre, uma questão sobre a qual ainda pairam muitas dúvidas é o mal funcionamento dos piezômetros, os aparelhos que medem a pressão da água instalados lá na barragem B1.

Uma série de mensagens de *e-mail* que foram divulgadas pela imprensa mostra que, desde 10 de janeiro, tínhamos piezômetros automáticos com leituras discrepantes. Além disso, havia cinco piezômetros que não estariam funcionando. Na véspera da tragédia, dia 24 de janeiro, houve uma troca de mensagens sobre o assunto, onde ainda se discutiu o que deveria ser feito. Foram 15 dias em que a Vale não sabia exatamente o que estava acontecendo com a barragem e não tomou nenhuma ação imediata com relação à leitura dos dados.

Por isso, eu pergunto ao senhor: o senhor tem conhecimento sobre por que nenhum técnico da Vale foi até a barragem fazer a leitura manual dos piezômetros? O senhor acha normal essa atitude, considerando que a barragem estava na chamada Alarp Zone e que, portanto, demandava maior atenção? Quem seria o responsável da Vale para resolver o problema dos piezômetros? Quem poderia assumir essa responsabilidade?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, eu tomei conhecimento dessa informação após o rompimento. Existe...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Qual informação?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A de que os piezômetros estavam com leituras discrepantes.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Qual é a responsabilidade dele?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pode perguntar, Senadora.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu saí da Presidência porque tenho que presidir uma comissão para eleger a Procuradora da Casa, mas eu queria entender... Posso perguntar, Relator? Permita-me?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É claro! Perfeitamente!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Quero só conectar as ideias, para que eu não perca o raciocínio, porque vou continuar assistindo.

Qual é mesmo o cargo que o senhor tem na Vale? Eu queria ouvir isso do senhor.

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Sou gerente da área de geotecnia corporativa.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A quem o senhor era subordinado?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Eu era subordinado ao Diretor de Planejamento e Desenvolvimento de Ferrosos, Lúcio Cavalli.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – É o...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não, não é nenhum dos dois.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Qual é o outro de que nós falamos e que é o diretor... A Vale não tem Vice-Presidência, não é?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – É o Poppinga.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Então, um diretor desses parece que exerce quase o papel de Vice-Presidente nesse contexto, que é o Poppinga, o Sr. Poppinga, que é o Diretor da Área de Ferrosos. Não é isso?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – O Sr. Peter Poppinga é Diretor-Executivo da área de Ferrosos e Carvão.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E os piezômetros são ou não são de responsabilidade do senhor?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Os piezômetros não são de minha responsabilidade, Excelência. Existe... Para cada barragem, existe um responsável técnico com respectiva ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) para inspecionar, controlar e monitorar a barragem.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois é. Então, continue o seu raciocínio, por favor.

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – No caso da Barragem B1, de Brumadinho, Feijão, a ART responsável era a Engenheira Geotécnica de nome Cristina Malheiros...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ela seria a responsável por isso?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – ... subordinada à Gerência Técnica de Geotecnia Operacional.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor disse que ficou sabendo depois. Então, continue o seu raciocínio, a sua resposta, por favor.

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Esse *e-mail*... Tomei conhecimento, após o acidente, desse *e-mail*. O profissional responsável pelo monitoramento, controle e inspeção... Existe uma equipe técnica, de técnicos, que faz a leitura dos instrumentos. No caso da Barragem de Brumadinho, existiam cerca de 200 instrumentos. Essas leituras são registradas num banco de dados da empresa chamado Geotec, e cabe ao engenheiro geotécnico responsável fazer as análises da leitura desses instrumentos para avaliar a *performance* da estrutura.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Há algum um relatório que foi elaborado? Só estou tentando entender o raciocínio. Há algum relatório que, porventura, o senhor conheceu, ouviu falar? Alguém denunciou que isso apresentava problemas que depois originaram o rompimento da barragem? Existe algum relatório?

Na verdade, na cadeia de responsabilidades, a todo momento, nós encontramos alguém que não fez alguma coisa porque não sabia. Há outros que fizeram, mas havia dados discrepantes, como o próprio Relator abordou.

Eu queria saber se o senhor conheceu algum relatório que porventura incidisse sobre a sua área e que demonstrasse, nesses relatórios, alguma fragilidade dessas barragens em consequência da sua responsabilidade ou de outrem.

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, no painel internacional realizado em outubro de 2018, foi feita uma apresentação...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Citado pelo Relator?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Sim, citado por S. Exa. o Senador Carlos Viana. Foi feita uma apresentação pela TÜV SÜD sobre a Barragem B1 de Brumadinho. Nesta reunião, os nossos membros do painel reconheceram a qualidade do trabalho da TÜV SÜD; posteriormente, houve uma visita de campo com a equipe do painel de especialistas, que reconheceram também a melhoria das condições de segurança da barragem.

A barragem tinha uma declaração de estabilidade elaborada pela empresa TÜV SÜD, e as informações...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Isso... Até quando foi o último atestado de regularidade das barragens, estabilidade e tudo mais? Quando foi o último relatório que o senhor sabe?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – O último relatório feito pela TÜV SÜD foi em setembro de 2018, quando ela atesta condição de segurança da estrutura.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Não foi o que a Ana Lúcia falou.

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – E o *report* que vinha da área técnica operacional responsável pela segurança da barragem é que as leituras dos instrumentos não mostravam nenhum tipo de anormalidade.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Então, a Sra. Ana Lúcia, que esteve aqui... Eu não quero interromper o trabalho do Relator...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Fique à vontade.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... mas é só porque vou me retirar, e o Presidente será o Jaburu, e eu voltarei em seguida, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Kajuru.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Kajuru. Eu não sei por que eu estou errando seu nome, eu peço mil perdões. Mas como quem chamava o filho de Rafael, e ele chamava Gabriel... (*Risos.*)

O senhor me perdoe.

A senhora que esteve aqui um pouco antes afirmou que não foi possível a elaboração desse relatório em setembro.

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, foi feita uma reunião com a empresa Tractebel no final de junho para debater o trabalho de auditoria que estava em curso pela Tractebel, cujo prazo de previsão era setembro, e foi colocado pela Tractebel a necessidade da realização de novos ensaios, de uma série de análises, momento esse...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Isso – desculpe perguntar – isso em... Qual a data em que foi feito isso? Porque têm que casar esses depoimentos, não é possível! Não foi possível, não foi feito, e agora o senhor disse que foi feito.

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – A reunião com a empresa Tractebel foi realizada no final do mês de junho para discutir a continuidade do trabalho da auditoria de segurança. Nesta reunião, foi colocado pelos profissionais da Vale presentes que existia uma série de dados, informações e análises já realizadas pela TÜV SÜD no primeiro semestre de 2018 no trabalho da revisão periódica de segurança



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

de barragens e que, em comum acordo com a Tractebel... E a Tractebel concordou que o trabalho deveria ser repassado para a TÜV SÜD pelo maior conhecimento que a TÜV SÜD tinha da barragem em função de tudo que ela já tinha realizado anteriormente.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Entendi.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Alexandre, uma pergunta: a Vale é quem está fornecendo ao senhor o serviço de advocacia ou é o senhor que está pagando?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, existe um protocolo na empresa que me garante escolha do advogado que seja de minha confiança e dos advogados para atender aos meus interesses.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E é a Vale, portanto, que fornece para o senhor o serviço?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Sim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, vamos dar sequência aqui.

Nós estamos trabalhando aqui com as informações que foram dadas pelo próprio Presidente da Vale, que aqui, onde o senhor está, declarou claramente que ele não sabia. Os resultados que ele recebeu foram de responsabilidade, como eu disse, das instâncias inferiores e daqueles que estavam abaixo dele, ou seja, ele se isentou e colocou para os gerentes e diretores tudo que está acontecendo. Então, nós estamos tentando entender aqui qual é a sua participação ou não, porque o senhor também está deixando claro, muito bem orientado, quais são os pontos até do cronograma da empresa.

Então vamos lá! Sr. Alexandre Campanha, à p. 4.130 da ação civil pública, tem início um documento muito interessante: Relatório de Inspeções Cruzadas 2018. Foi uma iniciativa da Vale fazer inspeções cruzadas nas dez barragens com maior probabilidade de risco. Isso foi feito nos dias 19 e 20 de novembro de 2018. Os resultados, pelo cronograma, seriam apresentados no dia 7 de dezembro, no mesmo ano de 2018, portanto pouco mais de um mês antes da tragédia.

Para esse trabalho, a Vale escolheu alguns engenheiros: da área de gestão de risco, foram Washington Pirete, Wagner Castro e Willyan Debastiani; da área Sul e Sudeste, foram escolhidos Ricardo Leão, Andréa Dornas, Cesar Grandchamp. Esse último também virá à CPI.

Eu lhe pergunto o seguinte. A apresentação fala de ações em andamento para a redução de risco; entre elas é citado o início da lavra mecânica na Barragem B1. Isso aconteceu?

Outro item é o desvio de água da área de contribuição do reservatório, ou seja, os próprios engenheiros, na inspeção cruzada, já começaram a perceber que mudanças seriam necessárias. Isso seria a nascente de água a jusante da barragem. Quando esse desvio foi feito? O que o senhor sabe sobre esse assunto?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, com relação à lavra da barragem, não foi feita nenhuma lavra da barragem até a data do rompimento.

Com relação ao desvio de água da nascente a montante da barragem, na visita de campo que acompanhei do painel de especialistas, em outubro de 2018, foi verificado que foi feito um desvio da nascente para que a água caísse no extravasor da barragem.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Esse início da lavra foi adiado por conta da percepção de risco da barragem ou por outro motivo?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – A lavra da barragem... Excelência, a lavra da barragem não aconteceu. Existia um processo de licenciamento no órgão estadual de licenciamento de Minas Gerais, e um dos itens era o licenciamento da barragem. Então, para lavar a barragem, precisava do licenciamento, mas também havia uma recomendação da TÜV SÜD de que, antes de iniciar a lavra, era necessário serem feitas algumas adequações na estrutura.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Alexandre, uma das hipóteses para o rompimento da barragem é a de que um evento – o próprio Presidente da Vale colocou isto aqui – tenha provocado um gatilho do processo de liquefação da barragem; essas são palavras dele. Um desses gatilhos poderia ser a detonação de explosivos. Por causa disso, no relatório de revisão periódica da Barragem B1, a auditoria TÜV SÜD recomendou que fossem evitadas detonações nas proximidades da barragem.

Existiam ou não detonações programadas para o dia 25 de janeiro nas imediações da B1? O senhor sabe se, efetivamente, houve detonações no dia da tragédia ou nos dias imediatamente anteriores ao rompimento da barragem? O plano de fogo do Córrego do Feijão, que é o planejamento das detonações, foi alterado em função das recomendações da TÜV SÜD ou não?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, eu não tenho conhecimento dessa informação. Então, não consigo responder, porque essa atividade é uma atividade relacionada à área operacional, de responsabilidade da operação da mina.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu sei que o senhor não tem, mas o senhor ouve. Tinha ou não tinha explosões no entorno da barragem, Sr. Alexandre Campanha? O senhor... Perfeitamente, o senhor tem condições de escutar. Tinha ou não tinha explosões lá no entorno? A Vale detonava ou não dinamites no entorno da B1?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, o meu local de trabalho não era em Brumadinho. Meu local de trabalho era em Nova Lima. Então, eu não tinha condição de escutar nenhum tipo de detonação na mina do Córrego do Feijão.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Alexandre, com relação ao refeitório e às instalações administrativas da Vale logo abaixo da barragem, o que o senhor tem a nos dizer sobre isso? O senhor



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

não poderia também, durante os relatórios, os encontros sobre segurança, ter feito questionamentos sobre isso ou sobre a experiência de Mariana, que rompeu, matou 19, e poderia romper Brumadinho a qualquer momento, com todos os seus colegas ali, logo à frente da barragem? Isso não passou... Ninguém nunca tocou nesse assunto, Sr. Campanha?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, queria dizer que essa ocorrência em Brumadinho me causou profunda tristeza, um sentimento de vazio muito grande, porque pessoas morreram, famílias estão sofrendo com a perda de seus entes queridos, eu perdi colegas de trabalho, pessoas com quem convivi bastante tempo da minha vida profissional. Então, de fato, essa tragédia marcou a vida de muitas pessoas.

Com relação ao restaurante e às unidades administrativas que ficavam abaixo, dentro do PAEBM, que é um documento exigido pela ANM, antigo DNPM, existe um anexo chamado Mancha de Inundação. Nessa Mancha de Inundação, você tem, no caso de rompimento da barragem, qual seria a propagação da mancha. Esse PAEBM era do conhecimento da área técnica operacional responsável. Inclusive, a área técnica assina o PAEBM. Então, quem tinha que tomar a decisão sobre a retirada do restaurante tinha conhecimento de que, em caso de algum rompimento, a mancha passaria pelas áreas administrativas.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Quem tinha... Quem era que tinha conhecimento sobre isso? Quem dos seus colegas era responsável? Porque o senhor é uma pessoa que conhece. O senhor tem quantos anos de Vale?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, eu tenho 23 anos de empresa.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, com 23 anos de empresa, o senhor conhece muito bem como funcionam os organogramas, as funções. Quem deveria, na sua opinião, ter tomado uma decisão e ter dito: "Olha, isso precisa ser mudado"?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, existem, dentro da empresa, alçadas de aprovações em função de valores financeiros. A primeira pessoa que poderia ter tomado a decisão para retirada do restaurante seria o gerente operacional da mina, de nome Alano Teixeira, que infelizmente veio a falecer no acidente. Acima do Sr. Alano fica o gerente executivo da operação, de nome Sr. Rodrigo Melo. E acima do Sr. Rodrigo Melo fica o diretor de operação, de nome Silmar Silva.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Na sua experiência – e agora, Sr. Campanha, não me responda como uma pessoa muito bem orientada pela Vale, pelos advogados; me responda como pessoa – onde é que foi o erro? Onde estão os erros nessa história? Onde é que nós precisamos mudar para que não aconteça de novo?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, é difícil apontar erros. Sabemos que existe uma comissão que está avaliando, investigando as causas do acidente. Eu fiquei detido durante 15 dias, então não tive muitas notícias, mas, após a minha prisão, eu tive notícia de uma nova deliberação da ANM, colocando a obrigatoriedade do fator de segurança de 1,3 nas barragens a montante. Eu entendo que essa orientação foi bastante pertinente, porque a Norma Técnica ABNT 13028, de 2017, não especificava com clareza qual o fator de segurança para a condição não drenada de uma barragem.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Todas as vezes em que a ANM propõe mudanças, o custo para empresa é alto? A empresa gasta muito dinheiro em implementar, em colocar em prática o que a ANM decide?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, no que tange ao assunto de estruturas geotécnicas, barragens, pilhas de estéril, não há restrição da empresa com relação a gastos relacionados a esses temas.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Depois de Mariana, para o senhor, que está há 23 anos e naturalmente passou por todo esse processo, o que mudou internamente sobre esse assunto, Sr. Alexandre, com relação à segurança de barragens?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, já existia uma... Existia já... As áreas de geotecnia, tanto geotecnia técnica operacional quanto geotecnia corporativa, já existiam. Após Mariana, houve uma reestruturação dessas duas áreas, definindo-se claramente papéis e atribuições dessas áreas. Houve investimento na empresa, estabelecemos painéis internacionais e nacionais, para os quais nós trazíamos pessoas com alto conhecimento – não só do Brasil, mas também do exterior – para discutir as questões das barragens. As áreas de geotecnia foram reforçadas do ponto de vista de trazer conhecimento técnico e mais profissionais para poderem atuar nessas áreas.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Alexandre Campanha, o senhor está repetindo aqui, em boa parte, o que disse o seu presidente. A mesma coisa ele nos disse aqui. Só que, quando a gente caminha sobre as avaliações que foram feitas pelas auditorias, a fala daqueles que quiseram – a própria Sra. Yoda, que estava aqui, Sr. Presidente Randolfe –, os outros dados todos que nós temos na ação civil pública... É impressionante como tentam nos colocar que todo o procedimento técnico estava correto! Estava tudo certo. Faziam-se as avaliações, os índices eram corretos, a segurança estava colocada. A única pessoa que poderia tomar a decisão sobre mudança do posicionamento dos refeitórios morreu junto.

Mas, Sr. Alexandre, onde é que está o erro? Quem era o responsável? Quem? Quem... Com todos esses dados e informações, quais as áreas da Vale que deveriam ter levado isso a sério e, quem sabe, evitado essa tragédia? Tem responsável ou não tem? Ou nós vamos dizer que foi um fator externo, como disse o presidente aqui?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, existe uma comissão que está investigando o acidente. Espera-se que ela vá chegar às causas do ocorrido. Existe também o trabalho da força-tarefa de Minas Gerais, que está trabalhando nas investigações. Existe uma área técnica operacional responsável pela segurança da barragem. Essa área técnica tem os seus respectivos RTs, que são pessoas que têm por atribuição cuidar da gestão de segurança da barragem.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O ex-presidente da Vale disse aqui que recebeu um único relatório atestando a segurança de todas as barragens. O senhor participou da elaboração, da apresentação desse relatório? Quem o elaborou?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, o relatório que foi apresentado ao comitê de risco da empresa foi elaborado pelo Sr. Felipe Rocha, e lá estavam contidas as 57 barragens avaliadas dentro da metodologia de análise de risco e as 10 barragens na zona de atenção.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu gostaria do seu posicionamento sobre uma questão que foi levantada aqui, que é a relação de contrato entre a empresa, não somente a Vale, mas as mineradoras, e as empresas de auditoria – eu diria até uma relação, de certa forma, promíscua, porque, quando uma empresa de auditoria diz que a barragem não está em segurança, a empresa troca, traz uma outra que atesta que a barragem está em segurança e 310 pessoas morrem.

O senhor entende – como experiente nesse assunto, não como funcionário da Vale – que a indicação de empresas de auditoria independentes de um contrato com a mineradora, empresas indicadas pela Agência Nacional de Mineração, poderia, pelo menos, nos dar mais segurança nas decisões, nos laudos?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, a responsabilidade de atestar a segurança ou não da barragem é da empresa auditora e também do profissional técnico.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas quem paga é a empresa contratante. O senhor, por exemplo, estava numa relação com a TÜV SÜD e foi levantada suspeita, segundo informação, de que o senhor teria pressionado o auditor a assinar. O senhor disse que não – é claro, naturalmente, está na sua defesa –, mas isso está lá nos autos, porque o senhor representava a Vale naquele momento. Não seria melhor uma relação com uma empresa independente, que se ativesse... ou os resultados fossem apresentados diretamente à Agência Nacional de Mineração? Isso não evitaria essa dependência econômica que existe entre os contratos?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, no intuito de contribuir, conforme foi uma pergunta que o senhor anteriormente me fez, eu acho que essa pode ser uma boa medida, mas eu gostaria de reforçar que já houve situações onde a empresa auditora não atestou a segurança da barragem e ela continuou prestando esse tipo de serviço para a empresa. Cito, por exemplo, a própria Tractebel, que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em 2016 não atestou a estabilidade de algumas barragens, e a Tractebel continuou e continua executando esse trabalho de auditoria para a empresa.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, nós estamos aqui acompanhando. Eu só gostaria que o senhor repetisse para mim de quem era a responsabilidade, ou pelo menos o poder decisório, de tirar o restaurante da frente lá da barragem, da área de inundação – da mancha, como vocês gostam de dizer?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, toda intervenção ou obra que é feita dentro de uma mina precisa ser autorizada pelo gerente da mina. Dependendo da alçada de aprovação financeira, o nível tem que subir para o gerente executivo e para o diretor operacional. No caso da Barragem de Brumadinho, a retirada do restaurante seria atribuição do Gerente Alano Teixeira, depois do Gerente Executivo Rodrigo Melo e, depois, do Diretor Silmar Silva.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A questão desses drenos horizontais profundos e o fraturamento hidráulico passou pelo senhor?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, desculpe-me.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não. Não se preocupe.

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Eu estava em viagem ao exterior na semana que ocorreu o evento. A Marilene, uma pessoa de minha equipe, me passou uma mensagem para me relatar o problema do DHP, porque estava sendo solicitada a presença do Consultor Paulo Abrão, que é um consultor que trabalha para a empresa, e o contrato do Paulo Abrão ficava sob responsabilidade de nossa área. Por esse motivo, ela me informou da situação do DHP.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O Sr. Paulo Abrão é quem prestava consultoria sobre segurança de barragens para a Vale?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, o Sr. Paulo Abrão era um dos nossos consultores, membro do painel de especialistas, tanto nacional quanto internacional.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Agora, o que ela de fato relatava para o senhor sobre essa questão dos drenos e essa questão do fraturamento hidráulico? Ali continha algum aviso de risco, de que a barragem poderia romper, Sr. Campanha?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – O que me foi relatado é que, durante a execução de um DHP, houve uma ocorrência. Essa ocorrência precisou ser contida. E, com as ações tomadas pela área técnica responsável pela barragem, foi sanado o problema e não haveria nenhum tipo de risco à estrutura.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Que ocorrência foi essa?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Ocorrência de uma... Excelência, eu não sou engenheiro geotécnico, pode ser que eu não tenha... Eu não tenho o conhecimento adequado, mas, quando você realiza o DHP – o DHP é um dreno horizontal profundo –, você precisa, para executar o dreno...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pressão ou água.

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – ... de pressão ou água. Então, na execução dessa pressão, houve algum tipo de problema que foi sanado posteriormente pela equipe técnica responsável.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas o senhor ficou sabendo que tipo de problema foi esse?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, pressão que teria causado algum tipo de erosão, fraturamento hidráulico...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim.

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – ... de pequenas proporções.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E de quem era a responsabilidade de acompanhar isso mais de perto, de dar mais atenção a essa questão do fraturamento hidráulico?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, a responsabilidade pela gestão de segurança da barragem é da equipe técnica operacional e dos profissionais que têm a RT.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Quem são eles, Sr. Campanha?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – O profissional de RT em monitoramento e controle da barragem é da responsabilidade da Engenharia Geotécnica Cristina Malheiros.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ela é que teria que ter prestado mais atenção, teria que ter dado – vamos dizer assim – mais sequência nessa questão dos fraturamentos?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – A responsabilidade pela gestão da estrutura, Excelência, é da área técnica operacional, de que eu citei o nome da Cristina Malheiros. O Sr. Cesar Grandchamp era o especialista técnico responsável que assinava a declaração de condição de estabilidade.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A sua responsabilidade se resumia à questão do contrato com o consultor ou o senhor também tinha responsabilidade sobre essa questão, essa ocorrência, o desdobramento dela?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, eu não tinha responsabilidade sobre o desdobramento dessa ocorrência, porque gestão de segurança de barragem e controle de risco é responsabilidade da área técnica operacional.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor teve notícia de que esse evento específico do fraturamento hidráulico depois, dentro da própria Vale, teve alguma sequência? Dos seus colegas, com relação a isso? Foi feito algum tipo de trabalho, de acompanhamento ou mesmo de levantamento e investigação sobre isso aqui? Porque nós estamos falando de um evento que não é comum, porque, todas as vezes em que fazem um DHP, os técnicos da ANM são muito claros em dizer que se injeta a água, e a água volta pelo próprio dreno, mas, dependendo da quantidade de água que houver dentro da barragem, essa própria água pode voltar por um local não específico e colocar em risco a barragem. Isso foi levado em consideração em algum painel da Vale, posteriormente a essa ocorrência, Sr. Campanha?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, o relato que chegou até mim foi que, após a ocorrência, a área técnica chamou um profissional de nome Armando Mangolim...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Armando...

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Mangolim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Espere aí, só um minutinho. *(Pausa.)*

Mangolim?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Sim. Armando Mangolim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Que ele fez uma inspeção na barragem e emitiu um relatório dizendo que a ocorrência tinha sido controlada.

Posteriormente a isso, o Sr. Cesar Grandchamp, que era o especialista técnico da área, decidiu suspender a realização dos DHPs e discutir com a TÜV SÜD uma nova tecnologia para drenagem do nível freático da barragem.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas o senhor sabe por que ele suspendeu? Porque o procedimento correto até aquele momento era o que estava sendo proposto. Por que ele suspendeu? Era grave o que tinha sido colocado ali?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, eu não tenho conhecimento sobre isso.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas foi o Sr. Cesar Grandchamp quem determinou a suspensão do procedimento?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Sim. O Sr. Cesar Grandchamp, como especialista técnico, recomendou a suspensão da realização dos DHPs.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sem mais perguntas, Sr. Relator?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Por enquanto, não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Bem, Sr. Relator, senhores presentes, primeiro, peço desculpas. Estávamos na CCJ. Havia duas matérias de maior interesse sendo votadas, a PEC do orçamento impositivo e o relatório do projeto de lei em relação à cota da participação feminina nos processos eleitorais. Em decorrência disso, o meu atraso em estar presente nesta Comissão, mas quero aproveitar, ainda, acompanhando o depoimento do Sr. Alexandre, para terceirizar aqui, se assim me permite, uma pergunta que é na verdade do Senador Kajuru.

O que foi feito pelo comitê executivo de riscos a respeito da situação crítica da Barragem I da Mina Córrego do Feijão, antes do rompimento? Alguém foi alertado? Se alguém foi alertado, quem foi alertado?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, análise de risco... A consolidação da análise de risco de todas as barragens de dano potencial alto foi apresentada no comitê de risco da empresa, em setembro de 2018.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas alguém foi alertado? Quem foi?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Estavam presentes nessa reunião o gerente corporativo de risco da empresa, que é a pessoa responsável em fazer... a pessoa que ter por atribuição fazer os *reports* para a diretoria executiva.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor pode detalhar mais uma vez qual foi o papel da Sra. Cristina Malheiros, que era a responsável técnica da mina?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, a Sra. Cristina Malheiros é ART, ou seja, ela tem anotações...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ART é...?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Ela tem a anotação de responsabilidade técnica de inspecionar, controlar e monitorar a barragem. E as leituras dos instrumentos e as inspeções têm que ser reportadas a cada 15 dias para o banco de dados interno da empresa e para o banco de dados externo da ANM.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso foi feito?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, eu não tenho conhecimento se a Sra. Cristina fez essa atividade, mas é atribuição dela fazer.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas o senhor, como gerente da geotecnia, não deveria inspecionar, não deveria ter essa informação, na escala hierárquica?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, a área de geotecnia corporativa não tem por atribuição acompanhar o monitoramento e a inspeção das barragens. Cada barragem tem o seu profissional qualificado e dedicado a isso, e ele se reporta à área técnica de geotecnia operacional.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Presidente, só aqui colocando na sequência de raciocínio...

Sr. Campanha, o senhor participava das apresentações de segurança das barragens. Ainda que não fosse a sua atribuição dentro do organograma, quem recebia esses relatórios? Quem tinha a responsabilidade de levar até o Sr. Fabio Schvartsman o que estava acontecendo?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, o painel internacional... No painel de especialistas internacional, que era realizado – o primeiro foi em março de 2017, o segundo em novembro de 2017, o terceiro em outubro de 2018 –, eram feitas as apresentações para as áreas de geotecnia, tanto corporativa quanto operacional, também para a área de engenharia, e no final... Era uma semana de trabalho e discussões, e no final dessa semana, numa sexta-feira, era feita uma apresentação para os diretores operacionais e para os diretores de planejamento e desenvolvimento de ferrosos.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, essas informações não ficavam disponíveis para todo mundo? Só para os que participavam?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Sim, Excelência, essas informações eram disponíveis. O relatório do painel de especialistas era enviado por *e-mail* para os diretores operacionais e para os gerentes que participaram do painel.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, aqui, Sr. Presidente, nós estamos tentando que ele... Ele está colaborando, e isso é muito bom, mas nós estamos querendo saber o seguinte, quem deveria ter tomado decisões? Quem era o responsável, diante das informações, para dizer o seguinte: "Temos que mudar, e é aqui"?

Eu tenho aqui um organograma da Vale que eu estudei. Até a empresa tem uma... Apesar de toda a definição, mas é uma empresa que procura estar mais quase que próxima de uma horizontalidade sobre responsabilidades. O Sr. Fabio Schvartsman está ligado diretamente ao Sr. Gerd Poppinga; do lado



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

que o senhor colocou, está o Sr. Silmar Silva, diretor de operações do Corredor Sudeste; Rodrigo Melo, que está no mesmo nível do senhor; Joaquim Toledo, Artur Ribeiro, Cesar Grandchamp, Cristina Malheiros e Renzo Carvalho. Mas, até onde nós sabemos aqui, essas informações circulavam entre todos vocês, porque era responsabilidade de todos o resultado. Nós estamos querendo saber: quem não tomou a decisão correta aqui? Quem não agiu para que a gente pudesse evitar a tragédia?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, a atribuição de tomar qualquer decisão relacionada à barragem compete à área técnica operacional. A operação da mina, a operação da barragem é que tem o poder da tomada de decisão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quem era da área técnica operacional? Quem era o responsável pela área técnica operacional?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, o gerente de geotecnia...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não... É que aqui, Sr. Alexandre, não adianta o senhor tentar evitar. O organograma está aqui, olhe....

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A gente só quer o nome. Quem era o responsável...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Só queremos o nome, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... pela área técnica operacional?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Já que o senhor está colaborando, então que o senhor nos diga claramente aqui, dentro dessa escala de responsabilidade: quem é o responsável por não tomar as providências?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor trouxe uma informação fundamental aqui: a responsabilidade é da área técnica operacional. Ponto. Quem era o responsável pela área técnica operacional?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, a geotecnia operacional, a gerência da geotecnia operacional é chefiada pelo Engenheiro Renzo Albieri, que fica subordinado ao Gerente Executivo Joaquim Toledo, que fica subordinado ao Diretor Operacional Silmar Silva, que fica ligado ao Diretor Executivo Peter Poppinga.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Renzo Albieri Cavalho?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, eu não sei o segundo sobrenome...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ele está junto com a Sra. Cristina Malheiros.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Renzo Albieri. O senhor pode repetir? (*Fora do microfone.*) Renzo Albieri. Quem mais?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – O Gerente de Geotecnia Operacional era o Sr. Renzo Albieri; ele era subordinado ao Gerente Executivo de Planejamento Joaquim Toledo; que era subordinado ao Diretor de Operações do Corredor Sudeste Silmar Silva; que era subordinado ao Diretor Executivo de Ferrosos e Carvão Peter Poppinga.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, esta é a cadeia da decisão em relação à segurança da mina?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, toda decisão relacionada à barragem é responsabilidade da área operacional. No caso da Barragem de Brumadinho, era a geotecnia operacional que fazia inspeção, monitoramento e controle da barragem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Pode seguir.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não sei se essa... Vou trazer esta pergunta – não sei se ela já foi feita anteriormente, mas, se foi, peça seu comentário novamente –: segundo informações veiculadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, o senhor prestou depoimento à força-tarefa que investiga o rompimento da Barragem 1 na mina Córrego Feijão e, nesse depoimento, o senhor foi citado pelo Engenheiro Makoto Namba, da TÜV SÜD. Disse o Sr. Makoto Namba ter sido pressionado pelo senhor a assinar documento atestando a estabilidade da barragem. Em depoimento, obviamente, o senhor negou ter travado esse diálogo com o responsável pela obra da barragem. Segundo depoimento do Sr. Makoto Namba à Polícia Federal, o senhor teria feito pressão para que assinasse o documento, afirmando: "A TÜV SÜD vai assinar ou não?" – abro e fecho aspas. Teria dito... Isso consta do depoimento do Sr. Namba. O engenheiro, então, disse ter respondido que assinaria se a Vale adotasse recomendações de que fez revisão periódica de junho de 2018. Namba afirmou ter assinado o laudo e que se sentiu sob risco de perder o contrato. Essa a razão que o levou a assinar o laudo.

Após tudo isso aqui colocado, eu lhe pergunto, eu pergunto ao senhor: quem está falando a verdade: o senhor, no depoimento, ou o Sr. Namba?

Pergunto ainda... O Sr. Namba alega que foi pressionado a assinar para receber valores vultosos. Eu pergunto se essa afirmativa do Sr. Namba procede.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu lhe pergunto ainda: o senhor, que é Gerente de Geotecnia Corporativa da Vale, deveria ser o profissional que deveria saber com profundidade a situação das barragens sob sua gestão. Eu lhe pergunto se há algum procedimento nas afirmativas do Sr. Namba: se de fato ocorreu essa pressão; se de fato houve, por parte de seu departamento e de sua parte, essa ação para a assinatura do laudo.

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, nunca fiz pressão ao Sr. Makoto, não fiz pressão a nenhum funcionário da TÜV SÜD, nunca me reuni com nenhum funcionário da TÜV SÜD de forma isolada.

O Sr. Makoto, em depoimento no dia 30 de janeiro à força-tarefa, não cita nenhum tipo de pressão e afirma que assinou a declaração de condição de estabilidade baseado em dados técnicos. No dia 1º de fevereiro, também em depoimento à força-tarefa, o Sr. Makoto disse que se sentiu pressionado após eu lhe fazer uma pergunta. Posteriormente, no dia 25 de fevereiro, o Sr. Makoto afirma que entendeu a minha pergunta como sendo uma pressão e que assinou a declaração de condição de estabilidade atestando a segurança na estrutura com base em critérios técnicos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Qual foi a sua pergunta que ele entendeu como pressão?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, minha pergunta ao Sr. Makoto foi se a TÜV SÜD já tinha um posicionamento da declaração de condição de estabilidade. Essa pergunta foi feita no sentido de alertar...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor em nenhum momento perguntou: "A TÜV SÜD vai assinar ou não?"?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, eu perguntei ao Sr. Makoto se a TÜV SÜD já tinha um posicionamento sobre a declaração de condição de estabilidade.

A Portaria 70.389, de 2017, do DNPM, Excelência, é muito clara: ela especifica a obrigatoriedade de o auditor assinar, juntamente com o profissional técnico da empresa, a declaração de condição de estabilidade, atestando ou não atestando a estabilidade da mesma. E esse documento precisa ser apresentado ao DNPM. Então, o motivo de minha pergunta sobre o posicionamento foi porque o prazo legal estava se encerrando.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Deixe-me só retornar a uma pergunta que o Relator Carlos Viana fez. Quem mesmo teria a responsabilidade de tirar a área administrativa e o refeitório do local onde estava? A quem caberia essa responsabilidade?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Qual funcionário tinha essa responsabilidade?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, a gestão de segurança da barragem é feita pela geotecnia técnica operacional. A atribuição de qualquer obra ou intervenção a ser feita na mina é responsabilidade do gerente de mina, no caso de Brumadinho, do Sr. Alano Teixeira, que, infelizmente, veio a falecer; do Sr. Rodrigo Melo, que é o Gerente Executivo da área; e, dependendo do valor da intervenção, do Diretor Operacional, Sr. Silmar Silva.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Relator.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Campanha, dois personagens dessa situação toda estavam presentes em Mariana: o Sr. Gerd Poppinga, que responde por Mariana, e o Sr. Rodrigo Melo, que é o Gerente Executivo do Complexo de Paraopeba. Nos deixe entender aqui como é que uma empresa que passa pelo que aconteceu em Mariana – que, segundo o senhor e segundo o Fabio Schvartsman, busca soluções, respostas, melhoras – permite que esses mesmos dois personagens continuem tendo posicionamentos e posições com poder de mando, decisório, e que culminou nessa tragédia de Brumadinho? Essas pessoas, esses dois, eles permaneceram... Eles não poderiam ser mandados embora, afastados? Como é que a Vale permite que uma situação tão complicada para a imagem da empresa pudesse se repetir com dois personagens ligados a um outro desastre como foi o de Mariana?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, eu só queria esclarecer que não é minha atribuição fazer gestão de segurança de barragem nas áreas operacionais.

Com relação à pergunta de V. Exa., cabe à direção da empresa tomar a decisão de desligar diretores e gerentes.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor, como um profissional da área, com a experiência...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor me permite?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não. Claro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, a modificação seria da direção da empresa? A manutenção desses mesmos, desses mesmos que estavam na tragédia de Mariana, que deveriam ter sido modificados e não foram, foi da direção da empresa?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, a empresa é uma empresa muito grande, tem hierarquia muito bem definida. Então, a demissão de um empregado é do seu respectivo gestor imediato.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, no caso do Sr. Gerd Poppinga, seria do Sr. Fabio Schvartsman?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, a demissão de um funcionário compete ao gestor imediatamente acima dele.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quem é?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Desculpe, Excelência... Eu não tinha...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A demissão... O senhor disse: a demissão cabe ao gestor imediatamente acima. A pergunta: quem é o gestor imediatamente acima...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Do Sr. Gerd Poppinga.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... que o senhor assinala que deveria assim fazê-lo?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, a demissão de um funcionário compete ao seu gestor. Então, no organograma da empresa hoje, o Sr. Rodrigo Melo é subordinado ao Sr. Silmar Silva, e o Sr. Peter Poppinga responde ao presidente da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Sr. Fabio Schvartsman. Então, as providências deveriam ter sido tomadas pelo Sr. Fabio Schvartsman. Está esclarecido.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Campanha, nos faça uma consideração aqui. Eu soube que, até o desastre de Brumadinho, as barragens da Vale eram todas elas consideradas seguras. Depois do desastre, nós já temos seis empresas de auditoria que se recusam a assinar os laudos e temos uma série de barragens que estão hoje consideradas inseguras. Mudou instantaneamente por quê? Porque agora é medo de prejuízo, de responsabilidade? Qual é a avaliação que o senhor faz?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, eu estou afastado da empresa desde o dia 14 de fevereiro. Eu fui detido, fiquei detido durante duas semanas, então eu não tenho condição de responder sobre essa pergunta de V. Exa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas na avaliação do senhor, como um profissional que está na mineração há 23 anos, os critérios estavam errados? A legislação não atende? A empresa não foi fiscalizada da forma correta? Qual é o seu posicionamento? Qual é a opinião do senhor sobre isso?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, acho que todos os profissionais envolvidos fizeram o melhor de si e seguiram as suas atribuições. Como eu fiquei, estou afastado ainda, fiquei preso durante duas semanas, então não tenho realmente condição de responder sobre essa mudança de legislação.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor estava na empresa na ocorrência do desastre de Mariana?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Sim, Excelência, eu trabalho na empresa há 23 anos...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Na mesma função?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Não, Excelência. Eu entrei na empresa como engenheiro *trainee*.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, na... Na ocorrência do desastre em Mariana, o senhor estava nessa função em que estava até bem pouco tempo, no desastre de Brumadinho?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Não, Excelência. Em novembro de 2015, quando do desastre de Mariana, eu estava trabalhando no Pará.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Foi constatado aqui, no depoimento anterior do Sr. Fabio Schvartsman, que tanto na ocorrência do desastre de Mariana quanto, em sequência, no desastre... Aliás, foram palavras do próprio Sr. Fabio Schvartsman que, na ocorrência do desastre de Mariana, não existia o sistema de monitoramento, de sirenes, que era previsto pela legislação brasileira desde 2010. Eu lhe pergunto: o sistema de monitoramento, a empresa, a Vale passou a adotar a partir de quando? Existia sirene? Reitero a pergunta: existia sirene, existia sistema de monitoramento para eventuais tragédias quando do desastre de Mariana?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Presidente, só quero colocar aqui: o presidente da Vale enviou um ofício, inclusive, a esta Relatoria informando que não existiam. Ele deixou claro para nós aqui a não existência das sirenes lá em Mariana.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, só acrescentando à pergunta: V. Sa. e os demais do corpo técnico da Vale tinham conhecimento de que existia já uma legislação que estabelecia a obrigatoriedade e tinham conhecimento da não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

existência, nas minas da Vale, desse sistema de monitoramento, já que o próprio presidente da empresa manda documento para cá confirmando o que ele mesmo falou aqui na CPI, que não existia?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, eu não tenho conhecimento sobre as sirenes de Mariana porque não trabalhava nessa operação em 2015.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor trabalhava onde mesmo?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Trabalhava no Pará.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Em que área da Vale, qual área da empresa?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Eu trabalhava, na época, num projeto que a Vale estava implantando no Pará de nome S11D. E...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Existiam lá minas na mesma situação da de Mariana e Brumadinho?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Sim, a Vale tem uma operação no Pará de nome Carajás.

E eu gostaria de complementar que a Portaria 70.389, do DNPM, de 2017, do DNPM, obriga as empresas a terem sistemas de alerta, e em Brumadinho existiam sirenes, sistemas de alerta.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Em Brumadinho existia, mas em Mariana, não?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, eu não tenho conhecimento sobre Mariana.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nós já temos a informação de que não tinha em Mariana, o próprio presidente da empresa já oficializou aqui ao Sr. Relator que não tinha. O próprio presidente da empresa assim o fez na ocasião do seu depoimento. A pergunta, aonde quero chegar... E nós sabemos também que em Brumadinho tinha; embora não tenha funcionado a contento, não tenha sido suficiente, sabemos que lá havia. O que eu quero saber na pergunta para o senhor é: por exemplo. onde o senhor atuava, em Carajás, esse sistema de monitoramento existia?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – A obrigatoriedade, Excelência, do sistema de monitoramento da qual eu me recordo advém da Portaria 70.389, de 2017, do DNPM.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Existia legislação desde 2010 – que eu peço para a assessoria só passar...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Desde 2010, legislação, que é superior à portaria, já estabelecia a obrigatoriedade. V. Sa. não tinha conhecimento disso?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Especificamente sobre essa questão de sirenes, o que eu tenho conhecimento é, conforme falei, da Portaria nº 70.389, de 2017.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por favor, Relator.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Com relação à barragem de rejeitos, vou repetir aqui uma pergunta que fiz aqui ao Presidente, Sr. Fabio Schvartsman: o futuro da mineração passa pela mineração a seco? Nós defendemos o fim, a ideia nossa aqui é o fim das barragens de rejeitos. O senhor, como profissional da área, o que o senhor diz sobre esse assunto?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, por tudo que a gente viu acontecendo nos últimos anos, a mineração a seco com certeza é o futuro da mineração.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Alexandre, na verdade, é a Lei 12.234, de 2010... A Lei 12.334, de 2010, art. 12, inciso IV, diz exatamente o seguinte: "estratégia e meio de divulgação e alerta para as comunidades potencialmente afetadas em situação de emergência". O senhor e a Vale não tinham conhecimento de uma lei que tratava especificamente sobre isso desde 2010?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor mesmo acabou de dizer que do que tinha conhecimento era de uma portaria do DNPM, bem *a posteriori*.

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, o meu conhecimento é com relação à portaria. A 12.334, eu sei que existe essa lei, mas não me recordo desse artigo que fala sobre a obrigatoriedade de sistema de alerta.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Uma lei que rege a mineração no Brasil, V. Sa. e os dirigentes da Vale não tinham conhecimento? Em especial de um dispositivo que assegurava, que garantia a segurança para as comunidades onde existia atividade de mineração?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, eu tenho conhecimento da Lei 12.334, de 2010, mas não me recordo desse artigo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Bem, V. Sa. relata, colabora com as investigações, mas não deixa de nos deixar a todos estupefatos porque revela a posição da empresa de que o dispositivo que garantiria medidas de proteção, de segurança para as comunidades atingidas pela atividade de mineração era ignorado solenemente pela empresa até o desastre de Mariana.

Eu estou vendo, Sr. Relator, que a CPI está literalmente encontrando a razão por mais mortes de tragédias anteriores em relação à Vale.

Eu posso deduzir, me permita assim dizer, então, que nas outras mineradoras da empresa, até 2015, também não existia esse sistema?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Excelência, não tenho condição de responder a essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Carajás não tinha?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Onde eu trabalhava em 2015 era uma mina que estava ainda em abertura.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Onde o senhor já trabalhou?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Eu trabalhei em algumas operações em Minas Gerais e em Corumbá, no Mato Grosso do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Em Corumbá estava em operação?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Em Corumbá estava em operação.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tinha monitoramento?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – Foi instalado sistema de monitoramento...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quando?

O SR. ALEXANDRE CAMPANHA – ... em 2017.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Em 2017, ou seja, também após Mariana. Então, o desastre de Mariana ocorreu sem o cumprimento, por parte da empresa, do dispositivo na Lei 12.334, de 2010.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, há alguns requerimentos para deliberação, mas, como são requerimentos de quebras de sigilo, de acareação, e é necessária a votação nominal desses dispositivos, nós deixaremos esses requerimentos para deliberação na próxima reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Dito isso, então, esses próximos requerimentos nós submeteremos na reunião deliberativa desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que deveremos fazer junto com os próximos depoimentos, que estarão marcados na semana que vem, na terça ou na quarta-feira. Posteriormente, este Vice-Presidente, a Presidente da CPI e o Relator definirão a data dessa nova reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Agradecendo a todos os presentes, agradecendo ao depoente, aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que aqui participaram e ao Sr. Relator, encerramos esta audiência da Comissão Parlamentar de Inquérito.

(Iniciada às 10 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 23 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO DA CPI DE BRUMADINHO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às treze horas e trinta e três minutos do dia nove de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Rose de Freitas e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI de Brumadinho com a presença dos Senadores Juíza Selma, Roberto Rocha, Jorge Kajuru, Jaques Wagner, Wellington Fagundes, Carlos Viana, Otto Alencar, Acir Gurgacz, Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Marcos do Val, Soraya Thronicke, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Telmário Mota e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Antonio Anastasia, Dário Berger e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em três partes: **1ª Parte - Oitiva. Finalidade:** Coleta de depoimentos. Oitiva do CRISTINA MALHEIROS, em atendimento ao requerimento 19/2019; do RENZO CARVALHO, em atendimento ao requerimento 22/2019. **Resultado:** Depoimentos realizados. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 53 de 2019** que : "Requerimento de transferência de sigilo do Sr. Makoto Namba." **Autoria:** Senadora Juíza Selma. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 55 de 2019** que : "Requer seja ajuizada ação cautelar de indisponibilidade de bens da Vale e dos dirigentes: Fábio Schvartsman, Gerd Poppinga, Lúcio Cavalli e Silmar Silva" **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado apenas no tocante às pessoas físicas constantes do requerimento, excluindo-se, portanto, a Vale.. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO Nº 56 de 2019** que : "Convite ao Sr. Marcio Correia de Amorim- ANM/MT" **Autoria:** Senadora Juíza Selma. **Resultado:** retirado. **3ª Parte - Reunião de Trabalho. Finalidade:** Apresentação feita pelo Sr. Guilherme Santana Lopes Gomes, Especialista em Recursos Minerais da ANM, sobre o rompimento da Barragem de Brumadinho. **Resultado:** Apresentação realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Rose de Freitas

Presidente da CPI de Brumadinho

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/04/09>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Texto com revisão.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 21, de 2019, para apurar as causas do rompimento da barragem na Mina Córrego do Feijão da empresa de mineração Vale, em Brumadinho, e de outras barragens.

Nós não temos quórum para ler as atas e nem para colocá-las em votação.

Então, eu peço que a gente vá diretamente ao objetivo da nossa pauta e à apreciação de requerimentos. Temos alguns.

Hoje nós teremos aqui, Sr. Relator, o depoimento da Sra. Cristina Heloíza da Silva Malheiros, em que nós observaremos que serão obedecidas as regras praticadas anteriormente: palavras concedidas aos Senadores, na ordem de inscrição, com preferência para o Relator, que peço que alternem com os autores que estão no Plenário. O tempo da fala é de até dez minutos para os Senadores fazerem os seus questionamentos, e depoente disporá de dez minutos para a sua resposta.

Solicito à Secretaria que conduza à sala a Sra. Cristina Heloíza da Silva Malheiros.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Pela ordem.) – Agora acertou em cheio.

Presidente, Rose de Freitas, é apenas para saber se o requerimento apresentado e idealizado por mim e posteriormente acompanhado pela Senadora Selma Arruda – em relação à quebra de sigilo telefônico e bancário, cujo Relator é o Senador Carlos Viana, sempre atento a esta CPI, sempre acompanhando tudo... S. Exa. deve se lembrar, o Senador Otto Alencar também deve se lembrar, daquele convidado da semana passada que não falou, daquele japonês, o Makoto, que deve ter nascido no Polo Norte, pois mostrou-se aqui glacial por natureza. Ele não falou nada, só: "Excelência, nada a declarar. Excelência, vou ficar em silêncio." – será aprovado aqui hoje. Por fineza, Presidente, eu pergunto.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Nós, na última vez, não o votamos por causa do quórum. Evidentemente, estamos na mesma situação.

Quero até dar uma explicação sobre por que nós colocamos a CPI nesse horário: porque todas as comissões estão com pautas lotadas.

Houve uma inversão tanto nesta Casa quanto na outra, e as Comissões estão sendo mais demandadas. O senhor viu, o senhor participou, o Senador Otto também, nós participamos, as Comissões estão com pautas para dar origem às pautas das duas Casas. Então, se andar devagar não teremos pautas nas duas Casas a tempo de votá-las neste semestre. Ainda hoje – havendo quórum aqui – colocaremos em votação imediatamente.

Eu queria fazer algumas considerações inicialmente à Sra. Cristina, que aqui está.

Pela ordem, o Sr. Relator fará perguntas e os oradores inscritos também. Alternadamente estarão aqui outros Senadores que já ligaram para se manifestar, e a senhora terá dez minutos para responder.

Gostaria de dar a palavra...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... ao Relator para que ele possa apresentar.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Em primeiro lugar, boa tarde a todos e a todas presentes, sejam bem-vindos.

Nós temos aqui, Senadora Rose, o representante da Agência Nacional de Mineração, que a nosso pedido foi designado e está à disposição da CPI para o acompanhamento dos relatórios e das informações necessárias.

Nós, diante dos nossos primeiros trabalhos, já selecionamos uma parte das mil horas de filmagens a que nós tivemos acesso, bem como boa parte, inclusive, de eslaides que já estão na ação pública que investiga pela força-tarefa em Minas Gerais.

Eu gostaria de propor a V. Exa. que, antes de darmos início ao depoimento da Sra. Cristina Malheiros, o representante da ANM fizesse uma breve exposição por aproximadamente, no máximo 10 ou 15 minutos, sobre as imagens que nós já selecionamos, até para que ela possa também nos responder sobre os pontos.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Pois não.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Se permitirem os Srs. Senadores...

O senhor pode se apresentar por gentileza e dar início à exposição, por favor.

O SR. GUILHERME SANTANA LOPES GOMES (Para exposição de convidado.) – Boa tarde a todos, Sra. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, demais presentes, o meu nome é Guilherme Gomes.

Sou engenheiro da ANM, chefiando a divisão de recursos minerais, não a divisão de barragens, mas a divisão de recursos minerais. Como ouvinte, acompanhei todo o processo, desde o rompimento até hoje e estou aqui para auxiliá-los no que for necessário.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito obrigado.

O senhor pode dar início.

O SR. GUILHERME SANTANA LOPES GOMES – Separamos alguns eslaides.

Nesse primeiro, chamamos à atenção para aquela seta que é uma sonda. Está sendo feito um trabalho de sondagem na barragem para buscar um melhor conhecimento do barramento – e isso no dia 25/01, segundos antes do rompimento.

Agora, o início do rompimento. Reparem os senhores que, na seta de cima, começa o abatimento da crista; a seta de cima mostra o abatimento da crista. Embaixo, as duas setas de baixo mostram dois estufamentos onde a barragem começou a estufar. A crista abaixa e cria-se uma barriga.

Aqueles dois pontos, se não me engano, são os mesmos dois pontos indicados no relatório interno de uma consultoria contratada pela Vale. Acho que foi a consultoria do Sr. Albieri, se eu não me engano, em 14 de junho, que mostrou esses dois pontos como drenos entupidos na ocasião.

Por favor, há como voltar ao eslaide anterior, o primeiro e o segundo? Para os senhores notarem as diferenças da crista e do estufamento embaixo.

Pode passar.

A crista começa a rebater.

Próximo, por favor.

Agora, o maior batimento da crista. Embaixo, a estrutura se estufando.

Pode passar.

Esse é o início da liquefação. Chamamos a atenção para aquela água que surge embaixo, no pé do barramento. Aquela água estava contida dentro da barragem. Nós não temos informação de nenhuma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caixa d'água, nem nada a respeito. Isso mostra o tanto que a barragem estava cheia de água no momento.

Pode passar.

Essa é uma visão de montante antes do rompimento. Chamo a atenção dos senhores para a quantidade de gado pastando em cima da barragem, segundos antes do rompimento. Durante toda a vida da barragem, sempre tivemos gado no barramento, pastando, e em cima dela.

Pode passar.

Aqui, nós vemos a barragem. Ali é um curso d'água que sempre existiu, é o antigo Córrego do Feijão. A barragem foi construída nesse vale encaixante onde passava o Córrego do Feijão. Creio eu que deve ter sido calculada para receber essa água e drenar essa água também, mas, no momento em que você para de operar a barragem e você continua recebendo essa água, é complicado.

Nessa foto que foi retirada do Google Earth, percebe-se a lagoa formando em cima da barragem.

Por favor.

Uma visão superior que mostra o local onde é formada uma pequena poça, em cima da barragem.

Por favor.

Apesar das recomendações da TÜV SÜD de se reduzir o tráfego de caminhões pesados, está aí: três dias antes do rompimento, um caminhão passando, carregado de minério, em cima do barramento.

Por favor.

Pode passar.

Esse é o vídeo do rompimento. *(Pausa.)*

Nesse vídeo, conseguimos ver vacas correndo, que estavam pastando, e conseguimos ver a sonda descendo. Por obra de Deus, havia um operador na sonda que sobreviveu. Ele estava no alto da crista e sobreviveu. *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUILHERME SANTANA LOPES GOMES – O refeitório está mais abaixo. Aqui é uma instalação dela.

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GUILHERME SANTANA LOPES GOMES – Sim. Volte a imagem, fazendo o favor, para o início do vídeo. Aí, pode parar. Aqui à esquerda, a gente vê a Barragem B4. A Barragem B4 não se rompeu.

Pode passar.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. *Fora do microfone.*) – À esquerda onde?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Aquele espaço que está logo à esquerda, parecendo um descampado inclinado...

O SR. GUILHERME SANTANA LOPES GOMES – É o barramento da B4. Ele foi atingido por lama. Eu estive no local. O barramento não sofreu muito, não.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUILHERME SANTANA LOPES GOMES – Não tenho ciência. Provavelmente, a mina estava em operação. Dá para notar acho que cinco pessoas correndo perto da instalação. São atingidas.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. *Fora do microfone.*) – Nesse vídeo?

O SR. GUILHERME SANTANA LOPES GOMES – Nesse vídeo.

Por favor, volte ao início, fazendo o favor? Só um minuto.

Há um carro e pessoas correndo aqui. O carro tenta fugir, e há pessoas correndo aqui embaixo. Aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GUILHERME SANTANA LOPES GOMES – É, essa é a usina, é a usina.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Coloque no início, para mim, do rompimento, só para chamar a atenção dos Srs. Senadores o seguinte... Dos eslaides, não do filme. Vamos colocar dos eslaides. Só chamar a atenção porque nós recebemos os relatórios todos, inclusive das avaliações. Onde estão as setas ali são os pontos que chamaram muito a atenção do Ministério Público, da força-tarefa e da própria Agência Nacional de Mineração.

Esses dois pontos abaixo já são identificados como pontos perigosos num trabalho que foi feito de consultoria na barragem. Todo o relatório a que nós temos acesso já chamava a atenção de que esses dois pontos eram pontos que estavam apresentando aquelas pequenas... Pontos perigosos com água. Ali foi encontrada uma manilha entupida, foi encontrado um dreno também não utilizado entupido e que, ao jorrar água, fez surgir uma série de recomendações que a TÜV SÜD colocou para que a empresa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pudesse fazer. Nós já perguntamos aqui aos gerentes, e eles disseram que a empresa fez tudo que era possível. Daí a necessidade de nós ouvirmos a Sra. Cristina Malheiros, que tinha a responsabilidade direta sobre essa questão lá.

Muito bem.

Acho que a Cristina vai ter algumas palavras de início, Presidente?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas há a responsabilidade dela aqui.

A Sra. Cristina Malheiros trabalhava diretamente na mina do Córrego do Feijão e tinha a responsabilidade da chamada anotação de responsabilidade técnica de monitoramento da barragem. Ela trabalha com a equipe de geotecnia operacional, subordinada ao nosso segundo convocado de hoje, que é o Sr. Renzo Carvalho, que também falará sobre esse assunto.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A Sra. Cristina terá cinco minutos para a iniciação de sua fala e, em seguida, o Relator vai fazer as perguntas.

Eu queria uma certa posição concisa em relação às perguntas para que a gente possa otimizar o tempo por causa da Ordem do Dia.

Então, a senhora tem cinco minutos para o início da sua fala.

A SRA. CRISTINA MALHEIROS (Para exposição de convidado.) – Obrigada, Excelentíssima.

Meu nome é Cristina Heloíza da Silva Malheiros. Eu fui contratada para trabalhar na Vale no dia 2 de junho de 2011. Desde então, eu trabalho nas minas de Córrego do Feijão e Jangada com a geotecnia operacional e trabalho diretamente com a análise do monitoramento e da inspeção de oito barragens daquela mina e suas pilhas de estéril.

A minha rotina de trabalho consistia em chegar à mina às 7h30 da manhã, no ônibus da empresa, e me retirar de lá, na maioria das vezes, às 16h30, também no ônibus da empresa. Dentro dessa rotina de trabalho, conhecia várias pessoas, envolvia-me diretamente com o trabalho delas e, de todos que nós temos notícia de desaparecidos, de falecidos, seria muito difícil para mim dizer que eu não teria dado pelo menos um bom-dia a algum deles. Então, falar de Feijão para mim é muito difícil.

Eu não tinha visto até esse momento – e vocês perceberam que eu tentei evitar ao máximo – o rompimento da barragem. Eu não estava lá no dia 25 de janeiro, porque eu solicitei uma folga ao meu gerente, fiz uma viagem de família e me dirigi a Caldas Novas. Chegando lá, eu fui informada, por volta de meio-dia e pouco, por um colega que estava na mina, de o que havia acontecido. Imediatamente, eu providenciei o meu retorno, retornei para a mina de Águas Claras. Chegando aqui, ainda no dia 25,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

aproximadamente às 9h da noite, eu me dirigi para prestar todos os esclarecimentos e tentar contribuir ao máximo para que a gente pudesse entender o que aconteceu com aquela estrutura e naquele lugar.

Trabalhando na mina de Córrego do Feijão, a minha sala se localizava nos escritórios que também estavam abaixo das estruturas. Nessa sala, trabalhavam diretamente comigo nove colegas, sendo dois geotécnicos, eu e um outro colega que me auxiliava nos trabalhos nessa época, e mais sete colegas na condição de técnicos, dos quais eu fui informada do falecimento de três.

Então, eu gostaria de colocar aos senhores que eu me coloco aqui à disposição para prestar os esclarecimentos com transparência, com verdade e com muito sentimento por tudo o que aconteceu, por tudo o que eu tenho vivido, por tudo o que eu vivi naquele lugar com aquelas pessoas, para que a gente possa tentar esclarecer o que pode ter acontecido na Barragem 1 de Córrego de Feijão.

Obrigada, Excelentíssima.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sr. Relator, o senhor me permite?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Perfeitamente, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu queria que a Sra. Cristina tomasse conhecimento de que nós tivemos depoimentos nesta Comissão. Nós tivemos o Sr. Fabio Schwartsman, ex-Presidente, e o Sr. Alexandre Campanha, Gerente de Geotecnia da companhia Vale. Eles foram enfáticos – e por isso, a senhora está aqui, não só pelo seu cargo técnico – ao afirmar que a responsabilidade do rompimento da Barragem 1 da mina do Córrego do Feijão seria da área técnica local.

Especificamente o Sr. Alexandre Campanha... E eu não quero que nós comecemos esta CPI... Nós sentimos – quero que a senhora saiba – o seu impacto com as imagens. Nós temos um Relator dedicado, trabalhando 24 horas, temos os Senadores que aqui estão empenhados ao máximo na apuração dos fatos... Mas, veja bem, o Sr. Alexandre Campanha mencionou expressamente o seu nome nos seguintes termos, que eu faço questão de ler, para nós nos localizarmos no tempo e no espaço, porque, na vida, há que se ter toda a contemplação necessária, mas isso não dá nem para olhar, quanto mais de maneira contemplativa. Ele disse o seguinte: "O profissional de ART em monitoramento e controle da barragem é da responsabilidade da engenheira geotécnica Cristina Malheiros".

Se o Relator me permitir – e é lógico que ele tem a primazia da palavra –, eu queria perguntar: Quais foram as suas ações e recomendações para evitar o rompimento da barragem?. É lógico que, quando se constrói – e aí todos nós temos um conhecimento embrionário, alguns mais especificamente – uma casa, cuidamos da base, da parede, do cimento, tudo que vai ali para consolidar aquilo que se constrói. Seus superiores foram alertados em algum momento sobre a possibilidade de rompimento no



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

passado? A senhora tinha essa visão? A senhora tinha essa preocupação? Quais – se a senhora afirmar, aí não sei o que dirá – eram os nomes e cargos desses superiores?

A sensação que me dá, Senador Otto, é que nós vamos caminhar fazendo sulcos na terra. Vamos caminhar pelos mesmos passos. Nós temos preocupações, e eu tenho pavor de pensar que, em determinado momento, enquanto nós estamos sentados aqui – e, por isso, ele é o Relator, pela demonstração da sua firmeza, da sua fibra –, Sra. Cristina, procurando, com uma lanterninha, numa estrada, numa caverna, um caminho, porque ninguém sabe nada...

Nós sabemos que existe um monte de espectro ali dentro, mas ninguém diz nada, ninguém fala nada, todo mundo joga para alguém, em algum momento, que também não sabe se o laudo existiu ou não existiu; um diz que existiu, o outro diz que não existiu. Eu tenho pavor de pensar que outra barragem pode se romper enquanto nós estamos caminhando em círculos. É por isso que eu lhe dirijo esta pergunta: houve algum momento em que houve alguma recomendação, alguma ação, alguma preocupação de que uma barragem pudesse se romper? E a senhora era a responsável técnica por essa.

Deixo que o Relator faça as perguntas que são de seu laudo de hoje, para que a gente possa somar e a senhora possa responder em bloco.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para interpelar depoente.) – A senhora quer que eu continue as perguntas aqui e ela responda a todas de uma vez?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Todas não, mas..

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ela pode responder, então. Eu acredito que seria...

A nossa primeira pergunta, Sra. Cristina, caminha exatamente no sentido da Presidente Senadora Rose. Nós sabemos muito bem que, além dessa responsabilidade direta, a senhora perdeu os amigos e só não morreu, a senhora mesmo disse, porque estava de folga.

Agora, a força-tarefa criada para investigar já afirma que não foi um acidente. Isso significa que alguém vai ser processado criminalmente por tudo o que aconteceu. Quando existe tanta coisa em risco, a única proteção para quem não tem culpa é falar a verdade, contar exatamente quais os pontos... E é em cima deste posicionamento, desta crença de que a senhora quer de fato colaborar, e para que a gente possa saber o que aconteceu, que a senhora vai nos dizer qual era a sua responsabilidade, até aonde foi, e principalmente a quem a senhora alertou tudo aquilo que já vinha sendo de conhecimento da empresa. A pergunta que a Senadora fez é muito pertinente: o que aconteceu na Barragem B1? Houve negligência? De quem foi essa negligência?

O SR. CRISTINA MALHEIROS (*Fora do microfone.*) – Posso responder?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não. A senhora, logo em seguida às perguntas, pode fazer uso da palavra, pelo tempo pertinente.

O SR. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssimos, a minha função na mina era fazer a análise do monitoramento e inspeção das barragens. Como esse trabalho se dava? Como eu disse ao senhor, eu trabalhava com uma equipe técnica que me auxiliava lá, eles iam a campo, faziam as fichas de inspeções, o monitoramento, eu os acompanhava, e tínhamos uma ligação direta, apesar de não estarmos no momento lotados na mesma gerência. A minha assinatura de ART se restringe a fazer essa análise técnica, análise da situação da barragem no campo, fazer o acompanhamento dela no campo. E, diante desse acompanhamento, das inspeções e dos monitoramentos, eu não tive nenhuma observação de anormalidade que pudesse me indicar essa condição de um possível rompimento. Eu gostaria de deixar claro que essa barragem era auditada, acompanhada por consultores também, e nenhum deles em nenhum momento me solicitou que não estivesse lá ou que não deixasse que alguém estivesse. Então, eu me sentia segura com os documentos que eu tinha. Eu tinha a declaração de estabilidade dessa estrutura específica, mas de todas as outras, e nunca me solicitaram, nunca conversaram comigo sobre a possibilidade de não estar lá ou de não deixar que ninguém lá estivesse.

Num acompanhamento da barragem que eu fazia, nenhuma anormalidade me chamou atenção para uma eventual possibilidade de rompimento até o último dia que eu a vi, que foi o dia 23 de janeiro, quando eu participei da inspeção realizada para a auditoria, para a etapa de auditoria que seria protocolada em março, juntamente com nove colegas. Então, estávamos dez pessoas inspecionando essa barragem, incluindo, nessas dez pessoas, os engenheiros da empresa TÜV SÜD, que era a auditora nesse momento, e não foi me alertado nada no sentido de atenção para um possível rompimento nessa data.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A senhora me permite? Vou fazer aqui o papel de totalmente leiga no assunto.

Veja bem, a sua equipe era de dez pessoas. Ela saiu a campo... Por exemplo, se eu vou medir uma terra, eu vou com teodolito em mãos para fazer isso. E aí vou construir uma planilha depois. Quais eram os equipamentos? Primeiro, qual a classificação técnica do seu quadro de pessoal? Em que eles eram formados? E qual o papel que eles faziam? Eles iam lá com uma varinha, fincavam no chão e falavam: "Epa, está tudo seco". Ou: "Não, há água aqui", já que tinham...

Como é que chama...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não, não. Aquele equipamento, Otto, que colocavam...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) –
Piezômetros.

Eu queria saber: o que eles faziam? De seis em seis meses, emitiam um laudo. Não é isso que vocês diziam sobre as barragens? Porque pelo menos é o que consta nos depoimentos anteriores: que, de seis em seis meses, havia um laudo sobre as barragens.

A senhora é responsável técnica. Só para a gente entender: a senhora vai, manda a campo os dez da sua equipe. Eles iam lá e faziam o quê? Qual era a profissão que eles tinham? O que eles faziam tecnicamente? Com o que eles voltaram? Qual é a coleta de material que a senhora teve em mãos, dizendo assim: "Tudo normal, sem risco, sem nada"? Era isso? Eu queria entender, porque não é possível uma barragem se rompendo dessa maneira que nós vimos aqui. Eu nunca tinha visto de perto, é sofrido. Eu queria perguntar a senhora: o que eles faziam e o que eles voltavam dizendo que fizeram? E como a senhora analisava? Faltaram-lhe elementos? Não lhe faltaram elementos? Alguém chegou com uma vistoria incompleta? A senhora voltou novamente?

Não é possível, Dra. Cristina, essa barragem se romper assim sem nenhum sinal – nenhum, zuninho – de que havia alguma alteração naquela barragem. A senhora poderia me explicar, assim, para uma pessoa que não entende?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssima, a Barragem 1 de Feijão era uma barragem muito monitorada no sentido de que ela continha muitos instrumentos. Ela continha piezômetros, medidores de nível de água, marcos topográficos, inclinômetros. E esta instrumentação, que vem solicitada desde a etapa de projeto da estrutura, nos permitia fazer o acompanhamento de como estava a ligação de água passando por dentro do maciço, que é o que a gente coloca como um lençol freático.

As leituras desses instrumentos eram feitas com piezômetros e medidores de nível água, eram feitas com um instrumento que a gente chama de pio. O que é isso? É uma régua mesmo, como se fosse uma trena, em que, na ponta dela, consta um sensor que, ao tocar a água, ele apita. Por isso é chamado o "pio". Com essa medição, é possível que a gente identifique o nível em que a água está passando dentro do maciço e com que altura de pressão que ela está passando dentro do maciço. Além disso, o monitoramento de marcos topográficos e inclinômetros vai nos permitir identificar qualquer abatimento, qualquer recalque, qualquer movimentação da estrutura no sentido de uma deformação.

Para avaliar esses instrumentos e verificar se eles estavam de acordo com o que foi definido como sendo uma situação de normalidade para essa estrutura, eu utilizava os documentos, que eram os manuais de operação, carta de risco da estrutura, a própria avaliação das auditorias, que me definiam quais eram os níveis aceitáveis para que a gente não tivesse nenhuma anormalidade em termos de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instrumentação. Não houve nenhuma alteração que me indicasse um possível rompimento nessa condição.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Agora, Sra. Cristina, durante 15 dias, os piezômetros, pelo menos, apresentaram sinais de que a barragem poderia romper, de que ou não estariam funcionando bem ou os dados informados pelos piezômetros não estavam corretos ou perigosos. Isso está na ação pública, inclusive está em todos os depoimentos.

A senhora não teve acesso a essas informações dos piezômetros, de que a barragem poderia se romper?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssimo, essa colocação que o senhor está dizendo sobre o que consta nos depoimentos é porque, por uma exigência legal, alguns instrumentos dessa barragem foram automatizados. Houve um processo de automação. Inclusive, para isso, devido a *expertise*, um colega estava me ajudando a trabalhar nesta função de verificação da automação e da instalação desses instrumentos. Essa automação foi...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Quanto tempo antes a automação...

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – A automação começou aproximadamente em setembro de 2018. Existia uma exigência legal de que as barragens alteadas por montante tivessem também instrumentos automatizados, no sentido de que a gente conseguisse monitoramentos de forma *on-line* do que se passava no nível freático da barragem. A intenção dessa automação sem mais...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Assim, não sem mais necessitar, mas complementando o que as pessoas já faziam em campo, porque o entendimento é de que a automação dos instrumentos deve se dar numa parte, mas também temos que ter instrumentos manuais, de forma que possamos conferir, validar, calibrar a instrumentação automatizada, para, caso ela tenha um problema, termos condição de atuar na automação, nos instrumentos manuais.

Então, essa condição que teve dessa alteração foi identificada, num primeiro momento, pela empresa TÜV SÜD, que era quem estava fazendo as leituras desses instrumentos. Isso foi reportado à Vale através de *e-mails*, dos quais eu não participei. E eu só tive conhecimento dessa alteração, que o senhor coloca que estão nos depoimentos, depois do rompimento, exatamente no dia 26 de janeiro.

Mas gostaria de esclarecer que, depois do rompimento, as notícias que eu tenho é que essa alteração na instrumentação, num primeiro momento, foi apresentada como sendo uma leitura errada, que já vinha com erro de leitura, e os colegas realmente conseguiram se certificar de que a leitura estava errada, de que havia um erro nessa possível alteração da instrumentação.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Depois do rompimento?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Depois do rompimento.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Só...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Claro, Presidente, fique à vontade.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu queria entender de V. Sa.: por que a Vale trocou a empresa Tractebel pela TÜV SÜD para inspecionar a barragem do Córrego do Feijão? Por quê? Se a senhora sabe o porquê. E se a senhora concordou com essa troca, já que a senhora tinha essa responsabilidade técnica. E, se concordou, por que concordou?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssima, eu gostaria de deixar bem claro que a minha função era como uma engenheira que respondia pela análise técnica do monitoramento e inspeção no sentido de reportar essa minha verificação em campo à ANM, através do sistema deles, que é o SIGBM, acompanhar as inspeções de auditoria na mina, mas eu não tinha nenhuma equipe técnica sob a minha gestão. Eu nunca fiz gestão de pessoas dentro da Vale. Então, eu não tinha responsabilidade...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Essa equipe não era sua?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Não era minha. Ela respondia de forma gerencial ao planejamento de curto prazo. Eu não era uma engenheira com funções decisórias de gerência. Então, eu tinha um cargo técnico de prestar informações técnicas, e essas informações eu sempre reporteí aos meus superiores. Então, a condição...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Bem...

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Só complementando, Senador.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não, claro, perfeitamente.

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – A condição de auditoria era acompanhada pela equipe de gestão de risco, que é quem fazia a gestão dos contratos, e eu não sei informar à senhora o porquê da troca de uma empresa pela outra. Eu apenas acompanhei a empresa Tractebel quando ela foi a Feijão fazer a inspeção no campo e participei dos processos de auditoria nos quais elas estavam. E, quando foi trocado pela TÜV SÜD, eu acompanhei os técnicos no campo e participei do andamento da auditoria dentro da minha função técnica.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sra. Cristina, chamo a atenção para aqueles dois pontos, as duas setas de baixo que estão ali. Há um relatório técnico produzido pelo Sr. Armando Mangolim Filho, consultor externo, em que ele fez uma análise do que aconteceu no episódio que gerou um fraturamento hidráulico na Barragem B1 no dia 11 de junho de 2018, ou seja, sete meses antes do rompimento houve lá um fraturamento hidráulico, um episódio que gerou uma recomendação da TÜV SÜD para reduzir o lençol freático da barragem, e a Vale começou a instalar os DHPs, os Drenos Horizontais Profundos. Está tudo detalhado aqui. Na instalação do 15º dreno, houve um problema grave que causou um sério risco à barragem.

Eu vou ler aqui dois trechos do relatório do Sr. Armando Mangolim de junho de 2018.

A senhora estava lá, não estava?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Sim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A senhora era a responsável, não é isso?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Sim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito bem.

A partir do dique inicial, o desenho de 1975 indica três pequenos alteamentos para montante incorporados num talude único de uns 14m de altura. Tanto no dique inicial quanto nos três que compõem o alteamento para montante não há evidências de sistema de drenagem interna. Também desconhece-se em detalhes suas características geotécnicas.

Essa preocupação se repete em vários trechos do relatório. Inclusive, na exposição do Sr. Mangolim, ele cita aqueles dois pontos exatamente onde a barragem se rompe como os pontos de maior preocupação em junho de 2018.

A senhora, como responsável técnica, era a responsável também por informar a ANM sobre isso, não é verdade?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Sim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Na ficha interna de inspeção regular preenchida pela senhora, o campo que descreve a chamada percolação está com pontuação 6. Já no mesmo campo na inspeção que a senhora entregou à ANM no dia 19 de junho, o valor a senhora reduziu para 3. Por que a senhora deu indicações diferentes de risco para a ANM e para o relatório interno da Vale? Quem orientou a senhora sobre isso?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Na ocorrência do dia 11 de junho de 2018, no 15º furo do DHP, houve um problema pontual, onde a empresa que estava executando o DHP era a Alphageos, porque as





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresas auditoras e consultoras na época, que era a TÜV SÜD, que estava fazendo o trabalho de revisão periódica, ela entendeu que a freática da barragem estava alta talvez pela falta da drenagem interna no dique inicial, que havia uma incerteza se existia ou não por causa que o documento original não demonstrava isso claramente. Ela, então, orientou que fossem feitos esses DHPs, drenos horizontais profundos. A Alphageos foi contratada para fazer todos os drenos, executou vários dos 30. No 15º, teve esse problema pontual.

Esse problema do dia 11, assim que eu tive a informação dele, eu me dirigi ao local com o Sr. Renzo, com o Sr. César Grandchamp, com o gerente da mina, que era o Alano, com toda a equipe, que me apoiou aí na recuperação dessa situação. E ela foi uma situação pontual. A instrumentação da barragem foi toda verificada, dois instrumentos se apresentaram em alteração, mas todo o restante da instrumentação da barragem se mantinha normal. Então, ele mostrou que foi um problema pontual, que nós corrigimos. E o que eu reporteí à empresa e à ANM foi tudo o que nós verificamos durante esse processo. Como ele ocorreu no dia 11, eu reporteí para a empresa tudo o que eu fiz, tudo que nós fizemos dentro dessa ocorrência. Por isso, uma classificação 6 no dia 11.

Para a ANM a inspeção que foi feita, juntamente com os técnicos, para atender a legislação, ela se deu no dia 16, onde toda a barragem já estava em normalidade, já não havia mais percolação com sólidos, que foi corrigida imediatamente. Por isso, tem uma diferença de classificação, porque eu até usei essa forma de classificação dentro da empresa para que a gente pudesse mesmo rastrear para que qualquer dia em que eu não estivesse na mina, qualquer outra pessoa pudesse saber que aconteceu isso lá, como que nós tratamos, fotografado, classificado, com monitoramento que foi intensificado, todo especificado, tudo com o máximo de correção e de forma clara e transparente.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sra. Cristina, explique para nós aqui, por favor, para os Senadores, qual a diferença de um nível 3 informado à ANM e o nível 6 informado à Vale? O que aconteceria se a ANM tivesse recebido o mesmo relatório da senhora do dia 11 de junho?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – A classificação da ANM coloca os níveis sendo 0, 3, 6 e 10. Estando numa condição 6, significa que eu tenho uma condição de água saindo com sólidos, mas que permite o controle. Então, é um nível em que ainda não haveria um acionamento da ANM ou de qualquer instituição. O nível que estava definido dentro do estado, da planilha de estado de conservação da ANM, que seria um nível de acionamento de um PAEBM é o nível 10. Então, o nível 3 coloca lá que a percolação aconteceu com sólidos, mas que ela foi controlada, que é o que nós tínhamos no dia 11. Imediatamente ela foi controlada. Por isso a classificação do nível 3.

A Vale eu coloquei o nível 6, porque, no dia 11, essa ocorrência nos causou preocupação, nos causou uma atuação de urgência, e ela foi executada. Então, era importante deixar claro que isso aconteceu, não no sentido de que a gente estava tentando não evidenciar qualquer coisa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Primeiro ponto: quem participou dessa tomada de decisão com a senhora em informar à ANM um grau de risco menor?

Segundo: pelas informações que nós temos, o nível 6 já incidiria na imediata suspensão dos trabalhos da barragem para outras verificações mais sérias envolvendo a possibilidade de rompimento. A senhora confirma isso ou não?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssimo, o nível 6 não envolvia a paralisação das atividades nem nada nesse sentido, porque a entrada da ANM como fiscalizadora, caso houvesse um problema na barragem, se daria no nível 10, que é o que está colocado na portaria.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – O nível 10 a senhora classifica como?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – O nível 10 indica que eu tenho uma anomalia na barragem a qual eu não estou conseguindo controlar. Então, eu chamo a ANM, os consultores, a defesa civil estadual, municipal e todos os órgãos para que eles tenham ciência do que está acontecendo e possam nos ajudar na decisão e tomadas de decisão quanto ao risco apresentado.

O nível 6 ainda não é desse nível.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – A senhora classifica em que nível o dia do rompimento?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – O dia do rompimento, Excelentíssima, é um dia que não nos permitiu... Eu não estava lá, então, até onde eu tenho conhecimento...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Mas a senhora é técnica...

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Não teve condição de ter uma avaliação de um nível, porque...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Nenhuma?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Nenhuma. Nenhuma.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não é 7, não é 8, não é 10, não é nenhuma.

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Nenhuma. Isso aconteceu de forma abrupta, rápida, sem nada, sem nenhuma demonstração.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não é possível.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não é possível.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sinto muito, Cristina...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – As informações de junho já davam conta de que a barragem já havia chegado a um nível de saturação. *(Fora do microfone.)*

As informações...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Seis é o nível de alerta, não é?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Alerta.

Não há depois um alerta máximo, paralisação, cerceamento, alguma atitude? Pelo amor de Deus, não é possível! Não é possível! Todo mundo que vem aqui nos mostra um quadro, olha: "Isso é assim, isso é assim...", mas rompeu uma barragem, Sra. Cristina, e morreram tantas pessoas. Há outras na iminência de rompimento. O povo está virando marionete: tira daqui, vai para ali, põe no hotel. Há gente que perdeu sua família inteira e não sabe nem com que roupa volta para casa. Não é possível que a senhora não consiga responder.

A senhora soube explicar o nível traduzido na ANM, o da Vale, e 6 é uma classificação de vocês tecnicamente. Qual é o nível em que estava essa barragem para romper? Qual é o nível no dia em que essa barragem se rompeu? Sabe. Não é possível que, daqui para a frente, a senhora se esqueceu de contabilizar, de classificar?!

Eu não sou seu algoz, mas eu estou aqui porque alguns milhares, centenas de milhares de pessoas me colocaram aqui e disseram: "Vai lá, Rose de Freitas! Vai lá representar no Congresso Nacional!". Eu não posso presidir uma Comissão e achar que tudo o que a senhora diz... Eu vou anotar, como tenho anotado de todos...

Eu perguntaria, então? Se a senhora voltasse atrás, o que a senhora faria de diferente?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssima, eu tenho a minha consciência muito tranquila de que tudo o que me foi possível, humanamente possível e tecnicamente possível... Eu sempre trabalhei com responsabilidade, com critério e reportando tudo aos meus gerentes e aos meus superiores. Eu nunca fui uma pessoa que não trabalhasse com humildade. Até nas minhas imperfeições técnicas eu solicitava ajuda dos colegas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sra. Cristina, a decisão de notificar a ANM com um grau de risco menor foi da senhora ou a senhora foi orientada por algum supervisor?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – A colocação...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Antes de a senhora terminar de responder...

Eu sei que os advogados da senhora é a Vale que está pagando. A senhora deve ter sido muito bem orientada, como todos o foram aqui, em manter a mesma linha de defesa da Vale, para dizer que tudo foi feito dentro da lei e tudo foi correto. E não foi! As informações são muito claras de que vocês detinham todos os dados técnicos para evitar que a barragem matasse pessoas, porque até o rompimento dela hoje... Quando a gente conversa com os especialistas, eles dizem que a dificuldade seria enorme em evitar o rompimento dela, mas que, pelo menos, as pessoas fossem salvas pela responsabilidade.

O que a gente tem ouvido aqui, o tempo todo, é que a Vale cumpriu o papel dela. Não cumpriu. E agora a senhora está numa situação em que vai responder a um processo por uma empresa que a senhora está defendendo aqui. Então, eu coloco claramente o seguinte: a responsabilidade criminal é da senhora, é a senhora quem vai responder, porque a Vale vai continuar, a Vale vai mandar continuar com todas as questões. A senhora, não! A senhora vai ter um processo grande a ser respondido daqui para a frente. Então, procure, pelo menos neste momento conosco, nos dizer claramente quais são as responsabilidades, porque não é possível isso.

Primeiro, junho de 2018. Um dos principais especialistas contratados disse claramente que a barragem tinha um problema grave. Está aqui, de junho de 2018: a TÜV SÜD, tudo o que está deposto lá – o Sr. Makoto Namba não quis falar nada aqui, mas, na Polícia Federal, ele falou tudo –, todas as recomendações da TÜV SÜD para que fossem feitas uma série de modificações. Não foram feitas, a barragem rompeu. Por que isso? A Vale economizando? A Vale não querendo chamar atenção sobre isso? A mina lá não estava dando lucro suficiente nessa história toda?

Então, quem orientou a senhora? A senhora assumiu essa responsabilidade de dizer para a ANM que o risco era 3, ao contrário de repetir o 6 e chamar os técnicos lá? Porque eu tenho certeza absoluta de que, se a senhora tivesse colocado no sistema 6, a ANM teria ido lá e exigido mudanças urgentes. Quem foi que orientou? A senhora tomou a decisão sozinha?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssimo, na ocorrência do dia 11, a minha atuação foi junto com três gerentes: o César, o Renzo Albieri e ainda o Alano Teixeira, que era o gerente da mina.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – César Grandchamp.

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – César Grandchamp.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Toda essa ocorrência foi acompanhada na segunda-feira por eles, no dia 11, por eles; no dia 12, a Sra. Marilene Lopes também esteve lá no local, verificando. Eu solicitei a presença de um consultor, que foi o Paulo Abrão, para validar e acompanhar tudo o que estava sendo feito. Então, eu tentei me certificar ao máximo junto com todos os especialistas e com todos os gerentes do que estava acontecendo.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A senhora tinha acesso a esse relatório de junho de 2011? Teve acesso?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Sim, eu tive acesso a esse relatório, tomei conhecimento dele...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Inclusive, chamando a atenção sobre aqueles dois pontos lá que estavam em risco e que poderiam se romper a qualquer momento? A senhora sabia disso?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Ele chama a atenção no sentido de informar que poderia não ter drenagem interna, mas toda essa ocorrência do dia 11 também foi apresentada às empresas auditoras, tanto à Tractebel, que estava envolvida até então, na época, à TÜV SÜD, e nenhum deles, nem o Sr. Armando Mangolim, nem a TÜV SÜD, nem o Paulo Abrão, nenhum consultor que me acompanhava junto com essa barragem me solicitou o que não estivesse lá ou que reportasse à ANM qualquer situação de risco de possível ruptura.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Dona Cristina...

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – O entendimento era de que isso foi controlado.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Desculpe, o relatório diz o seguinte, dia 14/6/2018: "Nas proximidades do DHP-15, foi observada pela equipe de trabalho uma umidade excessiva no pé do banco de linha inferior a L871, ponto 1, figura 3", no relatório dele. "O local foi escavado, tendo sido encontrado um tubo dreno cuja boca estava coberta com solo. Assim que o tubo foi retirado e a escavação completada, ocorreu uma vazão firme de água". Vazou água da barragem. A senhora não sabia disso? A senhora considera isso nível 6, foi controlada essa quantidade de água? Está no relatório.

"No sentido da ombreira esquerda, a uns 20m do DHP-15, também foi notada uma umidade excessiva no pé do banco. Nesse local, foi notada uma antiga manilha de concreto poroso com a boca entupida por solo. O local foi escavado, a manilha desobstruída imediatamente. Ocorreu uma forte vazão de água pressurizada". Junho de 2015, Dona Cristina. A senhora não sabia disso? Isso é nível 3 para ser informado à ANM, Dona Cristina? A senhora pode responder, fique à vontade. O que nós queremos aqui é que a senhora nos ajude a esclarecer.

Olha aqui: "Ressalta-se que após a desobstrução da manilha ocorreu forte e turbulento fluxo de água, denotando condição pressurizada". Está nos autos aqui. Era responsabilidade da senhora dar sequência nisso daqui e dos seus companheiros lá. A senhora assumiu sozinha o risco, notificou a ANM





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma condição de risco menor do que era na realidade. Quem orientou a senhora? Fala a verdade para nós. Essa decisão foi tomada sozinha? A senhora assumiu o risco sozinha por quê?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssimo, essa ocorrência do dia 16, como eu já informei, foi toda acompanhada por consultores, por gerentes, por técnicos com formação até melhor do que a minha. Então, tudo o que foi feito lá foi validado. Toda colocação do Sr. Armando Mangolim foi que ele identificou qualquer coisa entupida, qualquer dreno entupido, e que ela foi imediatamente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não é qualquer dreno.

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Posso continuar?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Perfeitamente, mas a senhora me permita, às vezes, por necessidade de colocar, acrescentar algumas coisas, para que a senhora em seguida complemente razoavelmente a sua resposta. Não é qualquer dreno.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É água pressurizada, né?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não é qualquer dreno.

A senhora tinha a equipe que a senhora diz que volta e meia mandava a campo, nessa época a senhora tinha a mesma equipe?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – E ela foi lá verificar esse laudo do jeito que se apresentava, falando desse dreno com qual expressão?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Água pressurizada.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – É uma vazão... Escavações contra um dreno... Veio água pressurizada jorrando.

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Posso responder, Senadora?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Com certeza.

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssima, essa barragem constava de 53 drenos horizontais, que vêm desde a época de construção dela. Então, a Barragem 1 era uma barragem de que saía água pelos drenos constantemente. Esses drenos também eram monitorados. Então, quando ele reporta





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esses drenos, a gente fez a retirada de material desses drenos, continuamos a monitorá-los. Nenhum piezômetro, que é o que indicaria nível de pressão na estrutura, e nenhum desses drenos apresentou alteração no sentido de evolução de nível freático na estrutura. Então, é com muita tranquilidade que eu coloco que toda ocorrência do dia 11 foi acompanhada gerencialmente, tecnicamente, com consultores, com auditores e reportada a verdade.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Por favor, vamos colocar o próximo eslaide. Pode ir passando na sequência.

Em junho, eles anunciam; em janeiro acontece, exatamente no local onde apontava.

Ali, pode continuar, por favor, Dona Cristina.

Nós temos os animais pastando em cima da barragem.

Pode passar o próximo, por favor.

Temos essa lagoa que está formada ali. Vocês tinham conhecimento dessa lagoa formada no alto da barragem?

E outra coisa: as investigações da Polícia Federal mostraram claramente que a bomba e o dreno que deveriam retirar aquela água não estavam funcionando.

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssimo, esse lago se dava por causa da localização da nascente, que ali estava. Então, ela era a única contribuição que existia para o reservatório. Foi solicitado pelo auditor o desvio da chegada dessa água no reservatório. Isso foi executado, inspecionado pelo auditor. Além disso, ele ainda solicitou, mesmo tendo sido feito o desvio, que houvesse uma segunda bomba, que também foi instalada. Então, todo o aporte de água dentro do reservatório foi diminuído ao máximo.

Essa barragem, o manual de operação dela solicitava uma praia de rejeitos de 150m, estávamos com mais de 300m de material garantindo a segurança.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A senhora ainda não respondeu a minha pergunta sobre se a senhora assumiu o risco sozinha. Nós vamos, eu vou tocar nesse ponto bastante aqui, porque ele é fundamental para a gente definir qual foi a sua responsabilidade em tudo isso.

Mas, dando sequência ao seu raciocínio, a Polícia Federal, em acompanhamento com a ANM, esteve no local e os drenos não estavam funcionando, os tubos estavam soltos, ou seja, a água que deveria estar sendo retirada não estava sendo retirada. A senhora tinha conhecimento disso?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssimo, o senhor disse que a ANM esteve no lugar antes ou pós...?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Depois do rompimento.

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Aí eu não sei precisar ao senhor. O que eu sei informar com propriedade é que, até o dia 23/1, quando eu estive lá, todo o desvio estava funcionando e todas as duas bombas estavam em condição de funcionamento.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sra. Cristina, a senhora assumiu a responsabilidade...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não, perfeitamente, Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sr. Relator Carlos Viana, eu jamais ousaria interromper os seus questionamentos.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Até a pedido da Senadora Rose – viu Juíza Selma? –, à medida que as perguntas forem sendo feitas, os senhores podem participar.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – A sua linha de questionamento está perfeita, eu prefiro ouvi-la.

Só uma observação aqui, que a Senadora Selma, como Juíza e Senadora Selma Arruda, faria com mais propriedade do que eu. Agora, eu gostaria de colocar aqui, neste momento, o seguinte: diante desses questionamentos em que a gente não consegue sentir conteúdo em suas respostas, permita-me, respeitosamente, V. Sa. está se afigurando, em termos civis e criminais, de forma periclitante. Vou repetir: periclitante. E olha que eu estou usando um termo suave. A gente gostaria de separar os lambaris dos tubarões, como está fazendo, nessa linha, o brilhante Relator, Senador Carlos Viana, porque nós aqui, nenhum de nós aqui acreditamos que a culpa do mestre de obras seja dele nem que seja do único culpado, de repente, o Sr. Alano Teixeira, que foi o gerente que faleceu na tragédia.

Então, é só uma observação, Senador Carlos Viana e Relator. Continue com os seus brilhantes questionamentos. É só uma preocupação aqui, porque daqui a pouco a gente vai culpar quem morreu e está lá juntinho de Deus, o Sr. Alano Teixeira.

Desculpe.

Obrigado.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Apenas para contribuir também, Sr. Relator.

Ela disse que os drenos estavam funcionando e que os motores, como é?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – As bombas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – As bombas estavam em condição de funcionamento. Estavam funcionando ou estavam em condição de funcionamento desligadas?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssima, essas bombas só funcionavam quando havia um aporte de chuva na estrutura, que poderia elevar algum nível do reservatório que ali se encontrava. Então, eles não funcionavam diariamente. Eles tinham que ser mantidos em condição de funcionamento.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Então, essas bombas não estavam ligadas para desfazer essa lagoinha? Não era para isso?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssima, essa lagoinha não permitia calado de funcionamento da bomba constantemente, porque senão ela entupiria. Então, sempre haveria um mínimo possível de água ali para permitir o funcionamento da bomba. E isso nós garantimos, que o mínimo de água possível estivesse nesse reservatório.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Posso seguir, Excelência, ou tem alguma pergunta?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Com certeza. Ela só não respondeu, que eu fiz uma pergunta. A senhora teve constrangimento de olhar aquela imagem. Não há quem não tenha, ainda mais que está envolvido diretamente. Eu perguntei, se a senhora diante da gravidade da situação, se voltasse no tempo, o que a senhora acha que poderia ter feito para evitar essa tragédia.

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssima, uma volta no tempo não me daria condições de mudar nada do que eu fiz, do que eu tenho feito até então, que é colaborar com a verdade, com transparência, porque tudo o que fiz até então foi com o máximo de critério, com o máximo de cuidado com essa estrutura. Então, uma volta no tempo, mesmo, eu avaliaria da mesma forma e trabalharia com o mesmo amor e com o mesmo critério que eu sempre trabalhei.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sra. Cristina, mais uma questão que eu fiquei sem entender ao acompanhar os depoimentos. Uma troca de *e-mail* no dia 10 de janeiro confirmava que alguns piezômetros da barragem passaram a apresentar leituras discrepantes, dia 10 de janeiro. Sabe-se também que cinco piezômetros pararam de funcionar, simplesmente pararam de funcionar.

No dia 23 de janeiro, 48 horas antes da tragédia, os técnicos da Vale e da TUD SÜD ainda estavam tentando decidir o que fazer. Observa bem, quase 15 dias depois dos instrumentos que vocês colocaram lá para monitorar, 15 dias, eles estavam dando leituras incorretas, cinco não estavam funcionando. E vocês não sabiam o que fazer em relação a isso. Pelo menos é o que está nos *e-mails* que vocês trocaram lá. Duas semanas nessa história toda.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A senhora foi informada, entre os dias 10 de janeiro e 24 sobre esses problemas? A senhora tinha conhecimento do problema dos piezômetros? Como responsável pela barragem, a senhora não deveria ter sido informada? Quem deveria ter informado a senhora se a senhora não estava sabendo dessa história?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssimo, essa situação eu só tomei conhecimento dela no dia 26. No dia 23, eu estava na mina com os engenheiros da TÜD SÜD. Essa leitura primeiramente chegou lá no dia 10. E eles, os engenheiros também não me informaram sobre nenhuma alteração que eles haviam identificado...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Quem deveria ter informado a senhora? Porque a senhora era a responsável. Quem deveria ter informado a senhora sobre essas leituras do dia 10?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – A TÜV SÜD.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não informou a senhora?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Não informou.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas ninguém da Vale? Porque não foi isso que está lá, não. Os e-mails são trocados com os seus superiores da Vale. A senhora não foi informada sobre isso?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Eu só tomei conhecimento dessa alteração de leitura depois do rompimento.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A senhora se sente traída pela Vale nas informações, Sra. Cristina?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssimo, eu não me sinto traída. Hoje o que eu sinto é uma tristeza muito grande. Ter sempre confiado nas empresas que prestavam consultoria, auditoria e ter trabalhado com critério e com cuidado àquela estrutura e todas as outras.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Coloque o próximo eslaide aí, por favor.

Ali é o lago. A informação que ela já disse é que as bombas estavam funcionando, mas segundo a Polícia Federal, os dutos para esvaziamento não estavam conectados. Há fotos, inclusive, em todo o inquérito policial, mostrando que o serviço não estava sendo feito.

Pode passar o próximo, por favor.

Dona Cristina, nós temos informações de que a Vale fazia, no entorno da barragem de B1, até 3km, detonação de explosivos. Há uma placa, inclusive, indicando que às 14h30 haveria detonações de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

explosivos, contrárias à recomendação da TÜV SÜD. E que também caminhões não poderiam circular no entorno da barragem, por conta da situação de risco que estava apresentada desde junho de 2018.

A senhora tinha conhecimento do trânsito de veículos pesados? A senhora tinha conhecimento das explosões, das detonações de dinamite no entorno da barragem?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssimo, as detonações que se davam na mina eram referentes à cava para extração de minério. A TÜV SÜD nunca colocou para nós, de forma clara, que deveriam ser paralisadas as detonações na mina.

Essa informação de que o caminhão estava indo à barragem para fazer algum trabalho é exatamente garantindo a condição para a instalação de uma segunda bomba, como a TÜV SÜD solicitou. E todo o equipamento que era levado à barragem ou que estava na barragem, como as duas sondas, era de conhecimento da TÜV SÜD, porque estávamos fazendo toda a atuação para o atendimento das recomendações da empresa.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Quer dizer que a TÜV SÜD, como disse o seu Presidente aqui... A senhora está repetindo exatamente a mesma linha dele.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – A mesma, é.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A mesma coisa, não é isso, Srs. Senadores?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É, a mesma, a mesma.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A empresa Vale, essa não tem nenhuma responsabilidade sobre nada.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Nenhuma.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É sempre um terceirizado que colocou. E a senhora, com a experiência que a senhora tem, a senhora nunca percebeu que, de fato, poderia existir um problema mais grave ali?

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sr. Relator, posso complementar sua pergunta, por favor?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Perfeitamente.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – É isso que eu quero saber. Tecnicamente, exatamente quais são os riscos da existência, ou da ocorrência de explosões ali onde ocorriam em relação à distância do reservatório? Quais são os riscos, tecnicamente, que isso acarreta?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssima,...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu posso aproveitar e somar umas perguntas? Nós temos ainda outro depoente, e eu estou preocupada, porque hoje teremos votações no Plenário, mas não mais importantes do que o que nós estamos fazendo aqui agora.

Eu estou muito incomodada, muito incomodada. E eu não sei, desculpem-me, eu não sei fingir. Eu estou sentindo assim, a senhora fala toda hora da responsabilidade técnica, na questão da sua autonomia e tudo mais...

Quem é Washington Pirete?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssima, Washington Pirete é um engenheiro que trabalhava na equipe de gestão de risco e trabalhava junto com a Marilene Lopes e com o Alexandre Campanha.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A quem ele respondia na hierarquia do trabalho? Funcional.

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – A hierarquia da Vale, eu não conheço exatamente nas funções da gestão de risco, que é uma outra gerência, não afeta a minha diretamente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Mas a senhora é da área técnica.

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Sim, mas ele respondia ao Alexandre Campanha.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Vou repetir a minha pergunta: a senhora notificou à ANM um grau de risco menor por sua decisão ou orientada por sua equipe ou por alguém?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – A decisão de reportar à ANM uma condição de um risco que estava controlado foi feita com todas as pessoas que estavam na mina na atuação do dia 11: eu, César Grandchamp, Alano Teixeira, Marilene Lopes, Renzo Albieri.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Foi uma decisão técnica ou foi uma decisão pensando na economia da Vale em não paralisar a produção?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Foi uma decisão técnica. A instrumentação voltou à normalidade, a situação foi totalmente controlada e se manteve assim até o dia 25 de janeiro.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Senador Relator, só porque ela não respondeu à pergunta da Senadora Selma.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois é, eu queria que a senhora... Se a senhora tiver necessidade de anotar, por favor, providenciem...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – A minha pergunta é bem simples: eu quero saber qual é o grau de risco de haver um empreendimento desse e próximo dali haver explosões.

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssima, uma barragem alteada por montante não poderia sofrer com sismos no maciço dela. Isso é um possível gatilho a um processo de liquefação. Eu não tinha nenhum documento que me delimitasse uma distância de detonações para atuações no entorno dessa barragem. Nenhum dos auditores, nem consultores me apresentaram um valor limite para que isso não acontecesse. E eu não tinha uma solicitação de que não fossem realizadas detonações na cava.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Olha só, eu não estou lhe perguntando se a senhora tinha documentos ou solicitações. A senhora é uma engenheira, é isso?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Sim.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – A senhora tem conhecimento técnico. A senhora poderia ter morrido junto com eles, não é? A senhora sabe onde ficavam as detonações, porque a senhora ia para lá, me disse, disse para todos nós aqui que ia para lá às 7h da manhã e saía às 16h30. Não é possível que a senhora não tenha conhecimento, até porque a senhora fazia algumas inspeções em campo.

O que eu quero lhe perguntar é: aquelas detonações, onde ocorreram, em relação à barragem, qual era o grau de risco? Sem documento, eu quero que a senhora me diga o seu conhecimento, o seu conhecimento técnico.

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssima, como uma engenheira e como uma técnica que estava presente constantemente na área da mina de Córrego do Feijão desde 2011, eu gostaria de esclarecer que a Barragem 1 teve a sua operação iniciada em 1976. A cava, nós temos conhecimento de detonações antes disso. Então, as detonações da cava nunca foram um problema para a estrutura da Barragem 1. Ela nunca teve nenhum abalo sísmico em função das detonações da cava, do que eu tenha conhecimento, até o dia 25 de janeiro.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mesmo com todas as recomendações de que a barragem estava em risco, de que havia problemas lá? Porque uma coisa são detonações em uma área totalmente segura, outras, a senhora como engenheira sabe, são detonações em locais onde já há uma indicação de perigo e risco de que a senhora tinha conhecimento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssimo, essa recomendação que é colocada é colocada de forma ampla de que não houvesse detonações e nem nenhum abalo sísmico na estrutura da Barragem 1. Eu não tive nenhuma orientação de que fossem paralisadas as detonações na cava.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sra. Cristina...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É impressionante.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Agora uma pergunta aqui: o que é que mudou, Sra. Cristina, a senhora saiu de folga dia 23, a senhora saiu de folga dia 23. Dia 25, a barragem rompeu de uma forma assustadora.

Ponha o vídeo aqui para a gente novamente, por favor.

Vamos relembrar a ela o que foi que aconteceu.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ela estava em Caldas Novas, não é?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Vamos relembrar.

Coloca o vídeo novamente aí.

Junho de 2018, não havia risco nenhum; estava tudo certo. Em 10 de janeiro, os piezômetros todos começam a dar sinal de que alguma coisa estava errada. Dia 25... Não sei... Dia 23, ela sai de folga, porque eles não haviam decidido ainda o que fazer com os dados técnicos colocados lá. Dia 25, acontece isso.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sr. Relator, isso só está impactando a nós, porque ela se recusa a olhar.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – É difícil! A gente talvez...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Posso fazer uma pergunta, Sra. Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pode.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Eu gostaria de saber quem era o responsável pelo Plano de Ações Emergenciais lá.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – O Coordenador do PAE (Plano de Ações Emergenciais) de Barragens de Mineração, era o Sr. Marco Conegundes.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – E qual era a função do Sr. Renzo?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – O Renzo era o Gerente de Geotecnia Operacional.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sra. Presidente, Sr. Relator, Senadora Selma, eu tenho uma recomendação médica – o Senado possui, inclusive, o atestado do Dr. Paulo Reis –, porque sou diabético e vivo um momento, que o Senador Alvaro Dias presenciou no último sábado, de profunda queda da minha glicemia. E ele me pediu: "Kajuru, tenha calma na CPI de Brumadinho". Isso porque, Relator Carlos Viana, Presidente Rose, Senadora Selma, sociedade brasileira, esta CPI não vai decepcioná-los em hipótese alguma. Ele me pediu para ter calma, porque vai só baixando e, em casos de hipoglicemia vocês sabem o risco de coma.

Eu fico só pensando o seguinte: "Gente, será que a melhor forma de fazer esta CPI seria uma CPI em sessão espírita?", porque, lá, a gente poderia ter certeza de tudo. Aqui, a impressão que dá, com todo o respeito, Sra. Presidente, é de que essa empresa Vale, a assassina Vale, que compra quem ela puder... Ela só não vai conseguir comprar os integrantes desta CPI aqui. Isso ela não dá conta não. Eu ponho a mão no fogo por cada um aqui, até porque conheci, puxei a história de cada um... Mas ela é capaz de comprar qualquer um, essa empresa Vale, tanto é que você pode ver que, aqui, a presença da imprensa é pequena; é pouquíssima gente da imprensa. Por quê? Porque ela patrocina, cada patrocínio dela é altíssimo. Então, praticamente, ela quer calar, ela quer blindar, ela quer silenciar esta CPI.

Eu fico sem entender, porque, quando o Relator fez uma pergunta preciosa à senhora, a senhora teve uma grande oportunidade de responder... Eu ali não voltaria a fazer questionamentos à senhora. Ele perguntou se a senhora se sentiu traída pela empresa Vale, e a senhora disse: "Não; não, de forma alguma". A senhora está, o tempo inteiro aqui, aliviando para diretores da empresa; a senhora não põe culpa em ninguém; a senhora não assume a culpa pela tragédia; a senhora não dá os nomes dos diretores responsáveis pelo rompimento da barragem; não descreve o que cada um fez ou o que poderia ter feito, ou deixado de fazer. Então, a senhora me desculpe, eu não quero lhe desrespeitar não.

A senhora me parece que é uma mãe, não? Tem filhos ou não?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Sim.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então, a senhora tem filhos. Tudo que a senhora está dizendo aqui, até agora, a senhora jura que é a verdade, nada além da verdade?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssimo...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – A senhora jura?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Juro.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Jura?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Juro.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu precisava desse juramento da senhora, porque cabe aqui uma pergunta de que o Senador Carlos Viana se lembra e que eu acabei fazendo para aquele dissimulado, zaino, zaino e dissimulado significam a mesma coisa, ou bagre ensaboado, que a Senadora Selma gosta de usar, Senador Carlos Viana. Eu a fiz para aquele japonês que me irritou aqui e levou a minha hipoglicemia a 30 – eu tive de sair correndo daqui para comer doce – para aquele japonês cara de pau, aquele Makoto que esteve aqui.

A senhora me desculpe, mas eu vou fazer uma pergunta para a senhora, porque dá a impressão de que cada convocado que vem aqui passa antes, Senadora Rose, por um treinamento lá na empresa Vale – está concordando comigo a Senadora Selma. Graças a Deus, eu não estou falando bobagem. Parece que eles fazem um treinamento na empresa Vale, Relator, para responder às nossas perguntas. Treinamento assim com direito a Harvard, para se preparem e para saberem responder e aliviar a Vale e os seus diretores. E aí cabe uma pergunta que brasileiras e brasileiros estão fazendo neste momento. Desculpe-me, mas eu vou fazer. Pode me achar desrespeitoso com V. Exa.

A empresa Vale lhe ofereceu algum benefício? Vou diretamente ao ponto, porque eu odeio cinismo. Ela lhe pagou alguma coisa para a senhora aliviar a cara de todos os diretores e, principalmente, da empresa Vale? É a pergunta que lhe faço, porque eu não sei o que estão fazendo não. Aqui nas minhas redes sociais que estão transmitindo ao vivo esta sessão, é a pergunta mais frequente. A Vale pagou alguma coisa para a senhora, ofereceu alguma coisa para a senhora para a senhora livrar a cara dos diretores e da Vale?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssimo, nem a Vale nem nenhuma empresa me fez nenhum pagamento, e eu vivo e subsidio a minha família com o meu salário.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – A senhora continua trabalhando na Vale?

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Sim.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – É impressionante! Ou eu não botaria mais os pés naquele lugar ou, se eu fui a culpada, eu seria demitida.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Minimamente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Continuam entrelaçados.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Vamos tentar chegar a algum lugar.

Eu acho que a situação da Sra. Cristina é muito delicada do ponto de vista jurídico, me permita. Inclusive a senhora nos lembra aqui de que a sua prisão foi pedida em duas ocasiões pelo Ministério Público. O Sr. Fabio Schvartsman, Senadora Selma, por sua vez, lavou as mãos, disse ignorar todos os problemas, atribui o desastre ao corpo técnico da empresa, da qual V. Sa. faz parte.

Eu faria duas considerações finais aqui. Primeiro, eu vou perguntar, não custa nada, mesmo que caia no vazio: V. Sa. considera que as responsabilidades pelo desastre estão distribuídas de forma justa e honesta entre os implicados? V. Sa. vai aceitar toda a culpa sozinha, porque todos os diagnósticos – e está aqui uma juíza – levam a V. Sa.?

Eu perguntaria, por fim, se V. Sa., até como ato póstumo de lealdade a seus colegas desafortunados, não considera que deveria aqui e agora apontar todos os culpados pela tragédia, inclusive se fosse a senhora? Não há como a senhora... Os seus olhos podem estar ali. Vamos pegar o Senador Kajuru. O senhor tem 10% da visão?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Três.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Três por cento?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Três.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Treze?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Três.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Três.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Segundo o Dr. Hilton Medeiros, médico aqui do Senado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Três por cento da visão. Não impede que ele tenha se aproximado da tela para ver aquelas imagens. Não é só porque ele é Senador. Junto com o Senador, se não tiver o ser humano, não tem nada. Muita gente não vai nem passar por aqui, vai olvidar, vai querer colocar o nome na CPI sem nunca ter vindo, e eu não vou deixar. Infelizmente, eu não vou deixar. Vou pedir a substituição de todos aqueles que, por excesso de afazeres... Não é, Senador?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pergunto: mesmo que a senhora não tenha dirigido o olhar para ali, não lhe cala dentro? Eu sou mãe também. Se não fosse pelo ventre, como fui, ainda adotaria um bocado de gente, porque eu gosto de gente, respeito as pessoas, brigo em favor delas. A senhora não sente que deveria contribuir para que a Vale, não da maneira com que colocou o Presidente Fabio Schvartsman, seja responsabilizada através das pessoas que tinham incumbências técnicas, compromisso, responsabilidade pelo que aconteceu?

Imagine só uma coisa – eu vou fazer um exercício de eloquência aqui. Imagine, Senador Carlos, se dentre aqueles – e eu li um livro muito interessante sobre isso – houvesse, Dra. Selma, Senadora, um que pudesse ser o futuro Presidente deste País: a lama levou. Uma bióloga: a lama levou. Mães de outras criaturas: a lama levou. Pessoas que deram um terço da sua vida, um quarto, a metade, dois terços para construir uma casa para abrigar suas famílias... Aquele senhor, Kajuru, que na última hora... A mulher sempre ligava na hora em que ia almoçar. Ele ligou para ela, e ele ouviu em resposta algumas palavras, depois o silêncio: a lama levou.

Não é possível que a senhora tenha dito assim... Ninguém dormirá, ainda que resgatado por algum capítulo jurídico, uma sentença qualquer. A senhora pode ir para a sua casa e, na hora de dormir... Não é possível. Não é possível! Eu não acredito que não lhe reste dizer: eu tenho que resgatar a verdade, porque essa sociedade merece. Há uma parte da sociedade que pode não merecer nada, mas aqueles que sofreram com esse crime cometido... E na verticalidade a gente fica estudando: o Senador Carlos falando comigo, eu falando com ele, eu falando com os técnicos. Começou aqui, não é? Começou aqui.

Pelo menos uma frase, Kajuru, nós tivemos aqui do Presidente Fabio. Com toda a atitude alienígena dele...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... ele disse assim: "Eu acho que a Vale tem que pagar".

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Falou pelo menos isso.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pelo menos isso!

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Foi o único, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A senhora pode passar por aqui, eu posso encerrar a sessão agora, a senhora pode retornar para a sua vida e aí ter os desdobramentos na área jurídica onde estiver, mas agora eu estou apelando não é para a engenheira





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nem para a técnica, é para a cidadã. A senhora pode não olhar para lá, mas nós temos um capítulo de uma história indigno, com todo o sofrimento daquelas famílias todas que estavam ali, sendo pobres ou ricas.

Só anuncio que a senhora tem que deixar aqui a sua contribuição efetiva para que a gente possa apurar as responsabilidades. Elas são claras diante dos nossos olhos. Vai esperar que a lei lhe impute alguma pena e que aí a senhora possa, depois, contratar "n" advogados – com o que naturalmente a Vale contribuirá – para que a senhora possa se defender, quando a senhora pode fazer um resgate aqui nesta Comissão? Não é se autoflagelar; ao contrário, é contribuir com a verdade. A senhora vai pagar sozinha por isso? A senhora não sente que, por ter um emprego e por o País ter contribuído tanto com essa empresa, que está participando de leilões infinitos aí, a senhora tem que dizer: "Eu errei aqui, erraram tantos..."? Nem desculpa? Nada? Eu posso encerrar a sessão, tranquilamente, e o seu advogado vai lhe acompanhar. A senhora não sente que a senhora tem que deixar aqui um pedacinho da verdade para todos nós? *(Pausa.)*

Perfeitamente.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente, essa sua colocação foi muito oportuna. É bom lembrar que o ex-Presidente Schvartsman, da Vale, veio aqui e fez essa – pelo menos essa, Relator Carlos Viana – confissão em relação à Vale, só que, depois que saiu daqui, ele entrou na Justiça contra a Vale, com uma indenização, pedindo 48 bilhões. E a Vale vai pagar-lhe. Por isso que aquele dia eu brinquei, Presidente, e a senhora riu, dizendo que a nossa CPI poderia também ter o nome de CPI da Mega-Sena.

Então, às vezes aqui, no caso dessa convocada, a Sra. Cristina, a gente não consegue entender. Parece que o romance dela com a Vale supera o romance de Romeu e Julieta, porque ela prefere o silêncio, inocenta a Vale, mal sabendo que, se ela quiser falar aqui a verdade mesmo, nua e crua, ela pode amanhã também fazer o mesmo que o ex-Presidente fez: processa a Vale e sai daqui milionária, graças a esta CPI.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu gostaria que a senhora respondesse as considerações que eu fiz, por favor.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu gostaria que ela fizesse também, para terminar, Sra. Presidente, se me permite... Uma última questão aqui: se tudo estava correto, se todos os procedimentos foram tomados corretamente, se não havia nada que ela mudaria se pudesse voltar ao passado, e a barragem rompeu e matou 300 pessoas, então, Sra. Cristina, a Vale é incompetente para gerir o patrimônio dela no futuro? Porque nós, de agora para frente, não temos confiança de que absolutamente nada está sem a possibilidade de matar mais mil, 2 mil pessoas. A empresa não consegue gerenciar os riscos de uma maneira suficiente para dar segurança e tranquilidade à sociedade?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssimos, eu, como uma técnica de Córrego do Feijão e estando lá todos os dias, sinto enormemente por tudo que eu vivi, por tudo que eu conheci, por tudo o que eu passei lá. Em respeito a essas pessoas, à minha vida, à minha história, eu sempre me apresentei com a verdade, sempre esclareci, sempre me prontifiquei a estar presente onde fui chamada para prestar o meu depoimento com a verdade. Para falarmos de responsáveis por essa ocorrência, é necessário que identifiquemos as causas, e eu acredito que isso está sendo buscado incessantemente, seja na investigação, seja nos estudos, para que a gente possa identificar se em algum momento houve alguma falha humana em algum sentido que pudesse explicar o que aconteceu na Barragem 1 de Córrego do Feijão.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Senão foi tragédia divina.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Divina!

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Foi castigo!

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Castigo!

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – Excelentíssima, eu entendo...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Praga!

A SRA. CRISTINA MALHEIROS – ... que hoje toda a Engenharia, todos os estudiosos dessa área se perguntam como a gente vai trabalhar daqui para a frente. Todos nós buscamos entender o que aconteceu na Barragem 1 de Córrego do Feijão.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Daqui para a frente, nós vamos trabalhar, Sra. Cristina, com aquilo em que é possível ter confiança, que é sem barragens, o que já deveria estar acontecendo em nosso País, como acontece em outros mais desenvolvidos, onde a vida do cidadão vale mais que o lucro de empresas. Mineração a seco, sem barragens de rejeito. Todas as pessoas que vêm aqui representando a Vale falam a mesma coisa: a empresa é uma excelência. A empresa não é excelência em nada, a empresa é irresponsável nos atos dela e dentro da lei da mineração.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – É. Eu gostaria de encerrar esta sessão... Evidentemente, eu tenho uma grande limitação minha mesmo de querer pensar no futuro sem responder o presente. Este presente está atirado no rosto de todas as pessoas. Eu considero encerrado este depoimento, para convidar que o próximo, o Sr. Renzo Albieri Guimarães Carvalho, seja conduzido a esta sala.

Agradeço. (Pausa.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Que poder tem essa Vale, hein? Pelo amor de Deus!

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu gostaria de pedir que o conduzissem à mesa, por favor. *(Pausa.)*

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Senadora Selma e Kajuru, enquanto ele vem, os senhores observem que, na mina de Brumadinho, nós tínhamos dois em corpo dirigente com responsabilidade sobre o futuro da empresa que estão envolvidos diretamente na questão de Mariana. A empresa não se importou com o que aconteceu em Mariana e, apesar de tudo que tem sido colocado aqui, se mostrou até o momento incompetente e irresponsável no gerenciamento do patrimônio que é público, que é uma concessão. O minério é uma concessão do Estado para a empresa.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Concordo plenamente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Por favor, peço que tome assento à mesa o Sr. Renzo Albieri para iniciarmos o depoimento.

Quero informar ao depoente que o senhor terá dez minutos para responder inicialmente às perguntas do Sr. Relator.

Recebemos a decisão proferida pelo STF, os autos do HC 169866, em seu favor, que assegura o seu direito de permanecer em silêncio, de ser assistido por advogado, de não ser submetido ao compromisso de falar a verdade e de não sofrer constrangimento decorrente do exercício de direito.

Eu peço apenas um minuto.

Eu peço aos Srs. Senadores que a gente possa se reunir um pouco.

Eu suspendo a reunião por três minutos apenas.

(Suspensa às 15 horas e 03 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 10 minutos.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu peço desculpas. Vamos dar continuidade ao trabalho.

Eu estava informando que este Plenário recebeu a decisão proferida pelo STF, nos autos do HC mencionado, a favor do Sr. Renzo Albieri, que assegura o seu direito de permanecer em silêncio; de ser assistido por advogado, como assim está; de não ser submetido ao compromisso de falar a verdade; e de não sofrer constrangimentos decorrentes do exercício desse direito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já que se encontra aqui na mesa, eu farei uma única pergunta e gostaria da resposta, por favor. O senhor mantém a decisão de permanecer em silêncio?

O SR. RENZO CARVALHO – Eu posso até cinco minutos, Excelência, ou a senhora quer sua resposta...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu gostaria de saber, objetivamente, se V. Sa., como outros o fizeram – quero dizer também –, protegidos por *habeas corpus*, tem a intenção de permanecer em silêncio diante desta Comissão e não se o senhor vai justificar, porque não é essa a questão – se o senhor tem a intenção de permanecer em silêncio.

O SR. RENZO CARVALHO – Excelência, eu tenho a intenção de contribuir com esta CPI, no melhor conhecimento que eu tenho. Estou à disposição para falar.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Muito obrigada.

Então, vamos dar a palavra ao Relator...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Com toda vênua, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Trata-se de uma estratégia jurídica em que a pessoa diz "eu tinha o direito de ficar quieto, mas eu sou tão bonzinho, que eu vim aqui colaborar". Estratégia.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – V. Exa. tem toda razão. Eu vou ser mais clara. Talvez me falte... Fugi da escola de Direito no quinto período.

O senhor responderá às perguntas que lhe forem formuladas. Entenda essa pergunta com a objetividade que ela tem. Eu não estou perguntando se o senhor vai conversar conosco. Vou perguntar se o senhor vai responder às perguntas. E aqui o senhor vai responder como bem lhe aprouver, mas o senhor vai responder às perguntas que serão formuladas pelos Srs. Senadores?

O SR. RENZO CARVALHO – Excelência, eu vou responder a todas as perguntas que forem formuladas pelos Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

Está inscrito para falar...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente, enquanto alguém pergunta – por exemplo, a Senadora Juíza Selma estava perguntando –, pode ou não, numa CPI, o advogado ao lado dele fazer isto aqui, olhe... E eu, com 3%, enxerguei, hein, porque Deus é bondoso demais. Pode fazer isto aqui, olhe, e dar uma orientação a ele?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não há proibição de comunicar, não há proibição.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não há proibição?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não, de comunicar entre eles, não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Porque, no momento em que a Senadora fez a observação dela, ele recebeu uma orientação do advogado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não há proibição.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Só para reforçar que eu concordo com a Senadora: trata-se de uma estratégia.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não. Mas não há proibição.

Evidentemente que, com o tempo das perguntas e respostas, nós vamos sentir qual é a estratégia feita, infelizmente, novamente pela Vale, no sentido de procrastinar pareceres e depoimentos importantes.

Eu concedo a palavra ao Relator; em seguida, à Juíza Selma; em seguida...

Pergunto a V. Exa., Senador Kajuru, se o senhor vai se inscrever?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Primeiro o Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Com certeza; em seguida...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu só vou ali marcar presença na reunião dos Líderes e volto. Há reunião dos Líderes agora.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não. Em seguida, o Senador Randolfe.

Com a palavra o Relator.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Obrigado, Senadora Rose.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Só esclarecendo que o senhor tem os minutos que já lhe são cabidos para perguntar. Ele terá cinco minutos para responder a cada pergunta.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para interpellar depoente.) – Sr. Renzo Carvalho, o senhor trabalha no primeiro nível de gerência, com responsabilidade direta pela geotecnia operacional da Barragem B1. Entendo que o senhor talvez alegue, como já disse em depoimento, que era responsável por muitas outras barragens – palavras que o senhor deu lá na Polícia Federal –, mas isso não tira sua responsabilidade sobre a Barragem B1. Se o senhor aceitou a função é porque concluiu naturalmente que seria possível assumir todo esse trabalho e também de outras barragens.

Segundo nos consta, o senhor é responsável pela geotecnia operacional de todo o corredor Sudeste, o que inclui 107 barragens. Uma coisa que assombra todo mundo é saber que, quando acontece uma tragédia, é porque já tivemos muitas quase tragédias que não aconteceram porque houve uma intervenção ou, pelo que estou podendo entender, até por pura sorte mesmo, porque, diante do que tem sido colocado pela empresa de que todas as providências foram tomadas, nós não tivemos outros desastres ou crimes maiores por absoluta sorte.

Também sabemos que existem outras barragens já chamadas *ALARP zone*, que é a zona de atenção, e que, recentemente, mesmo barragens que não estavam na zona de atenção foram interditadas porque nenhuma consultoria quis assinar um laudo de estabilidade.

Vou fazer algumas perguntas para que o senhor, por favor, responda.

O senhor nunca desconfiou de que houvesse alguma coisa errada com a Barragem B1, mesmo com o incidente dos DHPs, mesmo com o fator de segurança quase no limite, mesmo com o relatório de junho do ano passado falando sobre os incidentes, com o incidente grave com questão da água pressurizada, o senhor nunca desconfiou de que nenhuma das 107 barragens que o senhor gerencia tivesse qualquer problema de segurança?

Existe alguma barragem sob responsabilidade com fator de segurança abaixo de 1.3?

O senhor confia cegamente nos laudos, Sr. Renzo?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – V. Sa. tem a palavra para responder.

O SR. RENZO CARVALHO – Obrigado, Excelência. Não precisa apertar nada?

Caro Senador Viana, antes eu gostaria apenas de externar a minha tristeza em relação ao que aconteceu em Brumadinho. Eu sempre pautei a minha carreira sempre no meu conhecimento, sempre com honestidade, com integridade, na retidão das minhas ações, procurando trabalhar e aplicar o melhor conhecimento na minha profissão.

Eu sofro muito com o que aconteceu, pois a minha equipe trabalhava diretamente na estrutura, e, até o momento da ruptura, nós trabalhamos sempre acreditando na segurança da estrutura, a partir da confiança de todas as informações que nós tínhamos relacionadas às declarações, aos estudos, às análises, às inspeções, às instrumentações. Então, até o momento da ruptura, nós sempre trabalhamos acreditando na estabilidade da estrutura. E é por isso que a minha equipe estava presente lá, quando da ruptura. A Cristina, por um acaso, estava de folga e conseguiu sobreviver. Outros engenheiros estavam no refeitório, quando da ruptura, e conseguiram escapar da onda. Então, nós sempre trabalhamos acreditando na nossa capacidade, trabalhando e acreditando que sempre fizemos o melhor e acreditando na segurança da estrutura.

Isso acho que responde parte da sua pergunta. Além disso, quer dizer, o sentimento, nosso sentimento de impotência é muito grande na medida em que a gente não entende, não sabe quais são as causas da ruptura. E é por isso, obviamente, que eu estou aqui para contribuir com o máximo do meu conhecimento a respeito do assunto.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Renzo, há uma diferença muito grande entre – o senhor vai nos perdoar a sinceridade – um discurso que está ensaiado com os seus advogados de defesa e a Vale e a realidade. O discurso da segurança se desfaz com as mortes de 300 pessoas. O discurso de todas as medidas tomadas se desfaz pelos dados técnicos que foram tomados dos *e-mails*, dos relatórios e das prisões que foram feitas, porque presas as pessoas contaram aquilo que elas não querem contar aqui.

Então, vamos lá.

No dia 11 de junho de 2018, com um relatório indicando que havia um problema grave de água pressurizada, que havia uma situação, um incidente que foi considerado, primeiramente, pelo grupo de trabalho, como nível 3 de risco – de nível 6, desculpe, mais alto –, e que posteriormente foi informado à Agência Nacional de Mineração como 3... E segundo a própria agência – e isso vai ser confirmado pelo Diretor-Presidente, que estará aqui conosco muito em breve –, o nível 6 já exigiria que a ANM imediatamente paralisasse a barragem e retirasse as pessoas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, no dia 11 de junho, às 8h47 da manhã, o senhor enviou uma mensagem de e-mail contendo o relatório de fechamento da auditoria da Barragem B1 para as seguintes pessoas: Joaquim Toledo, seu chefe; Ricardo Leão e César Grandchamp, todos inclusive nomes citados que participaram da decisão sobre informar à ANM um grau de risco menor do que o constatado no dia.

No *e-mail*, o senhor informa o problema dos piezômetros, que nós já comentamos aqui, que foi sanado três dias depois do início do evento. O relatório, no item "e" tem uma frase muito interessante, que diz o seguinte, do senhor: "A percepção da equipe de geotecnia é de que, caso fosse necessário acionar o PAEBM, a Vale não estaria preparada". O senhor escreveu isso.

Vou explicar para quem nos assiste que PAEBM é o Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração, é o documento que diz o que fazer em caso de emergência com uma barragem. Então, é o seguinte: o que o senhor quis dizer quando escreveu que a Vale não estava preparada para lidar com uma emergência na Barragem B1?

O SR. RENZO CARVALHO – Excelência, esse relatório eu enviei ao meu superior informando de todas as ações que foram tomadas quando do evento da instalação do DHP e a sua condução e o seu controle. Isso foi em junho de 2018 e nesse momento ainda não haviam sido instaladas, concluída a instalação das sirenes, para que fosse acionado o PAEBM. Nós já tínhamos o protocolo bem definido, o PAEBM, as pessoas já tinham sido treinadas no PAEBM, mas, em caso de um evento mais grave, o que não foi o caso nesse dia, a gente deveria acionar o PAEBM e as sirenes não estavam instaladas. Então, nesse sentido foi que eu quis alertar para que a gente pudesse acelerar a instalação dessas sirenes.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – As sirenes não foram acionadas não porque elas foram levadas pela lama, como o Sr. Fabio Schvartsman chegou a dizer, mas porque o centro de monitoramento ficava em Itabira, não ficava em Brumadinho. E as informações da investigação mostram que, no momento de rompimento da barragem, não havia ninguém na sala acompanhando, não havia ninguém para apertar o botão, para alertar os seus companheiros de Vale lá em Brumadinho. A sala estava vazia, a sala de monitoramento desse plano.

A força-tarefa do Ministério Público recomendou à Vale o seu afastamento, juntamente com outros 13 funcionários da empresa. No documento que embasou o pedido, diz o seguinte:

Considerando que em março e dezembro de 2018 e em janeiro de 2019 houve a detecção de várias anomalias nas leituras do radar interferométrico instalado para monitorar o comportamento do maciço da Barragem B1;

Considerando que as ocorrências foram formalmente reportadas a integrantes da equipe de geotecnia operacional da Vale, daí não decorrendo [Eu estou lendo aqui exatamente o que está na ação pública, num documento que pediu o seu afastamento] nenhuma providência





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concreta, mas, ao contrário, tendo sido o operador do equipamento advertido para ir com calma, porque o andor é de barro.

A conversa com o operador do radar teria acontecido em um e-mail enviado pelo Sr. César Grandchamp, em 9 de março de 2018, ao operador Tercio Andrade Costa, que entendeu a advertência como o seguinte: 'Fica na sua, fica calado, faz o serviço'. Isso está lá *ipsis litteris*, palavras textuais do documento do Ministério Público.

Isso teria acontecido na área chefiada pelo senhor, a Gerência de Geotecnia Operacional. Por isso, eu vou lhe perguntar: na sua gerência, as denúncias e achados de segurança são tratados desta forma: "Fica calado aí, porque o andor é de barro"?

O senhor ficou sabendo dessa mensagem ao operador do radar. Que providências o senhor tomou?

O senhor poderia, por favor, explicar como foram tratadas as anomalias detectadas pelo radar interferométrico, inclusive já em janeiro de 2019, poucos dias antes do rompimento da barragem?

O SR. RENZO CARVALHO – O radar instalado na Barragem B1 era um complemento às instalações, e a gente ainda estava em fase de testes. Então, era importante que se instalasse com antecedência para que, durante o descomissionamento da estrutura previsto, nós tivéssemos inclusive um histórico capturado por esse radar.

Essa informação a respeito do técnico ligado à minha equipe... Ele segue um fluxo. Se ele identifica algum movimento – o radar pode captar movimentos milimétricos; eu não sou especialista em radar, mas é o que me foi informado pelo próprio técnico –, então o procedimento é que a equipe de campo, a equipe técnica em campo faça uma inspeção, uma verificação sobre o que tem sido percebido no radar e confirme se essa informação é pertinente ou não ou se isso significa alguma avaria na estrutura.

O que eu tenho conhecimento é de que, logo após esse *e-mail* do Tercio, a Cristina e o Artur fizeram a inspeção na estrutura, não só nos pontos indicados; fizeram uma nova leitura nos instrumentos e perceberam a normalidade da estrutura.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor me permite, Presidente? Posso continuar? Vou tentar ser mais...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Sr. Relator.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Enzo, apesar de estar na Vale há 12 anos... Correto?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENZO CARVALHO – Há 12 anos. Correto.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor assumiu a Gerência de Geotecnia Operacional em junho de 2018, exatamente no período em que a empresa Tüv Süd estava elaborando a revisão periódica de segurança de barragens, que é uma auditoria mais profunda e que, por isso, reflete melhor a segurança de uma barragem.

O senhor disse que se recorda de algumas recomendações da Tüv Süd para aumentar a segurança da Barragem B1, que foram a instalação de piezômetros multiníveis, a realização de investigação mediante método CPT e CPTU, além do desvio da nascente localizada a montante do reservatório da Barragem B1. Quais dessas medidas foram realizadas ainda no ano de 2018 e quais ficaram para depois? A investigação geotécnica da barragem solicitada pela Tüv Süd foi pedida porque ninguém sabia exatamente qual a conformação do solo da barragem nas diversas camadas ou por outro motivo?

O SR. RENZO CARVALHO – Todas as recomendações no ano de 2018 foram atendidas. Todas as recomendações apontadas pelas auditorias, pela Tüv Süd, pela revisão periódica estavam em dia com o seu cumprimento.

Em relação à instalação de piezômetro de multinível ou de outras informações, era em função de que Tüv Süd queria identificar a existência ou não de algumas camadas de permeabilidade diferentes. Então, dentro das recomendações que ela sugeriu, ela recomendou que nós instalássemos instrumentos ou medidores de nível de água de níveis diferentes para que isso fosse confirmado.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor foi a Brumadinho muitas vezes, Sr. Renzo?

O SR. RENZO CARVALHO – Fui.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Essa tragédia tem alguns aspectos que a gente não consegue entender e, quem sabe, o senhor pode nos esclarecer.

Há coisas que até nós, que somos leigos em boa parte, ao observarmos as imagens – cadê o vídeo, por favor –, não consegue entender.

Eu gostaria muito de colocar, porque o senhor é uma pessoa muito qualificada. A Vale não contrataria um profissional para a responsabilidade que o senhor tem se não houvesse, de fato, uma qualificação. Nós gostaríamos de entender por que todas as instalações administrativas da Vale estavam exatamente no caminho da barragem: ali a usina, mais embaixo o refeitório e toda a parte administrativa. O senhor, quando foi a Brumadinho, não percebeu que isso poderia ser um risco para os seus colegas? Os senhores não perceberam, pela experiência que os senhores têm, que o mínimo que se poderia fazer era tirar os funcionários da Vale da frente dessa barragem, já que todas as informações constavam que a Barragem B1 estava instável, Sr. Renzo? Por favor.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENZO CARVALHO – Caro Senador Viana, a mina do Córrego de Feijão é uma mina muito antiga, e essas instalações estavam lá desde 1976. Em relação ao risco, eu diria que... Desculpe, não sei se eu posso...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Fique à vontade.

O SR. RENZO CARVALHO – Desculpe, é que não sei se estou respondendo ou não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pode continuar.

O SR. RENZO CARVALHO – O.k.. Eu me perdi na pergunta.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A barragem é antiga.

O SR. RENZO CARVALHO – A mina é antiga e as instalações são antigas.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas eu já visitei a Ferteco muitas vezes na minha vida, na época dos alemães. Agora, o senhor é jovem, o senhor tinha nas mãos a responsabilidade por todas elas. Quando o senhor esteve lá, o senhor observou... Com todos os dados que recebeu da Tüv Süd, com os dados incorretos do piezômetro, não lhe pareceu por bem, hora nenhuma, falar: "Olha, vamos tirar pelo menos a parte administrativa da frente da barragem, como forma de garantir a vida das pessoas". Nunca passou isso...?

O SR. RENZO CARVALHO – Senador, apenas corrigindo: a informação que nós tínhamos, que eu tinha e em que confiava plenamente é que a estrutura era segura. Não havia motivo para retirada de estruturas a jusante. Isso faz parte de uma análise de risco.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Quem determinava a retirada da estrutura?

O SR. RENZO CARVALHO – Acredito que a Vale possui uma área específica para o gerenciamento e gestão de risco, para análise de risco.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só no ensejo da pergunta, me permita, Sr. Relator. Só no ensejo da pergunta do Senador Carlos Viana – voltemos lá à imagem –, o senhor é um técnico capacitado, da área, responsável pela segurança, não parecia evidente? Essa imagem... Volte um pouquinho à imagem anterior. Não parecia evidente, lógico, que essas instalações estavam na linha direta da barragem? Não seria um procedimento a recomendação necessária para essas instalações, que tinham um refeitório, que tinham alojamento para funcionários da Vale, que tinham inclusive área do próprio distrito, acomodações, residências do próprio Distrito do Córrego do Feijão... A simples visualização não lhe acendeu o sinal de alerta "Olha, vamos tirar esse pessoal daqui" e recomendar isso? Porque a primeira imagem que tenho disso, a primeira



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

imagem que se tem... Eu não sou técnico da área, mas a primeira imagem que se tem é que me parece claro, óbvio que tinha que ter havido uma providência sobre tudo isso que está na linha da barragem.

O SR. RENZO CARVALHO – Senador Randolfe, desculpe-me se estou falando o nome errado, mas o ponto importante é a questão da segurança da barragem. Você acredita e você tem as inspeções de monitoramento e acompanhamento a respeito da segurança da barragem. Esse fato por si só, se fôssemos avaliar qualquer outra estrutura de barramento neste País, principalmente barragens hidrelétricas, vamos perceber que todas elas estão a montante de áreas ocupadas. Então, o principal foco é a segurança da estrutura.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Renzo, a Vale, segunda maior mineradora do mundo, segundo ela mesma, altamente organizada, o que é de fato, dispõe de muito dinheiro, que inclusive está sendo usado aos vagões para poder não prejudicar mais a imagem ou pelo menos para tentar impedir um prejuízo maior à imagem da empresa, tem três executivos altamente qualificados: Fabio Schvartsman, o Presidente, depois vem o Joaquim Toledo, Silmar Silva, Gerd Poppinga. A Vale criou um evento chamado Piezen, que reúne os maiores especialistas do Brasil para avaliar a segurança das barragens. Entre outros especialistas, participou do painel nacional o Sr. Paulo Abrão, tido por muitos como o maior especialista do Brasil no assunto. Participou do painel internacional também o Sr. Scott Olson, da Universidade de Illinois, outro especialista mundial no assunto. Então, nós estamos falando de uma empresa à qual não faltam recursos nem conhecimento. Nós não estamos falando de amadores; nós estamos falando de profissionais! Profissionais inclusive que estão demonstrando aqui uma linha de defesa única, apesar da quantidade enorme de advogados que está chegando aqui; isso tudo está sendo muito bem pensado. É algo que mostra claramente que essa empresa, quando quer, a Vale, quando quer, atinge o objetivo dela, mas, na questão de proteger as vidas das pessoas, desde Mariana, ela vem deixando muito a desejar e vem colocando profissionais como o senhor numa situação muito difícil, porque o seu Presidente esteve aqui e disse, de onde o senhor está sentado, que se responsabilidade há, há daqueles que estão abaixo dele, não dele.

Situações como essa da Sra. Cristina, por exemplo, que está aqui, que tinha a responsabilidade de anotar os laudos e que, segundo ela, numa decisão conjunta, notificou um risco menor à agência reguladora do setor, numa decisão que segundo, tecnicamente se justifica, mas que se mostrou totalmente incorreta, com a morte das pessoas.

Então hoje profissionais como o senhor, como ela, que são pessoas que têm toda uma história, uma capacitação, estão sendo colocados numa situação muito difícil. Então, é muito, como é que eu posso dizer, complicado, vou usar essa palavra menor para nós entendermos, como tudo estava perfeito e 300 pessoas morrem. Como tudo estava sendo tomado, todas as decisões, e a empresa se vê, em menos de quatro anos, em um segundo gigantesco desastre, como foi Mariana e como foi esse de Brumadinho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos aqui na expectativa de que cada um pelo menos nos indique qual é a sua responsabilidade e o que temos percebido é sempre uma distribuição genérica das responsabilidades. Não, fulano fez isso, o relatório diz isso. O Presidente: "Não, não é comigo, é com quem estava lá embaixo". Quem estava lá embaixo diz assim: "Eu não observei". Quem tinha que assinar: "Não, eu dividi isso". Aí nós perguntamos para um outro que estava aqui: "De quem era a responsabilidade lá?" "A responsabilidade era do que morreu, do gerente que morreu. Ele é que tinha que ter tirado, porque ele tinha..."

Ou seja, nós estamos diante de uma situação como aquele, aqui, Senador – volta a imagem para nós lá, por favor –; o senhor vai ver que havia lá no alto da barragem uma sonda. Está vendo lá uma sonda? O operador daquela sonda conseguiu sobreviver porque veio na camada de lama de uma forma impressionante, como que surfando na lama.

Então, nós estamos assim: a lama se espalhou, mas está todo mundo tentando colocar aqui, surfando para não ser atingido. A empresa tem feito isso com uma habilidade impressionante para ajuizar essas ações, levar para a morosidade do nosso Judiciário, para a falha da legislação, para aquilo que nós não fizemos quando criamos a Agência Nacional de Mineração, que é criar, de fato, uma regulação firme do setor. O Parlamento brasileiro falhou nisso, em não criar uma agência que de fato regulasse uma empresa, um setor que é bilionário e que tem um poder de influência gigante neste País, inclusive com advogados milionários para poder defender e tirar a responsabilidade de cada um na medida do possível, para poder jogar para a Justiça e ficar como ficou Mariana. Até hoje as indenizações lá sendo colocadas e postergadas por recursos, recursos e recursos.

Daqui a pouco, se nós não fizermos o nosso trabalho corretamente, nós vamos ver duas mil pessoas morrendo, porque as comunidades estão cada vez mais próximas das barragens em relação a isso.

Então, Sr. Renzo...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sr. Relator...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Uma observação, até para contribuir com o raciocínio de V. Exa.

Na semana passada nós estivemos aqui e, antes de terminar, nós tínhamos uma outra audiência exatamente com a agência tratando da questão das barragens das hidrelétricas e a preocupação também com relação às hidrelétricas.

Um assunto que me chamou bastante a atenção foi exatamente aquilo que foi provocado aqui já em outros momentos, a questão dos seguros para essas barragens. E lá eles deixaram muito claro: os



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ativos das barragens hidrelétricas são exatamente as barragens. Portanto, a construção de uma barragem de uma hidrelétrica é o ponto fundamental para se construir uma hidrelétrica. Se romper, eles perdem totalmente a possibilidade de faturamento, além das penalidades. Enfim, uma legislação também bastante rigorosa, inclusive para quem vai fazer o seguro das barragens, da mesma forma.

Nas barragens de rejeitos minerais a barragem não é o fundamental. O fundamental é explorar o minério e, depois daquilo pronto, eles vão para outro lugar ou, por isso, vão ampliando extremamente as barragens até a exaustão para poder fazer a mineração, ou seja, até poder ter o máximo lucro possível. Inclusive temos um volume de barragens de rejeitos minerais abandonados porque as empresas quebraram ou até foram embora do País.

Então, eu gostaria de contribuir com V. Exa., principalmente porque esse é um assunto para o qual temos que chamar muito a atenção. Se nas barragens de rejeitos, na verdade, não há interesse econômico, muito pelo contrário, é um problema, deixou ali, abandonou, então, enquanto vai sendo possível ter o lucro, vai-se ampliando a barragem, mesmo que ela não tenha sido construída para aquela mesma estrutura.

Talvez esse possa ser um ponto muito importante para chamarmos a atenção aqui.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A intervenção de V. Exa. foi muito interessante e era uma das perguntas que eu tinha e vou até antecipar.

As barragens da Vale têm seguro, Sr. Renzo? A empresa tem apólices para todas elas? O senhor é que se responsabiliza por 107? Quais os valores e, de fato, qual a responsabilidade da empresa? Até que ponto?

O SR. RENZO CARVALHO – Senador Viana, não sei responder às perguntas.

Eu sou da área técnica, eu sou um gerente técnico. Minha função é acompanhar as estruturas. Eu não sei dizer se elas possuem seguro e qual é o valor desses seguros.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor cuida das barragens, mas não sabe se têm seguro?

O SR. RENZO CARVALHO – Sim, senhor. Eu cuido da parte técnica das barragens.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sr. Presidente, Sr. Relator.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Eu gostaria de fazer uma pergunta a ele.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exatamente olhando essa imagem aqui, quem era o responsável por fazer o mapa de inundação desta barragem?

O SR. RENZO CARVALHO – O mapa de inundação é uma obrigação legal, Senadora Selma, e a obrigação, e quem realizou o mapa de inundação foi a área de Gestão de Risco da Vale, o gerenciamento de risco, coordenado pelo Alexandre Campanha.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – O senhor, sendo um engenheiro, sendo um técnico, o senhor via que isso aqui era para ser lavado caso a barragem inundasse? Segundo a informação do técnico da ANM, o restaurante ainda fica aqui para baixo, não é isso?

O SR. RENZO CARVALHO – Sim, senhora.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – É isso, não é? Então, mais abaixo ainda do que essa edificação aqui.

O SR. RENZO CARVALHO – Isso, Excelência.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Dava para perceber, não é? Só olhando o terreno assim, dá para a gente ver o declive, não é?

O SR. RENZO CARVALHO – O mapa apresenta todas as estruturas que estão na mancha de inundação.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – O.k.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Senhor Renzo...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. *Fora do microfone.*) – Mais uma curiosidade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – É porque, quando se faz o projeto de aprovação de uma (*Fora do microfone.*) barragem, nesse caso, de rejeito, ele deve ter, tecnicamente, uma altura, e a gente sabe que depois vão ampliando essas barragens. A cada ampliação – porque, na verdade, é uma ampliação, é isso mesmo? –, há nova autorização? E, provavelmente, muitas dessas construções são feitas no início de uma barragem. Quer dizer, isso implica que, se amanhã foi ampliada a barragem, aquilo que está abaixo foi observado ou não? Porque esse mapa da inundação, claro que se ele foi feito originalmente com tantos metros de altura e depois ele foi ampliado, provavelmente, será maior também.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é uma pergunta mais... Se há uma resposta técnica, como é feito isso?

O SR. RENZO CARVALHO – Excelência, só para esclarecer, essa estrutura já estava sem operação há mais de três anos, mas, de uma forma genérica, para outras estruturas, se você faz o alteamento da estrutura, aumentando o volume, obviamente, de armazenamento, você deve atualizar o mapa.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Coloca, por favor, os eslaides, para mim. O primeiro eslaide com a marcação das partes de rompimento.

O segundo, por favor.

Ali, Sr. Renzo, as setas da parte baixa da barragem, mostrando os pontos de rompimento, exatamente esses dois pontos foram apontados pelo Sr. Armando Mangolim Filho, em junho de 2018, na instalação do 15º, um problema que causou sério risco à barragem, onde ele fala sobre o fraturamento hidráulico e, naturalmente, um incidente grave.

O senhor teve acesso a essa informação? O senhor sabia do risco? O senhor sabia que na notificação a Agência Nacional de Mineração de 6 foi colocada como 3, como menor risco? O senhor teve conhecimento dessas informações?

O SR. RENZO CARVALHO – Senador Viana, quando da ocorrência do DHP, eu estive presente junto com a Cristina, eu tinha acabado de chegar à Gerência de Geotecnia e havia pedido à Cristina para que me apresentasse à barragem B1, para que eu conhecesse a B1. E foi quando, coincidentemente, nós tivemos o evento do DHP, e eu prontamente fui apoiá-la, fui acompanhá-la na definição e na atuação imediata da correção.

E, obviamente, como gestor, solicitamos a presença dos projetistas da estrutura, não só da Tüv, mas também do Paulo Abrão e da Construtora Armando Mangolim para que nos orientassem e nos confirmassem que a nossa situação e que estrutura estava novamente no seu estado de conservação normal de operação.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E o senhor estava na avaliação, portanto, que notificou a ANM de grau 6 para grau 3; o senhor participou dessa decisão?

O SR. RENZO CARVALHO – Após a atuação, quando foi identificada a ocorrência com o DHP, você sobe o nível de alerta para a estrutura. Foi o que nós fizemos, isso faz parte do fluxo, aumentar o nível. Então, nós subimos isso para nível 6, porque era uma percolação que estava sob controle. E, logo após as nossas ações e o controle novamente da estrutura, ele volta para o nível 3. É uma definição técnica, conduzida pela equipe técnica que estava à frente juntamente com outras pessoas que estavam presentes.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor concorda que se a ANM tivesse sido notificada do nível 6, a mina teria sido interditada?

O SR. RENZO CARVALHO – Exa., acho que a mina não seria interditada. Apenas no nível 10 de comunicação à ANM é que a ANM aciona uma inspeção especial. Então, a gente passa a fazer um monitoramento, uma inspeção diária dessa estrutura, junto com a ANM.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O próximo eslaide aí, por favor. O próximo eslaide, por gentileza. Pode ir mais à frente. Vamos lá.

Essa lagoa, esse reservatório do Córrego do Feijão, apontado pela Tüv Süd como um risco e que deveria ser drenado, esvaziado, o senhor tomou conhecimento dessa informação? E quais medidas foram tomadas, Sr. Renzo?

O SR. RENZO CARVALHO – Faz parte das recomendações da Tüv Süd para que façamos o desvio da única contribuição que existe para a bacia, para o reservatório da barragem. Uma contribuição pequena relativa a uma nascente, que a gente pode ver a montante ali. Então, já existia um sistema de bombeamento nesse pequeno *pond* que a gente pode perceber, que é exatamente para que a gente pudesse retirar toda a contribuição de chuva no período chuvoso diretamente para o vertedor.

Em complemento a isso, a Tüv nos recomendou que desviássemos também a contribuição da nascente diretamente para o vertedor, e foi o que nós fizemos.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor tinha conhecimento de que a Polícia Federal e os investigadores estiveram posteriormente ao rompimento da barragem e descobriram que os canos para dreno não estavam ligados, não estavam funcionando?

O SR. RENZO CARVALHO – Senador Viana, eu estive pessoalmente com a Polícia Federal nesse momento. Logo após a ruptura, eu fui a primeira pessoa a chegar no local do acidente. Desde então, fiquei lá para apoiar com as equipes de resgate e com o comando operacional do Corpo de Bombeiros.

A Polícia Federal esteve no local para fazer a visita neste ponto, e eu os levei até lá para que eles pudessem conhecer onde era a localização dessa nascente e quais foram as ações que nós implementamos a pedido da Tüv Süd.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – No inquérito, as fotos mostram que a tubulação estava sem sequência, ela não estava funcionando.

O SR. RENZO CARVALHO – Provavelmente pela ruptura da própria barragem.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – No local onde está preservado ainda até hoje.

Vamos ao próximo aí, por favor.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Uma das recomendações também da Tüv Süd, Sr. Renzo – pode colocar mais um, por favor –, foi de que não houvesse detonações de dinamite nos arredores lá da barragem e também a proibição da passagem de caminhões pesados para evitar piorar a situação – vamos usar assim no popular. As detonações, quem decidia sobre as detonações? Elas poderiam ter sido evitadas? O trânsito de caminhões lá foi autorizado por quem?

O SR. RENZO CARVALHO – A operação de Feijão conta com o desmonte de rochas desde 1976. Para a extração do minério, há a exploração da detonação. A Tüv Süd nunca recomendou que as operações fossem interrompidas em função da estabilidade da barragem.

O tráfego de caminhões sempre foi controlado e acompanhado pela engenheira Cristina, e ela mencionou caminhões pesados, caminhões fora-de-estrada, porque operavam caminhões fora-de-estrada na mina. Esse caminhão de pequeno porte, provavelmente – eu não tenho conhecimento obviamente, estou vendo a foto agora –, mas ele deve estar sendo utilizado exatamente para poder atender à recomendação da Tüv Süd.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Creio que podemos ter a participação de outros porque, da minha parte, já se encerra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Sr. Relator.

Pergunto se mais algum colega Senador pretende questionar o Sr. Renzo. Mais alguma indagação?

Bom, não havendo mais quem queira fazer questionamento, quero dispensar o senhor e agradecer a sua contribuição nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. RENZO CARVALHO – Muito obrigado, Senador Randolfe.

Uma boa-tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Peço a atenção dos colegas. Vamos suspender por cinco minutos a reunião, mas peço a atenção dos colegas para continuarmos porque ainda teremos uma segunda parte desta reunião, deliberativa, com 13 requerimentos para deliberarmos.

(Suspensa às 15 horas e 51 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 54 minutos.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Reaberta a reunião, nós gostaríamos de apreciar agora os requerimentos, se não houver nenhuma oposição.

Pode me dar os requerimentos?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimentos apresentados.

2ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 55, DE 2019

Requer seja ajuizada ação cautelar de indisponibilidade de bens da Vale e dos dirigentes: Fábio Schvartsman, Gerd Poppinga, Lúcio Cavalli e Silmar Silva.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues.

Antes de iniciarmos a votação do requerimento, eu quero informar ao Plenário que recebemos uma petição da Vale solicitando indeferimento do requerimento de indisponibilidade de bens. Eu tenho que informar que não é atribuição desta Presidência deferir ou indeferir requerimentos a decisões que dizem respeito à aprovação ou rejeição de requerimentos apresentados à CPI. É de responsabilidade do Plenário desta Comissão. Desta forma, eu não tenho nada a prover em relação à petição da Vale.

Em discussão o requerimento apresentado pelo Senador Randolfe.

Alguma dúvida sobre a proposta? Querem que eu repita? Vou repetir.

Requer seja ajuizada ação cautelar de indisponibilidade de bens da Vale e dos dirigentes: Fabio Schvartsman, Gerd Poppinga, Lúcio Cavalli e Silmar Silva. Autoria do Senador Randolfe.

Todos os requerimentos aqui apresentados a esta Mesa deverão ser colocados em votação, conforme diligentemente a orientação técnica da nossa Comissão.

Está em discussão o requerimento.

V. Exa. quer fazer uso da palavra?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, para fazer a justificativa e já respondendo à indagação do Senador, a CPI não pode decretar indisponibilidade de bens, mas a CPI pode requisitar da autoridade judicial a indisponibilidade de bens. É esse o objeto do requerimento. E ele é fundamentado pelo próprio depoimento do Sr. Fabio Schvartsman e pelas consequências do desastre de Brumadinho. Até agora, fora o bloqueio de bens, porque foi bloqueio de bens e não indisponibilidade, que foi decretado pela Justiça de Minas Gerais, salvo melhor juízo, logo após, não houve uma medida judicial deste tipo. Essa medida me parece que é necessária pelo depoimento do Sr. Fabio Schvartsman, pelo fato de o próprio Sr. Fabio Schvartsman, Juíza Selma, como prestou depoimento aqui, ter ficado patente e clara a responsabilidade dele, como



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Vale, e os depoimentos que se seguiram dos técnicos da Vale dão conta de que a última análise e decisão era do Sr. Schvartsman. E houve uma insistente, uma requisitada omissão da parte do Sr. Presidente da Vale.

Então, baseado nos requerimentos ocorridos até aqui, principalmente nos depoimentos do Sr. Fabio Schvartsman, e na necessidade que há de inclusive ser levantada qual é a necessidade de indenização às vítimas de Brumadinho... Vejam, o que a Vale falou, segundo o Sr. Fabio Schvartsman aqui no seu depoimento, foi o pagamento de uma espécie de bonificação de R\$100 mil. É o custo que foi dado para cada uma das vítimas colocadas. Então, pela necessidade de fato de esta CPI fazer o levantamento de qual deve ser a justa indenização para cada uma das famílias de Brumadinho e por conta dos depoimentos aqui prestados e pela responsabilidade latente da Vale é que apresentamos esse requerimento.

Eu acho que isso fundamenta o pedido desta CPI à autoridade judicial. Repito, obviamente, esta CPI não pode pedir indisponibilidade, mas pode requisitar para que uma autoridade judicial assim o decrete.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Inclusive, como eu li, em síntese, o requerimento apresentado por V. Exa., eu queria inicialmente, Senadora Selma e demais, esclarecer o seguinte: como eu li em síntese a leitura oferecida pela parte técnica da CPI, eu quero repetir o texto com base no requerimento que ele fez, porque lendo do jeito que eu li entendi isso, que a CPI estaria fazendo esse requerimento de modo próprio. Está aqui o requerimento do Senador Randolfe, que diz o seguinte:

Requeiro, nos termos do art. 58, §3º, da Constituição Federal, do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, da Lei 1.579, de 1952, e dos arts. 125 e seguintes do Código de Processo Penal, que seja ajuizada ação cautelar de indisponibilidade de bens da Vale e de seus dirigentes – e relata os nomes que eu já citei: o Sr. Fábio, presidente afastado; Sr. Gerd Poppinga, diretor-executivo afastado de Ferrosos e Carvão; Sr. Lúcio Cavalli, diretor afastado de Planejamento e Desenvolvimento de Ferrosos e Carvão; Sr. Silmar Silva, diretor afastado de Operações do Corredor Sudeste –, nos termos indicados ao final da justificação.

É essa a proposta que eu quero colocar em discussão.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sra. Presidente, apenas para complementar e contribuir: essa ação de indisponibilidade de bens pode ser feita incidentalmente na própria ação penal, não precisa haver um ajuizamento, o que pressupõe que nós teríamos que ter um advogado ou alguém com legitimidade para fazer esse pedido. Parece-me que esse pedido deve ser encaminhado ao Ministério Público, e as razões que o fundamentam já estão bem aclaradas pelo Senador Randolfe. Apenas faço uma complementação, para utilizar termos técnicos, da existência de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

indícios suficientes de autoria da materialidade evidenciada por todo o estrago que nós vimos, por tantas mortes, por tantas vítimas, e também da existência do *periculum in mora*, ou seja, do perigo na demora: se nós dormirmos, certamente esses senhores vão se desfazer dos seus bens para não se verem alijados amanhã ou depois por uma ação judicial que pode levar anos para findar – anos! Então, essa medida cautelar vê exatamente que, havendo indícios suficientes, cabe essa medida para acautelar o perigo de desfazimento de bens.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Em discussão.

Senador Jaques.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – A cautela... Eu evidentemente concordo com o esclarecimento da querida Senadora. Agora, eu fico cá me perguntando: essa, de qualquer forma, independentemente das pessoas físicas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Jaques, se V. Exa. me permite, só para esclarecer.

Na verdade, nós especificamos no requerimento o bloqueio de 5 bilhões das pessoas físicas e de 10 bilhões da empresa Vale. Não tendo as pessoas físicas o patrimônio chegando a essa monta, então a complementação parte da empresa.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – O problema, senhores, que eu coloco aqui é o seguinte: não existe responsabilidade penal de pessoa jurídica, só de pessoa física.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por isso, permita-me Senadora Selma, eu solicito o aditamento para as ações correrem na vara criminal para as pessoas físicas e na vara cível para a empresa Vale do Rio Doce.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Deixem-me só esclarecer a minha preocupação, não vou entrar aqui no debate do mérito ou não da conhecida Operação Lava Jato.

Eu, quando fui visitar o submarino nuclear – quando Ministro da Defesa – que estava sendo construído em parceria pelos franceses e a empresa Odebrecht, eu fui lá porque, de qualquer forma, são tecnologias que nada tem a ver com a corrupção de partes ou de dirigentes da Odebrecht. E quando eu saí, um jornalista me perguntou: "Mas o senhor está enaltecendo uma empresa corrupta?" Eu falei: "Não, a empresa não é corrupta, quem é o corrupto são seus dirigentes, aqueles que patrocinaram corrupção." Eu estou elogiando aqui os engenheiros, os técnicos, porque a empresa não é o seu





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presidente. A empresa é um corpo imenso de pessoas que nada tem a ver, se culpa for provada, necessariamente com o que aconteceu.

Só que eu dizia: por que a Lava Jato, em vez de penalizar as empresas, e nós perdemos várias, não penalizava os acionistas majoritários? Por exemplo, se tivesse determinado – na minha opinião, seria muito mais eficaz – que a família Odebrecht tivesse que transferir o controle acionário durante um período de seis meses, exatamente para que se preservasse a inteligência nacional que foi construída ali, porque essa inteligência foi pulverizada, nós a perdemos, e ele está em casa, não sei com quantos milhões ou bilhões, porque, pela Operação Lava Jato, denunciando quem for, um pedaço do roubo, por assim dizer, continua em sua mão. São vários que estão desfrutando de lanchas etc. etc., e quem perdeu o emprego foram os funcionários.

Então, a minha preocupação, Senador, é... As pessoas físicas não me preocupam tanto, porque elas não vão acabar com a empresa, agora a empresa tem que investir, a empresa tem que tomar decisões, tem até que fazer reparações. Então, a minha pergunta só é o quanto isso pode impactar. Porque, por mim, as punições terão que ser dadas às pessoas. Ao ente jurídico não tem como... Nós vamos acabar com a Vale? Não vamos acabar. Aliás, tem gente de fora acabando. Nós temos que cobrar da Vale a responsabilidade. Isso foi feito por cidadãos que têm nome, endereço, que foram irresponsáveis, se isso ficar, como parece estar sendo, provado. Então, a minha preocupação é mais com a pessoa jurídica, porque, se daqui a pouco a gente bloquear tudo, a empresa anda como? É só a minha pergunta ao Senador Randolfe, porque eu não tenho nenhum problema em que se faça o pedido ao Ministério Público, como foi esclarecido pela Senadora Selma. Agora, eu fico perguntando porque, se a gente for trancar a empresa de todos os lados, a empresa não vai andar, e a empresa dá empregos para muita gente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Continua em discussão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para discutir.) – Só ressaltando, Presidente, veja... Só ressaltando os valores que estão...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Permita-me só...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É que o ativo dela é público e notório: ações na bolsa etc. e tal. Então, se for para sequestrar... Seguramente ela não vai correr com as minas que ela tem de Carajás etc. Eu não estou me contrapondo, eu só estou...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sim, sim.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... preocupado com o eventual fluxo de caixa de uma empresa, e ela... Posso estar falando bobagem, pode ser que 10 bilhões e nada para a Vale... Mas 10 bilhões em ativos é uma coisa, 10 bilhões em fluxo de caixa é outra.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para discutir.) – Senador Randolfe, só para contribuir. Eu, que tenho acompanhado de perto o trabalho da força-tarefa...

Nós já temos, por parte da Justiça em várias instâncias e com vários pedidos, bloqueios que têm sido feitos na conta da Vale em bilhões. Temos tanto da parte da Defensoria Pública quanto da parte do Ministério Público, e a Justiça tem feito com relação ao meio ambiente. Então, nessa questão de bloqueio de valores para que as indenizações possam ser pagas, até onde tenho acompanhado, a Justiça tem feito um trabalho exemplar a pedido dos procuradores da força-tarefa, tanto da Procuradoria da República quanto do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Talvez nós possamos, assim que ouvirmos a Promotora Lanchotti, que é a responsável por todo o trabalho, saber dela, dimensionar quanto em valores hoje está disponível para as indenizações, Senador Jaques Wagner. Nós poderíamos ouvir do Ministério Público, por exemplo, quanto já está hoje bloqueado e se, de fato, nós podemos dar alguma contribuição com relação a isso.

Quanto aos bens dos envolvidos, aqui, de fato, nós podemos colocar já um pedido à força-tarefa: que o faça, se ainda não o fez, com relação à responsabilidade pessoal de cada um.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

Presidente, se me permite...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só a título de informação, o valor de bens de que estamos pedindo o bloqueio é de R\$10 bilhões da empresa. Dos envolvidos, dos citados, do corpo diretivo da Vale, R\$5 bilhões. E, se o patrimônio destes não chegar a R\$5 bilhões, que seja complementado pela Vale adicionalmente, como estabelecemos no requerimento.

Só a título de informação: o lucro líquido da Vale em 2016 foi de R\$13,31 bilhões; em 2017, R\$17,62 bilhões; e, em 2018, R\$25 bilhões, ou seja, em 2018, praticamente no ano do acidente de Brumadinho, R\$25,657 bilhões.

Agora, eu aquiesço, eu concordo com o encaminhamento dado pelo Relator Carlos Viana: considero que é prudente ouvirmos a força-tarefa e notadamente a Procuradora da República, o Ministério Público Federal, sobre quais as providências de bloqueio em relação à empresa já foram tomadas, sem prejuízo de nós tomarmos a decisão aqui, se for de consenso deste Plenário, em relação às pessoas físicas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sugiro, então, o sobrestamento, ou seja, não a prejudicialidade, mas o sobrestamento da parte relativa ao bloqueio de bens da empresa, para recebermos as informações após o Ministério Público se pronunciar aqui sobre o bloqueio. E nós deliberaríamos aqui sobre o bloqueio das pessoas físicas.

Aí eu sugiro, Sr. Relator, se o senhor me permite, que nós antecipemos, então, o depoimento aqui, ou a colaboração, perdão, com esta CPI dos membros da força-tarefa. Estava prevista uma diligência em Minas Gerais, tivemos a dificuldade da agenda dos membros desta Comissão. Poderíamos, se fosse o caso, antecipar pelo menos para ouvir aqui os membros do Ministério Público Federal que coordenam a questão relativa ao bloqueio de bens da Vale.

Sobrestaríamos essa parte e deliberaríamos em relação à pessoa física. É a sugestão que encaminho a partir da colaboração do Sr. Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Nós precisamos esclarecer que o requerimento de V. Exa. tem uma parte que se refere à Vale, que nós vamos sobrestar nesta discussão. E eu perguntaria, porque V. Exa. falou uma palavra importante para nós que estamos com o quórum no limite, se V. Exa. gostaria de uma votação consensual, porque, para esse requerimento, nós precisaríamos de votação nominal. Se nós estabelecermos...

Veja bem... Temos o quórum?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Temos o quórum.

Trata-se de saber se faremos uma coisa consensual ou se vamos estabelecer... Porque a assessoria me informa que teríamos que fazer uma votação nominal. Eu acho que ninguém vai ter qualquer tipo de atitude de depois contestar a decisão que foi tomada em conjunto. Eu peço que ela seja tomada em conjunto no que tange, agora, ao que foi colocado por ele. Retira-se a questão da empresa, para fazermos a consulta de tudo que foi feito até hoje pelos órgãos judiciais, e que a gente possa fazer apenas em relação aos dirigentes a indisponibilidade dos bens.

Estão todos de acordo? *(Pausa.)*

Todos?

Então vamos fazer uma votação consensual, porque não haverá divergência, inclusive na condução. Qual será a condução? Que nós teremos um encontro com o Procurador, com o Ministério Público, com todas as outras partes, para que possamos esclarecer todo o roteiro desse bloqueio de bens e para tomarmos conhecimento para tomar outras decisões posteriores.

Então, submeto à apreciação dos senhores.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram – com a retirada do texto sobre o bloqueio dos bens da empresa.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sra. Presidente, bloqueio dos bens totais? Aí não diz se parcial, total...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Ah, então está aí...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Até R\$5 bilhões...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Até R\$5 bilhões das pessoas físicas.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Dos dirigentes.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A parte da empresa fica sobrestada, o.k.?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Mas também aí está o limite...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Até R\$5 bilhões.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E no caso de os bens não atingirem esse valor, a empresa se responsabilizaria pela diferença.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E me permita, Presidente, Sr. Relator, para não ser assim... Não foi a um número aleatório que chegamos neste requerimento; foram números da própria Vale. A própria Vale, na tabela, no padrão dela, calculou o valor de uma vida em US\$2,6 milhões.

Então, com base nesse patamar, nessa tabela estabelecida pela própria Vale, é que nós chegamos a esse patamar para as pessoas físicas e para a empresa.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Mas aí são R\$5 bilhões? É isso mesmo?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu não sei nem pronunciar...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – São US\$2,6 milhões por vida.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Por vida.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Não, tudo bem. Mas aí, se somarmos isso tudo, quantos bilhões teremos?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Teremos R\$5 bilhões.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Essa análise que o Senador coloca é com base no estudo de uma promotora, não é isso?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não, não. É com base nos estudos da própria empresa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Da própria Vale.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... de quanto custaria uma vida.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Não, tudo bem, mas aí somam-se os valores... Se forem aprovados todos, dariam valores cumulativos muito maiores.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não, são dois...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não, por favor, Relator.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É porque, como a Vale coloca que cada vida perdida ficaria em US\$2,6 milhões...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Exatamente, estudo da Vale.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... isso daria, em reais, quase R\$11 milhões. Como nós vamos multiplicar isso por 300, isso dá praticamente R\$5 bilhões, fora os prejuízos e outras questões.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Pois é, mas aí...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Aqui há um dado importante...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – ... o que se está pedindo é o limite individual.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A soma.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, a soma: R\$5 bilhões é soma.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – A soma? Então...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A soma das dez pessoas físicas.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A soma de todos os dirigentes, não é isso?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A própria Fundação Renova, utilizada pelas mineradoras para frustrar expectativas de compensações financeiras dos prejudicados em Mariana, estima, de forma preliminar, em até 11,86... É isso mesmo?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Em R\$11,86 bilhões os gastos a serem feitos, não estabelecendo os limites para os recursos reparatórios.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Porque aqui, Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Há um estudo aqui interessante que ela oferece.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Porque aqui é o seguinte: os valores bloqueados já pela Justiça, pela força-tarefa, servem para as indenizações gerais e até o pagamento de questões ligadas à Justiça, como reparações.

O que o Senador está pedindo é que aqueles envolvidos, o CPF deles, aqueles que são os tomadores de decisões, também contribuam nesses bloqueios com os bens particulares. Além da empresa, as pessoas, os responsáveis, todos eles, sejam chamados à responsabilidade tendo seus bens bloqueados até que a Justiça determine a culpabilidade de cada um.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. *Fora do microfone.*) – Limite total.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Limite total.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Então, aqui há também outro dado importante com base no que foi exposto: essa Sra. Marilene Lopes manda considerar o valor de indenização por perda de vida igual a 2,6 milhões.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – De dólares.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – De dólares.

Vou repetir um documento da própria Vale, como relata o nobre Senador, que fala que as isenções por vida deveriam ser nesse valor de 2,6 milhões, o que equivale no câmbio da época a dez milhões e alguma coisa.

Eu acho interessante que, quando ele faz esse pedido, nesse requerimento, constam todos os estudos e os pareceres que foram colocados acerca desse acidente. Ouvindo hoje aqui, Senador Wellington, eu fiquei um pouco abismada com as colocações da senhora que aqui estava, embora com aparência muito humilde, a fala humilde e tudo mais. Parece-me que a gente não consegue atravessar o Rubicão. A gente fica do lado de cá, sabendo de todos os fatos e acontecimentos, tendo que analisá-los, como a Senadora Juíza Selma colocou, e, em seguida, a gente não conseguirá, pelo andamento dos trabalhos e por tudo... A rede de proteção da Vale é enorme em relação a esse acontecimento.

Então, em um dado momento, a iniciativa que é tomada pelo Senador Randolfe se sustenta com base em quê? Onde nós vamos parar com tudo isso? Ninguém vai repor uma vida dessas, os danos causados são imensos, não há ação reparadora. Ela pode ser indenizadora, como a palavra diz, reparadora não há.

Então, eu queria colocar em votação esse requerimento na forma em que ele colocou, tirando, inclusive, a Vale desse contexto agora, a empresa em si, e depois para a apreciação com maiores elementos, mas votando apenas o bloqueio dos bens dos dirigentes.

Se todos estiverem de acordo, nós vamos votar.

Todos de acordo? (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de V. Exa. com a ressalva feita em plenário.

Mais algum requerimento?

O nº 53, que é nominal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos quórum ainda? (*Pausa.*)

Temos.

O requerimento será procedido no processo nominal.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 53, DE 2019

Requer a transferência de dados relativos aos sigilos bancário e telefônico de do Sr. Makoto Namba.

Autoria: Senadora Juíza Selma.

Informo ao Plenário que a votação do requerimento será procedida pelo processo nominal.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Gostaria de fazer um esclarecimento com relação a esse requerimento.

A CPI não tem poderes para determinar a transferência de sigilo, nem bancário, nem telefônico, nem fiscal, mas ela consegue pedir ao magistrado que já obteve isso processualmente para que faça a prova emprestada. Então, a ideia é – já existe isso no processo – só pedir a remessa desses documentos para a CPI.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Está esclarecido? Alguma pergunta?

Podemos colocar em votação?

Alguém quer discutir?

Podemos? (*Pausa.*)

Em votação o requerimento da Senadora Selma.

Se todos aprovarem, podem fazer uso da votação nominal.

(Procede-se à votação.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Nós temos uma controvérsia jurídica aqui. (*Pausa.*)

Então, em votação o requerimento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado? Todos já se manifestaram?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Falta um voto. Você precisa votar.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A gente está acostumada a votar nas comissões simbolicamente!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ainda mais o senhor, que é de uma cidade cujo subsolo é cheio de ouro! Ele vai atrair para lá multidões... *(Pausa.)*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – O quórum é exatamente de cinco votos.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Seis. Seis.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Seis. Eu vou votar. *(Pausa.)*

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – São seis votos favoráveis. Não, cinco votos favoráveis.

Aprovado o requerimento.

Mais algum requerimento?

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 56, DE 2019

Requer seja convidado o Sr. Marcio Correia de Amorim (Chefe do Serviço de Segurança de Barragens - ANM/MT)

Autoria: Senadora Juíza Selma.

Requer que seja convidado o Sr. Marcio Correia de Amorim, Chefe do Serviço de Segurança de Barragens da ANM de Mato Grosso, para ser ouvido por esta Comissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Então, Sra. Presidente, eu havia feito essa solicitação, esse requerimento, mas, havendo aqui um técnico que está à disposição da CPI, eu retiro o requerimento. Não tem problema.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Só um pouquinho de paciência, porque está todo mundo novo nesta CPI. *(Pausa.)*

Wellington Fagundes.

Requeremos, nos termos do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados o Sr. Hélvio Guerra, Secretário-Adjunto de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia; Paulo Arbex, Presidente Nacional da Associação Brasileira de Pequenas Centrais Hidrelétricas; Carlos Eduardo Cabral, Superintendente de Concessões e Autorizações de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica; e Jonathan Ross, Superintendente de Expansão e Gestão de Ativo da Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras), a fim de serem ouvidos por este Colegiado em data a ser futuramente decidida.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sra. Presidente e nobres companheiros, o objetivo deste nosso requerimento é exatamente – olhem bem: nosso objetivo, da CPI – são as barragens de rejeitos minerais. Aqui eu estou convidando pessoas especialistas em barragens hidrelétricas, exatamente para que a gente possa discutir essa questão dos ativos, por que uma barragem hidrelétrica é feita de um conceito e a barragem de rejeitos minerais de outro.

Eu estou colocando isto aqui e gostaria até de discutir para ver também a propriedade disto e até de outros requerimentos que há, porque o objetivo meu aqui é ajudar a esclarecer, não é para delongar mais ainda. Inclusive, eu gostaria muito de ouvir a opinião do Relator nesse sentido, sobre a propriedade de convidarmos essas pessoas a estarem aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Antes de passar a palavra ao Relator, gostaria de dizer que é muito importante a iniciativa e gostaria que o Senador Randolfe ouvisse.

Nós marcamos para segunda-feira passada – em função deste requerimento eu quero apreciar esse assunto – diligências. Eu torno a repetir que o Congresso Nacional – e o Senado tanto quanto ou talvez até um pouquinho mais do que a Câmara – se debruça sobre pautas importantíssimas, haja vista que o Senador Wellington, o Senador Randolfe, o Senador Jaques, que hoje relatou matérias importantes, a Senadora Selma e tantos outros estão andando de Comissão em Comissão e produzindo, porque – o País, parado como está, vivendo conflitos políticos – evidentemente nós sabemos da responsabilidade que exige este momento histórico.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em vista o trabalho da CPI e a enorme dedicação do Relator, inclusive, com todas as reuniões que ele faz – e todos nós também, mas ele mais ainda –, eu gostaria de solicitar que nós pudéssemos disponibilizar os nomes, todos eles. Eu tenho um problema médico, e todos que me acompanham sabem que neste momento ainda não estou podendo fazer uso de avião – há 50 dias. Só explico isso para entenderem por que eu não estava. Minas Gerais é o Estado em que eu nasci, sofremos com Mariana e é lógico que estamos dedicados. Pediria que disponibilizasse os nomes, Senador Jaques, para que pudéssemos montar diligências paralelas, a fim de que não dependêssemos só de um grupo de Senadores para fazer as diligências locais, ansiosamente esperadas por muitos. Nós recebemos manifestações de vários lugares: quando vem, se vai, com que vai reunir... Então, esse é um assunto.

Quando o senhor coloca esse número de pessoas para serem ouvidas na CPI, nós temos uma preocupação. Quinta-feira é um dia importantíssimo para esta Comissão também, pois teremos o Poppinga aqui na Comissão – importantíssimo: abaixo do presidente da Vale, só ele, que era o diretor da área de ferrosos. Eu pediria, então, que fizesse uma reunião junto com o Relator, que ele fizesse as considerações e que o senhor pudesse explicar o papel de cada um, que tipo de contribuição, para que vocês pudessem acertar uma agenda, não necessariamente debatê-la, que não há necessidade.

Concorda, Senador?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Eu gostaria de ouvir do Relator se isso vai contribuir com V. Exa. Poderemos também deixar aprovado o requerimento. Mas fica aí a definição do Relator. Não é, da minha parte, uma imposição de querer trazê-los, mas seria principalmente porque o Senador Jaques falou muito aqui dessa questão dos seguros, da forma de se fazer uma barragem de rejeito mineral e das barragens hidrelétricas. Então, eu acho que eles poderiam nos esclarecer melhor. E isso pode ser transformado – inclusive depois, sendo aprovado, se o Relator entender – até em uma audiência com o Relator, com mais um ou dois, aí fica a critério do Relator.

Quero contribuir.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim. A sua contribuição, Excelência, é muito importante dentro da nossa proposta, que é estabelecer no País um marco, inclusive, para essa questão das barragens, porque estamos caminhando para a questão da proibição dessas barragens de rejeitos, porque, diante de todas as informações, Senador Jaques Wagner, se tudo estava certo e deu errado, então só há um jeito de nós agora convivermos: é não termos mais barragens. Uma vez que as comunidades estão cada vez mais próximas, as barragens ocupando as áreas a jusante, nós não podemos mais permitir risco de nenhum tipo à vida das pessoas, como nós temos...

Agora, nós temos um prazo já bastante exíguo, que é a questão dos 120 dias, e temos, para que o senhor tenha uma ideia, 10 mil páginas de leitura de uma ação civil pública, mil horas de gravações que ainda estão no seu início.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se V. Exa. não se importasse, nós poderíamos ter, com esses técnicos, num outro momento, porque aqui estamos tratando apenas da questão dos rejeitos. E as hidrelétricas têm outro sistema, uma vez que nós estamos falando de água corrente, e não do depósito de material que vem da produção mineral, que é um material que... Hoje pode ser feito a seco, mas as empresas... Porque a nossa legislação é muito omissa, porque o Estado não regula o setor da maneira como deveria, até pela importância dele e a capacidade dele de impor um *lobby*... O Estado tem que recuperar essa capacidade de regulação do setor de mineração, e nós temos que trabalhar para isso.

Então, se V. Exa. não se importar com esse posicionamento, nós poderíamos fazer isso num âmbito até diferente da CPI.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Então, Sra. Presidente, agradecendo o trabalho da minha assessoria, eu entendo que o argumento do Relator é o mais importante. Então, eu retiro... Fica registrado que eu apresentei, pelo menos com esse objetivo, e retiro o requerimento.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito obrigado, Excelência.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Por enquanto, porque mais na frente se pode fazer necessário.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Fica suspenso. Então, não vamos nem votar; fica suspenso.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Está certo.

Antes de encerrar, eu queria colocar pelo menos em votação a Ata da nossa 4ª Reunião.

Se todos estiverem de acordo...

Aqueles que a aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Quinta-feira a que horas?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu peço, por favor, que, na quinta-feira... É muito importante essa reunião. No hiato de umas coisas... Haverá o depoimento do Poppinga.

Qual é a hora?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Nove horas.

Nós temos tempo marcado: nós temos três horas, no máximo, para a CPI colher os depoimentos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Eu quero aproveitar, Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não é aniversário de Goiás, nem do Mato Grosso...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Essas reuniões às terças-feiras, nesse horário, têm sido um complicador em função das nossas reuniões de Liderança. A pauta, toda ela, é decidida agora na reunião de Lideranças. Então, eu, como Líder do Bloco, fico impedido de vir aqui e ir lá. Eu gostaria de estar nos dois lugares!

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu peço até desculpas, porque nós teríamos que ter acabado um pouco mais cedo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – E nos cobram muito isso. Então, eu não sei se é possível...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Podemos fazer mais cedo?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Talvez...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Nós estamos começando às 13h. Hoje eu atrasei meia hora. Eu atrasei.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Eu penso o seguinte: é um dia assolebado, mas temos que fazer a reunião neste dia. Mesmo se a gente começasse um pouco mais cedo... A gente sempre faz um rodízio aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu queria propor outra coisa: que começássemos um pouco mais cedo e fizéssemos nossa refeição, logo que saíssemos da Comissão, aqui ao lado. A gente pode providenciar isso, porque isso dá oportunidade... Ficar sem comer até as 16h...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Exatamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... é um desespero! Eu já estou quase comendo o dedo do meu assessor quando ele fala. *(Risos.)*

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Aqui é assoberbado mesmo, não há outra forma. Então...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Para quem trabalha, não é, Senador?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente, só para antecipar, eu estarei aqui às 9h. Qual é o problema? Às 10h, eu tenho reunião da CRE, para a qual está convidado o Ministro da Defesa.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – É importante.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu, como ex-Ministro da Defesa, obrigatoriamente me sinto compelido a estar lá, até porque conheço o atual Ministro da Defesa do tempo em que ele cuidou das Olimpíadas no Rio de Janeiro. Então, vou tentar... Aqui nós precisamos estar em três lugares ao mesmo tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Posso dar uma sugestão? O senhor vem, permanece aqui pelo tempo que puder permanecer e, antes de se retirar, deixa as suas perguntas, que alguém vai fazê-las.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É claro! Eu fico aqui, e alguém fica monitorando lá. Quando começar, eu vou para lá.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

Agradeço a todos.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 13 horas e 33 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 33 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO DA CPI DE BRUMADINHO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia onze de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Randolfe Rodrigues e Jorge Kajuru, reúne-se a CPI de Brumadinho com a presença dos Senadores Carlos Viana, Otto Alencar, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Soraya Thronicke, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Acir Gurgacz, Telmário Mota e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Antonio Anastasia, Juíza Selma, Rose de Freitas, Dário Berger, Mecias de Jesus, Jaques Wagner e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 58 de 2019** que: "Requer a CONVOCAÇÃO do Sr. JUAREZ SALIBA DE AVELAR, diretor de estratégia, exploração, novos negócios e tecnologia da Vale, para prestar depoimento a este Colegiado." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 59 de 2019** que: "Requer a CONVOCAÇÃO do Sr. WASHINGTON PIRETE DA SILVA, funcionário da área de gerenciamento de riscos geotécnicos da Vale, para prestar depoimento a este Colegiado." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Não apreciado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 60 de 2019** que: "Requer a CONVOCAÇÃO do Sr. WAGNER ARAÚJO NASCIMENTO, engenheiro de minas, chefe da Divisão de Fiscalização de Barragens da Agência Nacional de Mineração em Minas Gerais, para prestar depoimento a este Colegiado." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Não apreciado. **2ª Parte - Oitiva. Finalidade:** Realização de oitiva. Oitiva do GERD POPPINGA, em atendimento ao requerimento 24/2019. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Rose de Freitas

Presidente da CPI de Brumadinho

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/04/11>

(Texto com revisão.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Senhoras e senhores, brasileiros e brasileiras, nossos únicos patrões, hoje é quinta-feira, 11 de abril de 2019, e, havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 21, de 2019, para apurar as causas do rompimento da barragem na Mina Córrego do Feijão, da empresa de mineração Vale, em Brumadinho, e outras barragens.

Conforme convocação, a presente reunião está dividida em duas partes. A parte deliberativa é destinada à apreciação de requerimentos. No entanto, pela falta de quórum – e lamento os Senadores ausentes – vamos, então, imediatamente à segunda parte, tendo, como sempre, a presença do atuante e qualificado Relator, Senador mineiro, Carlos Viana.

Hoje, é o dia da oitava do Sr. Gerd – ou "Guerde", porque ele é descendente de alemão, então lembra Gerd Müller, da Copa do Mundo, artilheiro. Seu nome, então, se pronuncia como "Guerde" Peter Poppinga. Ele é ex-Diretor-Executivo de Ferrosos da Vale S.A.

Como eu quebro protocolo e também não enxergo bem, vou falar direto para os senhores, as senhoras e para o Brasil: esse convidado de hoje é o braço direito do ex-Presidente Schvartsman. Ele é o segundo homem – ou foi – da empresa Vale. Daí a importância de sua presença aqui. E agradecemos o fato de ele aqui estar presente, embora tendo o direito de *habeas corpus*, e não sabemos se ele vai responder ou não às perguntas desta Mesa, desta CPI – *habeas corpus* concedido pelo Ministro Barroso.

Então, Relator Carlos Viana, vamos convidar para se juntar a nós aqui e colaborar com esta CPI, que é o que a Pátria amada mais deseja, o Sr. Gerd Poppinga, com prazer – ele que, aliás, chegou na hora certa. Os Senadores atrasam, o convidado não atrasa, não. Por isso, nós estamos aqui.

São 9h45, desculpem aí o atraso. E justifico aqui a ausência da Presidente desta CPI, Senadora Rose de Freitas, que solicitou a mim que fizesse o uso da Presidência desta reunião. Ela, por motivos pessoais, pode até chegar mais tarde, mas por enquanto está ausente e com justificativa.

Dr. Gerd Poppinga, o senhor poderia se apresentar, por fineza: as funções na empresa Vale, o seu nome, a sua qualificação – o senhor que é reconhecidamente preparado para o uso de suas atribuições, morou fora do País, veio para o Brasil de novo. O senhor pode se apresentar ao País nesta Comissão Parlamentar, por fineza?

O SR. GERD POPPINGA – Obrigado, Excelência.

Antes de começar, eu gostaria de dizer que estou profundamente abalado com a tragédia de Brumadinho. E quero, mais uma vez, expressar os meus sentimentos a todos os familiares que perderam



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

seus entes queridos nessa tragédia. Perdemos também muitos companheiros de trabalho da Vale. Aliás, a maior parte das vítimas eram funcionários da Vale.

Bom dia, então, Exmo. Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Não precisa me chamar de Excelência, não.

O SR. GERD POPPINGA – ... Exmo. Senador Carlos Viana, Relator, Exmas. Senadoras e Exmos. Senadores, senhoras e senhores.

Eu considero fundamentais todas as investigações que estão sendo feitas em todas as instâncias para esclarecer as causas do rompimento. Eu tenho firme expectativa de que os trabalhos desta CPI serão importantíssimos para ajudar nesse esclarecimento. Por isso, estou à disposição de V. Exas. para contribuir com o que estive ao alcance do meu conhecimento.

Até o mês passado, eu estava atuando como Diretor-Executivo de Ferrosos e Carvão. Afastei-me do cargo voluntariamente, independente de qualquer deliberação do Conselho de Administração da Vale, em respeito à recomendação das autoridades. Estou aguardando a conclusão das investigações sobre a ruptura da barragem B1 de Brumadinho.

Eu nasci no Rio de Janeiro. Sou administrador, com uma carreira de 18 anos na Vale, em função de administração e gestão, onde estou até hoje. Sou formado em Geologia; iniciei meu curso no Rio de Janeiro, na UFRJ, e finalizei o meu curso na Alemanha; mas, efetivamente, apenas segui a carreira da minha formação acadêmica nos primeiros anos de atividade profissional.

A Diretoria-Executiva de Ferrosos e Carvão na Vale, da qual eu era o gestor, é composta por quase 70 mil profissionais no Brasil e no exterior. Essa diretoria é uma estrutura com dez diretores de departamento, que respondem a mim, cada uma com estrutura organizacional própria, subdividida em gerentes executivos, gerentes supervisores, técnicos, analistas e outros colaboradores, contando ainda com milhares de funcionários indiretos e empresas especializadas, que prestam suporte técnico e operacional a essas diretorias.

Essas diretorias são: Planejamento e Desenvolvimento, localizadas em BH; Participações, localizada no Rio de Janeiro; Diretoria de Pelotização e Manganês, localizada em Vitória; Diretoria de Operações de S11D, do nosso novo projeto, localizada no Pará; Diretoria do Corredor Norte de Carajás, localizada no Pará; Operações de Carvão, localizadas em Moçambique; Diretoria de Cadeia de Valor de Ferrosos, em BH; Diretoria de Vendas, localizada em Singapura; e Diretoria de Marketing, em Belo Horizonte. Tudo isso envolve a operação de mais de 40 minas, mais de 50 instalações de beneficiamento e mais de 130 barragens só na área de ferrosos, além da operação de quatro portos, três ferrovias e onze pelotizadoras. A área de ferrosos tem ainda diversas operações na Vale no exterior, destacando-se,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

como porto, o centro de distribuição que nós temos na Malásia, uma pelletizadora em Omã, perto da Arábia Saudita, e diversas atividades na China e escritórios de representação em quatro países.

Eu assumi essa diretoria no início de 2015, após passar 16 anos no exterior, boa parte exercendo atividades ligadas não a ferrosos, e sim a metais básicos, como níquel e cobre.

Como Diretor-Executivo de Ferrosos nos últimos três anos, eu fazia a coordenação macroinstitucional de todas essas atividades, que, por serem muito distintas uma das outras, são delegadas sob uma premissa de especialidade, capacitação técnica, senioridade, autonomia, baseada em confiança e responsabilidade.

Posso assegurar a V. Exas. que segurança sempre foi minha prioridade na Vale. Em 2016, fui eu que propus a desativação de todas as barragens a montante da Vale. Também foi minha a decisão de criar a Gerência de Risco Geotécnico da Vale. Outra iniciativa foi a de liberar limites de alçada a gerentes executivos e gerentes para que eles pudessem investir de forma autônoma em projetos que julgassem necessários ou aplicáveis à segurança. Com isso, o gestor local tem o limite de até US\$10 milhões, ou quase R\$40 milhões, para investir em suas instalações sem ter sequer que pedir autorização à Diretoria. Aumentamos significativamente os investimentos anuais com gestão de barragens, passando de R\$92 milhões, em 2015, para R\$241 milhões, em 2018, sendo que já havia, no orçamento aprovado para 2019, mais de R\$256 milhões.

Ampliamos também o beneficiamento da produção de minério a seco da Vale toda. Ampliamo-la em 50%, a seco, através da aquisição da empresa New Steel, a qual é detentora de novos avanços nessa tecnologia e que nos ajudará a alcançar uma meta de 70%.

Sr. Presidente, essa é uma visão geral do que era minha atividade e estou à disposição, então, a V. Exas. para dar os esclarecimentos que estiveram ao meu alcance.

Muito obrigado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Muito obrigado, Dr. Gerd.

Registro aqui, com muita alegria – quinta-feira, normalmente, os Senadores viajam para o trabalho em seus Estados, mas eu tinha certeza de que este Senador estaria aqui, pelo seu preparo e pelo seu histórico ímpar como político, como Parlamentar –, a presença do Senador baiano Otto Alencar, que pede a palavra antes de eu passar a palavra para o Relator Carlos Viana.

Pois não, Senador Otto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar depoente.) – Sr. Presidente, Senador Jorge Kajuru, eu agradeço.

Queria saudar aqui o Senador Carlos Viana, do Estado de Minas, onde a ferida foi muito séria e grave.

Então, eu vi aí praticamente a carreira empresarial e profissional do Sr. Gerd, mas eu queria formular perguntas, porque nós queremos aqui é saber os fatos da tragédia. A comoção de diretores da Vale e dos responsáveis pelo problema em Brumadinho é a mesma comoção de todos nós, todos os brasileiros, sobretudo os mineiros; mas, apesar da comoção, não pode ficar impune quem é responsável por isso. Lamentar o que aconteceu e dizer que está comovido não resolve o problema, até porque é um problema com reincidência. É uma reincidência!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Exatamente.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Houve a tragédia lá de Mariana, repetiu-se em Brumadinho e outras poderão surgir – Deus queira que não – ao longo dos próximos anos.

Então, eu ia perguntar ao senhor, voltando um pouco no tempo, apenas três anos: o senhor era membro do Conselho de Administração da Samarco – certo? –, da qual a Vale é acionista.

O Ministério Público, na recomendação, pediu o seu afastamento. O senhor participou de uma reunião do conselho no dia 15 de abril de 2015. Nessa reunião o senhor teria sido informado das falhas da barragem de Fundão. "Teve acesso à imagem da barragem com o dique 1 recuado junto à ombreira esquerda, em desconformidade com o projeto e o manual de operações; e já alterada em aproximadamente 5 metros em relação à cota da última apresentação realizada ao Conselho", citando textualmente os procuradores. Eles citaram isso. Na segunda reunião do conselho, em 2015, da qual o senhor também participou, o senhor foi informado de diversas medidas de corte de custo da empresa e recomendou que fossem feitos mais cortes ainda. Novamente citando o Ministério Público, citando outra vez o Ministério Público: "O conselheiro também recomendou estudos de alternativas para a redução dos gastos com projetos de sustentabilidade da operação, dentre eles o alteamento de Fundão até a cota 920, em curso no momento do rompimento" – cota de 920.

Eu queria que o senhor, nesse item aqui, respondesse: essa barragem de Fundão começou com quantos metros? Por exemplo, a de Brumadinho, a do Córrego do Feijão começou com 19m, 20m e terminou em 85m, rompeu em 85m. Eu queria que o senhor nominasse aqui depois quando começou a do Fundão.

Os procuradores disseram que o senhor teria se omitido de forma consciente e voluntária de exercer de forma suficiente e adequada os seus deveres de organização, coordenação, vigilância geral



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

das atividades da empresa. O fim dessa história todos conhecem: a barragem caiu, matou 19 pessoas, matou o Rio Doce – a morte das pessoas realmente corta o coração de quem trabalha com risco –, devastou a economia, a vida da cidade de Mariana.

A Samarco, empresa da qual a Vale é sócia, nunca pagou as multas ambientais aplicadas pelo Ibama, até porque infelizmente com bons advogados quase os responsáveis pela tragédia pagam no País. Existe uma rede de proteção, um poder invisível que protege os criminosos, porque isso é um crime. E, até agora, ninguém foi preso pelos crimes de Mariana.

O Sr. Gerd, que está aqui conosco, responde por homicídio triplamente qualificado, além de crimes de inundação, desmoronamento, lesões corporais diversas, crimes ambientais. Sua defesa tenta, junto ao TRF da 1ª Região, que o senhor não seja julgado por homicídio doloso – não tem como não ser julgado na nossa opinião –, mais por desmoronamento seguido de morte. Isso tudo aconteceu há três anos, mas parece que estamos vendo uma terrível repetição dos fatos, como eu falei há pouco, desta vez com maior gravidade. Em vez de 19, mais de 360 mortos, outro rio destruído, outra cidade devastada. Menos de 100km separam Brumadinho de Mariana, um lugar próximo do outro.

O senhor continua como Diretor da Vale. Com certeza, a empresa acha que o senhor é muito competente para bancar alguém que responde por 19 homicídios diretamente ligado à presidência.

Eu só gostaria de saber exatamente qual é a sua competência, Sr. Gerd. A competência é botar panos quentes na crise? Enrolar o pagamento de indenizações e multas? Limpar a barra da empresa com propagandas caras? Isso aí está claro. O Presidente Kajuru sabe que já existe uma cortina de dólares ou de reais para proteger na grande imprensa...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – A blindagem, não é?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A blindagem. Tanto é que ontem, aqui na Comissão de Constituição e Justiça, chamava muito mais atenção uma matéria que estava se levando para o Plenário para votar do que a morte de 360 pessoas e a morte do Rio Paraopeba. A Vale provavelmente não vai ser punida se não se tomar uma providência.

Se o senhor fosse do Conselho de Administração da Vale e tivesse um diretor que respondesse 19 homicídios, o senhor estaria à frente da segunda tragédia ou o senhor se demitiria?

A Vale também colocou o senhor para dar entrevista e representar a empresa em reuniões do Governo. Então, me responda o seguinte: depois do papel em Mariana, o senhor acha que tem credibilidade, Sr. Gerd, para olhar nos olhos das famílias de Brumadinho e dizer que a empresa lamenta o que aconteceu? O lamento do senhor é suficiente para resolver a dor que corta o coração das pessoas que perderam 360 familiares em Brumadinho e 19 em Mariana? O senhor acha isso uma coisa correta?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor tem dormido? O senhor tem condição de viver uma vida normal sendo um criminoso? Porque aqui é crime. Não é o senhor só, não. São todos os que são responsáveis por isso. Crescer uma barragem a montante sabendo da fragilidade da barragem, destruir dois rios, o Rio Doce e o Rio Paraopeba... O Paraopeba, inclusive, agora não tem condição de nenhuma vida, nem de peixes, nem de plantas, está com 0% de oxigênio dissolvido – 0%. Já chegou à barragem de Retiro Baixo, lá em Paraopeba, vai ultrapassar, pode chegar a Três Marias. Se chegar ao São Francisco, Dr. Gerd, as pessoas vão passar sede, porque não se pode beber água misturada com óxido de ferro, com argila, talvez com mercúrio, com metais pesados. Não dá. O senhor não vai beber uma água contaminada, mas com essas pessoas ribeirinhas pode acontecer isso.

O crime é muito grande para não ter punição, para as pessoas já não estarem presas. Por muito menos do que isso um descuidista, um pobre miserável passando fome entra no supermercado, pega um alimento para levar para a família, toma cadeia e fica lá sem advogado para responder. Existe advogado para tudo. Existe advogado para o diabo, advogado para bandido, para traficante, para tudo, para criminoso, existe para tudo. Eu quero perguntar ao senhor se o senhor vai ter condição de continuar defendendo essa questão de Brumadinho sendo um interlocutor depois de ter sido responsável por Mariana e agora por Brumadinho.

Eu quero, inclusive... Não me comove a sua fala ao dizer que está muito triste com isso. O que me chama a atenção é a sua coragem de estar ainda à frente de um processo dessa natureza. Não se indenizou uma família de Mariana, Presidente, uma família, ninguém recebeu nada. São pessoas pobres, humildes que vivem daquilo. Outra coisa...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – E de ter continuado no cargo depois de Mariana e Brumadinho, não é?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Como é que a Vale constrói uma barragem... O senhor é geólogo e sabe disso. Não precisa nem ser geólogo. Uma barragem se constrói numa bacia, certo? Não é numa bacia que se constrói uma barragem? Tem que ter uma bacia. Você não vai fazer uma barragem no plano, tem que ser numa bacia. Os lados da bacia são altos? São altos. Por que não fizeram a administração e o refeitório no alto de um lado ou outro da barragem? Colocou-se a administração na frente da barragem. As pessoas estavam no refeitório, estavam no setor administrativo. Sabe por que não fizeram isso? O senhor não vai ter como negar. É porque o custo para botar lá em cima, com terraplanagem, com estrutura, levar água e levar energia custa mais caro. E vocês só olham o lucro, o cifrão de vocês empresários do capital selvagem é maior do que o Elevador Lacerda, na Bahia. E o Elevador Lacerda é bem alto. Não é o cifrão igual qualquer cidadão comum, qualquer pessoa trabalhadora que perdeu a vida, é do tamanho do Elevador Lacerda, que dá uns 80m ou 100m em Salvador.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isto é que é importante, Sr. Presidente: colocar que esta CPI precisa, inclusive, estar atenta a isso. Eu acredito que a Senadora Rose, que teve problema e não pôde vir hoje... Nós temos que movimentar e trazer as pessoas que são componentes da CPI para aqui. Não pode terminar sem punição.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Concordo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Nós três, quatro ou cinco vamos ter que ir até o fim. E eu tenho certeza de que o Senador mineiro Carlos Viana, que é um homem de coragem, vai aqui dentro, de uma forma fidedigna e correta, preparar um relatório oferecendo aquilo que deva ser a punição para todos esses diretores que colocaram o cifrão acima da vida das pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Antes do Dr. Gerd, só aproveitando a fala do Senador Otto Alencar – eu gosto de ser justo –, que o Brasil saiba que é de impressionar a dedicação do Relator Carlos Viana. Eu sei porque eu chego aqui às 4h30 da manhã e saio às 11h30, à meia-noite, e ele sai às 11h30, à meia-noite e vai precisar de outro gabinete, de tanto documento, do calhamaço que ele tem, de tanto requerimento. Não é só o preparo, mas a dedicação do Relator. O Senador pode ter certeza e o Brasil também pode ter certeza.

Rapidamente eu pediria a nossa assessoria, por questão de justiça, que verificasse os nomes dos veículos de comunicação que estão presentes aqui, aproveitando aquela fala do Senador Otto, porque ontem realmente estava toda a imprensa, a Casa cheia. E, num assunto tão grave como este, a Casa hoje não está cheia nem de Senadores, imaginem de profissionais de imprensa. Então, eu gostaria, na próxima oportunidade, de registrar quais os veículos de comunicação do País estão aqui para uma oitiva tão importante quanto esta, pois se trata de um segundo homem da empresa Vale, praticamente da mesma importância do ex-Presidente Fabio Schvartsman.

O Sr. Gerd Poppinga pode ficar à vontade para os questionamentos oportunos feitos pelo Senador Otto Alencar.

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, antes de mais nada, eu gostaria de lembrar que, sim, eu sou réu no caso de Mariana e não fui julgado ainda. Portanto, não posso ser considerado culpado. Eu virei réu, Excelência, por ter participado de duas, e apenas duas, reuniões do Conselho de Administração após ter voltado do exterior, onde vivi por 16 anos. Essas reuniões duravam duas horas e eram três reuniões de conselho por ano. Por quê? A Samarco era uma empresa independente, de gestão independente, uma *joint venture* com a BHP, e tinha uma gestão completamente independente. Nessas duas reuniões das quais eu participei, nunca foi mencionado algum problema da barragem do Fundão, algum reforço que havia sido feito, algum problema de instabilidade. Portanto, essa é a verdade, sou absolutamente inocente nesse ponto e confio na capacidade da Justiça.

Esclarecendo também a sua colocação, é verdade que o Ministério Público colocou isso lá da redução de custo. Eu sempre deixei muito claro – e isso, inclusive, tem em ata – que a redução de custo



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

almejada nunca se daria às custas de segurança em geral e segurança de barragem. Redução de custo sempre foi falado nunca em termos absolutos, foi falado em termos relativos, ou seja, almejávamos aumentar a produtividade da Samarco, dos seus ativos, extraindo mais dos ativos com maior produtividade – nunca em reduzir custos de forma absoluta.

Voltando ao seu comentário de Brumadinho, à questão do refeitório que é polêmica, eu devo dizer que, como eu falei na minha fala inicial, eu tenho... A Vale tem mais de 40 minas, 50 instalações, 130 barragens. A Samarco tinha uma. Eu nunca fui à Mina do Feijão nesses meus três anos de atividade na área de minério de ferro, assim como não fui a outras. Nunca fui à de Mato Grosso, à Mina de Corumbá. Eu não consegui ir à área de manganês, na região de Barbacena. Então, eu não sabia dessa proximidade do restaurante ou da administração em relação à Barragem B1.

A Barragem B1, para nós da diretoria executiva, que age como colegiado, nunca foi apresentada... E nós temos várias apresentações, nós temos várias interações sobre esse assunto, tivemos, nunca nos foi apresentada alguma instabilidade. O laudo de estabilidade, que é o nosso norte, pelo menos foi, que é a nossa âncora, o laudo de estabilidade de todas as barragens da Vale, até certo tempo atrás, principalmente relacionado à B1, era 100% positivo.

Então, é isso que eu gostaria de voltar para V. Exa. Não sei se eu tenho alguma pergunta aqui que não respondi, mas fico à disposição.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu queria saber dessa questão da reincidência de Mariana e Brumadinho. O senhor participou de Mariana e agora de Brumadinho. Será que a tragédia de Mariana não chamou a atenção do senhor? Um diretor de qualquer órgão, de qualquer empresa tem que ter conhecimento do que se passa nas minas. Não precisa o senhor ter ido... O senhor não foi a Brumadinho. Não dava para saber que a estrutura organizacional da empresa estava à frente da barragem? Claro que dava. Claro que dava. Qualquer um que tivesse o mínimo de sentimento humanitário e de respeito ao trabalhador ia perceber que não se podia construir uma estrutura de restaurante e administração a jusante da barragem. Tinha que ser com proteção para as pessoas que trabalham. O senhor deve ter uma proteção enorme, mas a mesma proteção que o senhor tem como diretor não deu a seus trabalhadores. Esse que é o grande problema. Nada justifica isso.

É crime? É crime, aconteceu um crime e vocês têm que pagar pelo crime. Essa questão de dizer que é réu e que não foi julgado ainda, esse cobertor de proteção que existe aqui no circuito político de Brasília sempre protege muito criminoso, muito. E vai acontecer isso, até porque o poder da Vale é muito grande, para contratar bons advogados, para sufocar parte da imprensa que se vende e se alinha por voz, ou por momento, ou por imagem. Então, essas coisas vão acontecer.

O Relator, o Presidente, a Senadora Rose, nós todos vamos ficar muito atentos a isso porque tem que ter punição. Não pode ficar igual a Mariana. Mariana já estava esquecida, ninguém falava mais. Se



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

não houvesse Brumadinho, ninguém chamava a atenção de Mariana. Como é que até agora não se indenizou ninguém de Mariana, Sr. Diretor? Por que, até hoje, ninguém foi indenizado?

Perderam-se vidas, imóveis, recursos, e por que ninguém até agora foi indenizado? Eu queria que você me respondesse isso. Você foi muito vago na resposta. Por que não se indenizou ninguém até hoje?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, existe um trâmite, aí, todo jurídico, existem dificuldades de se estabelecer...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Recursos de advogados, para não pagar.

O SR. GERD POPPINGA – Eu confesso para o senhor, a V. Exa., que eu não tenho muita participação nessa área de indenização, nessa área jurídica...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Quem é que tem? Sabe quem tem?

O SR. GERD POPPINGA – Outros colegas...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Quem é a pessoa... Quem é o responsável pela indenização? Porque pode ser tal nome, e você deve saber o nome. Deve saber.

O SR. GERD POPPINGA – Perfeitamente.

Hoje, na empresa, nós temos pessoas envolvidas neste assunto, que são: o nosso advogado Alex D'Ambrosio...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Como?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Alex D'Ambrosio.

O SR. GERD POPPINGA – Alex D'Ambrosio.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ele está na relação para ser chamado? Então, ponha para chamá-lo.

O SR. GERD POPPINGA – E nós temos também...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Faça o requerimento.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É, o requerimento.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GERD POPPINGA – Nós temos também um diretor-executivo da área de sustentabilidade, que se ocupa deste assunto também.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Quem é esse diretor?

O SR. GERD POPPINGA – Esse diretor chama-se Osório.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Osório?

O SR. GERD POPPINGA – Executivo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Está no plano de trabalho?

O SR. GERD POPPINGA – Essas questões passam muito pela parte jurídica, pela parte de sustentabilidade, e eu tentava ajudar, tentava colaborar, mas, na verdade, não sou eu que coordeno esses assuntos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Está respondido, Senador Otto? Para mim, não!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Também não. Não respondeu absolutamente nada. Ele tergiversou o tempo todo e, na verdade, não entrou no âmago do problema. Não representa para ele... Já são três anos de Mariana, e ele não respondeu por que não indenizou as famílias.

Não indenizou porque não quer pagar. É o negócio que eu falei aqui no começo: é o cifrão acima de qualquer necessidade social, de qualquer coisa que possa acontecer com os trabalhadores. Entendeu, Sr. Presidente?

Portanto, não estou satisfeito, ele não respondeu e, infelizmente, vai sempre procurar botar panos quentes, para se livrar da culpa.

Ele é um culpado, é um réu, e não pode ficar por isso mesmo. Tem que ser réu também em Brumadinho, tem que ser penalizado e pagar pelo que ele fez.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Obrigado, Senador Otto Alencar.

Deseja fazer alguma observação, Dr. Gerd?

O SR. GERD POPPINGA – Só uma observação, para complementar a última, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pois não!

O SR. GERD POPPINGA – Na questão da Samarco, o Conselho de Administração da Samarco não participava da gestão da barragem – isso é muito importante deixar claro. A Samarco era uma empresa



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

independente, com gestão própria, até por motivo de antitruste, motivos de concorrência. A BHP, os sócios BHP e Vale eram concorrentes no mercado. Portanto, a área de conselho se restringia ao mínimo necessário e não participava da gestão operacional da companhia. Eu só queria deixar isso claro, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Perfeito.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, ficou claro que encaminhei o requerimento de convocação do Sr. Osório e outro, do...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Do advogado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Já está aí o do advogado?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O Relator já anotou aqui. Já anotou aqui.

Bem, apenas para registrar rapidamente – para fazer uso da palavra, como de praxe, o Relator Carlos Viana – ao Brasil inteiro, é lamentável, mas esta é a verdade: até agora aqui, nesta oitava, 6ª Reunião da CPI de Brumadinho, só se encontra presente, transmitindo ao vivo, com seus parcos recursos – porque eu lamento que este Senado não invista em equipamentos para a competente TV Senado, de profissionais valorosos... Então, só a TV Senador está aqui, neste momento, transmitindo ao vivo. Não há nenhum outro veículo de comunicação do Brasil, segundo minha assessoria. Se houver, corrija-me. Não há nenhum grande jornal do País, não há nenhum jornal de Brasília, não há nenhum jornal de Caju, a cidade em que eu nasci. Uma corruptela, mas eu amo minha cidade.

Então, esse é o retrato, para que o Brasil entenda o que representa essa Vale: ela "vale" muito. Para mim, ela não vale nada, mas, para muita gente, ela vale muito.

Com a palavra o Relator desta CPI, Senador mineiro Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para interpelar depoente.) – Muito obrigado, Presidente Jorge Kajuru, meu colega de tantos anos de profissão, e hoje juntos aqui, neste desafio de passar este Brasil a limpo, de dar à população voz no Parlamento.

Meu bom-dia ao meu Líder do PSB, Senador Otto Alencar, o nosso Senador capoeira, um homem que sabe, nas perguntas, imobilizar os adversários. Seja muito bem-vindo!

Aos senhores o meu bom-dia, às senhoras...

Essa questão, Otto e Presidente Kajuru, sobre o lucro é tão infame em determinados momentos... Porque a ANM, que tem um representante conosco, acompanhando-nos nos relatórios, a Agência





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional de Mineração, confirmou que, nessa disputa de Vale, BHP, e a Samarco como parte acionária das duas, os depósitos de rejeitos que vinham da Vale para a Barragem de Fundão eram maiores do que os informados. Está lá no relatório. É oficial essa informação. Ou seja: os engenheiros, os funcionários que trabalhavam nos cálculos de Fundão, lá em Mariana, estavam com as informações erradas sobre que tipo de cálculo estrutural eles deveriam fazer, para que a barragem não se rompesse. A informação está lá clara: depositava-se uma quantidade maior de toneladas de rejeitos, sem que os funcionários que estavam lá debaixo... Aqueles que estavam lá, trabalhando nos caminhões; aqueles que estavam lá, medindo, nas sondas, estavam lá, debaixo daquele monturo todo de barro e de lama, sem saber que, de fato, lá se colocava muito mais do que o que estava sendo informado. Então, é a primeira irresponsabilidade absurda com relação ao que aconteceu.

E eu não estou falando por mim, não; estou falando do que eu li nesses anos todos e pelo meu trabalho como jornalista e apresentador da TV Record, da Rádio Itatiaia, que fui depois de Mariana, quando passei a ser um crítico mordaz da falta de cuidado e de responsabilidade da mineração.

Desde 2016, eu tenho falado diariamente: "Olha, não há mais possibilidade de nós mantermos barragem de rejeito no Brasil. Não há mais possibilidade de mineração com o uso de água". Eu me tornei, inclusive, *persona non grata*. Antes, eu era convidado para todo tipo de festa, todo tipo de evento. Depois que eu comecei a colocar o dedo na ferida, nunca mais fui convidado para coisa alguma.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – *Persona non grata*.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E eu falava o tempo todo: vai acontecer de novo! Vai acontecer de novo, porque eu conheço e eu sei exatamente o que essas pessoas querem.

A legislação é falha, a legislação deixa lacunas, e, enquanto o Estado não fiscalizar, nós vamos ter desastre. E aconteceu.

E, se nós não trabalharmos com muita seriedade no âmbito legal, na próxima, qualquer outra mineradora vai matar é 2 mil pessoas – e queira Deus que isso nunca aconteça.

Mas que fique registrada aqui, Sr. Presidente, a nossa fala e a nossa preocupação, que eu divido diariamente com o Senador Otto, que eu divido com o Kajuru, de que uma nova tragédia, agora, pode atingir 2 mil pessoas, se nós não fizermos o papel que, infelizmente, não foi feito corretamente, lá no passado.

E, Sr. Gerd, nós estamos chegando aqui a uma dubiedade, a uma situação em que nós estamos tentando entender.

O Sr. Presidente, Sr. Fabio Schvartsman, esteve aqui, sentado, e disse que não sabia de nada, que tudo o que ele sabia – que chegava, inclusive, pelo senhor, que é o diretor dele, braço direito – é que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estava tudo certo. O senhor está dizendo para nós aqui, também, que não sabia de absolutamente nada; que, dentro da sua condição, o senhor colocou lá que estava tudo em ordem e tudo o mais. Aí, nós entrevistamos a parte baixa dessa cadeia hierárquica...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – O baixo clero.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... o baixo clero, como nós chamamos aqui, no Parlamento. Aí, uma pessoa totalmente destruída emocionalmente, uma pessoa mãe de família, uma profissional que, ao que tudo indica, tem uma dedicação gigante a essa empresa – que não está fazendo por merecer, porque está jogando todo mundo no fogo, no barro, porque aqui vai ser no barro –, diz que informava a todos os superiores que tudo o que ela fez, inclusive ao alertar a ANM, num grau menor de risco para Mariana, foi tudo feito em conjunto, toda decisão tomada em conjunto, com os gerentes e os chefes.

Então, Sr. Gerd, eu gostaria que o senhor nos dissesse o seguinte: quem sabia? De quem era a responsabilidade em tomar decisões, para que a vida de 310 pessoas, pelo menos, fosse salva.

O senhor pode responder, por favor.

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, a responsabilidade pela segurança das barragens, pelo monitoramento das mesmas, pela inspeção, pela manutenção e operação é da área operacional local e dos geotécnicos operacionais locais. São eles que têm que zelar pela segurança das barragens.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor está seguindo aqui a mesma linha do seu Presidente, em não citar nomes, em ser genérico. É bom, que mais uma vez a gente lembra ao senhor que há uma responsabilidade criminal que vai ser imputada, por uma segunda vez ou não, dependendo daquilo que o senhor colocar em sua defesa. É muito interessante nós jogarmos para a questão dos memorandos, dos documentos, e não nominarmos pessoas.

Então, eu vou relembrar aqui – quem sabe a gente possa ser mais tranquilo – com quem o senhor trabalhava. E aqui o seguinte: o senhor disse que nunca recebeu nenhuma informação de qualquer instabilidade. Correto? O senhor confirma isso?

O SR. GERD POPPINGA – Dessa barragem, correto.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, ou o senhor está tentando aqui não revelar informações, o senhor está mentindo, ou as pessoas abaixo do senhor ocultaram deliberadamente informações gravíssimas sobre o fator de segurança da Barragem B1. Eu estou falando dos relatórios que estão lá, na ação civil pública dos seus comandados, com relação ao fraturamento hidráulico ocorrido em junho, às leituras anômalas do radar, sobre as falhas dos piezômetros em janeiro, poucos dias antes do rompimento da barragem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A sua empresa, Sr. Gerd, que os senhores chamam de "joia"... A joia tinha todas as informações para retirar pelo menos os funcionários da reta da barragem, dois dias antes, para que eles não morressem. Nem o Silmar Silva... O senhor conhece o Sr. Silmar Silva, Sr. Gerd?

O SR. GERD POPPINGA – Sim, ele é o meu diretor de...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor conhece o Sr. Lúcio Cavalli, Sr. Gerd Poppinga?

O SR. GERD POPPINGA – Outro diretor meu.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eles nunca lhe informaram qualquer anormalidade no monitoramento da operação de Brumadinho?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, eu mantinha reuniões semanais com o meu Diretor Silmar Silva, que é o responsável pelo Corredor Sul-Sudeste, e essas reuniões semanais eram toda sexta-feira, umas 2h, junto com outros operadores, outros diretores. A gente tratava de segurança, meio ambiente e problema de produção, inclusive de barragens, e nunca, durante essas reuniões, foi levantado qualquer problema relacionado à Barragem B1.

Eu gostaria também de observar que é compreensível o pessoal achar que se tem que saber de tudo, mas, com 70 mil funcionários, a única forma de gerenciar de uma forma eficaz uma companhia dessas é baseada no princípio da delegação. E, seguindo essas premissas, havia uma distribuição de responsabilidades muito bem definida pelas pessoas competentes, as pessoas que tinham o *background* técnico adequado e também as *expertises*. Portanto, eu queria registrar aqui...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Só uma... Foi o senhor quem escolheu os diretores? Eles foram nomeados pelo senhor?

O SR. GERD POPPINGA – Foram.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, o senhor reconhece que, pelo menos aqui, o senhor escolheu mal.

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, eu tenho plena confiança nos diretores que eu escolhi.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não, o senhor pode continuar o raciocínio, por favor.

O SR. GERD POPPINGA – Eu acho que cabe a mim, como gestor macro do minério de ferro e do carvão, que não tem o conhecimento técnico necessário em alguns assuntos, como, por exemplo, especificamente, nas barragens, cabe a mim prover os recursos, para que as barragens e outras estruturas tenham segurança. Recursos esses financeiros – eu acabei de mostrar que nós aumentamos o nosso orçamento, de US\$90 milhões de gestão de barragem, para 250 milhões... De reais. Desculpe-me –, e recursos não só financeiros, mas também de recursos humanos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Nós aumentamos, quase que dobramos o nosso quadro geotécnico: pessoal com doutorado, mestrado, muito competentes. Então... E naturalmente acompanhar, de uma forma diligente, com os meus subordinados diretos, essa questão toda. Esses subordinados diretos, por sua vez, faziam as devidas inspeções e reuniões com os seus subordinados respectivos.

Agora, eu não posso ser onipresente. Eu não consigo ser onipresente com 70 mil empregados. É assim, mais ou menos, que nem um piloto de avião; quer dizer, dá um problema no avião, ele tem que tomar atitude na hora, emergencial. Ele não pode: "Ah, vou ligar para o presidente da empresa ou para o vice-presidente, para ver o que que eu faço!". As equipes locais estão empoderadas para, em caso de emergência, agirem de forma autônoma, e é isso que rege todo o princípio, aqui, da gestão de ferrosos. Eu gostaria só de esclarecer esse ponto.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Posso continuar aqui, Sr. Presidente, ou o senhor prefere...

O Senador Otto quer alguma participação?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – V. Sa., Relator Carlos Viana, entende como desejar. Se quiser um revezamento, eu faço duas colocações e retorno a V. Exa.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pode ser?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu lhe agradeço.

Aqui há uma denúncia muito grave, e, infelizmente, não poderá haver a aprovação do requerimento, porque, pelo Regimento, há a necessidade de seis Senadores. Estamos em três aqui, entre os membros desta CPI, lamentavelmente – exceto aqui a justificativa feita pela Presidente Rose de Freitas. Mas, aqui – desculpe a expressão, Senador Otto –, numa tabelinha Pelé-Coutinho – no caso, o Senador Carlos Viana foi o Pelé –, ele passou uma informação; deu um passe, aqui, para o Coutinho. E o Coutinho aqui, humildemente – que morou em Belo Horizonte seis anos... Trabalhei na mesma Rádio Atatiaia em que o senhor trabalhou. Com 17 anos, lá comecei. Eu fui apurar. E pasmem, senhoras e senhores do País! Nesse caso que o Senador Otto colocou com propriedade, nós estamos tratando de um crime ambiental. Posto isso, estão envolvidos, na opinião de um País inteiro, criminosos – são tratados como criminosos. Só que, entre os criminosos, existem os lambaris e os tubarões. Perfeito?

Antes de o Sr. Gerd, que era tão forte quanto o Presidente Fábio, chegar aqui e gentilmente nos atender – porque ele tem direito a *habeas corpus*. Poderia estar em silêncio. É necessário que se faça





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa justiça –, outros vieram, e o Senador Carlos Viana lembra. Um, inclusive, ficou em silêncio – o japonês lá, o Makoto. Ele só falava "Excelência, eu prefiro ficar em silêncio". O tempo inteiro. Mas descobrimos – e esta CPI tem o dever de investigar esta denúncia que eu trago – que esses que vieram aqui, por incrível que pareça, têm o mesmo escritório de advocacia em Belo Horizonte. E esta CPI, através de requerimento que vou apresentar na próxima reunião e que está pronto com a minha assessoria, ali, vai querer saber do patrimônio desses lambaris que vieram aqui... Porque, com todo o respeito, sem desrespeito ao senhor, o senhor é um tubarão. Ou seja: pela sua qualificação. O senhor recebeu bons salários, é um homem que trabalhou no exterior... Então, o senhor tem dinheiro para pagar advogados – é isso que eu quero dizer.

Os que vieram aqui antes não poderiam ter R\$5 milhões, o valor cobrado por cada um daqueles que vieram aqui até agora. São R\$5 milhões cada ação do escritório mineiro, de que, no requerimento, temos o nome, temos tudo. Então, quem é que está pagando esses advogados para esses que vieram aqui e não falaram nada? O Relator Carlos Viana ficou impressionado, a Presidente Rose, aqui, no meu lugar, que ocupo hoje pela ausência dela... O Senador Otto ficou indignado, todos ficaram indignados, o Brasil inteiro. Ninguém falava nada, ninguém respondia, ninguém culpava ninguém; pelo contrário: inocentava a Vale, inocentava os diretores, aliviava a cara dos diretores, com a maior vergonha ou sem nenhuma vergonha.

Então, nós queremos saber se é a Vale quem está pagando esses honorários de cada um: R\$5 milhões é o preço desse escritório de advocacia de Belo Horizonte.

Posto isso, Sr. Gerd, permita-me aqui uma pergunta que não é desrespeitosa, não; que, de A a Z, qualquer um no Brasil faria: alguma vez o senhor tomou a água do Rio Doce? Seja sincero.

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não, não é?

O SR. GERD POPPINGA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Por que o senhor não tomou? O senhor e os seus diretores diziam que a água lá não era poluída. Por que que o senhor não tomou a água de lá?

Se o senhor tivesse tomado água de lá, o senhor e os seus diretores, a gente estaria com o problema todo resolvido do meio ambiente – do Brasil, aliás. Os senhores diziam que a água não era poluída. Por que que o senhor preferia tomar água mineral de supermercados?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, eu não moro lá. Eu moro no Rio de Janeiro...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu sei, mas o senhor nunca foi lá? Ao Rio Doce?

O SR. GERD POPPINGA – Ao Rio Doce fui, mas...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então, por que que o senhor não tomou água de lá?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, isso aí...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Porque o senhor sabia que ela era poluída?

O SR. GERD POPPINGA – Não, Excelência. Eu não fui ao Rio Doce para tomar água; eu fui para olhar...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não, mas o senhor ficou lá, o senhor ficou sem tomar água? Água é um negócio que a gente toma toda hora, não é?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, nós tomamos água mineral toda hora. Isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então, mas do Rio Doce o senhor não tomou?

O SR. GERD POPPINGA – Não, eu não tomei água do Rio Doce.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – A do Rio Doce ele não quis tomar não.

Desculpem-me.

Eu vou fazer uma pergunta agora ao senhor e voltar ao Relator, só para responder "sim" ou "não".

O senhor, alguma vez, deixou de repassar algum documento ao ex-Presidente Fábio Schvartsman em relação à barragem rompida? Responda, por fineza, "sim" ou "não".

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, eu nunca deixei de passar nada ao Sr. Fábio Schvartsman sobre este assunto.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então, só para fechar e voltar ao Relator, porque se trata do mesmo... O Sr. Fábio Schvartsman, o ex-Presidente, que aqui esteve... Ele, na sua opinião, é inocente? A culpa toda é das pessoas que V. Sa. escolheu para os cargos técnicos, Sr. Gerd?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, existe uma investigação em curso, e essa investigação tem a investigação interna, investigações externas... A investigação interna é liderada pela ex-Presidente do Supremo Ellen Gracie, auxiliada por vários peritos, e várias autoridades estão investigando esse caso também...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Mas pela experiência do senhor...

O SR. GERD POPPINGA – Primeiro...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ele é inocente?

O SR. GERD POPPINGA – Primeiro, nós temos...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O Sr. Fábio? O senhor inocenta o Sr. Fábio?

O SR. GERD POPPINGA – Eu não posso... Seria uma leviandade eu me pronunciar sobre culpa, quando não temos nem a causa...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então, ninguém tem culpa?

O SR. GERD POPPINGA – Primeiro, Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Na sua visão?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, desculpe-me. Primeiro, a causa tem que ser determinada, para depois se atribuírem as responsabilidades. Antes da causa, seria leviano atribuir culpa a qualquer...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Mas o senhor acha que o Brasil vai saber que existiu um culpado?

O SR. GERD POPPINGA – Eu acho que as causas...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Senão, a gente vai ter que fazer uma sessão espírita, uma CPI lá, porque lá eles vão contar para nós.

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, essas investigações devem estar em via de terminar. Não sei se vai demorar mais um ou dois meses...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Mas o senhor acha que vai chegar à conclusão de um culpado?

O SR. GERD POPPINGA – Eu acho que vai chegar à conclusão da causa e, a partir da causa, podem ser atribuídas as responsabilidades.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Obrigado ao Relator...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor então, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor falou aí da ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal. Ellen Gracie é advogada?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ellen Gracie...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É o escritório dela que está defendendo o senhor?

O SR. GERD POPPINGA – Ela foi contratada...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Um dos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Um dos, não é?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Um dos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Um dos escritórios.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal foi contratada para defender o senhor? É isso?

O SR. GERD POPPINGA – Não, senhor. Desculpe-me, Excelência. Eu me expressei mal. Ela foi contratada pelo Conselho de Administração, para liderar uma comissão independente de investigação interna na Vale.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É uma farsa isso...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – É.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... que você está dizendo. Na verdade, ela está por trás de todo o conjunto de advogados que está defendendo a Vale. Não tenho a menor dúvida disso. É isso aí que a senhora que chorou aqui...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Em vez de conselheira, ela é advogada.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Acho que ela está com defensor público, talvez, coitada. Não vai ter oportunidade de ter essa proteção. Ex-Presi... Esse é o Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É. Pelo amor de Deus!

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, recebendo a grana da Vale para defender criminosos! Vai para onde, Kajuru, este País?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É impressionante! Tem que esclarecer.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Vai para onde? Sem cerimônia nenhuma!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Senador...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – E eu falo isso, sabe por quê? Porque, como você e como o Carlos, eu tenho 33 anos de política, não sei o que é contratar um advogado para me defender.

Fui três vezes Deputado, Secretário três vezes, Vice-Governador, Governador da Bahia, eu fui tudo, e não sei o que é contratar um advogado para me defender. Por mim, podia acabar com a classe de advogado, porque eu nunca precisei.

Nunca tive uma denúncia, um processo contra mim. Sempre tive a minha condição de classe média honrada, com a condição de poder inquirir o senhor aqui.

Quer dizer: a ex-Presidente do Supremo Tribunal! Isso é brincadeira! Isso aí não vai para lugar nenhum! Está tudo protegido. É uma proteção... É o poder invisível, que protege criminosos da estirpe do senhor.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E aqui eu quero aproveitar, fazendo um parêntesis... Quero, para todo o Brasil, dizer da nossa decepção, mas também da admiração de encontrar pessoas corajosas, nessa questão de nós, hoje, discutirmos até onde vão essas atribuições particulares de membros da nossa Suprema Corte.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Claro.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ontem, a CCJ deste Senado, por votação de maioria...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Dezenove a sete.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... por 19 a 7, com grande discurso do Senador Alessandro, de Sergipe, do Senador Kajuru, na tentativa de manter uma investigação não sobre o poder do Supremo, que nós respeitamos muito, mas sobre as atitudes, as ações particulares de membros do Judiciário que estão levantando suspeitas, hoje, e deixando a população brasileira estarecida.

A proposta era: nós vamos investigar os atos, os escritórios paralelos que não são permitidos por lei.

Nós poderíamos, no mínimo, quem sabe, entrar numa discussão avançada, responsável, sobre mandato para Ministro do Supremo – oito, dez anos –, sobre uma quarentena, depois que eles fossem Ministros, de um período que eles não pudessem trabalhar por dez anos, para, exatamente, não estar acontecendo o que está acontecendo aqui. Porque, se nós tivéssemos uma quarentena muito mais ampliada do que a que nós temos hoje, nós não estaríamos com um esquema jurídico muito bem armado para poder proteger aqueles que defendem uma empresa milionária. Porque o que a gente está percebendo, desde o começo, é que há aqui todo um trabalho conjunto, muito bem estipulado, muito bem pensado, e o Senador Otto me chamou a atenção sobre isso aqui.

Então, ontem, na CPI que recebeu o nome de Lava Toga, nós perdemos uma grande oportunidade de dar voz à população e de responder de quem são as responsabilidades, em todos os aspectos.

E aqui nós estamos enfrentando exatamente essa visão, essa questão paralela que nós temos no País, hoje, de pessoas que estiveram nas nossas cortes e que podem, depois de um período curto, advogar e, infelizmente, não colaborar conosco.

O Presidente me permite seguir com uma pergunta aqui?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É evidente, eu já ia retornar a V. Exa.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Gerd, vamos voltar aqui ao nosso tema da CPI...

E o senhor, falando sobre a questão dos diretores, eu perguntei se o senhor escolheu os diretores, o Sr. Lúcio Cavalli e o Sr. Silmar Silva, e o senhor respondeu que sim. Agora, o senhor está me dizendo que mantém um controle e que confia plenamente nas pessoas e na capacidade delas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Num depoimento à Polícia Federal, o senhor declarou que teria demitido os funcionários envolvidos e que, se tivesse sabido dos fatos apurados na investigação... O senhor teria demitido se tivesse sido informado dos fatos. Está bom.

Em 2015, quando aconteceu o desastre de Mariana – prestem bem atenção aqui nisso. Eu peço a gentileza –, o gerente responsável pela operação do complexo Mina da Alegria era o Sr. Rodrigo Artur Gomes de Melo – que vai ser convocado por esta CPI –, que trabalhava, Sr. Gerd, na sua diretoria.

Rodrigo Melo foi investigado no inquérito de Mariana, o inquérito apontou que a Vale despejava, sem autorização, rejeitos de minério de ferro em Fundão, o que aumentou o peso da barragem e contribuiu para o desmoronamento. Eu gostaria, inclusive... O senhor deveria ter entrado nesse assunto, eu lhe coloquei, e o senhor não falou nada.

Por isso, o Delegado Roger Lima de Moura pediu ao Ministério Público o indiciamento de Rodrigo Melo, que trabalhava com o senhor.

Pois muito bem: era o suficiente para que ele fosse colocado sob, pelo menos, suspensão dos conhecimentos dele? Não.

O senhor era chefe do Rodrigo Melo e, em vez de demiti-lo, como o senhor afirma no depoimento à Polícia Federal, o senhor colocou o Sr. Rodrigo Melo no posto de gerente executivo do complexo Paraopeba. O senhor promoveu um funcionário investigado pela tragédia de Mariana...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor promoveu o funcionário.

Então, Sr. Gerd, aqui, com todo respeito ao senhor: a sua prática é muito diferente da sua fala aqui conosco.

Eu vou perguntar ao senhor, em sequência, aqui, o seguinte: hoje o senhor demitiria Rodrigo Melo pela tragédia de Brumadinho ou daria a ele outra promoção, para estar à frente de mais uma tragédia?

O senhor acha sensato manter pessoas investigadas por tragédias comandando a operação de barragem e, portanto, diretamente responsáveis pela vida de centenas pessoas? O senhor teria coragem, aqui, de delimitar para a gente qual é a responsabilidade de Rodrigo Melo na tragédia de Brumadinho?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, o senhor se referiu ao meu depoimento à Polícia Federal, onde eu disse: "Se eu soubesse que havia fraude ou que havia algum conluio...". E, aí, eu me referi ao trabalho da Tüv Süd, com o nosso pessoal dos laudos. Não me referi a Rodrigo Melo – só para esclarecer esse ponto.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O Rodrigo Melo foi um gerente na Mina de Alegria, que fica ao lado da Samarco, e ele gerenciava as operações da Vale. Não tinha nada a ver com a Samarco.

Voltando aos seus comentários...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Mas me permita, Sr. Gerd: o Relator fez uma pergunta clara a V. Sa.

O SR. GERD POPPINGA – Sim. Eu vou responder.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Vai responder? O senhor promoveria? Porque isso aí é de nos deixar aturdidos, não é? O senhor promoveria esse funcionário?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, eu chego lá em um minuto.

O Sr. Rodrigo Melo simplesmente seguiu as normas e as práticas operacionais aprovadas e licenciadas.

Nos últimos dois anos, 5% da massa dos rejeitos da lama da Vale eram depositados na barragem da Samarco. Era uma coisa licenciada, sendo que a Samarco tinha a gestão de como depositar esses rejeitos. Então, o Sr. Rodrigo Melo não tinha nenhuma participação na questão da barragem da Samarco. Por isso, não havia nenhum motivo de não promovê-lo, o que foi decisão não minha, mas do chefe dele, Silmar. Não havia nenhuma razão para não promovê-lo a um cargo maior.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Prof. Gerd, o senhor está dizendo que as informações levantadas pelo Ministério Público e pela própria ANM com relação à Mina da Alegria, de responsabilidade do Sr. Rodrigo Melo, estão incorretas? É isso? Eu entendi bem? O senhor está dizendo que o que está lá da investigação de Mariana e que consta dos autos.... Essa informação do Ministério Público é inverídica?

O SR. GERD POPPINGA – Eu estou dizendo que os rejeitos depositados pela Vale dentro da barragem da Samarco, que tinham a gestão da Samarco, estavam de acordo com os manuais de operação, estavam de acordo com o licenciamento.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O Sr. Rodrigo Melo, tendo participado, estando ativo na questão de Mariana... Em momento algum passou pelo senhor, pela sua experiência, pela capacidade que o senhor tem, que essa pessoa, em Brumadinho ou em outra qualquer mina, poderia colocar em risco o sistema da Vale, da empresa?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, não. O Sr. Rodrigo Melo não tinha nada a ver com a Samarco. A Samarco era outra empresa. Rodrigo Melo gerenciava uma unidade vizinha da Samarco.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sr. Relator, eu gostaria de fazer um pedido de compreensão a V. Sa. porque nós temos sessão deliberativa que começa agora às 11h da manhã, e eu sou o primeiro inscrito para um assunto muito importante. Eu vou lá, faço o uso da palavra por 10, 15 minutos e retorno para cá. Chega o qualificadíssimo Senador Randolfe Rodrigues, e eu pediria que ele fizesse aqui o uso da Presidência desta reunião em meu lugar. Eu gostaria de pedir a V. Sa. apenas o meu direito aqui a rápidas duas colocações que considero importantíssimas em cima dessas perguntas absolutamente técnicas. O senhor sempre vem preparado com perguntas técnicas.

Então, Sr. Gerd, eu peço a sua sinceridade. O senhor tem filhos?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, tenho dois filhos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Tem netos?

O SR. GERD POPPINGA – Não, ainda não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Em tudo o que o senhor está falando aqui até agora, o senhor jura que está falando toda a verdade, nada além da verdade?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, eu juro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Jura?

O SR. GERD POPPINGA – Juro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pelos seus filhos?

O SR. GERD POPPINGA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O.k.

O senhor recebia parte de sua remuneração variável conforme metas preestabelecidas? Havia metas relacionadas à segurança das barragens? Ou era tudo relacionado a lucro? Por gentileza, essa pergunta é muito importante. O Brasil precisa saber e precisa da sua sinceridade, Sr. Gerd.

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, as metas relacionadas ao resultado da Vale, todo empregado da Vale recebia. Eram negociadas pelos sindicatos com o nosso departamento de RH. E essas metas... Havia metas coletivas, ligadas ao resultado; havia, no meu caso, muitas metas estratégicas, muitas ligadas a questões estratégicas de como melhorar as nossas vendas etc.; e havia



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

metas especificamente relacionadas à segurança e metas especificamente relacionadas à sustentabilidade...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – E as metas relacionadas à segurança? Quais eram essas metas, por fineza?

Estão prestando atenção? Metas: lucro. A empresa Vale visava a isso; visa a lucro.

O senhor pode responder quais eram as metas relacionadas à segurança e em que anos, por gentileza, elas foram atingidas totalmente ou parcialmente?

O SR. GERD POPPINGA – Metas relacionadas à segurança, Excelência. Na verdade, havia sempre uma melhoria em relação ao ano anterior em termos de vários indicadores, mas havia também – acho que isso é importante todos realizarem – penalidades se houvesse fatalidades. Portanto...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Alguém foi penalizado?

O SR. GERD POPPINGA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Quem?

O SR. GERD POPPINGA – Eu fui penalizado e já tirei nota zero nesse item, porque infelizmente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor já foi penalizado, então?

O SR. GERD POPPINGA – Uma penalidade. Nós tivemos uma fatalidade que me botou esse indicador de zero.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Zero?

O SR. GERD POPPINGA – Zero.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Zero?

O SR. GERD POPPINGA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Os outros diretores e o CEO afastado da empresa, o Sr. Fabio Schvartsman, também recebiam a remuneração dessa forma que senhor aqui confessa?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GERD POPPINGA – Os outros diretores, se não ligados diretamente a um negócio, recebiam uma média de todos os negócios. Geralmente, era assim. E, naturalmente, metas específicas. Do Sr. Fabio Schvartsman, eu não poderia dizer. Isso era discutido diretamente com o Conselho de Administração.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Mas ele recebia também? Ele tinha meta também? Se o senhor tinha, ele tinha?

O SR. GERD POPPINGA – Todos tinham metas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ele foi alguma vez penalizado? O senhor foi, recebeu zero. E ele?

O SR. GERD POPPINGA – Ele também foi penalizado. Eu não me lembro, não sei se...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor só não se lembra da nota dele?

O SR. GERD POPPINGA – Não me lembro da nota dele.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – A nota dele deve ter sido menor do que a do senhor, deve ter sido menos zero. A do senhor foi zero, a dele foi menos.

Última pergunta para que o Relator Carlos Viana siga com uma sequência maior de perguntas e o Senador Randolfe Rodrigues assuma aqui a Presidência, por fineza.

Abaixo, Sr. Gerd, de qual nível hierárquico a remuneração era apenas fixa? Ou seja, qualquer funcionário – incluindo um faxineiro, uma copeira – recebia parte da remuneração variável? Responda, por gentileza.

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, todos os empregados da Vale, empregados diretos da Vale recebiam uma participação de resultados.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Até copeiros? Até faxineiras?

O SR. GERD POPPINGA – Se fosse um empregado direto da Vale, sim. Os terceirizados tinham outra dinâmica. Mas todos os empregados – isso era negociado com o sindicato –, todos recebiam participação de resultados.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Bom, eu retorno ao Relator Carlos Viana.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Voltarei rapidamente, mas saio triste. Meta, lucro, remuneração variável, todos... E 310 mortos, cujos familiares não receberam rigorosamente nada até agora.

Senador Carlos Viana, Relator, por gentileza.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito bem.

Sr. Gerd, em declaração recente à Comissão Externa de Brumadinho, na Câmara dos Deputados, o ex-Presidente da Vale, Sr. Fabio Schwartsman, afirmou que a Vale é uma joia brasileira que não pode ser condenada por um acidente que aconteceu na barragem, por maior que tenha sido a tragédia.

Eu me permito aqui... Eu sou muito paciente, Senador Otto, Senador Randolfe, senhores que nos assistem, senhoras, mas há momentos em que não há jeito, momentos em que a gente precisa desabafar. Essa é a frase mais cretina que eu já ouvi na minha vida. A pessoa, com 19 mortos em Mariana, 300 em Brumadinho, defender aquilo que está errado, que deu errado como sendo uma joia?

Isso, para nossa imagem brasileira, infelizmente nos prejudica muito sobre a nossa capacidade de mostrar ao mundo que nós sabemos valorizar e fiscalizar aquilo que é nosso, porque nós estamos falando de minério, que é um bem comum. Isso está mostrando claramente ao Brasil que uma empresa vem para cá, uma empresa que foi criada com dinheiro público... A Vale do Rio Doce nasceu do anseio, na época de Getúlio Vargas, em tornar o Brasil um país industrializado. Essa empresa foi privatizada e hoje faz o que quer. E, diante de uma tragédia que mata 300 pessoas, nós ainda temos que escutar o presidente da empresa dizendo que a empresa é uma joia. Isso é de um cinismo absurdo. Os senhores me desculpem aqui o desabafo.

Mas vamos lá. A Vale, Sr. Gerd, é uma empresa de capital aberto; tem hoje 14,7% de investidores brasileiros e 46,6% de investidores estrangeiros. O resto das ações pertence a fundos de investimento e bancos tanto nacionais quanto estrangeiros.

Quero citar aqui um trecho de uma reportagem do jornal *Valor* do dia 8 de abril. Diz assim:

Vale fica pressionada após Union Investment vender participação.

A Union Investment, terceira maior administradora de ativos da Alemanha, vendeu todas as ações e bônus do grupo minerador Vale, depois do rompimento da barragem de rejeitos em janeiro no Brasil, que deixou mais de 220 pessoas mortas e mais de 70 desaparecidas.

Diz a matéria:

A Igreja Anglicana vendeu sua participação na Vale, de menos de 10 milhões de libras esterlinas (US\$13 milhões), dias depois do desastre. Em março, o conselho de ética da Suécia, que assessora vários fundos de pensão, instou seus clientes a vender as ações da Vale, argumentando "ter perdido a confiança" na companhia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os investidores estrangeiros não confiam mais no gerenciamento da Vale, muito menos na nossa capacidade de entender o que está acontecendo na empresa.

Mais um trecho:

O fundo de petróleo da Noruega, maior fundo soberano do mundo, que detém participação de 1,1% na Vale, informou ao "Financial Times" que mantém conversas com a empresa desde o desastre e que o conselho de ética da Noruega, que assessora o fundo de petróleo sobre a venda de certas participações, está estudando [vender e sair da participação na Vale] a Vale.

Então, Sr. Gerd, os conselhos de ética de investidores da Alemanha; da Igreja Anglicana, na Inglaterra, que tem participação conjunta por meio de fundos internacionais; da Suécia; da Noruega estão vendendo ou pensando em vender as ações da Vale, porque perderam a confiança na empresa que o senhor representa. Conselhos de ética, Sr. Gerd, de países, igrejas, fundos de investimento de países que não perderam nenhuma pessoa nessa tragédia, que não tiveram rios assassinados, que não tiveram nenhuma cidade com a economia destruída... Eles, sim, poderiam estar preocupados apenas com o lucro, mas, não, decidiram que não querem mais investir em uma empresa que desrespeita o próprio povo. Somos nós!

Não há norueguês sentado em retroescavadeira da Vale; não há alemão bebendo água do Paraopeba, nem do Rio Doce; não há sueco que tenha perdido a família debaixo da lama. Essas pessoas entendem claramente qual é o limite de uma palavra chamada lucro.

Então, Sr. Gerd, o senhor poderia dizer ao povo brasileiro – que criou a Vale e que tinha pela empresa, inclusive, uma grande admiração – como nós podemos confiar que todas as decisões que os senhores tomarão daqui para a frente não vão permitir que novas tragédias aconteçam?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, eu acho compreensível uma empresa de capital aberto que tem vários acionistas, com vários critérios, uns entram outros saem... Eu acho perfeitamente compreensível alguns acionistas tomarem decisões desse tipo.

Com relação às decisões daqui para a frente, eu estou afastado desde 2 de abril e não tenho tido contato com os meus colegas sobre as medidas que estão sendo adotadas, mas eu tenho certeza de que existem muitas medidas emergenciais sendo adotadas, porque uma coisa a gente tem que falar: o nosso norte, a nossa âncora sempre foi o tal do laudo de estabilidade.

Eu confiava piamente neste laudo de estabilidade. Eu acho que isso hoje, pelo que aconteceu, principalmente nas barragens a montante, é uma coisa que tem que ser revisada não só pela mineradora, tem que ser revisada... Temos que juntar forças com os órgãos públicos fiscalizadores e outros mais.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, algo tem que ser feito para que não se baseie a sensação de segurança somente no laudo de estabilidade. Nesse sentido, eu acho que estamos trabalhando. Eu não tenho os detalhes, mas há conversas com autoridades e com V. Exas. para que a gente pudesse, além do laudo de estabilidade, implementar outras práticas que garantissem a segurança das barragens.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Gerd...

Só um minutinho.

Sr. Gerd, vamos inverter o lado. O senhor aceita fazer comigo aqui uma inversão de posicionamentos?

Suponhamos que o senhor não fosse aqui um dos diretores da Vale. Suponhamos que o senhor fosse aqui um dos fiscais nomeados pelo povo brasileiro na Agência Nacional de Mineração ou nesta Casa para dar uma resposta. O que o senhor recomendaria que fosse feito contra a Vale? O senhor retiraria as concessões da empresa de minério, porque ela desrespeitou a lei de mineração? O senhor condenaria a Vale, Sr. Gerd?

Eu quero que o senhor faça esse exercício comigo aqui, o senhor como um profissional que conhece de mineração.

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, primeiramente, eu acho que os órgãos de fiscalização, como a ANM, por exemplo, são muito competentes. Agora, vamos também admitir e vamos dizer também que faltam alguns recursos para esses órgãos, para fiscalizar de uma forma mais rotineira. São poucos os recursos que eles têm.

Eu acho que essa fiscalização tinha que se dar de uma forma diferente. Acho que não só basta a empresa apresentar alguma coisa, um auditor independente atestar alguma coisa, mas tinha que se verificar se há conflito de interesse, porque uma das suspeitas é que houve conflito de interesse. Não vou falar se houve ou não houve, mas o delegado está suspeitando disso.

Então, a gente tem que...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Qual seria esse conflito de interesse?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, foi constatado que a TÜV SÜD, que estava auditando as nossas barragens, simultaneamente estava também trabalhando em outros serviços na empresa, o que pode ser conflito de interesses.

Então, nesse sentido, eu acho que deveria haver regras que evitassem essas situações.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E a própria Vale não percebeu isso?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Diante do que poderia acontecer no futuro da empresa, Sr. Gerd?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O que o senhor está dizendo aqui é que conflito de interesses é uma possibilidade. O senhor ainda acrescenta que a própria TÜV SÜD estava trabalhando em áreas conflitantes. Obviamente, o conflito de interesses é em áreas da própria Vale. Essa não era uma questão que a própria Vale deveria ter percebido?

O SR. GERD POPPINGA – Não é...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Se não percebeu, não houve uma responsabilidade da Vale nesse sentido?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, eu, certamente não sabia dessas... São contratos relativamente pequenos em relação aos contratos que a Vale tem. Não chegam ao meu conhecimento.

Mas respondendo a...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor não sabia, mas foi o senhor que falou agora do conflito de interesses.

O SR. GERD POPPINGA – Pois não, eu falei baseado nos depoimentos e nas investigações do delegado.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Agora, Sr. Gerd, quais são esses conflitos de interesses?

O SR. GERD POPPINGA – Por exemplo, se houver uma empresa auditando, ela não deveria prestar serviço talvez fazendo algum serviço na própria barragem ou em outros lugares perto. Então, esses conflitos de interesses poderiam não ser conflitos, mas poderiam ser mal interpretados.

Então, eu só quis dizer o seguinte: existem muitas coisas que têm de ser olhadas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Gerd, permita-me. O senhor trouxe uma informação que não foi nenhum de nós aqui que trouxe para esta Comissão: conflito de interesse. Foi o senhor que a trouxe aqui. Essa informação traz uma colaboração sua importante para esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Fundamental.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Fundamental, eu acho. Eu diria até que é a melhor contribuição do seu depoimento agora.

Vamos tentar nos ater a isso. Já que V. Sa. falou em conflito de interesse, não vamos agora eufemizar o termo. Conflito de interesses é conflito de interesses. Não há meio conflito de interesses, não há mais conflito de interesses, há conflito de interesses.

A pergunta direta do Relator – para a qual a gente gostaria de ter uma resposta direta e objetiva sua – é: onde estava esse conflito de interesse?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, quem trouxe isso à mesa foi a Polícia Federal. Ela ventilou isso no depoimento do pessoal da TÜV SÜD com o pessoal da...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quem trouxe isso para a CPI agora foi o senhor.

O SR. GERD POPPINGA – Pois não. No intuito de exemplificar como poderíamos, alguns exemplos de melhorar essa fiscalização, essas relações, como poderíamos melhorar a qualidade de um laudo de estabilidade.

As primeiras providências tomadas após Mariana foram: em vez de ser anual, passou a ser semestral. Mas será que o laudo de estabilidade reflete a segurança da barragem? Temos que ter outros meios de apurar a segurança das barragens.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor contratou a TÜV SÜD?

O SR. GERD POPPINGA – Não, eu nunca soube da TÜV SÜD, não conheço a TÜV SÜD, não conheço ninguém que trabalhe na TÜV SÜD.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, deixe-me ver se nós entendemos bem aqui, Sr. Presidente, Senador Otto.

O senhor está nos dizendo que a TÜV SÜD, além das auditagens de barragens, tinha outros contratos com a empresa e que isso pode ter pesado, inclusive, na decisão da TÜV SÜD em atestar ou pelo menos manter a Vale desinformada sobre a segurança da barragem. É isso?

O SR. GERD POPPINGA – Segundo o depoimento, segundo as palavras da Polícia Federal, essa foi uma das hipóteses. É isso o que eu estou dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas a Polícia Federal não chegou a isso à toa... Com certeza, a partir dos depoimentos...

O SR. GERD POPPINGA – Com certeza, Excelência, alguns indícios deve ter havido.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Nós estamos aqui no raciocínio de o que o senhor está colocando. Então, se os senhores não identificaram um conflito de interesses, se essa questão está sendo colocada agora como a possibilidade de que a empresa tenha dado informações incorretas à Vale... Dentro daquilo que eu lhe perguntei sobre o outro lado, o senhor estando como um avaliador, em uma análise da situação, a autogestão da sua empresa não funcionou, Sr. Gerd?

A Vale, com todos os critérios que tinha – que o senhor mesmo colocou – de segurança em vários pontos, não teve condições de saber se aquela política colocada lá estava funcionando ou não?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, como eu disse, eu mesmo criei uma nova área dentro da Vale fora das operações, para haver neutralidade, que se chamava gestão de barragens – uma espécie de primeira linha de defesa para, de uma certa forma, auditar, uniformizar os critérios –, que é a área do Alexandre Campanha, que responde ao Lúcio Cavalli. Então, essa é a primeira linha de defesa.

A própria Vale, depois, criou uma segunda linha de defesa chamada GRN (Gestão de Riscos de Negócio), aí, sim, ligada não à minha diretoria, mas ligada ao meu colega e par, Luciano Siani, Diretor Financeiro, onde não somente barragens eram analisadas, mas também todos os riscos de negócios. Por exemplo, um navio podia afundar, um trem de passageiro podia descarrilhar... Isso também era analisado nesse aspecto.

Então, a governança foi montada imediatamente após o evento Samarco de uma forma que chegassem... Isso era reportado à Diretoria Executiva de forma regular. A GRN, a Gestão de Riscos de Negócio, era reportada mensalmente à Diretoria Executiva, e eu tinha semanalmente reuniões com os meus subordinados operacionais, porque são eles que tinham a informação da gerência de riscos e são eles que são os responsáveis. O pessoal da ponta é responsável pela segurança da barragem. Então, ao ter reunião semanal com essas pessoas, eu tinha todas as informações necessárias para saber se havia algum problema mais grave.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – V. Exa. me permite, Presidente, continuar? O Senador Otto desejando também, a qualquer momento a gente pode...

Sr. Gerd, vamos analisar um pouquinho o que o senhor acabou de responder aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Se V. Exa. me permite, ainda na linha de raciocínio do que o Sr. Gerd estava respondendo – e V. Exa., Relator Carlos Viana, iniciou uma linha de inquirição que contribuirá muito com esta CPI –, pelo que eu entendi, inclusive quando o senhor destaca que a TÜV SÜD teria conflito de interesses atuando em áreas distintas da Vale, o senhor diria hoje que houve responsabilidade direta e omissão da TÜV SÜD em relação aos relatos que poderiam impedir o desastre de Brumadinho?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, eu me baseio na informação que eu recebi da Polícia Federal. Se isso for confirmado, no mínimo não é boa prática ter vários contratos sobre o mesmo assunto em interesses diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, na percepção de V. Sa., com as informações que V. Sa. tem da Polícia Federal, o procedimento da TÜV SÜD, a omissão da TÜV SÜD pode ter levado ao desastre?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, eu não sei se foi omissão ou outra coisa. Eu acho que não é boa prática ter vários contratos relacionados a um mesmo assunto em que possa potencialmente haver conflito de interesses.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado.

Permita-me, Senador?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Claro, Presidente. Fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu acho que aqui há uma informação importantíssima para o relatório de V. Exa., porque eu acho que esse é o depoimento mais contundente em relação à TÜV SÜD que nós temos nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Talvez seja necessária uma decorrência desta CPI a partir deste depoimento do Sr. Gerd.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos realizar uma rápida pausa para o depoente por cinco minutos. A gente suspende a reunião e a reinicia daqui a pouco.

(Suspensa às 11 horas e 12 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 18 minutos.)

(Continua suspensa a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Bem, retomando a reunião com o retorno do Sr. Gerd, voltamos aos questionamentos do Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para interpelar convidado.) – Sr. Gerd, o senhor conhece o Sr. Juarez Saliba?

O SR. GERD POPPINGA – Conheço o Juarez Saliba de longa data.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O Sr. Juarez Saliba foi colocado no alto cargo de Diretor de Estratégias, Exploração, Novos Negócios e Tecnologia e, nessa missão atribuída pelo ex-Presidente, afastado, Fabio Schvartsman, produziu um diagnóstico de segurança das barragens. Nós sabemos que essas informações nunca ficam nem devem ficar restritas ao Presidente da empresa.

Devido ao seu cargo, que o coloca em muita proximidade com a Presidência, o senhor teve acesso ao relatório produzido pelo Sr. Juarez Saliba? Participou de alguma apresentação sobre o assunto? Quem mais o senhor sabe que ajudou o Saliba a produzir o relatório? A leitura desse relatório o faria afirmar, como fez o Sr. Fabio Schvartsman, que as barragens da Vale estavam em condição impecável, em estado impressionante de qualidade?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, eu não participei desse diagnóstico porque a dinâmica foi a seguinte: o Dr. Fabio Schvartsman chegou como Presidente novo na Vale e trouxe algumas pessoas de sua confiança, como o Juarez Saliba, que ficou responsável pela parte estratégica em novos negócios da Vale, mas, por ter uma experiência muito grande na sua carreira profissional, inclusive na área operacional na própria Vale – depois ele passou para a CSN –, o Juarez Saliba foi então incumbido por Fabio Schvartsman para fazer um diagnóstico – como é que se encontra? O que está acontecendo na Vale? Quais seriam as recomendações, inclusive de estrutura? Tive participação só no final, quando nos foi apresentado este diagnóstico produzido pelo Juarez Saliba. Da minha equipe me parece que participaram o nosso diretor de *marketing* Rogério Nogueira, para olhar a parte comercial, e o nosso Lúcio Cavalli, meu Diretor de Planejamento.

O resultado desse diagnóstico foi: teve várias pequenas mudanças organizacionais, várias sugestões na parte estratégica da Vale. E, principalmente, relacionado à pergunta de V. Exa., foi analisada a nova governança proposta para este assunto de barragens. Pelo que eu sei, o Juarez Saliba e outros profissionais acharam que a governança nova, com a criação da área de gestão de riscos geotécnicos, justamente com Alexandre Campanha, estava bem encaminhada.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Quem...

O SR. GERD POPPINGA – Só complementando, desculpe, Senador.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Perfeitamente.

O SR. GERD POPPINGA – Eu não acredito que o Juarez Saliba tenha entrado profundamente em detalhes técnicos das barragens. Eu acho que o trabalho dele se baseou mais na governança das barragens.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Gerd, os senhores estavam ali com um desafio de não deixar a Vale passar por mais uma tragédia como foi Mariana. Os senhores criam uma nova área de risco geotécnico, os senhores tinham todas as informações e os senhores não aprofundam nos dados técnicos



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

para poder entender claramente o que poderia acontecer ou o que aconteceu? Que tomada de decisão é essa?

Outra coisa. Eu gostaria que o senhor, na sequência, nos dissesse também quem foi o responsável pelos contratos da Tüv Süd? Quem? Nome. Quem da Vale deu vários contratos, foi responsável pela contratação da empresa em várias atividades?

O SR. GERD POPPINGA – Começando pela última pergunta, Excelência, os contratos de laudos de estabilidade são feitos pela área do Alexandre Campanha. Eu não sei se exatamente seria ele ou algum subordinado dele, mas... Sempre eles provêm as especificações técnicas, mas quem executa e negocia esses contratos é a área de suprimentos, a área de suprimentos que não responde a mim, responde a outro diretor-executivo. Então, a dinâmica é esta: a área técnica, no caso da Tüv Süd, de auditoria externa recomendada pelo Alexandre Campanha ou algum dos subordinados dele, e quem negocia o contrato depois com essa empresa é a área de suprimentos, que não responde a mim.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sr. Relator...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não, Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Desculpe, é porque V. Sa. entrou... Eu acho que, realmente, nós dois estamos fazendo uma tabela Pelé-Coutinho, não é, Coutinho?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Isso mesmo, Pelé. *(Risos.)*

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Da outra vez, eu lhe coloquei como Pelé.

V. Exa. foi na ferida. E aqui a gente precisa lembrar uma confissão feita.

Sr. Gerd, o Sr. Alexandre Campanha confessou aqui, nesta CPI – o Relator Carlos Viana estava presente, creio que o Senador Otto Alencar também estava e que também o Senador Randolfe estava –, ter mantido... Vou ler, porque são palavras dele: "ter mantido contato com os engenheiros da Tüv Süd". Então, ele confessou. Aí cabe, então, um questionamento, para voltar ao Relator Carlos Viana, Senador mineiro. V. Sa. sabe disso? À época era comum pessoas de alto escalão da empresa Vale manterem contato direto com engenheiros das empresas terceirizadas? Responda, por gentileza, com sustância. Preciso da sua sustância. O senhor é um homem forte, filho de alemão. Alemão não tem medo de nada, embora alemão seja frio. Alemão parece que nasceu no Polo Norte, é glacial por natureza. Então, não seja glacial. Responda isso aqui. É importante. O Sr. Alexandre confessou isso aqui.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, eu desconheço o fato de o Alexandre Campanha ter conversado diretamente com engenheiros da Tüv Süd, mas a área dele é a área responsável por coordenar as auditorias externas de estabilidade.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor quer dizer que não tinha conhecimento disso à época?

O SR. GERD POPPINGA – Da Tüv Süd?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não, do que ele relatou aqui, do que ele confessou aqui, que ele mantinha contato com os engenheiros da empresa.

O SR. GERD POPPINGA – Não. Não tenho essas informações.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Isso é o quê? Omissão ou desinformação de V. Sª?

O SR. GERD POPPINGA – Não, isso é a delegação por especialidade. Não tenho informações sobre esses contratos negociados entre a área de suprimentos e a área técnica para laudos de estabilidades. São 130 barragens. Eu não tenho essas informações todas detalhadas.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu retorno ao Senador Carlos Viana como Relator. Fico satisfeito. Não satisfeito com a resposta. Fico satisfeito apenas de saber que aqui hoje nós estamos diante de respostas com direito à ocultação, conforme o Senador Randolfe já observou...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Omissão.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – E agora omissão. Perfeito? Ocultação e omissão. Isso para mim é crime, não? Desculpe.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Agora, é interessante nós seguirmos aqui um raciocínio, porque a fala é: "nós investimos mais em segurança". Eu ouvi isso bem aqui, ou não? Ouviu, Kajuru? Pelé, ouvi ou não ouvi que o investimento em segurança aumentou depois da tragédia em Mariana?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ouviu. Ouvi, Pelé.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Gerd, reportagem do UOL assinada pelo jornalista Leandro Prazeres, 1º de fevereiro de 2019:

Após tragédia em Mariana, Vale reduziu em 44% os gastos em segurança.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A Vale cortou investimentos da companhia em ações de segurança e saúde das suas operações no ano seguinte ao rompimento da barragem de Mariana, em 2015. Entre 2015 e 2016, a Vale reduziu os investimentos em 44%. [...]

Os relatórios mostram que, em 2015, a Vale investiu US\$353 milhões nesse tipo de ação. Em novembro daquele ano, a barragem da Samarco em Mariana se rompeu, matando 19 pessoas e causando um dos maiores desastres ambientais da história do País.

Apesar da comoção causada pela tragédia, no ano seguinte, a Vale reduziu os seus investimentos em segurança e saúde para US\$198 milhões.

O corte aconteceu em um momento positivo para a empresa. Em 2016, a Vale conseguiu reverter um prejuízo no ano anterior e obteve um lucro de US\$13,3 bilhões. Na comparação, é possível dizer que a companhia gastou em segurança e saúde o equivalente a 1,48% do seu lucro.

Então, Sr. Gerd, nós estamos aqui falando das duas maiores tragédias ambientais do Brasil, de uma tragédia que marcou 310 famílias até o momento, de pessoas que estão em busca de respostas porque confiaram na empresa, confiaram suas vidas a trabalhar ali, e que infelizmente não foram respeitadas nem ao menos em, no horário de almoço, estarem tranquilas para poderem estar em segurança. A Vale investiu 1,48% do lucro em segurança.

E aqui, Sr. Gerd, eu vou fazer uma colocação ao senhor, como estatutário: a empresa investe pouco em segurança; a empresa investe milhões em advogados, porque, além dos que acompanham aqui, nós temos uma série de advogados assessores; os senhores vão para a Justiça, porque a estratégia é esta, judicializar tudo; não pagam as indenizações de Mariana, empurram com a barriga; oferecem, no caso de Brumadinho, R\$300 mil por família, sendo que a própria Vale já havia feito um cálculo de que o valor de indenização poderia chegar a quase R\$11 milhões, e não R\$300 mil; e o senhor está aqui colocando conosco que foram feitas todas as ações.

Sr. Gerd, vamos fazer um favor ao Brasil, um favor ao País: quem foi o responsável pelo que aconteceu ali ou, pelo menos, quais as falhas que vocês cometeram ao se autorregular, ao não serem fiscalizados, como o senhor mesmo disse, da forma correta, pela impossibilidade, não incompetência, da ANM? Quais foram as falhas, Sr. Gerd? Diga-nos aqui o que nós vamos fazer para poder não acontecer de novo?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, eu gostaria de, antes de responder a essa sua pergunta, só fazer um esclarecimento sobre esse artigo a respeito de segurança, que eu não conheço, mas...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor quer aqui uma cópia? Eu lhe dou uma cópia aqui.

O SR. GERD POPPINGA – Obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o fato é o seguinte: nós temos que diferenciar gestão de barragens com investimento em barragens e segurança.

Gestão de barragens: nós aumentamos de 90 milhões, em 2015, para 250 milhões, nos dias de hoje – é um aumento de quase 200%. Isso é gestão, isso é gestão para verificar os processos, para criar essa nova área etc. Agora, investimento em barragem é um tobogã: quando o senhor tem uma barragem alteada, ou uma barragem reforçada, ou uma nova barragem em construção, é lógico que os investimentos em barragem disparam. Quando isso não acontece em alguns anos, eles caem. Então, comparar essas duas coisas fica uma coisa um pouco comparando coisas incomparáveis.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor não terminou ainda? Pode continuar.

O SR. GERD POPPINGA – Eu ia falar do...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não. Achei que o senhor tivesse terminado. Perdoe-me.

O SR. GERD POPPINGA – ... culpado.

Eu volto a dizer, Excelência, que fica muito difícil. Existe uma investigação em curso tanto das causas, são entidades internas, externas. E, antes de ter a causa do rompimento, que foi uma coisa muito... Até a comunidade científica classifica como estranha, porque foi de uma hora para outra. Normalmente uma barragem dá sinais.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Gerd, não foi. O senhor me perdoe. Em junho de 2018, há um relatório externo, que não foi feito por uma empresa que não é a Tüv Süd, que nós mostramos aqui.

Tem os eslaides da última reunião? Estão disponíveis no computador.

Vamos colocar aqui, por favor, para a gente refrescar um pouquinho a questão de Brumadinho, para a gente poder ir lá para mostrar às pessoas o que está acontecendo. Dê-me o eslaide em que estão as setas da investigação da Agência Nacional e Mineração, o anterior. O primeiro deles, o primeiro. Isso. Ali.

Sr. Gerd, esses relatórios são de 2018. Ali onde está a seta, que o senhor está vendo ali, é o início do rompimento, na base da barragem. Ela começa por cima, porque ela vai afundando. Em junho de 2018, uma empresa independente, que não era a Tüv Süd, já apontava que, naqueles mesmo locais ali onde o senhor está vendo a seta, havia o vazamento de água pressurizada. No outro, havia uma manilha entupida. Junho de 2018, portanto quase sete meses antes de aquelas pessoas morrerem, a empresa já tinha uma outra auditoria.

Então, aqui nós não temos conflito de interesse – como o senhor colocou – da Tüv Süd, aqui nós não temos falta de informação, não temos falta de qualificação para avaliar as informações, porque



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

qualquer um saberia, e não temos também incompetência no sentido de não ter a possibilidade de fiscalizar, de quem é a competência. Nós temos tudo aqui, todos os pontos, os fatores alinhavados para que o desastre pudesse ser evitado com antecedência.

Então, ali, olha, essa informação está muito clara.

Pode passar o próximo, por favor.

Ali, Sr. Gerd, olha lá: vai se rompendo... Ela deu sinais, seis meses antes, de que isso ia acontecer.

Pode dar sequência.

Ali a água vazando, onde, em junho do ano passado, a empresa falou: "Olha, está vazando água aqui. Há uma água pressurizada aqui. É preciso tomar providências para que isso não fosse feito". Lá embaixo, para quem não conhece, está a usina da empresa – são as instalações da usina. E, logo abaixo, à direita, que não está nessa foto, estavam o refeitório e a área administrativa.

Então, Sr. Gerd, todas as informações estavam disponíveis.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só para completar a ilustração, coloquem o vídeo com o rompimento da barragem.

Pare um pouquinho.

Como o senhor pode ver, exatamente onde o Sr. Relator relata é onde começa o rompimento da barragem.

A Vale não conhecia isso?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Esse relatório foi feito...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não houve nenhum alerta?

Assim, esse relatório é de sete meses antes, como já foi dito pelo Sr. Relator.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Feito pelo Sr. Armando Mangolim Filho, que notificou durante um fraturamento hidráulico gravíssimo no DHP 15. Junho de 2018, Sr. Gerd Poppinga.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente, só para entender um pouco...

Eu queria perguntar ao senhor: qual seria a maneira, qual o custo operacional, se haveria alguma maneira de esvaziar uma barragem dessa ou evitar o rompimento dela? A barragem não vai receber mais rejeitos... Existe alguma forma, alguma maneira de diminuir a pressão dos rejeitos dentro dela para ela não romper?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque... Eu acho que nós temos outras barragens, inclusive – o Carlos sabe –, na margem esquerda do São Francisco há a barragem de Paracatu, que é um rio superimportante da margem esquerda. Se for acontecer o que aconteceu em Paraopeba, aí o comprometimento será gravíssimo, porque o Paracatu já vai dentro da barragem de Três Marias, no Rio São Francisco.

Eu pergunto ao senhor se existe alguma técnica de engenharia, ou alguma coisa, para esvaziar uma barragem dessa, diminuir a pressão dos rejeitos nela. Só para o senhor me explicar isso.

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, eu não sou especialista nessa área. Eu tenho alguns conhecimentos, mas são muito superficiais. Essa barragem estava em processo...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor não conhece nenhuma forma?

O SR. GERD POPPINGA – Não... O que o pessoal normalmente faz é... Primeiro, tem-se que se conhecer exatamente o que está lá dentro. Essa barragem – só lembrando – foi construída em 1976...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sim. Eu não estou perguntando isso. Eu estou perguntando se existe alguma técnica, porque deve existir, não é?

O SR. GERD POPPINGA – Técnica de descaracterização, ou seja, de tirar o volume dali.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Tem como fazer isso?

O SR. GERD POPPINGA – Tem como fazer isso. E havia um plano de tirar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Desaguar todo esse rejeito...

O SR. GERD POPPINGA – Mas eu gostaria de lembrar também, Excelência...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas isso custa muito dinheiro, não é? Então ficou mais fácil deixar romper do que fazer isso. É isso?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, eu gostaria de dizer...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Só pode ser, a meu juízo, uma coisa desta: deixa romper que a gente fica livre do rompimento, vai haver problemas e aí vai embora...

Essa mesmo de Paracatu – o Carlos, que é de Minas, sabe...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É da Kinross, explora ouro lá em Paracatu. É arsênio e mercúrio a barragem.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Arsênio e mercúrio, não é?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Arsênio e mercúrio.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Que é também da Vale, não é?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não, a Kinross é uma canadense.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É canadense?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Os senhores são sócios da Kinross?

O SR. GERD POPPINGA – Não, Excelência.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas também tem gravidade muito grande.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito, muito. Se houver qualquer vazamento ou rompimento lá...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – É isto que eu queria: só entender se haveria essa possibilidade de fazer ou não.

O SR. GERD POPPINGA – As práticas normais são de descaracterização, ou seja, devolver essa área à natureza e, para isso, tem que se tirar ou fazer reforço nessas barragens.

E eu gostaria de ressaltar que esse relatório que V. Exa. mencionou nunca chegou ao nosso conhecimento na Diretoria-Executiva.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Esse relatório...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Está nos autos da ação civil pública.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E é um relatório da...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Da própria Vale. É um relatório que foi feito logo depois de um fraturamento hidráulico grave. A Sra. Cristina Malheiros, que estava conosco aqui, reportou. Esse especialista foi chamado e fez as observações. Falou: "Olha, os dois pontos da barragem são esses aqui, que precisam ser olhados com urgência", porque ele, ao fazer lá uma pequena... Vamos dizer assim, a introdução de uma sonda, vazou água pressurizada.

O SR. GERD POPPINGA – Sim. O que eu estava dizendo...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, como o senhor percebe, um relatório da própria Vale.

O SR. GERD POPPINGA – Da própria Vale, mas que não chegou ao conhecimento da Diretoria-Executiva.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Um relatório dessa gravidade não chegar ao núcleo de decisão?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não... E a quem é responsável pelas barragens, não é?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E a quem é responsável pelas barragens, ao núcleo de decisão, que tem responsabilidade de decisões.

O SR. GERD POPPINGA – É... Esse relatório nunca chegou à Diretoria-Executiva, Excelência.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Posso seguir aqui...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Rapidamente, Sr. Relator.

Como o senhor... Me permita, como o senhor faz o relato, dá a entender que a Vale é uma empresa caótica, é uma empresa que não tem... Não funciona a hierarquia. É uma empresa desorganizada, porque um relatório dessa gravidade, sete meses antes, com uma das principais barragens da Vale, com risco de repercussões gravíssimas para as pessoas e para o meio ambiente, não chegar um relatório dessa natureza até a Diretoria-Executiva, até os postos de decisão da Vale? A primeira impressão que temos é que a Vale é uma empresa, se levarmos em consideração isso, a Vale é uma empresa caótica, é uma empresa que não tem estrutura de direção, que não tem hierarquia...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Que não tem controle sobre as informações.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... que não tem sistema de alerta, que não tem controle... É esta a Vale?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, eu fazia reuniões semanais com os meus diretores operacionais logo abaixo de mim, que detinham essas informações, e nunca, nessas reuniões – potencialmente detinham –, nunca, nessas reuniões semanais, às sextas-feiras, foi mencionado qualquer problema em relação à B1.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quem eram esses diretores operacionais?

O SR. GERD POPPINGA – Os nomes são: Antônio Padovezi, que é responsável pelo sistema norte, Corredor Norte; Josimar...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Antônio...

O SR. GERD POPPINGA – Padovezi.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Padovezi.

O SR. GERD POPPINGA – Josimar Pires, que é responsável pelo projeto S11D; Silmar Silva, que...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O que é S11D, por favor?

O SR. GERD POPPINGA – S11D é um projeto... É o nosso maior projeto dos últimos tempos, no Estado do Pará, ao lado de Carajás.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Silmar Silva...

O SR. GERD POPPINGA – Silmar Silva, que os senhores conhecem pelos autos; e o Claudio Alves, que era Diretor de Pelotização e Manganês.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Posso dar sequência, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu quero entrar, agora, num outro aspecto, Sr. Gerd, que tem chamado muito a nossa atenção e que é parte de um relatório internacional a que nós tivemos acesso, sobre um assunto que ganha o nome de *transfer prices*.

Transfer prices, para que os senhores entendam, é uma...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Suíça!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... é uma empresa que exporta para ela mesma, em outro nome, em outra pessoa jurídica fora do país, e lá ela revende o mesmo produto por um preço superior ao da origem. O que eu estou dizendo é que, segundo esse relatório, a Vale vende o minério de ferro dos brasileiros pelo menos 20%, até 30% com preço menor do que o internacional, e essa diferença fica no caixa da empresa controlada, vamos dizer, de uma subsidiária no exterior.

O senhor tem conhecimento dessa operação? O senhor confirma que o preço pago aqui, inclusive em impostos, aos brasileiros, o que fica para o nosso País, fica pelo menos 20% mais baixo do que a prática internacional do minério de ferro, Sr. Gerd?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sr. Relator, permita-me?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sr. Gerd, por gentileza, com respeito, o senhor prestou atenção no questionamento do Relator Carlos Viana?

Parece até que nós ficamos até meia-noite aqui no mesmo gabinete. Não ficamos, não é? Nem nos vimos. Só sabemos que estávamos trabalhando para o dia de hoje.

Então, veja um pouquinho mais... Não completo, mas um pouquinho mais detalhado, porque o Relator resumiu esse questionamento, que eu acho riquíssimo.

Vamos à plenitude dele: o senhor assumiu no final de 2014 e, um ano e pouco depois, foi denunciado homicídio triplamente...

A manobra fiscal, bem aqui colocada pelo Relator, a manobra fiscal usa a Suíça como entreposto das empresas, Sr. Presidente, Randolfe. Do Brasil, a mineradora embarca minério de ferro para a China e Japão, os maiores consumidores do produto. A venda da carga destinada à Ásia é feita com um preço abaixo do mercado, como bem colocou o Relator, para o escritório que a própria Vale abriu na Suíça, como lembrou pontualmente o Carlos Viana, o Senador mineiro.

Em 2006, essa empresa foi aberta na Suíça e se chama, então, Saint-Prex. O escritório suíço revende a mercadoria com o valor correto aos asiáticos. Os navios não entram na Suíça, que sequer tem contato com o mar. Como declara um valor menor – essa foi a ferida do Relator –, a Vale paga, então, menos impostos no Brasil e, pasmem – Sr. Gerd, não desminta isto –, economiza no mínimo, Pátria amada, US\$6,2 bilhões, aproximadamente R\$23 bilhões, de acordo não com o Kajuru, Senador, mas com o IJF. O valor se refere apenas ao Imposto de Renda e à CSLL (Contribuição Social sobre Lucro Líquido).

Investigadores da Receita Federal qualificaram o caso como fraude, Sr. Relator Carlos Viana – eu não sei se o Sr. Presidente tem conhecimento. É relato da Receita Federal, notícia publicada pelo UOL, da Folha de S.Paulo. Fraude! Um da Receita, inclusive, declarou que chamou a atenção o – abre aspas – "planejamento tributário abusivo" – fecha aspas –, a posição de intermediário do escritório da Vale na Suíça no meio da venda.

Entre 2006 e 2007, o senhor presidiu a Vale Internacional S.A. lá na Suíça – o senhor já disse isso aqui –, tendo sido o senhor o responsável pela comercialização de minério de ferro e manganês e pela negociação dos preços internacionais do minério de ferro. Foi no período em que, segundo o IJF, começou a funcionar o escritório que teria participação ativa na fraude, segundo a Receita Federal, a partir de 2009.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira pergunta é do Senador Carlos Viana, Relator, e esse meu complemento são para lhe questionar o que o senhor tem a dizer sobre essa coincidência, vamos assim dizer, e também sobre essa posição da Receita Federal – fraude, já, inclusive, noticiada. A primeira questão é do Relator e essa minha é a segunda. Se o senhor puder juntar as duas e nos responder com verdade, nada além da verdade, o Brasil vai lhe agradecer.

O SR. GERD POPPINGA – Excelências, eu posso dizer o seguinte: sim, eu fui Presidente da Vale Internacional na Europa e essa, segundo meu conhecimento... Porque a Vale é organizada de forma matricial, eu não tenho conhecimento tributarista, jurídico... Esse questionamento da Receita, se não me falha a memória, foi em relação aos anos de 2012 até 2014 ou 2011 até 2014.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – De 2011 a 2014.

O SR. GERD POPPINGA – Isso.

Nessa data, 11 e 14, eu estava no Canadá como CEO da Vale Canadá em níquel e cobre. Portanto, eu não tenho condição de comentar essa suposta fraude, mas volto a dizer que...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Suposta, não. Desculpe, Sr. Gerd. Suposta, não. A Receita afirmou ser fraude. Ela não colocou a palavra "suposta", não.

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, então, eu ia dizendo que não estava na Suíça nessa época, estava no Canadá, chefiando a área de metais básicos. A área tributarista e jurídica é uma área matricial na Vale, e os preços de transferência são calculados, são determinados a partir dessa área, e não da nossa área de minério de ferro.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas essa prática continua, Sr. Gerd?

O SR. GERD POPPINGA – Eu não tenho informação sobre esse assunto. É um assunto complexo, tributário, jurídico. Eu me desculpo, porque parece que eu estou não querendo informar alguma coisa, mas eu realmente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Parece, não! (*Fora do microfone.*) O senhor não está querendo informar. Ou, então, o senhor é dono de uma omissão brutal! Não é possível que um homem qualificado como o senhor, que trabalhou no exterior...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O segundo na direção...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O segundo homem na direção. O senhor... Desculpe. É porque... Eu moro em Goiás, e lá há uma expressão que diz o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seguinte: não baba, não! Eu não babo, não, Presidente. Por favor, não me faça de bobo, não! Eu estou respeitando o senhor aqui, mas o senhor não pode fazer a gente de bobo aqui. Aí a gente fica mal aqui diante da sociedade brasileira, não é?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E o senhor é sócio... É funcionário estatutário da Vale. O senhor tem conhecimento de todas as ações da empresa, inclusive sobre avaliação de lucro, análise contábil de quanto a empresa... O senhor responde pela empresa no exterior, já respondeu. O senhor responde, inclusive, nos grupos de acionistas. O senhor tem que dar informações para eles sobre o faturamento da empresa, onde é que o dinheiro está sendo investido e onde está o lucro. Onde está o lucro? Na Suíça, Sr. Gerd? No Brasil, fica só a lama? Diga-nos claramente. Essa prática continua existindo ou não?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, eu não sei informar, eu não tenho informação sobre isso. Eu sei que, nesta época onde foi levantada essa questão da Receita Federal, eu estava como CEO na... Eu estava como CEO no Canadá, gerenciando os nossos negócios de níquel e de cobre no Canadá.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Está bom.

Responda-me uma coisa aqui. (*Fora do microfone.*) Qual é a diferença do nível de segurança da Vale no Canadá e aqui, no Brasil? Porque lá também os senhores têm barragens. Se tivesse acontecido um desastre desse lá no Canadá, com 300 mortos, quais seriam as consequências para a empresa no Canadá, Sr. Gerd?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, eu acho que seriam as mesmas em qualquer lugar do mundo, quer dizer, haveria uma investigação sobre as causas, primeiramente, e em segundo lugar haveria a apuração das responsabilidades. Existem, sim, muitas barragens... Existem muitas barragens no Canadá. A Vale Canadá tem muitas barragens. São de um tipo um pouco diferente dessas barragens aqui, mas eu acredito que as consequências seriam as mesmas.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Bem, Presidente, eu vou caminhar para minha última pergunta aqui, que é sobre um assunto que interessa muito a Minas Gerais, especialmente às cidades que hoje vivem da mineração e que começam a viver um momento muito complicado em relação ao futuro: o medo de morrer a qualquer momento debaixo de lama e o medo de a empresa abandonar os negócios e o faturamento da cidade, a qualidade de vida cair.

Sr. Gerd, coluna Esplanada, *Jornal de Brasília*, 14 de fevereiro.

Olha o ferro!

Diretor-executivo de ferrosos da Vale, Peter Poppinga, diz a funcionários que pode parar a produção de três minas com altos custos em Minas Gerais. É a crise da baixa do minério de ferro no mercado. [É o que está escrito aqui].





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Daí que Poppinga era diretor da Samarco quando do desastre da barragem em Mariana. Esse pessoal muda de mina, mas não perde o ouro. O ferro fica com... Melhor não citar.

Nós sabemos que a Vale tem concessões de lavra em várias localidades de Minas Gerais, que ela mantém, mas não explora. Por exemplo, Guanhães, que é vizinha da minha cidade, onde nasci, Braúnas; a Vale tem, mas não explora.

O senhor poderia detalhar essa informação sobre paralisação de minas? Isso aconteceu depois de Brumadinho? Eu gostaria que o senhor fosse muito sincero em me dizer o seguinte: a Vale pode abandonar essas minas em Minas Gerais, manter esse ativo inexplorado e começar a fazer investimentos fora do Estado?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, esse é um assunto muito mais estratégico do que operacional. Dependendo do mercado do minério de ferro, que muitos acham que é *commodity*... O mercado do minério de ferro oscila muito. Nós temos um produto. O nosso principal produto de vendas é o nosso chamado Brazilian Blend, que a gente vende principalmente na Ásia. Esse Brazilian Blend é uma mistura de minério de Carajás, do Pará, com minério de Minas Gerais, de várias minas. Algumas minas de Minas Gerais já empobreceram. Então, na verdade, é o contrário do que muita gente pensa. Minas Gerais... O minério de Minas Gerais, em algumas das minas, seria invendável se não fosse blendado lá na Malásia ou na China, junto com o minério riquíssimo de Carajás para dar um produto normal.

Então, é mais nesse sentido. A gente tem algumas minas em Minas Gerais em que não é questão de parar. Às vezes é questão de reduzir um turno, dar férias coletivas, e aí volta a operar, para poder exatamente calibrar como que nós vamos blendar esses minérios, para dar o nosso produto principal, Brazilian Blend, lá fora. Então, é mais nesse sentido estratégico. Eu nunca me referi a cortar custos, blendar ou, digamos assim, parar, paralisar operações. Temos algumas deficitárias, tínhamos algumas deficitárias, mas sempre mantivemos as operações.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Presidente, me permita aqui. É feito um *blend* do minério de Minas com o minério do Pará, no oriente, para ser vendido? É isso mesmo?

O SR. GERD POPPINGA – Ásia.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – *Sprechen Sie Deutsch?*

O SR. GERD POPPINGA – Ja.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor fala alemão, não é?

O SR. GERD POPPINGA – Sim.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Em alemão existe uma expressão assim: "*Das ist aber fantastisch!*". O que isso significa?

O SR. GERD POPPINGA – Isso significa, Excelência, "isso é incrível"...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Espetacular.

O SR. GERD POPPINGA – Espetacular, alguma coisa assim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – *Das ist aber fantastisch* que o senhor sabe exatamente a necessidade de se fazer um blend do minério, que o senhor sabe exatamente onde é vendido, mas o senhor não sabe sobre a operação em que a Vale vende o minério num preço menor do que aqui no Brasil, declarado aos brasileiros. *Das ist aber fantastisch*.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Espetacular.

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, o senhor fala um bom alemão, mas eu aqui estou dizendo estritamente a verdade. A estrutura da Vale é matricial. Nessa questão de preço de transferência, a nossa área não entrava. E, nessa época, quando houve essa disputa com a Receita, eu estava no Canadá.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sr. Gerd, o senhor está afastado da empresa Vale, perfeito?

O SR. GERD POPPINGA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Mas o senhor é estatutário, portanto continua tendo os seus rendimentos lá, não tem?

O SR. GERD POPPINGA – Sim, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor pode dizer a esta CPI qual é o valor de seus rendimentos na empresa Vale pela sua qualificação, pelo seu trabalho?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, eu vou me desculpar, mas eu poderia encaminhar isso posteriormente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor pode encaminhar, que ficará internamente aqui, só para o nosso trabalho.

O SR. GERD POPPINGA – Eu não gostaria de expor isso em público.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É, o senhor deve ganhar um salário extraordinário, excepcional, para defender a Vale como o senhor defendeu aqui hoje e para defender os seus colegas como o senhor defendeu. Por exemplo... É a última pergunta minha, porque realmente chegamos à exaustão, Relator Carlos Viana e creio que todos e todas aqui.

Em tempo, eu sou assim mesmo e não vou mudar. Então, quem quiser gostar de mim, é assim, e quem não quiser também que se exploda, como dizia Che Guevara no livro dele. Essa é a minha história, quem quiser acreditar, bem, quem não quiser se exploda. Eu estou me referindo ao alto clero aqui, ao andar de cima deste Senado.

É inconcebível um Senado Federal que custa quatro bilhões por ano – quatro bilhões por ano! –, é absolutamente desrespeitoso neste momento, de uma oitiva importante como esta... A TV Senado não está aqui, sabem por quê? Porque ela só tem três câmeras e, neste momento, ela está na sessão deliberativa do Plenário, que começou às 11h da manhã, e lá é obrigação transmitir do início ao fim cada sessão, especialmente quando é deliberativa. Ou seja, ela não tem dinheiro para comprar uma quarta câmera?

As comissões têm transmissão sem imagem HD, Relator. A imagem HD é apenas no Plenário. Presidente Davi Alcolumbre, que eu tanto respeito, mude isso aqui! Não é possível! Respeite a TV Senado, que é o principal veículo deste Senado Federal para dar satisfação ao Brasil inteiro do que nós fazemos, como seus empregados públicos. Não tem cabimento! Ela começou a transmissão aqui, 11h começou, tem que sair correndo. Os funcionários têm que ser premiados, porque é desumano o que acontece com eles. E aqui se gasta dinheiro com tanta bobagem... E não tem condições de comprar mais câmeras?

Eu inclusive quero dizer aqui humildemente à direção do Senado e da TV Senado: se quiserem, eu, Jorge Kajuru, empresto três câmeras do gabinete 16. Eu as tenho porque há dez anos eu tenho rede social e tenho equipamento comprado, aliás com dinheiro emprestado do Ratinho e do Datena, mas já paguei. Não dei o cano nos dois, não. Eles que compraram os equipamentos para mim. Então, tenho lá três câmeras. Eu empresto para TV Senado.

Desculpe entrar fora da pauta, mas é porque é revoltante. A imprensa já não vem cobrir a CPI de Brumadinho, nós sabemos por quê: porque a Vale gasta nos intervalos comerciais de rádio, de televisão, nas páginas dos jornais... Você sabe, né? Por isso que hoje eu tentei informar quais veículos estavam aqui e até agora não consegui saber se há algum jornal aqui, algum grande jornal brasileiro. Parece-me que até a hora em que eu estava aqui, não havia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, Sr. Gerd, ajude a gente a entender uma coisa. O Sr. Alexandre Campanha, diante de um questionamento feito pelo Relator Carlos Viana, confessou, nesta CPI, ter mantido contato com os engenheiros da TÜV SÜD. Então, V. Sa. repete o que disse a mim, que não sabia disso à época?

E concluo – pelo menos a esta pergunta não é possível que o senhor não responda: era comum pessoas de alto escalão da Vale manterem contato direto com engenheiros das empresas terceirizadas, Sr. Gerd?

O SR. GERD POPPINGA – Excelência, se eu definir alto escalão, certamente diretor executivo, não; diretor de departamento, que são os meus subordinados, não; mas a área do Alexandre Campanha, que é um Gerente Executivo, que seria, digamos assim, um médio escalão... Os subordinados dele, com certeza, tinham. Agora, se ele teve ou não teve eu não posso dizer porque eu desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O Alexandre Campanha era subordinado a quem?

O SR. GERD POPPINGA – Ao Diretor de Departamento Lucio Cavalli.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Lucio Carvalho?

O SR. GERD POPPINGA – Cavalli. Desculpa, Cavalli.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Cavalli.

O SR. GERD POPPINGA – Lucio Cavalli.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ele está na nossa lista, ele está aqui na nossa capivara.

E o senhor era subordinado a quem?

O SR. GERD POPPINGA – Eu era subordinado ao Diretor Presidente Fabio Schvartsman.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu concluo. Sr. Relator Carlos Viana, senhoras e senhores, brasileiros e brasileiras, eu concluo que, até agora, não há nenhuma dúvida de que nós estamos, mesmo que enxugando gelo, nós estamos diante de informações preciosas. O Relator terá condições de fazer um relatório implacável, mesmo não tendo a colaboração de ninguém, pois o que eu vejo, até agora, aqui, como simples cidadão e um simples ser humano que sou, Relator Carlos Viana e senhoras e senhores, o que eu vejo até agora aqui sabem o que é? Ação de amigos. É uma ação entre amigos, ou seja, cada um que vem aqui é devidamente treinado pela Vale para saber o que ele vai falar aqui, o que ele não vai falar aqui, o que ele vai esconder, o que ele vai ocultar, o que ele vai omitir. Existe um treinamento, treinamento digno de Harvard. Treinamento



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

com pessoas menos qualificadas do que o Sr. Gerd, no que tange à sabedoria, porque ele é um homem culto, preparado. Essas pessoas ficam, às vezes, dois dias em treinamento. Ele, não; ele precisa de poucas horas. Porque é isso que está acontecendo aqui.

Agora, que chegaremos ao que a sociedade brasileira quer chegaremos, porque o próprio Sr. Gerd acha que haverá um resultado final dessa investigação, e o senhor até admitiu haverá, consequentemente, depois desta investigação, a certeza de que alguém foi culpado. E eu entendo V. Sa., o senhor não pode dizer que a sua empresa é culpada, até porque o senhor recebe dela um baita salário até hoje, o senhor não vai fazer isso com a sua família. A sua família não vai falar: "Pai, o senhor vai deixar esse salário, vai dizer que a Vale é culpada?". Mas que, cada vez mais, a Vale se incrimina eu não tenho dúvida, Sr. Relator. Não tenho dúvida: cada vez mais, ela se incrimina nesta CPI. E, cada vez mais, cada convidado que vem aqui se incrimina cada vez mais. Mesmo não querendo provas contra si próprios, eles se incriminam cada vez mais. Tenham a certeza disso os senhores e as senhoras que estão vindo aqui.

E não havendo... Há mais alguma colocação?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não havendo nada mais a tratar...

Eu não posso agradecer ao que o senhor falou aqui, porque, na minha opinião, o senhor não colaborou com nada nesta CPI. Desculpe a expressão – lá na Alemanha não há esta expressão –, o senhor foi aqui um bagre ensaboado. E, em português – como o bom alemão quem tem é o Carlos Viana, o bom português eu tenho, escoreito –, o senhor aqui se comportou de forma zaina. Então... Mas eu agradeço a sua presença. Mesmo tendo *habeas corpus*, o senhor falou, o senhor não ficou calado como o Diretor Makoto fez com a gente, mas só queria que o senhor colaborasse mais. É a minha opinião, o senhor tem o direito de ter a sua.

Eu declaro encerrada esta 6ª Reunião da CPI de Brumadinho e agradeço a todas as pessoas, senhoras e senhores presentes aqui nesta reunião.

Uma boa tarde.

(Iniciada às 9 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 05 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO DA CPI DE BRUMADINHO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às treze horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte e três de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Juíza Selma e Jorge Kajuru, reúne-se a CPI de Brumadinho com a presença dos Senadores Wellington Fagundes, Carlos Viana, Otto Alencar, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Fernando Bezerra Coelho, Telmário Mota, Eliziane Gama, Marcos do Val, Chico Rodrigues, Arolde de Oliveira e Irajá. Deixam de comparecer os Senadores Antonio Anastasia, Rose de Freitas, Dário Berger, Mecias de Jesus, Randolfe Rodrigues e Jaques Wagner. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes:

1ª Parte - Oitiva. Finalidade: Coleta de depoimentos. Oitiva do Arsênio Negro Júnior, em atendimento ao requerimento 12/2019; do César Augusto Paulino Grandchamp, em atendimento ao requerimento 16/2019; do Felipe Figueiredo Rocha, em atendimento ao requerimento 15/2019. **Resultado:** Oitivas realizadas.

2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 58 de 2019 que : "Requer a CONVOCAÇÃO do Sr. JUAREZ SALIBA DE AVELAR, diretor de estratégia, exploração, novos negócios e tecnologia da Vale, para prestar depoimento a este Colegiado." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Não apreciado.

ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 59 de 2019 que : "Requer a CONVOCAÇÃO do Sr. WASHINGTON PIRETE DA SILVA, funcionário da área de Gerenciamento de Riscos Geotécnicos da Vale, para prestar depoimento a este Colegiado." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Não apreciado.

ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 60 de 2019 que : "Requer a CONVOCAÇÃO do Sr. WAGNER ARAÚJO NASCIMENTO, Engenheiro de Minas, Chefe da Divisão de Fiscalização de Barragens da Agência Nacional de Mineração em Minas Gerais, para prestar depoimento a este Colegiado." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Não apreciado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ROSE FREITAS

Presidente Eventual da CPI de Brumadinho





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Juíza Selma

Presidente Eventual da CPI de Brumadinho

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/04/23>

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Bem, senhoras e senhores, 1h44min da tarde desta terça-feira, 23 de abril de 2019.

Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 21, de 2019, para apurar as causas do rompimento da barragem na mina Córrego do Feijão, da empresa de mineração Vale, em Brumadinho, e outras barragens.

Conforme convocação, a presente reunião de hoje está dividida em duas partes: a primeira, com a oitiva dos convocados; a segunda, a deliberativa, destinada à apreciação de requerimentos.

Serão ouvidos os seguintes convocados: Arsenio Negro Júnior, auditor da TÜV SÜD Brasil; César Augusto Paulino Grandchamp, geólogo da empresa Vale; e Felipe Figueiredo Rocha, integrante da gestão de riscos geotécnicos da empresa Vale.

Registramos aqui a presença do atuante Senador e Relator de Minas Gerais, amigo Carlos Viana; e também, com alegria, a integrante titular desta CPI, Senadora pelo Mato Grosso, estimada amiga Selma Arruda, para participar deste inicial depoimento do Sr. Arsênio Negro Júnior.

Eu solicito à Secretaria que o conduza a esta mesa, por fineza.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Já que ele está subindo, antes de iniciarmos o depoimento do Sr. Arsenio, Relator Carlos Viana, substituindo aqui por horas ou por momentos a Presidente Rose de Freitas, que daqui a pouco estará presente, informo que o depoente Arsenio Negro Júnior... E também informo ao Plenário que recebemos aqui, na Mesa Diretora, a decisão proferida nos autos do *Habeas Corpus* nº 169.821 em seu favor, que então assegura os seus direitos de permanecer em silêncio, de ser assistido por advogado, de não ser submetido ao compromisso de falar a verdade.

Eu gostaria até da posição do Relator Carlos Viana, porque tenho certeza de que toda a sociedade brasileira, acompanhando-nos por redes sociais e pela competente TV Senado e também a Rádio Senado, que, se ele puder falar, como outros que tiveram aqui *habeas corpus* e falaram, talvez até não o que todos gostariam de ouvir, especialmente nós, desta CPI, mas que ele prestasse depoimentos, que ele respondesse a alguns questionamentos importantes do relator, da Senadora Selma, de minha parte e de outros que poderão chegar, Senadores integrantes desta CPI.

Concorda, Relator Senador Carlos Viana?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Meu boa-tarde a todos e a todas que nos acompanham, aos nossos ex-colegas da imprensa, que também estão presentes conosco aqui. Senadora Selma, é uma alegria estar aqui. Ao Senador Kajuru, que ora preside, também os meus cumprimentos. Aos nossos colegas do Senado nossos desejos de uma semana de muito bons trabalhos e de bons resultados.

Nós temos já a documentação que garante ao Sr. Arsenio o silêncio, nós respeitamos a decisão da Justiça, mas entendemos que a presença dele aqui não o isenta de que nós façamos as perguntas. Até por uma questão processual, para que a gente possa completar todo o trabalho, as perguntas serão feitas, e ele se manifestará assim que as perguntas forem terminadas.

E, como temos feito, de uma maneira muito importante, Juíza Selma, todos podemos participar, os Senadores todos, com as perguntas que tivermos aqui, até que a gente tenha exaurido tudo o que é necessário para a confecção desse relatório que, já digo aos senhores, está bem adiantado. Muito em breve, os Srs. Senadores que nos acompanham terão os 22 pontos principais, que nós já elencamos, juntamente com a força-tarefa do Ministério Público de Minas Gerais e também do Ministério Público Federal, e agora com a colaboração muito próxima da Polícia Federal. Nós temos a agradecer a colaboração de todos, também da Agência Nacional de Mineração, que tem sido muito importante para que a gente possa entender e, inclusive, cobrar respostas do processo que ora estamos aqui investigando.

Então, Sr. Presidente, nós vamos respeitar o silêncio dele...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É bom lembrar também a Bolsa de ontem, não?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ontem tivemos uma oscilação na Bolsa de Valores muito forte, por conta de uma das propostas em que nós já estamos aqui trabalhando – que podemos adiantar, no interesse do Brasil –, que é um aumento da contribuição financeira sobre a exploração mineral.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Perfeito.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Já podemos colocar – e isso é muito claro – que todos os estudos fiscais que nós temos feito, que têm sido colocados pela Receita Federal do Brasil, pelo Tribunal de Contas da União, o Instituto Fiscal Independente, mostram claramente uma subtributação na questão do minério, que é uma riqueza não renovável.

Hoje nós precisamos dar uma colaboração ao País, fazendo com que a contribuição financeira aos Estados e Municípios seja pelo menos aumentada a um valor que nos garanta o ressarcimento de tudo o que está acontecendo.

Quero aqui também, Presidente Kajuru, dizer da minha satisfação. Na semana antes do feriado, eu recebi uma ligação do Prefeito de Mariana, que foi uma cidade centro, epicentro daquela tragédia que tivemos lá na Barragem do Fundão, e que, nesses anos todos, a empresa Vale estava na Justiça questionando, se recusando, buscando acordos na judicialização. Diante aqui da nossa firmeza, a empresa, inclusive, já começou a fazer os pagamentos às prefeituras e as indenizações.

O Prefeito falou sobre a importância desta CPI, no sentido de mostrar ao País que a judicialização não é o melhor caminho. Ela pode resolver as questões no processo, mas ela não limpa a imagem da empresa, ela não torna o negócio da empresa mais confiável e, principalmente, deixa muito claro que há um dano ao Estado, especialmente Minas Gerais, que poderia ser pago antecipadamente, já como forma de se mostrar uma boa vontade, mas que vinha sendo empurrado na Justiça com a barriga, vamos usar essa nossa expressão, muito comum.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Claro.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, esse é um dos primeiros resultados desta CPI, e que os Municípios atingidos pelo rompimento do Fundão, que são todos aqueles no entorno, inclusive, do Vale do Rio Doce, hoje já começam a ser ressarcidos.

Para que quem nos assiste tenha uma ideia clara, por exemplo, os gastos com saúde do Município não foram ressarcidos. Os gastos com gasolina dos carros de polícia, dos carros da Prefeitura, o socorro às vítimas, o transporte das pessoas atingidas, que as prefeituras pagaram, isso tudo estava em aberto e agora começa a ser ressarcido, se fazendo justiça, e justiça não apenas no sentido apenas estrito, legal, no sentido de processo, mas no sentido, inclusive, de que essa é uma riqueza coletiva, que precisa ser bem dividida entre todos os que estão ali, no entorno disso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, Senador Kajuru, Senadora Selma, creio que nós também estamos levando o Brasil a uma reflexão de até onde vale a pena essa riqueza. Quais são os limites para ela? Por exemplo, digamos que nós tenhamos uma exploração de ouro, que é sempre aquela coisa, gera um sentimento de: "Estamos explorando o ouro!". Mas nós deixamos, na exploração do ouro, uma barragem com milhões e milhões de metros cúbicos de arsênio, de mercúrio, de veneno, que vai permanecer por ali cem anos. Então, quando nós passarmos, quando já estivermos lá do outro lado, onde cada um acredita que estará, nós deixaremos um passivo ambiental para os nossos futuros netos e bisnetos, de uma riqueza que foi embora. Então, qual é o limite? Vale a pena que nós, no Brasil hoje, nos abramos à exploração de determinados produtos que vão gerar um impacto ambiental?

Eu gosto sempre de citar aqui o caso de Paracatu, que é uma cidade muito querida, cidade onde tive uma votação maravilhosa. Uma barragem que se romper destrói o Rio Paracatu, que é o principal afluente do Rio São Francisco. Se isso acontecer um dia, com uma barragem de arsênio e de mercúrio...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Tomara que nunca aconteça!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Nunca. Queira Deus que a gente nunca tenha isso! Mas nós deixaremos pelo menos 30 milhões de pessoas impactadas. Trinta milhões de pessoas ficariam impactadas por conta disso – isso só do entorno do Rio São Francisco, dos Estados brasileiros banhados pelo rio da integração nacional. Vale a pena? Este questionamento, como legisladores, eu coloco para os senhores, junto comigo aqui no Senado. Qual é o limite para essa riqueza? Onde nós precisamos nos acertar com equilíbrio e nos assentar para tomar decisões? Olha, aqui não vale a pena mais, porque nós não sabemos lidar com isso, o futuro vai ser um problema para a exploração.

É uma decisão corajosa, que o Senado pode tomar, mas uma decisão necessária, Presidente Kajuru, de responsabilidade com o futuro. Se nós tivéssemos cumprido – volto a dizer – nosso papel lá em Mariana, as 300 pessoas não teriam morrido.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Evidente.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Nós teríamos hoje essas pessoas vivas aqui, com tudo que nós podemos ter até o momento. E desse aumento da contribuição, da Cfm, eu passo a ser um defensor firme, que nós aqui – é nossa responsabilidade – coloquemos uma nova forma de ressarcimento sobre o lucro bruto, no mesmo padrão de países que também são exportadores, como Austrália, Canadá. Nós aqui temos uma subtributação que nos tira dinheiro das escolas públicas, que nos tira dinheiro dos investimentos nos Estados, da proteção do meio ambiente. Está na hora de começarmos a corrigir.

Então, se a bolsa balançou, se não balançou, se subiu ou desceu, nós estamos aqui para cumprir o nosso papel. Essa proposta está muito clara e acredito, já conta com a maior parte, o apoio da maior parte. Aqui a Juíza, que está conosco, nos acompanhe nisso – Kajuru, você que é um grande defensor





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também da justiça social –, para começarmos a dizer ao Brasil claramente qual o limite que queremos para a mineração e, principalmente, como queremos que essa riqueza seja mais bem dividida.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – São oportunas e necessárias as satisfações aqui apresentadas pelo Relator, Carlos Viana.

Vamos, de imediato, ao primeiro convocado, sem antes, de forma rápida... Sei que essa parte chata sempre cabe a mim, como jornalista que fui por 40 anos e crítico da minha própria classe, porque sei que a maior parte dela tem defeitos graves, especialmente morais. Gostaria hoje de, novamente, solicitar à assessoria desta CPI e à própria assessoria do meu gabinete que checasse quais veículos de comunicação estão presentes aqui, além da TV Senado e Rádio Senado, para fazer justiça, porque sabemos da força da empresa Vale e do tanto que ela gasta com publicidade, exatamente para que a grande imprensa não aqui se faça presente em oitivas importantes como a de hoje.

Sr. Arsênio Negro Júnior, como Auditor da TÜV SÜD Brasil nos faz perguntar a V. Sa se, tendo o *habeas corpus*, o senhor vai responder a algumas perguntas, a alguns questionamentos que o Brasil inteiro gostaria. O senhor vai colaborar com nossos trabalhos?

Nós queremos separar os lambaris dos tubarões. Os tubarões serão presos certamente, mas os lambaris, caso colaborem com as investigações, deverão ser poupados. Pessoas inocentes nada têm a temer, desde que digam aqui a verdade, e não decidam ser cúmplices dos criminosos. Daí a nossa pergunta: o senhor vai colaborar conosco ou vai usar o direito pelo *habeas corpus* conquistado no Supremo Tribunal Federal?

Boa tarde!

O SR. ARSÊNIO NEGRO JÚNIOR – Boa tarde a todos! (*Fora do microfone.*)

Eu gostaria de esclarecer que eu já prestei depoimentos à Polícia e ao Ministério Público estadual e também à Polícia e ao Ministério Público Federal. Foram oitivas prolongadas, complexas e fui aconselhado a permanecer em silêncio aqui e eu tendo a respeitar esse aconselhamento. Portanto, não vou responder.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Perfeito. E a gente tende, então, a cumprir o nosso papel ao Brasil inteiro de fazer questionamentos, mesmo que o senhor fique em silêncio, como aquele Diretor, o Makoto. Assim o Relator, Carlos Viana, se comportou; assim me lembro que a Senadora Selma Arruda também se comportou, registrou os seus questionamentos; e eu também vou registrar.

Entrego a palavra, prazerosamente, ao Relator, Carlos Viana. E depois continuaremos aqui neste revezamento de questionamentos, mesmo ficando, no direito que tem, o Sr. Arsênio Negro Júnior, Auditor da TÜV SÜD Brasil, em silêncio.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Relator, Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito bem, primeira pergunta, logo depois de encerrada, Sr. Arsênio, o senhor por favor repita que permanecerá em silêncio, por gentileza.

Sr. Arsênio Negro, quando questionado sobre o fraturamento hidráulico que ocorreu durante a instalação do DHP 15, na barragem B1, o senhor classificou o episódio como "barbearagem" e como uma coisa temerária. Como o senhor mesmo citou, faz parte do seu depoimento na ação civil pública que está ora em andamento e sendo finalizada. Uma pergunta: o senhor não acha que esse episódio que aconteceu em junho de 2018 poderia ter ligado um alerta que de fato tivesse funcionado, para que quem não sabia o que estava acontecendo tomasse as providências corretas na barragem B1? O senhor acha que as ações da Vale durante o episódio foram as adequadas?

O SR. ARSÊNIO NEGRO JÚNIOR – Infelizmente eu prefiro permanecer (*Fora do microfone.*) em silêncio.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Lembrando aos senhores e às senhoras que nos acompanham que, em junho de 2018, houve o que eles chamam de fraturamento hidráulico. Eles estavam instalando lá equipamentos, e começou um vazamento muito forte, que teve que ser contido com uma rapidez muito grande. E esse fraturamento, inicialmente colocado como 6, grave, foi informado à ANM como 3 poucos dias depois. E ainda numa ação não explicada.

Segunda pergunta: Sr. Arsênio Negro, em mensagens de *e-mail* que chegaram à imprensa, o senhor menciona o risco de a Vale cancelar os outros contratos que tinha com a TÜV SÜD, como o contrato de "*as is*", caso a empresa se negasse a assinar o laudo de estabilidade da barragem B1. Sobre isso eu pergunto: em momento algum o senhor questionou a TÜV SÜD por ter aceitado assinar contratos em conflito de interesse com a Vale?

O SR. ARSÊNIO NEGRO JÚNIOR – Eu prefiro me manter em silêncio, senhor.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ninguém da Vale o procurou para falar sobre esses contratos? Em uma empresa acostumada com a governança corporativa, como a Vale, ninguém identificou o conflito de interesses entre a empresa que auditava barragens e também tinha outros contratos milionários com a Vale, Sr. Arsênio?

O SR. ARSÊNIO NEGRO JÚNIOR – Infelizmente eu vou manter o meu silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sr. Relator.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Permita-me, só vou fazer uma colocação, em função de que está começando a sessão plenária, e tenho uma denúncia muito grave a ser feita lá em relação ao evento de Portugal, na empresa do Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes. Esse evento foi – pasme, Sra. Senadora Selma! – patrocinado pelo Governo Federal. E eu tenho aqui documentos da empresa Itaipu, que bancou o evento na empresa do Ministro Gilmar Mendes, onde estiveram várias autoridades deste Governo. Então eu vou fazer uso da palavra lá por dez minutos e voltarei. Pedirei a V.Sa., se puder, ocupar aqui a minha mesa de Presidência, e o Relator continuará com os seus questionamentos, oportunos como sempre.

Eu só quero aqui, Senador, dizer o seguinte: eu sei que ele vai ficar em silêncio, mas reflita um pouco, em nome de sua família, Sr. Arsênio. É uma pergunta dura, mas que o brasileiro, a brasileira, em meu lugar, faria. O senhor entende, pensa que um advogado... Porque aqui não há ninguém retardado, desculpe a expressão, especialmente aqui o preparado Relator, nem uma juíza. E eu sou um simples jornalista. Mas um advogado contratado e pago por uma empresa que provocou a morte de centenas de pessoas orientaria a defesa, no caso o senhor aqui, em favor da empresa em que o senhor é auditor, ou em favor de um simples empregado? Ponto de interrogação aqui.

Lembre-se daquela velha frase que o senhor deve conhecer, como um homem experiente que é: quem paga a banda, escolhe a música – todos já ouviram essa frase –, quem paga a banda, escolhe a música. Ou seja, em resumo, nós estamos vendo aqui, constantemente – a Senadora, na semana passada, não teve oportunidade –, convocados que não falam ou que poupam a empresa Vale, protegem a empresa Vale, protegem seus colegas, diante de questionamentos feitos pelo Relator, Carlos Viana. E a gente descobriu depois que os seus advogados simplesmente são de um escritório em Belo Horizonte que cobra, no mínimo, por cada defesa, por cada ação, o valor de R\$5 milhões. Então, a gente aqui vai acreditar – só se a gente babasse – que ele pagaria, o Sr. Arsênio, R\$5 milhões a um escritório de advocacia? Então, já está claro que a empresa Vale está pagando advogados, está conquistando *habeas corpus*, um atrás do outro. Então, há tudo isso por trás que dificulta o nosso trabalho, mas não impede o sucesso que esta CPI, como disse muito bem o Senador Carlos Viana, obterá.

Então, o senhor entendeu o que eu quis perguntar? O senhor quer responder? Quer ficar em silêncio? Porque eu estou aqui fazendo até uma acusação. Posso estar errado, não sou dono da verdade. O senhor está sendo pago aqui por um advogado desses, de Belo Horizonte, de Minas Gerais, da empresa Vale? A Vale está pagando o seu advogado, ou a sua advogada, Sr. Arsênio?

O SR. ARSÊNIO NEGRO JÚNIOR – Eu vou me manter em silêncio, mas esclareço que a resposta é não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não, para essa questão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quer dizer, então, o senhor aceitaria, no caso aí, o senhor trouxe uma advogada que o senhor mesmo pagou do seu bolso para lhe defender?

O SR. ARSÊNIO NEGRO JÚNIOR – Eu prefiro me manter em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Isso o senhor não respondeu. Antes o senhor falou não. Agora, para isso não seria sim, então, a sua resposta?

O SR. ARSÊNIO NEGRO JÚNIOR – Eu prefiro me manter em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Isso dá a mim o direito de continuar pensando daquela forma, Senador e Relator, Carlos Viana, de que a maioria dos aqui convocados têm o total apoio financeiro da empresa Vale no que tange a pagamento de honorários advocatícios, ou seja de escritórios caros em Belo Horizonte. E é por isso que alguns ficam em silêncio com *habeas corpus*, ou aqueles que falam não falam nada, são cínicos, se comportam de forma zanha, dissimulada, não respondem, poupam a Vale, poupam seus colegas e é isso que a gente vai fazendo.

Senador Carlos Viana, por gentileza.

Senadora Selma, por fineza, ocupe aqui a Presidência e eu volto rapidamente.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Essa colocação do Senador Kajuru sobre os valores que estão sendo pagos a escritórios de advocacia, em pelo menos R\$5 milhões por processo, e os valores que estão sendo pagos agora em indenização à Mariana, às Prefeituras do Vale do Rio Doce, que começaram a receber da Vale, depois que esta CPI começou a cobrar da empresa a responsabilidade, todos os processos que estavam sendo postergados na Justiça começaram a ser pagos, a ser quitados, numa justiça que aguarda para ser feita há tantos anos. Isso mostra claramente, dentro do que nós colocamos, a necessidade de que o Brasil rediscuta os limites da mineração, onde nós queremos trabalhar sobre o minério, onde não vale a pena nós trabalharmos e o quanto esta empresa Vale pode contribuir mais com o Brasil em impostos.

Hoje, o minério, digo a todos os brasileiros que nos assistem, é subtributado, é uma riqueza que está indo embora. E a amostra hoje do que a Vale vem gastando com toda essa situação para que a imagem dela possa não ser tão mais prejudicada mostra claramente que nós temos a obrigação nesta Casa, no Senado, de rever a tributação sobre a questão mineral no Brasil e os passivos ambientais que estão gerando para as futuras gerações de brasileiros. Essa é uma responsabilidade da qual, eu tenho certeza, não vamos fugir. E esse relatório será muito transparente na questão das culpas.

Senadora Selma, a senhora tendo alguma pergunta, se quiser adiantar, porque já que ele está se recusando a falar, nós vamos apenas cumprir a praxe.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Juíza Selma. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Com certeza.

Boa tarde a todos! Boa tarde, Sr. Relator. Novamente, os parabéns pelo trabalho que vem realizando...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Juíza Selma. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – ... principalmente, por essa primeira consequência dos trabalhos, que foi anunciada aqui.

A mim muito honra estar participando desta Comissão. Procuro não faltar a nenhuma reunião da Comissão, porque percebo a importância que esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem não apenas nas consequências finais, mas em respeito àquelas pessoas que se foram, àquelas famílias que estão até hoje chorando a falta dos seus entes queridos, enquanto essas pessoas, que são executivos e só pensam em lucro, se dão ao trabalho de permanecerem calados e de priorizarem a si mesmos, mesmo com a consciência de que deveria estar muito mais pesada do que parece estar.

De qualquer forma, eu fazer, com a sua vênua, Sr. Relator, algumas perguntas que foram preparadas pela minha assessoria.

Sr. Arsênio, eu tenho em mãos aqui uma publicação do *site* www.em.com.br, que fala de uma troca de *e-mails*, que mostraria que a Vale pressionou a TÜV SÜD para atestar a estabilidade da barragem. Em um desses *e-mails*... Essa postagem é de 15/2/2019, às 16h01, foi atualizada no mesmo dia às 18h. Essa reportagem aqui faz referência a um *e-mail* em que Makoto Namba teria enviado ao senhor dizendo o seguinte: "Não podemos assinar a Declaração de Condição da Estabilidade da Barragem, que tem como consequência a paralisação imediata de todas as atividades da mina do Córrego do Feijão". Esse *e-mail* teria sido enviado no dia 13 de maio de 2018. Isso atesta a instabilidade da barragem já naquela data. O senhor confirma a veracidade desse *e-mail* e de seu conteúdo?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Juíza Selma. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Por favor, pode responder no microfone?

O SR. ARSÊNIO NEGRO JÚNIOR – Afirmativo.

A SRA. PRESIDENTE (Juíza Selma. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – O senhor pode me dizer quais eram as circunstâncias desse *e-mail*, o que estava acontecendo naquela época?

O SR. ARSÊNIO NEGRO JÚNIOR – Isso está esclarecido nos meus depoimentos à Polícia Estadual e Federal. Eu prefiro me manter em silêncio.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Senadora?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Juíza Selma. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu peço a V. Exa. que oriente a advogada do nosso depoente para que não se manifeste aqui, por gentileza.

A SRA. PRESIDENTE (Juíza Selma. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Na medida em que o próprio cliente quer manifestar a vontade de se defender e na medida em que ele mesmo já declarou que prestou declarações a esse respeito, eu sinceramente não vejo motivo para esse silêncio, a não ser o senhor conseguir angariar a antipatia de todas as pessoas que estão nos assistindo, seja por alguns meios de comunicação, seja por meio da TV Senado. O senhor consegue angariar a antipatia delas dizendo que já prestou declarações lá, não quer prestar aqui, mas o senhor continua no seu direito de permanecer calado.

Muito bem.

Existe também... Nesse mesmo *e-mail* que ele teria mandado ao senhor, ele menciona que teria uma reunião no dia seguinte com César Grandchamp, que iria também questionar sobre a assinatura atestando a estabilidade da barragem. O senhor confirma o conteúdo deste *e-mail*, inclusive nesse pormenor?

O SR. ARSÊNIO NEGRO JÚNIOR (*Fora do microfone.*) – Eu prefiro me manter em silêncio.

A SRA. PRESIDENTE (Juíza Selma. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Por favor, no microfone.

O SR. ARSÊNIO NEGRO JÚNIOR – Eu prefiro me manter em silêncio.

A SRA. PRESIDENTE (Juíza Selma. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Bom, existe uma suspeita razoável de que o senhor seja um dos responsáveis diretos por essa tragédia, tanto que o senhor chegou a ser preso temporariamente, teve a prisão temporária decretada logo após a ocorrência dessa tragédia. Eu gostaria só de, assim como o colega que me antecedeu, o Senador que agora está lá no Plenário Jorge Kajuru, de lhe dizer que aqui o senhor teria uma bela oportunidade, e não é uma oportunidade, Sr. Arsênio, oculta como acontece no Judiciário. No Judiciário, nós temos a tramitação dos processos longe de câmeras, nós temos a tramitação dos processos, muitas vezes, a imprensa pode entrar na audiência, pode filmar a audiência – eu já fiz inúmeras audiências dessa forma –, mas nós sabemos que o processo em si ele é muito fechado e que, portanto, as pessoas envolvidas têm muito pouca oportunidade de prestar os seus esclarecimentos, de mostrar as suas razões, de dizer: "Estou envolvido". "Não estou envolvido". "Estou arrependido". "Não estou arrependido". "Não foi bem assim, isso aqui está mal contado". Não é? Então, seria essa a oportunidade que nós gostaríamos de dar ao senhor.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor tem alguma coisa que queira dizer em sua defesa para a população brasileira e para o Senado Federal?

O SR. ARSÊNIO NEGRO JÚNIOR – Eu não tenho nada a declarar além daquilo que eu já reporte nas oitivas das Polícias Federal e Estadual.

A SRA. PRESIDENTE (Juíza Selma. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Pois não, Sr. Relator.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Para que os que estão nos assistindo em casa em todo o Brasil possam entender, o Sr. Arsênio Negro representa a empresa TÜV SÜD, que foi responsável por fazer a revisão periódica da barragem B1, em junho de 2018, a barragem que se rompeu lá, em Córrego do Feijão. A revisão periódica, explicando um pouco mais, é uma análise mais detalhada que as inspeções regulares e, por isso, representa melhor a situação de segurança de uma barragem. Nessa revisão periódica, a TÜV SÜD teria detectado que o fator de segurança da barragem B1 estava baixo e por isso teria recomendado algumas medidas de segurança, incluindo a instalação de drenos, chamados de DHPs (Drenos Horizontais Profundos). A informação que temos é que, durante a instalação dos drenos, houve um evento chamado fraturamento hidráulico que colocou a barragem em risco.

Resumindo: quando eles fizeram lá o fundo para a drenagem, para começar a fazer uma análise do que estava lá, vazou água e eles injetam ar ou injetam água e, ao contrário de ela voltar, ela acabou entrando e mostrando que havia um problema. A instalação, inclusive, teve que ser interrompida. O que era para melhorar piorou a segurança da barragem.

Depois disso, senhoras e senhores, a TÜV SÜD teria recomendado outra abordagem baseada em poços de rebaixamento. Isso foi ainda em junho de 2018, praticamente sete meses antes do desastre, do crime. Em setembro, quando a TÜV SÜD assinou a Declaração de Estabilidade, nada tinha sido feito. Observem que em junho a empresa já observava os problemas todos e que, quando a TÜV SÜD assinou a Declaração de Estabilidade, que foi o documento base para a Agência Nacional de Mineração – nós vamos falar disso aqui posteriormente –, nada tinha sido feito. Ou seja, todo o problema da instabilidade da barragem em junho foi ignorado num laudo em que a declaração dizia que nada deveria acontecer. Até o momento do colapso da barragem, em 25 de janeiro, nenhuma medida para reduzir o lençol freático da barragem B1 havia sido implementado.

Então, seguindo aqui com as perguntas, Presidente, dando meu boa-tarde ao nosso Senador Otto Alencar, diligente companheiro na defesa dos rios e das águas do nosso País, Sr. Arsênio Negro, pergunto: o senhor acha que a Vale foi negligente ao não implementar imediatamente as medidas que poderiam ter aumentado a segurança da barragem B1? Antes da sua negativa ou do seu silêncio, aqui está uma resposta que pode delimitar muito bem a culpa, a responsabilidade entre o doloso e o culposo, Juíza Selma, porque aqui nós temos uma definição clara que o senhor pode nos ajudar a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entender. Eu vou repetir a pergunta: o senhor nos diria que a Vale foi negligente ao não implementar imediatamente as medidas que poderiam ter aumentado a segurança da Barragem B1?

O SR. ARSÊNIO NEGRO JÚNIOR – Eu vou permanecer em silêncio mais uma vez.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Por que a TÜV SÜD concordou em assinar o laudo em setembro de 2018, mesmo sabendo que as medidas sugeridas não tinham sido implementadas, Sr. Arsênio?

O SR. ARSÊNIO NEGRO JÚNIOR – Eu me mantenho em silêncio.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Quando houve o episódio do fraturamento hidráulico, em junho de 2018, houve algum alerta vindo dos piezômetros ou foram detectadas deformações na barragem por meio do radar, Sr. Arsênio?

O SR. ARSÊNIO NEGRO JÚNIOR – Eu me mantenho em silêncio.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Por fim, Presidente, eu pergunto: a TÜV SÜD ou a Vale comunicaram o evento ao DNPM, que hoje nós chamamos de ANM, Sr. Arsênio?

O SR. ARSÊNIO NEGRO JÚNIOR – Permaneço em silêncio.

A SRA. PRESIDENTE (Juíza Selma. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Ocorrem-me aqui mais duas perguntas a fazer ao nosso interrogado da tarde, Sr. Arsênio. O Sr. recebeu algum prêmio ou recompensa para permanecer em silêncio da Vale?

O SR. ARSÊNIO NEGRO JÚNIOR – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Juíza Selma. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – O senhor disse que não é a Vale que está custeando a sua defesa, embora a gente saiba que isso obviamente é um direito seu, ter de contratar advogado, é óbvio. Eu gostaria de saber se é a TÜV SÜD que está pagando?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Juíza Selma. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Muito bem.

Eu estou satisfeita...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Presidente, eu vou pedir...

A SRA. PRESIDENTE (Juíza Selma. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Relator...

Otto...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Juíza Selma. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – O senhor quer, não tem pergunta, satisfeito?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Ele está se mantendo em silêncio.

A SRA. PRESIDENTE (Juíza Selma. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – É.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Confissão de culpa – não é? –, do crime lá de Brumadinho.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu gostaria que a nossa equipe de apoio colocasse ali a Declaração de Condição de Estabilidade, para que os colegas Senadores possam entender o que estamos falando aqui. A Declaração de Condição de Estabilidade é o documento oficial que é preenchido e é enviado ao órgão fiscalizador governamental. Ali vocês têm a Declaração de Condição de Estabilidade, os dados que foram oficialmente informados ao DNPM. Você está vendo ali, olhe:

Declaro para fins de acompanhamento e comprovação junto ao DNPM que realizei inspeção de segurança regular de barragem na estrutura acima especificada conforme relatório de inspeção de segurança regular de barragem elaborado em 3/9/2018, e atesto a estabilidade da mesma em consonância com a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, e portarias DNPM vigentes.

Portanto, assinam Makoto Namba e um dos próximos com que conversaremos aqui que é o César Augusto Paulino Grandchamp.

Esse documento, que foi entregue oficialmente, está baseado na experiência da TÜV SÜD e no relacionamento dela com a Vale e que deu à pouca fiscalização que nós tínhamos a garantia legal de que a barragem estava dentro das condições. O que aconteceu em janeiro mostra claramente que esse documento é falso. É um documento que foi apresentado às autoridades sem os dados corretos e que levou o País a mais uma tragédia, com 300 mortes.

Juíza Selma.

A SRA. PRESIDENTE (Juíza Selma. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – É um documento materialmente verdadeiro, porque foi assinado por essas pessoas, mas ideologicamente falso...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Exato.

A SRA. PRESIDENTE (Juíza Selma. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – ... porque o conteúdo é absolutamente desconforme com a realidade.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da nossa parte da relatoria, o Sr. Arsênio está dispensado.

A SRA. PRESIDENTE (Juíza Selma. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Ele está dispensado.

Os senhores já têm o próximo convocado?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Temos: é o Sr. César Grandchamp.

A SRA. PRESIDENTE (Juíza Selma. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Solicito à Secretaria que conduza à Mesa o Sr. César Augusto Paulino Grandchamp, Geólogo da Vale.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Aqui, enquanto nós estamos providenciando, Juíza, permita-me...

A SRA. PRESIDENTE (Juíza Selma. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Senador Otto, a confirmação clara diante desse documento dos interesses que estavam ali nos contratos milionários: uma empresa que auditava as barragens e que tinha outros contratos com a própria empresa auditada. Aqui é um dos pontos que nós precisamos trabalhar com muita efetividade. É um dos 22 pontos que V. Exas. vão acompanhar, junto conosco na relatoria, o conflito de interesses nas informações fornecidas aos órgãos oficiais. É de uma irresponsabilidade absurda o que se vê na documentação e no acompanhamento do que aconteceu em Brumadinho.

A SRA. PRESIDENTE (Juíza Selma. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Antes de iniciarmos o depoimento do Sr. César, eu informo ao depoente e ao Plenário que recebemos também aqui a decisão proferida nos autos do HC 169942, em seu favor, que assegura seus direitos de permanecer em silêncio, de ser assistido por advogado, de não ser submetido a compromisso de falar a verdade ou subscrever termo com esse conteúdo, e de não sofrer constrangimentos decorrentes do exercício desses direitos.

Eu concedo inicialmente, então, a palavra ao Sr. Relator.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para interpelar depoente.) – Eu gostaria de que fosse mantido ali o relatório, o laudo de estabilidade, por favor, que foi enviado à ANM. Faça a gentileza de mantê-lo lá para que a gente possa...

Coloque um pouquinho mais para cima – isso! –, porque ali está o nome.

Sr. César Grandchamp, o senhor, apesar do *habeas corpus*, pretende colaborar conosco?

É só apertar o botão aí.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ótimo. Já é uma boa notícia. Ainda que não se fale tudo que nós gostaríamos, mas pelo menos começamos a esclarecer às pessoas que nos assistem a responsabilidade de cada um.

Fazendo aqui um pequeno histórico, relembrando sobre o documento que está ali, o Sr. César Grandchamp foi o representante da Vale que assinou com o CPF – está lá – a declaração de condição de estabilidade da Barragem B1, a última delas em setembro de 2018. É um documento oficial. Várias polêmicas se formaram em relação a essa declaração. Para começar, a própria empresa de auditoria foi trocada: a Tüv Süd substituiu a antiga Tractebel, que, segundo as informações que temos da ação civil pública, teria se recusado a assinar o laudo da Barragem B1 em função do fator de segurança baixo. Por fim, o engenheiro Makoto Namba, da Tüv Süd, que esteve conosco aqui e se manteve em silêncio, declarou à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal e Estadual que se sentiu pressionado a assinar o laudo. O Diretor da Vale Sr. Gerd Poppinga citou aqui na CPI um conflito de interesses da Tüv Süd em seus vários contratos com a Vale. O fato é que o Sr. Grandchamp assinou o laudo, por isso teve, inclusive, a prisão temporária decretada.

Então, Sr. César, o senhor pode ser responsabilizado criminalmente por essa tragédia. Está aí dentro das investigações que estão lá.

O que nós queremos ouvir nesta CPI é que as responsabilidades fiquem restritas a quem assinou os laudos, ou melhor, o que nós queremos evitar nesta CPI é que as responsabilidades fiquem restritas apenas a quem assinou os laudos e às auditorias contratadas, porque é o que está acontecendo. O Presidente da Vale esteve aqui e jogou para os comandados. Cada um que vem aqui vai jogando para baixo, na escala inferior, a responsabilidade sobre a tragédia. Nós queremos entender qual é a participação de cada um no que aconteceu.

E nós sabemos que não é assim. Numa empresa internacional, uma das maiores mineradoras do mundo, as coisas lá funcionam com informações que deveriam ter um fluxo. Existe uma distribuição de responsabilidades e uma cadeia de autorizações para cada ação que é tomada. Por isso eu pergunto ao senhor: o que o senhor sabe ou pode nos dizer sobre a troca da Tractebel pela Tüv Süd no processo de assinatura da declaração de estabilidade da Barragem B1 em setembro de 2018? O senhor teve alguma reunião com a equipe da Tüv Süd sobre esse assunto? A Tüv Süd demonstrou para o senhor algum receio em assinar o laudo?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Antes de mais nada, eu só queria... César Grandchamp. Nos meus 33 anos de trabalho na Vale, eu tive oportunidade de trabalhar em quase todas as unidades do Sistema Sul, ou o corredor Rio-Minas, no qual eu conheci muitas pessoas e fiz grandes





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

amigos. Muitos deles morreram lá em Brumadinho. E, por uma graça de Deus, eu fui chamado para um outro compromisso exatamente à 1h da tarde e escapei com vida.

Eu estou aqui de peito aberto, querendo prestar a ajuda que eu puder à CPI.

Só esclarecendo, eu sou... Hoje o meu cargo é especialista técnico, sou ligado diretamente à Gerência Executiva de Planejamento do Corredor Sul/Sudeste. Meu trabalho gira em torno de uma assessoria e uma... Como eu diria? Um consultor interno, auxiliando tanto a equipe de hidrogeologia, a equipe de geotecnia, a equipe de planejamento na solução de problemas no campo, projetos, reuniões técnicas. Eu trabalho por demanda e, quando não estou demandado, a minha rotina é visitar sistematicamente todas as unidades do Rio-Minas.

Quanto à sua pergunta, Exmo. Senador, a questão, a contratação, a negociação, a determinação e o cronograma de quem fazia tal auditoria, em tal barragem, em tal mina era total responsabilidade da equipe do Sr. Alexandre Campanha. Então, a equipe fazia toda essa programação, fazia toda essa negociação, era repassada essa programação para a equipe do Sr. Renzo Albieri, que era da equipe de geotecnia operacional, e eu era copiado nessa programação para, dentro da minha agenda, acompanhar algumas dessas auditorias. Então, eu não participei, eu não tenho nenhum tipo de, vamos dizer, participação nessa questão de contratação, mudança de empresa, determinação de qual empresa vai fazer tal auditoria. Isso não faz parte da minha função.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor assinou o documento.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Está ali a sua responsabilidade num documento oficial entregue.

O senhor checkou as informações de segurança da Barragem B1?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Quando eu recebo... Não foi só esse documento. Eu recebi 42 relatórios de barragens. Eu recebo com... No caso da B1, eu recebi um relatório com a RT da empresa responsável pela emissão do relatório, uma empresa de renome internacional, que é a Tüv Süd. A geração desse relatório foi acompanhada tanto pela equipe da geotecnia operacional quanto pela equipe da geotecnia corporativa. Eles acompanharam, discutiram o relatório e aprovaram o relatório. Então, quando chega para minha assinatura, como representante da Vale, já passou por três equipes de geotecnia, já chega... E assim já foi checado se está dentro da norma brasileira, já foi checado se a metodologia usada foi correta. Então, já chega esse documento para mim, vamos dizer, com esse aval dado pelas equipes técnicas.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O Sr. Fabio Schvartsman esteve conosco aqui e falou sobre a questão da segurança das barragens, sobre o trabalho que a empresa desenvolveu nos anos todos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Posteriormente o Sr. Poppinga esteve conosco aqui e também falou sobre a mesma questão da segurança das barragens, sobre o trabalho e por aí vai nessa história. Onde, na sua experiência, aconteceu o erro?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Bom, eu não... Para falar que houve um erro, eu precisaria saber o que aconteceu com a Barragem B1.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O que aconteceu com a Barragem B1?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – É exatamente isso que eu espero que a perícia nos mostre. Então, para eu poder falar onde foi o erro, eu acho que é muito importante a gente ter o resultado da perícia da B1.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor concorda, nessa questão do conflito de interesses... Porque o Sr. Makoto Namba, ao se silenciar aqui diante das perguntas, confirmou exatamente as declarações dele de que ele se sentiu pressionado e que a empresa poderia perder contratos milionários se não assinasse o laudo de estabilidade, que infelizmente leva seu nome e que posteriormente se mostrou como um documento ideologicamente falso.

Esse conflito de interesses, na sua experiência, como fiscalizador, como técnico, o senhor percebeu em algum momento?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, não, porque é igual ao que eu disse anteriormente, Sr. Senador: toda essa negociação desses contratos não se deu dentro da minha área de atuação. Toda essa negociação foi feita na equipe lá do Sr. Alexandre Campanha.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas um questionamento que a gente faz aqui, Sr. Presidente, Senadora Selma: o senhor assinou quarenta e tantos laudos sem acompanhar as informações?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, eu acompanhei todos os relatórios. Eu lia os relatórios e tinha o aval das equipes, da mesma maneira, de todas as barragens.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor, em algum momento, cobrou, ficou sabendo – vamos começar – que a Tüv Süd havia feito recomendações sobre a segurança da barragem?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim, eu li o documento.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E o senhor cobrou se essas medidas foram tomadas antes de preencher esse laudo para a ANM?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Os documentos... As recomendações têm datas de execução, não é? Quando são feitas as recomendações, a obrigação de cumprir com as recomendações é da equipe de geotecnia operacional. Então, eles têm um time, além do pessoal lotado





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na barragem, específico, da equipe da barragem; eles têm umas pessoas que seguem todas as recomendações que foram dadas a todas as barragens...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas, Sr. Alexandre, tantas pessoas em torno de uma mesma informação...

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – César!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – César, desculpe-me: Sr. César Grandchamp. Tantas pessoas em torno de uma mesma informação, e ninguém percebeu o que estava acontecendo?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, desculpe-me, Sr. Senador, mas nós estamos falando o seguinte: as solicitações da Tüv Süd estavam sendo feitas. Já tinham sido feitas algumas que eu conheço, que eu cheguei a ver no campo, e algumas eu sei que estavam em andamento, mas o controle disso é feito pela geotecnia operacional.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Presidente Kajuru, até seria interessante que V. Exa. também, antes de a gente entrar, falasse sobre o seu pronunciamento agora há pouco na sessão – nós estamos ao vivo pela TV Senado – e nos colocasse a par do que foi falado lá em relação a esse evento patrocinado pela Itaipu Binacional para que os nossos telespectadores possam entender a sua saída e até nos tirar a curiosidade aqui, para sabermos qual é a denúncia desta vez. Depois nós seguimos com o Sr. César Grandchamp no depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pois não, Relator, Senador mineiro Carlos Viana.

Fui o mais rápido possível e fiz lá o pronunciamento na tribuna.

Vários Senadores ficaram literalmente aturdidos, pois trouxe a documentação que dá conta de que o Governo Federal, através da empresa Itaipu, bancou, patrocinou, com o dinheiro de vocês, brasileiros e brasileiras, dos senhores, das senhoras, o dinheiro do público, bancou esse evento da empresa IDP, que pertence ao Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes. E, pasmem um pouco mais, lá estiveram autoridades como o Presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Felizmente, convidado, não foi o Presidente deste Senado, Davi Alcolumbre, que chegou inclusive a comparecer ao aeroporto, mas alguém o convenceu a desistir, porque lá esperavam por ele para um almoço os Ministros Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes. Era um almoço à parte do evento. Lá também esteve o Ministro Sergio Moro, que foi o palestrante de ontem. Rodrigo Maia confirma a sua presença e de outras autoridades.

Então, é lamentável como uma empresa do Governo Federal banca a maior parte do que se gastou, com direito inclusive a cópias de gastos com jantares noturnos, evidentemente – ou seja, por noturnos se entende mais do que um jantar; entende-se com o acompanhamento de bebida.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, lembrando de uma frase pronta, farra do boi. E o Governo Federal patrocinou. E, lá da tribuna, Relator Carlos Viana, eu fiz uma humilde pergunta: qual o interesse do Governo Federal em pagar com o dinheiro do público, com uma empresa do Governo Federal, a Itaipu, esse evento? Qual o interesse? Por qual motivo? Então, foi isso o que eu fiz lá.

De lá para cá, acompanhando aqui, pelo fone de ouvido, seus questionamentos, antes de saber se o Senador baiano Otto Alencar e a Senadora do Mato Grosso Selma Arruda querem também dividir questionamentos com V. Exa., eu percebi algo que não sei se o senhor também, como jornalista, observou. O senhor César não está um pouco fragilizado aqui, não, com os seus questionamentos? Eu o senti, desculpe, fragilizado. Parece-me que o senhor não está seguro do que está falando, ou estou enganado?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Eu acho que o senhor está enganado, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu estou enganado, Relator?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu tenho percebido também que as respostas são muito bem pensadas, e as palavras escolhidas de uma forma até muito bem treinada, para que as respostas sejam dadas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Exatamente!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O que não causa surpresa, porque toda orientação que vem sendo dada...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É bem dada!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É bem dada!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Parece que eles fazem um treinamento antes de chegar aqui.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É o mais provável.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sr. César, o senhor tomou conhecimento de todo o laudo?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Do laudo da estabilidade?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sim. Tomou conhecimento do todo?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor concorda que pode haver um conflito de interesses entre a empresa contratante e a empresa que emite documentos referentes à estabilidade das barragens, em particular a Tüv Süd, que prestava outros serviços à empresa?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Eu não... Na verdade, o que eu conheço dos contratos da Tüv Süd com a Vale são todos referentes à Barragem B1. Eu não sei de outros trabalhos que ela presta para a Vale.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Hum, hum.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – O que eu acompanhava eram os trabalhos, junto com a equipe da geotecnia operacional, referentes à Barragem B1.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Uma última pergunta, para depois voltar aqui ao rodízio e permitir que todos os presentes participem desta oitiva: Sr. César Paulino, quem poderia, ou deveria, ter tomado as providências contidas nesse laudo de que V. Sa. tem conhecimento?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Bom, o laudo atesta a segurança da barragem, dentro da norma brasileira, então ele não foge da legislação vigente no Brasil. Eu não entendo a que tipo de providência o senhor está se referindo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Simples: o senhor não poderia, por exemplo, ter determinado a evacuação das instalações situadas a jusante da barragem? Em caso negativo, por exemplo, quem teria, quem deteria esses poderes?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – A Barragem B1 tinha mais de 40 anos de operação, assim como as estruturas lá, construídas desde a época da Ferteco. Por lá passaram três empresas de projetistas, passaram várias empresas de auditorias, passaram muitos engenheiros geotécnicos tanto da Vale e da Ferteco. Eu nunca ouvi, colocado dentro da Vale, que a Barragem B1 estivesse em risco, para que levasse a uma evacuação das estruturas administrativas. Por exemplo, a minha sala, quando eu visitava a mina Córrego do Feijão, era mais próxima à barragem do que o refeitório. Minha sala era debaixo da barragem. Então, nesse tempo todo, eu nunca ouvi de ninguém – de nenhum consultor, de nenhuma empresa, de nenhum técnico – que a Barragem B1 estivesse em risco, para que isso levasse à evacuação das pessoas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então, rapidinho, o senhor já ouviu aquela frase de "Quem paga a banda escolhe a música"?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Nunca ouviu?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Porque quem paga a banda escolhe a música normalmente, não é? Eu fiz a pergunta ao convocado anterior e não sei se depois ele respondeu alguma palavra ao Senador Relator Carlos Viana, porque ele ficou em silêncio em função do *habeas corpus*. A mim ele respondeu uma palavra: "não". Porque creio que eu mexi com a sua honra respeitosamente. E da mesma forma encerro aqui, questionando o senhor: o seu advogado é pago pelo senhor ou é pago pela empresa Vale? Nós já constatamos aqui que ela pagou honorários de até 5 milhões a convocados que estiveram aqui; ou não falaram, ou falaram e pouparam a empresa criminosa, Vale – a meu ver – e pouparam também seus colegas diretores. O seu advogado foi a Vale quem pagou, ou foi o senhor próprio?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, é a Vale que está pagando.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – A Vale é que está pagando o seu advogado? Então, finalmente, pela primeira vez, aparece um convocado aqui que confessa – eu lhe agradeço – que quem está pagando o advogado dele é a empresa Vale. E aí, como é que o senhor quer que eu, como Parlamentar que sou – ou vocês, senhoras e senhores brasileiros –, como eu posso acreditar que o senhor vai falar a verdade, nada mais além da verdade, se quem paga o seu advogado é a empresa Vale?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Posso responder, Sr. Kajuru?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Claro, estou perguntando.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Eu, como funcionário da Vale – e muitas empresas trabalham dessa maneira – no meu trabalho, eu não feri em momento nenhum o código de conduta e de ética da empresa. Daí eu tenho direito, assim como eu tenho direito a benefício médico, cartão alimentação, eu tenho direito dentro da empresa a uma assistência jurídica. Nada mais do que isso. É um direito que eu tenho como trabalhador da Vale de ter assistência jurídica.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Com todo o respeito à sua resposta – o Senador Carlos Viana, Relator, que segue os trabalhos, a Senadora Selma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também vai participar, o Relator também permitiu –, mas eu insisto nesta frase: quem paga a banda escolhe a música. Eu não tenho nenhuma dúvida disso. Desculpe.

Senadora Selma Arruda, com prazer.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Para interpelar depoente.) – Senador Kajuru, Senador Carlos Viana, ao contrário do que alega o Sr. César, é óbvio que o senhor não tem direito a advogado. Se, algum funcionário ali for detectado pela Vale o culpado, a Vale não vai pagar advogado para ele. Então, não existe esse direito. O senhor acabou de inventar. Empresa nenhuma dá esse direito a servidor nenhum.

A minha pergunta para o senhor é a seguinte: eu tenho aqui em mãos uma reportagem que foi veiculada no dia 15 de fevereiro de 2019, no *site* em.com.br. Fala sobre uma troca de *e-mails* entre o Nakoto Mamba e as pessoas de Arsenio Negro Junior, Vinicius da Mota Wedikin e Marlísio Cecílio, todos da Tüv Süd. Ele se refere aqui que a barragem estava com o nível abaixo do aceitável em questão de segurança e que, a rigor, não poderiam assinar declaração de condição de estabilidade da barragem, o que daria como consequência a paralisação imediata de todas as atividades da mina Córrego do Feijão.

Nesse mesmo *e-mail*, ele prossegue dizendo que, no dia seguinte – esse e-mail é do dia 13 de maio –, dia 14 de maio, ele teria uma reunião na Vale para falar sobre esse assunto com o senhor e com a Sra. Marilene Christina Oliveira Lopes de Assis Araújo. O senhor acabou de nos dizer aqui que nunca soube, nunca nem imaginou que podia estar em condições de perigo. Qual foi o objeto dessa reunião, então?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sra. Senadora Juíza Selma, essa discussão, essa reunião ocorreu na mina de Águas Claras. Deveriam ter na sala umas 15 pessoas, tinha a equipe da Tüv Süd, a equipe da Marilene, que é a equipe de risco, e a equipe da geotecnia operacional. Foi uma reunião estritamente técnica, onde se discutiu o valor do fator de segurança alcançado pelos estudos da Tüv Süd, 1,09. E também se discutiu quais seriam as maneiras possíveis de serem feitas na barragem para que melhorasse esse fator de segurança. Então, foi uma reunião técnica, onde prevaleceu o valor do fator de segurança de 1,09 da Tüv Süd, que foi o valor que foi colocado no certificado, no atestado de estabilidade.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Consta aqui que, para se colocá-la de volta em condições de segurança, a barragem, levaria em torno de dois a três anos. Isso é verdade? Tecnicamente, isso é verdade? Qual é a sua formação técnica, por favor?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Eu sou geólogo e sou especialista em hidrogeologia.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Hidrogeologia.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – É.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – O senhor tem condições técnicas de me responder?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Dois ou três anos levaria para que o rebaixamento do nível freático da barragem atingisse uma quota que fizesse com que o fator de segurança chegasse a 1.3.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sim, então, seriam necessários dois ou três anos...

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim!

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – ... para que ela voltasse a um fator de segurança aceitável?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, fator segurança aceitável dentro do... Fator de segurança aceitável, segundo a norma brasileira, é maior do que um.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Correto.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ou, seja, Senadora, a mina teria que ficar parada por dois anos.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Hum hum.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Posso só...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Consta que...

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Dá licença só para...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Pois não.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Dá licença só... A Barragem B1 não fazia parte do sistema produtivo da mina desde 2016. Ela já tinha sido paralisada. Então, ela não tinha nenhuma função na produção. Então, a paralisação ou, vamos dizer, a interferência na barragem não faria com que, por exemplo, a lavra da mina do Feijão fosse paralisada.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Permita-me aqui numa sequência... Então, vamos na sequência do seu raciocínio aqui.

Em outros depoimentos nesta CPI, nós já explicamos o fraturamento hidráulico, que aconteceu durante a instalação dos drenos horizontais profundos, em junho. Resumindo, o que o senhor conhece com certeza é que lá ocorreu um evento grave durante a instalação do 15º, que colocou em risco a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segurança da barragem. Com isso, decidiu-se interromper a instalação. Ocorre que essa instalação dos DHPs era uma medida corretiva recomendada para reduzir o nível de água e aumentar o fator de segurança da barragem.

Uma matéria publicada pelo jornal *O Globo*, e aqui nós precisamos citar por uma questão de documento oficial, no dia 7 de fevereiro, assinada pelos jornalistas Mateus Coutinho e Bela Megale, cita que o senhor reportou o evento dos DHPs ao seu chefe, Joaquim Toledo, que, por sua vez, reportou ao diretor do Corredor Sudeste da Vale, Silmar Magalhães Silva. A matéria continua dizendo que o senhor solicitou à Tüv Süd e a outras empresas a apresentação de alternativas ao uso dos DHPs, só que, seis meses após o ocorrido, a Vale ainda não havia definido qual tecnologia seria implementada.

Então, se a mina tivesse que ficar parada, os senhores teriam tomado providência antes?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, não...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A providência não foi tomada porque lá não dependia da produção da mina?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não, a recomendação da Tüv Süd... Nós estamos tratando...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sr. Relator, nós estamos tratando de...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu posso deixar mais clara a pergunta?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Se a produção, se o faturamento da empresa Vale estivesse em risco depois que o senhor detectou, juntamente com a sua equipe, essas falhas, os senhores teriam parado e corrigido, ou não?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Com certeza.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, como não tinha a questão de paralisar, que o senhor mesmo confirmou,...

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, não...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... as medidas não foram tomadas?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Todas as medidas foram tomadas.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Como, se a barragem rompeu, Sr. Grandchamp, em janeiro?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Estou falando em relação a rebaixamento do nível d'água. O senhor perguntou, conforme a publicação de *O Globo*, se a paralisação da perfuração dos DHPs se deu em função dessa questão citada pelo senhor, da fuga da água no 15º DHP.

A recomendação da nossa consultoria, que foi dada pelo o Sr. Paulo Abrão e pelo Sr. Armando Mangolim, foi de que não deveríamos continuar com a perfuração dos DHPs naquele nível debaixo da barragem, mas que o evento foi pontual e não colocou a barragem em risco.

Após isso, a Tüv Süd apresentou um projeto de DHPs que foi colocado, só que ela pedia que fossem feitos DHPs exatamente nessa camada onde Armando Mangolim e Paulo Abrão haviam nos colocado que correríamos o risco de ter outro evento parecido com o DHP 15.

Então, dessa maneira, nós pedimos à Tüv Süd que nos apresentasse um projeto, dessa vez com perfuração de furos verticais. A Tüv Süd apresentou, em setembro, e isso já estava em fase final de contratação – iria começar a perfurar os poços –, só que a questão do rebaixamento do nível da água não era só ligada à perfuração dos drenos e à perfuração dos poços; havia mais duas ações que teriam que ser feitas ligadas ao rebaixamento.

A barragem já vinha sofrendo rebaixamento natural desde 2015, quando foi paralisada, porque é simplesmente uma questão de balanço: se você para de colocar água, a água continua saindo e o nível d'água abaixa naturalmente.

E havia duas fontes possíveis de entrada de água. Uma era a chuva, e nos foi pedido pela Tüv Süd o reforço do *sump* de montante, para colocação de duas bombas, para que não permitisse que a água ficasse lá tempo suficiente para infiltrar – foi feito; e a outra foi o desvio da nascente lá de montante colocada num tubo, desviar diretamente para o vertedouro da barragem.

Então, dentro disso, a barragem continuou sendo... Além dos 14 DHPs que foram perfurados até junho, então você teve um incremento de retirada de água da barragem. Então, ela continuou sendo rebaixada e o fator de segurança, melhorando.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Só para permitir aqui essa sequência, eu vou colocar para o senhor claramente, para o senhor me responder "sim" ou "não".

Se a mina estivesse em operação e dependesse da barragem, as medidas teriam sido as mesmas que foram tomadas com uma barragem que estava...?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim, sim, as barragens paralisadas e as barragens... Porque, hoje, na Vale, a gente tem barragens paralisadas, barragens em processo de descomissionamento e barragens em operação. Todas são tratadas da mesma maneira.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Como é a história da banda, Senador Kajuru?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Dá para notar, não é, Senadores? Dá para notar que isso aqui o tratamento é exatamente o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Quem contrata a banda escolhe a música, Senador.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Eu gostaria de continuar aqui nessa minha linha de raciocínio.

O Senador Carlos Viana já complementou vários questionamentos que eu iria fazer, mas eu gostaria, só para a gente colocar datas nessas afirmações aí, de trazer aqui um depoimento prestado ao Ministério Público de Minas Gerais por Washington Pirete, funcionário da Vale há 22 anos. Ele diz o seguinte: "No primeiro semestre de 2018, foi constatado um problema adicional na estrutura da barragem em razão da instalação de drenos horizontais profundos [aquilo que nós já falamos], que tinham como desiderato rebaixar o nível de água dentro do depósito da Barragem B1, para tanto diminuindo o excesso de poropressão.

Pirete afirmou, ainda, que apenas no final de 2018 é que foi pensado o projeto de descomissionamento da barragem. Ou seja, no primeiro semestre foi encontrado o defeito, apenas no final do ano é que foi pensado. E, pior, a execução era prevista apenas para junho ou julho de 2019.

O senhor confirma esses dados?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sra. Senadora, o projeto de descomissionamento dessa barragem é de 2012. Ele foi feito pela Geoconsultoria, reavaliado pela VogBr, e colocado em licenciamento que foi aprovado, se não me engano, em 26 ou 28 de dezembro de 2018. Então, a questão do descomissionamento dessa barragem vem sendo tratada desde 2012 no órgão ambiental, lá em Minas Gerais.

O rebaixamento do nível da água, além de aumentar o fator de segurança, era uma atividade essencial para o desmonte da barragem. A senhora imagina, o nível dava a 10 metros de onde a gente andava. A barragem estava toda seca e você já encontrava água. Então, para poder fazer a lavra dessa barragem, o descomissionamento, como estava previsto, essa água tinha que ser baixada, ou via poços ou via drenos ou por outras alternativas que estavam sendo discutidos no descomissionamentos, como poços na superfície mesmo, aberturas de pequenos poços e bombeamento.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Passaram-se meses com essa discussão? De maio até o final do ano?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, não. Os DHPs foram até junho. Paralisaram em junho em função do incidente do DHP-15. A gente discutiu a questão com a Tüv Süd do DHP, da volta dos DHPs horizontais na parte baixa da barragem, a gente chegou à conclusão de que não



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

seria viável e fizemos o projeto do rebaixamento dela utilizando poços. E esse teve um andamento, dentro da área de suprimentos da Vale, normal, uma contratação normal, porque não existia emergência nenhuma no caso.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Ah, não havia emergência?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não havia emergência.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Correto.

Então, a previsão mesmo de que se tomassem as medidas era junho ou julho de 2019?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, a previsão, a última previsão que eu tive, que eu tinha...Quem faz essa contratação e colocou a contratação desses furos verticais foi a equipe da geotecnia operacional. Existe lá uma pessoa, um geólogo, que é responsável pela contratação de perfuração. A expectativa era de que, em abril, esses poços já estariam iniciando a perfuração deles.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Bom, eu acho que estou satisfeita com esse depoimento, Sr. Presidente, Sr. Relator, inclusive pela afirmação que o Sr. César acabou de nos fazer aqui, quando o senhor estava interrogando, no sentido de que se ela estivesse ativa, ou seja, se estivesse dando lucro, a atitude seria diferente. Para mim já chega.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, desculpe-me.

Sr. Presidente, volto a afirmar aqui o seguinte: barragens paralisadas, em descomissionamento e em operação são tratadas da mesma maneira. Não existe distinção. Se respondi dessa maneira, foi porque não entendi a pergunta do Sr. Relator.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Posso prosseguir aqui, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Claro. Eu tenho as últimas perguntas, mas (*Fora do microfone.*) respeito o Regimento, de o Relator seguir as perguntas.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Vou colocar os eslaides.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Aguardo a assessoria sobre a presença da imprensa, por finita.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Aqui é o seguinte: nós temos profissionais altamente qualificados, profissionais que detinham todas as informações, mas ninguém tem uma opinião própria; todo mundo aqui se baseia na opinião de terceiros. É impressionante que a Vale cria um sistema de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gestão de riscos e se baseia o tempo todo no laudo terceirizado de uma empresa que ela mesma contratou para várias situações.

Então, vamos lá.

Sr. Grandchamp...

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eslaide 1.

Nós vemos uma imagem do relatório do Sr. Armando Mangolim Filho, um consultor contratado pela Vale para analisar o episódio do fraturamento hidráulico na instalação do DHP-15, em junho – como disse a nossa Senadora Juíza Selma – de 2018, confirmando ali.

No círculo vermelho ali, vocês podem observar, vemos o exato local da instalação do DHP-15. Observe ali, Sr. Presidente. O senhor tem dificuldade para enxergar, mas o que está de vermelho ali é exatamente o ponto onde o DHP-15 foi colocado. E o fraturamento hidráulico gerou uma situação de ocorrência lá, em um primeiro momento como grau 6, depois informada como grau 3.

A imagem também destaca que, no mesmo ponto, o radar detectou o estufamento do terreno. Nós estamos falando em junho de 2018.

Em amarelo, à direita, vemos também o texto "manilhas de concreto". Estão lá as manilhas de concreto – isso, vai colocando lá, está vendo ali? –, onde o Sr. Armando Mangolim mostrou que havia uma manilha entupida. Ele escavou, e jorrou água pressurizada.

É impressionante também que uma barragem como essa, que foi assumida pela Vale...

Ali a imagem, logo embaixo, de quando a manilha foi desentupida, da quantidade de água que saiu pela manilha em junho de 2018.

É impressionante, Sr. Presidente Kajuru, Senadora Juíza Selma, que a Vale assumiu uma barragem, que começou lá com 13m, 14m, chegou a 84m, quase 85m, e desconhecia os projetos. Ninguém tinha os projetos iniciais de construção. Todo mundo chegou, assumiu, trabalhou, e ninguém se preocupou. Então, esse consultor chegou e disse assim: "Olha, os drenos originais estão todos entupidos". E começou a desentupir, e saiu água. Junho de 2018.

Então, nesse eslaide aí, das inspeções geotécnicas cruzadas, de que o senhor participou, Sr. Grandchamp...

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim, eu estava num...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor participou.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos toda a confirmação de um problema.

Lá, a seta amarela. Está vendo lá a seta amarela onde está?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É exatamente o ponto do DHP-15. E ali... Do DHP-15.

Nós vamos ver logo em seguida o vídeo do rompimento da...

Pode passar para o próximo, por favor. Ali.

Onde a barragem primeiro se rompeu? Exatamente no ponto do fraturamento hidráulico. E, em junho de 2018, toda a equipe da Vale e da TÜV SÜD sabia do problema.

Eu gostaria até de...

O vídeo está aí? (*Pausa.*)

Então, vamos colocar o vídeo.

Eu gostaria, Sr. Grandchamp, que o senhor fosse, por gentileza, dentro da sua especialidade, nos relatando o que foi que aconteceu na barragem ali, por favor.

Vamos lá.

Vamos colocar o vídeo ali.

O que aconteceu na barragem nesse dia, Sr. Grandchamp? (*Pausa.*)

Vou aguardar só um instante aqui. Vamos lá.

Volta um pouquinho para nós, por favor. Volta só alguns segundos, alguns *frames* para a gente.

Na hora em que começar...

Dê um *stop*, por favor. Um pouquinho antes...

O.k., aí.

O que aconteceu ali, Sr. Grandchamp?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Descritivamente, descrevendo o que eu estou vendo...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim, senhor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Descrevendo o que eu estou vendo, você teve um rebaixamento da crista que provocou um estufamento no pé.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor se lembra daquele ponto que está em branco lá, que é o vazamento de água, que ali era o DHP-15? O senhor esteve presente?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Estive presente.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor acompanhou todas as informações lá naquele dia?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Do DHP-15?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Da TÜV SÜD.

Exato.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Da TÜV SÜD?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Com o relatório da TÜV SÜD, quando foram pedidas as recomendações para que fossem tomados os cuidados, decidido o fraturamento hidráulico lá?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – O dia do fraturamento hidráulico... A TÜV SÜD estava envolvida no contrato de revisão periódica. Ela não estava envolvida na questão da perfuração dos drenos.

O DHP-11, eu acompanhava a equipe de geotecnia operacional na perfuração... *(Pausa.)*

Posso continuar?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não, perfeitamente.

O senhor tem toda a liberdade aqui.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – O que aconteceu foi que essa fuga da água, do DHP para a canaleta, o pessoal tomou todas as providências, fez o abafamento e construiu o dreno invertido, que é o procedimento usual para essas urgências em barragens.

No dia 14 de junho, eu participei de uma inspeção, junto com o Sr. Armando Mangolim, junto com o Sr. Paulo Abrão, junto com o pessoal operacional, Cristina, Artur, Washington Pirete, Marilene...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Nesse ponto aí.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Nesse ponto, no dia 14 de junho, foi exatamente o dia em que o Mangolim citou essas duas manilhas entupidas. Eu estava junto com ele na hora em a gente desobstruiu as manilhas. Realmente saiu uma quantidade muito grande água que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estava represada na manilha e, logo em seguida, alguns minutos depois, ela voltou, a saída, ao fluxo normal dela, porque essa barragem tem mais de 53 drenos.

Durante esses sete meses, vamos dizer, de junho até janeiro, essa barragem, tanto esses pontos das manilhas quanto o ponto do DHP foram inspecionados a título de cumprimento da norma do DNPM, 14 vezes.

A Cristina e o Artur tinham rotinas diárias de visitação nessas barragens. Todos os instrumentos do entorno ali não apontaram nenhum tipo de modificação.

Nós tivemos a presença lá até da Comissão Internacional...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Nem o estufamento chamou a atenção?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, porque ele foi... Se a gente vir lá, a escala é milimétrica. Quando a água jorrou, um milímetro. Quando cessou, que desligou a bomba que estava injetando água dentro do furo, do dreno, ele voltou ao normal. Foram dois milímetros ou três milímetros de recuo.

Essas questões milimétricas na barragem, o radar é um instrumento que a gente usa complementarmente ao monitoramento da barragem. Essa barragem tem muitos instrumentos, tem mais de 300 instrumentos, em clinômetros, piezômetros, indicadores de nível d'água, e o radar, para a gente, ele trabalha como um instrumento complementar.

Toda vez que qualquer ruído aparece no radar, a obrigação dos engenheiros da barragem é ir ao local em que o radar apontou essa variação milimétrica, conferir o local e fazer a medição dos instrumentos do entorno para ver se está acontecendo alguma coisa.

Essa variação que é mostrada ali foi exatamente isso, mostrou exatamente o que aconteceu. Pressurizou. Na hora em que a água saiu na canaletta, ela assinalou um milímetro de... O radar é o seguinte: quando é negativo, é porque a barragem aproximou do radar. Se positivo, ela afastou do radar.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É bom o senhor falar sobre o radar, porque aqui é o seguinte. Olha: Em função dos achados iniciais, antes mesmo da conclusão do inquérito que investiga a tragédia, a força-tarefa do Ministério Público decidiu pedir o afastamento de diversos funcionários da Vale – inclusive o seu.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu quero ler aqui um trecho, Juíza Selma, do pedido do Ministério Público:



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Considerando que em março e dezembro de 2018 e em janeiro de 2019 houve a detecção de várias anomalias nas leituras do radar interferométrico instalado para monitorar o comportamento da estrutura do maciço da Barragem B1 [ou seja, considerando que o radar já havia apontado uma série de anomalias], considerando que as ocorrências foram formalmente reportadas a integrantes da equipe de geotecnia operacional da Vale, daí não decorrendo qualquer providência concreta, mas, ao contrário, tendo sido o operador do equipamento advertido para ir com calma que o andor é de barro [está aqui].

No mesmo documento, o Ministério Público explica que se referia a uma mensagem enviada pelo senhor ao operador do radar Tércio Andrade Costa, que entendeu a advertência como "fica na tua, fica calado, faz o seu serviço".

O senhor pressionou o operador de radar para que ele ficasse calado?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, eu pressionei... A conversa dele, a minha mensagem... É porque é exatamente, Sr. Senador, o que eu tinha falado anteriormente: o radar, para a gente, é um instrumento complementar. Na verdade, a gente está aprendendo a mexer com ele, porque qual era a intenção da colocação do radar lá? Era acompanhar a lavra, o desmonte da barragem.

Então, o procedimento era: qualquer ruído no radar, primeiro, Tércio, avisa o geotécnico responsável pela barragem. Geotécnico, vai no local onde foi captado o ruído, faz a inspeção, verifica a instrumentação e devolve essa resposta antes de colocar aquilo como se fosse uma anomalia. A minha colocação para o Tércio foi exatamente essa, de que não se fala em anomalia de radar sem antes o geotécnico da mina verificar em campo e com a instrumentação – os piezômetros, os INA's, os inclinômetros – se está ocorrendo alguma coisa realmente na barragem.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Foi isso que o senhor quis dizer quando disse que era para ir com cuidado porque o andor era de barro?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Exatamente.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não era que, se ele continuasse daquela forma, ele poderia ser demitido?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Até porque eu não era o chefe dele.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas o senhor tinha voz na empresa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Eu deixei de ser gestor dele em agosto de 2017. Eu não era o chefe dele.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Relator Carlos Viana, só para informar e ser justo aqui. Jornais, como *Folha de S.Paulo*, Estadão, de São Paulo, *O Globo*, estão acompanhando esta nossa 7ª Reunião por suas redações e deixaram de comparecer imaginando que ninguém fosse falar em função dos pedidos de *habeas corpus*. Então, que sejamos aqui honestos com esses veículos de comunicação e outros, que podem estar acompanhando os depoimentos, os questionamentos através de suas redações.

Só me permita aqui. Sr. César Grandchamp, ninguém até hoje chegou nesta CPI de Brumadinho, que eu, que o Senador Carlos Viana, que a Senadora Juíza Selma tenhamos visto e todos e todas aqui presentes, ninguém aqui chegou e culpou a empresa Vale. Pelo contrário, inocentou-a. Ninguém também culpou colegas de trabalho. O senhor, admitamos aqui uma possibilidade, fosse juiz para tomar uma decisão sobre... Para o senhor foi uma tragédia ou um crime ambiental?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Para mim, foi uma tragédia.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Tragédia? Ah, não foi crime?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Uma tragédia, que gerou um crime ambiental.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Gerou um crime.

Então, analisando como crime, o senhor, juiz, o senhor apontaria algum culpado desse crime?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sr. Senador Kajuru, sem o laudo da perícia, é muito difícil. Eu, assim desde o dia 25 de janeiro, eu passei quatro noites sem dormir lá, trabalhando na tentativa de ajuda das pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor está emocionado.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não tem um dia que eu não penso o que foi que aconteceu. Então, mais do que o senhor ou mais do que qualquer pessoa, eu gostaria muito de saber o que aconteceu.

Tudo que foi feito lá... Pode falar que é tema decorado... Tudo que foi feito lá foi feito com a tecnologia existente. A barragem era super, supermonitorada, inspeções rigorosas feitas regularmente, acompanhamento diário de dois geotécnicos. Nós não tínhamos nada que nos dissesse que a barragem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estava em risco. Então, mais do que todos, mais do que todos, não tem um dia em que eu não penso no que levou ao colapso da estrutura. E eu acho que para se julgar isso a gente precisa saber o que levou ao colapso da estrutura.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Grandchamp, jornal *O Globo*, 7 de fevereiro: "Geólogo da Vale disse que recebeu *e-mail* sobre alterações em barragem 15 dias antes da tragédia". Diz a matéria:

O geólogo Cesar Augusto Paulino Grandchamp, da Vale, admitiu em depoimento à Polícia Federal (PF) que recebeu no dia 10 de janeiro um *e-mail* constatando anormalidade na leitura de um dos piezômetros, equipamento que mede a pressão nas barragens de rejeitos, da Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho. O rompimento da estrutura, 15 dias depois [aqui diz a matéria], causou a morte de ao menos 157 pessoas [nós sabemos que é muito mais hoje]. De acordo com o geólogo [Senadora Selma e Senador Kajuru, o senhor em depoimento à Polícia Federal], não é "normal" que até o dia 25 de janeiro, quando ocorreu a tragédia, nenhuma providência tenha sido adotada pela mineradora.

Não é...

Vou repetir as suas palavras.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – "... não é "normal" que até o dia 25 de janeiro, quando ocorreu a tragédia, nenhuma providência tenha sido adotada pela mineradora".

O senhor confirma isso?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Posso só...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor confirma que o senhor falou isso à Polícia Federal?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim, sim. Mas eu gostaria de explicar...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, o senhor nos diga de quem foi a negligência.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Eu gostaria de explicar...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Está claro que houve, não é?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Eu gostaria de explicar a condição em que eu fiz essa declaração.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia 10 de janeiro, eu fui copiado no *e-mail* do pessoal do monitoramento festejando que era a primeira transmissão *on-line* dos piezômetros que estavam sendo instalados e que um piezômetro apresentava uma anomalia, ele estava dez metros acima do que se esperava, e que isso provavelmente era um problema na transmissão do equipamento. Foi a primeira transmissão. De lá, do dia 10 para frente, eu não recebi mais nenhum tipo de comunicação a respeito da instalação, do que estava sendo feito, da automação dos instrumentos. No momento que fui prestar depoimento – estava preso e fui prestar depoimento à Polícia Federal –, é que me foram apresentados os *e-mails* pelo delegado. Eu não tinha conhecimento dos *e-mails* trocados no dia 21, 22, 23 sobre outras anomalias detectadas em instrumentos. Naquele momento, o delegado me perguntou o que eu achava daquilo. Eu disse: "Olha, é inadmissível uma coisa dessa. Primeiro, se isso fosse real, a primeira providência que deveria ter sido tomada era a ida ao campo, esquecer a automação, ir ao campo, retirar o instrumento..."

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Quem deveria ter ido, Sr. Grandchamp?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – O geotécnico responsável pela mina.
Retirado...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Quem era o geotécnico responsável pela mina?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Eram o Artur e a Cristina os dois geotécnicos.

Retirar o instrumento automatizado... Se eles estavam em dúvida sobre a qualidade da informação, eles deveriam ter ido ao campo, retirado a instrumentação e feito a leitura manual, para confirmar ou não a questão da anomalia.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Posso continuar?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É claro!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Às vezes, o assessor conversa, mas o senhor pode continuar.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – A informação que eu tive – depois que eu saí da prisão, eu tentei voltar a trabalhar dois dias e, depois, fui, vamos dizer, afastado – era que a perícia já tinha sido feita pela Polícia e que tinha sido detectado que tinha havido uma inversão na colocação das... De um piezômetro sai o cabo, que se conecta num sistema de transmissão.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Grandchamp, o senhor nos disse aqui – nós estamos anotando tudo muito cuidadosamente – que não havia informações sobre anormalidades.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas, agora, o senhor acabou de confirmar que o senhor teve, 15 dias antes, a notícia de que havia anormalidades.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, mas estava explícito que era um problema de transmissão.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E o senhor aceitou isso? Na sua experiência, mesmo tendo visitado o local no dia 13 de junho, como o senhor mesmo colocou, sabendo tudo que estava acontecendo...

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Exmo. Senador Viana, a barragem tem mais de 300 piezômetros.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor me permite terminar a pergunta, por gentileza?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim, sim, desculpa.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor declarou aqui que não tinha informações sobre alterações.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas, diante da colocação aqui no seu depoimento, o senhor confirmou que havia já um *e-mail* com informações mostrando que havia problemas.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor tem trinta e quantos anos de experiência?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Três.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Tem 33 anos de experiência. O senhor esteve na barragem em junho, o senhor acompanhou depois o relatório da TÜV SÜD pedindo providências numa série de alterações. Em janeiro, no dia 10, o senhor recebeu um informe, e ninguém foi lá verificar o que estava acontecendo.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Eu não sei... Desculpa, Senador.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Eu não sei se ninguém foi lá verificar, porque isso não é papel da geotecnia operacional.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É que aqui não é...

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – O que é importante dizer, caro Senador, é que a barragem tem mais de 300 instrumentos, e um instrumento fora não quer dizer que a barragem esteja em risco. Um instrumento fora determina que tem de ser feita uma avaliação de estabilidade da barragem naquela seção onde o instrumento está fora, vamos dizer, do padrão esperado.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas não era um sinal importante de que alguma coisa não estava bem?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Isso deveria ter sido verificado, igual informei, pelo geotécnico responsável pela barragem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Essa ferida em que o Relator Carlos Viana toca foi até matéria do jornal *Estado de Minas* também.

Na sua caixa de *e-mails*, a mensagem dava conta de que estavam analisando qual era o problema. Certo?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – E não é normal que uma leitura dessas seja feita no dia 10, como o Relator aqui lembrou bem, e que se chegue ao dia 25 sem que alguma avaliação tenha sido feita e que alguma providência efetiva tenha sido adotada, certo?

Diz aqui a transcrição do depoimento.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não está tudo muito sinistro aqui, não?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Assim, eu não tive informação depois do dia 10 – nenhuma da equipe de monitoramento e inspeção, da equipe da geotecnia, a respeito da... Tanto é que estou falando que, dos *e-mails* trocados a partir do dia 20, eu só tive conhecimento pelo delegado da Polícia Federal. Na minha percepção, o problema já tinha sido resolvido, porque, senão, esse *e-mail* teria continuado, essa informação teria continuado, não, teria sido tomada providência que deveria ter sido...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Na função do senhor, que era uma função importante dentro da empresa, dentro do quadro hierárquico, o senhor era uma pessoa que tinha possibilidade de acionar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os vários outros companheiros lá da mina. O senhor, em momento algum – e aqui faça uma reflexão sobre si mesmo –, o senhor, nesse momento, ao participar de todo o processo, ter acompanhado todas as informações, ter recebido esse *e-mail*, não foi muito passivo em relação... "Não é problema meu; é problema de outra área." O senhor ali não se sentiu responsável também pelo que aconteceu, pelas informações que detinha?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, em momento nenhum. Em momento nenhum, porque foi o que eu te falei, foi como eu falei: o problema, se fosse um problema realmente grave e que não teria sido, vamos dizer, não é por *e-mail*; a comunicação teria sido via um telefone, eu teria sido avisado, porque eu era avisado exatamente nesses momentos. Se tinha algum problema, como consultor interno, eu era procurado. Então, caso o problema persistisse ou caso viesse a ter algum... Eu teria sido avisado, não por *e-mail*; via telefone.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Mas, nessa linha de raciocínio e de questionamento do Relator Carlos Viana, então, quem poderia, ainda que não houvesse qualquer risco, ter determinado a remoção das instalações? É uma pergunta.

E responda, por fineza, objetivamente: o senhor tem nome e cargo?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – A retirada das... Desculpe, mas a retirada das instalações em função da subida desse piezômetro... Igual eu informei, em barragem, há muitos piezômetros. A subida de um piezômetro não quer dizer...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Mas eu perguntei nome e cargo.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, mas eu... Não teria que... No procedimento, a subida de um instrumento não quer dizer que a barragem está em risco.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, porque é o seguinte: o que se analisa é uma série de instrumentação. Um instrumento... Você imagine que uma barragem tenha 300 instrumentos; um instrumento apontou anomalia, você tem que analisar todo o conjunto, você tem que...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Mas ninguém detinha esses poderes?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Quem teria que fazer isso, a análise...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Quem? O senhor pode dizer quem?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – ... são os geotécnicos responsáveis...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Quem?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – ... pela mina.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Quais?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – O Artur e a Cristina.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Esses dois que o senhor informou ao Relator Carlos Viana.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Esses dois, então.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Deveriam ter analisado toda...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Já que o senhor não poderia ter determinado a evacuação.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não existia risco, naquele momento, para se determinar a evacuação.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Na troca de *e-mails*, foi relacionado apenas o problema em um piezômetro ou em vários piezômetros?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Só em um piezômetro. Só um.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Posso dar sequência aqui, Presidente? Só para a gente encaminhar para...

Tem os eslaides, por favor?

O SR. PRESIDENTE (César Augusto Paulino Grandchamp) – Só um minutinho, só para eu poder fechar...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Claro.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Só para fechar o raciocínio, em cima daquela película que foi mostrada sobre o relatório do Sr. Armando Mangolim, é importante dizer aqui o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seguinte: no mesmo relatório, ele coloca especificamente as conclusões dele, que tudo que ele viu lá eram coisas pontuais que não colocavam, em momento nenhum, a segurança da barragem em risco. Então, é bom a gente pontuar que, embora a gente tenha visto aquilo lá, em momento nenhum o Consultor Armando Mangolim citou que a barragem estivesse em risco e que ela não estava em condição de segurança.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Relator, permita-me só para não sair aqui do V. Sa. começou: quais seriam, por fineza, Sr. César, os superiores do Artur e da Cristina?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Renzo Albieri.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Quem?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Renzo Albieri.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Renzo Albieri era o superior dos dois?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Como o Relator vai entrar em outro ponto agora, só voltando: o senhor ficou preso quantos dias?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Dez dias.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor aqui se emocionou. Desculpe-me, eu só tenho 3% de visão, mas percebi que o senhor ficou emocionado aqui. Não vi lágrima, porque eu não enxergo, mas o senhor ficou emocionado. Na cadeia o senhor chorou?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Todos os dias.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Todos os dias?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Todos os dias.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – E, quando chorava, o senhor tinha vontade de fazer o quê?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Cara... Desculpe-me...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não. Eu sou cara mesmo!

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – O sentimento é muito complicado. Você vai do desespero à vontade de sair logo e de querer resolver. Então, é o que até hoje estou passando. São três meses...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Nesse desespero, não dá vontade de falar: "Gente, o culpado foi fulano, foi beltrano, pronto e acabou!"?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Mas eu não tenho como falar!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor estava lá na cadeia, não é?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – E outros não estavam ou não estão até hoje.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Eu não tenho como afirmar o culpado sem a perícia, porque, é igual ao que falei: a barragem se encontrava em plena condição. Dia 23 de janeiro foi feita a inspeção de auditoria pela equipe da TÜV SÜD, acompanhada pela equipe da Geotecnia Operacional e Geotecnia Corporativa, e não foi detectada nenhuma anomalia na inspeção.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor chorava pelas mortes ou pelo fato de o senhor não poder dizer... Por não ter informação ou por não poder dizer a verdade nesse crime ambiental?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, eu perdi muitos amigos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor perdeu?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Muitos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então, o senhor chorava mais pela morte deles?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor não chorava em relação à empresa?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, de maneira nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Qual é o seu sentimento em relação à empresa?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – De maneira nenhuma. A empresa é para mim... Assim, eu sou um número dentro da empresa, ela me paga pelo meu trabalho. Eu não vou chorar por causa da empresa; eu vou chorar pelos meus amigos.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Grandchamp, eu sei que é uma pergunta difícil, mas o senhor chorava... Havia também um forte sentimento de que o senhor poderia ter atuado e não atuou?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não. Eu tenho consciência de que tudo o que eu fiz foi respeitando os limites das normas, o padrão, vamos dizer, ético. Eu não tenho esse sentimento de culpa, graças a Deus!

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sr. Relator! Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pois não.

Senadora Selma Arruda.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Eu gostaria, por favor, que o senhor me dissesse que limites são esses e que padrões éticos são esses que o senhor teve de respeitar para agora nos dizer que fez o que pôde dentro desses padrões.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Bom, a questão do padrão ético é o seguinte: é o que eu estou fazendo aqui, estou falando a verdade...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – O senhor não passou por cima de nenhum colega, é isso?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Eu estou falando a verdade. Eu não passei por cima de ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor jura que está falando a verdade?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Tudo o que eu falei aqui, Sr. Senador, é estritamente a verdade. Estritamente a verdade, pura e crua.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – É que me pareceu, senhores, que ele disse: "Eu fiz tudo o que eu pude, limitado a esses padrões..." Eu quero saber que padrões são esses, que normas são essas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, eu estou falando o seguinte. O que está me colocando aqui é a assinatura do certificado, certo?

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Uhum.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – O certificado... A norma brasileira, a ABNT, para fator de segurança saturado, ela não tinha... O padrão dela é fator de segurança maior que 1, a critério do consultor, certo? Então, eu recebi um relatório, um certificado de estabilidade, apoiado em três equipes competentes de geotecnia – da TÜV SÜD, da equipe operacional e da equipe corporativa –, que me atestavam que o relatório estava certo. E eu assinei o relatório. Então... Então, é a isso que eu estou me referindo.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Mas é isso que eu não consigo entender quando o senhor fala, porque, se o *e-mail* aqui referido – quando eu fiz a pergunta, eu me referi a esse *e-mail* –, se a pessoa, esse Makoto...

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Uhum.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – ... está dizendo: "Amanhã eu vou ter uma reunião sobre eles para falar sobre isso, porque essa avaliação não vai passar."

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – A gente tinha... A gente tem dentro da Vale uma meta – como dizer? – de referência de que todas as barragens alteadas para montante deveriam ter o fator de segurança de 1,3. Isso não é norma, isso não é... A norma de auditoria é a ABNT.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Seriam 30% a mais de segurança do que...

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Do que a norma.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Uhum.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Então, a referência toda nossa era que... E a gente tinha na cabeça que as nossas barragens tinham fator de segurança 1,3. Na auditoria anterior, ela deu 1,2, quase 1,3. Então, quando se apresenta um resultado de 1,09 ou 1,1, a questão leva a uma série de discussões técnicas: qual o padrão utilizado; qual a metodologia utilizada; por que vocês chegaram a esse valor. Esse *e-mail* se refere a esse tipo de embate. É o embate técnico para justificar por que a barragem passou, em três meses... em seis meses, para um fator de segurança de 1,2 – dois ponto alguma coisa – com um fator de segurança de 1,09.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Zero nove.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Então, a questão toda era o embate técnico. A TÜV SÜD tinha que justificar para a gente, e justificou, tanto é que prevaleceu o valor da TÜV SÜD, o estudo da TÜV SÜD de que o fator de segurança era 1,09.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – O.k.

Eu vou pedir licença aos dignos Senadores – vou me ausentar porque tenho uma reunião agora – porque eu gostaria de fazer só mais uma pergunta a esse depoente.

O senhor assinou aquele documento atestando a segurança da barragem mediante algum tipo de pressão psicológica, mediante algum tipo de coação, medo de perder o emprego...

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, não...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – ... de o chefe ficar magoado?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Faz parte da função, né? Eu, como gerente... Eu fui Gerente de Geotecnia durante oito anos. A função do Gerente de Geotecnia Operacional é receber da Geotecnia Corporativa os laudos emitidos – eles é que contratam, eles é que gerenciam – e assinar como representante da empresa.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Assinar se concordar.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – É. E eu recebia laudos de barragens sem estabilidade garantida e com estabilidade garantida, sempre baseado na capacidade técnica das equipes que trabalhavam na emissão do relatório. Então, eu não tinha nenhum tipo de pressão, fazia parte da função.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Fazia parte da sua função?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Fazia parte da minha função.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Então, o senhor pode nos afirmar aqui, em alto e bom som, que o senhor assinou aquela declaração por livre e espontânea vontade, consciente do que o senhor estava assinando?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim, sim, consciente e confiante de que a barragem não corria risco nenhum.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – O.k.

Muito obrigada, senhores.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Obrigado, Senadora Selma Arruda.

Voltando ao Relator Carlos Viana... Mas há só um último detalhe aqui: o senhor recebia ou não bônus por metas relacionadas à segurança? E a partir de qual nível hierárquico esse bônus era pago?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Na avaliação de metas do plano de distribuição de lucros da empresa, do gerente de área, como a gente fala, para cima, do gerente de área, do gerente executivo, do diretor operacional, dos diretores executivos para cima. No meu caso, embora eu não tenha cargo de gestor... O especialista técnico, dentro da Vale, dentro do RH, tem a mesma equivalência de um gerente de área. Na avaliação, existe um penalizador de segurança.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu me lembro aqui, inclusive, de que o ex-Presidente, o Schvartsman, chegou a ser penalizado. E aquele segundo homem, Relator, o Poppinga, confirmou aqui que ele foi penalizado, inclusive, pela nota zero. Ele só não se lembra da nota do Schvartsman, que, certamente, foi menos do que zero.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – No caso...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor foi penalizado ou não?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – A gente foi penalizado neste ano, porque... É o seguinte: a diretoria pega portos, ferrovia e as minas. Então, qualquer acidente que ocorre em qualquer um desses processos vem para a diretoria, e todos os gerentes ligados àquela diretoria são penalizados por acidentes que ocorrem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor o foi?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Fui penalizado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Com qual nota?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, assim, eu não me lembro direitinho, mas eu acho que a gente ficou com nota... Nós ficamos sem pontuação em segurança.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Zero?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sem pontuação em segurança.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Igual ao Poppinga. É isso?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – É, sem pontuação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Voltando aqui para o Relator, na conclusão...

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Isso corresponde mais ou menos a 10% da avaliação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Desculpe entrar nessa área pessoal. O senhor, quando era menino, quando era mais jovem, era de dedurar colegas?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Se o senhor soubesse de alguma coisa errada de um colega seu, o senhor diria "foi fulano que fez isso"?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Nunca, nunca.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu sempre fui o contrário do senhor, eu sempre fui chamado de supersincero e de dedo-duro, porque, quando eu via um amigo meu fazer alguma coisa errada, eu falava para o pai dele, para a mulher dele, para a esposa dele.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Bom, a gente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então, fica difícil a gente lidar com o senhor aqui, porque o senhor, na verdade, aqui, não vai dedurar ninguém, não é?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Mas...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor não vai apontar os culpados jamais, pois não é do seu perfil.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Mas eu...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Fosse eu no seu lugar, já teria culpado alguém. O senhor não vai fazer isso – conosco nunca, aqui não. A gente vai perder o tempo aqui então.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Mas, Sr. Senador, eu estou sendo muito sincero e verdadeiro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Tudo bem.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu vou ler aqui...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor não culpou ninguém; inocentou todo mundo até agora.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu vou ler aqui o que é parte da lei que autoriza os representantes das empresas a assinarem os laudos.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Sim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É um termo de compromisso que diz assim:

Eu, César Augusto Paulino Grandchamp [aqui tem suas informações, que eu não vou ler por uma questão de sigilo pessoal do senhor], declaro, para fins de direito, sob as penas da lei e em atendimento à portaria DNPM nº 70.389, de 2017, que as informações por mim prestadas constantes nesse sistema são verdadeiras e autênticas ou são fiéis à verdade e condizentes com a realidade dos fatos. Fico ciente, através desse documento, que a falsidade dessa declaração configura crime previsto no Código Penal brasileiro, passível de apuração na forma da lei. Nada mais a declarar e ciente das responsabilidades pelas declarações prestadas, firmo a presente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Por isso é que ele não é número da Vale: ele é um escravo da Vale.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu preciso só que o senhor me responda, por favor, duas perguntas técnicas, para a gente poder caminhar para o encerramento, segundo o Presidente.

Eu gostaria que o senhor observasse o eslaide ali. Essa é uma questão central que está sendo investigada: se todas as providências foram realmente tomadas para reduzir o lençol freático no reservatório da Barragem B1, já que o excesso de água é uma das causas do processo de liquefação hoje apontada como a mais provável causa da tragédia. Está ali no eslaide quatro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora o eslaide cinco, por favor.

Eles mostram ali que uma lagoa se formou no reservatório, demonstrando que havia dificuldade na absorção da água, o que pode indicar a saturação do reservatório. A senhora Cristina Malheiros foi rápida aqui em dizer que havia uma estrutura de bombeamento da água e que esses pontos apontados pelos investigadores não teriam contribuído para o desastre. Havia... Só não sabemos se tinha bomba mesmo, porque ela nos disse que tinha duas bombas e que não se tem a certeza se estavam funcionando ou não. Considerando as declarações que o senhor já deu sobre isso e as comunicações trocadas entre funcionários da Vale, eu pergunto: em janeiro de 2019, as bombas que deveriam retirar a água das nascentes estavam funcionando?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – A última vez que eu estive na... Senhor, às vezes eu me confundo aqui...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não se preocupe.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – A última vez que eu estive em Feijão foi no dia 3 de janeiro, e eu fui especificamente com o Artur. Eu tinha tirado dez dias de férias e, nesse período, choveu muito, entre o Natal e o Ano. Eu voltei a trabalhar no dia 3 de janeiro, o Artur estava... Eu estava na Mina da Mutuca, o Artur estava saindo para Feijão, para definir um ponto de monitoramento que tinha sido colocado num licenciamento de dezembro – ponto de monitoramento no Córrego do Índia se não me engano. E eu pedi para o Artur, falei assim: "Ó, Artur, eu vou com você, porque eu quero conferir a..." Dentro do meu papel até de fiscalizador de... Eu estive nessa... Tanto o desvio quanto o *sampling*, estava tudo operando. No dia 3 janeiro, que foi a última vez que eu estive lá.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Se nós observarmos bem ali, Senador Kajuru, como naturalmente a água tem que descer...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Aí eu vou pela sua visão, porque aí não erro nada.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Como nós temos observado, a base do rompimento – se nós olharmos da esquerda para a direita –, a base está quase que em linha reta lá no ponto onde foi detectado esse lago no reservatório.

Então as bombas estavam funcionando?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Estavam funcionando no dia 3 de janeiro.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A TÜV SÜD levantou a possibilidade de a nascente estar contribuindo para o lençol freático da barragem através do subsolo. Por isso, pediu à Vale um levantamento geofísico para examinar a questão. Isso foi feito?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Eu... Isso estava dentro das condicionantes da auditoria...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Era sua responsabilidade, né?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, responsabilidade da equipe de Geotecnia Operacional. Quem colocava todos os pedidos de auditoria, concluía todos, executava todos, era a equipe da Geotecnia Operacional.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ir ao reservatório era responsabilidade do senhor também, lá no ponto das...

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Dentro dessa minha função de consultor, eu, assim... Igual eu falei logo no começo da minha fala: eu ia rotineiramente às unidades operacionais e sempre acompanhava as equipes, tanto as de geologia quanto as de equipes de geotecnia. Então, esse era um ponto que rotineiramente era visitado pela Cristina e pelo Artur. Então, sempre eu ia lá nessa... Então, como eu voltei da... E – muito curioso –, como eu voltei de férias exatamente no dia 3 e o Artur estava indo lá, eu fui com o Artur exatamente nesse ponto para ver se estava operacional o sistema.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor foi até lá numa rotina ou foi porque o senhor já sabia que esse ponto era problemático na barragem?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, eu fui por uma rotina mesmo. Pelo fato seguinte: eu queria ver se estava tudo operando, em função do período de chuva.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Grandchamp, uma barragem que deu tanto problema em sete meses – fracionamento com problemas, relatório de auditoria apontando, radares apresentando leituras incorretas, avisos – não chamou, na sua experiência, atenção de que, de fato, a situação lá era grave?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, a gente não tinha nenhuma evidência de que a barragem estivesse em risco.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Quais seriam essas evidências para que os senhores tivessem tomado as providências e entender que a barragem... Além do índice, eu quero saber de leituras.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – No caso do processo de liquefação, o que nos indicaria que a barragem estivesse correndo risco? Uma subida sistemática de vários instrumentos distribuídos dentro da estrutura. E o que estava acontecendo era exatamente o contrário: eles estavam sistematicamente rebaixando.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eslides 6 e 7, por favor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em novembro de 2018, a Vale iniciou um processo de inspeções geotécnicas cruzadas que consistia basicamente em escolher engenheiros de diversas áreas para avaliar a segurança de algumas barragens. Os documentos dessa auditoria foram anexados à ação civil pública e estão na p. 4130. Pois bem, o senhor foi um dos três engenheiro escolhidos, representando área Sul/Sudeste.

As inspeções físicas nas dez barragens com maior probabilidade de risco, incluindo a Barragem B1, foram realizadas entre os dias 19 e 20 de novembro de 2018. Essa inspeção aconteceu pouco mais de um mês antes da tragédia, por isso pode fornecer aqui alguns elementos importantes para o nosso entendimento.

Quero mostrar: o eslaide 6 mostra a inspeção de campo e traz algumas conclusões. Quando se fala em investigação geotécnica complementar em andamento no maciço e no reservatório, isso significa que a Vale não tinha informações precisas sobre as camadas de solo da Barragem B1, Sr. Grandchamp?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – A investigação geotécnica complementar era em função do "as is", do DNPM, que exigia que todas as barragens com alto nível de risco deveriam fazer o "as is" até julho de 2019, e em função do trabalho do projeto de descomissionamento, que estava sendo revisto. Então, tanto para fechar o "as is" quanto para fazer a complementação do projeto de descomissionamento era necessário complementar algumas informações geotécnicas.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O desconhecimento do que estava dentro da barragem, inclusive sobre água, pode ter contribuído para isto? Para o desastre? Para o rompimento?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Eu diria que a barragem era bem conhecida. Mas, sim, é uma barragem que foi operada durante 40 anos, não é? Daí que eu falo, que eu volto a afirmar, que o trabalho de perícia vai ser muito importante para a gente conseguir chegar a alguma conclusão.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Quando se diz "tendência de queda nos instrumentos" – está no relatório –, citando os piezômetros e indicadores de nível de água, isso significa que os níveis estavam mais altos do que o desejável?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não. A tendência de queda é exatamente o rebaixamento.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor acha que a carta de risco da Barragem B1 estava correta?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Bom, eu... A carta de risco... Eu não acompanho muito bem a carta de risco. A carta de risco quem acompanha é a Cristina, que é a responsável pela barragem.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas o senhor, como responsável, não foi lá visitar o lago? O senhor não acompanhou a carta de risco que era o senhor que assinava?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não. A carta de risco é um documento à parte da barragem, gerada para orientação do geotécnico responsável pelo acompanhamento da barragem.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não é interessante, Kajuru?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Demais!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Porque o senhor visitou rotineiramente os pontos... E agora, quando nós temos uma carta e uma série de informações pelas quais o senhor seria responsável legalmente, o senhor não tem conhecimento...

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – A carta de risco não está ligada ao certificado de estabilidade.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O eslaide 7, por favor.

O eslaide 7, nas conclusões, diz: "Os resultados dos ensaios de CPTUs e a instalação dos piezômetros elétricos multiníveis irão refinar os parâmetros dos estudos de liquefação e descomissionamento". Isso parece ser uma confissão velada de que o corpo técnico sabia que os estudos de liquefação da Barragem de B1 estavam imprecisos. O senhor também tinha essa visão? As informações não estavam corretas naquele momento?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – O grande problema da liquefação é o gatilho, o que leva a iniciar o processo de liquefação. Esses estudos complementares dos CPTUs e os elétricos eram o seguinte: a gente precisava ter certeza de que a gente poderia colocar equipamentos em cima da barragem para a lavra, se esses equipamentos não poderiam ser o gatilho. Daí a questão do aumento do conhecimento dos parâmetros de liquefação, porque a gente não poderia provocar o gatilho, gerar um gatilho que levasse a barragem à liquefação.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Para encerrar, Sr. Presidente.

Em junho, um série de questões, inclusive do fraturamento hidráulico e pedido de novas providências; em setembro, uma empresa de auditoria também pede uma série de providências; em novembro, faz-se uma visita ao local e se chega às conclusões de que não se sabia exatamente o que estava acontecendo lá para que não se tivesse um gatilho; em janeiro, no dia 10, uma primeira informação de que também algo não estava bem; no dia 25, o rompimento dessa história toda.

Sr. Grandchamp, para encerrar a minha participação aqui. Na sua avaliação sobre esses sete meses de informações desencontradas, sete meses de profissionais qualificados, bem pagos, que não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foram capazes de entender o que estava acontecendo e alguns que também tinham responsabilidade e não tomaram as providências certas, qual é a conclusão que o senhor nos encerra aqui no seu depoimento, por favor?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Durante sete meses... Eu vou ser um pouco repetitivo. Durante esses sete meses, a barragem foi inspecionada quatorze vezes, foi visitada diariamente, passou por lá Armando Mangolim, Paulo Abrão, passou por lá três vezes a equipe da TÜV SÜD fazendo inspeção, uma vez a equipe da Tractebel e, em nenhum momento, foi colocado que a barragem estivesse em risco.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Da minha parte está encerrado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Obrigado, Relator Carlos Viana, como sempre cirúrgico em seus questionamentos.

Eu aqui, para concluir, tenho alguns pontos de interrogação. Primeiro, uma curiosidade, Relator. Não sei se quem aqui acompanhou – presente e, ausente, viu pelas câmeras da TV Senado – por que a empresa Vale não pagou o Sr. Arsênio, o advogado dele. Ele diz que não. Ele não queria responder nada, ficou em silêncio o tempo inteiro. Quando eu falei de advogado, ele ficou nervoso e falou: "Não, não pagou". Eu duvido, tenho certeza de que pagou. Mas por que pagaria, como o senhor foi honesto aqui e disse: "A Vale pagou o meu advogado, está pagando o meu advogado." Por que ela pagaria de um e não pagaria de outro? Muito estranho, muito curioso.

Segundo: quanto tempo o senhor tem de empresa Vale? O senhor trabalhou lá por quanto tempo?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Trinta e três anos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Trinta e três anos.

Eu trabalhei em dezenas de emissoras de televisão como jornalista, e a única que eu amei de paixão, por 16 anos, e a única que eu realmente declaro que trabalhei por amor e amei foi o SBT, de Silvio Santos. Pelas outras eu não tenho nenhum sentimento, absolutamente nenhum, mas não entrei na Justiça contra nenhuma, só não tenho sentimento.

O senhor tem sentimento pela Vale?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Eu tenho orgulho de trabalhar na Vale.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Orgulho?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Tenho.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor tem gratidão à Vale?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, porque o que ela me paga é em função do que eu dou. Então, eu não tenho gratidão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Gratidão, não?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não. Eu tenho pelo SBT. O senhor não tem?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não. Gratidão, não, porque eu recebo em cima do que produzo. Eu não estou recebendo nada de graça.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor é estatutário?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor foi afastado?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Eu fui afastado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ou demitido?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, eu fui afastado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Afastado?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Afastado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor pode falar qual era o seu salário na empresa Vale?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, eu não gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Mas era um bom salário?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – O salário de mercado de um gerente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – De um gerente.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – É.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Um bom salário. O senhor se sentia bem pago.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Eu me sentia bem pago.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Grandchamp, o senhor sente orgulho de uma empresa que não foi capaz de impedir a morte de quase 300 colaboradores? O senhor está defendendo aqui a empresa que colocou o senhor numa situação difícilíssima. O senhor vai responder por isso...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Que o colocou na cadeia, não é?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É, que o colocou na cadeia, Sr. Grandchamp. O senhor vai responder pelo resto da sua vida, uma carreira de 33 anos... Eu respeito todo o seu sentimento, mas a empresa não foi capaz de impedir a morte de quase 300 colaboradores, Sr. Grandchamp!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – E é por isso que eu concluo aqui, de minha parte, Relator Carlos Viana – até parece que a gente havia combinado. Eu não estou afirmando, pelo amor de Deus, porque não tenho prova. Se tivesse, eu afirmaria. Eu vou fazer aqui uma pergunta final, para encerrar aqui, de um brasileiro comum, que está nos acompanhando.

O senhor ficou dez dias na cadeia. Eu nunca fiquei. V. Exa. também nunca ficou.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Graças a Deus!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pelo amor de Deus!

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Dá licença: não recomendo!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu sei que o senhor não recomenda, é evidente, tanto é que o senhor chorava lá todo dia.

Então, imagine o senhor... Porque esta pergunta cabe, e ela é com ponto de interrogação. Não estou afirmando porque eu não tenho provas. Será que vale a pena? Porque o senhor conheceu um presídio, conheceu o que é uma cadeia neste País, neste Brasil em especial, não se trata de uma cadeia daquela dos tempos de Alcatraz, nos Estados Unidos, mas de cadeia brasileira. O senhor acha que vale a



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

pena, amanhã, ser julgado e voltar para a cadeia, ficar lá meses, ficar lá anos? O senhor acha que vale a pena em troca de quê? Em troca de algum dinheiro, de muito dinheiro? De que vale a pena? É uma pergunta com ponto de interrogação, porque eu não posso afirmar.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, eu não... Igual ao que eu já afirmei: eu estou aqui falando exclusivamente a verdade. Não estou recebendo nada em função disso. Não tenho participação, não tenho nem ação da Vale, nem acionista da Vale eu sou. Mas...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Mas tem orgulho dela.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Tenho, porque é uma empresa muito boa de se trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Paga-se bem, não é?

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, ela permite a você crescer, grande parte das pessoas têm oportunidade – igual eu tive – de fazer mestrado trabalhando. Então, você tem uma série de coisas que fazem com que você tenha orgulho da empresa em que você trabalha.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Bom, eu respeito o seu sentimento e, de minha parte, Relator Carlos Viana, eu vou entendendo cada vez mais que essa empresa Vale, criminosa no meu entender, realmente não vale absolutamente nada. Ela paga bem, cala bem. Ela é uma empresa fortíssima. E eu fiquei ontem feliz, porque, se for verdade, o Presidente Bolsonaro declarou que quer reprivatizar a Vale. Será que isso vai acontecer?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Disse que vai vender as ações.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Será que isso vai acontecer? Será que ele vai mesmo?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Acredito que sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ahn? Não sei, hein? Ela compra tudo, compra todos, hein?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Obrigado, Presidente.

Podemos partir para...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Bem, o senhor está liberado. Quer fazer mais alguma observação, Sr. César?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Não, só agradecer e desejar a todos uma boa-noite – ou boa-tarde, eu não sei.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Uma boa-tarde.

O SR. CÉSAR AUGUSTO PAULINO GRANDCHAMP – Uma boa-tarde!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não, o senhor não perdeu o dia, não! A noção do dia, o senhor não perdeu não! (*Risos.*)

Boa tarde!

Pois não. Obrigado ao Sr. César.

O nosso último questionamento aqui.

E eu já solicito à Secretaria desta nossa 7ª Reunião que conduza a esta Mesa o Sr. Felipe Figueiredo Rocha, que é integrante da Gestão de Riscos Geotécnicos da empresa Vale. (*Pausa.*)

O Sr. Relator Carlos Viana foi até o toalete, porque não é fácil ficar aqui esse tempo todo. Só o Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, suportou na primeira sessão. Lembram-se da eleição? Ele tinha aquele fraldão geriátrico. (*Risos.*)

O nosso Senador não tem. Eu também não tenho, não, e sou diabético.

Brincadeira à parte, o Sr. Felipe Figueiredo Rocha, integrante da Gestão de Riscos Geotécnicos da Vale.

O senhor está aqui, nesta oitava da 7ª Reunião da CPI de Brumadinho, ao nosso dispor, para os devidos e respeitosos questionamentos, ou o senhor vai preferir ficar em silêncio?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Vou responder a todos os questionamentos que serão proferidos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Muito obrigado! Isso é importante!

Então, antes de passar ao Relator, só uma pergunta, e aí já passo, porque ele já retornou, foi rápido. O nosso Relator não tem o fraldão geriátrico do Presidente Davi Alcolumbre.

Sr. Felipe, o seu nome foi expressamente mencionado nesta CPI pelo Presidente afastado da Vale, de que o Relator Viana se lembra, o amigo Senador se lembra. O senhor foi expressamente mencionado nesta CPI pelo Presidente afastado da Vale, o Sr. Fabio Schvartsman, tratando ele da possibilidade de o



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

senhor ter alertado a diretoria da Vale a respeito dos riscos da barragem rompida. O Sr. Fabio Schvartsman afirmou aqui textualmente que, aspas:

[...] a obrigação quem define é o dono da informação. Se a informação está na mão da área técnica e a área técnica resolve, por qualquer motivo, que esse assunto não é de alçada da diretoria da companhia, eu não tenho como fazer diferente. [...] Existe uma ampla possibilidade de as pessoas da estrutura, por mais baixo na estrutura que eles estejam, como, por exemplo [...]

Se referiu ao senhor. Aí ele disse assim: "Esse Sr. Felipe [...] Se ele quisesse, ele poderia ter feito uma denúncia, tanto anônima como uma denúncia propriamente dita, se ele preferisse, e seria imediatamente tratada [...]".

Isso aqui, para mim, é muito grave. Daí iniciar assim e retornar ao Relator. E só o fiz enquanto ele chegava.

Concluo: é verdade, então, que a diretoria não foi alertada dos riscos da Barragem nº 1 da Mina Córrego do Feijão? V. Sa. irá eximir a diretoria da Vale de culpa, mesmo sabendo das possíveis consequências criminais dessa conduta? V. Sa. não imagina que a melhor estratégia de defesa pode ser justamente oposta ao interesse da Vale e de seus diretores?

E, por fim: V. Sa. sabe que pode ser inocentado em um processo criminal caso descreva todos os fatos ou V. Sa. já tem a certeza de que será processado e condenado?

Finalizando: o senhor conhece a situação carcerária brasileira? É possível responder a tudo isso? E o que o Presidente da Vale, o ex... Para mim, continua Presidente, continua ganhando lá uma fortuna. Aliás, Relator, o salário que eu consegui apurar, do ex-Presidente da Vale, que ele aqui não quis informar, sabe qual é? É de R\$860 mil por mês. Alguém aqui falaria alguma coisa da Vale, recebendo quase 1 milhão por mês? Então, tudo o que ele falou que é verdade... E ele chamou o senhor desta forma: "Esse Sr. Felipe". Ou seja, ele nem o respeitou, na minha opinião.

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – V. Exa... Boa tarde! Boa tarde a todos os Srs. Senadores...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Boa tarde!

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – ... e Sras. Senadoras.

Se me permite, antes de responder a essa pergunta, Excelência, eu gostaria de fazer uma breve introdução...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sim.

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – ... de quem eu sou, do meu cargo, das minhas atribuições.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, devido ao nervosismo, vou ler essa breve introdução, e ela também está relacionada às perguntas colocadas por V. Exa.

Boa tarde! Antes de tudo, agradeço, e muito, a esta Comissão a oportunidade que me é dada para que eu possa elucidar alguns pontos de extrema importância sobre a enorme tragédia de Brumadinho e para, além de esclarecer, desconstruir algumas afirmações feitas nesta CPI por depoentes da Vale.

Sou engenheiro, casado, pai de uma criança de um ano e dez meses e trabalho na Vale somente há dois anos, desde o ano de 2016. Minhas funções na Gerência de Gestão de Riscos Geotécnicos eram relacionadas à área de hidrologia e engenharia de recursos hídricos, que contemplam atividades de acompanhamento de estudos de mapeamento de inundações, disponibilidade hídrica, sistema de gerenciamento de recursos hídricos, estudo de chuvas intensas, avaliações de sistemas extravasores e drenagem superficial. Também era responsável por acompanhar estudos hidrológicos necessários para o desenvolvimento de novos projetos da Vale. Também era responsável por dar suporte na área de hidrologia, quando solicitado pela área operacional.

Nunca tive nenhum subordinado, não sou gerente, não sou coordenador, não tenho nenhum cargo de gestão, não tenho poder de tomada de decisão e não tenho equipe. Diferentemente dos meus colegas, eu não sou engenheiro geotécnico, não tenho formação nessa área e nunca realizei estudos geotécnicos. Eu exercia minha atividade laboral na Mina de Águas Claras, em Nova Lima, distante da Mina do Córrego do Feijão.

Sempre cumpri com meus deveres e minhas obrigações. Exatamente por isso, pretendo responder a todos os questionamentos sem receio, sem qualquer receio. Já comuniquei ao Ministério Público e à Polícia Federal, em Minas Gerais que estou inteiramente à disposição das autoridades.

Meu único compromisso é com a verdade, e unicamente com ela. Por isso, eu e minha família iremos custear minhas despesas com advogados e meus deslocamentos fora de Belo Horizonte. Não dependo e nem quero ajuda de custo da Vale para minha defesa.

Confio na verdade, confio nesta Casa e sei que nada tenho a temer da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – E sobre as perguntas que eu fiz? Porque, depois de ler o que o senhor leu aí, se eu fosse de ouro, eu falaria assim: "Atenção, Brasil! A Vale é culpada pelo crime ambiental de Brumadinho". Porque o senhor se mostrou aqui independente da Vale, não depende dela, está à disposição, "quero somente a verdade". O senhor culpa a Vale pelo que aconteceu?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Excelência, seria incorreto da minha parte, seria leviano da minha parte atribuir culpas a alguém. Ainda tem uma investigação em curso, e não tenho conhecimento técnico suficiente para alegar culpa. Isso é uma questão que tem que ser...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Haverá culpado na sua opinião?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – ... que tem que ser investigada. É uma investigação que está em curso.

Em relação às perguntas e às declarações do ex-Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Do ex-Presidente Fabio Schvartsman.

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – ... o que eu tenho a comentar é que os riscos foram – da Barragem 1 – apresentados no painel de especialistas internacional, em que estavam presentes toda a geotecnia operacional, os representantes e lideranças da geotecnia corporativa. No último dia do painel de especialistas, é feito um fichamento em que é apresentado um resumo dos riscos e um resumo das decisões do painel. Nessa reunião de fechamento, estavam presentes o Diretor Lúcio Cavalli e o Diretor Silmar Silva.

Também os riscos foram apresentados no Subcomitê de Riscos Operacionais, chefiado pelo Gerente Executivo Eduardo Montarroyos, sendo membro desse painel o meu Gerente Executivo, Alexandre Campanha. Então, foi apresentado nesse comitê os riscos das barragens que estavam posicionadas na zona de atenção, sendo a Barragem 1 uma dessas estruturas. E, posteriormente a essa reunião, foi apresentado no Comitê Executivo de Riscos da Vale, do qual Alexandre Campanha era membro, desse Comitê Executivo de Riscos, e também elenca a Barragem 1 nessa zona de atenção, nesse Comitê Executivo de Riscos.

Além disso, me incomoda o fato de que, em uma audiência – na verdade, em uma coletiva de imprensa –, o Diretor Executivo Luciano Siani comenta que não sabia do *workshop* do painel de especialistas realizado em novembro, sendo que o Relatório de Sustentabilidade da Vale, assinado pelo Presidente, menciona que a Vale utiliza o painel de especialistas para tratar de barragens.

Então, esses pontos é que me fazem afirmar que os riscos da Barragem 1, apesar de não serem riscos iminentes – eram riscos possíveis –, foram apresentados tanto para a diretoria quanto para a diretoria executiva.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Bem, o Brasil já espera as perguntas sempre oportunas e pertinentes do Senador e Relator Carlos Viana. Só, rapidamente, "sim" ou "não": o Sr. Fabio Schvartsman, ex-Presidente, ele mentiu sobre o que falou em relação a V. Sa. ou ele falou a verdade? Sim ou não?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Ele...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sim ou não?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Eu não posso afirmar se as apresentações que foram feitas para o comitê executivo chegaram em sua completude para o Presidente Fabio Schvartsman.

Eu trago comigo essa apresentação que foi feita no comitê executivo; também trago a ata de reunião tanto do Comitê Executivo de Riscos, como do Subcomitê de Riscos Operacionais, que mostram essas barragens nas zonas de atenção.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Perfeito.

Só para dar aqui, Relator Carlos Viana, aproveitando a presença do estimado amigo do Centro-Oeste e Senador Wellington Fagundes, que faz parte desta CPI e chega neste momento, vem e volta, porque a nossa vida aqui é assim: então, você tem Plenário, você tem... Agora começa a sessão deliberativa. A gente precisa marcar presença.

Aqui há uma CPI. São onze membros... Eu não estou aqui fazendo juízo de ninguém. São onze membros nesta CPI, perfeito? Neste momento estamos aqui em três.

Então, a gente precisa ir, no caso nosso, do Centro-Oeste, meu particularmente, de Goiás, temos hoje lá a PEC 862, uma discussão profunda, um desentendimento enorme entre os Governadores de Goiás e do Distrito Federal sobre a região metropolitana, sobre o entorno, que não é nem de Brasília nem de Goiás. O Governador de Goiás Ronaldo Caiado está mandando mensagem a todo instante, de que me espera, em nome da bancada, para lá haver essa votação. Daqui a pouco o Senador Carlos Viana vai ter que votar também.

Então, se V.Sa. permite, Senador, antes que o senhor comece, já a partir de agora, os seus questionamentos, se o Senador Wellington Fagundes poderia fazer comigo aqui uma divisão e ocupar a Presidência, enquanto eu vou lá registrar a presença, discutir esse assunto e volto aqui à sequência desta oitiva importante, é possível que o senhor me substitua? Ou o senhor quer apenas fazer colocações?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – O impossível é possível, não é?

Eu gostaria de perguntar ao Relator, porque realmente eu estou acabando de sair da reunião de Líderes. Até a Senadora Rose...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu nem fui participar. Eu também tinha, eu sou Líder...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – A Senadora Rose também está lá. Ela também está impossibilitada de estar aqui. Pediu até que eu esteja aqui presente, mas eu também tenho outro compromisso. Inclusive o Senador Caiado até esteve lá conosco, no Bloco Vanguarda também. E não sei por quanto tempo o Relator ainda pretende arguir. Eu não quero ser impeditivo para o Relator.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Bem, o mais importante aqui...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu não quero é deixar o Relator sozinho aqui.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – É, eu também.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O mais importante aqui, Senador, é que o Felipe já nos deu a principal resposta.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Uma notícia boa aqui.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O Plenário está suspenso. Ótimo, vamos continuar. Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É porque a reunião de Líderes não acabou.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Graças a Deus.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O Sr. Felipe, ao demonstrar boa vontade, ao trazer um advogado pago às próprias expensas, e já colocando para nós a primeira e mais importante pergunta, que era: os riscos das barragens, das chamadas da Alarp Zone, foram colocados para os diretores da Vale? Ele já confirmou que sim. Então, boa parte daqueles que estiveram aqui conosco dizendo que não tinham conhecimento, que não estavam a par do que estava acontecendo, mentiram.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Descaradamente.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor confirma que as informações estavam disponíveis a todos nesses encontros em que a diretoria da Vale usava do seu conhecimento?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Confirmo. Confirmo que todas as apresentações, todas as informações que eu recebia, eu dei total publicidade. Os painéis de especialistas internacionais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contavam com a presença de toda a gerência operacional, da gerência corporativa, integrantes da auditoria interna da Vale, da Audit, além da reunião final com os diretores. Então eu confirmo essa informação e tenho também a lista de presença aqui do painel de especialistas, para elucidar que essa não era uma informação que eu guardava para mim. Mesmo por não ser engenheiro geotécnico, eu não tinha capacidade, eu não tinha por que manter essas informações somente para mim. Essas informações eram de toda publicidade dentro da geotecnia da Vale e nos níveis de diretoria.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor pode ler, por favor, a lista de presença dos encontros, nos falar as datas e quem estava nos encontros no momento em que o senhor apresentou os riscos da barragem, especificamente de B1, se for possível, por favor?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Excelência, eu não tenho de todos os encontros. Eu tenho somente aqui.. O que eu trouxe? Eu tenho, caso seja do interesse para esta CPI...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É de interesse.

Eu gostaria de saber, no dia em que foram apresentados os dados da Barragem de Brumadinho, quem estava presente?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Estavam presentes os membros do painel de especialistas...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Quem são eles?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – O Scott Olson, o Bryan Watts, o David Bowles, o Prof. André Assis, o Paulo Abrão, o Paulo Franco, o Prof. Fernando Shneider e o consultor Luis Valenzuela, chileno.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Os diretores, o Sr. Gerd Poppinga e todos os outros que também tinham cargo de gerência, quando foi que eles tomaram conhecimento dos riscos da Barragem B1?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Não, o diretor Poppinga não fazia parte, não participava dos encontros do painel. Os únicos que participavam do último dia de fechamento, que era um resumo do encontro, eram os diretores Lúcio Cavalli e Silmar Silva. Eles participavam desse encontro de fechamento, e, durante a semana, durante os trabalhos, participavam: o Gerente-Executivo Alexandre Campanha; a minha Gerente direta, Marilene Lopes; o Gerente de Geotecnia Operacional, Renzo Albieri; os gerentes responsáveis pela... Os geotécnicos responsáveis pela estrutura; e também o ex-Gerente de Geotecnia Operacional César Grandchamp. E também participou o consultor Armando Mangolim desse terceiro painel.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor então nos diz claramente que era impossível que essas informações não tivessem chegado àqueles que tinham o poder de tomar decisão dentro da Vale?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Eu posso afirmar que essas informações estavam também no relatório do painel de especialistas, internacional, e que, após os encontros, eram enviadas pela minha gerente superior e direta, Marilene Lopes, para os diretores.

Eu trouxe também e posso deixar nesta Comissão o *e-mail* em que ela envia para os diretores os resultados do painel e as recomendações da barragem em relação à Barragem 1.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Com essa mesma clareza que o senhor está nos colocando aqui, quais eram as informações sobre a Barragem B1 repassadas nesses encontros? O que o senhor dizia para essas pessoas?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – É importante destacar que os cálculos de risco não eram feitos pela equipe da Vale. Os cálculos de risco eram feitos por empresas externas, especialistas. No caso da Barragem 1, a análise de risco foi realizada pela TÜV SÜD em consórcio com a empresa Potamos e Amplo. Então, não era uma análise que eu detinha conhecimento e tinha *expertise* para fazer, principalmente por não ser geotécnico e envolver o risco de liquefação. Então, o que nós fazíamos na gerência, com os meus colegas de gerência, era consolidar as informações dos relatórios, especificamente do relatório da TÜV SÜD, e apresentar essas informações de risco no painel de especialistas internacional.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Felipe, quem, diante de todas as informações que foram colocadas: do fraturamento hidráulico em junho de 2018, do relatório da TÜV SÜD pedindo providências, dos *e-mails* em janeiro, já dizendo que havia uma leitura incorreta nos piezômetros que poderia chamar a atenção, de quem são, de quem é ou de quem são as responsabilidades em terem tomado providências para tirar os seus colegas lá da mina, para que, se a barragem viesse a romper, não tivesse matado essas pessoas?

O senhor, por favor, seja muito claro, com a mesma clareza e a tranquilidade que nós estamos percebendo com que o senhor está participando aqui.

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – A atribuição pela gestão de segurança da barragem, pela gestão do dia a dia de quem conhece a barragem, de quem vai a campo, de quem lê instrumento, de quem faz a inspeção, de quem tem o *feeling* da barragem é da geotecnia operacional. Então, cabia à geotecnia operacional tomar...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Quem são?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Eu não consigo, dentro da alçada da Vale... Não tenho conhecimento suficiente, por estar na empresa há pouco tempo, para saber todas as alçadas de tomadas de decisão. Mas acredito que o dono do risco, conforme me era informado também pela minha liderança, era o Rodrigo Melo – conforme informado pela minha liderança...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu vou passar ao senhor aqui o organograma.

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – O.k.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Para que o senhor possa nos dizer de quem é a responsabilidade, nesse organograma, em tomar as providências nessa questão da segurança.

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – O que me era informado pela minha liderança – pela minha Gerente Marilene Lopes e pelo meu Gerente Executivo Alexandre Campanha – é que o dono do risco definido em um comitê de governança de geotecnia, do qual eu não fazia parte, era o gerente executivo responsável pela mina, de nome Rodrigo Melo, e os diretores posicionados acima do Rodrigo Melo teriam também capacidade de tomar essas... Poder de tomada de decisão, uma decisão estratégica para a empresa.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A Sra. Cristina Malheiros, em toda essa organização, qual era a responsabilidade dela?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – A Cristina Malheiros, ela é geotécnica, responsável técnica pelo monitoramento e inspeção dessa estrutura.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas qual é a responsabilidade dela e daqueles que estão nessa função em relação ao painel de segurança?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – A responsabilidade é garantir a segurança da estrutura, realizar os monitoramentos, realizar as inspeções, verificar os estudos, reportar no SIGBM, reportar se durante os últimos 15 dias teve alguma alteração no fator de segurança da barragem. Então, a responsabilidade de quem é o responsável técnico pela barragem – eu não sou, nunca fui responsável técnico por nenhuma barragem – é responder pela segurança da barragem.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Felipe, o que aconteceu em Brumadinho? Diante de tantas informações, tantos diplomas, tantas cabeças capacitadas – nós temos aí pelo menos 310 pessoas ao que tudo indica que morreram –, o que aconteceu ali?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Também não tenho conhecimento. Não sou geotécnico, não consigo explicar o que aconteceu...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas na sua análise como especialista na área de segurança de avaliação de riscos, o que aconteceu ali em Brumadinho?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Eu não... Também, só quero fazer uma correção, até mesmo nesse organograma: V. Exa., meu nome está como Felipe Rocha, Coordenador de Risco Geotécnicos. Gostaria de clarificar que eu não sou Coordenador de Risco Geotécnicos, minha posição é como





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

engenheiro de recursos hídricos que fazia parte de toda uma equipe da gerência que acompanhava os trabalhos de risco calculado pelas empresas.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Felipe, o que aconteceu? Essa informação não chegou corretamente a tempo para quem a deveria ter? Essas informações, as decisões não foram tomadas? A barragem, por estar desativada, ficariam muito caras todas as providências que estavam sendo tomadas?

O que aconteceu, na sua opinião?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Novamente, Excelência, eu não consigo afirmar o que aconteceu. O que posso afirmar é que, todas as vezes em que eram apresentados os riscos, os geotécnicos mais experientes da empresa e as pessoas que conheciam a barragem não ficavam alarmados com os riscos calculados nem com o fator de segurança que era apontado nessa barragem. Nem mesmo a TÜV SÜD, que realizou a revisão periódica e que realizou a análise de risco, apontava para a necessidade de qualquer remoção ou apontava para a possibilidade de um risco iminente.

Então, Excelência, eu não consigo responder, nesse aspecto, o que aconteceu. Seria leviano e incorreto de minha parte fazer qualquer juízo de valor e qualquer conclusão neste momento.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Parabéns à sua advogada! Ela também o orientou bem, hein, Presidente? Ela o orientou bem sobre o limite a que o senhor pode chegar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Nessa linha do Relator Carlos Viana, pergunto: o Conselho de Administração da Vale foi informado dos riscos da B1, Sr. Felipe, apontados no Piesem? O nome seria o do Sr. Gerd Poppinga?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Eu não tenho conhecimento... Já está numa alçada muito superior à minha. Eu estou no nível mais baixo da empresa, sem nenhum subordinado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor aqui é baixo clero, então?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Sou baixo clero. Não tenho nenhum subordinado. Então, não consigo afirmar até que níveis, dentro de uma organização tão hierárquica como a Vale, essa informação chegou. O que eu posso afirmar é que, no Comitê Executivo de Riscos, constava o gráfico, a matriz, o gráfico de risco com as barragens na zona de atenção, mesmo que sem nomes e com, ao lado, um posicionamento, o esclarecimento dos resultados da auditoria. Agora, eu não consigo precisar se essas informações foram apresentadas no Conselho de Administração.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu quero voltar a agosto de 2017. O senhor estava discutindo, juntamente com outros funcionários da Vale, a Cristina Malheiros, o César Grandchamp e o Sr. Washington Pirete, os dados para a revisão periódica da Barragem B1. Confirma?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Confirmo.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A revisão periódica, explicando para quem nos assiste, é uma auditoria mais detalhada que inclui, entre outras coisas, o cálculo do fator de segurança da barragem.

Sr. Felipe Rocha, corrija-me se eu estiver errado: os ensaios de campo e de laboratório para calcular o fator de segurança naquele momento haviam sido feitos pela empresa Geoconsultoria e estavam sendo analisados pela empresa Potamos Bureau. Correto?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Correto, Excelência.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A empresa Potamos mostrou desconforto – isto está lá – em utilizar as razões de resistência não drenada informadas nos estudos da Geoconsultoria. Explicando, a razão de resistência não drenada é um parâmetro fundamental para calcular o fator de segurança. Correto?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Correto.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Se ela estiver errada ou se for interpretada erroneamente, o fator de segurança estará automaticamente errado e pode transmitir uma sensação falsa de segurança. É isso mesmo?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Correto. Eu não sou especialista no assunto, não sou geotécnico, mas essa definição desses parâmetros impacta no fator de segurança.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, por que a Potamos não queria usar a razão de resistência estabelecida pela Geoconsultoria? Era porque não considerava as diversas camadas da Barragem B1? O senhor participou dessa discussão? Por que a empresa entrou em conflito na questão das informações?

A Vale tinha acesso aos relatórios das auditorias antes de eles serem finalizados e entregues? Esta é uma pergunta muito importante que nós lhe estamos fazendo: a Vale tinha acesso aos relatórios das auditorias antes de eles serem finalizados e entregues? A Vale fez recomendações de modificações nesses relatórios para amenizar as falhas de segurança na Barragem B1?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Eu nunca trabalhei em auditorias. O que ocorria nos trabalhos contratados era que uma empresa externa independente realizava os trabalhos, emitia uma versão para comentários, e após os comentários, para ver se todos os dados disponíveis, se todas as informações



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

tinham sido utilizadas, se tinha algum erro de alguma informação do histórico da barragem, do histórico da estrutura, comentava os relatórios, enviava novamente para a empresa contratada, a contratada avaliava os comentários, aceitava os comentários ou não, e emitia uma nova versão dos relatórios.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sr. Relator, só 30 segundos.

Esse comitê de riscos, o que era esse comitê de riscos? Quem fazia parte dele? O senhor pode apontar nomes?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Eu não era membro do comitê. Faziam parte pessoas do escalão mais alto dentro da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Quem?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Eu não sei de cabeça os nomes. Eu tenho uma ata...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O advogado está aconselhando o senhor a não falar?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Não, não. Desculpe-me, V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não precisa de me chamar de "Vossa Excelência". Desculpe-me: eu odeio essa expressão. Pode me chamar de...

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – São nomes que eu não tenho, mas trago comigo a ata desses comitês em que lá cita quem são os membros presentes. As pessoas que tenho conhecimento eram: o meu gerente-executivo Alexandre Campanha; no comitê executivo de riscos o Luciano Ciani e o Eduardo Montarroyos, da gerência...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ou seja, as empresas de auditoria eram contratadas pela Vale, produziam os relatórios, esses relatórios eram entregues antecipadamente para comentários de todos eles, depois finalizados. A empresa poderia influenciar...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Totalmente.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... diretamente no relatório das empresas de auditoria.

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – V. Exa., a decisão por aceitar os comentários e a pertinência dos comentários era da empresa contratada. Ela tinha total autonomia para ver se aqueles comentários eram pertinentes ou não. E para esses comentários que eram feitos pelos próprios geotécnicos – no





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caso da Barragem 1, o geotécnico responsável pela estrutura: a Cristina Malheiros –, para elucidar alguns fatos, algumas questões da barragem que porventura não tinha sido de conhecimento da TÜV SÜD.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Felipe, o senhor tinha conhecimento de outros contratos da TÜV SÜD dentro da Vale? Quais eram esses contratos?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Tinha conhecimento dentro da gerência executiva. Os contratos eram para: realizar descomissionamento da Barragem 1; realizar projeto "As Is"; realizar auditoria de segurança de barragem; realizar, participar do projeto de automação de instrumentação. Acho que eram esses os contratos. Eu não tenho... Eu não participava desses contratos, não era fiscal.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas ela tinha responsabilidade nesses todos.

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Tinha responsabilidade nesses contratos.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ou seja, vou fazer aqui uma colocação, e o senhor, na sua experiência, me diga se correta ou não. Todas as informações que eram levadas para as autoridades, no caso a Agência Nacional de Mineração ou o DNPM, elas, quando finalizadas, tinham sido trabalhadas com a empresa de consultoria contratada pela Vale e com a participação dos diretores e gerentes que tinham ligação direta com o relatório produzido.

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Excelência, eu não consigo precisar essa participação dos diretores, dos gerentes. O que eu consigo afirmar...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas eles podiam fazer comentários.

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Poderiam fazer comentários caso houvesse, mas não era usual que esses relatórios chegassem para esses níveis. Mas os geotécnicos e os engenheiros que conheciam as barragens liam esses relatórios e verificaram se todas as informações disponíveis tinham sido utilizadas pela empresa contratada.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu vou fazer aqui...

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – E...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não. Pode terminar.

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Não, não. É somente isso.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Vou aqui fazer um gesto em admiração ao trabalho do meu colega Kajuru, que é um professor na área dele. Atenção, Brasil! Atenção, Brasil! A Vale ofereceu ao senhor o pagamento dos advogados? E, se o senhor aceitasse, qual seria a condição?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Fiz esse questionamento aos Recursos Humanos da empresa. Dentro da minha posição hierárquica, dentro do meu cargo, a resposta que me foi dada é que eu não tenho o auxílio de pagamento de um advogado a não ser que seja um advogado escolhido pela própria empresa. Então, foi escolhido um escritório. Eu procurei outra solução, mesmo que eu utilize todas as minhas economias e a ajuda de parentes e de amigos, se necessário, para que um escritório de advocacia defenda os meus interesses, e não os interesses da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor ficou chateado com isso? Ela pagou o advogado de todos os outros até agora aqui, pagou muito dinheiro; inclusive, um escritório de Belo Horizonte cobrou R\$5 milhões.

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Essa posição da empresa até esclarece que, dentro do meu cargo, eu não tenho seguro de advogado, não sou sujeito a esses riscos, a esta situação que estou vivendo. Então, é isso que eu entendo desse posicionamento da empresa em não realizar...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então, o senhor quer dizer que, pelo que o senhor ganha ou pelo que o senhor ganhava da Vale, pelo seu salário na Vale, o senhor não teria condições para isso? O senhor está apertado, então, para pagar advogado? É isso?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Sim. Não é uma despesa que esperava e que eu tivesse essa expectativa de realizar.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas, em algum momento, para que lhe fosse oferecido advogado, foi lhe feito algum pedido sobre participar de algum treinamento ou reservar informações que poderiam comprometer a empresa em algum ponto?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Não, Excelência, isso não ocorreu.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não houve um pedido de cala-boca, não?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Não, isso não ocorreu.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Mas o senhor calaria se ela pedisse?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Não. Como deixei claro na minha apresentação, o meu compromisso é com a verdade, somente com a verdade. Não tenho nada a temer e estou aqui para auxiliar num trabalho que eu acho de extrema importância e que os Srs. Senadores estão fazendo nesta Comissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Felipe, matéria do jornal *InfoMoney*, de 15 de fevereiro de 2019, cita sua prisão temporária, cita também o *e-mail* enviado por Makoto Namba – que se manteve calado –, em 13 de maio de 2018, falando sobre os estudos do fator de segurança da Barragem B1. Vou ler aqui um trecho. Diz o Sr. Makoto Namba:

O coordenador Felipe ligou na sexta-feira passada para saber como andavam os estudos e, sabendo da possibilidade de a Barragem I não passar, comentou que todos os esforços serão feitos para aumentar o fator de segurança, como o rebaixamento do lençol freático, a remineração do rejeito, etc. Mas são todas soluções de longo prazo, que levarão de dois a três anos para surtir o efeito desejado. Disse ainda que a Barragem Forquilha III, que está sendo estudada pela VogBR, não está passando, mas a empresa assinará a declaração de estabilidade com base nas mesmas promessas de intervenções de melhoria.

O senhor tentou convencer a TÜV SÜD a assinar o laudo de estabilidade da Barragem B1 com base em promessas que nunca se concretizaram? O senhor também fez isso com a VogBR no caso de Forquilha III? O senhor entende que poderia ter sido diferente o relacionamento com a empresa de auditoria naquele momento?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Essa colocação do Senador e Relator Carlos Viana, Sr. Felipe, é tão embasada, que o senhor foi mencionado, segundo o Ministério Público, em trocas de *e-mail* – disse a data o Relator aqui –, em maio de 2018, como funcionário da Vale que soube da possibilidade de a barragem não passar no teste de estabilidade. Certo?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor tentou convencer a TÜV SÜD?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Excelência, não é verdade que eu tentei convencer a TÜV SÜD. Essa ligação... O contexto dessa ligação...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É mentira do Ministério Público?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – É mentira do Makoto Namba que eu tentei convencê-lo a respeito da declaração de estabilidade. O contexto dessa ligação...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então, é mentira do Makoto?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – É. Exatamente. Perfeitamente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O Makoto, além de ter vindo aqui e ficado calado, além de calado, é mentiroso? Até calado ele é mentiroso? Se ele falasse então, pelo amor de Deus!

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Ele faltou com a verdade nesse fato.

O contexto da minha ligação foi uma orientação da minha gerente direta, Marilene Lopes, para que eu entrasse em contato com o Makoto Namba para saber dos andamentos dos estudos, para saber se os estudos seriam entregues no prazo, uma vez que o prazo terminava em junho. Essa minha ligação ocorreu, em maio, para o Makoto Namba.

Também transmiti o mesmo posicionamento da minha liderança, de Marilene Lopes, de Alexandre Campanha, da geotecnia operacional, que participou de diversas reuniões com a TÜV SÜD em relação à B1, para elucidar o posicionamento dessa liderança, de que a Vale estava disposta a fazer qualquer recomendação da TÜV SÜD para incrementar o fator de segurança. Não tenho poder para prometer recomendações nem alçada de decisão para isso.

Eu também gostaria de esclarecer que o Makoto Namba me trata como coordenador. Eu não sou coordenador, eu era meramente o fiscal desse contrato, que intermediava e centralizava as informações entre Vale e TÜV SÜD, auxiliava nos agendamentos das reuniões com os geotécnicos e a empresa. Também corrigi que não era a empresa VogBR que estava fazendo a revisão periódica da Forquilha III, erroneamente como o Makoto colocou em seu *e-mail* interno dentro da TÜV SÜD. Da mesma forma com que todas essas discussões que eu presenciava entre os geotécnicos estavam ocorrendo para a Barragem 1, estavam ocorrendo também para a Barragem Forquilha III.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Para o senhor, o Makoto é inocente?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Eu não posso afirmar quem é culpado ou não. Eu não tenho...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É do Sr. Makoto que eu digo. O senhor põe a mão no fogo pelo Sr. Makoto?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Eu não tenho elementos suficientes para afirmar se uma pessoa é culpada ou inocente. Há uma investigação...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor põe a mão no fogo por ele? O que o senhor falou dele aqui...

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Há uma investigação, Excelência, para tratar desse assunto e apurar essas causas. Não é correto, não seria correto, seria leviano se eu apontasse culpa em alguma pessoa.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Mas ele foi leviano com o senhor.

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Ele faltou com a verdade em relação à tentativa de convencimento que ele menciona, à suposta pressão exercida.

Eu também gostaria de elucidar: o Makoto é um engenheiro geotécnico respeitado no meio, com mais de 20 anos de experiência, e eu tenho apenas oito anos de formado, nunca fui engenheiro geotécnico, sou engenheiro de recursos hídricos, sou do nível mais baixo da hierarquia da Vale. Como eu iria ter argumentação técnica para fazer com o Sr. Makoto a respeito de fator de segurança, a respeito de risco de liquefação? Não seria...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ninguém lhe pediu isso, Sr. Felipe?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – O que me pediram, pela minha liderança novamente, a Marilene Lopes, foi para entrar em contato com o Makoto e verificar qual que era o posicionamento da empresa e se já havia alguma resposta em relação à conclusão do trabalho. Esses mesmos questionamentos foram proferidos pelo Alexandre Campanha em uma reunião presencial com Makoto Namba e com os demais presentes da geotecnia corporativa e da geotecnia operacional, conforme depoimento do próprio Makoto Namba e conforme depoimento do Sr. Alexandre Campanha.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor assistiu aqui ao depoimento do Sr. Schvartsman, Presidente afastado da Vale. Não é isso? O senhor concorda?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Assisti.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Em quais pontos o Sr. Fabio Schvartsman mentiu?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – O Sr. Fabio Schvartsman faltou com a verdade em relação ao meu nome quando...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor gosta de falar "faltou com a verdade"; a gente gosta de falar "mentiu".

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Ele faltou com a verdade em relação ao meu nome quando ele afirma que a Diretoria Executiva não recebeu nenhum comunicado em relação aos riscos da Barragem 1. A expectativa é a de que um profissional do calibre e da posição dele, dentro de uma empresa do porte da Vale, poderia ver essa apresentação com os riscos posicionados dentro da zona de atenção, procurar saber por que essas barragens estão na zona de atenção, quais são os nomes dessas barragens. Sabendo que existe um painel de especialistas, poderia perguntar para os seus subordinados, para os seus diretores-executivos, para os seus diretores o que significava o painel, quais eram as recomendações, se havia relatório, se não havia relatório.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que me causa incômodo é esperar que um funcionário que está no nível mais baixo da empresa consiga definir o conteúdo de uma apresentação para um presidente de uma empresa do porte da Vale e também fazer acreditar que ir à Ouvidoria seria mais eficiente do que apresentar isso para toda a gerência de geotecnia operacional, para a gerência corporativa, para o meu gerente-executivo, para diretores e para a própria auditoria da empresa, que seria mais eficiente ir à Ouvidoria do que apresentar essas informações para todas essas pessoas.

Então, o que me causou incômodo, nesse depoimento prestado pelo ex-Presidente, foram esses aspectos, de que dependia de mim fazer toda a comunicação, e não a partir de quem realmente é o tomador de decisão dentro da empresa Vale.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Se a Barragem B1 de Brumadinho estivesse em funcionamento, estivesse sendo importante para o funcionamento da mina, os procedimentos teriam sido diferentes em relação ao que apontou já a TÜV SÜD em setembro? Eles teriam sido mais rápidos, Sr. Felipe?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Excelência, não consigo lhe responder essa pergunta, porque todos os procedimentos operacionais não eram da minha atribuição, não eram da minha alçada. Eu não acompanhava esses procedimentos. O que era feito na barragem não era uma atividade da minha responsabilidade. Então, eu não consigo lhe responder nesse aspecto.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Na Vale, a cultura do lucro é superior à cultura da segurança ou não? O que o senhor pode nos dizer sobre isso?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Eu não tenho todo esse conhecimento. Eu tenho poucos anos de empresa, eu tenho somente dois anos de empresa. Então, não é possível afirmar qualquer opção por lucro ou por produção dentro da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Mas o senhor recebia bônus ou qualquer vantagem vinculada direta ou indiretamente a metas de segurança?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Funcionários e engenheiros do meu cargo não possuem metas individuais. As metas são metas da gerência e da gerência executiva. Eu também não sei precisar o detalhe de como é feito todo esse cálculo por ter pouco tempo de empresa. O que me era reportado era que as metas somente da gerência faziam pouca significância dentro da apuração dos resultados.

Acredito que essas perguntas em relação às metas de saúde e de segurança e às metas de bonificação por lucro devem estar disponibilizadas nos relatórios de investidores da Vale, no 20-F, ou talvez em documentos públicos de governança da própria empresa. Essa deve ser uma informação que deve ser disponibilizada para os acionistas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Alguns diretores aqui confirmaram isso e, inclusive, disseram que foram penalizados com a nota zero, entre eles o Poppinga e o anterior ao senhor aqui, o Sr. César.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O Schvartsman também.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O Schvartsman também ficou com a nota zero, não é, Relator? Ele também foi penalizado.

Então, o senhor não recebia nada, só o seu salário?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Não, todos os funcionários têm participação nos resultados, mas eu não tinha metas...

O SR. PRESIDENTE (Irajá. PSD - TO) – Então, o senhor nunca foi penalizado?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Eu não tinha metas individuais. Então, não há penalização individual devido ao meu cargo dentro do organograma da empresa. Essas metas individuais passam a existir, pelo que eu sei, pelo que é do meu conhecimento, salvo engano, a partir do nível de gerência.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Felipe, o Piesem é o PAINEL Independente de Especialistas em Segurança de Barragens. No Piesem internacional de outubro de 2018, o senhor foi responsável pela apresentação dos resultados da gestão de riscos geotécnicos da Vale. Nesse evento, o senhor fez uma apresentação em inglês mostrando que, entre as 57 barragens analisadas, dez estariam na chamada Alarp Zone, que são as de maior risco. Em um dos eslaides, o senhor coloca em vermelho que a recomendação para a Barragem B1 seria um trabalho de descomissionamento. Nos comentários finais, o senhor escreveu em inglês a seguinte frase: "Com o avanço da cultura de risco na Vale, será necessário revisar os critérios de aceitação de riscos". O que exatamente o senhor quis dizer com isso? A Vale estava aceitando mais riscos do que o recomendável? Considerando que se fala em descomissionamento da Barragem B1 há tanto tempo e considerando os riscos, por que isso não foi feito antes?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Excelência, fiz essa apresentação. Era uma resposta ao risco dada pela equipe responsável, que era o descomissionamento dessa estrutura. Foi montado um comitê para esse projeto de descomissionamento. Eu não fazia parte. Era um projeto que estava sendo elaborado pela própria TÜV SÜD em conjunto com a geotecnia operacional e com integrantes da gerência de fechamento de mina.

Em relação à tolerância ao risco, à definição dessa tolerância ao risco, era...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pode continuar.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Desculpa, Excelência.

Esse tema era objeto de discussão entre a geotecnia, entre a liderança da geotecnia corporativa e operacional e os membros de painel de especialistas. Era um assunto que iria evoluir no tempo à medida que a Vale fosse ganhando mais corpo e mais maturidade em gestão de riscos geotécnicos, conforme elencado pelo próprio painel de especialistas em seu relatório.

Eu gostaria de deixar claro que, dentro da minha alçada de responsabilidades, da minha atribuição, essa definição de limites de risco não é da minha alçada, é uma informação muito estratégica para a empresa. Então, não cabe a mim definir limites de risco para a Vale.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor continua sendo funcionário da Vale?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Eu estou afastado da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Recebendo ou não?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Estou recebendo meu salário, afastado da empresa.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Quando o senhor confirmou seu depoimento aqui, alguma recomendação foi feita sobre o que falar ou não falar aqui, Sr. Felipe?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Não, pois estou afastado da empresa, não tenho contato com nenhum investigado, não tenho acesso ao meu *e-mail* da Vale, não tenho acesso ao meu *notebook* da empresa, não estou tendo contato com nenhuma empresa da Vale. O meu contato exclusivo é com os meus advogados escolhidos em conjunto com a minha família. Esse é o contato que eu estou tendo. Então, não tive nenhuma orientação da Vale para vir aqui nesta Casa prestar este depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Relator Carlos Viana, permita dirigir-me a V. Exa. como jornalista exemplar que sempre foi. O fato de uma empresa como a Vale afastar um funcionário e continuar pagando seu salário não é uma forma de forçá-lo a ficar quieto, calado?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É uma tentativa, na minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não é uma tentativa, na sua opinião?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É uma humilde pergunta minha aqui a V. Exa. e aos brasileiros e brasileiras, porque eu não consigo entender





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso. Você afasta e continua pagando um bom salário. E aí como a CPI vai querer ouvir aqui alguma declaração verdadeira? Desculpe-me! É o que eu penso.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Felipe, há algumas questões técnicas aqui.

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – O.k.!

Se me permite V. Exa...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – ... eu só gostaria de complementar em relação ao Piesem, que foi perguntado a mim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim.

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Não sei se eu respondi ao questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não.

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Desculpe-me, Excelência.

Trago um *e-mail* da minha gerente, Marilene Lopes, encaminhado para os Diretores Silmar Silva e Lucio Cavalli, para o Gerente-Executivo de Geotecnia Joaquim Toledo e para os demais representantes do alto escalão da empresa. É um sumário das recomendações do painel de especialistas internacional. É um *e-mail* do dia 18 de outubro. A Marilene Lopes escreve:

Prezados líderes, encaminho-lhes a versão final do relatório do painel de especialistas internacional, que aconteceu no período de 1 a 5 de outubro, em Belo Horizonte. As principais recomendações do painel podem ser resumidas nos seguintes itens [vou pular a primeira parte].

[...]

A Barragem 1 Feijão requer mais investigação e monitoramento de campo para identificar e projetar medidas complementares mais eficientes, tais como bermas e mineração de rejeitos, caso se mostrem necessárias, a fim de reduzir o risco atual. Mas, enquanto isso, os esforços têm que continuar no sentido de reduzir o atual nível da superfície freática através de drenos horizontais e outras soluções de drenagem. A opinião do painel é que a mineração do rejeito é viável, embora seja necessária uma engenharia detalhada adequada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse *e-mail* é uma forma de evidenciar que estou aqui para contribuir com todos os questionamentos e também para exemplificar que os diretores foram comunicados de que a Barragem 1 requeria mais investigação e monitoramento de campo.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Uma das questões que mais foram faladas em todos os depoimentos da CPI foi quanto à falta de informações sobre a drenagem interna e as características físicas e mecânicas dos materiais nos dez alteamentos que a Barragem B1 sofreu ao longo dos anos, desde a construção, em 1976.

Quero ler aqui um trecho do Relatório Periódico de Segurança de Barragens aprovado em março de 2018, escrito pela TÜV SÜD: "Grande parte da informação disponibilizada se refere aos últimos alteamentos, sendo que, para o dique de partida e os alteamentos iniciais, as informações disponíveis não são confiáveis ou inexistem, em especial no que diz respeito aos sistema de drenagem interna e caracterização física e mecânica dos materiais".

Outro trecho fala da drenagem interna: "Foram verificadas várias incertezas quanto ao sistema de drenagem interna em vários alteamentos devido à carência de informações históricas. Na maioria dos casos, tem-se como informação os projetos executivos do alteamento, porém não há as *built* indicando se a solução projetada foi efetivamente implantada na sua totalidade".

Aqui a própria TÜV SÜD chamou a atenção, Sr. Presidente, para o fato de que, quando a Vale assumiu, a partir da compra da Ferteco, as informações iniciais do dique eram desconhecidas. Eles foram alteando em cima daquilo que eles não conheciam, começou com 13 e foi parar em 84.

O senhor sabe que, para um engenheiro ou para um geólogo, não existe nada pior do que a incerteza, que precisa ser resolvida. Então, estamos falando de um relatório que foi aprovado quase um ano antes da tragédia.

Vou perguntar ao senhor: com essas incertezas todas, o senhor acha que o cálculo do fator de segurança da barragem refletia a realidade? Quando existe incerteza, o correto não seria adotar uma margem de segurança maior? Por que, ao invés disso, a Vale aceitou um laudo de estabilidade com um fator de segurança menor do que o recomendado pelo próprio Piesem do qual o senhor participou? O que a Vale fez para reduzir essas incertezas depois da auditoria da TÜV SÜD?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Excelência, eu gostaria de ressaltar que eu não sou engenheiro geotécnico. Então, eu não tenho conhecimento técnico suficiente para auxiliar nesses questionamentos e responder a contento a todas essas perguntas.

Essas incertezas eram tratadas com os engenheiros geotécnicos responsáveis. O que eu presenciava nas reuniões, como engenheiro da área de hidrologia, era que se dizia dentro da Vale que essa barragem tinha um pai e uma mãe. O pai seria o engenheiro Washington Pirete, que trabalhou





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

durante muitos anos nessa estrutura e conhecia como ninguém essa estrutura, como engenheiro geotécnico, um especialista que reporta ao Alexandre Campanha; a mãe seria a Cristina Malheiros, que é a engenheira geotécnica responsável pela inspeção e monitoramento.

Nesse sentido...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pelo menos a filiação a gente tem, Relator: pai e mãe.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Para a Certidão de Óbito...

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Esses profissionais têm muito mais propriedade para responder a V. Exa. esses questionamentos do que eu, que não tenho conhecimento técnico suficiente para que eu possa auxiliá-lo.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Felipe, mesmo depois de apresentados todos os dados do Piesem... Os senhores estiveram no Piesem internacional. Isso tudo foi colocado. O senhor trouxe aqui o *e-mail* confirmando isso. Quais foram os diretores que receberam o *e-mail* com as conclusões?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – O diretor operacional Silmar Silva; o Diretor do Norte, Antonio Padovezi; Josimar Pires; Lúcio Cavalli; o Gerente Executivo Joaquim Toledo e os demais gerentes executivos.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor, depois disso, não foi em momento algum chamado a participar de nenhuma decisão, nada? O senhor não foi questionado em nada por essas pessoas com relação aos índices que o senhor apresentou?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Não fui chamado. Eu também não fazia o julgamento crítico de todos esses riscos, por não ser – digo novamente – engenheiro geotécnico. Eu compilava as informações dessas empresas.

Agora, é importante também ressaltar que todo o conteúdo, a definição do conteúdo, do formato, do que deve ser apresentado ou não para as instâncias mais altas da organização, pelo fato de a Vale ser uma empresa muito hierárquica, não partia de mim. Todas as apresentações que eram realizadas no subcomitê e no Comitê Executivo de Riscos eram avaliadas previamente. Era definido o conteúdo pelo Alexandre Campanha e pela Marilene Lopes, que definiam o que deveria ser apresentado ou não. Não cabia a mim definir qual o conteúdo e simplesmente pegar essa apresentação do painel de especialistas e resolver apresentar para as instâncias mais altas da companhia.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor falou aqui em hierarquia. Nós já ouvimos aqui, o Relator Carlos Viana e eu, pois estamos sempre presentes nesta CPI de 11 membros – lamentavelmente, há muita ausência; depois até quero fazer uma



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

solicitação à Presidente –, o Alexandre Campanha. Quem era o superior hierárquico dele? Já que o senhor falou em hierarquia, quem era o superior hierárquico dele, de Alexandre Campanha?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – O superior hierárquico do Alexandre Campanha é o Diretor Lúcio Cavalli.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Lúcio...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Cavalli.

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Cavalli.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Felipe, nós estamos tentando entender... As causas já estão muito bem definidas com relação a essa tragédia de Brumadinho. As investigações já apontam claramente para problemas de desconhecimento da parte interna, medidas que não foram tomadas corretamente para manter a estabilidade, desconhecimento do projeto original e outras questões. O que nós estamos tentando entender, o Presidente e eu, todos os membros, é como é que uma informação dessa gravidade circula em todos os níveis gerenciais da Vale, é apresentada em painéis de que participam as cabeças que poderiam tomar decisões e, no final, não se torna realidade, matando 300 pessoas, colaboradores da própria empresa.

O senhor está afastado. Naturalmente, o senhor não deverá voltar, é o mais provável, até por uma questão talvez pessoal, pelo que está vivendo. Terá direito até a buscar uma indenização. O advogado vai orientar o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – E é um lambari, não é, Relator? Ele não é tubarão, não é?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É, ele está mostrando isso claramente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Se o Davi Schvartsman, ex-Presidente, entrou com um processo de indenização...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Fabio.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Fabio! Desculpa! O Fabio entrou com um processo de indenização pedindo R\$48 milhões!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ele naturalmente... Mas me conte... (*Pausa.*)

Por favor, a advogada não pode se manifestar. O.k.?

O que aconteceu? Deixe-nos entender o que foi que aconteceu. Esses dados todos não serviram para nada. O que aconteceu lá?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Excelência, eu gostaria realmente de poder contribuir, de saber auxiliar nesse aspecto, mas não sabemos ainda o que aconteceu. O que eu posso afirmar é que havia um risco possível calculado, uma barragem na zona de atenção, mas que esse risco não significava um risco iminente, conforme colocado pela própria TUV SÜD. Esse risco era apresentado para profissionais experientes que não ficavam alarmados nem com o risco, nem com o fator de segurança. Então, eu não tenho como responder o que aconteceu nessa tragédia vivida em Brumadinho, observada em Brumadinho.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Esse, Presidente, eu tenho certeza de que vai dormir em paz.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Aliás, por falar em dormir em paz, Relator Carlos Viana, o senhor ouviu aqui o depoimento do Sr. César? Ou não o ouviu? Foi anterior ao senhor.

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Não ouvi, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não ouviu.

O senhor ficou na cadeia por quantos dias?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Eu fiquei na cadeia por cerca de 15 dias.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Quinze dias, mais do que ele! Ele ficou dez dias.

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Ou 14.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ele disse que chorava todo dia. O senhor chorava também?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Excelência, foram os piores dias da minha vida, ao pensar na família e em todos, mas com a consciência tranquila de que eu fiz tudo o que estava ao meu alcance.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então, o senhor não chorava?

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Tenho total convicção da minha inocência. Eu chorava. Foram momentos muito tristes para a engenharia brasileira, para um engenheiro, para a sociedade, para todos, para as famílias que perderam seus entes queridos.

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Então, pensando nessas famílias, na hora do seu choro, Deus não dizia ao senhor "fale a verdade, Felipe Rocha, que você sabe quem é o culpado de tudo"? Em nenhum momento, isso passava pela sua cabeça?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Excelência, o que eu estou buscando fazer hoje aqui, o que estou fazendo aqui hoje...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor não culpou ninguém, não.

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Porque eu não tenho elementos para culpar alguma pessoa neste momento.

Então, Excelência, respondendo: o período em que fiquei preso foi um dos piores momentos da minha vida e para a minha família, ao pensar que eu tenho um filho de um ano e dez meses e que eu não estava presente em casa quando minha esposa precisava da minha ajuda. Então, realmente, além da dor de todos, principalmente dos familiares, das famílias que perderam seus entes queridos, não foi um momento fácil para mim nem para os meus familiares.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Relator Carlos Viana, creio que a gente pode concluir essa oitiva. Podemos?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Já estamos satisfeitos.

Agradecemos a sua colaboração. O senhor tentou, de todas as formas, responder as perguntas, não deixou de responder. Se nos convenceu ou não, será motivo do relatório final e de nossa opinião no final dos nossos trabalhos até 2 de julho deste ano. Agradecemos a sua presença e pedimos que o senhor fique à vontade para alguma consideração final, se é que a tem.

O SR. FELIPE FIGUEIREDO ROCHA – Eu gostaria somente de agradecer esta oportunidade. Para mim foi um momento importante para colocar aspectos que foram ditos aqui por outras pessoas que não considero verdade e que me deixaram extremamente incomodado.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Perfeito.

Presidente, eu só queria concluir aqui o trabalho, pedindo permissão a V. Exa. para solicitar à Presidente desta Comissão, a estimada a Senadora Rose de Freitas – eu sei até de seus problemas de saúde, e daí o meu respeito por ela, além de meu respeito parlamentar por ela –, que, daqui para frente, houvesse uma preocupação. Esta CPI, com 11 membros, tem oitivas importantíssimas desde o primeiro homem da Vale, o segundo homem da Vale, depoimentos escolhidos por V. Exa. da melhor forma possível, mas a gente nunca viu aqui os 11 membros presentes. Eu sou chato mesmo, eu falo, porque eu



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

tenho responsabilidade. Eu participo de cinco Comissões, mais esta CPI. Estou todos os dias na tribuna, sou o primeiro a chegar para falar – porque gosto, não porque seja melhor do que ninguém, de forma alguma –, mas, enfim, eu acho que precisa haver um respeito. Então eu queria solicitar à Presidente se ela pode ou não tomar providências em função de faltas que se tornarem constantes nesta Casa para que haja substituição. Eu sei de Senadores que gostariam de estar aqui presentes com o Relator Carlos Viana, comigo...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E que seriam muito bem-vindos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – ... que seriam bem-vindos, que querem fazer parte desta importante Comissão. Fica até ruim perante a sociedade: todo mundo sabe do tamanho da empresa Vale, da bilionária empresa Vale; não é bom nem para a imagem de quem sempre falta a esta Comissão, e a gente aqui não tem o direito de julgar o motivo da ausência de ninguém. Então essa é uma sugestão minha à Presidente, que ela reflita sobre isso.

E também em relação à marcação de reunião, como esta sétima, que a gente está concluindo aqui, Relator Carlos Viana. Sobrou horário para ela terça-feira. E vamos ser claros: é o dia em que o Senado mais trabalha, mais tem Comissões; as Comissões vão até uma hora da tarde; hoje houve audiência pública... Então fica muito difícil você participar de tudo ao mesmo tempo. E ainda há sessão plenária, reunião de Líderes todas as terças; é o único dia em que há reunião com os Líderes. Hoje eu nem participei, fiquei aqui, porque eu jamais deixaria um Parlamentar da seriedade do amigo e Senador Carlos Viana sozinho aqui. Eu poderia ter ido para lá. O Senador Wellington falou que ficaria um pouco, ficou aqui três minutos, foi embora, e eu fiquei.

Então, eu gostaria de fazer esta solicitação: na terça-feira, a uma hora da tarde, é um horário péssimo para todos nós, inclusive para mim, que sou diabético. Hoje, por exemplo, eu fiquei sem almoçar, e aí fica difícil. Eu amo o meu País, morro pelo meu País, mas morrer por causa de outros companheiros eu não vou morrer, não; pela irresponsabilidade de outros, eu não vou, não.

Eu queria deixar bem claro aqui e solicitar respeitosamente à Presidente desta Comissão providências para um novo horário, quando for na terça-feira, e também para que haja uma cobrança aos membros desta CPI sobre se eles querem continuar ou não e se há um limite de número de faltas. É o que eu penso humildemente. Não sei se estou sendo aqui desrespeitoso, ou se estou sendo injusto. Algo que eu não gosto de fazer de forma alguma é cometer injustiça, Relator Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Obrigado. Eu concordo plenamente.

Fazendo uma consideração final aos que nos acompanharam, está cada vez mais claro que nós precisamos que o País incentive os negócios, nós precisamos que o País gere empregos – temos 13 milhões de desempregados que querem uma oportunidade de trabalho –, nós precisamos que aqueles



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

que geram riquezas sejam também incentivados, os que geram divisas para o País, mas nós não podemos permitir mais, em hipótese alguma, que setores bilionários como esse se autorregulem.

A empresa detém todas as condições para evitar tragédias, mas não o fez. E aqui eu coloco claramente, no que temos de depoimentos: as providências não foram tomadas na rapidez necessária, a meu ver ficando claro, primeiro, porque a barragem estava desativada, porque se ela estivesse ativa e fosse colocar em risco o faturamento daquele setor, já que todos eles vivem de bônus, eles teriam tomado as providências com muito mais rapidez e evitado as mortes. Como a barragem estava desativada, e a mina não dependia do funcionamento dela, aquelas providências todas que poderiam ter salvo as 310 vidas e evitado o segundo desastre ambiental em nosso País não foram tomadas na medida correta.

Outro ponto é que a empresa vem mostrando claramente que ela tem muito mais condição contributiva do que tem hoje sido cobrado por parte do Governo brasileiro. As indenizações que ela tem pago, os advogados que ela tem pago, todas as despesas decorrentes desse desastre de Brumadinho mostram claramente que o minério é subtributado em nosso País, e nós temos a obrigação de propor uma nova forma de tributação, de preferência nos moldes dos *royalties* do petróleo, que hoje em nosso País tem uma legislação muito mais efetiva. Nós estamos falando de minérios, de *commodities* que têm um fim, que naturalmente não são recicláveis em nada; nós não temos a condição de tê-los de volta. É uma riqueza que pertence a todos, mas que não está gerando a riqueza que nós devemos ter e, principalmente, está nos deixando um passivo de acidentes, de desastres ambientais, de mortes, um rastro de lama que nós não podemos mais deixar acontecer.

No que depender, Senador Kajuru...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Tenho certeza.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... do relatório, no que depender de V. Exa., que está aqui num sacrifício pessoal grande, nós vamos dar uma resposta ao Brasil muito firme do que está acontecendo, para que não se repita. Porque aqui, se o senhor observou, se vocês que estão nos acompanhando observaram, nenhum dos depoentes toca nas vítimas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não, de forma alguma.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Toca sobre "eu perdi amigos, eu perdi isso", mas... Nada. Ninguém vem dizer aqui...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ele chorou pelos amigos dele.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ninguém vem nos dizer aqui sobre o que nós temos dessas famílias que estão sofrendo e que agora estão fazendo acordos lá – queira Deus que acordos que pelo menos garantam uma certa tranquilidade...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Dignidade.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... ou que não sejam acordos simplesmente para que eles se livrem do peso de ficar falando o tempo todo de um parente que eles perderam, de um filho, de uma filha. Essa é a nossa responsabilidade.

O Estado não pode atrapalhar negócios, mas o Estado tem a obrigação de dizer os limites dos negócios. O limite do lucro é a vida das pessoas, o limite do lucro é o respeito aos recursos naturais deste País, do meio ambiente, e nós, infelizmente, perdemos esse equilíbrio.

Esse é o maior desafio que nós teremos nesta CPI: retomar a capacidade do Estado brasileiro de ser o coordenador de tudo isso e fazer com a gente volte a crescer. Não vai ser fácil, mas nós estamos imbuídos dessa responsabilidade...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – E com Deus.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... e nós vamos dar uma resposta, Deus vai nos dar sabedoria sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu assino e dou fé a tudo o que V. Exa. Colocou aqui e só acrescento o seguinte: fosse hoje o dia do seu relatório final, certamente cirúrgico ele seria. No que tange à maioria dos convocados aqui, ouvindo os nossos questionamentos, a maioria, em nenhum momento, a maioria que aqui compareceu foi sabotada; ela foi conivente cem por cento. Eu tenho certeza disso e tenho certeza de que esse é o seu pensamento e o de toda a sociedade brasileira que está acompanhando o nosso trabalho. Só vimos aqui gente conivente, gente cínica, gente dissimulada e, como disse o último convocado aqui, Sr. Felipe Rocha, gente, inclusive, mentirosa; até aquele que ficou calado aqui, e foi por isso que eu brinquei. Ele calado é mentiroso; se ele falar, então, pelo amor de Deus.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu é que lhe agradeço, Relator, e agradeço a presença de todos e todas aqui, com a paciência dos senhores e das senhoras, de todos os que acompanharam e de toda a imprensa que acompanhou pela TV Senado.

Declaramos encerrada esta 7ª Reunião da CPI de Brumandinho, Minas Gerais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma boa tarde.

(Iniciada às 13 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 13 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO DA CPI DE BRUMADINHO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às treze horas e quarenta e nove minutos do dia quatorze de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Rose de Freitas e Jorge Kajuru, reúne-se a CPI de Brumadinho com a presença dos Senadores Antonio Anastasia, Juíza Selma, Wellington Fagundes, Carlos Viana, Paulo Paim, Marcos do Val, Telmário Mota, Angelo Coronel, Izalci Lucas e Nelsinho Trad. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Mecias de Jesus, Randolfe Rodrigues e Jaques Wagner. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Oitiva. Finalidade:** Coleta de depoimentos. Oitiva do SILMAR SILVA, em atendimento ao requerimento 27/2019; do MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO, em atendimento ao requerimento 14/2019. **Resultado:** Oitivas realizadas. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 58 de 2019** que : "Requer a CONVOCAÇÃO do Sr. JUAREZ SALIBA DE AVELAR, diretor de estratégia, exploração, novos negócios e tecnologia da Vale, para prestar depoimento a este Colegiado." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 59 de 2019** que : "Requer a CONVOCAÇÃO do Sr. WASHINGTON PIRETE DA SILVA, funcionário da área de Gerenciamento de Riscos Geotécnicos da Vale, para prestar depoimento a este Colegiado." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 60 de 2019** que : "Requer a CONVOCAÇÃO do Sr. WAGNER ARAÚJO NASCIMENTO, Engenheiro de Minas, Chefe da Divisão de Fiscalização de Barragens da Agência Nacional de Mineração em Minas Gerais, para prestar depoimento a este Colegiado." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 61 de 2019** que : "Convida o Sr. GUILHERME SPINATO MORLIN a ser ouvido pela CPI." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado.. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Rose de Freitas

Presidente da CPI de Brumadinho



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/05/14>

(Texto com revisão.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 21, de 2019, para apurar as causas do rompimento da barragem na Mina Córrego do Feijão, da empresa de mineração Vale, em Brumadinho, e outras barragens que foram ajuntadas a esse processo.

Conforme convocação, a presente reunião está dividida em duas partes. Na primeira parte, oitiva dos convocados: Marilene Christina Oliveira Lopes de Assis Araújo, funcionária do setor de Gestão de Riscos Geotécnicos da Vale S.A., e Silmar Silva, ex-Diretor de Operações do Corredor Sudeste da Vale S.A. Segunda parte: deliberativa destinada à apreciação de requerimentos.

Eu queria fazer uma proposta, que é exatamente iniciarmos pela leitura dos requerimentos e apreciação dos mesmos. Se estiverem de acordo, vou fazer imediatamente.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

Pela ordem, Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Pela ordem.) – Presidente, estimada amiga, Senadora Rose de Freitas, e meu querido amigo e Senador Relator Carlos Viana, eu só queria pedir, gentilmente, como uma satisfação à nossa Pátria amada, e eu nunca falho a nenhuma reunião desta CPI, faço questão de participar, é a minha obrigação. E, como eu sou o primeiro a usar a tribuna agora, na abertura dos trabalhos, às 2h da tarde, e como o Relator Carlos Viana, como



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

sempre e com propriedade, tem questionamentos importantes, e a Dra. Selma Arruda da mesma forma, eu vou ficar ausente apenas por dez minutos. Vou usar a tribuna lá agora, no plenário, e volto imediatamente para ficar até o final da sessão. Posso ter a sua compreensão?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Com certeza.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu só pediria para fazermos uma apreciação em bloco dos requerimentos. Eu leio e V. Exa. pode se manifestar, inclusive.

ITEM 1**REQUERIMENTO Nº 58, DE 2019**

Requer a CONVOCAÇÃO do Sr. JUAREZ SALIBA DE AVELAR, diretor de estratégia, exploração, novos negócios e tecnologia da Vale, para prestar depoimento a este Colegiado.

Autoria: Senador Carlos Viana

ITEM 2**REQUERIMENTO Nº 59, DE 2019**

Requer a CONVOCAÇÃO do Sr. WASHINGTON PIRETE DA SILVA, funcionário da área de Gerenciamento de Riscos Geotécnicos da Vale, para prestar depoimento a este Colegiado.

Autoria: Senador Carlos Viana

ITEM 3**REQUERIMENTO Nº 60, DE 2019**

Requer a CONVOCAÇÃO do Sr. WAGNER ARAÚJO NASCIMENTO, Engenheiro de Minas, Chefe da Divisão de Fiscalização de Barragens da Agência Nacional de Mineração em Minas Gerais, para prestar depoimento a este Colegiado.

Autoria: Senador Carlos Viana





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 61, DE 2019

Convida o Sr. GUILHERME SPINATO MORLIN a ser ouvido pela CPI.

Autoria: Senador Carlos Viana

Eu coloco em discussão os requerimentos. *(Pausa.)*

Se pudermos votar em bloco será de bom proveito.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados os requerimentos.

V. Exa. tem nossa compreensão.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sei que o Relator vai ficar com as primeiras perguntas, como é o Regimento.

Volto imediatamente, com prazer.

Muito obrigado pela compreensão de todos.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

Passamos ao depoimento da Sra. Marilene Christina Oliveira de Assis Araújo, funcionária do Setor de Gestão de Riscos Geotécnicos da Vale S.A.

Solicito à Secretaria que a conduza à mesa. *(Pausa.)*

Pela ordem, eu concedo inicialmente para falar o seu nome, funcionária do Setor de Gestão de Riscos Geotécnicos da Vale S.A., Marilene Christina Oliveira Lopes de Assis Araújo. Antes de mais nada, pergunto se houve alguma concessão requerida ao STF em relação a esse depoimento.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu gostaria de ter em mãos, por favor. *(Pausa.)*

Então, a senhora pode pronunciar o seu nome, por favor.

O SR. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Boa tarde, Senadora; boa tarde, demais Senadores. Meu nome é Marilene, sou engenheira civil e estou aqui à disposição.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Nome completo, por favor.

O SR. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Marilene Christina Oliveira Lopes de Assis Araújo.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A senhora é funcionária do Setor de Gestão de Riscos Geotécnicos da Vale?

O SR. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Sim, Excelência, eu sou funcionária desse setor.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Como a assessoria não produziu documento em tempo, a senhora fez recurso ao STF?

O SR. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Sim, Excelência, sim. Mas eu estou aqui à disposição, vou responder a todas as perguntas. Estou à disposição para contribuir com os trabalhos da Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Agradeço.

Eu passo a palavra, então, ao Relator, para que ele possa iniciar as suas perguntas.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Meu boa tarde a todos presentes e a todas. Meu agradecimento à Presidente Rose de Freitas.

Gostaria, antes, se me permitem, de fazer duas citações aqui.

Primeira: a Comissão de Infraestrutura hoje, pela manhã, que aprovou um relatório de minha autoria, num projeto da Senadora Rose de Freitas, que regulamenta parte da nossa lei, do nosso Plano Nacional de Segurança de Barragens, de 2010, que versa sobre a redução e também o aproveitamento dos rejeitos que serão produzidos no setor mineral e industrial. A emenda, na parte da questão das indústrias, é de nossa autoria, foi aprovada por unanimidade e nós estamos agora empenhados em que vá em regime de urgência ao Plenário para aprovação, não passando pela Comissão de Meio Ambiente, em momento algum em desrespeito à Comissão, de que eu também sou membro efetivo, mas pela necessidade que nós temos hoje já de regulamentar.

Então, parabéns à Presidente Rose de Freitas pela iniciativa. Já está bem encaminhado.

O segundo ponto. Eu quero dizer a todos os senhores e faço questão de colocar aqui: a CPI de Brumadinho, a Comissão Externa da Câmara dos Deputados, que tem trabalhado também ativamente nas questões com relação ao desastre da Mina de Córrego do Feijão... Eu posso dizer que nós já obtivemos duas grandes vitórias. Porque, o que a população espera do nosso trabalho, desta CPI, são





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respostas e elas virão na forma prática, elas não virão apenas como em outros relatórios, em outros momentos, em propostas que acabam não sendo utilizadas ou redundando praticamente em não decisões.

No caso, eu quero citar aqui a visita que fiz na semana passada à Federação das Indústrias de Minas Gerais, num debate sobre a questão do futuro das minas Minas Gerais, em termos de investimentos, e o setor da mineração, que estava presente, apresentando as suas demandas.

Em determinado momento, é preciso que sejamos muito francos, foi necessário reafirmar e lembrar que a mineração como está hoje matou 300 pessoas. Nós estamos num setor que gera empregos, estamos num setor que gera riqueza, mas mataram-se, ele matou 300 pessoas. Essas 300 famílias passaram o Dia das Mães em momentos muito difíceis. Todas elas viveram situações muito difíceis: os que perderam as mães, os que perderam os filhos.

Então, nós precisamos deixar isso muito claro para que a gente não se esqueça do que é que nós estamos tratando. Porque, daqui a pouco, as chantagens econômicas sobre investimentos e empregos acabam se sobrepondo à realidade. A mineração matou 300 pessoas dessa vez e outras 19, e, se nós não agíssemos, poderia matar mais.

E nós tivemos lá a confirmação de que as dez maiores mineradoras hoje em atividade no País já trabalham com o panorama de mineração a seco para os próximos anos. A própria empresa Vale já declarou isso, tem um painel hoje, inclusive, que nós vamos citar aqui, sobre questão de ética, em que a empresa irá, num prazo de cinco anos, determinar que todo trabalho de mineração será a seco. Isso é uma grande vitória que o trabalho da CPI, da Comissão Externa da Câmara dos Deputados – é preciso dizer que é um trabalho em paralelo, que precisa ser lembrado –, nós estamos mudando a face de um setor no Brasil, o que já deveria ter acontecido há muito tempo, mas, de agora para frente, começa a trabalhar da maneira que nós gostaríamos, que é não colocando vidas em risco.

O projeto da Senadora Rose já se antecipa, criando uma política de aproveitamento desses resíduos a seco não só para a mineração, mas também para a questão industrial. Ou seja, barragens com uso de água nós não temos mais a possibilidade de manter na história da economia do Brasil. Nós estamos caminhando para finalizá-las. Essa é uma grande vitória e uma grande resposta à população.

Outro ponto que quero citar também, Senadora Rose, é que, numa visita que fiz à força-tarefa da Procuradoria do Estado de Minas Gerais, estive com a Promotora Andressa Lanchotti, que é a responsável pelas investigações, e fizemos mais uma troca, inclusive, de informações. Boa parte dos nossos depoimentos será incorporada ao trabalho da ação civil pública e da Polícia Federal. E lá nós tivemos a confirmação de que quatro grandes barragens cujas licenças estavam em andamento não serão mais construídas. Então, nós temos quatro grandes barragens que, a partir de agora, deixarão de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

existir. E nós estamos também acabando com um passivo que, mais uma vez, pode gerar um problema sério na questão ambiental.

Eu trago isso aos senhores com muita satisfação. É um trabalho conjunto das duas Casas do Parlamento brasileiro para dar respostas que a população espera.

Diante da colaboração da Sra. Marilene Lopes, vamos aos trabalhos aqui...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – V. Exa. me permite só fazer um esclarecimento. O agradecimento se faz necessário, em função de a Sra. Marilene Christina Oliveira Lopes de Assis Araújo ter obtido o *Habeas Corpus* nº 170.457, que lhe permite ficar em silêncio, abrigada pelas prerrogativas da Lei nº 8.906, de 1994, que lhe assegura o direito de não ser obrigada a produzir provas contra si mesma. Em função disso, poderia até... Os Ministros Gilmar Mendes e Rosa Weber deferiram a liminar e deram garantias explícitas do direito de silêncio, do direito de assistência por um advogado que aqui está, e do direito de não serem submetidos a qualquer constrangimento. O que se espera aqui é que nós produzamos verdades suficientes para que esse relatório possa ser...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Exato. O mais preciso possível, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... de muita contribuição.

A senhora tenha a certeza de que aqui não sofrerão constrangimentos de qualquer natureza, mas quero também agradecer pelo fato de a senhora não se valer desse *habeas corpus* e colaborar com esta Comissão, porque é necessário, para o bem da população, que encontrem abrigo, pelo menos, os trabalhos que são executados dentro ou fora desta Comissão, para que se promova justiça para as pessoas que foram sacrificadas durante este processo.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sra. Marilene, só relembrando, como sempre – é de praxe aqui –, que nós temos como função explicar, dar sequência na mudança das leis, mas também, em conjunto com o Ministério Público, com a Procuradoria da República e com a Polícia Federal, apontar as responsabilidades de cada um.

Portanto, toda informação precisa pode ajudar a que nós tenhamos com clareza qual é a sua participação e a sua responsabilidade em tudo isso, porque a não fala ou o não esclarecimento pode levar o relatório a gerar uma série de informações que vão ser imputadas à senhora e que, naturalmente, podem prejudicar ainda mais a sequência no processo em relação à sua participação ou não, uma vez que, quando uma empresa orienta os funcionários a falarem todos da mesma maneira, a sustentarem todos a mesma versão, essa empresa está possibilitando a condenação de todos, porque,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando não há uma definição clara sobre essa questão, a Justiça pode dar uma mesma sentença para todos por conta desse mesmo posicionamento.

Então, é muito importante que a senhora responda com clareza às perguntas e, por favor, acrescente dados que porventura possam ajudar, inclusive, na sua defesa. Fui claro?

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Senadores, pela ordem.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Pela ordem.) – Sr. Relator, Sra. Presidente, eu gostaria só de fazer uma observação, que já fiz em outras oportunidades da mesma forma, no seguinte sentido: se a Sra. Marilene Christina estivesse realmente disposta a colaborar, ela não teria entrado com o *habeas corpus*, para ter o *habeas corpus* na mão e depois vir aqui dizer que quer colaborar. Ela viria espontaneamente e daria a sua versão. Portanto, apenas reforçando o que o Relator educadamente acabou de alertar, é exatamente neste sentido, ou seja, esta estratégia que a Vale está adotando com relação a todos os servidores, inclusive em relação à senhora, é uma estratégia que pode lhe fazer muito mal pessoalmente.

A senhora deve estar assistida por advogado pago pela Vale; portanto, pense que eles estão advogando no interesse da empresa e não no seu.

Muito obrigada, Sr. Relator.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sra. Marilene, eu quero ler aqui o trecho das notas taquigráficas do depoimento do Sr. Felipe Rocha a esta CPI, dizendo o seguinte:

Trago um *e-mail* da minha gerente, Marilene Lopes, encaminhado para os Diretores Silmar Silva e Lucio Cavalli, para o Gerente-Executivo de Geotecnia Joaquim Toledo e para os demais representantes do alto escalão da empresa. É um sumário das recomendações do painel de especialistas internacional. É um *e-mail* do dia 18 de outubro. A Marilene Lopes escreve: Prezados líderes, encaminho-lhes a versão final do relatório do painel de especialistas internacional, que aconteceu no período de 1º a 5 de outubro, em Belo Horizonte. As principais recomendações do painel podem ser resumidas nos seguintes itens.
[...]

A Barragem 1 Feijão requer mais investigação e monitoramento de campo para identificar e projetar medidas complementares mais eficientes, tais como bermas e mineração de rejeitos, caso se mostrem necessárias, a fim de reduzir o risco atual. Mas, enquanto isso, os esforços têm que continuar no sentido de reduzir o atual nível da superfície freática através de drenos horizontais e outras soluções de drenagem. A opinião do painel é que a mineração do rejeito é viável, embora seja necessária uma engenharia detalhada adequada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pergunto à senhora: a senhora confirma que enviou este *e-mail* para, entre outras pessoas, Silmar Silva e Lucio Cavalli, Diretores da Vale? A senhora recebeu alguma resposta deles ou teve alguma reunião sobre esse assunto, dado que a senhora corroborou as informações de que a situação na barragem era preocupante? E, finalmente, qual motivo a fez destacar a Barragem B1 nessa comunicação sobre os riscos identificados? Por que a senhora estava preocupada com a barragem?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, sim, eu confirmo que enviei esse *e-mail*. Toda vez que tinha um painel de especialistas internacional, após a finalização do painel e entrega do relatório pelos especialistas, eu encaminhava o relatório para toda a área operacional, que era a dona das estruturas. Então, nesse *e-mail*, eu copiei todos os diretores, inclusive Silmar Silva, o que V. Exa. perguntou, copiei todos os gerentes executivos, gerentes de áreas que eram os responsáveis pela gestão de segurança das barragens que tinham sido tratadas no painel de especialistas. Toda vez que chegava o relatório de um painel, eu fazia esse encaminhamento para os donos das estruturas e responsáveis pela gestão de segurança.

O que eu destaquei no *e-mail*, o que eu coloquei no *e-mail* foi uma tradução do item 9 do relatório do painel, simplesmente uma tradução de todos os itens que eles haviam destacado para já deixar destacado no próprio *e-mail*, para aqueles que iam ler, já as conclusões do painel, e um dos itens destacados pelo painel foi a Barragem B-1. Existem outros itens, outras barragens também foram citadas nesse item de conclusões, eles também foram colocados no *e-mail*, e eu simplesmente fiz uma tradução e encaminhei para os responsáveis das estruturas, que eram aqueles que deveriam implementar as ações propostas pelo painel.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A senhora recebeu respostas de alguém sobre o que foi colocado ali? Alguém se posicionou sobre o assunto?

O SR. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, não, eu não recebi nenhuma resposta de nenhum dos diretores nem dos gerentes executivos e gerentes de áreas ali copiados. Apenas o meu Gerente Executivo, o Sr. Alexandre Campanha, fez um comentário também em cima desse mesmo *e-mail*.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A senhora tinha consciência da gravidade do que estava sendo colocado ali?

O SR. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, todas essas discussões foram feitas no painel de especialistas com todos os responsáveis pela gestão de segurança. Era um painel exatamente feito para que quem cuida do dia a dia da segurança das estruturas, que cuida da inspeção, do monitoramento, que de fato pode garantir que a estrutura está em segurança pudesse ter conhecimento de tudo aquilo que vinha sendo feito e analisado para a estrutura.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que eu tinha conhecimento era a mesma coisa que os próprios donos e os responsáveis pela gestão de segurança da estrutura tinham conhecimento.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A senhora estava na Vale quando Mariana rompeu, a Barragem do Fundão?

O SR. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, sim, eu trabalhava na Vale.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E nos explique, Dona Marilene, a senhora, na função que tinha, diante das informações de que uma barragem como Brumadinho poderia romper porque precisava de reforços, diante da experiência anterior que a sua empresa já tinha com relação a Mariana, não é estranho que nenhuma providência tenha sido tomada?

O SR. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, todas as análises que foram apresentadas pelas empresas especialistas e que foram avaliadas, validadas, que foram desenvolvidas junto com os donos das estruturas, que são as pessoas que conhecem o comportamento daquela estrutura, todas essas análises não mostraram nenhum risco iminente para as estruturas. Havia avaliações feitas para a estrutura naquele momento que mostravam que ela estava em condição drenada, com fator de segurança de 1.6, e havia simulações para condições não drenadas.

Além disso, as análises de riscos não apontavam nenhum risco iminente, então, o conhecimento que eu tinha era o conhecimento dessas análises, feitas por essas empresas especialistas, que era acompanhado e validado pelos donos das estruturas que acompanhavam, inspecionavam e monitoravam as estruturas no dia a dia e que também não indicavam nas reuniões nenhum risco iminente para a estrutura.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Nós vamos entrar na questão das avaliações e das auditorias, mas eu gostaria que a senhora definisse para nós o que é um risco iminente.

O SR. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, o risco iminente é aquele risco que está definido dentro do plano de ação emergencial que é um instrumento especificamente da operação. O processo para avaliação de um risco iminente passa por uma identificação *in loco* do geotécnico, que conhece a estrutura, que consegue avaliar os resultados que ele tem em mãos com relação a monitoramento, com relação a instrumentação, e consegue avaliar, em função do que ele está vendo do comportamento da estrutura, se ela se enquadra em qualquer nível de emergência do plano de ação emergencial e, aí, sim, ele procede às ações que são previstas.

Então, o risco iminente só pode ser definido por quem cuida da estrutura. Cada geotécnico... Existe uma anotação de responsabilidade técnica específica para a gestão de segurança da barragem. E





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

só esse geotécnico que conhece a barragem no dia a dia pode identificar uma situação de risco iminente.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Quer dizer que a barragem se rompeu sem esse risco iminente?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, o conhecimento que eu tenho...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – De acordo com a conceituação da senhora, não é?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, do que eu tenho conhecimento são os resultados dos estudos que foram feitos por empresas especialistas, corroborados e validados por quem cuidava da gestão de segurança.

A informação que eu tenho é que quem fazia o monitoramento, a inspeção, e avaliava o comportamento da estrutura na rotina operacional nunca identificou risco iminente. Essa é a informação que eu tenho.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Aqui...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Quem fazia?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Por favor, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu tenho uma série de perguntas e, como estou aproveitando o seu bloco de temas...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Logo que o senhor falou do *e-mail*, Senador Relator, eu queria saber quais eram as pessoas citadas de alto escalão. A senhora poderia nominar o alto escalão da empresa?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Sim, Excelência, eu encaminhei para todos os diretores de operação. No caso...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu queria os nomes.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – O.k.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Silmar Silva, que era o Diretor do Corredor Sudeste; Antônio Padovezi, que era o Diretor do Sistema Norte; Josimar Pires, que era o Diretor do Projeto S11D. Os gerentes executivos: do Corredor Sudeste, Sr. Joaquim Toledo; no Norte, o Sr. Diogo Monteiro; em Corumbá, o Sr. Antônio Sérgio; e, no Projeto S11D, o Sr. Fabrício Cardoso. Os gerentes de área: no Corredor Sudeste, Sr. Renzo Albieri; no Sistema Norte, o Sr. Ednelson Presotti; Projeto S11D, o Sr. Eudes Frigueto; e Corumbá, o Sr... Eu me esqueci do nome do gerente à época que cuidava da geotecnia lá... Sr. Odilon. E assim também para todos os geotécnicos que eram os ARTs, os responsáveis técnicos pelas barragens.

A nossa área é uma área administrativa, é uma área de consolidação de informação. Então, a gente tinha essa atribuição de distribuir para quem era o responsável por cada estrutura proceder às ações que estavam sendo previstas ou que estavam sendo recomendadas pelo painel de especialistas. Por isso, eu encaminhei para todos.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sra. Marilene, a senhora se esqueceu ou a senhora protegeu o Sr. Lucio Carvalho?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Ah! Não. O senhor me desculpe, Excelência. O Sr. Lucio Carvalho também recebeu esse *e-mail*, assim como o Sr. Alexandre Campanha, que é o Gerente Executivo da minha área também.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu vou só ler, voltar a ler um pedaço, uma parte do seu *e-mail*, que diz explicitamente o seguinte:

A Barragem 1 Feijão requer mais investigação e monitoramento de campo para identificar e projetar medidas complementares mais eficientes, tais como bermas e mineração de rejeitos, caso se mostrem necessárias, a fim de reduzir o risco atual.

A questão aqui está muito clara de que já havia um senso claro de conhecimento do risco sobre a barragem.

Aí, eu vou seguir com a senhora aqui no seguinte: pouco mais de um mês atrás, a força-tarefa do Ministério Público de Minas Gerais, que investiga a tragédia, pediu o afastamento de diversos funcionários da Vale – entre eles, a senhora.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Sim, Excelência.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O documento enumera vários fatos que embasam o pedido de afastamento. Vamos ver aqui alguns trechos.

Considerando que a TRACTEBEL, tomando conhecimento dos estudos da TÜV SÜD, que indicavam o Fator de Segurança igual a 1,09 para a Barragem B1 em condição não-drenada,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

explicou à VALE que não seria possível declarar estabilidade da barragem em setembro de 2018, quando deveria ser realizada a segunda inspeção de segurança regular [...] [de 2018]; Considerando que, segundo depoimento, a Vale comunicou à TRACTEBEL que, em razão da "divergência de critérios utilizados para a avaliação de segurança geotécnica, para o modo de falha de liquefação", essa empresa não mais seria responsável por conduzir os trabalhos afetos à referida inspeção de segurança regular do ano. Considerando que a TRACTEBEL foi imediatamente substituída pela TÜV SÜD, que se encarregou de emitir a declaração de estabilidade em setembro de 2018, apesar do Fator de Segurança 1,09 que havia encontrado em seus estudos, o qual era claramente inferior àquele que permitiria a conclusão pela estabilidade da estrutura, tendo nisso sido novamente endossada pela VALE.

Estou lendo aqui o trecho que foi publicado pelo Ministério Público no pedido de afastamento dos funcionários.

Pelo que nos consta, a sua gerência era responsável pelo contrato de auditoria e, portanto, pela decisão de afastar a Tractebel e contratar a TÜV SÜD.

Qual foi exatamente a divergência de critérios que houve entre a Tractebel e Vale? A Tractebel foi afastada por não querer assinar a declaração de estabilidade da Barragem B1, por quê? A Vale não queria fazer os investimentos na barragem naquele ano?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, a minha gerência nunca foi responsável por nenhum contrato de auditoria externa. As auditorias externas, inclusive o contrato da Tractebel, eram de responsabilidade do Sr. Washington Pirete, que era o engenheiro especialista ligado diretamente ao Sr. Alexandre Campanha. O Sr. Washington Pirete não faz parte da minha equipe. Eu nunca participei dessas discussões com a Tractebel. O contrato da Tractebel era um contrato conduzido e gerenciado exclusivamente pelo Sr. Washington Pirete, que não fazia parte da minha equipe, era ligado diretamente ao Sr. Alexandre Campanha.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Como a senhora poderia ter colaborado para que a empresa tomasse, de fato, medidas para que a barragem não se rompesse?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, a minha área era uma área administrativa, uma área em que a gente trabalha exclusivamente na mina de águas claras. É uma área de consolidação de informação, gestão de informação; é uma área de desenvolvimento de processos.

Então, a nossa área fazia essa consolidação para todas as barragens, não só barragens, mas para todas as estruturas geotécnicas também, de todos os complexos de ferrosos e carvão. Então, todo o trabalho era desenvolvido, as análises eram desenvolvidas junto com as equipes operacionais, porque





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cada estrutura tem o seu comportamento e só quem cuida dela pode ajudar uma empresa especialista avaliar.

Os resultados dessas análises eram compartilhados com os donos dessas estruturas. Então, todo o trabalho de organização dessas informações, de distribuição dessas informações, que era o que a gente podia contribuir, a minha área fez, eu reportei para todos os níveis aos quais eu tinha acesso, porque a empresa tem níveis diferentes de acesso de informação.

Então, para todos aqueles a quem eu deveria informar sobre os estudos que estavam sendo feitos, consolidando as informações e organizando as informações para a tomada de decisão, que é exclusivamente na área operacional, só quem cuida da estrutura pode decidir sobre a estabilidade dela, sobre a condição dela e sobre a segurança dela. Isso nós fizemos.

Todos esses resultados consolidados, inclusive, foram apresentados em vários fóruns de tomada de decisão e eram distribuídos sistematicamente para as áreas operacionais.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu só queria entender, Relator.

A senhora exercia um quadro técnico-administrativo?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Sim, Excelência, administrativa. A nossa área é, por natureza, administrativa.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Chegavam até a senhora relatórios relativos também à segurança das barragens?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, não. Os relatórios relativos à segurança de barragem... O que a gente fazia era a gestão administrativa do contrato. A minha área foi criada em janeiro de 2017, quando fui promovida a gerente; eu era uma engenheira especialista. Em março de 17, o primeiro painel de especialistas internacional recomendou que atividades administrativas relacionadas aos estudos fossem retiradas das geotecnias operacionais para dar a elas toda a possibilidade de ficar focada e dedicada à gestão de segurança.

Então, o nosso trabalho era um trabalho de gestão administrativa desses contratos dessas análises, onde a gente organizava as reuniões das empresas especialistas com a área operacional, a gente cuidava dos cronogramas, a gente cuidava das medições das empresas, e toda a avaliação técnica dos relatórios, que eram emitidos pelas empresas especialistas, era entregue para cada dono da estrutura, para cada responsável técnico, para que ele avaliasse, validasse e confirmasse as análises que estavam feitas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Entregues por quem?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Entregues pela própria empresa especialista e por nós. Esses relatórios eram...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – "Por nós" a senhora diz a sua área?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – A nossa área.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A sua área?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Isso. A gente enviava esses relatórios para que as áreas operacionais avaliassem e validassem.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A senhora pode definir para mim qual seria um fator de segurança imprescindível que tivesse sido acessado à senhora em relação à segurança? A senhora não teve nenhuma informação de qualquer desses relatórios, administrativamente colocados, poderiam demonstrar que era preciso que se tomassem outras decisões para averiguar melhor a segurança da barragem?

Qual é o fator de segurança que a senhora, ao exercer o seu cargo administrativo, teria observado como imprescindível para garantir a segurança da barragem?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, o fator de segurança adequado para qualquer estrutura só pode ser definido pela geotecnia operacional, pelo responsável técnico pela estrutura.

Ele conhece o comportamento...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Qual o nome? A senhora pode dizer?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – No caso da barragem B1, lá o responsável técnico pela barragem era a Sra. Cristina Malheiros. Ela tinha uma notação de responsabilidade técnica dessa estrutura e ainda existiam mais três anotações de responsabilidade técnica também associadas à estrutura. Uma RT de Manutenção e uma RT de Operação, ambas do Sr. Lúcio Mendanha, da operação; e uma RT de Gestão, que era o Sr. Rodrigo Melo.

Então, o fator de segurança não só para a Barragem B1, mas também para as outras estruturas para as quais era feito esse trabalho, ele era avaliado e validado por quem conhece a estrutura. O fator de segurança, inclusive, após um retrato, que é uma análise, ele precisa ser garantido, porque ele pode



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

vir a mudar ao longo do comportamento da estrutura, e essa garantia só é dada pela geotecnia operacional, que está *in loco*, que monitora, que inspeciona, que avalia continuamente a estrutura.

A nossa área, inclusive, ela não tem autorização e acesso às áreas de mina. A gente não tem acesso às estruturas. A gente só vai às estruturas autorizadas e acompanhadas pela equipe de geotecnia operacional, que é quem tem responsabilidade.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O que significa a expressão que constava no *e-mail*, que era: DL-EX/Gestão Risco Geotécnico/Vale? Eu queria saber o que significa, porque ela parece como destinatária do *e-mail* em que isso circulava. É um grupo de *e-mail*? O que que é?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Sim, Excelência. É uma lista de distribuição de *e-mails* em que constam várias pessoas, especificamente essa. A senhora me desculpe, eu não sei se é da gerência executiva do Alexandre Campanha ou se é da minha gerência. Eu não sei responder aqui agora.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – É DL-EX/Gestão Risco Geotécnico/Vale.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Ah, Excelência...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu queria saber, inclusive, quem fazia parte.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, esse EX me remete à executiva. Eu acredito que essa lista de distribuição...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Seria executiva.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – ... seja à equipe da gerência executiva do Sr. Alexandre Campanha, porque são vários funcionários não só da minha gerência, mas da Gerência de Fechamento de Mina, Descomissionamento e Estruturas, que é do Sr. Alessandro Resende.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A senhora sabe quem faz parte ou quem fazia parte desse grupo de *e-mails*?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, confirmando que essa lista é uma lista de distribuição da gerência executiva, fazíamos parte eu, o gerente de fechamento de mina, Sr. Alessandro Resende, os especialistas ligados diretamente ao Sr. Alexandre Campanha, Sr.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Washington Pirete, Sr. Lucas Brasil, Sr. Paulo Lemos e as equipes que ficavam, a minha equipe e a equipe do Sr. Alessandro Resende.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Só complementando.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O Sr. Gerd Poppinga afirmou expressamente – vou abrir aspas: "[...] a responsabilidade pela segurança das barragens, pelo monitoramento das mesmas, pela inspeção, pela manutenção e operação é da área operacional local e dos geotécnicos operacionais locais. São eles que têm que zelar pela segurança [...] [da barragem]". Ele, inclusive, nesse texto deixa de afirmar que o Sr. Fabio Schvartsman seria inocente.

O que eu quero perguntar: a senhora poderia dizer que o Sr. Gerd Poppinga e Fabio Schvartsman são inocentes nesse processo?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, existe um processo de investigação. Somente esse processo vai poder apontar as causas e as responsabilidades associadas. Eu não consigo responder a essa pergunta. Acho que é o processo de investigação que vai trazer as causas e as responsabilidades.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas o Sr. Fabio Schvartsman declarou aqui que qualquer funcionário da Vale poderia fazer notificações à empresa sobre riscos ou procedimentos que colocassem a operação em risco.

A senhora em momento algum usou dessa possibilidade para fazer as práticas? Porque a senhora apontou risco, a senhora traduziu o risco na barragem. A senhora não fez nenhuma comunicação além disso ou não percebeu nada em seguida em relação a isso, porque ninguém tomou providência?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, todos os resultados das análises de risco, que era a informação que eu tinha, resultado de análise de risco, não apontavam para nenhum risco iminente. Os geotecs da operação, que eram os responsáveis por cuidar da estrutura, em nenhum momento informaram nenhum risco iminente da estrutura. Ainda assim, todos os resultados das análises, de todos os estudos, a minha área consolidou, e nós apresentamos em diversos comitês onde estavam os responsáveis por cada estrutura da operação. Em março de 2018, nós apresentamos isso no Comitê de Liderança de Geotecnia, onde participam todos os gerentes executivos operacionais e todos os gerentes de área operacionais; apresentamos nos painéis de especialistas de 2017 e 2018 (novembro de 2017 e outubro de 2018), e, além disso, apresentamos no Subcomitê Operacional de Gestão de Riscos, que é um subcomitê corporativo da gestão de riscos corporativa, e no Comitê Executivo de Riscos, que também é da gestão corporativa, liderada pelo Diretor Luciano Siani.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim. Antes de seguir com a pergunta aqui, Sra. Marilene, Presidente Rose, Juíza Selma; até o momento eu, pelo menos, não consegui ainda achar uma empresa que tenha pessoas altamente graduadas, uma empresa que tenha toda a informação dividida entre os responsáveis, uma empresa que tenha a possibilidade milionária de fazer todas as contratações para poder funcionar sem risco, uma empresa que, inclusive, se propôs a ser modelo depois da tragédia de Mariana; tudo isso ficou sendo divulgado de um para o outro e ninguém tomou providência nenhuma? Como é que pode um negócio desses, Dona Marilene? Que empresa é essa? Todos vocês são muito graduados, todos vocês tiveram informação, todos, e ninguém tomou providências para salvar aquelas 300 vidas, Sra. Marilene?

Tente nos dar uma explicação para isso aqui. O que é que faltou? Quem foi o responsável... Quem é que não tomou as providências para que aquelas pessoas fossem evacuadas – os seus colegas da Vale? Quem é que não tomou a providência? De quem é a responsabilidade, ou de quem seria? Porque a senhora mandou um *e-mail*. A senhora me confirmou os nomes todos. Alguém aqui deveria ter lido e falado assim: "Olha, nós estamos com um problema grave. A experiência anterior já não é boa. Tomem-se as providências, para que a gente possa resolver o assunto". Estou errado?

O que é que foi que aconteceu? Por que é que essas informações... A senhora hoje, depois que a senhora avalia tudo aqui, onde é que foi a falha, já que tudo isso estava disponível e ninguém agiu?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, eu não consigo apontar falhas. Eu acho que as falhas, as causas e as responsabilidades virão da investigação que está sendo feita. O que eu posso afirmar é que a gestão de segurança de uma estrutura é responsabilidade exclusiva da geotecnia operacional. É por isso que essas equipes estão nas áreas, é por isso que elas estão no dia a dia, é por isso que existem as anotações de responsabilidade técnica...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sra. Marilene, qual é a função da sua área?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – A função da minha área...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Para que serve, se a senhora, tendo acesso às informações de risco, e não tomando providências, para que que serve isso?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, a minha área é uma área exclusivamente administrativa. A minha área não é uma área de tomada de decisão com relação a nenhuma estrutura. A tomada de decisão com relação a qualquer ação relacionada a qualquer estrutura geotécnica é responsabilidade exclusiva da geotecnia operacional. Existem os responsáveis técnicos na área por cada estrutura. O que a minha área faz, sendo uma área administrativa, é desonerar a área operacional desses processos administrativos que tomam tempo, para que ela possa ficar focada na inspeção, no monitoramento, na avaliação do comportamento, na identificação de risco, no acionamento de plano de ação emergencial. Então, a nossa área é uma área informativa, que



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

consolida a informação e distribui nos níveis hierárquicos a que a gente tem acesso – nós também não temos acesso a todos os níveis hierárquicos; àqueles a quem nós temos que reportar, todas as informações sobre os estudos que foram feitos foram disponibilizadas.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A senhora participou do Piesem?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, sim, participei dos três.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito bem. A senhora pode nos confirmar, a essa CPI, que os Diretores Silmar Silva e Lúcio Cavalli estavam presentes no último dia do painel que apresentou as conclusões?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Sim, Excelência, ambos estavam presentes.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Foi discutida também no Piesem uma divergência entre a Geo Consultoria do Consultor Paulo Abrão e a TÜV SÜD sobre o modelo usado para calcular o fator de segurança da Barragem B1? A senhora poderia nos explicar o que foi essa divergência e qual a conclusão?

O SR. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, o que eu posso dizer é que eu vi, eu participei como ouvinte dessa discussão. Eu não sou especialista em liquefação. Apesar de eu ser engenheira geotécnica, a liquefação é um assunto muito complexo. Ela depende de uma especialização. Mas o que era discutido nos painéis, especialmente pela equipe da geotecnia operacional, que tinha muito conhecimento da estrutura e conhecia o trabalho que foi feito pelo Sr. Paulo Abrão, é que havia...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Qual foi a divergência, Sra. Marilene?

O SR. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – É que havia uma divergência – desculpe, Excelência – com relação ao modelo de engenharia utilizado pelo Sr. Paulo Abrão para fazer a análise, no qual ele tinha usado o modelo de engenharia que chegava a um fator de segurança para situação hipotética não drenada de 1.3, e a TÜV SÜD usava um modelo mais conservador, onde o resultado para esse modelo da TÜV SÜD para a condição não drenada, numa simulação de uma condição não drenada, era de 1.09.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A senhora sabia dessa recomendação do Piesem em adotar o fator de segurança maior ou igual a 1.3 com a B1?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Só um minutinho.

O relatório com essa conclusão foi encaminhado pela senhora para os diretores da Vale? E por que essa recomendação não foi seguida?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, a recomendação do painel de especialistas era uma recomendação generalista. O painel de especialistas nunca recomendou nenhum fator de segurança específico para nenhuma estrutura da Vale, nem mesmo para a B1. E ele colocava esse fator de segurança... Como havia muita divergência na comunidade técnica, inclusive internacional, com relação a fatores de segurança para a condição não drenada, eles colocavam essa referência como objetivo a ser atingido pela Vale, como um objetivo, como uma meta a ser atingida para todas as estruturas e não especificamente para a barragem B1. O relatório...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Desculpe. Pode continuar, por favor.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Desculpe, Senador.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não. Eu agradeço.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – É só para responder à pergunta do senhor. O relatório, com todas as conclusões do painel de especialistas, eu encaminhei para todos os diretores operacionais, gerentes executivos e gerentes de área nesse *e-mail* que o senhor citou.

E, desculpe, Senador, a última pergunta que o senhor fez...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – As providências foram tomadas?

Eu quero o gráfico do exército americano. Isso.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, os relatórios, as providências relacionadas a cada estrutura, porque esse é um relatório de tudo o que é discutido no painel, devem ser tomadas no âmbito da operação. Então, cada operação tem um gerente de geotecnia específico. E ele deve pegar as recomendações do painel e dar encaminhamento dentro da sua própria operação. No caso da Barragem B1, o gerente de geotecnia responsável era o Sr. Renzo Albieri.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Se o senhor me permitir...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não, perfeitamente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... eu estou um pouco incomodada aqui.

Sra. Marilene, qual é a sua profissão?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Eu sou engenheira civil.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Está bem. Tem uma coisa que está me incomodando, porque eu faltei a uma reunião em função de problemas de saúde e tenho ouvido, lido todos os relatórios. Inclusive, quando a gente lê o relatório do depoimento, um dos últimos depoimentos prestados aqui, pela Dra. Cristina, dá um enorme incômodo pelas palavras, as contradições.

Eu sempre ouvi falar que os funcionários da Vale, todos eles são extremamente qualificados. E também sempre ouvi falar da dedicação que os funcionários têm à Vale do Rio Doce. Não acredito até que nenhuma dessas maneiras de se conduzir no processo possa ser diferente do incômodo que nos dá, quer dizer, quando fala várias vezes, Senador Carlos, "falha, falta, falha, falta", parece que não estamos falando dentro de uma CPI que visa apurar quais foram os atos absolutamente irresponsáveis que a Vale teve nesse processo como um todo. Imagino que essa empresa é de grande valor nacional e internacional. Então, quando eu vejo quando nós estamos conversando e estamos inquirindo as suas perguntas, eu lembro que, em relação à Barragem nº 1, Senador Carlos Viana, era tecnicamente segura, ninguém afirmou isso até agora. Existem alguns dados que indicam que ela não estava em processo de segurança. Ela veio a se romper e não foi por causa de furacão, terremoto. Ela veio a se romper porque houve falhas, houve omissões. Num depoimento que foi aqui prestado – o nobre Senador Kajuru se lembra –, do Gerd Poppinga e do ex-Presidente da Vale, eles alegaram que são inocentes.

Então a conclusão que nós estamos tendo aqui agora é que os depoimentos técnicos querem apenas mudar sofisticados elementos de conduta que na verdade não atribuem a ninguém responsabilidade de nada. É só um cronograma de desempenho de cada área. Eu assisti a um depoimento a que não pude comparecer...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Do Sr. Felipe.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... em que ele afirma que são inocentes, todos são inocentes. Culpado deve ser o pessoal que pegou com a mão um edifício de um restaurante, tirou-o de um patamar de segurança, colocou no vale da morte e as pessoas morreram e todo o procedimento técnico até então não conduziu à responsabilidade de ninguém.

Quando a Senadora Selma diz algumas coisas importantes que servem para nós, Senadora... Há uma estratégia montada e a gente até se aproveita do momento que querem falar para tentarmos extrair alguma coisa que seja factível. Todos são inocentes. Todos atribuem responsabilidade a outros. Ninguém assume nada.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – A Vale é uma santa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ninguém leu nada. Ninguém viu nada. Ninguém sabe de nada. Eu me nego. Eu vou conduzir o meu processo de responsabilidade política e pública que eu tenho de presidir esta CPI. V. Exa. preside. Ele é o Relator. V. Exa. preside. Todos são inocentes. Chamam de tragédia. A gente até ouve a palavra tragédia porque não tem outra. O que a gente pode falar? Crime?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eles não aceitam essa palavra. Todos os que vieram aqui não aceitam.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não aceitam. Então eu quero saber se a senhora concorda com as declarações que foram dadas pelo Gerd Poppinga e pelo ex-Presidente de que a responsabilidade é toda do corpo técnico. V. Sa. concorda com isso?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Da tragédia. Veja bem: eu não estou falando do acidente, da fatalidade. Estou dando o nome que vocês usam: a tragédia. A senhora concorda que a responsabilidade do que aconteceu é do corpo técnico?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, sobre as causas e as responsabilidades associadas à ruptura da barragem somente a investigação poderá responder. O que eu posso afirmar é que a responsabilidade pela gestão de segurança da barragem, pela inspeção, pelo monitoramento, pela avaliação do comportamento dela no dia a dia, pela identificação de algum risco na estrutura, pela avaliação se esse risco está dentro ou não de algum nível de emergência, pelo acionamento do Plano de Ação Emergencial é exclusiva de cada geotecnia operacional que está no campo.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Se a senhora estivesse, em determinado momento, em sua sala, distribuindo os papéis, porque a senhora é da área administrativa, e de repente passasse um papel em suas mãos: Epa! É um relatório internacional aqui de especialista que está alertando para alguma coisa sobre a barragem. A senhora faria o quê?

O SR. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, os relatórios do painel de especialistas passaram por mim e eu fiz o que cabia dentro da minha atribuição...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Qual seja...

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – ... que era distribuir a informação para os níveis de tomada de decisão da operação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Normalmente, ainda que fosse um alerta para a possibilidade de uma tragédia.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, nenhum dos relatórios que chegaram até a minha área apontava para um risco iminente da estrutura, nenhum deles. Então, a informação que chegou eram resultados de análises hipotéticas. As análises de riscos eram análises hipotéticas, eram análises preventivas para entregar para a operação uma informação para que ela pudesse atuar de forma preventiva.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A senhora me desculpa, Sra. Marilene, uma análise hipotética de um risco? Nós estamos falando de gente, não é? Nós estamos falando de pessoas que morreram em função de que essa análise hipotética de risco iminente ou qualquer coisa parecida, porque eu não sou tão ignorante para não usar as palavras técnicas que não me cabem nesse momento... Essas ameaças, esses pequenos estados de alerta, esses pequenos espasmos técnicos de consciência não levavam a ter... A senhora está dentro de uma empresa como a Vale, internacional, e todos têm um apego danado à Vale do Rio Doce, empresa que eu quero que sobreviva com outro modelo de comportamento e compromisso com a sociedade e com o País onde ela está. Lá fora, cada um tem a sua legislação. Aqui, o comportamento tem que mudar. Senão, não quero que essa empresa sobreviva, se não mudar o comportamento.

Eu estou tentando procurar – desculpa, Senador – um sentimentozinho, um!. Eu quero registrar, ao final desta CPI, não só aquela Dra. Cristina que, quando o Senador Kajuru e o Senador Viana mostravam as imagens, ela virava o rosto e dizia: "Não quero ver". Pareceu-me naquele momento que era um instinto de defesa. Eu quero que as pessoas...E aqui não vai nenhuma denominação à senhora, porque não me cabe fazê-lo, eu conheço as regras, o Regimento e a minha capacidade de condução. Eu quero dizer à senhora que eu quero levar em algum momento um sentimento, qualquer um que seja: "Eu podia ter feito assim. Eu podia ter alertado. Eu podia ter levado em conta". Não é possível! Nós estamos falando de uma coisa muito grave. Desculpa a minha sinceridade com a senhora. Eu noto que é como se fosse um rosário. Eu já fui postulante de freira e a gente tinha que rezar muito. Chegava a hora da oração, todo mundo estava lá, e às vezes você não queria, pois estava com a cabeça em outro lugar, mas tinha que rezar. Então, o que parece que todos fazem aqui é um *script* já previamente traçado, não é, Senador Kajuru?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É um treinamento.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – E que chegam aqui e repetem como uma ladainha. Isso não... Se a senhora pudesse segurar na minha mão, a senhora veria que eu estou gelada, porque me falta aqui a capacidade de disfarçar o meu sentimento de ira por não ter uma pessoa que se sensibilize com essa tragédia. Desculpe-me.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra para o Relator.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Antes, Sra. Presidente, eu queria pedir permissão...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – ... a V. Exa., Presidente Rose de Freitas. Eu estou do mesmo modo como a senhora, indo ao encontro de sua indignação, porque eu acompanhei os exímios questionamentos, como sempre, feitos pelo Senador Carlos Viana, Relator. Da tribuna de lá do Plenário, onde falava, eu com meu ponto eletrônico aqui que a minha assessoria fornece, ouvia as respostas de V. Sa., Marilene Lopes. Aí a Senadora Presidente desta reunião, parece-me que é a nona ou décima reunião nossa, nós somos onze membros, estamos aqui com quatro. Oitava, desculpe-me, oitava reunião, estamos aqui com quatro.

Mais tarde falaremos.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Senador, a nossa luta é muito grande para trazer os Senadores aqui. Alguns, eu quero destacar, vêm aqui, dão a presença, pelo menos colaboram para que a reunião possa ser realizada. Mas tenho um pensamento muito claro sobre isto: muito será cobrado a quem muito houver confiado. Então, a Juíza Selma está sempre aqui, o Wellington Fagundes não deixa, ele tem outra Comissão a presidir, mas vamos continuar com os nossos trabalhos, porque não importa quantos somos, importa o que iremos produzir.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Apenas eu quero fazer o registro, permita-me, porque eu gostaria que todos estivessem aqui, porque enriqueceria, seria mais rico.

Mas a senhora falou em contradição.

Primeiro, para não ser injusto, eu já falei aqui, quando ocupei a Presidência em seu lugar, por questão de saúde, na sua ausência, eu tomei conhecimento, o Senador Carlos Viana também, que os grandes veículos de comunicação, especialmente os maiores jornais do País, estão acompanhando o nosso trabalho, mesmo não aqui presentes às vezes, através da TV Senado. Então, o reconhecimento a esses veículos.

A palavra contradição. Se a senhora, Marilene, se a senhora era meramente administrativa, por que a senhora enviou tanto *e-mail* para tanta gente alertando sobre os riscos da barragem apontados no Piesem? Pode responder, por fineza?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fineza, com todo respeito, não me chame de excelência. Sabe por quê? Eu não gosto e aqui não uso isso. Excelências, para mim, são as vidas que estão no céu e os familiares que perderam mais de 300 pessoas no crime ambiental de Brumadinho. Por favor, com todo respeito, pode me chamar do jeito que a senhora quiser, menos de excelência.

Muito obrigado.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Sr. Senador, então, se o senhor me permite, eu primeiro gostaria de fazer um comentário com relação ao que a Rose colocou: que eu sinto uma profunda tristeza pela ruptura da barragem e por todas as suas consequências...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Óbvio que a senhora sente.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – ... mas eu tenho plena consciência tranquila de que tudo que cabia no meu trabalho, que era da minha responsabilidade, que estava dentro do meu escopo de trabalho, eu fiz com muita seriedade, muita responsabilidade, com muita ética e tenho plena consciência disso.

O meu trabalho, respondendo à pergunta do Sr. Senador, o meu trabalho era, de fato, distribuir as informações, as análises e as recomendações do Painel de Especialistas. Isso fazia parte do meu escopo. Não fazia parte do meu escopo analisar os resultados dessas análises, não fazia parte do meu escopo avaliar que atitudes tinham que ser tomadas, que ações tinham que ser tomadas, porque tudo isso faz parte do escopo da geotecnia operacional. Cada operação tem que cuidar da sua estrutura. Eu e minha equipe não tínhamos condições de avaliar se um resultado de uma análise, se o resultado de um fator de segurança, se uma declaração de estabilidade é adequada ou não para a estrutura, porque a gente é uma área administrativa que não tem nem acesso a essas estruturas liberadas.

O que a gente faz é distribuir a informação, para que cheguem às pessoas responsáveis, que têm a responsabilidade de tomar a decisão.

Então os meus *e-mails* faziam parte da minha atribuição de pegar resultados...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então, a sua função não era meramente administrativa, para mandar tanto *e-mail* assim?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, fazia parte da minha função...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Retire o Excelência.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Desculpe-me.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Senador, fazia parte da minha atribuição distribuir para os donos as estruturas, que eram os responsáveis técnicos pelas estruturas, os resultados das análises consolidados, inclusive, para apresentar para outros níveis hierárquicos. E todos esses resultados, inclusive, eram apresentados dentro de um sistema de gestão de riscos. A primeira tela que o geotécnico responsável pela segurança da barragem abria era uma tela onde estavam apontadas todas as análises de risco.

Então, essa distribuição de *e-mails*, essa distribuição da informação do que o painel de especialista recomendava, do que as análises de risco estavam apontando de forma consolidada era, sim, uma atribuição da minha área. Era uma função administrativa.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ainda nessa seleção escoreita de perguntas do Relator Carlos Viana e para devolver a ele, há algo que eu também não entendi.

O Piesem tratou de coisas, entre aspas, "abstratas", entre aspas, "hipotéticas"? É uma pergunta. Ou tratou expressamente da barragem que veio a se romper, Sra. Marilene?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Retire o Excelência.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Desculpe-me.

Sr. Senador, o Piesem tratou da Barragem B1 como um dos assuntos tratados no painel. Aconteceram três painéis internacionais. Nesses três painéis, outras estruturas também foram tratadas, outros assuntos, como projetos futuros também de estruturas futuras foram discutidos. Então, a Barragem B1 também foi tratada, foi discutida, assim como outras estruturas também de outros complexos da Vale.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu vou concluir, agradecendo à atitude democrática do Relator de permitir que a gente daqui também questione.

Por gentileza, a senhora falou em ética. A senhora leu Baruch de Spinoza?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É um livro que fala de ética, de 200 anos atrás. Para ele, a ética hoje continua a mesma, não mudou nada.

Então, por falar em ética, eu pediria a sua ética, por fineza, Sra. Marilene. Quem está pagando o advogado de V. Sa.?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, é um protocolo da empresa...

Sr. Senador, me desculpe.

Sr. Senador, é um protocolo da empresa o fornecimento...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Da empresa qual?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – ... da empresa Vale o fornecimento de advogado...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É ela que está pagando?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – ... para os seus funcionários.

No meu caso, o advogado está sendo pago pela Vale, mas é um advogado inteiramente da minha confiança.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Obrigado pela sinceridade.

É a segunda pessoa, porque ninguém mais falou, não é, Senador Carlos Viana? Ninguém falava. O Felipe foi muito sincero. O Felipe falou: estou pagando do meu bolso, com os meus parentes ajudando e tal. E a senhora foi sincera, dizendo que a Vale pagou o seu advogado.

A senhora continua funcionária da Vale?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, eu estou afastada...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Recebe salário?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Recebo salário. Estou afastada da Vale. Estou afastada desde...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Se senhora estivesse no meu lugar, a senhora acreditaria na Sra. Marilene se ela tem um advogado pago pela Vale, para mim, a maior culpada do crime ambiental de Brumadinho? A senhora acreditaria na Sra. Marilene, sendo que ela, mesmo afastada, continua recebendo salário da Vale?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Se a senhora estivesse no meu lugar?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, eu estou aqui trazendo toda a minha verdade, tentando contribuir o máximo com esta Comissão.

Eu me preparei para vir trazer as informações aqui para vocês, eu entendo a importância dos trabalhos desta Comissão. Estou aqui falando tudo o que eu conheço e tudo o que eu estou falando é a mais absoluta verdade.

Então, o meu objetivo aqui é, de fato, contribuir com os trabalhos desta CPI. O que eu puder trazer de informação, de contribuição do que for do escopo do meu trabalho, do conhecimento do meu trabalho durante esse período todo na Vale, é o que eu estou trazendo aqui para os Srs. Senadores com muito respeito.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Definitivamente, última pergunta minha, então.

O nome de V. Sa. – responda com franqueza, Sra. Marilene, em nome dos seus filhos, em nome de sua família, dos seus pais – foi expressamente, como o Relator que tem memória de elefante, mencionado na última audiência desta CPI, ocasião em que o Sr. César Grandchamp assim se manifestou – aspas: "Deveriam ter, na sala, umas 15 pessoas. Tinha a equipe da Tüv Süd, a equipe da Marilene [que é a senhora], que é a equipe de risco, e a equipe de geotecnia operacional. Foi uma reunião estritamente técnica, onde se discutiu o valor do fator de segurança alcançado pelos estudos da TÜV SÜD, 1,09." – fecha aspas.

Última pergunta. Quando ocorreu essa reunião, Sra. Marilene?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, essa reunião aconteceu em maio de 2018.

Eu não participei dessa reunião, eu não estava presente nessa reunião.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então, o senhor aqui mentiu?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – O Sr. César Grandchamp disse que estava presente a minha equipe. Eu não participei...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ele falou a senhora.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Não, eu não participei dessa reunião, não estava presente...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – A declaração dele está aqui.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Eu não estava presente nessa reunião, eu estava em outro compromisso profissional. Não participei dessa reunião.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Mas a sua equipe comunicou a senhora o assunto da reunião.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – A minha equipe comunicou que essa reunião aconteceu...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Comunicou o quê?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Que foi uma reunião totalmente técnica onde a área operacional, a equipe que conhece a estrutura, incluindo alguns geotécnicos mais experientes, que sempre davam suporte para a responsável técnica, Sra. Cristina Malheiros, como o Sr. João Paulo Silva, Andréa Dornas e o Sr. César Grandchamp, para discutir os resultados das análises com a empresa Tüv Süd, disse que foi uma discussão técnica, porque, inclusive, todo esse conhecimento da segurança da estrutura para atestar ou validar um resultado só pode ser feito por eles. Inclusive é a geotecnia operacional a responsável por assinar, em conjunto com a empresa especialista, a declaração de estabilidade, exatamente porque ela é a única que tem condições de dizer se o resultado apresentado é coerente ou não, se pode ser validado ou não.

Então, a informação que eu tenho é a de que essa reunião foi uma reunião técnica para discussão e apresentação para a área operacional dessas análises feitas pela empresa Tüv Süd.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu volto ao Senador Carlos Viana, Relator.

Agradeço o espaço dado e quero apenas, Senador e Relator, sei que o senhor pensa da mesma forma.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente Rose, enaltecer aqui – para mim, a instituição mais séria deste País, a em que eu mais confio – a Polícia Federal, e há integrante dela aqui nesta reunião, neste momento.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Tem colaborado muito conosco, Senador.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Muito.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Senador Viana, ela vai ser muito importante, a Polícia Federal, quando a gente ouvir aquilo, Senadora Rose, Presidente.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Senador Kajuru, é claro que...

Sra. Marilene, eu vou fazer uma pergunta.

Quantas horas de...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Deixe-me apenas solicitar... O Colégio de Líderes está reunido. Eu vou tentar uma extrapauta para o Plenário sobre o projeto, Senadora Selma, que diz respeito à questão das barragens, e isso depende do convencimento geral de todos os Líderes, e eu gostaria de estar presente, para não dizerem que nós não conseguimos o apoio, porque eu vou coletar as assinaturas.

Solicito ao Senador Kajuru que possa presidir. E a Senadora Selma está inscrita para falar.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pois não. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Senadora estimada Dra. Selma Arruda, com a palavra nesta oitava reunião, em que ouvimos a Sra. Marilene.

Pois não. Com prazer, Senadora Selma.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Para interpelar depoente.) – Boa tarde, Sr. Presidente e demais presentes. Eu já cumprimentei o Sr. Relator.

Eu gostaria de fazer uma consideração aqui, já raciocinando sobre o resultado dessas oitavas que temos feito, Sr. Presidente Kajuru. É muito decepcionante ver como as pessoas perdem o seu senso ético para defender uma empresa por dinheiro, seja por emprego, seja por dinheiro, efetivamente, por recompensa monetária. Elas perdem o senso ético e até se esquecem das vidas que se foram por conta dessa omissão. Preferem seguir nas omissões, preferem seguir negando o que foi escrito, o que foi dito, e preferem todas adotar o mesmo discurso padrão, como se tivessem entrado numa linha de produção, uma atrás da outra, e saído todas com o mesmo discurso. É impressionante a que ponto o ser humano chega. Eu fico muito triste realmente de ver isso.

Acho, Sr. Relator, que as perguntas que V. Exa. fez, assim como as perguntas do Presidente e as perguntas da Presidente da CPI, Senadora Rose de Freitas, são suficientemente esclarecedoras, ou desesclarecedoras... As perguntas tentam esclarecer, mas as respostas parecem ter o dom de complicar. Então, eu, sinceramente, se fosse juíza nessa causa, eu lhe digo que as coisas teriam um rumo bem diferente do que têm aqui. Infelizmente, nós temos aqui apenas uma CPI, e esses convocados aí, que estão cobertos pelo direito de permanecer calados, fazem questão de colaborar, mas colaborar, na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

verdade, só com a empresa Vale, não colaborar com a verdade, nem colaborar com o esclarecimento dos fatos, e muito menos de respeitar a memória, as almas das pessoas que se foram e de respeitar as que podem, amanhã ou depois, ter o mesmo destino, inclusive essas próprias pessoas.

Deus há de fazer a justiça na qual nós todos confiamos, porque acredito que, a julgar por essa trama arquitetada pela Vale, muito pouco se conseguirá de resultados, exceto, óbvio não é?, se os resultados vierem de perícias ou vierem de dados técnicos, jamais dependendo dos depoimentos dessas pessoas que faltam com a verdade, sem sequer ficarem vermelhos.

Eu então agradeço, Sr. Relator, as perguntas que fez, ao Presidente Kajuru, à própria Senadora Rose, mas eu me abstenho de fazer perguntas para resultados pouco produtivos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É difícil. Para quem é membro aqui, e às vezes até, Senador e Relator Carlos Viana, alguns membros de que... A Presidente não gostou – sabe que o Kajuru é polêmico, não é? – quando eu citei ausências. São onze membros, mas às vezes alguns deixam de vir exatamente pelo que acabou de falar, muito bem, a Senadora Selma Arruda.

Mas a gente tem o papel de perguntar, de questionar, que é o que tem feito aqui, de forma corretíssima, o Relator Carlos Viana, para que a sociedade saiba. E ele sabe interpretar como ninguém, é jornalista, é investigador, como eu, e saberá fazer o relatório, mesmo a gente vendo aqui um treinamento quase que alemão, não é? Antes de cada um chegar aqui, parece que ficou doze horas ali ouvindo alguém doutrinando-o: "responda assim, responda assim, responda assim, porque eu pago o seu salário, porque eu pago o seu advogado, porque eu sou a Vale, eu compro fulano, eu compro beltrano." Essa é a verdade, lamentavelmente.

Relator Carlos Viana, obrigado pelo espaço dado a nós aqui.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Senhores, Sra. Marilene, a senhora ficou quanto tempo sendo orientada sobre as respostas aqui para esta CPI? E, por favor, não diga que não, porque nós sabemos que em média oito horas a vários funcionários. Quanto tempo a senhora ficou?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, eu estou afastada da empresa desde o dia 15 de fevereiro. Então, eu me preparei com o meu advogado, dentro do processo de investigação, para trazer aqui as respostas para contribuir o máximo que eu pudesse...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Quanto tempo a senhora se preparou com o seu advogado?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Eu fiz várias reuniões com o meu advogado no sentido de realmente trazer aqui as respostas para esta Comissão de tudo que foi



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

feito no meu trabalho, de tudo que eu poderia contribuir. Sentei várias horas, não sei aqui afirmar para o senhor quantas horas foram, mas fiz várias discussões e avaliações para trazer as informações corretas aqui para os senhores.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sr. Relator, pela ordem.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Pela ordem.) – Se a senhora fez tantas reuniões para vir aqui nos contar a verdade, por que a senhora entrou com *habeas corpus*?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, eu não sei responder por questões jurídicas, não é? Eu tenho o acompanhamento do meu advogado, eu confio plenamente nele. E, de fato, independentemente do *habeas corpus*, eu estou aqui falando toda a verdade, todo o conhecimento que eu tenho do que é do escopo do meu trabalho, do que eu posso trazer de contribuição, eu estou aqui trazendo e posso responder a qualquer pergunta que estiver associada ao que era do escopo do meu trabalho.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu quero só, antes de a gente dar sequência, ler aqui, Senador Kajuru, Senadora Selma, parte do *habeas corpus* que foi concedido pelo nosso Supremo Tribunal Federal e que tem sido uma praxe recorrente nos depoimentos de funcionários da Vale. Aqui, da eminente Ministra Rosa Weber, que diz o seguinte:

Defiro, pois, o requerido, concedendo a liminar para assegurar aos pacientes, em suas respectivas inquirições perante a CPI Brumadinho do Senado Federal, o direito ao silêncio, ou seja, de não responder, querendo, às perguntas a ele direcionadas, o direito de assistência por advogado durante o ato, o direito de não serem submetidos ao compromisso de dizer a verdade ou de subscreverem termos com esse conteúdo.

E o último, que eu gostaria muito de deixar aqui, da nossa ilustre e mui respeitável Ministra Rosa Weber: "o direito de não sofrerem constrangimentos físicos ou morais decorrentes do exercício dos direitos anteriores". Não há a menor necessidade. Ninguém aqui vai constranger ou fazer qualquer coisa, torturar ninguém. Mas está aqui, eu estou lendo o *habeas corpus*, o que vem de encontro ...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Constrangimento quem está sofrendo somos nós aqui e a população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Até porque, Sra. Ministra, aqui não é julgamento do Supremo Tribunal Federal, não. Aqui ninguém chama ninguém de gangster, de gentalha, de cretino. Quem usa esses adjetivos são companheiros da senhora,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Ministra, em julgamentos aí da Suprema Corte – a Suprema Corte da lagosta, do camarão, do vinho, do uísque, importados para os quais se exige a premiação de pelo menos quatro prêmios internacionais.

Então, com todo o respeito, Sra. Ministra, como a gente respeita o seu trabalho, respeite o nosso trabalho aqui. A gente não usa com os nossos convocados aqui adjetivos que são usados aí na reunião de que a senhora participa ao lado de gente como Gilmar Mendes, Lewandowski, Alexandre de Moraes, ao lado dessas figuras, respeitosa Sra. Rosa Weber.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sra. Marilene, vamos dar sequência.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sr. Senador, apenas mais uma...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Claro.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – ... intervenção aqui, até porque eu estou sendo chamada numa Comissão Mista da qual eu participo, da Medida Provisória 872; eu devo me ausentar daqui a pouco. Mas eu gostaria só de deixar registrado também, para a formação do convencimento de ambos, que, embora a senhora que está sendo ouvida agora tenha nos declarado aqui que a Vale paga o advogado, mas ela escolhe o advogado de sua confiança, assim como outros já o fizeram, é impressionante como também o procedimento de todos é idêntico. Ou seja, o procedimento de todos é: entra com *habeas corpus*, depois vem dizendo que vai falar a verdade, que a sua intenção é só falar a verdade. Então, parece-me que o advogado não está sendo escolhido pelas pessoas; está sendo escolhido, sim, por quem é a única interessada nesse tipo de versão.

Só para deixar registrado. Muito obrigada.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não, obrigado.

Sra. Marilene, a senhora é capaz de nos explicar esse gráfico que está sendo mostrado?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, eu não consigo explicá-lo totalmente em detalhes. É um gráfico especialista, mas é um gráfico de tolerância ao risco, onde tem uma referência à Usace, que é o corpo de engenheiros dos Estados Unidos, é uma referência de um modelo de tolerância que eles adotam. E do lado de lá é uma referência a que deveria ser definida alguma coisa para a Vale e apresentado um exemplo mostrando a mesma curva da Usace. É o que...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Esse gráfico foi apresentado por um funcionário da senhora. (Pausa.)

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Sim, Excelência?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim, foi apresentado.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – O senhor está perguntando?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A senhora tem conhecimento? Porque foi apresentado por um funcionário da senhora, da sua equipe, como resultado do painel de discussões sobre segurança. A senhora tem conhecimento?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, eram feitas várias apresentações com os resultados das análises de risco.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não, eu perguntei se a senhora tinha consciência de que esse gráfico foi apresentado por um funcionário da senhora e que embasou o *e-mail* que a senhora mandou para os diretores.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Não, especificamente esse gráfico eu não me lembro de em qual apresentação ele foi feito. O gráfico que foi apresentado no painel de especialistas que embasou o *e-mail* que eu mandei, que foi do painel de especialista de outubro de 2018, é outro gráfico; é um gráfico onde tem uma curva de tolerância definida em função de uma zona de atenção, uma divisão entre áreas. Não especificamente esse gráfico aí.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – O que eu posso dizer é que todas as análises de risco, todos os resultados das análises de risco, eram consolidados em gráficos, onde era consolidado tanto o resultado do ponto de vista das perdas de vidas. Esse era o resultado apresentado para todas as análises de risco.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito bem.

É o seguinte: esse eslaide 2... Só um minutinho. Eu vou explicar. Quem fez a apresentação foi o Sr. Felipe Rocha, funcionário da Sra. Marilene, no painel de especialistas do Piesem de novembro de 2017. No eslaide, nós vemos do lado esquerdo um modelo chamado de curva de tolerabilidade adotado pelo Corpo de Engenheiros do Exército americano, que é considerado, inclusive, a principal e mais importante referência no mundo em riscos e potencial de perda de vidas em três quadrantes. No quadrante superior à direita, ficam os riscos inaceitáveis – é onde está em vermelho lá –, porque têm maior chance de acontecer e porque causariam muitas mortes se acontecessem. No lado direito, está outra imagem apresentada no Piesem mostrando o resultado dos cálculos da Vale. Dentro do círculo vermelho, estão dez barragens, incluindo a B1, que estariam na região de riscos inaceitáveis. Acima do gráfico, nós vamos ver uma frase que diz: "A ser definido". Vou traduzir livremente: difícil de aplicar em um prazo curto. Assim, durante o relatório em que estavam presentes os diretores, em que estava presente a Sra. Marilene, o engenheiro Felipe Rocha apresentou esse gráfico com base no sistema e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

método americano lá usado que é a referência mundial nessa questão. Lá onde ele coloca dez barragens está a B1. E ele coloca como resultado: "a ser definido", difícil de se aplicar em pouco tempo.

Sra. Marilene, por que esse modelo era difícil de se aplicar? Isso deixa claro que a Vale está aceitando riscos inaceitáveis?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, eu só queria voltar um pouquinho, só para fazer uma correção.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – O *e-mail* que o senhor mencionou, no início, que eu encaminhei foi referente ao painel de especialistas de outubro de 2018. Lá o gráfico apresentado, consolidando as análises de risco, não era este. Este gráfico – estou entendendo pelo que o senhor mencionou, me recordando aí – foi apresentado no painel de especialista de 2017.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A senhora acompanhou na época?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Sim, eu participei do painel de especialistas de 2017.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ótimo. A senhora chegou ao ponto que eu queria, que eu gostaria.

A senhora disse que, ao passar o *e-mail*, posteriormente, não identificou ali, naquela tradução, nenhum risco iminente, mas a senhora estava no painel em 2017 em que o gráfico foi apresentado, em que B1 era uma das áreas de maior risco de possibilidade de morte.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, este gráfico de análise de risco é um gráfico de simulações...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas a senhora estava lá.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Este não é um gráfico de risco iminente...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A senhora estava lá.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Eu estava, eu estava na apresentação do Piesem. O gráfico da análise de risco... A análise de risco não demonstra risco iminente. A análise de risco faz uma simulação de situações hipotéticas para que a operação possa trabalhar de forma preventiva, adotando medidas para situações que são hipotéticas, que ainda não se manifestam na barragem.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O gráfico da Usace... Na Vale, a questão da tolerabilidade, da curva de tolerabilidade ainda não tinha sido definida. Era, inclusive, uma das recomendações do painel de especialistas que se avançasse na definição da curva de tolerância.

E a referência que o Sr. Felipe Rocha fez ali foi mostrando uma referência internacional, mas que ainda não havia sido adotada pela Vale. A Vale ainda não havia definido qual seria o gráfico de tolerância.

De toda forma, as informações resultantes das análises de risco, inclusive com o gráfico de potencial perda de vida, independentemente de definição de curva de tolerância, sempre foram apresentadas para os donos da estrutura. Essa é uma informação de conhecimento de quem fazia a gestão da estrutura.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Agora, Senador Kajuru, veja se meu raciocínio está correto: 2017, nós temos um estudo conclusivo, com base no principal conhecimento mundial sobre barragens, onde se apresentam lá 10 barragens de uma empresa que estão em uma situação inaceitável de risco – porque a palavra certa é esta, inaceitável de risco. Isso é apresentado a todos os especialistas. Em junho do ano seguinte, a barragem apresenta um problema gravíssimo de rompimento, de fraturamento hidráulico. Posteriormente, faz-se uma nova análise e ninguém toma providência nenhuma – ninguém toma providência nenhuma.

E aqui, Sra. Marilene... Eu gostaria que a senhora, como engenheira, fazendo uma análise... A Vale aceitou riscos inaceitáveis?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, não havia ainda essa definição da aceitação...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Como não? Em 2017... Esse é um documento oficial da Vale, Sra. Marilene, está ali: riscos inaceitáveis. Está ali. Um funcionário seu fez essa declaração em 2017.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, a metodologia de gestão de riscos vinha sendo discutida nos painéis de especialistas exatamente para ganhar maturidade e avançar naquilo que ainda precisava ser definido.

O Sr. Felipe Rocha apresentou uma referência de uma outra entidade que tem muito mais maturidade em gestão de riscos, mas, na Vale, isso ainda não tinha sido definido. Essa é uma definição que tem que ser feita em nível de diretoria, não é uma definição que é feita no nível técnico. O que ele fez foi apresentar o que há de referência na literatura, porque a empresa que definiu, que foi contratada para desenvolver esse projeto de análise de risco trazia essas referências, mas nenhuma referência havia sido adotada pela Vale.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E esse gráfico, Excelência, tem estruturas ali... Agora não estou conseguindo enxergar exatamente quais os nomes das estruturas que estão ali, mas esse gráfico era de estruturas de análises de riscos que tinham sido feitas anteriormente às análises de risco da Barragem B1 e várias essas estruturas tiveram ações implementadas pelos donos da estrutura, inclusive aquele dique da Pêra foi uma estrutura que foi descomissionada e foi retirada.

Então, não havia ainda uma definição dessa curva de tolerância. Essa curva de tolerância só poderia ser definida no nível executivo da empresa, isso não pode ser definido no nível da área técnica. O que a nossa área trazia – e o Sr. Felipe Rocha trouxe aí – foram referências que a empresa contratada para desenvolver a metodologia de análise de risco trazia para ser apresentada para as áreas operacionais e para o painel.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Relator...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Foi tão rico esse seu questionamento – desculpe-me, Sra. Marilene, mas Pátria amada... O depoimento foi na última reunião nossa...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – ... do Sr. Felipe Rocha. Depois eu fui rever em casa. Não sei se aqui alguns também assim o fizeram, o Relator Carlos Viana, sempre presente, e os membros desta CPI, mesmo ausentes, de repente, assistiram. E me veio a lembrança a uma bem reconhecida e conhecida fábula infantil – não sei se a Sra. Marilene se lembra, parece que ela não é muito literária, pelo que eu senti nas suas respostas. Essa fábula infantil se chama: *A Roupas Nova do Rei – A Roupas Nova do Rei*.

Certamente, todos aqui ouviram ou leram na infância essa obra maravilhosa do gênio Hans Christian Andersen, em que uma criança inocente, Relator, grita ao povo que o rei está nu; e, dessa forma, desmonta uma farsa que só prosperava por conta da vaidade do rei, da bajulação de seus acólitos e da covardia dos súditos.

O fato é, senhoras e senhores, Sr. Senador e Relator, Carlos Viana, que no depoimento do Sr. Felipe Rocha – para mim, o único sincero, não na totalidade, mas o mais deles – aqui ficou claro para todos que o rei da empresa assassina Vale está nu em sua arrogância com os brasileiros e brasileiras; está nu em sua desfaçatez com esta CPI; está nu em sua ganância por riqueza a qualquer custo; está nu em seu desprezo pela vida dos trabalhadores da Vale e dos moradores de Brumadinho.

Espero que os depoentes de hoje, a começar da Sra. Marilene até agora e depois o do Sr. Silmar Silva, não tentem – e a senhora, desculpe-me, está tentando – retomar o discurso zaino, ou seja, da



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

dissimulação, das meias verdades e das mentiras completas, para tentar nos convencer de que as vestes do rei da assassina Vale são belíssimas.

Desculpe-me o desabafo, Sr. Relator, Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sra. Marilene, no documento em que o Ministério Público recomenda o afastamento de diversos funcionários da Vale, inclusive o seu, está escrito também o seguinte:

Considerando que nos Painéis acima mencionados a situação da barragem B1 foi objeto de discussão e análise pelos especialistas, consultores e representantes da Vale S.A., visto que era considerado, naquele meio acadêmico e técnico, como uma estrutura que inspirava grande atenção, tanto assim que um gerente executivo da Vale qualificou a Barragem B1 como "sendo mais tenebrosa do que imaginam."

Em seguida, o documento explica que a declaração foi feita por Joaquim Toledo, gerente executivo de geotecnia operacional da Vale, em *e-mail* enviado a Armando Mangolim Filho, em 31 de julho de 2018.

Relembro que, em junho de 2018, foi feita a revisão periódica da Barragem B1, um trabalho feito pela TÜV SÜD, mas que contou com a sua participação, representando a Vale.

Em julho de 2018, a senhora tinha uma boa visão do estado da Barragem B1.

O que havia de tão tenebroso na Barragem B1 para que um gerente executivo da Vale, experiente e com pleno conhecimento da situação, ficasse tão assustado?

Qual era a situação do bloco de canga no pé da Barragem B1 e o que foi feito em relação a isso?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, a menção do Sr. Joaquim Toledo eu não sei a que se refere.

Como eu falei, eles têm uma rotina da geotecnia operacional que é só deles. A gestão de segurança é de responsabilidade deles. Então, essas discussões sobre as estruturas passam pelo grupo deles e não chegam até nós.

O conhecimento que eu tinha sobre essa estrutura é o conhecimento das análises que foram apresentadas, das análises de risco, e esse conhecimento era de todos porque todos participavam do painel de especialistas. Então, eu não posso dizer o que o Sr. Joaquim Toledo quis dizer com essa palavra. É uma questão que deve ser perguntada à geotecnia operacional, que conhecia a estrutura. Eu e minha equipe, a gente dava esse suporte administrativo para mais de cem estruturas da Vale. Então,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de fato, cada um que cuida da sua é que tem que conhecer aquela estrutura e responder pela segurança dela. Então, de fato, eu não sei o que o Sr. Joaquim Toledo quis dizer.

Agora, com relação ao bloco de canga, as análises da revisão periódica e as análises de risco foram concluídas em julho de 2017. A partir daí, todas as análises que foram feitas depois foram feitas no contexto do projeto do descomissionamento da estrutura e no contexto da auditoria externa. Essas análises... O projeto de descomissionamento de estrutura era de responsabilidade do Gerente Alessandro Rezende, e as auditorias, de responsabilidade do Sr. Washington Pirete, ambos ligados diretamente ao Sr. Alexandre Campanha.

Esse bloco de canga apareceu dentro do contexto da auditoria externa do segundo semestre; portanto, eu já não participava dos trabalhos relacionados à Barragem B1. O trabalho da análise de risco da revisão periódica tinha sido concluído em julho de 2018.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas não são vários os elementos, vários os indícios, um ano antes, que foram se repetindo em 2018? As várias intervenções foram sendo apontadas sob risco. Isso não era o suficiente para que se tomassem providências em relação à barragem, Sra. Marilene?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, quem define o que é suficiente ou não para a estrutura é quem a conhece, quem analisa o comportamento dela todo dia, quem conhece onde está cada elemento daquela estrutura.

Eu estive, por exemplo, na Barragem B1 no máximo quatro vezes na minha vida. Então, existe uma equipe dedicada para avaliar o que é suficiente e necessário para aquela estrutura, qual o fator de segurança que é adequado para aquela estrutura. Esse suporte que a gente dava, até por recomendação do painel, um suporte administrativo para desonerar as equipes operacionais era exatamente para que elas pudessem ter essa dedicação. E esse suporte a gente dava para mais de cem estruturas, mais de cem barragens da Vale, além de outras estruturas como taludes, pilhas...

Então, de fato, todas essas informações que foram geradas eram conhecidas e eram gerenciadas pela equipe que cuidava da estrutura, que é a equipe que pode dizer se o que foi feito foi suficiente ou não.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr Presidente, eu vou procurar ser mais breve, senão... Daqui a pouco, nós teremos a sessão plenária e acaba que o...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É.

Sra. Marilene, como a senhora sabe, a empresa TÜV SÜD elaborou, em julho e agosto de 2018, a revisão periódica de segurança de barragens da B1.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A revisão periódica é uma análise mais profunda da situação de uma barragem e é um documento de 265 páginas, bastante detalhado, que tem algumas afirmações interessantes.

Eu quero ler aqui um trecho do Item 6.8, em que se fala da drenagem interna da barragem. Diz o seguinte:

Foram verificadas várias incertezas quanto ao sistema de drenagem interna em vários alteamentos devido à carência de informações históricas. Na maioria dos casos, têm-se como informação os projetos executivos de alteamento, porém não há *As Built* indicando se a solução projetada foi efetivamente implantada na sua totalidade.

Isso aqui significa o seguinte, Sr. Presidente: foram feitos os alteamentos, mas, quando a auditoria perguntou se tudo foi feito de acordo com o que se deveria, não se tinha informação.

Logo em seguida, na mesma página, quando descreve as etapas de alteamento da barragem, o relatório afirma o seguinte: Maciço inicial, primeiro alteamento, segundo alteamento parcial, ATLM.889 metros. O projeto original do dique de partida não previa sistema de drenagem interna. As primeiras etapas de alteamento (ATLM.889 metros) foram executadas sem sistema de drenagem interna.

O que é isso? Feito, eles pegaram a primeira parte já pronta, com as drenagens entupidas. Nós já mostramos aqui, elas ficaram entupidas. Ai fizeram um primeiro alteamento, um segundo alteamento sem drenagem. Com a quantidade de água internamente, o que foi que aconteceu? Uma caiu sobre a outra. E, no cair sobre a outra, pressionou o lençol, e o lençol jogou para fora e acabou que a barragem não se sustentou.

Isso está muito claro em todas as evidências, nas perícias técnicas. Então, Sra. Marilene, seis meses antes do rompimento da Barragem B1, a TÜV SÜD afirma, de maneira categórica, que o dique inicial da barragem e as primeiras etapas de alteamento não tinham sistema de drenagem. A TÜV SÜD vai além e afirma que havia várias incertezas sobre a drenagem, porque não havia informação de como os alteamentos haviam sido construídos.

Diante disso, eu pergunto: na sua avaliação técnica, uma barragem construída sem drenagem interna – a senhora que é engenheira –, sem projeto *As Is* dos seus elementos, alteamentos, tem alguma condição de ter um fator de segurança que avalie com precisão o seu estado?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, ter ou não a drenagem interna depende do modelo da estrutura, de como essa estrutura foi projetada. Então, realmente só quem conhece a estrutura pode dizer se o sistema de drenagem interna é necessário ou não para aquela estrutura.

Eu não conheço essa estrutura no detalhe, nem essa nem as demais. Não é minha atribuição conhecer no detalhe nenhuma estrutura geotécnica da Vale. Essa é uma questão puramente



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

operacional. Então, dizer que precisava ou não da drenagem interna, qual era o fator de segurança adequado, o nível de segurança adequado de cada estrutura, existia um responsável técnico para cuidar disso. Cada estrutura da Vale tem inclusive uma anotação de responsabilidade técnica associada a isso. Eu não posso aqui fazer nenhuma afirmação técnica, porque não é da minha atribuição fazer nenhuma avaliação técnica. Os próprios relatórios gerados pela revisão periódica, porque a gente fazia essa revisão administrativa e do contrato, eram avaliados e validados pelo dono da estrutura, pelo responsável técnico da estrutura, porque só ele poderia dizer se o que estava ali era coerente ou não, era real ou não e se o nível de segurança no qual a empresa especialista chegou era adequado para a estrutura ou não.

Eu e minha equipe, nós não tínhamos, não temos, não tínhamos nenhuma atribuição nem condições de fazer qualquer avaliação da estrutura.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A senhora teve notícias se a Vale, em algum momento, tentou resolver essas incertezas apontadas pela TÜV SÜD?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, o painel de especialistas internacional indicou que a área operacional executasse algumas investigações e alguma instalação de instrumento para tentar reduzir essas incertezas e que até elaborasse também o projeto *As Is*. A informação que eu tenho é que a operação estava implantando essas medidas e que o projeto *As Is* estava contratado para ser executado.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Vocês faziam os painéis e depois não avaliavam se as medidas tinham sido tomadas anteriormente nos painéis apresentados?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, não, porque cada operação é responsável e é autônoma, ela é a dona da estrutura. Existe um gerente. – eu sou uma gerente que trabalha com a parte administrativa, que distribui a informação – de geotecnia local que é o responsável por definir as ações e controlar todas as ações que devem ser executadas em cada estrutura. Cada operação tem um gerente operacional que é o responsável por acompanhar as ações.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Penúltima pergunta, Sr. Presidente.

Sra. Marilene, uma reportagem do jornal *O Tempo*, de 27 de abril último, cita um estudo feito pela Consultoria Potamos, em dezembro de 2017, a pedido da Vale, sobre a segurança da Barragem B1. Vou ler um trecho:

'Dentre as alternativas apresentadas, a que surtiria melhor efeito era a construção de um reforço no pé da barragem, mas era uma intervenção lenta e complicada que iria trazer interferências para o funcionamento da Mina do Feijão. A Vale informou que iria estudar as





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alternativas, mas não fomos mais consultados sobre elas', diz o sócio da Potamos, Fernando Lima.

Rescapitulando: o que temos de informação, em momentos e contextos distintos, as empresas Tractebel, Geoconsultoria, Potamos, as três discordaram de alguma coisa em relação à Barragem B1, do fator de segurança mínima adotado, do método utilizado para calcular, dos ensaios de laboratório, dos procedimentos recomendados para aumentar o fator de segurança. As três empresas que passaram por lá, todas elas alertaram e discordaram de que o procedimento não estava incorreto.

Outra coisa, essa questão de que as interferências atrapalhariam o funcionamento da Mina do Feijão, ou seja, mais uma vez, a gente depara aqui com a questão da preocupação com o lucro e procedimentos que não atrapalhassem o faturamento, o resultado daquele ano. Isso está muito claro em todos os depoimentos que foram trazidos aqui. Faça-se de tudo, desde que vocês não atrapalhem o lucro do que nós vamos ter aqui. Então, procurem outra solução. Essa auditoria não quer? Pegue outra, vamos trazer outra. Alguém tem que me dar um índice de segurança. Aí, sabe o que acontece? Vai se apertando o diretor, chega a uma pessoa, como a Cristina Malheiros aqui, completamente destruída, porque ela estava na base, na responsabilidade da barragem. Ela estava. Porque a estrutura vai comprimindo os servidores. E agora fazem a mesma coisa. Comprimem os servidores e dizem: vamos estabelecer uma forma única de falar, para que a gente possa defender a empresa. É o meu posicionamento aqui.

Bem, a senhora, como engenheira, acha normal que três empresas renomadas, no período de um ano, nós estamos falando de 12 meses, discordem de vários quesitos de segurança e sejam simplesmente ignoradas ou dispensadas pela Vale?

Por que a recomendação da Potamos de construir uma berma de reforço na Barragem B1 não foi seguida, sendo que a senhora mesma citou essa ação no *e-mail* que enviou aos diretores da Vale em 18 de outubro? Foi porque o custo era alto demais? Porque iria atrapalhar a operação da Mina Córrego do Feijão e naturalmente o faturamento, o lucro da empresa naquele ano?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, com relação à Geoconsultoria e à Tractebel, como eu falei, eu nunca trabalhei. A responsabilidade do trabalho dessas empresas não era da minha gerência, então, essa é uma responsabilidade do Sr. Washington Pirete.

Então, com relação ao que a Potamos colocou, a Potamos colocou essas proposições em consórcio com a TÜV SÜD. A Potamos e a TÜV SÜD sempre trabalharam em consórcio dentro do contrato das análises de riscos, e foi colocado... A área operacional discutiu muito essas questões com a TÜV SÜD e a Potamos, porque nós não tínhamos condições de falar da rotina operacional. Essas questões de dificuldade de implementação, de implantação, isso é muito da rotina operacional e nós não temos conhecimento dessa rotina, nunca trabalhei na operação, não sei como funciona a rotina





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

operacional. O que eu posso afirmar é que o consórcio TÜV SÜD e Potamos emitiu em janeiro de 2018, depois reemitiu em maio de 2018, um relatório em que eles apontam essas diversas alternativas e colocam explicitamente que, dada a experiência que a equipe operacional da Vale, de geotecnia operacional da Vale, tinha com relação à implantação de DHPs dentro dos horizontais profundos, essa seria uma excelente solução.

Isso foi o que eles apontaram no relatório emitido em janeiro de 2018, depois reemitido em maio de 2018, mas as questões operacionais de dificuldade ou não de implantação eu desconheço, não consigo aqui fazer nenhum comentário, porque eu não nunca trabalhei na operação. Eu não tenho conhecimento de como funciona.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Para, da minha parte, encerrar, Sra. Marilene, o Kajuru gosta muito dessas citações.

Nós temos, nas várias linguagens, a definição de que muitas vezes o que nós não conhecemos ou queremos esconder a gente utiliza de acordo com o que a gente constrói. Até essa palavra *potamós*, do grego, que quer dizer água, chegou a nós como *hippopótamos*, que é o hipopótamo, o cavalo d'água. Por quê? Porque não se sabia o que era e definiram como sendo um cavalo d'água.

O que é isso? Utilizam-se as palavras de acordo com o mundo de cada um, utilizam-se as palavras de acordo com o que se quer contar ou não se quer contar. Essa é uma realidade do ser humano.

Agora, a senhora, nesse período todo que estava aqui, foi muito solícita, deixou muito claro, mas eu vou ler aqui um trabalho que a senhora fez e que de tudo o que aconteceu até agora foi a única coisa que de fato se mostrou efetiva, inclusive está sendo muito efetiva nos processos que a Vale está enfrentando na Justiça.

Na ação civil pública que investiga as causas da tragédia... Nós vamos mostrar aqui claramente a capacidade dessa senhora, o domínio que ela tem das informações e do...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Finalmente vamos conhecer, então.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Na ação civil pública que investiga as causas da tragédia, consta um documento produzido pela senhora: "Procedimentos para valoração monetária das consequências decorrentes de uma ruptura de barragem".

Esse documento bastante extenso, detalhado, tem um item chamado: valor de uma vida estatística. Nele a senhora lista os valores de indenização determinados pela Justiça em casos recentes de rompimento de barragem que causaram mortes, como o caso da Mineradora Rio Verde, em Minas Gerais, da Barragem de Algodões, no Piauí, e da Barragem de Camará, na Paraíba.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria aqui mostrar o eslaide nº 1. Então, vamos colocar o eslaide nº 1.

Há um trecho do documento da Vale chamado: "Estabelecimento do contexto e identificação dos eventos de risco em barragens", de dezembro de 2015, que tem a senhora como a responsável técnica. A senhora é a responsável pelo estudo.

Na página 25, do documento, está escrito o seguinte: O custo associado à indenização por perdas de vidas humanas será dado pelo produto do número estimado de vidas humanas perdidas pelo valor de indenização a ser pago. O valor de indenização pela perda de uma vida foi fixada em US\$2,6 milhões, sendo baseado na correção monetária do valor apresentado (US\$1 milhão) em 1981 na Curva de Tolerância ao Risco proposta por Whitman.

A senhora domina a informação toda. Então, o valor calculado pela Vale pela senhora para indenizações por morte seria de US\$2,6 milhões, o que daria, na cotação de hoje, mais de R\$10 milhões.

Porém, uma reportagem da jornalista Mônica Bergamo, da *Folha*, de 21 de fevereiro, mostra que a Vale fechou o primeiro acordo de indenização com a família de uma vítima de Brumadinho no valor de R\$300 mil.

Uma segunda reportagem de *O Estadão*, da jornalista Paula Félix, de 21 de abril, mostra que a família de uma das vítimas entrou com uma ação na Justiça pedindo indenização de R\$10 milhões, baseada nesse documento – acredito, inclusive, que eles tenham tido conhecimento por esta CPI. Eles, acompanhando, imediatamente posteriormente....

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eles tiveram acesso a esse documento aqui na CPI de Brumadinho.

Há declaração da Vale sobre o assunto, com base no seu estudo: A Vale não informou o valor de indenização por vítima fatal e disse que os US\$2,6 milhões citados na ação são extraídos de um documento sem eficácia jurídica, baseado em um cenário hipotético e dissociado de situações concretas.

Então, Sra. Marilene, a Vale, empresa que a senhora está aqui representando e defendendo, permita-me a sinceridade, tem duas caras. Quando ela calcula os riscos financeiros, usa o valor verdadeiro; depois, coloca os advogados para espremer os familiares de vítimas abalados pela tragédia a fechar acordos com valores 30 vezes menores.

Eu vou perguntar à senhora: quem, na direção da Vale, teve acesso ao seu documento? Os Srs. Alexandre Campanha, Lúcio Cavalli, Gerd Poppinga e Fabio Schvartsman tinham noção, tinham acesso ao seu documento?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, a senhora concorda com o que disse a assessoria da Vale, que seu documento é dissociado de situações concretas, uma vez que a senhora se baseou em outras tragédias que tinham acontecido?

Qual o valor que a senhora acha que deveria ser pago à família de cada vítima da tragédia de Brumadinho?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, com relação a esse documento, o projeto de gestão de risco Geotex foi um projeto contratado pela Vale e quem desenvolveu toda a metodologia... Essa é uma metodologia de análise de risco quantitativa, onde precisa ser analisado o valor das consequências das duas parcelas do risco, a probabilidade e a consequência. O projeto... Toda a metodologia foi desenvolvida por uma empresa contratada, que se chama Pimenta de Ávila Consultoria, e por uma junta de especialista. Esse documento em que consto como responsável técnica é simplesmente trazer para o modelo da Vale a metodologia proposta por esta empresa Pimenta de Ávila Consultoria.

Esse documento, eu posso afirmar, chegou até o nível do meu gerente executivo. Daí para cima, eu não sei afirmar se ele foi distribuído para os outros níveis hierárquicos. Eu só posso afirmar até onde eu tenho acesso, até o meu gerente executivo. O valor proposto pela empresa Pimenta de Ávila Consultoria, em função de todas as pesquisas que ela fez das metodologias de risco quantitativo no mundo, foi baseado em referências da indústria de aviação e desse gráfico de Whitman, que é um gráfico conhecido na literatura. E, por isso, foi proposto na metodologia esse valor.

Com relação aos valores que a Vale vem pagando, eu não sei afirmar nem reportar nada sobre isso...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – São justos, Sra. Marilene?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Eu não... O que eu posso dizer, Senador, é que todo o trabalho da análise de risco que foi feito, do desenvolvimento da metodologia da análise de risco – eu era engenheira à época, não era nem gerente – foi feito com uma busca de todo conhecimento que havia na literatura internacional e nas outras indústrias que praticavam, executavam metodologia de análise de risco quantitativa. Então, esse valor foi o que foi considerado à época um valor adequado...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Se um filho da senhora tivesse morrido nesse crime ambiental, a senhora, como mãe, aceitaria o valor de R\$300 mil como indenização?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, vou só complementar a questão da metodologia. Então, esse...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Enquanto isso a senhora pensa como vai responder, não é?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Esse valor, então, foi definido como um valor para indenização. Não é um valor para perda de vida, porque uma vida não tem preço. É um valor relacionado à indenização.

E eu acho, Senador, respondendo à pergunta do senhor, que o que a metodologia propôs foi baseado na literatura internacional. Então, há toda uma rastreabilidade...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Essa indenização de R\$300 mil, que dá menos de 5% do valor que o Relator trouxe aqui, diante da sua afirmação de R\$10 milhões?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, o que eu afirmo é que toda a metodologia foi desenvolvida por uma empresa especialista, validada por uma junta de especialistas, e que esse valor tem toda uma rastreabilidade internacional.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Desculpe-me, mas eu estou mexendo agora com o lado da senhora de mãe. Se a senhora fosse mãe de um filho morto lá, na barragem, no crime ambiental de Brumadinho... A senhora aceitaria uma indenização no valor de R\$300 mil ou a senhora entraria na Justiça?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, como eu disse, esse é um valor de indenização. Não é um valor... A vida não tem preço. Então...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sra. Marilene, a senhora acha justo que a empresa tenha o seu trabalho – que, eu acredito, tenha sido muito bem feito. E a senhora se mostrou uma pessoa muito competente, conhecedora das suas atribuições. A senhora acha correto que a empresa desqualifique o seu trabalho para se defender e pagar menos às pessoas que ela matou? Sra. Marilene...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Claro. Pelo amor de Deus...

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, eu não posso fazer nenhuma avaliação nesse sentido. O que eu posso afirmar e reafirmo aqui é que o trabalho de desenvolvimento da metodologia foi feito de forma muito séria, foi feito com base em toda uma pesquisa da literatura internacional e foi o que foi proposto como área técnica. Nós, da área técnica... Eu era uma engenheira nessa época, esse trabalho era feito por empresa especialista e foi o que a área técnica propôs. Eu não consigo aqui fazer nenhuma avaliação, nenhum juízo de valor, no sentido do que vem sendo pago ou não vem sendo pago. O que eu posso afirmar é que a metodologia é baseada em padrões internacionais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – A senhora tem, Marilene, por favor, no final aqui de nossa oitiva... A senhora tem orgulho da empresa Vale?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, eu tenho orgulho...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Por favor, sem Excelência.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Sr. Senador, desculpe-me.

Sr. Senador...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Desculpada.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO (Para orientar a bancada.) – ... eu tenho muito orgulho de todo o trabalho que eu sempre executei. Eu sempre...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não, não o da senhora. Estou falando da empresa.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – A Vale sempre tratou a mim e aos profissionais da minha gerência com muito respeito. Do que eu tenho orgulho é do trabalho que eu desenvolvi ao longo de todos esses anos. Disso eu tenho orgulho.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – A senhora tem orgulho do seu trabalho, não da empresa.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – A Vale sempre tratou com muito respeito a todos. E eu tenho...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Mas a pergunta, clara, é: a senhora tem orgulho da empresa Vale? Como outros colegas da senhora que vieram aqui responderam a nós que têm orgulho da Vale.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Sr. Senador, o meu trabalho é que é a minha referência, e o meu trabalho eu executei da melhor forma, com toda a dedicação, com todo o empenho, com toda a responsabilidade...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então, a senhora voltaria a trabalhar na Vale amanhã, já que a senhora está afastada? Se ela a convidar para voltar, a senhora voltaria a trabalhar na Vale normalmente?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, eu não sei responder a essa pergunta, eu não fiz essa avaliação. O que eu falo é que eu me dediquei muito na minha profissão. Eu tenho 22 anos de profissão. Ao longo desses anos, eu estudei muito. Eu estudei muito Engenharia, eu me dediquei muito, e eu me dedicaria... Eu posso dizer que eu me dedico e me dedicaria à Engenharia novamente. Eu não sei em que situação, em que posição. Hoje, o que eu...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então, a senhora voltaria a trabalhar na Vale?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Eu voltaria a trabalhar com Engenharia Geotécnica, que é uma área a que eu me dediquei, que eu estudei...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não, mas na empresa Vale?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Eu não fiz essa avaliação, Senador. O senhor me desculpe, mas eu não fiz essa avaliação.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sra. Marilene, uma outra coisa, para a gente... Diante de tudo que foi colocado: onde a senhora voltaria atrás, se pudesse, e teria tomado providências?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, como eu falei, eu fiz todo o meu trabalho com o maior empenho, maior dedicação...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não, Sra. Marilene, a senhora já se mostrou uma profissional muito competente. O seu currículo é um currículo excelente, a senhora é uma pessoa capacitada para a sua função. Todo o trabalho que foi mostrado aqui, a senhora acompanhou com primazia. A senhora sabia de tudo. A minha pergunta é: onde a senhora voltaria no tempo para salvar os seus colegas da Vale que morreram? Onde isso seria corrigido?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, eu reitero e reafirmo... O senhor me desculpe, mas eu fiz o meu trabalho com a maior dedicação, com o maior empenho, com a maior responsabilidade. No que cabia à minha atribuição...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Onde a senhora voltaria no tempo, Sra. Marilene?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – O que eu posso afirmar é que eu fiz com todo empenho e responsabilidade.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Em que ponto? A senhora, naquele dia do *e-mail*, teria colocado assim: "Olha, eu vou chamar um pouco mais de atenção aqui, porque a situação aqui está muito..." A senhora faria isso se tivesse possibilidade de voltar para salvar aquelas pessoas?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, eu fiz meu trabalho com base nas informações que eu tinha, com base no conhecimento que eu tinha, com empenho, dedicação e responsabilidade. Isso é que eu gostaria de reiterar e reafirmar. É o que eu posso dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – A senhora desculpe... Para lembrar, até porque a audiência é rotativa, muitas pessoas entraram agora. A sua função na empresa Vale qual foi ?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Eu sou Gerente de Gestão de Estruturas Geotécnicas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Qual é a sua profissão?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Eu sou engenheira civil.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – A senhora, por acaso, tem alguma fábrica de sabonete?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não? Porque é impressionante, não é? As suas respostas revelam uma capacidade impressionante...

Só como última colocação, porque o Relator aqui está mostrando um quadro importante. A prioridade é sua.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Aqui o organograma mostra claramente que ela não está num primeiro nível, ela está num segundo nível...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Segundo escalão, não é?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É, com uma possibilidade muito grande, inclusive, com todo o acesso às informações, de ter colaborado.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, se me permite: eu estou no primeiro nível, é o primeiro nível hierárquico de gerência da empresa – se o senhor me permite esclarecer, e o nível da minha gerência é um nível totalmente técnico, eu não tenho nenhum nível de tomada de decisão. A minha área é uma área de organização de informação para levar para os níveis de tomada de decisão. O meu é o primeiro nível de gerência, e é um nível técnico, onde as minhas atribuições estão ligadas ao suporte para a equipe técnica no desenvolvimento das atividades dela do



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

dia a dia. Não tenho autonomia de aprovação de orçamento, não tenho autonomia para contratação direta de empresas, não tenho nenhuma autonomia de tomada de decisão. É uma área de organização de informação.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A senhora conhece todo o processo, a senhora conhece toda a estrutura, mas não quer nos dizer aqui onde aconteceu a falha.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Exatamente!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A senhora conhece todo o processo. Eu vou repetir...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu tinha uma expectativa enorme, Relator, de que ela iria contribuir!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Exato, contribuir conosco nisto: "Olha, a falha foi aqui. Poderíamos ter evitado isso aqui, neste ponto. Se o meu *e-mail* tivesse sido lido com a atenção devida, se as informações do Piesem tivessem sido levadas a sério..." Reconhecer isto, pelo menos: "Olha, neste ponto, a empresa poderia ter começado um novo processo de segurança." Porque as informações estavam todas disponíveis...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Era o alto escalão da Vale, não é?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Da minha parte, Sr. Presidente, está encerrado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – A senhora tem uma família de quantos filhos, Sra. Marilene?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Sr. Senador, eu tenho uma filha.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sobrinhos?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Eu tenho seis sobrinhos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu quero revelar à senhora que conversei com o Relator Carlos Viana e com a Presidente Rose de Freitas, que tinham uma expectativa muito positiva.

Eu conversei com um sobrinho da senhora para conhecer a sua família, para conhecer a senhora e para saber da sua história, porque o Relator Viana tem toda a razão em relação ao seu currículo. Esse



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

sobrinho da senhora disse o seguinte: "Senador Kajuru, ela deseja falar tudo. Ela deseja contribuir com a CPI. Ela não aguenta mais. Ela está com tudo entalado. Ela quer falar." "Ela vai falar?", eu perguntei. Ele disse: "Não, não vai." Eu perguntei: "Por quê?" Ele disse: "Porque, em nome da família dela, para proteção da família dela, para o bem da família dela, o melhor é ela não falar". A senhora quer ficar em silêncio ou quer responder sobre isso?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, eu estou aqui contribuindo com tudo o que eu posso com esta Comissão, tudo o que eu conheço, a verdade, toda a clareza que eu tentei dar com relação às responsabilidades, às responsabilidades do meu cargo, dos cargos das geotecnias operacionais. Eu trouxe aqui tudo que eu conheço, tudo que eu sei. Estou falando estritamente a verdade e estou trazendo todas as contribuições que eu posso.

Não sei exatamente com que sobrinho meu o senhor conversou, mas eu não tenho nenhuma restrição de falar nem com relação à minha família. Eu estou aqui falando a verdade em respeito à minha família.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Em respeito à família, ao salário que a senhora ainda recebe da Vale, ao advogado que a senhora tem e que é pago pela Vale...

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Não, desculpe-me, Senador, mas eu estou aqui falando em respeito à minha trajetória profissional e ao respeito que eu tenho à minha família.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Tudo isso torna a senhora independente? A senhora consegue ficar independente sabendo que ainda recebe da Vale, mesmo afastada? Que o advogado é a Vale que paga? A senhora quer que a gente acredite que a senhora vem aqui e que vai falar tudo aquilo que é verdade?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, eu sou independente e...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Quem está vendo a gente...

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – ... estou falando totalmente a verdade, assim como eu fui também independente durante todo o meu trabalho na Vale, onde eu apresentei todas as informações que eu tinha para os níveis hierárquicos que eram necessários, para as geotecnias operacionais que eram as responsáveis pelas estruturas... Então, da mesma forma que eu sempre agi de forma independente e responsável no meu trabalho, hoje eu estou aqui falando de forma independente em respeito à minha família e em respeito à minha trajetória profissional.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Só para fechar, por que o Sr. Makoto Namba, que veio aqui, confessou que sofreu pressão para atestar a segurança da barragem? O que a senhora acha?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, eu não sei responder a essa pergunta, por que ele disse isso. O que eu posso afirmar é que eu nunca fiz pressão, eu nunca fiz nenhuma pressão nem na TÜV SÜD, ou em nenhuma outra empresa para que mudassem ou alterassem qualquer resultado de nenhum trabalho. A avaliação dos resultados de trabalho não era de responsabilidade minha. Eu posso afirmar que eu não fiz nenhuma pressão. Isso vai contra os meus valores. E também posso afirmar que eu nunca vi esse tipo de atitude dentro da Vale e nunca tive informação de que esse tipo de atitude tenha sido cometido na Vale.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Perfeito.

A senhora viu o depoimento do Sr. Felipe Rocha aqui?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, sim, vi.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Assistiu a tudo, do começo ao fim?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Sim, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – A senhora concorda com o fato de que ele contribuiu muito mais do que a senhora com a gente? Com a gente, não, mas com o Brasil?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, o Sr. Felipe Rocha era da minha equipe e fazia o mesmo trabalho que toda a minha equipe fazia. As informações que ele trouxe aqui, na minha visão, são muito coerentes com as que eu trouxe. Ele trouxe aqui quais foram os resultados a que a gente teve acesso, como era feita a consolidação das informações, para quem eram reportadas essas informações. São as mesmas informações que eu estou trazendo para os senhores. O Felipe era da minha equipe, trabalhava com o mesmo trabalho que nós fazíamos. As responsabilidades e o escopo do trabalho dele eram os mesmos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então, a senhora atesta tudo que ele falou aqui? A senhora atesta?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Excelência, o Sr. Felipe Rocha trouxe as informações do escopo da nossa área. Então, tudo que era...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Tudo que ele trouxe aqui foi verdade?

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – De tudo que era do escopo da nossa área, de tudo que era da responsabilidade da nossa área fazer, ele trouxe as informações aqui, ele falou a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O.k.

Relator Carlos Viana, nós, assim, terminamos a primeira das duas oitivas, com a Sra. Marilene, solicitando à Secretária, ou melhor, à Secretaria – desculpem-me – e também à nossa secretária, aos nossos secretários, aos nossos eficientes companheiros aqui, à qualificada equipe da nossa CPI...

Agradecemos a sua presença. Mesmo com o *habeas corpus*, a senhora respondeu. Se convenceu ou não, o julgamento é da Pátria amada. Se nos convenceu ou não, é problema nosso, especialmente do Relator Carlos Viana e de nós membros desta CPI. Eu lhe agradeço pela sua presença, engenheira Sra. Marilene. Muito obrigado.

A SRA. MARILENE CHRISTINA OLIVEIRA LOPES DE ASSIS ARAÚJO – Eu que agradeço, Senador. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu solicito agora à Secretaria que conduza à Mesa o Sr. Silmar Silva, ex-Diretor de Operações do Corredor Sudeste da empresa Vale S.A. (*Pausa.*)

Sr. Silmar Silva, antes de passar a palavra ao Relator, o Senador mineiro Carlos Viana, cumprindo o Regimento desta CPI, lembro que o senhor pode falar à vontade, com um tempo objetivo, por fineza, porque temos sessão plenária no Senado. Mas nossa obrigação aqui é ouvi-lo, mesmo sabendo que o senhor também tem o direito ao *habeas corpus* e o direito de ficar em silêncio.

As suas funções na empresa Vale S.A., o senhor poderia relatar? Parece-me, pelo que eu ouvi e me informei, que o senhor fazia parte do pelotão de frente da empresa, não?

O SR. SILMAR SILVA – Boa tarde, Excelência.

Eu gostaria de explicar um pouco a minha função, até para poder ajudar e esclarecer todos os...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pois não.

O SR. SILMAR SILVA – Antes de tudo, eu gostaria de expressar...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor poderia falar mais perto do microfone, por gentileza.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SILMAR SILVA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor está sendo gravado.

O SR. SILMAR SILVA – Eu gostaria de expressar uma profunda tristeza em relação às vítimas, não só funcionários da Vale, mas também das comunidades, e ao impacto, obviamente, nas famílias dessa enorme tragédia.

Nesse dia 25 de janeiro, eu perdi 126 colegas da minha equipe, incluindo o gerente de área, o Alano Teixeira, e o Supervisor de Controle Operacional, o Sr. Lucio Mendanha.

Tem sido bastante difícil para todos nós, mas vou procurar me manter firme aqui, na oitiva feita pelos senhores.

Eu fiz um breve resumo. Acho que não vou tomar nem dois minutos.

Eu gostaria de começar dizendo que sou engenheiro de minas, formado pela Universidade Federal de Minas Gerais, com especialização em finanças. Trabalho na Vale há 22 anos. E em agosto de 2017 passei a ocupar o cargo de Diretor de Operações do Corredor Sudeste. Eu me afastei do cargo em março deste ano, de maneira voluntária, ao tomar conhecimento da recomendação das autoridades.

Já em relação à estrutura da minha diretoria, do Corredor Sudeste, esclareço que esta possui equipes responsáveis por diferentes atividades, tais como: operação da Estrada de Ferro Vitória a Minas, operação de três portos de minério de ferro e de carga geral no Espírito Santo e operação de dois portos de minério de ferro no Rio de Janeiro. Além disso, a diretoria também opera todas as 23 minas de minério de ferro localizadas em Minas Gerais, 37 plantas de beneficiamento de minério de ferro, 99 barragens. Ao todo, nós somos, trabalham comigo 9 gerentes executivos, 80 gerentes de área e aproximadamente 650 supervisores, totalizando 28 mil colaboradores, sendo 21 mil próprios e 7 mil terceirizados. Portanto, uma equipe tão grande e distribuída geograficamente por três Estados exige muita disciplina operacional e que todos façam a sua parte com responsabilidade técnica e profissional sobre os processos em sua área de atuação, possuindo independência e autonomia financeira estabelecida dentro dos limites de alçada da companhia. Só assim, com delegação responsável e qualificada, é possível manter uma operação ágil, eficiente, privilegiando não apenas a produção como a segurança das pessoas e estruturas.

Na gestão da minha diretoria, há um ambiente de comunicação fácil e transparente, onde os problemas podem sempre ser debatidos e as soluções naturalmente encaminhadas da melhor forma possível.

Quanto à operação de barragens, há uma equipe que cuida das atividades de operação e manutenção, chamada de equipe operacional, enquanto o monitoramento e as inspeções das estruturas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cabem às equipes de geotecnia. As barragens também passam por auditorias de segurança, que são realizadas sempre por empresas terceiras, altamente especializadas, que são contratadas diretamente pela área de Gestão de Riscos e Estruturas Geotécnicas de Ferrosos, que pertence à Diretoria de Planejamento. O objetivo dessa desassociação é garantir a separação funcional entre as duas gerências, a responsável pela auditoria, vinculada à Diretoria de Planejamento, e a operacional, vinculada à minha diretoria.

Além dessas medidas, o compromisso com a segurança e a saúde também se reflete nos investimentos da empresa. O investimento da Vale na gestão das barragens em todo o Brasil cresceu 180% entre 2015 e 2019, subindo de R\$92 milhões para R\$256 milhões. O Estado de Minas Gerais, inclusive, foi o principal destino desse aumento de investimentos. Só na minha diretoria, o investimento em gestão de barragens foi multiplicado oito vezes. Gostaria de chamar a atenção de V. Exas. para esse número. Nós multiplicamos em oito vezes o investimento em gestão de barragens durante a minha gestão. Esse investimento, especificamente na minha diretoria, friso, atingiu 216 milhões somente no ano de 2018. Só em novos instrumentos para monitoramento de barragens, investi R\$38 milhões no ano passado. Além disso, em segurança do trabalho e saúde ocupacional, foram investidos outros R\$343 milhões em 2018, um crescimento de 144% em relação a 2016. Esses números, que totalizam mais de R\$0,5 bilhão, confirmam a nossa prioridade, a segurança como premissa de gestão.

Feitos esses esclarecimentos gerais, agradeço a oportunidade de poder contribuir com os trabalhos desta Comissão e me coloco à inteira disposição de V. Exas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Muito obrigado, Sr. Silmar.

Bem, como toda CPI, o direito é pleno de fazer o número de questionamentos que desejar do Relator Carlos Viana, Senador por Minas Gerais, ao presente.

Só, sem estender, permita-me, Relator.

Sim ou não: quem está pagando o seu advogado é a Vale? Sim ou não?

O SR. SILMAR SILVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sim.

O senhor continua recebendo salário da Vale? Sim ou não?

O SR. SILMAR SILVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Obrigado.

Relator Carlos Viana.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para interpelar depoente.) – Sr. Silmar Silva, Diretor de Operações do Corredor Sudeste da Vale, respondia por todo o complexo do Paraopeba, incluindo a Mina do Córrego do Feijão, onde fica a Barragem B1. A sua diretoria responde pela operação da mina, cujo gerente, Sr. Alano Teixeira, perdeu a vida no crime de Brumadinho. A área de Geotecnia Operacional também está na sua diretoria.

Aqui nesta CPI, Sr. Silmar, já prestaram depoimento Cristina Malheiros, Renzo Carvalho, César Grandchamp, todos eles funcionários da sua diretoria, correto?

O SR. SILMAR SILVA (*Fora do microfone.*) – Correto.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Dentro da hierarquia da Vale, acima do senhor estavam apenas o Diretor-Executivo Gerd Poppinga e o ex-Presidente Fabio Schvartsman. Ambos também prestaram depoimento a esta CPI.

Essa introdução é apenas para contextualizar o depoimento e deixar claro principalmente para quem acompanha a CPI que o senhor não pode se esquivar das suas responsabilidades nem jogar a culpa para outro lado, nem para cima nem para baixo.

Além de transferir todas as responsabilidades, outra estratégia amplamente usada pelos diretores da Vale tem sido dizer que não conheciam os detalhes técnicos, que as diretorias são grandes, que os senhores não têm tempo para detalhes. Então eu vou antecipar alguns detalhes aqui com relação ao que o senhor mesmo colocou.

Sua diretoria tem 80 gerentes, 650 supervisores, 28 mil funcionários. Isso daqui já mostra claramente a sua capacidade de controle e planejamento. Nenhum profissional chegaria a esse cargo com tamanha responsabilidade dentro de uma empresa como a Vale se não tivesse capacidade profissional, capacidade de planejamento e principalmente capacidade de acompanhamento das decisões do planejamento estratégico e dos resultados. Isso é uma questão que está implícita no seu cargo como diretor.

Para isso temos os engenheiros, como a Sra. Marilene Lopes, que esteve aqui hoje, e vamos falar apenas do que o senhor sabia, do que o senhor deveria saber, do que o senhor poderia, ou melhor, deveria ter feito para evitar a tragédia.

Para começar, eu quero ler um trecho de um *e-mail* enviado pela Sra. Marilene Lopes, que acabou de nos deixar aqui, e que foi divulgado nesta CPI por Felipe Rocha. A mensagem foi enviada a muitas pessoas, mas o senhor foi destacado como primeiro destinatário da mensagem, ou seja, o mais importante. O *e-mail*, do dia 17 de outubro de 2018, diz o seguinte:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prezados líderes, encaminho-lhes a versão final do relatório do painel de especialistas internacional, que aconteceu no período de 1 a 5 de outubro [de 18], em Belo Horizonte. As principais recomendações do painel podem ser resumidas nos seguintes itens: [...]

Item 9 – *Closing Remarks*. [Vou pular uma parte aqui. Diz assim:] A Barragem 1 (Feijão) requer mais investigação e monitoramento de campo para identificar e projetar medidas complementares mais eficientes, tais como bermas e mineração de rejeitos, caso se mostrem necessárias, a fim de reduzir o risco atual. Mas enquanto isso, os esforços têm que continuar no sentido de reduzir o atual nível da superfície freática através de drenos horizontais e outras soluções de drenagem.

Pergunto: o senhor se recorda de ter recebido esse *e-mail*? Por que o senhor acha que dentre as 99 barragens de rejeitos do Corredor Sudeste a B1 foi destacada pelo painel Piesem? Quais medidas o senhor tomou, a partir de outubro de 2018, para controlar os riscos da Barragem de B1? Por que as bermas de reforço não foram construídas?

Pode responder, por gentileza.

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, é importante esclarecer que o painel de especialistas, esse que a Marilene menciona no referido *e-mail* de outubro, foi o terceiro painel de especialistas. Normalmente, esses painéis de especialistas, além de assessorarem a equipe operacional e a equipe técnica, são deslocados alguns temas que são importantes para que esses geotécnicos especializados em internacional possam trazer conhecimento também de fora.

Nesse caso específico desse terceiro Piesem, esse de outubro, foram destacados dois assuntos que foram bastante discutidos ao longo da semana e no dia 5, que é o dia do encerramento, eu faço questão de ir pessoalmente para poder ver o resumo, o sumário executivo do que foi discutido, e nesse dia foram debatidos essencialmente o empilhamento drenado de rejeitos, que é uma tecnologia que a Vale está buscando, e o descomissionamento da Barragem de B1, que era a primeira grande barragem da Vale que passaria por um processo de descomissionamento, e a Vale gostaria de ouvir opiniões de outros especialistas se o procedimento que ela estava querendo adotar para descomissionar as barragens estava adequado. E por isso que ela foi destacada como uma barragem a ser aprofundada ao longo dos debates. E assim foi feito, o painel, ao final, nesse dia de encerramento, ele fez uma apresentação executiva – como eu já mencionei – e alguns pontos são importantes para mencionar que talvez não tenham ainda aparecido como fatos relevantes.

Primeiro que o painel destacou que a barragem tinha fator de segurança adequado. Segundo, que as barragens inativas, elas normalmente – a Barragem B1 estava inativa desde 2016 – performam melhor do que as barragens ativas. E se chegou à conclusão de que, de fato, era possível, sim, fazer o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto de descomissionamento que a Vale havia proposto, que é basicamente fazer a lavra do rejeito e a berma de reforço, desde que tivesse acompanhamento especializado e projetos adequados.

Então, essa foi a discussão da qual eu participei no dia do encerramento do Piesem.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas aqui diz claramente, eu vou repetir:

[...] caso se mostrem necessárias, a fim de reduzir o risco atual. Mas enquanto isso, os esforços têm que continuar no sentido de reduzir o atual nível da superfície freática através de drenos horizontais e outras soluções [...].

O senhor nos falou sobre o aproveitamento no descomissionamento da barragem, o senhor nos falou da tecnologia de que a Vale está em busca, mas o senhor não respondeu à pergunta: quais foram as medidas tomadas para que esse risco da Barragem de B1 deixasse de ser uma ameaça?

O SR. SILMAR SILVA – Eu vou, Excelência, se me permite, tentar ser um pouco mais claro, porque o grande tema que se tinha em relação à questão da B1 é: ao se colocar equipamentos para fazer a lavra, você podia estar introduzindo algum risco de movimentação. Então, quando se fala de continuar melhorando, é antes de se iniciar o descomissionamento efetivo, ou seja, antes de se iniciar a lavra e o reforço era muito importante ter os fatores de segurança, além daqueles que já estavam presentes na barragem.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eram importantes, mas o que foi feito para que essa importância se tornasse realidade?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, então na sequência: o projeto do descomissionamento foi concluído, se não me falha a memória, em setembro, ele foi apresentado ao Piesem em outubro para validação, ainda no projeto conceitual. Esse projeto conceitual previa, além da lavra de minérios, a berma, os poços verticais para rebaixamento. E a licença de descomissionamento foi obtida, de fato, em dezembro. Então, as ações estavam, conforme me explicaram ao longo do *workshop*, todas em andamento.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Silmar, nós vamos cumprir aqui todo o ritual que nós temos, toda a questão formal – porque esta é uma CPI formal, então nós precisamos seguir os caminhos –, mas nós temos conversado muito aqui com os seus colegas, com o senhor, sobre a necessidade de que os senhores colaborem fora de toda essa estrutura que a Vale... de todo esse, vamos dizer, projeto de defesa da Vale, que defende a empresa, mas que não defende vocês, porque alguém tem responsabilidade. Pessoa jurídica, no nosso País, não tem responsabilidade criminal, mas pessoas físicas têm responsabilidade criminal. Então, o que nós queremos aqui é que, além de todo esse treinamento pelo qual vocês têm passado com os advogados, toda essa quantidade de perguntas que eles têm feito,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as perguntas, o que eles têm colocado aqui da CPI, que tem sido usado para que os senhores cheguem aqui já...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Com os advogados e com os diretores da Vale, não é, Relator?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Com os diretores... Nós queremos a sua colaboração como brasileiro, como um profissional que tem uma trajetória de sucesso, para a gente entender o que aconteceu aqui.

Esta CPI... Com a graça de Deus e a sabedoria e a pressão que nós temos por parte da população, nós vamos mudar a história da mineração. Nós vamos mudar a história, porque a paciência do povo brasileiro com o que está só na propaganda, a paciência do povo com o que a Vale mostrou nesses últimos anos acabou, porque a Vale não é o que ela vendeu para os brasileiros. A Vale é uma empresa que tira minério, leva embora, deixa pouco para o País, deixa um rastro de lama e de morte, Sr. Silmar. É isso que a Vale tem sido desde a Samarco, por quê? As técnicas para explorar são cada vez melhores, mas, quando a gente se depara com o que tem sido colocado aqui... As informações todas disponíveis, gente qualificada para todas as coisas, mas ninguém toma providência para salvar a vida das pessoas.

É isso que nós estamos querendo do senhor aqui. O senhor vai nos explicar por que isso não funcionou: por que diplomas, por que gente tão treinada, por que tantos milhões – o senhor colocou aqui que milhões foram investidos na segurança de barragens – e não funcionou? Não funcionou. Onde é que está o erro, Sr. Silmar? Ajude-nos com isto: onde está o erro, para que não ocorra novamente?

Agora, vamos à parte formal aqui.

Ainda falando do painel de especialistas, do Piesem. Em diversas ocasiões foi citado que o senhor participava das reuniões de encerramento do Piesem internacional e que o senhor participou do encerramento da segunda edição do painel, em março de 2018. O senhor confirma essa informação? De que o senhor participou?

O SR. SILMAR SILVA – Confirmo, Excelência. Eu ia a todos os fechamentos do Piesem internacional.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois bem, nessa segunda edição do Piesem, foi discutida uma proposta de padronização do fator de segurança de barragens. Essa proposta propõe o valor mínimo de 1,3 como fator de segurança em condição não drenada, que era o caso da barragem B1. Sobre isso, eu pergunto: o senhor confirma que estava ciente da recomendação do Piesem para o fator de segurança mínimo de 1,3? Vou fazer por partes aqui. O senhor confirma?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, o painel colocou essa como uma proposta para avaliação da Vale e que seria uma meta a ser atingida em algum momento, porque qualquer fator de segurança que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possa ser obtido pode ser obtido com o crescimento de marginais. Então ele foi colocado como uma meta a ser obtida pela Vale.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Está bem. Aí vem a TÜV SÜD, que é uma empresa que aceitou assinar o laudo para a Vale, e disse que a segurança é de 1,09. Assinou uma declaração e entregou uma declaração ideologicamente falsa para a Agência Nacional de Mineração. O senhor sabia dessa negociação com a TÜV SÜD?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, a contratação de auditoria não faz parte do escopo da minha diretoria.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não, mas o senhor não é o chefe de tudo? O senhor não é o homem que controla os 28 mil? Como é que não faz parte?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, como eu expressei na minha fala inicial, existe essa segregação de função das auditorias numa outra diretoria, exatamente para poder haver um outro olhar de fora da operação. E assim foi feito. Toda a contratação de auditoria era feita numa outra área.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Está bom, a contratação. Mas e os dados? Quem é que produziu os dados lá no campo e quem é que controlava, quem é que lia os dados da auditoria para poder informar à Agência Nacional de Mineração? Não era a área administrativa.

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, tanto a geotecnia operacional, quanto a geotecnia corporativa participavam em conjunto para contribuir com as informações, para que a empresa auditora...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Até onde a sua diretoria tinha essa responsabilidade?

O SR. SILMAR SILVA – A emissão do laudo de estabilidade é da empresa contratada.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas aqui foi dito, pelo Sr. Felipe, que todos os dados das auditorias eram repassados primeiramente para os seus diretores, e eles contribuíam com informações para que o laudo final ficasse pronto. O senhor tinha conhecimento disso?

O SR. SILMAR SILVA – Como eu já mencionei, Excelência, os dados de monitoramento são da geotecnia operacional, de fato...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Essa é uma resposta ensaiada, Sr. Silmar. O senhor sabia que os dados, quando eram colhidos no campo, pela sua diretoria, eram manipulados pelos seus funcionários, para que a auditoria pudesse produzir um laudo final?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, eu desconheço qualquer manipulação de dados.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Relator Carlos Viana, só para que o Brasil tome conhecimento da importância do trabalho desta CPI, o senhor colocou agora mesmo o que estamos representando e o que poderá significar a mineração daqui para frente no Brasil, não é?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então vale a pena aqui trazer – é rápida – a nota publicada pela Agência Estado, do grupo de um dos maiores jornais do Brasil, *O Estadão de S. Paulo*, que reforça o que V.Sa. colocou aqui:

Vale anuncia que investirá 11 bilhões em cinco anos para processamento a seco.

Segundo a Vale, nos últimos dez anos, já foram investidos 66 bilhões para implantar esse processo nas suas unidades.

Após duas grandes tragédias motivadas por rompimentos de barragens em suas operações, a Vale anunciou investimentos de R\$11 bilhões nos próximos cinco anos em processamento a seco do minério de ferro, para que o método suba dos 60% atuais para 70% das suas operações até 2023. Essa é a nota publicada ontem pela Agência Estado, que só deixou de dar o devido crédito a esta CPI, que tem V. Sa. como Relator, Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Inclusive nós já apontamos aqui na CPI que desde 2010 a empresa já tinha recomendação para que aumentasse a produção com a deposição a seco e não o fez porque infelizmente, na minha opinião, a legislação não exigiu, não houve por parte do próprio Estado a condição, legal inclusive, de cobrar da empresa.

Mas vamos lá. Sr. Silmar Silva, eu quero falar sobre uma pessoa chamada Sr. Rodrigo Melo. O senhor conhece o Sr. Rodrigo Melo?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, conheço.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Quem é Rodrigo Melo, Sr. Silmar Silva?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, Rodrigo Melo é um gerente executivo no momento afastado, mas que era responsável pela operação do complexo Paraopeba.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito bem. Revista Piauí, reportagem intitulada "Um engenheiro, um policial e duas tragédias", assinada por Consuelo Dieguez, excelente reportagem. As duas tragédias são Mariana e Brumadinho. O policial é o Delegado Roger Moura, que investigou os dois casos. A reportagem conta a surpresa e a frustração do delegado por ter denunciado o engenheiro Rodrigo Melo, que à época era o gerente responsável pela Mina da Alegria, que despejava rejeitos de minério de ferro na barragem do Fundão em Mariana sem autorização. Segundo o delegado, o despejo de rejeitos além do autorizado contribuiu para o rompimento da Barragem de Mariana. Infelizmente a



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

denúncia não foi adiante. Rodrigo Melo não teve que se explicar à Justiça. Aconteceu a tragédia de Brumadinho. Novamente o delegado da Polícia Federal foi lá investigar e quem ele encontra? O mesmo Rodrigo Melo, que dessa vez era o Gerente Executivo do Complexo Paraopeba diretamente subordinado ao senhor. Confirma essa informação?

O SR. SILMAR SILVA – Confirmo, Excelência.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Rodrigo Melo foi preso, depois foi solto, mas o que impressiona é que a Vale deu uma promoção para o gerente acusado de despejar rejeitos ilegalmente na barragem do Fundão. A gente junta esse fato à declaração dada recentemente por Luciano Siani, Diretor-Executivo financeiro da Vale, dizendo que em dois ou três anos a Vale vai retomar a capacidade de produção perdida em Brumadinho. O tempo passa, a produção volta, o lucro volta. Pode ser que vejamos alguns dos funcionários afastados hoje da Vale, como o senhor mesmo, voltarem talvez até com uma promoção. É a lógica.

O senhor sabia das acusações da Polícia Federal ao seu funcionário Rodrigo Melo, Sr. Silmar?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, eu sabia do caso da Samarco, mas o Rodrigo nunca foi responsável pela operação das barragens da Samarco. As operações que ele fazia em Alegria eram todas regularizadas e legalizadas, tanto que ele não foi denunciado ao final. Eu gostaria de fazer uma correção, Excelência.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ele é um santo, porque ele foi preso.

O SR. SILMAR SILVA – Só fazer uma correção, porque o Rodrigo Melo não foi promovido. Quando ele era o gerente executivo lá na região de Alegria, ele já tinha a mesma função e ele estava no complexo de Paraopeba exatamente na mesma função como gerente executivo.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Diante de tudo o que aconteceu em Mariana, o mesmo gerente receber a mesma função não é uma promoção? A pessoa passar pelo que passou e depois ainda continuar com a mesma responsabilidade?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, eu tenho total confiança no trabalho do Rodrigo Melo.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

O senhor... Alguma comissão interna acompanhou o trabalho do Sr. Rodrigo Melo depois de ele ser colocado na função que exercia? Os senhores, em algum momento, pensaram em manter algum tipo de acompanhamento sobre as decisões dele?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, o senhor está se referindo ao evento de 2015?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim, depois do que aconteceu em Mariana. Ele era gerente de uma mina, depois ele vai trabalhar com o senhor fazendo a mesma função. Em momento algum, os senhores imaginaram: "Precisamos acompanhar isso aqui mais de perto."?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, na Vale, um processo seletivo para um profissional em qualquer posição é um processo muito rigoroso, que passa não só por uma decisão minha, mas com acompanhamento da área de recursos humanos. Então, por ele ter assumido essa posição, ele foi merecedor.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Silmar, todos os processos são muito rigorosos – todos. O Sr. Fabio Schvartsman deu a declaração aqui, o Sr. Poppinga e todos, o senhor está dizendo, mas nós temos 300 pessoas que morreram. Não há um critério tão profissional como o senhor está colocando. Alguma coisa falhou. Onde falhou? Onde houve um erro, Sr. Silmar? Quantos anos o senhor falou que tem de profissão?

O SR. SILMAR SILVA – Eu tenho 32 anos de profissão e 22 anos na Vale.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu acredito que o senhor é uma das vozes mais experientes aqui para nos dizer claramente onde foi o erro.

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, a investigação do acidente está em curso. Seria leviano apontar responsáveis enquanto não houver as causas do acidente.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Essa resposta pronta nós temos ouvido aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Nem Paulo Autran atuaria tão bem.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Silmar – vou quebrando aqui a sequência das perguntas –, se o senhor pudesse voltar atrás no tempo para salvar os quase 190 colegas que o senhor perdeu, onde o senhor corrigiria? Onde foi o erro, já que todos os processos e as pessoas eram altamente qualificados? Onde foi o erro, Sr. Silmar? Um erro houve. Alguma coisa não passou bem, senão essas pessoas estariam vivas. Qual foi o erro?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, de novo, é muito difícil apontar o erro sem saber as causas. O que eu posso afirmar é que sob a minha gestão não faltou recurso hora nenhuma. Quando o tema era segurança, isso sempre foi prioridade. E a prova disso está no crescimento dos investimentos que nós fizemos em segurança.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor nos dá essa resposta com tranquilidade de espírito, Sr. Silmar, de que está falando a verdade?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, eu tenho tranquilidade e confiança no meu trabalho, que foi pautado sempre pela preocupação com a segurança das pessoas.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Silmar, então, eu vou repetir: onde o senhor corrigiria essa trajetória para que o senhor hoje, com 32 anos de profissão, não tivesse que enfrentar uma CPI como esta, não tivesse que dar declarações sobre a morte de quase 300 pessoas? Onde o senhor corrigiria?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, eu não tenho essa resposta de pronto, eu gostaria muito de ter essa resposta. Acho que a comunidade científica como um todo está acompanhando a investigação dessa tragédia, porque a gente precisa, de fato, aprender com essa tragédia.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor não tem a resposta ou não quer responder?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, infelizmente eu não tenho a resposta. Eu entendo que essa investigação da causa do acidente é uma investigação bastante complexa, até porque, se fosse uma coisa mais simples, os relatórios já teriam sido produzidos. E eu, de fato....

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ela é complexa por quê? Pelo tamanho da Vale? Pela fortuna da Vale?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, eu entendo que ela é complexa porque envolve temas complexos, que é esse assunto de geotecnia.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Silmar, em 30 de julho de 2018, o geólogo da Vale Flávio Affonso Ferreira Filho enviou um *e-mail* para Cristina Malheiros, responsável direta pelo monitoramento da barragem, e para César Grandchamp, especialista em geotecnia. Ambos respondem a Joaquim Toledo, que é diretamente subordinado ao senhor. O *e-mail* de Flávio Ferreira Filho trazia um relatório sobre a situação de um bloco de canga no pé da Barragem B1. Explicando para quem nos assiste, um bloco de canga é uma estrutura feita de pedras que pode ser usada na construção de uma barragem. Ao receber o relatório, Joaquim Toledo o encaminha para o consultor Armando Mangolim Filho, em mensagem com o seguinte texto: "Mangolim, a B1 de Feijão é mais tenebrosa que imagino. Saudações. Joaquim Pedro Toledo". Eu vou repetir: "Mangolim, a B1 de Feijão é mais tenebrosa que imagino". Data: 30 de julho de 2018. A frase foi... Estou sublinhando aqui e vou perguntar ao senhor: seu Gerente-Executivo Joaquim Toledo o procurou para falar sobre esse fato?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, ele não me procurou para falar sobre esse fato, mas eu tomei conhecimento da existência desse bloco ao fechamento, no final do fechamento das auditorias regulares de setembro, nas quais foi mostrada a existência do bloco com algumas recomendações de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

monitoramento, mas nenhuma delas eram recomendações críticas que demandavam qualquer ação imediata por parte da operação.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, não foi tomada decisão de se fazer isso no dia 30 ou dali para frente por quê? Por que não se executou essa obra?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, eu fui reportado no fechamento da auditoria de setembro de que esse bloco existia e que ele passaria a ser monitorado a partir de alguma data que eu não me recordo.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Está bom.

Já que o senhor tinha pelo menos noção do bloco, o que havia de tão tenebroso na Barragem B1 para assustar um gerente-executivo com 20 anos de trabalho na Vale?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, eu não conversei com o Joaquim sobre esse *e-mail*.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O Sr. Joaquim será ouvido aqui.

Se o senhor não foi informado, poderemos concluir que o Joaquim Toledo foi negligente? Ele deveria ter informado ao senhor? Ou o senhor acha que uma barragem tenebrosa não é algo relevante?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, cada gestor que trabalha, não só comigo, mas com qualquer diretor, sabe os níveis de responsabilidade; e quem detém a informação toma a decisão se é relevante ou suficiente para levar para uma hierarquia superior ou não. Nesse caso, não foi levado, pelo menos antes da auditoria de setembro.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, ele foi negligente, Sr. Silmar?

O SR. SILMAR SILVA – Eu acredito que ele fez a avaliação correta se aquele fato da existência do bloco era relevante ou não e entendeu que não seria relevante.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Silmar, entre a Cristina Malheiros e o senhor, nós tínhamos quantos postos hierárquicos?

O SR. SILMAR SILVA – A organização, Excelência, são supervisores, gerentes de área, gerentes-executivos e a minha posição.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – De quem era a responsabilidade em fazer o alerta sobre a situação da Barragem B1? Em meio a tantos profissionais, quem era o responsável para dizer para o senhor assim: "Sr. Silmar, Diretor, vai romper a barragem." De quem é a responsabilidade?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência eu participei de várias reuniões...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu perguntei ao senhor – me perdoe – de quem era a responsabilidade? Está aqui no organograma. Eu quero que o senhor me aponte, no organograma da Vale, quem é o responsável por dizer para o senhor que a barragem poderia romper?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, na Vale, em qualquer situação de emergência, independente de ser a barragem ou uma situação crítica, todos nós, qualquer funcionário tem autonomia inclusive para interdição, para interditar uma operação. Não precisa ter hierarquia, nível hierárquico para poder autorizar ou mandar parar uma operação que, eventualmente, tenha...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A Sra. Cristina Malheiros disse aqui que a função dela era apenas administrativa. Nós fizemos a mesma pergunta para ela. Ela disse que a função dela se restringia àquilo. Então, ela também poderia ter impedido a barragem de se romper naquele momento, fazendo um alerta?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim ou não, Sr. Silmar?

O SR. SILMAR SILVA – Na minha avaliação, se ela...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim ou não, Sr. Silmar?

O SR. SILMAR SILVA – ... tivesse alguma informação que ela entendia que poderia ter algum rompimento...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sim? É isso?

O SR. SILMAR SILVA – ... é claro que ela teria, sim. Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sua resposta é "sim"?

O SR. SILMAR SILVA – A minha resposta é que, se ela tivesse tomado conhecimento de algum risco...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É "sim".

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É "sim".

O SR. SILMAR SILVA – ... ela teria o poder de autorizar a interdição ou de acionar os planos de emergência.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Até que enfim, pelo menos...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pelo menos, não é?

Senador Carlos Viana, Relator, nessa linha de precisão dos seus questionamentos aqui, me vem à memória o depoimento, nesta CPI, do Sr. Gerd Poppinga...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – ... em que ele afirmou expressamente o seguinte, entre aspas: "[...] eu mantinha reuniões semanais com o meu Diretor Silmar Silva [que aqui está], que é o responsável pelo Corredor Sul-Sudeste, e essas reuniões semanais eram toda sexta-feira, umas 2h, junto com outros operadores, outros diretores. A gente tratava de segurança, meio ambiente e problema de produção, inclusive de barragens, e nunca, durante essas reuniões, foi levantado qualquer problema relacionado à Barragem B1".

V. Sa. deixou de informar, então, ao Sr. Gerd Poppinga a respeito dos riscos da Barragem nº 1 da Mina do Córrego do Feijão? Favor responder, por fineza, Sr. Silmar...

O SR. SILMAR SILVA – Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – ... de forma objetiva, se informou ou não informou.

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, eu não informei ao Peter qualquer tipo de problema de risco na Barragem B1, porque não chegou também até mim nenhum risco da Barragem B1, porque se tivesse chegado, eu teria o cuidado de informá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então, alguma V. Exa. o senhor deixou de repassar documento, informação, relatório, etc., ao seu superior hierárquico, o Sr. Gerd Poppinga, a respeito de eventuais riscos da Barragem nº 1 da Mina do Córrego do Feijão? Por favor, responda apenas da seguinte forma, eu lhe peço, por gentileza. Responda se "Sim, já deixei", ou responda "não, nunca deixei".

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, se eu tivesse tomado conhecimento de algum risco relevante, eu teria comunicado ao Peter, sem sombra de dúvida.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Agora, Sr. Silmar, o senhor não participou de todos os PIESEMs? Lá não foram apontados os riscos inclusive de B1? O senhor tinha conhecimento do que poderia acontecer com a barragem.

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, em momento nenhum foi mencionado qualquer risco crítico, risco iminente, algum tipo de perigo que estaria acontecendo com essa barragem. Todas as ações que



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

estavam em andamento em relação à B1 visavam ao projeto de descomissionamento, que aconteceria em um horizonte de médio ou longo prazo.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas em outubro, a TÜV SÜD apontou uma série de problemas na barragem. Em outubro, a TÜV SÜD, apesar de ter assinado o laudo de estabilidade, disse claramente o que estava acontecendo na barragem. O senhor teve acesso a esse relatório, a essa auditoria? Sim ou não?

O SR. SILMAR SILVA – Não, Excelência. Eu recebi os relatórios das auditorias de maneira consolidada, informando que 100% das barragens tinham recebido declaração de estabilidade, e não barragens individualizadas.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, o senhor está me dizendo que, do senhor para baixo, essa informação não chegou até o senhor, de que B1 poderia romper e estava em situação crítica? É isso que o senhor está me dizendo?

O SR. SILMAR SILVA – É, é isso que eu estou dizendo, Excelência.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, o Sr. Felipe, que veio aqui e disse que apontou todos os problemas da B1 no Piesem em que o senhor estava presente mentiu?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, uma coisa é a declaração de estabilidade da barragem – e todas elas tinham –, que era o nosso selo de garantia, e as barragens receberam esse selo de garantia. O que o Felipe falou em relação à análise de risco, que foi apresentado e discutido ao longo do Piesem, ele estava falando de situações hipotéticas, situações de prognósticos que eram usados, mas nenhuma dessas situações eram situações de risco iminente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor, por gentileza, Silmar, querendo responder, seria importante. O senhor tem um salário na Vale superior ao de um Senador da República?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, esse é um assunto privado que eu prefiro não tratar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor tem um alto salário, não? Merecido pelo seu trabalho.

O SR. SILMAR SILVA – Eu diria que eu sou um diretor da companhia...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então, diretor tem um alto salário.

O SR. SILMAR SILVA – ... depois de 32 anos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Se o senhor fosse Senador, no lugar da gente aqui, o senhor acreditaria, nas perguntas feitas pelo Relator Viana, por mim, como Presidente desta sessão, ou por outro colega membro desta CPI, o senhor acreditaria em tudo que alguém aqui da Vale, que venha com um advogado – no caso uma advogada, a Dra. Vanessa –, pago pela empresa Vale, que continua recebendo um alto salário da Vale, o senhor, sendo Senador, fazendo perguntas e questionamentos que a Nação espera da gente, o senhor acreditaria nas respostas de uma pessoa nessas condições, que são as suas?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, eu vim aqui para dizer a verdade, e só a verdade. E esse é o meu compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor não seria punido pela Vale? Perderia o seu alto salário caso culpasse alguém aqui, caso contasse algo aqui tenebroso – expressão usada aqui, agora mesmo? O senhor não acha que o senhor seria punido, não? O senhor seria afastado, demitido, que a Vale iria fazer qualquer coisa com o senhor?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, de forma alguma. Eu estou há 22 anos na Vale porque eu tenho uma crença e os valores muito alinhados...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor tem orgulho de trabalhar na Vale?

O SR. SILMAR SILVA – Eu tenho orgulho de trabalhar na Vale.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Orgulho? O senhor falou, ou não... Eu queria saber, desculpa, Relator Carlos Viana. Não sei quem mentiu aqui, nessa história. Creio que é um desejo seu também.

O senhor falou ou não falou com o Gerd Poppinga, o Diretor-Executivo de Ferrosos? Alguém mente aqui. Sr. Silmar Silva, sobre os riscos da barragem, o senhor falou com ele ou não? Sim ou não?

O SR. SILMAR SILVA – Eu não falei, porque eu não tinha nenhum conhecimento de risco crítico iminente no relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor não falou? O senhor não teme que, ao dizer aqui que não falou, amanhã o senhor vai pagar essa conta ou esse crime sozinho? Ou seja, o senhor pode amanhã puxar essa cadeia sozinho?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, essa é a pura verdade. Eu não falei.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Silmar, em depoimento a esta...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Depois dizem que o ex-Presidente Lula que criou o "eu não sabia, eu não sabia, eu não sabia". Desculpa, Presidente Lula. Quem criou foi a equipe de funcionários e diretores da empresa Vale. O senhor apenas copiou.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O Sr. Felipe esteve aqui conosco e, como engenheiro que paga o próprio advogado, que não aceitou participar dos treinamentos, não aceitou participar de toda a estrutura, todo o programa de defesa montado pela Vale, foi muito claro em dizer que todos os grandes responsáveis, os diretores, os principais nomes da Vale estavam cientes do que acontecia em Brumadinho.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – E a Sra. Marilene disse que tudo que ele falou aqui é verdade.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Foi repassado por *e-mail*. Ele foi muito claro aqui nesta CPI. Todas as informações sobre Brumadinho estavam disponíveis e foram repassadas aos diretores. Isso inclusive, nós hoje estamos muito limitados pelo STF, porque nós não podemos, mas mereceria uma boa acareação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Claro.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito boa acareação, porque tenho certeza de que, se nós trouxermos aqui o Felipe e outros diretores, os senhores vão usar do recurso do *habeas corpus* para não falar. Aí os senhores usam. Este é o objetivo desse *habeas corpus*: evitar uma acareação que possa nos dizer aqui claramente quem está falando a verdade.

O Felipe veio aqui e declarou. E ele paga o advogado dele. Ele está pagando o advogado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – E com dificuldade, ele disse.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas eu quero seguir aqui, Sr. Silmar.

Em depoimento a esta CPI, o seu chefe Gerd Poppinga levantou a hipótese de haver um conflito de interesses da empresa TÜV SÜD, que teria outros contratos com a Vale além de fazer auditoria das barragens. A Vale poderia eventualmente cancelar os outros contratos caso a TÜV SÜD se negasse a assinar a declaração de condição de estabilidade da Barragem B1.

Eu pergunto ao senhor: o senhor tinha ciência de que a TÜV SÜD tinha outros contratos com a Vale além da auditoria de barragens?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, eu não tinha conhecimento, porque a gestão desse contrato não pertencia à minha diretoria.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Agora, o senhor acha correto que uma empresa de auditoria tenha múltiplos contratos com uma mesma empresa auditada, Sr. Silmar?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, apesar de não ser da minha área, eu tive oportunidade de ouvir o Alexandre Campanha explicar as razões que ele tinha considerado ao fazer auditoria com a TÜV SÜD e, naquele momento, me pareceu...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É, mas o Sr. Gerd, que é também uma pessoa muito experiente, diz claramente que isso é um problema, que pode ter sido uma das principais causas, e eu acredito que foi. Eu tenho minha visão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu também.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor acha correto? A Vale não falhou ao identificar essa possibilidade?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, eu até acho importante esclarecer que um dos painéis de especialistas que aconteceram, eu não me lembro qual deles, acho que foi o segundo, eles inclusive recomendaram a existência da figura que eles chamavam de *engineer of record*, o engenheiro de registro, que é... Tem empresas que permanecem muito tempo fazendo trabalhos, porque elas têm uma história acumulada. Acho que não existe uma opinião, digamos assim, consolidada em relação a isso, pelo menos é a minha avaliação, apesar de a minha área não ser área técnica.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Hoje, dia 14 de maio, é aniversário da minha neta Maria Luisa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Um beijo, Maria Luisa.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Está acontecendo um evento do setor de mineração em Barcelona, onde estão os dirigentes das maiores mineradoras e de alguns dos maiores bancos e fundos de investimento do mundo. A Vale está lá naturalmente tentando se salvar, porque a Noruega, a Alemanha, a Inglaterra, são vários países que já começam a tirar a Vale do escopo de investimentos.

Seu chefe Eduardo Bartolomeu, Presidente da Vale, está lá. Chamou minha atenção um painel que acontece hoje, Senador Kajuru, cujo título, traduzido livremente, seria "O valor através da virtude – poderão os consumidores éticos influenciar a conduta das empresas de mineração e metais? Eu queria saber o que ele vai falar lá.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É. Saberemos hoje à noite, pelo fuso horário.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Essa pergunta do painel parece feita sob medida para a Vale, uma empresa que se envolveu em dois enormes desastres, o de Mariana e o de Brumadinho.

A Vale, uma gigante multinacional, exporta boa parte da sua produção. Os consumidores e acionistas estão em grande parte fora do Brasil. Por isso eu pergunto ao senhor o seguinte, Sr. Silmar: o senhor acha que a Vale, uma empresa que nasceu de investimento público, que explora e vende uma riqueza do Brasil e que, pela segunda vez, está envolvida em uma tragédia que desta vez matou 270 pessoas, matou um rio importante, acabou com a economia de várias cidades, está sendo ética com a população brasileira? Como brasileiro o senhor, o que pensa disso?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, a minha história está muito ligada à Vale, como eu já tive a oportunidade de mencionar. Ao longo de todo esse tempo que eu trabalhei na Vale, primeiro, nunca faltou recurso para a segurança, nunca faltou recurso para ser investido em meio ambiente e sustentabilidade. Então, com toda a sinceridade, eu sempre acreditei muito na Vale e continuo acreditando.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É o mais fiel escudeiro da Vale que nós tivemos até hoje, em oito reuniões aqui. Vá gostar da Vale, com todo o respeito a V. Exa. – chamei de V. Exa., desculpe, porque eu não chamo ninguém, V. Exa. é minha mãe –, vá gostar da Vale assim não sei onde, hein.

Se eu trabalhasse nessa Vale, eu pedia demissão. Até porque eu já pedi demissão ao vivo de televisão, né, Senador. O senhor sabe disso, o senhor é jornalista. Eu teria o maior prazer de pedir demissão ao vivo dessa empresa assassina. Não é possível que alguém tenha orgulho dessa empresa, pelo amor de Deus!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor acha que os acionistas que estão lá em Barcelona e adotam critérios éticos em seus investimentos deveriam continuar investindo na Vale, Sr. Silmar?

Falta uma pergunta só.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Só para informar que começou a sessão plenária com o Presidente Antonio Anastasia, mas a pergunta do Sr. Senador Relator Carlos Viana, o senhor se lembra dela bem, Sr. Silmar?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor investiria, Sr. Silmar?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, eu estou afastado da Vale desde o dia 2 de março. Eu não tenho acompanhado os planos, a revisão dos planos estratégicos da Vale e eu preferia não comentar essa pergunta.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito bem, pelo menos apareceu alguma dúvida. Isso significa que o senhor, como conhecedor que é da Vale, sabe muito bem que a empresa vive um momento muito delicado que pode definir claramente o futuro dela.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu espero que ela morra, financeiramente falando.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu gostaria que o senhor nos ajudasse aqui, Sr. Silmar, com a sua experiência, com relação à mineração a seco.

Depois de duas tragédias, centenas de mortes, várias cidades com economia arrasada, dois rios destruídos, a conclusão é que o único jeito de resolver a questão é acabar com o uso de barragem, fazer a transição para mineração a seco. A Vale no Pará já tem 80% da produção dessa maneira. Em Minas, o percentual passou de 20% em 2016 para 32% em 2019. Esse avanço lento é porque a Vale não quer arcar com os custos de transição para mineração a seco?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, porque de fato não é uma solução trivial, principalmente porque existe um parque de pelletização no Espírito Santo que é totalmente dependente dos minérios de alto teor, cuja tecnologia para produzir até hoje ainda não estava totalmente dominada. Se se fosse fazer uma produção simplesmente a seco, sem necessidade de fazer pelletização, eu acredito, como técnico, que poderia ter até um ritmo maior, mas, infelizmente, exceto se a Vale resolver não ter mais parque de pelletização, ela poderia acelerar esse processo. De toda forma, nós estamos falando de década, eu acredito.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor poderia explicar para as pessoas o que é um parque de pelletização, por favor?

O SR. SILMAR SILVA – Desculpe, Excelência, é por conta do linguajar nosso.

O minério, quando ele... Para ele entrar no alto-forno, existe o gusa, existe o *sinter feed*, que é aglomerado antes, e existe outra carga do forno que é a pelota. Essa pelota é produzida a partir dos *pellet feeds*, que são minérios concentrados, igual tem em Itabira, igual tem na região de fábrica. Esse material *pellet feed* é ultrafino e é aglomerado nesse processo chamado de pelletização. O principal parque de pelletização da Vale está localizado no Espírito Santo.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Depois dessa tragédia de Brumadinho, a Vale vai finalmente investir nessa transição nos seis grandes complexos de mais de 20 minas que operam em Minas Gerais, Sr. Silmar?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, como eu já disse, eu estou afastado e eu preferia não comentar essa...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Agora, eu quero encerrar, para passar ao Presidente, mais uma vez, pedindo ao senhor um exame de consciência: onde aconteceu o erro? Onde o senhor, como ser humano, como pai que acredito que seja ou como companheiro, voltaria atrás para ajudar a que isso nunca mais acontecesse? Em que ponto, Sr. Silmar?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, na minha avaliação que eu tenho feito, porque a gente faz isso também o tempo todo, eu não achei nada diferente que eu poderia ter feito. Estou, de novo, numa expectativa muito grande de saber o que vai vir nesse relatório de causas para que a gente possa fazer uma autoavaliação...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A causa, Sr. Silmar, já está muito clara. Os senhores pegaram uma barragem inicialmente e começaram a altear essa barragem sem, inclusive, respeitar as estruturas corretas. Os senhores foram levantando essa barragem até 84m. E o que aconteceu foi que não controlaram a liquefação, o lençol freático. E as duas das barragens dos alteamentos centrais... O primeiro alteamento e o segundo alteamento... Um tombou sobre o outro. Isso fez com que a base da barragem explodisse e se rompesse. Foi isso o que aconteceu. Agora, os senhores tinham radares que apontavam a liquefação, ninguém prestou atenção, todo mundo achava que os radares estavam falhando. Os senhores tinham uma auditoria que chegou lá e disse o seguinte: "Olhe, eu não vou assinar esse laudo, porque o risco aqui é muito grande". A Vale chamou outra empresa de auditoria e falou assim: "Olhe, esse critério aí não está bom, eu quero outro critério". Aí a empresa que tinha vários contratos com a Vale resolveu assinar, fez as recomendações. Ninguém tomou providência nenhuma. Em janeiro, ela rompeu. Foi isso o que aconteceu.

Tudo o que o senhor está me dizendo de duzentos e tantos milhões de investimento em segurança, toda a contratação da Vale dos profissionais que é altamente qualificada, tudo aquilo a que a empresa se propôs dentro da confiança que foi dada na concessão para a exploração do minério, nada se cumpriu! Nada disso evitou a tragédia.

Hoje, os senhores vão carregar para o resto da vida um carimbo na carreira de vocês dizendo claramente o seguinte: incompetência. É isso, a história é essa. Porque, se ninguém sabe o que aconteceu, se ninguém consegue nos dizer exatamente onde foram os erros, então, nós podemos concluir que todo o processo foi incompetente para evitar a morte daquelas pessoas. É isso. A história vai entrar dessa maneira.

E agora nós vamos corrigir isso para que processos como este, que tem causas, que tem responsáveis, não se repitam.

Sr. Presidente, muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sem dúvida, corretíssimo, Relator Carlos Viana, Senador por Minas Gerais.

Para a gente concluir aqui os trabalhos: o senhor gosta de música, Sr. Simar? Ou não?

O SR. SILMAR SILVA – Eventualmente...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Música brasileira, o senhor gosta? MPB? *(Pausa.)*

Não é ironia, não; é porque o Senador Carlos Viana, como Relator, fez tantas vezes essa pergunta a todos que vieram aqui que isso me faz lembrar do meu ídolo Herbert Vianna, da banda Os Paralamas do Sucesso, naquela parte da letra: "Onde está o meu erro por estar ao seu lado?" Onde está o meu erro por estar ao lado da Vale, dessa empresa?

O senhor sabe que o Sr. Felipe Rocha afirmou, categoricamente, que:

O dono do risco definido em um comitê de governança de geotecnia, do qual eu não fazia parte, era [estou aqui falando as palavras dele, entre aspas] o gerente executivo responsável pela mina, de nome Rodrigo Melo, e os diretores posicionados acima do Rodrigo Melo teriam também capacidade de tomar essas... [Ele disse; seguindo, palavras dele, de Felipe Rocha, o melhor depoimento até agora aqui] Poder de tomada de decisão, uma decisão estratégica para a empresa.

Fecha aspas.

Uma pergunta para concluir: V. Sa. era o superior hierárquico do Sr. Rodrigo Melo? O senhor tinha poder de determinar a seus subordinados a evacuação das instalações, a remoção das pessoas que trabalhavam a jusante da barragem? Ou o Sr. Rodrigo Melo, na verdade, não era seu subordinado, mas, sim, uma pessoa dotada de absoluta autonomia, que poderia simplesmente descumprir suas ordens?

O SR. SILMAR SILVA – Divido em duas, Excelência. O Rodrigo era subordinado hierarquicamente a mim. E, como eu já mencionei mais cedo, na Vale, qualquer gestor e qualquer funcionário têm poder de interditar e evacuar área se tiver qualquer iminência de risco. E nós temos várias situações em que isso aconteceu. Se a pergunta é se o Rodrigo teria poder, ele teria, o supervisor teria, eu teria, desde que fosse identificada qualquer situação de risco.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Só para fechar, alguma vez... Só para ratificar aqui o que já foi questionado pelo Relator Carlos Viana, o senhor indagou ao Sr. Rodrigo Melo a respeito dos riscos da barragem que veio a se romper? Por favor, responda "sim" ou "não".



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, eu não conversei com o Rodrigo, porque nós estamos afastados e nós não estamos...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Afastados por quê?

O SR. SILMAR SILVA – Nós estamos afastados voluntariamente a partir...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – A pedido da Vale?

O SR. SILMAR SILVA – ... a partir da manifestação do Ministério Público e das polícias.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Mas, no dia seguinte à tragédia, certamente, vocês conversaram.

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, no momento seguinte à tragédia, a prioridade foi cuidar das vítimas e das pessoas que estavam no local.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Orar por elas? O senhor, no começo aqui, quase se emocionou, inclusive, ao citar que perdeu amigos, não?

O SR. SILMAR SILVA – Eu continuo emocionado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Esses amigos... O senhor acredita em outra vida ou não? Eu acredito, eu sou Chico Xavier Futebol Clube. O senhor não? Não acredita em outra vida?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, eu sou católico de família.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu também sou católico, mas acredito em outra vida.

Se o senhor se encontrasse em outra vida com esses amigos que morreram, amigos do senhor, que fazem o senhor se emocionar, o senhor acha que eles iriam continuar tendo orgulho de sua amizade, iriam dizer ao senhor que, em tudo o que senhor falou aqui nesta CPI, o senhor falou a verdade e o senhor correspondeu a tudo que eles lá em outra vida estão vivendo agora? A questão da memória deles.

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, eu tenho a consciência muito tranquila de que tudo que eu podia ter feito, que estava ao meu alcance, eu fiz e não deixei de fazer, e todas as pessoas que trabalham comigo sabem do cuidado que eu tenho com a segurança. E não é diferente desses gestores.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Relator Carlos Viana, antes de encerrarmos esta 8ª Reunião da CPI de Brumadinho, eu gostaria de colocar em votação as Atas da 5ª, 6ª e 7ª Reuniões, solicitando a dispensa de sua leitura.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Então, a ata está aprovada.

Antes de liberar o Sr. Silmar aqui, o senhor concordaria, Relator, de a gente apresentar um requerimento para aquilo que o senhor, de forma brilhante, pensou aqui? Eu já participei de CPI como Relator em Goiânia e eu adorava acareações. A gente não poderia convocar aqui uma acareação, mesmo que eles não quisessem falar por *habeas corpus*? A gente iria falar por eles, perguntar o que o Brasil...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ahn? O senhor concorda?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então, nós vamos entrar com um pedido de acareação – assessoria, imediatamente –, para que, o mais rápido possível – nós temos até 2 de julho para o trabalho ser concluído nesta CPI... Eu acho necessário demais o que o Sr. Felipe Rocha falou aqui. Vamos escolher bem com quem será feita essa acareação.

Sr. Silmar, alguma coisa mais o senhor quer acrescentar ou apenas encerrar o seu depoimento?

O SR. SILMAR SILVA – Excelência, eu gostaria de acrescentar sim, porque eu acredito que deva ter havido algum mal-entendido em relação à minha informação em relação a Felipe. O Felipe... Todas as informações que ele deu em relação à participação minha e do outro diretor dos eventos estão corretas, nós participamos sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então, o senhor, igual à Marilene, concorda com tudo que o Felipe disse aqui?

O SR. SILMAR SILVA – Eu não sei tudo que ele disse. Eu estou dizendo que, nas participações nossas nas reuniões do Piesem, na distribuição das análises de risco, da maneira consolidada, igual era mostrado nos PIESEMs, nós estávamos lá sim, porque eu fazia questão de participar dos fechamentos, até para poder mostrar a importância do tema para a diretoria.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O Sr. Felipe Rocha pode até ser o grande assessor seu no relatório final. Hein?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É o mais provável.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não é não, Senador Carlos Viana?

Muito obrigado, Senador Carlos Viana, como sempre, presente em todas as reuniões.

Muito obrigado às senhoras e aos senhores. Muito obrigado, Sr. Silmar; muito obrigado à sua advogada pela presença.

Declaro encerrada esta reunião e vamos para a sessão plenária, hoje é dia de votações. Vamos trabalhar.

Brasil, agradecidíssimo.

(Iniciada às 13 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 55 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO DA CPI DE BRUMADINHO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e trinta e sete minutos do dia dezesseis de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Senadora Rose de Freitas, reúne-se a CPI de Brumadinho com a presença dos Senadores Antonio Anastasia, Jorge Kajuru, Carlos Viana, Otto Alencar, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Paulo Paim e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Juíza Selma, Dário Berger, Mecias de Jesus, Randolfe Rodrigues, Jaques Wagner e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Oitiva. Finalidade:** Coleta de depoimentos. Oitiva do JOAQUIM TOLEDO, em atendimento ao requerimento 23/2019; do RODRIGO MELO, em atendimento ao requerimento 17/2019. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 62 de 2019** que : "Requer acareação entre o ex-presidente da Vale, FÁBIO SCHVARTSMAN, o ex-Diretor operações do Corredor Sudeste da Vale, SILMAR MAGALHÃES SILVA, o ex-Diretor executivo de Ferrosos e Carvão da Vale, GERD POPPINGA, o Gerente-executivo de Geotecnia Operacional da Vale, JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO, o Gerente-executivo operacional da Vale no Complexo Minerário Paraobeba, RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO, e o funcionário do Setor de Gestão de Riscos Geotécnicos da Vale, FELIPE FIGUEIREDO ROCHA." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru. **Resultado:** Não apreciado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Rose de Freitas

Presidente da CPI de Brumadinho

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/05/16>

(Texto com revisão.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Bom dia a todos!

Nesta Casa, as Comissões todas funcionam simultaneamente a audiências públicas. Assim, é factível que a gente possa sofrer um atraso em função de outros compromissos, mas aqui estamos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Senado nº 21, de 2019, para apurar as causas do rompimento da barragem na Mina Córrego do Feijão, da empresa de mineração Vale, em Brumadinho, e de outras barragens.

Conforme convocação, a presente reunião está dividida em duas partes. A primeira parte destina-se à oitiva do Sr. Joaquim Pedro de Toledo, Gerente Executivo de Geotecnia Operacional da Vale.

Informo aos senhores e às senhoras que foi recebida pela Secretaria da CPI petição do convocado, Sr. Joaquim Toledo, informando que não poderia comparecer à oitiva de hoje em virtude de que não teria tempo hábil para se deslocar da cidade em que reside, Itabira, até Brasília, a fim de atender a convocação, bem como em razão da impossibilidade de seu advogado acompanhá-lo durante a oitiva, uma vez que já estaria acompanhando outro cliente, na CPI na Assembleia de Minas Gerais.

Dessa forma, eu informo que ele será convocado novamente em data que iremos definir hoje ainda.

A segunda parte desta oitiva é com a presença do Sr. Rodrigo Artur Gomes de Melo, que já se encontra em Plenário e é Gerente-Executivo Operacional da Vale, no Complexo Minerário Paraopeba.

Depois, passaremos à apreciação de requerimentos.

Eu convido para que venha... Peço à Secretaria que conduza até a mesa o Sr. Rodrigo Artur Gomes, para iniciarmos o seu depoimento. *(Pausa.)*

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente, pela ordem.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pela ordem, o Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Pela ordem.) – Presidente, ontem, conforme acordo, como sempre na sintonia que temos aqui, especialmente entre nós três, a senhora como Presidente, Senadora Rose de Freitas, o Relator, exímio por sinal, Senador Carlos Viana, e eu como membro desta CPI. Nós, em conjunto, Viana e eu... A senhora estava na reunião dos Líderes, naquele acordo para que colocassem em pauta ontem aquele belíssimo projeto em relação às barragens, de sua autoria e com relatório cirúrgico do Senador Carlos Viana, com aprovação no dia de ontem daquele importantíssimo projeto tão cumprimentado pelo Brasil nas redes sociais.

Na sua ausência, então, no final da reunião de anteontem aqui, que foi a oitava, chegamos à conclusão, o Senador Viana e eu, de uma acareação inquestionável, insofismável. É necessária aquela acareação entre o Felipe Rocha, que aqui esteve, e outros que aqui estiveram.

Então, eu só gostaria de confirmar se chegou até a Mesa, às suas mãos, esse requerimento do pedido de acareação.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A Assessoria informa que chegou e está na pauta para nós apreciarmos.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ótimo. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – É o Requerimento nº 62. Não há quórum para apreciar. Sobre isso, eu gostaria de fazer um esclarecimento aqui, haja vista que a imprensa sempre pergunta e levanta essas questões.

Nós temos o compromisso e vamos trabalhar. Independentemente daqueles que registram no painel e não estão, por outros afazeres ou porque simplesmente viajaram, nós manteremos o nosso trabalho. Ainda em parceria com o Ministério Público ou em parceria com outros fóruns de informação, a Polícia Federal, que se encontra aqui acompanhando os trabalhos, nós vamos manter o nosso ritmo de trabalho, com todo o esforço do Senador Kajuru e o comprometimento dele, com todo trabalho e comprometimento também do nosso Relator. Então, não nos perturba em nada, embora gostaríamos de que fosse diferente, a ausência dos nossos pares.

Aqui temos o quórum mínimo para abrir, que é de três, exatamente nós três, e temos mais um que é o Anastasia. Mas continuaremos os nossos trabalhos. Reafirmo isso para que não me perguntem mais se a ausência prejudica. Não prejudica! É evidente que a presença somaria, mas não é o caso de prejudicar os trabalhos.

Então, eu passo a palavra ao Relator, para que ele possa iniciar a oitava.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero também informar que, logo em seguida ao término de todas as oitivas, nós enviaremos uma delegação para verificar *in loco* a situação das barragens.

Está com a palavra o Sr. Relator, o Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Meu bom-dia, Presidente Rose!

Bom dia, Senador Kajuru!

A todos os presentes aqui, eu queria dar minha saudação.

Quero dar os parabéns à Presidente Rose pela aprovação, ontem, em plenário, do projeto que torna as regras para a questão das barragens mais rígidas.

Naturalmente, nós estamos nesta CPI já com o trabalho avançado na questão da proibição de todas as barragens nos próximos dez anos, barragens de rejeitos de minério. O próprio setor já entendeu o recado, já começou a mudar a tecnologia, antecipando-se, naturalmente, às decisões que a sociedade brasileira hoje exige. Mas, até lá, nós precisamos preencher o vácuo que nós temos na legislação com relação a essas questões. V. Exa. fez isso ontem com muita experiência, com muita sabedoria. Eu tive o prazer de ser o Relator. Estava conosco também o Senador Kajuru, que é um grande batalhador nessa área.

Quero aqui, antes, chamar a atenção, senhores, para uma matéria do jornal *Valor Econômico*: "Justiça suspende atividades da TÜV SÜD no Brasil e bloqueia R\$19 milhões. A Justiça de Minas Gerais bloqueou R\$19 milhões das contas da TÜV SÜD [...], empresa responsável por laudos de estabilidade da barragem da mineradora da Vale [...]". O pedido do Ministério Público do Estado foi aceito e, naturalmente, deferido pela Justiça. O Promotor William Garcia, do Ministério Público Estadual, foi quem fez o pedido, uma vez que a empresa, segundo as acusações, teria desrespeitado a lei anticorrupção. É outra decisão também muito importante, é um recado que está sendo dado claramente sobre a questão da seriedade. As empresas podem vir trabalhar, são muito bem-vindas, mas precisam respeitar a legislação. E, como nós sabemos que a TÜV SÜD entregou às autoridades da Agência Nacional de Mineração um laudo ideologicamente falso, porque ela manipulou, com aqueles que estavam junto, as informações, as primeiras decisões começam a ser tomadas. Nós vamos conseguindo aqui, com muita habilidade, com muita luta, vencer os primeiros desafios, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não, Sr. Relator. Nós, aqui, achamos que, no desdobramento desse trabalho, as atitudes estão sendo tomadas, inclusive por iniciativa de projeto de lei, como é o caso do Senador Kajuru e do próprio Senador Viana e da nossa atitude também. Eu acho que o resultado, inclusive, será benéfico com o desdobrar do tempo em razão exatamente do fato de que nós estamos tomando algumas ações



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

cautelatórias que a lei nos propicia fazer, para que possamos impedir que fatalidades e tragédias como essas aconteçam novamente.

Eu queria, antes de iniciar o depoimento – se ele ocorrer –, informar ao Plenário de que tomamos conhecimento da decisão do STF novamente nos autos do HC 171.312 em seu favor, que assegura exatamente o que foi assegurado a alguns que, depois, aqui em plenário, abriram mão de ter assegurado o seu direito de permanecer em silêncio; de ser assistido por advogado, como o senhor está assistido; de não ser submetido ao compromisso de falar a verdade e de não sofrer constrangimento decorrente do exercício desse direito.

Eu quero fazer a pergunta de praxe, se o Sr. Rodrigo Melo vai fazer uso desse HC e vai permanecer em silêncio.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Primeiramente, eu gostaria...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu só gostaria da resposta se o senhor permanecerá em silêncio ou não.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Eu estou à disposição desta CPI para colaborar. Vou tentar elucidar todos os questionamentos e todas as dúvidas possíveis para tal.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

Passo a palavra ao Relator para que ele possa fazer as perguntas que julgar convenientes.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para interpelar depoente.) – Obrigado, Presidente.

Também chamo a atenção aqui: ontem surgiu um alerta grave da possibilidade de rompimento de mais uma barragem em Minas Gerais, dessa vez em Barão de Cocais, a Mina do Gongo Soco, que já estava há bastante tempo sendo acompanhada. Ela deu sinais de que a parte mais alta, o dique mais alto, a montante, pode romper, e o rompimento pode provocar, inclusive, também o rompimento do dique principal. População já alertada. Dessa vez, Senador Kajuru e Senadora, as regras estão sendo cumpridas. Pelo menos nós temos aqui eu não digo que comemorar, porque isso tudo é uma tristeza, todo rompimento como esse é sempre uma tragédia, mas pelo menos as regras começam a ser seguidas da forma como deveriam.

Vamos ao Sr. Rodrigo Melo. Sr. Rodrigo, na época da tragédia de Mariana, o senhor já trabalhava para a Vale, Gerente do Complexo Mina da Alegria. Na época, o Delegado da Polícia Federal Roger Moura o acusou de ser responsável pelo despejo de rejeitos de minério de ferro na barragem do Fundão sem autorização, acima muitas vezes do que era informado. Isso está lá, no inquérito da Polícia Federal. De acordo com o Delegado, isso teria contribuído para o rompimento da barragem de Mariana.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O tempo passou, a denúncia não prosperou. Aliás, cabe lembrar que, recentemente, uma decisão da 4ª Turma do TRF da 1ª Região determinou o trancamento de todo o processo de Mariana para os crimes de homicídio e lesão corporal. Infelizmente, na minha visão, os 21 acusados vão responder apenas por crimes ambientais de desabamento, inundação, e não serão submetidos a júri popular. Aliás, este é um dos objetivos desta CPI: impedir que a tragédia de Brumadinho siga o mesmo caminho em que os advogados da Vale novamente consigam relativizar uma tragédia em que morreram 270 pessoas. Tudo o que vimos nos diz que não foi um acidente. Então, alguém terá de pagar pelas vidas que foram ceifadas aqui.

Por que eu estou colocando isso para o senhor? Nós temos alertado a todas as pessoas que estão comparecendo e se dispondo a falar, Sr. Rodrigo Melo, que o que for dito aqui pode, no relatório, juntamente com o Ministério Público Federal, a força-tarefa que está acompanhando, facilitar a sua defesa ou também pode tornar o processo ainda mais complicado. A decisão de condenação ou não naturalmente é da Justiça, são eles que têm essa prerrogativa. O nosso poder aqui está em investigar e em legislar sobre as falhas que nós tivemos com relação aos desastres. Mas lembro ao senhor que a sua colaboração aqui é fundamental para o esclarecimento de todos os fatos, de todos os detalhes. Isso pode ajudar e muito na sua trajetória, inclusive, profissional, que eu tenho certeza tem muitos anos de prestação de bons serviços à área da engenharia e que, numa situação como essa, ficará marcada pelo resto da vida. Esse é um alerta que fazemos a todas as pessoas aqui antes de começarmos a CPI.

Então, voltando à questão, o Delegado Roger Moura, que faz parte da equipe que investiga o caso de Brumadinho, novamente encontra o senhor na investigação, dessa vez como Gerente Executivo do Complexo Paraopeba, que inclui a Mina do Córrego do Feijão. Dessa vez, o senhor teve a sua prisão temporária decretada. O Ministério Público pediu o seu afastamento.

Sob esse contexto, o senhor, por favor, nos responda: após as acusações da Polícia Federal no caso de Mariana, a Vale promoveu formalmente alguma investigação interna sobre a sua conduta? Algum dirigente da Vale, incluindo o seu chefe, Silmar Silva, o questionou sobre esse assunto? Estando o senhor, pela segunda vez, como gerente de uma mina onde uma barragem se rompe, com consequências terríveis, o que o senhor nos diz disso?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Primeiramente, eu gostaria de externar o meu profundo sentimento de tristeza com relação a esse rompimento da Barragem B1 de Brumadinho e me solidarizar com os familiares das vítimas nesse momento de dor profunda.

Senador Carlos Viana, Relator desta CPI, com relação aos seus questionamentos, na época do acidente da Samarco, a minha função era Gerente Executivo do Complexo Minerador Mariana, pertencente à Vale. Em 25 anos, como profissional da mineração, exercendo a engenharia de minas, eu jamais exerci qualquer cargo, qualquer função na empresa Samarco.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Foi desenvolvido um processo investigatório pela Polícia Federal e pelo Ministério Público, e eu fui excluído desse processo pelo Ministério Público. Internamente, não teve, e eu não sei, obviamente, não chegou até mim qualquer processo de investigação da companhia quanto à minha pessoa. Na época do rompimento da Barragem Fundão, o meu chefe não era o Silmar Silva; era outro diretor.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Quando o senhor foi transferido para Brumadinho, o Sr. Silmar Silva, em algum momento, o questionou sobre isso? O senhor, dentro da Vale, foi colocado em algum processo interno de avaliação das suas ações? Porque, ao que nos consta, apesar de tudo, o senhor foi promovido.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Não ocorreu isso, porque eu fui excluído do processo por não ter nenhuma relação com esse acidente.

Excelência, eu não fui promovido. Eu já desempenhava o cargo de Gerente Executivo...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A mina em que o senhor trabalhava antes era menor ou maior do que a do Córrego do Feijão?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Tinha o mesmo volume de produção, tinha o mesmo número de funcionários, ou seja, a paridade era a mesma. Eu não fui promovido. Eu era Gerente Executivo do Complexo Mariana, ocorreu uma reestruturação e uma rotação do cargo.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Essa informação de que o senhor autorizava o despejo de rejeitos acima do permitido é verdadeira, ou não?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Eu não autorizava a destinação do rejeito. O que ocorreu – isso foi investigado pela Polícia Federal e está no processo – foi que tinha, sim, um contrato de 1983 firmado entre a Samitri e a Samarco. Com a compra da Samitri pela Vale, no ano de 2000, esse contrato migrou para a Vale. Ele respeitava todas as vigências legais e era um contrato para destinar até um determinado ponto, fora do Complexo Minerador Samarco. A partir daí, a destinação desse rejeito era de inteira responsabilidade da Samarco. Isso está no processo investigativo.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito bem.

O processo, então, Sr. Rodrigo, não chegou à conclusão, e o senhor foi transferido para Brumadinho. Agora, o senhor viveu a experiência do rompimento de Mariana, o senhor acompanhou todos os detalhes do que aconteceu em Mariana, o senhor participou de todas as consequências e também das conclusões da própria Vale sobre Mariana, aí o senhor me é transferido para Brumadinho, e lá acontece a mesma coisa. De que serviu a experiência de Mariana, portanto, na sua gerência?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Sr. Senador Carlos Viana, eu gostaria de deixar mais uma vez claro que eu não tive relação com responsabilidade com o acidente da Barragem Fundão, pertencente à Samarco.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas o senhor não acompanhou as conclusões? A Vale colocou para todos os relatórios. O senhor não teve acesso?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – As conclusões após o acidente de Mariana para a Vale, operacionalmente, foram uma série de ações que resultaram, dentro de um certo contexto, na melhora da gestão operacional.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Senador Kajuru, vou passar a palavra a V. Exa., mas, na sequência do raciocínio aqui, Senadora Rose, a pessoa está ao lado de uma empresa sócia e vê todo o processo de rompimento de uma barragem. Esse conhecimento tinha de ser levado a todos para que não acontecesse de novo. Aí, o senhor vai para uma outra mina, mesmo com tudo o que aconteceu, e não têm o senhor e o Sr. Alano, que morreu na tragédia, a mínima perspicácia ou pelo menos visão de dizer assim: "Vamos tirar o refeitório daqui, porque, se a de Mariana, que era considerada muito mais segura, rompeu, esta daqui pode romper. Vamos tirar o refeitório daqui". Não se utilizou a experiência, o conhecimento passado para se evitar uma tragédia futura.

O senhor não pôde participar de uma discussão em que isso pudesse ser levado em consideração, Sr. Rodrigo?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Senador Carlos Viana, quando eu cheguei ao Complexo Paraopeba, no dia 1º de julho de 2017, a Barragem B1 já estava paralisada desde o ano de 2015. Eu não sei precisar o mês. Uma coisa que eu gostaria de esclarecer é que a unidade operacional de Brumadinho é uma unidade muito antiga. Ela iniciou a sua operação na década de 70, e essa estrutura administrativo-operacional está a jusante não só de B1, está a jusante da mina, está a jusante da instalação de tratamento de minério, ela a jusante do pátio de embarque. Desde da época do início das operações pela empresa Ferteco, essa instalação está ali.

Gostaria também de deixar claro que o tratamento de minério operado na mina de Brumadinho era um tratamento a seco, não utilizava barragem. Então, a barragem estava paralisada, uma das ações orientadas pela Vale após o desastre de Mariana. Dessa forma, eu posso explicar o processo de forma hipotética. E por que eu falo de forma hipotética? Porque, para a área operacional, a estrutura B1 estava monitorada, controlada, auditada não só internamente como externamente, mas pelos órgãos competentes, apresentava um laudo de estabilidade, e, por fim, não tinha o risco iminente de ruptura. Então, não tinha como a gente discutir isso.

Respondendo hipoteticamente à pergunta do senhor, para que a gente iniciasse o processo de realocação das estruturas, deveria ter um *input* ou uma recomendação da área técnica.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Senador Kajuru, V. Exa., como é perspicaz, também Senadora Rose, minha saudação aqui ao...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Senador Otto.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A não existência de um risco iminente...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Nossa Senhora!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... uma frase contextualizada. Esses treinamentos que eles estão recebendo...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Poderia ser colocado na porta do gabinete do Senador Otto. A crise do dia.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Colocar na nossa porta lá. Qual é a crise do dia hoje, Excelência?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A crise do dia hoje é Bolsonaro contra a UNE. Mas entre aspas: "patriotas úteis" e "Presidente inútil". Isso que está na porta.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Com a palavra o Senador Kajuru para fazer as suas respostas. Eu pediria que fizesse em blocos de três.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pode ser. Não, eu faço só duas, até porque o Relator Carlos Viana é sempre muito democrático e faz rodízio.

A linha de raciocínio dele está muito forte, proporcionando a nós aqui declarações preciosas do Sr. Rodrigo Melo. Mas ele se lembrou aqui, o Relator, de Alano Teixeira. O Sr. Rodrigo era o superior hierárquico do Sr. Alano Teixeira, Gerente da Mina do Córrego do Feijão, que faleceu no dia do rompimento da barragem. O senhor o conhecia? Sim ou não?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Sim.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Era seu amigo? Sim ou não?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Ele era um profissional da Companhia Vale.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Perguntei se ele era seu amigo.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Eu tinha relacionamento estritamente profissional com ele.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor se encontrou... Aliás, eu não vou nem perguntar dessa forma, vou mudar. Onde o senhor se encontrava quando ele morreu?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – No dia 25 de janeiro, no momento do rompimento da Barragem B1, eu estava de férias com a minha família, fora do País.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Fora do País.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Sim.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ao chegar ao País, o senhor por acaso conversou com a família do Sr. Alano, depois do seu falecimento? E o senhor saberia dizer o que realmente pensam os familiares do Sr. Alano Teixeira a respeito de V. Sa.?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Eu estava fora do País, retornei ao Brasil de forma imediata, chegando à Mina da Mutuca e assumindo o *hub* de emergência. Trabalhamos de forma ininterrupta no final de semana. E, na segunda-feira, eu fui à casa do Alano conversar com a Adriana, esposa dele, sobre o falecimento dele.

Foi um momento de consternação, um momento de tristeza, profunda tristeza. O que nós tratamos foi de sentimentos; não foi do que a família pensava de mim, ou deixava de pensar, ou do que a família pensava da companhia, ou deixava de pensar. O que nós tratamos ali foi a perda de uma vida, de uma pessoa que para aquela família era extremamente querida e no meio profissional extremamente respeitada. Foi isso que foi discutido, Senador, e que foi externalizado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Nada mais?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Nada mais.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor está falando a verdade?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Senador, em 25 anos de profissão eu posso falar para o senhor que eu sempre cumpri a minha profissão de forma verdadeira. Era para eu estar lá dia 25, Senador. Eu tinha uma rotina operacional de viver aquele complexo. Talvez eu não estivesse aqui hoje. Conviver com isso, achar uma resposta para isso é muito difícil. Então, eu poderia estar entre os mortos. Senador, eu perdi um terço da minha equipe. Cada rosto eu lembro. Então, não tenho por que não falar a verdade. Muito antes, pelo contrário, eu estou aqui sendo o mais verdadeiro e o mais transparente possível.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O seu advogado, aqui presente, é pago pelo senhor ou pela empresa Vale?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – O meu advogado, Leonardo Salles, foi escolhido por mim, é da minha confiança, e ele é pago pela Vale.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pela Vale.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Pela Vale.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Como todos os demais aqui. Portanto, que se registre: a Vale paga o advogado dos que aqui estão comparecendo.

O senhor está afastado na empresa ou não?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – A força-tarefa recomendou o meu afastamento. Eu aceitei esse afastamento, a Vale também aceitou esse afastamento, mas eu queria ponderar a situação como um todo. Chegando ao Brasil, após trabalhar no final de semana, de forma ininterrupta, na segunda-feira ir, à casa do Alano, conversar com a família, na terça-feira, ocorreu um mandado de busca e apreensão na minha casa. Eu fui preso, passei nove noites e dez dias na prisão Nelson Hungria. A partir do *habeas corpus*, eu não retornei mais à companhia, ou seja, desde o dia 29 de janeiro eu não exerço a função de Gerente Executivo do Complexo de Parauapebas.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Mesmo assim, o senhor continua recebendo o seu alto e justo salário.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Eu continuo recebendo o meu salário.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Fica difícil, Senador Otto Alencar... Ontem eu disse isso aqui, e o Relator Carlos Viana também pensa da mesma forma, a Presidente Rose de Freitas e o Brasil inteiro. Como é... Não quero desrespeitá-lo e não vou, de forma alguma, mas é muito difícil a situação nossa. Como a gente pode acreditar, fazendo questionamentos sérios a quem aqui chega, com advogado pago pela Vale; afastado da empresa, porém, continua recebendo salário da empresa... Como é que a gente pode acreditar que ele vai chegar aqui e vai falar a verdade e nada mais do que a verdade? É muito difícil.

Então, a minha última pergunta neste rodízio: ouvido aqui por esta CPI, no dia 14 de maio de 2019, o seu superior hierárquico, o Sr. Silmar Silva, foi enfático ao dizer que qualquer pessoa do corpo técnico, V. Sa., inclusive, poderia ter dado ordem para evacuar a mina, retirando todas as instalações – refeitório, escritórios, etc. E sabemos que essa ordem não foi dada, não foi dada! Queremos, então, saber do senhor se o senhor confirma o que disse aqui, anteontem, o Sr. Silmar Silva. Responda, por



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

fineza, Sr. Rodrigo Melo, objetivamente: sim, eu tinha poder para determinar a evacuação. Ou responda: não, o Sr. Silmar Silva mentiu. Pode ser assim?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Excelência, se porventura existisse um risco iminente de ruptura da estrutura, seria estartado o processo do PABM. Do que consiste esse processo? Como é que ele funciona? A área técnica informaria ao centro de emergência, ao ponto focal do PABM, e, a partir daí, nós evacuaríamos toda a área, de forma imediata. Certo?

Eu não estava no dia da ruptura. Fora isso, não há como você estartar um processo de evacuação se você não tem a informação ou notícia de um risco iminente ou de uma ruptura imediata.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Senador Kajuru...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Só não respondeu à minha pergunta, não é? O Sr. Silmar mentiu ou não?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Eu não posso falar que o Sr. Silmar mentiu. Ele colocou uma situação de risco iminente de ruptura. Com o risco iminente de ruptura, a área seria evacuada em função do *start* do PABM.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor não respondeu se tinha ou não os poderes.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – O PABM inicia-se com uma informação da área técnica. A partir daí, eu reitero, entra uma comunicação ao centro de emergência, ao ponto focal de PABM, e a gente estarta todo o procedimento.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente, retorno posteriormente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Gostaria de... Quando a gente ouve os depoimentos, não sei se essa sensação é a mesma que lhe acode agora, nós ficamos, algumas vezes, Senador Otto, com depoimentos que dizem e nos levam a raciocinar que houve um alerta sobre a possibilidade de rompimento. Depoimentos, não são ilações; depoimentos.

Eu vou resumir, não vou falar do meu sentimento, o que já falei aqui várias vezes. O senhor falou do Sr. Alano, falou das questões que envolveram essa tragédia. Eu queria perguntar a V. Sa., como superior hierárquico que o senhor é do Sr. Alano, se o senhor poderia ter determinado a remoção das instalações e a evacuação das pessoas, se o senhor tivesse aquilo que nós tivemos no contexto dos depoimentos, a afirmação de que havia indícios de rompimento da barragem? O senhor poderia?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Senadora Rose de Freitas, Presidente desta CPI, respondendo de forma hipotética, porque a área operacional tinha o conhecimento de que aquela estrutura estava segura e nós acreditávamos nisso, como funciona esse processo? Como funcionaria de forma real se tivesse um risco iminente de ruptura? A área técnica informaria o segundo nível de gestão, que é o nível de gerente de área, que é o ponto focal da unidade operacional.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor sabe o nome da área técnica, quem encabeçava, organizava, administrava a área técnica que poderia – tudo é hipótese, nós agora só estamos no campo das hipóteses –, com os depoimentos que aqui deixaram seus indícios...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Só as mortes que não são hipóteses, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – É. Não são hipóteses. Não são hipóteses os danos causados à vida de mais de 300 famílias.

Eu queria saber quem era a pessoa responsável por essa hipotética possibilidade, ao saber que haveria indícios, que poderiam ter tomado a decisão?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Existe uma gerência de geotecnia operacional. Essa pessoa está nessa gerência.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Qual o nome?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Tem vários geotécnicos, certo? Eu não posso afirmar qual seria...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Então, são os gerentes operacionais? Não é um gerente?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Não. Existe uma gerência...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Uma gerência...

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Geotécnica operacional.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Quem administra?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – É o Renzo Albieri. E dentro dessa...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Qual o nome?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Renzo Albieri.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Renzo Albieri.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Ele é o Gerente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ele está lá até hoje?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Ele está afastado também.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Mas ele estava na época?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Ele estava na época. E abaixo dessa estrutura tem vários geotécnicos. Eu não sei precisar o nome do geotécnico que estartaria esse processo, porque é uma estrutura que ele que pode dissertar sobre isso. Então, voltando, esse geotécnico recomendaria essa retirada das instalações, volto a repetir...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O diretor, o diretor operacional...

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Não, senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ele recomendaria ou todos os geotécnicos tinham de se reunir numa sala e se falaria: "Olha, aqui tem um alerta. Nós vamos desmobilizar...".

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não tem isso?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Não, deixa eu tentar ser mais claro.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Explique outra vez o procedimento.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – O processo. Se tivesse o risco iminente de ruptura, o geotécnico informaria o centro de emergência, informaria o ponto focal do PABM e estartaríamos a



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

evacuação da área. Não tinha um risco iminente de ruptura. Então, a colocação foi: teria que ter uma solicitação da área administrativa e operacional? Reitero o que falei no início: era uma estrutura que estava lá desde a época de 70, a jusante de outras estruturas operacionais...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Rodrigo, vou interrompê-lo aqui.

O senhor tinha conhecimento, por sua experiência, de que, se a barragem rompesse, iria atingir o refeitório e sua equipe, que o senhor lamenta ter perdido? O senhor tinha conhecimento disso?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Eu conhecia a mancha de inundação.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Conhecia perfeitamente.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Isso.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor participou dos PIESEMs, todos aqueles seminários sobre segurança de barragens, onde foram colocados, inclusive, os riscos inaceitáveis das áreas de rompimento e inundação? O senhor sabia disso tudo?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Eu sabia que a área administrativa e operacional estava na mancha. Eu não participei dos PIESEMs.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E de quem era a decisão de tirar o refeitório da frente da mancha de inundação?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Senador Carlos Viana, eu gostaria de explicar o processo, porque eu acredito que, ao final, isso vai ser elucidado.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – De quem era a responsabilidade, Sr. Rodrigo? Era do senhor? Era de outra pessoa? Quem deveria, mesmo não tendo oficialmente o risco iminente... Mas estavam lá os piezômetros que davam alerta; um problema de fraturamento hidráulico, sete meses antes, gravíssimo; toda uma reunião, inclusive, do grupo direto da barragem, eles se reuniram para discutir. A Sra. Cristina Malheiros, em depoimento aqui, disse claramente que isso foi discutido com os chefes dela e com os responsáveis e, ainda assim, o que deveria ter sido informado às autoridades como grau 6, de zero a dez de risco, foi informado como 3, uma informação falsa para a ANM. De quem era a responsabilidade, diante dessas informações, de tomar a decisão de retirar o refeitório da frente da mina?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu queria complementar.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Aliás, da barragem, me perdoe.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu queria complementar.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Claro!

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O que nós estamos vendo aqui é surpreendente, porque o Sr. Felipe Rocha afirmou – ele não sutilmente supunha ou sugeria essa ideia –, ele afirmou expressamente que diretores da Vale sabiam muito bem dos riscos da B1. Ele afirmou! Vou tornar a repetir: afirmou!

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – E citou o nome do Sr. Rodrigo Melo.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Afirmou!

Então, veja o senhor. Eu não quero que o senhor tenha compreensão da situação em que estamos aqui; eu quero que tenha compreensão da situação em que o senhor está aqui, entende? Quem, afinal de contas, está dizendo a verdade nesse processo? Eu queria que V. Sa., fazendo parte do corpo técnico, respondesse: o senhor concorda que uma afirmação dessa tem um peso na lógica do raciocínio que a CPI está construindo, que o Ministério Público está construindo, que a Polícia Federal está construindo, que a CPI da Câmara está construindo, de que afirmações não são ilações? O que o senhor acha dessa afirmação? O senhor acha que ela não é verdadeira? É verdadeira? Pergunto, porque o Sr. Felipe Rocha tem responsabilidade por suas declarações aqui.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Excelência...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente, permita-me rapidamente, só para complementar a sua preciosa pergunta. É só para lembrar aqui. O nome do senhor foi expressamente mencionado nesta CPI – o Senador Carlos Viana tem aí tudo. O Sr. Felipe Rocha afirmou dessa maneira, aspas:

O dono do risco definido em um comitê de governança de geotecnia, do qual eu não fazia parte [ou seja, ele, Felipe], responsável pela mina, de nome Rodrigo Melo [o senhor], e os diretores posicionados acima do Rodrigo Melo, teriam também capacidade de tomada de decisão, uma decisão estratégica.

Então, só para corroborar com a perfeita pergunta da Presidente, Rose de Freitas.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Eu queria responder para V. Exas. a minha atribuição e esclarecer esse processo como um todo. E gostaria também de externalizar, com todo respeito, que eu não sou responsável pelas palavras do Sr. Felipe Rocha, eu sou responsável em falar a verdade, o que eu sei, e eu estou fazendo isso.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A minha atribuição era fazer a gestão operacional da lavra, do beneficiamento e do embarque de minérios. O beneficiamento era um tratamento a seco, nós não utilizávamos barragem, desde 2015. Eu fui informado quando eu cheguei lá, em julho de 2017. O que acontece? A estrutura B1 era uma estrutura paralisada. Então, a atribuição de fazer o monitoramento, o controle, a auditoria, a inspeção era de uma área técnica que não era a minha atribuição. Então, se eu posso esclarecer, através da minha atribuição, eu não tinha atribuição de fazer o monitoramento, o controle, a inspeção da estrutura geotécnica. E eu não posso ser responsável pelas palavras do Sr. Felipe Rocha.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não solicitamos isso a V. Sa., apenas colocamos, em razão do seu depoimento, as palavras em que ele atribuía as responsabilidades, que ele também respondeu diante desta CPI.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não, Senador Otto.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Rodrigo, o senhor não é o responsável técnico pela barragem? O senhor não é o ART lá pelo Crea? Está aqui, Sr. Rodrigo Melo. O senhor tem ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), registrada no Crea, como responsável técnico pela gestão da barragem. Essa informação não é verdadeira?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Sr. Senador Carlos Viana, a minha ART é de gestão de lavra. A barragem estava paralisada. Eu não tenho uma ART de gestão sobre a estrutura B1.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Além do senhor, outra ART era Cristina Malheiros. O senhor diria que ela é a responsável por todo o processo e que poderia ter informado sobre a situação de gravidade da barragem?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – O que eu posso afirmar é que ela era ART técnica da geotecnia da barragem B1.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E o que significa ser ART técnica da geotecnia? O senhor acabou de falar que tem um setor técnico responsável pela barragem. Então, ela é a responsável?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Ela é ART técnica da geotecnia. Eu não sei dissertar qual é a atribuição da ART técnica da Sra. Cristina.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Como? O senhor tem 25 anos de Vale! A estrutura administrativa de Brumadinho não é tão grande assim, Sr. Rodrigo. Não era tão grande assim! Os senhores eram gerentes no mesmo nível, lá, em toda situação. Como é que o senhor pode nos dizer





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quem é que eram os responsáveis exatamente dessa responsabilidade de cuidar da barragem? O senhor desculpe, mas como é que o senhor quer que nós aqui aceitemos passivamente essa informação?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Senador Carlos Viana, o meu complexo tinha três unidades, ou três *ramps* operacionais: Brumadinho, Fábrica e Mutuca. Eu volto a tentar esclarecer que a minha atribuição era a gestão operacional das operações de lavra e tratamento de minério e embarque da unidade em Brumadinho. A minha ART é uma ART de gestão de lavra, não é uma ART de gestão da Barragem B1, porque ela estava paralisada. É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Com a palavra o Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu quero perguntar ao Sr. Rodrigo: o senhor trabalhou também em Mariana?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Sim, senhor.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Por quanto tempo?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Trabalhei por 24 anos.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Quando houve o rompimento, o senhor estava em Mariana?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Eu era Gerente Executivo do Complexo de Mariana.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Houve, então, uma reincidência na gestão do senhor, em Mariana e, depois, em Brumadinho. É muita coincidência, não é? O senhor é engenheiro e se diz experiente. Há o rompimento em Mariana, e o senhor é transferido para Brumadinho, e rompe a barragem de Brumadinho também sob a gestão do senhor. Assim, não há como o senhor convencer nenhum de nós de que não houve negligência, omissão ou até falta de controle e de respeito com as pessoas que ali trabalhavam.

Em outra vez, eu falei que nada me convence de que a Vale não é uma empresa criminosa. Muitos dos seus dirigentes são tão criminosos quanto a Vale, inclusive o senhor. Sabe por quê? Porque eu não posso aceitar que se construa uma barragem de rejeito num vale... Para se construir uma barragem, tem de haver uma bacia. Certo? Não se vai fazer uma barragem numa área plana; não há como fazê-la. Faz-se a barragem numa bacia, e, na bacia, de um lado e do outro, há os altos, e há o vale, e aí se faz o barramento. E se constrói a estrutura administrativa na frente da barragem, a jusante da barragem, quando se podia fazê-la nos altos, porque aí ninguém que estava no refeitório ou na parte administrativa iria morrer. Não a fez nos altos por quê? Porque custa mais caro. Tinha de se fazer terraplanagem, levar energia. "Então, faça aqui embaixo mesmo, porque custa barato!". E barata





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também é a vida das pessoas para a Vale, ou seja, era lucro, lucro, cifrão monstruoso acima da vida das pessoas.

Não adianta o senhor vir aqui e ter a sua fala mansa... O senhor fala que estava fora e que visitou as famílias. Eu considero o senhor um assassino. A Vale é uma empresa assassina. Ela matou em Mariana e matou em Brumadinho.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Em Brumadinho.

Não há como o senhor convencer nenhum de nós de que o senhor não tem culpa numa coisa como essa, de que a Vale não tem culpa.

Um bandido que também fazia parte da Vale, um deles, fez uma declaração dizendo que não foi uma tragédia, que foi um acidente que aconteceu. Vocês se acostumaram a ganhar dinheiro fácil na mineração. Extraíndo mineração, ganhavam dinheiro. O senhor disse que estava no exterior com sua família, passeando, e as pessoas estavam morrendo na lama, no rejeito de Brumadinho.

Então, não há como nos convencer de que o senhor não tem culpa. Esses diretores todos são assassinos. Não há como... São 300 e tantas mortes! Não adianta fazer cara de paisagem, achar que não aconteceu nada. Aconteceu, sim! E o que a empresa está fazendo? Está pagando o salário de todos vocês, está pagando bons advogados e tentando, de todas as formas, sufocar a imprensa. Mas não a está sufocando, porque a maior parte da imprensa no Brasil tem autonomia e altivez para colocar as coisas como vem colocando. Mas todas as tentativas estão sendo feitas nesse sentido. Sabe por quê? Porque pode acontecer outro episódio desses daqui a pouco tempo. São várias as barragens que estão com o mesmo problema. Há muitas barragens em Minas Gerais. O Senador Carlos Viana sabe disso, há outras que estão com o mesmo problema, e não vai...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Gongo Soco.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois é.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Está para romper a qualquer momento.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A qualquer momento. Passivamente, se observa isso: "Não, quem morreu, foram os peões que morreram, o cara lá que morreu, não tem problema nenhum, não foi meu filho, não foi minha esposa, não foi minha mãe, não toca em mim, não estou nem aí". Vocês foram contaminados pelo vil metal, pelo dinheiro, a força da grana, de ganhar o dinheiro e não respeitar a vida das pessoas. Construir estrutura administrativa a jusante da barragem é crime. Isso é crime! É falta de humanidade com as pessoas que trabalham ali, que estão ali ganhando um salário mínimo, dois salários mínimos, com dificuldades, trabalhando. E o risco de vida estava na frente deles.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Nós assistimos aqui ao vídeo que foi trazido, que já mostrava as fissuras na barragem antes, a área que estava comprometida. Foi colocado aqui. Quem nos trouxe, inclusive, foi um... Polícia Federal?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Polícia Federal.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A Polícia Federal trouxe, e o Relator aqui apresentou. Tinha fissura na barragem. Dava para ver que tinha fissura. Mas o senhor estava na Europa, como é que essa lama ia pegar no senhor na Europa? Ia pegar no peão de trecho, que estava ali embaixo, coitado, que já morreu lá, onde o senhor administrou, em Mariana, e depois agora, em Brumadinho.

A sua história como gerente ou como diretor ou como engenheiro está maculada pela morte das pessoas, e o senhor é responsável. Como foi em Mariana, matou o Rio Doce, e como agora, matou o Rio Paraopeba. O rio está morto, não chegou ainda a Três Marias, mas pode chegar. Por que não chegou? Porque tem aquela barragem lá de Retiro Baixo, que está segurando alguma coisa. Sem vida nenhuma no rio, zero de oxigênio dissolvido no Rio Paraopeba. Zero de oxigênio. Não tem um peixe lá, uma planta. Zero de oxigênio dissolvido, o rio morto por 20 anos. Afluente do São Francisco, um dos principais afluentes do Rio São Francisco. O que interessa ao senhor? O senhor estava na Europa. Zero. Absolutamente zero. E não venha me dizer que tem sensibilidade humana. Não tem coisa nenhuma, nenhum dos que estiveram aqui, nenhum. O Fabio, todos os outros que estiveram aqui mostraram um cinismo exagerado, comprometedor.

Esta CPI... E eu disse aqui no dia em que um deles estava aqui mentindo, que deveria sair daqui preso, algemado, para respeitar quem trabalha, quem estava embaixo da barragem, quem foi colocado em risco embaixo da barragem, e o senhor via que estava colocado em risco, porque é claro que estava colocado em risco. Eu não posso entender como é que se constrói uma barragem, e a estrutura organizacional e administrativa à frente da barragem. Não posso entender. Não botou no alto por quê? Não, vai gastar com terraplanagem, botar água, botar energia, bota aqui embaixo mesmo. Se cair, leva os peões, e danem-se os peões.

Mariana, o senhor estava lá, o senhor é birresponsável – e, se o colocarem em outra, o senhor vai ser trirresponsável por essas mortes; o senhor termina penta, hexarresponsável –, pelo que aconteceu em Mariana e pelo que aconteceu em Brumadinho. Não venha me dizer que não é, porque é.

Teve um que esteve aqui, mais ou menos como o senhor, que eu ia pedir a prisão dele. CPI tem essa condição. O advogado diz que não, mas advogado é advogado do diabo. O que é o problema do advogado do diabo? Defender o diabo para ganhar a grana dele, não está nem aí, como a maioria deles. Essa que é a grande realidade, Presidente Rose de Freitas e Relator Carlos Viana.

É doloroso, é muito doloroso saber que...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Senador Otto...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... existem pessoas que têm essa capacidade de pensar e de colocar o dinheiro, a grana acima de qualquer interesse humano, de humanidade... Saber que o cidadão está ali sendo explorado, que se estão tirando o sangue e o suor dele para ganhar, de forma exorbitante, o dinheiro da mineração de Minas Gerais. Essa é a grande realidade.

Por isso, eu sei – agora o Senador Antonio Anastasia –, Senador Carlos Viana, que, com a altivez que o senhor tem, com a sua independência...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... com a sua maneira, com a história de vida que o senhor construiu, o senhor não tem que olhar o lado dessas figuras que atuaram lá como diretores, controladores, ordenadores de obras. Tem que ser a letra fria da lei para dar a pena necessária para que eles tomem vergonha na cara e que eles possam deixar de ter essa negligência com o peão, com aqueles que trabalham e que estão lá ou enterrados na lama ou sepultados pelos seus entes queridos no cemitério de Brumadinho.

Eu confio muito em V. Exa., confio muito na Senadora Rose de Freitas e em todos os membros da CPI, para que saia realmente aquilo que aconteceu, e que essas figuras nojentas possam ser penalizadas com o rigor da lei.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito obrigado, Senador Otto.

Aqui, Senador Kajuru, a Senadora Rose está muito emocionada, porque, todas as vezes em que a gente começa a se deparar com as mensagens que chegam das famílias, daqueles que perderam pais, perderam mães, perderam parentes... As pessoas enviando para nós a rotina, depois da morte dessas pessoas, é muito doloroso, Senador Anastasia. As pessoas ligando, mandando as mensagens e dizendo que acompanham o trabalho da CPI e que, quando os representantes chegam aqui dizendo que não sabem, que tudo correu dentro, que não havia aviso, essas pessoas se sentem insultadas em casa, essas famílias se sentem insultadas, porque elas sabem realmente o que está acontecendo.

Há outro ponto importante: nós não estamos trabalhando com uma empresa primária nessa questão. Essa empresa já tem no histórico anterior de Mariana – que foi o que eu coloquei no início –, que não foi utilizado como conhecimento suficiente ou pelo menos não foi o bastante para se colocar a segurança da vida das pessoas acima do lucro. O que aconteceu em Mariana, com as mortes que tivemos lá, foi relativizado. Aquilo foi um acidente. Nós geramos muito mais lucro e empregos do que isso. Aí matou 300 agora, 287 confirmados, e vai matar mais se nós não agirmos. Temos colocado isso com muita clareza aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o nosso desabado é exatamente em respeito às famílias que nos assistem e que querem uma resposta. Esse é o nosso posicionamento aqui. Não estamos aqui por nossa própria conta. Estamos aqui por pessoas que trabalham nas minas, as pessoas que estão lá, os trabalhadores todos, os mineradores que estão hoje preocupados em trabalhar, sem saber se estão trabalhando em segurança, e se eles, de fato, estão em condição de voltar para casa todos os dias, porque os dados são todos... "Ah! Não, está tudo bem. Nós não sabíamos. Não havia risco iminente de nada!". E rompe a barragem dessa maneira, mata, a lama leva refeitório e todo mundo e depois se diz: "Poxa vida! Estava tudo tão seguro! Que coisa impressionante!". Isso nos indigna aqui.

Pois não, Senador. A gente dá sequência aqui para...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ontem, eu me lembro de tantas vezes que o senhor falou como Relator aqui... Ontem, não, anteontem, né?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Da palavra lucro da Vale, né? Que era a preocupação dela.

Então, Senador Otto e Senador Anastasia, presente hoje, eu fico pensando o seguinte: que o poderoso chefe da Vale, o D. Corleone da Vale, quando ele tomou conhecimento, chegou alguém lá, um aspone e falou para ele assim: "Morreram 310 pessoas ou 320". Ele falou: "Não, tudo bem, então estamos do lucro", lucro. Pensei que...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Já sabemos até quanto custa cada vida.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É: "Pensei que tivessem morrido 6 mil pessoas. Só 300? Então estamos no lucro".

O senhor, Rodrigo, pode ser sincero para nós e dizer: os verdadeiros responsáveis por esse crime ambiental, eles estão vivos ou mortos?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Senador Jorge Kajuru, seria leviano fazer qualquer inferência sobre isso. Existe um processo de investigação e no final desse processo de investigação – quero crer...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – No final, vai descobrir o quê? Que os responsáveis estão vivos ou mortos? Pelo comportamento de todos aqui – como o Senador Otto falou e eu acompanho integralmente –, com os depoimentos que a gente aqui acompanha, a impressão é de que como a Vale é poupada, os diretores são poupados, não são culpados, que os culpados, de repente, estão mortos, que a gente precisaria fazer uma CPI em sessão espírita, né?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu perguntei para o senhor, o senhor não respondeu: estão vivos ou mortos? A pergunta é só essa. Na sua avaliação, com a experiência do senhor, amanhã, vai-se concluir o quê, que os responsáveis estão vivos ou mortos?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Tem que ser concluído o processo investigatório para que a gente possa conhecer isso e eu responder ao senhor.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não consegue responder realmente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Devolvo a palavra ao Relator, registrando a presença do Senador Anastasia, a quem agradecemos.

Desculpe-me, eu gostaria que o Relator prosseguisse.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não, vamos dar sequência e ir a algumas perguntas. Sr. Rodrigo Melo, quero ler aqui um trecho da Auditoria Técnica de Segurança feita pela empresa TÜV SÜD, que agora está proibida de operar no Brasil. Foi elaborada entre agosto e setembro de 2018, p. 70:

Recomenda-se a instalação de novos piezômetros multiníveis, com o intuito de confirmar a hipótese de existência de lençóis empoleirados no rejeito da barragem... [Aqui, Srs. Senadores, assim como o conceito risco iminente começou a se tornar comum na fala deles, agora começou a surgir também mineração a seco, que eu estou observando que já é outra parte da defesa. Também essas palavras lençóis empoleirados... Esse conceito vai começar a aparecer com muita frequência.] [...] lençóis empoleirados no rejeito da barragem. Especialmente, estes novos piezômetros também têm o intuito de validar a extrapolação das camadas de empoleiramento e piezometria associada, realizada para a Seção [...] E-E a partir das avaliações realizadas nas Seções [...] [C-C e D-D].
Estes instrumentos devem ser programados em locais estratégicos (em lacunas, locais sem informação), instalados em cada camada de empoleiramento (multiníveis).

Como o senhor certamente sabe, pela sua experiência, Sr. Rodrigo a hipótese mais provável para o rompimento da barragem chama-se liquefação interna. A liquefação acontece através de um gatilho. Por isso que eu pergunto: o que foi feito nos quatro meses antes da tragédia para confirmar ou refutar a existência de lençóis empoleirados? Os piezômetros multiníveis foram instalados? O senhor acha que lençóis empoleirados, de cuja existência a TÜV SÜD suspeitava, podem ter sido o gatilho da liquefação da Barragem de B1?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Com todo respeito a V. Exa., eu não posso responder essa pergunta. A minha atribuição era a operação da mina. Eu reitero que a estrutura estava paralisada desde 2015, e a atribuição em monitorar, controlar e inspecionar era da área técnica. E eu também não sou especialista em Geotecnia. Eu não tenho condições de responder a isso.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Isso não foi discutido hora nenhuma entre vocês lá? Porque é parte do processo de segurança de operação da mina. Porque, se ocorre um problema, o senhor não tem como produzir. Isso não foi discutido lá, entre os senhores, hora nenhuma?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Com a minha pessoa não.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas nas reuniões de gerência... Nada disso?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Nas minhas reuniões de gestão operacional, eu não tinha essa informação, não havia como eu discutir isso.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Bem, diante daquilo que foi colocado aqui, Senadora Rose, de que todos os funcionários, especialmente gerentes e diretores, poderiam fazer a evacuação, poderiam dar alertas para que a empresa tomasse providências e salvasse vidas, eu vou colocar aqui a seguinte questão. Existe uma entidade internacional, Sr. Rodrigo Melo, chamada World Mine Tailings Failures. O senhor conhece essa WMTF?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Não.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois, então, eu vou lhe apresentar. Eles ficaram famosos por prever, usando um modelo estatístico, a quantidade de acidentes graves com barragens que aconteceria na última década. A página principal dessa entidade agora tem o vídeo do rompimento da Barragem IP1, que eles consideram o quinto mais grave da história, desde 1915.

Na introdução do relatório preliminar da WMTF, que analisa a tragédia de Brumadinho, eles escreveram aqui, em tradução livre:

Falhas [falhas] não são um súbito acontecimento, no último minuto, de eventos inesperados e imprevisíveis. Elas se formam no projeto, na construção que frequentemente não segue o projeto, em cada alteamento, no padrão e na forma de despejo dos rejeitos, no volume e nas características dos rejeitos, na resposta aos problemas, conforme são identificados ao longo do ciclo da vida da barragem.

Ou seja, um fato como o que nós tivemos lá não tem apenas um ponto; ele é uma sequência de tomada de decisões dos profissionais que estão envolvidos ali, naquela operação. Um erro após o outro, uma omissão após a outra, e que levam ao que está acontecendo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Essa foi, sem dúvida, a descrição mais perfeita do que temos visto agora na CPI. A chocante constatação é que houve um adormecimento generalizado das preocupações com a segurança. Todo mundo olhou a barragem e falou: "Está segura. Os relatórios estão todos aqui. Deixa o refeitório onde está, deixa as pessoas aí embaixo". E resultado: sem conhecimento dos alteamentos, porque não havia documentação para poder mostrar como ela foi feita e para garantir... Não havia documentação. Não foi apresentada. A Vale não conseguiu. Compraram a mina e, simplesmente, decidiram altear. Foram subindo até 84m.

Seguiu dessa forma durante 18 anos, ajudada por auditorias adormecidas ou espertas, como a TÜV SÜD, corruptas, porque agora já está suspensa na lei da corrupção brasileira... E foram colocando. Cada ano que passa, mais minério exportado, mais lucro, mais dividendos, mais salários divididos entre os servidores da Vale, e o resultado é que ninguém se mexeu em relação a isso. Resultado: a barragem se rompeu. Três anos depois de Mariana! Numa empresa de engenharia, numa empresa de processo, numa empresa rica... E é inexplicável não o rompimento da barragem, porque está explicado aqui, mas a omissão! Isso é o que precisa ser punido de maneira exemplar aqui, Sr. Rodrigo.

Então, eu quero que o senhor, como engenheiro, representando uma comunidade de profissionais qualificados, capazes... A Engenharia brasileira está entre as melhores do mundo! Tanto em boas obras quanto também em lambança – porque a palavra certa é essa: lambança. Os engenheiros brasileiros hoje são conhecidos pela primazia em obras e também pela lambança.

Eu queria que o senhor, por favor, dissesse aqui: qual a névoa, o que aconteceu, que se abateu sobre a mina na questão da responsabilidade em tomar decisões? O que foi que aconteceu? Todo mundo graduado, todo mundo bem pago, todo processo elogiado, todo mundo batendo palmas entre si, a mina rompe, a barragem rompe e mata. O que aconteceu? O que o senhor pode nos dizer sobre esses processos de segurança que falharam, fluxo de informações, normas internas, regulação? Qual é a sua avaliação sobre essa tragédia diante do que nós temos aqui?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O que o Relator pede é oportuno que todos ouçam. O senhor, dentro da estrutura técnica operacional da empresa, qual é a sua avaliação? Não foi um acidente. Havia toda uma estrutura operacional funcionando. O que o senhor acha que aconteceu ali? O que aconteceu na questão da barragem? O que aconteceu? Não é o que o senhor acha que aconteceu? O que, realmente, como técnico, V. Sa. poderia dizer que aconteceu?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Excelência...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O relatório internacional fala em falha, falha, um organismo internacional, que está analisando o que foi esse



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

rompimento dessa barragem, que detecta e usa uma palavra pequenininha: falha. O que o senhor acha que aconteceu ali?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Excelência, eu não conheço esse órgão, não tenho a documentação...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Esquece o órgão. Olha só o que aconteceu em Brumadinho.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Eu não sou especialista em geotécnica, em geomecânica, e eu gostaria também de saber o que aconteceu, porque, para mim, aquela estrutura estava segura, eu trabalhava lá, eu tinha um escritório lá. Esse escritório já não existe mais. No dia 8 de janeiro, que foi o último dia em que eu estive lá, dentro do auditório, com 200 pessoas, fazendo uma reunião com o meu corpo operacional, com os operadores de equipamento pesado, com o meu quadro técnico operacional... Eu não voltei lá depois do dia 8, porque eu saí de férias.

Eu tinha uma rotina de fazer reuniões de madrugada com o corpo operacional. Eu fiz uma reunião, e isso tem como ser comprovado, de madrugada dentro daquele refeitório. Eu transitava lá. Eu vivia lá. Para mim, aquela estrutura era segura. E eu não ia colocar a minha vida em risco, o meu direito de ir e vir, nem da minha turma, da minha equipe. Então, eu participava de forma efetiva daquela operação. O que eu acreditava é que aquela estrutura estava segura, plenamente segura. E essa informação era oriunda de um quadro técnico...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor acreditava ou alguém passava a informação de que estava segura? O senhor nunca teve informação contrária? Então, o senhor transitava.

Pelo lado emocional que o senhor fala, da sua atividade técnica de estar, conviver, interagir, vivenciar, a gente ouve as palavras do Senador Otto, colocadas aqui, elas foram buscadas no interior da dignidade de um Parlamentar que vê um acontecimento como esse...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – É. De um cidadão. Sou mineira, nasci em Caratinga. Eu tenho amor pelo meu Estado. Mas isso ultrapassa os limites de confrontos geográficos, de qualquer natureza. Não é tragédia de Brumadinho. É tragédia nacional. Então, quando o senhor fala isso que o senhor fala, deve agradecer a Deus todos os dias por estar ali, mas chamo a atenção, porque lá dentro, onde aconteceu esse acidente, Senador, não tinha diretor. Morreram os peões. Morreram os peões. Isso pode levar a pensar que alguém sabia que havia risco iminente, porque é comum um diretor visitar uma área de operação como aquela de uma



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

barragem tão importante. Pode levar a pensar que as pessoas sabiam e se precavam, já que o Poppinga falou aqui, claramente, que todos sabiam – e ele não era uma pessoa qualquer.

Então, quando o Relator diz que agora tem um sistema técnico que está oferecendo um depósito a seco desses resíduos, eu tenho dúvida, porque, se nós dissemos todos esses anos que a Vale era uma empresa excepcionalmente importante, dotada dos melhores quadros... Onde estavam os melhores quadros, que não foram capazes de dar um sinal? Nenhum técnico levantou e disse: "Olha só, eu quero dizer que aquela barragem...". Com tantos técnicos trabalhando em cadeia na hierarquia das funções, com seus chefes responsáveis... O senhor diz... Perguntou o Senador: "Ele era amigo? Não era amigo?".

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O Alano.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O Alano.

Eu pergunto se o senhor... Porque dizem que qualquer pessoa poderia ter alertado e suspenso as operações relativas àquela catástrofe...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Só completando este raciocínio.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Assim, não sei me dividir entre a Senadora da República e a cidadã, a pessoa comum que vê uma tragédia como essa com pessoas que a gente conheceu, que estavam trabalhando ali e foram embora. Hoje eu vejo assim... Já me chamou muitas vezes a atenção, Senador Kajuru, a insensibilidade das pessoas que depõem aqui.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Claro!

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Há um procedimento, que é um treinamento muito mais forte do que...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É treinamento alemão.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... para uma guerra ou para qualquer coisa parecida, porque todos chegam e são uníssonos, eles dizem tudo aquilo que treinam dizer.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Até as frases são iguais!

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor pareceu querer passar para todos nós aqui que tem um sentimento em relação a perdas, ao seu quadro operacional. Antecede a isso... Me desculpe, eu não tenho nada para ensinar a ninguém. O que eu tinha para ensinar do que aprendi ensinei ao Gabriel e à Júlia, ao senhor não vou ensinar nada. Mas o sentimento que o senhor tenta passar, a antecedência dele chama-se responsabilidade pública. Ninguém! Não é estarrecedor? Um acidente desse tamanho e ninguém é culpado! Os que vieram aqui tentaram colocar esse raciocínio adiante, o Poppinga, o Felipe Rocha, a Dra. Cristina. Enquanto se passava o desastre...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O vídeo.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... a imagem do desastre, ela virava o rosto para lá. Isto para mim foi uma tragédia: não querer ver o que aconteceu sob a égide do trabalho dela.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu tenho dúvida hoje, Senadora, se nós estamos diante de uma dissimulação ou se diante de uma arrogância, porque, pelo que a gente consegue depreender dos processos, um funcionário, por exemplo, do Sr. Rodrigo que chegasse lá e falasse "Olha, a barragem pode romper, porque está acontecendo isso, isso e isso". Essa pessoa não seria ouvida. É bem provável que, entre os mortos, existam pessoas que deveriam estar suspeitando, ou já soubessem do problema, tinham medo de trabalhar e hoje estão impedidas de vir aqui falar a verdade.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Nessa linha coerente, Senador Viana, Presidente Rose, nessa linha coerente de ambos e humana que a população brasileira está tendo a oportunidade de ver... E aqui até vale um registro – porque eu sou muito crítico com a minha ex-classe, em que vivi por 40 anos em carreira nacional, que é a imprensa –, vale aqui fazer um registro, um elogio público à Rede Record de Televisão pela cobertura que está dando a esta CPI no seu principal telejornal. Então, que aqui registremos essa postura de independência da Rede Record de Televisão, que é a única a estar fazendo a cobertura isenta deste trabalho da CPI.

Eu vou apenas aqui entrar nessa ferida da Presidente Rose, indignada. Há momentos aqui em que ela se emociona, em que ela não aguenta; o Senador Viana do mesmo modo. Mas eu vou até oferecer ao Senador Anastasia – que é muito mais culto do que eu; porém, gosta de algumas frases minhas –, nesse caso aqui da Vale, quando o Senador Otto foi duríssimo e corajoso, como sempre, eu fico pensando que cabe aquela frase do Millôr Fernandes no caso desses homens da Vale: "O dinheiro compra o cão, o canil e o abanar do rabo". Gostou da frase?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. *Fora do microfone.*)
– Sim.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O dinheiro compra o cão, o canil e o abanar do rabo. E paga advogado para eles, afastam e pagam seus salários. Como que eles vão falar aqui?

O senhor me desculpe, Sr. Rodrigo, eu enxergo pouco, mas Deus é tão bondoso que me dá, às vezes, a oportunidade de ver o que quase ninguém vê. Quando o Senador Otto, corajoso, aqui falou o que a maioria dos brasileiros gostaria de falar, eu fiquei olhando para o senhor, e depois o seu advogado conversou alguma coisa com o senhor, que eu não sei o que foi, é um direito dele. O senhor é um homem glacial por natureza ou o senhor é um homem zanho, porque eu, se um dia estiver numa CPI e alguém me chamar de criminoso, eu não sei qual seria a minha reação. O senhor foi chamado de criminoso aqui por um colega que tem uma história de mais de 30 anos de vida pública, cristalina, limpa, sem nenhuma mancha. Ele disse o que a maioria do povo gostaria de dizer, o povo brasileiro. E o senhor não respondeu nada? O senhor foi chamado de criminoso, e o senhor não tem nada a responder?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO (*Fora do microfone.*) – Eu não sou um criminoso.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então, pelo menos, o senhor respondeu agora, porque, na hora em que ele falou...

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Eu não sou um criminoso.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – ... o senhor ficou quieto.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – E eu tenho a consciência limpa de que eu não sou um criminoso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – É serial, porque foi Mariana e Brumadinho, é serial. Tem dois em série.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Em série, em série.

Eu tenho – Senador Viana, peço a compreensão dos senhores; vai abrir agora a sessão, e eu quero, inclusive, falar sobre esta CPI lá na sessão, um ponto importante do meu pronunciamento, sou o primeiro orador inscrito –, eu só tenho uma colocação aqui para voltar aos senhores e ao Relator: há, nesta CPI aqui, Senador Anastasia, o senhor pode observar nas transmissões das reuniões, e o Senador Viana, com certeza – a gente vai almoçar sábado, em Belo Horizonte, e conversar sobre isso, mas eu tenho certeza de que ele concluiu –, há duas estratégias de defesa aqui. Uma estratégia é o alto, e é do



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

alto, Presidente Rose, do alto escalão da Vale, que tenta atribuir toda a responsabilidade ao corpo técnico do qual o Sr. Rodrigo Melo faz parte, fazia parte.

A outra veio do Sr. Felipe Rocha, aqui, que afirmou expressamente que a diretoria da Vale sabia muito bem dos riscos da B1.

Então, Sr. Rodrigo, a estratégia do Sr. Felipe Rocha está errada? Sim ou não, por gentileza.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Qual seria a estratégia do Sr. Felipe Rocha?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – A estratégia dele foi essa, de falar que a Vale sabia de tudo. Que os diretores do alto escalão sabiam de tudo, dos riscos.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Isso cabe a ele.

Eu posso...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor não concorda com ele?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – O que eu posso concordar é com a minha fala, com a fala dele é uma responsabilidade dele.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Está, mas ele disse isso. O senhor não pode pelo menos dizer se concorda ou não com o que ele falou? Porque essa é uma parte da estratégia. Eu vou falar a outra.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Com todo respeito, eu não ouvi o depoimento do Sr. Felipe.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor não viu?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Todo mundo viu! O senhor não quis ver?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Não é questão de querer, é questão de não conseguir, em função desse processo todo.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu convidei o senhor a ver.

O senhor já viu presídio, não é? O senhor ficou lá, não é?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Sim.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É muito ruim, não é não? O senhor chorou lá?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Sim.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Chorou?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Sim.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Chorou e pensou o quê? No momento das lágrimas?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Eu pensei nas vítimas, que eram, certo, meus companheiros de trabalho, era minha equipe. Eu pensei nos familiares das vítimas, certo, que estão sofrendo. Eu pensei no sofrimento da minha família. Eu pensei no meu sofrimento. É muito difícil.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor pensou que pode voltar para lá?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Eu pensei no sentimento que as pessoas estavam tendo naquele momento. Eu não tive condição de planejar o futuro. Ali você não pensa no futuro, você pensa no momento e no seu sentimento. E o sentimento que eu tinha dentro daquela prisão...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor ficou nove noites lá.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Nove noites e dez dias.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então, nessas nove noites e dez dias, em algum momento o senhor falou: "Meu Deus, perdão, Deus. Deus, me perdoe, Deus, eu erre".

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – O que está me deixando vivo até hoje, e eu estou aqui em condições de participar desta CPI, é que eu fiz essa reflexão já várias vezes. Eu posso afirmar para o senhor, de uma forma muito clara e muito direta, que eu permaneceria da mesma forma, se pudesse voltar o tempo atrás, porque se eu tivesse dúvida, eu não teria condições de estar aqui. Eu vivia lá. Eu conhecia aquelas pessoas. Eu tenho 25 anos de profissão dentro da Vale.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Tem orgulho da Vale?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Eu tenho orgulho da minha vida profissional. A Vale foi a minha vida profissional. Eu formei e fui contratado pela Vale há 25 anos.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – A Vale foi a sua vida, não é?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – A minha vida profissional.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É. Para os outros ela foi a morte, não é?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Ela poderia ter sido a minha morte também, se eu estivesse lá.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É. Foi de um amigo seu.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – É. Ela poderia. E eu não posso fugir desse sentimento, Senador.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Para concluir, o senhor está preparado para enfrentar os rigores do sistema carcerário brasileiro, enquanto os diretores e acionistas da Vale aproveitam tudo que a vida tem de bom, como bem colocou o Senador Otto? O senhor viajou com a sua família para o exterior e tudo.

Então, pela última vez, pela última vez, eu prometo. O senhor, alguma vez, comunicou escritórios, etc., a jusante da Barragem nº 1 da Mina Córrego do Feijão, ainda que não houvesse o risco iminente? O senhor comunicou? Por gentileza, sem ser abstrato. O senhor comunicou?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Perdão. Comuniquei o quê, Senador?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Comunicou o que o senhor sabia.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – O que eu sabia era que a barragem estava segura, plenamente segura.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor sabia que ela estava segura?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – A informação que eu tinha era a de que ela estava segura, e eu confiava nisso plenamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então, a culpa ou o dolo do crime que vitimou centenas de pessoas é exclusivamente do corpo técnico local? Sim ou não? É do corpo técnico local a culpa?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Eu não posso afirmar isso, sem a finalização do processo investigatório...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor deixou de informar os escalões superiores, que não teriam agido em razão da sua omissão?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Senador, com todo o respeito, que omissão?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu não preciso explicar para o senhor o que é omissão, não é?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Não! Que omissão?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Omissão!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Kajuru, vou dar sequência a V. Exa. aqui...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Por gentileza!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O Sr. Rodrigo...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – A diretoria sabia de tudo, Relator, pelo amor de Deus! Ela não quis agir.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O Sr. Rodrigo Artur Gomes de Melo veio aqui nos dizer que a função dele era a de produção. Foi isso mesmo, não foi, Sr. Rodrigo?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – A minha atribuição era da gestão operacional da lavra, do tratamento e do embarque.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, vamos ao documento oficial: "Vale e TÜV SÜD informaram à Agência Nacional de Mineração [...]". Aqui, você tem a sequência de responsabilidades sobre a mina de Brumadinho, sobre toda a operação: "Gerência. Responsável Técnico pela Gestão (ART). Está escrito "Gerência". Está lá escrito: Rodrigo Artur Gomes de Melo, Gerente Geral responsável pela operação do complexo. O senhor está acima, inclusive, da manutenção, monitoramento e inspeção da barragem.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Mentir em CPI pode, Relator? Isso pode, Presidente?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ele está com *habeas corpus*.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Eu quero esclarecer...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu pediria voz de prisão para ele, se eu pudesse.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor é o gerente. Está aqui que o senhor é o responsável, é o Gerente Geral.

Há outra coisa: parece, às vezes, que o senhor, como fala, nunca viu a barragem. O senhor não participou dos PIESEMs de segurança, não teve acesso às informações todas sobre o que poderia acontecer lá?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Não, eu não participava do Piesem. E, só me referindo à ART, eu era a ART da gestão da lavra, não da barragem.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Rodrigo, vamos ler juntos o que está ali? "Estrutura Organizacional da Barragem." Está lá: "Gerente responsável." O senhor está ali como um dos responsáveis por tudo lá. Por que está dessa maneira, então, Sr. Rodrigo?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Essa ART é referente à gestão operacional que estava vigente. A barragem estava paralisada. Eu não era ART.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Vou ler aqui para quem não está podendo acompanhar a Auditoria Técnica de Segurança informada à Agência Nacional de Mineração. Diz assim: "Relatório de Auditoria Técnica de Segurança de Barragem. Laudo Técnico de Segurança de Barragem/2018". "Auditoria Técnica de Segurança, 2º Ciclo. Complexo Paraopeba - Mina Córrego do Feijão".

Estrutura Organizacional da Barragem.

As informações sobre a estrutura organizacional associada à segurança da barragem estão indicadas na Tabela 2.2. Resumidamente, a estrutura organizacional foi segmentada em: gerenciamento, operação, manutenção, monitoramento, inspeção e demais profissionais envolvidos.

Gerência [ou seja, os responsáveis diretos por toda a operação, inclusive da barragem]:

[...] César Grandchamp. Vale. Especialista Técnico. Especialista Técnico de Geotecnia, Ferrosos Sul.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Responsável Técnico pela Gestão (ART): Rodrigo Artur Gomes de Melo. [...] Gerente Geral, Gerente Responsável pela Operação do Complexo. [...] [E ali o número do seu Crea.] Especialista Técnico. César Grandchamp. [...] Especialista Técnico de Geotecnia, Ferrosos Sul. O Sr. Schvartsman esteve aqui, Sr. Rodrigo, logo na nossa primeira reunião, e foi muito categórico em dizer assim: "Eu não sabia, eu não tive acesso; a responsabilidade é do nosso quadro técnico". O senhor é o Gerente Geral, especialista, que está colocado aqui como responsável, ou seja, o Sr. Schvartsman colocou a responsabilidade para o senhor, para o seu César Grandchamp e para aqueles que estavam aqui na sequência: Lucio Mendanha, Cristina Malheiros e por aí vai nessa história toda.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Responsável Técnica pelo Monitoramento e Inspeção.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Da barragem.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – E ela afirmou, inclusive, Sr. Relator...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... que não chegaram às mãos os laudos necessários para que ela tomasse qualquer atitude.

Pois não, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, o que me chama a atenção é o seguinte, o Dr. Rodrigo Melo foi o responsável pela direção da mina lá de Mariana. O que aconteceria se a empresa fosse realmente uma empresa séria? A demissão dele. Ele não foi demitido de lá, e lá teve um acidente grave. Ele foi transferido de lá para Brumadinho, ou seja, aconteceu o drama lá de Mariana, do Rio Doce, e, ao contrário de ser demitido por incompetência, ele foi transferido para Brumadinho, para silenciar o caso, o fato, a tragédia de Mariana. Não tenho a menor dúvida disso e de como ele está agora também sem querer falar a verdade e mentiu. Ele está ali clara a mentira que ele contou. Ele disse que era responsável pela gestão da mina, da operação da mina...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... da produção. E ele é o Gerente Geral. Então, é uma coisa absurda.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria acrescentar aqui e perguntar ao Sr. Rodrigo: quem tinha abstratamente, hipoteticamente os poderes para remover as instalações, ainda que não houvesse risco iminente, era o senhor?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Senador Otto...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Era o senhor que tinha, ou não? Só o senhor responder.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – ... eu teria que explicar o processo para elucidar essa questão.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Como?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Eu deveria e teria que explicar o processo todo para elucidar essa questão.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Rodrigo, o senhor assinava os relatórios técnicos, o senhor era o responsável por eles, assinatura digital, porque, pela lei, coloca-se lá, o senhor assume toda uma responsabilidade no processo, inclusive, de segurança da barragem. Esse documento aqui, inclusive, que ainda não havia sido divulgado aqui em nosso País, foi fornecido internacionalmente às auditorias que estão acompanhando a Vale no exterior a pedido da fundação que faz as pesquisas e também dos próprios consultores internacionais que estão acompanhando a Vale e que estão deixando a Vale. Nós estamos com vários países tirando a Vale da carteira de investimentos, porque as informações não são seguras.

E, aqui, lembrando os Srs. Senadores, ele, o Sr. Rodrigo Artur; o Sr. César Grandchamp, que esteve aqui; o Sr. Lucio Mendanha morreu, lá na... Então, nós temos três pessoas aqui que são apontadas pela direção e a Presidência da Vale como os responsáveis: o senhor, a Cristina Malheiros e o César Grandchamp. Os senhores foram apontados, no primeiro depoimento a esta CPI, como os responsáveis pela operação da mina e a segurança da barragem.

O senhor não gostaria de rever tudo que o senhor falou aqui até agora e nos dizer claramente por que não foram tomadas as providências, por que o senhor assumiu essa função aqui, toda uma responsabilidade legal? A documentação está aqui, é uma documentação válida. O senhor não gostaria de rever o seu posicionamento aqui? Nos dizer claramente o que foi que aconteceu?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Senador Carlos Viana, com todo respeito, eu estou falando a verdade desde o início.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sra. Presidente, ele não respondeu o que eu perguntei. Sim ou não à pergunta que eu fiz ao senhor? O senhor tem que dizer "sim" ou "não".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu peço ao senhor que responda à pergunta formulada pelo Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor tem que responder. Se o senhor quiser eu formulo outra vez. O senhor quer que eu formule?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Não precisa, Senador Otto. Eu teria que explicar o processo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor sabe exatamente o que é. Então o senhor tem que dizer "sim" ou "não".

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Eu reitero: eu deveria explicar o processo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ele não respondeu. Ele não respondeu.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Senador Otto...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A falta de uma resposta de sim ou não compromete muito...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A qualidade até do depoimento também.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Exato, o depoimento.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Porque quando eles se valem do *habeas corpus*...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu só peço ao Relator que registre essa situação de ele se negar a responder à pergunta que foi feita aqui.

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Senador, só para ajudar a elucidar – eu não tive a oportunidade de responder com o processo –, na ART que está obviamente esse documento, plotado ali no vídeo, o senhor pode reparar que a minha ART, igual eu comentei, era de gestão do complexo. A barragem estava parada. Com relação à ART de operação, manutenção, monitoramento e inspeção, nós podemos ali ver de forma clara que a operação e manutenção da barragem era do Sr. Lucio Mendanha, que não está entre a gente. Podemos verificar também que a operação e manutenção – ó lá, ó – da barragem com... Novamente, o Lucio Mendanha. E que o monitoramento e a inspeção era a funcionária Cristina Malheiros. Ou seja, desde o início eu estou falando a verdade. A minha ART era de gestão do complexo, não era da operação, não era da manutenção e do monitoramento e inspeção do...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Então o senhor não tinha conhecimento nenhum da situação da barragem? O senhor quer me convencer disso? O senhor não tinha conhecimento nenhum da barragem, essas pessoas não lhe passavam a situação da barragem.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Nem teve acesso a informação nenhuma?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor não sabia de nada. O senhor era um... O senhor estava voando, não estava sabendo o que estava acontecendo na barragem porque ela estava desativada. Não sabia que ela estava em risco de rompimento? Claro que sabia. O senhor está mentindo. O senhor está mentindo aqui, o senhor está ocultando.

E outra coisa, eu falei aqui: é reincidente no crime ele. Ele era responsável por Mariana. Foi transferido para Brumadinho para ficar calado. Chegou lá, aconteceu o mesmo problema, por negligência, falta de respeito com as vidas que foram levadas pela lama da barragem de Brumadinho.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Rodrigo, eu vou colocando aqui esse eslaide e vou dar um exemplo. Eu recebi a incumbência do Presidente do Senado de tomar conta de toda a área de comunicação institucional desta Casa. Então, todas as decisões que são tomadas ou serão daqui para a frente serão tomadas com o meu conhecimento. Todas as decisões. A partir de agora, todo o planejamento estratégico, toda a execução, tudo o que for feito tem que passar por mim, porque se eu assumi a responsabilidade, se eu aceitei, eu disse assim: "Eu aceito". Então, eu quero saber o que está acontecendo, para que a situação depois não me venha apanhar de surpresa.

O senhor era o gerente do complexo. O senhor era o gerente, ou um deles, do complexo. E, por obrigação de qualquer gerente, especialmente numa questão de segurança, o senhor teria, por obrigação, de saber tudo que estava acontecendo, inclusive participando das reuniões de segurança da barragem. Isso é da gerência, porque o senhor respondia pela operação juntamente... E segurança da barragem significa segurança da operação, tanto que está lá a situação delicada de Brumadinho. Se o senhor não sabia, por que não ficou sabendo?

E agora houve um aqui também responsável, o Sr. Grandchamp, se não estou enganado, que veio falar que a culpa era do Alano, que morreu; agora o senhor está dizendo que é do Lucio Mendanha, que morreu também. É um posicionamento muito claro de jogar a responsabilidade para quem não está aqui. O senhor era o gerente. Gerente tem a responsabilidade de dar notícia do que está acontecendo sob o comando dele. O senhor participava... Não era tão grande assim o complexo. Há momentos em que me parece que o senhor nunca viu a barragem, me dá essa impressão às vezes quando o senhor está falando.

Então, o que manda aqui é a documentação oficial ao Estado brasileiro, que é o responsável pela fiscalização... Na documentação, está aqui que o senhor era um Gerente Geral, um deles. Está aqui. Não há como escapar dessa responsabilidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pergunto ao senhor claramente: de quem foi a responsabilidade em não dar o alerta sobre a questão da barragem? Qual era a sua participação para que o senhor pudesse ter evitado essa tragédia?

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – Se tivesse um risco iminente de ruptura, a área técnica iniciaria o processo...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Mas não iniciou...

O SR. RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO – ... via aviso ao Centro de Emergência, ao ponto focal do PAEBM, e a gente estartaria todo o processo de evacuação.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – De minha parte, Excelência...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Olhem só, o que acontece aqui, Senador Otto, Senador Anastasia, Senador Carlos Viana e Senador Kajuru, é que o depoente – que, neste caso, está na condição de testemunha porque foi transformado – poderia chegar aqui, falar qualquer coisa e ir embora sem nenhum comprometimento com a verdade no seu depoimento. No caso, transformado em testemunha, ele está impedido de mentir. Indelevelmente, a mentira é um fato criminoso na CPI.

O que acontece é que, quando eles vêm municiados e protegidos pelo *habeas corpus*, que foi impetrado pelo advogado e outros, vem uma decisão do Supremo, na esteira das decisões proferidas pelos Ministros Gilmar Mendes e Rosa Weber. Eles deferem a medida liminar para garantir ao senhor, que está aqui como testemunha, o direito ao silêncio, o direito à assistência por um advogado – como está acontecendo –, o direito de não ser submetido ao compromisso de dizer a verdade. Então, o que muda... Há mais: o direito de não sofrer constrangimentos físicos ou morais decorrentes do exercício dos direitos anteriores. Serve como salvo-conduto. É o que está escrito e assinado pelo Ministro Fachin, inclusive. É para nos notificar. A autoridade apontada como coatora sou eu, para que não queira prestar informações que entender pertinentes neste processo como um todo, o que nos coloca diante... Não fazemos nada, não é um papel que me cabe ou a qualquer um dos Srs. Senadores. Ao fazermos, estaremos impedidos de diligentemente oferecer subsídios da verdade para que se produzam efeitos da incriminação daqueles responsáveis por tamanha tragédia.

Diante disso, todos nós, inclusive o senhor, Senador Otto, que me emocionou aqui várias vezes...
(Pausa.)

Desculpem.

Aos senhores, eu quero oferecer dois dados importantes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre barragens que obtiveram, Sr. Senador, alteamento recentemente, barragens essas que são em Itabiruçu, num complexo da Vale em Itabira; a Barragem de Timbopeba, em Ouro Preto, Distrito de Antônio Pereira, todas essas, me parece que são de responsabilidade da empresa Anglo. E destaque inclusive para outras barragens: Conceição do Mato Dentro, entre Conceição e Alvorada de Minas, em que a população está praticamente, Senador Anastasia, sem água – sem água –, que é toda captada pela Anglo.

Quero dizer que depois daquilo que foi considerado a suspensão das barragens, o descomissionamento delas, depois disso, antes do acidente, tiveram alteamento de barragem. Quer dizer, de nada serviram sequer os indícios de possibilidade de tragédia, de rompimento... Nada serviu.

Quando as suas palavras – que foram que nem lâminas finas que cortam a alma da gente –, quando chegam aqui, a gente está diante dessa circunstância, é trazido aqui a público um documento que desmente categoricamente o depoente, a testemunha que está aqui na mesa, a gente pergunta: para que serve o Poder Executivo, o Poder Legislativo e a Justiça? Nós ficamos acuados diante da necessidade da verdade absoluta para que ela produza efeitos pelo menos na Justiça em relação à tragédia acontecida.

Eu gostaria de – se alguém quiser acrescentar mais alguma coisa – agradecer a presença dos Srs. Senadores. E, mediante a falta quórum, não poderemos votar o requerimento que se encontra aqui, importantíssimo:

ITEM 1

Requerimento Nº 62/2019

Requer acareação entre o ex-presidente da Vale, FÁBIO SCHVARTSMAN, o ex-Diretor operações do Corredor Sudeste da Vale, SILMAR MAGALHÃES SILVA, o ex-Diretor executivo de Ferrosos e Carvão da Vale, GERD POPPINGA, o Gerente-executivo de Geotecnia Operacional da Vale, JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO, o Gerente-executivo operacional da Vale no Complexo Minerário Paraobeba, RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO, e o funcionário do Setor de Gestão de Riscos Geotécnicos da Vale, FELIPE FIGUEIREDO ROCHA.

Autoria: Senador Jorge Kajuru.

Eu não posso colocar em discussão. Posso ler e não posso votar. Por isso a importância que temos de na próxima semana contar com todos os membros, porque essa acareação se faz absolutamente necessária, ainda que todos venham com o expediente do HC, ainda que todos venham. A sociedade precisa ouvir e ela, diligentemente, vai chegar às suas conclusões, ainda que a Justiça não alcance as testemunhas que aqui estiveram.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante desses fatos, eu considero encerrada a presente CPI.

(Iniciada às 09 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 15 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO DA CPI DE BRUMADINHO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às treze horas e cinquenta e três minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência da Senadora Rose de Freitas, reúne-se a CPI de Brumadinho com a presença dos Senadores Antonio Anastasia, Juíza Selma, Roberto Rocha, Dário Berger, Randolfe Rodrigues, Jorge Kajuru, Jaques Wagner, Jean Paul Prates, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Carlos Viana, Otto Alencar, Arolde de Oliveira, Flávio Bolsonaro, Telmário Mota, Nelsinho Trad, Confúcio Moura, Zenaide Maia, Marcos do Val, Irajá, Izalci Lucas, Paulo Paim, Renilde Bulhões e Chico Rodrigues. Deixa de comparecer o Senador Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Oitiva. Finalidade:** Coleta de depoimentos. Oitiva do LUCIANO SIANI PIRES, em atendimento ao requerimento 25/2019; do LÚCIO CAVALLI, em atendimento ao requerimento 26/2019; do JOAQUIM TOLEDO, em atendimento aos requerimentos 23/2019 e 62/2019. **Resultado:** Oitivas realizadas. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 62 de 2019** que : "Requer acareação entre o ex-presidente da Vale, FÁBIO SCHVARTSMAN, o ex-Diretor operações do Corredor Sudeste da Vale, SILMAR MAGALHÃES SILVA, o ex-Diretor executivo de Ferrosos e Carvão da Vale, GERD POPPINGA, o Gerente-executivo de Geotecnia Operacional da Vale, JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO, o Gerente-executivo operacional da Vale no Complexo Minerário Paraobeba, RODRIGO ARTUR GOMES DE MELO, e o funcionário do Setor de Gestão de Riscos Geotécnicos da Vale, FELIPE FIGUEIREDO ROCHA." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Rose de Freitas

Presidente da CPI de Brumadinho





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/05/21>

(Texto com revisão.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 21, de 2019, para apurar as causas do rompimento da Barragem da Mina Córrego do Feijão, da empresa de mineração Vale, em Brumadinho, e outras barragens.

Eu gostaria inicialmente, antes de passar à fase de convocação para a oitiva, de perguntar ao senhor se podemos votar os requerimentos, já que temos no painel o quórum desejado para votar os requerimentos que estão sobre a mesa. *(Pausa.)*

Não iremos votar o requerimento em questão, porque ainda precisamos ouvir, nesta fase da oitiva, o Sr. Joaquim Pedro de Toledo, Gerente Executivo da Geotecnia Operacional da Vale.

Peço que ele seja conduzido ao plenário, por favor. *(Pausa.)*

Antes de iniciarmos o depoimento do Sr. Joaquim Pedro de Toledo, informo ao depoente e ao Plenário que recebemos a decisão proferida, como de praxe, nos autos do HC 171.399, em seu favor, que assegura o seu direito de permanecer em silêncio, de ser assistido por advogado, de não ser submetido ao compromisso de falar a verdade ou subscrever termo com esse conteúdo e de não sofrer constrangimento decorrente do exercício desses direitos.

A pergunta que segue é se o senhor tem consciência desse *habeas corpus*, acompanhado do seu advogado, Sérgio Leonardo, que é advogado do depoente.

Tem conhecimento do HC?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Sim, Sra. Presidente, tenho conhecimento.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor tem a intenção de permanecer em silêncio?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Não. Estou com a disposição de colaborar com os trabalhos desta CPI.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu quero deixar claro aqui – a gente, muitas vezes, não fala tudo que é possível falar porque o tempo não preside as nossas intenções – que nós temos conhecimento de que essa é uma estratégia para que, no final dos



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhos, seja dito que todos colaboraram com os trabalhos da CPI. Mas só o *habeas corpus* garantindo o direito de não falar a verdade não quer dizer que o senhor se sente a esta mesa e responda as perguntas com o teor da verdade. Mesmo assim, nós vamos ouvi-los.

Passo a palavra, inicialmente, ao nobre Relator, Senador Carlos Viana, para que possa fazer as perguntas pertinentes.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Meu boa-tarde, Presidente Rose de Freitas!

Meu boa-tarde a todas e a todos os presentes!

Meu muito obrigado.

Como sempre, é de praxe, Sr. Joaquim, nós colocamos aqui para as pessoas que estão nos ouvindo que o mais importante é que nos elucide a participação clara de cada um pensando na própria defesa, e não apenas na defesa conjunta e já bem planejada da empresa Vale. A Vale, nós sabemos, tem feito treinamentos exaustivos com os senhores para que as respostas sejam padronizadas dentro das linhas de defesa da empresa, e o mais importante aqui é que o que o senhor nos disser, o que o senhor nos colocar pode facilitar, e muito, futuramente, a sua defesa, inclusive diretamente à Justiça, uma vez que as responsabilidades estão sendo definidas uma a uma e também as responsabilidades conjuntas.

Fica, portanto, aqui a nossa colocação e a nossa expectativa de que o senhor colabore diante de tudo o que nós vamos apresentar e que temos conseguido na avaliação dos documentos.

Quero também já deixar, com muita tranquilidade, que todos os *e-mails* de que nós tivemos a análise, toda a quebra do sigilo desses *e-mails* que foi feita... Uma boa parte, inclusive, nós não podemos apresentar por estar sob segredo de justiça. Mas aqueles que nós entendemos como relatórios públicos ou disponíveis para avaliação nos vários sistemas hoje de controle serão colocados aqui. São dezenas e dezenas de *e-mails* que estão à nossa disposição já há bastante tempo. Agora nós terminamos a compilação dos dados. Até a semana passada, nós não tínhamos ainda o trabalho totalmente feito pela equipe, mas ele está à nossa disposição, e nós vamos apresentar alguns deles aqui para que os senhores tenham acompanhamento.

Sr. Joaquim Toledo, na auditoria técnica de segurança da Barragem B1, em agosto e setembro de 2018, ou seja, poucos meses antes do rompimento, à p. 70, lemos o seguinte:

Já no pé da barragem, deve-se atentar ao grande bloco abaixo da estrada. Para determinar com precisão sua extensão, recomenda-se a limpeza da área e a realização de mapeamento geológico de superfície. Esta última deve ser complementada por investigação geofísica para determinação das dimensões não expostas. Uma vez realizadas tais investigações, a estabilidade de bloco e seu potencial de comprometimento de estrutura devem ser avaliados.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Especialmente, deve-se atentar à possibilidade de que movimentações desse bloco constituam gatilhos para liquefação.

Nós estamos falando aqui do relatório da TÜV SÜD em agosto e setembro de 2019, com muita clareza, sobre o que deveria ser feito e o que poderia acontecer caso se confirmassem as informações que estavam lá.

No mesmo tema, um documento da força-tarefa do Ministério Público cita o *e-mail* enviado pelo senhor para o consultor Armando Mangolim Filho em 31 de julho daquele mesmo ano, em 2018. Nesse *e-mail*, o senhor encaminha, como anexo, um relatório produzido por Flávio Ferreira Filho sobre a situação do bloco de canga no pé da Barragem B1. No *e-mail*, o senhor afirma: "A B1 de Feijão é mais tenebrosa do que eu imagino". Está lá no seu *e-mail*: "A B1 de Feijão é mais tenebrosa do que imagino."

O senhor é engenheiro de minas, trabalha na Vale há 27 anos. Não é isso?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Trabalho há 28 anos.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Até ser afastado, era Gerente Executivo de Planejamento e Programação do Corredor Sudeste. Portanto, não é alguém que se assusta facilmente com as coisas. Por isso, pergunto, na sequência aqui: o que havia de tão assustador na Barragem B1, em julho de 2018? O que o senhor fez para reduzir os riscos da Barragem B1 depois de ter acesso a essa informação? O que foi feito em relação ao bloco de canga no pé da Barragem B1? Uma movimentação daquele bloco poderia ter sido o gatilho da liquefação da barragem? O que foi feito, Sr. Joaquim? Eu queria que o senhor deixasse claro o que era tão assustador na B1 que levou uma pessoa experiente como o senhor a escrever, a colocar isso dentro de um dos seus *e-mails*.

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Excelência, essa foi uma situação particular que ocorreu ao receber um *e-mail* de um geólogo. Tratava-se de um bloco de formação ferrífera que estava a jusante da barragem, em terreno natural. Ao receber a informação do geólogo, eu tive a percepção de que esse bloco poderia estar conectado à estrutura da barragem. Imediatamente, usei esse adjetivo e encaminhei ao nosso consultor interno, Armando Mangolim. Sabendo que ele se encontrava no mesmo prédio que eu, eu me dirigi a ele, e ele me esclareceu que se tratava de um bloco externo de, provavelmente, idade geológica, ou seja, ele é bem anterior à instalação da barragem e ficava nessa região. Isso desfez o meu entendimento inicial.

Seguido a isso, eu recebo também o *e-mail* do Sr. César Grandchamp falando que iria tomar algumas medidas sobre esse bloco. Quais foram essas medidas? Uma limpeza do terreno, um desvio de drenagem e um ponto de monitoramento topográfico em cima do bloco. Então, eu acho que essas medidas foram acertadas e estabeleceram um nível de controle adequado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A confusão inicial foi de minha parte, porque, ao imaginar que um bloco poderia estar integrado à estrutura, aquilo me causou muita preocupação. Então, quando fui esclarecido, eu desfiz essa minha preocupação e, logo em seguida, recebi essas outras informações que me contentaram do ponto de vista de preocupação e de responsabilidade sobre as ações.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Joaquim Toledo, o senhor, um homem com 28 anos de Vale, que tem as informações que o senhor tinha inclusive sobre o fraturamento hidráulico que nós tivemos poucos dias antes desses relatórios, escreve que a B1 de Feijão era mais tenebrosa do que imaginavam. O senhor está querendo nos convencer de que foi um monte de minério do lado de fora, um bloco, que levou o senhor a escrever isto aqui? É disso que o senhor está tentando nos convencer?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Não, Excelência, o que estou esclarecendo é que eu fiz uma leitura equivocada da informação.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Por que a B1 era tão terrível?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – É exatamente isso que eu estava explicando...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não, o senhor está nos dizendo que havia um bloco externo e que depois foi retirada essa questão de segurança... Eu tenho a certeza de que o senhor, como um bom engenheiro que sempre foi, porque senão o senhor não estaria lá por 28 anos, sabe muito bem que um bloco externo à barragem não daria, em momento algum, condições para o senhor escrever que a Barragem B1 era mais tenebrosa do que imaginavam.

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Pois bem, essa foi a minha interpretação equivocada, porque quando eu recebi o *e-mail*...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ou o senhor não estava equivocado, a barragem rompeu.

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – No momento, em agosto, a minha preocupação foi que, se houvesse um bloco de rocha integrado à barragem, essa seria uma situação muito preocupante. Por isso, eu agi com urgência, demandei informações do nosso consultor interno e depois recebi também informações do especialista técnico, o Sr. César Grandchamp, que esclareceram a minha dúvida, ou seja, não havia um bloco integrado à estrutura. Esse bloco era externo. Houve uma confusão de minha parte. Eu fui incisivo no adjetivo usado porque eu fiquei muito preocupado.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor está se referindo só à questão do bloco ali de canga, mas e as informações anteriores que o senhor tinha?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – As informações anteriores... O primeiro evento, Excelência, que eu tive dessa estrutura foi o evento do DHP nº 15. Eu recebi um telefonema do Sr. César Grandchamp, falando do evento e que ele estava se dirigindo ao local. Então, esse foi o primeiro evento





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eu recebi dessa barragem, ou seja, é o primeiro evento que denotou uma mudança do estado de conservação da barragem.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu queria apenas entender o que o senhor está dizendo. No *e-mail*, o senhor afirmou: "A B1 de Feijão é mais tenebrosa do que imagino". Depois que soltaram esses eventos, essas conversas e constatações, o senhor já escreveu o contrário do que está aqui? O senhor disse que a B1 de Feijão não era tão tenebrosa quanto imaginava? O senhor escreveu isso?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Sra. Presidente, eu me dei por satisfeito pelas informações que recebi e não reescrevi uma nova mensagem sobre ela.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Joaquim Toledo, vou lhe dar aqui cinco eslaides ilustrativos de como a Vale lidava com a segurança das barragens. Nós vamos aqui analisar em conjunto.

Cadê o eslaide 1, por favor? Vamos colocar o eslaide nº 1.

Ali está. Vamos lá! Eu vou ler para facilitar para quem não consegue enxergar aqui. Esses, como eu disse, são documentos já oriundos da quebra do sigilo dos *e-mails*, os que podem ser divulgados naturalmente – há uma série de outros que estão mantidos sob sigilo, e nós temos um termo de confidencialidade com o Ministério Público, com a força-tarefa.

Então, vamos lá! Esse é o eslaide 1. É do Sr. Denis Valentim, da TÜV SÜD: "Boa tarde, segue planilha de leituras revisadas e atualizadas com os dados baixados na torre da Vale esta semana. Foram lançadas as leituras no dia 10 de janeiro de 2019". Então, no dia 10 de janeiro, Sr. Joaquim Toledo, o Sr. Denis Valentim escreveu para os senhores, e o senhor teve conhecimento: "Cinco sensores estão sem leituras [...] [ali ele cita os números], a equipe de campo irá verificar se há algo de errado nos *dataloggers*. Os instrumentos que estão com abas em amarelo estão com leituras discrepantes, e deve ser feita uma análise detalhada tanto quanto uma conferência dos *tags* cadastrados. Acredito que tenha instrumentos com *tag* trocado. Em anexo, dados colhidos na ação". No dia 10 de janeiro, 15 dias antes do rompimento, já havia um relatório claro sobre os sensores sem leituras e as informações desconstruídas a que todos os responsáveis pela área de geotecnia tiveram acesso. Aqui nós temos a cópia de todos os que receberam dentro da TÜV SÜD.

Pode passar o segundo eslaide, por favor. É do Sr. Helio Cerqueira para o Sr. Denis Valentim. Ele diz o seguinte:

Fabiano/Denis, as leituras estão incoerentes. Favor verificar o que aconteceu. Ainda estamos sem leituras para prosseguir com o monitoramento dessa barragem alteada a montante. Priorizar isso! Se não encontrarem a falha, me liguem no celular. Precisamos resolver isso rápido.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Helio Marcio Lopes de Cerqueira, Engenheiro Geotécnico, Gerência de Gestão de Riscos Geotécnicos, Planejamento e Desenvolvimento de Ferrosos.

O senhor conhece o Sr. Helio Marcio, Sr. Joaquim Toledo?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Eu o conheço. Eu o conheci após o rompimento da estrutura.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Vamos ao próximo eslaide, por favor!

Artur Ribeiro diz: "Realmente, parecem leituras trocadas, conferindo com as leituras anteriores". Cita aqui os piezômetros e vai colocando... O assunto já havia ganhado destaque entre vários nomes da Vale: Helio Cerqueira, Tec Wise, Sr. Fabiano Gomes, Sr. Diego Fernandes. Cópias foram enviadas para Vinícius Xavier; para instrumentação TÜV SÜD; para Anderson Fernandes, da Vale; para Herbert Mascarenhas, da Vale. Todos estavam sendo informados sobre o problema dos dados que não existiam corretamente.

Vamos ao eslaide 4.

Escreve aqui o Sr. Anderson Fernandes, que é funcionário da Vale: "Implantação de projetos estratégicos".

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Naquele eslaide anterior, há uma observação embaixo.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É que nós tiramos os telefones de contato para não...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Está escrito: "Realmente, parecem leituras trocadas, conferindo com as leituras anteriores".

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Exatamente! E ali há dados que não podem ser divulgados.

O Sr. Anderson Fernandes, da Vale, diz: "Prezados, precisamos de uma análise rápida de vocês quanto a possíveis divergências entre o programa do *datalogger* e a instalação em campo para sanar esse problema rapidamente". Esse *e-mail* é do dia 24 de janeiro, um dia antes do rompimento, às 15h05.

Todos os alarmes estavam sendo dados interinamente e administrativamente para os gerentes, para os técnicos de campo e para os supervisores de geotecnia. Os *e-mails* são muito claros em relação à informação, e ela circulou entre todos os responsáveis diretos da Vale lá.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Precisamos de uma análise rápida de vocês quanto a possíveis divergências entre o programa do *datalogger* e a instalação em campo para sanar esse problema rapidamente. Caso não tenhamos uma solução rápida, precisamos fazer a coleta manual dos pontos que geraram divergência. Obrigado, Anderson Fernandes."

Passe ao eslaide nº 5, por favor. É da empresa Tec Wise. Também é enviado para um grupo de responsáveis técnicos pela análise dos dados de Brumadinho e também para os contatos na Vale: "Boa tarde! Anderson, temos que analisar o programa do CR310 instalado. E, para a próxima semana, vamos agendar uma visita no local para sanar este problema. Confirmando com você a data".

Vamos ao eslaide nº 6. Está lá já? "Fernando/Denis, vamos tentar ir amanhã. Ainda não temos leituras para o mês de janeiro/19 para as barragens 1, Vargem Grande e B3/B4. E só temos cinco dias úteis até a virada do mês. O risco de multa do DNPM é muitíssimo alto", assina Helio Marcio Lopes de Cerqueira, engenheiro geotécnico da Vale.

Sr. Joaquim, as informações, desde o início de janeiro, na verdade desde o ano anterior, estavam discrepantes. Os senhores tiveram acesso a todas as informações. Os técnicos começaram a fazer alertas graves a partir de janeiro. Dois dias antes, os *e-mails* que estão trocados aqui já mostravam claramente a preocupação com a barragem. Um dia antes, os dados estavam, todos eles, confusos. E, no último *e-mail*, nós mostramos aqui a preocupação de que a Vale fosse multada, não de que a barragem se rompesse e de que matassem pessoas.

Diante de todas estas questões aqui, Sr. Joaquim, eu gostaria que o senhor fizesse para esta CPI uma análise de como a Vale trata as questões de segurança da empresa, de como, com informações como essas, que são técnicas o suficiente até para leigos, de que a barragem poderia matar todas aquelas pessoas, ninguém tomou providências para que algo fosse feito. O que é que o senhor tem a nos dizer de todos estes detalhes aqui que comprovam a preocupação e as informações de que a barragem poderia romper?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor pode responder, por favor.

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Excelência, nesse período das trocas de *e-mails*, eu estava em minhas férias. Quando houve a notícia do rompimento da barragem, eu tive a oportunidade de conversar com o Sr. Artur Ribeiro, que me contou o relato dele sobre esse assunto. Ele recebeu a informação no dia 23, e essa informação tratava de um sistema de coleta de dados que havia sido instalado, ou seja, toda barragem de montante com dano potencial alto deveria ter seu monitoramento automatizado. Estava se realizando essa automatização. Na etapa em que se encontrava, existia a necessidade de conectar os 40 ou mais piezômetros automáticos a um coletor de dados, e essa



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

transmissão do coletor de dados ainda não estava automatizada. Então, o que nós temos, do dia 10 ao dia 23, é uma única coleta no dia 23, que traz os dados acumulados desde o dia 10.

Ao receber essa informação... O Sr. Artur Ribeiro informa que recebeu a informação do Denis, da TÜV SÜD, avisando sobre possíveis defeitos de informação. Ele analisou a questão – ele falou para mim que analisou a questão – e verificou que existiam dados que eram impossíveis de existir, ou seja, o dado estava acima da cota do instrumento ou abaixo da cota do instrumento. Ele não se deu por satisfeito e, no dia 24, foi a campo, fez a inspeção desses instrumentos, verificou que não havia nenhuma anomalia na área e cobrou urgência para o pessoal vir a resolver esse problema.

Esse coletor de dados foi preservado, porque ele estava instalado na barragem B6, ele não foi danificado. E, após sabermos disso, houve a solicitação de uma auditoria externa, para que ela viesse e confirmasse se havia, de fato, a troca dessas informações nos instrumentos. Foi-me informado que essa auditoria externa, de fato, confirmou que havia a troca dessas informações.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não!

A senhora quer fazer alguma pergunta? Posso seguir, Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pode seguir.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, está bem.

O senhor estava em férias?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Sim, eu estava em férias.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor entrou em férias quando, Sr. Joaquim?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Eu entrei em férias nessa semana...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Na semana do rompimento?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Na semana do rompimento.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Agora, o senhor concorda com esta CPI que as causas do rompimento da barragem não aconteceram na semana em que o senhor entrou em férias, que as causas já eram de tempo anterior?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Eu...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor concorda?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Eu tenho concordância de que, quando dessas informações que estão aí, eu estava no meu período de férias e de que, quando das outras informações...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas o senhor concorda que o que levou a barragem a se romper não aconteceu naquela semana em que o senhor estava fora, que é um processo de meses anteriores?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – O processo para o rompimento da barragem se encontra numa investigação...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim ou não, Sr. Joaquim? Para o senhor, como engenheiro, a barragem rompeu por conta de um problema de uma semana ou por conta de problemas acumulados ao longo de um tempo passado?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – As causas, em apuração, do rompimento da barragem encontram-se num processo de investigação.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim.

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Eu ainda não conheço essas causas, não sei... Estou aguardando esse processo investigativo interno.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu gostaria de fazer uma observação, Sr. Joaquim, em decorrência das suas palavras. Na verdade, o senhor veio aqui resguardado por um *habeas corpus*. O senhor se prontificou a falar. Eu só queria pedir – e não vou conduzir suas palavras de maneira alguma – ao senhor, devido à faculdade de várias pessoas pensarem e observarem o que nós estamos ouvindo e sabendo... As informações que o nobre Relator traz remontam a um tempo de avisos...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – De sete meses antes.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... de sete meses antes.

Por coincidência, o senhor é o segundo que entra em férias dentro de um processo como esse. Não estou aqui para julgar ninguém. Eu espero que a lei o faça brevemente na juntada desse processo como um todo e que a gente possa chegar aos responsáveis por isso.

Mas veja bem: eu queria pedir ao senhor que o senhor respondesse e que, na impossibilidade de responder, o senhor dissesse "não poderei responder". Mas ilação sobre os pensamentos que estão sendo colocados acerca de todo o material que o Relator está trazendo eu gostaria de não permitir daqui para frente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Joaquim, só lembro que, no organograma da Vale, o senhor está no mesmo nível do Sr. Rodrigo Melo, que é o Gerente Executivo do Complexo. O senhor é o Gerente Executivo da Geotecnia Operacional. Portanto, a barragem estava diretamente sob sua responsabilidade, com os seus comandados. O senhor era responsável pelo Sr. Renzo Carvalho, Gerente de Geotecnia; por Artur Ribeiro, da Geotecnia; por Cristina Malheiros, que era quem, de fato, estava lá o tempo todo, juntamente com o Sr. Artur, e que aqui, totalmente destruída como profissional e como pessoa, não quis nem ver as imagens do rompimento – ela tinha contato direto com o senhor o tempo todo –; e também por Sr. César Grandchamp, que é um especialista em Geotecnia. Todos eles se reportavam ao senhor com os relatórios sobre a barragem, todos! Isso está muito claro nos *e-mails* e nos contratos que nós temos.

Então, vamos lá!

O senhor sabe o que são lençóis empoleirados?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Eu tenho uma ideia clara de que são possibilidades de haver níveis de água em níveis diferentes dentro de uma estrutura.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois bem, eu vou repetir aqui uma pergunta que foi feita ao Sr. Rodrigo Melo. Mas ele disse que não era da Geotecnia e que, por isso, não poderia responder, ou seja, é o senhor que tem de responder, porque o senhor está no mesmo nível dele, e a barragem é de sua responsabilidade também. O Sr. Rodrigo tem responsabilidade sobre a barragem como gerente.

Vou ler um trecho da auditoria técnica de segurança feita pela empresa TÜV SÜD entre agosto e setembro de 2018, à p.70, em que se diz:

Recomenda-se a instalação de novos piezômetros multiníveis com o intuito de confirmar a hipótese de existência de lençóis empoleirados no rejeito da barragem. Especialmente esses novos piezômetros também têm o intuito de validar a extrapolação das camadas de empoleiramento e piezometria associada, realizada para a Seção E-E a partir das avaliações realizadas nas Seções C-C e D-D. Estes instrumentos devem ser programados em locais estratégicos, em lacunas, locais sem formação, e instalados em cada camada de empoleiramento, multiníveis.

Como o senhor certamente sabe, a hipótese mais provável para o rompimento da barragem é a liquefação interna. E a liquefação acontece por meio de um gatilho.

Fora as suas férias, Sr. Joaquim, a semana em que o senhor estava fora, o que foi feito nos quatro meses antes da tragédia para confirmar ou refutar a existência de lençóis empoleirados?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os piezômetros multiníveis foram instalados? O senhor acha que os lençóis empoleirados de cuja existência a TÜV SÜD suspeitava podem ter sido o gatilho da liquefação da Barragem B1?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO (Para depor.) – Excelência, os piezômetros multiníveis estavam em instalação durante essa fase, não haviam sido concluídos. E, com relação às causas da ruptura dessa estrutura, eu não tenho essas causas e estou aguardando a investigação que está ocorrendo internamente.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, Sr. Joaquim, eu já estou adiantando para o senhor, quanto aos lençóis empoleirados, o seguinte: à medida que a barragem ia sendo feita, terra sobre terra, como se fosse uma espécie de degrau para que pudesse sustentar a barragem, o empoleiramento foi feito sem nenhum controle. Só nos dois últimos níveis é que foram seguidas as regras internacionais para execução de alteamento – só nos dois últimos níveis. E, naquele momento ali, a barragem já apresentava todos os sinais de rompimento, desde junho. Em junho, já havia sinais claros. Em julho, nós tivemos um fraturamento gravíssimo lá, e o senhor era o responsável direto por isso.

Na escala da gerência e da diretoria, o senhor é o responsável direto pela barragem, todos os que cuidavam dela tinham que se reportar ao senhor – todos. Aqui está muito claro que as medidas que deveriam ter sido tomadas antes deveriam ter sido tomadas dentro da sua equipe de geotecnia. E, até o momento, nós também não temos nenhuma prova de que elas foram tomadas, ou seja, há omissão grave aqui em relação a isso, que levou ao rompimento no seu período de férias. Se tudo aqui observado antes tivesse sido executado dentro inclusive das normas da boa engenharia – Juíza Selma, Senador Otto, uma boa tarde a vocês –, se todas as regras da boa engenharia tivessem sido cumpridas seis meses antes, aquelas pessoas não teriam morrido. Isso está muito claro a partir de agora.

O que nós estamos querendo aqui só, Sr. Joaquim, nesta reta final para o relatório, é identificar de fato a responsabilidade de cada um, mas, quando o senhor me diz que está esperando um relatório, aí o senhor me permita dizer: o senhor está assumindo passivamente uma responsabilidade grande, que era sua, de cuidar da barragem, com todas as questões técnicas que estavam lá. Não há como fugir do que está documentado, especialmente agora que nós temos toda essa apresentação.

E a gente tem visto aqui, Juíza Selma, Senadora Rose, que a preocupação da Vale, um dia antes do rompimento, não era com a vida as pessoas.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. *Fora do microfone.*) – Era com multa.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Era com multa do DNPM.

A gente vai ver também, Senador, em outras questões, como são compostos os salários da Vale. Aquelas informações que o Sr. Schvartsman nos negou aqui, disse que não poderia... Nos Estados



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Unidos eles não têm como mentir, porque a lei lá nos Estados Unidos é muito mais dura. Lá, qualquer um que viesse aqui e mentisse sobre a responsabilidade sairia preso. Aqui, não. Aqui a gente é obrigado...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – A respeitar o *habeas corpus*.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... a respeitar as decisões, mas vários sairiam presos daqui por conta da documentação que a gente tem, publicada ou não, sob sigilo, mas com as informações sobre a responsabilidade de cada um. É impressionante. Eu tenho aqui toda... Eu vou deixar até para quando o diretor financeiro estiver aqui, mas eu vou mostrar, vou antecipar para vocês claramente. A remuneração dos diretores e gerentes da Vale, daqueles que têm cargos mais altos é feita da seguinte forma: 60%, geração de caixa; 10%, saúde e segurança; 10%, sustentabilidade; 20%, iniciativas estratégicas. Aqui, vou mostrar para todos aqui. É assim que a Vale paga os bônus aos diretores no Brasil, só que aqui ela não revela, mas lá nos Estados Unidos ela não tem como mentir, lá na comissão, que é uma secretaria que foi criada pelo pai do John Kennedy. Está lá há anos; lá ninguém mente. Lá ninguém mente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Nem chega com *habeas corpus*.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Nem chega com *habeas corpus* porque não tem conversa. Lá, ninguém mente. E aqui eles colocam claramente a questão das indenizações, quanto que a Vale vai pagar, vai ter de prejuízo e quanto a Vale quer pagar pela vida das pessoas.

E aqui, Sr. Joaquim, está muito claro em todas as manifestações que as informações técnicas para evitar a tragédia estavam disponíveis para todo mundo. Todo mundo assumiu aqui um dolo, todo mundo assumiu, especialmente aqueles que eram os responsáveis diretos pela Vale. O senhor... E aqui... O senhor não sabia do perigo da B1, Sr. Joaquim? O senhor não tinha ideia de que a barragem poderia romper a todo momento? Porque o senhor está tentando nos convencer de que o senhor escreve que ela era mais terrível do que se imagina porque tinha um monte de minério do lado de fora. O senhor não sabia disso? Em momento algum o senhor teve acesso a essas informações, Sr. Joaquim? O senhor pode responder, por favor.

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Excelência, mais uma vez, a minha gestão cuidava dos aspectos de monitoramento e inspeção das barragens.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor era o responsável pela barragem, Sr. Joaquim.

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Sobre essas características...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor era ou não era o responsável pela barragem?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Eu era responsável por fazer o monitoramento e inspeção dessas barragens...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então o senhor...

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – ... a partir de uma equipe de gerência de geotecnia...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... era o responsável pela barragem. O senhor era o responsável pela barragem. Está aqui, não era o senhor quem era o chefe da Cristina Malheiros? Era o senhor que era o chefe?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – O gestor dela era o Sr. Renzo Albieri, e eu era o gestor do Sr. Renzo Albieri.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, a Dona Cristina veio aqui...

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Indiretamente...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... e falou que era ela que cuidava dos dados da barragem, então o senhor cuidava da barragem também. Ou não?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – E ela cuidou dos dados da barragem fornecendo as informações necessárias para os extratos de inspeção quinzenal, que não demonstraram, até então...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Não demonstraram...

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – ... um estado de alteração do estado de conservação da barragem.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Como que não demonstraram, Sr. Joaquim? O senhor quer que eu lhe passe aqui os *e-mails*? O senhor quer ter acesso aos *e-mails* para o senhor conferir se é isso mesmo que está aqui? O senhor quer conferir? O senhor quer ler os *e-mails*? O senhor teve acesso a esses *e-mails* ou não teve, informações sobre eles?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Eu não tive acesso aos *e-mails*, mas eu vi agora, aqui, na apresentação e...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor era chefe?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É chefe de todos aqui.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não era da Cristina, mas de um que estava acima da Cristina, quer dizer, verticalmente: o senhor era o chefe, Joaquim Toledo; Renzo Carvalho, e aqui um corpo técnico, embaixo; Cristina Malheiros...

Eu quero que o senhor entenda que, ao abrir mão de não se resguardar em um *habeas corpus*, o que ele está falando é absolutamente verdadeiro em qualquer outra situação. Uma pessoa não poderia mentir diante desta CPI. Quando o senhor abre mão, mas o senhor está resguardado por ele, o senhor impede qualquer atitude de ser tomada, mesmo diante da clareza dos fatos aqui expostos pelo nosso Relator.

O senhor me permite, Sr. Relator?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Claro, obviamente!

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu queria fazer uma pergunta. Nós estamos aqui tentando. Esta aqui é uma tentativa de que, em dado momento, por um lampejo de consciência, por todas as contradições que nós já anotamos e que estão gravadas e filmadas aqui nesta CPI, a gente possa evidenciar o contraste daquilo que se pretende omitir e daquilo que se pretende mentir.

Eu perguntaria ao senhor: na semana passada foi dado um alerta em Barão de Cocais, Minas Gerais, e várias providências foram tomadas, inclusive por orientação do Ministério Público, envolvendo a população local. Quem foi a pessoa da Vale que tomou essa providência em relação a essa barragem?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Excelência, eu...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor sabe, não é?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Eu, no momento, desde o dia 15 de fevereiro, não estou exercendo as minhas funções na Vale.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu não perguntei se o senhor estava exercendo as funções. Todos têm conhecimento aqui de que o senhor não está. Eu estou perguntando quem foi a pessoa da Vale que tomou a providência em relação à questão da Barragem Barão de Cocais.

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Eu não sei quem tomou essa providência.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor não sabe, neste momento, porque está afastado, ou nunca soube de nada que montava essa engrenagem de poder, hierarquia de funções, responsabilidades?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Sra. Presidente, eu, no momento, não sei quem está fazendo essa gestão.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu perguntaria também ao senhor – vale a pena registrar, gente, deixa para a história: entre o estado de absoluta normalidade, em que está tudo normal, tudo tranquilo, e uma situação de risco iminente decorre um tempo. Quantos segundos são? Tudo tranquilo, barragem normal, nada, e, daqui a pouco, risco iminente. Aliás, até no *e-mail* do senhor, o senhor usou uma palavra mais forte. Qual tempo que decorre, decorreu, pode decorrer do risco da tranquilidade e do risco iminente?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Sra. Presidente, as boas práticas de engenharia falavam que esses riscos iam aumentando o nível de alerta. Nessa estrutura, a ruptura se deu sem estabelecer nenhum nível de alerta.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Nenhum?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Nenhum.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Nem esses cronogramas todos que há aqui, mostrando ações, alertas, motivação para pedir que isso seja revisto – um dado que foi colocado pelo Relator, de quando ele fala assim: "precisamos rever"...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Exatamente, os dados com urgência.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... "os dados com urgência" –, isso não era um risco iminente? Alertado várias vezes, reiteradas vezes, de que precisavam... Aqui: "Precisamos de uma análise rápida de quando vocês, o quanto possível, porque estão encontrando divergências entre o programa *data logger* e a instalação em campo para sanar um problema rapidamente". Esse problema não pode ter sido uma intempérie, uma grama que cresceu... Pode ser um risco iminente.

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Quem estava no momento fez uma avaliação sobre os dados e fez uma inspeção. Essa estrutura vinha de três dias de inspeções. No dia 22, houve a inspeção regular de segurança; no dia 23, houve as inspeções da auditoria; e, no dia 24, o Sr. Artur Ribeiro, diante desses *e-mails*, decide fazer mais uma inspeção.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Joaquim...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Só...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não, Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... completando aqui.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Claro.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Se não houve um terremoto, Senador... Não houve um terremoto...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – As causas todas eram muito conhecidas. Só faltou tomar as providências para poder...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... será que as causas para o desmoronamento dessa barragem... Não houve nenhum sinal? O senhor acredita nisso?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não, não acredito. Não acredito.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Nenhum sinal de risco iminente? Nada, nada?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu não acredito que um engenheiro de 27 anos de profissão escreveria que uma barragem é mais terrível do que se imagina se não tivesse as informações todas anteriores.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor acha... Eu não sei, Senador Otto, se houve algum momento, Senadora Selma, da história da engenharia deste País em que nós tivéssemos tantas coincidências e tanta falta de comprometimento com o exercício da profissão, quer dizer, todos estavam ali com uma finalidade, contratados com aquela finalidade, tinham currículo, tinham exercício, tinham poder, tinham autorização. Eu não conheço um caso de engenharia como esse, assim, em que ninguém sabe o que aconteceu.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Senadora, é no mínimo um atestado coletivo de incompetência, para não dizer outra coisa.

Eu posso só fazer uma pergunta?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Perfeitamente.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Para interpelar depoente.) – Eu cheguei aqui um pouco depois do início da inquirição dessa pessoa; portanto, não sei se essa pergunta já foi feita, mas eu gostaria de tirar essa dúvida. Quem ficou no seu lugar enquanto o senhor estava de férias? Quem estava ocupando a sua função?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Excelência, foi o gerente de automação.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Nome?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Sr. Vicentino Rodrigues.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Vicentino Rodrigues.

Segundo o que eu consegui depreender daqui, desses momentos, de quando eu cheguei até agora – corrijam-me, por favor, Sr. Relator, Sra. Presidente –, o que se está apontando mais diretamente é para esses últimos, esses *e-mails* aí que foram trocados nos últimos três dias antes do crime praticado lá, não é? Então, nesses últimos três dias, o senhor já estava de férias.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Esse, inclusive, é do dia anterior, dia 24/01.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sim, sim. O senhor estava de férias?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Excelência, eu me encontrava de férias.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Correto.

O senhor não teve, então, conhecimento do teor de nenhum desses *e-mails*?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Eu não fui copiado, em nenhum momento, nesses *e-mails*.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Não estou perguntando se o senhor foi copiado, porque eu sei ler. Eu quero saber se o senhor tomou conhecimento.

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Não tomei conhecimento. Só tomei conhecimento após a ruptura, quando eu fui conversar com o Sr. Artur Ribeiro.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Muito bem.

Quando, nesses três últimos dias, a situação se agravou, é até compreensível que o senhor não tenha tomado conhecimento, porque estava de férias, provavelmente aproveitando de alguma dessas benesses que a Vale paga para os seus diretores, em algum lugar do Planeta, mas eu quero lhe perguntar o seguinte: essa pessoa que o substituiu tinha que reportar esses fatos, essa super urgência – aliás, de fazer a inspeção da inspeção da inspeção da inspeção –, tinha que reportar isso para o Silmar Silva?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Se ele tivesse ciência de que houvesse uma mudança no estado de conservação da barragem e o geotécnico o reportasse e o avisasse de que existia essa necessidade, ele reportaria.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Certo. Então, o teor desses *e-mails*, para o senhor, não indica que ele tivesse que reportar?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – O que eu estou dizendo é que quem deveria fazer essa avaliação é a pessoa responsável técnica pela estrutura...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Eu estou lhe perguntando o seguinte...

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – ... que, no momento, era o Sr. Arthur Ribeiro.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Nesses últimos três dias, diante do teor desses *e-mails*, fosse o senhor que estivesse ocupando o seu digno cargo lá, qual seria a sua atitude?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Se eu tivesse acesso às informações e houvesse, por parte do geotécnico responsável no momento para fazer a análise do estado de conservação da barragem, ele me alertasse que deveria subir o nível de alerta e de emergência da barragem, eu o faria.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – O geotécnico a que o senhor se reporta, então, é o Renzo, o Artur, a Cristina, o César, quem?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Quem estava no momento substituindo a Sra. Cristina Malheiros, que é a responsável técnica pela inspeção e monitoramento da barragem, era o Sr. Artur Ribeiro.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Muito bem. Então, o senhor está... Se eu consigo bem compreender o que o senhor está dizendo – porque, na verdade, não está dizendo muita coisa –, o senhor está querendo nos dizer que dependeria de o Artur Ribeiro estartar esse alerta, ou seja, puxar o gatilho para que as providências fossem tomadas? É isso?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Precisava, sim, que uma pessoa responsável técnica por aquela estrutura e que estava vivendo o momento das informações daquela estrutura fizesse o início do processo.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – O Artur, segundo dá para ver aqui nos *e-mails*, foi um dos destinatários desses *e-mails*, ou não? (*Pausa.*)

Não, não foi... Foi, sim: arturribeiro@vale, não é? É isso. Ótimo.

O senhor teve conversa com essas pessoas posteriormente a esse fato?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Excelência, eu tive conversa no sábado, dia 26, com o Sr. Artur Ribeiro.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – E o que ele lhe disse? Por que ele não estartou esse alerta?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – O que ele me falou é que ele recebeu essa informação, fez uma análise... A informação já vinha com uma prévia de que havia um defeito nela. Ele verificou que existiam dados impossíveis em algumas das informações – esses dados impossíveis são porque ou estava acima da cota do instrumento ou abaixo da cota do instrumento, o que não é possível registrar. Não satisfeito somente com essa observação, ele, no dia 24, foi a campo e fez uma inspeção.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – E...?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – E constatou que não havia mudança do estado de conservação nessa região que apresentava as anormalidades de informação. Aí, ele pede urgência para que se conserte a informação, ou seja, vá lá ao *data logger*, que era o equipamento coletor, e fizesse a reordenação dos instrumentos.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Então, a urgência, no caso, era para consertar esses *data loggers*?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Excelência, era isso mesmo.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Bem, Sra. Presidente, Sr. Relator, colega Otto, eu gostaria de fazer uma pontuação.

É certo que, ao contrário do que a legislação americana dispõe, aqui se permite que as pessoas investigadas, acusadas permaneçam em silêncio. É isso o que diz a nossa Constituição. Os princípios são de que você pode permanecer em silêncio ou de que você não é obrigado a produzir prova em seu desfavor. Mentir não é uma garantia constitucional. Então, eu sempre advoguei que essa máscara que as defesas dão para as mentiras esteja fora das garantias constitucionais.

Apenas essa ponderação, Sra. Presidente.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu poderia... Só queria fazer uma pergunta e deixar registrada a resposta do senhor: qual é o nome do cargo do Sr. Renzo Albieri?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Gerente de Geotecnia do Corredor Sudeste.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Qual o nome do superior hierárquico dele?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Joaquim Pedro de Toledo, que sou eu.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

Eu pergunto ao Senador Otto se ele gostaria... (*Pausa.*)

Então, devolvo a palavra ao Relator.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Vou continuar aqui.

Bem, se o Sr. Artur – Artur... Como é o nome dele, que estava no seu lugar, ocupando a sua função nas suas férias?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – O Sr. Vicentino Rodrigues.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Vicentino Rodrigues.

A função dele seria tomar as providências caso fosse feito um alerta pelo Sr. Artur, não é isso?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Caso ele fosse informado e informado do nível de alerta que fosse definido pelo geotécnico responsável.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Agora, não era responsabilidade do senhor, diante das informações anteriores todas, também ter iniciado esse processo de alarme para a barragem, já que sete meses antes todas as informações davam indicação de que a barragem era terrível, mais terrível até do que o senhor imaginava?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Excelência, no episódio do DHP15, houve uma classificação do estado de conservação da barragem que não elevava o nível de alerta para o nível 1.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito bem.

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Não houve dez pontos de...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Joaquim...

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – ... no estado de conservação da barragem.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor sabe que o senhor era o responsável pela barragem e que havia um equipamento de alta sensibilidade instalado na barragem B1, chamado de radar interferométrico. O senhor acompanhou isso?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Havia um radar para monitorar a barragem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É um bom equipamento, Sr. Joaquim?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Bem, Excelência, esse era um equipamento complementar, em teste. Ele não era um instrumento oficial da estrutura. E toda vez que ele apresentava um dado com alguma anomalia, que era reportado à responsável técnica da estrutura, ela deveria ir a campo e verificar nos instrumentos que são oficiais, que são os marcos topográficos, se havia alteração.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito bem. Esse equipamento, explicando para quem nos assiste, é capaz de detectar alterações no formato da barragem, inclusive alterações invisíveis a olho nu.

Pois bem. Quem operava esse radar na barragem B1 era o Sr. Tércio Andrade Costa. Em depoimento confirmado na CPI da Câmara, Tércio Costa afirma que o radar detectou, na área 17 da barragem, uma deformação total progressiva, sobretudo após dezembro, parabólica positiva. O operador esclarece que isso significa que a deformação está aumentando e, inclusive, aumentando a velocidade da deformação.

O senhor ainda não estava em férias. O senhor estava ativo quando o relatório foi feito.

A área que apresentou essa anomalia foi estimada pelo Sr. Tércio em 15 mil metros quadrados ou 1,5 hectare, o que não é pouca coisa. O Sr. Tércio comunicou o fato por *e-mail*, no dia 18 de janeiro de 2019, uma semana antes da tragédia, para os funcionários da Vale Marcos Rodrigues, Artur Ribeiro, Andréa Dornas, com cópia para Renzo Albieri.

O engenheiro geotécnico Artur Ribeiro respondeu a mensagem dizendo que visitou o local, não viu alteração significativa, mas que não conseguiu fazer a leitura manual dos piezômetros porque eles tinham sido automatizados, ou seja, não adiantou nada ele ir lá – apenas esclarecendo que os radares existem justamente para detectar mudanças que não são visíveis a olho nu e os piezômetros existem para entender o que está acontecendo abaixo do solo, que também não dá para ver a olho nu. Então, faz muito sentido que ele não tenha visto nada diferente: estava tudo encoberto. O que não faz sentido é não ter acesso às informações dos piezômetros daquela área, que já estavam anteriormente apontando problemas.

Então, nós não estamos falando da semana do rompimento. Nós estamos falando já de meses antes, em que as informações estavam disponíveis.

Vale lembrar também que as dificuldades de leitura e as informações incoerentes dos piezômetros persistiram até 24 de janeiro, véspera da tragédia, conforme vários *e-mails* trocados por sua equipe, Sr. Joaquim. E, como se não bastasse, Juíza Selma, Senador Kajuru, o que precisaria ser esclarecido, algo estranho aconteceu. O Sr. Tércio confirmou em depoimento que o *notebook* que ele usava para fins profissionais, inclusive com esse relatório, foi solicitado pelo gerente de planejamento,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Tales Bianchi, também funcionário da Vale, inclusive com senha, acesso e usuário, no dia 30 ou 31 de janeiro, depois da tragédia.

O computador com as informações sumiu. Só que a Polícia Federal, ao tomar conhecimento, buscou, e o computador apareceu, mas o computador estava escondido.

A informação sobre essas leituras do radar chegou até o senhor? O senhor sabe se foram feitas leituras automatizadas dos piezômetros no dia 18 de janeiro ou nos dias posteriores? Por qual motivo Tales Bianchi pediu o *notebook* do operador do radar? O senhor participou dessa decisão de recolher o equipamento?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Excelência, respondendo à questão do radar, em conversa com a Sra. Cristina Malheiros, esse aviso dado pelo Sr. Tércio no dia 18... Ela fez a conferência em campo, fez medidas de instrumentos que eram possíveis de fazer manualmente, registrou essas informações e não percebeu, e não identificou nenhuma anomalia ou mudança do estado de conservação, mostrando que o equipamento não tinha dado a informação confirmada em campo.

Relativo ao computador do...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Do Sr. Tércio.

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – ... do Sr. Tércio, eu não fui informado sobre essa solicitação, mas havia, na Vale, nesse período, uma auditoria da empresa Deloitte, que estava fazendo uma cópia forense de todos os equipamentos, para preservar exatamente os dados para uso em todas as avaliações, com a garantia de que aqueles dados não foram alterados. Eu não sei se foi para isso que foi solicitado o computador do Sr. Tércio.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Antes de dar sequência, Senador Kajuru, eu tenho aqui uma última pergunta minha, porque, quanto às demais, eu já percebi que não vai adiantar muito...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Desse mato não sai coelho!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não.

É o seguinte: quais as informações que deveriam ter chegado ao senhor? Que tipo de informação que o senhor receberia que fizesse com que o alarme, a questão da preocupação com a barragem se tornasse efetiva em retirar as pessoas? Sr. Joaquim, o que precisaria ter chegado ao senhor para que o senhor, imediatamente, como responsável pela barragem, dissesse "vamos tirar todo mundo da frente, porque a barragem vai romper"?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – A equipe de monitoramento e inspeção tem de fazer a inspeção, e, ao fazer a inspeção, se houver uma mudança do estado de conservação que atinja mais de dez pontos na tabela da portaria da Agência Nacional de Mineração, imediatamente tem de ser iniciado o nível 1, de emergência, do Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Agora, eu gostaria que o senhor nos explicasse por que todas as informações que foram produzidas tecnicamente, que foram produzidas por uma auditoria, não levaram a esse nível? Por que isso não aconteceu? Nós estamos querendo entender o que foi que aconteceu que, diante de tantas informações, o nível não subiu como deveria ter subido, como o senhor acabou de nos dizer.

Um dos elementos que pode provocar a chamada liquefação é o excesso de água na barragem. Nós já abordamos a questão da nascente que havia acima do reservatório da barragem B1. A nascente despejava água no reservatório, e a Vale fez algumas intervenções para tentar resolver o problema.

Eu vou ler aqui trecho da auditoria técnica de segurança feita pela empresa TÜV SÜD em agosto e setembro de 2018 – de que o senhor é parte, inclusive, do recebimento das informações; o senhor teve acesso a elas, não há como negar isso: "Observou-se o direcionamento da nascente diretamente para o extravasor. Entretanto, o sistema implantado apresenta capacidade limitada, não sendo capaz de controlar todo o aporte esperado durante o período chuvoso. Para esse fim, recomenda-se a construção de um *sump* no trecho de montante do reservatório, o qual deverá direcionar a gravidade da água para o sistema extravasor sem permitir empossamento".

Agosto, setembro de 2018, a auditoria foi lá e disse: "Olha, há uma água aqui, e essa água é perigosa. Tem que tirar essa água daqui". E o sistema que foi feito pela equipe do senhor, sob a sua coordenação, não era suficiente. É o que está escrito no relatório. Agosto.

Então, o que foi feito, Sr. Joaquim Toledo, a partir das conclusões dessa auditoria, para resolver essa falha, que é uma das principais, inclusive, para a liquefação da barragem? Está muito claro isso, inclusive, no relatório técnico da perícia. O senhor acha que o acúmulo de água foi o que causou a liquefação da barragem e o rompimento?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Excelência, a ação tomada sobre essa recomendação foi de elevar a capacidade de bombeamento – foi instalado outro sistema de bombeamento – e a composição desse *sump*, que é uma escavação que permite a instalação de uma bomba em um formato de um pequeno lago. Isso foi feito.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A liquefação foi o que causou o rompimento da barragem, Sr. Joaquim?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Excelência, mais uma vez, há um processo de investigação em curso, por uma empresa especializada, que vai nos apontar as causas desse rompimento.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito bem.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu pergunto ao Senador Kajuru se ele quer fazer as perguntas, elaborar as perguntas.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Claro, como sempre, nobre Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – V. Exa. tem a palavra.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para interpelar depoente.) – Obrigado.

Bem, eu estava ouvindo pelo meu ponto eletrônico os questionamentos precisos e responsáveis dos colegas, mas quero aqui, Sr. Joaquim Toledo, insistir em alguns pontos. Quem era, por fineza, por ocasião do rompimento da barragem, o Gerente Executivo de Geotecnia Operacional do Corredor Sudeste? Responda, por fineza.

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – O Gerente Executivo que tinha gestão de geotecnia era eu mesmo, Joaquim Toledo.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Era o senhor?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Sim.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Esse cargo, então, realmente existia?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Existe um... O cargo que existe é Gerente Executivo de Planejamento e Programação. Uma das gestões inclusas nessa gerência executiva é a Gerência de Geotecnia.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então: a Gerência Executiva de Geotecnia Operacional do Corredor Sudeste, perfeito?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Não existe esse nome.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não há esse cargo?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – O cargo é Gerência Executiva de Planejamento e Programação do Corredor Sudeste. Uma das gestões que estava sob minha gestão era a Gerência de Geotecnia Operacional.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então o senhor quer dizer que não existe, o senhor não seria o Gerente Executivo de Planejamento e Geotecnia, ou sim?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Excelência...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Planejamento e geotecnia, eu me refiro.

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Não, Excelência, o nome da gerência é Gerência Executiva de Planejamento e Programação do Corredor Sudeste.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não fala "geotecnia"?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Não fala "geotecnia".

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Olha aqui, curioso, Sr. Joaquim. No organograma do Piesem consta que o seu nome, de V. Sa., é o Gerente Executivo de Planejamento e Geotecnia. Consta no organograma do Piesem seu nome.

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Excelência, pode constar, mas o nome da gerência não é esse. Agora, eu não estou negando o fato de que havia uma gerência sob minha gestão chamada Gerência de Geotecnia, que era a Gerência de Geotecnia Operacional, e eu estou me responsabilizando por isso. O Gerente dessa Gerência de Geotecnia era o Sr. Renzo Carvalho Albieri.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É porque nesta CPI a gente ouve muito... O Relator fica indignado, a Presidente fica, os colegas ficam.

A gente ouve o tempo todo "isso não é da área técnica, isso não é da geotecnia operacional", quer dizer: então, agora aqui, eu fico numa dúvida: o senhor aqui, neste depoimento, quer nos fazer crer que a pessoa de cargo mais alto na geotecnia operacional simplesmente não existe? Ou existe?

O SR. JOAQUIM TOLEDO – Excelência, na gerência executiva, eu sou o responsável...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então existe?

O SR. JOAQUIM TOLEDO – Joaquim Toledo, sou eu.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então existe? Então existe, é o Sr. Joaquim Toledo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOAQUIM TOLEDO – Isso.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O.K., excelente.

Sabemos então que V. Exa. era o gerente responsável pela Barragem nº 1 da Mina Córrego do Feijão. Pouco importa o nome que se decida dar, a meu ver, ao cargo. V. Sa. foi preso após o rompimento da barragem: sim ou não?

O SR. JOAQUIM TOLEDO – Eu fui preso no dia 15 de fevereiro.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Após o rompimento.

O SR. JOAQUIM TOLEDO – Após o rompimento.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Várias pessoas da área técnica foram presas. O senhor saberia dizer algum diretor que foi preso?

O SR. JOAQUIM TOLEDO – Não foi preso nenhum diretor da Vale.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Nenhum? (*Pausa.*)

O senhor acha que desta vez será diferente e o Judiciário irá aliviar os responsáveis pela morte de centenas de pessoas?

O SR. JOAQUIM TOLEDO – Excelência, as investigações no Ministério Público, na Polícia Federal, no Ministério Público Estadual, na Polícia Civil, é que vão apontar as responsabilidades.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor já ouviu falar no dilema do prisioneiro? Sim ou não?

O SR. JOAQUIM TOLEDO – Não ouvi falar.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É aquela teoria dos jogos. Esse modelo teórico funciona assim, Sr. Joaquim, brasileiros e brasileiras: se todos os acusados se calam, Presidente Rose de Freitas, em tese todos conseguem uma pena menor; mas, se um deles fala, os demais recebem penas maiores e o que fala é absolvido. Uma pessoa da área técnica já falou, e nós aqui ouvimos e sabemos quem é, o Relator tem aí tudo o que ele falou; não vou nem dizer o nome dele. Mas, ainda que ninguém tivesse falado nada, será que o dilema do prisioneiro se aplica a este caso, Sr. Joaquim? Diretores e gerentes da Vale estão repetindo à exaustão que não sabiam de nada, que tudo era responsabilidade da geotecnia operacional – e V. Sa. é da geotecnia operacional. Não seria melhor mudar essa estratégia?

Pergunto para o senhor, por favor.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOAQUIM TOLEDO – É, Excelência, o papel da geotecnia operacional era na atividade de monitoramento e inspeção e deveria estabelecer os níveis de alerta caso houvesse mudança significativa do estado de conservação da barragem. Relativo à auditoria, que é uma atividade que se faz de forma independente, com empresa auditora externa, ela verifica se esses padrões de inspeção foram feitos corretamente e têm a função de fazer o estudo de estabilidade da estrutura, gerando, ao final de toda essa análise, a Declaração de Conformidade de Estabilidade. Por fim...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Sim...

O SR. JOAQUIM TOLEDO – E essa...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pois não, desculpa.

O SR. JOAQUIM TOLEDO – Só um minutinho.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Desculpe.

O SR. JOAQUIM TOLEDO – E essa atividade era feita pela geotecnia corporativa.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Quem eram os geotécnicos e quem era o gerente de geotecnia responsável pela barragem rompida e a quem o gerente de geotecnia se reportava, Sr. Joaquim?

O SR. JOAQUIM TOLEDO – O gerente de geotecnia era o Sr. Renzo Carvalho Albieri, e ele se reportava a mim.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ele se reportava ao senhor.

O SR. JOAQUIM TOLEDO – Isso mesmo.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ele deixou de lhe informar algo a respeito da barragem que se rompeu?

O SR. JOAQUIM TOLEDO – Ele não deixou de informar nada sobre a barragem.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Nada! Ele informou tudo? *(Pausa.)*

O senhor sabia dos riscos da B1, uma vez que foi informado pela Sra. Marilene Lopes desses riscos, conforme demonstrado aqui nesta CPI? O trabalho dela era repassar a informação, e ela o fez.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, V. Sa. alguma vez deixou de informar ao Sr. Silmar Silva algum problema da Barragem nº 1, da Mina Córrego do Feijão?

O SR. JOAQUIM TOLEDO – Não deixei de informar nenhum problema que tivesse levado a um nível de preocupação.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Bem, eu finalizo, Presidente, Relator, Presidente Rose e Relator Viana, aqui rapidamente, em função do que até falei antes, que vi a exaustão do Relator: a gente sente que do mato não vai sair coelho. Esses funcionários da empresa assassina Vale, que repetem em uníssono que não sabiam do risco iminente da ruptura da barragem, soam como calopsitas amestradas, diga-se de passagem, muito bem amestradas por advogados regiamente pagos pela empresa assassina Vale.

Oitiva após oitiva, soberbamente conduzidas pela Sra. Presidente e pelo Sr. Relator desta CPI, nota-se que se desvela a conduta criminoso da Vale, em que pese a dissimulação ensaiada dos depoentes. É fato, nada houve de inesperado no rompimento da Barragem do Córrego do Feijão. Muito pelo contrário, o rompimento foi anunciado com meses, anos de antecedência: fator de segurança em queda, drenos entupidos, fraturamento hidráulico, lençóis empoleirados, sinais de piezômetros, de formação captada por radar, bloco de canga no maciço. Toda essa terminologia técnica significava apenas isto. Significava que a barragem era rigorosamente precária, agonizava, estava em estágio terminal, Presidente!

Quais avisos adicionais do risco iminente de rompimento da barragem a Vale esperava receber?

Ninguém responde.

Uma citação por carta registrada. Não está muito claro. Nada houve de inesperado no rompimento da Barragem do Córrego do Feijão. O rompimento estava anunciado e, portanto, poderia ter sido evitado, sim, ou pelo menos as pessoas poderiam ter sido salvas, se avisadas a tempo. Se o rompimento da barragem não foi inesperado, também não há nada de inesperado na atuação da empresa assassina Vale no crime de Brumadinho.

E concluo: é exatamente o mesmo padrão do crime de Mariana, perpetrado por sua controlada, a Samarco. Afinal, controlada de assassina, e assassina é.

Trata-se da mesma negligência, da mesma imprudência, provocadas não por desconhecimento, certamente que não, são todos técnicos competentíssimos. Os funcionários da Vale que depõem nesta CPI sabiam muito bem o que estavam fazendo ou deixando de fazer. E o mais grave: conheciam perfeitamente as terríveis consequências que seus atos e omissões poderiam ter para centenas de pessoas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, isso não os impediu em prosseguir em sua conduta fria e criminoso até o último e sangüinário evento. Por cobiça e desejo de ascensão profissional, ignoraram a técnica, afastaram a ética e renegaram qualquer sentimento de humanidade ou amizade. Cinicamente, praticaram uma verdadeira roleta russa de lama e rochas com a vida de colegas e subordinados, as pobres vítimas infelizes que trabalharam e morreram sem saber o perigo que corriam. Diante de tamanha perda de vidas, quase 300 trabalhadores e moradores pereceram em Mariana e Brumadinho, chamar, Presidente Rose de Freitas, a Vale de empresa assassina seria minimizar seu crime. A Vale é, isso sim, a meu humilde ver, uma empresa genocida.

Obrigado.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A senhora me permite, Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não. V. Exa. tem a palavra.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu gostaria, para encerrarmos aqui, que o senhor esclarecesse o evento em que a Tractebel se recusou a assinar o laudo de segurança da barragem, a contratação da empresa TÜV SÜD, e porque a Tractebel se recusou naquele momento, qual foi a sua participação naquela tomada de decisão em mudar as empresas de auditoria, por favor.

O SR. JOAQUIM TOLEDO – Excelência, eu não tive nenhuma participação. Toda a gestão de contrato de empresa de auditoria e de revisões periódicas de barragem era feita pela Gerência de Geotecnia.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas eu não estou perguntando sobre a contratação, Sr. Joaquim, eu estou perguntando sobre o resultado, o laudo que eles não queriam assinar, que era sua responsabilidade, da sua equipe. A Tractebel disse: "Eu não vou assinar esse laudo de segurança, porque a barragem não tem os índices necessários" e foi tomada a decisão de contratar outra empresa. O pedido para contratação parte da sua equipe. Qual foi a sua responsabilidade nisso?

O SR. JOAQUIM TOLEDO – Excelência, o pedido de contratação não partiu da minha equipe, nós não participamos dessa decisão da substituição da Tractebel.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E a Tractebel informou para quem que não iria assinar o laudo de segurança da barragem?

O SR. JOAQUIM TOLEDO – A gestão de... A gestão de auditorias, tinha responsabilidade a Gerência... De Geotecnia Corporativa.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É, mas não foi isso o que a Dona Cristina Malheiros nos disse aqui não.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOAQUIM TOLEDO – Nós não participamos.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Quando a Tractebel se recusou a assinar, a Sra. Cristina Malheiros participou com toda a Tractebel do processo de acompanhamento da barragem. Ela tinha plena consciência do que levou. E aí, administrativamente, a auditoria, a empresa passa outra responsabilidade, mas o acompanhamento das informações em campo e técnica era da sua equipe.

O SR. JOAQUIM TOLEDO – A Sra. Cristina Malheiros, em todo processo de auditoria, era uma das pessoas auditadas. Ela deveria apresentar toda e qualquer informação relativa a inspeção e monitoramento que a empresa auditora estava executando.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E esses dados não eram produzidos por sua equipe?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Produzidas pela minha equipe, solicitados pela equipe de geotecnia corporativa através da empresa auditora.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois bem. A sua equipe produziu dados que levaram uma empresa de auditoria a se recusar a assinar um laudo. Quais foram esses dados, Sr. Joaquim?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Excelência, os dados fornecidos à empresa auditora sempre eram os dados dos monitoramentos quinzenais apresentados num sistema interno da Vale chamado Geotech.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E nunca se questionou lá sobre isso ao senhor dizendo "olha, os dados não estão bons. A empresa não quer assinar. Tem alguma coisa errada com relação à barragem. Joaquim, o que está acontecendo lá?" O senhor não foi questionado sobre isso?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Excelência, os dados de monitoramento e inspeção não foram questionados nessa abordagem.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Desculpe-me, Sr. Joaquim. Alguém diz que não vai assinar um laudo. Efetivamente, isso é sobre o seu trabalho, está sob sua responsabilidade profissional técnica. Quando alguém disse "não vou assinar o laudo", isso não o incomodou, não o afligiu na sua responsabilidade profissional? "Não vou assinar o laudo" não acendeu um sinal de alerta? "Puxa, por que será que ele não vai assinar o laudo? Tenho que ver isso. Pode ter, nesse quadro, alguma anomalia. Eu preciso procurar".

Aqui: na ordem, Joaquim Toledo, Gerente Executivo da Geotecnia Operacional. O senhor comandava esse pessoal todo. Aqui embaixo, a Cristina Malheiros disse que dispunha de sete auditores... De dez auditores, semanalmente, para irem até a barragem.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Quando alguém que está trabalhando em conjunto com a sua equipe, com os outros quadros técnicos, diz "não vou assinar o laudo"... Se, aqui, depois dos depoimentos, o Sr. Relator falar "não vou fazer o relatório", esta Comissão toda vai se reunir e vai perguntar "o que está acontecendo?"

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É isso mesmo.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor não perguntou por que ele não iria assinar o laudo? O senhor não se incomodou nada? Nada perturbou o senhor a ponto de o senhor falar "espera aí, assim não dá. Sem laudo?". Ou, então, ao contrário do que nós estamos falando, alguém disse "contrata-se outra empresa. Se essa não quer, alguém fará". O senhor não se incomodou com isso?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Sra. Presidente, a empresa que fazia auditoria tinha independência, ela acessava os dados de monitoramento e inspeção da equipe de geotecnia operacional...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Isso eu entendi.

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – ... e quem geria esse contrato e tinha contato e fazia as decisões junto com a empresa de auditoria era uma equipe de geotecnia corporativa...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Disso que o senhor era chefe.

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – ..., para ter total independência. Não era chefe...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor, pelo menos, não...

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Da geotecnia corporativa eu não era chefe.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Escuta, Sr. Joaquim, quem sou eu para ensinar qualquer coisa? Eu ensinei para os meus filhos. Nem sei se ensinei direito.

Incomoda-me profundamente... O senhor me desculpe, porque eu não costumo emitir juízo de valor. Incomoda-me profundamente. Eu me senti, há alguns dias, não frustrada, porque há um longo caminho percorrido e mais um longo a percorrer... Incomoda-me profundamente ninguém, Senador Kajuru, ter nada a ver com isso.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Por isso eu dei oportunidade a ele, não é? Porque quem falar, na minha opinião, Relator Carlos Viana, quem falar será absolvido. Só que ninguém fala. Então que se preparem. Todo mundo vai dormir na cadeia mesmo.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu quero, inclusive, depois, fazer uma reunião, Sr. Relator e Senador Kajuru, acerca do procedimento que nós estamos adotando. Eu acho que nós estamos beneficiando essas pessoas, na medida em que elas estão investidas de *habeas corpus*, chegam aqui, se dispõem a falar, falam o que querem e nós ouvimos, e, muitas vezes, de uma maneira revoltada. Então, talvez seja o caso de não permitir que aqueles que estão com *habeas corpus*, se querem permanecer em silêncio... Deixemos que a Polícia Federal, o Ministério Público, o Poder Judiciário como um todo ajam em cima dessas pessoas, porque isso aqui não é só de incomodar, é de doer mesmo.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É de doer. Mas, Presidente, V. Exa. tem muito mais experiência do que eu, do que o Relator Viana, parlamentar. Mas eu penso que nessa hora a gente tem que fazer uma reflexão e tratar cada um que vem aqui da mesma forma que eles nos tratam. Comigo é assim: se o sujeito é frio comigo, eu sou frio com ele também. É quente? Eu sou quente também.

Por exemplo, o Sr. Joaquim informou aqui que está afastado da empresa.

Mas o senhor recebe salário da empresa Vale, não recebe?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Sim, recebo meus direitos trabalhistas.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Olhem aí, recebe o salário dele, mas está afastado.

O seu advogado a Vale é quem paga?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – É praxe da empresa...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – É praxe, não é?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – ... oferecer advogados quando o assunto for relacionado ao trabalho.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu fico muito feliz com as respostas. Tenho certeza de que o Relator também. Ele aproveitará bem essas respostas e saberá fazer um relatório cirúrgico.

Porque, senão, Presidente, a gente vai... Eu acho até que a gente pode ver uma forma, como a senhora tinha até conversado conosco, e o Senador Randolfe estava aqui, prometeu até voltar, talvez vá





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chegar aqui daqui a pouco, a gente pode até ter uma estratégia, daqui para a frente, diferente daquelas que já pensamos aqui: a acareação, a nossa presença lá. Mas ouvi-los desta forma, como eu disse aqui, cínica, calopsitas amestradas, não é?, para mim faz bem. Eu me sinto bem demais. O Relator está tranquilo. Se eu fosse o Relator, eu indiciaria aqui 99,9%. Aliás, eu só não indiciaria o Sr. Felipe, para ser mais claro.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Só para que eu possa completar aqui uma informação, Sr. Joaquim, antes que a Presidente tome a decisão de liberá-lo: foi dito aqui nesta CPI pelos vários representantes, inclusive pelo Presidente, Sr. Poppinga, que todos os relatórios referentes ao sistema operacional eram validados pelo corpo técnico local e enviados para a diretoria. O senhor, como um dos cargos mais altos ali em Brumadinho, participou da validação dos documentos dos relatórios?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Excelência, quais relatórios?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sobre as condições da barragem, as questões de segurança, para serem levadas, para serem tomadas as decisões. O senhor validou os dados que a sua equipe produziu e que foram entregues à auditoria?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – A empresa auditora tinha a total independência de fazer o relatório...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não. Eu perguntei se o senhor validou os dados que a sua equipe produziu e que foram entregues para a auditoria?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Inclusive, a Sra. Cristina Malheiros disse que mandava em campo dez fiscais permanentemente para auditar as barragens e oferecer subsídios.

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Pode responder, Sra. Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Excelência, os dados relativos à inspeção e monitoramento da estrutura foram, sim, validados pela Sra. Cristina Malheiros, que era a RT da Barragem B1.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E o senhor participou dessa validação dos dados?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Não participei da validação.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas como? – se ela era subordinada ao senhor.

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Ela tinha essa função de produzir essa informação e verificar, porque ela é responsável técnica por esses dados.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois é, mas ela... E aqui já fazendo... Ela tinha o Sr. Renzo, que era o superior dela, e o senhor, que era o superior do Sr. Renzo...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O Renzo e os demais...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... O senhor não participava dessas decisões?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – A auditoria era uma das formas que a gestão tinha...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Joaquim...

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – ... de verificar que os dados registrados eram verdadeiros e corretos.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Joaquim, por favor. O senhor almoçava no refeitório da Vale? O senhor almoçava lá em Brumadinho?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Eu já almocei no...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor, quando almoçava lá, não olhava para a barragem quando estava entrando e falava assim: "Olha, minha equipe está monitorando aqui desde junho; essa barragem tem um problema grave; essa barragem é mais terrível do que eu imagino"? Os dados que sua equipe colocou indisponíveis fizeram com que uma empresa de auditoria fosse substituída por outra. O senhor em momento algum teve medo de acontecer alguma coisa ali em Brumadinho, Sr. Joaquim?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Pelo monitoramento, Excelência, do que estava a estrutura, ela se encontrava sem nenhuma intercorrência e sem mudança de estado de conservação desde o evento do dia... Do evento DHP 15.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Presidente, muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor gostaria realmente que nós acreditássemos em tudo isso? Que, de repente, quem deveria assinar os laudos que a Sra. Cristina assinava, esses relatórios ficavam aqui, não passavam para lugar nenhum, o Renzo não tomava conhecimento, o senhor não sabia, e a só a Sra. Cristina auditava? Ela negou aqui.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E os únicos responsáveis morreram...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ela negou aqui. Lembra que ela negou?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Lembro e tenho a cópia do que ela falou aqui.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ela disse que não houve tempo nem de produzir o relatório porque...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E os únicos responsáveis até agora foram os que morreram.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Só. Por isso é que eu falei aquele dia: os culpados, então, são os mortos; vamos fazer uma CPI em sessão espírita.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu gostaria até de fazer uma pergunta interessante aqui: a seu ver, Sr. Joaquim, quais os indicadores de monitoramento deveriam estar disponíveis em tempo real para a sociedade? Uma empresa moderna, uma empresa que se preocupa com a população, inserida no contexto econômico do País e fora dele também: quais são esses indicadores que o senhor acha, de monitoramento, que deveriam estar à disposição da sociedade?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Sra. Presidente, para as barragens de dano potencial alto e construídas pelo método de montante, serão feitas até o período de junho... Até maio, são dois anos após a publicação da portaria, todo o trabalho de monitoramento piezométrico será disponibilizado diariamente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor fala daqui para frente, o senhor não está falando lá trás. O que deveria estar à disposição da sociedade permanentemente?

O SR. JOAQUIM PEDRO DE TOLEDO – Estavam em implantação os dados de monitoramento automáticos dessas estruturas, e eles têm o prazo de execução e instalação até maio de 2019.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Antes, não havia a preocupação, a empresa não tinha a preocupação se havia indicadores que poderiam servir para a sociedade de instrumento de formação para que pudesse prevenir. O senhor achava que, tendo isso, a população poderia entrar em pânico pelos dados que os senhores tinham e que não eram fornecidos a ninguém, não eram repassados a ninguém ou eram repassados entre os senhores e não eram colocados publicamente para ninguém?

O SR. JOAQUIM TOLEDO – Sra. Presidente, a gente cumpria o que era importante e responsável para a manutenção da segurança da estrutura, conforme os procedimentos vigentes de engenharia.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – No caso da falha desses instrumentos, qual era a atitude? Assim, qual que é a ação preventiva que tinha a Vale em relação à falha de quaisquer desses instrumentos de medição dos riscos dessa barragem? O que tinha de instrumento?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JOAQUIM TOLEDO – Sra. Presidente, essa barragem era instrumentada com 90 piezômetros, indicadores de nível d'água, instrumentada com inclinômetros que são equipamentos que medem deslocamentos, marcos topográficos que também medem deslocamentos e deformações e com isso era feito o monitoramento conforme o manual operativo dessa estrutura.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – E não tinha nada de ação preventiva caso falhasse um desses piezômetros, tudo isso que o senhor citou que eram instrumentos extremamente importantes para a medição da barragem? Falhou. Não tinha nenhuma ação preventiva para nada?

Nós chegamos a essa fatalidade – fatalidade, ô palavra que não dá para falar nunca, não é? –, nós chegamos a essa drástica situação que aconteceu com essa barragem e não teve nada em determinado momento que alertasse com tudo que tinham: *e-mails* um para o outro, alguém dizendo que não podia, uma empresa multinacional que estava lá e que falou: "Olha, eu não vou investir nesse negócio, não, porque isso não tá bom" ou então: "Eu acho que os relatórios não estão chegando a contento, nós precisamos saber algo mais sobre essas barragens". Não tinha nada, nenhuma ação preventiva. Ninguém parou dentro de uma sala, tipo nós vamos fazer daqui a pouco, e falou: "Espera. Não está funcionando direito a nossa engrenagem para a proteção da empresa e do povo" porque só proteger a empresa não é possível.

Está demonstrado aí o que aconteceu com as vidas das pessoas na cidade. O que pode acontecer... Acabou de chegar uma manchete aqui que dizia que, no caso dessa Barragem Córrego, podem ser mais graves as consequências do que a Vale está estimando. Então, nesse momento, aconteceram várias coisas que nos levam a estar falando sobre esse assunto, mas, antes disso, ninguém falou nada, ninguém ouviu nada, ninguém sabe nada, ninguém tem responsabilidade.

Eu sei que o Kajuru, que está sentado ali, Senador, tem a responsabilidade de participar, produzir o seu relatório, testemunhar, caso necessário, do trabalho que o Carlos e eu estamos fazendo, mas na Vale, não, é tudo equidistante. Quem fez o relatório o outro não sabia, quem assinou os laudos... E o pessoal que ia campo, quando voltava, eu perguntei: "Dra. Cristina, essas pessoas que iam a campo produziam relatório?". "Não deu tempo de produzir", e houve tudo isso que aconteceu.

Agora, eu só queria saber: não existe nenhuma... Quer dizer, nós vamos ficar correndo todo dia atrás permanentemente de cuidar de salvar as pessoas da sua cidade. Pensa nisso, Sr. Joaquim. As pessoas construíram suas vidas ali, não em função do investimento da Vale, mas também em função disso. A cidade se ampliou, os investimentos foram para a cidade.

De repente, as pessoas são sobrestadas da sua realidade. Elas saem de lá e não têm casa. Conheço uma jovem que está lá em Belo Horizonte perdida. Perdeu o pai e a mãe, colocaram-na num hotel. Ela não sabe para aonde vai, não tem como voltar à escola porque a escola foi embora. A saúde



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

dela...Psicologicamente está totalmente desnorreada, abalada. Vi o relatório, ouvi o depoimento, ouvi a gravação. É de comover.

Penso que, de repente, com todo mundo muito confortável em seus cargos, recebendo seus salários. "Veio o relatório? Não veio. Veio a auditoria? Não veio. Ou veio e alguém falou "deixe isso para depois". E as vidas das pessoas se acabaram, as vidas se acabaram. Não tem um momento sequer...Quem sou eu para clamar pela sua consciência, Sr. Joaquim! Não quero fazer. Tenho que dar conta da minha. Como sou uma representante pública tenho que dar conta dela publicamente. Não posso ser Rosilda de Freitas como em meu CPF. Sou Rosilda de Freitas, Senadora do Estado do Espírito Santo, com compromisso com o País. O senhor, em nenhum momento, fala assim: puxa vida, sou aquele...Está aqui: Sr. Joaquim Toledo, Gerente Executivo da Geotecnia Operacional. Em nenhum momento o senhor fala assim: eu podia ter feito isso, eu falhei.

Na verdade, o que o Senador Jaburu diz a todo o momento...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Kajuru.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não me mate por isso. Já falei que meu filho nasceu e eu o chamava de Rafael durante seis meses. Eu falei: minha mãe, ele não me responde. Ela me disse: "Claro, ele se chama Gabriel, não se chama Rafael". Então, eu troco os nomes, o senhor me perdoa, por favor.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O que me basta é que sua filha gosta de mim, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois é!

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – E ela nunca fala Jaburu. Ela fala Kajuru.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor conseguiu deixar-me suando frio aqui. Viu!

Então, é isso. Em nenhum momento...Era isso o que o Senador Kajuru desejava ouvir, talvez muitos de nós, talvez quem esteja nos ouvindo: "Eu erre, eu falhei, eu contribuí sem querer."

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu fiz uma boa gestão.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Mas "eu falhei." Não, uma boa gestão não levaria a isso. Não é possível.

Vou encerrar essa oitiva dizendo ao senhor que eu não durmo mais desde que assumi esta Presidência. Sou mineira, nasci em Caratinga e também sou Senadora pelo Espírito Santo. O senhor não



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

imagina como é difícil quando chegam as manifestações das pessoas dizendo: "Senadora, não vai poder ser feito nada no final?" Sendo que o final ao que ela está se referindo é o desta CPI, mas o final aconteceu antes. O final, Sr. Joaquim, aconteceu quando aquela lama desceu levando todas aquelas vidas.

Até hoje uma coisa que me assusta, sobremaneira, Senador Kajuru, é a construção do refeitório. Como é que ninguém, ninguém, ninguém, Senador Relator, pensou, em determinado momento, que um acidente, que um equívoco, uma omissão, um desleixo, uma irresponsabilidade, poderia levar aquela lama a destruir tudo aquilo. Não falo das plantações, não vou falar dos animais, mas das vidas, das vidas. Não é possível que o senhor saia de tudo o que viu aqui e alguém diga lá na frente – e é possível que aconteça, não quero estabelecer: "Poxa, o senhor se saiu bem." Não podem fazer, a Presidente não pode dar-lhe ordem de prisão porque o senhor está resguardado pelo *habeas corpus*. "Eu me saí bem, eu coloquei tudo de uma maneira que não vão me pegar".

Eu não sei, eu não sei.

Nós vamos trabalhar muito para que a gente encontre...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Mas se estiver achando isso, está achando com "x".

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... as pessoas responsáveis e que elas possam responder por isso, senão o meu mandato não terá valido a pena. Não terá!

Quero que o senhor saiba que eu não sou candidata à reeleição, estou no oitavo mandato, mas é difícil querer acabar um processo como esse deixando uma lacuna vazia nesse contexto que ceifou vidas, provocou uma indignação.

Eu não quero que a Vale acabe não, eu não quero que a Vale acabe não. Ela é importante para este País e para fora deste País, para os investimentos, mas eu quero que ela seja uma empresa decente, humana – humana! E que ela não lave as mãos e queira contratar por milhões e milhões de reais advogados competentes que possam livrá-los da culpa que os senhores realmente têm – que os senhores realmente têm!

É isso!

Vamos suspender a sessão por cinco minutos.

Está encerrada essa oitiva.

(Suspensa às 15 horas e 31 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 37 minutos.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Declaro reabertos os trabalhos da CPI.

Antes de iniciarmos o depoimento do Sr. Luciano Siani Pires, informo ao depoente e ao Plenário que, mais uma vez, recebemos uma decisão proferida nos autos do HC 170414, em seu favor, que assegura o direito de permanecer em silêncio, de ser assistido por advogado, de não ser submetido a compromisso de falar a verdade ou subscrever termo com esse conteúdo e de não sofrer constrangimento decorrente do exercício desses direitos.

Kajuru, outra vez. *(Pausa.)*

Após a reunião realizada com o Senador Kajuru – nunca mais vou errar o seu nome – e o Senador Carlos Viana, Relator da CPI, eu gostaria que fosse convidado também a vir a este Plenário o Sr. Lúcio Cavalli, ex-Diretor de Planejamento e Desenvolvimento de Ferrosos e Carvão da Vale.

Por favor, vocês poderiam trazer os dois aqui à CPI? *(Pausa.)*

Vou consultar os nobres Senadores.

Eu gostaria... Nós tivemos aqui conhecimento, Sr. Luciano Siani, tomamos ciência aqui da decisão proferida nos autos do HC 170414, em seu favor, que assegura o direito de permanecer em silêncio, de ser assistido por advogado, de não ser submetido a compromisso de falar a verdade ou subscrever termos, não sofrer qualquer constrangimento nem qualquer coisa que tenha conteúdo decorrente do exercício desses direitos.

O Sr. Luciano Pires também acaba de comunicar que está amparado pelo habeas corpus. E, após me reunir com meus companheiros e consultá-los, eu queria dizer que, em absoluto protesto, nós tomamos a decisão de não colher os depoimentos dos senhores, porque, ainda que investido do *habeas corpus*, que lhe assegura chegar e, instado pelas perguntas ou por livre arbítrio, prestar os depoimentos, nós fomos cerceados durante todo esse tempo – todo esse tempo – e ficamos à mercê de todas as declarações que aqui houve, e a última, o último depoimento realizado aqui, senhores e senhoras, foi um depoimento, ainda que nós não queiramos assumir, não somos donos da verdade, absolutamente mentiroso. Absolutamente mentiroso, absurdamente mentiroso.

Nós tivemos aqui declarações...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Mas foi muito útil para as nossas conclusões.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Com certeza.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Principalmente para o Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – E para não termos aqui mais uma vez uma cena... Nós entendemos... Eu não sou advogada, estudei até o quinto período de Direito, mas há aqui pessoas da área do Direito e várias que nós consultamos. O expediente usado pelos senhores e pelas senhoras que aqui compareceram, inclusive a Sra. Cristina Malheiros, se não estou enganada, e ela tinha constatações tão óbvias... Acabamos de ouvir a pessoa que aqui esteve falando que todos os laudos foram assinados pela Sra. Cristina, e ele, que estava acima do Sr. Renzo, que era o diretor imediato de todos eles, não sabia, não viu, nem ouviu falar.

Então, eu queria dispensá-los. Acho que os senhores não vão ter o trabalho de ficar exercitando a memória ao lado dos seus advogados, profissionais com certeza gabaritados e caros, para que possam aqui...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pagos pela Vale.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Para nós tentarmos de todas as maneiras extrairmos um fato contundente, a favor dessa CPI, da apuração dos fatos... Eu tenho certeza, os senhores têm consciência da gravidade por que passou o País e que passará nas próximas horas. Os senhores tenham certeza de que nós ficaríamos aqui sentados mais quatro, cinco horas, para extrair, tentar extrair qualquer depoimento que pudesse se somar a todos os relatórios que estão sendo efetivamente construídos pelo nosso Relator.

Nós trabalharemos, na fase final desta CPI, com a Polícia Federal e o Ministério Público, e teremos condições inclusive de checar informação por informação, embora todos estejam escudados aqui pelo *habeas corpus* que foi deferido pelo STF.

Portanto, quero dispensá-los, não sem agradecer por estarem aqui, por terem vindo aqui. O Sr. Lucio Cavalli é Diretor, foi Diretor de Planejamento e Desenvolvimento de Ferrosos e Carvão da Vale, e o Sr. Luciano Siani Pires, Diretor-Executivo de Finanças e Relação com Investidores da Vale S.A.

Eu passo a palavra para o Relator.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sra. Presidente, nós temos, nesses últimos dias, debatido muito a questão inclusive da fase final para o relatório, temos conversado muito com relação a todos os detalhes, e ainda que os presentes, que aqueles que até o momento aceitaram colaborar, em termos, com esta CPI, tenham negado, as provas técnicas são muito diferentes daquilo que tem sido apresentado aqui nos depoimentos. A troca de *e-mails*, as confirmações periciais, os relatórios técnicos, todos apontam claramente para a responsabilidade comum e naturalmente uma responsabilidade que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

será dividida por cada um dentro daquilo que a Justiça brasileira entender e que essa CPI irá levar adiante.

Nós temos como prova principal 287 mortos, essa é a prova principal, uma prova que não deixa dúvida nenhuma de que nós temos a responsabilidade sobre a morte daquelas pessoas assumida por informações que não foram colocadas da maneira correta nem tratadas da maneira devida. Os senhores tenham certeza absoluta de que, apesar de tudo que foi feito – das limitações que nos impôs aqui o Supremo Tribunal Federal, das limitações que têm sido colocadas às CPIs, nós hoje temos uma série de instrumentos que não podemos mais utilizar –, isso tudo vem cerceando o nosso trabalho, mas há uma disposição muito grande da nossa equipe, dos Senadores, desta relatoria em dar uma resposta à sociedade.

Aqui nós temos o acompanhamento direto de um delegado da Polícia Federal, que nos tem sido extremamente útil; nós temos a colaboração da força-tarefa, em Minas Gerais, que nos tem mantido constantemente informados; nós temos a Procuradoria da República, que tem tratado conosco de uma maneira ímpar e com todas essas autoridades estamos de mãos dadas para que a CPI e a tragédia de Brumadinho não fiquem sem uma resposta. Os senhores tenham certeza de que, inclusive, há no Brasil hoje já instrumentos jurídicos suficientes para que a gente possa declarar perante juízo a responsabilidade de cada um por uma série de situações, inclusive, uma muito conhecida em nosso País, que é o chamado domínio do fato.

Essas questões nós estamos analisando com muito cuidado e os senhores tenham certeza absoluta, nas próximas semanas, dia 2 de julho, nós entregaremos esse relatório embasado e principalmente com as respostas que nós queremos. Quanto à questão criminal, que é sempre muito cobrada pela sociedade, há um trabalho muito bem feito da Polícia Federal, do Ministério Público e da Polícia Civil de Minas Gerais – que preciso aqui destacar –, já muito claro sobre as questões. Porque nós não estamos tratando com uma empresa primária, nós estamos tratando com uma empresa que já tinha uma experiência anterior e que, diante dessa experiência anterior, com 20 mortos, não caminhou corretamente para evitar que outras quase 300 morressem. Isso, no meu entendimento, já é ponto muito importante, ponto fundamental na decisão da Justiça futuramente, em qualquer tipo de pronunciamento e decisão.

Então, agradeço à Presidente, reitero aqui o meu protesto. Nós vamos liberar esses dois, porque pouco vai adiantar, muito bem treinados pelos advogados – Senador Kajuru –, e nós vamos aqui apenas amassar o barro, como dizem em minha terra, nós vamos ficar amassando o barro aqui diante de pessoas que dizem que não sabem, que não participaram, mas com a confirmação – toda ela técnica – de que uma empresa distribuía os relatórios, as informações, e eles eram de conhecimento de todos, pelo menos por *e-mail*. Assinavam, inclusive, validavam esses relatórios, entregavam às autoridades brasileiras e agora vão assumir a sua responsabilidade, de acordo com o que a Justiça determinar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Queremos reafirmar que esse trabalho será concluído. Não tenha ninguém a dúvida de que isso acontecerá. Nós vamos ter reuniões em conjunto com outras instituições que podem nos ajudar até para confrontarmos os depoimentos numa CPI de que "não vi, não ouvi e não falei". Ainda assim, desse comportamento, ainda que com todos os *habeas corpus* do mundo, não vai ser evitada a conclusão dos trabalhos que aqui foram e continuarão sendo realizados.

O senhor gostaria de falar alguma coisa, Senador?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Rapidamente, Sra. Presidente Rose, registrar aqui um momento único em que meu afilhado de 8 anos de idade, Gabriel, neste final de semana, chegou a mim e disse: "Padrinho, *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal também se compra?" Eu falei: "Meu filho, eu não tenho prova, não posso falar ainda." Aí, ele falou assim: "Padrinho, existe almoço de graça?" E eu comecei a rir do meu afilhado.

Então, é lamentável. Sua postura está correta. O Relator Carlos Viana concordou e eu também. Eu só não concordo com aquele momento seu de pessoa mais sensata, talvez, mais ser humano do que eu. Eu sou muito frio, sou meio Raul Seixas: não acredito em quase nada, em quase ninguém. Então, a cada reunião desta CPI, a minha conclusão é de que... V. Exa. colocou que a empresa Vale, para a senhora, não deve acabar. Para mim, ela não deve acabar, deve morrer! Eu quero vê-la morta, falida! Acabada, não! Morta, falida! Porque ela não cometeu assassinato, ela é uma empresa genocida. A cada reunião que nós temos aqui, essa é a conclusão nua e crua não só nossa, mas da sociedade brasileira. Pode sair às ruas, fazer pesquisas e ouvir. Uma empresa genocida, essa é a realidade fria!

O Relator disse: não é uma empresa primária. Realmente, não é. É uma empresa primata.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O Brasil contribuiu muito com essa empresa, Senador Kajuru. Eu estou aqui há 32 anos...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Mas ela não contribuiu em nada com o Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ela vai ter que mudar a postura dela, e o Brasil tem que aprender a cobrar. Os secretários de meio ambiente, os diretores, as agências têm que assumir as suas responsabilidades, o que não fizeram durante esse processo.

Mas aqui nós queremos que a Vale mude, porque o que ela fez, realmente, é criminoso. Não há nada que justifique.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de dizer, Senador Kajuru, que há aqui um requerimento de acareação entre o ex-Presidente da Vale Fábio Schvartsman; o ex-Diretor de Operações do Corredor Sudeste da Vale Silmar Magalhães Silva; o ex-Diretor Executivo de Ferrosos e Carvão da Vale Gerd Poppinga; o Gerente Executivo de Geotecnia Operacional da Vale Joaquim Pedro de Tolêdo, que acabou de prestar – eu não vou chamar de depoimento – esclarecimentos que considerava irrefutáveis; o Gerente Executivo Operacional da Vale no Complexo Minerário de Paraopeba Rodrigo Artur Gomes de Melo; e o funcionário do Setor de Gestão de Risco Geotécnico da Vale Felipe Figueiredo Rocha.

Eu vou colocar em votação porque o quórum permite que isso se faça para que nós possamos construir esse cenário de acareação e concluamos, junto com o nosso ilustre Relator, os trabalhos desta CPI.

Eu coloco em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão e coloco em votação.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor, como advogado, não tem direito de falar.

Estou num processo de votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Antes de encerrarmos, coloco em votação as Atas da 8ª e da 9ª Reuniões, solicitando a dispensa da leitura.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Estão aprovadas.

Quero explicar, antes de mais nada, concluindo a reunião, que nós entendemos tudo o que se passou aqui. Nós conversamos várias vezes sobre isso com vários membros desta CPI – com os que estiveram e com os que não estiveram aqui. Nós entendemos o que significou o *habeas corpus*, entendemos o que significou, apesar do *habeas corpus*, a garantia do direito ao silêncio. Nós entendemos por que falaram, com que objetivo falaram, e, por isso mesmo é que nós estamos dispensando os dois depoimentos deste dia.

Está encerrada a reunião.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Iniciada às 13 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 54 minutos.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO DA CPI DE BRUMADINHO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e cinquenta e quatro minutos do dia vinte e três de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Senadora Rose de Freitas, reúne-se a CPI de Brumadinho com a presença dos Senadores Antonio Anastasia, Dário Berger, Jorge Kajuru, Jaques Wagner, Wellington Fagundes, Carlos Viana, Otto Alencar, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Marcos do Val, Acir Gurgacz, Arolde de Oliveira e Marcelo Castro. Deixam de comparecer os Senadores Juíza Selma, Mecias de Jesus e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva.** **Finalidade:** Coleta de depoimentos. Oitiva do Victor Hugo Froner Bicca, em atendimento ao requerimento 33/2019; do Germano Luis Gomes Vieira, em atendimento ao requerimento 34/2019. **Resultado:** Oitivas realizadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Rose de Freitas

Presidente da CPI de Brumadinho

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/05/23>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

(Texto com revisão.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 21, de 2019, para apurar as causas do rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, da Empresa de Mineração Vale, em Brumadinho, e outras barragens.

Conforme convocação, a presente reunião é destinada à oitiva dos seguintes convidados... E, nessa condição, não são testemunhas, são depoentes. Consulto o Senador Kajuru e o Senador Relator se é possível ouvi-los juntos. Trata-se do Sr. Victor Hugo Froner Bicca, Diretor Geral da Agência Nacional de Mineração, que eu peço que seja introduzido à mesa. E o Sr. Germano Luis Gomes Vieira, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, que também peço seja conduzido à mesa. *(Pausa.)*

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pela ordem, Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Pela ordem.) – Presidente Rose de Freitas, Relator Carlos Viana, senhoras e senhores, e brasileiros, estou diante de um texto, após decisão tomada ontem, às 9h10 da noite, pelo inimigo nº 1 da Pátria amada e unanimidade nacional, Ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal. Pasmem com a decisão dele.

O que vem acontecendo aqui em nossa CPI, constantemente, é a vinda de convocados com *habeas corpus*, porém nos oferecendo, como colaboradores, o direito de pelo menos falar, mas não falar o que a Nação gostaria de ouvir – sempre não culpam ninguém, especialmente a Vale e seus colegas diretores. Agora, o Ministro Gilmar Mendes decidiu, em relação à Câmara, Relator Carlos Viana, que convocados por nós, obtendo o *habeas corpus*, também não deverão comparecer aqui.

Então, nós estamos na reta final do nosso trabalho. Aqui é apenas uma sugestão para que otimizemos os nossos trabalhos, tomemos uma decisão, porque, se ele fez isso com um convocado que iria para a Câmara, ele fará também conosco, a partir de agora. Palavras dele: "Ministro Gilmar Mendes afirma que fazer investigado ir, mesmo ele podendo ficar em silêncio, serve como abuso de investigação".



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pode repetir, por favor?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ministro Gilmar Mendes, ontem, às 9h10 da noite, afirma que fazer investigado ir à CPI de Brumadinho, mesmo ele podendo ficar em silêncio, serve como abuso de investigação.

Então, ele determinou que o funcionário da Empresa Tüd Süd Vinícius da Mota Wedekin não comparecesse à CPI de Brumadinho, lá na Câmara Federal. Ou seja, é o que nos espera daqui para frente, nos últimos convocados que nós temos, inclusive aqueles que aprovamos na reunião de anteontem para acareação. É o que vem por aí. Esse é o Ministro Gilmar Mendes.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu queria registrar...

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... a presença dos Senadores Dário Berger e Wellington Fagundes, a quem agradecemos.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Só um esclarecimento para eu entender a rotina da nossa Comissão: eu queria saber se os nossos convidados são considerados investigados, nesse momento, ou não? Esses não?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eles são depoentes.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – São depoentes. Para esclarecer...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Todas as dúvidas...

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... as dúvidas que porventura parem ainda...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... e os procedimentos.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... a respeito dos procedimentos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está o.k. Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

Sobre as palavras do Senador Kajuru, vale salientar que nós vamos fazer uma consulta... Há controvérsias. Antes da acareação, que era um ponto importante, essa decisão nos coloca numa situação bastante limitada. Mas não foi diferente durante todo o processo. Estabeleceram uma estratégia, Senador Wellington, de que os depoentes, depois transformados em testemunhas, não poderiam, em nenhuma hipótese, mentir diante desta Comissão. No entanto, eles vinham amparados por *habeas corpus* que dizia que eles não seriam obrigados a dizer a verdade, mas, no entanto, eles manifestaram a intenção de falar porque eles tinham *habeas corpus*.

Nós todos entendemos. Aqui não há nenhuma pessoa com incapacidade mental para não entender a estratégia que foi montada, e dela buscamos extrair todos os depoimentos que seriam extremamente importantes para o relatório do Senador Carlos Viana.

No entanto, às vésperas da acareação, que aconteceria na terça-feira, essa decisão do Ministro do Supremo Gilmar Mendes coloca uma situação de absoluta restrição, porque nós não queremos fazer aqui um palco em que se colocam as pessoas umas com as outras, para obter uma acareação, e elas agora não são nem obrigadas a comparecer.

Vamos consultar o Jurídico da Casa, porque não sabemos se ele pode ultrapassar aquilo que é um direito da CPI. Mas vamos consultar e daremos a resposta até o final.

Eu gostaria de dizer que se encontram aqui – para os que chegaram agora – o Sr. Victor Hugo Froner Bicca, Diretor Geral da Agência Nacional de Mineração, e o Sr. Germano Luis Gomes Vieira, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais. Eles se encontram à disposição do Relator.

Vamos alternar as perguntas do Relator com as de cada um dos Senadores presentes, se estiverem de acordo.

Os esclarecimentos que ora ouviremos são extremamente importantes para a elaboração do relatório final pelo nosso Senador.

Com a palavra o Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O meu bom-dia a todos os presentes e a todas as presentes também. Saúdo os Senadores. Muito obrigado pela presença, Senador Wellington; Senador Berger, é um prazer. O Kajuru está sempre conosco também. Saúdo as nossas testemunhas, que, na verdade, são convidados e se dispuseram a vir. São muito bem recebidos, e as informações serão necessárias.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero saudar também aqui as procuradoras do meu Estado de Minas Gerais, que estão presentes conosco acompanhando, e que têm, Senador Kajuru, Senador Wellington, acompanhado inclusive as nossas reuniões, têm feito as avaliações e podem ter certeza de que temos sido aprovados, não é, procuradoras? O trabalho desta CPI tem sido reconhecido pelo Ministério Público.

Eu quero fazer aqui, de pronto, mais uma vez um agradecimento a toda a força-tarefa de Minas Gerais, que tem colaborado, de uma maneira muito especial e profícua, com o Senado na questão da CPI. A Promotora Andressa Lanchotti tem feito um trabalho muito profissional. Agradeço ao nosso Procurador Dr. Sérgio Tonet, uma pessoa muito séria, um dos quadros mais representativos que temos no Ministério Público do Estado de Minas Gerais, hoje como nosso comandante lá da Procuradoria. O nosso agradecimento a todos.

Há pouco, nós tivemos, Presidente Rose, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, uma reunião, uma convocação do Ministro Bento Albuquerque, o Almirante que veio de Minas e Energia nos falar sobre as medidas que o Governo Federal vem tomando em relação ao que aconteceu lá em Brumadinho e também ao que vem sendo colocado para a questão de Gongo Soco, que hoje é a nossa principal preocupação.

Ele produziu um documento – que vou pedir à minha equipe e inclusive à equipe da Secretaria que, por favor, disponibilize a todos os Srs. Senadores – com relação às competências, à segurança de barragens, às ações. Todos os dados que foram feitos na Resolução da ANM estão muito bem esclarecidos para os senhores terem uma ideia.

E, com muita satisfação, Senadora Rose, eu pude observar, Secretário Germano, Sr. Bicca, que o Ministério está *pari passu* com todas as nossas propostas que até o momento nós já elencamos como as principais, para que outras pessoas não morram mais dentro da mineração. O Ministério de Minas e Energia está atento. Inclusive, na resolução da ANM, estão várias propostas que nós pretendemos apresentar em conjunto, todos os Senadores da CPI, para a questão do vácuo legal que nós temos no Brasil.

Estávamos conversando há pouco com as procuradoras que o hábito de jogar para o Estado a responsabilidade tem uma base; é um limbo jurídico que nós temos no País, uma fragilidade do arcabouço legal brasileiro. Isso permite que pessoas que cometeram crimes, que foram omissas, que deram declarações ideologicamente falsas possam, no âmbito da defesa, dizer que o Estado é o responsável. E, na verdade, o que nós temos em vários momentos é uma fragilidade da legislação, que permite esse tipo de argumentação.

Agora, diante de uma situação como essa em que o Ministro Gilmar Mendes nos brinda com essa decisão que eu considero uma intromissão nos trabalhos do Parlamento, porque, ao determinar que uma pessoa não seja obrigada a vir, ele nos tira inclusive a possibilidade de continuar com o devido





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processo legal, que é a pessoa ser ouvida para que posteriormente ela possa ser, dentro da nossa proposta de relatório, indiciada ou não. Se ela não vem, se ela não participa, a possibilidade de indiciamento dessa pessoa se torna cada vez mais remota e vai diminuindo a possibilidade de se apontarem, por parte de uma CPI, as responsabilidades e aqueles que cometeram os crimes.

Infelizmente... Eu caminho com o Senador Kajuru, lamento a decisão do Ministro Gilmar Mendes e digo que o Supremo Tribunal Federal tem todo o nosso respeito, tem toda a nossa consideração, mas as decisões que estão sendo tomadas, também dentro de um vácuo legal, estão invadindo a competência do Parlamento. E nós precisamos deixar um recado muito claro de que o Senado é a Casa onde nós colocaremos fim a esse tipo de atitude, se não houver por parte do Supremo uma própria consideração ou uma reflexão sobre onde está o limite do trabalho dos Ministros do Supremo, porque todos nós estamos debaixo de disciplina neste País; nós, da disciplina do povo; e eles, da disciplina da Constituição.

O Supremo hoje pode colaborar muito com o Brasil fazendo uma avaliação de qual é o limite na atuação dos Ministros. Essa visão de que a Justiça deve dar uma resposta em toda situação nós precisamos mudar! Até, se for preciso, Senadora, na lei. Nós podemos criar, aqui nesta Casa, uma proposta de emenda constitucional dizendo claramente que, em situações em que o Supremo não tenha uma legislação, ele se sinta impedido de julgar e devolva ao Parlamento com um prazo devido.

Fica aqui uma proposta, Senador Kajuru, de colocarmos um limite, dizendo que, onde houver dúvida sobre a questão legal, o Supremo não pode dar uma resposta, determinando-se o retorno ao Parlamento; e nós, com um determinado prazo, temos que dar resposta à sociedade sobre aquela questão. Assim, os Poderes começam a se equilibrar mais uma vez.

Diante disso, estão todos recebendo já o relatório do Ministério de Minas e Energia, que eu entendo muito interessante, para que os senhores possam acompanhar conosco.

Vamos começar pelo Sr. Bicca, que fez uma solicitação para que possa – como disse a Presidente – ser ouvido primeiramente.

Sr. Bicca, depois do desastre de Brumadinho, a Agência Nacional de Mineração publicou a Resolução 4, de 2019, que proíbe construções da mineradora que incluam a presença humana na Zona de Autossalvamento, o que era o caso do refeitório e da área administrativa da Mina do Córrego do Feijão. O prazo para remover tais construções vai até 15 de agosto de 2019. Neste ano, portanto, dentro de poucos dias, toda a questão da área de autossalvamento deverá estar preservada.

A mesma resolução também obriga as barragens de dano potencial alto a terem sistema de monitoramento em tempo integral e sirenes protegidas contra falhas em caso de rompimento da estrutura. São medidas que, se tivessem chegado antes, poderiam ter evitado ou minimizado a tragédia.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o que nós gostaríamos que o senhor nos esclarecesse, Sr. Bicca, é por que só depois da tragédia de Brumadinho essas questões da retirada da área de autossalvamento das construções da própria Vale em que os funcionários se alimentavam, havia um refeitório na área de salvamento... Por que essa decisão foi tomada somente depois da tragédia e não antes? Não foi percebido? Por que não se percebeu? E as mineradoras vão cumprir esse prazo determinado para a retirada da área de autossalvamento? O senhor pode responder, por favor?

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Bom dia, Sra. Presidente, Senadora Rose de Freitas. Bom dia, Sr. Relator, Senador Carlos Viana. Cumprimento o Senador Dário Berger, conterrâneo de Santa Catarina. Cumprimento o Senador Kajuru. Senhores e senhoras, registro a presença do nosso Procurador-Chefe, Dr. Maurício Correia; do nosso Chefe de Gabinete, Dr. Kiomar; do nosso Superintendente de Produção Mineral, Dr. José Antonio; e da Assessoria de Relações Institucionais, Dra. Haifa. Demais colegas da agência, senhoras e senhores, bom dia.

Senador Carlos Viana, a legislação que trata da Política Nacional de Segurança de Barragens foi promulgada em setembro de 2010, a Lei 12.334. Ela estabeleceu como prazo para sua regulamentação dois anos. O DNPM, à época, regulamentou, em meados de setembro de 2012, a matéria conforme determinação da lei e continuou perseverando no aprimoramento da matéria supralegal no sentido de que fossem aperfeiçoadas as portarias em função da prática da nova cultura que começou a se estabelecer em decorrência da lei que foi promulgada, de tal sorte que, em meados de 2017, nós, depois de já havermos feito duas inovações na portaria a que fiz referência, editamos a Portaria 70.389, em 2017. Essa portaria foi formatada dentro de um ambiente pré-agência reguladora, de tal sorte que nós tivemos o cuidado – e isso foi muito importante – de colocar a minuta desta portaria em consulta pública durante cerca de mais de 70 dias. Ela foi publicizada e houve mais de uma centena de contribuições para o aperfeiçoamento da portaria, inclusive, com participação efetiva da sociedade, dos órgãos organizados, dos órgãos de controle. E este avanço na regulamentação evidentemente experimentou uma série de aprimoramentos, como, por exemplo, a implantação de sistema integrado de gestão de barragens, a definição da frequência obrigatória com que esse sistema deveria ser alimentado, enfim, uma série de aperfeiçoamentos. Mas tivemos, lamentavelmente, sob todos os aspectos, essa tragédia agora do dia 25 de janeiro de 2019. Isso, lamentavelmente, como eu mencionei, nos trouxe uma reflexão profunda, porque, a despeito de todos os avanços significativos que houve nos últimos anos no aprimoramento da norma para fazê-la cumprida na plenitude, nós tivemos essa tragédia.

Então, isso nos levou a uma reflexão: "Olha, não foi suficiente o que foi feito até agora". Os avanços são significativos, mas nada justifica. Como aceitar como um processo evolutivo a morte de mais de 300 pessoas? Isso é inaceitável! Então, precisamos adotar outras providências porque, a despeito de toda essa participação da sociedade no aprimoramento da norma anterior, não foram suficientes para evitar essa tragédia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, já agora, sob a égide da agência reguladora, nós baixamos a Resolução nº 4, que definitivamente proíbe o alteamento a montante, que é um método de construção de barragens, e que foi o método das duas barragens que suscitaram essas tragédias na cidade de Brumadinho e na cidade de Mariana.

Então, por isso, essa Resolução nº 4 saiu em caráter cautelatório, foi editada e imediatamente surtiu efeito, estabeleceram-se os prazos, conforme o Senador Relator destacou: 15 de agosto, as de DPA alto devem aprimorar seus mecanismos de controle com leituras em tempo integral, em tempo real; e isso está em curso, os prazos estão em vigência. Mas, como a Resolução nº 4 foi colocada em consulta pública – encerrou há poucos dias a consulta –, houve mais de 200 contribuições, para ser mais preciso, 272 contribuições no sentido de aperfeiçoar a norma.

Então, tal qual a Portaria 70.389, a Resolução nº 4 também está tendo a participação muito intensa da sociedade. Agora, é evidente que todos influenciados pela tragédia de 25 de janeiro. E muitas dessas contribuições, Senador Relator, vêm na linha relativa à questão de prazos. Há um entendimento de parte dos administrados de que os prazos seriam exíguos para o processo de descaracterização e descomissionamento.

Então, nós constituímos um grupo de trabalho técnico com cerca de 11 profissionais da área, que está avaliando todas as contribuições. Estamos agora fechando, provavelmente na virada para o mês de junho, fazer uma audiência pública onde a gente pretende apresentar o resultado dessa consulta, justificando aquilo que nós vamos incorporar na norma e também explicando por que algumas das sugestões não serão acatadas pelo órgão regulador.

Então, os prazos eu diria que são relativamente exíguos do ponto de vista da engenharia, porque é preciso conceber o projeto de engenharia e executá-los num prazo até 2023, mas é o prazo que está definido na norma e, se houver argumentos muito contundentes que justifiquem, evidentemente que a agência vai avaliar essa questão.

Eu penso que com isso eu respondo, pelo menos no meu entendimento, Senador Carlos Viana, o seu questionamento.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Permita-me o Relator.

Dr. Bicca, há uma grande dificuldade de nós entendermos o processado em relação a tudo que aconteceu. Eu conheço o senhor antes de estar no cargo em que está, pelo trabalho técnico que fazia em defesa da regulamentação no meu Estado. O senhor acompanhou que não havia nem medidas necessárias para atender à demanda para nós que somos um Estado importante na exportação de pedras e exploração de granito.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria fazer uma pergunta bem objetiva, porque eu sei que o senhor veio aqui com essa finalidade. Primeiro, se a agência está fazendo uma investigação técnica sobre as causas do rompimento da Barragem do Córrego do Feijão. Sim ou não?

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Sim. Sim, Senadora Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Já se chegou a alguma conclusão?

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Se a senhora me permite, eu gostaria só... Na verdade, dentro das condições que nós temos de trabalho – e elas estão muito longe ainda do ideal... Os personagens que têm esta responsabilidade... Por força de portaria, nós instituímos formalmente um grupo de trabalho para proceder, na forma da lei, à investigação das causas. É o mesmo grupo que está se debruçando também no acompanhamento do atendimento das mitigações decorrentes da ação da tragédia.

Então, esta portaria foi prorrogada poucos dias atrás, mas há a previsão de que, nos próximos dias, nós também tenhamos fechado este processo investigatório, que é um processo investigatório evidentemente muito mais de cunho técnico-científico do que de cunho policial e investigatório, nos moldes policiais.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sim, o técnico-científico que o senhor aborda deveria ter sido uma permanente atitude em relação a todas as barragens construídas no Brasil.

Quantas barragens de rejeito da Vale e de outras empresas não têm laudo de estabilidade?

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Senadora Presidente, hoje nós temos aproximadamente 45 ou 46 barragens interditadas por decorrência de laudos que estão em processo ainda de declaração...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não têm laudos...

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Não têm laudos.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Se está processando, não tem. Tem ou não tem o laudo de estabilização?

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Exatamente, não têm laudo.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Quantas empresas não têm laudo de estabilidade?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Em torno de 46 estruturas estão interditadas em função da não declaração de estabilidade.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor, um homem público também, sabe o que significa para as populações que estão próximas dessas barragens viver essa agonia por que passou Brumadinho, passou Mariana, e por aí fora.

Quais as medidas que o senhor está tomando agora para resolver a falta dessas licenças, dessa estabilidade, do laudo específico? É uma licença para a estabilidade, declarando a estabilidade.

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – A ausência do laudo de declaração de estabilidade, Senadora Presidente, enseja a interdição do empreendimento. Então, hoje nós temos vários complexos, especialmente no Estado de Minas Gerais, que estão interditados por falta do laudo de declaração de estabilidade.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Mas o que que está sendo feito para se ter esse laudo de estabilidade?

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Esse laudo de declaração de estabilidade é uma obrigação do administrado nos apresentar. Então, ele deve estar concorrendo, junto às suas consultorias e às suas equipes técnicas, para aprimorar os seus mecanismos de manutenção do empreendimento. Por exemplo...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – É uma coisa...

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – ... a questão da drenagem...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sr. Bicca, só interromper: uma coisa é a manutenção; outra coisa é a construção. O senhor acha que quem constrói uma barragem também deve contratar a empresa para auditar a sua barragem? Para oferecer laudo de fiscalização?

Quantas barragens exatamente estão sendo fiscalizadas, neste momento, pela agência?

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Nós temos, num universo de... A Lei da Política Nacional de Segurança de Barragens estabeleceu quatro requisitos que é necessário serem atendidos para o barramento entrar na Política Nacional de Segurança de Barragens: a altura do barramento, o volume que está sendo armazenado, a natureza de o que está sendo armazenado, e se há risco ou não de um eventual rompimento atingir pessoas. Esses quatro requisitos enquadram cerca de 750 barragens na Política Nacional de Segurança de Barragens.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que diz respeito à mineração, cerca de 426 barragens estão dentro da Política Nacional de Segurança de Barragens. E, dentro dessas, nós temos aquelas que têm o DPA alto e alto nível de risco, que estão sendo priorizadas para serem vistoriadas agora em 2019.

Esse sistema a que eu fiz referência, o Sistema Integrado de Gestão de Barragem e Mineração, é um mecanismo inteligente, é baseado em Tecnologia da Informação, e processa todas as informações que dão entrada quinzenalmente no trabalho feito pelas empresas. Essas informações apresentadas pelas empresas geram um *ranking*, em função dos indicadores que nós usamos, que são 21 indicadores, e nos permitem ranquear as estruturas, de tal sorte que nós estamos atacando aquelas que esse *ranking*, em função dessas informações técnicas, nos aponta como as mais críticas ou as de Dano Potencial Associado mais elevado.

Então, nós já fiscalizamos agora, até o mês de maio de 2019, cerca de 140 estruturas. E, quando a gente diz "vistoriamos 140 estruturas", não significa necessariamente uma única vez. Nós temos estruturas em Minas Gerais nas quais devemos ter feito cerca de dez vistorias. Então, se fôssemos trabalhar em nível de vistorias, teríamos 250 vistorias.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... porque é da lavra do senhor, da sua agência, fazer esse trabalho.

Eu estou lendo aqui, nas ações desenvolvidas pela agência, a interdição de...

O senhor falou quantas barragens?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... 49 barragens que não obtiveram declaração da condição de estabilidade. Entre elas, está a barragem da Mina de Gongo Soco. Ela vai se romper a qualquer momento, a qualquer hora.

O que aconteceu antes, que não se pôde prever... Porque já houve declaração de estabilidade anterior ou já houve sinais de que poderiam ser mantidas sua construção, sua elevação e tudo o mais.

O que aconteceu... Porque agora nós estamos falando de um fato que não é o acontecido, pelo qual todo o Brasil diz que chora, mas nós vimos quem chora e quem não chora. Com certeza o povo chora mais.

O que aconteceu que essa barragem está para se romper? Em que momento a agência, quando não deu o laudo de estabilidade, constatou esse risco? E se constatou?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Senadora Presidente, no caso da barragem de Gongo Soco, é a barragem Sul Superior. Essa barragem está interditada por falta de declaração de condição de estabilidade. Então, ela está num nível de alerta que ensejou as providências de remoção do pessoal a jusante da estrutura, e, a montante do barramento, nós temos a cava de mineração.

A cava da mina fica a aproximadamente 1,5km a montante do barramento. E uma das encostas dessa cava está em processo de ruptura, de tal sorte que parte do talude da cava de mineração, que fica para cima do barramento, está em colapso. Por falhamentos geológicos, por... Enfim... Chuvas... Causas até de natureza ou inclinação de talude, enfim... O fato é que parte do talude está escorregando, e a informação que nós temos hoje, dia 23 de maio de 2019, é que, nas últimas seis para oito horas, a velocidade de escorregamento aumentou para cerca de 10,4cm. Então, isso está sinalizando uma evolução bastante expressiva no processo de aceleração da descida do talude.

E qual a preocupação, Senadora Presidente, com essa descida do talude? É que esse movimento possa ensejar um abalo sísmico que possa suscitar um processo de liquefação na barragem, que fica a 1,5km a jusante da cava.

Então, esse abalo sísmico que pode ser provocado pelo talude, que está escorregando, pode ser o gatilho do processo de liquefação. E o que é o processo de liquefação? É quando o sólido que está contido na barragem deixa de se comportar como sólido e passa a se comportar como se fosse um líquido. Ou seja, a barragem tem muitos grãos de areia que estão justapostos uns com os outros. Esse fato de eles estarem fisicamente conectados é que dá a segurança do barramento. No momento em que o nível de água passa de um limite determinado, esses grãos deixam de estar justapostos uns com os outros e passam a se comportar como se fossem água. Isso redireciona as forças de pressão dentro do barramento, de tal sorte que aquilo que é gravidade, que estava apontando para baixo, passa a apontar no sentido do deslocamento da água.

Então, esse eventual abalo causado pela descida do talude – que é real, que está sendo medido – pode suscitar um gatilho que pode liquefazer a barragem. E aí, sim, poderá causar o seu rompimento.

Então, todas as medidas... Até conforme o Senador Relator, Carlos Viana, informou... E o Ministro Bento acabou de prestar esclarecimentos no sentido de que estão sendo monitorados, e isso está sendo monitorado em tempo real. É por isso essa precisão de afirmarmos que, nas últimas seis, oito horas, a velocidade passou de 10,4cm, e isso está sendo monitorado.

Duas hipóteses: ou o rompimento se acelera, de tal sorte que causa o sismo, ou então ele continua avançando, e é um processo quase que natural de acomodação do material no fundo da cava. Nessa segunda hipótese, que é o que nós desejamos, ela dificilmente suscitaria um abalo de uma magnitude que pudesse liquefazer a barragem que está a jusante da estrutura.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu vou passar a palavra aos Senadores que aqui estão, não antes de registrar o encontro que me traz – eu não sou profissional da área...

Nós ouvimos inúmeros depoimentos – o senhor deve imaginar –, e todos eles têm evidências, possibilidades, "isso não estava visto", "isso não foi identificado", "isso não foi diagnosticado", "isso não foi auditado". Foi o que nós ouvimos.

A sensação que dá é de que pousou uma nave extraterrestre ali e falou: "Vou mexer nesta água que está acumulada aqui, vou romper este negócio, porque eu preciso pôr uma nave espacial aqui". Não há outra... Ninguém é responsável, Dr. Bicca? Ninguém é responsável. Ninguém é responsável.

Historicamente, isso causa um prejuízo enorme ao País, porque eu já disse aqui que eu não quero destruir a Vale nem tenho poder para isso. Eu quero a Vale em pé, com dignidade, cuidando dignamente da vida humana e do compromisso com o meio ambiente e com este País.

O que mais incomoda tremendamente é que, a cada depoimento – e, nesse caso, o senhor está aqui para colaborar –, a gente sente que nada foi possível fazer. Toda a explicação técnica nós vamos consumir, absorver, mas nós não vamos entender.

Sobre essa barragem, aqui... Eu estava lendo aqui que "o Ministro aborta um rompimento iminente da barragem de Minas". Aí fala da iminência das próximas horas, essa barragem... Aí, temos que contar com o fator de consolidação... Vou usar uma linguagem mais técnica, pelo que aprendi na vida: consolidação dos resíduos que ali estão com a água que está assentada naquela base, que ameaça, e que, com isso, possa – se Deus permitir... E acho que Ele poderia permitir mesmo – essa barragem não se romper.

Não... "Retiraram as pessoas". Olhe que maravilha: "Retiraram as pessoas. Mas a iminência de rompimento dessa barragem deflagra um processo de total irresponsabilidade da empresa, que não poderia auditar a si mesma, e da falta de fiscalização de órgãos que tinham essa finalidade".

Eu gostaria de passar a palavra para o Senador Kajuru, para proceder às suas perguntas, e perguntar aos dois Senadores presentes se querem... Em seguida o Senador Wellington e o Senador Dário Berger. Não sei se o contrário.

Com a palavra o Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para interpelar convidado.) – Obrigado, Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou ser rápido, com apenas um questionamento, para que haja aqui, então, um rodízio, até porque o Relator, que tem direito a uma sequência de questionamentos, fez apenas uma pergunta até agora.

A Presidente tem toda a razão, quando observa que a gente, aqui nesta CPI, fica sem entender – ao mesmo tempo entende – quando funcionários da empresa Vale que aqui vieram, com seus advogados bem pagos pela empresa Vale... Só para que a população brasileira saiba, o escritório de advogados, em Belo Horizonte, que atende os depoentes funcionários da Vale – diretores que hoje estão afastados, porém recebem seus altos salários normalmente, mesmo afastados – cobra, de honorários, R\$5 milhões. Falo isso para que a sociedade entenda, até porque ela é sabedora do tamanho...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Senador Kajuru, R\$5 milhões por processo.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Por processo! Exatamente.

Então, vieram quantos aqui, Relator, até agora?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Uns oito, mais ou menos. Não é?

Então, faça a conta: R\$40 milhões, só com advogados.

Então, o tamanho da empresa Vale é abismal. E, sendo abismal, Sra. Presidente, eu e o Carlos Viana, que somos, antes de Senadores, jornalistas, sabemos como é a maioria da imprensa. E o senhor também sabe, não é? Imprensa, neste Brasil, eu nunca generalizo, normalmente é como dizia Millôr: "O dinheiro compra o cão, o canil e o abanar do rabo". Tanto que a gente vê uma minoria da mídia preocupada com esta CPI e dando espaço ao nosso trabalho, enquanto grandes veículos de comunicação ignoram completamente não a CPI... Se ignorar a CPI eu não estou nem aí, até porque, hoje, a força das redes sociais, para mim, é muito mais significativa do que qualquer veículo de comunicação. Mas ignoram o que aconteceu, porque não foi uma tragédia.

O senhor concorda comigo que o que aconteceu não foi uma tragédia, foi um crime ambiental, ou o senhor não concorda?

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Eu concordo que foi uma tragédia...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não foi um crime?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – ... com um componente ambiental muito imenso. Realmente, o componente ambiental é assustador.

Eu estive lá em mais de uma ocasião, na área, vistoriando junto com os técnicos, e impressiona o estrago que foi feito. E sem falar nas vítimas, não é? Isso é um dado irreparável. Não temos como consertar. Lamentavelmente.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O senhor não considera a empresa Vale, nesse caso – que eu repito: para mim, não foi tragédia; foi um crime ambiental –, uma empresa genocida?

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Senador Kajuru, no questionamento anterior, eu respondi ao Senador Relator que nós instituímos uma comissão que está investigando o processo do ponto de vista técnico-científico.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu sei, mas eu perguntei a opinião sua, como brasileiro, que acompanhou tudo isso e que sentiu, evidentemente.

Para o senhor, a empresa Vale não tem culpa de nada? Ela tem que ser inocentada?

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Como brasileiro e como servidor público federal há 35 anos, geólogo de formação e muito honrado por estar na posição em que estou, eu lhe digo que nós vamos apurar criteriosamente tudo que aconteceu. E tenho a informar também...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – E haverá culpado, na sua opinião?

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – É provável que haja culpados. A mídia assim está apontando, em função do processo investigatório especializado, que é conduzido pela Polícia Federal, pelo Ministério Público Federal, por órgãos muito mais aparelhados para a natureza policial do processo.

Nós estamos avaliando do ponto de vista eminentemente técnico-científico. E, nesse aspecto, Senador Kajuru, eu gostaria de destacar: nós temos esse sistema integrado de gestão de barragens, e ele nos sinaliza fatos que mereçam a atenção especializada, um foco especializado.

Em fevereiro de 2018, nós tivemos nove anomalias. E por que eu falo de fevereiro? Porque fevereiro é o mês que antecede o prazo legal de apresentação da declaração de estabilidade, que é março. Em fevereiro de 2018, houve nove sinalizações. Acendeu nove vezes a luz.

Nós fizemos a intervenção, chamamos a empresa, fomos a campo, e as anomalias foram mitigadas. Então, o sistema, se bem alimentado, sinaliza. Na virada de 2018 para 2019, as luzes não



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

acenderam, até porque a tragédia foi em 25 de janeiro, mas, toda vez que chega a informação no sistema, o sistema foi projetado para que o cruzamento das informações contidas nele sinalizem os órgãos de fiscalização interna para que promovam ação em campo. Então, isso está concebido de uma forma bastante inteligente. É um sistema que tem uma característica até quase que de individualidade, porque, no mundo não tem quem faça desta forma. De tal sorte que o sistema sempre que é alimentado, com a seriedade que a boa técnica recomenda, tem surtido os efeitos.

Exemplo: agora recentemente, pós-tragédia, lamentavelmente, com as informações que chegaram ao sistema e que deram conta de que havia a possibilidade de laudos de declaração de estabilidade não serem emitidos, foi emitido o alerta e várias cidades tiveram que adotar providências, junto às suas defesas civis, para evacuar a população que estaria dentro da zona de autossalvamento. Quer dizer, então, é isso que a nossa comissão interna, que foi constituída para essa finalidade, vai, nos próximos dias... É evidente que são inúmeras informações que precisam ser trabalhadas, e eles também vão nos apontar, do ponto de vista técnico, efetivamente o que ocorreu.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Há uma dúvida... (*Fora do microfone.*)

Foram mitigadas pela empresa ou pela agência?

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Não, a mitigação envolve a defesa civil, e a defesa civil tem uma amplitude que é municipal, estadual e federal, mas as ações mitigatórias são, em primeiro lugar e especialmente, da empresa, que tem a responsabilidade, de acordo com a Lei 12.334, que é a da Política Nacional de Segurança de Barragens, de fazer a segurança do seu empreendimento. E aí as medidas do Estado são através das suas defesas civis, que mobilizam os órgãos, entre os quais, a própria Agência Nacional de Mineração.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Toda vez em que eu me deparo com a ação da Vale, em relação a esses procedimentos cautelatórios ou não, me dá uma impressão de raposa tomando conta do galinheiro, porque não consigo entender, porque ela produz tudo, ela produz a fiscalização, a investigação, os relatórios com todos os interesses dentro do escopo desse procedimento.

Com a palavra o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Mais uma vez, eu quero aqui cumprimentar a nossa Presidente, Rose de Freitas; o Relator, Carlos Viana; e o Dr. Germano.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Bicca – o famoso Bicca, esse nome aqui é conhecido –, primeiramente eu quero aqui transmitir o respeito a V. Sa., por estar aqui conosco. Mas eu vejo que, com a sua afirmação, o senhor começou a dizer que tem trinta e poucos anos no DNPM e, portanto, o senhor, com trinta e poucos anos, tem extremo conhecimento de tudo o que aconteceu até hoje em termos de mineração no Brasil.

Então, eu começaria perguntando: em relação à situação de Mariana, o senhor viu o que deveria ter sido feito, e que não foi feito?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Não, eu ainda vou continuar.

E ainda, no que não foi feito, onde entra a responsabilização de quem? É só da empresa? E também por parte do Governo? E aí nós não estamos falando do atual Governo; nós estamos falando do Estado, porque governos mudam e a vida continua. Mas é exatamente pela experiência e o tempo que V. Sa. tem de vida profissional, tanto é que está como indicado e nós o sabatinamos, e dentro de todos os membros da Diretoria atual da agência, porque foi um objetivo nosso de criá-la. Por quê? Porque o conceito aí na praça é de que o DNPM era algo que estava ultrapassado. V. Sa. concorda com isso, que o DNPM estava ultrapassado? O DNPM não cumpria o seu papel? Por quê? Porque o Estado brasileiro não dava condições para isso? Mas quem estava lá dentro se acomodou também?

Por exemplo, nós acabamos de ver o Ministro Bento ali. Ele disse, inclusive, que a palestra, a fala dele foi construída até 11h30 da noite, ontem, com o senhor. E ele disse o seguinte: criou-se a agência. E ele acha que, ao noticiar a possibilidade da criação da agência, houve um desestímulo, houve uma acomodação dos servidores do DNPM.

Eu também questionava o Ministro sobre a necessidade, porque já tive conversa aqui, em outros momentos, desde a criação, desde a sabatina com os outros diretores... E o que a gente vê? É uma agência em relação à qual houve dois vetos, me parece, do Presidente, na questão da equiparação salarial – já do atual Presidente –, e também da criação de 132, me parece, cargos. No depoimento do próprio Ministro do Meio Ambiente, quando aconteceu o acidente, ele foi lá e disse que não havia gente suficiente para fazer a fiscalização, enfim.

Então, essa área mineral – porque a gente percebe aí, já na área mineral como um todo – são grandes empresas que dominam grandes áreas no Brasil e algumas cooperativas também de mineradores. No meu caso, no nosso caso do Estado do Mato Grosso, nós temos Peixoto de Azevedo como uma das maiores cooperativas, segundo eles. E eu estive lá, organizada, mas eles alegam que as dificuldades, para fazer a mineração das cooperativas ou dos mineradores individuais, é muito grande, porque a perseguição em cima é muito maior do que às grandes empresas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que a análise seria muito importante aqui, porque nós estamos tratando de uma situação específica de Brumadinho, que é a nossa CPI, mas, se a gente não compreender a possibilidade de omissão no passado e a responsabilização dessa omissão no passado, daqui a pouco nós vamos resolver, concluir o nosso relatório de Brumadinho e virão outras.

Porque o grande problema também que eu vejo na mineração no Brasil é o rácio social das consequências sociais em qualquer lugar em que é feita a mineração. Porque vai lá, faz-se a mineração, e o compromisso social do início, durante a exploração e depois, é abandonado, tanto é que a gente vê muitas abandonadas, Brasil afora, não só quanto ao rejeito mineral, mas outras circunstâncias todas aí. Então, com a experiência que V. Sa. tem de vida e tudo mais, eu acho que seria importante o seu depoimento até em outro momento, se não for suficiente aqui hoje.

Mas eu quero fazer também aqui, deixar especificamente... Eu gostaria que a agência pudesse fazer uma fiscalização e também nos trazer as consequências de uma coisa pequena que é uma hidroelétrica do Município de Poxoréu, cidade tradicional do garimpo de diamante. Lá há um lago dessa hidroelétrica totalmente assoreado há muito tempo. E a forma com que eles resolvem, de vez em quando, diminuir a limpeza, exatamente diminuir o assoreamento na barragem é abrindo as comportas, e aí, rio abaixo, as consequências são inacreditáveis. E eu já tive a oportunidade de ir lá, de ver. Mas, para eles fazerem aquela liberação, houve fiscalização? Várias; durante 10 anos, 20 anos, isso é feito, e é à luz do dia; não é escondido, não.

Então, no caso específico, porque não é grande, não, é uma hidroelétrica pequena, o que o órgão deveria fazer para exigir que aquilo tivesse realmente uma compensação ambiental ou executar o serviço necessário para que os crimes ambientais não continuem? Porque lá é um afluente do Pantanal. Toda consequência, Senador Kajuru, vai para o Patrimônio da Humanidade que é o Pantanal. E o nosso Pantanal, que é dez vezes maior o Everglades lá na Flórida, é uma riqueza muito grande para o Brasil e está também sendo consumido por essas irresponsabilidades junto a sua cabeceira. Então, eu estou fazendo um pedido, uma denúncia especificamente sobre esse caso, que é pontual, mas o Relator, que está estudando muito, falou aqui do apoio que está tendo do Ministério Público.

E aí, Presidenta, eu vejo a angústia, Presidente Rose, eu vejo a angústia de V. Exa. por ver uma CPI que está sendo esvaziada. Ela foi esvaziada de propósito, há algumas influências aqui. Então, eu gostaria de que nós pudéssemos aqui, Senador Otto, V. Exa. foi um dos proponentes da criação desta CPI... Porque é ruim a gente não dar uma satisfação muito clara para a população, porque, afinal de contas, estamos gastando recurso público para tudo isso. Essa viagem que teremos lá amanhã é um esforço que a CPI está fazendo em busca de trazer exatamente o apoio para aquela população ali que vive as angústias todas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é essa a consideração e perguntas, Senadora Rose, que eu faço. Não sou de Minas Gerais, mas sou brasileiro. A gente sabe... Porque eu vejo muito essa questão: é crime ou não é crime? Essa pergunta foi feita para o Ministro.

E o Ministro falou: "Não, eu não vou dizer isso, porque eu não conheço todos os... Não vou prejudicar", enfim. Mas se sabe que, como foi a repetição praticamente de Mariana, não há dúvida aqui de que existe um crime forte. Quem são as pessoas responsáveis, é só a empresa como empresa ou não? Mas eu tenho certeza de que o Relator vai procurar definir isso no seu relatório.

Então, é isso, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu não sei se gostariam de juntar as perguntas do Senador Dário e fazer uma resposta em blocos. Se o senhor gostaria de ser...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Há uma convocação do Congresso em relação à medida de 170 e...

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu vou ser bem rápido, Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não, Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – E, em função da minha amizade com o Senador Wellington Fagundes, acho que não vamos ter nenhum conflito de indagação aos nossos convidados.

Eu, preliminarmente, quero cumprimentar V. Exa. por mais essa missão que enfrenta, que não é pequena e que exige muita responsabilidade. Portanto, a minha opinião é de que está em boas mãos e certamente os resultados vão ser bastante profícuos e significativos para que episódios como esse não voltem a se repetir.

E percebo também a capacidade do Senador Carlos Viana na condução dessa relatoria, que demonstra equilíbrio, serenidade, porque é nesses momentos de crise que nós homens públicos somos chamados à responsabilidade não para ampliar o conflito, mas, sim, para encontrar soluções para esses graves problemas que o Brasil enfrenta.

E quero cumprimentar também o Dr. Germano, que é o Secretário de Estado de Minas Gerais, render minhas homenagens àquele povo trabalhador e destacado do cenário brasileiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero, sobretudo, também, fazer uma referência ao catarinense e homem público de trinta e tantos anos de serviço prestado à área da mineração, que todos nós aqui conhecemos e já o sabatinamos diversas vezes, e, durante todo esse período, não acumulou nenhuma mancha a que se pudesse fazer algum reparo, ao seu currículo e à sua atuação. Então, eu quero fazer esse registro preliminar também.

E, dando continuidade e tentando ser objetivo, nós estamos diante aqui de um processo de causas, efeitos e consequências. Qual é a causa, me parece? A causa é a negligência e a irresponsabilidade daqueles que deveriam ter outro comportamento em relação a essas barragens, que, se percebe, têm um risco muito alto. E um risco muito alto precisa ter um controle muito alto.

E aí talvez também haja uma falha que eu queria que você pudesse, na medida do possível, colaborando com o que o Senador Wellington Fagundes já mencionou sobre o sucateamento do DNPM, agora, com a implantação da Agência Nacional de Mineração etc. e tal... Enfim, isso é coisa bem natural do Brasil, quer dizer, a coisa vai envelhecendo, nós vamos criando outro órgão, e aquele vai ficando.

E a burocracia vai aumentando, e a responsabilidade cresce, e nós não sabemos nem de quem efetivamente cobrar um resultado quando temos uma tragédia dessa. Tenho certeza de que o Senador Carlos Viana está encontrando dificuldade para tipificar...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Tipificar o crime.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Especificar e atribuir responsabilidades objetivas para que também não se cometa aqui outra injustiça, o que é pior ainda.

Bem, o sistema, é notório que colapsou. A tragédia de Brumadinho, realmente, com Mariana, manchou o nome do Brasil não só no Brasil mas também no mundo inteiro, e vitimou, lamentavelmente, centenas de pessoas, e isso é que é o mais importante.

Então há duas perguntas que eu quero fazer.

A primeira delas é a seguinte: o que fazer para que desastres como esses não voltem a acontecer? Mas de forma concreta, objetiva. Quer dizer, vamos fazer um algoritmo de cinco itens de responsabilidades que precisam ser constantemente avaliadas para que essa realidade possa ser alterada.

Em segundo lugar, preocupa-me... Eu não fui a Brumadinho, também não fui a Mariana, mas a gente acompanhou isso pela mídia, pela televisão, etc., etc. Eu percebo que quando se constrói uma barreira dessas, quando se exploram essas regiões, cria-se o entorno dela. E eu quero saber o seguinte: aquelas construções são construções regulares ou irregulares? Quem tem a capacidade também de fazer o controle disso? E se, evidentemente, quando o Governo autoriza a exploração de uma barragem,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele não verifica – certamente ele verifica – no seu entorno a capacidade de risco que aquilo vai oferecer? E aí vai dar a autorização ou não dar a autorização. Porque o que se percebe é o seguinte: dá-se a autorização de uma forma, o cenário se altera completamente, a irresponsabilidade dos órgãos impera, sejam estaduais, municipais ou federais, e a tragédia fica anunciada, como aconteceu com milhares ou centenas de vítimas.

Portanto, essa urbanização é própria. Se a gente observar os aeroportos há quarenta anos, a gente percebe que o aeroporto era bem distante da cidade. Hoje, faz parte da geografia urbana da cidade. Quer dizer, uma barragem de Brumadinho, trinta anos atrás, não sei quando ela foi autorizada, tinha uma geografia. Hoje ela tem outra geografia, que certamente tem ali a postura humana que relaxou, que não encontrou os mecanismos necessários para trazer essa segurança para a população que mora no seu entorno e de não autorizar então, essa urbanização próxima às barragens.

Sra. Presidente, ficam essas duas indagações, reiterando a minha admiração, o meu apreço pelo trabalho realizado pelo nosso Diretor-Geral da Agência de Mineração, que é notório e é reconhecido, certamente, por todos nós.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Presidente, permita-me aqui, antes da resposta, um aparte. Primeiro, Senador Berger e Senador Wellington, agradecer a presença mais uma vez, o apoio que vocês têm dado ao Senador Otto nessa questão da CPI. Nós estávamos até... Foi tema também da conversa com as procuradoras: o que se espera de uma CPI? Porque o que nós assistimos nos últimos anos no Congresso Nacional foram CPIs que optaram mais pelo espetáculo do que por respostas. Esta CPI, desde o primeiro momento em que o Senador Otto tomou a decisão e me convidou para trabalharmos juntos, que a Senadora Rose aceitou, esta é uma CPI que se propõe a responder à população dentro de um vácuo legal existente que está muito claro.

Essa investigação de Brumadinho, senhoras e senhores, não está concentrada nesta CPI. Nós temos, além dos nossos trabalhos, os trabalhos de uma força-tarefa do Ministério Público Estadual de Minas Gerais em conjunto com a Polícia Civil, temos uma força-tarefa da Procuradoria da República, no Ministério Público Federal, com a Polícia Federal. Então, nós temos três grandes vertentes, sem dizer aqui, claro, prestando solidariedade a uma CPI da Câmara dos Deputados, uma Comissão Externa de Brumadinho, que fez um excelente trabalho, e temos ainda, agora, uma CPI da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que também tem trabalhado intensamente nisso. Então, as investigações estão em vários âmbitos e em várias vertentes, o que é muito bom, porque assim cada um poderá dar uma resposta específica ou um recorte específico para essas questões. Nós não temos aqui a responsabilidade de sermos os únicos, nem era a nossa pretensão.

E outra coisa: toda uma série de provas que nós temos, Senador Wellington e Senador Kajuru, que estão disponíveis, nós temos um termo de compromisso de sigilo para que nós as conseguíssemos. Nós temos uma série de *e-mails* que foram quebrados, de provas que não podem ser divulgadas, que só





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poderão ser divulgadas quando da finalização do inquérito da força-tarefa e, aí sim, será dada a publicidade devida. Mas hoje nós temos uma série deles aqui conosco, que estão disponíveis na investigação e que mostram claramente a responsabilidade de cada um daqueles que, inclusive, nós já convocamos.

A questão da tipificação do crime é verdade. Por quê? Porque nós queremos ter a responsabilidade de não cometer uma injustiça. Nós queremos ter aqui a tranquilidade de que nós vamos oferecer à Justiça, que é a instância da condenação, bases e uma série de avaliações e de conclusões que sejam úteis para o trabalho do nosso Judiciário; é isso o nosso intento.

Então, o que choca muitas vezes é porque nós estamos muito acostumados com aquelas CPIs em que a pessoa chega e fala assim: "Está preso, daqui você vai sair para a cadeia.". Não, isso aqui não é uma delegacia de polícia. E eu espero que, com o trabalho que nós vamos oferecer à sociedade, com as mudanças na lei para as quais nós já estamos bem encaminhados, porque já estamos caminhando para o final... No nosso relatório, inclusive, Senador Wellington, nós traremos uma série de projetos de lei que serão assinados por todos nós; os senhores receberão antecipadamente, antes do dia 2 de julho, o relatório para avaliação de cada um dos 11, e lá ninguém aqui vai assinar nenhum projeto sozinho, será uma conclusão desta CPI para o bem do País.

E podem ter certeza, tanto o Secretário Germano, que falará daqui a pouco, quanto todos os envolvidos, o próprio Froner Bicca, todos aqueles que estão colaborando conosco, a Fundação Gorceix, que é ligada à Universidade Federal de Ouro Preto, o próprio setor da mineração, que já acordou que não tem mais jeito, que *lobby* não vai resolver o problema deles aqui, que aqui não vai funcionar, hoje nós daremos uma resposta clara; porque qual é o nosso objetivo? Não morrer mais ninguém. Se nós, num prazo de dez anos, conseguirmos acabar com todas as barragens de rejeito no Brasil – todas, de mineração e industriais –, mantivermos apenas as barragens de uso humano: irrigação... Se nós fizermos isso, nós já teremos dado uma colaboração para o futuro do País, inestimável. Então, não precisamos dos holofotes. Os holofotes foram dados no passado e, quando eles se apagaram, esqueceu-se tudo.

Nós aqui, não. Nós vamos trazer conclusões que vão mudar o futuro de um setor importantíssimo no Brasil. Se nós alcançarmos – e eu tenho fé que Deus vai nos dar sabedoria; eu falo pela minha fé, que exercito todos os dias, falo pela confiança que temos entre nós, pelas conversas que temos tido –, se nós conseguirmos mudar esse rumo e não morrer mais ninguém em mineração, senhores, já teremos cumprido o nosso dever de patriotas aqui, de uma forma muito firme, e é isso que nós queremos. Não queremos espetáculo aqui, não: nós queremos respostas; e as pessoas que estiveram aqui já nos ajudaram em relação a isso.

Muito obrigado, Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Quero ressaltar que há um projeto aprovado, V. Exa. foi o Relator, podia até acrescentar na sua fala o projeto.

Então, passo a palavra ao Sr. Bicca, para responder, e pergunto ao Senador Otto se ele quer...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Vamos ouvir primeiro.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sra. Presidente, eu só quero aqui colocar a minha preocupação, talvez a forma de falar: nós queremos fazer com que a agência seja fortalecida, porque, para o meu Estado, por exemplo, o Mato Grosso, nós temos menos de 1% do potencial mineral explorado. Então, nós queremos, e vamos fazer tudo, no sentido de apoiar o fortalecimento da agência.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Presidente, só mais uma perguntinha, bem rapidinho: não existe no mundo uma tecnologia mais avançada para resolver o problema desse rejeito, dessa massa? Não é possível que não tenha um aquecedor que possa... Não é possível que... Quando eu olho aquilo, como leigo, quando eu olho aquilo, Senador Otto Alencar... Mas não é possível que aquilo, com o tempo, não fique rígido. É um negócio assustador.

Então, eu queria saber da tecnologia: certamente outros países adotam outra tecnologia...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Adotam, sim.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... talvez mais avançada, e que nós poderíamos exigir, principalmente de empresas como a Vale, que não pode visar ao lucro máximo, tem que visar ao lucro ótimo. Aliás, vamos em frente, vamos ouvir o...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Lembrando, Senador Dário, que foi aprovado um projeto de nossa autoria, da relatoria do Senador Carlos, que agora obriga ao aproveitamento dos resíduos e dos rejeitos das barragens. A técnica sobre isso vai ter que ser consolidada e construída; o que não se pode mais é usá-la da maneira que vinha sendo usada nessas barragens, que é rejeitada no mundo inteiro.

Com a palavra o Sr. Bicca.

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Quisera eu ter a capacidade de responder aos questionamentos que foram feitos na plenitude, porque eles são extremamente fundamentais no processo. Eu acho que o Senador Wellington e o Senador Dário deram uma contribuição muito grande para a gente poder refletir sobre efetivamente o que está ocorrendo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente diz que o modelo do departamento exauriu, e isso foi diagnosticado dentro da própria casa, é porque efetivamente as entregas para a sociedade já não estavam atendendo aos anseios da sociedade, e isso se arrasta desde 1984, Senador o Wellington, quando nós autarquizamos o departamento aqui no Congresso Nacional.

Quer dizer, isso é um modelo de décadas que a gente viu: "Olha, o modelo exauriu, esse modelo departamental precisa ser repensado". E isso foi diagnosticado pelos servidores dentro da casa, e o modelo que se aventou lá em 1984 era um modelo de agência executiva na época. Isso foi em 1984, nós autarquizamos o departamento de 1984, tínhamos a expectativa de que rapidamente daríamos esse passo em direção a um novo modelo de gestão.

Lamentavelmente, estacionamos na autarquia, ficamos mais algumas décadas parados no modelo da autarquia, as demais áreas do Governo criaram as suas agências: a Aneel, a ANP, a Ancine e a Anvisa, e nós continuamos como departamento.

Agora, nos últimos anos, recentemente, isso voltou, no Governo do Presidente Temer, voltou à pauta. Em dois anos, autarquizamos o departamento sobre o modelo de agência, agência reguladora, para começar uma nova história. O departamento prestou durante 84 anos e 10 meses relevantes trabalhos à Nação, mas o modelo esgotou, precisávamos fazer mais. E por isso, então, que o Congresso Nacional criou a Agência Nacional de Mineração.

Agora, lamentavelmente, Senador Wellington, quis o destino que exatamente nos primeiros 30, 60 dias de implantação da agência, Senador Berger, nós tivéssemos a tragédia de Brumadinho, 25 de janeiro. Nós estávamos começando a discutir regimento interno, cargos, estruturas, quando nos deparamos com uma tragédia dessa dimensão. Fomos literalmente nocauteados e tivemos que buscar forças, sabe lá de onde, para poder fazer a retomada dessa necessidade que a sociedade tem de ter um órgão regulador da mineração forte, independente, com autonomia, com capacidade, com recurso orçamentário.

E aí, só para relatar na questão de recurso orçamentário, Senador Dário Berger e Senador Relator, Carlos Viana, o Tribunal de Contas da União, entra ano e sai ano, diagnostica nos seus acórdãos que o departamento – e, hoje, a agência – não recebe aquilo que a lei determina, no que diz respeito, por exemplo, à compensação financeira pela exploração de recursos minerais; está na lei, 7% deveria ser receita da Agência Nacional de Mineração.

O gráfico que consta neste relatório síntese do Tribunal de Contas dá conta de que o que é repassado para agência se confunde com a ordenada, tamanha a inexpressão que ele tem, menos de 1% desses 7% chega aos cofres...

(Interrupção do som.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – ... questão orçamentária se resolvem todos os problemas, mas tem que ter um começo, e o Ministro Bento, há poucos minutos, manifestou esse desejo de governo de fazer com que festivamente a agência seja estruturada.

E aí me permita, Senador Carlos Viana, talvez a história esteja nos colocando nas mãos essa oportunidade – lamentavelmente, com o custo de vidas, lamentavelmente, isso não tem preço que pague –, mas é uma oportunidade efetivamente para a gente olhar para trás: onde é que erramos? Onde é que o órgão gestor da mineração no País errou? Não tem gente, não tem capacitação técnica, carece de orçamento.

Senador Wellington, até o final do mês de maio de 2019, nós teremos repassado para os Municípios mineradores e para os Estados mais de 1,5 bilhão, Senador Dário Berger. Nós estamos mensalmente repassando. Este mês de maio deve fechar em 500 milhões de arrecadação de compensação financeira. Nós estamos mudando tudo, com o veículo em movimento, e somos um órgão superavitário. No ano passado nós arrecadamos R\$3 bilhões, 7% deveriam estar nas receitas deste ano, por força da lei, R\$210 milhões. Para o nosso custeio este ano nós recebemos R\$62 milhões.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sra. Presidente, me permite um aparte?

O senhor concluiu? Não, não é?

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Porque eu acho que isso que o Dr. Bicca fala é muito importante, talvez até de ser observado aí depois no relatório, porque a gente está falando também de prevenção, não é? Esses recursos a que o Dr. Bicca se refere, eles estão sendo repassados aos Municípios, mas não têm os Municípios nenhuma obrigação de que esses recursos sejam também aplicados na compensação; ou seja, nós poderemos ter problemas nos Municípios com recurso na conta, porque esses recursos não têm critério, vão para o caixa único também do Município.

Então, se V. Sa. quiser fazer algum comentário, isso me deixou muito preocupado, porque repassam o recurso e esse recurso é usado para outras áreas sem nada a ver... Nós nunca vamos ter com isso então uma consequência de uma mineração, digamos, saudável, produtiva, uma mineração que a população... Por isso que eu falei do rastro social.

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – O.k.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria, só para concluir, Senadora Presidente, a lei não vincula o recurso, esse é realmente um ponto...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu sugiro a V. Exa., que é um Deputado brilhante, sabe que eu o elogio fora dos microfones, pela sua atuação permanente, que a gente possa em conjunto estudar leis específicas que possam alterar inclusive a lei orçamentária. Cabe a esta Casa. Muita vez nós não lamentamos que não exista essa iniciativa de lei, mas podemos fazê-lo.

Tanto que na questão dos resíduos foi o relatório do Senador. Então, quanto à destinação dos recursos, e eu gostaria de acrescentar, já que o senhor vai falar sobre esse assunto, se existem algumas... A contribuição que é feita das empresas, tem uma contribuição, uma taxa de contribuição obrigatória, ela é feita para utilização de estudos técnicos, para estruturar melhor a agência? E também aproveitando o mesmo assunto, quantas multas foram aplicadas à Vale e qual a destinação desses recursos?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sra. Presidente, ele poderia também entrar, Sr. Bicca, porque uma preocupação é a questão do contingenciamento dos recursos, porque, Senador Wellington, a contribuição financeira à Cfem não é um imposto, mas ainda assim ela acaba não sendo repassada. Nós temos que trabalhar isso diretamente na LDO, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, é lá que nós temos que trabalhar para que o recurso chegue de fato aonde é a destinação, onde é o caminho correto para ser colocado.

Então, Sr. Bicca, fale por favor sobre o contingenciamento. Nós estamos aí diante de uma série de cortes. A agência sofreu contingenciamento este ano? As questões dos recursos para o acompanhamento das barragens que não têm o laudo de estabilidade é suficientes até o momento ou pelo menos se mantiveram?

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Senador Carlos Viana, o senhor me permite? Eu acabei não concluindo a resposta da pergunta anterior. Só gostaria de mencionar, Senador Wellington, que a hidrelétrica de Poxoréu nós vamos encaminhar para a Aneel para fazer a vistoria, já que a hidrelétrica foge um pouco da nossa competência.

E eu queria registrar ao Senador Dário Berger que efetivamente existem tecnologias hoje disponíveis, e nós já temos algumas empresas que estão bastante avançadas no processo de migração do processo de beneficiamento úmido para beneficiamento a seco. Então, a tecnologia está disponível, e a própria Vale, que é objeto desse trabalho, já sinalizou publicamente que está prevendo investir nos próximos anos algo em torno de 11 bilhões para migrar o sistema de beneficiamento para beneficiamento a seco, que é por filtragem, prensa e deposita o material com baixa umidade. Então, há alternativa tecnológica.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

No que diz respeito às construções, ela faz parte de um *player* de responsabilidade que envolve Município, o próprio Estado e a União. Nós, da agência, por força da resolução, determinamos a proibição de construção a jusante dos barramentos, lamentavelmente, após essa tragédia aí que todos nós vivemos.

Houve a espécie de uma... O pessoal acostumou com o risco e continuou lá durante décadas. A barragem é desde 76, era da Ferteco, adquirida pela Vale, a barragem estava lá e todo mundo assumiu aquele risco como uma coisa natural. Lamentavelmente, isso acabou concorrendo. E, e quando digo isso, é todo mundo, são os órgãos de fiscalização do Município, do Estado, da própria União...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Só fazer um aparte, sem atrapalhar, mas o senhor tocou num ponto interessante. Eles assumiram a barragem da Ferteco. Em momento algum o antigo DNPM cobrou, por exemplo, os projetos da antiga barragem? O conhecimento sobre ela? Quem construiu, como construiu, quais eram as exigências para que ela fosse drenada? Isso nunca foi pedido? Porque ela começou com 13 metros e foi terminar em 84.

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – É interessante, Senador Carlos Viana, a sua abordagem revela um ponto fundamental no processo. Nós temos que ter clara a linha do tempo das coisas. Em 76, essa empresa foi adquirida por outra ou a barragem foi construída em oitenta alguma coisa, que ela foi comprada. Eu não sei exatamente o tempo. A lei da Política Nacional de Segurança é de 2010. E essa preocupação com os projetos de alteamento é extremamente importante, porque muitas das vezes o alteamento que é feito não é pelo mesmo mentor intelectual do projeto original do barramento. E, por isso, então, que a legislação foi aperfeiçoada, a resolução, para exigir "As Built" e "As Is", para poder ter a leitura do passado do barramento, porque isso não existia. E muitos tiveram dificuldade em encontrar a memória...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Vamos deixar a parte técnica. Também cabe a parte técnica da fiscalização.

Então, dizer que hoje corrigiu-se esse erro de rumo, mais especificamente à fiscalização, quando havia esse aumento das barragens, o alteamento, não havia ninguém para dizer se era compatível aumentar mais dois, três, quatro. E começou com treze?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Treze.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Acabou em quanto?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Oitenta e quatro.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Oitenta e quatro. Havia fiscalização durante esses procedimentos?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – A fiscalização é do órgão do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura. É ele que fiscaliza o exercício da profissão da engenharia. É ele que cobra anotação de responsabilidade técnica pelos projetos de engenharia. Então a finalização é do Conselho, não é? E é claro que com a competente licença ambiental do órgão do Estado ou do Município.

Então talvez aí esteja um ponto que deva ser abordado, quer dizer, qual a vida útil de um barramento? Existe um sombreamento aí que... Até quando pode ser levantado? Esse conjunto de forças que estão contidas num barramento, esse jogo de pressões. Na medida em que se aumenta, a complexidade aumenta para se regerem esses esforços todos dentro do barramento.

E eu só queria, só para encaminhar, então há tecnologia mais avançada, muitas empresas já estão migrando para essa alternativa, um pouco na linha do que o Senador Relator acabou de ponderar. Então o cerne é fortalecer o órgão regulador. É um dos pilares que tem que ser atacado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sim, Sr. Bicca, começa-se agora uma possibilidade clara, colocada, de que vai modificar a técnica para depósito, sei lá qual o nome que vai ter isso, desses resíduos de barragem.

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA (*Fora do microfone.*) – A seco. Depósito a seco.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A seco. Eu fico curiosa em saber...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não, não é isso. Sabe o que eu fico curiosa em saber? Vai começar um novo procedimento; quem vai acompanhar? Qual projeto vai ser apresentado? Vai haver fiscal? Quem vai autorizar? Porque daqui a pouco, vai haver um problema nessa nova modalidade técnica de se tratarem os resíduos. E daqui a pouco nós podemos ter, olha, deu um furacão naquela região, espalhou tudo, cobriu as cidades. "Ah, mas nós nos esquecemos de ver se era válido ou não era, se tecnicamente era perfeito." A questão ambiental e a questão humana.

Eu gostaria de saber, porque agora, de repente, instalou, está uma manchete no jornal, todo mundo fala sobre essa modalidade de tratamento a seco dos resíduos, mas ninguém diz como, onde, quem vai supervisionar, que projeto precisa ser apresentado. Estão dizendo isso como se descobrissem a lâmpada, não é? Acendeu, agora há uma ideia.

Não pode este Brasil improvisado, com falta de gestão apropriada. E aqui não vai a crítica ao senhor, porque eu tive, há muitos anos que eu não falo com o senhor pessoalmente, mas elenquei todas as discussões no meu Estado em volta da questão da exploração das jazidas lá do nosso Estado, levando, sugerindo, cobrando. É da minha natureza fazer um trabalho que chegue a algum lugar.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu ouço com reservas essa nova proposta da Vale, Senador Wellington. Eu vejo com reservas, porque eu quero saber: começa onde? Quem são os responsáveis? Como será feito? Ou nós vamos deparar – talvez eu não esteja viva mais – daqui a vinte, trinta anos, com problema outro, oriundo dessa nova inovação de prática, de tecnologia para tratar a questão dos resíduos. E eu gostaria...

O senhor não pode usar a palavra.

O SR. MAURO LOPES (Bloco/MDB - MG) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Desculpa, Deputado, eu tenho o maior carinho, você é da minha terra, mas me permita, eu não posso transformar em Comissão mista. Me permita. O senhor pode escrever e me dar, porque não posso transformar a CPI numa CPI mista. É só do Senado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sra. Presidente, eu vou transmitir aqui o que...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ainda vai falar isso para o meu conterrâneo, ele vai me excomungar, ele é de Caratinga também.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... o nosso grande e experiente companheiro Deputado Mauro Lopes gostaria de falar.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não, ilustre Deputado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Na verdade, o que ele queria registrar é aquilo que eu acabei de falar há pouco, o fortalecimento da agência.

Nós criamos aí, eu acho... Quando eu disse que talvez o Relator, que está debruçado nisso... Como ele disse que vai apresentar vários projetos para serem apresentados pela nossa CPI, por todos os membros, então, acho que é um aspecto que precisa deixar claro o fortalecimento da agência e os recursos arrecadados também, qual o mecanismo que a gente pode fazer, se vai ser na LDO, de que forma nós poderemos fazer para que a agência, porque ela é nova... E o pior, Presidente, é você herdar um passivo. Como disse o Ministro, o DNPM desestimulou e foi confirmado pelo Dr. Bicca.

Então, não há como separar o DNPM da agência, porque continua ali todo o patrimônio físico e também de trabalho humano, porque para, também, a agência sair catando nos Ministérios só para ter volume de pessoas sem serem especializadas, acredito que não será a solução.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Até tem que oferecer um organograma de quantas pessoas são necessárias, para que área são necessárias e qual a finalidade dessas pessoas.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Então, o veto do Presidente, o que teve agora, para a contratação de gente especializada, neste momento de crise do setor da mineração é muito maléfico.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Senador Wellington, no grupo de trabalho com o Tribunal de Contas da União, nós colocamos como sugestão, como parte do relatório, a anexação à agência da CPRM, que é uma decisão do Executivo, não é uma decisão do Legislativo, mas o Tribunal de Contas da União pode sugerir ao Executivo.

Essa será uma das propostas, porque a CPRM presta um grande trabalho à sociedade, tem quadros técnicos, hoje, qualificados e juntando-se à ANM pode colaborar e muito nesse vácuo que nós temos aí de trabalho em relação a isso.

É uma das propostas em andamento, junto com o TCU.

(Interrupção do som.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sobre a questão das multas da Vale, eu gostaria de saber.

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Senadora Presidente, só para concluir. A resposta é que, em função das vistorias, das ações em campo, dos autos de infrações que foram emitidos, das interdições, é evidente que nós também lavramos multas, mas a nossa multa é aquele valor previsto no Código de Mineração.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não está na hora de alterar isso não?

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Foi proposto pelo Executivo o aperfeiçoamento, a atualização dos valores das multas, mas Senador Dário Berger, a nossa multa, hoje, máxima é R\$3,5 mil.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O Senador Relator informa que há um projeto aprovado...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Temos um projeto aprovado, agora, recentemente, da Senadora Leila e até do ex-Senador do Espírito Santo que não se reelegeu...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Magno...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ricardo.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ricardo Ferraço, um excelente... Deixou um legado muito bom nesta área, a Senadora Leila encampou...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Anastasia também.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O Anastasia foi o Relator, está aprovado e foi à Câmara. As multas chegam até R\$10 milhões.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu queria que, de forma objetiva, o senhor respondesse as últimas perguntas, porque o Plenário abriu, mas ainda estão aguardando a votação da Câmara.

Primeiro, se o senhor pretende, a partir de agora, com a inovação de comportamento, estruturação e fortalecimento, divulgar indicadores de monitoramento de estabilidade das barragens de forma pública e em tempo real?

Mais uma pergunta. Vou fazer todas.

As empresas... A ANM tem simulações de impacto do rompimento das barragens?

E o senhor teve conhecimento das falhas dos equipamentos de monitoramento da Barragem de Brumadinho? Isso chegou ao conhecimento da ANM?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Permita-me complementar essa pergunta, excelência?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sr. Bicca, uma resposta fundamental na questão do processo.

Nós tivemos em junho de 2017 um evento grave de fraturamento hidráulico na Barragem B1, que inicialmente foi dado como fator 3 e informado posteriormente à agência como fator 6. Os senhores tiveram conhecimento do que aconteceu lá? As autoridades da ANM tiveram fiscalização sobre isso? Ou, de fato, a informação de que o evento não era tão grave permaneceu posteriormente desconhecido da agência?

Por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pode responder, por favor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Bom, Senadora Presidente, primeiro em relação à contingência, Senador Relator, o Ministro acabou de manifestar publicamente que efetivamente a Agência Nacional de Mineração não vai sofrer o contingenciamento.

Aí eu só queria fazer uma observação.

A informação que chegou até a agência é que esse contingenciamento não atingiria a área finalística. É evidente que, para a área finalística poder operar na sua plenitude, é indispensável que a área meio também opere.

Então, temos a informação do Ministro Bento de que não haverá contingências na agência. Ficamos muito felizes, porque até então estávamos entendendo que a área meio seria também contingenciada. E na fala do Ministro ele ressaltou que a agência não vai ser contingenciada. Então, isso nos dá efetivamente uma condição de trabalho bastante dentro das condições de que dispomos para o trabalho que precisa ser feito.

No que tange ao monitoramento público em tempo real, essa eu acho que pode ser uma meta a ser alcançada. Eu penso que se trata de matéria de natureza eminentemente técnico-científica e que nós precisamos achar um mecanismo, uma forma de como traduzir isso numa informação de consumo de toda a sociedade, sob pena de a gente correr risco de semear alguma preocupação, quando esta efetivamente não existe.

Mas eu acho que é possível e podemos perseguirmos essa meta de tornar um monitoramento em tempo real e público naquilo que couber.

Falha de equipamentos, nós não tivemos relatado no nosso Sistema Integrado de Gestão de Barragens de Mineração. Aí já faço um nexos, Senador Carlos Viana, com essa referência ao fato de junho de 2017. O que nós temos no sistema é a informação 3. O pessoal da área técnica me reportou agora que já está nos autos essa dúvida de que, na verdade, não seria 3, seria 6. Então, isso também está sendo matéria de análise, evidentemente, por esse comitê que foi criado internamente para apurar responsabilidades e certamente será considerado no processo de investigação.

São essas as observações que eu gostaria de fazer.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Essa agência faz uma análise de potencial de aproveitamento dos resíduos – já que nós falamos que é uma proposta de uma nova modalidade –, desses resíduos que já existem, antes de aprovar, sobretudo, Sr. Bicca, o novo empreendimento extrativista de um mesmo material já existente nesses resíduos.

O SR. VICTOR HUGO FRONER BICCA – Com a criação da agência, consta como uma das competências da agência desenvolver mecanismos para incentivar o aproveitamento de resíduos do material de mineração.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É evidente que essa é uma equação econômica, que faz parte de um plano de aproveitamento econômico e que precisa ser incorporada pelo administrado, então faremos um esforço. E temos até um termo de execução descentralizada, que está sendo construído para a Universidade Federal de Minas Gerais, no sentido de buscar alternativas de uso desse material resíduo da mineração.

É claro que, com a mudança do beneficiamento de úmido para seco, esse volume de material seco vai ser muito grande, vai ser empilhado. As alternativas hoje disponíveis são interessantes, do ponto de vista da operação, mas às vezes não têm viabilidade. Por exemplo, fazer tijolos, fazer refratários porque aí há a questão do... Cimento, mercado. Há a questão da distância do transporte, que inviabiliza a equação econômico-financeira... Enfim...

Mas é um assunto que agora está tomando uma densidade muito grande, por força desse aperfeiçoamento da legislação, e certamente nós passaremos a exigir cada vez mais, nos requerimentos de lavra, a destinação dos rejeitos e, efetivamente, maximizar o aproveitamento daquilo que é gerado como rejeito. Evidentemente que todo esse esforço tem que andar *pari passu* com o órgão de licenciamento ambiental, que é também quem dá a palavra, do ponto de vista ambiental do empreendimento.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu quero encerrar esta oitiva.

Eu queria oferecer ao Dr. Bicca um estudo que é feito na Universidade do Espírito Santo, que fala sobre o reaproveitamento dos resíduos e que, inclusive, coloca um pouquinho de alternativa para utilização. Inclusive, acho que não se deve rejeitar a utilização para tijolos de maneira nenhuma, porque há estudos muito mais consolidados, há um mercado para isso. É que, na verdade, nunca ninguém se ateve, porque a palavra final sempre foi da Vale do Rio Doce – a modalidade, o projeto técnico.

O que eu quero desejar ao senhor é o seguinte: está nas suas mãos. Evidentemente, se quiser colaboração, participação do Congresso, nós faremos aqui o que nos cabe dentro da legislação, como oferecer inclusive o apoio para reestruturar a agência, mas que ela nos ofereça também elementos para dizer qual a finalidade de todas as propostas de fortalecimento da agência, que serviço prestará a partir de agora a toda a população brasileira e aos interesses que envolvem essas empresas. E, também, que a gente possa colocar total transparência em toda a parte orçamentária, a dinâmica da técnica, para que a população se sinta pelo menos compensada de tanto sofrimento que teve até então.

Eu agradeço a sua presença nesta Comissão. O senhor está dispensado.

Passaremos agora para o Sr. Germano Luis Gomes Vieira, secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais.

Pois não.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Relator, para se dirigir ao nosso depoente.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Bem, Sr. Germano, já nos cumprimentamos.

Eu gostaria que o senhor usasse a CPI e nos dissesse aqui, neste momento, para esclarecer um assunto que foi muito divulgado pela imprensa, mas que não ficou muito claro, sobre a questão das licenças ambientais, que é a sua responsabilidade.

O senhor foi nomeado Secretário de Meio Ambiente pelo Governador Fernando Pimentel em 27 de novembro de 2017. Duas semanas depois, como Presidente do Copam, o senhor assinou a Deliberação Normativa 217, que alterou as modalidades de licenciamento ambiental, permitindo que, em alguns casos, o licenciamento fosse feito de forma concomitante com a expedição simultânea de duas ou mais licenças. Posteriormente, essa modalidade foi utilizada para a concessão da licença de descomissionamento e reaproveitamento de rejeitos da Barragem B1, que foi aprovada em dezembro de 2018, em uma reunião tensa, lá, com o voto contrário da ambientalista Maria Teresa Corujo. Ela, inclusive, publicou uma série de artigos sobre essa questão.

A Vale afirma que não havia iniciado nenhuma obra ou ação na barragem por conta da licença concedida, mas, considerando que o reaproveitamento dos rejeitos implica em alterar significativamente o ambiente da barragem, o que poderia gerar gatilhos de liquefação, o senhor acha que a modalidade de licenciamento concorrente seria adequada para esse tipo de barragem?

Os senhores fizeram uma revisão? Ela se mantém?

Não seria o caso também de ouvir a ANM na tomada de decisão?

Se chegasse hoje ao Copam um pedido do mesmo tipo para outra barragem de rejeitos, o senhor seria favorável à aprovação da licença, como foi no passado para a B1, Sr. Germano?

O senhor pode responder, por gentileza.

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Sra. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, Senadora Rose de Freitas; cumprimento a senhora, agradeço-lhe pelo convite, estou aqui à disposição integral da Comissão. Cumprimento também o Senador Carlos Viana, Senador Relator, dois mineiros, e o Senador Dário Berger. Muita satisfação em poder colaborar.

Eu queria aproveitar este início para cumprimentar os mais de 2 mil servidores do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, que devem estar nos assistindo, e também toda a equipe de segurança pública do Estado de Minas Gerais, sobretudo as ações heroicas do Corpo de Bombeiros Militar, da Defesa Civil e da Polícia Militar. Quero cumprimentar os integrantes da força-tarefa do Ministério Público Federal e Estadual, que tem muito contribuído.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, para responder à pergunta de V. Exa., é interessante apenas uma abordagem inicial sobre o que que é um licenciamento ambiental, porque, muitas vezes, o licenciamento ambiental é visto como o solucionador de questões ambientais ou de outras políticas que são muito mais extensas e muito mais vastas do que propriamente o que se analisa num licenciamento ambiental, no aspecto ambiental.

O próprio Senador Wellington Fagundes falou sobre questões de compromissos sociais; questões, às vezes, ambientais já são tão mais vastas sobre o projeto em si que é apresentado e também são as questões de sustentabilidade, questões de outras políticas como essa aqui, que era uma política de segurança, que acaba por se integrar num procedimento de licenciamento ambiental.

A rigor, um licenciamento começa a requerimento de um interessado e segue uma etapa que pode ter solicitação de uma audiência pública; depois disso, há uma análise técnica, vistorias de campo, vistorias de compensação ambiental, vistorias de espeleologia – que é caverna, cavidades –, vistorias de fauna, enfim... Esse olhar ambiental é todo o procedimento dentro do licenciamento ambiental.

Depois das vistorias, segue-se uma etapa de manifestação dos órgãos intervenientes. Por exemplo, se houver um licenciamento que tenha impacto em terras indígenas, há manifestação da Funai; se houver patrimônio histórico, há manifestação do Iphan. E, no caso, como se tratava de uma barragem, há a declaração também de condição de estabilidade, que é levada à Agência Nacional de Mineração, à Fundação e ao próprio Ministério Público, no âmbito de um inquérito civil.

O licenciamento ambiental que estava em questão, que é o licenciamento do Complexo do Feijão... Eram dois: o Complexo de Jangada e o do Feijão. O do Feijão, para ficar mais fácil o entendimento, se iniciou em 2015. Havia já quase 4 anos. Dentre as atividades que são relacionadas para se licenciar, estava uma unidade de tratamento de minerais com o tratamento a seco; pilha de rejeito estéril de minério de ferro; disposição do estéril em cava; o reaproveitamento de bens minerais dispostos em barragem; e o mineroduto, que tecnicamente é melhor chamar de rejeitoduto, que levaria o rejeito do beneficiamento até a cava, para ser disposto.

O que é uma alternativa também tecnológica ao uso de barragens é o uso das cavas exauridas ou semiexauridas, sempre com autorização do órgão regulador, porque o minério é um bem da União, e você pode estar excluindo a utilização de um minério.

Então, eu fiz esse contexto para dizer que a questão de V. Exa. é sobre essa atividade de reaproveitamento de bens minerais dispostos em barragem.

Para a gente entrar no aspecto da outra premissa, fazendo uma análise de premissa maior ou menor para chegar à conclusão, a segunda premissa é sobre as alterações da Deliberação Normativa 217.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por mais que ela tenha se concluído em 2017, foi um trabalho muito extenso de discussão ao longo dos últimos anos. Isso começou, Senador, no ano de 2009, quando o próprio Conselho Estadual de Política Ambiental aprovou a Diretiva Copam nº 2, na qual o próprio conselho que elabora a norma solicita que essa norma seja aprimorada, para que sejam integrados os chamados fatores locais. Isso densificaria muito a análise de um licenciamento, porque hoje ele apenas se classifica, na grande maioria dos Estados – e eu não sei se há outro com essa mesma especialidade de Minas –, apenas em relação a porte – que é o tamanho do empreendimento: pequeno, médio ou grande – e ao potencial poluidor que ele causa em solo, água ou ar.

No cruzamento de porte e potencial, você tem uma classe. Qual que foi a inovação de Minas Gerais? Foi justamente trazer, como um terceiro parâmetro, o fator da localização dele, porque, em razão da localização desse empreendimento, muitos outros atributos ambientais podem ser analisados com mais determinação, com mais especificidades. Vamos dar um exemplo na questão de cavidades.

Um empreendimento, uma indústria, no norte de Minas, é diferente de uma indústria no Triângulo Mineiro, se ela estiver numa área de potencial insurgência de cavidades; se estiver na Mata Atlântica ou fora da Mata Atlântica, se estiver numa área de abastecimento de mananciais ou não, se estiver numa área que tem água ou não tem água...

Dessa forma, a nossa ideia é fazer com que – inclusive, o que vem se discutindo muito atualmente – as regras sejam racionais, relativas ao tipo de empreendimento que se está propondo. Obviamente, os empreendimentos com maiores atributos ambientais a serem utilizados têm um licenciamento mais rigoroso, ao passo que os licenciamentos com atributos ambientais não significativos têm um licenciamento não tão cauteloso, do ponto de vista das regras, complexidades e etapas decisórias.

No ano de 2012, houve um chamamento público lá na secretária, que buscou trazer propostas para a elaboração de uma minuta que substituísse a minuta anterior, que era de 2004, a Deliberação Normativa 74. Esse chamamento público de 2012, porém, não considerou a diretiva de 2009 do Copam. O que que isso quer dizer? Houve o início de uma discussão, sem que esses fatores locais solicitados pelo conselho fossem inseridos.

Em 2013, a associação brasileira das entidades ambientais chamada Abema, da qual, inclusive, atualmente eu sou presidente, elaborou esse documento, Senadora, que se chama "Novas propostas para o licenciamento ambiental no Brasil", de 2013. Uma das diretrizes desse documento, com especialistas – e os 27 Estados participaram –, é justamente a questão da inserção desses fatores locais. Foi por essa razão que, em 2014, nós novamente nos debruçamos sobre a discussão de uma melhoria da legislação ambiental, para que tirássemos autorizações ambientais de funcionamento sem análise, para que tirássemos autorizações provisórias para operar sem análise, para que tirássemos do secretário a prerrogativa de dar licenças sem passar pelo conselho...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

Na sequência da sua resposta, era a próxima pergunta que eu iria lhe fazer.

Uma reportagem do jornal *Folha de S.Paulo*, do dia 22 de fevereiro, assinada por Maurício Angelo, diz o seguinte:

Diretores da Vale discutiram com servidores estaduais de Minas Gerais, em 2014, regras para acelerar o licenciamento ambiental no Estado, revelam áudios e documentos obtidos pela Repórter Brasil.

As sugestões feitas pelos funcionários da mineradora, no encontro de outubro de 2014, foram adotadas três anos depois, quando o Governo de Minas, sob Fernando Pimentel [...], simplificou o licenciamento ambiental no Estado.

A [...] norma enfraqueceu a fiscalização e acelerou o licenciamento da mina de Córrego do Feijão, que rompeu em 25 de janeiro e deixou pelo menos 176 mortos [está na matéria] e [...] 134 desaparecidos [...].

Diz a reportagem que o encontro:

aconteceu na [...] Secretaria de Meio Ambiente [...] em Belo Horizonte [...] [e que] contou com a [...] [presença] de quatro funcionários da [...] [Vale] e de pelo menos dois servidores da secretaria. A presença de funcionários da Vale neste grupo de trabalho viola [uma] norma interna da própria secretaria.

Uma das executivas da Vale presentes na reunião era Gleuza Jesué, Gerente Executiva de Meio Ambiente da empresa.

Ainda segundo a reportagem, o senhor estava na reunião como chefe de gabinete da Semad, coordenador do grupo de trabalho.

Aí nós perguntamos: o senhor confirma que esteve nessa reunião de 2014?

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Confirmo.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor confirma que quatro executivos da Vale participaram da reunião do grupo de trabalho presidido pelo senhor, contrariando as normas da Semad?

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Eu não conheço qual é a norma da Semad de que não poderia haver a participação externa, mas nós temos inclusive a lista de presença, em que a gente pode confirmar quais são – um, dois, três, quatro – os quatro integrantes da Vale.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Esse grupo de trabalho se iniciou em 4 de junho de 2014 e, de acordo com o art. 2º, o grupo de trabalho será composto por representantes, um titular e um suplente, dos seguintes órgãos e entidades...

Aí, "caberá ao chefe de gabinete ou alguém por ele designado a coordenação-geral dos trabalhos (...) A critério do grupo de trabalho, poderão ser convocados a participar das reuniões outros representantes que possam colaborar..."

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim, mas por que só da Vale, Sr. Germano? Por que não um grupo de trabalho da mineração?

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – O senhor sabe que, quando a gente começa a resgatar essas temáticas, é que a gente vai, inclusive, revisitar todos os temas.

Em 2014, é importante lembrar que dois grupos de trabalho foram criados: um grupo de trabalho foi criado para informatização do sistema, porque tudo é uma construção, desde 2009. Então, se você tem a necessidade de inserir fatores de localização, você precisa colocá-los sob uma plataforma digital, para que todo empreendedor possa, dentro do seu cenário de investimento, consultar quais são os atributos ambientais antes sequer de ele começar um procedimento administrativo.

Muito bem.

Esse grupo de trabalho foi também criado pelo secretário à época, e foi criado um outro grupo de trabalho, que é esse que o senhor menciona, justamente para consolidar as propostas que, até então, vinham vagando desde 2009.

O grupo de trabalho não foi uma reunião secreta, porque foram gravadas todas as reuniões, e todas elas foram inclusive registradas em atas de reunião, sobretudo porque eu era chefe de gabinete. Todas as pessoas que participaram foram registradas em ata, então não tem nada de secreto. E, na ocasião, uma servidora nossa...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu estou confusa aqui..

Desculpe-me, Relator. O senhor pode falar. É porque eu gostaria de fazer uma observação.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Claro, perfeitamente.

É porque nós estamos falando de uma reunião em 2014...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Que não é uma reunião secreta, mas não é uma reunião de uma simbiose tal que só possa ter Vale dentro...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpem, desculpem. Eu estava...

Desculpe-me, Sr. Germano.

Sr. Germano, as pessoas todas que falaram e tiveram preocupações até quanto ao seu comparecimento aqui, que é extremamente importante, falaram do seu procedimento, do seu caráter, da sua competência... Assim, quando o Relator faz uma pergunta... Por que só a Vale estaria na reunião? Por que quatro representantes da Vale? Já que cabia ao chefe de gabinete – e o senhor era chefe de gabinete – convidar as pessoas, por que não outras pessoas, se tratava especificamente essa reunião de coisas que têm muita importância no contexto dessa comissão?

E aqui não há nada que conteste o seu procedimento profissional, apenas a condução do procedimento em relação a essas reuniões realizadas, que têm tanta importância para a apuração de fatos na CPI.

Eu gostaria até que o senhor continuasse o seu raciocínio, mas, assim, não se trata de defender um procedimento, mas o senhor está revisitando a sua expressão, revisitando procedimentos, reuniões... Dentro desses procedimentos e reuniões, não está excludente o procedimento da Vale dentro de uma reunião dessa?

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – É porque, Senadora, nessas reuniões também participaram representantes da agricultura, não só da empresa Vale.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Agricultura genericamente e a Vale especificamente?

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Ouvindo os áudios, você vê – e eu tive que realmente ouvir para relembrar – que uma das nossas... Inclusive, hoje, diretora do Igam. No início da própria reunião, ela registrou que, coincidentemente, representantes da Vale a haviam abordado, dizendo que eles tinham feito um estudo comparativo sobre o licenciamento ambiental no Brasil, na Austrália, no Canadá, e gostariam de fazer a apresentação. Então, em razão desse pedido, que foi deferido, fizeram a apresentação; mas o que consta na ata, os encaminhamentos, nada é relativo a uma decisão, a essa apresentação que foi feita, apenas um estudo de Direito Internacional Comparado, que foi, então, proposto pela conselheira e foi, então, assim realizado.

Agora, todos esses trabalhos, Senadora, chegaram a um resultado final – nós fizemos um relatório executivo de todos os trabalhos que se fizeram, inclusive com a participação da própria ouvidoria ambiental em algumas dessas reuniões –, e nós o apresentamos no próprio Conselho Estadual de Meio Ambiente, no final de 2014, que é o nosso maior fórum de debate democrático que temos nos Estados, que são os conselhos estaduais. Então, todo o relatório foi apresentado também no Conselho do Meio Ambiente, porque naquela ocasião nós ainda estávamos num fim de Governo, não é?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor é secretário?

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Atualmente sim.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor não acha importante... Desculpe-me atalhar sua resposta.

Veja a linha do perigo e das consequências desse perigo todo, porque a Vale é um perigo. A Vale demonstrou-se perigosa. Ninguém... Eu apoiei a Vale a vida inteira, lutei pela Vale, presidi Comissões. Onde havia interesse do Brasil, a gente sempre procurou construir legislação específica para tratar dos interesses do Brasil.

Veja bem, o senhor me fala que na apresentação, que ela pediu licença para fazer uma apresentação de um trabalho realizado, e o senhor autorizou – o senhor e outras pessoas, acredito. E, quando autorizou, aí no relatório não faz menção sobre essa apresentação. Mas o senhor veja como o procedimento é importante: eu recebi... Eu tenho amigos na Vale. Ao longo de 32 anos, 35 na verdade, na atividade política, a Vale nos encontra dentre toda legislação dentro desta Casa. E fui de comissão em que várias vezes solicitamos a presença da Vale para esclarecer. E o nosso objetivo é apoiar tudo que significa investimento para o Brasil. Eu acho que há... Eu quero deixar esta minha impressão, porque ela não compromete, mas especifica que outras atitudes possam ser tomadas diferenciadas no futuro ou a partir de agora. A Vale tem uma relação umbilical com os Governos. Umbilical. Imagine a situação: estou vendo aqui o parecer da licença relativa à mina do Córrego do Feijão. Eu imagino... O senhor pode ser meu filho. Imagine, internamente, como as pessoas de vários Governos se sentiram por não ter um certo olhar técnico, distanciado, ao mesmo tempo comprometido, para ressaltar tanto espaço que a Vale teve. Tanto espaço que a Vale teve.

A Vale construía, auditava o que construía, fiscalizava o que construía, fazia e, depois, legalizava. E tendo a compreensão de todos, porque eu também entendo, como municipalista que sou, o quão importante é haver investimento nas regiões. Mas veja ao que tudo isso nos levou.

Quanto ao trabalho que o senhor executa, eu não tenho dúvida, até por pareceres de pessoas... O senhor está há três Governos?

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – É, porque eu sou servidor de carreira. Como secretário, desde dezembro de 2017.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor não foi secretário do Anastasia?

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Não.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Mas todos falaram bem do senhor. Então me desculpe.

O meu papel aqui não é apreciar seu currículo – aguarde que eu conclua e o senhor fala –, mas nós temos que estabelecer diferenças de procedimentos, para que a gente, com um olhar muito cuidadoso, possa também barrar as infringentes indisciplinas, irresponsabilidade de empresas como essa, e o quanto importam para Minas e para o meu Estado do Espírito Santo. Nasci em Minas, sou Senadora pelo Espírito Santo, e estou no oitavo mandato.

Assim... Quando ela pede para comparecer, adentrar uma reunião em que se está tratando de coisas tão importantes, como o senhor colocou... E vejo que o senhor entende profundamente do que fala. E ela pede para fazer uma exposição... Poder-se-ia marcar uma reunião separada, para que ela fizesse, e ela fosse pública, e ela constasse do relatório, porque tudo isso são apenas procedimentos que levaram a Vale a ter permanentemente o apoio de todos, até o meu. Entenda isso.

Então, o senhor, que está prosseguindo nessas atividades que, eu sei, vão muito mais adiante, pelo que eu estou vendo aqui... Eu tenho uma pergunta a lhe fazer. Primeiro, pela simplificação de procedimento. Essa simplificação de procedimento de licenciamento ambiental de barragens pela secretaria que o senhor hoje comanda contribuiu ou não para o acidente de Brumadinho?

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Senadora, para eu chegar até à resposta, eu só preciso concluir o entendimento de 14...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pode concluir. Sinta-se à vontade.

Eu queria só uma questão de objetividade, porque a sessão do Senado se realiza daqui a pouco.

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Hoje, lá no sistema de meio ambiente... Tanto eu como todos os chefes das entidades vinculadas somos servidores de carreira, e nós temos uma preocupação de as coisas que são propostas serem muito bem analisadas, todas as propostas. Em 2015, quando começou o Governador Pimentel, eles criaram uma nova força-tarefa para diagnosticar o próprio sistema de meio ambiente e a burocracia de processos, etc., o que levou à edição de uma lei em 2016. Esse é o sequenciamento histórico. Com a aprovação da Lei de 2016, havia a criação de um modelo de licenciamento não só sequencial, mas o concomitante e os simplificados. Essa é uma realidade que existe em todos os Estados, o que é licenciamento trifásico e o que é o licenciamento simplificado. O simplificado não quer dizer que é sem análise.

No caso de 2017 – e, aí, já dentro da minha tutela como gestor –, nós, em vez de fazermos uma discussão só interna, na secretaria, fizemos dezenas de reuniões técnicas primeiro, junto com os nossos servidores, depois nós fizemos reuniões – e várias – junto ao Conselho Estadual de Política Ambiental,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em todas as suas câmaras e, para que não bastasse, para sair dos muros do conselho, a gente colocou uma norma em consulta pública, em que nós tivemos mais de 500 manifestações. Todas elas foram analisadas e foram pautadas no conselho, ao final do ano, premissas e bases sobre as quais o próprio conselho ambiental, que é paritário entre Poder Público e sociedade civil, deliberou sobre essa norma de 2017.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor considera nessa análise, nessa consulta, evidentemente valiosa, que essa simplificação era considerada um rebaixamento dos riscos das barragens?

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Não. O licenciamento ambiental não lida com o risco. Ele lida com a classifica...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não... Vamos formular a pergunta de uma maneira que o senhor possa responder.

Essa simplificação gerou, deu a conotação de um rebaixamento dos riscos das barragens, principalmente a de Brumadinho?

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – A classificação das barragens, em relação ao risco, é a classificação da Agência Nacional de Mineração.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Mas com a simplificação, Sr. Germano, simplificou o procedimento para oferecer o licenciamento. Essa simplificação – vou tornar a repetir – reduziu, diminuiu a questão do rebaixamento da segurança... Não é mais a segurança, mas seria em relação à fiscalização e àquilo que a Vale teria que apontar dentro do processo de segurança.

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Isso. Compreendi.

Bom, cada atividade que é proposta tem uma classificação. Por que que muito se discutiu sobre o tal do rebaixamento de classe? Porque parecia que o licenciamento – esse, que a senhora tirou cópia – era relativo a você construir a barragem, ou você aumentá-la, ou você colocar rejeito nela. O licenciamento que estava em questão tinha até um fator positivo que era: o reaproveitamento leva como consequência o desmonte progressivo dos alteamentos e, ao final, à recuperação de área degradada.

Então, essa norma de 2017 encampou uma regra que era anterior, de 2016, que dizia o seguinte: para dispor o rejeito numa barragem, a classe é seis, porque é um maior potencial; para retirar o rejeito, a classe é menor, é quatro, pelo potencial poluidor. Isso foi discutido no conselho em 2016 e foi trazido de novo em 2017.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O procedimento se deu em licenciamento, mas todas as fases – licença prévia, licença de instalação e licença de operação – possuem as mesmas regras. Os mesmos documentos de licença prévia, de instalação de operação estavam nesse licenciamento: estudo de impacto ambiental, as compensações ambientais, tudo isso estava dentro desse licenciamento. Qual é a diferença? A diferença é que ao invés de você passar pelos licenciamentos sequenciais – faz uma, termina; começa outra, faz uma, termina outra –, toda a fase do licenciamento, mas por etapas, com as características de cada licença, é analisada simultaneamente pelos analistas. E, quando eles vão elaborar o parecer, eles abordam tanto a parte da viabilidade, quanto a parte da instalação e a parte da operação.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ao mesmo tempo?

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Ao mesmo tempo. Isso quer dizer que muitos outros órgãos até tratam isso como uma ampliação inclusive em adendo, nem em licenciamento. Lá em Minas Gerais, a gente classifica esse reaproveitamento como passível de licenciamento, porque você vai gerar um rejeito dele. Ainda que haja esse fator, você gera um rejeito, você tem que saber onde esse rejeito vai ser disposto. Então, ainda que a infraestrutura esteja mais consolidada, nós temos que saber onde que vai dispor esse rejeito.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Mas já não sabia antes? Não é igual tudo o que era antes? Não era a mesma modalidade de barragem?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu vou esclarecer. É até bom que ele responda. É outro posicionamento a que eu gostaria de chamar a atenção. O senhor, por gentileza, nos dê uma resposta.

Em novembro de 2018, foi assinada a Deliberação Normativa 228, que abriu caminho para que as atividades enquadradas na classe quatro pudessem utilizar o licenciamento concomitante com a concessão simultânea das licenças. Como explicamos, esse foi o enquadramento da licença concedida para descomissionamento e aproveitamento de rejeitos da barragem de B1. Isso foi dado em 2018.

Essa mesma Deliberação 228 cancelou a DN 210, dispensando o parecer da ANM, caso o empreendedor quisesse despejar os rejeitos na cava da mina, porque antes a ANM tinha que participar da decisão. Aí, com essa determinação do senhor, esse parecer da ANM foi retirado e foi dado diretamente pelo Governo do Estado.

Por que o senhor achou dispensável o parecer da ANM? Para acelerar o processo? Isso também acabou não fazendo com que a Vale atrasasse o descomissionamento da Barragem de Brumadinho em busca de reaproveitar ou de lucrar com o rejeito que estava ali e não tomou as providências para que ela fosse comissionada mais rapidamente?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – O licenciamento que tratava de reaproveitamento de rejeito é da Deliberação Normativa 210. Essa Deliberação Normativa 210 foi inserida e aproveitada na Deliberação Normativa 217. Então, as regras que foram utilizadas neste processo aqui são da Deliberação Normativa 217. Quer dizer que ele foi todo analisado com a licença prévia de instalação de operação e depois pautado no Copam sobre as regras da Deliberação Normativa 217.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas depois o senhor mudou. A 228, por determinação do senhor ou do seu grupo, essa participação da ANM foi retirada do contexto. Por que isso?

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Aí eu tenho que ler para ter o total entendimento, Senador. Mas, considerando que é um bem mineral e você vai dispor em cava, a ANM deve fazer a participação, sim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois é. Pelo que consta aqui da própria ANM – nos foi informado no acompanhamento que nós estamos fazendo com um grupo de trabalho –, a sua Deliberação 228 retirou isso. A ANM passou a não ser consultada, porque antes, para depositar rejeitos numa cava onde havia minério antes, tinha que ter o parecer de todos. E, com a Deliberação Normativa 228, isso foi mudado. A ANM foi retirada desse contexto e a empresa passou a ter o direito de depositar do jeito que ela quisesse, onde ela quisesse o rejeito.

Nós queremos entender por que isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É, a DN 210, que é da ANM, e a 228, que é da Secretaria de Meio Ambiente. Por que essa mudança em retirar um parecer da ANM e garantir o licenciamento direto mais rápido pela Secretaria de Meio Ambiente?

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Bom, essa norma primeiro não é nossa. Essa norma é do Conselho de Meio Ambiente, do Conselho Estadual de Política Ambiental. Essa reunião de conselho quem preside é o secretário adjunto. Por isso eu preciso estudar para poder falar.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Mas o secretário adjunto se reporta ao senhor, não vai independente...

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Sim, mas, como é uma discussão técnica, eminentemente técnica, nós precisaríamos do esclarecimento do teor das discussões para que nós pudéssemos não dar nenhuma resposta equivocada.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Eu faço questão dessa resposta.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Nós vamos entregar aqui ao senhor. Aí o senhor providencie, por favor, uma informação oficial sobre esse assunto, por gentileza.

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Perfeitamente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu queria também perguntar se o senhor acha que essa simplificação foi boa. Eu quero que o senhor responda isso, por favor, à luz de todos os acontecimentos de agora.

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Senadora, para o licenciamento de listagem de mineração do ponto de vista da avaliação de impacto, porque licenciamento é forma, é sequenciamento de atos... O conteúdo é o importante, que é a avaliação. São os estudos ambientais. Todos esses estudos ambientais para listagem de mineração são os mesmos do que existia antes; todos os códigos. Você tem uma avaliação. Tem que exigir a Rima? Tem e se exige a Rima. A comparação pelo que a equipe reporta de classe, de portes, potenciais poluidores de um relativo a outro, comparando os quadros, para listagem de mineração, é o mesmo. Então, você tem que fazer. E a norma não trata de EIA. Quem trata de Estudo de Impacto Ambiental são várias outras normas.

Então, você está fazendo um licenciamento ambiental, seja ele concomitante, seja ele trifásico, seja ele bifásico. Se você tem que fazer o Estudo de Impacto Ambiental, o Estudo de Impacto Ambiental é elaborado e é analisado. O que ocorreu dentro desse licenciamento é o que nos traz à indignação é que, em setembro do ano passado, do ponto de vista da segurança da estrutura, foi apresentada uma declaração de condição de estabilidade que atestava que aquela barragem era considerada segura.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Quem apresentou?

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – A empresa Vale. Não apenas isso, como, por exemplo, se noticiou, Senadora, depois em jornais de grande circulação como este aqui, em própria petição inicial do órgão ministerial...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor está me dando um jornal aqui, que diz: "Promotor diz que Vale obstruiu apuração". Quem estava fazendo apuração?

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – O Ministério Público. Então, na inicial de que eu tive conhecimento até agora, existem algumas passagens muito interessantes para a Comissão, por exemplo:

As declarações de estabilidade não retratavam a verdadeira criticidade da Barragem 1, que acabou rompendo em 25 de janeiro. Por conseguinte, a dinâmica ilícita afastou do radar do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Poder Público e da sociedade a real gravidade das condições da estrutura que veio a romper e causar centenas de mortes e graves danos ambientais.

Continua o Promotor:

Em um contexto de escassez de recursos e de limitação orçamentária para composição de equipe técnica suficiente para fiscalização de todas as estruturas [conforme o próprio Presidente da ANM assim fez menção], o Poder Público adota a priorização da sabidamente menos estáveis para reforçar as atividades de fiscalização. Trata-se da concretização do princípio da eficiência do planejamento e que deve nortear a atividade administrativa no Brasil.

Essa inicial, inclusive, teve ação de deferimento pelo Poder Judiciário, em que a juíza concordou com as alegações do *Parquet*, do Ministério Público e, em razão da complexidade e da gravidade dessas investigações, que nós sempre tomamos conhecimento, quando as ações são liberadas, porque aí nós vamos ter acesso a *e-mails*, etc., nós lavramos mais um auto de infração contra a Vale pela prestação de informação falsa ou materialmente falsa. E nós também fizemos esse encaminhamento a ela.

Então, para a sua resposta. O que é mais importante nisso tudo, o licenciamento simplificado. E não era um licenciamento simplificado. Era um licenciamento concomitante, que é muito diferente, que é um licenciamento...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Mas o senhor usou essa palavra. Eu, quando lhe perguntei: "Simplificado?", o senhor falou: "Simplificado". Então, a palavra não é minha; é de uma definição técnica de várias outras pessoas. E o senhor usou essa palavra.

Como é que eu vou dizer isso, meu Deus? Não quero ser ofensiva a ninguém, mas não cabia ao Governo do Estado? São danos irreparáveis causados à população, à cidade, à região, à economia. Não cabia ao Estado, diante do que está escrito aqui, diante do que lavrou a juíza, promover uma ação popular por danos irreparáveis à Vale em prejuízo da verdade, das vidas?

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Nós já fizemos duas ações pela Advocacia Geral do Estado. No primeiro dia nós... São as procuradoras. No primeiro dia, nós elaboramos uma com medidas emergenciais que garantiu um aporte financeiro para continuar os trabalhos do pós-desastre e uma segunda mais recentemente para garantir a indenização de todos e quaisquer danos socioeconômicos e socioambientais.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – E os danos às famílias?

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Não tem preço.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não tem. Ao dizer que não tem preço, quer dizer que a Vale não precisa pagar. É isso que nós estamos vendo. A Vale não paga. E aquele povo que esteve lá, que sofreu as consequências não tem parceiros nessa luta a não ser o próprio povo. Não existem parceiros.

O senhor é uma pessoa extremamente importante nesse processo. O senhor não é nossa testemunha. O senhor é nosso depoente. O que o senhor diz aqui é de fundamental importância para esse processo como um todo.

Não sei se o senhor acompanhou a CPI. Está aqui o Senador Carlos e outros que estão nos gabinetes que nos comunicaram que estão acompanhando a CPI. Não sei se o senhor acompanhou, mas todos mentiram. Eles alcinharam o *habeas corpus* a sua imagem de testemunha e chegaram aqui. Por que trouxeram *habeas corpus*? Porque ali diz que eles não têm o compromisso de dizer a verdade. Estão amparados pelo *habeas corpus*. No entanto, falaram. E por que falaram? Estão livres de qualquer implicação da mentira, da veleidade das respostas; no entanto, eles vieram aqui e falaram. Eles falaram que montaram a estratégia. E essa estratégia, ao final de tudo, Sr. Germano, é apenas para não atender minimamente, já que o dinheiro não paga nada àquelas famílias que perderam tudo, inclusive as pessoas. Então, o senhor é fundamental nesse processo. O senhor sabe disso.

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Estou à inteira disposição. Inclusive, umas das perguntas que vocês fizeram ao Presidente da agência, com sugestões, se eu pudesse elencar, eu estou disponível para fazê-lo, porque isso...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Vamos aproveitar isso. Não é, Sr. Relator? Vamos aproveitar as suas sugestões, a sua capacidade profissional.

Eu passo a palavra ao Relator.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Senadora, já pediram para a gente... Estamos sendo chamados no Plenário. Então, temos que ser mais breves aqui. Já temos o aviso da Diretoria de que daqui a pouco os Senadores todos...

Sr. Germano, nós começamos aqui a CPI, até eu estava conversando com... Antes dessa reunião. Eu coloquei que o nosso interesse aqui é que não morram mais pessoas, esse é o nosso objetivo. Nós trocamos aqui, eu falo por mim e tenho certeza de que a Senadora Rose... Nós trocamos zero divulgação na imprensa por zero morte. É um acordo justo. Não queremos divulgação, nós não queremos espetáculo, nós não queremos nada. Nós queremos é que não morra mais ninguém. Se isso acontecer, e nós conseguirmos fazer com que a mineração continue gerando riqueza, emprego, com segurança, nós já demos uma contribuição, esse é o nosso objetivo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu gostaria que você, na sua experiência, como servidor de carreira, como secretário, diante do que aconteceu, fizesse uma avaliação de quais seriam as medidas que hoje necessitariam ser modificadas. O que nós precisamos fazer para mudar? O senhor já deve ter feito uma reflexão com o seu grupo sobre esse assunto. Traga-nos aqui o que nós temos que fazer. Quais são os âmbitos legais que nós podemos trabalhar para que não aconteça?

E um segundo ponto, a questão da mineração a seco, quando, em quanto tempo nós teremos essa determinação hoje obrigatória para que nós não tenhamos mais as barragens de rejeitos novas? Quero aqui – inclusive, já coloquei – saudar mais uma vez, porque outras quatro barragens não serão mais construídas em Minas. Isso é uma grande notícia para a população de Conceição do Mato Dentro, para as pessoas de Barão de Cocais, de Mariana – quatro novas, as empresas já desistiram. Nós já conseguimos avançar.

Então, eu gostaria que o senhor fizesse esta avaliação: onde houve erro ou existiram erros; onde nós podemos mudar e a questão do futuro da mineração. Porque quem nos assiste, quem trabalha na mineração, por exemplo, hoje, liga para cá, às vezes, até nos ofendendo, dizendo que nós estamos querendo acabar com os empregos. Quantos empregos valem a pena para matarmos 300 pessoas? Qual é a riqueza que nós temos que gerar para poder pagar a uma família de Brumadinho que nos assiste, ou às famílias de Mariana, dos 20 mortos de Mariana que perderam pai, perderam irmãos? Quanto é que vale isso para essas pessoas? Essa reflexão é uma contribuição que nós não podemos deixar de dar.

Eu gostaria que o senhor fizesse uma análise para a gente, por favor, em relação às falhas, ao momento e ao futuro que as pessoas esperam, por gentileza.

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Ótimo. Obrigado, Senador.

Senadora Rose, só para não deixar pairar dúvidas sobre isso. Lá em Minas são três tipos de licenciamento: o trifásico, o concomitante e o simplificado. Esse aqui era o concomitante.

É muito importante, Senador, os protocolos. E para isso é importante o acesso integral às informações em tempo real. Parece que nisso nós concordamos plenamente com a Agência Nacional de Mineração, porque é a necessidade de que essas informações em tempo real não sejam apenas interpretadas, auditadas e preenchidas, cadastradas pela própria empresa.

A auditoria, minha primeira proposta, tem que ser de fato independente, para isso, um cadastramento junto aos órgãos reguladores poderia servir como prerrogativa, a partir do momento em que você pode fazer um *background check* dessas auditorias. Segunda, é a necessidade premente da descaracterização, em que pese a impossibilidade, em Minas, de construir novas barragens a montante desde 2016, é necessário que esse passivo herdado seja descaracterizado. A lei de Minas Gerais colocou o prazo para três anos. Acredito que é um prazo muito arrojado, tendo em vista que existem várias barragens a montante de grande porte, em que uma descaracterização em massa pode também gerar



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

efeitos sinérgicos do ponto de vista, inclusive, do trabalho, da circulação de pessoas, caminhões, etc. Então, é necessário fazer uma descaracterização de acordo com premissas técnicas. Terceira, é a estruturação dos órgãos públicos. Essa é uma necessidade e uma realidade que nós diagnosticamos.

A experiência que nós tivemos na China, no ano passado, foi muito interessante. Na China, eles conseguem chegar ao reaproveitamento de quase 18% de rejeitos dispostos em barragem. Isso é uma evolução, porque lá o teor de minério é muito baixo. Então, gera-se muito rejeito. Então, produtos de construção civil, como o senhor até colocou, cimento – eu estive com a ABCP (Associação Brasileira de Cimento Portland)... Ou seja, tem que ter uma economia circular, porque o rejeito, o passivo de uma pode virar ativo de um outro setor, como da construção civil, como do cimento.

Há também, na China, tributo específico para disposição de rejeito em barragem, também incentivo econômico para que você faça outras tecnologias e o monitoramento em tempo real. Essas outras tecnologias estão disponíveis, e aí nós temos que ter uma disposição do setor em fazer esses investimentos e propor aos órgãos os projetos, porque se iniciam projetos a requerimento do interessado.

V. Exa. citou empilhamento a seco, drenado, citaria também separação magnética, disposição em cava.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Mas vocês já emitiram licenças para que fosse produzida essa nova técnica a seco.

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Já emitimos.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não exigiram reaproveitamento de nada? Não cabe à empresa dizer se ela vai fazer ou não, cabe estudar todo o contexto onde esses resíduos são jogados, aproveitados, tecnicamente construídas barragens daquela modalidade. As licenças foram construídas sem pedir um estudo técnico para aproveitamento disso, para reutilização, para comercialização?

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Quando a empresa escolhe adotar uma dessas outras tecnologias que são a seco, ela tem que fazer todos os estudos de projetos de engenharia também relativos a isso. Inclusive, porque uma pilha também tem que ser monitorada geotecnicamente e não uma barragem apenas.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – E sua secretaria nunca fez um estudo para reaproveitamento, oferecer um subsídio? Tem que ter uma interação nesse procedimento.

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – No ano passado, nós fizemos três seminários internacionais justamente para fomentar a troca de tecnologia de empresas internacionais com o setor



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

de mineração de Minas Gerais. E eu acredito que deve haver um incremento setorial relativo a isso aqui. Talvez essa ideia de se relacionar essas alternativas à própria autorização de lavra é algo que também incentive ainda mais que isso seja apresentado nos projetos de licenciamento.

Senadora, já que me disse que era para contribuir também, eu queria só fazer um registro de que a nossa lei estadual foi aprovada há quase três meses, e ela colocou um prazo para que, em 90 dias, todos os empreendedores com essas barragens que ainda existem, que lá em Minas nós temos a informação de que são 48, têm que apresentar um cronograma para encerrar essas barragens.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Já é um projeto de lei aprovado.

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Já.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não podem obstruir.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas é em âmbito estadual.

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Em âmbito estadual.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Nós precisamos trazer essa legislação para o âmbito federal, para o âmbito nacional.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Nós temos uma de âmbito nacional.

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Mas apenas 12 apresentaram, das 48.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Vamos aproveitar aqui o seu posicionamento...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor ouviu o que ele falou?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ouvi.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sobre as 12 que apresentaram, das 48...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ouvi. Mas o que eu gostaria que o senhor deixasse bem claro, para aqueles que trabalham na mineração hoje, que têm seu emprego na mineração, que dependem dessa renda para sustentar a família, para os comerciantes das cidades, eles também estão preocupados com essa questão da mineração...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós, como eu disse, trocamos aqui zero divulgação da imprensa por zero morte. Nós não estamos dispostos aqui, até por respeito às pessoas que morreram em Brumadinho e Mariana, a usar essa CPI como um espetáculo, um holofote para nada, nós queremos aqui é que não morra mais ninguém e a mineração continue gerando os recursos que gera para o nosso País, mas dentro de um limite em que as pessoas se sintam seguras. Que ninguém seja obrigado mais a ficar saindo de casa de madrugada, com sirene tocando; que ninguém volte para dentro de casa dizendo o seguinte: "Será que eu estou seguro na minha casa? Será que isso vai romper de novo? Será que vai matar alguém da minha família?".

Alguém que está fora do Brasil assistindo, acompanhando... Barão de Cocais tem muita gente que mora nos Estados Unidos também, é uma região que tem muitos emigrantes, pessoas que moram em outros Estados, preocupados. E o que é pior: nós matamos o comércio até do entorno por conta das informações, da carga de notícias. Brumadinho, por exemplo, o museu passou a não ser tão visitado quanto era antes, é o maior museu aberto de arte contemporânea, é uma pérola na cultura de Minas Gerais e do Brasil. A própria hotelaria de Brumadinho sentiu um efeito muito forte em relação à...

Então, o que eles esperam de nós hoje e do senhor, como secretário, são respostas. A mineração a seco vai se tornar uma realidade em quanto tempo? Quanto tempo... Nós estamos colocando aqui dez anos para acabar com todas as barragens de rejeitos. É um tempo suficiente? As licenças atuais, nós podemos proibir inclusive... Alçamento a montante não há mais, mas quais outras restrições a gente já pode criar de imediato que mantenha a efetividade do setor, mas que diminua os riscos. Essas respostas... Nós temos que ser muito claros para as pessoas – muito claros.

O que a maioria cobra é, por exemplo: "Ah! Já tem tanto tempo de desastre, nós não sabemos nem o que aconteceu ainda". Por quê? Porque todo mundo que vem aqui da Vale, todo mundo que vem aqui da própria ANM, todo mundo está se esquivando, está todo mundo saindo dessa história toda. E nós como autoridades, o senhor como secretário, porque foi mantido no cargo, temos a obrigação de dar a nossa resposta.

Foi o que eu e o Senador Kajuru estávamos falando há pouco, nós aqui estamos debaixo da autoridade do povo brasileiro. Nós começamos a trazer as pessoas, os responsáveis, os envolvidos para darem uma resposta, aí o Ministro Gilmar Mendes vai lá, dá uma série de *habeas corpus*, e agora dá uma decisão que a pessoa não é obrigada comparecer à CPI, numa flagrante intervenção ao trabalho do Parlamento. Por quê? As pessoas nos cobram respostas e como é que nós vamos dar essas respostas para as pessoas se nós não temos os elementos mínimos para poder ouvir, para poder propor o indiciamento; se, a cada vez que passa, o direito de defesa no Brasil vai se tornando cada vez maior até para bandido? Bandido no Brasil tem mais direito de defesa do que muitas vezes nós diante da população.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O povo quer resposta: "Você foi eleito. Cadê as respostas? A Senadora foi eleita. Cadê as respostas?". E o bandido, o sujeito que é o criminoso mesmo simplesmente vai lá e diz: "Não vou falar nada. Não quero falar nada e não vou falar nada".

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Em cima do *habeas corpus*. Agora nem aqui precisa comparecer. Não é um negócio esquisito? O Brasil pedindo respostas e a Justiça nos dificultando dar as respostas numa intervenção ao trabalho do Parlamento.

Então, eu gostaria que o senhor fosse mais claro. Hoje o que é que nós vamos mudar? A mineração a seco vai se tornar uma realidade quando? As barragens de rejeitos não vão mais interromper o sono de ninguém quando? Quem vai acompanhar isso? Qual é o nosso trabalho daqui para frente?

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Ótima pergunta. Vai me dar a possibilidade de abordar o que eu penso de fato.

Barragens montante sempre foram consideradas, sobretudo depois dos últimos desastres, como as barragens obsoletas.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Antes já eram.

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Houve a proibição de construir novas e houve a necessidade agora estabelecida de descaracterizar as barragens herdadas de algumas décadas para trás. Nós temos que avançar nessa frente. O risco zero existe? Não existe. É como o risco de avião. Para você não ter risco de acidente aéreo, você não pode deixar o avião decolar. Nós não podemos deixar mais que haja construção de barragens a montante e que as já existentes sejam descaracterizadas.

Segundo ponto: para as outras barragens com outras técnicas, a sua construção deve ser quando não for possível fazer a utilização de outras tecnologias de disposição. Da mesma forma, para que você possa, quando necessárias, elas serem otimizadas em porte e tamanho inclusive da desnecessidade de se altear.

É a mesma lógica de um aterro sanitário. Quando você reaproveita, quando você recicla, o que acontece com o aterro sanitário? Você deixa de levar resíduo para lá. Então, eu acho que a gente não deveria nem chamar de rejeito, deveria chamar de resíduo, porque há possibilidades de você fazer outras coisas com resíduos.

Então, ao que a secretaria se propõe, Senador, a partir de agora? Nos estudos técnicos, nas suas instruções de serviço, inclusive nós já temos uma recente sobre isso, que seja demonstrado nos estudos



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

ambientais de fato alternativas tecnológicas visando às melhores práticas de disposição de uso do rejeito para que possamos avaliar realmente se naquele caso específico há a necessidade de construção de alguma estrutura de barramento, considerando a exploração de outros minerais que dependem muito mais de uma estrutura de barramento do que os minérios de ferro. Então, nós precisamos avançar nessa disposição de alterar a possibilidade, as instruções de modo que seja muito categórica a demonstração cabal da possibilidade ou impossibilidade de se colocarem, para atender uma produção, outras alternativas de disposição e deixar isso muito claro para a sociedade.

Terceiro ponto: não há hoje em Minas Gerais a possibilidade de manter na zona de autossalvamento, que é uma zona de 10km, a existência de ocupações, seja de estruturas trabalhistas, seja de ocupação de pessoas. A zona de autossalvamento é aquilo que está à jusante da barragem. A lei estadual já estabeleceu...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não quer dizer nada. Desculpe. Eu estou constrangida, porque agora se passou à votação verdadeiramente e a sensação que eu tenho, Sr. Germano, é que essa normativa serviu mais ao empreendedor do que à questão ambiental.

Então, eu vou deixar com o senhor as perguntas. Gostaria que o senhor formalizasse as respostas. Havia várias aqui sobre a DN 2017. Eu gostaria de falar que a estratégia de fazer concomitantemente as licenças, tudo isso pode ajudar o procedimento, mas nós continuamos com a questão inicial, que é de muito tempo: o procedimento como um todo de abrigar todas as formulações técnicas que a Vale apresentou em todos os momentos.

Então, quando se simplifica um processo como esse, que em si já é complicado, já é defasado, a gente sabe que alguém vai ser beneficiado com isso. Não foi o meio ambiente. Não foi. Então, eu entrego ao senhor as perguntas formuladas. Gostaria que o senhor respondesse oficialmente. Há algumas que o senhor já respondeu.

Gostaria também, se o senhor assim o quiser, que o senhor trouxesse as contribuições que efetivamente o senhor deseja que sejam construídas em projeto de lei, para que a gente possa proteger daqui para frente.

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Eu agradeço muito, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – E eu mandarei para o senhor, me comprometo a mandar todo projeto previamente elaborado para que o senhor, dentro do seu espaço técnico, possa contribuir com o Congresso Nacional. É com a questão de procedimento, nem é para a CPI, mas uma questão de procedimento daqui para frente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GERMANO LUIS GOMES VIEIRA – Eu me comprometo com V. Exa. de encaminhar já as discussões que nós temos dessas alterações legislativas no âmbito do Estado de Minas Gerais, que porventura possam também engrandecer os resultados da Comissão do Senado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Está certo. Muito obrigada.

Eu considero encerrada a presente reunião da CPI.

(Iniciada às 09 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 30 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO DA CPI DE BRUMADINHO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e quarenta e oito minutos do dia trinta de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência da Senadora Rose de Freitas, reúne-se a CPI de Brumadinho com a presença dos Senadores Antonio Anastasia, Jorge Kajuru, Jean Paul Prates, Wellington Fagundes, Carlos Viana, Eliziane Gama, Marcos do Val, Izalci Lucas, Jayme Campos, Angelo Coronel e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Juíza Selma, Dário Berger, Mecias de Jesus, Randolfe Rodrigues e Jaques Wagner. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa.** **Finalidade:** Audiência Pública integrantes da Força-Tarefa Brumadinho. **Participantes:** Sr. Helder Magno da Silva, Procurador da República; Sra. Andressa Lanchotti, Promotora de justiça do Ministério Público de Minas Gerais. Sr. Antônio Sérgio Tonet, Procurador-geral de justiça de Minas Gerais. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Rose de Freitas

Presidente da CPI de Brumadinho

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/05/30>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

(Texto com revisão.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 21, de 2019, para apurar as causas do rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, da Empresa de Mineração Vale, em Brumadinho, e outras barragens.

Conforme convocação, esta reunião é destinada à audiência pública...

Um minutinho, por favor... *(Pausa.)*

Conforme convocação, a presente reunião é destinada à audiência pública com os seguintes convidados: Sra. Andressa Lanchotti – falei certo? –, Promotora de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais, a quem convido a fazer parte da Mesa; Sr. Antônio Sérgio Tonet, Procurador-Geral de Justiça de Minas Gerais, a quem também convido a fazer parte da Mesa; Sr. Helder Magno da Silva, em substituição ao Sr. José Adércio Leite Sampaio, que justificou a ausência. Portanto, está aqui o Sr. Helder, Procurador da República, a quem convido a fazer parte da Mesa.

Inicialmente, eu gostaria de agradecer a presença, passar a palavra ao Relator e, em seguida, ao Senador Kajuru, e dizer que esta fase dos trabalhos da CPI é extremamente importante. O que vamos ouvir... Os esclarecimentos colocando tudo o que foi feito agora pelo Ministério Público, pela Procuradoria de Justiça de Minas Gerais e pela promotora são importantes para a elaboração do relatório, porque houve compartilhamento desses trabalhos que foram fundamentais para a sustentação do andamento do trabalho da CPI, que todos tiveram a oportunidade de presenciar, sabem exatamente o que aconteceu aqui, as pessoas que vieram, as pessoas que estiveram aqui e que deram total apoio.

Eu quero registrar esse apoio dos procuradores que aqui estão e da promotora que contribuem para que o Sr. Relator possa elaborar o seu relatório, ajudando efetivamente para que fatos como esse não aconteçam nunca mais no Brasil.

Passo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

Pela ordem, Senador Kajuru.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Pela ordem.) – Presidente Rose, bom dia. Bom dia, Pátria amada!

Eu gostaria apenas de registrar aqui, como é costumeira a gentileza do Senador Carlos Viana, nosso Relator, que fiz um pedido a ele, em função da sessão plenária que começa agora, às 10h da manhã – e pode nem haver –, para medidas provisórias que necessitam de aprovação.

Faremos aqui um revezamento. Eu vou para lá rapidamente. O Senador Anastasia, que esteve aqui, também vai, e eu volto. Então, eu queria ver se hoje poderíamos quebrar essa regra, com a concordância do Senador, para eu fazer apenas três observações de uma vez e, depois, eu retornarei. Pode ser? Não há problema?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Porque aí eu vou, a gente faz o revezamento, a senhora também vai ao Plenário...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pode ser que haja sessão, correto?

Eu quero já de imediato cumprimentar V. Sas. aqui presentes. Vou chamar de Dr. Tonet, Viana... Dr. Tonet, ligações com o interior de São Paulo; a doutora, com Ribeirão Preto...

Eu vou fazer as três colocações rápidas porque são importantes, no meu ponto de vista, para a sociedade brasileira sentir o que uma autoridade pensa.

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região entendeu que não houve crime de homicídio na tragédia de Mariana. V. Sa. pensa que essa decisão foi técnica ou foi política?

A penúltima: no passado recente, era incomum ricos ou poderosos serem presos – o senhor sabe muito bem disso. Como o senhor avalia que, a despeito do farto material probatório nas mãos do nosso Relator cirúrgico, Senador Carlos Viana, os tubarões – a gente ouviu aqui lambaris e ouviu tubarões –, a meu ver, da empresa assassina Vale conseguirão escapar em razão do poder político, do poder econômico de que dispõem?

E a última, Dr. Tonet: V. Sa. acha que será necessário utilizar aquela chamada Teoria do Domínio do Fato, uma vez que há provas em abundância? Ou o senhor pensa que nem mesmo com as provas e com a teoria que levou políticos poderosos para o cárcere será possível aquilo que o Brasil espera: a condenação dos diretores da empresa Vale?

Só isso, por fineza.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a gentileza do Senador.

Essas são as minhas colocações, e depois voltarei para o final desta reunião.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor prefere que ele responda quando o senhor voltar?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não, eu gostaria de ouvir aqui agora e depois eu vou para o Plenário.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

De acordo?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A pergunta foi feita a todos?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – A quem quiser responder dos três...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu gostaria que se colocassem à disposição para responder às perguntas.

Por favor, Sr. Antônio.

O SR. ANTÔNIO SÉRGIO TONET – Muito bom dia a todas e a todos.

Eu cumprimento inicialmente a nossa Presidente Senadora Rose de Freitas. Gostaria de cumprimentar o nosso Senador por Minas Gerais Carlos Viana; o Procurador da República, Dr. Helder; a Dra. Andressa Lanchotti; e também o Senador Kajuru.

São perguntas bastante oportunas e pertinentes, todas direcionadas para o núcleo criminal do nosso trabalho no âmbito do crime da Vale em Brumadinho. O Ministério Público de Minas Gerais, desde o início, formatou três núcleos de trabalho: um núcleo socioambiental, um núcleo socioeconômico e um núcleo criminal.

Eu designei a Dra. Andressa Lanchotti para coordenar a força-tarefa, coordenar esses três núcleos, e vários colegas passaram a trabalhar.

Nos dois núcleos, no socioeconômico e no socioambiental – a Dra. Andressa, depois, vai esmiuçar melhor –, nós já avançamos muito. Praticamente, já acautelamos a possibilidade de todas as indenizações e as reparações ao meio ambiente como medidas cautelares e já ações definitivas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na área criminal... E por que isso foi conseguido, foi obtido de uma forma muito célere? Em primeiro lugar, porque nós começamos a agir desde o primeiro minuto, nós conseguimos formatar uma força-tarefa interinstitucional desde o primeiro dia. No dia 25 de janeiro, nós conseguimos reunir, no meu gabinete, na Procuradoria-Geral de Justiça de Minas Gerais, em Belo Horizonte, cerca de 10 a 11 instituições: o Ministério Público de Minas Gerais; o Ministério Público do Trabalho; o Ministério Público Federal; a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais; a Defensoria Pública da União; a AGE; a AGU; a Polícia Militar; a Polícia Civil; e a Defesa Civil.

Naquele dia, nós já começamos a estabelecer estratégias de trabalho, com muita harmonia, com muita união e com muito poder de fogo. Foi o que não aconteceu, infelizmente, por ocasião de Mariana, porque as instituições passaram, desde o início, a trabalhar cada qual ao seu tempo e modo, dando o seu melhor, mas sem muita harmonia, sem muito entrosamento. Isso foi percebido pelas empresas.

Por outro lado, nesse aspecto agora, por ocasião da tragédia da Vale, a empresa percebeu que nós formamos uma espécie de barreira institucional e passamos a trabalhar em conjunto. E o Poder Judiciário também foi célere: adotou, deferiu uma série de medidas cautelares nos dois aspectos, tanto socioeconômico quanto socioambiental, que permitiu um bloqueio, já no primeiro dia, de cinco bilhões para o socioeconômico e, no dia seguinte, mais cinco bilhões para socioambiental. E a culpa, nesse caso...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO SÉRGIO TONET – Cinco bilhões no primeiro dia, na sexta-feira, dia 25, para o socioambiental; e, no dia seguinte, no sábado, dia 26, nós requeremos ao juízo de Brumadinho, e a juíza deferiu mais cinco bilhões para o socioeconômico, para as indenizações. Esse dinheiro, esses valores já estão acautelados, já estão disponíveis para as indenizações e reparações.

De uma certa forma, na reparação ambiental – e não deveria indenizar –, a responsabilidade é objetiva. É o poluidor-pagador, um princípio que rege essa indenização.

Na área criminal, nós dependemos de um trabalho melhor, de uma aferição melhor, de busca de provas.

Com relação à Mariana, nós perdemos, nós consumimos muito tempo, muito tempo discutindo competência: se a competência, tanto a criminal quanto a ambiental para as ações socioeconômicas e ambientais, seria da Justiça Federal ou da Justiça estadual. Então, houve uma divergência muito acentuada, nós consumimos muito tempo. E a Justiça acabou entendendo que a Justiça Federal era a competente tanto para o socioambiental quanto para o criminal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a ação criminal trabalhada pelo Ministério Público Federal foi proposta pela Justiça Federal. Nós da Justiça Federal, o Ministério Público estadual não trabalhou na área criminal nesse momento, porque desde logo a competência foi trabalhada na Justiça Federal.

E, desde o início, nós pessoalmente trabalhamos junto ao Ministério Público Federal, à Dra. Raquel Dodge, ao Dr. Helder, junto ao Ministério do Meio Ambiente, ao chefe da AGU, para que não houvesse uma judicialização por parte dessas entidades, ainda que de medidas cautelares necessárias na Justiça Federal, para que não houvesse um deslocamento prematuro da competência do Estado para a União. Isso foi fundamental, porque houve um grande concerto nesse sentido, as instituições federais entenderam da necessidade da manutenção da competência com os juízes de Brumadinho e com o juiz da 6ª Vara da Fazenda Pública de Belo Horizonte, e isso foi um fator muito importante no avanço das nossas investigações, tanto na área cível quanto na área criminal.

Na área criminal, nós conseguimos... O eixo criminal conseguiu cerca de 11 prisões. Essas prisões foram necessárias e foram úteis pelo tempo que elas duraram, porque nós conseguimos ouvir as pessoas, checar, fazer acareações. Depois, o STJ decretou a liberdade provisória, porque, evidentemente a razão pela qual houve as prisões já tinha cumprido os seus objetivos.

Agora, com relação ao término, nós estamos terminando as investigações criminais. Faltam alguns laudos periciais. O trabalho está sendo feito em conjunto, na área criminal, com o MP estadual, o Federal, com a Polícia Civil e com a Polícia Federal. Então, dentro de pouco tempo, nós vamos conseguir encerrar o caso e apresentar à Justiça a denúncia.

Eu não tenho condições de antecipar ainda, até por questões estratégicas, não adiantar o mérito da acusação, porque ainda não é o momento. Nós precisamos ter essa cautela neste momento de não dizer qual vai ser o crime, mesmo porque não terminamos ainda as investigações. A Polícia Federal, o MP Federal, a Polícia Civil, e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais estão terminando os trabalhos, mas eu acredito que num prazo de mais 60 dias, 90 dias no máximo, já teremos esses laudos para conclusão, e vamos apresentar a denúncia criminal à Justiça.

Com relação àquelas pessoas que serão denunciadas, como o Senador Kajuru disse, vai depender de prova, vai depender do nível da qualidade da prova. Eu não concordo, muitas vezes, com denúncias vazias, denúncias que podem não chegar a lugar nenhum. É melhor ter uma denúncia consistente com uma justa causa criminal bem consolidada para que a Justiça receba o processo, e depois consigamos a condenação.

Mas o nosso objetivo, Senador Kajuru, é conseguir a reparação integral do meio ambiente, a indenização total em favor das vítimas, e a punição dos responsáveis, dos culpados por esse crime que atingiu cerca de 300 pessoas e devastou o meio ambiente ali na calha do Rio Paraopeba.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu passo a palavra ao Relator para que ele possa produzir a sua fala.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Meu bom dia a todas as presentes e a todos os presentes aqui.

É minha satisfação, mais uma vez, estar ao lado da Senadora Rose de Freitas, num momento que eu considero histórico para esta Casa e num momento que considero também – Promotor Tonet, o meu bom dia; Promotora Lanchotti, já estivemos juntos; Dr. Helder – histórico para Minas Gerais, porque do exercício das nossas funções nós estamos delineando e definindo um novo futuro para as famílias de Minas Gerais, para a economia do Estado e também para um bem muito precioso para o nosso País que é a extração mineral.

Nós estamos aqui dando um direcionamento que mudará completamente – a Promotora poderá confirmar também – os rumos de um setor que viu as próprias expensas e as próprias regulações gerando riqueza, mas ao mesmo tempo deixando um rastro de muito sofrimento e de muitos problemas. A expressão mais correta é um rastro de lama. Essa é a verdade. A riqueza vai embora, ela serve aos interesses de quem investe. Mas para nós o rastro de lama tem sido o grande resultado da maior parte. E esse questionamento está sendo feito de uma forma muito segura, muito responsável e muito aprofundada, nas reuniões que tivemos no comando da Senadora Rose de Freitas, aqui na CPI.

Eu saúdo, com muita satisfação... Quero aqui fazer, em primeiro lugar, um agradecimento, que já fiz em outras oportunidades, mas presencialmente, ao Dr. Antônio Sérgio Tonet, à Dra. Andressa, ao Dr. Helder. Quero agradecer o trabalho que o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual têm feito conosco no compartilhamento de provas, no compartilhamento de laudos, de informações que foram fundamentais para que aqueles que foram convocados a esta CPI, ainda que muito bem orientados pela defesa, o que é justo, ninguém está aqui para fazer qualquer crítica ou condenação aos advogados... É função do Direito essa questão da defesa, nós sabemos disso. É essencial para o exercício da justiça o trabalho dos advogados.

Nós tivemos a possibilidade, com as provas, que foram todas elas compartilhadas, de quebrarmos boa parte, inclusive, dos discursos que estavam prontos. Nós recebemos aqui, senhores... Quero saudar também o nosso Delegado da Polícia Federal que tem estado conosco à disposição, em um trabalho muito efetivo da Polícia Federal junto à CPI.

Os discursos já estavam todos prontos. E quando nós começamos aqui, Senador, a apresentar as informações que estavam sigilosas no Brasil, mas disponíveis internacionalmente, nós começamos então a mostrar que de fato tudo aquilo que estava sendo organizado seria quebrado. E nós conseguimos falas importantes que irão nos levar a um relatório que será entregue no dia 2 de julho, permitindo Deus que tenhamos saúde, tenhamos força; será entregue dia 2 de julho para que a sociedade conheça os resultados desta CPI.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, em nome do Senado Federal, o nosso agradecimento à boa vontade de todas as instituições que estão conosco nessa caminhada. Também à Polícia Civil de Minas Gerais, que não se faz presente mas tem um trabalho importantíssimo nessa questão; à Polícia Federal e aos que nos acompanham.

Na sequência, eu tenho aqui algumas perguntas apenas para que a gente possa conduzir, porque a Dra. Andressa já desde Mariana vem comandando a força-tarefa e, juntamente com todos os investigadores, pode nos trazer informações muito preciosas sobre a experiência, como citou aqui o Senador Kajuru, em relação a quais medidas iremos tomar, ou quais os pedidos, o caminho que iremos seguir daqui para frente, nas nossas decisões.

O Procurador Tonet, que já é nosso conhecido há muitos anos, com quem me relaciono e posso dizer da seriedade e da capacidade dele como nosso Procurador-Geral, sabe muito bem que, na minha trajetória, nós aqui não estamos dados ao espetáculo. Esta não é uma CPI que foi criada para gerar grandes impactos e choques, prisões. Nós não estamos aqui para tomar nenhuma decisão que não seja de fato baseada nas questões legais e até no direito de defesa das pessoas. Esta é uma CPI propositiva.

Desde o primeiro dia em que nós fomos aqui colocados nessa responsabilidade, a Senadora e eu, nós temos uma forma de conduzir e dizer o seguinte: nós queremos dar respostas. Nós não queremos gerar fatos, nós queremos que a população saiba o que aconteceu, quem foram os responsáveis e o que nós vamos fazer para que isso se resolva.

O Dr. Tonet foi um conselheiro muito importante ao decidirmos que toda questão criminal seria muito melhor que permanecesse já no âmbito do Ministério Público e da força-tarefa, para que esta Casa não tivesse retrabalho, para que nós não tivéssemos aqui que nos debruçar sobre quebra de sigilo de *e-mail*, sobre quebra de sigilo de telefones, o que já foi feito pela Polícia Federal, o que foi feito pela força-tarefa, muito bem feito, e nós poderíamos aqui utilizar, dentro inclusive de um pacto de sigilo.

Como eu tenho falado para vocês, existem muitos documentos que temos em mãos que não podemos divulgar, por uma questão inclusive do âmbito legal e de estarem ali sob sigilo. Esta CPI entende, respeita o trabalho das instituições e respeita até o dinheiro público, porque nós poderíamos aumentar os nossos gastos aqui para assumirmos uma função que já está sendo feita pelo mesmo contribuinte, que é quem paga os impostos, quem paga nossos salários e quer do nosso trabalho produtividade e resultados.

Por isso eu me sinto muito tranquilo em estarmos caminhando para o final da CPI. Às vezes somos muito cobrados de dizer assim: Olha, alguma coisa bomba foi no ar... Bombas aqui nós desarmamos. Bombas aqui... Nós sabemos trabalhar com elas e elas virão da forma certa, não como surpresa, mas como um trabalho que terá um embasamento legal, com provas, com tudo aquilo que nós temos para levar essa investigação a bom cabo, ao final e a uma resposta à população.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Encerro aqui para fazer a primeira pergunta, dizendo que nós já conseguimos mudar o perfil desse setor no Brasil. Já conseguimos!

Hoje, pela manhã, eu estava lendo um relatório sobre a possibilidade de volta do trabalho da Samarco, lá em Mariana. A volta. Eles querem voltar. Mas o que aconteceu? A própria empresa, os próprios acionistas e investidores já não fazem pressão para uma volta imediata porque eles estão decididos a não trabalharem mais com barragem de rejeitos. Promotor, isso é uma vitória! Em nome do povo! Senadora Rose, isso é uma vitória! Eles mesmos vão atrasar o reinício das atividades porque vão oferecer à sociedade o fim do rejeito.

Sinceramente, se nós não chégássemos a lugar nenhum, nos nossos resultados, nós já teríamos contribuído e muito para que outras pessoas não morram mais, inclusive dos próprios empregados. Essa é a grande vitória que nós temos! E que de agora para frente nós teremos na forma da lei.

Esta CPI terá uma série de propostas que nós esperamos que se tornem deliberativas, num trabalho conjunto com a Câmara dos Deputados, que também tem feito um trabalho louvável.

A Comissão Externa de Brumadinho foi a primeira a chamar atenção sobre esse assunto. Nós temos que aqui louvar o trabalho dos Deputados que participaram. E quem sabe quicá possamos transformar as nossas decisões em decisões deliberativas. O que é isso? Elas viriam muito mais rápido como decisões legais dentro do nosso arcabouço e nós conseguiríamos definir claramente o futuro, que é o que nós desejamos em termos de mineração.

Eu vou colocar aqui também, Dr. Helder, essa mesma pergunta. Seria interessante que cada um pudesse fazer... A senhora concorda, Presidente? Deixarmos os três, porque as experiências são próprias.

Hoje nós completamos 124 dias da tragédia de Brumadinho e nós tivemos ontem, inclusive, um balanço trágico, feito pela Polícia Civil de Minas, de 265 corpos encontrados e 25 pessoas que estão desaparecidas; portanto, um total de 290 mortos é o dado oficial que nós temos, da Polícia Civil de Minas Gerais, em relação à tragédia de Brumadinho. São 290 pessoas!

A força-tarefa comandada por V. Exas., principalmente pela Promotora Dra. Andressa, tem trabalhado desde o primeiro dia para esclarecer as causas e apontar as responsabilidades. Nós gostaríamos que a senhora nos dissesse também, Promotora, na sequência, como está a questão das conclusões sobre as investigações? O que se pergunta muito – e eu tenho sido muito questionado – é sobre a área criminal, que é de toda maneira e de longe a nossa parte mais difícil em todo esse trabalho, porque uma vez indiciada, a pessoa terá de responder a isso. Então, devemos fazê-lo com muita responsabilidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria que a senhora nos dissesse – e também o senhor, Dr. Antônio – sobre a questão das investigações. Em que pé hoje nós estamos? Nós ainda temos muito trabalho pela frente? Nós estamos finalizando? O que a senhora pode nos dizer?

A SRA. ANDRESSA LANCHOTTI – Senhoras e senhores, bom dia. Primeiramente, eu gostaria de agradecer o Senado Federal pelo convite para participar desta audiência, na pessoa da Presidente desta audiência, Senadora Rose de Freitas.

Também gostaria de cumprimentar o Senador Carlos Viana; cumprimentar meu colega do Ministério Público Federal, Dr. Helder Magno; nosso Procurador-Geral da Justiça de Minas Gerais, Dr. Antônio Sérgio Tonet; todos os Senadores e demais membros da audiência aqui presentes.

Como o Dr. Tonet já explanou, desde o primeiro dia houve uma interlocução interinstitucional para atuação nesse caso, o que permitiu uma atuação bastante célere por parte das instituições de justiça. Então, a Força-Tarefa do Ministério Público Federal teve os seus trabalhos concentrados em três grandes eixos de atuação: socioeconômico, que tem por objetivo a reparação integral das vítimas dos atingidos; socioambiental: que desde um primeiro momento teve como objetivo garantir a segurança das estruturas do Complexo Paraopeba, em Brumadinho, onde se encontra a mina Córrego do Feijão. Porque havia um risco ali iminente, ainda no dia 25 de janeiro, de rompimento de outra barragem de água que foi também atingida pelo rompimento de B1, B4 e B4A, a Barragem B6.

Então, no dia 25 de janeiro, a zona central de Brumadinho teve que ser evacuada; no dia 27 de janeiro, sirenes foram acionadas novamente. Eu estava lá pessoalmente.

Eu fui uma das primeiras pessoas a chegar lá na Associação Comunitária do Córrego do Feijão, junto com o meu colega Francisco Generoso, para onde as autoridades se dirigiram para as primeiras providências. E ali, naquele momento, a Vale parece que estava um pouco perdida, não sabia como agir.

Então, além disso, a área socioambiental também tinha como urgência a contenção dos rejeitos, para poder minimizar os danos ambientais, e a reparação integral do meio ambiente, que é o nosso objetivo final

Desde o dia 25, nós começamos a trabalhar na responsabilização criminal. Essa reunião na Procuradoria-Geral de Justiça, que o Dr. Tonet mencionou, terminou, na sua primeira fase, meia noite e meia do dia 25; depois, nós nos dirigimos, apenas Ministério Público Estadual e Federal, para outra sala, e ficamos até às três e meia da manhã, já ali planejando as primeiras medidas de cunho criminal. Isso possibilitou a primeira fase de prisões, na terça-feira seguinte ao evento. Então, houve uma atuação sinérgica desde esse primeiro momento, com a Polícia Federal cumprindo parte das medidas cautelares, em outros Estados da Federação: São Paulo, Rio de Janeiro; a Polícia Civil em Minas Gerais; o Ministério Público Federal e o Ministério Público estadual unidos. E nós estamos assim até hoje.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós fazemos reuniões de alinhamento nos três eixos, participamos das audiências em conjunto, propomos ações em conjunto. Então, há audiências, na questão socioeconômica, com uma periodicidade praticamente quinzenal, na 6ª Vara de Fazenda Pública de Belo Horizonte. Lá nos manifestamos conjuntamente: Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, da União Federal, Ministério Público Federal, Ministério Público de Minas Gerais. E também a Advocacia-Geral do Estado está atuando de maneira sinérgica conosco.

Em relação ao criminal, avançamos muito – que é a pergunta de V. Exa. Estamos numa fase, como o Dr. Tonet disse, de finalização de laudos periciais. É necessária a finalização dos laudos de necropsia, é necessária também a finalização do laudo pericial das causas do desastre. Esse trabalho está bastante avançado. Como os senhores puderam observar, aqui nas próprias audiências da CPI já havia muitos elementos que apontavam para a situação de risco iminente da barragem B1. Então, tudo isso é objeto dessa análise pericial. As provas são contundentes.

Até me dirigindo aqui a um questionamento do Senador Jorge Kajuru em relação a teorias, à teoria do domínio do fato, que foi citada, eu ratifico o posicionamento do Dr. Tonet no sentido de que a força-tarefa busca a responsabilização individualizada dos culpados. Esse trabalho de estabelecimento da cadeia de comando é o mais difícil, porque as provas de materialidade saltam aos olhos, na minha visão. São muito contundentes. Então, agora, o trabalho é você realmente definir essa cadeia de comando, para que todo aquele que participou desse ato criminoso seja devidamente responsabilizado, porque é isso que a sociedade quer e é para isso que o Ministério Público está trabalhando.

Então, eu não posso me ater aqui a detalhes da investigação porque isso poderia até prejudicar o prosseguimento dos trabalhos. Então, eu peço vênica para simplesmente falar de uma maneira mais genérica, como eu expus.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) –
Aproveitando a oportunidade que o Relator nos concede, eu queria fazer uma pergunta. Na verdade, quando a senhora fala que a sociedade espera, essa é a parte que eu mais temo, essa é a parte que eu mais temo!

Porque, de todo o trabalho realizado, com tudo que nós ouvimos, Dr. Helder, nós tivemos momentos de profundo constrangimento, em que todos os documentos aqui – por certo, até muitos deles compartilhados, apresentados pelo Senador Relator... Nós ouvíamos com nossos ouvidos, quando tínhamos oportunidade de questionar com a nossa fala, de todos que aqui estavam, que muitos depoimentos foram mentirosos. A mentira, dentro de um contexto que envolve vidas, comprometimento ambiental, é muito séria. Imagino o esforço, a tarefa que os senhores e a senhora especialmente fazem para tentar chegar num momento em que a sociedade se sinta contemplada com a verdade, o que faltou permanentemente aqui na Comissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos obtiveram, depois de um determinado ponto, o *habeas corpus* e vieram protegidos por ele. Aqui se colocaram na proteção do *habeas corpus*, que ressaltava, por óbvio, que não poderiam dizer verdades, se sentiram ameaçados fisicamente pela falta de liberdade, qualquer restrição de liberdade, e, no entanto, com as provas que o Relator tinha em mãos, com os relatórios anteriores prestados ao próprio Ministério Público e a outras instâncias também, havia profunda contradição que nos deixava totalmente estarecidos.

Enfim, ouvindo a senhora me ocorreu... Eu queria fazer uma pergunta elementar, eu estou no oitavo mandato, mas eu estudei cinco períodos de Direito. Não sou advogada, sou apenas uma legisladora, que aprende todo dia através das comissões, do assessoramento. Eu até frisei aqui: o que é considerado dolo eventual? Se o senhor pudesse me responder para que eu pudesse exercer o raciocínio que nós temos construído aqui.

O SR. ANTÔNIO SÉRGIO TONET – Exato.

No Direito Penal nós temos alguns institutos para definir a conduta do agente. A conduta, em linhas gerais, pode ser dolosa ou culposa. Age com dolo quando, *grosso modo*, a pessoa age com intenção, sabendo o que está fazendo, digamos assim, tem consciência da conduta e do resultado e se direciona nesse sentido. Na culpa, a pessoa não tem aquela intenção, ela dá causa ao evento por negligência, imperícia e imprudência.

Aí, surge uma questão no Direito Penal muito interessante, que é distinguir a culpa consciente do dolo eventual. No dolo eventual, o sujeito, o agente pode não querer um resultado específico, mas ele assume o risco de produzi-lo com seu comportamento anterior.

Então, evidentemente que nessa questão desse crime, esses institutos serão chamados novamente à discussão, como aconteceu em Mariana. Em Mariana, na tragédia de Mariana, o Ministério Público Federal – o Dr. Helder depois pode inclusive nos dar um posicionamento mais específico porque a Federal tem acompanhado essa ação –, lá o MP Federal imputou aos agentes, aos responsáveis da mineradora Samarco, o dolo eventual, atribuiu as 19 mortes ao dolo eventual.

Os responsáveis pela empresa admitiram, consentiram naquele resultado. Agora, essa situação vai voltar à tona. Então, ao final, o Ministério Público vai ter que decidir qual imputação fará. Isso, evidentemente, no momento oportuno.

Então, a caracterização do dolo eventual é dessa forma: *grosso modo*, a pessoa assume o risco de produzir um determinado resultado com seu comportamento anterior.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – E a questão mais explícita do homicídio culposo muitas vezes abordado? Qual a diferença entre o dolo eventual e o homicídio culposo?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTÔNIO SÉRGIO TONET – Foi como eu disse: no homicídio culposo, o agente não quer o resultado, ele não imagina, ele não tem na sua mente produzir um resultado determinado. Por exemplo, no homicídio o sujeito dá um tiro, desfecha um tiro contra uma pessoa querendo matá-la, o dolo direto, ele mentalizou, ele quis um resultado e produziu. Aí, no crime culposo o sujeito sai de casa com seu carro e, inadvertidamente, ultrapassa um sinal vermelho e, com isso, atropela uma pessoa, vindo a causar-lhe a morte. Ele não estava pré-ordenado para atingir aquele resultado "morte", foi por um descuido dele, foi por uma imprudência, uma negligência.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor me permite?

O SR. ANTÔNIO SÉRGIO TONET – Claro.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Só me coloque sempre como uma Senadora, um agente político. Mas teve um momento aqui em que o Senador Carlos declarou – e trouxe as provas aqui – que houve auditores de determinada empresa contratada pela Vale que não quiseram assinar os laudos das barragens. Quando ela não quis, a Vale contratou outra empresa; essa, sim, assinou.

Dentro do meu mínimo raciocínio da lógica construída à luz do Direito, que o senhor está colocando, ao fazer isso a Vale sai do dolo eventual e parece entrar no homicídio culposo. Se eu estiver errada, o senhor me corrija, que eu vou ser uma aluna aqui.

O SR. ANTÔNIO SÉRGIO TONET – Poderemos estar entrando num homicídio culposo ou até doloso com dolo eventual. A senhora tocou num ponto que talvez seja o ponto mais importante nessa discussão: é a certificação da segurança dessas barragens. Esse é o ponto. Por que muitas mineradoras, muitas barragens estão interditadas hoje? Porque há uma desconfiança do Estado, da população, das autoridades e até mesmo de muitas mineradoras. Por quê? Essas certificações eram feitas no ambiente extremamente deletério. A senhora própria deu o exemplo: uma certificadora, uma empresa não quis certificar porque não encontrou as condições de segurança necessárias para que o fizesse. A empresa, então, abandonou... A Vale abandonou essa empresa e contratou uma outra, no caso aqui, a TÜV SÜD, que, mesmo naquelas condições, emitiu a certificação que foi enviada para a Agência Nacional de Mineração, para a Semad, para o Ministério Público, em setembro do ano passado... O Ministério Público de Minas Gerais instaurou um procedimento para apurar a segurança daquela barragem e foi... Tanto quanto a União, o Estado, o Ministério Público também foi iludido por uma declaração que hoje nós já consideramos totalmente falsa.

E por isso, o Ministério Público de Minas Gerais já ingressou com uma ação, com base na Lei Anticorrupção, contra a TÜV SÜD para, inclusive, suspender as suas atividades no Brasil, interditar os seus bens e fazer com que esses empresários não exerçam mais atividade aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós estamos buscando *expertise* internacional para que possamos buscar um meio de essa certificação ser a mais correta possível. A Dra. Andressa, gente da Agência Nacional de Mineração e da Semad de Minas Gerais estiveram na Holanda recentemente buscando tecnologia. Outros tantos estão indo para o Canadá, a Austrália, porque nós precisamos ter um sistema. E, nesse sentido, o Senado, o Congresso Nacional dará, tenho certeza, uma grande contribuição na definição de um marco regulador que discipline, que moralize as relações das mineradoras com as certificadoras. Isso é fundamental.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A gente... Nós temos uma dificuldade muito grande aqui. Aqui é o Parlamento, mas interagimos permanentemente com audiências públicas, debates e sabatinas para que as empresas – inclusive a Agência – possam ter nomes aprovados específicos para administrar setores como esse. Parece que no último debate que teve aqui eu tive um constrangimento. Apesar de conhecer muito o Dr. Bicca, parece que ninguém tem responsabilidade nesse processo. E a Vale tem a palavra inicial e final, porque ela contrata a auditoria do seu próprio investimento, da sua própria... Ela supervisiona a sua própria técnica e dá pareceres sobre ela. Então, realmente não tem nada: o Governo não se responsabiliza – não é? – e nós precisamos de legislação específica, que é o que nós estamos fazendo neste momento, tentando construir, Dr. Helder, uma lei.

Já começamos pelo aproveitamento dos resíduos, também a proibição da barragem a montante, também a questão das editorias. Porque é como colocar uma raposa tomando conta de um galinheiro: "Na hora em que essa vai dar um parecer contrário aos meus interesses, eu contrato outra". Isso para não ter outro nome que possa definir uma irresponsabilidade como essa. Acho que nisso os senhores poderiam até nos sugerir, aos olhos do Ministério, de todo trabalho executado, quais são os projetos de lei que poderiam nos ajudar a cercar de precaução para que acidentes como esse não ocorram.

O SR. HELDER MAGNO DA SILVA – Obrigado, Senadora Rose Freitas. Eu agradeço, em nome de quem eu cumprimento os demais integrantes da Mesa, Senador Carlos Viana, Promotora Andressa Lanchotti, Procurador-Geral de Justiça Tonet, senhoras e senhores, agradeço esse convite ao Ministério Público, essa oportunidade de estar aqui prestando essa cooperação com esta Casa que tem sido, realmente, com apontado pelo Dr. Tonet, muito cooperativa para com os trabalhos dos Ministérios Públicos.

A gente que é da área de Direito sempre fica empolgado quando surgem alguns debates jurídicos. E, assim, se me permite Tonet, até tentando complementar um pouquinho a fala do Tonet, em resposta à senhora, Senadora, em casos como esses, a gente tem uma regra.

Porque a discussão sobre dolo e sobre culpa perpassa também algumas outras discussões, até de teorias mais novas, da Teoria da Imputação Objetiva, que é nesse tipo de atividade que a gente tem que discutir alguns termos. Por exemplo, são atividades de risco. Sendo atividade de risco, a gente tem que analisar a observância do dever objetivo de cuidado. Para os crimes culposos, de um modo geral, se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalha com essa lógica também do dever objetivo de cuidado. E a causação do resultado nesses casos, como desses rompimentos, em regra, vai ser imputável aos responsáveis a título de... A gente chama crime, algumas situações em que a omissão é penalmente relevante. Ou seja, em regra, a gente trabalha com crimes com a ideia do crime de ação, quando a pessoa atira para matar, essa a ideia. Mas a gente tem essas situações da omissão penalmente relevante quando o sujeito tinha o dever objetivo de cuidado.

Pensando um exemplo bem mais simples – e aí, pensando, lembrando que a senhora é do nosso amado Espírito Santo –, eu penso naquela mãe que vai à praia com a amiga. E a mãe deixa a criança com a amiga e pede assim: "Cuida das crianças enquanto eu vou ao mar". E aquela amiga deixa, descuida da criança, não olha. Ela tinha assumido o dever de cuidar da criança e às vezes ela fica ali lendo uma revista ou, hoje em dia, no celular, como fica... Aí, a gente tem uma situação em que ela assumiu uma responsabilidade de cuidar da criança. E, assim, uma mãe não pode dizer que fica no celular, ela não pode dizer que: "Ah, eu estava no celular e eu não vi", porque ela tinha... Por isso que eu falo assim: essa discussão de dolo e culpa é mais ampla, porque ela tinha o dever de cuidar, ela tinha o dever de olhar. Ela não pode ser assim: "Ah, eu não vi porque eu estava no celular". Ela não podia estar no celular se ela assumiu essa responsabilidade de cuidar da criança.

E aí, quando a gente passa para as empresas, é exatamente isto: se ela tem uma atividade de risco, uma barragem, ela tem esse dever de cuidar para que a barragem não rompa, porque a gente sabe que esse tipo de empreendimento tem esses riscos.

Então, na discussão sobre dolo e culpa e dolo eventual, não dá para ele simplesmente dizer assim: "Ah, eu não sabia" ou "Outro atestou". Ele tem que exigir de quem atesta que o atestado seja realmente idôneo. E aí, quando a senhora fala: "Olha, mas se uma entidade, se uma empresa se negou a atestar?". Exatamente essa é a dúvida da senhora, e aí, ele, na verdade, tem que entender por que e buscar comprovar as razões. E isso mostra que, por exemplo, ele sabia. Porque o dolo envolve... Tanto o dolo eventual como o dolo direto, o chamado dolo direto, ele trabalha com a ideia assim: você sabe e você quer o resultado. No dolo eventual, você sabe que o resultado pode acontecer e você aceita sob o risco de permitir que ele aconteça ou não.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Aí entra o crime de omissão?

O SR. HELDER MAGNO DA SILVA – Exatamente. Os crimes de omissão acabam tendo essa ideia. Porque, em regra, os crimes são cometidos por ação. Mas essas ideias são muito fortes quando a gente trata os crimes de omissão: você tinha o dever objetivo de produzir resultados. Os crimes culposos também trabalham com essa ideia de dever objetivo de cuidado. Porque, se você vai dirigir, você tem o dever objetivo de dirigir com observância das normas. Você sabe que é atividade de risco, um pedestre pode passar, então, você tem que observar as leis de trânsito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, há momentos em que essa inobservância ultrapassa em muito esse dever objetivo de cuidado. Você sabe.

Então, são essas ideias que eu acho que precisam ser pensadas.

E até agora, tentando responder um pouco – não sei se eu respondi isso à senhora –, respondendo um pouco até a uma pergunta do Senador Jorge Kajuru, e eu me sinto na obrigação de fazer este relato aqui aos senhores... Quando a gente, no contexto de Mariana, os colegas... Eu não participei da feitura da denúncia, mas eu participei de audiências. Os colegas coligiram muitos elementos aos autos que evidenciavam a existência do dolo, ou seja, de que as pessoas, os diretores das empresas, as pessoas que estavam nos escalões mais altos tinham conhecimento das condições da barragem de Mariana, tinham conhecimento de questionamentos, de riscos que estavam a ocorrer, e eu não vou entrar no mérito deles aqui, porque a pessoa melhor para explicitar isso é o meu colega, o Procurador da República que atualmente está lotado em Viçosa, Gustavo Oliveira, que tem acompanhado de perto a tramitação da ação penal.

Mas o que nós temos é: o Ministério Público denunciou, o juiz federal de Ponte Nova recebeu a denúncia, e é um processo do tribunal do júri. Os processos da competência do tribunal do júri têm duas fases. Tem uma fase que é a fase do processo de homicídio, que é julgado pelo júri... Há um primeiro momento, que é o chamado "juízo sumariante", em que o juiz de direito conduz a oitiva de testemunhas, a instrução processual, e define se é caso de levar a júri. Então, há uma primeira decisão, que é a de recebimento da denúncia, e uma segunda decisão, intermediária, do juiz, para deliberar se os elementos ali realmente seriam bastantes para levar o caso à apreciação do júri.

O que nós tivemos, infelizmente, foi que, a partir de um *habeas corpus*, o TRF alterou a tipificação dada pelo Ministério Público Federal de homicídio, e isso inclusive retira da competência do tribunal do júri o processamento do caso.

Infelizmente digo isso, porque é sabido que o *habeas corpus* não admite dilação probatória. O *habeas corpus*, nessas questões que são jurídicas... E aí, inclusive em *habeas corpus*, essa discussão se o crime foi doloso ou culposos, essas questões, em regra, por demandarem dilação probatória, são questões que, em princípio, não são veiculadas em *habeas corpus*. Infelizmente, o tribunal se valeu dessa questão sem adentrar nas provas.

E os recursos cabíveis, os recursos possíveis para os tribunais superiores – STF, STJ –, em regra, não admitem tratar de prova. Eles só permitem a discussão de direito. Então, isso acabou inviabilizando questionamentos pelo Ministério Público Federal em relação a essa decisão – pelo menos assim entendeu o colega que poderia ter recorrido dessa decisão.

Isso preocupa muito, porque isso acaba se transformando num salvo-conduto, porque a gente sabe que, no crime de homicídio, as penas são mais elevadas. Se nós tratarmos de 19 homicídios que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são denunciados lá em Mariana, a gente teria um contexto bem maior, uma possibilidade de uma apenação bem mais gravosa.

É claro que as mortes, nesses casos aí, sem ficar aqui preocupado, porque, na verdade, nossa preocupação não é ficar trabalhando aula de direito, ao que eles vão responder agora é um crime que a gente chama preterdoloso. São aqueles crimes preterdolosos, aqueles crimes em que o resultado não é querido, mas a pessoa vai responder por ele a título de culpa, porque, se ela produz aquele resultado, a gente... Crime preterdoloso é o dolo na ação e a culpa no resultado, de uma forma mais simples, que é o crime de inundação, que o TRF entendeu que vai ser, com o resultado morte.

É como em algumas situações que acontecem, mais comuns, como a lesão corporal com resultado morte. A depender do resultado, a pena acaba sendo mais agravada. O sujeito não quer matar, ele apenas quer lesionar. Mas produz lesões de tal monta que te mata. Pode chegar a responder. Só que, aí, o tipo penal é outro. A pena não é a mesma pena de um homicídio doloso, que é de seis a 20 – ou de 12 a 30, no caso do homicídio qualificado. E aí, nesse caso, você não vai ter reconhecimento de qualificadores, apenas a responsabilização pelo resultado.

Eu não sei se ajudei nessas questões, mas...

Esses são pontos que a gente precisa pensar, mas, como o Tonet disse, eu acredito que os colegas têm uma equipe muito boa cuidando dessa parte.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Permita-me aqui, Presidente: aqui, tanto o Dr. Tonet quanto o Dr. Helder, nessa questão... Nós temos uma diferença entre Mariana e Brumadinho que é muito clara: em Mariana, nós tínhamos um setor específico cuidando da manutenção daquela barragem, e as informações estavam centradas em um núcleo da Vale; no caso de Brumadinho, nós temos um alerta feito a toda a empresa; nós temos os relatórios de risco colocados à disposição e apresentados a toda a diretoria da empresa – os gerentes de Geotecnia, os gerentes administrativos, todos eles. E há uma fala, que é estrutural em toda a questão da investigação, que veio do próprio ex-presidente, o presidente afastado, que está muito clara aqui: todo e qualquer funcionário da Vale poderia ter imediatamente suspenso o trabalho da mineradora, se o risco estivesse claro.

Então, essa fala mostra que há uma cadeia de responsabilidade muito clara, desde a diretoria-geral até a base da empresa e quem lidava diretamente com a barragem e fornecia as informações ao Estado lá, na autodeclaração junto à NM.

Então, nesse caso... Por exemplo: não há uma diferença – e aqui eu coloco para os dois: criminalmente, não há uma diferença na questão do núcleo específico da Samarco ali, um grupo menor, que respondeu, e agora, com Brumadinho? Porque nós não estamos falando de uma empresa que é primária. Isso não mudaria o contexto inclusive da denúncia, mudando essa decisão do TRF?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os senhores não entendem que, dessa vez, nós não poderíamos conseguir, de fato, essa qualificadora do homicídio, Doutor?

O SR. HELDER MAGNO DA SILVA – Na verdade, eu não estou trabalhando com a questão criminal. Então, talvez a Andressa e o Tonet possam enfrentar... e os colegas que estão trabalhando. O que eu posso garantir aos senhores é que eles estão atentos e, obviamente, essa situação desse *habeas corpus* do caso Rio Doce, do caso Mariana, é uma questão que certamente será levada em consideração pelos membros do Ministério Público que forem elaborar a denúncia, para se antecipar mesmo a essas discussões.

Então, eu até, se o senhor me permite, não adentrando essa questão, porque, assim... Hoje, pelas forças-tarefas, tanto do Rio Doce quanto de Mariana, eu tenho estado mais presente nas questões socioeconômicas, nas questões dos atingidos.

Eu acabei fazendo esses comentários, porque, da minha experiência de vida, eu tive a oportunidade de trabalhar muito com...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O senhor está colaborando muito. Essa tem sido uma discussão diária, inclusive, com os assessores todos que estão conosco.

O SR. HELDER MAGNO DA SILVA – Eu tive a oportunidade de ser professor de Direito Penal numa faculdade no interior de Minas chamada Fadileste. Na faculdade, fui monitor e pesquisador de Direito Penal, e sou especialista em Ciências Penais pela UFMG. Então, na verdade, é a minha área de formação.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Dra. Andressa, isso, hoje, esta nossa investigação, em que nós temos a confirmação de que a informação circulou, que ela era de domínio de todos eles... Isso pode mudar alguma coisa na denúncia com relação a homicídio?

A SRA. ANDRESSA LANCHOTTI – Em relação a esse ponto, eu gostaria de dizer que, depois do desastre, o Ministério Público de Minas Gerais, na semana seguinte, fez uma série de requisições de informações e documentos à empresa Vale. Isso, no âmbito cível, sem falar no âmbito criminal também. E, entre essas requisições, foi indagado à empresa se havia um estudo de risco monetizado de barragens da companhia e o respectivo ranqueamento, se a companhia estava estudando o risco de suas barragens.

Então, nós recebemos, em resposta, no dia 31 de janeiro, cerca de oito gigas de documentos, entre eles um documento datado de outubro de 2018, assinado por Felipe Rocha, que foi um dos presos na segunda fase da operação, em caráter cautelar, e esse documento foi uma apresentação na qual eram apontadas dez barragens da empresa Vale que estariam em zona de atenção, *Alarp Zone*. *Alarp* é um conceito técnico que quer dizer *as low as reasonably practicable*: abaixo do que é aceitável.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entre essas dez barragens, duas haviam colapsado no dia 25 de janeiro, B1 e B4. Então, havia outras oito barragens que a companhia tinha ciência de que estavam com o risco acima do aceitável. No próprio documento era mencionado que barragens com nível de risco acima de 10 a -4 deveriam ser levadas ao conhecimento da diretoria, do *board of directors*, do CEO da empresa.

Então, nós temos esses elementos, e isso gerou uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público de Minas Gerais no dia 1º de fevereiro. Nós ficamos tão alarmados com essa situação, porque as outras oito barragens tinham um risco ainda maior que B1 e B4. Então, no dia seguinte já propusemos uma ação civil pública, que hoje tramita na 1ª Vara de Fazenda Pública de Belo Horizonte, na qual postulamos diversas medidas, entre as quais auditorias externas independentes, para aferir a situação dessas barragens.

Também nós postulamos a atualização ou mesmo a elaboração de estudos técnicos, como estudos de cenário de ruptura, planos de ações emergenciais das barragens, todos esses estudos necessários para a garantia da segurança das pessoas que convivem nas imediações das barragens. As liminares foram deferidas no mesmo dia 1º de fevereiro, e houve e ainda há uma dificuldade enorme de cumprimento dessas medidas liminares.

Então, na verdade, até hoje o Ministério Público ainda não tem informações da contratação das auditorias. Estamos, de fato, discutindo isso extrajudicialmente com a Vale.

Imediatamente requeremos fosse indagado nos autos da empresa se havia outras barragens em situação de risco. A companhia, o tempo todo, negou a existência de outras barragens em situação de risco. Inclusive, nos autos, disse que o Ministério Público estava interpretando indevidamente o conceito de *Alarp*, que não era isso, que as barragens estavam seguras, só que os fatos desmentiram a versão da companhia, porque, em fevereiro, algumas dessas barragens tiveram o nível 2 de emergência decretado, de acordo com a Portaria DNPM 70.389. Então, já indicando que havia uma situação de risco, que geraria evacuação. Então, houve evacuações em fevereiro.

E, posteriormente, no mês de março, algumas dessas barragens subiram para o nível 3 de emergência, que é em ruptura ou iminência de ruptura. Hoje, em Minas Gerais, há quatro barragens da empresa Vale nessa situação, em nível 3 de emergência. São as barragens Forquilhas 1 e 3, que já estavam nesse estudo do dia 31 de janeiro. Elas são situadas em Ouro Preto, Complexo Mina de Fábrica. Há a barragem Sul Superior, em Barão de Cocais, e há também uma barragem que se chama B3/B4, em Nova Lima, que tem, na sua zona de autossalvamento, a comunidade de Macacos, no distrito de São Sebastião das Águas Claras, que foi evacuado, que teve toda a sua vida modificada. As pessoas aí não têm como voltar para suas atividades habituais. Essas quatro barragens nessa situação.

Então, as provas materiais indicam que a companhia tinha ciência, sim, da existência de barragens em situação de risco, e não alertou oportunamente as autoridades nem agiu para coibir esse risco.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação a isso, eu até gostaria de fazer aí uma fala, em relação às auditorias externas, porque tanto Fundão, que colapsou no dia 5 de novembro de 2015, da empresa Samarco, que tem como controladoras a Vale e a BHP Billiton, quanto B1, da empresa Vale, tinham DCEs, certidões de declaração de estabilidade garantidas. Então, o que é que nós verificamos? Que o sistema está doente. Há um defeito no sistema. Porque as DCEs são emitidas, apresentadas aos órgãos públicos, à Agência Nacional de Mineração, ao Ministério Público, à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, e esses órgãos definem suas atividades fiscalizatórias com base nessas informações. Só que o sistema não tem mecanismos para garantir a independência das empresas de auditoria. Por exemplo: a TÜV SÜD tinha mais de seis contratos em andamento com a Vale, com cifras superiores, no global, a R\$10 milhões para outros serviços, enquanto era auditora independente da Barragem B1. Então, as provas já indicam essa relação promíscua entre a empresa de auditoria e a empresa auditada.

O Ministério Público de Minas Gerais, após o desastre de Fundão, capitaneou um projeto de lei de iniciativa popular chamado Mar de Lama Nunca Mais. Esse projeto finalmente foi aprovado, foi sancionado pelo Governador, no dia 25 de fevereiro deste ano. Exatamente um mês depois do desastre de Brumadinho, houve a sanção integral do projeto, que foi aprimorado nesses quase três anos, com a participação do Ministério Público, da sociedade civil, de órgãos públicos como o Ibama. Então, é um projeto que realmente vem trazer um novo paradigma para o licenciamento ambiental e para a fiscalização de barragens em Minas Gerais.

Vou citar alguns exemplos dessas inovações, por exemplo: hoje lá não pode haver barragens ou serem alteadas barragens, se identificadas comunidades nas chamadas zonas de autossalvamento. São aquelas áreas a jusante, abaixo da barragem, onde não haveria tempo para as autoridades agirem em caso de desastre; a pessoa precisa se autossalvar. E os casos recentes demonstram que são essas pessoas as primeiras a morrerem, a serem impactadas; não há tempo para se autossalvarem. Na B1, o vídeo demonstra aí, que, em menos de um minuto, a onda já estava atingindo os trabalhadores ali no refeitório. Então, não haveria tempo hábil. Então, hoje é proibido; essa situação é proibida em Minas Gerais. É um grande avanço, é o cerne, na minha opinião, dessa nova lei.

Também a lei exige as melhores tecnologias disponíveis. No Estudo de Impacto Ambiental, a empresa deve mostrar por que está utilizando a barragem, se hoje há tecnologias mais modernas com o desaguamento. Nós temos o empilhamento dos rejeitos arenosos, o empilhamento drenado; nós temos o espessamento dos rejeitos lamosos. Essa é a tecnologia que vai ser utilizada no retorno da empresa, no eventual retorno da empresa Samarco.

Logo que assumimos – o Dr. Tonet assumiu como Procurador-Geral de Justiça, em dezembro de 2016, e me convidou para assumir a área ambiental do Ministério Público –, nas primeiras reuniões, já colocamos para a Samarco que não aceitaríamos mais do mesmo; que, na verdade, se ela quisesse retomar, ela teria que reinventar a sua atividade. Isso é um trabalho que está sendo feito com o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanhamento contínuo do Ministério Público, por meio da sua auditoria técnica, fruto de um termo de ajustamento de conduta firmado com a Samarco. Eu tenho reuniões mensais com a Samarco de cerca de cinco horas, com a auditoria técnica; estamos em desenvolvimento de um projeto de filtragem que vai ser, tudo indica, colocado em operação aí na retomada da Samarco.

Então, além disso, a lei também exige o licenciamento trifásico. Hoje a lei ambiental permite uma licença em fase única para a mineração. B1 teve uma licença concomitante à licença prévia de instalação e de operação. A lei não vai permitir mais isso; para barragens é necessário o licenciamento trifásico. Isso é uma garantia do sistema. Passar para uma fase seguinte, só quando você cumprir todas as condicionantes das medidas mitigadoras, é uma garantia do sistema. A lei exige caução ambiental também. O empreendedor, desde o primeiro momento, vai ter que reservar uma quantia em dinheiro para fazer frente a um eventual desastre ou para descomissionar, descaracterizar a barragem ao final da operação.

Eu costumo dizer que teve um lado até positivo dos dois maiores desastres de mineração envolverem uma das maiores mineradoras do mundo. Imagine se fosse uma mineradora que não tivesse condições econômicas para fazer frente às indenizações, à recuperação ambiental! Então, a caução é uma necessidade.

E também, por fim, essa lei veda novas barragens a montante em Minas Gerais e o alteamento das barragens a montante existentes, e fixa prazo para o descomissionamento dessas barragens. Em três anos, é o prazo fixado pela lei, essas barragens deverão ser descomissionadas.

Mas a lei não enfrenta ainda o problema das auditorias. Então, nós fomos, como o Dr. Tonet disse, numa missão do Governo brasileiro, do Estado de Minas Gerais, à Holanda, que também aprender um pouco com outros modelos. Esse modelo holandês é um modelo que pode ser referência para o sistema brasileiro, porque a Holanda prevê uma comissão independente para a avaliação de impacto ambiental.

Então, com base nisso, eu até fiz um documento que apresentei à Comissão Externa da Câmara dos Deputados, em relação aos projetos de lei que foram elaborados, nove projetos de lei. Eu fiz uma análise preliminar de dois deles, o que prevê o licenciamento, o que trata do licenciamento ambiental e também o que atualiza a Lei de Política Nacional de Segurança de Barragens. E nós propusemos ali um modelo pelo qual as autoridades identificam, apontam a empresa de auditoria. E a empresa mineradora apenas...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Quem aponta?

A SRA. ANDRESSA LANCHOTTI – As autoridades públicas...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Haveria um credenciamento prévio dessas empresas de auditoria para garantir critérios de independência, excelência técnica e *expertise* dos profissionais, com um termo de referência, por exemplo: "Não pode ter prestado serviço para tal empresa, para a empresa vai auditar em tal período de tempo"; estabelecimento de quarentenas. Então, faria um credenciamento. A autoridade pública, no caso, a ANM ou o órgão licenciador, apontaria a empresa para fazer a auditoria, e o empreendedor apenas custearia os serviços. No meu entendimento, esse modelo seria um aprimoramento. Quanto menos for próxima a relação entre a empresa de auditoria e a empresa auditada, isso é uma maior garantia de independência do sistema.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Mas a empresa custear um processo numa Comissão Externa como essa, ainda que sejam indicadas as pessoas pelos órgãos técnicos, não acha comprometedor?

A SRA. ANDRESSA LANCHOTTI – Não, pelo contrário...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O envolvimento econômico da empresa poderia – muito obrigada – gerar um...

Gente é porque eu estou tomando remédio, viu? Então, sou eu e ele aqui – não é? –, com medicamento antibiótico. (*Risos.*)

A SRA. ANDRESSA LANCHOTTI – Há um princípio no Direito Ambiental que é o princípio do poluidor-pagador. Quem auferir lucros com a atividade econômica deve ser responsável por todas as externalidades, por todos os custos decorrentes dessa atividade. Então, esse trabalho de auditoria é um trabalho extremamente técnico, que exige equipes multidisciplinares, realização de estudos geotécnicos. Não é possível, na minha visão, que o órgão público arque com todos esses custos. Eu vislumbro um sistema no qual haja uma fiscalização pública eficiente, um controle público eficiente. Hoje isso não é real no Brasil, pelos dados que foram publicizados. A ANM Minas Gerais, antes do desastre, tinha nos seus quadros apenas três fiscais para fiscalizarem mais de 200 barragens. Então, há uma deficiência tanto do ponto de vista humano, quanto material dos órgãos de controle. Isso deve ser aprimorado.

Foi proposta até uma ação pelo Ministério Público Federal, em face da ANM, com esse objetivo. Possivelmente nós vamos conseguir aí lograr um acordo nessa ação para melhor estruturar a ANM, mas são duas coisas que devem atuar conjuntamente. O autocontrole também é necessário, ter auditores independentes é necessário, só que tem que ter mecanismos que garantam a independência.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Para garantir a independência. (*Fora do microfone.*)

Desculpe interrompê-la.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois é, lá fora a sociedade tem mais controle disso do que se tem no Brasil. A interferência econômica de alguém que vá manter uma auditoria como essa tem uma leitura aqui no Brasil de uma certa dependência de quem paga. Eu tenho muito medo disso. Por exemplo, nós estamos conversando sobre tudo isso aqui, mas eu estou aqui com uma preocupação adicional, qual seja: nós estamos conversando sobre aquilo que aconteceu e, ao mesmo tempo, há uma ameaça de outros acontecimentos.

Simultaneamente a isso – Dr. Antônio, Dr. Helder, Sra. Andressa –, nós temos que ter uma ação de acompanhamento dos possíveis desastres que estão cantados em verso e prosa de que podem acontecer a qualquer momento. Há uma, outras várias barragens com problema de risco de desmoronamento. Neste momento, entre uma coisa e outra, até chegarmos a um projeto ideal, que aí, como legisladora, eu quero ter oportunidade de estudar muito todas essas comissões externas, como elas serão, de que forma que elas viverão, qual é a cumplicidade entre a empresa e elas, porque não pode existir. E também é preciso estarmos atentos ao acompanhamento.

E até é uma pergunta que eu faço: dentro desse quadro, que nós vemos, de prováveis... Eu vou chamar de quê? De tragédia, de calamidade...

A SRA. ANDRESSA LANCHOTTI (*Fora do microfone.*) – De desastre...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não vou chamar de desastre, não vou chamar de desastre, porque desastre é uma coisa que pode acontecer a qualquer momento, mas para isso já há um aviso prévio. Nós estamos esperando Barão de Cocais a qualquer momento, não é isso? E fica até uma coisa doída – uma imagem mexeu tanto para cá, tanto para lá – e uma observação atônita.

Então, acho que, nesse processo, agora dá para haver uma ação de intervenção. Até há a pergunta se vocês estão acompanhando as outras barragens que estão denunciadas, o que os senhores podem fazer, o que nós podemos fazer, porque aqui é a parte da legislação. Quando a senhora fala em comissão externa, até anotei aqui, a senhora falou alguma coisa sobre caução, o que achei muito interessante; a comissão externa independente. E essa palavra "independente" me soa melhor, se não tivermos... Não é que o Poder Público pode pagar tudo, mas o Poder Público também taxa, ele também recebe dinheiro. A Agência Nacional recebe as multas, as taxas. O que se faz com esse dinheiro? Não pode ela ter uma comissão externa, fiscalizadora e aí com independência, sim, independência da empresa, que é o que mais me preocupa? A Vale não agiu, até este momento, pelo que nós estamos sabendo, em relação a isso, com o compromisso de quem tinha o dever objetivo do cuidado.

E, com a fala dele, que me esclareceu muitas coisas, com a visão do dever objetivo do cuidado, que eu pergunto: o que nós podemos – juntando tudo o que precisamos fazer, para exigir uma nova





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

modalidade técnica, de controle, de fiscalização – fazer para que a Vale não continue na direção em que ela sempre esteve e para evitar essas novas tragédias? Porque, ainda que se perca uma vida, é uma tragédia; ainda que se comprometa o ambiente, é uma tragédia.

O trabalho que a senhora demonstrou é extremamente importante, mas queríamos construir um rito nesse processo, para que a gente possa também estar atento aos passos que a Vale vai dar em relação àquilo que ela está hoje colocando, expondo, como também quanto a outras barragens de risco que estão espalhadas. Então, precisamos juntar a iniciativa para se proteger futuramente, mas também ver o que nós podemos fazer imediatamente, e não só os senhores, cujo trabalho estou vendo que é extremamente competente.

A senhora demonstra... Eu só fico orgulhosa – desculpem-me os demais – por ser mulher, com essa propriedade, com esse conhecimento...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois é, um pouco mais atrás: "Não; não põe, não, porque é mulher". Agora: "Põe, porque é mulher". Entendeu? Isso é muito importante.

Então, esse objetivo de cuidado de que ele fala, que a gente possa construir isso juntos. A senhora, com a sua visão extremamente profissional, técnica, cuidadosa, respeitosa, comprometida, e os demais, o Dr. Antônio e o Dr. Helder, que a gente possa, nesse interregno, saber o que efetivamente o Ministério Público pode estar fazendo para socorrer os evidentes diagnósticos de cuidados quanto a tragédias que possam estar em andamento.

A SRA. ANDRESSA LANCHOTTI – Senadora, em relação a isso, nós, no mês de fevereiro, pouco antes do Carnaval, se eu me recordo, fizemos uma reunião na Procuradoria de Justiça. Nós identificamos todas as barragens da companhia Vale situadas em Minas Gerais. Convocamos os Promotores para uma reunião. Preparamos todo um material de apoio numa pasta virtual, com modelos de ações, portarias, peças jurídicas. Orientamos os Promotores e propusemos várias ações no Estado de Minas Gerais. Hoje são 21 ações civis públicas. Conseguimos liminar em todas elas, no sentido de ter várias medidas independentes, auditoria externa independente, de acordo um termo de referência que foi construído pelo Ministério Público, que prevê refazimento de estudos geotécnicos; todas as fases necessárias para se auditar, de uma maneira real, a barragem, para podermos conhecer a situação dessas barragens no Estado.

Em relação a nossa atuação, eu acho que ela motivou também algumas empresas a terem se negado a conceder a DCE para algumas barragens em 31 de março. Então, várias empresas aí não concederam a certidão de declaração de estabilidade. Essas barragens entraram em nível de emergência





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e elas estão sendo monitoradas. Então, nós estamos atuando em relação a essas questões mais urgentes de barragens processualmente e também extrajudicialmente.

Em relação a Barão de Cocais, especificamente entramos com três ações, inclusive no âmbito socioeconômico, para garantir aí também o pagamento de valores emergenciais para as pessoas atingidas que deixaram de auferir renda em razão dessa situação que se prolonga por vários meses já. E a expectativa é de que se prolongue até por anos, porque se retornar à estabilidade da Barragem Sul Superior, isso é uma ação de longo prazo; vai ser necessário um descomissionamento.

Eu sobrevoei a área anteontem e, inclusive, pude ver a existência de trabalhadores, vários trabalhadores ali contratados pela empresa Vale, que estão trabalhando numa área muito próxima à barragem, em obras emergenciais de contenção, para a hipótese de ruptura da barragem.

Então estão sendo feitas medidas para conter os rejeitos. A zona de autossalvamento foi evacuada em fevereiro em Barão de Cocais, assim como nas demais barragens com nível 2 ou nível 3 de emergência, mas há, ainda, sempre a preocupação em relação à zona secundária de inundação, que é aquela área que vai ser atingida pela lama e pelos rejeitos num período de tempo maior. A Defesa Civil vem trabalhando de maneira incansável, a Defesa Civil estadual e também as Defesas Cíveis municipais envolvidas, fazendo simulados de emergência para treinar a população a como agir na hipótese de ruptura, mas a incerteza e a insegurança são reais, e as pessoas estão vivendo a lama antes de a lama atingi-las. Os efeitos da lama são sentidos.

Para os senhores terem uma visão desse problema, eu não pude sobrevoar o centro de Barão de Cocais porque a população está aterrorizada, então me pediram para o helicóptero só ficar na zona rural, porque quando as pessoas avistam um helicóptero ficam desesperadas. As crianças... Nas calçadas, está pintado em vermelho onde a lama vai passar. Isso acontece em Nova Lima, em alguns distritos de Nova Lima, também em Barão de Cocais. As crianças pulam a área vermelha da calçada, "ah, aqui a lama, a lama está aí". Então a lama já está atingindo as pessoas, e precisamos fazer alguma coisa para mudar. E, do meu ponto de vista, o papel que esta Casa pode ter é ir contra esse movimento de flexibilização da legislação ambiental, porque há um discurso sempre muito forte no sentido de que a preservação do meio ambiente é um entrave ao desenvolvimento econômico, quando isso não é verdade.

Na verdade, há problemas relacionados ao licenciamento ambiental que são muitas vezes ocasionados pela pouca, pela baixa estruturação do sistema como um todo. Então, na minha visão, enfraquecer a legislação de proteção só vai agravar esse problema. Nós precisamos ter em nível nacional uma legislação forte como essa que foi finalmente editada em Minas Gerais, nós precisamos enfrentar o problema da ausência de independência das assessorias técnicas, não só para as auditorias, mas também para a elaboração dos estudos de impacto ambiental, porque não são raros os estudos de impacto ambiental que minimizam os problemas. Há um estudo todo numa direção, e a conclusão final



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

é contrária, sempre permitindo a instalação de atividades que muitas vezes não seriam possíveis naquele local, seja pelas características naturais da área, seja pelas características das populações tradicionais. Então, enfrentar esse problema da independência é um ponto em que eu acho que esta Casa, assim como a Câmara dos Deputados, o Congresso como um todo tem um papel muito importante. E o Ministério Público está pronto também para contribuir, para a gente avançar nessa legislação mais forte, que possa garantir a segurança das pessoas e do meio ambiente.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu só gostaria de... O senhor gostaria de falar, doutor?

O SR. HELDER MAGNO DA SILVA – Eu queria só... Se o senhor me permitir...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Claro, perfeitamente.

O SR. HELDER MAGNO DA SILVA – Na linha da fala da Andressa, tem um ponto que eu tenho percebido na minha atuação já com os atingidos, sob a ótica dos atingidos: é preciso aprimorar o sistema de informação, para que as empresas cumpram... E eu até entendo... Acho que isso pode ficar melhor explicitado na legislação, mas eu entendo...

Por exemplo, esta Casa, o Legislativo brasileiro vem de promulgar a Lei da Transparência. As nossas remunerações, toda a movimentação do serviço público tem que ficar evidenciada. E quando a gente trata, por exemplo, de licenciamento ambiental, que é um procedimento estritamente público e com repercussão na vida das pessoas... Um licenciamento ambiental, se uma licença ambiental é concedida, ou os planos de ação emergencial de barragens, isso afeta a vida das pessoas. A gente tem uma série de documentos que são produzidos pelas empresas e que são entregues a órgãos públicos. A gente precisaria pensar numa forma de obrigar – e aí talvez uma legislação específica –, de clarificar essa exigência de que esses documentos sejam desde sempre públicos, na rede mundial de computadores, porque, por exemplo, se eu tenho um licenciamento...

Eu falo isso porque eu percebi, num caso de atuação lá em Minas Gerais, ao questionar a Semad sobre o dever dela de exigir que a empresa colocasse na rede mundial de computadores o seu EIA, que é o estudo de impacto ambiental, ela disse que não podia exigir isso, a Semad, o Copam, o sistema mineiro de licenciamento, porque a matéria era regulada por uma resolução do Copam de 1993 que se contentava com o depósito de uma cópia do EIA, o estudo de impacto ambiental...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Nossa, 1993!

O SR. HELDER MAGNO DA SILVA – ... nas Câmaras Municipais ou em alguns lugares. E aí vejam bem: se você está tratando de uma atividade dessas, você tem o interesse inclusive dos concorrentes, até a concorrência, os concorrentes têm que ter o direito de saber como se vai fazer, até para que se tenha crítica. A universidade, a partir do momento em que você tem essa informação disponível, a universidade tem acesso, e inclusive o trabalho no Ministério Público é facilitado, porque se um estudo



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

como esse fica disponível na rede mundial de computadores, os pesquisadores vão ter acesso a ele e vão poder criticá-lo. E a população vai ter acesso também, vai poder entender, vai poder perguntar, vai poder pedir esclarecimentos.

Esse é um outro lado também dessa ideia da Andressa que eu acho que é muito importante que a gente pense. E, em termos de cooperar com o Legislativo, acho que talvez a gente precise pensar em mecanismos de imposição de transparência, porque há documentos que devem ser públicos, eles não podem ter uma publicidade restrita, eles têm que ser submetidos à crítica, à luz, a população tem que ter acesso, tem que ter possibilidade de ver os conteúdos para poder criticá-los. Esse é um ponto que a gente precisa... E o sistema hoje se contenta com a entrega, por exemplo, do PAEBM, e as pessoas se ressentem, porque a gente quer saber por que se definiu essa... A gente tem algumas discussões sobre essa definição de zona de autossalvamento, qual seria o alcance da mancha, como é que se trabalha. A gente precisa ter a possibilidade inclusive de discutir isso com os órgãos, seja os órgãos serem obrigados a publicizar isso, seja as empresas – esses documentos.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu gostaria de pedir, Dr. Tonet, para nós retomarmos uma pergunta que eu fiz que para nós é fundamental no direcionamento daqui para a frente.

O senhor acredita que, com os novos fatos que vieram à tona com a questão de Brumadinho, a decisão sobre a qualificação de homicídio poderia ser diferente do que aconteceu em Mariana? Nós conseguiríamos avançar essa acusação diante das novas provas?

O SR. ANTÔNIO SÉRGIO TONET – Senador, eu acredito que sim, mas essa não pode ser uma resposta peremptória, porque essa conclusão será feita pelos promotores, que estão atuando em conjunto com os Procuradores da República, com a Polícia Civil e com a Polícia Federal. Em relação a isso, os promotores têm autonomia e independência funcional para, no momento oportuno, qualificar o crime como inundação, homicídio culposo, homicídio doloso. Então, eu não poderia antecipar esse mérito porque nós não concluímos ainda a investigação, nós não concluímos ainda os trabalhos, seria prematuro.

Esse debate é válido, ele é até instigante no meio político, no meio acadêmico, muitos Senadores entendem de uma forma, outros entendem de outra forma, no meio acadêmico também... Têm sido um grande laboratório nas universidades esses casos, tanto o de Mariana quanto o de Brumadinho, mas nós, que estamos na ponta da investigação, principalmente os promotores, não podemos, antes do momento oportuno, antecipar o mérito.

Então, eu entendo a preocupação e a ansiedade da sociedade com relação a uma resposta criminal efetiva por parte do Ministério Público, nós a daremos no momento oportuno, mas essas considerações são importantes. Esses novos elementos de prova que estão surgindo nesse contexto





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

podem realmente levar os promotores à convicção de que se trata realmente de homicídio doloso, com dolo eventual. Isso pode acontecer.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É, a Senadora Rose até já externou uma parte da nossa preocupação. Nós temos 280 mortos, 290, hoje, número oficial, entre os 25 desaparecidos – eu posso até estar enganado em um ou outro – e 265 já identificados pelo Instituto Médico Legal e os corpos entregues às famílias. A preocupação nossa é de que a sociedade brasileira assista a um crime como esse, no âmbito ambiental, administrativo também, há um crime a ser considerado, e que ninguém seja condenado ou preso no homicídio pelas mortes dessas pessoas. Essa é uma preocupação que a sociedade tem e que é a nossa preocupação.

A questão é saber a responsabilidade de quem e em cada grau, mas alguém matou essas pessoas.

O SR. ANTÔNIO SÉRGIO TONET – Alguém matou.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Alguém matou. E quem matou essas pessoas tem que responder por homicídio. E aí, Promotora, Dra. Andressa, eu estendo a sua consideração: será que, com tudo que nós agora elencamos, que vamos apresentar, a aceitação, a denúncia de crime de homicídio tem mais chance de prosperar, apesar da decisão do TRF da 1ª Região, será que nós vamos conseguir avançar ou será que nós vamos precisar criar novos tipos legais inclusive para definir o que é homicídio no Brasil?

A SRA. ANDRESSA LANCHOTTI – Senador, eu ratifico as palavras do Dr. Tonet no sentido de que não é possível emitir agora um juízo de valor em relação à tipificação, porque isso vai depender do que a equipe como um todo definir em relação ao ponto de vista jurídico mesmo da escolha da equipe. Mas eu acredito que, como o senhor bem colocou, as provas são muito contundentes no sentido de responsabilização dos culpados, seja qual for o tipo penal escolhido ali pela equipe de promotores no momento do oferecimento da denúncia. O importante é a consistência das provas, a consistência em demonstrar essa cadeia de comando da tomada de decisão e quem são os verdadeiros culpados pelos crimes. Acho que esse é o trabalho principal.

A tipificação, seja qual for a escolha, embasada em provas consistentes, vai levar à responsabilização. É nisso que nós acreditamos, nós trabalhamos com esse objetivo.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A senhora sabe, por exemplo, que a Vale... Nós não podemos menosprezar a capacidade de articulação da Vale. Eu já disse e repito que eu não quero acabar com a Vale. Eu quero um novo comportamento de uma empresa desse tamanho, que tem grande importância para o Brasil, que gera emprego, riqueza e tudo o mais, mas que tem que estar comprometida com a vida, com a questão ambiental, enfim, comprometida com o País.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sabe que a Vale contratou, recentemente, uma ex-Ministra do STF, para minha grande surpresa, não a contratação, mas para qual papel? Ela vai compor uma comissão para investigar as causas do rompimento da B1. A Vale contrata uma ex-Ministra do STF para compor uma comissão. Nós estamos todos trabalhando nessa direção. Melhor do que o trabalho até desta Casa, e em paralelo, é o trabalho que os senhores estão fazendo. Sobre ele e sobre esta Casa não vai parar qualquer dúvida, mas compor, contratar.... É um arsenal de guerra sem precedentes. Eu nunca vi isso, contratar uma ex-Ministra do STF para compor uma comissão que vai investigar a causa do rompimento da B1, como se não estivessem as causas suficientemente demonstradas por depoimentos, laudos, pareceres ao longo desse tempo, como se não estivesse tão evidente.

E aí fica a pergunta que o Senador colocou: é uma tentativa de influenciar no resultado final? De se contrapor às evidências de todos os relatórios que serão apresentados? Torno a repetir que eu sou pela saúde da Vale, inclusive de gestão. Novo comportamento, nova atitude, novo comprometimento...

O SR. ANTÔNIO SÉRGIO TONET – Excelência, posso fazer um aparte com relação à gestão? Uma das preocupações que nós tivemos – e aí da força-tarefa como um todo, o Ministério Público Federal até que liderou esse movimento, e nós aderimos e trabalhamos nesse sentido também – foi de, durante esse processo e logo após o rompimento da barragem, obtermos a substituição de toda a diretoria da Vale, porque nós entendíamos que aquela diretoria estava comprometendo os trabalhos, não só a imagem da Vale como um todo, mas os trabalhos. Aí postulamos junto ao Conselho de Administração da Vale a total substituição da diretoria, no que nós fomos atendidos. Isso deu uma leveza maior para a diretoria para dar sequência, não estava eventualmente comprometida com os erros anteriores. Isso foi fundamental para a gente prosseguir, inclusive com muitos termos de ajustamento de condutas com a própria Vale. Nós estamos obtendo grandes avanços nessa direção.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Nós vamos fazer uma última pergunta para que os três, por favor, façam uma consideração final juntamente com a resposta, porque daqui nós temos que suspender, terminar para irmos ao Plenário, mas eu gostaria muito que os senhores falassem agora sobre a questão da indenização às vítimas, o porquê da demora, a dificuldade que nós temos em que essas famílias sejam reembolsadas em pelo menos parte daquilo que perderam.

Qual experiência, Dra. Andressa, que a senhora traz, Dr. Tonet, Dr. Helder, em relação a isso, ao direito dessas famílias a serem ressarcidas e indenizadas em toda essa situação que nós temos. Agora, em Barão de Cocais, por exemplo, o pessoal não dorme, o comércio fecha. Qual é o balanço que vocês fazem para nós em relação a isso, por favor?

A SRA. ANDRESSA LANCHOTTI – Eu vou começar essa análise pelo caso Samarco, pelo que nós verificamos ali.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu ingressei na coordenação da força-tarefa um pouco mais de um ano após a ocorrência da ruptura de Fundão. Nós verificamos uma demora inaceitável em relação tanto à indenização aos atingidos quanto à recuperação ambiental. O Ministério Público, desde o início, se contrapôs ao TTAC, o chamado Termo de Transação e Ajustamento de Conduta, que foi firmado entre a Vale, a BHP, a Samarco e os governos dos Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais, que criou a Fundação Renova com 41 programas de reparação – hoje são 42 programas.

A Fundação Renova não tem demonstrado capacidade de fazer as suas ações com a celeridade necessária. Então, até hoje, Bento Rodrigues não foi realocada, não há uma nova Bento. O Ministério Público tem que trabalhar diuturnamente nesse processo para praticamente guiar a atuação da Fundação Renova. Então, há uma demora em relação à realocação – o Dr. Helder pode falar também sobre as outras comunidades impactadas; o Dr. Helder tem um trabalho fantástico de assistência às vítimas do desastre de Fundão, ele conhece as pessoas envolvidas pelos nomes.

Então, nós quisemos, em Brumadinho, não incidir nesses mesmos erros. Assim, o Ministério Público, desde o início, se posicionou contrariamente à criação de qualquer ente que pudesse receber a tarefa que é da poluidora, é da causadora do problema, do dano – cabe à entidade que cometeu o crime recuperar o meio ambiente e reparar as vítimas. Então, o Ministério Público, desde o início, chamou a Vale à sua responsabilidade.

Conseguimos avanços significativos em relação a pagamentos emergenciais. Já na semana seguinte, conseguimos estender a todos os residentes em Brumadinho o pagamento de um salário mínimo para adulto, meio salário mínimo para adolescente, um quarto de salário mínimo para criança, e a todos os residentes a um quilômetro da calha do Rio Paraopeba até Retiro Baixo, que é onde a pluma de rejeitos e substâncias contaminantes se encontra hoje, no Município de Pompéu. Mas há um trabalho muito complexo em relação à reparação integral, porque modos de vida são modificados num desastre dessa magnitude, não é uma questão só de dividir dinheiro. Há cidades que perderam a sua vocação completamente. Nós tivemos isto no desastre do Rio Doce e também agora, no Paraopeba: há cidades que viviam do turismo e não vão poder mais fazer isso. Então, têm que ser quantificados esses danos e, para isso, os atingidos precisam de assistência técnica, porque eles têm que negociar em condições de igualdade com a empresa – a empresa é a quarta maior mineradora do mundo; então, ela tem um corpo de advogados e de profissionais ilimitado, e os atingidos, muitas vezes, ficam numa situação de disparidade.

Então, a assistência técnica vai combater essa disparidade, e nós conseguimos, já na semana seguinte ao desastre, garantir o pagamento, pela Vale, de assistência técnica a todos os atingidos. Nós estamos numa fase de escolha das assistências técnicas – já foi escolhida a de Brumadinho. O Dr. André Sperling, que lidera o nosso eixo socioeconômico no Ministério Público de Minas Gerais, a Dra. Cláudia Spranger e a equipe toda – a Dra. Cláudia é nossa Coordenadora de Direitos Humanos – têm trabalhado



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

diuturnamente, finais de semana, feriados – as escolhas das assessorias normalmente são nos finais de semana, as comunidades é que escolhem quem vão querer que sejam seus assistentes.

Aí, depois disso, há um trabalho de quantificação dos danos e o pagamento. Mas tudo isso está sendo acompanhado, e acompanhado de perto, pelo Juiz da 6ª Vara de Fazenda Pública de Minas Gerais, que está fazendo audiências quinzenais e homologando acordos parciais.

Então, nós acreditamos que esse trabalho de indenização vá ser muito mais rápido em relação ao que ocorreu em Mariana. Essa é a nossa expectativa.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Paralelamente a isso há o trabalho de recuperação geoeconômica. A cidade é muito afetada. Eu sei do trabalho individual, daquele que tinha uma pousada, daquele que tinha uma farmácia, uma creche, por aí afora.

O conceito da unidade municipal é muito amplo, não só do esvaziamento da cidade como também todo o sacrifício econômico que a cidade sofreu, é uma derrocada. Existe isso institucionalizado como unidade federativa? Há um trabalho para a recuperação do capital de conceito econômico e geográfico?

A SRA. ANDRESSA LANCHOTTI – Há, sim, Senadora.

Como o Dr. Tonet disse, nós ingressamos com as medidas cautelares, tanto ambientais, no dia 25, como socioeconômicas, no dia 26, e depois propusemos nossas ações principais. Foi proposta, em 13 de março, a ação principal socioambiental, um documento de mais de 120 páginas com milhares de documentos anexos, que prevê toda a recuperação ambiental. Aí são especificados patrimônio cultural, fauna, flora. E, na questão socioeconômica, também: nós propusemos a ação principal socioeconômica. Então, até o prejuízo aos Municípios já está postulado em juízo, os prejuízos que os entes municipais sofreram, que todas as comunidades sofreram. Ela é muito ampla, é uma ação também com mais de 100 páginas. Então, isso já está postulado.

Agora o Ministério Público vem, junto com as demais entidades públicas e a empresa... Há certa dificuldade nessa negociação, não posso negar. Não é assim: nós propomos e a empresa aceita. Não. Essas audiências são audiências que demoram seis horas, há uma discussão muito intensa, mas nós conseguimos avançar por acordos parciais. Então, a nossa expectativa é ir fazendo acordos para ressarcir os Municípios...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Já se pode determinar um prazo de conclusão desse acordo com a Vale? A Vale tem todo interesse de postergar...

A SRA. ANDRESSA LANCHOTTI – O juiz vem dando um impulso de celeridade muito firme no processo. Se a gente não consegue acordo, o juiz determina. Na própria audiência, ele diz: "Ah, não há





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acordo? Então eu vou sentar aqui e vou decidir!" E ele começa a redigir, o que motiva o acordo. Então, tem acontecido isto, a gente tem conseguido avançar também pelo impulso do Poder Judiciário. Então, são as instituições todas juntas, e nós acreditamos que vamos avançar celeremente. Mas é muito complexo, não dá para finalizar as indenizações este ano, é um trabalho de fôlego, de longo prazo, e que nós estamos fazendo pouquinho a pouquinho.

O SR. HELDER MAGNO DA SILVA – Há uma questão, Senadora, em relação às indenizações.

A Vale, logo após o desastre em Brumadinho... Eu sei que a senhora não gosta muito do termo "desastre", mas a gente o prefere, até como um antônimo de "acidente", porque a ideia de acidente é que a gente afasta mais fortemente.

A Vale já se mostrou para nós até... Procurou a advocacia do Estado num primeiro momento querendo que a gente já parametrizasse as indenizações, já as estabelecesse – as indenizações individuais, das pessoas. E nós entendemos que nós não podemos fazer isso, nós precisamos ouvir as pessoas. E, aí, esse conceito de que a Andressa falou, da assessoria técnica, é muito importante, porque é preciso que quem dê valor aos bens perdidos sejam as pessoas que os perderam ou, no mínimo, que elas tenham participação nesse processo. O que a gente vê da empresa...

Então, quando dissemos para a Vale que não estávamos dispostos a fazer aquilo que ela queria, aí – não sei se os senhores se lembram daquela promessa de doações – a Vale começou a dizer que faria doações, doações de 100 mil por morto. Mas aquilo porque, de início, ela queria fazer esse acordo com a gente, queria que os órgãos chancelassem essa ideia dela, e nós entendemos que não podíamos, porque existem questões que são da vida das pessoas que as pessoas precisam definir.

O caso de Mariana tem nos ensinado que também existem danos que vão aparecer com o tempo. Os danos à saúde, que são muito graves, muitos deles estão aparecendo agora, com o tempo: problemas de pele, problemas de saúde mental. Esses pontos, não dava para a gente dizer...

E a lógica que permeou esse processo, com todo respeito àqueles que dele participaram, tem algumas coisas boas, como o TTAC, tem alguns méritos, como uma iniciativa primeira de busca de reparação, da atuação dos governos, mas teve um demérito muito grande, que foi o de criar a ideia de que, com o pagamento de determinado valor, a coisa estaria resolvida para as empresas. O grande defeito do TTAC, a despeito dos méritos que têm de ser reconhecidos, foi exatamente esse.

Ainda hoje a Fundação Renova trabalha com essa lógica do TTAC, muito embora os Ministérios Públicos e as Defensorias Públicas tenham firmado com as empresas e os governos um TAC, que é o chamado TAC Governança, que prevê uma repactuação e que trabalha com a ideia de reparação integral e não apenas reparação naqueles termos do TTAC.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É que o TTAC... Veja bem uma coisa; talvez a senhora já tenha visto essa situação acontecendo no Espírito Santo. Em relação às indenizações das perdas que as pessoas tiveram, o programa essencial é o PIM, o Programa de Indenização Mediada. É um programa que tem muitos defeitos, sendo o principal deles o seguinte. Esta semana houve a reunião do CIF, o Comitê Interfederativo, que é um comitê criado pelos Governos de Minas Gerais e do Espírito Santo para fiscalizar a atuação da Renova. E ainda nesta semana nós recebemos produtores rurais de Conselheiro Pena e de vários lugares atingidos, e eles trouxeram alguns problemas, como, por exemplo: quem não negocia com a Renova, quem não aceita o acordo que a Renova propõe, fica no limbo. Se você não aceita, pela regra do Processo Civil, ela deveria dizer assim: "Então, eu vou te pagar isso que estou propondo e você vai discutir com a gente o restante." Mas não. Se a pessoa não aceita o acordo, vai ficar sem receber. É uma forma de obrigar as pessoas a um acordo, o que é indevido.

E essa crítica é uma crítica que eu estendo também... Nós tivemos um problema muito difícil no caso de Brumadinho: infelizmente, uma das nossas coirmãs, uma das entidades que estavam trabalhando junto, uma parcela delas, aceitou fazer um acordo com a Vale sobre indenizações individuais com o mesmo defeito. Quem não faz acordo como é que fica? E se a Vale propõe... Porque tudo é definido pela Vale. Se a Vale propõe e a pessoa não aceita o valor proposto, a pessoa volta para casa de mãos vazias e vai esperar, porque, inclusive, não está claro... Nesse caso, a Defensoria Pública deveria já, de plano, mover ação individual para aquele atingido que foi fazer um acordo, mas, ao que tudo indica, ela não está fazendo isso e nem há previsão, nesse termo de acordo da Defensoria Pública com a Vale, de que ela vá fazê-lo. Então, a gente tem esses gargalos que precisam ser corrigidos.

Nós entendemos – esse é um aspecto – que só com a contratação da assessoria técnica é que os atingidos têm condições, inclusive, de dizer das suas perdas, para que entendam as suas perdas e dizê-las melhor, para ficarem mais fortalecidos nas suas reivindicações. Infelizmente, nós estamos caminhando para a contratação da assessoria técnica em Brumadinho e, embora já tenhamos as entidades escolhidas para a assessoria técnica, no Espírito Santo, nós não temos até hoje nenhuma assessoria técnica contratada. Já estão escolhidas desde setembro e outubro, mas nós temos tido dificuldades como as empresas na definição da forma de contratação e, infelizmente também, com o juiz. Diferentemente do Dr. Elton, que tem tido uma forma de conduzir o processo, o Juiz Federal da 12ª Vara não tem tido, ou talvez eu não tenha percebido – falo da minha percepção –, um olhar como o do Dr. Elton, da 6ª Vara. Digo isso com muita tristeza, porque, nesse processo nós estamos aguardando... Já foi apresentada para ele a listagem das entidades escolhidas, e estamos aguardando que ele homologue essa escolha.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HELDER MAGNO DA SILVA – É o Juiz da 12ª Vara em Belo Horizonte.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E fico muito preocupado, porque, no *site* da própria Justiça Federal, há uma fala desse juiz, o Dr. Mário, em que ele fala que o drama... Diferenciando Brumadinho de Rio Doce, de Mariana, ele fala que, em Brumadinho, o problema seria 90% drama humanitário e 10% ambiental e, no Rio Doce, seria 90% ambiental e 10% humanitário.

Eu sinto muito, porque, se ele fala isso numa explanação... De onde ele tira essa conclusão? Quantas vezes ele foi até as comunidades? Quantos atingidos ele ouviu? Quantas vezes ele ouviu as empresas? Quantas vezes ele recebeu os advogados das empresas? Quantas vezes ele recebeu os atingidos, os representantes dos atingidos ou fez audiências com os atingidos? Nesse caso, o Dr. Elton, da 6ª Vara, tem sido digno de elogios, exatamente por sua postura, o que a Dra. Andressa tem ressaltado. As audiências... É claro que há limitações nas salas, mas as audiências têm ocorrido quinzenalmente, tem sido facultada a presença de representações dos atingidos nas audiências, além do Ministério Público e das Defensorias Públicas. Isso, com certeza, tem feito uma diferença positiva em prol dos atingidos.

O que a gente tem de fato, para nossa tristeza, é que a Fundação Renova e as empresas criam, ou trabalham para criar, a ideia de que estão promovendo a reparação. Quando a gente vê os informes da Fundação Renova... Isso a gente não pode deixar acontecer em Brumadinho, muito embora pareça que a Vale tente fazer isso ou tentou fazer isso com esse acordo com a Defensoria Pública. Dá aquela ideia de que está promovendo a reparação e que algumas pessoas poucas que estariam gritando, dizendo que não estão sendo reparadas, essas pessoas seriam aquelas que vão esperar, que estão esperando.

Na verdade, eu asseguro aos senhores – até agradeço à Andressa, porque eu tive oportunidade de ir a várias localidades, tenho, sim, tido oportunidade de, pelo Ministério Público Federal, ir desde Barra Longa, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, descendo o rio, no caso de Minas Gerais, até Resplendor, Aimorés e Itueta –, tenho tido oportunidade de conversar, de ter acesso aos atingidos. E a percepção generalizada é a da pouca efetividade ou de nenhuma efetividade da atuação da Renova e de uma preocupação da Renova essencialmente de fazer parecer que está fazendo, que está resolvendo.

Enquanto isso, o custo... E isto a gente não pode permitir: que o custo do desastre fique nas costas das pessoas mais pequenas, das pessoas mais frágeis. Ao ponto de – para os senhores entenderem – esse PIM, que é o Programa de Indenização Mediada da Renova, eles pagarem, por exemplo, num pé de limão, num pé de fruta produzindo que a pessoa perde, um valor menor do que o de 1kg da fruta. A gente tem casos, claro, de oferecerem por um pé de limão produzindo valor menor do que o de 1kg de limão na feira, ou de quererem pagar a muda ou, por exemplo...

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – A produtividade não leva em consideração.

O SR. HELDER MAGNO DA SILVA – Não leva.

A Célia trouxe a questão, por exemplo, na hora de pagar o lucro cessante de quem perdeu: tem perdas de vacas, perda da produção de leites, de bezerros, vacas que estão abortando, plantas frutíferas também estão abortando, porque não estão produzindo. Aí, se uma vaca aborta, se ela não dá uma cria, não é só o leite que está se perdendo, não é só a produção de leite que reduz. Pensem numa bezerra ou num bezerro, no momento em que ele vai ser vendido para o produtor rural, no custo dele. A Fundação Renova se nega a trabalhar, na reparação, o reconhecimento desses fatos e quer trabalhar sempre, por exemplo, com os animais, como se todos os animais fossem para corte; e, na verdade, não é isso. Uma vaca perdida, uma vaca que está em certa idade, a gente tem que pensar: quantas crias ela teria? Quantos bezerros seriam? E se fosse uma bezerra? Quantos bezerros seriam?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – É o lucro cessante.

O SR. HELDER MAGNO DA SILVA – O lucro cessante não tem comportado isso. Uma galinha, quantos ovos ela vai botar? Esses ovos dariam uma galinha chocadeira? Quantas outras galinhas? Esse tipo de cálculo precisa ser feito considerando a forma como a pessoa vivia e não a lógica da Fundação Renova, porque, do contrário, o custo fica nas costas das pessoas, do produtor rural, do pescador, de pessoas pequenas.

Essa preocupação a gente tem tido. E a gente entende que a assessoria técnica aos atingidos é a melhor forma de perceber, de dar voz aos atingidos e os atingidos apresentarem... Por exemplo, se vai fazer uma matriz de danos, um outro defeito desse acordo da Vale com a Defensoria Pública é que ele trabalha com uma lógica de construir uma chamada matriz de danos sem ouvir as pessoas atingidas. Então, se define um parâmetro: para quem perdeu animal doméstico, eles trabalham com a lógica de R\$10 mil de indenização. Seria um tipo de dano moral. Mas quantos animais domésticos... Por exemplo, tem pessoas que teriam cães, cachorros, *pets*, cujo valor talvez seja até maior do que o valor simples do dano moral. O custo mesmo de aquisição do filhote talvez, pode ter caso, seja até maior que isso. E, na verdade, se você tem mais de um filhote, não dá para se pensar nessas parametrizações sem conversar com os atingidos, sem ter essa percepção de realidade.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Vou só fazer uma correção aqui antes. Eu acabei de receber... Pedi o laudo oficial do número de mortos e desaparecidos. Nós temos, confirmados pela Defesa Civil de Minas Gerais, 244 mortos e 26 desaparecidos, um total de 270 pessoas. Eu havia citado 280, mas são 270 pessoas: 244 mortos e 26 desaparecidos, é o laudo oficial divulgado ontem pela Defesa Civil. Dr. Tonet...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HELDER MAGNO DA SILVA – Deixe-me só dizer uma coisa aqui. Como o senhor falou em mortes, é importante a gente entender que, quando a gente fala de mortes decorrentes do rompimento, eu começo hoje a perguntar se, no caso do Rio Doce, a gente pode falar em 19 mortes. Só no distrito de Gesteira e em Barra Longa, a gente já teve algumas mortes posteriores. Nós tivemos o caso de uma pessoa que morava lá, que a família morava, a mãe, e, no dia seguinte, foi a Barra Longa, foi lá em Gesteira e, quando voltou a Belo Horizonte, para casa, se matou. Nós temos o caso de uma pessoa que ficou separada da mãe – o Reginaldo e a Dona Geralda –, o Reginaldo, que ficou fora da família, longe da família, porque a casa dele em Gesteira foi destruída, e acabou falecendo a partir desse momento de separação da família. A Dona Geralda, que é a mãe do Reginaldo, tinha 82 anos, tinha 80 anos, mas era uma pessoa que esbanjava saúde. Da morte do Reginaldo em diante, ela caiu em depressão e em pouco mais de dois meses veio a falecer também. São fatos em que a gente percebe claramente que essa demora, além de tudo, tem trazido de respostas... E de reassentamento, não só de reassentamento... Porque houve um momento em que se pediu que se criasse uma solução para a Dona Geralda e o Reginaldo, e a Renova não providenciou essa solução para mãe e filho. E depois da morte do Reginaldo, da internação da Dona Geralda, eles já vieram propondo a solução para a Dona Geralda.

Isso é preocupante, porque a gente precisa perceber a relação desse adoecimento mental, dessas mortes que acabam acontecendo com essa demora da Renova nas respostas. Há outros casos de mortes que eu poderia relatar aos senhores que também preocupam. Esse adoecimento mental tem sido terrível, e as respostas, quando a gente vai trabalhar com a Renova que ela tem a obrigação de aprimorar o sistema, de contribuir para o aprimoramento do sistema de saúde de Barra Longa, o que a gente ouve, eu participei de uma reunião e fiquei chocado, é a pessoa dizer assim, da Renova: "Mas isso que vocês estão propondo é para uma cidade com 150 mil habitantes". Na verdade, era preciso, é preciso. Se você tem um adoecimento mental numa cidade de 6 mil habitantes equivalente ao de uma cidade de 150 mil habitantes, então, na verdade, a resposta tem que ser essa mesmo.

Então, esses pontos são pontos que deixam a gente preocupado com a forma de fazer, com a forma de olhar, com as demoras nas respostas da Fundação Renova. Isso tem sido muito preocupante.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Dr. Tonet.

O SR. ANTÔNIO SÉRGIO TONET – Eu...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Queria fazer uma consideração, Andressa?

A SRA. ANDRESSA LANCHOTTI – Eu só queria fazer uma complementação em relação à dívida dos produtores rurais de Brumadinho.

Desde a primeira audiência, nós estamos trazendo esse tema, e não há acordo por parte da Vale, porque, quanto aos produtores rurais, muitos foram atingidos e deixaram de produzir. Então, eles estão na expectativa. E alguns já estão com o nome sujo nos sistemas de controle de crédito, e isso leva



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

também a uma questão até psicológica, que pode gerar depressão. E a solução dada pela empresa, não obstante a Defensoria e o Ministério Público buscarem acordo na audiência para o pagamento dessas dívidas dos produtores, dívidas relacionadas à produção rural, é de remetê-los ao acordo individual com a Defensoria Pública.

Foi feito um acordo com a Defensoria Pública, que o Dr. Helder mencionou. Então, a Vale quer que esses produtores vão buscar a solução lá, que já está parametrizada e não atende, de maneira individualizada para cada produtor, ao seu problema. Então, a empresa muitas vezes fala: "Nós estamos prontos a resolver todos os problemas, fazer acordos", mas a realidade nem sempre é igual, na mesa de negociação, ao que é exposto na mídia. Na negociação nós temos muita dificuldade. Esse é um problema concreto que nós buscamos resolver dos produtores rurais.

O SR. ANTÔNIO SÉRGIO TONET – Eu gostaria de ratificar tudo o que o Dr. Helton disse e a Dr. Andressa também, com relação às indenizações, e de enfatizar que a Vale, desde o início, desde o primeiro dia, se apresentou com a intenção de promover uma indenização a mais rápida possível. Foi o discurso utilizado, e é utilizado até hoje. Evidentemente que esse é um discurso que minora, diminui um pouco o dano à imagem da Vale, e nada melhor do que as indenizações individuais para satisfazer esse objetivo. Isso é um ponto pacífico. Mas as indenizações individuais não constituem o lado mais complexo da integral indenização. Como disse o nosso Procurador da República e a Dra. Andressa, nós precisamos estabelecer uma matriz que seja completa para a indenização desses danos.

E o que que nós estamos fazendo? Nós estamos buscando, na nossa ação principal de indenização, que tudo, tudo, absolutamente tudo o que for pago, o que já foi pago e o que vier a ser pago a título de indenizações individuais, seja por intermédio do Ministério Público Federal, pela Defensoria Pública estadual, da União, pelo MP, seja por meio de advogados constituídos, que o atingido... A vítima tem o direito de escolher o seu advogado também, ou a Defensoria Pública, isso é um direito natural. Mas que tudo o que for obtido neste momento ou já foi obtido seja considerado um pagamento mínimo, a título de indenização. O que for obtido depois, nas negociações coletivas, seja concedido, seja estendido também a quem já negociou, a quem já recebeu. Esse é o grande trabalho nosso.

E, para concluir, para encerrar a minha participação, eu gostaria, mais uma vez, de elogiar o Parlamento brasileiro, da Câmara de Vereadores lá de Brumadinho, passando pela Câmara de Vereadores de Belo Horizonte, pela Assembleia Legislativa, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado. Houve um trabalho muito forte do Poder Legislativo brasileiro em torno da união de esforços, para que esse caso não fique no esquecimento, porque foram precisos três anos e mais uma tragédia para que esse assunto voltasse à pauta nacional. Não bastou a tragédia de Mariana. Nós precisamos ter tido mais uma, a de Brumadinho. Agora nós estamos num momento que não é ainda o do esquecimento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Parlamento de Minas Gerais já contribuiu com uma legislação avançada, um marco regulatório forte, seguro. Eu percebo que a Câmara dos Deputados e o Senado também estão se movendo nessa direção, mas nós precisamos aproveitar este momento, porque, se passarem mais três, quatro anos, a pressão pela produção é muito forte, porque a produção gera empregos, a produção gera riquezas, e Minas Gerais é um Estado... Nós temos dois, três, quatro, cinco Estados em Minas Gerais. Minas Gerais é um universo. Só que, o Estado de Minas, o Estado minerador constitui a nossa raiz. Nós não temos como negar sua vocação para a mineração, para a geração de empregos, riquezas... Então, a pressão é muito grande.

E o trabalho preventivo das instituições, principalmente do Ministério Público, nem sempre é bem compreendido. Nós somos acusados o tempo todo – pelo poder econômico principalmente – de fazermos terror, promovermos terrorismo, quando atuamos preventivamente. São necessárias tragédias para dizer: "Olha, o Ibama, o IEF, o Ministério Público e tantos outros órgãos reguladores estavam certos em exigir o trabalho preventivo". Então, nós estamos buscando esse respeito neste momento.

Então, eu gostaria de mais uma vez agradecer a oportunidade de estarmos aqui, prestando contas do que estamos fazendo, de elogiar, mais uma vez, o Senado – e aqui o faço na pessoa da nossa Presidente e do nosso Relator, por ter tido a diligência de ter ido a Brumadinho, de ter tido reuniões conosco lá –, por estar levando esse trabalho com muito profissionalismo, com muita discrição naqueles aspectos mais sensíveis da investigação, que, no momento oportuno, nós vamos apresentar à sociedade.

Então, com essas considerações, eu agradeço mais uma vez a oportunidade.

Parabenizo também todas as instituições. E aqui abro um parêntese para dizer do Poder Judiciário de Minas Gerais.

Talvez isso tenha sido um diferenciador muito importante, porque o Poder Judiciário de Minas está próximo. Às vezes, a Justiça Federal fica muito distante dos fatos. É por isso que nós estamos clamando que Minas Gerais tenha também um tribunal federal. E parece que isso vai ocorrer agora. Então, os dois juízes de Brumadinho, Dra. Perla e Dr. Rodrigo, têm feito um trabalho maravilhoso, uma responsabilidade fantástica. O Dr. Helton também, da 6ª Vara de Fazenda Pública, os desembargadores que têm decretado as medidas, mantido cautelares, liminares, tanto na área cível como na área criminal. Isso tem sido muito importante também.

Então, eu queria deixar esse registro, ao lado do elogio a todas as instituições, também ao Poder Judiciário de Minas Gerais, que tem dado essa contribuição.

Muito obrigado!



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu gostaria..

Muitas vezes, nas minhas caminhadas políticas ao longo desses oito mandatos, tenho dito que muito será cobrado – versículo de São Paulo, que diz: "Muito será cobrado a quem muito houver confiado". Então, nessa situação que nós estamos aqui agora, diante desse trabalho repleto de Senadores que participaram, todos os dias, desta Comissão – podemos contar quantos –, ela não deixou desistir.

Esse é um desafio que está posto para os senhores e para a senhora, para o senhor, como está posto para esta Comissão. A união de esforços e a capacidade de, com muita lucidez e responsabilidade, caminharmos juntos é que vai oferecer à sociedade a resposta que ela deseja.

É evidente que nós não desconhecemos que muitas pessoas – meus colegas mostraram isso – diziam assim: "Não queremos que a Vale acabe, vamos perder nosso emprego. Olha o Ministério Público, olha o Senado, olha a Câmara!". E, por outro lado também, as pessoas dizem: "Ninguém vai ser punido?".

Então, para nós não existe caminho do meio. A escolha, ao instalar esta Comissão – fui escolhida por companheiros de todos os partidos para presidi-la, e V. Exa. foi escolhido para relatar –, foi exatamente a de não procurar o caminho do meio, mas a de procurar o caminho certo. E o caminho certo é com a verdade, é com as responsabilidades.

Eu entendo perfeitamente o que o senhor acabou de falar. Entendo perfeitamente. E o Ministério Público tem que fazer aquilo que está fazendo até agora.

E eu fico feliz... O senhor sabe que eu sou mineira, não é? Nasci em Caratinga. Fui escolhida pelo povo oito vezes para estar dentro da política, com representação, e quero dizer que minha alma mineira fica feliz ao ver o trabalho que está sendo realizado lá. Fico feliz por ver. Leio todas as peças que vêm à minha mão e que são mandadas, inclusive, por Vereadores de pontos distantes: um projeto de lei, uma iniciativa, um discurso, repercutindo as ações dos senhores também.

Portanto, ao encerrar esta reunião, quero agradecer. E gostaria de reafirmar um compromisso nosso, principalmente do nosso Relator, de caminharmos juntos, para chegarmos ao final e termos não a sensação do dever cumprido, mas a certeza de que o dever foi cumprido, à luz absoluta da verdade, que é o que importa a este País.

Muito obrigada a todos.

Dou por encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 58 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO DA CPI DE BRUMADINHO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às treze horas e vinte e seis minutos do dia quatro de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Rose de Freitas, Jorge Kajuru e Carlos Viana, reúne-se a CPI de Brumadinho com a presença dos Senadores Antonio Anastasia, Juíza Selma, Dário Berger, Wellington Fagundes, Angelo Coronel, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Luis Carlos Heinze, Paulo Paim, Eliziane Gama, Marcos do Val e Chico Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Randolfe Rodrigues e Jaques Wagner. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Audiência Pública. **Participantes:** Sr. Uriel de Almeida Papa, Secretário de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração do Tribunal de Contas da União (TCU). Sr. Fernando Gabriel da Silva Araújo, Diretor do Departamento de Pesquisa em Engenharia e Educação Continuada da Fundação Gorceix. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Rose de Freitas

Presidente da CPI de Brumadinho

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/06/04>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Senhoras e senhores, brasileiros e brasileiras da Pátria amada, 4 de junho de 2019.

Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, a CPI criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 21, de 2019, para apurar as causas do rompimento da barragem na mina Córrego do Feijão, da empresa de mineração Vale, em Brumadinho, e outras barragens.

Antes de iniciarmos a audiência pública desta terça-feira, coloco em votação as Atas da 10ª, 11ª e 12ª Reuniões, solicitando a dispensa de suas leituras.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

As atas estão aprovadas.

Conforme convocação, a presente reunião é destinada à audiência pública com os seguintes convidados: Sr. Fernando Gabriel da Silva Araújo, Diretor do Departamento de Pesquisa em Engenharia e Educação Continuada da Fundação Gorceix. Trata-se de uma referência nacional e agradecemos muito sua presença; sabemos de sua colaboração com esta CPI.

O segundo e último convidado é o Sr. Uriel de Almeida Papa, Secretário de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração do Tribunal de Contas da União (TCU), também autoridade respeitada.

Solicito à Secretaria que os conduza à Mesa para o início do nosso trabalho.

Com a palavra do eminente Relator, o Senador mineiro Carlos Viana, o Sr. Fernando Gabriel da Silva Araújo.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Como Relator.) – Meu boa-tarde a todas as presentes, a todos os presentes, saudar aqui o Senador Kajuru; saudar também os nossos convidados de hoje, o Prof. Fernando, o Uriel Papa; agradecer a colaboração, desde já, das presenças e também da contribuição que será dada durante este nosso encontro.

Nós estamos caminhando para a fase final da CPI, da elaboração inclusive dos relatórios. Todos os envolvidos diretamente com o desastre, com o crime de Brumadinho, já foram ouvidos. Estava aqui comentando há pouco com o Senador Kajuru em termos acertado na época – os Senadores que estavam aqui foram contrários à criação de uma CPMI, a decisão não foi minha, isoladamente, foi de todos os onze presentes, a maioria votou contra –, uma vez que o assunto, nós sabíamos, iria gerar muita



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

polêmica e que, naturalmente, mais cedo ou mais tarde, poderíamos esbarrar em algum tipo de impedimento legal.

E acabou acontecendo. Assim que nós terminamos as oitivas, o Supremo Tribunal Federal, na pessoa do Ministro Gilmar Mendes, estranhamente, a nosso ver, como sempre, deu uma decisão em que todos aqueles que estavam de posse de um *habeas corpus* não seriam obrigados nem mesmo a comparecer para o depoimento.

Isso gerou uma estranheza muito grande, Senador Kajuru, em toda a questão jurídica brasileira, em todos os representantes, até os mais próximos, de que uma decisão em que um ministro do Supremo determina que uma pessoa não é obrigada a comparecer, por ter um *habeas corpus*, a um inquérito – porque isso equivale a um inquérito –, isso também é de repercussão geral. Portanto, uma pessoa que é testemunha num homicídio, por exemplo, em um crime grave, ao solicitar o *habeas corpus*, ela se isenta de comparecer a uma delegacia de polícia para prestar os depoimentos.

Essa decisão gerou uma estranheza muito grande em todos nós...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Inclusive, Relator, dentro do próprio Supremo Tribunal.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – A maioria dos ministros ficou aturdida com a decisão dessa figura nefasta que é unanimidade nacional negativa, evidentemente.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E isso prejudicou, está prejudicando em profundidade o trabalho da CPI aberta na Câmara dos Deputados, que também tem por função investigar o que aconteceu em Brumadinho e que conta com total apoio da nossa parte aqui no Senado.

Nós, desde o início, entendíamos que essa é uma investigação muito ampla, muito profunda e muito séria. Ela trata de um setor que hoje tem um poder econômico muito grande, inclusive em apoio nas casas legislativas. Então, quanto mais investigações nós tivéssemos, melhor seria para a isenção e para que conhecêssemos todos os setores. Aqui ninguém tem absolutamente nada a esconder. E, é claro, nós podemos, vez ou outra, passar muitas vezes ao largo de algum assunto que seria importante, e alguma outra CPI levanta essa questão em respeito ao contribuinte e à população brasileira, que tem direito de saber o que está acontecendo.

Bem, terminada a primeira fase na questão das oitivas dos envolvidos, nós estamos caminhando agora para a questão legal. Nós sabemos exatamente quais foram as falhas da legislação, quais os pontos que precisam ser corrigidos, os setores em que nós podemos colaborar também na questão legal, onde nós podemos preencher e o futuro desse setor em nosso País. Daí o nosso convite ao Prof.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Fernando Araújo, com quem já tive oportunidade de estar. O Prof. Fernando vai fazer uma apresentação por si mesmo, mas ele hoje é uma das grandes autoridades no Brasil na questão da mineração, no desenvolvimento de projetos e também na facilitação de pesquisas para o setor.

Nós aqui temos uma mania muito grande de buscar soluções lá fora. "Lá fora está melhor isso. Em Israel tem um sistema melhor para aproveitamento da água". Não é verdade, nós temos universidades federais no Nordeste brasileiro que têm sistemas tão bons quanto, que se adequam às nossas realidades, não são de fora. Não é que seja melhor ou pior, mas nós temos uma tendência a não conhecer claramente quais são todas as nossas possibilidades.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Talento não tem naturalidade.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O Prof. Fernando... A Fundação Gorceix está ligada à Universidade Federal de Ouro Preto, onde, os senhores sabem muito bem, a mineração existe desde o século XVIII. Há uma experiência, uma *expertise* na extração de minérios que já remonta a mais de 200 anos. E a fundação hoje é ponta, ele mesmo vai falar. Nós queremos saber qual o futuro que nós podemos delinear para a questão da mineração em nosso País.

Então, se me permite, Presidente, quero passar a palavra aqui ao Prof. Fernando Araújo para suas considerações e apresentações.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Muito obrigado, Senador.

Senador Carlos Viana, Senador Kajuru, Dr. Uriel, demais presentes, eu gostaria de pedir licença para fazer a apresentação de pé e eu gostaria de saber o tempo que tenho, porque eu sou professor e se deixar eu vou embora.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pode ficar tranquilo em relação ao tempo.

Registro aqui, Senador Carlos Viana, o senhor não estava lá no dia da audiência pública: Brasil, veja o que é um homem educado; ele pediu licença para se levantar. O Ministro da Educação, quando veio em uma audiência pública aqui, levantou-se, não pediu licença para ninguém, tampouco para o Presidente, tirou o paletó, dobrou a manga da camisa até aqui, soltou a gravata quase que no umbigo e se levantou para mostrar o telão. Então, essa é a diferença entre um homem educado e um Ministro da falta de educação que este País tem.

Fique à vontade, Dr. Fernando.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Com licença.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado a todos.

Posso falar assim? Está bom?

Eu vou só completar aqui as informações a respeito da minha pessoa.

Eu dirijo o Departamento de Pesquisa em Engenharia e Educação Continuada da Fundação Gorceix, que é uma fundação de 1960. Curiosamente, o Presidente Juscelino passou por Ouro Preto para iniciar os trabalhos da fundação três dias antes de inaugurar Brasília. Acho um dado interessante.

A fundação é uma fundação de pesquisa, é uma fundação filantrópica, é uma fundação de apoio à Universidade Federal de Ouro Preto.

Eu sou também professor, sou físico e professor da Universidade Federal de Ouro Preto. Sou coordenador do programa de Pós-Graduação em Engenharia de Materiais da Universidade Federal de Ouro Preto.

O que eu vou apresentar aqui foi desenvolvido, em maior escala, em laboratórios da Fundação Gorceix, que são laboratórios-piloto. Alguns outros estudos são estudos pessoais nossos na fundação e na universidade.

Então, vou falar aqui de alguns conceitos fundamentais e inovações em coproduto e disposição de rejeitos no setor mineral.

Nós, na fundação e na universidade, achamos muito importante expor isso aqui, porque eventualmente nós percebemos que nós estamos falando muito frequentemente contra alguns conceitos que estão sendo disseminados pelas empresas, pela mídia e até por partes da academia, com os quais nós não concordamos completamente. A gente acha que é importante isso.

Eu vou falar de uns conceitos fundamentais, porque foi uma coisa que nos surpreendeu muito. Após o evento de Fundão, nós começamos a estudar mais a fundo as questões das barragens. Os nossos estudos não tiveram tanto eco, a princípio. A gente chegou a apresentar, inclusive, a várias empresas e, agora, finalmente, estão tendo eco por um motivo nefasto, mas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Sim.

Para quem não conhece bem a área, eu vou falar basicamente aqui... A gente está falando de mineração, mas eu vou falar basicamente de minério de ferro, porque os dois acidentes foram relacionados à mineração de minério de ferro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o minério de ferro corresponde a aproximadamente 75% da nossa exportação mineral. Os números não estão completamente atualizados porque esses números variaram, principalmente nos últimos anos e com a nossa produção recente, mas são 75% da nossa exportação, 5% do PIB do Brasil e sustentam, aproximadamente, 10 milhões de pessoas, para dizer o mínimo

Então, é um setor importante para nós. Não é porque nós somos um País ainda não desenvolvido que é um setor importante. Há muitos países desenvolvidos em que a mineração é muito importante: Canadá e Austrália são dois exemplos que se destacam.

Agora, no minério de ferro, que é o nosso grande gerador de divisas, nós temos, na verdade, duas origens. Uma das origens do minério de ferro – por isso eu pedi para ficar em pé, para apontar – é a origem hematítica e, a outra origem, é a origem itabirítica. São rochas. A hematita, na verdade, é um mineral, a gente tem uma rocha que é pura desse mineral, e o itabirito é uma outra rocha.

Essa produção, que é uma produção de aproximadamente 450 milhões de toneladas por ano, de potencial atual instalado, gera um volume muito grande de rejeitos. São de 250 a 300 milhões de toneladas por ano de rejeitos. É muita coisa! E esse é um dos focos da nossa discussão aqui.

Além disso, nós já temos um passivo em barragens de 3 bilhões de metros cúbicos. Nós não sabemos exatamente qual é a massa disso, porque variam as densidades e existem barragem diferentes.

Vou contar rapidamente quem são. A rocha hematítica é essa aí. Ela praticamente é só óxido de ferro, não gera rejeito praticamente nenhum. É o caso de Carajás.

A rocha itabirítica é aquela lá, tem quartzo, que temos nos vidros das janelas, e ferro. Atualmente, essa rocha itabirítica gera, aproximadamente, 50% de rejeitos.

O minério de ferro produzido em Minas Gerais, daqueles 450 milhões de toneladas, é de cerca de 300 milhões de toneladas. Todo ele é desse tipo, dessa rocha itabirítica. É a nossa situação em Minas Gerais hoje.

Essa é uma das razões pelas quais não é muito interessante, no caso, chamar pessoas da Austrália, chamar pessoas do Canadá, embora sejam extremamente competentes, porque quem lavra essa rocha, no mundo, fundamentalmente, é Minas Gerais. Esse é um problema nosso, com o qual nós trabalhamos já há um bom tempo. Nós conhecemos bem e boa parte das soluções da indústria no mundo para este tipo de rocha foram criadas em Minas Gerais. E, na fundação, nós recebemos material do Cazaquistão, que é parecido para nós, para analisarmos, da Libéria, da Rússia, de vários lugares no mundo que são semelhantes porque nós temos *expertise* nisso.

Como é o processo? Não vou falar tanto do processo porque eu não quero que ninguém durma agora, o pessoal vai ficar cansado, mas o fundamental é que grande parte do material que a gente gera,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 100% do material que a gente gera, a gente tem aí 90%, 95% de uma coisa que se chama Pellet Feed. É pozinho de minério de ferro utilizado para fazer pelota.

O minério tem que ser transformado nesse pozinho antes de separar o ferro da sílica, é essa a brincadeira. E o principal processo para a produção de grandes volumes, o processo utilizado pelas duas empresas que tinham depósitos de rejeitos dessas barragens, é o processo de flotação.

Não vou falar muito disso. O que eu vou dizer é o seguinte, para essa flotação ser feita, antes é feita uma operação que é para tirar o pozinho mais fino, que é mais difícil de processar, que eu vou chamar de lama de processo. Ela tem essa cara aqui. É essa cara que a gente está acostumado, inclusive, a ver na televisão, esse vermelhinho. É isso aqui em cima. Na verdade, eu acho que tenho algumas amostras aqui se alguém tiver curiosidade de ver.

É gerada essa lama de processo. Na extração, realmente, do conteúdo metálico, que é do ferro, é gerado um outro rejeito, que é o que vou chamar de rejeito arenoso. Ele tem essa cara de sílica, de areia de construção.

O que foi feito ao longo desses últimos 40, 50 anos? Esse material foi colocado em um mesmo depósito de barragem. Então, eu tenho um depósito com uma barragem abaixo.

Eventualmente são colocados os materiais mais finos, que são essas lamas, e os mais grossos em pontos diferentes da barragem, mas, naturalmente, dentro de um mesmo volume. E o que isso acarreta? Por isso que eu estou falando de conceitos fundamentais, e foi isso que nos surpreendeu tanto quando a gente entrou mais a fundo na questão de Fundão, na verdade, e depois nós descobrimos que isso vinha sendo feito para várias barragens. Nas barragens é feita essa disposição conjunta do rejeito arenoso e lama de processo e a gente tem a lama de barragem.

Essa aqui é outra barragem, lá em Minas Gerais. Não é um negócio muito bonito de se ver. E, no final das contas, a gente tem essa lama de processo, aquela vermelhinha, que é um material rico em ferro que nós estamos jogando fora. Isso já é um problema, porque nós estamos lavrando com baixa eficiência. Isso implica que, para dar melhor resultado, você tem que lavar mais.

Essa lama de processo tem até 55% de ferro. O ferro que é lavrado em Minas Gerais tem, tipicamente, 45. Nós estamos jogando um material extremamente fino fora ao longo dos anos porque ele realmente é mais caro para ser processado, mas é processável, como eu vou mostrar, tá? E a gente mistura esse material com esse rejeito arenoso, que é esse quartzo, que vem sendo objeto de muita especulação.

Muito bem. O problema de misturar esses dois é fazer um depósito com heterogeneidade granulométrica. Então, a gente tem uma lama que é muito fina e muito diluída misturada com um material grosso. Desculpem-me aqui. Quando você tem uma tensão, alguma força, alguma vibração,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma tensão, se usar amianto, esse material vai escoar. Vocês estão vendo que, quando ele está mais diluído, ele vai escoar mais do que esse material grosso.

Quando esse negócio é misturado, a expectativa de um leigo e, curiosamente, expectativa de empresas, e elas não poderiam ter essa expectativa, isso é uma coisa complicada do ponto de vista técnico... Mas um leigo poderia olhar e falar "bom, eu vou misturar esses dois e o meu comportamento vai ser na média dos dois". Não é isso que acontece. E esse é um dado clássico. Quando a gente mistura um material muito fino com um material muito grosso, a viscosidade da mistura é mais baixa do que qualquer dos dois separados. Isso é, do ponto de vista da estabilidade, um perigo, e isso vem sendo feito há muitos anos. Isso é clássico, isso é reologia clássica, 1850.

Muito bem. Aí você vai falar "depois, quando fica lá dentro, eles ficam com a mesma umidade". É verdade. Quando você tem a mesma fração de sólidos com a mesma umidade nessa mistura, esse material mais fino, sozinho, tem até uma viscosidade alta. Ele não tende a descer com a barragem nem nada, não. Mas, se misturar, é a mesma coisa. Esse material fino funciona como lubrificante do resto do material.

Já viram esse grafitezinho que a gente joga na...? É um sólido que funciona como lubrificante. Esse material muito fino funciona como lubrificante. A gente chama de em suspensões bimodais. Então, o que a gente tem quando a gente tem essa mistura, e a gente tem isso em várias barragens, é menor viscosidade. Menor viscosidade, maior probabilidade de liquefação, que foi o que aconteceu nos dois eventos.

Tem probabilidade de liquefação em barragens... Eu acho muito importante falar isto aqui porque tem muita gente falando em misturar os dois para, depois, colocar em pilha. Quer dizer, a gente vai deixar de ter um problema horizontal para misturar e ter um problema vertical.

Então, eu vou fazer algumas sugestões, vou me permitir fazer algumas sugestões ao final.

Muito bem. Então, eu trago aqui só alguns gráficos para mostrar que... Aqui, quando a gente bota exatamente 20%, olha como cai a viscosidade. Ela cai aqui, para 60% de sólidos, de 400 de viscosidade relativa para 20. Ela cai muito drasticamente, curiosamente, exatamente na fração... Começa a ser mais drástico exatamente na fração que é colocada aqui nas nossas barragens.

Então, eu trouxe esses gráficos para mostrar que isso está na literatura, já é conhecido, não tem grande novidade nisso.

Aqui, falando da diferença de tamanho entre as partículas; quanto maior for a diferença de tamanho entre as partículas, mais grave é o problema, e aquela lama costuma ter um material que a gente chama de coloidal. O que é o material coloidal? É aquele que foi parar lá em Abrolhos. É o que não





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

decanta. É um material muito fino. Ele está próximo de um milionésimo de metro ou até abaixo disso, abaixo de um micron.

Muito bem. Esses são os materiais, então. Essa aqui é a areia, aquela mais branquinha, e esse aqui, o que está em verde e vermelho, é o minério de ferro e o que está em azulzinho é sílica. As cores são artificiais. Isso é da tese de doutorado de um aluno meu, isso é do equipamento que coloriu aí para ficar mais fácil a identificação.

Então, o que a gente tem? A gente tem esse material, que corresponde à grande maioria do que a gente produz de rejeito, que é mais grosso, e tem muita sílica. Parece com areia de construção. A pergunta é: é recuperável? E a gente tem um material muito fino, mas com muito ferro. Isso é recuperável?

Então, começando as sugestões. A primeira sugestão que a gente se permite dar – não sei se isso caberia numa resolução, alguma coisa assim – seria, como solução futura, a partir de agora ninguém poder misturar essas duas coisas. Essa seria a primeira sugestão. Talvez partisse como uma recomendação da Comissão. Eu não sei. Eu estou conversando, já conversei inclusive com o Ministério de Minas e Energia e com a ANM e vou dar uma palestra no Ibram depois de amanhã a respeito disso. Várias empresas vão lá apresentar tecnologias, e, entre as tecnologias que eles estão apresentando, algumas estão sugerindo justamente que se misture. Quer dizer, as pessoas não estão vendo um problema fundamental antigo que a gente tem.

Muito bem. Com respeito ao rejeito arenoso. Digamos que a gente, a partir de agora, não misture mais. Com esse rejeito arenoso eu tenho muita sílica. Só que a gente gera mais de 250 milhões de toneladas disso por ano. E aí a mídia está fazendo, com base em divulgações da academia, uma grande divulgação do potencial do uso desse material na construção civil. E vêm estudos da academia, alguns deles até financiados por algumas empresas, com respeito a isso, e isso está sendo divulgado como se fosse uma solução para o problema.

Acontece que, se a gente pegar toda a construção civil em Minas Gerais, a gente tem, quando a coisa está andando bem, um consumo menor do que 20 milhões de toneladas por ano, e isso aqui misturando material mais grosso – brita, areia grossa, areia média; isso é uma areia muito fininha, não é? Então, ainda que você consiga usar isso, não se precisa de grande pesquisa para saber que você pode usar a areia de quartzo em construção civil. Claro que pode, não tem problema nenhum, ou, pelo menos, nenhum problema grave.

Ainda que você use, isso não é solução geral. O volume e a logística são absolutamente inviáveis. Você não vai usar tudo, você não vai pegar um caminhão saindo lá da região do Mariana ou da região de Brumadinho e levar com rejeito para Uberlândia, com uma areia dessas. Vai chegar lá com areia que dá 30 vezes o preço de mercado. Você iria resolver o problema da mineração e quebrar a construção civil. É





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um negócio que não é viável. Pode ser usado em obras locais? Pode e deve. Uma pequena parte você vai usar em obras locais, obras da própria empresa, obras dos vizinhos. Sim, não há problema nenhum, está bom?

Mas, então, qual é a solução para o restante disso? A vantagem é que há uma solução: é empilhar em grande escala. Há várias soluções prováveis; eu acredito na combinação de todas elas. Em determinados casos, talvez você não precise combinar todas elas: é empilhar a seco, com material estéril, em confinamento. A gente tem que ter muita clareza disto: essa é uma areia muito fininha; se sairmos espalhando-a em pilhas, em Minas Gerais, nós vamos criar os lençóis mineiros. Nesse negócio vai ventar... A gente não sabe até se não pode dar silicose. Não sei. Não temos esses estudos ainda, nós não fizemos isso.

E usar algum aglomerante e até fazer estruturas de contenção, por exemplo. A empresa continuou a trabalhar agora, está gerando mais rejeito: pega aquela parte do rejeito, faça uma estrutura de contenção abaixo da barragem existente agora, usando aquele próprio material. Isso eu recomendo inclusive antes de mexer na barragem existente, porque são barragens em que não temos segurança para mexer.

Nós estamos com uma resolução para descomissionar essas barragens até 2021. Pode até ser, desde que eu não tenha que manejar nenhuma máquina lá em cima dela, porque é muito perigoso. Hoje nós não conhecemos o que há lá, e eu vou explicar por que daqui a pouco.

Bom, se fosse com esse material puro, gente, a barragem não seria... Uma barragem a jusante não seria problemática; mas eu acho que a sociedade não aceita mais. Eu posso fazer a barragem eu mesmo. Se eu for falar com a minha esposa: "Vamos morar lá embaixo?", ela não vai; vou ter que ir sozinho. Então, nós conseguimos perder a credibilidade da sociedade nisso.

Então, realmente, vai ter que ser em pilhas, e a gente vai ter que estudar como serão essas pilhas. Não é só chegar e falar assim: "Empilhe!". Esse é um material diferente, com o qual as empresas não trabalharam ainda isoladamente.

Ele tem uma vantagem: ele é um material facilmente drenável. Então, este daqui – vou usar um termo técnico –, o quartzo é hidrofóbico, ele expulsa a água, e as partículas são grandes. Então, o que acontece é que esse material não tende a ficar úmido e não tende a se liquefazer com facilidade se estiver em pilha drenada. Está bom?

Muito bem. O outro material, que é o mais crítico, que eu acho que é o causador dos nossos problemas, é esse minério de ferro presente na lama, que é muito fininha. Este aqui corresponde a uma geração anual de aproximadamente 50 milhões de toneladas, que ficam misturadas com o resto. Não vamos misturar mais a partir de agora, e nós já testamos soluções convencionais que, em processos



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

separados, recuperam... Na verdade, a gente recuperou 57% da massa desse material, mas a gente não pode sair prometendo isso, porque a lama de uma mina é diferente da lama de outra.

Fizemos uma estimativa, com alguns testes que nós fizemos, de recuperar em torno de 40% da massa desse material. Esse é um negócio que deixa, desses 40% – são 20 milhões de toneladas –, de ser problema e passa a ser receita, inclusive porque vai ter que ter um investimento para processar esse material. Está bom?

Bom, então, nós reduzimos o nosso material restante para 30 milhões de toneladas. Ainda é muita coisa. Nós não podemos misturar esse material lá e nós não recomendamos que ele seja depositado em lugar nenhum de maneira permanente. Há uma filosofia que a gente tem considerado que é a seguinte: um material com esse nível de instabilidade, enquanto a empresa está operando, a gente está trabalhando em um ambiente relativamente controlado, mas esse material depositado, 30 milhões de toneladas por ano, durante 30 anos, e depois abandonado pelos próximos 200, vira um problema de 200 anos, quando a empresa pode nem mais existir. Quem é que vai cuidar daquilo?

Então, a gente advoga que sejam buscadas soluções também para esse restante de material. O que a gente pensou? Construção civil não faz sentido. Esse material inclusive nem é o adequado para a construção civil. Uma empresa que é mais ou menos do mesmo tamanho da mineração é o setor de óleo e gás. No setor de óleo e gás existe uma demanda de um material que se chama propante – eu tenho até umas amostras aí –, que só nos Estados Unidos já é de 100 milhões de toneladas por ano e que pode ser feito com esse material. A gente já testou, já produziu. Vou mostrar uma fotozinha, vou mostrar uma amostra, que são micropelotas usando esse rejeito. Já foi apresentado para as empresas. Algumas das empresas já estão envolvidas em problemas há mais de dois anos, mas eles acreditavam que não tinham problemas. Eles acreditavam que não tinham problemas; então, essas tecnologias não foram consideradas. Eu acho que agora elas têm uma tendência a ser consideradas. Já há até uma outra empresa que está na vanguarda disso, que está fazendo estudos com a gente, já está começando.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Dr. Fernando...

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Sim?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Só uma pausa...

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – ... rápida, por fineza, para dar uma satisfação a todos aqui e a todas.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Carlos Viana e eu vivemos essa situação aqui, essa cena em 90% de nossas 13 reuniões até agora. São 11 membros compondo esta CPI de Brumadinho, e sempre nós dois aqui – nunca falhamos – e a Presidente. A Presidente, ultimamente tem tido algum compromisso, aí eu tenho que abrir a reunião. E a sessão plenária começa agora. Eu sempre sou o primeiro orador por dez minutos. Perfeito? Eu vou correndo e volto para cá. Depois há reunião de Líderes às 3h da tarde. Então, é uma situação difícil.

Eu só gostaria de saber o seguinte: o senhor ficaria tranquilamente aí para concluir a sua explanação pelo menos mais dez minutos?

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Até em menos de dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não, se é possível, pelo tempo de dez minutos, porque aí eu vou lá, faço o meu pronunciamento e volto correndo para cá...

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – O senhor quer que eu aguarde?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – ... para que o Senador não fique sozinho.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não?

Eu quero que o senhor continue. Eu quero que o senhor colabore comigo, para que eu possa cumprir aqui a minha obrigação parlamentar. Vou lá na tribuna, faço o pronunciamento e volto para cá, para não deixar o Relator sozinho.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Pode ir lá.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pode ser?

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Por gentileza. Eu lhe agradeço.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Eu sou um subordinado aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Eu lhe agradeço pela compreensão. Volto em dez minutos.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Muito obrigado, Senador.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ele retornando... Daqui a pouco também teremos a presença de outros.

Então, o senhor estava falando sobre a questão do propante.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Isso, que é uma proposta...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A gente nunca pode perder a esperança, não é professor? Temos que ser positivos.

Mas vamos lá. Então, quanto à questão da construção civil não é possível, não há demanda para isso. A deposição, ou seja, deixá-lo lá para que o próprio tempo possa agir é um risco inclusive tão grande quanto a questão da barragem.

Aí, nós poderíamos usar isso num setor novo?

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Em um novo produto ou em alguns outros novos produtos.

A gente advoga o setor de óleo e gás porque ele consiste de uma demanda aproximadamente tão estável quanto a geração de rejeitos da mineração. E a gente já testou.

O que a gente diz no final das contas? Podem até não ser esses propantes, mas o que a gente tem que fazer é gerar produtos e coprodutos com essa lama, que é o material mais sensível desse rejeito, tá?

O que a gente tem que fazer, então? A primeira coisa é recuperar o ferro presente nela, e a gente já testou outras soluções... *(Pausa.)*

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Estávamos te esperando.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Tudo ao mesmo tempo.

Suspendeu?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não, o Kajuru foi ao...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu encontrei com ele.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O professor está fazendo a exposição para a gente...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Desculpe, professor. Eu tinha uma reunião da Educação, e os assuntos são meio graves aqui no Governo.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ele está nos explicando aqui o que fazer com os rejeitos. Já que sem a mineração...

(Interrupção do som.)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

Pode continuar, Professor.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Perfeitamente.

Boa tarde, Senadora.

Então, para essa parte dos rejeitos, desde que eles sejam separados, a gente advoga que seja a primeira recomendação, a gente já estudou... Não estou dizendo que são as únicas quatro possibilidades, mas nós já temos quatro possibilidades estudadas e comprovadas que são: recuperar o ferro, esse eu acho que é mais ou menos inevitável; aditivar pelotas; produzir minipelotas para sinter-feed e produzir esses propantes, por fim, eliminando de uma vez por todas a lama fina. Fica aí o rejeito arenoso, que deve ser empilhado, está bom?

Muito bem.

Bom, isso é aqui referente ao...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não, a dúvida é...

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Se a senhora quer que eu volte um pouquinho? Eu volto.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Só para explicar para ela qual é a produção...

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Eu volto aqui.

É o seguinte. Senadora...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Senadora Rose. *(Pausa.)*

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Sim.

Na verdade, o rejeito são dois, retirados do processo em dois momentos diferentes. E o grande problema é que esses dois rejeitos foram misturados para colocar na barragem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando você mistura esses dois rejeitos para colocar na barragem, você aumenta a probabilidade de liquefação em coisas da ordem de 10, 20 vezes. É um risco muito grande.

Esses dois rejeitos são... Vou mostrar... *(Pausa.)*

Deixe-me fazer uma coisa, só um minutinho!

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Os dois rejeitos são estes: este aqui, que parece areia de construção, e este aqui, que é a lama de processo.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Que é o pó que vai na água que a gente vê nas imagens.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – É que a pergunta que eu tinha feito aqui é só se precisaria... Nós estamos ficando hoje com gravação? Estamos.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Creio que sim.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Só funcionaria a mistura para a construção de barragem. Não havendo construção, não precisa misturar.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Não, a questão não é...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Esse resíduo pode ser separado.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – A questão não é essa. Não precisa dessa mistura. Não podia ter havido essa mistura nos últimos 40 anos. Esses materiais não poderiam ter sido colocados em barragem e misturados, porque é um risco alto.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Não confio, não.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Esse aí... Você pode fazer até tinta com ele. Aliás, há artistas plásticos fazendo tinta com ele.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Isto aqui é ferro, é ferro puro, só que é um pó que precisa de uma nova técnica para reaproveitamento, e a areia: misturou as duas, porque não há o que fazer, porque é muita coisa...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Muito bem. Sobre esse pó fininho, mais escurinho aí, que tem muito ferro, então, a gente diz o seguinte. A gente tem esse mais branquinho, que tem essa cara. Essas cores aqui são criadas pelo microscópio eletrônico que fez isso. É tudo artificial, tá? Mas isso que está azulzinho aqui, na verdade, é o que está branquinho ali. E o que está vermelhinho e verde ali é o que está vermelho lá no outro material.

Então, esses dois materiais vêm sendo misturados, e a gente advoga que eles não podem ser misturados, a gente está advogando isso com muita intensidade agora. Eu vou até a um congresso depois de amanhã, em que há várias empresas, inclusive multinacionais, propondo tecnologias de secagem e drenagem desses materiais. E para drenar eficientemente estão, inclusive, propondo a mistura dos dois, de novo. Quer dizer, estão faltando a um conceito fundamental de física lá de um século e meio atrás. É com esse erro que a gente tem que acabar! Então, o que a gente diz é que, como solução futura, Senadores, esses dois rejeitos não podem ser misturados. Não poderiam ter sido misturados no passado e não podem sê-lo agora. Curiosamente, isso tem vindo como surpresa até para as empresas para as quais eu apresento. Eles falam assim: "Ué, é assim?", pois é! Mas essas coisas foram feitas por pessoas que não veem a interdisciplinaridade das áreas: um só vê a questão dele; o outro só vê a questão do outro, e a coisa acaba não sendo abordada adequadamente.

Então, Senadora, em relação ao que a senhora perguntou: esse rejeito que parece uma areia de construção, só em Minas Gerais, são mais de 250 milhões de toneladas por ano. E a gente tem uma demanda, para todos os agregados de construção civil em Minas Gerais, de menos de 20 milhões de toneladas por ano. Além de não ser possível você retirar esse material e transportar mil quilômetros uma areia, que iria custar... Isso iria sair a preço de ouro... Se você usasse essa areia em toda a construção civil, você não resolveria nem 10% do problema.

Então...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Mesmo na construção de tijolos...

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Menos ainda, menos ainda.

Aí, eu estou considerando que você vai fazer concreto, porque também não pode usá-la assim, direito.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Então, para tijolos é diferente.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Tijolo é uma coisa; concreto é outra coisa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu sei. Mas, assim, na proporção da utilidade – desculpe, gente, já é o cansaço aqui... Fica parecendo que eu estou onde eu estou.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Senadora Rose, se usar tudo, a gente faz duas coisas: a gente quebra o setor de cerâmica e a gente quebra o setor de areia. A gente aumenta o preço da construção civil, a gente faz tijolos piores, concretos piores, e não resolve nem 10% do problema.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Entendi.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – E isso está sendo divulgado com uma intensidade enorme pela grande mídia. Isso é muito grave, porque isso traz esperança para as pessoas, não é?! "Ah, vamos pegar tudo isso, vamos fazer um monte de casas populares. Vamos fazer prédios e tal", não é verdade. É possível fazer? É, é possível pegar o rejeito, botar num foguete e mandar para a lua. Também é! É factível, do ponto de vista prático? Não. Quem disser que é não está falando a verdade. "Ah, na China faz-se muito isso em algumas coisas". China, o governo chega, manda fazer, faz, o maior depósito de carvão no mundo, energia lá não é problema... Isso é outra coisa. E, mesmo assim, a maior parte lá está em pilhas e barragens. Você resolve uma pequena parte do problema.

Então, o que a gente advoga é que a construção civil não é solução geral. Você pode usar esse material para fazer a construção civil? Pode, é areia, não precisa nem... É a academia que está dizendo isto: "Não, porque temos a solução!". É claro que tem, não precisa de academia para dizer que você pode usar areia para fazer argamassa. Eu sei, ué! Todo mundo sabe! Essa é a questão.

Agora, o volume e a logística são inviáveis, não é, e podem ser usados em obras locais. A gente diz, então, que a gente tem que empilhar em grande escala. E a gente está propondo que seja uma combinação de várias tecnologias de empilhamento. Inclusive uma delas – e eu gosto muito da ideia – é empilhar em estruturas de contenção, ou seja, onde há uma barragem, você faça um empilhamento desse material abaixo da barragem, a jusante da barragem, com algum aglomerante, é como se você fizesse quase que um concreto com ele, porque, na eventualidade de algum acidente, esse material ajuda a conter. É uma ideia interessante. Tem que ver se a topografia permite... Há várias coisas a serem consideradas. Mas, de maneira geral, essa é a solução.

Para a lama...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – O senhor poderia voltar um pouquinho aí?

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Posso.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Está escrito ali: "empilhar em confinamento".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Empilhar em confinamento.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Empilhar em confinamento é fazer uma barreira mais rígida de um lado, uma barreira mais rígida do outro e colocar as pilhas entre essas barreiras. Essas barreiras podem ser feitas exatamente com esse material e mais aglomerante. Esse aglomerante pode ser cimento, tá?

Por que a gente diz que deve ser empilhado em confinamento? Esse material é um material muito fininho; é uma areia muito fininha. Essa daí até que está mais grossa, mas há algumas que são extremamente finas. Então, se a gente simplesmente puser as pilhas, elas vão ser movimentadas pelo vento, igual às dunas lá do Maranhão e tal. A gente vai criar os lençóis mineiros lá, eles vão sair se movendo e vão causar a poluição atmosférica também, porque esse material é muito fino, as pessoas vão respirar esse pó. Então, é bom estar confinado entre barreiras mais rígidas.

Qual é a solução completa para isso? Ninguém fez ainda. Fizeram as pilhas convencionais. Para esse material sozinho, a gente vai ter que desenvolver as soluções, inclusive para cada mina, Senadora, porque o rejeito de uma mina tem semelhanças com o rejeito de outra mina, mas tem distinções também importantes em muitos casos.

E a gente está falando de 250 milhões de toneladas por ano. Para a gente saber qual é o tamanho de 250 milhões de toneladas por ano, basta saber que a gente consome em construção civil menos de 20 milhões por ano. É um negócio muito grande. É um negócio muito grande e é um problema típico de Minas Gerais. Minas Gerais precisa disso para continuar com sua indústria na área.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu não sei se o senhor já reparou, andando por Minas Gerais, por cidades grandes também, veem-se muitas contenções, principalmente dentro da cidade de Belo Horizonte, onde se vê o cimento usado como uma capa revestidora, que é uma contenção, com que se gastam fortunas. Esse material poderia ser usado para isso, por exemplo?

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Para contenção em Belo Horizonte, poderia, Senadora, mas não deveria. E a senhora sabe por quê? Porque esse material não é produzido perto de Belo Horizonte; esse material é produzido algumas vezes a centenas de quilômetros de Belo Horizonte. E a quantidade é muito pequena desse material. Então, a energia que se gasta com o combustível, com a mobilização dos transportes, da logística, para tirar esse material de lá e para levar para Belo Horizonte, transforma esse material num material, que parece um material de graça, num material muito mais caro do que o que é usado atualmente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma boa parte do preço das coisas... É uma coisa que a gente precisa ver... A gente, na verdade, não vende minério de ferro; a gente vende a energia que a gente gastou para tirar o minério de ferro de lá, botar no navio e botar no destino. A gente vende é o nosso trabalho. Por acaso o minério de ferro está aqui, mas a gente não vende a montanha do jeito que está lá; o que a gente vende é todo esse serviço, é toda essa energia que a gente gastou, do combustível, das pessoas, dos insumos, é isso que a gente vende. Então, um grande fator em qualquer indústria de grande escala é a logística junto com a energia. Eventualmente, eu posso produzir... Eu estou com esse material que está de graça, por exemplo, lá em Itabira, está de graça lá. "Ah, então me dá esse material de graça aqui em Belo Horizonte!". Está bom! Como que eu vou trazê-lo? Eu tenho que ter todo o equipamento para retirar esse material, carregar um caminhão, trazer o caminhão... Aí, ele vai chegar lá em Belo Horizonte por R\$100? "Ué, mas eu compro areia a – digamos – R\$15, R\$30, por que eu estou pagando isso tudo por um material que é de graça?". Não, você não está pagando pelo material; você está pagando pela energia que foi gasta para trazer esse material para cá. E é sempre assim, não é?! Quando a gente compra um caro, a gente está pagando é a energia que foi gasta para fazer aquele carro. É assim para todas as coisas.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A dificuldade disso é que o senhor está nos trazendo informações importantes tecnicamente. E eu tenho dificuldade de pensar, assim, por que não foi feito antes, por que não se pensou antes e o que realmente se pode fazer. Se nós considerarmos essa questão da logística... Aliás, logística nacional é uma grande discussão a ser travada um dia neste País. Nós mais evitamos fazer do que queremos fazer, para se construir uma logística racional que permita este País se desembrulhar dos seus problemas cotidianos em várias áreas.

Eu fico pensando, o senhor está explicando, e eu estou raciocinando: então, qual é a solução, não é? O senhor está falando dos rejeitos, e até nos mostrou aqui...

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Para esse rejeito branquinho...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Qual é a solução? Alguém estudou a solução? Porque a Vale vai continuar, e é bom que continue, que exista...

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Sem dúvida.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ela é geradora de emprego. Mas nós estamos falando das consequências dos problemas que foram deixados e foram construídos ao longo do tempo, sem que nenhuma nova técnica fosse discutida. Foi feita... "Faça uma barragem, faça outra ali, não tem problema, não. Vamos fazer mais algumas", não é?!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – É. Barato...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Quando a gente está analisando isso como... Nós não somos técnicos da área. Você também não é, não...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não somos.

Então, a gente está pensando que, em dado momento, a gente já fez um projeto, ele já relatou, a Comissão tem feito outros projetos, a gente não quer sair do trilho, mas a gente também não quer ficar permanentemente dentro do vagão. Não poder pensar em nada novo sobre a utilização disso... Construir o raciocínio de que elas não deveriam ter sido feitas dessa maneira, não poderiam ser misturadas, olhe quanta coisa... Mas nós queremos saber evidentemente o que pode ser feito, se alguém parou para estudar, se pode ser aproveitado. Eu não sei também dizer para o senhor...

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Por isso que eu estou mostrando para a senhora justamente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... se de graça sai mais caro. Eu não sei dizer. Eu vejo todo dia: é um hospital que desabou ali porque não tinha uma contenção. Em Belo Horizonte inteira, você anda por aquela rodovia lá, de fora a fora, e há contenções lá dentro. Quanto custou aquilo para a Administração Pública? Eu não sei se o de graça e a outra logística que pode ser contemplada de maneira diferenciada não sairiam a contento? Desculpe a minha impertinência. Por favor, desculpe-me, porque eu gostaria de entender. O não poder fazer, o não fazer me incomodam mais do que tudo na vida. Então, eu tenho medo de que, daqui a pouco, a gente pare ali... E há uma frasezinha ali embaixo, Senador Carlos, que diz: "A sociedade aceitaria novas barragens?". É lógico que não!

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Não.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – É lógico que não! Então, qual é a solução? Qual é a solução? O senhor vai nos dar uma aula, e eu quero aprender muito. É lógico que não sou eu que vou praticar, então, eu tenho que ter a capacidade de discutir qual é a saída operacional dos problemas que geraram tamanhas catástrofes e ameaçam tantas outras.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Sim, Senadora, é o seguinte. O que a gente está mostrando aqui é como solução. O material desaparecer? Não vai desaparecer se a gente continuar produzindo. Se nós utilizarmos ao máximo esse material todo, inclusive com essas contenções e tudo mais, nós não resolvemos nem 10% desse problema. A solução é totalmente diferente do que vem sendo feito; não é a mesma coisa. É uma frase antiga, não é? Nós estamos com problemas novos, nós precisamos de soluções novas. As empresas foram muito refratárias a isso, durante muitos anos, porque





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as outras soluções já eram conhecidas – infelizmente, levaram o que levaram, não é? –, mas esse conjunto de soluções que eu estou mostrando para a senhora aqui é um conjunto novo de soluções.

Agora, posso usar uma parte desse material, inclusive, nas encostas? Posso também, só que usar nas encostas não vai consumir esse material todo. Eu botei logística no meio, mas a questão principal é energia, quanto eu vou gastar de energia para levar lá. E eu tenho que olhar também um outro lado da minha questão. Bom, eu quero resolver o problema das mineradoras. Vou criar o problema com todos os produtores de tijolos e todos os areeiros e vou fechar todos eles? Como vai acontecer isso? Como resolvo? E, deixando claro, eu não vou resolver os problemas das mineradoras, porque a demanda é menor do que 20% da geração. Se eu fizer todo o esforço, fizer uma mudança completa, contra essa matemática não há argumento. Eu tenho a demanda menor que 20% da geração desses rejeitos.

Agora, há solução para esse rejeito arenoso? Há solução para esse rejeito arenoso, inclusive ajudando a minimizar os impactos já anteriores, fazendo contenções abaixo das barragens atuais, antes de descomissioná-las, e fomentando negócios nas proximidades. Normalmente – esses números já são bem conhecidos –, a movimentação de material do tipo areia de quartzo é viável economicamente até um raio de 100km do gerador. Mais de 100km, o combustível já fica mais caro do que o material. Essa é a questão.

Mas a primeira recomendação ou sugestão – eu não estou na posição de recomendar; estou na posição de sugerir –, a primeira sugestão que a gente dá tecnicamente é de ser impedida a mistura desses dois materiais que estão aí sobre a mesa. Com um deles, que é o gerado em maior quantidade, utilizar essas tecnologias juntamente com obras locais. E, para o outro material – esse é mais preocupante, Senadora –, pelo menos 40% dele poderiam ser produto da própria indústria de minério de ferro. E não vem sendo simplesmente porque ele é um material um pouco mais difícil de processar. A gente já testou as tecnologias até em escala piloto. Esse material mais fininho pode ser gerador de produtos para o próprio setor mineral. E não vem sendo por quê? Porque aí é o *payback* para o valor investido, não é? É claro que é um processo um pouco mais sofisticado que os usuais. Então, um investimento nisso me dá menos retorno, pelo menos financeiro, momentaneamente, que um investimento na lavra convencional. Mas, desse material, que são 50 milhões de toneladas por ano, a gente já acredita que recupera pelo menos 20 como produto para a indústria mineral. Os outros 30 milhões ainda são 30 milhões que a gente acredita que não devem ser depositados na natureza em nenhum depósito.

Então o que nós fizemos? Nós estudamos várias, estudamos pelo menos quatro soluções que nós já comprovamos e já mostramos para as empresas, até já desenvolvemos, já teve trabalho de aluno meu de doutorado, de aluno meu de mestrado, e já mostramos para as empresas que eles são viáveis. É claro que até o acidente de Brumadinho ninguém estava muito interessado nisso. Até o acidente de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brumadinho a gente tinha a solução corrente. Agora parece que está todo mundo convencido, e eu imagino que a gente terá resoluções que vão impedir que continuem as soluções correntes.

Então nós temos aqui quatro soluções, são questões, essas aqui são mais técnicas ainda do que a construção civil simplesmente, mas eu queria deixar muito claro que o material mais problemático é essa lama de processo, é essa fininha aí.

Esse é que nós temos que usar, ele todo.

E esse é economicamente inviável.

A gente chegou a fazer inclusive estudo econômico...

Sim...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor está nos ensinando, mas as perguntas são muitas.

A areia o senhor disse que ela poderia ser utilizada na construção civil?

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Pode.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A lama, o senhor disse claramente que economicamente não é viável?

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Isso. A lama é o contrário.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A lama é o contrário.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – É porque lá tem ferro.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – A lama tem muito ferro. Aproveita ela. A primeira coisa é não jogar fora um recurso que nós já extraímos do solo.

Esse é um recurso que vem sendo jogado fora aí há 40 anos.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Por que joga fora? Porque custa mais caro para processar?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ali está escrito que pode produzir mina...

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Aqui em cima, olha, recuperar ferro.

Aí o volume desse material já cai praticamente pela metade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Desculpa eu estar comendo paçoca, é porque eu não almocei.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Fique à vontade.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Então tem que fazer alguma coisa para ficar de pé, entendeu? Senão a glicose vai no chão.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Bom proveito.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Obrigada.

Então recuperar o ferro.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Eu gosto muito de paçoca. E cajuzinho também.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não, ele estava escondendo debaixo da mesa e eu peguei...

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Para o desespero do Caco Antibes, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não pode falar Kajuru, cajuzinho... (*Risos.*)

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – De que que a senhora chamou o Senador?

Olha, tira isso dos autos aí.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não, desculpa, desculpa, desculpa... Eu tenho problema com nome, muito sério...

Então, recuperar o ferro.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Essa é a principal coisa.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Isso já foi proposto? É professor?

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Isso já foi proposto em alguma década passada?

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Olha isso foi proposto várias vezes ao longo dos anos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou físico, mas eu venho trabalhando com rejeitos e co-produtos que a gente chama, que é pegar um rejeito e transformar num outro produto, há quinze anos. E muita gente nunca deu muito ouvido a nós, não. A gente produziu muita coisa, isso já foi proposto a várias empresas, foi proposto a empresas que falaram: "Não, não é problema para nós, vamos... A nossa solução para esse material é simplesmente botar na barragem. Pronto".

Só que, para ser franco com a senhora, a gente, dentro da academia, não sabia exatamente como eles estavam botando esse material dentro da barragem. A barragem basicamente é um dique que vai conter um material que jogam dentro de um depósito. E aí ficou um problema grande. Qual que foi o problema? O pessoal que cuida do dique é o geotécnico, normalmente um engenheiro civil – ele cuida do dique. O pessoal que cuida da operação é o engenheiro de minas – ele sabe operar. E quem é que olha o material que se está colocando lá dentro? Não ficou ninguém. Por isso eles misturaram. Não há jeito de você calcular, ao longo do tempo, o que vai acontecer com aquele dique, se você não conhece bem o material que está lá dentro.

Eu argumentei com algumas empresas para as quais a gente apresentou um conjunto de soluções que a gente já testou, depois do acidente de Fundão, e eles falaram: "Não, aí está subindo muito a regra. Nós já atendemos à legislação. Não vamos fazer nada disso".

Então, é o seguinte: daqui para frente, coisas muito simples. Eu vou mostrar depois, mas é: não pode misturar mais rejeito fino com rejeito grosso...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não pode por quê?

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Não pode misturar mais, porque, quando você mistura, ele se liquefaz mais fácil.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sim, mas existe alguma proibição?

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Não. Eu estou sugerindo que vocês proibam.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ah, está certo.

Eu até fiquei surpresa. Eu falei: "Não, não é no Brasil que essa coisa andou tão rápido. Nós estamos discutindo isso e já existe proibição? Não existe, não".

Porque também, professor...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Não, não existe. E eu estou conversando com as empresas, e eles estão com muita raiva de mim por causa disso.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não liga, não. Passei 35 anos com todo mundo com raiva de mim.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Mas eu estou convencendo. Sempre conversei com muita calma e tal...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Agora, professor, ninguém...

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – E as pessoas ficam chateadas: "Pô, mas eu estava fazendo isso". Pois é...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Mas ninguém...

Quando a técnica das barragens, quando elas foram aprovadas, ninguém que conhecia o que se extraía do solo sabia que saíam todos esses produtos? E ninguém, em determinado momento – aí é curiosidade pessoal, de Senadora; logo... Ninguém percebeu que aquela mistura era bombástica? Que, com o decorrer do tempo, haveria consequência? Ninguém? Não é possível!

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Eu contei para alguns colegas...

Bom, para senhora ter uma ideia, para mim foi uma surpresa. Eu não sabia que eles misturavam também. Eu fui saber em Fundão. Quando aconteceu o acidente de Fundão, como eu sou físico e houve um terremoto ao mesmo tempo, eu resolvi fazer uns cálculos daquele material lá e da interação deles com o terremoto. E, aí, eu perguntei para eles: "O que que vocês estão botando aí dentro?". Aí, quando eles me descreveram o que estavam colocando lá dentro, eu falei: "Opa!". E eu contei para vários colegas da academia também, e eles não sabiam disso. Quer dizer, quem sabia que daria problema não sabia o que eles estavam fazendo; quem estava fazendo não sabia que daria problema.

E, com respeito às soluções de antigamente, Senadora, eu acho que, historicamente, houve vários trabalhos. Eu não estudei toda a literatura, mas, historicamente, houve vários trabalhos com outros usos para esse material, inclusive de alunos meus, já há 15 anos trabalhando com esses materiais. E a coisa esbarrou no seguinte: é mais barato botar na barragem. E as pessoas não conheciam... Porque.... O que que a gente propunha? O que que a gente propunha? A gente propunha o aproveitamento mais racional dos recursos minerais, o que faz sentido – para nós. Eventualmente, para o acionista não. E aconteceu um evento muito forte... Não, não vou entrar nisso não. Deixem pra lá. Deixem-me continuar com isso aqui. Porque foi nas empresas, mas isso aí é outro assunto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a gente tem que ficar atento à falta de pessoas técnicas nos conselhos de todas as empresas. Estão os representantes de todos os grupos financeiros lá, mas, na hora de se tomar uma decisão técnica, não há uma pessoa que fale "Opa! Peraí!". Ou um grupo, não é? "Eu sou da área. Isso aí, tecnicamente, não está legal".

Muito bem. Então, a gente tem solução para isso aqui. Daqui para frente, gente, não misturar, empilhar uma parte, fazer produtos com a outra.

E daqui para trás? Isso aqui nos preocupa muito.

Para as barragens existentes...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Professor, eu gostaria muito que o senhor voltasse...

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO (*Fora do microfone.*) – Volto.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – ... e explicasse para a gente sobre a questão dos propantes.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Ah, os propantes estão aqui; vocês podem até ver. Nós já fizemos também.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Isso aqui, hoje, no mundo, é a produção de xisto; de petróleo e xisto.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Não, isso é para produção de gás de xisto.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Gás de xisto.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Fale no microfone.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ah, desculpe. (*Fora do microfone.*)

Só chamar atenção aqui ao seguinte: hoje, o mundo começa a desenvolver a questão da produção do gás de xisto ou petróleo de xisto. Nos Estados Unidos, por exemplo, isso começou a ficar muito forte e derrubou o preço do petróleo internacional. E eles usam... Na exposição que eu pude receber, lá na Fundação Gorceix, eles precisam de um material para, quando eles quebrarem a rocha, isso dar sustentação interna na produção da quebra da rocha, falando *grosso modo*. E o material mais, vamos dizer assim, correto para poder isso acontecer na exploração é o propante, que vem da areia e do minério, que é uma mistura dos dois, não é isso?

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Exatamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele já... Ele é tradicionalmente feito com areia de rio, que tem um impacto muito grande, porque ela tem que ser redondinha, ou feito com bauxita. E nós o fizemos usando essa lama.

Esse negócio está... No momento, ele custa mais do dobro do minério de ferro: chega a US\$200 a tonelada. É óbvio que, se você...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Isso está patenteado, professor?

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Está.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Está patenteado, não é?

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Está.

Está pedido, não é? Aí, como é o Inpi, daqui a uns 15 anos estaremos bem. *(Risos.)*

Mas a gente pediu no exterior também.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E há demanda no exterior para isso, professor?

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Bom, são 115 milhões de toneladas por ano nos Estados Unidos, mas é óbvio que lá já existem fornecedores do propante de bauxita. Então, o que que vai acontecer? Com mais um entrante com esse volume, vai cair de preço, mas, aí, para nós ainda está numa faixa muito boa.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não há outros mercados?

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Os mercados principais são Estados Unidos – hoje, não é? –, Canadá, México, Argentina – que está entrando agora. O Brasil já exporta o propante de bauxita para a Argentina – e o Oriente Médio.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então o Brasil pode ser um consumidor disso aqui.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Eu conversei isso no Ministério de Minas e Energia, mostrei toda essa apresentação lá também, e me parece que a orientação para o Brasil... Embora a gente tenha um bom depósito de gás de xisto, a orientação para o Brasil é produção de gás do pré-sal.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Então, nós não devemos ter uma grande... Antes de a gente entrar no gás de xisto, nós vamos entrar no pré-sal.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – O.k.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Porque é uma decisão... É uma estatal, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Isso aqui existe há mais tempo...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Eles é que desenvolveram. É patente deles, da fundação.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Muito bem.

E a gente tem algumas patentes também, até para recuperar ferro e tudo mais.

Muito bem. Agora... Podemos seguir, então?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim, por favor.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Porque eu acho que essa questão que eu vou falar agora é mais grave...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – ... que é para as barragens existentes.

O que que está sendo feito nas barragens? E isso a lei já exige, já deu um prazo para elas. É monitorar deslocamentos e pressão de água. Eu quero saber se ela está se movimentando e eu quero saber o tanto de água que eu tenho lá dentro. E, aí, você tem um monte de técnicas: tem acelerômetro, câmera, radar, piezômetro, satélite...

Muito bem. E o que que isso nos dá? Isso nos dá o que a gente chama de monitoramento crítico, gente. Uma barragem com 50, 60, 500 milhões de toneladas, uma vez que começou a se movimentar muito, a recomendação é a seguinte: saia de perto. Não há mais o que fazer. Ou seja, nós precisamos de técnicas preditivas, porque esse problema não tem correção. Não adianta. O monitoramento crítico se faz quando é possível fazer uma manutenção corretiva. Aqui não é. É muito arriscado.

Então, vem tarde demais esse monitoramento crítico. Ele deve parar? Não; é claro que ele tem que continuar. Mas o que que eu tenho de fazer com isso? Eu tenho que alimentar modelos em todas as barragens, caracterizar todas as barragens, conhecer o que que está lá dentro, para saber se aquilo tem possibilidade de se liquefazer e em que nível de vibração ou de quantidade de água aquilo vai ter probabilidade de se liquefazer.

Hoje, a gente tem uma resolução que diz que a gente tem que entrar nas barragens desmobilizando-as até 2021, e, sinceramente, com as barragens com alteamento a montante – e isso aí





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

você já estão dominando bem, não é? –, não dá para você botar equipamentos com esforços mecânicos trabalhando, nem nas proximidades dela, realmente com segurança.

Se não acontecer nada, você pode até dizer que é sorte. Mas qual que é o problema? Como a gente não sabe exatamente como está o material lá dentro e como ele vai se comportar, pode ser até, Senadores, que não aconteça nenhum acidente, mas a gente não sabe, e, quando a gente não sabe, o nível de segurança é zero.

Então, antes de mexer nas barragens, nós temos que calcular tudo que está lá dentro.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Isso é para descomissionar as barragens existentes.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Todas as barragens não têm os mesmo componentes, resguardadas as proporções?

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Não. Elas têm diferenças entre si. Até quando a barragem é do mesmo tipo de minério – minério de ferro, por exemplo –, em uma barragem eu tenho material de um jeito, em outra barragem eu tenho material de outro. Os processos a que aquele minério de ferro foi submetido são diferentes, a quantidade... Por exemplo, eu disse que a gente tem lama e tem rejeito arenoso, não é isso? Numa determinada mina, eu gero 15% de lama e o resto é rejeito arenoso; na outra mina, eu gero 2% de lama só.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não, não é isso que eu estava...

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Isso tem importância crítica no comportamento do material.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Mas os elementos são os mesmos.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – São, mas o resultado é diferente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Então, eu entendo isso. Só que, quando o senhor, lá atrás, disse que nós temos que saber de que se compõe aquela barragem, a questão é a proporcionalidade do que se compõe, mas os materiais são os mesmos.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Se for de minério de ferro, sim. Mas importa o tamanho das partículas e tudo mais.

E aqui a gente fez um teste. Essa barragem até não é... Isso é só um dique, não tem alteamento, não tem nada. E olhem que legal... Com o pessoal que trabalha com a gente, não é?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa simulação aqui já não é a minha área. A minha área é a da liquefação. Isso aqui eu só botei porque achei bonitinho.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não acredito.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Quando isso aqui se liquefaz e você tem um alteamento a montante, naturalmente isso aqui cai. Foi isso o que a gente fez. A gente pegou um material com alto potencial de liquefação – e agora vem o Estado – e licenciamos o alteamento a montante, em cima de um material com alto potencial de liquefação.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A senhora entendeu?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Entendi.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Tivemos um problema. Nós pusemos um...

Basicamente, nós pusemos um muro em cima de uma coisa que podia virar um líquido.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Mas aí o lucro falou mais alto.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Não sei, eu acho... Pela surpresa que tenho visto nas empresas, eu acho que existe uma questão de falha técnica mesmo.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – De desconhecimento?

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Desconhecimento.

Inclusive, estou tendo várias reuniões com a mesma empresa. Aí, quando eu explico para um cara, e o cara está convencido, aí ele tem que juntar outra reunião, com outras pessoas: "Olha aqui, deixa eu te mostrar o que que está acontecendo...".

E o que costumo dizer é o seguinte, quando eles falam "Fernando, mas isso vai dar uma complicação": ótimo! Nós somos engenheiros! É para isso que nós estamos aqui. A engenharia tem que fazer contas. A gente não faz engenharia com Excel nem com calculadora financeira: faz com calculadora científica. É isso. Vai dar trabalho. Bom demais!

Bom... Então, a gente vê aqui...

Isso aqui é simulado para um sismo de até 5 pontos na Escala Richter. É legal, porque a gente vê o que que pode acontecer no futuro. A gente não vê o que que vai acontecer daqui a duas horas. Espera aí, ó: aqui há uma parte vermelhinha. Estou numa região que pode ter sido de 5 pontos na Escala





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Richter. Vamos agir agora. Vamos agir agora, porque, com 5 pontos na Escala Richter, vai acontecer daqui a algum tempo. Então, a gente calcula um monte de coisas, não é?

Bom, há uma listinha de tecnologias que a gente propôs, testou e comprovou. Existem outras tecnologias? Provavelmente existem. Nesse evento do Ibram a que vou amanhã e depois há empresas apresentando isso. Algumas já vi que estão apresentando coisas que são inadequadas, porque, muitas vezes – aí vem aquele problema – , é uma empresa que já vende coisa para minério de ferro lá na Austrália. A extração de minério de ferro na Austrália é diferente da daqui. O material de lá é diferente do daqui. O que é problema aqui não é problema lá. E as coisas não são adequadas.

Bom, no final da contas – eu precisava de toda a apresentação para falar isso –, se eu puder sugerir, os senhores tirem, por favor, a palavra "recomendações", lá de cima, e coloquem "sugestões para recomendações urgentes": 1ª) não misturar lama de processo em rejeito arenoso – essa é fundamental; 2ª) dispor do rejeito arenoso em pilhas confinadas. Como é que você vai fazer com essa pilha? Se você vai botar aglomerando, de qual altura vai ser. Cada unidade vai ter que fazer um estudo específico para isso. Onde vai ser essa pilha? Depende de topografia. Onde é que está a sua mina? Não sabemos, mas é uma recomendação importante. Que ela seja confinada, porque senão ela pode dar problema até de silicose, nós não sabemos. Posso estar falando bobagem, porque não sou da área de saúde. Mas não sabemos, não é?

Bom, com respeito à lama de processo, a recomendação é que sejam gerados produtos e coprodutos com 100% dela. "Ah, mas aí vai cair o preço do propante." Vai. Faz parte da vida. Mas é um processo que se paga aí... *payback* disso é quatro, cinco anos. Um *payback* muito bom.

Isso daqui é o que a gente acha que é o futuro da mineração de minério de ferro em Minas Gerais. Isso daqui agora é o seguinte: antes de descomissionar, antes de fazer qualquer coisa, amostrar. Nós já começamos a fazer o plano de amostragem; a gente também não pode ir com sonda profunda nesses materiais.

Eu ouvi falar... Eu não sei. Eu ouvi falar que houve operações de sondagem lá em Brumadinho. Isso pode ter sido o gatilho para a liquefação. Ouvi falar. Não tenho esse dado, tá?

Então, amostrar superficialmente, que vai ser o material mais crítico, e modelar todos os depósitos. Aqui eu botei as tecnologias – que são as que a gente vê, né? – físicas de sistemas complexos, que é uma que eu vou trabalhar, e métodos de elementos finitos. São duas coisas tradicionais. A gente só não fez. Por quê? Ah, não precisava. Está tudo tranquilo.

Então, talvez, com esse eslaide aí, a gente estando convencido de tudo que eu mostrei... Com esse eslaide aí... É claro que a gente precisa de um texto elaborado para isso, quais são os senões de cada uma delas, mas, para as barragens com alteamento a montante, eu acho essencial que essa quarta aí aconteça imediatamente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Professor, só para...

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Sim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Antes de o senhor encerrar aqui, quer dizer que, pelo menos no meu raciocínio, o Estado de Minas Gerais, no caso, diante desse desafio todo, do que fazer, a gente poderia criar algum sistema, do próprio Estado, de financiamento e incentivo à produção do reaproveitamento disso, como do propante, por exemplo. Criar programas de financiamento.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Sem a menor dúvida. Sem a menor dúvida.

Agora, há empresas que estão...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... estudando isso já.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – ... dispostas, estão fazendo análises disso. Inicialmente, não é?

Mas a questão é a seguinte: a maior parte das pessoas não tem essas informações, Senador. Então, o que que está acontecendo? Eles estão pensando, por exemplo: "Não... Vou pegar a lama, vou secá-la junto com rejeito arenoso e vou empilhar." Porque agora está seca, não é? É, gente, mas o Brasil é tropical. Aqui chove. Vai molhar de novo, vai reter umidade. Essa lama é o contrário do rejeito arenoso. O rejeito arenoso é hidrofóbico, e a lama é hidrofílica; ela gosta de água. Ela retém água. Ela promove a liquefação.

Há outros estudos no sentido de, por exemplo, pegar a lama e colocá-la numa barragem só para lama. Aí eu já sou contrário, porque uma barragem só para lama é uma barragem de lama que vai ficar 500 anos aí. "Mas, não, mas aí nós vamos colocar junto com algum polímero, alguma coisa que forme um gel". Se nós podemos fazer um produto com esse negócio, eu vou deixar esse passivo numa forma de gel? Isso pode ser lixiviado, pode ir para lençol freático depois. Isso é uma solução que eu gostaria? Há várias soluções. Com algumas eu não comungo. Mas é posição pessoal minha.

Eu acho que a gente, podendo transformar em produto e fazendo uma coisa até com um desafio de engenharia maior... É o que eu quero. A empresa normalmente quer a coisa mais simples, o menor desafio de engenharia; eu quero o maior. Eu faço engenharia. Então...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Professor...

Mas pode falar, por favor, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Professor, eu estou, assim, meio...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – A senhora está sem microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Obrigada.

Por isso o senhor é professor, não é?

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Eu estou de olho aqui! (*Risos.*)

A senhora pode ficar à vontade. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Obrigada, professor.

Olhe só, professor, uma coisa que me incomoda é a dengue no Brasil.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Pois é! A minha mãe e a minha filha saíram do hospital com dengue grave, depois de duas semanas.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Então: dengue.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Está registrado aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Dengue.

A gente sabe que a dengue existe. A gente põe o lixo ali, e vai, etc., etc... Os Governos estão sempre fazendo uma propaganda subliminar. Não é uma propaganda direta, porque aquela que se faz na televisão é muito sem-vergonha. Na verdade, é um compartilhamento de decisões para combater a dengue, por exemplo.

Quando o senhor... Eu, ouvindo essa narrativa toda, e de onde eu estava também estava prestando atenção – eu estava despachando a questão da educação. Assim... Como é que pode não haver compartilhamento técnico tanto na elaboração do processo como na administração do processo? Cada um sabe um pouco, não compartilha com o outro? E aí, de repente, o senhor, professor, nos mostra...

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – A senhora estava na Comissão de Educação?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu sou de tanta Comissão, professor, mas neste momento...

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Então, deixe-me falar com a senhora uma coisa: nos últimos anos – isso já vem há muitos anos – tem ficado cada vez mais difícil, com a burocracia nossa, das universidades, trabalhar com as empresas. A gente já teve casos, assim...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ah sim, nós estávamos tratando disso. É por causa do...

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – ... que, para fazer uma parceria com uma empresa, a gente leva dois anos para começar a trabalhar.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não, nós estávamos tratando disso, professor.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Não há jeito.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Depois eu vou conversar com o senhor sobre o que que nós conversamos, em decorrência dessas limitações absurdas.

A universidade do meu Estado fez um convênio com a Renova, para estudos, pesquisas, e tudo o mais, e esse dinheiro não pôde participar do orçamento da universidade. Mas isso é outra história.

Como é que não compartilham informações, e uma parte técnica elabora um estudo que diz: "Nós vamos construir uma barragem a montante"? Isso vai para dentro da empresa, a empresa constrói. No final de todo esse processo da catástrofe e tudo o mais, o que é que nós estamos ouvindo aqui? O professor mostrando várias coisas que não devem ser feitas, como não misturar lama de processo e rejeito arenoso... A minha pergunta é a seguinte: em nenhum momento desse processo como um todo, que desencadeou tudo isso, há compartilhamento técnico das informações, para que essa dramática conclusão a que nós estamos assistindo – a título do seu próprio conhecimento, da sua sabedoria técnica... Ninguém nunca compartilhou informação com o outro, para que o outro dissesse: "Ó, isso não é bom; não pode ser feito assim"?

E o senhor falou outra coisa que também me deixa, assim, atônita: a surpresa das empresas quando se discute o assunto. Daqui a pouco o senhor fala para um grupo, depois chama outro grupo... Isso não é absurdo?

Como é que nós vamos saber, por exemplo, que tudo aquilo que nós estamos conversando agora e tudo isso que está sendo formulado – dispor do rejeito em pilhas, por exemplo, confinadas –; se isso, amanhã, por falta desse compartilhamento... Eu não sei se eu estou me fazendo entender. O senhor está me entendendo?

Eu propus uma coisa idiota há alguns anos para o Governo. A campanha da saúde sobre a dengue utiliza as escolas. As escolas têm espaços, professores, e agentes que podem produzir essa campanha. E no nosso Estado e no Brasil, caiu significativamente a contaminação pela dengue. Por quê? Porque a escola entrou no processo que a saúde disseminava como um agente importante para combater a dengue. A escola entrou como agente. Como é que, num projeto essencialmente técnico, para construir



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

uma barragem, ainda que seja em proveito do lucro das empresas, um técnico não conversou com outro, e a gente chegue depois de tantos anos... O senhor é que chega, não é? Nós aqui apenas absorvemos a informação de que não se pode misturar lama de processo e rejeito arenoso.

Uma pergunta idiota, mas por que nunca, nem tecnicamente...

Fazem aí uma barragem a montante. É bom, é feito assim, põe isso, põe isso, põe isso. Pronto! Ninguém nunca chegou a essa conclusão mínima, que está lá em cima, que pode ser objeto até de um projeto de lei, que é também absurdo...

Eu nunca legislei tanto na minha vida. Em 35 anos de mandato, eu nunca legislei tanto. Nós somos o detalhe do detalhe do detalhe do detalhe do detalhe – está aí o TCU presente –, e a gente tem que disciplinar por lei aquilo que pode ser regulamentado, que pode ser adotado por decreto, coisas essenciais para fazer andar um projeto de lei.

Ninguém um dia falou: "Olha, já que eu estou cuidando da parte da areia, o outro está cuidando do assunto, lá, dos ferrosos, enfim, por que que eu não posso chamar todo mundo, sentar à mesa e: escuta, qual é a técnica para depositar os rejeitos de minérios? Qual é a melhor técnica? E, sendo essa a melhor técnica, qual o mínimo de consequência que haverá para a população?"

Por que que isso nunca foi discutido? Entendeu? É uma coisa que deixa... Se o Brasil todo se movimenta dessa maneira, então nós estamos perdidos, professor. Nós estamos perdidos.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Posso dar uma opinião pessoal?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não, o senhor pode dar uma opinião. Desculpe o desabafo, mas é que eu fico perplexa, porque nós vamos continuar, professor, nós vamos continuar... Entende?

Nós não estamos aqui acabando com nada. Nós estamos criando alguns regramentos por lei, mas – entende? – a Vale continua. Há outras mineradoras menores e estão espalhadas. Se ninguém conversar com ninguém, se ninguém alertar para ninguém, e se tudo isso ficar no desdobramento das consequências... E o senhor, aqui... É uma dádiva para a gente estar ouvindo o senhor. Eu tenho certeza de que outras pessoas que estão ouvindo neste momento, outros técnicos, famílias e tudo o mais. Entende isso?

Não é preciso depois organizar o pensamento técnico, a iniciativa técnica, a administração do processo técnico, para se chegar à conclusão de que aquele é um caminho que vai ter menores danos possíveis. Eu fico com essa pergunta na cabeça.

Desculpe-me.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Senadora, sim, eu tenho opiniões pessoais a respeito disso. Então...

Infelizmente, essa falta de compartilhamento dessas informações na mineração, na saúde, na educação, está disseminada em nossa sociedade. Nós temos dificuldade, na universidade, de um departamento saber o que que o outro, a duas portas abaixo, está fazendo. Mas essa é uma questão que eu acho que a gente acaba alimentando muito, sabe, Senadora?

Uma das coisas que dificultam a comunicação é uma das coisas em que a gente é campeão: é burocracia. Qualquer coisa que você vai... E isso está saindo muito da esfera pública, que é a que eu vivo, e indo também para dentro das empresas. Isso chega lá a uma empresa, você fala com o camarada: "Olha, isso que você está fazendo não está certo". "Ah, mas isso aí não é a minha área. Isso aí, você tem que procurar outro cara." Aí começa a haver um monte de obstáculos. Dentro das universidades é assim, eu imagino que dentro dos hospitais seja assim...

E há uma coisa que eu ouvi outro dia... O que é que a gente está fazendo, falando especificamente da engenharia? Nós trocamos engenharia por gestão. É importante haver muita gestão nas empresas, mas você tem que gerir a engenharia, você tem que ter a engenharia robusta. E não é isso que a gente tem tido, por causa desse monte de barreira burocrática.

Mas isso ainda é uma... Isso é uma opinião minha. Eu acho que isso está dentro da nossa sociedade. "Isso aí não é comigo, isso aí é com o outro lá...". Eu acabo participando de muito, porque eu até militei... Eu trabalho em muitas áreas, desde material eletrônico até com isso, porque eu sou físico – até com mineração. Mas como eu sou físico e falo a respeito do assunto, aí, na hora em que eu falo a respeito de um problema básico de física, aqui, que é reologia, eu falo com o engenheiro de minas, ele fica chateado comigo, eventualmente, porque eu estou entrando na área dele.

Então, o que a gente precisa fazer, na minha opinião...

Alguém me disse outro dia que o Japão tem sete vezes mais engenheiros e 15 vezes menos advogados que o Brasil. A gente tem que olhar essas coisas. A gente tem que olhar essas coisas. Mas isso é só uma opinião.

Eu acho que eu poderia concluir aqui.

Isto aqui é um exemplo de um processo do que vai ser feito daqui para frente.

É uma foto de Ouro Preto. Meu contato. Ouro Preto é bom para passear.

Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. *Fora do microfone.*) – Ouro Preto está comprometido?

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Não.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Não. A barragem que há lá perto de Ouro Preto... Quer dizer... Foi uma coisa genial, não é? Fizeram a barragem no alto, porque aí é joia, não é? Mas ela é uma barragem a jusante, ela é de pequeno volume, ela é rasiinha, não está ameaçada. Mas não foi bom terem feito, não é?

O Canadá está com essa notícia porque a empresa que fez originalmente era canadense. Chamava-se Alcan.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Professor, nosso prazo já está um pouquinho... A gente vai...

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – É, eu falei que, se me deixasse, eu iria falar muito.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas eu gostaria só que, antes de o senhor terminar... Foi colocada uma pergunta interessante, porque nós não temos as barragens de rejeitos só de minério de ferro. Nós temos a de fosfato, temos a do ouro, que é venenosa... Como é que nós ficaríamos nessa determinação de dez anos para todas as barragens do Brasil terem desaparecido? Esses setores encontrariam soluções também? Existem pesquisas para isso?

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Olha, existem várias pesquisas para isso, e essas pesquisas não foram adiante, em muitos casos, por questões econômicas. As de ouro, por exemplo...

Vamos pensar aqui nos minérios, não é? Você tem uma barragem de minério de ferro, que eu falei que 50% do material vira rejeito.

Então nós lavramos, em Minas Gerais, 600 milhões de toneladas, para produzir para produzir 300 milhões de toneladas de minerais de ferro, de produto, e 300 milhões de toneladas de rejeito. Isso porque a gente tem teores em torno de 50% de ferro. Agora imaginem quando se está lavrando ouro, cujos teores são da ordem de partes por milhão! Você vai lá, lava uma enorme área, retira de lá 0,4 parte por milhão do ouro daquele depósito, e o resto o que é? Rejeito.

Cada caso tem que ter um estudo, cada caso tem que ter uma investigação específica. E vamos lembrar: quem fez barragens muito grandes desses... Essas barragens que têm materiais tóxicos, a gente tem até nos Estados Unidos hoje ainda, algumas para as quais não foram encontradas soluções. Há uma perto de uma cidade que é interessante. Ela tem uma água, e ela está contaminada. Eu não sei exatamente por que, só sei que, de vez em quando, pousa um cisne nela e ele morre.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quanto a essas barragens com material de alta toxicidade, é preciso ter muito cuidado antes de a gente sair com resoluções para elas, porque a emenda pode sair pior do que o soneto.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito obrigado, Professor.

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Eu é que agradeço a todos pela paciência de me ouvir esse tempo todo. Muito obrigado.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito obrigado, Prof. Fernando Araújo, da Fundação Gorceix, professor também da Universidade Federal de Ouro Preto, Presidente. *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Está aqui também participando desta oitiva o Sr. Uriel de Almeida Papa, Secretário de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração do Tribunal de Contas da União (TCU).

Gostaria de passar a palavra inicialmente para o Relator para que possamos identificar as perguntas necessárias para o esclarecimento desta Comissão.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Primeiro, quero agradecer mais uma vez o Prof. Fernando pela aula, pelas explicações. Assim, a gente consegue entender um pouco mais de o que estamos falando, exatamente quais são os pontos que nós temos que discutir e o tamanho do desafio que o Brasil enfrenta, especialmente as minas Minas Gerais, na questão da sobrevivência econômica da mineração, mas também na questão de dar uma resposta sobre os riscos futuros.

Nós convidamos também o Dr. Uriel Papa, que tem sido muito útil. Gostaria aqui de deixar, Senadora, o nosso agradecimento à equipe do Tribunal de Contas da União, que vem trabalhando conosco, vem nos municiando de informações importantes nestes tempos destas discussões, nos municiando de informações sobre a questão da mineração.

O Tribunal de Contas da União produziu um relatório muito interessante, que traz o seguinte questionamento: o que as fiscalizações do TCU identificaram? Um setor da mineração que representa 16,7% do PIB industrial, 30% da balança comercial, R\$32 bilhões de faturamento só em 2017. Eles identificaram grave déficit institucional em quatro pontos: limitações orçamentárias e financeiras, quadro técnico deficitário, insuficiente capacitação do corpo técnico, altíssima exposição à fraude e à corrupção.

E pasmem: aqui, da mesma maneira que o Prof. Fernando nos trouxe a informação de que ninguém atinou para o fato de que os materiais não pudessem ser misturados, esse relatório foi produzido depois do desastre de Mariana, em 2015. O Tribunal de Contas já produziu um grande trabalho sobre a questão da mineração, e, mais uma vez, se nós tivéssemos levado em consideração todos os detalhes que estão aqui neste relatório, nós poderíamos ter evitado as mortes daquelas



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

peessoas em Brumadinho. É um negócio impressionante como o Brasil, infelizmente, acaba cultuando a tragédia e não festejando a prevenção! É algo impressionante!

Aqui, inclusive, há uma parte que me chamou muito a atenção: "As falhas e irregularidades verificadas nesta auditoria envolvem a atuação, em nível institucional, da autarquia e alertam para o risco latente potencial de novos acidentes envolvendo barragens de rejeitos de mineração no Brasil". Neste relatório, isso está aqui. No ano de 2016, na conclusão de Mariana, vocês já colocavam isso.

Dr. Uriel, a palavra está com o senhor, por gentileza.

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Exma. Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu perguntaria, em função da agenda que o Presidente Davi colocou, se podíamos fazer todas as perguntas, para ele dissertar sobre todas elas conjuntamente. Está de acordo, Senador?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim. Na verdade, eu acho que ele poderia fazer a exposição dele toda, e nós...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Mas, mesmo fazendo a exposição, eu gostaria de deixar algumas indagações...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Perfeito!

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Está bom.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... sobre o que nós estamos fazendo.

O Tribunal de Contas, sobretudo, tem uma finalidade fiscalizadora. Nós fizemos um projeto nesta Casa que fala exatamente da proibição de a empresa construtora de barragens e de outras coisas semelhantes contratar uma empresa para auditá-la, para fiscalizá-la, para supervisioná-la, haja vista que, em determinado momento, nós trouxemos aqui um quadro de informações em que se mostrava que determinada empresa para a qual a Vale pedia a auditoria das barragens se negou a assinar os lados.

Então, a pergunta seria esta: o que o senhor acha disto, de a empresa construtora ser a que contrata a empresa de auditoria? O que seria mais adequado? O que poderia ser feito em termos de mudança de legislação?

Eu já estou avançando para fora do seu diagnóstico sobre a questão de Brumadinho e de Mariana, querendo chegar ao cômputo geral.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Pois não, Excelência!

Primeiramente, agradeço o convite feito. Agradeço, em nome do Presidente do TCU, Ministro José Mucio, o convite feito por esta Comissão para que pudéssemos participar do debate.

Esperamos, como órgão auxiliar do Congresso Nacional no exercício do controle externo, contribuir aqui para encontrarmos as respostas que o País busca em relação às responsabilidades do Poder Público diante do desastre ocorrido em Brumadinho.

Também esperamos contribuir para encontrarmos caminhos para evitar que novas tragédias, novos desastres como esses aconteçam.

Cumprimento também o Senador Carlos Viana, Relator da Comissão, e o Dr. Fernando Araújo, parabenizando-o pela aula ministrada.

Respondendo ao questionamento, Presidente, entendemos que existe um notório conflito de interesses na contratação feita pelos empreendedores, ao contratarem as entidades fiscalizadoras para auditar a segurança das próprias barragens. Esse risco, esse conflito de interesses é prejudicial para o modelo, que é um modelo baseado em premissas de autodeclaração. Isso gera riscos, fragilizando a fiscalização pública sobre esses empreendimentos, sobre essas barragens.

Então, de fato, é um modelo que merece todo o questionamento, como vem sendo feito aqui na Comissão. E, como órgão de controle que somos, não exploramos especificamente esse ponto, mas o fato é que é necessário, no nosso entendimento, revisitar esse modelo de forma a eliminar este conflito de interesses existente, o do empreendedor que contrata a empresa que vai fiscalizá-lo, num mecanismo de contratos em série. A empresa tem ali um incentivo ou um desincentivo em fazer – em alguns momentos, pode ter um desincentivo – laudos e pareceres idôneos e imparciais. Então, de fato, é um modelo a ser revisitado.

Um exemplo de solução – não sei dizer se é o melhor – é que haja uma contratação a partir de sorteio. O contratado pode ser pago diretamente pela agência reguladora ou pelo empreendedor, mas a escolha da empresa que vai fiscalizar seria feita mediante um sorteio supervisionado pela agência reguladora. Esse seria um exemplo ou um caminho possível.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – A própria empresa contratada...

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Ela pode pagar. A questão é a escolha da entidade que vai fiscalizar, que vai auditar. Pode ser um pagamento por intermédio do Poder Público ou pela própria empresa, mas a escolha dessa empresa de auditoria poderia ser feita via sorteio. É uma possibilidade. O fato é que o modelo atual hoje gera, sim, conflito de interesses.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Desculpa, parece que eu estou sempre na defensiva ou no ataque, sei lá o que é. Mas, por exemplo, o nosso País tem uma cultura de que quem paga torna-se quase o chefe de uma engrenagem. Consequentemente, imaginamos, pelo que temos visto ao longo da história, que ela é quase um subordinado no processo.

Veja o caso da empresa de que nós falamos sem citar o nome aqui, que já é popularmente conhecido. Essa empresa se negou a assinar o laudo. Imediatamente, a empresa contratou outra para fazer o mesmo trabalho, mas, dessa vez, de maneira mais conveniente aos interesses da própria empresa.

O senhor não acha que esse processo estaria contaminado da mesma maneira? Depois de feito, as consequências que surgem desse processo serão sempre estas que nós estamos vendo aqui agora.

Entende, Senador Relator? É importante que... Entra depois a fiscalização, mas as consequências já estão ali alocadas no processo como um todo.

O que é o Projeto GeoControle, desenvolvido pelo Tribunal de Contas? Eu queria que o senhor explicasse isso com mais clareza, porque é importante que todos entendam.

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Está legal.

O TCU, em parceria com a UFMG, a Universidade Federal de Minas Gerais, e também em conjunto com a UnB, tem desenvolvido esse projeto desde 2015 no intuito de que as fiscalizações possam utilizar o sensoriamento remoto, ou seja, imagens de satélites obtidas por sensores remotos em satélites e processadas por computadores podem ser úteis para as fiscalizações feitas pelo TCU.

Então, por exemplo, é possível, por meio de imagens de satélite, acompanhar o avanço de determinada obra de infraestrutura, o avanço de uma obra de rodovia ou de ferrovia. Esse avanço pode ser comparado com o projeto, pode ser comparado com os desembolsos financeiros feitos em favor daquela empresa que foi contratada. E, a depender do grau de precisão dessas imagens e do espectro, ou seja, do tipo de informação e de dados que são extraídos a partir dos sensores, é possível fazer diferentes avaliações, não só de avanço de determinado empreendimento, mas, inclusive, de qualidade de material utilizado em determinada obra, em determinado pavimento, ou mesmo de questões de movimentação de terra. Tudo isso é possível, sim.

Então, o Projeto GeoControle visa justamente a isto: aproveitar as tecnologias mais atuais no uso de imagens de satélite geoprocessadas por computadores, para fazer disso uma informação útil para o órgão fiscalizador, que é o TCU, disseminando, é claro, esse tipo de conhecimento, na função pedagógica exercida pelo tribunal, para que outros órgãos fiscalizadores do Poder Executivo, por exemplo, como as próprias agências reguladoras, possam dominar esse tipo de tecnologia para usá-lo nas próprias fiscalizações.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já fizemos experiências e fiscalizações no campo das ferrovias. Foi feita uma fiscalização na ferrovia Transnordestina que, em questão de poucos meses, conseguiu mapear, levantar informações sobre todo o empreendimento. O empreendimento tem 1,7 mil quilômetros. Na verdade, desses 1,7 mil quilômetros, metade está construída. E foram detectadas mais de 500 desconformidades entre o que está sendo feito e o projeto que foi aprovado, que é de conhecimento da agência reguladora, no caso a ANTT. Só para exemplificar, essa é uma tecnologia que já vem sendo usada na prática em fiscalizações do tribunal e que, certamente, pode se expandir para outros setores, como o setor de segurança de barragens. Podemos avançar nesse tema, sim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Há uma pergunta aqui sobre a questão da sustentabilidade. O senhor vai fazer uma apresentação. Não é isso? Então, há a questão, por exemplo, da possibilidade de corrupção e a questão da Cfem, sobre a qual precisamos conversar.

Mas há uma questão aqui, que é a seguinte: esta CPI está avançando para as conclusões. Apesar do curto prazo que nós tivemos, estamos caminhando para um relatório que, acreditamos, vai contribuir muito para essa questão da mineração e para o redesenho desse setor. Mesmo assim, podemos chegar a algumas conclusões, e uma delas é que o atual modelo de mineração não é sustentável quanto a diversos aspectos. Ecologicamente, ameaça ecossistemas importantes, como água limpa – várias comunidades dependem desse bem. Não é socialmente sustentável, não distribui de maneira justa os bilionários lucros da atividade, apoiando-se apenas na criação de empregos como forma de justificar a sua atividade.

Também é uma atividade que depende de um recurso finito, e novamente as empresas não parecem preocupadas com o impacto que isso terá nas comunidades, quando simplesmente decidirem que não vale mais a pena minerar e, é claro, seguirem para outro lado, para outro território. Fica o passivo ambiental, fica o desemprego, ficam cidades destruídas.

Então, eu gostaria de saber – se for o caso, se isso estiver na sua apresentação, o senhor se sinta à vontade para, mais na frente, colocar-se sobre isso – o que é que, como Governo, podemos fazer para tornar a atividade de mineração mais sustentável, com um impacto positivo nas comunidades aonde ela chega.

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Perfeito, Senador.

A questão da sustentabilidade é crucial para o desenvolvimento do setor de maneira compatível com a sociedade, com o meio ambiente. Estamos, para este ano, prevendo uma fiscalização sobre o fechamento de minas, para avaliar os normativos. Inclusive, certamente, durante essa fiscalização, entraremos em contato com o Dr. Fernando Araújo, devido ao conhecimento técnico que ele detém sobre esse tema, para garantir que o que tem sido feito em relação à mineração e, em especial, sobre o fechamento de minas possa, de fato, estar aderente ao que se espera quando se trata de preservação





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do meio ambiente e de sustentabilidade em benefício da sociedade, não direcionando que as empresas tenham essa responsabilidade, sendo necessária a alteração da legislação, de normas. Eventualmente, esse é o caminho.

Eu trouxe uma apresentação. Acredito que em 15 minutos... Não sei se esse tempo é razoável.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Está ótimo! Fique à vontade!

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Está bom.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu não sou o Presidente, não, mas a Presidente...

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Presidente, o intuito é trazer...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O senhor pode ficar à vontade, porque sou parlamentarista.

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – O intuito é falar um pouquinho das fiscalizações que já foram feitas pelo TCU de 2016 para cá e de outros trabalhos de auditoria que estão em curso neste momento, com resultados próximos de serem entregues aqui para a Comissão, inclusive.

A atuação que fazemos hoje na área de mineração, quando se trata do controle externo, é feita dentro de uma secretaria, que é a secretaria que trata não só de mineração, mas de telecomunicações, de comunicações como um todo e também de infraestrutura hídrica.

Temos trabalhos mais focados em segurança de barragens de rejeito desde 2016. Isso foi provocado por esta Casa Legislativa, pelo próprio Senado Federal, em razão do desastre ocorrido na Barragem do Fundão, em Mariana, em 2015 – então, em 2016, foi iniciada essa fiscalização –, e também pelo próprio Plenário do TCU, que provocou a equipe técnica, que demandou da equipe técnica esse trabalho amplo de auditoria, para que pudéssemos fazer um mapeamento, uma avaliação sobre aspectos institucionais, operacionais, normativos no assunto segurança de barragens de rejeito. Então, foi feito esse trabalho entre janeiro de 2016 e abril de 2016. Na época, o órgão responsável pela fiscalização era o DNPM, justamente para avaliar toda a atuação dessa entidade na fiscalização das barragens de rejeito. Então, foram avaliados aspectos normativos, institucionais e operacionais associados às limitações e atribuições na atuação do órgão daquela autarquia, do DNPM.

Também essa regulamentação atende aos objetivos da Política Nacional de Segurança de Barragens e em que medida a fiscalização daquela autarquia estava correspondendo aos objetivos previstos na lei. Esse foi o trabalho realizado.

Isso, como falei, foi decorrente do desastre em Mariana. E o principal achado desse trabalho de fiscalização foi que o processo de fiscalização de barragens de rejeitos realizado pelo DNPM... Isso –





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

novamente – é um trabalho cujos resultados foram deliberados pelo TCU em 2016. Então, o processo de fiscalização realizado pelo DNPM na época não atende aos objetivos da Política Nacional de Segurança de Barragens.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Em 2016.

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Em 2016. Isso ficou bem nítido. E é o trecho, inclusive, que o Senador Carlos Viana mencionou:

O DNPM, como instituição de controle, não vem desempenhando a contento seu papel de órgão fiscalizador da segurança das barragens de rejeitos de mineração em conformidade com os preceitos estabelecidos [...] [na Política Nacional de Segurança de Barragens]. As falhas e irregularidades verificadas nesta auditoria envolvem a atuação em nível institucional da Autarquia e alertam para o risco latente e potencial de novos acidentes envolvendo barragens de rejeitos de mineração no País.

Então, diante do que nós vimos nessa fiscalização, tivemos essa conclusão, que foi colocada, foi externalizada pelo relatório final deliberado pelo Tribunal de Contas da União.

Esse principal achado decorre de dois achados: um, que a fiscalização não atende à Política Nacional de Segurança de Barragens; e também o que vou mencionar de maneira rápida, mas mais importante, que são as deficiências, a precariedade na estrutura do DNPM, hoje Agência Nacional de Mineração. Então, é algo que é bastante notório; foi verificado já em várias fiscalizações do tribunal.

Bem, sobre as falhas dos processos de fiscalização do DNPM, o que nós vimos em 2016 foi – eu vou agrupar em cinco grandes problemas: primeiro, a questão do cadastro e classificação de barragens. As premissas utilizadas, na forma como o então DNPM acompanhava os registros e cadastros de informação, são premissas até hoje declaratórias. Ele depende muito da informação que vem da empresa, não tendo uma estrutura apta a fazer, de maneira razoável, uma amostragem, uma fiscalização amostral *in loco* para verificar a veracidade daquelas informações. Então, são informações declaradas pelo empreendedor, e o DNPM não dispunha, nessa época, de rotinas que permitissem uma conferência sistemática, permanente, tempestiva da veracidade dos dados informados pelos empreendedores, ou seja, as informações que eram entregues ao DNPM não eram verificadas tempestivamente e, muitas vezes, eram informações que conseguiam mudar a classificação de risco de uma barragem. Isso era entregue ao órgão e não era visto com tempestividade, não era analisado, e a classificação de risco mantinha-se uma classificação antiga, defasada, em razão de um processo cartorial, burocrático, pouquíssimo informatizado ou praticamente sem nenhum recurso de TI – isso em 2016 –, de tal forma que se apresentava um risco imenso de defasagens muito significativas em relação à classificação dessas barragens.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O controle documental, como os extratos de inspeções regulares, as declarações de condições de estabilidade, tudo isso era recebido também e não era analisado tempestivamente pelo órgão responsável.

Os processos de planejamento das fiscalizações feitas pelo DNPM também não eram planejamentos consistentes. Só para exemplificar, de 2012 a 2015, apenas 6% das barragens de alto risco haviam sido ou foram fiscalizadas por esse órgão. Então, não havia também uma rotina, um manual de fiscalização. A vistoria feita, a fiscalização feita dependia muito do perfil do técnico que ia lá até o local. Então, tudo isso também foi visto pelo TCU em 2016.

E, no último tópico ali, na gestão de informações: o que era visto durante os trabalhos de fiscalização não retroalimentava o próprio processo de planejamento de vistorias, de tal maneira que havia uma desconexão entre o que era encontrado e os novos planejamentos feitos para a vistoria de barragens.

Então, tudo isso fazia com que... A conclusão que tivemos foi que o processo de fiscalização de barragens de rejeitos realizado pelo DNPM não atende aos objetivos da Política Nacional de Segurança de Barragens.

Diante disso que foi detectado pelo TCU...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Só um aparte, por favor, Dr. Uriel.

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Sim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Quando o senhor coloca aqui "ineficácia do planejamento das fiscalizações", nós estamos falando de uma falta de método ou nós estamos falando de fatores que podem não levar à fiscalização, como, por exemplo, a própria gestão das empresas ou uma pressão delas para que isso não aconteça?

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Bem, nesse trabalho não foi possível chegar a causas (*Fora do microfone.*) como essa, se havia pressão que causasse ou que atrapalhasse o processo de planejamento, alguma interferência externa ao DNPM. O que vimos é que, por exemplo, informações relevantes, como o dano potencial associado àquela barragem, que é uma categoria relevante de um empreendimento, não era considerado no planejamento. Eles consideravam alto risco, agora, o dano potencial associado, que era o caso, o mais alto nível desse dano que estava associado, por exemplo, à Barragem de Mariana e também à Barragem 1 do Córrego do Feijão em Brumadinho, isso não era considerado. Então, um problema de método certamente havia. Certamente, problema de método e falhas de rotinas, falhas de ausência de um manual, por exemplo, de fiscalização por parte daquelas equipes que iam lá fiscalizar. Então, tudo isso, em conjunto, leva a essa conclusão de que o DNPM não conseguia atender a Política Nacional de Segurança de Barragens.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Durante – só complementando também, Senador – o processo de planejamento, não havia critérios claros sobre quais eram os empreendimentos, quais eram as barragens que deveriam compor aquela fiscalização, quais deviam ser priorizadas. Então, era uma desconexão de informações entre as estruturas regionais do DNPM e a sede, de tal maneira que o planejamento era bastante desalinhado com o que deveria ser em termos de prioridade; priorizar aquilo que apresentava maior risco ou maior dano associado.

Bem, diante desse achado, o TCU proferiu uma série de determinações e recomendações com vistas a mostrar caminhos para o DNPM, inclusive para determinar a solução de problemas que estavam incompatíveis, mostrando incompatibilidade com a legislação. E, após dois anos, ou seja, em 2018, foi feito o que nós chamamos de monitoramento, ou seja, uma equipe do TCU foi novamente ao DNPM para verificar em que medida aqueles problemas que haviam sido detectados em 2016 foram de fato resolvidos.

Então, foi feito esse monitoramento, e o que se percebeu foi que houve avanços. Já falando em ANM, mas mesmo antes da implementação da nova agência, que assumiu o lugar do DNPM trazendo novas competências, mesmo antes, já houve melhorias significativas. O órgão, essa autarquia, o DNPM começou a implementar sistemas tecnológicos, sistemas informatizados, como é o caso do SIGBM, um sistema que permite que alertas sejam gerados, que a informação entregue pelo empreendedor cadastrado no sistema seja reconhecida tempestivamente pela agência, pelos técnicos da agência, que recebem alertas inclusive no celular. Então, de fato, houve melhorias. E, segundo os próprios servidores da ANM (Agência Nacional de Mineração), muitas dessas melhores foram provenientes do trabalho das determinações e recomendações feitas pelo TCU em 2016.

Então, só para mencionar algumas: foi elaborado um manual de fiscalização, que não havia anteriormente; formulários para inspeção; as sugestões da consultoria geotécnica que havia sido contratada foram implementadas em grande parte pela agência reguladora. Então, uma série de melhorias aconteceu de lá para cá. De 2016 para cá, pode-se dizer que houve um aumento significativo, uma melhoria significativa nesse órgão fiscalizador, mas, de fato, ainda persistem pontos importantes.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não suficientes para evitar uma nova tragédia.

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Exato, não suficientes.

E aí eu entro no segundo grande achado de auditoria de 2016, que é um problema que vem sendo apontado pelo TCU, não é de agora; já houve fiscalizações em 2011, 2012, 2016, 2017, quando abordamos a questão do nióbio, e novamente agora, em 2018. Mostramos que a estrutura do DNPM é uma estrutura muito deficiente, muito precária. É um cenário – ao visitarmos agora a agência reguladora – de abandono. É um cenário em que a gente percebe ali que as estruturas físicas, a estrutura do órgão, de fato, em todos os aspectos é de precariedade.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, percebe-se – e mapeamos isso em 2018 – que desde 2010 há um declínio progressivo nas despesas discricionárias, que são as despesas alocadas para fiscalizações. Então, os contingenciamentos, entre outros motivos, levaram a agência reguladora e o DNPM a um declínio progressivo nos recursos alocados para as fiscalizações.

A estrutura de pessoal...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sr. Uriel, o senhor me permite?

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Claro.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Veja bem, estou ouvindo com muita atenção e li rapidamente aqui esse documento, que é o subsídio que o senhor trouxe à nossa Comissão.

Eu já presidi a Comissão de Orçamentos e recebi, não só como Presidente, como em outras etapas do trabalho parlamentar... O senhor desculpe eu estar de costas, assim. É porque estou me acomodando melhor...

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA (*Fora do microfone.*) – Fique à vontade.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Recebi muitos avisos de que o Tribunal de Contas tinha pedido para paralisar determinadas obras no Brasil. Alguma vez houve pedido para paralisar alguma mineradora, alguma construção? Porque paralisar uma rodovia é fácil, é até visível a olho nu quais são os elementos que estão sendo colocados para a construção, a pavimentação de uma estrada. Uma mineradora, por todo o processo que nós detectamos aqui, é muito mais difícil, até na constatação a que o senhor assistiu do professor que aqui esteve, oferecendo dados, subsídios e a constatação absurda de que ninguém compartilhou informações suficientes para impedir que uma barragem a montante fosse construída, como foi, naquela técnica, e que as consequências inevitavelmente viessem depois, se assim fosse. E assim foi.

Aqui, uma das páginas desse relatório há assim: relatório de acompanhamento com o propósito de acompanhar a avaliação... Avaliar a estruturação da Agência Nacional de Mineração de acordo com os parâmetros definidos pela lei tal e as boas práticas levantadas em outras agências reguladoras.

Por que eu pergunto se em algum momento, por tudo que o senhor viu, por tudo que presenciou – não precisa ser o senhor, com a sua idade, com a sua experiência, precisa ter o acúmulo –, se nós nos distanciarmos das informações que são devidas para que um órgão continue o processamento de seu trabalho, para que se chegue a uma conclusão razoável para o serviço público e o serviço à população como um todo... Em algum momento, alguma mineradora foi autuada, com base nas informações do mau funcionamento do DNPM na sua ação fiscalizadora, ou não?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Perfeito.

Bom, Presidente, V. Exa. mencionou a questão das obras públicas, quando há injeção...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Os senhores paralisaram várias obras. Eu acompanhei algumas. Inclusive, a gente teve a oportunidade até de processar as informações para facilitar que aquela obra continuasse como está sendo feita. E o TCU, como é um órgão auxiliar do Poder Legislativo e tem, evidentemente, sua ação fiscalizadora regulamentar, até certos pontos... Como é tão danoso ver o quadro que nós estamos verificando hoje, em nível nacional, em que se encontram essas barragens; toda a ineficiência do DNPM; agora, os senhores constatando aqui a necessidade de acompanhamento da estruturação da agência, que eu acho que vai incidir nos mesmos erros, nas mesmas deficiências e nos deixar a ver navios, como sempre ficamos, nesse processo... Alguma vez, com base nas informações da ineficiência, da precariedade de alguma barragem, foi suspensa a sua obra, a sua construção?

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Sim. Agradeço a pergunta, Presidente.

O fluxo seria um pouco diferente, na atuação do TCU, quando se fala de obras que recebem recursos públicos. E aí de fato existem obras, geralmente obras de barragens de usos múltiplos de água, barragem para contenção de água para abastecimento hídrico de uma determinada cidade, e essas obras, por exemplo, cujos empreendedores são órgãos públicos, a exemplo do Dnocs, da Codevasf, que se utilizam de recursos do orçamento público. E, uma vez detectado algum indício de desvio, por exemplo, de recursos públicos, ou alguma ilegalidade significativa, o órgão público responsável pelo uso do recurso vai ser chamado a responder. E, feito todo o devido processo legal no âmbito do TCU, ainda assim, o plenário entender que existe uma ilegalidade, ele encaminha a sugestão ao Congresso Nacional para que o Congresso Nacional decida sobre paralisar ou não aquele empreendimento.

No caso das mineradoras ou barragem de rejeito de mineração, as barragens nesse caso são feitas com recursos privados, de empreendedores privados...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – No passado, não.

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – No passado, não.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – No passado, não. Inclusive, muitas vezes eu votei nesta Casa, ao longo dos anos, recursos públicos para a Vale.

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Sim, eu digo, após a privatização da Vale, não há casos em que o TCU tenha atuado para paralisar ou sugerir a paralisação de recursos para a construção desses...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – E a falta de fiscalização por parte do DNPM adequada?

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não é motivo para averiguar, auditar a fiscalização do DNPM e, por consequência, chegar nas barragens?

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Perfeito. Esse é o trabalho que temos feito, em 2016, de apontar aspectos de melhoria ou, eventualmente, ilegalidades na condução dos processos fiscalizatórios do DNPM, hoje, agência reguladora. Então, fizemos isso em 2016, 2017, 2018, e agora está em curso, em fase de conclusão, Presidente, um trabalho específico sobre o atendimento pela agência de normas e procedimentos regulamentados em relação à tragédia de Brumadinho.

Então, estamos fazendo o que chamamos de auditoria de conformidade, para verificar se as leis e normas foram respeitadas pela agência e se houve alguma responsabilidade desse órgão em razão ou em relação ao ocorrido nessa tragédia de Brumadinho. Então...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – De uma maneira preventiva, me desculpe insistir...

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Claro.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... porque queremos compreender que aqui nós vamos elencar uma série de iniciativas de projeto de lei e temos que ter compreensão como um todo. Agora, mesmo o senhor dizendo que o DNPM, hoje agência, conseguiu superar algumas debilidades, o senhor acha que ela poderia funcionar satisfatoriamente com as condições com que ela está sendo implantada?

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – A gente imagina... Essa auditoria de 2018 mostra que houve avanços quando se trata da vigilância da ANM, do DNPM sobre a segurança de barragem de rejeito. Embora não tenha sido suficiente, houve, sim, melhorias, especialmente quando se fala em implementação de recursos de tecnologia da informação e tudo mais.

Nós, antes mesmo de a agência ser implementada, iniciamos no TCU uma auditoria com esse lado preventivo, Presidente, de avaliar se a agência está sendo estruturada de acordo com a lei que a instituiu, a Lei 13.575, e também se está sendo implementada de acordo com as boas práticas de agências reguladoras. Já temos um histórico extenso de agência reguladoras no Brasil, temos no TCU um histórico amplo de fiscalizações, desde os anos 90, sobre essas agências. Então, temos conhecimento para avaliar se a estrutura que a agência está montando está de acordo com essas boas práticas de regulação e está de acordo com a legislação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse trabalho que está em curso, nós o temos em três etapas. Iremos avaliar a institucionalização da agência, do processo de tomada de decisão, e aí a gente entra na questão da transparência, do *accountability*, da responsabilização dos gestores e mecanismos para reduzir a vulnerabilidade dela à fraude e corrupção, que é algo que também o TCU, em fiscalização do ano passado, mostrou: que a ANM é a segunda instituição pública federal mais vulnerável à fraude e à corrupção quando isso está combinado com o poder de regulação que ela tem, com o poder que ela tem de fiscalizar, de outorgar, de normatizar. Então, mostrou que ela tem uma série de falhas, de lacunas, em relação à sua auditoria interna, em relação a mecanismos de integridade internos, ao próprio processo de tomada de decisão, à transparência.

Tudo isso é algo que precisa ser enfrentado nesse processo de reestruturação, e é um trabalho preventivo, é um trabalho que o TCU tem feito, já, desde 2016, bastante incisivo, com o propósito de buscar caminhos que permitam que essa entidade tão importante, quando se fala de segurança de barragem de rejeito, se fortaleça. Mas, de fato, existem barreiras significativas, como é o caso da ausência de recursos, recursos orçamentários, recursos humanos. Existe um déficit imenso...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não, os recursos existem, Dr. Uriel. O problema é que eles não chegam à agência, não é isso?

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Isso, perfeito. Existe um...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Mas tem que ter a receita a agência.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não tem...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sim, mas ela continua funcionando, Relator; enquanto nós estamos aqui sentados, num diagnóstico, ela funciona com os seus objetivos, e, enquanto isso, nada está sendo feito.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Se ela continua, ela vai ter suas vicissitudes todas dentro desse processo.

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Nesse momento, ela pode estar fiscalizando uma barragem como essa, a precariedade que nós estamos identificando, e incorrer nos mesmos erros que nós estamos aqui lamentando.

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Isso. E, sem dúvida, até...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não seria exigir que, antes de operacionalizar os seus procedimentos, a agência estivesse, na sua inteireza... Todo relatório que eu leio, acredite, eles falam a mesma coisa, até o relatório do TCU. Está aqui escrito assim: falta de recurso, falta de pessoal; falta de recurso, falta de pessoal; falta de recurso, falta de pessoal.

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – É, é verdade.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Mas isso não impede as ações administrativas e fiscalizadoras de todos os lados; mas, no caso dela, pior ainda – no caso da agência e do DNPM –, porque ela que se manteve operacionalizando toda essa fiscalização esses anos todos, com todos esses vícios de comportamento, suspeitas de todo... Ela continuou operando, e continua agora.

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não seria caso de o TCU adotar um procedimento – que aí eu discuto até, a sugestão que eu faço – de que ela não funcione com essa finalidade enquanto não tiver com a plena capacidade de fazê-lo?

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Seria um caminho a finalidade de fiscalizar a segurança de barragens de rejeito.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sim, mas ela fiscaliza precariamente, com vícios de corrupção. Não há uma maneira, como drenar isso, acabar com isso?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E outra coisa, eu complemento aqui a Presidente, Uriel. Hoje, por exemplo, a agência tem boa parte dos recursos retidos. Se ela é a segunda nessa questão da possibilidade de corrupção mais fragilizada, se esse dinheiro todo que fica retido no Governo fosse para a agência, nós estaríamos podendo potencializar essa questão sobre a corrupção e a falta de controle e comportamento.

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Perfeito. A maneira como o recurso é aplicado é que vai ser determinante para que isso elimine, mitigue pelo menos, essa vulnerabilidade que a agência tem em relação à sua exposição à fraude e à corrupção. Então, se esse dinheiro, uma vez ele não sendo mais contingenciado, chegando, de fato, à agência, ele sendo bem aplicado na capacitação de pessoas, em programas de integridade, reforço da auditoria interna, porque até recentemente, eu não sei agora, mas até poucas semanas, havia um servidor na auditoria interna... Então, esse dinheiro sendo direcionado para essa estrutura, estrutura de governança, de fortalecimento do processo de tomada de decisão, transparência, aí, sim. Agora, se o dinheiro for para comprar equipamento, comprar sistema, vai ser útil?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Vai, mas de fato não vai entrar nesse aspecto da vulnerabilidade à fraude e à corrupção. De fato, o direcionamento desse recurso é muito relevante para que ela se estruture.

Agora, já nesse caminho que eu tracei no TCU, já pude fiscalizar outras agências, como a Aneel, a Anatel, a ANTT, a Antaq, que são agências que têm limitações de recursos humanos, sim, mas não há como comparar com a situação da ANM, que tem, por exemplo, apenas oito servidores capacitados em fiscalizar a segurança de barragens. Oito, e agora mais cinco entraram e estão sendo treinados.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – No Brasil todo?

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – No Brasil todo.

Em 2016 fomos à regional do DNPM em Minas Gerais. Havia uma pesquisa feita pela autarquia para avaliar quantos servidores seriam necessários em Belo Horizonte, na regional do DNPM de lá, e o fato é que eram necessários 384 servidores, e havia apenas 20% disso. Temos uma situação de fato crítica: 37% dos servidores da agência estão hoje já recebendo abono de permanência, ou seja, eles já têm condições de se aposentarem, se assim quiserem, 37%; 42% dos cargos de especialistas em recursos minerais estão preenchidos; 20% dos cargos de técnicos em atividade de mineração estão preenchidos. Então são números que, mesmo quando comparados com outras agências que também passam por limitações graves de recursos humanos e financeiros, orçamentários, é uma instituição que está num nível muito precário, que realmente chama a atenção pelo abandono. E isso prejudica dramaticamente a sua atuação como órgão responsável pela fiscalização de barragem de rejeito.

Difícil vislumbrar um caminho num cenário de contenção de recursos públicos, mas esse é o cenário que temos hoje, apontado em vários relatórios, como V. Exa. bem apontou. Realmente vários trabalhos, o tribunal tem chamado a atenção do Governo Federal, das Casas Legislativas, desde 2011, sobre essa questão, mas é claro que não... Enfim, não é algo fácil de resolver de fato.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Tudo bem, Presidente. *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Há algum relatório disponível, Sr. Uriel, sobre as últimas reuniões entre a ANM e o TCU, que possa ser disponibilizado, sobre sugestões de funcionamento, serem detectados visíveis atos de corrupção? Há algum relatório disponível para esta Comissão?

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Não, por enquanto, não.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – É só o diagnóstico?

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – O que temos é um diagnóstico baseado em vulnerabilidade à fraude e à corrupção. Então, foram vistos aspectos como a ausência de programas de integridade,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

programas que evitem o nepotismo, problema de falta de transparência, falhas nos processos de tomada de decisão. Isso foi visto.

Indo mais para aspectos concretos, estamos concluindo nos próximos dias, Presidente, um trabalho que tem como foco analisar a regularidade dos atos da agência no cumprimento de normas, leis e procedimentos em relação à segurança de barragem especificamente para o desastre, a tragédia ocorrida em Brumadinho. Isso vai ficar pronto nos próximos dias e vai ser submetido à Ministra Relatora, Ministra Ana Arraes e, em seguida, ao Plenário do TCU. Mas certamente é um trabalho que pode ser submetido ao conhecimento da Comissão antes mesmo da apreciação pelo tribunal.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Dr. Uriel, na última reunião, nós falamos sobre a questão de sugerir que a CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais) fosse agregada à Agência Nacional de Mineração. O TCU evoluiu nisso em algum ponto?

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Bom, fizemos discussões internas não conclusivas em razão da complexidade de uma... Seria algo como uma fusão. Claro, não seria a competência do TCU, mas o fato é que a CPRM tem uma miríade, uma quantidade muito ampla de outras competências, e esta é uma avaliação que precisa ser feita: qual é o risco que se corre ao juntarem-se essas duas instituições e eventualmente algo preponderar em detrimento de outras competências relevantes da CPRM. Essa é uma avaliação que talvez possa ser feita em uma discussão como esta, mas, de fato, não há. Em virtude de não haver acontecido uma fiscalização com esse propósito por parte do TCU, nós não...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Isso teria de ser iniciativa do Executivo ou nós poderíamos, por lei, por exemplo, redefinir as competências da ANM para facilitar essa fusão?

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Isso poderia ser por legislação.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Eu creio que isso é mais de origem do Executivo, do Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – O Presidente da República tem, nas suas atribuições, fazer... Pode ser um estudo demandado por V. Exa. que possa ser dirigido ao Presidente da República, conforme, se não me engano, exatamente o art. 84, inciso VI, que fala dessas competências.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, no relatório, a gente pode deliberar sobre isso...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Com certeza, com certeza.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... ao Presidente.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu queria fazer uma pergunta final que me foi sugerida aqui pela assessoria. A inteligência artificial – nós estamos vendo tanta coisa no presente e pode vir no futuro... Há um estudo dessa natureza para substituir os auditores, por exemplo, na fiscalização – vários auditores – de barragem? Há estudo em andamento? Eu gostaria de saber se esse modelo de auditores de empresa terceirizada poderão simplesmente ser dispensados e substituídos por outros mecanismos que não esses em que nós temos esse diagnóstico desfavorável pela cumplicidade de ações.

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Perfeito.

Presidente, em razão das restrições fiscais que teremos nos próximos anos, esse é um caminho que me parece promissor. O advento do 5G, a licitação que deve acontecer no Brasil, uma nova tecnologia para telecomunicações, a partir do ano que vem, vai dar um salto nas comunicações interpessoais, mas também vai fazer emergir a chamada internet das coisas, ou seja, piezômetros e outros tantos equipamentos utilizados para medições de pressão e outras características de barragens podem, sim, passar a comunicar-se diretamente com a agência reguladora, sem nenhuma intermediação. Não sei dizer em quanto tempo, mas me parece que é um caminho que solucionaria, não sei, novamente, em quanto tempo. Não sei se o Dr. Fernando tem também alguma ponderação, mas, de fato, é um caminho que traz um otimismo. De fato, não sei quanto tempo levaríamos para chegarmos a esse ponto, até porque demandaria da agência reguladora também uma estrutura de TI, uma estrutura informatizada para receber essas informações e agir sobre esses dados que vão ser recebidos de centenas de empreendimentos.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Nós estamos sonhando aqui, porque sonhar é permitido, não custa nada, já que não houve nem compartilhamento de informações entre técnicos para evitar essa tragédia toda que está aí.

Eu quero agradecer a sua presença e dizer da importância que ela tem para que nós possamos, em parceria – legislação, tribunal –, formar uma frente deliberada mesmo a coibir as administrações específicas sobre investimento no País sem fiscalizações rígidas que possam manter a integridade dos interesses do povo brasileiro. Eu agradeço a V. Exa.

O SR. URIEL DE ALMEIDA PAPA – Obrigado, Excelência.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Nós temos a palavra com o Sr. Fernando Gabriel da Silva Araújo. Como ele vai falar sobre, me parece, o que poderia ser feito em relação às barragens...

(Intervenção fora do microfone.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Ah! O senhor já falou?

O SR. FERNANDO GABRIEL DA SILVA ARAÚJO – Já, já.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu que sou ausente. Me perdoe. Quando eu ouço falar em Gabriel, eu lembro do meu filho Gabriel e vou embolando tudo.

Mas eu quero agradecer. Vamos dar por encerrada a reunião, porque temos que comparecer à reunião de Líderes. Eu gostaria, mais uma vez, de pedir aos senhores, inclusive ao Sr. Fernando – me desculpe, por favor –, que nos deem subsídios para que possamos formalizar algumas questões de proposta legislativa ou mesmo de andamento, como essa que o Senador poderá fazer nos termos constitucionais, sugerindo ao Governo, seja esse ou qualquer outro, que atitudes sejam tomadas para formatar uma nova estrutura que funcione melhor do que a que vem funcionando até agora.

Agradeço a todos.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 13 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 54 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO DA CPI DE BRUMADINHO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às treze horas e trinta e um minutos do dia dezoito de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Rose de Freitas e Jorge Kajuru, reúne-se a CPI de Brumadinho com a presença dos Senadores Antonio Anastasia, Juíza Selma, Jean Paul Prates, Wellington Fagundes, Carlos Viana, Angelo Coronel, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Flávio Arns, Paulo Paim, Zenaide Maia, Marcos do Val, Chico Rodrigues e Jayme Campos. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Jader Barbalho, Randolfe Rodrigues e Jaques Wagner. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** Realizar Audiência Pública com os convidados dos Requerimentos nº 44 e 48/2019-CPIBRUM. **Participantes:** Sr. Wilson Nélio Brumer, Presidente do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Mineração - IBRAM. Sra. Lilia Sant'Agostino, Secretária Adjunta de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério das Minas e Energia. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Rose de Freitas

Presidente da CPI de Brumadinho

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/06/18>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Senhoras e senhores, brasileiros e brasileiras, Pátria amada, 18 de junho de 2019. Peço desculpas à sociedade por meia hora de atraso, nunca por culpa do Relator, exímio Senador mineiro, Carlos Viana, tampouco por mim. Eu sou disciplinado, sou o primeiro a chegar e cumpro tudo. E a terça-feira sempre é difícil em função de várias Comissões de que participamos, de que somos titulares, e especialmente no dia de hoje, em que há uma votação importante no Plenário, daqui a pouco, sobre o porte e a posse de armas.

Bom, espero que compreendam esse atraso.

Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 21, de 2019, para apurar as causas do rompimento da barragem na Mina Córrego do Feijão da empresa de mineração Vale, em Brumadinho e também em outras barragens.

Antes de darmos início à audiência pública desta terça-feira, coloco em votação a Ata da 13ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura. Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

Conforme a convocação ou o convite, a presente reunião é destinada à audiência pública – no caso, a palavra cabível é o convite –, com os seguintes convidados: o Sr. Wilson Nélio Brumer, nome reconhecido em Minas Gerais, e muito bem reconhecido, Presidente do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); também a Sra. Lília Sant’Agostino, de reputação ilibada, do mesmo modo, Secretária Adjunta de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério das Minas e Energia.

Solicito, para dar início aos questionamentos do Relator Carlos Viana, à Secretaria que conduza o casal à Mesa – casal no sentido de que é um homem e uma mulher, que fique bem claro! A dupla! O prazer é nosso. O Senador Carlos Viana está agradecendo o convite.

Todos nós aqui aguardamos a presença de outros membros – são 11 membros desta CPI de Brumadinho –, mas como o Kajuru é deste jeito e não vai mudar mesmo, acho que até em outra vida eu vou ser assim, eu vou continuar reclamando da ausência de integrantes desta CPI. Isso gera algo no ar, eu entendo, mas o Senador Antonio Anastasia esteve aqui, inclusive me apresentou o Dr. Wilson Nélio. Ele voltou lá para a CCJ, onde há reunião deliberativa agora. Portanto, ele justificou a ausência. Daqui a pouco, vai chegar a Presidente desta Comissão, a Senadora Rose, que também está lá, na CCJ.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como sempre, iniciamos os trabalhos com os questionamentos importantes. O Senador já está com o relatório pronto. Esta será a nossa última reunião. Na semana que vem, já será protocolado o relatório, e aí esperamos, Relator, que, no dia da leitura do relatório, tenhamos aqui a presença, e não a ausência, de Senadores, porque se Senadores que compõem esta CPI faltarem no dia da leitura do relatório, quando se exige a presença de seis Senadores para a aprovação – estou certo? –, se isso acontecer, aí realmente o Brasil vai interpretar muito mal, porque a gente já sabe da dificuldade com a imprensa, pois a empresa assassina, Vale, é capaz de comprar tudo e todos.

A imprensa, por exemplo, com exceção de alguns grandes jornais do Rio e de São Paulo, e na televisão, com a exceção justa que seja feita aqui à rede Record de televisão, ninguém mais faz cobertura dessa importante CPI, que terminará, eu tenho certeza, de forma gloriosa, no sentido do esforço, do trabalho daqueles que participaram dela, em especial a quem convido para iniciar a reunião, o Senador mineiro Carlos Viana, como Relator.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Como Relator.) – Meu boa tarde a todas as presentes, a todos os presentes. Meu agradecimento ao Senador Kajuru, que está sempre aqui dirigente. É um bom companheiro, estamos sempre conversando muito, temos uma visão muito próxima do Parlamento, daqueles que vieram do outro lado, trabalharam a vida toda como homens de notícias, como profissionais da imprensa, e, muitas vezes, a nossa angústia é de que a população esteja distante ou não seja informada da maneira correta do que acontece aqui. Tomamos decisões que modificam, podem melhorar ou piorar a vida de milhões de pessoas, e, muitas vezes, nós sentimos uma distância que gostaríamos de vencer e de colaborar para que a população estivesse mais perto, que pudesse participar mais, inclusive, até cobrar mais dos seus representantes esse posicionamento.

Nós estamos caminhando hoje para a nossa última audiência, nossa última reunião de uma CPI em que eu preciso agradecer muito aos colaboradores. Eu sempre digo aqui que foi fundamental o trabalho da força-tarefa, em Minas Gerais, tanto do Ministério Público quanto do Ministério Público Federal, parceiros: a Dra. Andressa Lanchotti, o nosso Procurador Tonet, sempre muito próximos e colaborando com todas as possibilidades de provas.

Quero agradecer e dar os parabéns, mais uma vez, à Polícia Federal, no trabalho que fez, de uma maneira espetacular. As investigações mostraram um padrão, Kajuru, de qualidade na investigação que é impressionante. Eu já tive oportunidades de acompanhar, quando no exterior, determinadas investigações e relatórios, por exemplo, do FBI; nossa Polícia Federal não deixa a desejar, em absoluto, a nenhum desses organismos internacionais de investigação.

Também a própria Agência Nacional de Mineração, que, mesmo em momento muito difícil com a questão de receitas e pessoal, colocou à disposição um técnico que nos acompanhou em todas as oportunidades. Nas questões técnicas, foi fundamental na elaboração de questionamentos e também de propostas que serão colocadas no relatório.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Preciso agradecer aqui também ao Tribunal de Contas da União, que criou um grupo de trabalho que já vinha atuando na questão da mineração, da reorganização da Agência Nacional de Mineração. Esse grupo de trabalho tem sido fundamental conosco na colaboração por parte do Governo Federal em nos apresentar números e sugestões, inclusive sobre a legislação na questão tributária.

Agradeço à Receita Federal, que também disponibilizou relatórios, especialmente na questão dos acordos que foram feitos no envio de dinheiro para o exterior, ou de minério que era revendido lá fora, no subfaturamento, o chamado *transfer price*. A Receita nos disponibilizou também uma série de informações sobre esse assunto.

E diversos organismos independentes, tanto internacionais quanto nacionais, colaboraram.

E a nossa ideia hoje é fecharmos com as experiências que nós temos do setor, pelo Ibram, com o Sr. Brumer, que é um dos nomes mais respeitados na área da mineração, e também com a Sra. Sant'Agostino, que é hoje um dos nomes mais respeitados no âmbito do Ministério das Minas e Energia, na questão da mineração.

Foi indicada, inclusive, para a ANM, no ano passado. Acabou não sendo colocado e testado, aqui no Senado, o seu nome, mas há uma colaboração muito grande que a senhora, no futuro, poderá nos dar nesse setor. E, no cargo em que está, vai nos ajudar muito pelo Ministério.

Sejam bem-vindos. Meu muito obrigado aos dois.

Kajuru, se você quiser ir... Está lá com a questão da...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não, pode ficar tranquilo. É porque, para abrir a reunião, é necessário que haja, pelo menos, dois Senadores. O Relator sempre está aqui e eu sempre estou para presidir.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Você quer começar?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Fique à vontade.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pode começar a perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pode começar o Relator. Obedecendo o Regimento, o Relator é quem começa.

Eu vou esperando aqui a nossa Presidente Rose de Freitas, até que eu tenha que subir à tribuna, pois serei o primeiro a fazer uso dela sobre a votação importante de hoje do projeto de posse e porte de armas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fique à vontade, Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito obrigado.

Eu vou abrir a palavra aqui ao Sr. Wilson Brumer.

Tenho aqui o currículo dele: graduado em Administração pela Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis de Belo Horizonte; Diretor da, na época, Vale do Rio Doce, de 1990 a 1992, quando a empresa era estatal; Secretário de Desenvolvimento Econômico de Minas, de 2003 a 2007, um dos mais profícuos, inclusive; Presidente da Acesita, de 1992 a 1998; Presidente do Conselho de Política Industrial da Fiemg, de 1994 a 1999; Presidente da Companhia Siderúrgica de Tubarão, de 1996 a 1998; atual Presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) a partir de abril deste ano, que é hoje um dos institutos que mais discute o futuro da mineração.

Sr. Wilson, boa tarde. As suas considerações iniciais, por favor.

O SR. WILSON NÉLIO BRUMER (Para exposição de convidado.) – Boa tarde a todos.

Eu queria inicialmente saudar o Senador Jorge Kajuru, o Senador Carlos Viana, os senhores e as senhoras aqui presentes, e agradecer, de uma maneira muito especial, a oportunidade que o Ibram tem de apresentar para os senhores e as senhoras algumas ideias, algumas sugestões em relação ao futuro da mineração, o que nós vemos em função dos fatos recentes que aconteceram e que certamente machucaram, de uma maneira bastante forte, todos nós, como cidadãos e cidadãs brasileiros. E queria agradecer a presença da Secretária, que tem sido também uma parceira importantíssima. Certamente, de mãos dadas, a gente tem que construir realmente um novo pensar sobre um setor tão importante da mineração.

Se me permitem os dois Senadores, eu queria começar essa minha fala, Senadores, dizendo que, como Presidente do Conselho do Ibram, cargo que ocupo há cerca de 60 dias, nós temos que lamentar profundamente, aí sim como Ibram, o que aconteceu, seja sob o ponto de vista de vidas que se perderam, seja sob o ponto de vista econômico, social, de impactos ambientais, enfim, todo o processo que os senhores certamente, nesses últimos meses em que se debruçaram sobre o tema, perceberam.

Eu queria dizer, Srs. Senadores, que, francamente falando, não são episódios para serem esquecidos. Não poderia ser diferente, como Ibram, a gente defende a revisão da gestão e do manejo de rejeitos do setor mineral, com o objetivo de adotar mais transparência, novas práticas e novos patamares de desempenho para o setor.

Certamente os senhores sabem muito bem que é um setor cujo ciclo é muito longo; entre a própria pesquisa até chegar ao fechamento ou à exaustão das minas, demoram, às vezes, décadas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entendemos, como Ibram, que o foco do setor deve ser a garantia da segurança operacional, e aí entenda-se segurança operacional para todas as pessoas, sejam trabalhadores, seja a comunidade na qual o setor está inserido.

E o Ibram apoia fortemente que todas as investigações, em todos os níveis, devem ser feitas, até porque entendemos, Srs. Senadores, que, das investigações, certamente vai aparecer muito o que aprender, o que modificar, o que melhorar. Então, não poderia ser diferente o nosso posicionamento.

Nós entendemos também, como Ibram, que temos um enorme desafio pela frente – e a Secretária certamente na sua fala vai comentar esse termo –: nós temos que fazer com que a sociedade volte a acreditar no setor mineral. Para isso, é necessário, eu falo isso com toda franqueza, que a gente tenha humildade para ouvir, que a gente procure aproximar a mineração mais da sociedade na qual nós estamos inseridos, aprimorando muito, muito mesmo, a nossa comunicação. Esse é um dos pontos que eu entendo e estou falando aqui com dois Senadores que são oriundos do setor e que carregaram isso. Nós precisamos melhorar muito essa comunicação com a comunidade.

E precisamos – esse é um tema que estamos, nesses 60 dias, trabalhando fortemente no Ibram – trazer mais a cadeia produtiva para essa discussão. A cadeia produtiva do segmento de mineração é muito longa. Nós estamos falando do fornecedor, seja ele prestador de serviço, fornecedor de um pequeno equipamento ou tecnologia, etc., até o cliente da própria mineração. Certamente o que aconteceu foi com um segmento da mineração – no caso específico, uma empresa de ferro –, mas todos os senhores sabem que a mineração é muito ampla. Nós temos vários segmentos da mineração. Então, temos que, cada vez mais, trazer a cadeia produtiva como um todo.

Eu, como o senhor falou, não poderia, neste momento, deixar de, como setor, agradecer fortemente o papel que foi desempenhado por voluntários, pela Polícia Civil, pela Polícia Militar, pelo Corpo de Bombeiros, enfim, por uma série de pessoas que, principalmente em função de Brumadinho, tiveram um desprendimento, um trabalho digno de elogio por todos nós como brasileiros.

Certamente a indústria de mineração é um agente econômico relevante para o presente e o futuro do nosso País e deve se colocar claramente à disposição da sociedade para receber contribuições. Eu acho que o setor não pode se fechar em si mesmo. Nós temos que nos abrir e ouvir contribuições da sociedade – daí a minha colocação em relação à comunicação – que conduzam a um novo patamar de sustentabilidade, no sentido amplo da palavra, e mais segurança certamente em atuação.

Foi comentado aqui pelo senhor, Senador Carlos Viana, o apoio que o senhor teve da Agência Nacional de Mineração. E nós temos que dar muita força à Agência Nacional de Mineração, nessa fase de transição, de aprimoramento por que ela está passando.

Certamente é de conhecimento dos senhores, mas eu acho que eu não poderia deixar de mencionar o fato de que nós temos hoje, no Brasil, 9,4 mil empresas mineradoras, das quais, por





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

critérios técnicos que a gente usa, 154 são consideradas grandes empresas, isso significa apenas 2% dessas 9,4 mil empresas; 1.037 são médias empresas; 2,8 mil, pequenas empresas; e 5,4 mil empresas são microempresas.

E aqui também se apresenta um enorme desafio: como a gente pode fazer com que as micro virem pequenas, e amanhã as pequenas virem médias, e as médias virem grandes, e assim por diante. Então, é um trabalho muito grande que nós temos que fazer no sentido de desenvolver o setor.

E aqui me permitam, Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores, Secretária, eu tenho um tema que eu pessoalmente, na vida profissional, tenho debatido muito e não podia perder a oportunidade de colocar esse tema também aqui para um conhecimento e um ponto de reflexão de todos: o Brasil ainda não conhece o seu potencial geológico. Nós precisamos fortemente retomar os investimentos em pesquisa mineral no Brasil. Pode parecer que isso não tenha muito a ver com o tema que nós estamos discutindo, mas, a meu ver, tem sim, até porque a mineração de hoje, se nós não fizermos nada, vai entrar num processo de exaustão e, se nós não tivermos novas pesquisas, novas fontes, inclusive alternativas, lembrando até alguns fatos importantes...

A sociedade, na verdade, não conhece muito bem o que é mineração. Essa é a grande verdade. Muitas vezes, a gente não sabe que no automóvel há mineração, nestes óculos aqui há mineração, no computador há mineração e assim por diante. E, nesse contexto, nós estamos vendo, por exemplo, algumas coisas que certamente os senhores ouviram quando se fala por exemplo em terras raras. É um termo bonito, mas hoje a China domina 95% desse mercado de terras raras, e o Brasil pouco pesquisou em relação ao seu potencial nesse sentido. E as terras raras certamente estão ligadas ao desenvolvimento da tecnologia, ao desenvolvimento de novos produtos. Então, esse é um ponto de muita reflexão que nós temos que fazer no Brasil de como retomar a Geologia no Brasil, como fazer com que os geólogos que estão se formando vejam na Geologia um novo desafio, um novo pensar.

Certamente, Srs. Senadores, senhoras e senhores, temos enormes oportunidades para aperfeiçoar o licenciamento ambiental. Nesse ponto, eu queria colocar, se me permitem, duas sugestões. A meu ver, o melhor caminho, no conceito do Ibram, para compatibilização da legislação minerária e ambiental é a criação do sistema de licenciamento ambiental específico para a atividade mineral. Pode parecer uma novidade, mas esse modelo já existe para os setores de petróleo, de gás, de energia elétrica, todos eles de concessão pública, como é a mineração. E seria importante que, nessa discussão, levássemos em conta que existem diversas formas de mineração. Os senhores sabem muito bem que, quando falamos de mineração, estamos falando de ferro, mas estamos falando de ouro, manganês, bauxita e tantos outros minerais. Então, eu acho que essa forma de uma certa padronização pode contribuir muito, a meu ver, para o desenvolvimento.

Outro ponto é gestão de resíduos. Certamente o que aconteceu nos mostra um grande desafio, que é como fazer com que reduzamos a geração de resíduos – e aí temos que falar muito em tecnologia





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e novos conceitos, os resíduos hoje existentes –, mas, da mesma forma, como fazer com que esses resíduos sejam utilizados sob o ponto de vista inclusive econômico, para que simplesmente não saiam de uma barragem e vão para outro lugar sem um uso econômico.

E aqui, se me permitem, uma experiência da minha vida profissional... Como o senhor antes viu, eu passei pelo setor siderúrgico. E, no setor siderúrgico, alguns anos atrás, era um grande problema a chamada escória de alto-forno. Aquilo formava montanhas dentro das usinas, até que, com o desenvolvimento tecnológico, etc., hoje todo essa chamada escória – cujo nome até não é muito bonito, não é? – é utilizada no segmento de cimento. Então, nós temos aí um grande desafio não só com a guarda desses rejeitos, mas de como transformar esses rejeitos em alguma coisa que realmente crie produtos. E aí, de novo, nós vamos precisar de muita tecnologia. Não existe uma solução; será um conjunto de soluções.

E a gente sabe que também os resíduos... Nós estamos falando, de novo, por termos vários tipos de mineração, o resíduo de uma rocha ornamental é diferente de um minério; o resíduo de ouro é diferente de minério, que é diferente de níquel, que é diferente de zinco e assim por diante.

Um ponto que eu acho, Srs. Senadores, que é pouco falado no Brasil – e que, como o Ibram, também defendemos – é que nós precisamos concluir da atividade mineral como fechar uma mina após a sua exaustão. E, como nós estamos falando de um longo período entre a geologia, a atividade mineral e a conclusão da atividade mineral, nós estamos falando às vezes de décadas. Então, é preciso que haja muito planejamento. E certamente o que nós estamos discutindo hoje não necessariamente é o que as próximas gerações querem de nós. Mas o tema fechamento de mina após a exaustão eu acho que é um tema em que a gente está ainda engatinhando no Brasil. E precisamos avançar muito em relação, a meu ver – não sei se a Secretária concorda –, a este tema. E é um tema muito complexo mesmo.

E aqui entra um outro tema, Srs. Senadores, que é – e eu já cansei de ouvir muitas vezes – o próprio desenvolvimento regional. O senhor estava me dizendo um pouco antes que o senhor visitou vários Municípios no Estado. É muito comum a gente ouvir às vezes: "O que fazer após o fechamento ou a conclusão de uma atividade mineral?". Eu defendo que essa discussão tem que existir enquanto existe atividade mineral, porque, depois que a atividade...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*)
– O senhor me desculpe. Eu já levei uma bronca aqui hoje...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WILSON NÉLIO BRUMER – Isso.

Posso continuar?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, então, o que eu defendo sempre é que essa discussão deve acontecer enquanto existe atividade mineral, porque, depois que acaba a atividade mineral... O senhor sabe bem que, no nosso País, a dependência às vezes dos Municípios em relação a uma atividade específica é muito grande e não poderia ser diferente no caso da mineração. E, como a atividade mineral é diferente às vezes de uma indústria, se entrar num processo de exaustão e aí se começar a discussão sobre o que fazer, eu acho que aí talvez já seja um pouco tarde. Então, eu defendo que essa discussão aconteça durante o período em que existe a atividade econômica no Município.

E para impulsionar a gestão de resíduos de mineração, conforme nós estávamos falando, é necessário aí um enorme investimento em novas rotas tecnológicas. Já existem alguns movimentos: "Ah, vamos fazer alguma coisa ligada à construção civil, à pavimentação", enfim, já existe alguma coisa.

Mas só para os senhores terem uma ideia, Senador, só em Minas Gerais, de rejeitos de mineração por ano, é gerada alguma coisa próxima a 500 milhões de toneladas. Então, nós precisamos realmente encontrar soluções. Certamente não é uma solução só, serão várias soluções.

E precisamos criar formas, a meu ver, de incentivo. Quando eu falo incentivo aqui, por favor não leiam incentivo no conceito fiscal, nada disso. Nós precisamos incentivar, ou promover, vamos chamar assim – talvez seja melhor a palavra promoção do que incentivo –, no sentido de utilizarmos mais os rejeitos, fazendo com que a própria autorização da utilização desses rejeitos, sob o ponto de vista ambiental, seja mais rápida, mais ágil, etc. Que a gente motive muito a pesquisa tecnológica em relação a isso.

Barragens: outro tema que certamente os senhores discutiram muito nesses últimos meses. Certamente o que aconteceu com a ruptura das barragens, tanto da Samarco quanto, mais recentemente, lá em Brumadinho, foi um divisor de água no setor de mineração. E isso colocou em alerta toda uma comunidade, seja de engenheiros, projetistas, construtores, operadores de barragens, e o próprio setor mineral. Apesar de ter acontecido em duas empresas mineradoras, no caso a Samarco e a Vale, os impactos desses episódios – e a gente tem mantido contato com vários segmentos – deixaram lições para o setor de mineração não só no Brasil, mas também fora do Brasil. Nós tivemos que começar um processo – e isso é um papel que o Ibram cada vez vai mais desempenhar – de troca de experiências nacionais e internacionais. Nós também temos coisas positivas a oferecer, como temos muito também a aprender. Temos que ter, como eu disse no início, a humildade de escutar.

E o resultado mais palpável que a gente pode talvez já dizer aos senhores aqui hoje é que as empresas, de uma maneira geral, já estão revendo seus processos, vendo formas de melhorar as seguranças operacionais. Tenho casos lá no Ibram de empresas, inclusive, que paralisaram as suas atividades depois do que aconteceu para rever tudo o que estavam fazendo, se estavam agindo de forma correta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu disse aos senhores e gostaria novamente de enfatizar aqui o problema do desenvolvimento local. Eu tenho mantido já, nesses últimos 60 dias, contato com a associação mineira de produtores de mineração – e em nível nacional também, porque mineração não está só em Minas Gerais. Quando nós falamos do setor mineração hoje, isso envolve Minas Gerais, com efeitos nos Espírito Santo muito fortes, o Estado do Pará... O Rio Grande do Sul também tem mineração. O Centro-Oeste está crescendo em mineração. Então, o papel do Ibram, inclusive, vai se expandir mais em relação a esses segmentos, até para que a gente possa fazer realmente com que o Ibram possa ser um parceiro do crescimento dessa atividade.

E aí, Srs. Senadores, Sra. Senadora, senhores e senhoras, temos também um outro desafio que talvez seja pouco falado. No Brasil, de uma maneira geral, esse é um tema: a qualificação da mão de obra e do profissional futuro da mineração. Se nós estamos falando de novas práticas, novas tecnologias, etc., nós precisamos também fortemente discutir a qualificação desse novo parceiro, vamos chamar assim, que vai trabalhar na mineração. É um setor que emprega muitas pessoas, sim.

Em 2018, o setor propriamente dito empregava cerca de 200 mil pessoas e, de acordo com critérios que a Agência Nacional usa, nós estamos falando de cerca de dois milhões de empregos gerados na cadeia produtiva como um todo.

Enfim, Senador, eu tentei ser bem rápido, porque me disseram que o prazo era curto dessa apresentação, mas certamente vou me colocar à disposição para as dúvidas e perguntas que o senhor e a senhora têm, e os demais.

Mas eu resumiria da seguinte forma essa apresentação que procurei fazer e que ficará à disposição dos senhores, se tiverem interesse, com mais detalhes: é uma provocação da necessidade de um maior conhecimento geológico no nosso País; oportunidade para a gente aperfeiçoar o licenciamento ambiental; um grande trabalho na gestão de resíduos; uma oportunidade para impulsionar a forma de gerir esses resíduos e fazer disso produtos; como trabalhar de forma planejada a exaustão de uma atividade mineral e o fechamento de uma mina? O senhor sabe que, se percorrermos regiões mineradas, podemos ver minas abandonadas, sem o fechamento adequado. Não é isso? Certamente a mineração como um vetor de desenvolvimento de comunidade local; e, nas barragens de rejeito, vemos o que temos de evolução.

Bom, nesses 60 dias, Sra. Senadora, Sr. Senador, o que já foi feito em termos desses desafios que eu queria colocar aqui para os senhores? Nós promovemos já um encontro com a presença do Ministro de Minas e Energia – a Secretária acho que estava presente também –, com os Governadores do Espírito Santo, de Minas Gerais, com o Ministro do Meio Ambiente para que trouxéssemos para a Mesa uma grande discussão sobre gestão de rejeitos e segurança de barragem. Nesse encontro que promovemos, havia mais ou menos 700 pessoas envolvidas, entre técnicos, prestadores de serviço, etc.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro encontro com fornecedores da tecnologia, de novas tecnologias. Eu mencionei muito para o senhor a aproximação maior da cadeia produtiva. Então, falamos sobre isso, mas temos que colocar isso em prática. Então, já promovemos o encontro dos fornecedores para que as empresas mineradoras possam ouvir desses fornecedores ideias, sugestões, desenvolvimentos a serem feitos, sejam em nível nacional, em nível internacional. Muitas coisas existem, muitas coisas precisam ser ainda melhoradas.

E a Secretária nos deu a honra de participar de um fechamento em que a gente incentivou muito, Sra. Senadora, Sr. Senador, a participação principalmente de jovens. Instalamos lá no Ibram, e já estamos indo para o segundo módulo, as chamadas *minehubs*, quer dizer, trazer a juventude e a academia para essa discussão. De novo, no conceito inicial que eu coloquei da melhor comunicação, nós não podemos deixar de trazer também *startups*, que podem nos oferecer aí muitas sugestões e muitos comentários para que possamos melhorar.

O setor contribui indiscutivelmente para boa parte do superávit da balança comercial. Temos que entender que ele é importante hoje num superávit de US\$60 bilhões. No ano passado, mais ou menos, o setor deve ter contribuído com uns 30%.

Mas, ao encerrar a minha apresentação, eu diria que nada disso, do ponto de vista econômico e das vantagens que o setor tem, pode ser em detrimento de maior segurança, de maior cuidado com a sociedade que nos cerca e com as pessoas que trabalham conosco. E gostaria de me colocar à disposição do senhor, da senhora, à disposição para as perguntas, de continuarmos esse diálogo, independentemente do relatório final que terá, para que a gente possa fazer realmente do setor de mineração um fator de desenvolvimento econômico e social do nosso País.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – O Sr. Relator tem perguntas?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não, ainda não, Excelência. Estávamos esperando a sua preciosa presença aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Eu quero pedir desculpas. Hoje a Casa emendou todas as Comissões, sabatinas e tudo para ser votado agora com a reunião de Líderes, com convocação de partidos, e evidentemente que a gente fica se apertando no calendário da Casa para continuar o trabalho desta CPI, que sabe que conta somente com as nossas presenças.

Eu queria saber se o senhor quer fazer as perguntas agora ou se eu posso fazer.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pode fazer, por favor!



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – O senhor foi amplamente elogiado por alguns Parlamentares de Minas, em especial o Senador Anastasia, não é, Senador Carlos? E, com a preocupação que esta CPI sempre teve com a produtividade do trabalho, que leva a conclusões – trabalho esse que está sob a égide do nosso Relator, uma pessoa séria, que eu conheci no exercício do mandato, muito capacitada, muito atenciosa e muito ciosa dos seus deveres –, eu queria fazer uma pergunta com base nas notícias que temos lido de que o Sr. Bruno Oberle, ex-Ministro de Estado do Meio Ambiente da Suíça, virá ao Brasil para verificar a situação das barragens de rejeito de mineração. E a intenção, Senador Carlos Viana, é criar normas internacionais para esse tipo de barragem.

O contexto de tudo isso chama a atenção extremamente: trata-se de uma iniciativa que envolve as Nações Unidas e investidores preocupados com as práticas éticas dos empreendimentos nos quais investem – e estamos falando do Brasil. Quer dizer, com a pressão – e a gente pensa que é só com a pressão – dos investidores, ou seja, a pressão do dinheiro, é que o setor mineral decidiu agir com maior empenho para garantir a situação das barragens. Tudo o que nós vimos, até então, não tem nada de parecido com o que nós estamos vendo aqui: a movimentação, as iniciativas, os próprios depoimentos colhidos aqui nesta CPI.

Eu pergunto a V. Sa.: tendo em vista essa mentalidade essencialmente econômica das mineradoras, podemos confiar que as medidas de segurança de barragem vão ser implementadas, ainda que elas impliquem maiores custos para o negócio – porque parece que foi na questão humana e técnica que a Vale esbarrou? Ainda que impliquem maiores custos para o negócio, o senhor acredita, afirma, trabalhará para que essas medidas sejam implementadas? Eu estou falando das medidas de segurança.

O SR. WILSON NÉLIO BRUMER (*Fora do microfone.*) – Posso responder?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Pois não. Não sei se quer que eu faça várias, Relator?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Melhor uma por uma.

O SR. WILSON NÉLIO BRUMER – Bom, Senadora, em relação ao Sr. Bruno, ele já esteve aqui no Brasil: ele esteve na semana passada e voltou no domingo. Isso realmente é um movimento que eu acho que nós temos que motivar e incentivar para que possamos trocar experiências e ver onde podemos aprender e eventualmente até também trocar informações, o que é positivo.

Eu diria à senhora que, como Ibram, não tenho dúvida de que custos em segurança, Senadora – eu vou falar talvez como um profissional que passou por várias áreas –, não são custos, são investimento, na minha opinião. Se nós analisarmos que vidas se perderam, valores foram destruídos, seja sob o ponto de vista econômico e social, as nossas empresas não podem ver na segurança este



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

fator como fator de custo, mas sim como investimento. E naquilo que depender do Ibram, Senadora, a senhora pode estar certa de que, naquilo que eu coloquei aqui, esse é o papel do Ibram, de motivar as empresas, até porque não haverá espaço para empresas que não se adequarem a essa nova realidade.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Até então, Sr. Wilson, não foi esse o tratamento dado a todo o procedimento de investimentos em barragem, em que parece que a relação custo-benefício ficou mais evidente do que a própria necessidade de humanizar a construção com técnicas incipientes nessas barragens, na construção de barragens, conforme nós vimos aqui e pelos depoimentos, até na questão da fiscalização, na questão da atualização, da fiscalização. É evidente que a gente tem essa preocupação de que tudo esteja sendo construído sob o momento que nós estamos vivendo, impactados pelas tragédias que aí estão.

Em abril último, a agência informou que interditou 56 barragens de rejeitos por não terem estabilidade. Então, nós estamos falando daquilo tudo que querem construir – não é, Senador Carlos? – para daqui a pouco; até então não foi assim o procedimento.

Quando se confrontam as medidas adotadas de auditoria, fiscalização, são inócuas, Dr. Wilson, inócuas, não se mostraram eficientes; os coordenadores, diretores, que nome tenham, não foram cuidadosos, não tiveram pertinência no trabalho em relação à questão da acuidade humana, ambiental e tudo o mais. Então, quando vem alguém renomado de fora – e o senhor disse que ele já esteve, e aí possivelmente eu não estava atenta –, apenas a vinda dele é motivação. E, em relação a essa construção dessa legislação internacional, a minha preocupação é de que tudo isso seja esquecido e colocado numa gaveta.

O SR. WILSON NÉLIO BRUMER – Senadora, eu comecei a minha apresentação aqui dizendo – inclusive acho que o Senador lembra dessa parte,...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Eu estava ouvindo!

O SR. WILSON NÉLIO BRUMER – ... eu comecei a minha apresentação dizendo que o que aconteceu não pode ser esquecido, pegando um pouco a frase que a senhora acabou de colocar.

Então, eu acho que nós, como instituto, ao qual queremos agora dar também uma nova dinâmica, temos, sim, que contribuir para o desenvolvimento, para trazer novas tecnologias e eventualmente, Senadora, até mudanças de mentalidade, se for necessário. Acho que o papel do Ibram agora para um setor de mineração, que é um setor hoje que a senhora sabe muito bem, em função até do que aconteceu com uma grande empresa de mineração, que tem efeitos no setor como um todo... Quando a gente fala hoje do setor de mineração, a gente, de uma certa maneira, a sociedade brasileira entende como se fosse tudo uma mesma coisa, não é isso? Então, eu não tenho dúvidas em afirmar para a senhora que o que aconteceu tem que ser um enorme ponto de reflexão das empresas. E volto a insistir,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

se tivermos ainda empresas que considerem segurança como custo, é um erro de estratégia enorme. Não acredito que a empresa, sob o ponto de vista estratégico, poderia considerar isso.

E acho que fica claro, Sra. Senadora, quando os próprios investidores hoje... A senhora mencionou o tema "investidores". Hoje, o investidor também é cobrado em que empresa ele está investindo, se ele está investindo numa empresa que não tem cuidado com as pessoas que estão em torno dela, se não está preocupado com a comunidade na qual atua. O próprio investidor hoje também está mudando um pouco a sua filosofia.

Então, eu acho que é um trabalho enorme, Senadora. Eu sou muito franco nas minhas colocações. Nós não vamos mudar, em termos de percepção da mineração, para a sociedade, do dia para noite, mas eu acho que nós temos um trabalho enorme, com muita convicção. Nós não somos gestores das empresas, mas, como instituto, nós estaremos propagando o tempo todo e motivando as empresas associadas ao instituto a que, cada vez mais, considerem segurança, considerem desenvolvimento e tecnologia, cuidados com barragem ou outras formas de atuação. A gente fala muito de mineração a seco, Senador, mas que também tem lá seus problemas. Eu mencionei aqui o exemplo para o senhor do volume que isso vai gerar. Então, nós temos que ter "n" cuidados adicionais que só a tecnologia e muito conhecimento vão nos trazer.

Então, Senadora, eu não posso falar pelas empresas, mas, como alguém que passou pelo setor, eu acho – acho, não –, tenho convicção de que seria um erro de estratégia enorme. E acho que as empresas que não se cuidarem não terão nem como investir, porque os investidores foram afugentados.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Mas o povo, Sr. Wilson – esta é a base do relatório, que vai demonstrar não só as decisões que vão ser tomadas, tendo como referência tudo que ouvimos e vimos ser feito –, não aceitará construção de barragens nesse modelo em nenhum lugar do Brasil.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Acho que nem no mundo.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Eu falo do Brasil, porque o País veio depois das decisões que foram tomadas lá fora. Enquanto lá fora se tomaram as decisões de não haver barragens dessa natureza, imagino que aqui houve o alteamento de várias barragens.

Eu vejo que nós não estamos em lados opostos, mas o senhor tem que entender que há uma preocupação muito grande quando o senhor coloca assim: "Não, as empresas, as empresas..." As empresas até agora, mas não só as empresas, como também o próprio Governo, os setores de fiscalização, de monitoramento, tudo isso, para mim, está num saco só. Eu acredito que aqui se pode mudar tudo, desde que a lei, a fiscalização e a decisão sejam tomadas rigidamente por setores como o



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

seu, como o Governo, como as prefeituras, que são quem mais se interessa pelo investimento, sem cobrar o controle absoluto da técnica e da fiscalização, que é exercido na construção dessas barragens.

Por favor, Sr. Relator.

O SR. WILSON NÉLIO BRUMER – Como a senhora bem disse, nós não estamos em lados opostos. Ao contrário, estamos falando da mesma coisa. Eu acho – acho, não –, tenho convicção de que a sociedade não aceita mais esse tipo de coisa. Temos que ter... Certamente, durante as apresentações, os senhores tiveram informações técnicas da agência bastante fortes. A própria...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Desinformações, o senhor pode ter certeza. Houve um momento em que o nosso Relator ficou estupefato, porque um falava uma coisa, outro falava outra.

O SR. WILSON NÉLIO BRUMER – Está bem, mas, naquilo que depender do instituto, a senhora pode ter certeza de que serão informações.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para interpelar convidado.) – Eu vou fazer uma pergunta para o senhor.

O senhor já foi Secretário de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais entre 2003 e 2007.

Além de uma experiência como autogestor de grandes mineradoras, o senhor já trabalhou no Governo com o papel de garantir o desenvolvimento econômico de um Estado onde historicamente a mineração tem um papel muito forte. Tanto é que o senhor anunciou recentemente a mudança da sede do Ibram, de Brasília para Minas Gerais. Na ocasião, segundo reportagem do *Diário do Comércio*, o senhor afirmou: "Entendemos que faz muito mais sentido estar em Minas Gerais, próximo às empresas e também aos problemas que foram gerados pelo rompimento das barragens. Acreditamos que isso nos permitirá dar respostas mais rápidas também".

Vou colocar duas perguntas aqui, para que o senhor fique à vontade: o que efetivamente as empresas de mineração estão fazendo para dar uma resposta à sociedade que não seja unicamente um *lobby* em torno dos próprios interesses – ou seja: muda o Instituto para lá, porque tivemos um problema? O que os senhores estão fazendo – hoje, o Instituto –, para que a sociedade tenha uma resposta? Que papel as empresas de mineração esperam que seja desempenhado pelo Governo – e aqui eu gostaria muito da sua atenção – nas três esferas: federal, estadual e municipal, para garantir a segurança e a sustentabilidade da indústria da mineração? Porque os senhores têm os dois lados.

O SR. WILSON NÉLIO BRUMER – Sim.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Hoje, o que é que nós, o que é que as empresas esperam das autoridades que vão regular, no sentido de controlar, fiscalizar o setor, para que a gente possa contribuir no futuro?

O SR. WILSON NÉLIO BRUMER – Bom, primeiro, Senador, em relação ao primeiro ponto que o senhor colocou, logo que fui convidado e aceitei o desafio de presidir o Conselho Diretor – e queria também aproveitar para dizer para o senhor que acabamos de nomear hoje o Presidente executivo do Instituto, que é o Flávio Penido, que está ali presente; foi hoje de manhã que ele assumiu –, eu sugeri a todas as empresas que compõem o Conselho Diretor que a sede do Ibram fosse transferida para Belo Horizonte, não é? E as razões foram essas que o senhor mencionou.

Isso não quer dizer, em hipótese nenhuma, que nós estávamos saindo aqui de Brasília, até porque nós entendemos que aqui em Brasília nós temos a Agência Nacional, nós temos o Ministério, nós temos aí um trabalho enorme, sob o ponto de vista legislativo, sob o ponto de vista legal, e assim por diante. Mas, por outro lado, a mineração, cada vez mais, se expande no País, não é? Então, nós falamos aqui de Minas Gerais, mas também falamos do Pará, falamos do Mato Grosso, falamos do Rio Grande do Sul, e assim por diante. E disse aos senhores que eu tenho uma preocupação enorme de trazer a cadeia produtiva para mais próximo, está certo? Então, boa parte dos fornecedores, etc., nós, cada vez, temos que trazer mais próximos. Então, a ideia de levar o tema mais próximo às empresas mineradoras tem como fundamento isso: estar mais próximo às empresas, o Instituto estar, como disse a Senadora, mais próximo daquilo que a gente pode ajudar.

Agora, o que as empresas esperam, que foi a segunda pergunta do senhor? Eu acho que nenhuma empresa hoje pode esperar que a legislação seja rígida, forte, no sentido de proteger, aí, vidas, proteger operações seguras, etc., mas o que precisamos, sim, é de uma legislação que dê conforto às empresas, que dê conforto à comunidade. A senhora mencionou muito bem que a comunidade hoje está apavorada. O senhor viu lá em Minas Gerais...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) – Igual na Bahia, em Guanambi.

O SR. WILSON NÉLIO BRUMER – ... a situação que aconteceu lá com um talude, que estava em vias... o que não é uma coisa tão, vamos dizer assim, inédita – um talude ceder –, mas certamente ali havia uma preocupação: se o talude cedesse e tivesse algum efeito na barragem, o que é que poderia acontecer, não é? Então, o que eu diria, Senador: eu acho que das empresas talvez... O preço foi muito alto; foram vidas, foram, certamente, impactos sociais, ambientais, etc., mas o que aconteceu eu acho que vai trazer certamente – eu não tenho muita dúvida em afirmar isso para o senhor – uma nova reflexão para o setor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas, dentro dessa reflexão, Sr. Brumer, vou ler aqui alguns pontos até que nós já elencamos, mas que é sempre bom a gente lembrar.

Uma coisa que nos assustou muito foi a permissividade, francamente, a irresponsabilidade no trato de segurança da Barragem B1. É uma das coisas mais impressionantes como que profissionais altamente graduados tinham as informações, participaram de eventos e não tomaram as providências a tempo? É algo que eu estava hoje pela manhã com a repórter do The Wall Street Journal e ela perguntava sobre isso: "Mas o que é que pode explicar o fato de que as pessoas que estavam ali envolvidas na barragem tinham as informações e não tomaram decisões?".

Há uma tese, a minha tese tirada das palavras aqui do próprio Presidente e da forma como a empresa Vale remunerava os funcionários, de que naquele momento não interessava parar a barragem porque, ao se aceitar a regra de se impedir a continuação do trabalho na Barragem de Brumadinho, do Córrego do Feijão, teria que se parar as detonações de dinamites da mina, teria que se parar o trânsito de caminhões, teria que se fazer uma série de procedimentos que poderiam levar até um ano e aí aquela unidade de negócios perderia inclusive os bônus para os executivos no final do ano. É a tese hoje mais plausível diante de pessoas que dominavam, entendiam, conheciam, poderiam ter evitado e não evitaram, ou seja, a única motivação é a questão do bolso. É o que nos pareceu naquele momento. Mas é que esse comportamento se refletiu de cima a baixo da empresa ao longo do tempo, demonstrando que foi criada uma cultura de assumir riscos desmedidos por conta de situações que eles não quiseram nos falar, mas que eu coloco aqui: por conta do lucro. Ao mesmo tempo, víamos uma grande preocupação da empresa em cumprir as normas vigentes para não ser multada. Sempre que havia um risco de multa, as coisas aconteciam. Se algo não era mandatório na lei, caía a prioridade e caíam os investimentos. Foi o que aconteceu em Brumadinho.

E aqui o seguinte: se esse é o caso da Vale, uma gigante multinacional, eu tenho certeza de que nós nos perguntamos – e os estrangeiros também estão se perguntando: como é nas empresas menores, aquelas em que a ANM não estende a sua mão ou não estende a sua fiscalização corrente?

Considerando isso, as duas enormes tragédias acontecidas em menos de três anos, o senhor acha que existe maturidade na indústria da mineração do Brasil para que nós continuemos mantendo um modelo de automonitoramento, pelo próprio empreendedor, que isso seja mais seguro ou é preciso mais fiscalização, leis mais rígidas para que ninguém mais morra nessas tragédias?

O SR. WILSON NÉLIO BRUMER – Senador, obrigado pela sua pergunta e vou colocar um pouco da minha experiência pessoal e falar certamente mais como lbram.

Eu trabalhei na Vale durante 17 anos. Comecei com um técnico e cheguei à presidência da companhia na década de 90, onde existiam duas principais operações: uma em Itabira e outra em



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Carajás. Então, essas novas operações que aconteceram eu realmente não estava mais na companhia, já estava fora há muitos anos.

Eu diria, Senador, com toda a franqueza, por mais que existam legislações, por mais que existam regulamentos, se não houver um comportamento, não adianta nada. Isso vale para "n" coisas do campo empresarial, o senhor sabe bem, o senhor já passou também por atividades empresariais, mesmo que seja na área de comunicação. Não adianta a gente ter o melhor regulamento, o melhor Código de Ética, as melhores práticas escritas, se no final do dia o comportamento não é aquele.

Eu não tenho como falar pela Vale, porque eu não estava lá e nem estava mais no setor, já estou afastado há muitos anos, especificamente, do setor de mineração, mas quando eu fiz questão de colocar para os senhores o número de empresas mineradoras no Brasil é que nós certamente temos, ao mesmo tempo que trabalhar com fiscalização, com legislação, nós temos que trabalhar também com aspectos comportamentais.

Então esse eu acho que é o novo papel do Ibram também, quer dizer não adianta, como o senhor mesmo disse, a legislação já estava aí, eu tenho o cumprimento da legislação porque eu estou com medo da multa... Não pode ser esse o comportamento. Eu faço aquilo não porque eu tenho medo da multa, porque o meu comportamento... Multa é uma consequência! Penalidade é uma consequência de um erro. Agora, se existe um problema comportamental, nós temos que adotar. E acho que o papel do Ibram passa sim, Senador, por esse novo pensar da mineração. Nós não teremos uma atividade econômica... E quando eu digo aos senhores aqui e à senhora que nós precisamos inclusive voltar a ter Geologia no Brasil, para desenvolver mais o setor de mineração, seria incoerente da minha parte defender isso e ao mesmo tempo não defender aspectos comportamentais, porque a lei está aí para ser cumprida, mas mais do que isso é o comportamento.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Só um aparte aqui. No estudo que os senhores fizeram com as empresas – inclusive eu fui convidado e achei por bem não participar, mas fico agradecido pelo convite –, os senhores chegaram à conclusão de que as barragens são seguras no Brasil?

O SR. WILSON NÉLIO BRUMER – Olha, os estudos... Não sei se o Ibram, especificamente, fez um estudo das barragens, eu não saberia dizer. Foi feito no passado um estudo das barragens? Alguém do Ibram pode me ajudar? Acho que não, Senador.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) – Estudo que foi feito...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – No seminário lá, chegou-se a alguma conclusão?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON NÉLIO BRUMER – Ah, no seminário não, no seminário, o que a gente queria era chamar atenção sobre o momento em que se vive, exatamente sob o ponto de vista comportamental, de trazer novas tecnologias, de buscar aprendizado onde tiver, etc.; não foi especificamente sobre isso.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas o setor ainda não se perguntou se as barragens são seguras? Ainda não fez uma autoanálise?

O SR. WILSON NÉLIO BRUMER – Quando eu disse aos senhores aqui, no início da minha fala, que eu tive notícias de colegas do Conselho, hoje, de que muitas empresas pararam as suas operações, independentemente de uma fiscalização, independentemente de alguém ter dito para eles assim: Cuidado...

O que aconteceu fez com que muitas empresas, simplesmente, por iniciativa própria, parassem as suas operações. Eu vou lhe dar um exemplo do setor de fertilizantes. Tive notícias de empresas do setor de fertilizantes que pararam as suas operações para repensar se todo o seu processo estava adequado.

Então, Senador, eu acho que não é uma coisa que eu diria para o senhor que está pronta, mas eu acho que o que aconteceu vai criar... O custo foi muito caro dessas sementes, mas serão... Eu acho que nós vamos aproveitar essas sementes para mudar muita coisa.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Desculpe a curiosidade. Quando, por exemplo... Ocorreu perguntar isso, talvez por um pouco de aflição também. Quando, por exemplo, a Vale resolve mudar internamente, vocês acompanham a vida, todos os negócios, os investimentos, a produção de empresas, principalmente desse tamanho da Vale do Rio Doce.

Quando ela resolve... Porque uma empresa se nega a assinar o laudo técnico das barragens, e aquela empresa é, excomungada não, deletada, e, em seguida, eles contratam outra, isso não liga um sinal de que pode haver alguma coisa? Não cai no radar, não há um acompanhamento? Porque, afinal de contas, o drama é muito importante.

O SR. WILSON NÉLIO BRUMER – Senadora, fica difícil para eu dizer, até por estar chegando agora, em função desse caso específico, mas...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Não, mas não só o senhor, nome e CPF do senhor, mas o instituto como um todo não se preocupa em verificar o que que está acontecendo?

O SR. WILSON NÉLIO BRUMER – Vamos lá. O papel do instituto, Senadora, até para ficar bem prático, porque senão a gente também cria uma expectativa sobre o instituto que, às vezes, não cabe a ele, não é isso? O papel do instituto não é gerir, não é estar no dia a dia das empresas, está certo? Eu acho que cabe ao instituto, sim – em função não só do que aconteceu, mas até antes deveríamos estar



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

fazendo isso muito próximo –, trazer tudo que há de melhor nesses aspectos. Agora, gerir empresas é o papel do gestor, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Não, eu não falei gerir. Desculpe. Eu falei se não caía no radar certa preocupação, pelas técnicas... Porque na verdade, isso tudo, eu imagino que o senhor deva pensar... O senhor é mineiro?

O SR. WILSON NÉLIO BRUMER – Sou mineiro.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Então. Eu também sou mineira. Mineiro é um acautelado sempre, não é? Minha preocupação é sempre...

O SR. WILSON NÉLIO BRUMER – Mais ou menos...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Eu sou capixaba hoje, sou Senadora pelo Espírito Santo e vejo – meus filhos nasceram lá, casei lá e tal – como era o comportamento da minha família, como é que eles me falavam. Eu sempre fui muito agitada, e eles falavam: "Calma, pense um pouco mais.". Então, não é assim? Não acende o radar?

Imagine o que aconteceu no Brasil... Até o Ministro de Minas e Energia fez uma declaração no Canadá dizendo que pretende autorizar a exploração de urânio pelas empresas privadas. Imagine que tudo isso, assim, "tum". E a gente convive com essas decisões do Governo atual com muita preocupação, pelas decisões que são tomadas. Essas decisões não são estudadas? Explorar urânio como? Construir novas barragens como? É um setor em que importa a opinião dos senhores. Tem muita importância.

O SR. WILSON NÉLIO BRUMER – Senadora, o que eu posso garantir à senhora é que o Ibram vai ter...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Ou estou errada?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Certíssima.

O SR. WILSON NÉLIO BRUMER – O que eu posso garantir à senhora, Senadora, é que o Ibram terá um outro papel mais proativo e um papel de mais aproximação com o setor mineral. Isso eu posso garantir à senhora, certo? Se dessa aproximação... E aí, não é só com as empresas. Eu acho que nós temos que nos aproximar do ministério, temos que nos aproximar da agência, temos que nos aproximar dos órgãos reguladores de uma maneira geral. É um novo papel também e talvez tenha sido uma das motivações que me fez aceitar a presidência desse conselho, não é? Para que a gente possa repensar o setor. A senhora concorda comigo – eu acho, pelo que a senhora colocou – que o setor de mineração,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

sendo mal visto, não sendo aceito pela sociedade, fazendo práticas inadequadas, não sobreviverá, não é? Então nós...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Respinga também nos órgãos (*Fora do microfone.*) afeitos, como o instituto.

O SR. WILSON NÉLIO BRUMER – Certamente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Esse repúdio social não é extensivo a... Ninguém quer que a Vale acabe. Eu canso de dizer isso, porque muitas vezes as pessoas dizem: "Nós vamos perder o emprego!". Mas é preciso haver uma nova mentalidade, uma nova postura, não é?

O SR. WILSON NÉLIO BRUMER – Certamente, certamente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Então, eu acho que no Ibram deve se repercutir essa rejeição social sobre esse setor e suas atitudes.

O SR. WILSON NÉLIO BRUMER – Certamente.

A senhora viu, quando eu coloquei aqui, no início da apresentação, Senadora, que a gente precisa saber se comunicar melhor inclusive... A senhora, que é do Espírito Santo, sabe que a comunicação do setor... Eu até costumo dizer que não é só... É um mineiro-metalúrgico, porque ali a senhora sabe que também tem um pouco de metalurgia, principalmente no Espírito Santo também.

Então, nós precisamos aprimorar muito o aproximar da sociedade, nós precisamos ter a humildade de ouvir. Tudo isso... O que eu posso dizer à senhora, Senadora, é que, ao aceitar esse novo papel do Ibram, não é para ser simplesmente passivo. Nessa altura da minha vida, se eu puder dar uma contribuição, é para ser propositivo e ajudar a um setor que todos nós reconhecemos que é importante para a economia brasileira, mas, certamente, não pode ser feito de qualquer forma.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Eu agradeço.

Nós temos a presença da Sra. Lília Sant'Agostino, da Secretaria...

O tempo nos sacrifica muito, Sr. Wilson, porque o tempo desta Casa... O Senado está com uma demanda enorme, pautas importantes e muito conflito na área econômica, social. Nós temos que estar presentes.

O Senador é Relator de várias matérias, e nós passamos o tempo nos colidindo e falando: "Cadê o relatório?" E ele pergunta pra mim: "E o seu?" E vamos levando.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON NÉLIO BRUMER – Permita-me só dizer, talvez, pegando esse gancho da senhora, que eu fiz aqui apenas um resumo, até em função do tempo, mas, se houver interesse dos senhores, a gente encaminharia depois essa apresentação mais detalhada...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Temos interesse.

O SR. WILSON NÉLIO BRUMER – ... com ações que a gente quer promover no âmbito do Ibram e assim por diante.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Poderemos fazer isso em conjunto com as perguntas que ainda são pertinentes enviadas por vários jornalistas. Recebi muitas perguntas... Eu tento sintetizar, mas eu mandarei para que o senhor possa responder oportunamente.

O SR. WILSON NÉLIO BRUMER – Por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – A Sra. Lília Sant’Agostino, Secretária Adjunta de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia.

Eu solicito ao Relator que faça diretamente as perguntas para que ela possa explicar...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

Dra. Lília Sant’Agostino está aqui como convidada, é graduada em Geologia pela Universidade de São Paulo, possui doutorado em Engenharia Mineral pela Universidade de São Paulo também, professora aposentada da USP, Departamento de Engenharia de Minas e Petróleo da Escola Politécnica, Diretora do Departamento de Geologia e Produção Mineral do Ministério de Minas e Energia, de 2016 a 2018, e atual Secretária Adjunta da Secretaria de Geologia do Ministério de Minas e Energia.

Dra. Lília, mais uma vez o nosso agradecimento pela presença.

Vou abrir para que a senhora possa fazer suas primeiras colocações, por gentileza.

A SRA. LILIA SANT’AGOSTINO (Para exposição de convidado.) – Boa tarde a todos, boa tarde Senador, Senadora, eu agradeço a oportunidade e, na figura de vocês, cumprimento todos os Senadores aqui presentes. Agradeço aos que estão na plateia e a presença do Ibram também.

Eu gostaria de fazer algumas colocações, mas, primeiro, vou perguntar à Mesa se gostaria de ter uma explanação detalhada sobre o que foi feito pelo ministério após o evento de Brumadinho.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho uma apresentação, porém, se vocês acharem interessante, posso fazê-la; se não, eu vou direto a uma colocação mais objetiva.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Nós preferiríamos, então, seguir com as perguntas, até porque o nosso tempo é curto, e daqui a pouco haverá uma sessão ordinária e teremos que estar lá para as discussões. Perfeito?

A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO – O.k.

Eu só gostaria de fazer algumas colocações...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não.

A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO – ... dizendo que não houve ainda a serenidade suficiente no Ministério de Minas e na Secretaria para nos dedicarmos, como gostaríamos, aos nossos programas. Nós, ao mesmo tempo em que desenvolvemos os nossos programas, estivemos com várias ações emergenciais ligadas à mineração, em que o evento de Brumadinho se encaixa.

Mas eu gostaria de chamar a atenção que nós temos três eixos principais de programa de Governo para a mineração. Primeiro, melhorar a atratividade do setor mineral. O que significa melhorar a atratividade? É trazer mais atores, maior desenvolvimento. Para isso, nós temos várias linhas de ação que passam por segurança regulatória, por agilidade de processos. Nesse aspecto, principalmente na questão de segurança regulatória, nós contamos muito com esta Casa e com a Câmara também, para que seja entendido que ninguém de nós aceita essa situação que ocorreu. Vou repetir a palavra do Dr. Brumer: isso foi um marco, e não foi aqui no Brasil, foi mundial. Não foram as empresas do Brasil que foram olhar o que estava acontecendo nas suas barragens, foram as empresas do mundo, com CEO's correndo para a beira de barragens no Canadá, na África, para olhar se estava tudo bem. Então, foi uma comoção, porque ninguém que atua no setor – e nós atuamos de forma diversa; eu estive mais na academia – aceita isso. Não pode ser assim. As práticas têm que ser diferentes. Não podemos aceitar menos do que práticas boas, não é?

Tudo bem. Voltando aqui à minha explanação.

Outro eixo nosso é o que nós chamamos de mineração e sociedade. Nesse eixo, estão programas de aproveitamento de resíduos de mineração – estamos agora com um seminário ali no ministério só sobre aplicação de materiais de uso direto na agricultura. É um trabalho junto com a Embrapa. São seminários de dois dias com especialistas de vários setores –, utilização de rejeitos de mineração, utilização de produtos naturais.

Nós temos um trabalho muito voltado à melhoria tecnológica das pequenas e médias empresas – às empresas micro é um pouquinho difícil chegar –, com investimento em tecnologia, em como atrair



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

não uma tecnologia de ponta, mas pelo menos uma tecnologia mais moderna, para trazê-las a outro patamar.

Nós temos trabalhos de acompanhar o que está acontecendo na comunidade que tem mineração em volta, como ela está sentindo, como ela está sendo amparada ou não, fazendo este esclarecimento de que a mineração acaba, a mina acaba e a sociedade tem que aprender a usar este período da mineração para ficar melhor. Então, nós temos também uma linha de mineração urbana entrando. Temos muitos programas nessa linha de mineração e sociedade.

E temos, finalmente, outro eixo que é a dinamização da pesquisa e produção mineral. Nesse eixo, entra uma preocupação também no eixo inicial, que é a estruturação da ANM para que os processos sejam agilizados. Nós todos sabemos o quanto a ANM precisa e merece ser estruturada, inclusive para os profissionais que lá existem e se dedicam bastante. Nós temos investimento e levantamento geológico em várias frentes.

Dentro desses três eixos, nós temos várias ações. Infelizmente, essas ações estão sendo atropeladas por esses eventos, mas é nossa obrigação olharmos para esses eventos emergenciais e irmos cuidar dentro da competência do ministério. O.k.?

Então, eu só gostaria de fazer essa colocação. Estou aqui à disposição para perguntas e estamos à disposição sempre no ministério para nos reunirmos, para esclarecermos sobre aspectos ligados à mineração.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para interpelar depoente.) – Pois não.

Dra. Lília, uma questão recorrente aqui na CPI tem sido a situação da ANM. A agência foi criada no ano passado, quando herdou a combalida estrutura do DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral). Uma auditoria do TCU, cujo resultado nos chegou às mãos, identificou uma série de graves problemas na agência: limitações orçamentárias e financeiras, quadro técnico deficitário e insuficiente, qualificação do corpo técnico a desejar.

Então, para começar, eu pergunto: qual é o plano do Ministério das Minas e Energia para dar à ANM as condições de cumprir o papel institucional?

A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO – Nós temos um plano de auxiliá-la nessa estruturação, lembrando que o papel da secretaria é um papel de supervisão, mas existe uma autonomia na agência e nós não podemos transgredir essa linha porque, senão ela perde a função de uma agência independente.

Então, existem planos e programas de estruturação, com estruturação total de toda a forma de atuar, com o aporte principalmente de tecnologias eletrônicas, de sensoriamento remoto, de imagens por satélite; ou seja, um aporte tecnológico que possa suprir essa carência de pessoas. Claro que as





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

peessoas serão sempre necessárias, mas tem muita coisa que pode ser feita de uma forma remota, desde que tudo esteja estruturado e bem desenvolvido. Então, a nossa postura é de apoio a isso.

Infelizmente, quanto à questão orçamentária, não depende de nós. Isso é uma questão que depende do Ministério da Economia. O que está na alçada do ministério o ministério faz. Então, por exemplo, esse contingenciamento que foi anunciado em todos os ministérios, não houve contingenciamento para a ANM nas suas áreas fins; ou seja, o ministério, em todos os seus outros segmentos, inclusive em todas as outras vinculadas – são dez, e a ANM é uma só –, foi redistribuído esse contingenciamento, que seria o da ANM, para que pudéssemos, dentro do que o ministério tem, propiciar condições.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A CPRM está ligada ao ministério, não é isso?

A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO – Está.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Nós temos sugerido... Inclusive levamos ao Tribunal de Contas uma sugestão para que a CPRM, que antes estava no rol inclusive das privatizáveis, fosse agregada à ANM. A qualificação, inclusive, a estrutura da CPRM hoje é exatamente, em quase sua totalidade, o que falta na agência.

O Tribunal de Contas está com essa sugestão. Essa é uma decisão do Executivo, vai constar do relatório, mas nós poderíamos suprir um problema imediato inclusive na questão da pesquisa mineral no Brasil, que até o Sr. Brumer colocou, reaproveitando a CPRM, que hoje está praticamente esvaziada, em termos de processo futuro. É uma sugestão que está sendo colocada e vai passar pelo Ministério das Minas e Energia.

A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO – A nossa visão no ministério é que a CPRM tem um papel muito relevante como serviço geológico. Como serviço geológico, ela tem o mesmo papel que serviços geológicos do mundo todo têm e que é dedicado à geologia. Ela não tem um papel fiscalizatório, ela não tem... As *expertises*, dentro da CPRM, são voltadas para a investigação geológica. Então, ela hoje faz um trabalho muito importante na parte de hidrogeologia, de perfuração de poços de água na Região Nordeste, ela faz um trabalho muito importante na questão de riscos, estuda riscos de acidentes naturais para muitos Municípios, as prefeituras têm esses estudos, ela tem uma parte de estudos sísmicos, ou seja, tem uma geologia de base. Tem um projeto de estudo também do subsolo marinho na nossa plataforma, que foi estendida agora.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Não foi isto que faltou em Brumadinho, por exemplo: estudos que nos indicassem exatamente os riscos das barragens?

A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO – São coisas diferentes. A CPRM trabalha nesse embasamento geológico global. O que aconteceu em Brumadinho são efeitos bastante locais. A gente costuma dizer –



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

eu vou usar jargões geológicos, por favor, se não forem compreensíveis, me perguntem – que a escala de trabalho que a CPRM trabalha é uma escala mais regional. Quando nós estamos falando de uma mina, nós estamos falando em escala assim: eu tenho que saber o que está acontecendo a cada cinco metros, a cada dez metros, ou seja, é um outro olhar, é um olhar de detalhe, como se...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Mas não é exatamente o que faltou à ANM, Dona Lília?

A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO – Não.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Faltou à agência a capacidade de fazer uma análise completa em todas as áreas do investimento, porque da agência, somente a questão da fiscalização, não é muito pouco? A agência hoje...

A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO – A agência tem um olhar de fiscalização, que é um olhar de todo o empreendimento, não é apenas da barragem, é de todas as estruturas da mineração.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E não é isso que a CPRM ajuda a fazer, ou eu entendi mal?

A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO – A escala é diferente. A CPRM está mais...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Todo o empreendimento, não é o caso? Não estou entendendo.

A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO – São diferentes. Eu vou tentar explicar sem tanto "geologuês" então. É o seguinte: o que nós precisamos saber... Vou falar na plataforma marinha, por exemplo: nós estamos precisando conhecer como é o nosso substrato, qual é a profundidade, se ali existe um potencial para ter crosta manganésifera ou se tem potencial para calcário. É uma coisa mais, mais...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Eu queria... Posso solicitar?

A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO – Pode.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Sem que a senhora se sinta incomodada com algumas das minhas palavras. Veja, o Relator chamou a atenção para um fato muito concreto. A senhora, de início, com suas palavras, colocou repúdio pelo acontecimento e se mostrou sensibilizada com o que aconteceu, mas veja... Eu não quero conhecer a Sra. Lília profissional, a senhora está aqui representando o Ministério de Minas e Energia...

A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO – Sem dúvida.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – ... e nós queremos falar sobre a responsabilidade, o alcance da fiscalização, da estrutura de trabalho de um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ministério que, com certeza, tem uma participação. Eu estou escolhendo as palavras, a senhora pode ter certeza, porque às vezes pode...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E que tenha estrutura.

A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO – Com certeza.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – E me responda o que o ministério não fez, o que ele precisa fazer, porque ele não foi um ator decisivo nesse processo? A senhora está falando assim, de cinco ou dez metros, vai lá para... Eu já estudei algumas coisas dessas aí que a senhora falou...

A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO – Está bom, eu vou tentar, vou ser objetiva.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Eu queria saber o que faltou ao ministério fazer. A cada governo – eu não sou presidencialista –, todo mundo se isenta da responsabilidade dos acontecimentos que envolvem a população, o meio ambiente, as consequências... A senhora me fala tudo que pretende fazer, eu vou bater palmas, mas eu queria saber o que faltou, Dra. Lilia, do ministério. O que falta? A ANM acabou? Não é mais assim? Vamos para outro instituto?

A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO – Então, eu acho que nós podemos...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – É uma bola de pingue-pongue. O que faltou? O que não foi feito pelo ministério que acabou colaborando para que essa tragédia estivesse presente, assim como outras tantas? Acabei de citar aqui o caso agora de o povo tomando o destino... D. João Batista dizia, no meu Estado, que só o povo salva o povo. É verdade. Lá em Guanambi, na Bahia, uma multidão foi para rua protestar em razão do projeto para a construção de uma barragem de rejeitos. Eles disseram: "Aqui, não". É da Bahia Mineração. Eles disseram: "Aqui, não. Você não vão fazer". Vejam bem: eles não confiam que outro investimento possa ser diferente. Então, o que faltou, Sra. Lilia?

A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO – O.k.

O que faltou... Para que eu possa responder o que faltou, eu teria que ter os elementos todos para entender exatamente o que aconteceu, o que nós não temos. O que eu posso dizer é que, com segurança, as nossas práticas, os parâmetros que estavam sendo utilizados para fiscalização e para olhar essas barragens não foram suficientes. Isto podemos afirmar com toda certeza: os parâmetros técnicos utilizados não foram suficientes. Por que eles não foram suficientes? Porque eles não conseguiram prever que isso ia acontecer. Então, nossos...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) – Mas não é uma previsão astrológica, é uma previsão técnica.

A SRA. LILIA SANT’AGOSTINO – Sim, mas o que eu estou... Deixe-me...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) – Aí eu queria tecnicamente.

A SRA. LILIA SANT’AGOSTINO – Eu vou tentar responder tecnicamente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) – Eu deixo a senhora tudo... Eu só não quero sair com a sensação de que não compreendi. A senhora me permite?

A SRA. LILIA SANT’AGOSTINO – Tudo bem.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) – Faltou, não foram suficientes...

A SRA. LILIA SANT’AGOSTINO – Não, os parâmetros técnicos...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) – Como eles serão suficientes daqui para frente?

A SRA. LILIA SANT’AGOSTINO – Estamos trabalhando. Se nós soubéssemos... E aí eu vou ter que dizer que quem é um agente fiscalizador... Há pessoas especializadas em geotecnia que são os que dão suporte, mas o que nós podemos fazer é tentar melhorar essa forma de parâmetros. Isso está sendo feito, isso está sendo construído através de políticas de melhoria nos critérios técnicos. Têm sido feitas reuniões com técnicos do mundo todo, dizendo por que os parâmetros que estamos usando não servem. Estou falando nós ANM, porque a competência do ministério é uma supervisão, não é a execução. A execução compete àqueles profissionais que são treinados para isso.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Sim. D. Lília...

A SRA. LILIA SANT’AGOSTINO – O que eu posso dizer é isto: o que nós usávamos de parâmetros tem que ser melhorado, tem que ser revisto...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Vocês já fizeram alguma análise? Por exemplo, no ministério hoje, já sentaram, já pararam para tentar entender o que aconteceu?

A SRA. LILIA SANT’AGOSTINO – Do ponto de vista técnico, sim.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – E o que foi que aconteceu?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO – Os nossos parâmetros não estão bons, eles não são suficientes. Não são suficientes por negligência? Não, eu acho que negligência, não. Alguma coisa tinha sido aprendida – e não é minha época no ministério, mas pelo que eu li de material – após o acidente de Mariana...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) – Se não é negligência, é o quê?

A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO – Falta de parâmetros confiáveis, falta de conhecimento, eu diria, não da agência, falta de conhecimento do próprio setor. Eu escutei muitos geotécnicos dizendo: "A gente não sabe exatamente por que isso aconteceu". E são especialistas, não geotécnicos da ANM, mas especialistas.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Então, isso significa que todos os relatórios que nos foram dados pelo Ministério das Minas e Energia no passado, todo o acompanhamento que foi feito... Está tudo comprometido?

A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO – Não necessariamente.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Ora, se em Brumadinho nós não sabemos se foi por uma questão de negligência, se os parâmetros que nós temos não são suficientes, doutora, então nós estamos à deriva.

A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO – Eu diria para o senhor o seguinte: se houve negligência ou não, isso é objeto de alguma investigação diferente de o que a gente faz. Nós estamos tentando entender do ponto de vista técnico.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – A senhora não acha que precisa investigar?

A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO – É claro que precisa. É claro! Mas essa não é a competência do Ministério de Minas.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – O Sr. Jared Poppinga esteve aqui, o Diretor-Executivo de Ferrosos, da Vale, e disse no depoimento da CPI que "a Vale Canadá tem muitas barragens" – palavras dele, entre aspas.

A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO – Sim, sim.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – E são de um tipo um pouco diferente dessas barragens aqui. Parece, a meu ver, que a principal diferença



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

entre as barragens da Vale no Canadá e no Brasil é que as barragens daqui matam. Elas rompem e matam centenas de pessoas.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Lá não há comunidade próxima.

A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO – Olha, eu não tenho como...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Não ter comunidade próxima vai provocar, por exemplo... Não vamos falar então das pessoas. Vamos falar da questão ambiental. Vamos falar da questão ambiental. Crime é crime. Com pessoas nos dói mais, mas a questão do comprometimento ambiental também nos dói muito. É comprometimento de qualidade de vida de gerações e gerações.

A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO – Eu gostaria de responder só essa questão da Vale.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não, claro.

A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO – Eu acho que essa pergunta, se as barragens de lá são diferentes ou semelhantes às daqui tem que ser feita para a própria Vale. Eu não conheço a realidade das barragens da Vale no Canadá. O que eu posso dizer é que existem barragens com esse método em outras partes do mundo. Existem problemas de ruptura? Já houve históricos sobre isso, mas seguramente nós temos aí, em Minas, uma situação de um passivo, de um histórico de uma época quando não se tinha a mesma visão da tecnologia de construção de barragens, e isso, com segurança, está bastante associado à raiz do problema.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Professora, permita-me chamá-la assim, porque eu sei que a senhora é doutora.

A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO – Com certeza, sem problemas.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A nossa proposta aqui é criar um relatório que possa auxiliar o Brasil a dar um passo à frente, fazendo um diagnóstico. Estamos tentando fazer um diagnóstico de o que aconteceu, de como nós falhamos, em vários aspectos, e o que é que nós vamos fazer daqui para a frente para que não aconteça mais, especialmente na questão do setor se autorregular. Ele não se mostrou confiável a esse ponto. O Estado abriu mão de uma regulação que é obrigatória dele. E não é impedir o negócio, atrapalhar o negócio, mas dizer claramente o que se quer desse negócio na segurança com as pessoas. Na hora em que nós abrimos mão disso, o setor se tornou gigantesco, e, do jeito que está aí hoje, nós não temos segurança para mais nada.

O que a gente tem percebido – inclusive vou falar aqui por mim – é que a senhora está hoje ocupando esse cargo, e naturalmente a experiência passada está agora sendo avaliada, mas a nossa



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

experiência é da completa ausência também do próprio Ministério no controle também desse setor, e eu digo "controle" no cobrar as responsabilidades.

Eu vou dar aqui um exemplo para a senhora. Um caso emblemático das comunidades é o da empresa Mundo Mineração. É uma subsidiária do grupo australiano Mundo Minerals. A empresa explorou uma mina de ouro lá em Rio Acima. Em 2011, quando a mina exauriu, a empresa simplesmente abandonou o local de forma tão abrupta que deixou até os caminhões de transporte para trás. Sumiu, decretou falência, não pagou direito trabalhista, deixou duas barragens enormes de rejeitos contaminados por arsênio, mercúrio, ameaçando o Rio das Velhas, que é afluente do São Francisco e abastecimento principal de Belo Horizonte – 2011. De lá para cá, a barragem não recebeu qualquer manutenção, uma barragem de veneno, de mercúrio e de arsênio.

O Estado interveio agora por obra do Ministério Público, que chamou a atenção do Estado. A empresa de tratamento de água de Minas Gerais está gastando R\$15 milhões, aproximadamente, para poder fazer novos estudos numa barragem de 2011.

Então, hoje, qual é a política do ministério para impedir que isso no futuro não venha a acontecer, por exemplo, em Paracatu, não volte a acontecer lá em Poços de Caldas, onde temos uma barragem radioativa? O que vai ser feito daqui para frente como política pública oficial?

A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO – Sim. Eu gostaria de separar algumas coisas. A questão investigativa de responsabilidades e de penalizações não compete ao Ministério de Minas. A competência do ministério...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) – E a fiscalização?

A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO – A fiscalização é do Ministério de Minas...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) – E a regulação?

A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO – ... e a regulação também.

No caso como o senhor mencionou, é feita a denúncia. Isso é autuado pela agência. É feita a denúncia à Polícia Federal, à Receita Federal, ao Meio Ambiente, a todos aqueles atores que também tenham uma participação no sistema. E é o que nós podemos fazer, porque o Ministério de Minas não é uma polícia, não tem o poder de polícia. Então, eu gostaria de lembrar também que existe um Ministério do Meio Ambiente, que também está sempre presente nessas situações.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Mas a regulação e a fiscalização são de Minas e Energia.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO – Regulação e fiscalização apenas.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – "Apenas" não é muito quando feito adequadamente?

A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO – Nós gostaríamos de ter mais condição. Foge da nossa competência, porque nós avisamos os órgãos – nós temos casos sérios, muitos deles bastante sérios, em que são avisados aqueles órgãos que podem ter esse poder de polícia realmente. Nós não temos essa competência. Nós nem podemos invadir essa competência.

São avisados estes órgãos: o Ministério Público, a Polícia Federal, o Meio Ambiente, às vezes, o Incra, todos aqueles atores que podem estar envolvidos são oficiados, avisados para as respectivas providências. E é o que nós podemos fazer.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – A professora aqui, Excelência, Presidente, naturalmente não há de se cobrar dela esse questionamento, mas, no ano passado, nós brasileiros trabalhamos 153 dias para sustentar um governo, 153 dias nós trabalhamos no Brasil para sustentar uma estrutura de governo, uma estrutura de governo que tem o Ministério de Minas e Energia, que tem o Ministério do Meio Ambiente, que tem uma Agência Nacional de Mineração, e nós não somos capazes de achar a responsabilidade de quem deve fazer o que em cada momento das grandes catástrofes brasileiras.

Quando a gente olha um relatório como este, que diz assim: "Olha, está sendo feito", me lembra aqui os diretores da Vale. Todos diretores da Vale que estiveram aqui nesta CPI fizeram a parte deles, todos, ninguém assume absolutamente nada. Não estou dizendo da senhora, eu estou fazendo uma avaliação de governo de um País que paga, que custa e que infelizmente não consegue dar aos cidadãos uma resposta. Estruturas gigantes, que custam uma fortuna para o contribuinte, mas que não funcionam – não funcionam. Simplesmente fica assim: "Não, é lá, é cá; aqui não há condição. Olha, a agência que tem que fiscalizar não tem gente". Mas há gente lá que está parada em uma companhia que pode suprir. "Não, mas lá não pode porque lá é o funcionamento". É isso que o brasileiro está reclamando.

E quem sabe a gente possa colaborar agora, pelo menos a nossa parte com o setor mineral. Onde nós vamos fazer mudanças, doutora? A senhora, como professora: quais são os setores em que nós vamos colaborar no País? De que maneira nós vamos tornar a mineração um setor importante, mais seguro? Como governantes, porque hoje a senhora não está na iniciativa privada. A senhora está, como nós aqui, do lado do Governo, e nós aqui como representantes do povo. Onde e por onde nós vamos caminhar? Aonde queremos chegar com relação à mineração, professora? A senhora, que tem um doutorado nessa área, onde nós podemos colaborar para não acontecer de novo?

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) – Posso somar com as suas perguntas?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Claro.**A SRA. PRESIDENTE** (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Porque às 15h será a reunião convocada pelo Presidente.

A Vale exerce um verdadeiro monopólio nessa área de minério, produção de logística na questão do minério de ferro. Nunca se estudou uma maneira de os órgãos de controle – vamos falar de regulação –, nunca se estudou a possibilidade de, pelo excessivo poder que ela tem face inclusive a toda a análise que hoje nós fazemos, ouvimos... Eu sempre fui ardorosa defensora das empresas do Brasil, ajudava, procurava na legislação como é que a gente podia incrementar investimentos... Quando eu entrei para esta Casa, era um absurdo, mas o governo fazia orçamento para a Vale, em 1987. Eu me lembro disso! Uma empresa lucrativa... Como se transformou... Às vezes, adequar os mecanismos de produção para que ela pudesse servir mais e mais e mais ao País. Nós estamos vendo que o governo em si, ao atuar junto a uma empresa desse tamanho, acabou ficando atrás, não coadunou suas ações junto com uma empresa desse tamanho para trazer benefícios. Trouxe os benefícios e muitos malefícios. Nunca se estudou um momento em que se pudesse pensar em dividir, propor a divisão, desmembrar essa empresa enorme, gigante, para que ela pudesse prestar os mesmos serviços, mas de uma maneira mais responsável? Porque eu acho tudo isso, Sra. Lilia, assim... Não sei aonde nós vamos chegar, mas a cada momento que nós tecemos considerações sobre as responsabilidades administrativas, nós nos deparamos com todas as sequelas postas pela ausência de tais, e por outro lado também nos deparamos com respostas inócuas – inócuas.

Eu queria aproveitar para somar às outras perguntas, porque o ministro de Minas e Energia – eu falei para o Dr. Wilson aqui –, num evento realizado lá no Canadá, em março deste ano, defendeu publicamente mineração em terras indígenas – mineração em terras indígenas! A senhora não acha essa iniciativa preocupante, tendo em vista tudo que a mineração não é capaz de comprovar, como operou, como se opera, e a questão principalmente da segurança no País, a questão da eficiência?

Por outro lado, ele anunciou também que pretende liberar – e acho que o Dr. Wilson sabe disto – a mineração de urânio para empresas privadas. O projeto de exploração de urânio em Santa Quitéria, no Ceará, do consórcio formado pela estatal Indústrias Nucleares do Brasil e o Grupo Galvani, teve licenciamento ambiental negado pelo Ibama em razão da inviabilidade do estudo apresentado. Olhem a que ponto nós chegamos.

Aliás, a mineração de urânio já tem um passivo ambiental no Brasil que todos nós conhecemos: a barragem de rejeito desse instituto, por exemplo, em Caldas, Minas Gerais. Então, a Indústrias Nucleares do Brasil, empresa pública ligada ao Ministério de Minas e Energia, mantém precariamente uma barragem com rejeitos radioativos – já citada aqui pelo nosso Relator – da mineração de urânio em Caldas, Minas Gerais. Somente após a atuação do Ministério Público Federal – também relatada aqui



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

pelo Senador –, apresentou depois um plano emergencial de segurança para a barragem. A empresa estimou que precisará de 40 anos e gastará US\$500 milhões para descomissionar essa estrutura.

A senhora não acha – eu estou usando a expressão que fosse da minha convicção – que é uma vergonha que o Ministério de Minas e Energia, ao qual a senhora está chegando agora... Esta coisa é muito incômoda... Toda vez que nós queremos procurar a origem dos problemas, queremos fazer com que a estrutura nova funcione, queremos saber o que nós podemos propor, nós temos que resguardar o tempo em que a senhora está à frente do ministério, porque não participou do passado. Tudo isso nós temos que fazer. Mas não é... O Ministério de Minas e Energia não cuida adequadamente das barragens de rejeitos de mineração. E como é que nós podemos acreditar? Expõe a população a seus erros, à falta de fiscalização, regulação, gravíssimos. Como é que a gente pode tratar isso daqui para a frente?

E mais: os antigos gestores do instituto que eu mencionei serão responsabilizados ou não pelo cumprimento da norma de segurança de barragens? Mais: considerando todas as dificuldades da mineração de urânio para alcançar níveis mínimos de sustentabilidade ambiental, V. Sa. consideraria adequado estimular a produção desse material radioativo nesse quadro atual, com todas as limitações, com todas as consequências que houve pela falta de estrutura? Inclusive, em determinado ponto, a senhora, muito honestamente, colocou aqui – eu vi, percebi; eu sou uma pessoa que gosta muito de observar não só a mim mesma, mas as outras pessoas – que as falhas existiram. E elas estão aí. Como é que pode o Ministro anunciar tudo isso que está anunciando dentro dessa estrutura ineficiente? Porque ainda não foram detectadas pela avaliação técnica: "Olhem, aqui nessa coordenação, nesse departamento, nessa secretaria, faltam técnicos; esse técnico não está capacitado; nós não temos equipamentos suficientes para prosperar", para se ter uma radiografia de como deveria funcionar, para que a gente não venha a sofrer consequências como todas as que nós sofremos até agora.

Eu fiz todas as perguntas...

A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO (*Fora do microfone.*) – É uma série de perguntas...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – E uma série de perplexidades também, não é?

A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO – É uma série de perguntas que remontam a algumas coisas distintas.

Então, uma das preocupações do ministério é exatamente nós fortalecermos a agência, porque a agência tem um papel fundamental nessa possibilidade de fiscalização e de termos as regras, a legislação cumprida.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu diria que nós temos que pensar também que as práticas que eram feitas de fiscalização – e que sempre foram feitas – não são tão diferentes das práticas mundiais. Existe uma questão de autorregulação. Como propriamente mencionado pelo Senador, será que há maturidade do nosso setor mineral para se autorregular? Essas são perguntas em que nós estamos vendo que nós ainda estamos engatinhando. Eu acho que é a mesma questão que envolve a nossa postura como cidadãos: se nós cumprimos as regras só quando estão nos vendo ou se nós cumprimos porque acreditamos nelas. Então, aí nós estamos em uma outra seara. Mas o que o ministério está fazendo é buscar a estruturação da agência para que possamos dizer: "Essa agência agora está estruturada. Ela tem que fazer o seu papel". A forma? Dentro daquilo que está sendo possível no atual Governo, mas há algumas sinalizações.

Depois, foi colocada a questão de mineração em terra indígena. O que foi colocado pelo Ministro e que tem sido colocado dentro do ministério é que nós temos, pela nossa Constituição – eu não sei se é uma alínea ou se é um parágrafo, me desculpe, sou meio ruim para guardar essas coisas –, que essa mineração poderá acontecer direcionada por uma lei que a regulamentasse. E essa regulamentação nunca aconteceu. Então, a proposta do nosso Ministro é de estudar, junto com todos os atores envolvidos, principalmente as comunidades indígenas, se isto é viável ou não é viável, até que ponto atende, quer dizer, é uma proposta de estudos, não é uma proposta de abertura. E uma proposta de estudo que tem que atender a todas aquelas legislações e às restrições e aos atores que estiverem envolvidos.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES. *Fora do microfone.*) – Com essa mesma estrutura que não funcionou até agora para regular e nem fiscalizar...

A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO – Não, não foi isso que eu disse. Eu disse que nós estamos preocupados em estruturar a agência. Qualquer coisa que se pense em abertura de áreas restritivas, são coisas para as quais tem que se ter uma maturidade de muito tempo, de muitos anos. E o "estruturar a agência" tem que acontecer agora. Isso só será viável se nós tivermos uma estrutura que possa fazer uma fiscalização adequada, senão nós estaremos realmente criando um problema muito sério para nós.

Quanto à mineração de urânio... Urânio é um monopólio. E ele vai continuar sendo um monopólio. Essa é a proposta. Quando se fala em atrair investimentos, nós estamos falando...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Em ampliar para o setor privado.

A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO – Nós estamos falando em entrar investimento do setor privado para investir junto ao monopólio. O monopólio vai continuar com as Indústrias Nucleares do Brasil. E, quanto ao passivo que ela tenha deixado em uma atuação anterior dela em Poços de Caldas, como qualquer empresa de mineração, ela tem que ser responsabilizada, sim, porque não é por ser do Governo que ela vai fugir às mesmas restrições, e multas e sanções que tem uma empresa privada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Isso faz uns 40 anos.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Há quantos anos ela foi desativada e está esse passivo aí?

A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO – Não, não, ela foi desativada na década de 90, em meados da década de 90.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – E até hoje nada foi feito?

A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO – Não, eles estão fazendo. Inclusive, a barragem... Já no final do ano passado, até onde eu tenho notícia, eles já tinham buscado especialistas junto a uma universidade para fazer um plano de descomissionamento.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – São 25 anos de abandono, que ela estava parada.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – O Relator informa aqui 40 anos para descomissionar.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. *Fora do microfone.*) – Há 25 anos ela está abandonada.

A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO – É, eu não... Ela não está abandonada, ela está sendo monitorada pela Comissão Nacional de Energia Nuclear, que pertence ao MCTIC, com a questão radiológica. E é a própria INB que tem cuidado, e também essa Comissão, quanto à questão da estrutura da barragem.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Professora, a senhora, quando estiver com o Ministro Bento, diga a ele que nós estamos dando uma missão, e os militares são muito bons para cumprir missões. Então, nós estamos aqui dando uma missão: é hora de o Brasil fazer escola na mineração, e não copiar as escolas ou ficar esperando pelo que eles lá fora decidirem. É hora de nós, com a nossa experiência...

A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO – Com certeza.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... criarmos para o mundo uma tecnologia nova, e respostas para o mundo. É o que eles estão esperando de nós. Não precisa a Suíça vir aqui nos criar regras de como nós vamos fazer barragens etc. Quem tem que fazer isso somos nós. É isso que nós queremos para o futuro do setor, professora. Nós é que temos que fazer escola, não é ficar esperando as soluções virem lá de fora.

A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO – Com certeza.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Quando há alguma coisa parecida com acidente no Brasil, sempre se diz que aconteceu também em algum lugar, mas os melhores exemplos de o que acontece lá fora não são trazidos para o Brasil. Então, estamos... Eu não sei se o senhor quer acrescentar alguma coisa.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Para mim está tudo bem, Relatora.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Relator é o senhor. (*Risos.*)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Presidente, Presidente!

Agradecer à Dra. Lília. Às vezes, ela tem alguma consideração final, eu não sei...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – A senhora gostaria de acrescentar algo?

A SRA. LILIA SANT'AGOSTINO – Olha, eu gostaria de acrescentar somente o seguinte: o ministério tem, sim, a sua responsabilidade junto ao setor, mas aquela responsabilidade de regulador, de fiscalizador... É aí que está a competência, e é essa competência que nós queremos melhorar. Nós queremos melhorar muito a agência, porque ela é um ponto fundamental. Nós não vamos ter uma mineração melhor se nós não tivermos uma agência estruturada. Isso é um consenso em toda a comunidade mineradora, inclusive acredito que entre as empresas. Então, esse é um dos pontos principais e a primeira fala do nosso Ministro. É claro que nós batemos em questões orçamentárias, em que todo o setor Executivo, todo o Poder Executivo está batendo, mas os esforços estão sendo feitos ao máximo possível para que possamos atingir essa estruturação.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Não sei se vai servir como exemplo... Nós que vivemos o período da ditadura saímos convencidos pelas marcas na mente e no corpo e alcunhamos tempos depois assim: ditadura nunca mais! Eu acho que o setor mineral poderia, juntos, ministério, todo mundo se envolver com uma campanha: acidentes, tragédias, irresponsabilidades, crimes nunca mais! Porque é duro pensar que todos estão estudando uma solução, mas, enquanto isso, o mundo não parou de se mover, iniciativas não deixaram de ser tomadas, projetos não deixaram de ser aprovados, e a gente só teme.

O que nós vivemos hoje... A senhora tem uma longa experiência profissional, tem muito a acrescentar no trabalho que faz agora, achamos que é decisiva até a sua participação com essa concepção de o que precisa ser feito. Agora, se eu posso solicitar algo como cidadão também, não como Senadora apenas, é que cuidem dessa campanha de não deixar, procurar construir em todos os setores, repartições, nas hierarquias funcionais essa coisa gigantesca. Como disse bem aqui o Senador Carlos Viana, nós damos 153 dias de impostos do povo brasileiro – nós somos privilegiados aqui –, mas o povo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiro concede ao Governo para fazer funcionar uma estrutura que não funciona. Enxugar quatro ministérios, cinco ministérios não quer dizer que se vai dar mobilidade, agilidade para estruturar esse organograma funcional para as áreas afins que possam tirar o Brasil desse catastrófico cenário que nós estamos vivendo.

Nós encontramos pessoas competentes como a senhora a todo momento, e o que nós fazemos não é achincalhar, é propor que entrem nessa tarefa hercúlea de fazer modificar este País para que ele possa ser competente. Um país deste tamanho, com tamanha riqueza, e com tamanho empobrecimento nas suas estruturas, todas para fazer funcionar a defesa dos seus bens maiores, que são a questão do meio ambiente e da pessoa humana.

Então, eu desejo que a senhora, lá no ministério, consiga reorganizar a prática, colocar pessoas nos seus devidos lugares, tirar aquelas que porventura não devam estar ali – e não é porque veio da ala tal e quem nomeou foi o fulano –, mas fazer um organismo funcionar a favor deste País. Decisivamente, é isso o que me ocorre todos os dias na cabeça quando saímos de uma Comissão de Educação, entramos em uma Comissão de Assuntos Econômicos, entramos na CCJ. Tudo o que me vem à mente é de que falta alguma coisa em algum lugar, como falta na segurança pública – isso nós estamos vendo. E o Presidente Bolsonaro querendo armar a população. Não é a soma da gestão dele, não; de todas as gestões, de todas que não cuidaram da segurança pública, de todas que não foram até onde os bandidos estavam entrando, de todas que não vigiaram a segurança pública e organizaram uma segurança a favor deste País. Hoje nós estamos conhecidos pela criminalidade. Dar um revólver para cada um não resolve.

E também a gente pregar aqui todo dia contra a Vale, Vale, Vale, Vale e não saber se os órgãos que acompanham a operacionalidade dessa área, toda ela, na fiscalização, na regulamentação, nos projetos são capazes de prover o Brasil da eficiência necessária para nos tirar desse quadro tão dramático. Não bastava criar uma CPI, acredite, Sr. Wilson, não bastava. Criar a CPI... Eu estou no oitavo mandato, e está aqui chegando um Senador que veio com o clamor da multidão para esta Casa. Nós não estamos precisando colocar holofote em lugar nenhum, nem da palavra mais moderna que existe no Brasil hoje – em todos os editoriais que ouço, leio, é assim: protagonismo! Nós queremos concluir com responsabilidade este trabalho, propor projetos de leis que possam sustentar, fazer erigir uma nova forma de administrar um setor tão importante. E eu estou dentro de um Estado, eu vim de um Estado que é importante no setor de mineração e estou dentro de outro.

Então, nós precisamos, Senador, concluir esse trabalho. Hoje é a nossa última audiência e nós precisamos concluir esse trabalho, não com a responsabilidade de que "escrevi na história, no meu currículo". Eu já presidi muitas comissões, presidi o Congresso, presidi e fui Relatora de tudo o que vocês podem pensar na vida, querendo concluir, falar que nós contribuimos decisivamente. É esse o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compromisso do nosso Relator, para que possa mudar o que precisa ser mudado, fazer o que precisa ser feito. Construir novos comportamentos, isso não é tarefa do Relator.

Ele vai propor. Nós vamos propor. Há vários Senadores que aqui não estão e que agora estão lá no Colégio de Líderes, que estão nas reuniões de bancada. Vamos propor tudo aquilo que a sociedade organizada dentro desse setor exige, que a população espera e que a gente possa fazer funcionar. O que a gente espera, daqui para frente, logo depois que o relatório estiver votado, é que não esqueçamos de uma coisa, Sra. Lília: quem fez tem que pagar pelo que fez, tem que ser punido pelo que fez. Toda a estrutura nova que vier, se não responder à sociedade sobre o que se perdeu humanamente nesse episódio... Todos nós estamos desorientados até hoje. O episódio de Mariana. Vamos falar do episódio. "Ah, são só 19 vidas". Não é essa a questão. Toda aquele cenário econômico e geográfico devastado exatamente pelo fato de os técnicos não estarem fazendo o que deveriam fazer. E quem deveria supervisionar também não supervisionou. Quem deveria auditar também não auditou. Quem deveria laudar também não laudou. E tudo vira uma página passada. Isso não é possível.

Por isso, eu quero agradecer aqui enormemente não só às pessoas que continuarão a trabalhar conosco fora do Senado, das oitivas. Quero agradecer a todos que nos ofereceram relatos que vieram por *e-mail*, Senador Carlos, muitos relatos, muitas propostas, muitas informações. Não nos deixamos levar, em nenhum momento, pelo sentimento que é comum a mim nessa tarefa política, que é a vontade de você responder da mesma forma àqueles que fizeram o que fizeram. Nós queremos construir. Eu já disse: eu não sou demolidora, eu sou construtora. Mas não dormirei tranquila se achar que nós estamos aqui fazendo também uma figuração, para dizer que nós construímos uma CPI, que viemos aqui, falamos, perguntamos. Nós queremos construir novas práticas, novos modelos, nova regulação, nova fiscalização e, sobretudo, exigir a qualidade técnica de quem executa esse trabalho e que, com certeza, olvidaram, desconhecaram.

Houve uma pessoa que me marcou profundamente aqui. Eu acho que o Senador Carlos vai se lembrar: a Dra. Cristina, que, quando ele mostrava o ocidente, ela virava o rosto: "Não quero ver". Como é fácil não ver! Como é fácil não ver! É isto: é virar o rosto e não ver. Será que não dá para ouvir o lamento, o choro, o sofrimento das pessoas perdidas, dessas 300 famílias? Não dá para ver qual foi a imagem também? Vamos ver o lado que mais importa para o setor. Não dá para sentir como foi o abalo do conceito dessa empresa mundialmente? E quem hoje acredita? Eu disse aqui para o senhor do exemplo da multidão que foi para a rua dizer: "Aqui não! Barragem aqui não!" É o povo com medo, é o povo assustado.

Portanto, a minha colaboração, se acho que posso deixar aqui como Senadora – não como Presidente da Comissão, como Senadora –, é que tudo o que se construa a partir daqui seja para valer. Como dizem as crianças – a minha neta fala: "É à vera, não é?" –, tem de ser de verdade para funcionar,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para nunca mais... E o senhor sabe que o senhor pode contribuir decisivamente. O seu papel a senhora sabe. E aqui os que estão têm essa expectativa toda sobre nós.

Senador Carlos, eu queria...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pois não, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – ... também lhe dizer da grande satisfação pessoal não de trabalhar nesta CPI, mas de conhecê-lo com afinco, com a responsabilidade,...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – ... com a dedicação que o senhor teve à frente desse trabalho o tempo inteiro. Se mais não fizemos é porque mais não tínhamos como, como.

Eu casei minha filha no sábado e, no domingo de manhã, já estava lendo aquela pilha de relatórios. E ela perguntou: "Onde você está?" "Já estou indo, já estou indo!" e não a vi. Voltei para cá, entendeu?

Com certeza, eu tenho a minha parte de que eu não posso abrir mão nem para deleite de momentos importantes. E o senhor fez isso permanentemente bem.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – O Estado de Minas Gerais – eu sei de um voto na minha família; disso eu sei – tem que se orgulhar do Senador que mandou para esta Casa.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – E eu agradeço a todos, a todos os que aqui estiveram. Perdoem-me os atrasos, por favor, às vezes, madrugada adentro. Não sou a louca pelo trabalho, mas o trabalho já me pegou de tal maneira que não tem jeito: quando ele olha para mim, eu já acho que ele está me cobrando.

Então, se eu falhei, eu peço desculpas ao senhor, viu, por favor. Mas eu não gostaria de falhar nunca. Eu estou à sua disposição até o final do seu relatório, que eu tenho certeza de que será uma peça histórica para este País.

Muito obrigada a todos.

(Intervenção fora do microfone.)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - ES) – Pois não, com a palavra.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Só para agradecer à Senadora as palavras e dizer que o que me preocupa hoje e de certa forma me frustra é a pergunta feita por uma repórter para um jornal estrangeiro: o Brasil aprendeu com Brumadinho?

É uma pergunta dura. E eu me faço outras perguntas. Às famílias que estão nos assistindo e que têm funcionários nas minas, que têm parentes que estão próximos das barragens: novos acidentes não vão acontecer? É outra resposta que a gente, infelizmente, não tem como oferecer à Pátria. Nós precisamos aprender com isso. Nós temos que aprender com esses momentos.

Por isso é que eu coloquei para o Ministro das Minas e Energia e para o próprio Governo, uma missão para os militares: nós temos que fazer escola. Nós temos que aprender e ensinar ao mundo como é que se lida com essas situações, como superá-las e principalmente como evitá-las. Nós não podemos, a cada três anos, ser palco, mais uma vez, de tragédias, de crimes como esse num setor que é fundamental para o nosso futuro. Nós estamos falando em facilitar a vida da mineração, ampliar a pesquisa, abrir novas frentes, descobrir terras raras, mas como é que nós vamos fazer isso, Sr. Brumer, se lá atrás a gente deixa um passivo e as pessoas não podem dormir de madrugada?

Então, a CPI termina de uma maneira muito profícua em dizer que o Brasil precisa aprender. Este vai ser o nosso posicionamento do relatório: entender o que aconteceu, dar respostas e propor, para que nós sejamos frente da mineração contemporânea, fronteira do conhecimento.

É o que eu gostaria muito que nós tirássemos de todo esse trabalho que foi feito aqui na CPI.

E à Senadora Rose o meu muito obrigado pelo aprendizado conjunto, muito firme sempre. Ela, com experiência, trouxe aqui questionamentos muito importantes. Cada um de nós tem feito o melhor da nossa parte, não é, Senadora?

E eu espero, sinceramente, que todos aqueles que estão nos acompanhando façam também o melhor: o Ibram faça o seu melhor em contribuir para um setor mais seguro; o Ministério faça o seu melhor em buscar novas tecnologias e criar novos padrões, propor novos caminhos.

É isso que nós precisamos dar de contribuição ao País. Não pode acontecer de novo. Nós temos que aprender com as tragédias. E isso, infelizmente, não tem sido a nossa tônica, a nossa cultura.

Quem sabe a gente, a partir de agora, muda e cria um novo tempo nos setores todos?

Muito obrigado a vocês.

Uma boa tarde.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Iniciada às 13 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 29 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO DA CPI DE BRUMADINHO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE JULHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às treze horas e vinte e sete minutos do dia dois de julho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Rose de Freitas e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI de Brumadinho com a presença dos Senadores Antonio Anastasia, Juíza Selma, Dário Berger, Jorge Kajuru, Leila Barros, Jaques Wagner, Wellington Fagundes, Carlos Viana, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Paulo Paim, Marcos do Val, Arolde de Oliveira e Angelo Coronel. Deixa de comparecer o Senador Jader Barbalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Apresentação do Relatório. Finalidade:** Apresentação do Relatório Final pelo Relator da CPI, Sen. Carlos Viana. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Relatório Autoria:** Sen. Carlos Viana. **Resultado:** Aprovado com modificações. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e trinta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora ROSE DE FREITAS

Presidente da CPI de Brumadinho

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/07/02>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 21, de 2019, para apurar as causas do rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, da Empresa de Mineração Vale, em Brumadinho, e outras barragens.

A presente reunião destina-se à apresentação do relatório final elaborado pelo Senador Carlos Viana.

Bom, hoje, sendo praticamente o encerramento dos trabalhos desta Comissão, nós queríamos, primeiro, agradecer muito, não é, doutora, Senadora Selma? Não é fácil conduzir CPI em uma Casa cuja agenda toda se concentra na terça e na quarta. Nós, aqui, fizemos várias audiências na quinta-feira.

Queria agradecer a todos que participaram e participam ainda, porque o trabalho, lendo o relatório, ainda há a continuidade dele internamente, na própria Comissão, na parte técnica. Nós esperamos que o resultado desse trabalho seja não mais um olhar de culpa ou omissão para o retrato dessas vítimas que ainda ficam na nossa cabeça, para o que a Vale tem a dizer aos familiares, para as pessoas das famílias, aqueles que sequer conseguiram encontrar seus entes queridos.

É um acúmulo de tragédias neste País, muitas ocorreram, mas a tragédia da Vale pode-se considerar a tragédia das tragédias. É a perda humana, da natureza, do comprometimento, animais, tudo o que foi destruído em poucos momentos, em poucos minutos, os sonhos, os patrimônios de uma vida inteira de famílias que trabalharam, que foi tudo soterrado pela incúria, pela negligência, pela ganância, pela usura, pela irresponsabilidade, pela indiferença, pela omissão e aqui, diante dos nossos olhos, mais do que isso, a maneira com que desleixadamente muitas pessoas se colocaram diante desta CPI.

Eu quero reforçar aqui, Senadoras e Senadores, que perseveramos, a despeito de qualquer falta de incentivo e de apoio, que em momentos fizeram muita falta. Eu tive a honra de presidir esta Comissão e de estar ao lado de Senadores como os que estão aqui presentes nesta hora final. Nós estamos aqui para dar uma resposta, e o nosso Relator foi enérgico, foi incisivo, foi categórico. Se nada nós podemos levar como resultado 100% satisfatório do trabalho, eu queria dizer que nós aprendemos muito.

Houve momentos em que eu senti vergonha, tristeza, senti a injustiça daqueles que aqui estiveram, de achar que poderiam se omitir, poderiam mentir. As lições deste trabalho vão ficar aqui, no retrato fiel da dedicação do nosso Relator, da Senadora Selma presente, do Kajuru, que nunca faltou, do Senador Randolfe, do Senador Otto, do Senador Fagundes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Vale para nós pode ser destacada aqui como uma empresa deste tamanho que relativou tudo, relativou a verdade, relativou justiça. Tudo em desacordo com normas, protocolos, procedimentos aconteceu relativamente a essa barragem.

Pelo que foi revelado, pelas investigações que o Ministério Público fez, pela diligente colaboração da Polícia Federal, evidentemente, nós não nos deparamos aqui... Aliás, nós nos deparamos pouquíssimas vezes, Senador Carlos, com a verdade. A verdade se ausentou desse panorama de depoimentos aqui.

Quantas coisas nós também nos perguntamos, quantas tragédias poderiam ter sido evitadas neste País? Mas imaginem quantos depoimentos aqui deixaram claros, Senador Kajuru, que, se o comportamento tivesse sido diferente, essa tragédia poderia ter sido evitada!

Então, em colaboração com tudo isso, tenho certeza de que a gente pode falar aqui dos projetos de lei e da responsabilidade absoluta com que esses Senadores trabalharam. É isso que eu penso que foi o principal objetivo desta CPI, a despeito daqueles que acharam que, ao se ausentar, criariam a impossibilidade de a CPI continuar. Não criaram. E não ficarão sem punição. Nós estamos prosseguindo. Isto aqui é um prosseguimento do reconhecimento da importância que esse trabalho teve, a certeza de que, a partir daqui, reduções importantes, Senador Carlos, poderão ser adotadas para se evitar drasticamente as consequências e, sobretudo, a impunidade, porque a impunidade é que vai levar à reincidência delituosa desse e de outros processos que poderiam acontecer.

Então, não sei se as pessoas sentiram... Um momento muito enfático que aqui aconteceu, Senador Kajuru, foi quando o Senador Carlos Viana trouxe aquelas imagens que ficam na nossa cabeça e nos perseguem, em que uma das pessoas sentadas à mesa virava o rosto para não ver, achando que, se não visse, não sentiria. Sente, porque a verdade foi faltosa. O olhar pode não ter se debruçado sobre as imagens, porque as imagens são dramaticamente significantes, são o retrato de uma tragédia, mas também a demonstração de um cinismo, que nós presenciamos, e também do lucro desmedido das ações de uma empresa importante para o País, geradora de emprego, mas geradora de calamidades também.

Então, nós não podemos tolerar mais o que nós vimos, dizer que as pessoas não podem ser poucas – eu quero dizer do sentimento que eu tenho há 35 anos no Parlamento – para procurar o caminho da verdade. Mas, sendo poucas, elas podem fazer o que aqui foi feito, colaborar para que ela seja construída, apesar de todas as mentiras, de todas as inverdades aqui. Com as fotos mostradas, os depoimentos, os dados técnicos, muitas vezes confrontantes, ficaram verdades que estavam aqui dilacerando a nossa vida, este País, e, no entanto, as pessoas disseram "não é assim, eu digo que não é assim".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Houve também uma atitude que eu percebi, mas nós insistimos nela até um ponto em que a folha encostou na parede e não deu mais. Foi quando as pessoas que aqui passaram a ser convocadas como testemunhas. Elas produziam seus *habeas corpus*, vinham para cá e aí resolviam prestar depoimento. Era uma estratégia, assim: "Eu tenho um *habeas corpus* que me preserva de dizer a verdade, não posso sofrer punição de qualquer natureza, restrição de liberdade, mas também posso me colocar aqui como uma pessoa que está colaborando.", quando na verdade, essa colaboração é pró-forma, não é?

A dor que nós nunca vamos representar aqui com nenhuma palavra. Nenhum relatório vai ser suficiente para a gente falar que a gente, com essa atitude, vai conter a dor que aquele povo, aquelas pessoas passaram. Mas cabe à gente aqui, às autoridades constituídas que isso possa se resolver de uma vez por todas, através da legislação, através da confrontação da verdade.

Nós aqui não encharcamos nossas mãos; nós fizemos o contrário: nós juntamos nossas mãos para produzir esse trabalho que se concretiza com o relatório, que eu quero homenagear, sobretudo, do Senador Carlos Viana. Nós não estamos alheios. Nós somos pessoas eleitas. E acham que construir um biombo e se esconder atrás dele pode nos ressaltar de responsabilidade. Não pode nos ressaltar. Não vai nos eximir.

E eu tenho certeza de que, em tragédias como essas, a população estará atenta se o Governo, em algum dos seus setores, tentar se omitir, diante de tudo que eventualmente possa acontecer no futuro. Eu digo que nós transformaremos esse passado, que queremos transformar num presente melhor, trazendo o passado novamente para a responsabilidade pública. Eu vi muitas pessoas dizendo assim, "Olha, vamos reestruturar o órgão governamental.". Vamos ver, vamos ver, porque o fato de constatar quadro restrito, falta de ações devidas não isenta a responsabilidade que as pessoas não tiveram para com essa tragédia e a tragédia em Mariana.

Eu quero destacar mais uma vez aqui, Senador Kajuru, Senadora Selma, Senador Randolfe, Senador Otto, Senador Fagundes, Senador Jaques Wagner, que estiveram conosco aqui e depois foram presidir outras Comissões. O empenho de todos nos fez chegar até aqui. E, chegando até aqui, eu quero também agradecer à Consultoria Legislativa, à secretaria das Comissões o apoio que deram ao trabalho desta CPI.

Por fim, eu agradeço a todos e digo que aqui não há sacrifício. Há a parte das mais singelas de doação, que é dever. Eu não consigo entender quando as pessoas agradecem, "muito obrigado". Isto aqui é dever. Nós fomos escolhidos para isso, recebemos para isso e temos que dar demonstração de que somos capazes e de que não haverá complacência, indisciplina, negligência para cumprir o dever.

Eu queria depois citar nominalmente. Eu sou ótima para número e péssima para nome. Eu já contei que chamei meu filho, durante seis meses, de Rafael, e ele se chamava Gabriel. Quando a minha





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mãe chamava, ele ria. Quando eu chamava, ele... Aí eu falei: "Mãe, esse menino não me conhece.". Ela falou: "Não, ele se chama Gabriel, você o chama de Rafael...". Eu não quero errar. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Ao Kajuru, então, eu tenho que pedir perdão, porque eu o chamei de Jaburu umas trezentas vezes. (*Risos.*)

Então, perdoem-me as falhas, perdoem-me muitos momentos também de irritação. Eu queria pedir, se os senhores concordarem, porque isso eu quero levar no meu coração, que nós possamos ficar um minuto de pé em homenagem póstuma às pessoas pelas quais trabalhamos.

Quero que Deus esteja conosco nesse momento de silêncio!

(*Faz-se um minuto de silêncio.*)

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Muito obrigada.

Que Deus esteja com os familiares e todos aqueles que conviveram com esse episódio tão trágico!

Eu concedo a palavra, agora, ao nosso Relator, Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para proferir relatório.) – Meu boa-tarde a todas e a todos os presentes.

Quero agradecer à Senadora Rose de Freitas pelas palavras, pelo companheirismo; agradecer a todos os Senadores, que caminharam conosco de uma maneira muito firme: Senador Kajuru, Senadora Selma, sempre uma grande conselheira, Senador Randolfe, nosso muito obrigado também pela caminhada e pela confiança.

Gostaria de fazer algumas citações nominais aqui antes da leitura do resumo do relatório.

Aliás, quero até fazer o pedido para que nós dispensássemos a leitura principal, Sra. Presidente, visto que, como são 330 páginas, e nós ficaríamos até muito tarde. Mas, se V. Exas...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Pode consultar os demais se todos estão de acordo.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Se os Senadores concordarem, como todos já receberam uma cópia antecipadamente, leríamos um resumo bem explícito das investigações. (*Pausa.*)

Quero agradecer aqui a Consultoria Legislativa do Senado Federal, ao Bruno Mattos, ao Fernando Lyrio, o Gustavo Cerqueira, o Luiz Bustamante, ao Tiago Odon. Muito agradecido a vocês pela experiência e por terem trazido às reuniões todo um esforço para que nós pudéssemos alcançar esse resultado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu preciso agradecer também ao Ministério Público Federal, ao Procurador da República José Adércio Leite Sampaio, grande colaborador, desde as questões de Mariana até aqui as de Brumadinho, um conselheiro e um dos Procuradores que, hoje, eu considero um dos principais e mais capazes da nossa Procuradoria da República.

Quero agradecer também ao Procurador Helder Magno da Silva, que nos prestigiou em vários momentos com as decisões e com o acompanhamento das provas para a investigação.

Quero agradecer ao Ministério Público de Minas Gerais, ao Procurador-Geral de Justiça de Minas, Antônio Sérgio Tonet, que abriu as portas e não mediu esforços para que nós pudéssemos ter acesso e caminha com as conclusões do Ministério Público em Minas.

Quero também dar os meus parabéns e o meu agradecimento à Promotora Andressa Lanchotti, Coordenadora da força-tarefa, hoje, uma das Procuradoras com o conhecimento mais profundo nas investigações sobre barragens e uma voz, inclusive, na questão da prevenção para que novos desastres e crimes não aconteçam, especialmente no território de Minas Gerais.

Quero agradecer à Polícia Federal, ao Delegado Paulo Teixeira de Souza Oliveira e ao Agente David Queiroz Nobre, que estiveram à nossa disposição e nos acompanharam em todos os momentos e, com o conhecimento que têm da área investigativa, puderam nos chamar a atenção sobre os pontos importantes das provas que nós conseguimos especialmente dos depoimentos que nós tivemos aqui.

Preciso também agradecer ao Tribunal de Contas da União, Sra. Presidente, em especial ao Secretário Uriel de Almeida Papa, um dos grandes conhecedores da Administração Federal, que nos trouxe aqui uma série de sugestões, especialmente com relação hoje à Agência Nacional de Mineração e à fragilidade que nós temos na questão, inclusive, de processos possíveis de corrupção no âmbito da mineração, em nosso Brasil. O Tribunal de Contas fez um trabalho excepcional e quero lhe agradecer porque é parte importante do nosso relatório.

Agradeço à Agência Nacional de Mineração, na pessoa do Engenheiro Guilherme Gomes, que também esteve à disposição desta CPI, acompanhando, trazendo informações, e nos elucidando uma série de pontos e questionamentos sobre os relatórios técnicos. Como não é nossa área, Senador Kajuru, os engenheiros e técnicos todos foram muito importantes para que a gente pudesse entender exatamente em qual terreno nós estávamos pisando.

E da Secretaria da CPI de Brumadinho, ao Reinilson Prado e ao Diogo Peixoto nosso agradecimento pela paciência, pela tranquilidade.

Dando sequência aqui, eu vou ler um resumo do relatório com os principais pontos que nós temos. Os senhores já devem ter percebido – até podemos ter acrescentado aqui – que são 398 páginas do relatório que está à disposição de todos vocês. Aqui estão elencados, até o momento, dentro do lapso





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que nós investigamos de tempo, todos os detalhes que foram trazidos a esta CPI pelos depoentes e também nas 10 mil páginas de provas compartilhadas, que nós verificamos uma por uma. Não foi um trabalho fácil, mas um trabalho feito com muita dedicação.

Senado Federal. Comissão Parlamentar de Inquérito. CPI de Brumadinho e outras barragens.

Relatório.

A Comissão Parlamentar de Inquérito, a CPI de Brumadinho e outras Barragens iniciou os trabalhos em 12 de março de 2019, com duração ajustada para 120 dias. Nesse período, foram realizadas 14 reuniões, sendo a primeira para instalação e eleição da Presidente, Vice-Presidente e Relator, e a segunda para a aprovação do Plano de Trabalho dos Requerimentos Iniciais.

As 12 reuniões seguintes foram destinadas às oitivas dos investigados e convidados. Ao todo, foram aprovados 62 requerimentos, a maioria tratando da convocação de testemunhas ou convites. Como resultado dos requerimentos de compartilhamento de provas, foram recebidas mais de 15 mil páginas. Peço aqui a gentileza de corrigirem. Foram 15 mil páginas de inquéritos policiais e ações civis públicas, além de centenas de horas de filmagens das câmeras de segurança da Barragem B1. Todos esses elementos foram considerados na elaboração do relatório, cuja estrutura e conteúdo são detalhados a seguir.

De início, são mostrados os inúmeros impactos e desdobramentos da tragédia nesses pouco mais de cinco meses de buscas, investigações e ações do Poder Público. Um paralelo é traçado entre as tragédias de Mariana e Brumadinho, separadas por pouco mais de três anos. As semelhanças entre as duas tragédias nos permitem concluir que importantes lições não foram apreendidas, tendo como resultado a ocorrência de uma segunda tragédia ainda pior em termos de perdas humanas.

As diretrizes estabelecidas no requerimento de criação da CPI são detalhadas, destacando o papel investigativo que visa a apuração das causas da tragédia e a identificação das responsabilidades e o papel legislativo que visa apresentar novos projetos de lei que aperfeiçoem o ambiente regulatório e a fiscalização do setor de mineração de forma a evitar novas tragédias.

Sabendo tratar-se de um tema complexo, cuja análise requer familiaridade com os termos técnicos mais utilizados, foi incluída uma descrição de como funcionam a extração de minérios e as barragens de rejeitos. Aqui encerramos o capítulo da introdução.

2. Audiências da CPI

Conforme descrito no plano de trabalho, as audiências da CPI foram divididas em duas partes: investigação e propostas. Entre uma e outra, foram ouvidos os representantes do Ministério Público, que apresentaram as suas considerações sobre as investigações conduzidas pelas duas forças-tarefas ainda em andamento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Buscando identificar as causas e apontar responsabilidades, as oitivas de investigação se concentraram nos funcionários da Vale com papel ativo na tragédia, desde a Presidência da empresa até as áreas operacionais. Além de 13 funcionários da Vale, foram ouvidos os funcionários das empresas de auditoria TÜV SÜD e Tractebel.

Saltou aos olhos a estratégia harmonizada de defesa adotada pelos depoentes da Vale, cujos advogados foram pagos pela empresa, com exceção do Sr. Felipe Rocha. Assim, a maior parte dos depoentes argumentou que não havia risco iminente e que, portanto, nada havia a ser feito. Mesmo quando confrontados com as falhas e alertas identificadas na barragem, principalmente a partir de junho de 2018, os depoentes insistiram nessa posição. A alta direção da empresa tentou convencer os Senadores de que não tinha acesso às informações de segurança das barragens, no que foram desmentidos por meio de provas compartilhadas, bem como por contradições entre os depoimentos prestados a esta CPI.

As audiências de propostas trouxeram dos especialistas novas visões sobre como manejar e reaproveitar os rejeitos da mineração sem a necessidade de recorrer a barragens.

O Tribunal de Contas da União apontou as fragilidades no modelo de fiscalização e da estrutura da Agência Nacional de Mineração.

3. Provas compartilhadas

Por força de requerimentos aprovados, a CPI recebeu um conjunto de provas compartilhadas do Ministério Público de Minas Gerais e do Ministério Público Federal. Entre elas, destaca-se a ação civil pública promovida pelo Ministério Público de Minas, com mais de 10 mil páginas, contendo diversos documentos importantes para a análise dos fatos, como os debates do painel de especialistas, o Piesem, e as revisões periódicas de segurança de barragens produzidas pelas auditorias.

Destaca-se também o Inquérito Policial nº 062, de 2019, conduzido pela Polícia Federal, que tomou os depoimentos de todas as pessoas físicas citadas pela CPI, além de outras. O inquérito também traz a análise dos elementos encontrados em operações de busca e apreensão, revelando-se fundamental para a compreensão do contexto e do papel dos envolvidos.

Aqui, digo aos Srs. Senadores que todo e qualquer material que nós produzimos e estamos colocando para a aprovação dos senhores foram retirados das provas compartilhadas, especialmente do inquérito da Polícia Federal, que é muito completo. É um inquérito muito bem feito, profissional, que mostra claramente a capacidade da nossa PF em fazer investigações do cunho e do tamanho dos crimes de Brumadinho.

Os elementos de prova analisados apontaram para uma linha de investigação que, sinteticamente, levou aqui a quatro conclusões. Eu começo a ler, então, as quatro conclusões que nos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

levaram a entender o que aconteceu na barragem do Córrego do Feijão: um, a Barragem B1 foi construída e alteada com deficiências de projeto, de execução e de documentação, especialmente em relação ao sistema de drenagem. Dois, no intervalo de um ano antes da tragédia, foram detectados diversos sinais de que havia riscos sérios à estabilidade da barragem, os quais não foram devidamente avaliados. Três, os laudos de segurança emitidos por empresas de auditoria contrariaram as recomendações do painel de especialistas Piesem e padrões internacionalmente aceitos; a produção, análise e revisão dos laudos sofreu interferências indevidas entre auditor e auditado. Quatro, a gerência e a alta gestão da Vale estavam cientes dos riscos da Barragem B1 e das medidas que seriam necessárias para aumentar a segurança.

Aqui vou detalhar cada um desses quatro pontos.

Construção e alteamentos: falhas e omissões.

O relatório detalha, utilizando provas documentais, os seguintes argumentos: a barragem foi construída em 1976, sofreu dez alteamentos pelo método a montante. Em junho de 2018, na revisão periódica de segurança, nem a Vale, nem a auditoria contratada encontraram a documentação de todas as obras de alteamento realizadas ao longo desse período. A documentação existente é descrita como confusa, não confiável e repleta de divergências. Os auditores relatam desconhecimento das características geotécnicas da barragem e dos resultados dos ensaios geotécnicos realizados. Um consultor contratado pela Vale, em sua primeira visita à barragem, fez duas escavações simples, de onde surge água em profusão, demonstrando que o sistema de drenagem era insuficiente ou não tinha a manutenção adequada.

Barragem 1: eventos e alertas.

O relatório detalha, utilizando provas documentais, os seguintes argumentos: na instalação do 15º dreno horizontal profundo, em junho de 2018, a barragem sofreu um grave evento de fraturamento hidráulico, que foi reportado à ANM com menor grau de risco do que constava no relatório interno da Vale. Como consequência do problema, a instalação dos DHPs foi interrompida. Porém, a alternativa necessária à diminuição do nível da água na barragem, o chamado lençol freático, que seria a execução de poços de rebaixamento, não foi realizada. O evento dos DHPs deveria ter acendido um alerta sobre a situação da Barragem B1, trazendo prioridade às obras de redução do nível de água, que acabaram levando ao rompimento da barragem.

No rompimento, as imagens de vídeo mostram um forte fluxo dessa água surgindo do mesmo ponto onde ocorreu o fraturamento hidráulico do DHP 15. Tal fato é demonstrado com os desenhos de execução e as imagens das câmeras. Em mais de um momento, o radar interferométrico detectou anomalias na Barragem B1. Particularmente, a partir de dezembro de 2018, foi detectada uma deformação positiva, gradual e constante na barragem. Uma troca de *e-mails* entre funcionários da Vale





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e de empresas terceirizadas, constante no relatório, mostra que mesmo a Barragem B1 estando na zona de atenção, nenhuma leitura dos piezômetros havia sido feita em janeiro de 2019 até a data de rompimento da barragem.

Os piezômetros são importantes instrumentos para avaliar o nível de água na barragem, uma das causas do fenômeno da liquefação que provavelmente deu origem ao rompimento da barragem. E cabe a um laudo técnico específico, que será disponibilizado ao Ministério Público e à força-tarefa a confirmação. Dois dias antes da tragédia, vários funcionários detectaram problemas de leitura dos equipamentos sem que nenhuma ação efetiva tivesse sido tomada.

Declarações de estabilidade e as relações perigosas.

O relatório detalha, utilizando provas documentais, os seguintes argumentos: uma troca de *e-mails* constante no relatório demonstra que a funcionária da Vale Cristina Malheiros tinha acesso aos relatórios de auditoria e promovia alterações no conteúdo antes que fossem formalmente apresentados à Vale e à Agência Nacional de Mineração, contrariando a separação entre auditor e auditado e o bom senso.

O próprio Diretor-Executivo da Vale, Sr. Gerd Poppinga, apontou que estava sendo investigado um conflito de interesse entre a TÜV SÜD e a Vale. Além do contrato de auditoria, a TÜV SÜD possuía um contrato para fazer os projetos "AS IS", descritos como técnica de como uma obra foi efetivamente executada; um contrato de automação dos piezômetros mais um contrato para o projeto de remuneração da Barragem B1.

Rebatendo um argumento utilizado pela Vale de que o fator de segurança mínima utilizado para a barragem B1 – 1,9 – seria aceitável, o relatório apresenta as conclusões do painel dos especialistas do Piesem mostrando que o número mínimo adotado pelos especialistas era 1,3. Além disso, o relatório mostra que essas conclusões foram disseminadas e debatidas dentro da própria empresa exaustivamente.

Gerência e direção: quem sabia e quem deveria saber.

O relatório detalha, utilizando provas documentais, os seguintes argumentos: houve troca de *e-mails* iniciada pela Gerente Marilene Lopes e enviada a vários gerentes e diretores da Vale, em que a mensagem inicial destaca a necessidade de mais investigação e monitoramento na Barragem B1, além de apontar medidas complementares para reduzir o risco atual. Em menos de dois dias úteis, a mensagem circula entre diretorias e gerências, tanto na área responsável pelos riscos corporativos quanto na área operacional.

O relatório mostra as anotações de Alexandre Campanha, Gerente-Executivo de Governança de Geotecnia Corporativa da Vale, colhidas em operação de busca e apreensão, quando este discute, no





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

painel de especialistas, os riscos da Barragem B1. Alexandre Campanha anota, à mão: fazer um bom planejamento para a B1, tomar cuidado.

Uma mensagem eletrônica mostrada no relatório prova que, na manhã da tragédia, o Subcomitê de Riscos Operacionais da Vale se reuniu para discutir, entre outros tópicos, a visão detalhada dos controles e planos de ação dos riscos das barragens de ferrosos e carvão, apresentada pelo funcionário da Vale Alexandre Campanha.

Recomendações sobre regulação e fiscalização de barragens.

É o Capítulo 4.

Restou claro para esta CPI que nenhuma nova legislação de segurança de barragens cumprirá seus objetivos sem que a Agência Nacional de Mineração seja fortalecida. A agência, que começou a operar em dezembro de 2018, herdou as atribuições do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral, além de novos papéis atribuídos na sua criação; herdou também a combalida estrutura daquele órgão, com um quadro de pessoal insuficiente e carente de capacitação, estrutura administrativa e tecnológica deficitária, um orçamento anualmente desidratado pelos sucessivos contingenciamentos. Nem mesmo a previsão legal de orçamento vinculado a um percentual da Cfem, que é a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, foi capaz de garantir à ANM os recursos necessários à estruturação.

Esta interpretação é corroborada pelo Tribunal de Contas da União nas diversas auditorias, particularmente aquelas realizadas de 2016 em diante, quando, já sob o efeito da tragédia de Mariana, ficou patente a necessidade de criar uma melhor estrutura de fiscalização na mineração em nosso País. O Tribunal de Contas da União identificou um grave déficit organizacional na ANM, com potencial de risco de novos desastres. Essa conclusão foi sintetizada em quatro elementos: limitações orçamentárias e financeiras, quadro técnico deficitário, insuficiente capacitação do corpo técnico e altíssima exposição à fraude e corrupção.

Considerando que a estrutura da ANM é de competência do Poder Executivo, esta CPI apresenta, na forma de recomendações, as seguintes considerações, todas as derivadas de trabalho de auditorias conduzidas pelo TCU e que nós abraçamos e tivemos a oportunidade de acompanhar.

Recomenda o Tribunal de Contas da União: elaboração de código de ética e de conduta prevendo o termo de compromisso ético ao assumir cargos; regulamento de auditoria interna; gestão corporativa de riscos e processos de gestão de riscos; controles para mitigação do risco de fraude e corrupção; obrigatoriedade de manifestação em caso de nepotismo ou conflito de interesse por parte de colaboradores e gestores; processo para análise rotineira e tempestiva dos documentos recebidos dos empreendedores; processos para a rotina de fiscalizações *in loco*, fluxo de informações e instrumentos de coerção; metas e indicadores de qualidade nas fiscalizações promovidas pelas superintendências





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regionais; obrigatoriedade de instrumentos de medição automática nas barragens; sistema informatizado com a emissão de alertas automáticos em caso de situação de risco.

Por fim, o relatório traz duas importantes considerações para a atuação eficaz da ANM, a primeira é a criação de um modelo que retira o vínculo econômico direto entre a empresa auditada e a empresa auditora. A sugestão acolhida nos projetos de lei apresentados pela CPI é que a ANM faça um cadastro de pessoas e empresas aptas a conduzir os processos de auditoria. A escolha da empresa em cada ciclo seria feita por sorteio entre as credenciadas. Os custos continuariam a ser pagos pela empresa auditada, mas na forma de uma taxa de fiscalização e auditoria recolhida pela ANM, isso evitaria situações como aconteceu entre a TÜV SÜD e a Vale, de flagrante conflito de interesse.

A segunda consideração é sobre a necessidade de prover a ANM de recursos humanos adequados e de um plano de capacitação abrangente para rapidamente aumentar a quantidade e a qualidade do corpo técnico, sem o qual nenhuma das ações previstas poderia ser executada. Isso passa obrigatoriamente por um orçamento adequado ao momento de estruturação da agência.

5. Indiciamentos

Dentro do compromisso assumido por esta CPI de avançar na identificação das causas e dos responsáveis pelo desastre, o relatório apresenta as conclusões obtidas por meio das oitivas e as provas compartilhadas.

A análise das implicações penais se inicia discutindo o enquadramento de omissão ou de não fazer o que deveria ser feito. A partir disso, duas hipóteses gerais são apresentadas: o risco moral e o defeito de organização.

O risco moral ocorre quando o comportamento da pessoa em resposta a uma mudança de situação tende a aumentar a probabilidade de dano. A hipótese é a de que a desativação da Barragem B1 a partir de 2016 tem aumentado a tolerância ao risco de seus operadores com contenção de custos e dada a tendência natural do fator segurança de aumentar com o tempo.

A hipótese de defeito de organização da Vale se refere à falta de incentivos a diretores gerentes e funcionários para que privilegiassem o controle do risco e o cumprimento da lei. Um sistema de governança e *compliance* falhos teve papel relevante para o desenrolar da causalidade que levou ao rompimento da barragem.

A partir desse ponto, outro elemento central é analisado: as diversas representações visuais dos riscos e sua categorização em riscos toleráveis, riscos a serem reduzidos e riscos inaceitáveis. A forma de obtenção e interpretação do fator de segurança de uma barragem é também discutida. O objetivo é identificar em que momentos a Vale aceitou riscos inaceitáveis. As incertezas derivadas da falta de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informação sobre a real condição da barragem e os riscos provenientes desse comportamento também são avaliados.

Aprofundando a análise, a questão do risco iminente, muitas vezes invocada pelos funcionários e gerentes da Vale, é debatida, refutando a tese de que isso os isentaria da responsabilidade pela segurança da barragem.

Avançando na tipificação penal das condutas, uma vez identificado o defeito de organização e a existência de um ciclo vicioso organizacional, que levava à assunção de riscos inaceitáveis, conclui-se que os envolvidos são coautores numa cadeia normativa de imperícia, imprudência e negligência, fundamentando a autoria do delito culposos.

Em seguida, o relatório lista uma série de ações que a Vale, seus funcionários e contratados poderiam e deveriam ter promovido, mas não o fizeram: a instalação dos piezômetros multiníveis; construção da berma de reforço; construção dos poços de rebaixamento; remuneração dos rejeitos; evitação de gatilhos (detonações, tráfego de caminhões, etc.); medição dos piezômetros com mais frequência; idas a campo e leitura manual na ausência de leitura automatizada; não desativação em massa de piezômetros para automação; consideração da leitura do radar interferométrico; consideração do período chuvoso com índice pluviométrico acima da média histórica; acionamento do plano de emergência (PAEBM) e evacuação; investimento em sistema eficaz de sirenes; retirada da estrutura administrativa da empresa do local; adoção de uma curva de tolerância ao risco; prevenção contra o conflito de interesses.

O relatório explana as razões pelas quais foram descartadas as outras possibilidades de enquadramento penal, explicando também os casos em que não foram encontradas provas suficientes.

Os elementos probatórios colhidos pela CPI apontam para o crime omissivo, impróprio, culposos do art. 13, §2º, do Código Penal. Tal imputação diz respeito a crimes em que é preciso que o agente, pessoa física, possua o dever de agir, para evitar o resultado.

A posição de garantidor se encontra diluída na estrutura e organização da empresa.

Qualquer gestor, qualquer funcionário, conforme a Diretoria da empresa, poderia ter dado início ao plano de emergência, e todos eles dispunham de informação para interromper o curso causal que levaria à tragédia.

Não foram encontrados elementos suficientes para a caracterização do dolo eventual.

O dolo eventual não se contenta apenas com a assunção do risco, mas exige, ainda, o elemento volitivo expresso no consentimento do agente quanto ao resultado produzido, conforme a sua representação subjetiva, dentro das últimas decisões, inclusive, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com essas considerações, são sugeridos os seguintes indiciamentos: a empresa Vale é indiciada nos termos da Lei nº 9.605, de 1998, a Lei de Crimes Ambientais, por crimes culposos de destruição de flora de preservação permanente e de Mata Atlântica e de poluição que provoca a mortandade de fauna e flora, com inviabilização de área para ocupação humana, combinados com a responsabilidade penal da pessoa jurídica.

Segunda pessoa jurídica a ser indiciada por sugestão desta CPI: TÜV SÜD Bureau de Projetos e Consultoria Ltda. e TÜV SÜD Laboratório de Análise de Produtos Eirele. São indiciadas nos termos da Lei nº 9.605, de 1998, Lei de Crimes Ambientais, por crimes culposos de destruição de flora de preservação permanente e de Mata Atlântica e de poluição que provoca a mortandade de fauna e flora, com inviabilização de área para ocupação humana, combinados com a responsabilidade penal da pessoa jurídica.

No que tange às pessoas físicas, foi sugerido o indiciamento dos seguintes nomes, a partir dos tipos penais abaixo elencados: homicídio culposo e lesão corporal culposa, do Código Penal; crimes culposos de destruição de flora de preservação permanente de Mata Atlântica e de poluição culposa que provoca mortandade da fauna e da flora, com inviabilização da área para ocupação humana, todos na Lei 9.605, de 1998. Os funcionários da Vale, por sugestão desta CPI, deverão ser iniciados no crime ambiental e também no homicídio culposo: Sr. Fábio Schvartsman, ex-Presidente da empresa; Gerd Peter Poppinga, Diretor de Ferrosos; Luciano Siani Pires; Lúcio Flávio Gallon Cavalli; Silma Magalhães Silva; Alexandre de Paula Campanha; Rodrigo Artur Gomes de Melo; Joaquim Pedro de Toledo; Renzo Albieri Guimarães Carvalho; Marilene Christina Oliveira Lopes de Assis Araújo; César Augusto Paulino Grandchamp; Cristina Heloiza da Silva Malheiros. Funcionários da TÜV SÜD que também responderão nos crimes de meio ambiente e homicídio culposo: Makoto Namba e André Yassuda.

6. Projetos de lei

Dos projetos de lei apresentados e sugeridos para o Parlamento. O principal foco dos projetos de lei apresentados, em coerência com os objetivos de criação da CPI, foi a segurança de barragens de rejeitos. Não se poderia, porém, deixar de endereçar questões como os crimes ambientais e a promoção de uma melhor estrutura tributária no setor, reconhecendo a importância desses aspectos no atingimento dos objetivos da Comissão.

O relatório apresenta um projeto de lei para cada uma das três áreas. Eram 12 projetos que nós dividimos em três principais em cada uma dessas áreas: segurança de barragem mineração, tributação da mineração, e crimes ambientais. Buscou-se a complementaridade e a compatibilização dos projetos com as demais iniciativas legislativas, particularmente em relação à Comissão Externa de Brumadinho e à CPI do Rompimento da Barragem de Brumadinho, ambas da Câmara dos Deputados. Para cada uma das três áreas, o relatório traz uma introdução ao tema, detalhando os fundamentos técnicos e as contribuições das audiências da CPI que levaram as propostas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto de lei de segurança de barragens é proposto na forma de lei autônoma por englobar uma série de comandos que somente cumprem o seu propósito quando analisados em conjunto.

A seguir, são mostrados, de forma resumida, os principais pontos dos projetos propostos. Segurança de barragens de rejeitos: proíbe novas barragens de rejeitos de mineração e rejeitos industriais; determina o descomissionamento no prazo máximo de dez anos das barragens de rejeitos em operação e no prazo máximo de cinco anos das barragens inativas; exige licenciamento ambiental para o projeto de descomissionamento; obriga a contratação de engenheiro de registros, de forma a manter a memória do projeto original e das alterações realizadas na barragem; proíbe construções da mineradora na zona de autossalvamento – a ANM determinará o prazo para desativar aqueles já existentes; cria o direito à indenização do imóvel quando o proprietário ficar 30 ou mais dias afastado por risco de rompimento de barragem, a ANM criará um cadastro de profissionais e empresas de auditoria de barragens. As auditorias serão escolhidas por sorteio ou por critério independente e seus custos arcados pelo empreendedor por meio do pagamento de uma taxa. As mineradoras passam a pagar também a taxa de fiscalização de segurança de barragens de rejeitos para financiar as vistorias e fiscalizações. A ANM elaborará manual técnico a ser seguido pelas empresas de auditoria. O fator de segurança mínimo dependerá do dano potencial da barragem, mas nunca será inferior a 1,5; obriga a adoção de uma nova curva de riscos, categorizando riscos sociais e intoleráveis e riscos a serem reduzidos. Controladores membros da Diretoria e do Conselho de Administração das empresas que causaram rompimentos de barragens passam também a responder pelos crimes como pessoas físicas.

Royalties da mineração.

O projeto cria uma participação especial aplicada à receita líquida obtida na exploração de uma jazida com alíquota máxima de 40% em linha com o que já ocorre no modelo de *royalties* do setor petrolífero. Aqui nós estamos trazendo da política brasileira do marco do petróleo para a mineração uma proposta de um escalonamento na Cfem, que hoje está em 3,5%, e que, na nossa opinião, é subtributado, é insuficiente pelo estrago que a mineração gera e por ser uma riqueza finita. Nossa proposta é que seja criada uma participação especial. Quanto mais rica e produtiva for a jazida, maior será a contribuição ao Estado, chegando a 40% do lucro líquido.

A participação especial a ser aplicada nos casos de minas com grande volume ou de rentabilidade superior é estabelecida por decreto do Executivo. A participação especial evita inviabilizar a atividade do empreendedor, especialmente aqueles de porte médio ou pequeno que exploram minas menores ou de menor quantidade, ou menor qualidade e que, com isso, obtêm margens menores de lucro.

Crimes ambientais.

Os projetos tipificam dois novos crimes ambientais. Dar causa a desastre ecológico de grande proporção ou que produz estado de calamidade pública com as seguintes penas: se o crime for culposos,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um a dois anos de detenção e multa; se o crime for doloso, dois a oito anos de reclusão e multa. Dar causa a rompimento de barragem com as seguintes penas: se o crime for culposo, um a três anos de detenção e multa; se o crime for doloso, dois a cinco anos de reclusão e multa. O projeto prevê ainda condições agravantes para situações de maior impacto econômico, social ou ambiental, com pena de três a oito anos de reclusão. Em ambos os tipos penais propostos, a previsão de aumento de 50% da pena se causar lesão corporal, o dobro da pena se resultar em morte. Aumenta a multa de crimes ambientais para R\$1 bilhão por multa.

7. Conclusões e recomendações

Conforme demonstrado neste relatório, a CPI de Brumadinho, em prazo extremamente curto, logrou não apenas investigar as causas do rompimento da Barragem I da Mina Córrego do Feijão, como também identificar e sugerir o indiciamento dos responsáveis pelos crimes ali cometidos. O papel dos órgãos públicos foi debatido na CPI e diversas sugestões e recomendações emanaram desses trabalhos, seja do ponto de vista administrativo, seja do ponto de vista legislativo, a fim de evitar novas tragédias, o que nos permite concluir que o mandato recebido por este Colegiado foi cumprido com êxito.

Apesar disso, os trabalhos não se encerram. Há muito ainda a fazer, não apenas no caso específico de Brumadinho, mas também no quadro geral das barragens de rejeitos do Brasil. O mandato que esta CPI recebeu não se limita ao caso de Brumadinho e, por isso, as recomendações e proposições legislativas tratam de todas as barragens de rejeitos. A ideia não é apenas identificar o que aconteceu em Brumadinho e quem são os responsáveis, mas evitar que as barragens de rejeitos hoje existentes produzam novos desastres.

No caso do rompimento da Barragem I da Mina Córrego do Feijão, os trabalhos só estarão concluídos após o devido indiciamento, julgamento e punição dos culpados. Esta CPI, com a inestimável colaboração da força-tarefa que realiza as investigações referentes ao rompimento da barragem, certamente oferece, com este relatório, grande contribuição para que não se repita a situação de Mariana e também de Brumadinho. Lamentavelmente, decorridos mais de três anos do rompimento da barragem do Fundão, não há ainda o apontamento de sequer um responsável pelo maior desastre ambiental já ocorrido em solo brasileiro. Temos a convicção de que, com o nosso trabalho, o Senado Federal cumpriu a sua parte.

As evidências coletadas e analisadas pela CPI permitiram a conclusão pelo indiciamento de diversos cidadãos por homicídio culposo. No entanto, é importante ressaltar aqui que o aprofundamento das investigações em curso pela força-tarefa e o surgimento de novas provas podem implicar enquadramentos mais rigorosos, como homicídio por dolo eventual. É importante que todos os fatos sejam exaustivamente apurados a fim de que a sociedade brasileira, em particular aqueles afetados mais diretamente pela tragédia de Brumadinho, não enxergue, mais uma vez, a ausência de justiça diante da força do poder econômico.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à responsabilidade criminal, os elementos probatórios a que a CPI teve acesso (provas compartilhadas, decisões judiciais) e que produziu, nesses quatro meses de investigação parlamentar, confirmam as hipóteses de risco moral e defeito de organização. Ou seja, a desativação da Barragem B1 a partir de 2016, cujo efeito imediato seria elevar naturalmente o fator de segurança com o tempo, aumentou a tolerância ao risco dos funcionários da Vale, o que se traduziu em negligência operacional e contenção de custos para ações de evitação da liquefação. Além disso, a Vale não contava com um sistema de governança e *compliance* apto a coordenar os incentivos de diretores, gerentes e funcionários para o controle do risco e o cumprimento da lei, o que se mostrou relevante para o desenrolar da causalidade que levou ao rompimento da barragem.

Os elementos probatórios colhidos pela CPI apontam para crime omissivo impróprio culposo – art. 13, §2º, do Código Penal –, que se traduziu na criação de uma situação relevante de risco, que gerou um dever de agir, que foi ignorado, para impedir o resultado danoso. Na ausência da ação de evitação, a omissão se torna juridicamente relevante, e os responsáveis respondem pelos resultados, homicídio, lesão corporal e dano ambiental.

Várias ações poderiam e deveriam ter sido tomadas para evitar o resultado, mas não foram, como a construção da berma de reforço, a construção dos poços de rebaixamento, a evitação dos gatilhos, como as detonações, o acionamento do plano de emergência e a evacuação, retirada da estrutura administrativa da empresa do local, adoção pela empresa de uma curva de tolerância ao risco, etc.

Considerando que a estrutura corporativa da empresa e seu sistema de *inputs* e *outputs* envolvendo diretorias, gerências e operadores teve papel relevante no desenrolar dos eventos, esta CPI optou por atribuir a todas as pessoas físicas os mesmos crimes. Além disso, no crime culposo, é típica toda conduta que descumpra o dever objetivo de vigilância e cuidado. Assim, é autor todo aquele que, violando esse dever, dá causa ao resultado. Nesse sentido, esta CPI considerou todos coautores numa cadeia causal normativa de imperícia, imprudência e negligência.

A gravidade das condutas individuais varia, obviamente, dependendo da posição ocupada na empresa, poder de decisão, grau de autonomia e proximidade com os eventos ocorridos. O juiz, a quem caberá a decisão final, deve definir o montante de pena e multa no caso concreto, aumentando ou diminuindo para cada um, levando em conta essas circunstâncias.

Mas não foi apenas na identificação e sugestão de indiciamentos dos responsáveis que esta CPI trabalhou. No sentido de evitar novas tragédias como as ocorridas em Mariana e Brumadinho, a Comissão também oferece à sociedade brasileira a proposição de relevantes projetos de lei nas áreas de segurança de barragens de rejeitos de mineração, encargos e tributos do setor minerário e crimes ambientais. Ao contrário do que defenderam alguns representantes tanto do setor privado quanto do setor governamental durante as reuniões da CPI, há, sim, necessidade de maior regulação no setor minerário. O aparato legislativo que trata do tema revelou-se claramente insuficiente para coibir





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condutas criminosas como as praticadas pelos funcionários da Vale e evitar as tragédias por eles provocadas. E, mesmo após o desastre de Mariana, pouco mudou para reverter essa situação.

Aqui no Parlamento, os trabalhos apenas se iniciam. Todos conhecemos as dificuldades para a tramitação de uma proposição no Congresso Nacional até que se transforme em lei. Naturalmente, num tema como esse, que mobiliza poderosos interesses, as dificuldades serão ainda maiores. Será necessário um longo trabalho não apenas dos Parlamentares, mas de toda a sociedade brasileira, comprometida em que não se repitam os erros do passado. De nossa parte, Srs. Senadores, o Senado Federal estará empenhado em fazer com que essa tramitação seja tão célere quanto demanda a gravidade do cenário em que estamos.

É importante, ainda, mencionar as diversas iniciativas legislativas que já tramitam no Congresso Nacional e que visam suprir as lacunas que permitiram a repetição de rompimentos de barragens de rejeitos. Esta CPI listou todas essas proposições no Anexo II, e cada uma delas constitui contribuição do Congresso Nacional para o qual esta CPI gostaria de prestar o justo reconhecimento. Destacamos, em particular, o conjunto de proposições produzidas no âmbito da Comissão Externa Desastre de Brumadinho, criada na Câmara dos Deputados. Esta CPI se inspirou em uma dessas proposições para sugerir modificações à Lei de Crimes Ambientais.

O extenso conjunto de proposições tratando da mineração ora em tramitação no Congresso Nacional, a despeito de suas qualidades, peca pela fragmentação e dispersão no tratamento de temas relacionados. É nesse sentido que entendemos que o tratamento de questão tão complexa como a mineração requer uma visão legislativa mais integrada, razão pela qual sugerimos um grande esforço legislativo para reunir todos os projetos em tramitação no Congresso Nacional como base para a elaboração de um novo Código de Mineração. Essa é uma tarefa à qual o Congresso não poderá se furtar.

Finalmente, na esfera administrativa, os trabalhos da CPI evidenciaram deficiências crônicas do DNPM e de sua sucessora, a Agência Nacional de Mineração, incumbida de regular, monitorar e fiscalizar as atividades minerárias. Por se tratar de atividades da competência exclusiva do Poder Executivo, as soluções extrapolam os limites da iniciativa legislativa do Congresso Nacional. Contudo, permitimo-nos apresentar recomendações que nos pareceram imprescindíveis a partir de tudo que ouvimos, vimos e lemos no período de duração desta CPI.

Embora este Colegiado tenha dedicado seus esforços para aprimorar a legislação referente às barragens de rejeitos, não podemos deixar de nos preocupar, como Parlamentares e cidadãos, com a segurança das barragens em geral. Em que pese ao empenho da Agência Nacional de Águas (ANA), o fato é que, passados quase dez anos da instituição da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), 42% das barragens não têm outorga formal, e em 76% dos casos o Poder Público sequer sabe se a barragem está ou não submetida à Política Nacional de Segurança de Barragens. Então, Senadora Leila,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós temos aqui 76% das barragens brasileiras absolutamente desconhecidas do Poder Público em nosso País.

Esses dados estarrecedores comprovam a limitação do sistema autodeclaratório atualmente adotado para o cadastramento de barragens. Diante do quadro exposto, sugerimos que, sob a organização do Ministério do Desenvolvimento Regional, se constitua um grupo de trabalho com a participação dos órgãos fiscalizadores de barragens, para a regularização de todas as barragens no Brasil. Esse trabalho poderia, inclusive, fazer uso de imagens de sensoriamento por satélite providas por órgãos como o Instituto de Pesquisas Espaciais.

Por fim, no intuito de assegurar a continuidade das ações, esta CPI recomenda o encaminhamento do relatório à Polícia Federal, à Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, ao Ministério Público da União, ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, ao Governador de Estado de Minas Gerais, ao Ministério das Minas e Energia e também ao Ministério do Meio Ambiente.

Esse é, Sra. Presidente, o resumo do relatório, das 389 páginas, e os pontos principais.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Para discutir, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Pela ordem, inicialmente. Logo após a palavra do Senador Kajuru, vamos discutir o relatório.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Pela ordem.) – Bem, Sra. Presidente Rose, respeitosos companheiros desta CPI e companheira Juíza Selma, Pátria amada, lamento... Antes, reconheço e propago a perspicácia do meticuloso trabalho do Relator Carlos Viana, que eu tanto vi, em tantos dias nesta Casa, ficar trabalhando até 11h ou meia-noite por esta CPI. Então, é insofismável o trabalho feito e o relatório feito.

Há um ponto – daí o meu voto em separado que apresento aqui agora – com o qual não posso concordar. Eu não posso concordar com que esta CPI conclua os seus trabalhos e não aponte nenhum homicídio doloso – não culposo, mas doloso –, porque sonho em ver muita gente da assassina Vale na cadeia por esse crime ambiental e por 300 vidas humanas perdidas.

O relatório é composto de sete partes após a introdução do tema. Sua primeira parte narra com maestria, Senador Viana, todas as audiências públicas realizadas nesta CPI. Participei de todas, sem faltar a nenhuma.

Segunda parte...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Após, a terceira parte trata das provas, compartilhadas, demonstrando que o relatório não está embasado apenas nas provas que foram produzidas nesta CPI, mas também nas investigações e análises da força-tarefa em Minas Gerais.

Na quinta parte, descreve a questão da fiscalização das barragens, efetuando recomendações e sugestões de indiciamento.

Como a presente CPI também é propositiva, a sexta parte é destinada às proposições que, caso aprovado o seu relatório, tramitarão como projetos de autoria desta CPI.

A sétima parte é destinada a conclusões.

Além dessas partes, há três anexos de outros trabalhos entendidos relevantes pelo Relator Carlos Viana.

Abre-se, então, neste momento, a oportunidade para que os demais Senadores e Senadora possam apreciar o relatório apresentado, seja para concordar ou para discordar, total ou parcialmente – no meu caso, é apenas um ponto. Tomo a liberdade de propor uma conclusão diferente em relação a algo que considero fundamental. As sugestões de indiciamento. Concordamos com o Relator no sentido de que a omissão é fato juridicamente relevante, Juíza Selma. Existente o dever de agir – o que era o caso –, à omissão haverá sanção correspondente, a teor do artigo de 13º, §2º, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, que o Senador Randolfe certamente conhece, tal como muito bem descrito aqui pelo Relator, aliás.

Surgem, então, porém, três indagações: primeira, além da omissão houve ação positiva, ato comissivo para a prática do crime? Segunda, estaríamos diante de crime culposos ou de crime praticado com dolo eventual? Terceira, além dos crimes apontados pelo Relator, a conduta dos agentes está tipificada em outros dispositivos penais?

Vamos analisar os fatos de maneira técnica. Por ocasião das várias audiências da CPI, restaram incontroversos alguns fatos, relativos, Senador Anastasia, ao comportamento de determinados agentes. Veremos se esses fatos ocorreram mediante ações, bem como se essas ações são penalmente relevantes, Senador Jaques Wagner.

Atos comissivos e atos omissivos.

Logo depois do rompimento da Barragem nº 1 da Mina Córrego do Feijão (B1), a prisão cautelar, Senadora Leila Barros, de executivos e engenheiros da Vale e TÜV SÜD causou grande repercussão na imprensa. Levantou-se que o Sr. Alexandre Campanha, Gerente-Executivo de Geotecnia Operacional da Vale, teria feito pressão para que os engenheiros da TÜV SÜD, Srs. Makoto Namba e André Yassuda, assinassem um laudo concluindo pela estabilidade da barragem. A TÜV SÜD foi a empresa contratada





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela Vale em substituição, Presidente Rose, à empresa Tractebel, que havia se recusado a assinar o laudo pela estabilidade da B1.

Não é necessário, neste momento, avaliar ou concluir se o ato praticado pelo Sr. Alexandre Campanha pode ser qualificado como pressão para que os laudos concluíssem pela estabilidade da barragem. Vamos, então, concluir, tratando apenas do que é incontroverso neste meu voto em separado.

É fato incontroverso que a empresa Tractebel foi substituída pela TÜV SÜD, tal como narrado pela Engenheira Ana Lúcia Yoda a respeito da conversa com o gestor do contrato, Sr. Washington Pirete, da empresa Vale, Senador Viana, aspas, ele falou assim: "Bom, por essa divergência de critério, então, entendo que talvez a TÜV devesse continuar com as análises", fecha aspas. Houve, então, confissão do Sr. Alexandre Campanha quanto à existência de contato direto com os engenheiros da TÜV SÜD, conforme depoimento prestado esta CPI, aspas: "Nunca participei de nenhuma reunião isolada com nenhum funcionário da TÜV SÜD", o original está aqui, sem destaques.

Aspas, a pergunta que fiz a ele foi a seguinte: "Sr. Makoto, a TÜV SÜD já tem um posicionamento sobre a declaração de estabilidade?".

A existência dessa reunião foi confessada pelo Geotécnico César Grandchamp, da empresa Vale, em seu depoimento na 7ª Reunião desta CPI. Por ocasião da 6ª Reunião desta CPI, o Sr. Gerd Poppinga, Diretor-Executivo de Ferrosos, assim disse, aspas: "Os contratos de laudos de estabilidade são feitos pela área do Alexandre Campanha".

Também foi provado que, no dia 26 de setembro de 2018, às 7h11min46s, o Sr. César Grandchamp, da empresa Vale, assinou eletronicamente o laudo que concluiu pela estabilidade da B1, elaborado pelo Sr. Makoto Namba, da empresa TÜV SÜD.

As condutas descritas, a exclusão da empresa Tractebel, a contratação da empresa TÜV SÜD e demais atos tendentes de obter laudo de estabilidade favorável à Vale não são omissões, são atos voluntários, causa. Não foi omissão, mas, sim, ação, em que se substitui a Tractebel pela TÜV SÜD. O contrato *ad hoc* celebrado com a TÜV SÜD também decorreu de uma ação. A elaboração e a assinatura de um laudo foram ações.

Também são fatos incontroversos o rompimento da barragem, a inexistência de causa natural – furacão, terremoto, maremoto etc. – e a morte de 290 pessoas.

A questão seguinte é: há relação de causalidade entre os atos praticados, condutas acima descritas, e o resultado? O laudo que seria apresentado pela Tractebel iria disparar uma série de procedimentos previstos na regulação do setor, inclusive com participação da Agência Nacional de Mineração (ANM)?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esses procedimentos iriam levar à evacuação de pessoas, que não iriam falecer e que só faleceram porque houve atos, ações que impediram a ocorrência dos procedimentos aplicáveis à barragem em risco.

Além disso, a nossa Vale realizou detonações com explosivos na área da B1, conforme apurado nas investigações policiais. Como bem apontou o Relator, detonações, por si, já alteram as condições físicas estudadas pela empresa auditora no momento de feitura do laudo e poderiam deflagrar o processo de liquefação.

Portanto, além da omissão do dever de agir, já exposta pelo Relator de forma irretocável, verificamos que a atividade comissiva realizada pelos Srs. Alexandre Campanha, Washington Pirete, Makoto Namba, André Yassuda e César Grandchamp foi causadora do resultado inquestionavelmente.

Falo da aplicação da lei penal. Em razão dos atos praticados, seja comissiva ou omissiva, a conduta deve ser analisada para efeito de aplicação da lei penal. O Relator concluiu que as condutas foram culposas, e não dolosas – é o único ponto em que discordo do relatório. Vamos analisar se essa é a solução tecnicamente correta. Não sou o dono da verdade.

Durante os trabalhos da CPI outra barragem da Vale esteve na primeira página dos jornais: a Barragem de Gongo Soco, em Barão de Cocais, Minas Gerais. Todo o Brasil viu o desespero, Senador Anastasia, de uma população que estava diante de um risco iminente. Todo o Brasil viu, Senadora Selma, o nível de alerta subir, assim como viu a remoção de pessoas ser realizada. Todo o Brasil viu que uma barragem não se rompe de uma hora para outra. Todo o Brasil viu quais são os procedimentos adotados quando uma barragem começa a dar sinais de falhas. Esses fatos são notórios, Presidente Randolfe, e dispensam provas a meu ver.

Também é de conhecimento público a tragédia de Mariana, Minas Gerais. O alto escalão da Vale, os níveis intermediários, os técnicos; todos têm conhecimento do que ocorreu em Mariana em 2015. É difícil imaginar que uma empresa do porte da Vale, altamente competitiva no mercado, com refinado grau tecnológico, simplesmente "desconhecia" – entre aspas – os riscos que provocaram a tragédia de Mariana, Minas Gerais.

Vamos admitir, apenas por hipótese, que a empresa Samarco, controlada pela Vale, havia apenas sido negligente e que a prática de atos que levaram à tragédia de Mariana não tenha sido uma opção deliberada pela maximização do lucro em detrimento da segurança, lucro em detrimento da segurança? Qualquer argumento racional, em razão da existência de apenas culpa no crime de Mariana, cometido em 2015, não é válido para o crime de Brumadinho, cometido em 2019. Em ambos os casos, houve o rompimento de uma barragem com alteamento a montante. Até o advento do rompimento da barragem, a empresa controlada da Vale, em 2015, poderia existir talvez alguma dúvida a respeito. Depois do crime de Mariana, em 2015, todos ficaram sabendo de tudo no caso de Brumadinho.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta CPI obteve provas robustas a respeito do tema. Os riscos da Barragem nº 1 da Mina Córrego do Feijão, B1, foram expressamente tratados no Painel Independente de Especialistas em Segurança e Gestão de Riscos de Estruturas Geotécnicas (Piesem), realizado de 1º a 5 de outubro de 2018. Especialistas de renome internacional na área de segurança de barragens participaram do Piesem, tais como Scott Olson, Bryan Watts, David Bowles e Luis Valenzuela. Estiveram presentes e viram as conclusões do Piesem: o Diretor Lúcio Cavalli, o Diretor Silmar Silva, o Gerente-Executivo Alexandre Campanha, entre outros executivos da Vale.

Além disso, restou incontroverso que a diretoria da Vale recebeu informações a respeito dos riscos da B1, por meio de comunicação de Gerente de Riscos Geotécnicos, como a Sra. Marilene Lopes. Não se pode falar em desconhecimento. O Sr. Silmar Silva, em depoimento a esta CPI, foi claro ao afirmar que não deixou de repassar nenhuma informação referente à B1 ao Sr. Gerd Poppinga, seu superior hierárquico. Por sua vez, o Sr. Gerd Poppinga, ouvido pela CPI, também afirmou que não deixou de repassar informação alguma ao seu superior hierárquico, o Sr. Fábio Schvartsman.

Conforme mencionado no relatório apresentado pelo ilustre Senador Carlos Viana, o Sr. Gerd Poppinga, “que responde a processo criminal pelo desastre de Mariana, copiando Cavalli e Alexandre Campanha em mensagem de 7 de julho de 2016, mostra deter informação sobre a B1 e manda encerrar as atividades de produção até que testes e cálculos complementares fossem feitos, assim como eventuais medidas de reforço. Novamente evidencia-se que havia informação disponível e ordem sendo dadas com base nela”.

Para finalizar: houve opção deliberada por uma conduta, da qual se sabia ou vislumbrava o resultado que viria a ocorrer em janeiro de 2019.

Poderia ter sido tentada uma solução intermediária, na qual a segurança das barragens fosse minimamente considerada. Minimamente. O Sr. Gerd Poppinga respondeu positivamente, mas disse que ele recebeu nota zero da empresa. Aspas: “Nós tivemos uma fatalidade que me botou esse indicador de [nota] zero”.

Sem discutir se a utilização do vocábulo “fatalidade” é adequada, a resposta do Dr. Gerd Poppinga foi uma confissão a respeito das práticas que norteavam sua atuação como dirigente da Vale: não cuidar devidamente da segurança das barragens, nem mesmo cumprir o plano de metas da própria empresa, o que fez com que, no quesito segurança, a nota atribuída ao Sr. Gerd Poppinga tenha sido zero.

Esse comportamento não era isolado. Todos os diretores, gerentes, técnicos poderiam ter agido para evitar a tragédia, e isso foi confessado aqui expressamente.

Só para resumir, é de clareza solar que, após a tragédia de Mariana, eram previsíveis os resultados das condutas que levariam – como levaram – ao rompimento de outra barragem de rejeitos. Houve





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deliberada opção pelo descumprimento de regras mínimas. Aqui eu devo lembrar o caso da boate no Rio Grande do Sul.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Kiss.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – A boate Kiss, me lembra o Senador baiano Jaques Wagner. Lá a decisão da Justiça foi qual? Foi por homicídio doloso, e não culposo – porque dá para comparar o que aconteceu lá com o que aconteceu em Brumadinho. Na íntegra, o meu voto em separado aí está, à disposição. Para não ser longo, quero encerrar, lembrando aqui que, em uma dessas sessões, o Senador Otto Alencar, baiano, que não está aqui neste momento, chamou dois diretores da Vale aqui – a Presidente Rose se lembra – de assassinos, na cara deles: "Os senhores são assassinos!", "Os senhores têm que pagar por isso!", "Os senhores têm que ir para cadeia!". Então, lembrando o Senador Otto Alencar, eu não posso deixar de apresentar esse voto meu em separado, em que eu peço homicídio doloso. Repito: porque eu sonho ver muita gente da assassina Vale na cadeia, mofando na cadeia por causa deste crime.

É o único ponto de discordância, repito, do exímio relatório apresentado pelo Senador Carlos Viana, de forma corajosa.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Continua em discussão o relatório.

Senador Randolfe, para discutir, Senadora Selma, em seguida, e Senador Jaques.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para discutir.) – Sra. Presidente, Sr. Relator, primeiramente, obviamente, todas as homenagens ao árduo trabalho feito por S. Exa. o Relator, Senador Carlos Viana; ao árduo, longo e dedicado trabalho feito por S. Exa., que repercute e sintetiza todos os depoimentos que ocorreram aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Veja, Sr. Relator, que a observação apresentada pelo Senador Kajuru, inclusive, não se caracteriza como voto separado. É uma sugestão em um dos aspectos do relatório de V. Exa., particularmente para modificar o tipo de homicídio: de homicídio doloso para homicídio culposo, aliás, de culposo para doloso. Então, acho que não é preciso nem a observação como voto em separado, mas de recebimento. E é mais do que pertinente a sugestão aqui apresentada por S. Exa. E, ao que claramente foi apontado, tem coerência com os depoimentos existentes nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Se V. Exa. me permite também somente mais um acréscimo ao seu relatório, um pouco antes desta CPI, este Senado, até como resposta imediata ao que ocorreu em Brumadinho, aprovou um projeto de lei que tive a honra de relatar na CCJ, ou melhor, foi relatado na CCJ por S. Exa. o Senador Anastasia e, de imediato, a CMA se reuniu junto com a CCJ e me coube a relatoria na Comissão de Meio Ambiente. Vários projetos foram apresentados, e todos eles foram sistematizados no PL 550, de 2019,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de autoria de S. Exa. a Senadora Leila. Esse projeto foi aprovado rapidamente pelo Plenário aqui do Senado – inclusive, há de se destacar o esforço feito pelo Plenário do Senado por ter reunido, no mesmo dia, a CCJ e a CMA, os dois Relatores, o Senador Anastasia, na CCJ, nós, na Comissão de Meio Ambiente, e aprovar esse projeto de lei. O projeto de lei apresenta uma tipificação bem mais gravosa para crimes dessa natureza, prevê, inclusive, a prática do crime omissivo. Em um dos dispositivos do art. 17, já diz:

Deixar de adotar, quando assim o exigir o órgão fiscalizador, medidas de prevenção, recuperação ou desativação da barragem nos casos em que houver risco de acidente ou desastre:

Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos.

V. Exa. apresenta em seu relatório uma sugestão também no projeto de lei que, no meu entender, como resultado desta CPI, não contradiz o que já foi aprovado pelo Senado, mas completa. O de V. Exa. é mais amplo. O apresentado e já aprovado por este Senado, de autoria da Senadora Leila, com as relatorias aqui já descritas, estabelece penas mais gravosas para crimes tipo o de Brumadinho. Estabelece, por exemplo, a pena de 18 meses para o crime omissivo de rompimento de construção de barragens a montante. Estabelece também, torna o crime de... Isso aí é um aspecto, inclusive, avançadíssimo na nossa legislação ambiental: torna o crime de poluição ambiental como crime hediondo. Passa a tratar o crime de poluição ambiental como crime hediondo. E tal qual o projeto que é apresentado por V. Exa., como resultado desta CPI, também estabelece uma multa para crimes dessa natureza para as empresas, que vai de R\$10 mil a R\$10 bilhões. A multa apresentada por V. Exa. é mais específica, ou seja, não se contrapõe ao projeto que aqui já foi aprovado.

Estou apresentando esse destaque do que já foi aprovado aqui porque eu queria sugerir, sem embargo, sem prejuízo do apontado no relatório de V. Exa., ou seja, como complementar ao relatório de V. Exa.: 1) obviamente, a mudança da tipificação do crime, conforme foi apontado pelo Senador Jorge Kajuru; 2) que uma das conclusões nossas – e aí eu peço um esforço desta CPI –, fosse se dirigir, encaminhar esse relatório ao Presidente da Câmara dos Deputados e pedir com urgência que o Presidente da Câmara submeta, constitua primeiro a Comissão Especial da Mesa da Câmara dos Deputados para a apreciação da matéria.

Senadora Leila, nós aprovamos esse projeto de sua autoria aqui 34 dias após o ocorrido em Brumadinho – 34 dias, aprovamos em tempo recorde aqui. O Senado deu uma resposta eficaz e imediata. O crime de Brumadinho, o ocorrido em Brumadinho foi em final de janeiro, início de fevereiro. Então, temos seis meses de Brumadinho, cinco meses da aprovação por parte aqui do Senado. E na Câmara dos Deputados, Presidente Rose e Senador Carlos Viana, sequer foi constituída ainda Comissão Especial para análise do projeto. O que nós precisamos a essa altura é que a Câmara delibere. Se a Câmara quiser modificar o projeto, volta para cá, e nós apreciaremos as modificações. Se a Câmara quiser de alguma forma ajustar, fazer algum tipo de ajuste, volta para cá. Mas o fato é que, seis meses





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do ocorrido, o Senado dá uma resposta imediata ao tema e a Câmara ainda não constituiu Comissão Especial. Então, é urgente o encaminhamento desse tema. Eu queria apresentar como sugestões ao relatório de V. Exa., além do já aqui assinalado, repito: um apelo para a Câmara dos Deputados instalar a Comissão Especial e apreciar o projeto de lei derivado do Senado, o 550, de 2019.

Segundo, sugestão a esta Comissão: que a própria Comissão, sob a liderança de S. Exa. a Presidente Rose de Freitas, possa ir até o Presidente da Câmara dos Deputados e pedir, reiterar esse pedido como sugestão desta CPI.

Essas são minhas contribuições ao relatório de V. Exa. Eu creio que nós podemos aprová-lo por unanimidade, acatando a mudança do tipo penal proposto pelo Senador Kajuru e, se V. Exa. assim concordar, com as sugestões que aqui estamos apresentando.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Com a palavra a Senadora Selma.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSL - MT. Para discutir.) – Sra. Presidente, Sr. Relator, senhores e senhoras presentes, eu gostaria, inicialmente, de fazer um agradecimento por toda a dedicação que ambos demonstraram aqui durante todos esses dias de oitivas, de apuração, de análise de documentos. Os senhores demonstraram efetivamente que se importam com aquelas pessoas, com o destino daquelas pessoas. Antes de se ver prejuízo material, até mesmo antes de se ver prejuízo ambiental, nós tivemos um prejuízo humano incalculável. Incalculável. Não são apenas aquelas pessoas, são famílias, filhos que ficaram sem pais, pais que ficaram sem seus filhos. São pessoas que estão com as vidas destruídas, e isso não tem preço.

Portanto, aqui o meu agradecimento não apenas como Senadora, mas como cidadã, pela atitude de instauração da CPI e por terem tido tanta dedicação durante esses meses todos. Eu mesma pude comparecer a algumas reuniões, a algumas não pude porque estava envolvida em medidas provisórias. A própria Senadora Rose já falou, já comentou aqui que essas reuniões às terças e quartas-feiras são complicadas mesmo. Mas, na medida em que pude comparecer, pude também ver o quanto essa empresa Vale usou de má-fé e de má vontade para com esta Comissão. Essa atitude, embora seja lícita – não é ilícita –, é absolutamente imoral e antiética. E disso eu garanto que não me esqueço jamais.

Gostaria também, Sr. Relator, de elogiar a sua dedicação e a qualidade do seu trabalho nesse relatório que, embora extenso, é muito elucidador e veio acompanhado, para a nossa facilidade, de um resumo, esse mesmo resumo que o senhor leu, o que também nos trouxe bastante acalanto – já que a gente não tem muito tempo para muita coisa, o senhor nos facilitou a vida de ambas as formas.

Eu gostaria de dizer, em relação ao mérito do seu relatório, que eu concordo plenamente com a proposição do Senador Jorge Kajuru. Na minha visão, daquilo que eu pude ouvir aqui, pessoalmente, resta que ficou claro que as pessoas sabiam que estava prestes a acontecer aquele desastre, mas assumiram o risco de que esse desastre acontecesse. Havia já notícia de que os índices de segurança





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenham sido ultrapassados e, ainda assim, se troca a empresa que vai fazer a certificação de segurança, de modo a manipular, a fazer com que a realidade fique diferente daquilo que o papel dizia. A realidade do papel era uma, e a realidade verdadeira é a que acabou resultando nessa tragédia. No meu ponto de vista, modestamente, eu entendo que isso, sim, é dolo eventual, porquanto, ainda que não tenham cometido nenhum ato que levasse à tragédia, na verdade, assumiram o risco de que essa tragédia acontecesse. E isso, então, na minha opinião, me leva a aderir integralmente ao voto em separado ou à sugestão que o Senador Jorge Kajuru abordou aqui com muita propriedade.

Também às ponderações do nosso querido Senador Randolfe eu gostaria de aderir, a elas também, Senador, e me ponho, inclusive, à disposição para seguirmos em uma comissão até o Presidente da Câmara para que possamos fazer com que essa legislação saia efetivamente do papel.

Nós vimos, Senadores, que, depois de Mariana, pouca coisa ou nada mudou. Nós vimos isso aqui. Nós presenciamos pelos depoimentos. Agora, depois de Brumadinho, houve, sim, uma mudança de postura por parte da empresa, tanto que conseguiram evitar uma terceira tragédia. E o que acontece? O que se deduz disso? O que se conclui disso? Conclui-se que as coisas só acontecem quando as pessoas têm certeza de que vão ficar impunes.

Quando o Estado começa a tomar providências, aí as pessoas param para pensar, não têm mais aquele desejo desenfreado de lucro, já não é mais aquela coisa sem se importar com a vida humana ou com o meio ambiente. Então eu acredito, sim, que nós aqui – nós, a Justiça de Minas Gerais, o Ministério Público, todos que se debruçaram sobre esse assunto –, conseguimos evitar que uma terceira tragédia acontecesse, Senador Kajuru. E é isso que nós temos que continuar fazendo, ou seja, agora colocar no papel e fazer valer esse projeto de lei da Senadora Leila, que é um projeto que, na minha opinião, não tem o conhecimento profundo, Senadora, mas, na minha opinião, pelo menos pelas palavras que o Senador Randolfe aqui nos trouxe, parece-me que será, sim, a solução para que esses crimes não voltem a ocorrer.

Eu devo, finalmente, Sra. Presidente e senhores presentes, pedir licença. Sou presidente de uma audiência pública e preciso me ausentar, mas desde já deixo registrado aqui o meu ponto de vista.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Para discutir, com a palavra o Senador Jaques.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Presidente, em primeiro lugar eu vou só repetir o que os colegas já falaram aqui, talvez até com menos propriedade porque eu não pude estar em todas as reuniões como outros conseguiram estar, mas desde as primeiras de que participei, é elogiável. Eu até fico preocupado, porque eu digo que, no Brasil, quando você cumpre seu dever vira digno de nota e de elogio, quando deveria ser uma obrigação. Mas,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de qualquer forma, pelo desempenho tanto da nossa querida Presidente como do nosso querido Relator, pelo trabalho exaustivo, eu diria que o Relator remontou... Não sei se você era repórter investigativo quando da televisão, mas voltou ao seu...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Era repórter investigativo? Eu sabia só que você era repórter. Então você deve ter sentido o gostinho bom de fazer uma bela de uma reportagem, e é próprio da profissão esse cacoete de ir a fundo em cada questão.

A decisão de V. Exa. é de fazer a votação hoje? Porque eu vou fazer meus comentários, mas só porque, como houve um voto em separado, eu não sei se é possível ou não fazermos alguma aproximação. Seria melhor evidentemente se pudesse fazer essa aproximação, mas se for votar hoje, o.k. também.

O que eu queria só é tocar em outros pontos. Eu sei que não era pertinente diretamente a nossa CPI o cuidado direto com as vítimas, mas eu, como não li todo o relatório, não sei se tem alguma citação, porque a Vale continua postergando o entendimento para o pagamento das vítimas, as que perderam vida, e se nós sofremos ao conhecer do fato, quem mais sofreu foram as famílias, tanto aquelas que deixaram de trabalhar quando aquelas que perderam familiares, e não evoluiu, ou pelo menos até o momento, que eu saiba, a menos que V. Exa. tenha outra... Porque isso é acordo, então é uma decisão, não dá para ficar fazendo medida de palito quando nós estamos discutindo pessoas que perderam a vida nisso.

Eu tinha deixado no curso do debate aquela sugestão do seguro de barragens, que, na minha opinião, como diz o dito popular, quando coça no bolso, na minha opinião... É claro que V. Exa. remeteu a três projetos de lei. Dentro de um dos projetos de lei poderíamos ter isso, não sei se... Ou se a avaliação mais aprofundada é de que era muito difícil chegar a isso, porque ou seguro ou fundo garantidor... Tem fundo garantidor nas entidades financeiras que garantem, às vezes, problemas que aconteçam em uma delas.

Então, você poderia migrar para um fundo garantidor de acidentes como esses, que poderiam prever dinheiro para recuperação ambiental ou para o pagamento de dívida, que seria seguramente compartilhado por todos aqueles que mineram no País, e não apenas uma. Isso é seguro solidário de várias pessoas.

Então, era uma sugestão que eu daria.

A outra – por isso que perguntei se precisava votar hoje...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – É só...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – ... interrompendo V. Exa., é que a sua proposta ficou, ela foi muito aceita pela Comissão. Então eu gostaria de apresentá-la, para que ela pudesse ser acrescentada ao relatório e, em seguida, elaborado um projeto de lei, porque na verdade é pertinente.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pela ordem, Sra. Presidente.

Foi aprovado num projeto da Senadora Leila.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Já tem isso lá?

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Já. A criação do seguro está aprovada.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Ah, está bom.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Agradeço a V. Exa., mas já foi aprovado. Por isso é que não consta aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Eu mandei...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, não, não. Se já está aprovado, não precisa.

(Interrupção do som.)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – A sua palavra para mim é mais do que um papel. A outra coisa que eu queria sugerir (*Fora do microfone.*) V. Exa. mesmo colocou no relatório: é a criação de um novo Código de Mineração.

Eu pergunto: poderia sair da CPI ou então da própria Comissão um projeto de resolução ou já está previsto também isto? Um projeto de resolução constituindo uma comissão de juristas, de especialistas, exatamente para começar a discutir o novo Código? Se não, a gente acaba a CPI e vai ficando. Assim como para o Código de Processo Civil e o Código de Processo Penal foram feitas comissões, eu acho que a gente poderia se espelhar e propor ao Presidente um projeto de resolução...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Para a criação de uma Comissão Especial?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Isso.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Isso teria que ser com o Senado e a Câmara. Para um novo código, tem que ser uma caminhada conjunta.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, tudo bem, que fosse uma caminhada conjunta. Eles estão concluindo o trabalho deles, mas a gente pode propor...

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Podemos.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... que sejam feitas as duas coisas.

Bom, isso é em relação aos comentários que eu queria fazer na minha preocupação com as vítimas.

Eu perguntei se havia a possibilidade de migração, porque o meu sentimento acompanha o sentimento, com a vênica de V. Exa., tanto da Juíza Selma quanto do Senador Kajuru, do dolo eventual. E olha que eu não sou de... Não sei se você lembra quando falei da CPI, que nós não estamos aqui na delegacia de polícia. Não estamos querendo aqui, pelo prazer, apontar culpados. Até eu hoje deveria falar pouco de culpados porque fui eleito como bola da vez do nosso procurador lá da Lava Jato. Mas o que eu queria era dizer outra coisa.

Eu queria dizer é que eu me inclino ao dolo eventual. Por quê? Eu não vou dizer dos dirigentes, até porque nós vimos aqui dirigentes novos, que não podem ser responsabilizados, mas pelo risco que já havia, por que não, por precaução, já que se tratava de vidas, no mínimo, se retirarem aqueles refeitórios a jusante da barragem? Isso não garantiria que o acidente não ocorresse, mas garantiria que a dor maior do acidente, que foi a perda de vidas, não ocorresse.

Então, eu fico comigo pensando, depois de Mariana, depois de relatórios que diziam: "Ó, não temos como assinar um relatório de segurança absoluta". Longe de mim querer pendurar alguém no pelourinho. Para mim, o problema não é esse. Agora, como eu já fui trabalhador de fábrica e nunca vou me esquecer de que, quando eu era caldeireiro encanador, que é uma profissão que tem no polo petroquímico, exatamente ao meio-dia de um determinado dia da semana em que eu estava trabalhando numa outra unidade, o gerente me chamou e me disse: "Ô Wagner, precisa ir lá no tratamento de água, porque a água parou de ser tratada e deve haver algum entupimento." Eu, que sempre fui muito cauteloso com segurança, perguntei: "Mas, engenheiro, as linhas estão lavadas?". E ele, na pressa, disse: "As linhas estão lavadas". E lá fui eu fazer o serviço. Ou seja, para ele era mais importante voltar a operar do que saber se eu estava no risco. Eu abri a linha, e a linha não estava lavada. Estava cheia de aço sulfúrico, e eu fiquei seis meses na cirurgia plástica para ficar com a cara normal – graças a Deus que fiquei –, mas tive queimaduras de vários graus no rosto todo. Tive que fazer três cirurgias no olho e não sei quantas no nariz, para poder voltar à configuração normal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não me sai a cena de eu dialogando com o gerente e dizendo: "Está tudo limpo?". "Está tudo limpo. Vá, porque a planta não pode parar". E no "tudo limpo", a linha estava cheia de aço sulfúrico. Eu, graças a Deus, não perdi a vista.

Então, o que eu quero dizer, sem querer fazer histrionismo, porque o Brasil está com uma novela que já está ficando enfadonha, o que eu digo é: por que não tirar um refeitório a jusante de uma barragem? Porque isso é botar o cidadão na boca do perigo.

Por isso que eu perguntei se haveria uma composição, senão, nesse aspecto específico, eu vou acompanhar o voto de dolo eventual, com a vênua de V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Para discutir, com a palavra o Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - MG. Para discutir.) – Muito obrigado, Sra. Presidente, Senadora Rose de Freitas; Sr. Relator, Senador Carlos Viana; Sras. Senadoras, Srs. Senadores; minhas senhoras e meus senhores, em primeiro lugar, fazendo coro, eminente Presidente, com o que aqui foi dito, eu não posso deixar de apresentar os meus cumprimentos à direção desta CPI – a V. Exa., como Presidente, e ao nosso Relator Carlos Viana.

CPI não é uma atividade simples, não é uma atividade fácil. É uma atividade desgastante, complexa e, muitas vezes, altamente controversa, e esta em especial, pelos fatos que envolvem e que feriram muito o meu Estado e também o Estado do Relator, Minas Gerais, em razão da tragédia em Brumadinho.

O Relator Carlos Viana se dedicou a esse assunto com uma profundidade inaudita. Com sua proficiência, seu conhecimento, como lembrava o Senador Jaques Wagner, como grande jornalista investigativo que foi e é, ele, de fato, foi a fundo, literalmente, nesse complexo drama, não só aqui nas oitivas, mas fundamentalmente na análise dos documentos, que remontam a milhares de páginas.

Durante este trabalho, Senador Carlos Viana, faço questão de registrar, V. Exa. reverberou muito bem a indignação generalizada de Minas Gerais e do Brasil em relação a esses fatos. Então, por isso, eu quero também cumprimentá-lo de modo enfático.

Com referência ao relatório em si, ele foi muito bem montado e apresentado, dividido em vários aspectos.

A questão legislativa é a que me parece de todas, talvez, a que nós temos mais similitude, mais convivência com ela e a que está mais no nosso controle.

Eu acho que as propostas apresentadas são corretas. Elas vêm a somar àquilo que fizemos, desde a Comissão Externa da qual fui Presidente, sendo Relator o Senador Ricardo Ferraço, quando houve o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rompimento de Mariana. Ela resultou num projeto de lei, que, depois, a Senadora Leila, de maneira muito adequada, apresentou, aprimorado e aperfeiçoado. Nós votamos e agora está na Câmara, e o Senador Randolfe bem lembra essa necessidade de nós termos aprovada na Câmara dos Deputados essa proposta.

E agora V. Exa. apresenta outras alternativas muito interessantes. Dentre elas, quero mencionar aqui a questão da participação especial, criativa, positiva e que certamente vai não só angariar recursos, mas, fundamentalmente, lastrear atividades próprias para compensar na mineração, porque, como aqui foi dito – e eu não canso de repetir –, lembrando a famosa e decantada frase do Presidente Arthur Bernardes, a mineração só dá uma safra, ao contrário da produção agrícola, que, a cada ano, se reproduz. Então, é o primeiro ponto.

O segundo ponto mais relevante, na parte da CPI, das suas conclusões é aquele em que V. Exa. aborda a questão penal, que também é competência desta Comissão. E aí apresenta a sugestão de indiciamento.

É bom lembrar a todas as senhoras e aos senhores que nós, na verdade, temos aqui a CPI do Senado. Existe, neste momento, uma CPI na Câmara dos Deputados. Há uma CPI na Assembleia Legislativa de Minas Gerais e há também os trabalhos ordinários da Polícia Federal, do Ministério Público do Estado, da Polícia Civil de Minas Gerais, todos trabalhando e convergindo para a apuração e identificação dos culpados, que têm de ser identificados.

Desse modo, V. Exa., também contribuindo nesse esforço – e o fez muito bem –, elenca, em razão dos documentos avaliados e das oitivas realizadas e conforme a sua conclusão e o seu entendimento, o rol daquelas pessoas envolvidas e que seriam indiciadas – não somente as pessoas físicas, mas também as duas pessoas jurídicas.

E, nesse meio tempo, agora aparece a menção do Senador Jorge Kajuru, que eu também quero cumprimentar, que apresenta um voto em separado também profundo, bem fundamentado. Ele, que igualmente tem a alma de jornalista e é um grande jornalista – por isso mesmo, também conhece a investigação –, acompanhou tudo em detalhes. Agora vem a discussão, que é muito jurídica: se o crime aconteceu – não há dúvida de que houve o crime – é culposo, em razão do fato comissivo, ou doloso, com dolo eventual daquele que assume o risco de ter o resultado criminoso provocado. De fato, é uma divergência que, a meu juízo, não será resolvida por nós, até porque não é a CPI que faz o indiciamento ou aponta a indicição penal. Isso cabe ao Ministério Público e, posteriormente, à magistratura.

Noto aqui – no primeiro momento, a minha posição era, evidentemente, com o relatório de V. Exa. –, que a maioria dos membros já se manifestou a favor da posição.

Respondendo ao Senador Jaques Wagner, salvo engano, não existe a possibilidade de uma convergência, porque, como há necessidade de indiciamento, o indiciamento se dá nos artigos do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Código Penal – ou é um artigo, ou é outro artigo; não há como ficar solto. Nesse caso, parece-me que a maioria do Plenário se inclina para o crime com dolo eventual. De todo modo, isso caberá, de fato, num segundo momento. Não há dúvida de que o culpado tem de ser apontado e de que essas pessoas, confirmada a culpa e, depois, é claro, concedida a defesa, têm de pagar pelo que foi feito. Não há dúvida alguma de que houve culpa, talvez dolo – isso vai ter de ser comprovado no processo –, mas as pessoas envolvidas na morte de quase 300 pessoas terão de responder por isso não só na esfera penal, respondendo com a sua liberdade, mas também na esfera cível, como lembrava há pouco o Senador Jaques Wagner.

Eu acho que o Estado de Minas Gerais aguarda uma conclusão e uma solução disso, que se dará pelos trabalhos desta CPI, que já está se desdobrando, há alguns meses, nesse trabalho excepcional que a Presidente e V. Exa. realizam, mas também no trabalho feito na Câmara, na Assembleia e pelas instituições da Polícia Federal, da Polícia Civil e do Ministério Público Federal e do Estado de Minas Gerais.

Desse modo, parece-me que as sugestões apresentadas pelos nossos pares, tanto a relativa à questão ponderada pelo Senador Randolfe da inclusão da sugestão à Câmara dos Deputados pela votação, como os comentários do Senador Jaques Wagner, inclusive sobre a questão do seguro, o que já está no projeto – do qual fui Relator – da Senadora Leila e do Senador Randolfe igualmente, e a ponderação feita pelo Senador Kajuru, que encontra eco na maioria dos membros, deveriam ser acolhidas, de tal modo que isso seja encaminhado para avaliação jurídica dos órgãos responsáveis, especialmente o Ministério Público, com todas aquelas cautelas.

Nós ficamos um pouco, Senador Kajuru, sempre querendo, digamos assim... Nós procuramos a perfeição, e somos humanos, jamais alcançaremos a perfeição. O que nós queremos é que haja a responsabilização. No caso de Mariana – nós comentávamos –, infelizmente os anos se passaram, e não aconteceu isso. Inclusive houve o enquadramento, na opinião de alguns, como dolo, mas o juiz excluiu. Então, é um ponto em relação ao qual nós temos de tomar essa cautela. O que nós não podemos mais permitir é que não haja responsabilização. O responsável, quando identificado, tem de pagar por esse crime. O crime ocorreu; os mortos estão lá; as famílias, como bem lembrado, estão chorando os mortos e os que ficaram vivos, porque perderam a sua vida completamente. É uma tragédia sem tamanho. É uma cicatriz que fica. Então, isso tem de ser apurado.

Portanto, Senador Viana, eu quero concluir aqui minha intervenção, que foi mais longa do que eu imaginava, cumprimentando V. Exa. pelo trabalho que honra, nesse início do seu mandato, o seu esforço, o seu empenho, a sua dedicação. Aliás, faço questão de lembrar aqui o seu empenho – agora, talvez muitos não se lembrem – pela instalação desta CPI. Se não fosse o seu esforço, que teve, naquele momento, grande respaldo do Líder do seu partido, Senador Otto Alencar, e o apoio do nosso Presidente, Senador Davi, talvez a CPI não tivesse sido instalada. Então, foi um esforço, uma bandeira





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que V. Exa. assumiu desde o dia fatídico no final de janeiro, no dia 25 de janeiro, quando houve essa tragédia, Senadora Rose, que afetou tanto Minas Gerais, que é o seu Estado também de nascimento – não é seu domicílio eleitoral, mas está na sua alma querida, alma montanhesa mineira, da cidade de Caratinga. Senador Viana, eu queria fazer esse comentário e observar que há uma inclinação. Então, certamente V. Exa. encaminhará nesse sentido e receberá o aplauso generalizado dos seus conterrâneos por esse belo trabalho realizado.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Pergunto se há mais algum Senador que gostaria...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Pois não, Senadora Leila.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para discutir.) – Eu tive bons defensores aqui, no caso o Senador Anastasia e o Senador Randolfe, que foram os dois Relatores do 550.

Primeiro, gostaria de parabenizar tanto a senhora como o nosso Relator, o Senador Carlos Viana, pelo brilhante relatório e dizer que acolho todos os quesitos, todas as explanações que foram apresentadas com relação ao acidente e o voto em separado do Senador Kajuru. Eu também apoio a questão do dolo nesse crime que aconteceu em Brumadinho, até porque é um crime reincidente. Nós estamos falando do acidente que aconteceu em Brumadinho, poucos anos depois do de Mariana, com tantas vidas ceifadas.

O 550 foi fruto de uma Comissão, como o Senador Anastasia falou, a Comissão especial de Segurança de Barragens, que foi instituída aqui no Senado na última legislatura e que contou com um trabalho brilhante de dois Senadores: o Senador Ricardo Ferraço e o Senador Jorge Viana.

Várias dessas emendas foram arquivadas na última legislatura. Nós pegamos, logo após a de Mariana, a de Brumadinho, só para contextualizar. Junto com o trabalho da equipe legislativa da Casa e com o da minha equipe, nós fizemos um trabalho maravilhoso nesse sentido.

Só para citar algumas coisas, alguns itens nesse projeto, o que o projeto fala, em linhas gerais, o 550? Ele institui o Fórum Brasileiro de Segurança de Barragens, no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, para manter permanente o debate sobre a segurança das barragens; esclarece a obrigação do empreendedor de manter atualizado e operacional o Plano de Segurança de Barragens até a sua desativação; estabelece que o empreendedor não pode começar a encher um reservatório antes de apresentar um plano de segurança; estabelece a participação da sociedade e das autoridades na elaboração do Plano de Ação de Emergência; determina a obrigação do empreendedor de instalar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sirenes e sinalização, realizar audiências públicas, treinar a população e garantir canais para denúncias antes de começar a encher o reservatório; determina que o empreendedor deva contratar seguro para acidentes ou desastres, além de garantias para arcar com a futura desativação da barragem; obriga o Poder Público a planejar anualmente o seu plano de fiscalizações; determina que as datas e os resultados das fiscalizações executadas devem ser publicados na internet; obriga a instalação de sensores que disparam automaticamente os alarmes e alertam as empresas e as autoridades. Enfim, são vários itens, vários avanços nessas questões de segurança de barragens.

O Senador Randolfe pediu para que fôssemos até a Câmara pedir urgência na instalação dessa Comissão Especial. Enfim, desde que o projeto foi aprovado aqui, na Casa, a gente – tanto eu como a minha equipe – está monitorando, acompanhando o projeto lá, na Câmara dos Deputados. Inicialmente, seria instituída essa Comissão, mas o projeto foi apensado a vários outros, e ele está esperando para ser deliberado em Plenário.

Na verdade, o que precisamos aqui é irmos ao Presidente Rodrigo Maia e pedirmos a ele para que seja deliberado de forma urgente, porque o Senado deu uma resposta. E aí eu quero agradecer a todos, todos os pares. Quero agradecer as brilhantes relatorias aqui, do Senador Randolfe e do Senador Anastasia, que abraçaram esse trabalho de toda a minha equipe, junto com a equipe do Senado, mas a gente vem aguardando. Nós estamos diariamente conversando com as pessoas ali dentro, e o que falta é a vontade política de querer resolver e dar uma resposta para a sociedade.

Nós estamos instalando CPIs, nós estamos em reuniões, nós estamos, diariamente, convivendo com o *lobby*, porque ele existe, ele é real, mas nós estamos aqui representando a sociedade brasileira e nós precisamos dar uma resposta, principalmente para o Estado de Minas Gerais e para aquelas famílias, principalmente para as famílias das vítimas.

Então, eu peço, Sr. Relator e Sra. Presidente, que realmente façamos valer esta CPI e que, junto com esse relatório, a gente vá até o Presidente da Câmara, e que façamos esse trabalho junto com eles, para que a gente faça logo a aprovação desse projeto e a gente dê essa resposta para toda a sociedade.

Mais uma vez, parabéns pelo brilhante relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Senador Jaques, nós vamos colocar em votação logo em seguida, mas, antes, eu vou dar a palavra ao Relator, a menos que tenha algum Senador que gostaria de discutir ainda. *(Pausa.)*

Não? Então, a palavra é do Relator.

Existe a proposta do Senador Kajuru – entre oito Senadores, sete se manifestaram favoráveis. E há também a proposta para, de maneira explícita, falar sobre o Projeto de Lei 550, de autoria da Senadora Leila.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Relator.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Agradeço a todos os Senadores a manifestação, o apoio na questão do relatório. Tenham certeza de que foi um relatório feito com muita dedicação, muitas horas, inclusive à noite, de trabalho, e, como disse o Senador Anastasia, é uma resposta, em especial ao nosso Estado de Minas Gerais.

Desde o começo, nós tínhamos uma resistência muito grande a esse trabalho, mas eu aceitei ser o Relator, porque seria muito esquisito que de Minas Gerais – onde aconteceu a tragédia – nós não tivéssemos aqui um representante que acompanhasse as investigações. Daí o nosso posicionamento em relação a isso.

Eu quero fazer aqui apenas uma ponderação do porquê, agora mais detalhadamente, da questão do homicídio culposo. Nós precisamos – Senador Randolfe, Senadora Leila, Senador Jaques Wagner, Anastasia, que é um professor da área do Direito Constitucional – transformar a nossa indignação em provas testemunhais, técnicas, periciais, porque, diferentemente dos Estados Unidos, Senador Kajuru, em que os julgamentos, que nós estamos mais acostumados a assistir, têm um rito diferente do nosso, que é o *common law*, nós temos aqui um Código de Processo Penal, que precisa ser seguido para que, lá na frente, nós não frustremos as pessoas, como tem muito acontecido.

Aqui nós, muitas vezes, levantamos discursos, em polvorosa, muito grandes, mas, lá na frente, os resultados são pífios. Isso gera, na população brasileira, por exemplo, uma sensação profunda de impunidade, porque temos apresentações de suspeições, temos apresentações de uma série de posicionamentos que, lá na frente, quando analisados por um magistrado, na letra fria da lei, não levam à condenação.

Já tivemos casos assim, inclusive no acompanhamento de processos criminais, Senador Jaques Wagner, já vi pessoas que nós sabemos que, pelas falas, seriam culpadas, mas que, nas provas, foram absolvidas. Vamos colocar, por exemplo, a morte daqueles servidores do Ministério do Trabalho, lá, na cidade de Unaí, as cinco mortes. As provas testemunhais, inclusive de pistoleiros, de pessoas todas envolvidas, foram muito fortes, mas as provas periciais foram fracas e não levaram à condenação de todas as pessoas.

Então, a nossa preocupação aqui, nesse relatório, foi primeiro procurar um equilíbrio e levar as condenações ou as propostas de uma forma igual e que permanecesse dentro de uma possibilidade de condenação. Os senhores vejam, por exemplo, o que aconteceu em Mariana. Toda a equipe se dedicou a discutir o assunto: nós ficamos entre o dolo eventual e a questão do culposo. Foi uma discussão de todos os participantes, inclusive da Casa, dos nossos assessores aqui, que acompanharam brilhantemente – estão aqui todos presentes. Nós ficamos: dolo eventual, dolo culposo. Aí, o que aconteceu? Nós pegamos o relatório lá da ação civil pública de Mariana, que tem muita semelhança





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com o que temos aqui, numa proporção muito menor, de 20 mortes – mas que fosse uma, já seria um problema.

Em Mariana, nós temos, basicamente, quase que todas as informações que nós configuramos aqui. Havia o conhecimento de que a barragem poderia se romper, havia toda uma série de decisões, mas não havia nenhuma mensagem específica em que um dos envolvidos dissesse claramente: "Eu sei, nós sabemos, mas não vamos tomar providências", o que configuraria o dolo. Nós não temos, nas 15 mil páginas, uma mensagem que nos traga tecnicamente uma prova que diga que eles de fato assumiram esse risco com a consciência de risco iminente.

Não há. Mas esse é um ponto, e o resultado disso: a Justiça, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, desqualificou o homicídio por dolo. Nós podemos estar aqui – e naturalmente isso é um trabalho conjunto – repetindo o mesmo erro que foi cometido em Mariana, em apresentar um relatório que gere uma indignação, um discurso, mas que na prova técnica seja falho. E é isso que nós estamos colocando aqui: nós precisamos apresentar à Justiça – e o Senado tem essa responsabilidade – um relatório que tenha um embasamento de fato, dentro deste lapso de tempo que nós investigamos, nessas provas todas que foram compartilhadas conosco.

Isso significa que, lá na frente, elas poderiam não ser indiciadas por homicídio doloso? Não, porque a investigação continua: tanto a Polícia Federal, quanto a Polícia Civil, o Ministério Público, continuam fazendo as investigações, e podem, no decorrer de algum momento, aparecer novas provas. A questão, por exemplo, das detonações, Senador Kajuru, que apareceram agora, recentemente, na imprensa, mas de que nós já tivemos a confirmação aqui: não há nenhum relatório técnico da Universidade de Brasília, na questão do sismógrafo, por exemplo, que tenha acusado variação sísmica no dia, nós não temos uma prova técnica. Nós temos o depoimento testemunhal de alguém que diz: "houve detonações". Mas quando nós pedimos um relatório oficial do nosso departamento de sismografia, não há nenhuma movimentação que de fato configure tecnicamente que isso poderia ter sido o gatilho. É isso que a Justiça olha. O conjunto probatório é fundamental nessa elaboração.

Então, esse é o ponto em que nós decidimos, de uma forma um pouco mais atenta, chegar ao homicídio culposo. Mas, como esse é um trabalho conjunto, esse é um trabalho de todos nós, e os projetos de lei que nós estamos aqui apresentando nas três áreas, eu faço questão – e fiz – de que sejam todos eles nossos projetos – porque não foram extraídos do meu trabalho individualmente, mas de um trabalho que foi feito por toda a CPI –, nós apresentaremos os projetos conjuntamente, porque esse é um trabalho nosso, um trabalho de discussões, de crescimento. Então, nesse ponto, nós vamos acatar a decisão dessa CPI, de colocarmos como crime por dolo eventual. Vamos fazer uma sustentação a vocês, é um trabalho nosso, será aceito com muita tranquilidade, com muita humildade, num trabalho conjunto, e será apresentado um relatório final.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também, Senador Jaques Wagner, colocaremos lá explicitamente: uma solicitação será entregue ao Presidente do Senado para que nós iniciemos a discussão de um novo Código de Mineração para o País. O Senador Jean Paul inclusive faz parte e esteve conosco, e nós já conversamos muito sobre esse assunto. Não é uma tarefa fácil, é uma tarefa difícil, visto que no último código levaram dez anos para poder discutir algumas mudanças.

Essa questão da tributação, Senador Anastasia, que é a participação especial, eu julgo urgente, porque nós, quando começamos aqui, qual era a nossa intenção? Criarmos uma Cfem que chegasse a 10% do volume bruto, do faturamento. Só que isso inviabilizaria as pequenas empresas mineradoras, e a Receita Federal fez uma ponderação conosco, os técnicos, de que isso poderia de fato – juntamente com o Ministério de Minas e Energia – criar um problema para aqueles que trabalham em jazidas menos ricas. E criamos essa ideia, trouxemos – não estamos inventando nada – do *royalty*, do marco do petróleo, a questão dos *royalties*, essa participação especial, especialmente agora, que as jazidas de Minas estão se esgotando e que as jazidas do Pará se tornam as mais promissoras, porque o minério é mais rico.

Já que essa riqueza só dá uma safra, então, que eles, nas jazidas mais ricas, paguem mais, contribuam mais para que não fique somente a lama para trás aqui em nosso País. Com essas sugestões, eu acredito que a gente possa começar a fazer justiça a um setor que é subtributado e que, infelizmente, exerce um poder muito forte, inclusive, de pressão.

Presidente, sugiro, então, que, acatado, seja colocado esse posicionamento da maioria dos Senadores e o relatório seja colocado, segundo V. Exa., para votação no dia em que V. Exa. achar melhor, para que a gente possa terminar os trabalhos desta CPI.

Muito obrigado a todos.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Parabéns, Relator! Parabéns mesmo!

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Muito agradecido.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Mais alguma consideração? (*Pausa.*)

Gostaria, então, depois da discussão e aprovação pelo Relator das considerações feitas pelo Senador Kajuru, de colocar em votação o relatório.

Em votação o relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, na verdade, todas as sugestões aqui encaminhadas, não é?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Todas, inclusive, destacar no relatório o Projeto 550, da Senadora Leila, e também dizendo que já solicitei agenda na Câmara para que seja entregue... Faremos duas entregas: ao próprio Presidente do Senado, ao Presidente da Câmara, solicitando, com a assinatura de todos, que se instale a Comissão e que se proceda com a urgência em que foi feito o trabalho aqui no Senado Federal.

Passamos à votação do relatório.

Aqueles Senadores que concordam com o relatório apresentado e as sugestões feitas em Plenário, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir o Parecer nº 1, de 2019, da Comissão.

Peço aos senhores uma salva de palmas para o nosso Relator. *(Palmas.)*

Ele só trazia um biscoitinho aqui debaixo da mesa. Sou testemunha. *(Risos.)*

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Gostaria também, Excelência, de dar os parabéns – já citei nominalmente aqui – ao Flavio, meu parceiro.

Muito obrigado, Flavio. É a segunda grande CPI. A primeira é a CPI do Futebol. Agora é a CPI da Mineração. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Antes de encerrar, coloco em votação as Atas da 14ª Reunião e da presente Reunião, solicitando dispensa da leitura.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

As atas estão aprovadas.

Declaro encerrada a presente reunião da CPI.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Pois não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Só para dizer aqui, nas minhas 30 redes sociais, do apoio maciço, da satisfação da população brasileira pelo consenso que houve aqui entre nós, muito especialmente por parte do Relator Carlos Viana, depois do exímio e cauteloso relatório feito e concordando com as observações... Apenas num ponto houve de divergência.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Não houve, porque todos acataram a sugestão de V. Exa.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Parabéns!



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Parabéns a V. Exa.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Estou orgulhoso de vocês, meus amigos e meus companheiros.

A SRA. PRESIDENTE (Rose de Freitas. PODEMOS - ES) – Aprovado o relatório, damos por encerrada a presente reunião.

Obrigada.

(Iniciada às 13 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 32 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO ÀS MANCHAS DE ÓLEO NO LITORAL BRASILEIRO. DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE NOVEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quinze horas e vinte e três minutos do dia cinco de novembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Jaques Wagner, reúne-se a Comissão Temporária Externa para acompanhar as ações de enfrentamento às manchas de óleo no litoral brasileiro. com a presença dos Senadores Fabiano Contarato, Jean Paul Prates, Humberto Costa, Randolfe Rodrigues, Rodrigo Cunha, Marcos do Val, Juíza Selma, Wellington Fagundes e Dário Berger. Deixam de comparecer os Senadores Styvenson Valentim, Fernando Bezerra Coelho e Daniella Ribeiro. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Instalação e Eleição.** **Finalidade:** Instalação e Eleição. **Resultado:** Eleito Presidente o Senador Fabiano Contarato e designado relator o Senador Jean Paul Prates. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento Nº , de 2019** que : "Requer a realização de diligência externa nos estados do Rio Grande do Norte e de Pernambuco, nas datas de 8 e 9 de novembro." **Autoria:** Sen. Fabiano Contarato. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento Nº , de 2019** que : "Requer que seja convidado o Secretário de Aquicultura e Pesca, Jorge Seif Junior, para comparecer à comissão." **Autoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento Nº , de 2019** que : "Requer que seja convidado o Ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, para comparecer à comissão." **Autoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento Nº , de 2019** que : "Requer que seja convidado o Diretor Geral da Polícia Federal, Maurício Leite Valeixo, para comparecer à comissão." **Autoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento Nº , de 2019** que : "Requer que seja convidado o Ministro de Estado de Meio Ambiente, Ricardo Salles, para comparecer à comissão." **Autoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento Nº , de 2019** que : "Requer que seja convidado o Ministro de Estado da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, para comparecer à comissão." **Autoria:** Sen. Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão Temporária Externa para acompanhar as ações de enfrentamento às manchas de óleo no litoral brasileiro.

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/11/05>

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião, destinada à instalação e à eleição do Presidente da Comissão Temporária Externa destinada a – aspas – "acompanhar as ações de enfrentamento às manchas de óleo no litoral brasileiro e seus desdobramentos, em especial quanto à apuração de responsabilidades e efetiva responsabilização dos causadores".

Só temos a indicação para a Presidência do nobre Senador Fabiano Contarato, Presidente também da Comissão de Meio Ambiente.

Podemos aprová-lo por aclamação?

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Palmas.*)

Temos que eleger um Vice? (*Fora do microfone.*) (*Pausa.*)

Senador Contarato, por favor, assumo aqui.

Eu só estive aqui por ser o mais idoso, não o mais velho. (*Risos.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O jovem há mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Boa tarde a todos.

Agradeço a Deus por mais esta possibilidade desta reunião e agradeço a confiança dos colegas. Agradeço ao Senador Jaques Wagner e quero, mais uma vez, saudá-lo, Senador, pela sua iniciativa hoje





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no evento do Grande Impulso para a Sustentabilidade. Estou muito feliz com relação à forma como ele está sendo conduzido.

Nos termos regimentais, designo o Senador Jean Paul Prates como Relator dos trabalhos desta Comissão, a quem convido para tomar assento à Mesa e usar da palavra, se assim o desejar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Faltou a aclamação. (*Palmas.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

É só para fazer uma manifestação. Ontem nós tivemos uma reunião da Bancada do PT, e eu insisti com os colegas – o Senador Jean Paul evidentemente também lá estava – que eu acho que há uma preocupação, que é legítima, mas que pessoalmente eu creio não ser a mais importante no momento, que é saber: houve ou não houve crime ambiental? Houve ou não houve leniência do Governo? Houve ou não houve falta de operatividade? Tudo isso, para mim, é importante porque quem comete crime, seja de que natureza for, tem que responder por ele, mas eu creio que a Comissão cuja Presidência V. Exa. acaba de assumir deve se dedicar a buscar alguma elucidação. Eu não consigo crer que, com tanta tecnologia desenvolvida, com tantos satélites, a gente não possa pelo menos localizar e saber se há métodos por que nós possamos succionar... Existe a figura que não conheço, mas já ouvi falar, de queimar o óleo em alto mar, ou seja, algo... Porque, senão, nós vamos ficar... Se, por acaso, o navio é o culpado e derramou a carga inteira, na hipótese de que a serpentina do navio – que aquece esse tipo de óleo para que ele não empedre dentro e perca-se o navio – teve algum problema, e ele derramou criminosamente 175 mil... Nós até agora pegamos aqui nas praias quanto? Dois mil, três mil, quatro mil? Então, eu imagino se nós não vamos ficar esperando *ad eternum* um mal sem fim. A pior coisa que há é não haver um diagnóstico, e a gente não consegue ter um.

De novo, eu não quero apontar dedo para ninguém, porque não acho que haja necessariamente má-fé, mas a gente precisava consultar elementos da área de petróleo internacional. O Relator da matéria, Jean Paul, tem um contato forte...

É só para dizer o seguinte: eu ocuparia 90% do tempo na busca de solução. Depois de solucionado, tudo bem, vamos à responsabilização, mas responsabilizar agora – e não é que eu não queira responsabilizar – sem a gente saber como se cessa o dano? Nós vamos punir e, daqui a pouco, teremos de chamar para punir de novo porque há ainda mais óleo chegando às praias.

Era só o que eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Jaques Wagner.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui eu quero também, mais uma vez, esclarecer e externar o meu sentimento, porque hoje faz quatro anos do crime que ocorreu na Barragem da Samarco, em Mariana, em que 19 pessoas morreram, uma está desaparecida, e até hoje o Poder Público, inclusive esta Casa de leis, não deu a resposta devida. Nós ainda não tivemos uma modificação, nós não tivemos a responsabilidade nem civil, nem administrativa e nem criminal. Essas populações, essas famílias merecem o mínimo de respeito, porque elas estão sofrendo pela dor da perda e pela certeza da impunidade.

Com base no art. 121 do Regimento Interno, incluo extrapauta o seguinte requerimento para que possamos apreciá-lo.

2ª PARTE**EXTRAPAUTA****ITEM 1****Requerimento Nº , de 2019**

Requer a realização de diligência externa nos estados do Rio Grande do Norte e de Pernambuco, nas datas de 8 e 9 de novembro.

Autoria: Senador Fabiano Contarato

Sr. Presidente, nos termos dos arts. 90, inciso XIII, e 142 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a V. Exa. a realização de diligência externa desta Comissão nos Estados do Rio Grande do Norte e Pernambuco, nas datas 8 e 9 de novembro, com o objetivo de avaliar os impactos ambientais sociais e econômicos das manchas de óleo no litoral nordestino e fiscalizar as ações do Poder Público para a contenção do poluente e a minimização dos respectivos danos.

Ante o exposto, solicito autorização de V. Exa. para a realização da diligência – estou dispensando a leitura de todo o teor.

Consulto o Plenário sobre se há algum Senador que deseje encaminhar a votação. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira encaminhar, passamos agora à votação do requerimento.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Neste momento, concedo a palavra ao Relator, Senador Jean Paul Prates.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator.)

– Presidente, demais membros desta Comissão, agradeço pela deferência, pela confiança de me cederem esta relatoria.

Quero dizer que, de fato, como colocou o Senador Jaques Wagner e como todos nós entendemos, o momento é de diagnóstico: diagnóstico de locais, de cessação de dano das consequências e de mitigação desses efeitos. Essa é uma primeira fase que nós deveremos acolher aqui para trabalhar tanto no plano de trabalho quanto no próprio relatório.

Acho que nós temos uma questão precedente que ainda, apesar de parecer, não está resolvida completamente, e ela é essencial. Eu tenho, por várias vezes, falado sobre isto: afinal, de que substância estamos tratando? Claro que sabemos que é óleo, claro que sabemos que é derivado de petróleo, hidrocarboneto, mas não temos ainda, apesar de algumas declarações, um relatório com a substância definida em todos os seus quesitos técnicos. Por exemplo: não sei que API, que densidade, que óleo é esse, originalmente. Isso é importante não só para definir a origem como para definir os tratamentos, as medidas de combate, de remediação...

Fizemos isso, é claro, já estamos em pleno andamento com pessoas manipulando essa substância, de descarte dessa substância, mas, apesar de a Petrobras, através de um diretor corporativo e não de um técnico, ter dito que ele advém de três campos venezuelanos, não sabemos que óleo é esse, que tipo de óleo é esse, qual é a composição química desse óleo. Isso é importante sim, e nós não temos ainda.

Então, faz parte do diagnóstico que nós tenhamos acesso também a relatórios de empresas privadas, universidades, quem quer que já tenha, claro, a partir de uma amostra desse óleo, diagnosticado que óleo é e o definido de acordo com os cadastros internacionais dos petróleos que existem pelo mundo, que existem justamente para precificar esse óleo. Todo e qualquer óleo produzido por qualquer campo, em qualquer país que tenha regulação, agência reguladora ou governo – e todos têm –, tem essa definição da sua composição para justamente indicar o preço que ele vai usar como referência ou o próprio preço, quando ele é uma referência. É o caso do Brent, do Mar do Norte; é o caso do WTI (West Texas Intermediate), do Texas; é o caso do Arab Light, da Arábia Saudita; é o caso do Bonny Light, da Nigéria. Alguns são referência, e outros são especificados para seguir uma referência e, com essa referência, ser precificados no mercado internacional.

A importância de conhecer essa substância eu já declinei aqui.

Depois, nós temos perseguido os locais de ocorrência. Não necessariamente precisam ser os locais onde há mais abundância de óleo, até porque as medidas mitigadoras já estão sendo tomadas em vários lugares. Nós queremos conhecer, com mais detalhes, se os esforços locais têm sido felizes ou





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

onde eles precisam de ajuda imediata, urgente, porque, pelo que se depreende do início, passaram-se pelo menos 40, 50 dias sem que se desse importância a esse episódio, às aparições de óleo na costa.

Outro conceito que eu tenho cada vez mais defendido é que, evidentemente, teria sido mais fácil ter combatido isso antes que chegasse às praias e à costa nordestina, que tem uma configuração muito especial: ela é cheia de arrecifes. Nós não temos tantas ilhas, mas temos muitos arrecifes próximos à costa, e isso faz com que uma mancha ou qualquer resíduo que venha se espalhe nessas rochas, como quem lava uma roupa no tanque, aquilo se esfrega nos arrecifes. Além de contaminar os arrecifes, a flora e a fauna ali existentes, ele se espalha muito mais em gotículas, em partículas etc., muito mais difíceis de serem retiradas depois, na areia, através de peneiração ou através de ancinhos e processos praticamente manuais. Então, é muito difícil essa operação. Nós vamos investigar isso também localmente. Queremos saber todo mundo que está de fato participando desse processo e quem não está, porque quem não está entra no capítulo mais adiante, da responsabilização, que também terá que ser feita no momento certo, até porque não só precisa ser responsabilizado quem jogou o óleo como quem permitiu que ele fizesse o máximo de estrago, como de fato parece ter sido feito.

Além disso, os custos que foram arcados pelos governos estaduais, que já sofrem financeiramente, já são bastante quebrados; e, mais ainda, pelos donos de pousada, os pescadores, as comunidades, que nem têm recurso para isso, os órgãos ambientais estaduais, menos ainda... Enfim, todo esse processo, segundo o decreto do plano de contingência, que não foi acionado a tempo, inclusive, deve ser ressarcido pela União. Então, este é um alerta que eu tenho feito a todo mundo que está nos assistindo nos Estados: peguem a notinha de tudo que está sendo gasto e assegurem-se de terem registrado os gastos de uma forma ou de outra, porque de todo esse processo há lei que cuide e há uma responsabilização do ponto de vista financeiro também.

Por fim, os desdobramentos. Os desdobramentos de um episódio como esse – e isso é vastamente relatado nos casos que já ocorreram no Golfo do México e em outros lugares – são vários: ressarcimentos, como eu já mencionei; indenizações; atualizações regulatórias e procedimentais; remediações; medidas de reativação da economia local e da prática social... Enfim, há muito trabalho pela frente. Isso não se esgota agora.

Eu queria aproveitar a ocasião – e já vou oficializar isso... Senador Contarato, nós já tivemos uma audiência pública aqui, que, aliás, no início, foi o que salvou e talvez tenha alertado para que algumas medidas fossem aceleradas, porque o Governo andava um pouco letárgico ali, acompanhando... Parecia que aquele óleo ia se dissipar, ia sumir, e ninguém mais ia falar nada... É no Nordeste... Agora, de repente, apareceram maneiras de monitorar; o Inpe passou a ver a mancha, que antes não via; as barreiras de contenção, que antes não existiam, a gente já sabe que existem, com dois ou três metros de barreira para baixo do mar para evitar que ela trafegue por baixo da lâmina d'água... Enfim, há várias coisas que nós vamos também averiguar. E eu acho que seria o momento também de fazermos uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segunda audiência pública já, diante dos fatos que têm saído e, agora, da ação de vários órgãos do Governo – que inicialmente se sucederam no comando disso, que agora parece que está com o Ministério da Defesa.

Então, ao Ministro da Defesa, em separado, um convite a ele, e um convite à ANP, ao Ministério do Meio Ambiente, ao Ibama, ao Inpe, para nos esclarecer, afinal, se é visualizável ou não esse trânsito da mancha no mar, porque está chegando ao Espírito Santo, ameaçava chegar ao Rio de Janeiro, ameaça chegar ao norte do País. Se chegar à foz do Amazonas, é óbvio que ele vai dar nas costas do Amapá, do Senador Randolfe. E aí vai sumir debaixo da lama mesmo, porque a saída do Amazonas é muito mais difícil de se ver, aí sim, abaixo da lâmina d'água do que nas baías de golfinhos e nas áreas do Nordeste com águas bem claras. Então, é preciso cuidado com isso. A migração, a trajetória das manchas, se monitoráveis, o momento de serem atacadas é no mar. E há formas de se fazer isso. Não vou aqui cansá-los com mais explicações sobre isso, mas há formas de se atacar isso e de se coletar esse óleo no mar antes que ele se espalhe, como eu disse, nos arrecifes, nos corais, nos mangues e nas areias do Nordeste, do Norte, e agora também do Sudeste.

Então, é isso. Acho que nós teremos um bom plano de trabalho para fazer. Obviamente será um trabalho dinâmico, porque essa não é uma observação de algo que já aconteceu, não é uma investigação de passado, é uma investigação de uma coisa que está mudando a toda hora. Inclusive, as próprias respostas dos órgãos governamentais também se alternam, e a gente precisa chamar à responsabilidade agora essas pessoas; não é questão de culpar ninguém, mas é chamar quem por lei e por regulação tem que agir para que ajam.

Os governos estaduais, os órgãos estaduais e as entidades, ONGs – que diziam que não existiam no Nordeste, só existiam no Norte... Agora apareceram tantas ONGs! A gente até ficou espantado com o número de ONGs que estão lá preocupadas, sim, com o Nordeste. Todo esse pessoal e as comunidades precisam também ser organizados, e cabia isso ao Governo Federal.

Estamos visitando agora, sexta e sábado, mais uma vez, locais afetados e vamos verificar *in loco* também o grau de integração dessas entidades e pessoas.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para discutir.) – Presidente, eu considero que esta Comissão Temporária tem dois papéis centrais designados pelo Plenário do Senado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro: embora não seja uma comissão de investigação, ela tem o dever de encontrar as razões da letargia do Governo em dar resposta a essa questão e as razões de onde veio esse óleo, de como estão sendo conduzidas as investigações.

Segundo: esta Comissão tem também, no meu entender, a responsabilidade – eu acredito que essa é a responsabilidade primeira, precípua e fundamental – de dar resposta às comunidades atingidas; primeiro, aos pescadores, que são os primeiros atingidos e que são os grandes heróis. Nós nos comovemos ao ver os próprios pescadores da costa do Maranhão, até agora em Abrolhos – e, com certeza, isso se repetirá por onde esse óleo chegar, e eu espero que não chegue, desejo que não chegue –, sem equipamento necessário, sem o material possível, colocando em risco a sua saúde, a sua vida, fazendo eles próprios a coleta. Então, nós temos que dar respostas a esses que vivem da pesca e que possibilitam que o Brasil seja, inclusive, um dos maiores exportadores de pescados do mundo.

Terceiro: a nossa costa litorânea é um dos principais destinos turísticos do Planeta. Essa catástrofe já comprometeu ou compromete essa nossa condição já para este verão que se inicia agora em dezembro. Os prejuízos para a rede hoteleira, para a cadeia produtiva do turismo – rede hoteleira, restaurantes, enfim – são imensos. Tem que ser dada uma resposta pelo Poder Público a isso, a esses e aos que vivem disso. E tem que haver um diagnóstico do Poder Público das consequências da mancha de óleo para toda a cadeia econômica: para os pescadores e para a cadeia econômica do turismo.

Diante disso, eu considero que nós temos, na primeira parte, como investigação, a investigar o seguinte: por que o Governo Federal demorou tanto a agir? E com base em quê propagandeou tantas notícias desencontradas? Ora o óleo foi solto criminosamente e era uma ação de um governo estrangeiro – isso chegou a ser dito pelo Presidente da República.

Segundo: por que só há pouco tempo – já temos mais de 60 dias de tragédia –, só recentemente o Governo mobilizou esforços mais significativos, como o envio de militares, de fragatas e de aeronaves?

Terceiro: por que o Governo não empenhou esforços nacionais e internacionais para conter o máximo de óleo antes que chegasse às bancadas de corais, aos mangues e aos estuários? Presidente, essa tragédia não é única no mundo; em outros locais, já ocorreu. Há empresas multinacionais do petróleo que têm tecnologia nessa área. A British Petroleum desenvolveu tecnologias para minimizar danos com escoamento de óleo após a tragédia do Golfo do México. O Governo brasileiro poderia ter se reportado a empresas multinacionais, a governos estrangeiros para assim ter feito. Por que não o fez?

Prossigo: por que a maior parte do óleo está sendo retirada das praias por voluntários? E por que muitos desses voluntários não têm o equipamento básico e elementar para essas atividades?

Quarto: por que a empresa indicada como causadora do derrame de óleo ainda não foi – veja essa informação que nós temos – oficialmente interpelada para entregar as provas que alega e que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demonstrariam a sua inocência? Nós temos um problema gravíssimo. A empresa alega inocência. Por que já não foi interpelada judicialmente para que nós possamos ter o esclarecimento deste fato?

Além disso, se o navio suspeito foi inocente, somente sobriariam os postos de exploração de petróleo do pré-sal. Esse caminho de investigação foi seguido? Essa linha de investigação foi seguida?

Além disso, Presidente, nós temos que ouvir as declarações dos ministros.

O Ministro do Turismo disse que a praia de Porto de Galinhas, em Pernambuco, umas duas semanas atrás, estava apta à prática do turismo. Com base em quê ele fez essa declaração? Qual é o laudo técnico que subsidiou essa declaração?

O Secretário Nacional da Pesca, em uma *live* com o Presidente da República, disse que o peixe é um bicho inteligente, então se desvia do óleo. Qual foi o aparato técnico para diagnosticar a inteligência do peixe? Ele pode ter alguma capacidade de se desviar do óleo, mas qual foi a investigação técnica, quais os biólogos que assinaram essa conclusão dita em uma *live* dirigida pelo Presidente da República? E qual é a garantia de que isso não terá consequência na saúde da população?

Nós estamos tratando de questões seríssimas, Presidente, das consequências ao meio ambiente, do impacto na cadeia econômica, que é uma divisa para o nosso Produto Interno Bruto, e das consequências para a saúde das pessoas.

Além disso, nós temos um oceano Atlântico de incertezas. Vai chegar à costa do querido Espírito Santo, que V. Exa. representa? Confirmam-se as notícias que saíram ontem de que já chegou à costa amazônica, notadamente na praia de Salinas, no meu vizinho Estado do Pará? E, se chegou à costa amazônica, se chegou à costa litorânea paraense, pode chegar ao estuário amazônico e, por conseguinte, chegar à costa amapaense? Isso traria uma consequência muito mais grave, porque nós estamos falando do estuário do maior rio do mundo, que lança a maior quantidade de sedimentos no Atlântico em todo Planeta, e pode ter consequências gravíssimas para a fauna marinha e para a própria fauna... Presidente, nós temos uma outra Floresta Amazônica sobre a fauna marinha que nós temos. Esses são estudos da nossa própria Marinha. As consequências para isso podem ser inimagináveis.

Então, eu acho que nós temos que ter uma sequência para esse trabalho, e eu queria deixar esses questionamentos como sugestão ao Relator para o plano de trabalho.

Eu considero fundamental a visita que vamos fazer agora para aprofundar as investigações sobre a chegada do óleo à costa do Espírito Santo e, por conseguinte também, à costa amazônica. Se de fato isso ocorreu ou vier a ocorrer, eu creio que, além da diligência que faremos na próxima sexta-feira para a costa nordestina, nós teremos que fazer uma segunda diligência para o sul da Bahia e para o seu Estado, do Espírito Santo, e uma terceira diligência também para a costa amazônica, se confirmadas as notícias da chegada do óleo a essas regiões.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, é indispensável nós ouvirmos as seguintes autoridades – eu já faço oralmente esse requerimento a V. Exa., para já constar no plano de trabalho: um, ouvir o Sr. Ministro do Turismo; dois, ouvir o Sr. Ministro do Meio Ambiente; três, ouvir o Sr. Secretário Nacional da Pesca, em especial, por conta das declarações por ele emanadas; quatro, ouvir o Sr. Ministro da Defesa, de preferência acompanhado pelo Sr. Comandante da Marinha; quinto, ouvir a Polícia Federal sobre a condução que ela está dando a essa investigação.

Temos duas vertentes para trabalhar: uma, as razões, a origem; a outra, uma proposta de alternativa, de soluções para as comunidades que foram atingidas.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Randolfe.

Consulto, sobre esse requerimento para a audiência pública que está sendo feito verbalmente e será instrumentalizado formalmente, se os Senadores concordam que passemos a deliberar e já aprovemos esse requerimento. Tudo bem?

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento de V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu agradeço imensamente e quero deixar claro, Senador Randolfe, que eu também estou muito preocupado com o Estado do Espírito Santo. Eu já mantive contato com o Governador Renato Casagrande, com o Secretário de Meio Ambiente do meu Estado, colocando a Comissão de Meio Ambiente, o Senado... Porque o objetivo desta Comissão não se restringe tão somente a esses locais. Para todos os Estados da Federação, para todos os Estados brasileiros nós estaremos aqui atentos, para dar uma resposta eficiente, buscar a responsabilização sim, mas também a mitigação dos danos ocasionados por esse crime ambiental, responsabilizando, ao final, quem aqui deu causa a isso, seja por ação, seja por omissão, seja a título de dolo, seja a título de culpa, na modalidade de imprudência, negligência, imperícia, seja por responsabilidade civil, administrativa ou criminal. É necessário que esta Casa de Leis tenha um protagonismo eficiente e dê uma resposta, porque a população está cansada dessas medidas que infelizmente não trazem um retorno efetivo.

Volto a destacar: hoje, após quatro anos do crime de Mariana, o que efetivamente nós estamos produzindo? É isso que nós não queremos que aconteça. Nós temos que aprender com os desastres, mas o Brasil, em especial o Poder Executivo, tem demonstrado que não quer e banaliza esse direito humano essencial, esse direito humano constitucional previsto no art. 225, que não basta estar expresso





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na Constituição; é necessário que ele ganhe vida e entre no cenário da República Federativa do Brasil, porque defender a vida humana... Eu sempre vou dizer isto: defender o meio ambiente é sempre defender as vidas que ainda estão por vir. E, infelizmente, quem está sofrendo hoje é a rede hoteleira, os pescadores, os mais pobres.

Não basta você liberar o seguro-defeso para os pescadores, porque a maioria é informal. Passou da hora de nós estabelecermos aqui, criarmos um fundo de amparo para os desastres dessa natureza, como aconteceu em Cataguases, Miraf, Brumadinho, Mariana, e agora nós estamos presenciando esse crime ambiental na orla do Nordeste.

Nós aqui – quero deixar isso claro para o Estado do Espírito Santo – vamos nos empenhar para ter um comportamento para mitigar, para evitar, para que não aconteça o que está acontecendo nesses nove Estados no Estado do Espírito Santo, mas, se acontecer, o que nós pudermos fazer nós faremos para responsabilizar e mitigar esses danos. Então, a Comissão será proficiente, proativa. É isso que eu almejo.

E, temos à frente da Relatoria um Senador da estirpe do Jean Paul Prates, uma pessoa da área, comprometida, ética, centrada, que com equilíbrio emocional, com serenidade, com sobriedade vai apresentar, sim, um relatório que dará uma resposta à sociedade, que clama e tem sede de um Poder Executivo muito mais eficiente, mas acima de tudo de um Poder Legislativo que alcance a finalidade da sua função dentro da trilogia, da tripartição dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, independentes, mas harmônicos entre si.

Muito obrigado a todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 51 minutos.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

